



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 040 QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

BRASÍLIA - DF

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2ª SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º - Magno Malta - (PR-ES)  
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)  
3º - João Durval - (PDT-BA)  
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,68)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 20</b></p> <p><b>Eunício Oliveira</b> (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Ricardo Ferraço (104)</p> <p>Romero Jucá (40,105)</p> <p>Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP</p> <p>Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b></p> <p><b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p> <p><b>Paulo Davim</b> (76)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Humberto Costa - Bloco</b> (115,121)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,99)</p> <p>Rodrigo Rollemberg (65,98)</p> <p>Inácio Arruda (91,93,117)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b></p> <p><b>Humberto Costa</b> (115,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Walter Pinheiro (22,27,102)</p> <p>Anibal Diniz (25,103)</p> <p>Paulo Paim (101)</p> <p>Eduardo Suplicy (100)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b></p> <p><b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b></p> <p><b>Rodrigo Rollemberg</b> (65,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b></p> <p><b>Vanessa Grazziotin</b> (1,90,116)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB</p> <p>Inácio Arruda (91,93,117)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b></p> <p><b>Randolfe Rodrigues</b> (18,75)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Wilder Morais - Bloco</b> (96,112,119)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b></p> <p><b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Cássio Cunha Lima (77)</p> <p>Alvaro Dias (73)</p> <p>Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b></p> <p><b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>Wilder Morais (96,112,119)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b></p> <p><b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b></p> <p><b>Alfredo Nascimento</b> (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR</p> <p>Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,80)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Marcelo Crivella</b> (36,120)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Benedito de Lira</p> <p>Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Jorge Viana</p> <p>Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;"><b>SDD - 1</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Vicentinho Alves - SDD</b> (42,54,71,111)</p>
<p style="text-align: center;"><b>PROS - 1</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (95,108,114)</p>		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;"><b>Antônio Helder Medeiros Rebouças</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;"><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;"><b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;"><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p style="text-align: center;"><b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

1. – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
<b>1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE</b>	
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de março de 2014 .....	004
<b>1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS</b>	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de fevereiro de 2014 .....	038
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014.....	055
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2014.....	077
<b>1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ</b>	
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2014 .....	103
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2014.....	141
<b>1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE</b>	
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2014.....	159
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2014.....	193
<b>1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA</b>	
Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de fevereiro de 2014 (realizada em conjunto com a 2ª reunião da CDR)	
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2014.....	207
<b>1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH</b>	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2014 .....	255
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014.....	255
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2014.....	283
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2014.....	309
<b>1.1.6.1 – Subcomissão Permanente para enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo</b>	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2013 .....	343
<b>1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE</b>	
Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2013.....	360
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2014.....	385
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2014 .....	413
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2014 .....	433
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2014 .....	473
<b>1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR</b>	
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013 .....	493
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de fevereiro de 2014 .....	518
Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de fevereiro de 2014 .....	522
<b>1.1.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA</b>	
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2014.....	543
<b>1.1.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática – CCT</b>	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2014.....	576
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2014.....	597

---

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****ATA DA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia onze de março do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Lindbergh Farias e, em seguida, do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Casol, Kátia Abreu, Clésio Andrade, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Jayme Campos e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 1ª, 2ª e 3ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 11 de 2014 (Aviso nº 11/2014-BCB), de 25 de fevereiro de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o Demonstrativo das Emissões do Real referentes ao mês de janeiro de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1** - Mensagem (SF) nº 9 de 2014, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 8,500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO/PR’”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2** - Projeto de Lei do Senado nº 323 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que “veda a exigência da substituição tributária prevista no artigo 150, § 7º, da Constituição, para os optantes do Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”, tendo como relator o Senador Armando Monteiro. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro, Vital do Rêgo e Gleisi Hoffmann. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 3** - Projeto de Lei do Senado nº 591 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Russo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Luiz Henrique, José Agripino, Gleisi Hoffmann, Vital do Rêgo, Blairo Maggi e Ana Amélia. A matéria é retirada de pauta. **Item 4** - Ofício “S” nº 34 de 2013, não terminativo, de autoria do Governo do Estado de São Paulo, que “encaminha relatório relativo ao cumprimento dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada por parte do Estado de São Paulo, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004”, tendo como relator o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pelo conhecimento do Ofício “S” e envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento do Ofício “S” e envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda. **Item 5** - Projeto de Lei do Senado nº 307 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que ‘Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências’”, tendo como relator o Senador Gim, que oferece relatório contrário ao Projeto. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Luiz Henrique, designa o Senador José Pimentel relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 6** - Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por

redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências”, tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores José Pimentel e Blairo Maggi. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 452 de 2012, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, para instituir isenção de pagamento de pedágio em rodovias em favor das pessoas com deficiência”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta, e da Emenda nº 1-CDH. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão designa o Senador Waldemir Moka relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann e o Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, e as Emendas nºs 1-CDH-CAE e 2-CAE, por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e ainda, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Pedro Taques. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11-** Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12-** Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)”, que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13-** Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º”, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14-** Projeto de Lei do Senado

nº 223 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para permitir a delegação de atos praticados pelas juntas comerciais”, tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15-** Projeto de Lei do Senado nº 415 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que “altera o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para submeter ao rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a manifestação de inconformidade contra compensação de ofício com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16-** Requerimento nº 1 de 2014, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, que requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo das Emendas de Plenário nº 6, 7 e 8 ao PLC nº 99, de 2013, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências”, realizado em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Anunciada a matéria, a Comissão aprova a retirada definitiva do Requerimento nº 1 de 2014. **Item 17-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores para debater os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em projetos de infraestrutura no exterior, nos modais rodoviários, ferroviários, aeroportuários, hidroviários e outros investimentos na área de logística. Para tanto, sugere-se como convidado o seu presidente, senhor Luciano Coutinho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 2 de 2014-CAE. **Item 18-** Requerimento nº 3 de 2014, de iniciativa do Senador José Pimentel, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, com a presença do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, senhor Luciano Coutinho, para debater os seguintes temas: (i) Investimento, Financiamento e o BNDES; (ii) Infraestrutura e Logística: Reflexos na Competitividade. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 3 de 2014-CAE. **Item 19-** Requerimento nº 4 de 2014, de iniciativa dos Senadores Armando Monteiro e outros, que requer, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir, no âmbito do Plano Decenal de Expansão de Energia e sob uma perspectiva de longo prazo, a disponibilidade da oferta de energia de base para a Região Nordeste. Para tanto, indicam-se como convidados os senhores Altino Ventura, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; José de Freitas Mascarenhas, Presidente do Conselho de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria; José Antonio Feijó de Melo, Membro da ONG Ilumina Nordeste; Conceição Cavalcanti, Consultora em Gestão de Energia; Maurício T. Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; e Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Armando Monteiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 4 de 2014-CAE. **Item 20-** Requerimento nº 5 de 2014, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues e outros, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos o senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, a respeito do relatório semestral do “Federal Reserve” (FED), encaminhado ao Congresso dos Estados Unidos, que colocou o Brasil como o segundo país emergente mais vulnerável do mundo, com uma crise nas contas externas. Anunciada a matéria, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Randolfe Rodrigues e Armando Monteiro. Colocada em votação, a Comissão aprova a retirada definitiva do Requerimento nº 5 de 2014. **Item 21-** Requerimento nº 6 de 2014, de iniciativa do Senador Aécio Neves e outros, que requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de apropriação ilegal de cadernetas de poupança inativas, por parte da instituição financeira da Caixa Econômica Federal. A apreciação da matéria é adiada. **Item 22-** Requerimento nº 7 de 2014, de iniciativa do Senador Aécio Neves e outros, que requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro da Controladoria-Geral da União, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de apropriação ilegal de cadernetas de poupança inativas, por parte da instituição financeira da Caixa Econômica Federal. A apreciação da matéria é adiada. **Item 23-** Requerimento nº 8 de 2014, de iniciativa do Senador Aécio Neves e outros, que requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as

denúncias de apropriação ilegal de cadernetas de poupança inativas, por parte da instituição financeira da Caixa Econômica Federal. A apreciação da matéria é adiada. **Item 24-** Requerimento nº 9 de 2014, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque e outros, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o Relatório de Política Monetária divulgado pelo Banco Central dos Estados Unidos (Federal Reserve) no dia 11 de fevereiro de 2014, tendo como participantes os senhores Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central (ou representante); Guido Mantega, Ministro da Fazenda (ou representante); Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central; Márcio Garcia, Professor da PUC-RJ; Luiz Carlos Bresser-Pereira, Professor da FGV/SP; Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda; e Waldery Rodrigues Júnior, economista do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea). A apreciação da matéria é adiada. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta: **Item 25-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 12 de 2014, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, que requer, seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), expediente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com o intuito de solicitar a execução integral da Emenda-CAE de funcional programática 22.661.2055.210E.0001, que tem como Subtítulo “Promoção do Desenvolvimento Industrial Nacional”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 12 de 2014-CAE. **Item 26-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2014, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, que requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 85 de 2013-CAE, que a audiência pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), para que o Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), possa expor detalhes dos avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da OMC, realizada em Bali, Indonésia, e as perspectivas futuras de normatização do comércio multilateral, principalmente com a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 13 de 2014-CAE. **Item 27-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 14 de 2014, de iniciativa do Senador José Pimentel, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, para esclarecer a operação da Caixa Econômica Federal, referente às cadernetas de poupança inativas. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 14 de 2014-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Luiz Henrique**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª, 2ª e 3ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento, para seu conhecimento: aviso do Banco Central do Brasil.

Aviso nº 11/2014, de 25 de fevereiro de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de janeiro de 2004, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item nº 1.

## **ITEM 1**

### **MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 8,500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO/PR”.**

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Aloysio Nunes Ferreira

**Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado, que apresenta.

**Observações:** *FINANCIAMENTO PARCIAL DO "PROGRAMA DE GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ - PROFISCO/PR"*

Vamos passar a palavra para o Relator, Senador Aloysio Nunes, dizendo que, nos termos o Ato nº 1/2013, da CAE. Depois da leitura do relatório, será concedida vista coletiva a todos os Srs. Senadores e votaremos na próxima terça-feira.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná, que visa a buscar a excelência da administração tributária, orçamentária e financeira do Estado, aproximando a arrecadação de tributos do seu real potencial e efetividade e aumentando a qualidade e a transparência do gasto público.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central, e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras. Será contratado com juros incidentes sobre os seus saldos devedores diários a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo Banco com base na Libor.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro, o seu custo efetivo médio será de 4,82 % a.a., flutuante conforme a variação do citado índice.

Vale destacar que os desembolsos do empréstimo estão previstos para serem realizados em até cinco anos, totalizando US\$10,625 milhões, norte-americanos, com contrapartidas de recursos do Estado num montante de US\$2,125 milhões.

De acordo com o Parecer nº 1.684, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro, o Estado do Paraná cumpre os limites e demais condições definidas pelas resoluções que regem a matéria e atende os requisitos mínimos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32.

Destaca-se também que, conforme declaração do Governador do Estado do Paraná, as ações previstas para o referido projeto estão inseridas no Plano Plurianual 2012-2015, estabelecido por lei estadual.

É atestado, também, que a Lei Orçamentária para o exercício de 2013 contempla dotações relativas ao ingresso de recursos da operação, referentes às contrapartidas, bem como de recursos necessários aos encargos da operação de crédito.

Com vistas à concessão da garantia da União, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, destaco, de imediato, que uma lei estadual autorizou o Poder Executivo a contratar essa operação de crédito, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas.

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Paraná, a Secretaria do Tesouro conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Enfatizo também que a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita a comprovação de adimplência do ente garantido, tanto financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, por ocasião da assinatura do contrato.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Paraná nos últimos anos, em decorrência das garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Não há ainda pendências do Estado referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União, sendo que o presente empréstimo não representa ou implica violação de acordo de refinanciamento do Estado firmado com a União.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o segundo quadrimestre de 2013, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado.

A Secretaria do Tesouro Nacional procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo Estado. Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 876, de outubro de 2013, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro, o Estado do Paraná foi classificado na categoria "C+", que indica situação fiscal fraca e risco de crédito relevante.

Entretanto, de acordo com o previsto no art. 10 dessa portaria, a operação de crédito em exame foi elegível para recebimento de garantia da União, uma vez que será contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar investimentos voltados para a melhoria da administração de receitas e

da gestão fiscal, financeira e patrimonial do Estado do Paraná, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mediante parecer, considerou ainda que as condições contratuais são as usualmente estipuladas pelo BID em suas operações financeiras, concluindo que foi observado o art. 8º da citada Resolução nº 48, do Senado, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Paraná apresenta capacidade financeira suficiente para contratar a operação em exame e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, desse modo, que o Estado do Paraná atende aos limites e condições estabelecidos pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como observa as exigências e demais condicionantes para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desse modo, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Paraná para contratar a operação de crédito externo, nos termos do projeto de resolução que vem em seguida anexo a este voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em cumprimento ao Ato nº 1, de 2013, fica concedida vista coletiva da presente matéria, que retornará na pauta da próxima terça-feira.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, no dia 19 de fevereiro último, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Antonio Carlos Rodrigues e eu próprio, os três Senadores de São Paulo, e tendo nós dialogado com V. Exª, apresentamos um requerimento para ser encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, expediente desta Comissão com o intuito de solicitar a execução integral da emenda da CAE de funcional programática que tem como subtítulo a promoção de desenvolvimento da indústria nacional.

A execução dessa emenda, Presidente Lindbergh, permitirá que a Universidade Federal do ABC, cujos representantes aqui se encontram, juntamente com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, o Instituto Mauá de Tecnologia e a APL Ferramentaria do Grande ABCD possam iniciar a implantação dos Centros de Desenvolvimento de Tecnologia com vistas a aumentar a inovação no setor de ferramentaria no Brasil.

Nos últimos anos, vem crescendo o volume de importações nesse setor, em detrimento das exportações, gerando um déficit na balança comercial de US\$888 milhões em 2013. Nesse setor, também houve um encolhimento da oferta de empregos, tendo em vista a não existência de formação e renovação de mão de obra especializada. A criação de um Centro de Desenvolvimento Avançado do Brasil tem como objetivo unir as demandas das empresas e a *expertise* de universidade federal e privada em um arranjo inovador. Conseguiremos, assim, minorar o déficit comercial e adensar o conteúdo nacional na produção de veículos em um segmento definido por constantes inovações.

Agradeço, Sr. Presidente, e, se for possível, até, dado que já apresentamos isso em fevereiro, se não houver objeção, poderíamos aprovar o requerimento ainda nesta reunião.

Agradeço a atenção de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O requerimento está aqui na mesa, em minhas mãos. Há também um requerimento do Senador Luiz Henrique. Vamos apreciá-los no final da pauta de hoje, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) –

**ITEM 2**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2010 - Complementar - Não terminativo -**

**Veda a exigência da substituição tributária prevista no artigo 150, §7º, da Constituição, para os optantes do Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

**Autoria:** Senador Alfredo Cotait

**Relatoria:** Senador Armando Monteiro.

Apenas registro que esta Comissão de Assuntos Econômicos fez uma audiência pública em abril de 2013 sobre o tema, com a participação do nosso Relator, Senador Armando Monteiro, com a presença do Cláudio

José Trinchão dos Santos, Coordenador Nacional dos Secretários de Fazenda no Confaz; do José Tarcísio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; do Bruno Quick, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, e do Silas Santiago, Secretário-Executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional do Ministério da Fazenda. Foi uma audiência pública muito produtiva. Este é um tema importantíssimo para esta Comissão de Assuntos Econômicos tratar neste ano de 2014.

Passo a palavra para o Senador Armando Monteiro, Relator da matéria.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, este tema realmente é da maior importância, porque se assistiu nos últimos anos a um alargamento da utilização do mecanismo da substituição tributária, penalizando, de forma grave, os pequenos negócios, e, mais do que isso, anulando, na prática, os efeitos das conquistas do regime simplificado de tributação.

Portanto, os Estados foram, por assim dizer, na contracorrente daquilo que deve significar um ambiente propício ao desenvolvimento dos pequenos negócios. Portanto, é fundamental estabelecer um marco que fixe claramente limites à utilização desse instrumento. Há Estados que estão efetivamente definindo critérios absolutamente arbitrários; portanto, é fundamental estabelecer esse marco.

Estou, neste momento, reelaborando o parecer, visando, evidentemente, a simplificar o processo de recolhimento e não impor ao pequeno contribuinte o ônus, vamos dizer, decorrente da burocracia, inclusive das obrigações acessórias. Portanto, depois de ouvir também representantes do Confaz, o Secretário do Confaz, estarei habilitado a oferecer esse parecer na próxima semana, impreterivelmente, Sr. Presidente.

Era esse o esclarecimento.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estava ansioso para votar esse projeto, até porque conheço a forma como o Senador Armando Monteiro conduz as suas relatorias em favor do País. Imaginei que poderia ser hoje, mas S. Ex<sup>a</sup> está pedindo esse espaço. O calendário nosso deste ano prevê a utilização máxima dos melhores espaços que nós possamos ter para analisar grandes causas como essa do projeto a cuja relatoria nós estamos assistindo, do Senador Armando.

Por isso, solicitaria a V. Ex<sup>a</sup>, dentro das possibilidades de pauta, que coloque esse projeto como primeiro ponto de pauta na próxima reunião, em virtude do desejo, Senador Armando, de entregar o seu relatório após minucioso estudo. E que nós possamos nesse prazo, nesse lapso em que o Senador Armando solicita, analisar como primeiro item da pauta da próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex<sup>a</sup> é Presidente da CCJ, mas manda aqui na CAE. Nós já tínhamos nos comprometido a colocar como primeiro ponto de pauta.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Eu diria que manda no Senado. Ele manda no Senado.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Presidente. O senhor me deixa vermelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffman.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

Eu queria só reforçar o pedido do Senador Vital do Rêgo, para que realmente a gente pudesse discutir e dispor dessa matéria na próxima semana. Faço até um apelo aqui ao Senador Armando Monteiro para que, de fato, nós possamos ter o relatório.

Acho que é importante a oitiva do Confaz, dos secretários de Estado, mas nós temos de ter sempre em mente que o próprio Confaz, os secretários de Estado e os governos estaduais estão querendo otimizar suas arrecadações.

Obviamente nós não vamos conseguir chegar a um termo que seja o termo adequado entre os interesses de arrecadação dos Estados e a situação das micro e pequenas empresas. O que está acontecendo é que as legislações estaduais, principalmente os decretos, estão sobrepondo-se à vontade do Constituinte, que determinou que teriam tratamento diferenciado as micro e pequenas empresas e a regulamentação da lei complementar. Em alguns casos, há mais de 200% de aumento do ICMS sem que lei determine tanto.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBTP) feito recentemente mostra que uma empresa com faturamento de R\$ 1,2 milhões por ano e que tenha 70% da sua venda sujeita a substituição tributária terá um impacto muito grande do aumento da alíquota do ICMS. Pelo Simples, essa empresa, que paga uma parcela fixa sobre o faturamento, desembolsaria imposto equivalente a 8,33% das suas receitas. Desse volume, 2,92% seriam de ICMS. Com a mudança para a substituição tributária, a mesma empresa teria de pagar o equivalente a 14% dos impostos. Isso tem um impacto muito grande, retira o benefício do Simples que esta

Casa, que este Congresso Nacional votou, seja como Congresso Constituinte, seja quando fez a regulamentação pela lei complementar.

Ocorre que isso está sendo ampliado cada vez mais. Antes, restringia-se ao que nós chamamos de cadeia homogênea de produtos, ou seja, cigarros, bebidas, pneus. Agora está-se ampliando. No Estado do Paraná, é uma realidade, a partir do primeiro dia deste mês, a extensão da substituição tributária para alimentos, bicicletas, brinquedos, material de limpeza, artefatos de uso doméstico, papelaria e instrumentos musicais. Obviamente que isso, além de ter um impacto no preço desses produtos, causa impacto também no custo dessas pequenas empresas, e isso pode se reverter também na empregabilidade. Nós nunca podemos nos esquecer de que quem mais emprega neste País são as micro e pequenas empresas.

Então, queria fazer um apelo aqui à Comissão, um apelo ao Senador Armando Monteiro, para que, de fato, a gente possa votar esse item como primeiro da pauta na semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem, Senadora Gleisi. Então, esse tema volta na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos como item nº 1 da pauta.

### ITEM 3

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2011

- Não terminativo -

**Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.**

**Autoria:** Senador Antonio Russo

**Relatoria:** Senador José Pimentel

**Relatório:** Contrário ao projeto.

**Observações:** 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;

2. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto;

3. Em 18/02/2014, foi concedida vista coletiva.

Vou passar aqui para o Senador José Pimentel.

Há um apelo da Senadora Kátia Abreu que quer discutir essa matéria, disse que está vindo agora para o gabinete, mas como o Senador José Pimentel ainda vai ler...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, como a nossa Senadora Kátia Abreu está vindo, vamos deixar para mais tarde a sua votação, porque se faz um debate só, se os nossos pares assim concordarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem. Então, esperamos sua chegada.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tenho a informação de que a Senadora Kátia Abreu está com alguma dificuldade. Tenho condição até de sustentar e acho justo, porque você contingenciar recurso dessa área de sanidade animal e vegetal é um negócio complicado, porque isso é preventivo, mas não quero iniciar a discussão.

Quando a Senadora chegar, vamos travar esse debate, que vai ser importante.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Se quiser fazer logo, não tem problema. Eu propus adiar a pedido da Mesa e não da nossa parte. Só queria adiantar que o contingenciamento se dava nas emendas parlamentares. Se você abrir o orçamento é isso. Como a emenda se transformou em impositiva, não faz mais sentido.

Então, esse debate que fizemos ontem era verdadeiro. Hoje, com as emendas impositivas, está resolvido.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas não é recurso de emenda. Aí é recurso orçamentário mesmo. A Senadora Kátia Abreu está chegando, porque se trata de um recurso orçamentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A nossa Senadora chegou. Vamos ao ponto. Pode tomar uma água com calma Senadora.

Vamos passar a palavra para o Senador José Pimentel, apesar de já ter lido o relatório, mas para explicá-lo. Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o relatório nós já apresentamos na reunião passada. De comum acordo abrimos vista coletiva para essa reunião, e os fundamentos se mantêm os mesmos.

Temos hoje 88,3% do Orçamento da União vinculado, e é por isso que tem a DRU (Desvinculação de Recursos da União), para permitir ao Executivo cumprir suas obrigações.

No caso concreto do que aqui se propõe, é alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal para não permitir qualquer tipo de contingenciamento em recursos dessa rubrica.

Nós tivemos o cuidado de dar uma olhada na execução orçamentária de 2007 para cá, do segundo governo Lula para cá. Basicamente nós temos tido a execução orçamentária integral daquilo que vem do Executivo, que faz parte das tratativas do Ministério da Agricultura com os setores, que é incluído no Orçamento da União e aprovado. No que diz respeito às emendas parlamentares é verdade que teve contingenciamento e aí ficava naquelas negociações. Nem tudo que as emendas encaminhavam era empenhado. Isso é fato.

Portanto, o debate de quando o projeto veio tinha mais este olhar. Nós aprovamos aqui no Senado Federal uma emenda constitucional vinculando, tornando obrigatórias as emendas individuais, equivalente a 1,2% da receita corrente bruta da União, PEC nº 565, que está na Câmara preparando a sua votação, e há acordo político para ser aprovada.

Enquanto isso, na LDO de 2014, ficou definida a vinculação, mas também determinou-se que, se houvesse contingenciamento, seria feito de modo proporcional, que foi o que aconteceu, e está ficando para execução orçamentária.

Quanto à PEC nº 565, não há essa previsão. Ela é totalmente vinculada e autoexecutada, como acontece com outros. Como nós temos um conjunto de projetos de lei justos que tratam da alteração da LRF, eu lembro muito bem aquele que trata do investimento nas obras do semiárido, da Senadora Lídice da Mata, que também está nesta Comissão – já passou pela Desenvolvimento Regional e está vindo para cá. Há um conjunto de outros projetos, e, se nós aprovarmos todos, vai dar mais de 100% do Orçamento da União; já estamos com 88,7%, vindo mais 1,2%, vai para 90% da União.

Portanto, hoje, o Congresso Nacional, o Executivo e o Judiciário só têm gestão e capacidade de influenciar sobre 10% de todo o Orçamento da União. O restante é tudo carimbado, é tudo vinculado, e isso termina dificultando determinadas ações. É por isso que o nosso parecer é contrário a este projeto, não pelo seu mérito, mas pela alta vinculação que nós já temos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Antes de passar a palavra à Senadora Kátia Abreu, só gostaria de comunicar que está presente aqui uma determinada comissão. Nós – eu, o nosso Senador Luiz Henrique, o Senador Aloysio Nunes Ferreira – recebemos uma comissão de deputados estaduais, acompanhados do Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, Unale, Deputado Sérgio Leite; Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, Deputado Gilmar Sossella; Deputada Conceição Vieira e toda a comitiva da Unale, que está aqui no Senado para tratar do tema da dívida e da indexação do novo indexador, matéria que vai ser apreciada amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça. Estão aqui esses Parlamentares.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras. Na verdade, Sr. Presidente, eu não deixo de dar certa razão ao Senador Pimentel. De fato, o engessamento do Orçamento brasileiro dificulta as escolhas dos governantes. Nós já temos a obrigatoriedade da Previdência, da saúde, da educação, mas eu gostaria de pedir a reflexão dos colegas Senadores com relação a este tema da maior importância para o Brasil.

As projeções que nós temos para 2014, Senador Luiz Henrique, são de que o agronegócio, diferentemente do total da economia brasileira, deverá crescer 4% em 2014, chegando a R\$1 trilhão esse crescimento. Caso se confirme esse resultado, o PIB do agronegócio terá um crescimento de 34% em 10 anos. Apenas o valor bruto da produção, que significa tudo o que foi vendido da porteira para fora, retirando o que os produtores consomem da porteira para dentro, nós vamos alcançar um VBP de R\$462 bilhões, uma alta, Sr. Presidente, de 7,5% em comparação ao resultado do ano passado. E é nossa preocupação. Assim como a saúde tem uma máxima importância com relação à saúde humana, e nada pode ser mais importante do que a saúde humana, eu quero fazer uma analogia à saúde financeira e econômica do País. Se nós estamos hoje com as nossas reservas recheadas, quase 90% disso dizem respeito ao agronegócio brasileiro. Mas, por trás de todas essas reservas, por trás de tudo isso, nós temos uma sensibilidade enorme, por sermos um país gigante, um país que tem uma tecnologia avançadíssima na produção de grãos e de carne. Mas, ao mesmo tempo, é um país tropical e talvez um dos países que maior risco enfrenta em termos de doenças animais e vegetais todos os anos.

Então, quando se lê na imprensa que o Brasil é o campeão de uso de agroquímicos não é porque os produtores gostem de jogar dinheiro fora e aplicar agroquímico nos nossos produtos. É porque nós fazemos parte de um país tropical, devido à nossa temperatura, ao nosso clima e à umidade, é um país muito mais propício a disseminação dessas doenças. Então, não se trata apenas de ser aqui uma Senadora que luta pelo setor agropecuário, absolutamente. Os produtores não têm sequer a noção disso diretamente.

Eu estou aqui tratando de um assunto do País e não de um setor específico, mas da economia nacional. E eu quero lembrar, Sr. Presidente, com relação aos números da defesa agropecuária. De 2001 a 2012, Senador Pimentel, foram investidos em média, nos últimos doze anos, 0,01% do PIB do agronegócio em sanidade animal. Quer dizer, isso é um número irrisório. É porque eu tenho convicção de que Deus realmente é brasileiro e de que nós temos uma grande sorte de não termos tido condições piores do que já passamos em algumas fases no Brasil.

Em 2013, a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, responsável pela sanidade animal e vegetal, foi uma das afetadas pelo corte de R\$10 bilhões no Orçamento Geral da União.

Então, se eu sou um produtor rural europeu, se eu estou lá na Europa, na Comunidade Europeia, eu não preciso embargar, vir aqui para embargar produto brasileiro. Basta eu vigiar a execução orçamentária da defesa agropecuária brasileira que eu já começo a colocar em risco as nossas exportações.

E, para tranquilizar o Senador Pimentel, eu quero ainda lembrar que, dos R\$417 milhões orçados para a Pasta, cerca de R\$240 milhões estão contingenciados, ou seja, a metade da defesa agropecuária está contingenciada.

Agora, com base nos dados divulgados pelo próprio Governo, em fevereiro de 2014, para a programação orçamentária de 2014, ainda deste ano, se nós não contingenciarmos os recursos da defesa, isso significa, Senador Pimentel, 0,005% do que poderá ser contingenciado a mais para o Governo. É um número muito pequeno em favor do risco que nós poderemos correr caso esses recursos sejam contingenciados.

Eu não quero aqui, de forma alguma, radicalizar. Eu quero encontrar uma solução. Nós podemos contemporarizar com 50% este ano, com 80% no ano que vem, fazer um escalonamento, ou começar com 100% no ano que vem, mas a sinalização do País é de que a defesa agropecuária é de tamanha importância que não pode ser contingenciada; neste momento em que os acordos comerciais estão sendo implementados, especialmente com a Europa, onde os “produtores”, entre aspas, uma maneira de dizer, um dos maiores inimigos desse acordo comercial com a União Europeia, vão utilizar desses argumentos para nos prejudicar, e assim os outros países.

Então é muito importante, neste momento desse fechamento que estamos aguardando, com tanta ansiedade, com o acordo de livre comércio do Mercosul, com a União Europeia e outros acordos possíveis em andamento, que nós déssemos uma sinalização de um não contingenciamento, Senador Pimentel, de pelo menos uma parte neste ano; que pudéssemos discutir tudo isso sem nenhuma radicalização, mas eu peço que essa sinalização possa ser mantida e que nós possamos manter neste relatório algum tipo de condição e de segurança à defesa agropecuária do País.

Nós temos uma divisa enorme, uma divisa perigosa, principalmente com o Paraguai e com a Bolívia. São países que nós respeitamos, mas que não têm a preocupação e não têm o mesmo sistema de defesa que nós temos.

O Mato Grosso do Sul tem sido um Estado altamente prejudicado, e conseqüentemente todo o País, com relação à questão da febre aftosa ali na divisa com o Paraguai, que não é do Mato Grosso do Sul, mas que herda nessa divisa seca a dificuldade da contaminação da aftosa.

Então, eu encerro aqui as minhas palavras, dizendo que é muito pouco, é um percentual pequeno, mas de um setor que construiu mais de 300 bilhões de reservas comerciais, de reservas cambiais para o País. Eu acho que dava para abrir mão desse percentual, para que essa sinalização para o Brasil e para o mundo ficasse assegurada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, dizer que sou muito simpático ao projeto da Senadora Kátia Abreu. Realmente, o que o Orçamento Geral da União destina para essa atividade é muito pouco. O dado que ela apresentou é 0,005% do conjunto do Orçamento. E, quando nós comparamos a insignificância relativa dessa verba com o efeito que um bom programa de sanidade animal tem de prevenção a doenças que podem, de repente, na sua eclosão súbita, arruinar um setor da economia brasileira que tem sido o grande responsável pela manutenção do nosso nível de crescimento um pouco acima do nível de flutuação, eu me inclino a apoiar o projeto.

Eu me lembro, Presidente, quando da eclosão da chamada crise da vaca louca, no governo Fernando Henrique. Lembro-me do corre-corre, da loucura que foi – felizmente, sob a direção de um Ministro da Agricultura extraordinariamente competente, o Ministro Pratini de Moraes – para criarmos um sistema de rastreamento do nosso gado. Foi preciso improvisar, correr, para evitar que se aprofundasse a crise, que teria um resultado extremamente danoso para a economia nacional, para os empregos, para a nossa balança comercial.

Enfim, mais vale prevenir do que remediar. Essa verba é para prevenir, porque, depois, quando temos uma epidemia como essa da vaca louca ou uma simples suspeita de uma epidemia, a vaca já foi para o brejo, literalmente.

Bem, o Senador Pimentel alega que o Orçamento já é muito engessado, e é preciso que o Governo contingencie os recursos aprovados pelo Congresso. Acontece, Sr. Presidente, que o Governo brasileiro e a sua maioria parlamentar brincam de orçamento. Essa é a realidade dos fatos. O Orçamento brasileiro é elaborado em condições que não condizem com a ambição do Brasil, que não condizem com o tamanho da nossa economia, com a complexidade da nossa economia e com a repercussão dos gastos públicos sobre essa economia.

Veja: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deveria balizar a aprovação do Orçamento, encaminhada, claro, no tempo que a Constituição determina ao Congresso Nacional, em abril, só foi aprovada no final do ano, quando o Orçamento já estava em discussão, quando estávamos discutindo aqui algo que foi chamado depois de Orçamento impositivo. Tratava-se de tornar impositiva uma fração infinitesimal do Orçamento, que eram as emendas parlamentares individuais. V. Ex<sup>a</sup> se lembra. Não houve LDO no Brasil enquanto não chegasse ao seu desfecho a novela do Orçamento impositivo, que, aliás, foi aprovado e não está sendo cumprido pelo Governo – a LDO! Quer dizer, isso é uma brincadeira. O Orçamento é elaborado em bases irrealistas. A proposta de Lei Orçamentária para 2014 foi enviada ao Congresso, tendo, por exemplo, como uma das suas balizas uma previsão de crescimento de 4%, quando tudo, tudo indicava que não atingiríamos os 4%. No Congresso Nacional, por emenda parlamentar, essa previsão de 4% foi reduzida para 3,4%.

Então, chega aqui e começam a se inflar as receitas para poder dar conta das despesas que são acrescidas para contentar essa base parlamentar oceânica do Governo, que não sabe, que não tem condições ou não pode defender um mínimo de priorização nos gastos públicos. É preciso pescar em todas as águas, para poder, minimamente, aprovar o Orçamento.

O resultado é um Orçamento irrealista, um Orçamento que já começa a sua execução devendo restos a pagar, que, neste ano, ultrapassam R\$230 bilhões. O Orçamento já começa no vermelho. Então, é óbvio que o Governo tem de contingenciar. É óbvio!

Quer dizer, um Governo que não zela pela rigorosa elaboração da lei fundamental das finanças públicas no País, que é o Orçamento anual. Então, evidentemente, um Governo que vive de expediente tem de recorrer a este expediente que é o contingenciamento. Existem assuntos no Governo que são considerados insuscetíveis de contingenciamento; são os temas estratégicos.

Ora, eu considero que a agropecuária brasileira é, sim, estratégica. É, sim, um setor estratégico da economia e que merece e deve merecer um tratamento melhor em termos orçamentários e em termos administrativos, porque é preciso que se faça também a conta de quantas vezes no Governo Dilma, mudou-se o titular, o responsável por essa área no Ministério da Agricultura. Por cinco ou seis vezes já se mudou o titular dessa área, abrindo-se, portanto, o campo para a improvisação, institucionalizando a improvisação e a descontinuidade administrativa em um setor tão fundamental.

Então, respeitando os argumentos do meu querido amigo Líder do Governo no Congresso, voto a favor do projeto da Senadora Kátia Abreu.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O próximo inscrito é o Senador Luiz Henrique.

Estão inscritos, depois do Senador Luiz Henrique, o Senador Waldemir Moka, o Senador José Agripino Maia, a Senadora Ana Amélia e a Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa é uma matéria da maior relevância, da maior importância e da maior prioridade para o nosso País. Por isso, Sr. Presidente, quero fazer um apelo no sentido de que possamos, dentro de uma semana, até a próxima reunião, estabelecer um entendimento entre nós para aprovação desta matéria.

Respeitando as ponderações do ilustre Relator, Senador José Pimentel, que, ao entender que o Orçamento já está com um nível de vinculação mais do que elevado, 88,3%, não quer “abrir a porteira”, já que estamos falando em matéria agrícola, para mais uma vinculação.

Creio que a preocupação do ilustre Relator é de que isso crie um precedente para outras e novas propostas de vinculação orçamentária.

Mas essa é uma matéria especial, essa é uma matéria extraordinária. Essa é uma matéria que deve ser entendida como de caráter prioritário para a Nação. Eu quero lhes dizer sem pretensão alguma que falo com autoridade sobre defesa sanitária. Nós estruturamos, de forma vigorosa, a defesa sanitária em nosso Estado. Nós constituímos equipes e, ao longo de nossas fronteiras, estabelecemos barreiras sanitárias, inspecionando os veículos que transitam de território estrangeiro e de outros territórios para o Estado de Santa Catarina.

Concuramos e contratamos centenas de médicos veterinários, agrônomos, técnicos agrícolas, e o resultado disso foi que recebemos um galardão, o único galardão neste País: Santa Catarina é o único Estado livre de aftosa sem vacinação.

Com isso, alargamos as nossas fronteiras comerciais. País exigente sobremaneira em questão de sanidade animal, o Japão acaba de abrir as suas fronteiras para importação de carne suína de origem catarinense. E isso só aconteceu porque nós priorizamos a sanidade animal.

Eu entendo que o Congresso deve ser vetor para que a Nação como um todo – não apenas o Governo, mas que isso perpassa a cultura popular –, para que o cidadão entenda que isso é fundamental para a continuidade do desenvolvimento do nosso País; para que isso se estabeleça como uma cultura nacional. É fundamental que defesa sanitária seja prioridade número um desta República, uma política não de Governo, mas uma política de Estado, uma política que ultrapasse as fronteiras da governança nacional e estadual! Mas que seja uma política da Nação e do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, volto a fazer um apelo: vamos fazer um entendimento sobre essa matéria e vamos aprová-la na próxima terça-feira.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Presidente, eu peço vista da matéria, atendendo o apelo do Senador.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ah, já tem pedido de vista.

Então, eu tento fazer minhas as palavras do Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Em função disso, é que eu estou propondo um entendimento entre os Líderes, para que, em mais uma semana, possamos elaborar um acordo a respeito desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sem desconsiderar as próximas falas, eu queria perguntar ao Senador Waldemir Moka, à Senadora Kátia Abreu, ao Senador José Pimentel, se é possível a gente caminhar nesse entendimento proposto pelo Senador Luiz Henrique.

Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida nenhuma. Eu ia propor... Esse é o melhor caminho.

Eu só quero lembrar uma questão. Esse recurso... Primeiro, se pegarmos a carne, por exemplo, nós estamos falando de US\$6 bilhões de exportação. Nós conseguimos colocar um pouco mais de trezentos e poucos milhões na defesa. Aí contingenciamos, e esse recurso tem que ir para os Estados para fazer os convênios.

Em Mato Grosso do Sul, que já passou por um prejuízo com a febre aftosa, nós estamos caminhando, a exemplo de Santa Catarina, para fazer exportação livre, sem vacinação. Veja que beleza! Isso foi conseguido a duras penas. É um investimento maciço. Agora, contingenciamos, entram na febre aftosa, acabou.

Então, eu acho que o Senador Luiz Henrique tem razão, mas o que é mais grave – e eu, infelizmente, com dor no coração, tenho que dizer – é que o Governo, o Ministério do Planejamento pede para fazer o corte. E o próprio Ministério da Agricultura indica corte nessa área. Isso é que eu não consigo entender. Isso eu não consigo entender, Sr. Presidente!

Por isso, eu acho que, com uma semana a mais, nós haveremos de colocar, mas nós temos também de dizer que o Ministério da Agricultura poderia orientar outros cortes, em qualquer outro lugar, menos nessa área tão vital para a economia e para o próprio setor agropecuário. Sem falar: ferrugem da soja, está entrando essa lagarta... Nós temos uma série de problemas e não podemos brincar com isso.

Então, temos de colocar essa questão: que o Ministério do Planejamento pede para que se faça o contingenciamento.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, Sr. Presidente, eu concordo. Acho até que falei demais, mas, em função do meu Estado, eu também não poderia deixar de me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Olha, temos três inscritos. Estamos caminhando aqui para um entendimento, mas estão inscritos ainda o Senador José Agripino Maia, a Senadora Ana Amélia e a Senadora Gleisi Hoffmann.

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoria/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser rápido.

Essa matéria eu reputo da maior importância, porque eu vivi a experiência da febre aftosa dentro do meu Estado, impedindo a venda de carne de gado do Rio Grande do Norte para o resto do Brasil inteiro; o que dirá para o exterior.

Veja bem. Existe a verba de prevenção a calamidades públicas, e no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Rio de Janeiro toda vida, quando acontece uma calamidade, são apontados os números dos recursos que estão no Orçamento, destináveis a calamidades públicas, e não são liberados nem 10%, nem 15%. Mas estão no Orçamento.

Ora, a prevenção de doenças no setor animal num país como o Brasil, que tem vocação natural para o setor primário, é calamidade total. Tive a experiência no meu Estado. A aftosa criou uma dificuldade para milhares de criadores, milhares. Foi uma calamidade.

Então, o projeto da Senadora Kátia Abreu, na verdade, é uma atitude política preventiva, e eu gostaria de fazer um apelo aqui aos Senadores da base do Governo, do PT, para que entendessem o posicionamento político desta Comissão com relação a um fato técnico – Orçamento – mas com uma componente política enorme. Eu acho que o País tem obrigação de investir nas suas vocações naturais. A pecuária, a avicultura e a suinocultura são vocações naturais; são geradores de divisas no Brasil. Ninguém pode brincar com isso. Na hora em que você contingencia e evita liberação para os Estados fazerem convênios de prevenção a doenças no campo animal, você está atirando no coração da capacidade de o Brasil, pela sua produção, gerar equilíbrio de balança de pagamentos.

Por essa razão, entusiasticamente, vou votar a favor, agora, fazendo um apelo claro aos Líderes do PT, para que se chegue a um entendimento e essa matéria seja votada, até tendo em vista aquilo que acontece com as calamidades: a verba existe, a calamidade acontece e, quando acontece, verifica-se que 10% da verba foram liberados, para que não se repita coisa semelhante no setor animal, que é fundamental para a economia brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann, última Senadora inscrita.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

Só me cumpre aqui fazer alguns esclarecimentos, embora não discorde do encaminhamento, mas queira também fazer um apelo, porque acredito que uma semana é um prazo muito exíguo para que possamos encaminhar de maneira a ter um resultado prático sobre esse tema.

O que eu queria fazer de esclarecimento?

Primeiro, é importante dizer que os parâmetros que estamos utilizando para o Orçamento de 2014 são extremamente realistas. Quando da divulgação do superávit primário, de 1,9% há cerca de duas semanas, o PIB utilizado foi de 2,5%. Portanto, não há que se falar em referenciais que não são precisos ou que estão fora da realidade. Portanto, os valores que temos no Orçamento são os valores mais próximos da realidade.

Não me parece, Senador Aloysio, que o governo de V. Ex<sup>a</sup> usava números precisos no Orçamento ou parâmetros imutáveis, até porque, em se tratando de Orçamento, mexemos com estimativas e não com números determinados. Então, queria, primeiro, fazer esse esclarecimento.

Segundo, fazer um esclarecimento dos investimentos que estamos tendo em agricultura no Brasil nos últimos anos. Em 2002, tínhamos menos de R\$20 bilhões para fazer o financiamento da nossa safra. Agora, em 2014, nós temos, da safra 13/14, R\$157 bilhões, grande parte deles com juros subsidiados; ou seja, juros de 5,5%, juros negativos. Só para agricultura familiar, temos R\$21 bilhões. Portanto, temos crédito e condições para o nosso agricultor.

Fizemos nesse Plano Safra algumas inovações importantes, muitas inclusive discutidas com a CNA, com a Senadora Kátia Abreu, com o setor, para que pudéssemos avançar. Quero aqui falar do seguro agrícola, que, além do Proagro, é o seguro do subsídio ou prêmio. Nós temos hoje R\$700 milhões à disposição do agricultor. Nós aumentamos a nossa área segurada e um compromisso da Presidenta, para que, na próxima safra, aumentemos ainda mais os recursos em relação ao seguro agrícola.

Lançamos um plano de armazenagem, que prevê a parceria público-privada. Os juros para empréstimos de recursos para esse plano estão na casa de 3,5% no primeiro momento e 4,5% agora. Nunca tivemos um programa que tivesse como foco a armazenagem no País. Além de estarmos reorganizando os armazéns públicos da Conab, nós estamos implementando, com ajuda desta Casa, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Anater, que era uma reivindicação antiga da agricultura brasileira, não só para os pequenos

agricultores, mas também para os médios agricultores, que se ressentem da falta de assistência técnica. Eu digo isso porque há muita política pública, sim, para a agricultura brasileira.

Quero lembrar mais: em relação à *Helicoverpa* – esta foi uma discussão que travamos no Congresso Nacional, que chegou à Casa Civil e que pude acompanhar como Ministra –, nós aprovamos uma emenda numa medida provisória colocando um processo emergencial de importação de princípio ativo de defensivo agrícola que ainda não tivesse sido liberado no Brasil, para fazer frente a drogas desconhecidas. Pudemos enfrentar a *Helicoverpa* em razão disso. Aprovamos isso nessa MP e a regulamentamos em seguida, por um decreto da Presidenta. Assim, conseguimos importar o princípio ativo sem passar por todo o procedimento da Anvisa, sem descuidar da questão da saúde e da questão do meio ambiente. E tenho de dizer que já estamos trabalhando na melhoria das condições de análise da Anvisa para a liberação de princípios ativos de defensivos agrícolas no País.

Concordo em que o tema é importante. Precisamos, sim, dar foco a esse tema. Eu queria sugerir, Senador Luiz Henrique, dentro do que o senhor colocou aqui, de nós retirarmos o projeto para termos uma conversa mais aprofundada, que nós pudéssemos ter um pouco mais de tempo. Conversei aqui com a Senadora Kátia Abreu. Acredito que esse é um tema que pode, assim como foi o Seguro Armazenagem e Assistência Técnica, fazer parte de um programa especial no novo Plano Safra, que a Presidenta deve anunciar agora, entre maio e junho deste ano.

Nós podemos fazer um esforço aqui, junto com a Senadora Kátia Abreu, com o Senador Moka, com V. Ex<sup>a</sup>, para apresentar uma proposta ao Executivo, à Presidenta, do que seria um plano estruturado, para que possa haver um bom serviço de defesa da nossa agricultura.

Então, eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente, para que não remarcássemos esse tema para a próxima semana, porque, na realidade, nós não vamos ter condições de fazer uma discussão que realmente traga solução. Penso que, aqui, todos nós estamos muito imbuídos, com muita vontade de trazer uma solução, assim como trouxemos soluções para esses outros assuntos que aqui relatei.

Muito obrigado.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Sr. Presidente, invoco o art. 14 do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Depois, para finalizar, falará a Senadora Kátia Abreu.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a Senadora Gleisi Hoffmann utilizou uma técnica, eu diria, que consiste em tentar afogar um peixinho, um lambari, num oceano. Nós estamos diante de um lambari, de um peixe pequeno, de uma verba infinitesimal em relação ao conjunto do Orçamento da União, no entanto da mais alta importância para um setor estratégico, para a economia nacional, para a vida brasileira, que é fazer prevenção num setor de defesa agropecuária.

Ela, então, faz todo um balanço do Ministério da Agricultura, do que fez, do que não fez etc. E sugere discutir esse tema no conjunto dos temas do Ministério da Agricultura. Ora, isso é, pura e simplesmente, enrolação. É enrolação!

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Desculpe-me, Senador! Não foi o que sugeri. Fiz uma proposta objetiva e bem prática.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Se a Senadora Kátia Abreu concordar com isso... Ela é a autora do projeto. Ela é a autora do projeto, ela concorda. Agora, evidentemente, trata-se de afogar um peixe no oceano. Vamos discutir a defesa agropecuária, um setor em que o Governo está brincando. O Governo está brincando com coisa séria. Colocou um advogado para cuidar desse setor, contra a manifestação unânime dos técnicos que atuam na área. Faz política, faz loteamento político desse cargo. Contingência, sem dó nem piedade, os recursos destinados a essa área.

Então, se a Senadora Kátia Abreu e a base do Governo quiserem discutir isso dentro de um plano estratégico de recuperação da agricultura, se quiserem colocar isso no PAC, nas relações internacionais do Brasil, que o façam! Eu é que não vou entrar nessa conversa!

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Desculpe-me, Senador, mas não é enrolação. É quem tem dados concretos para mostrar sobre investimento na agricultura.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu a inscrevo, Senadora Gleisi.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – O que V. Ex<sup>a</sup> pretende é isso...

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O Senador está sendo deselegante.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – ...dentro da completa reorganização do setor agrícola brasileiro, o que considero um método diversionista, para não falar que é enrolação.

Agora, quanto ao número do Orçamento, repito: a proposta orçamentária, Senadora Gleisi Hoffmann – a senhora era a Chefe da Casa Civil –, foi enviada para o Congresso com a previsão de crescimento do PIB de 4%;

na tramitação, essa estimativa foi reduzida para 3,8%; e, agora, no contingenciamento, foi utilizado o número de 2,5%. Então, a minha informação está absolutamente correta.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu não a questionei. Apenas esclareci.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – A senhora a questionou, sim!

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, eu apenas esclareci.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

**A SRª KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Sr. Presidente, assim como os Senadores, eu concordo em que nós possamos elaborar um acordo. É importante a vontade dos Senadores, a manifestação de todos. Acho que todos nesta Casa sabem o que o setor significa. É um setor de todos, não mais de uma Bancada rural, mas de uma Bancada do Senado Federal. Isso é de uma grandeza sem limites. Mas quero dizer que confio que nas próximas semanas encontraremos, sim, uma forma de aprovar este projeto, de garantir essa sinalização.

E quero, Sr. Presidente, Senadores, fazer justiça, aqui, dizendo que quanto a essas citações feitas pela Ministra Gleisi Hoffmann, eu, como Presidente da CNA, tenho de testemunhar que são verdadeiras. Os pleitos da Confederação com a OCB, com a sociedade rural, com todas as entidades felizmente estão sendo atendidos, bem como as principais demandas que ao longo dos anos não conseguíamos resolver por questões outras.

O País passou por dificuldades, por situações e conflitos diferentes, mas, felizmente, já temos nossa Agência de Extensão Rural aprovada, por unanimidade, nesta Casa; o Seguro Agrícola; a armazenagem, que precisamos superar não por um partido, por um governo, mas pelos brasileiros. E nós temos dois gargalos ainda para resolver, que são: os recursos de defesa agropecuária e a questão dos agroquímicos com relação à Anvisa. Com esses dois problemas solucionados, nós estaremos em paz para aumentar a nossa produção, aumentar as nossas exportações e, principalmente, selar os acordos comerciais dos quais tanto precisamos.

Por último, tenho que lembrar os portos, porque esta Casa também fez bonito, votou essa matéria maravilhosa, fazendo com que os portos pudessem ser abertos. E nós estamos otimistas com relação a essas condições de exportação e de melhorar a *performance* do agro. Mas tenho convicção, a confiança absoluta de que vamos encontrar, nos próximos dias, nas próximas semanas, no mais tardar em duas semanas, um caminho para garantir os recursos da defesa. E nós temos segurança total na nossa produção e produtividade.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu queria fazer uma sugestão aqui...

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu passo a palavra a V. Exª, Senador Blairo Maggi, em seguida.

Só queria fazer uma sugestão. Vai haver negociação agora. Se fosse possível não mexermos na Lei de Responsabilidade Fiscal, acharmos outro caminho... Tem a discussão da LDO. Talvez prever-se um não contingenciamento na LDO. Mas acho que esse tema colocado desta forma na Lei de Responsabilidade Fiscal é temerário. Estou dando essa opinião aqui.

Se a negociação pudesse ser conduzida de fato prevendo o não contingenciamento, mas sem mexer e alterar a LRF... Então, essa é uma sugestão deste Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Há dois últimos inscritos, o Senador José Pimentel e o Senador Blairo Maggi.

Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a discussão aqui, ao que me parece, é que todos chegaram à conclusão de que o número, o percentual a ser reduzido é bastante pequeno. Também concordo que é bastante pequeno. Em exemplo, Srªs e Srs. Senadores, do que fizemos há duas semanas, quando deixamos de votar um projeto de lei cujo relator era o Senador Luiz Henrique sobre a questão do endividamento dos Estados e dos Municípios, porque havia pedido do Governo para não comprometer a imagem do País em relação aos quesitos fiscais, essa questão agora apresenta a mesma situação. Talvez não seja o valor, mas isso representa e sinaliza para o mercado internacional de alimentos que o Brasil não tem postura mais firme, mais determinada com respeito à sanidade animal e vegetal.

Ora, para um País que tem literalmente salvado a sua lavoura com as exportações de produtos agrícolas ou manufaturados a partir do Brasil, quer seja da pequena, da média ou da grande agricultura, quando as mercadorias chegam ao exterior, estão no porão do navio, ninguém quer saber quem produziu; chegaram e estão lá. E é muito diferente do que muitos ainda imaginam. A agricultura feita à base da enxada, à base do arado e do boi já não existe mais. Hoje é alta tecnologia, seja do pequeno ou médio produtor. E nós, que temos a necessidade de trazer divisas para o País através desse modelo de agricultura que temos, precisamos dar um sinal firme e positivo.

Então, Sr. Presidente, a minha posição é a seguinte: se não podemos mexer em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós também não podemos dar um sinal trocado, no sentido de que o País não cuide da sua

principal atividade econômica hoje, que é a agricultura, que é a pecuária, que é a exportação, a partir daquilo que se diz primário, e muita gente entende que, por ser primário, não tem importância. Muito pelo contrário, primário significa que vem primeiro e é o mais importante. O próprio país mais importante economicamente do mundo hoje, os Estados Unidos da América do Norte, antes de ser uma potência militar e uma potência industrial, é uma potência agrícola. É a maior potência agrícola do mundo. E cuida disso com esmero, de várias formas. Por exemplo, a hidrovia que eles mais usam no país para retirar a produção do Centro-Oeste americano está na Constituição. E quem cuida disso é o Exército. Nem se discutem outras coisas, como nós discutimos.

Então, preservar, cuidar do agronegócio – e aí eu incluo todos – é papel, sim, relevante, importante deste Senado. Por isso, se temos que fazer um entendimento, vamos fazer um entendimento, mas não podemos retirar o dinheiro que aí está colocado, porque, aí, sim, seria um sinal trocado.

Obrigado.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Aloysio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão, na linha do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e também na do Senador Blairo Maggi. Para preservar a integridade da Lei de Responsabilidade Fiscal, por que não transformamos essa proposição numa emenda à LDO atual?

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Acho que esse é o melhor caminho.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Porque é possível mudar essa LDO. Já houve aqui inclusive mudança por medida provisória, no curso do exercício. Mudar-se-ia a natureza da proposição, o objeto da proposição, de modo a manter o mesmo objetivo, mas preservando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que esse é o melhor caminho, Senador Aloysio Nunes, dentro desse espírito de retirada de pauta e negociação.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (Bloco Maioria/PMDB - TO) – No ano passado, inclusive, foi aprovado na LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Acho que esse poderia ser o caminho para discutirmos.

Senadora Ana Amélia.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu presidi a Comissão Mista de Orçamento e, no ano em que presidi, na LDO nós colocamos esse dispositivo, e não foi contingenciado recurso para as questões sanitárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Exatamente.

Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Srs. Senadores, o essencial foi dito aqui. Eu até tenho pouca coisa, Senador Suplicy, a acrescentar, mas eu queria também fazer homenagem ao autor desse projeto, Senador Antonio Russo, e também ao trabalho realizado e aprovado em duas comissões, por entender a relevância disso.

O Senador Aloysio mencionou a questão quando o Canadá insinuou que o Brasil tinha a vaca louca. O tema teve uma enorme repercussão no Brasil, e permitiu-se ver – porque se fala muito na exportação – que 90%, 80% da carne bovina produzida no Brasil é consumida no mercado interno. Quase 80%.

Portanto, nós estamos falando da saúde dos consumidores brasileiros, em primeiro lugar. Em segundo lugar, nós temos zonas de excelência e temos que pensar não só na questão da sanidade, digamos, na aplicação de uma vacina, necessária para o combate à aftosa, no caso do gado, mas também das epidemias, das doenças, que atrapalham ou que comprometem a qualidade das nossas frutas. O Brasil, hoje, é um exportador também de frutas, e o mercado interno brasileiro é um alto consumidor não só do que nós produzimos, mas do que se importa. Estamos comprando maçã da Itália, Senador Luiz Henrique. Da Itália! Maçã da Itália! Comprávamos da Argentina e estamos comprando da Itália.

Santa Catarina é um exemplo – V. Ex<sup>a</sup> falou agora – em matéria de controle sanitário. Em determinado período, o Rio Grande do Sul chegou a ter uma encrenca por conta das barreiras que Santa Catarina fez no seu território para assegurar a sanidade vegetal e animal em Santa Catarina. E hoje é o único Estado brasileiro, reconhecido pela Organização Internacional de Epizootias, livre de aftosa sem vacinação. A entidade internacional, com sede em Paris, fez um reconhecimento, eu diria, extraordinário, porque ele não o faz, considerando um território conjunto, continental, como o Brasil, excetuando um Estado que fica entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, que tem aftosa com vacinação, controle com vacinação.

Então, nós temos essa zona de excelência graças a um empenho do Estado, dos orçamentos cada vez menores para o controle sanitário.

Pensar também na reestruturação do sistema dos fiscais federais agropecuários, que de vez em quando fazem greve, por quê? Porque a estrutura desse setor está, de alguma maneira, desassistida.

Quando nos anos 90 os canadenses vieram com essa suspeita, foi permitido mostrar a qualidade do que era a produção pecuária brasileira, de todos os níveis, do pequeno, do médio, do grande, todos foram mostrados. Não só a pecuária no pasto, mas também a indústria, o grau de modernização da indústria brasileira nesse setor. Como disse, a maior parte da carne que consumimos e das frutas é do mercado interno, porque o mercado interno é gigantesco. Então, é o mercado consumidor brasileiro que temos que nos preocupar com a saúde.

Dessa forma, entendo também uma alternativa negociada para salvar a essência desse projeto de grande valia. Sou também favorável ao destaque da Senadora Kátia Abreu, mas penso que o encaminhamento sugerido é da melhor qualidade. Acho que com isso estamos mostrando, como já fez o Chile – que é um grande exemplo na América Latina – em relação ao que fazem com o controle sanitário.

Então, queria cumprimentar a todos pelo que foi feito agora e pelo debate tão rico a respeito dessa matéria. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador José Pimentel, encerrando.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, todos nós temos clareza da importância desses recursos. Não temos qualquer margem de dúvida, seja para com a oposição ou com a base do Governo. O que nós estamos discutindo é a melhor forma de resolver isso.

Temos uma pendência, que vem se arrastando há alguns anos, que é a equalização na aquisição do leite pelas cooperativas, em especial as cooperativas da agricultura familiar, mas toda a cadeia do leite. Esse tema estava na agenda há um bom tempo e estamos resolvendo na Medida Provisória nº 628, porque dialoga com esse setor. É preciso um subsídio nessa equalização e está bem adiantado. O relator dessa matéria é o Senador Ricardo Ferraço. Ontem mesmo nós tivemos uma longa reunião envolvendo os vários setores para construir essa saída.

No que diz respeito ao contingenciamento, é bom registrar que isso é resultado da Lei de Responsabilidade Fiscal do ano 2000, que obriga o gestor público no Executivo, nos 60 primeiros dias após a sanção do orçamento, a apresentar um decreto de contingenciamento que tem como objetivo permitir a realização das receitas até atender as despesas. Se não fizer, cai no crime de responsabilidade.

É verdade que o Executivo fixa percentual e cada Ministério aplica esse contingenciamento. No mapa, nós tivemos, desta vez a exemplo de outras, uma mão pesada mais num setor do que no outro e nos cabe mediar. Essa mediação é exatamente a negociação que é proposta.

Comungo com aqueles que entendem que não devemos alterar a LRF, porque temos aqui um caminhão de projetos que dá mais de 100% do orçamento se atender alterando a LRF, mas precisamos construir uma saída; e esta saída é o que vou acolher. Vou retirar de pauta o projeto. No prazo de na próxima terça-feira, dia 18, se a gente construir, está resolvido. Se a gente não conseguir até o dia 18 chegar a um entendimento entre os nossos pares, aqueles que acompanham esse tema, a gente elastece, mas a data indicativa fica 18. Por que isso? Dia 18, na próxima terça-feira. Porque esperamos no dia 18 estarmos votando a MP 628, ou seja, o Senador Ricardo Ferraço...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Faria a proposta aqui de que ficasse para o dia 25 por um simples motivo: no dia 18 vamos ter aqui a presença do Presidente do Banco Central Tombini, e estava querendo fazer apenas uma reunião, às 10 horas, com o tema substituição tributária e os empréstimos. Às 11 horas começaríamos com o Presidente do Banco Central.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não há contradição, Presidente, porque nós trabalharíamos no dia 18 na medida provisória, sem prejuízo do momento em que vamos aqui trazer o resultado. O fato é que vamos encontrar uma saída.

Então, pediria ao nosso Presidente da Comissão que assim seja acordado, porque vai nos ajudar nesse diálogo com a Casa Civil, para, imediatamente, nós termos essa reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro. Eu acho que...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ...envolvendo os atores aqui. Não tem nenhum demérito à nossa Senadora, mas a gente vai deixá-la um pouco mais na Comissão, mas vamos pedir à Casa Civil para nos ajudar nessa articulação...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ...por envolver mais de um Ministério e...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Acho que foi muito bem encaminhado por V. Ex<sup>a</sup>. Eu acho que a gente encerra esse ponto agora.

Eu estava querendo entrar... Eu sei que o Senador Eduardo Amorim está aí pronto para fazer o relatório do item nº 4, mas, como nós estamos com quórum, eu queria avançar para o item nº 7, que é terminativo. Depois, Senador Eduardo Amorim, nós voltaríamos ao item nº 4, porque eu tenho, aqui, a preocupação com a perda do quórum. Nós estamos por um Senador.

Então, se V. Ex<sup>a</sup> compreender, eu queria ir para o item nº 7.

#### **ITEM 7**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 452, de 2012**

**- Terminativo -**

**Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, para instituir isenção de pagamento de pedágio em rodovias em favor das pessoas com deficiência.**

**Autoria:** Ana Amélia

**Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Waldemir Moka

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta, e da Emenda nº 1-CDH.

**Observações:** 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Lembro que o projeto é Terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator, Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, para o ganho de tempo eu vou direto à análise, porque a análise toca em todos os pontos importantes.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE o exame do aspecto econômico-financeiro da matéria, além das questões de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, uma vez que se trata de decisão terminativa sem que haja audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Nesse sentido, cabe notar que o projeto não possui vício de constitucionalidade, pois a matéria de que trata se insere na competência da União para legislar privativamente sobre transportes, como prevê o inciso XI do art. 22 da Constituição Federal, e não incide em nenhuma das hipóteses de reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo, previstas no § 1º do art. 61. Também não há vícios de juridicidade ou de regimentalidade. A técnica legislativa é adequada tendo sido aprimorada pela emenda de redação oferecida pela Comissão de Direitos Humanos.

Quanto ao mérito, do ponto de vista do direito das pessoas com deficiência a matéria já foi analisada pela Comissão de Direitos Humanos, recebendo parecer favorável, com o qual concordamos – o Relator, o eminente Senador Randolfe Rodrigues aqui presente. Do ponto de vista econômico, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das relações contratuais entre o Poder Público e as concessionárias de rodovias, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, determina, em seu art. 35, a previsão em lei da origem dos recursos que custearão o benefício, ou a revisão da estrutura tarifária. Como o projeto em análise é silente sobre recursos orçamentários, conclui-se que o benefício seria custeado pelo aumento do valor do pedágio para os demais motoristas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que 13,6% da população brasileira tenham algum grau de deficiência motora ou auditiva, que nem sempre impedem o cidadão de conduzir veículo automotor. Não se sabe, contudo, entre essas pessoas com deficiência, em que proporção estão habilitadas a conduzir veículos.

Se a proporção de pessoas com deficiência entre os condutores for a mesma da população geral, as concessionárias de pedágio teriam uma queda de 13,6% em sua receita bruta com a aprovação do PLS em análise. Para restabelecer o equilíbrio do contrato, neste caso, haveria um aumento de 15,7% nas tarifas de pedágios para os demais pagantes.

É evidente, portanto, que é preciso impor limites à gratuidade, para conferir viabilidade econômica à proposta. Tal limitação pode se dar em função de fatores como a renda da pessoa com deficiência, o grau de comprometimento da sua acessibilidade e os recursos médico-hospitalares de que necessita alcançando a rodovia.

Por se tratar de matéria eminentemente técnica e sujeita a atualizações constantes, não seria conveniente fixar tais parâmetros em lei. Optou-se, portanto, por remeter a matéria à regulamentação do Poder Executivo.

Com esse aprimoramento, o PLS nº 452, de 2012, merece o apoio desta Casa Legislativa.

O voto e o relatório da Senadora Lúcia Vânia – eu sou apenas o Relator *ad hoc*.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 452, de 2012, com as alterações decorrentes da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos e da emenda seguinte:

Emenda da CAE.

Acrescente-se à redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 452, de 2012, para a alínea “b” do inciso V do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a expressão “nos termos do regulamento”. Ou seja, o projeto de lei remete para que o Executivo possa regulamentar.

É esse o nosso voto. É esse o relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Para discutir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a S. Exª o Sr. Senador Walde-mir Moka.

A matéria está em discussão.

Para discutir, pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria agradecer ao Senador Moka pela relatoria *ad hoc* do Relatório da Senadora Lúcia Vânia e dizer que a maior parte das minhas iniciativas legislativas vêm de participação popular. E essa não foi diferente, veio do cidadão Kaler Ferreira, que sequer pessoalmente conheço, de uma pequena cidade na zona sul do Rio Grande do Sul, chamada Canguçu, que é conhecida por ser a capital brasileira da agricultura familiar. Eu acolhi essa sugestão exatamente na argumentação feita, pela pessoa que fez a sugestão. Nesse aspecto, pelos avanços e pelo alcance social da medida, penso que ela seja de aquiescência também da base do Governo, embora possa ter ajustes, como grandes debates que tivemos há pouco, em relação à sanidade e aos recursos para a área sanitária. Mas penso que seria conveniente aprovar a matéria, que já esteve na Comissão de Direitos Humanos, com a relatoria competente do Senador Randolfe Rodrigues.

Agradeço, então, ao Senador Moka e ao Presidente Lindbergh Farias pela inclusão na pauta desta manhã. Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a intervenção da autora, Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, vejo méritos na iniciativa da Senadora Ana Amélia, mas eu gostaria de fazer uma indagação, pois o projeto visa a que haja isenção de pagamento de pedágio em rodovias em favor de pessoas com deficiência. Ou seja, quando pessoas com deficiência forem os motoristas de veículos é que serão isentas? Ou se naquele veículo estiver alguma pessoa com deficiência vai haver a isenção? Essa é a primeira indagação.

Segunda indagação: como será feita a averiguação? Terá a pessoa com deficiência alguma documentação para que rapidamente ela seja identificada por ter deficiência ou terá o responsável pela cabine do pedágio que averiguar e isso eventualmente causar alguma delonga na fila do pagamento do pedágio?

São questões práticas, mas que me vieram à mente. E eu agradeço se a própria autora puder respondê-las.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço muito...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, eu agradeço muito as indagações do Senador Eduardo Suplicy. Ele vai exatamente ao ponto.

Em primeiro lugar, hoje, de acordo com a legislação de proteção às pessoas portadoras de deficiência, elas são identificadas porque os automóveis já são identificados. Então, isso já facilitaria. No projeto, nós tentamos ampliar para uma pessoa da família, pois há deficiente que não pode dirigir. Há muitos paraplégicos e tetraplégicos que dirigem automóveis adaptados. Nesse caso, é ele que dirige. Conheço um jovem, o Márcio, que trabalha numa revenda de automóveis. Ele é cadeirante, tem uma cadeira que se adapta ao carro, e ele mesmo dirige o automóvel, porque o carro é adaptado. Então, já está identificado. E o projeto trata apenas de motorista portador de deficiência.

Também tentamos imaginar, na discussão que tivemos com as relatorias e com a Consultoria Legislativa do Senado, que, dependendo da deficiência da pessoa, ela não pudesse dirigir e precisasse de um motorista para levá-la a um atendimento médico, ou qualquer tipo de mobilidade de que precisasse. Mas esse ponto não foi acolhido, então mantivemos apenas o portador da deficiência.

Sou autora também de um projeto, que veio da Base, no sentido de permitir mudança na sinalização para os daltônicos, que têm uma percepção diferente das cores. O Ministério das Cidades e o Denatran foram contrários. Mas esse é um outro projeto.

Neste caso, Senador Suplicy, os carros já são identificados, e é apenas para o portador de deficiência. E eu não acredito, sinceramente, que seja um percentual como esse do IBGE, que é um número muito grande. Pela experiência, nós que andamos pelas rodovias sabemos que não é um número significativo. E também não penso que, na regulamentação, haja motivo para reajustar em 15% a tarifa do pedágio para custear essa despesa, que será mínima para as concessionárias de rodovias. Das que foram, porque grande parte delas não paga pedágio.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Já vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Convido os Srs. Senadores que estão em seus gabinetes e que são membros desta Comissão que se façam presentes para votarmos esta e outras matérias terminativas.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu penso que, na regulamentação, podemos definir o universo da utilização por pessoas com deficiência desse direito. Se, de fato, formos considerar o que o IBGE apresenta hoje, haverá um universo muito grande. Por qualquer problema de vista, a pessoa se autotransmite com deficiência. Então, haveria um universo grande. Nós temos que ter uma visão, na regulamentação, muito mais restritiva.

A minha única preocupação, Senadora Ana Amélia, é em razão da fonte de recursos para o ressarcimento da concessionária. Porque nós podemos até sensibilizar as concessionárias de que elas têm que abrir mão de receita ou colocar isso na responsabilidade social, enfim, mas nós sabemos que esse é um processo econômico, não existe uma sensibilização aí. Há um contrato – é o que o Senador Armando Monteiro está dizendo –, que foi feito com regras, o que seria despesa, quais seriam as receitas. Só estou dizendo isto porque, se não colocarmos a fonte de receita, teremos um problema inclusive de constitucionalidade do projeto. Claro que a discussão a respeito da constitucionalidade não será feita nesta Comissão, mas terá de acontecer, porque nós temos que apontar de onde sairá esse recurso, já que nós não podemos impor à empresa que o faça. A minha única preocupação é que aprovemos um projeto, que eu acho que tem seus méritos e tem muita relevância, e ele se torne inócuo. Eu acho que nós teríamos que achar uma saída para que pudéssemos efetivar esse direito de fato.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Senadora, eu...

Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – A Senadora Gleisi Hoffmann também tem justificadas razões.

Foi abordado aqui...

Primeiro, como eu disse, não acredito que seja 13%; é um dado genérico sobre o universo a ser atendido.

Segundo, o Estatuto do Idoso criou um benefício de passagem gratuita nos ônibus interestaduais. E o que foi feito para acomodar e para não haver um custo para o setor, que é um setor privado que está abrindo mão de uma rentabilidade para atender uma questão social? A lei foi aprovada e se criou um limite: para cada uma das viagens, há dois lugares.

Então, a pessoa marca sua viagem e há apenas dois lugares para atender isso. Há um limite na regulamentação, para não comprometer a saúde financeira ou para não quebrar alguma cláusula contratual da concessionária com a rodovia, que faz para quê? Ela faz para a manutenção da rodovia, para uma série de coisas. Ela não faz para assistência social. Vamos dizer claramente como é isso, a cobertura dessa assistência social: nesse caso, a regulamentação definirá o limite do atendimento que não apresente risco para o contrato ou para a concessionária da rodovia. Então, é o limite que, na regulamentação, poderá ser definido claramente, já que nós estamos reduzindo apenas àqueles que são portadores de algum tipo de deficiência.

Penso que está muito claro, não há nenhum interesse nisso, e não vejo como está posto aqui, de dar uma autorização para aumentar 15%. Aí seria tudo o que as próprias concessionárias gostariam de defender. Não há justificativa para um aumento de 15% se for acolhido esse benefício; não há. Porque 15% é um aumento muito grande para atender uma demanda pequena. Evidentemente, ao longo do tempo, vai se ver se dará para

continuar com esse limite, um percentual de 2%, de 3% dos veículos que passam ali e que sejam de pessoas portadoras de deficiência, com esse direito. E também deve-se avaliar a condição financeira dessas pessoas; temos que ver esse lado e esse aspecto.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Consulta o Plenário se podemos fazer uma só votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam que seja procedido dessa forma permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a votação única.

Em votação o projeto e as Emendas nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e nº 2.

Como vota o Presidente desta Comissão, Senador Lindbergh Farias?

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Voto com relator e com a autora, a Senadora Ana Amélia.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota o Senador José Pimentel?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

**A SRA GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

**A SRA VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com a relatoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a Relatora. Com o Relator *ad hoc*.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Acompanho a relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Acompanho a relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

*(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O voto do Senador Waldemir Moka é óbvio, é voto conhecido, é o voto “sim”.

Como vota o Senador Romero Jucá?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, voto com o Relator e com a autora com muita satisfação. É um projeto merecido, justo, faz justiça a uma parte da sociedade brasileira importante. Portanto, o voto é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A Senadora Ana Amélia votaria somente nas emendas. O voto é conhecido.

Como vota o Senador Eduardo Amorim?

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

Parabenizo tanto a Senadora Ana Amélia, autora desse projeto, como também os Relatores. Justiça se faz.

Com toda a crença, não acredito que esse número seja tão expressivo, Senadora Ana Amélia. Está bem claro que isso se dá só naqueles casos previamente definidos. Parabéns pela grande iniciativa!

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM ao projeto 13 Srs. Senadores.

Em relação às Emendas nºs 1 e 2, foram 14 votos.

A Comissão aprova o projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos e da CAE, e com a Emenda nº 2, desta Comissão.

Passemos...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Concedo a palavra pela ordem ao ilustre Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Seria possível aproveitar ainda o quórum qualificado para aprovarmos o item nº 11? Aliás, vamos apreciá-lo. É o PLS nº 169, cujo relatório é pela rejeição. É de minha relatoria.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª pede a inversão de pauta?

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço a inversão de pauta, para apreciarmos o item nº 11, o PLS nº 169.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Consulto o Plenário se está de acordo com essa inversão.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a inversão permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

## ITEM 11

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008 - Terminativo -

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.**

**Autoria:** Senador Marcelo Crivella.

**Relatoria:** Senador Anibal Diniz.

**Relatório:** pela rejeição do Projeto.

**Observações:** 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA;

2. Em 20/08/2013, foi concedida vista ao Senador Armando Monteiro.

Com a palavra, o Sr. Senador Anibal Diniz, para comentar o relatório, que já foi lido pelo ilustre Relator do projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O PLS nº 169, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, propõe a concessão de benefícios – trata-se da isenção de IPI na aquisição de veículos, de máquinas, de equipamentos e de produtos químicos – para empresas, associações e cooperativas que trabalham com produtos reciclados, em processo de reciclagem. A justificativa da proposta se dá no sentido de incentivar a reciclagem no País. Apesar de incipiente, esse é um setor promissor para a geração de emprego e de renda. Por isso, seria fundamental o estímulo à instalação dessas indústrias.

Ocorre, Sr. Presidente, que o PLS isenta de IPI os veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, e essa discriminação dos produtos sujeitos à isenção está muito ampla, está genérica, o que não corresponde à necessidade de especificação da presente tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados. Afinal, da forma como foi redigido o projeto de lei, não é possível identificar quais seriam os produtos químicos, veículos e equipamentos que se enquadrariam no processo de reciclagem e que teriam direito à isenção.

Sr. Presidente, superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. Seguindo essa apreciação, verifica-se que, apesar de meritório, o PLS deve ser rejeitado por não ser a opção mais eficiente, por violar dispositivos constitucionais e por não atender à Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, a Fazenda Nacional, além de abdicar dessa arrecadação, teria ainda de criar mecanismos de fiscalização completamente inviáveis.

Dessa maneira, Sr. Presidente, apresento aqui meu voto pela rejeição do PLS nº 169, de 2008, de autoria do eminente Senador Marcelo Crivella.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a S. Exª o Senador Anibal Diniz, pelo relatório.

Tendo em vista que, no momento, não temos quórum regimental para deliberação, adiamos o processo deliberatório e voltamos à ordem estabelecida na pauta desta reunião para examinar o item 4.

#### ITEM 4

#### OFÍCIO "S" Nº 34, de 2013

- Não terminativo -

**Encaminha relatório relativo ao cumprimento dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada por parte do Estado de São Paulo, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.**

**Autoria:** Governo do Estado de São Paulo.

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim.

**Relatório:** Pelo conhecimento do supracitado ofício e envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.

**Observações:** 1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Com a palavra o ilustre Relator, Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e todos os presentes, eu serei breve para ganharmos tempo. Farei alguns comentários e vou direto à análise, porque, em casos similares, esta Comissão já entendeu, conforme Parecer nº 148, de 2012, que não cabe ao Senado aprovar ou não as contratações de PPPs pelos governos estaduais e municipais. É verdade que as informações recebidas prestam-se tão somente a subsidiar eventuais análises pelos órgãos competentes da capacidade dos entes envolvidos para ampliar o seu nível de endividamento ou para receber transferências voluntárias.

Dessa forma, o presente parecer limitar-se-á a opinar pelo conhecimento da matéria e seu subsequente arquivamento, com o envio da cópia da presente deliberação à Secretaria do Tesouro Nacional. Evidentemente, qualquer empreendimento estadual ou municipal que requeira contratação de operação de crédito pela Administração Pública direta – autarquias, fundações, empresas estatais dependentes – precisará observar os limites e as condições fixadas por esta Casa, no exercício de suas competências institucionais (art. 52, incisos V a IX, da Constituição Federal), consubstanciadas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e nº 48, de 2007. No entanto, como são os parceiros privados que devem obter os empréstimos requeridos pelas PPPs, tem-se que essa modalidade de contratação não está sujeita aos controles prévios definidos pelas normas senatoriais.

Então, evidentemente, caberá à STN, no exercício de sua competência para monitorar os indicadores de endividamento dos entes subnacionais e para controlar as transferências voluntárias da União para esses entes, avaliar periodicamente se as obrigações contratuais do governo paulista continuam compatíveis com os ditames legais.

Portanto, Sr. Presidente, o voto, como V. Exª já bem expôs, é o seguinte: em face do exposto, voto para que esta Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento do Ofício "S" nº 34, de 2013, para subsequente encaminhamento à Comissão de Serviços de Infraestrutura, na forma do Despacho de 1º de agosto de 2013 da Presidência desta Casa, devendo-se, ademais, enviar cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradecendo o trabalho do Senador Eduardo Amorim, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Em votação o relatório do ilustre Senador Eduardo Amorim.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, pelo conhecimento do Ofício "S" nº 34, de 2013, e pela comunicação dessa decisão ao Ministério da Fazenda.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Item 5.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pela ordem, a ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Antes de V. Exª dar sequência à pauta – eu acho que temos mais um ou dois itens para terminar a reunião –, eu queria fazer um pedido à Comissão. Eu vou apresentar projeto de resolução do Senado que limita em 10% a alíquota do ICMS para o custo de serviço

de banda larga fixa. Para ser apresentado, o projeto requer a assinatura da maioria absoluta dos Senadores e tem que ser aprovado por dois terços. Então, eu quero submeter aos nobres colegas o projeto e recolher as assinaturas. Independentemente de os Senadores concordarem ou não com o mérito, eu faço um apelo para que assinem e que possamos debater o tema, que é importante. Nós aumentamos muito na banda larga móvel, já temos o acesso de 120 milhões de pessoas, e na banda larga fixa, que realmente dá condições de transferência dos dados, nós avançamos pouco, e muito em razão da carga tributária. Já retiramos carga tributária do Governo Federal, da instância federal, mas precisamos fazer isso na esfera estadual. O impacto é muito pequeno porque é um serviço ainda inicial. Existe um impacto que não é significativo nas finanças estaduais. E tenho certeza que, com isso, a arrecadação aumentará, porque mais empresas prestarão o serviço. Então, eu queria deixar registrado e pedir aos Senadores e Senadoras que assinem, para que a matéria prospere e possamos discuti-la nesta Casa.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a comunicação relevante de V. Ex<sup>a</sup>. Certamente, V. Ex<sup>a</sup> contará com o apoio da grande maioria e da maioria regimental e legal para a tramitação da proposição que V. Ex<sup>a</sup> acaba de comentar.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, existe um requerimento de minha autoria, e, obviamente, um também de V. Ex<sup>a</sup>, com temas diferentes, são dois requerimentos, mas, ao que nos consta, não há quórum para a apreciação desses requerimentos.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Há sim.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Temos? É o de convite ao Presidente do Banco Central; e o outro, de autoria do Senador Luiz Henrique, também de convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu esclareço a V. Ex<sup>a</sup> que a aprovação desses requerimentos não demanda quórum regimental.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Ótimo. Ótimo. Fico feliz. Obrigado, Presidente Lindbergh, pelo esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Passemos, então, ao item 5 da pauta. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2013, complementar, não terminativo.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, com relação ao item 5, não temos a presença nem do...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu relato.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Temos? Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu estou designando relator *ad hoc*.

**ITEM 5**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2013**

**- Não terminativo -**

#### **Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que “dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.”**

**Autoria:** Pedro Simon.

**Relatoria:** Gim.

**Relatório:** Contrário ao Projeto.

**Observações:** 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer contrário ao Projeto.

Designo relator *ad hoc* o ilustre Senador José Pimentel, que tem a palavra.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2013 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, tem por objetivo alterar a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para prever a expressa necessidade de autorização do órgão regulador para que as entidades fechadas de previdência complementar realizem investimentos, aplicações financeiras e participação em empreendimentos cujo montante total utilizado em cada operação supracitada seja superior a 10% de seus patrimônios.

Entendemos que já existe uma estrutura governamental competente e que reúne capacidade técnica para explicitar parâmetros técnico-prudenciais mínimos para garantir a segurança e rentabilidade aos recursos dos

fundos e que a proposta traz para a Administração uma atribuição que não se harmoniza com a natureza das operações de aplicações de recursos, sobretudo no âmbito do mercado financeiro e de capitais. Isso poderia implicar risco elevado para o Estado, uma vez que a ele poderia ser estendida a possibilidade de corresponsabilização por eventual má administração dos recursos geridos. Ao Estado, supervisão e regulação; aos fundos de pensão, gestão responsável dos recursos dos participantes.

Também partilhamos da decisão da CAS em qualificar como grave impropriedade em relação ao ordenamento jurídico vigente o dispositivo que estabelece que as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, de retiradas de patrocinadores, das transferências de patrocínio devam ter autorização prévia da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e voto favorável da maioria absoluta dos assistidos e beneficiários do respectivo fundo de pensão.

Os fundos de pensão devem ser organizados por estruturas de governança eleitas por seus membros, definidas estatutariamente, com o fim de permitir a administração e o controle rápido e eficaz dos atos tomados em nome da pessoa jurídica que compõem. Decisões pelo conjunto de participantes e assistidos tornaria impossível sua gestão.

Não há dúvidas acerca do caráter contratual tipicamente privado da relação travada no âmbito do subsistema de previdência complementar fechada. Ao menos duas incompatibilidades podem ser observadas, utilizando-se, a título de exemplo, as operações de retirada de patrocinador e de transferência de patrocínio (respectivamente incisos II e IV do art. 33 da LC nº 109, de 2001). Essas operações consubstanciam-se em típica espécie de extinção de relação contratual no âmbito da relação previdenciária privada operada pelo patrocinador. Trata-se de rescisão contratual entre patrocinador e fundo de previdência. Não existe a figura do rompimento contratual referente à relação jurídica do fundo de pensão com os participantes do plano de benefícios em decorrência da retirada do patrocinador. Como se trata de uma operação de natureza unilateral, os atos em questão não se encontram nem mesmo na esfera de decisão do fundo de pensão e, nessa condição, não podem nem mesmo restar submetidos à autorização da maioria absoluta dos participantes e assistidos, nos termos do dispositivo sugerido pelo autor da proposta.

Entendemos que as propostas aqui apresentadas podem contribuir negativamente à governança das entidades fechadas de previdência complementar, podendo ensejar a inviabilidade de boa parte da sua gestão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, esta Comissão – CAE – rejeitou idêntico projeto no dia 30 de agosto de 2011; o parecer da Senadora Vanessa Grazziotin, por unanimidade, rejeitou projeto idêntico. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2010. Desse projeto, não foi apresentado nenhum recurso e já foi determinado o seu arquivamento pela Mesa Diretora do Senado Federal, em 8 de setembro de 2011.

Portanto, Sr. Presidente, esta Comissão já rejeitou matéria idêntica, tanto na CAS como na CAE. Em seguida, o autor da matéria rejeitada repete idêntico projeto, na mesma Legislatura, e a CAS também o rejeitou. E aqui o nobre Relator Gim Argello também propõe a sua rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao ilustre Relator Senador José Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-la em votação.

Em votação o relatório proposto pelo Senador Gim Argello, que acaba de ser apresentado pelo Relator *ad hoc*, Senador José Pimentel.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, contrário ao projeto.

Item 6 da pauta.

## ITEM 6

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2011

- Não terminativo -

**Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.**

**Autoria:** ilustre Senador Marcelo Crivella, hoje no exercício do cargo de Ministro de Estado da Pesca.

**Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin.

**Relatório:** favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

**Observações:** 1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Com a palavra a ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Em decorrência de V. Exª haver apresentado já o conteúdo do projeto, pelo menos na sua indicação, já passo aqui a tecer alguns comentários iniciais sobre o relatório.

O projeto é de iniciativa do Senador Marcelo Crivella, e as justificativas por ele apresentadas têm como objetivo principal exigir, obrigar a instalação de redes subterrâneas de energia, de fiação, o que justifica essa necessidade hoje, no Brasil, não só em decorrência da poluição visual, mas também em decorrência do potencial perigo de ocorrer até acidentes fatais.

Relata o Senador, na justificativa do seu projeto, que o Brasil opta por redes aéreas por conta de elas serem mais baratas. Entretanto, o autor destaca o aspecto de que redes subterrâneas proporcionam economia à prestação de serviço, uma vez que dificulta o furto de energia e de valiosos cabos de transmissão.

Sr. Presidente, antes da votação do parecer em outra Comissão, foi aprovado um requerimento do Senador Romero Jucá para que o projeto também viesse à análise desta Comissão.

Do ponto de vista da análise, Sr. Presidente, nós destacamos que não há dúvida nenhuma do caráter meritório da proposição, pois a sua aprovação ensejará uma significativa melhora no aspecto visual das grandes cidades brasileiras principalmente. Entretanto, os aspectos econômico-financeiros da proposição devem ser criteriosamente analisados pela Comissão, com o intuito de avaliar se a pressão sobre tarifas, decorrente da aprovação, seria suficientemente relevante para se abandonar a proposta de reconhecido mérito.

Nesse sentido, devemos destacar que a matéria trazida à consideração desta Comissão impacta automaticamente as tarifas de energia elétrica, haja visto que a Lei de Concessões e os contratos por ela regidos preveem revisão tarifária extraordinária sempre que fatos supervenientes em decorrência de lei ou de “fato do príncipe”, independentes, portanto, de atos de gestão das distribuidoras, desfaçam o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Há que se reconhecer ainda que o impacto causado pela aprovação deste projeto, caso seja aprovado na forma apresentada pelo autor, seria enorme. A análise econômico-financeira feita pelo eminente Senador Lobão Filho em seu relatório, apresentado perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura, mostra com clareza por que a proposição não poderia ser aprovada na sua forma original, sob pena de imputar aos consumidores um aumento exorbitante nas tarifas de energia elétrica.

Por outro lado, as alterações à proposta, aduzidas pelo Senador Lobão Filho em seu relatório, têm o mérito de reduzir enormemente os impactos tarifários, ao tempo em que obrigam a adoção de redes subterrâneas apenas em áreas onde elas são imprescindíveis, viabilizando o atendimento ao objetivo da proposição.

O fato de a emenda substitutiva ainda não ter sido analisada na Comissão de Infraestrutura impõe que a proposta do Senador Lobão Filho seja acolhida neste relatório, para que produza efeitos.

Por esta razão, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei sob análise, com o acolhimento da emenda substitutiva proposta no relatório do Senador Lobão Filho, que ainda será apreciado pelo Plenário daquela Comissão.

Portanto, o voto, pelos motivos relatados, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 37, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Então, o § 1º do art. 16 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, é o seguinte:

*§ 1º. Dentre os compromissos de modernização das instalações 4vinculadas ao serviço de que trata o caput deste artigo, será priorizada a implantação de redes subterrâneas de distribuição de energia elétrica, em lugar de redes aéreas novas, quando os serviços forem prestados em regiões metropolitanas de Municípios com mais de 300 mil habitantes, desde que obedecido pelo menos um dos seguintes critérios:*

*- concentração da carga superior a 10 MVA/km<sup>2</sup>;*

*- redes próximas a orlas marítimas, sujeitas à agressão da salinidade;*

*- redes com postes e estruturas congestionadas, ocupadas por vários alimentadores.*

*§ 2º. Excetua-se do disposto no § 1º deste artigo a expansão ou substituição de redes vinculadas a programas sociais. (NR)“*

Portanto, este é o relatório, Sr. Presidente, com a emenda substitutiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Para discutir, concedo a palavra ao ilustre Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Srª Relatora Senadora Vanessa Grazziotin pela qualidade do seu parecer e, principalmente, pela emenda que apresenta. O autor propunha 100 mil habitantes; e ela fixa em 300 mil habitantes. Isso permite um melhor planejamento.

Nossa preocupação, Srª Senadora Relatora, é quanto ao prazo. Necessariamente, nós vamos precisar ter um escalonamento na sua implantação. Ou seja, precisamos construir um entendimento... Uma das sugestões que a associação dos prefeitos das grandes cidades e das capitais é que pensemos num prazo escalonado de implantação, e não em um processo que fosse imediato.

Por conta disso, Senadora, peço vênia a V. Exª para pedir vista e na próxima semana a gente procura construir esse escalonamento...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Se o Presidente me permite, eu quero dizer,...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª tem a palavra.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...Sr. Presidente, Senadores, Senador Pimentel, que não há problema algum. Não vejo nenhum problema. Entretanto, eu não sei se haverá, Senador Pimentel, necessidade desse prazo, uma vez que há outra mudança importante na emenda substitutiva, que, repito, foi construída pelo Senador Lobão e com a qual concordo plenamente, é que se tira a obrigatoriedade para a prioridade. Então, muda a lei quando trata, no Plano, de recuperação, de substituição de redes, a "prioridade" será dada para redes subterrâneas, e não há "obrigatoriedade". É completamente diferente. Então, é um conceito importante que se introduz. Não sei se continuará havendo essa necessidade, uma vez que não há obrigatoriedade, mas prioridade.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Deixa de ser obrigatória, potestativa, para ser facultativa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, com este esclarecimento, eu retiro o pedido de vista e vamos votar.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a palavra o ilustre Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Para discutir, Presidente.

A Relatora acaba de falar que será priorizada. Eu gostaria de dizer que, com essa priorização, a lei é inócua. Ninguém vai fazer absolutamente nada, porque, na hora de fazer as contas, vai ser mais caro colocar os cabos debaixo da terra do que tê-los aéreos e simplesmente ninguém vai fazer nada. Então, votar essa lei com a priorização é a mesma coisa que não votar nada. Então, devemos votar a obrigatoriedade a partir de 300 mil habitantes para termos um planejamento de troca pela frente, para fazermos um calendário para isso. Priorizar não significa nada; não vai fazer absolutamente nada.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Se me permite novamente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É interessante e é uma matéria importante. Eu acho que a iniciativa do Senador Crivella é muito importante, primeiro – e ele próprio o relata – não só por uma questão visual, mas por uma questão de segurança.

Senador Blairo, eu não acho que seja assim tão inócua, primeiramente, porque se introduz um conceito. E as leis, a legislação brasileira está recheada de conceitos, e conceitos que, cada vez mais, procuram ser acatados, procuram ser observados, procuram ser seguidos. Então, é um conceito importante.

Em segundo lugar, não sei se o aspecto econômico continua ainda sendo tão diferente, ou seja, um custo do outro, visto que a quantidade de roubos que há no Brasil, hoje, é uma coisa impressionante, Sr. Presidente, Srs. Senadores. A quantidade de roubos que há, hoje, de fiação é uma coisa impressionante. Talvez saísse até muito mais barato se fosse feito pelo subterrâneo do que por via aérea, ou seja, de forma exposta, acessível a qualquer pessoa.

Então, diante disso, eu considero que essa seria uma etapa importante. Eu penso até que nós poderíamos fazer isso e ver o que acontece. Porque há vários sistemas sendo substituídos Brasil afora e, se for o caso, posteriormente muda-se essa parte da lei – e essa é a minha opinião, Senador Blairo – para, aí sim, tornar obrigatório com prazos estabelecidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não havendo mais quem queira discutir, vou submeter a matéria a voto.

Em votação o relatório da ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu vou acompanhar o voto, porque a matéria é terminativa lá na CI, onde nós vamos ter oportunidade de discutir o mérito ainda e como fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, de caráter substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar uma inversão de pauta, de modo a que pudéssemos já apreciar o item 19.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Submeto ao Plenário o requerimento do ilustre Senador Armando Monteiro, de inversão de pauta, para apreciarmos imediatamente o item 19.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Item 19.

#### **ITEM 19**

### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Requer, nos termos art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir, no âmbito do Plano Decenal de Expansão de Energia e sob uma perspectiva de longo prazo, a disponibilidade da oferta de energia de base para a Região Nordeste.**

*Para tanto, indica-se como convidados:*

- Sr. Altino Ventura, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia;

- Sr. José de Freitas Mascarenhas, Presidente do Conselho de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria;

- Sr. José Antonio Feijó de Melo, Membro da ONG Ilumina Nordeste;

- Sr<sup>a</sup> Conceição Cavalcanti, Consultora em Gestão de Energia;

- Sr. Maurício T. Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; e

- Sr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

**Autoria:** Armando Monteiro e outros.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, há uma preocupação em relação à perspectiva de suprimento de energia no Nordeste. O Plano Decenal prevê um incremento da demanda, no horizonte do plano, de quase 40%. Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, o Nordeste não dispõe de fontes adicionais de energia hidroelétrica. Portanto, todo o plano se apoia na perspectiva de geração através de usinas térmicas e ainda de energia eólica. Mas essas fontes, Sr. Presidente, têm um caráter complementar; elas não são fontes, vamos dizer, que garantam o suprimento de energia de base, assim considerada, que é a energia que assegura efetivamente o suprimento no regime normal, ou seja, no regime de 24 horas.

O Nordeste tem hoje uma grande dependência, porque, com o Sistema Interligado Nacional, nós já importamos, em momentos de pico, 40% da energia que consumimos. Então, é hora de pensarmos na redefinição da matriz energética da Região, porque não há nenhuma forma de constrangimento físico ao crescimento mais efetiva do que a indisponibilidade da oferta de energia. Portanto, é preciso, de forma previdente, discutir essas questões para não condenar a Região a uma espécie de garroteamento do seu processo de crescimento.

Então, creio que os especialistas aqui indicados poderão contribuir muito para o debate desse tema. É isso que justifica a nossa iniciativa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 4, de 2014, da CAE.

Vamos votar rapidamente todos os requerimentos.

Vamos ao item 16, que é um requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse requerimento está prejudicado, porque a discussão sobre o indexador da dívida está sendo feita na CCJ e depois virá para cá. Então, há um requerimento de retirada de pauta do Senador Luiz Henrique, que coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento de retirada de pauta do Senador Luiz Henrique permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

#### **ITEM 16**

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, de 2014**

**Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo das Emendas de Plenário nº 6, 7 e 8 ao PLC nº 99, de 2013, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências”, realizado em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).**

**Autoria:** Senador Luiz Henrique.)

Item 17. Requerimento nº 2, da Senadora Ana Amélia.

#### **ITEM 17**

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em projetos de infraestrutura no exterior, nos modais rodoviários, ferroviários, aeroportuários, hidroviários e outros investimentos na área de logística. Para tanto, sugere-se como convidado o seu presidente, senhor Luciano Coutinho.**

**Autoria:** Ana Amélia.

**Observações:** 1. Em 18/02/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

É importante registrar que já está confirmada a vinda do Presidente do BNDES aqui no próximo dia 25.

Vamos colocar em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Requerimento nº 2, da Senadora Ana Amélia.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Consulto se não há condição de conversar com a Senadora Ana Amélia para que seja feita essa discussão junto com...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Na verdade, há outro requerimento, o próximo, do Senador José Pimentel, que o complementa. Aqui estando o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, no próximo dia 25, ele aproveita e responde a todas as questões.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A ideia é fazer junto?

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fazer junto.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 2, de 2014, da CAE.

Item 18, do Senador José Pimentel.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente. Então, fica marcada a vinda do Presidente do BNDES...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Para o dia 25 de março.

#### ITEM 18

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 3, de 2014

- Não terminativo -

**Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, senhor Luciano Coutinho, para debater os seguintes temas: Investimento, Financiamento e o BNDES; Infraestrutura e Logística: Reflexos na Competitividade.**

**Autoria:** José Pimentel

**Observações:** 1. Em 18/02/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 3, de 2014.

O item 19, de autoria do Senador Armando Monteiro, já foi votado.

Item 20, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

#### ITEM 20

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, de 2014

- Não terminativo -

**Requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e na forma do disposto no Regulamento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, a respeito do relatório semestral do "Federal Reserve" (FED), encaminhado ao Congresso dos Estados Unidos, que colocou o Brasil como o segundo país emergente mais vulnerável do mundo a uma crise nas contas externas.**

**Autoria:** Randolfe Rodrigues e outros

**Observações:** 1. Em 18/02/2014, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

Eu queria que S. Ex<sup>a</sup> me permitisse fazer uma provocação. O Senador do PSOL tem que cortar pela esquerda. (*Risos.*) Trazer o Presidente do Banco Central do Brasil para discutir exclusivamente um relatório do banco central norte-americano, sinceramente, então... Eu peço desculpas, mas eu tinha que fazer essa provocação ao Senador.

Agora, de qualquer forma, o Presidente do Banco Central estará aqui na próxima terça-feira. Ele colocar sobre esse ponto... Agora, uma audiência exclusiva para o Banco Central do Brasil debater um relatório do FED, sinceramente...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Antes da resposta à belíssima provocação do meu colega de UNE, uma provocação bem UNE, bem movimento estudantil; eu me senti na UNE...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu não posso perder essa, Senador. (*Risos.*)

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Claro. Eu me senti há 20 anos, numa plenária do movimento estudantil com meu companheiro Lindbergh. Mas, enfim, antes de responder à provocação, só pergunto, Sr. Presidente: além deste requerimento, existem outros? Porque me parece que existem outros requerimentos sobre o mesmo tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, existe para falar sobre programação monetária com o Presidente do Banco Central.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Porque me parece que havia um requerimento do Senador Cristovam sobre o mesmo tema. Não há?

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Item 24, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Há um do Senador Cristovam, mas é uma audiência pública sobre o tema, com convidados e o Presidente do Banco Central também.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Porque parece que o do Senador Cristovam também era sobre o relatório do FED.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Também sobre o relatório do FED, com a presença do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda, de Arminio Fraga, Márcio Garcia, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Delfim Netto...

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – E que também versava sobre o relatório do FED.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Exatamente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pois é, como versa sobre o mesmo tema, eu pergunto qual é o procedimento: nós iríamos apreciar o meu requerimento ou o requerimento do Senador Cristovam?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente...

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ilustre Senador Randolfe Rodrigues, eu queria fazer uma proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Luiz Henrique.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pois não.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Que V. Exª fosse pré-inscrito como primeiro interpe-lante na audiência pública que teremos na próxima terça-feira com o Presidente do Banco Central para, inclusive, interpe-lá-lo sobre esse assunto.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perfeito. Estou de pleno acordo, inclusive porque resolve... Já que está prevista a vinda do Presidente do Banco Central na semana que vem, já era prevista dentro da CAE, resolve o encaminhamento proposto pelo Senador Luiz Henrique. É um dos temas pelos quais, Senador Lindbergh, e aí adentrando a sua provocação, queremos tratar.

O FED é a principal instituição do mundo capitalista atual. Quanto à provocação que V. Exª nos traz, o FED faz um retrato que acho que temos que entender. Ele faz uma análise da economia brasileira. Nós temos a reserva de US\$375 bilhões. A pergunta que quero fazer ao Presidente do Banco Central, antecipo. Eu tenho duas perguntas: a primeira pergunta a fazer é a seguinte: qual é a segurança dessas nossas reservas em relação a um ataque especulativo internacional?

A provocação que o FED faz para nós – e nós temos que ter segurança em relação a isso – é de que a nossa segurança é nenhuma, e, comparada a outra economia com a qual estamos relacionados... Estamos há dez anos, há dez anos está sendo dito que estamos num grupo chamado BRICS. Há duas semanas o ex-Presidente do BNDES, Carlos Lessa, que não tem nada de “aliamento” com o FED, que é da nossa escola, Senador Lindbergh, a que nos aliamos, nos disse que nós não temos nada de BRICS, que não estamos nesse grupo, exatamente pelo modelo adotado nos últimos 20 anos, exatamente por como nós constituímos nossas reservas. É esse o ponto em comum, em que dialogamos com o que o FED diagnosticou da constituição de nossas reservas, é por isso que quero dialogar sobre a vulnerabilidade de nossas reservas. O que o FED faz é uma constatação, e é esse o ponto. E como o FED é – isso ninguém pode questionar – a principal autoridade monetária do mundo capitalista em que estamos inseridos... Porque embora nós queiramos, meu querido Lindbergh, nós ainda não fizemos a revolução socialista tão sonhada e desejada, nós estamos inseridos no mundo capitalista, com a principal autoridade do mundo capitalista moderno, ele faz uma constatação e, sobre essa constatação, eu quero saber o que diz nossa autoridade monetária.

A segunda pergunta quero antecipar. Temos autoridades do Banco Central aqui. Então, antecipo as perguntas para o Presidente do Banco Central me responder na semana que vem.

Quais são as variáveis que a autoridade monetária está definindo na política monetária brasileira?

É o seguinte: eu acho que o Banco Central precisa ter um conjunto de variáveis para definir todo mês, na autorização, quando o Copom se reúne, na definição da taxa de juros. Hoje, estamos definindo nossa taxa de juros – parece-me – com base unicamente em uma variável, que é a variável inflação. Aumenta a inflação, nós aumentamos a taxa de juros; abaixa a inflação, nós alteramos a taxa de juros. Ou seja, estamos definindo a nossa taxa de juros como quem altera uma alavanca. Eu acho que é necessário definirmos taxa de juros com base em outras variáveis – é o que eu penso: crescimento econômico, taxa de emprego.

Eu acho que temos de pensar em outras variáveis. Quero dialogar também sobre isso com a nossa principal autoridade monetária. Então, acatando já o encaminhamento do Senador Luiz Henrique, essas são duas

as perguntas que eu gostaria de encaminhar à nossa autoridade monetária na semana que vem na sabatina prevista nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A Senadora Gleisi Hoffmann se inscreveu.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu gostaria só de enaltecer a posição do Senador Randolfe, de retirar o seu requerimento. Embora eu ache importante a discussão que esta Casa faça sobre a macroeconomia e seus pressupostos, nós não podemos fundamentar essa discussão na análise de uma instituição que tem lado, que tem interesse, que não é uma instituição supranacional. O FED é o banco central americano. Toda vez que ele emite uma opinião, ele está emitindo uma opinião em defesa dos interesses do seu país. Se fosse outra instituição supranacional, poderíamos até levar isso em consideração.

É importante dizer, Senador Randolfe, que o FED, ao dizer que estamos vulneráveis, está dizendo: “Investidores, não vão para o Brasil”. Os Estados Unidos disputam os mesmos investidores que nós disputamos. Uma semana após o relatório do FED, nós tivemos mais entrada de dólares no Brasil do que saída. Que vulnerabilidade é essa? E 15 dias depois do relatório do FED, o nosso PIB foi divulgado e subiu 2,3%, inclusive com aumento crescente dos investimentos. Que vulnerabilidade é essa?

Então, temos de ter muito cuidado. Acho que o debate é salutar. Os pontos que V. Exª colocou são importantes, e acredito que vamos fazer um bom debate com o Presidente do Banco Central. Do mesmo modo, vou pedir ao Senador Cristovam que retire o seu requerimento ou que o reformule; que convidemos, sim, todas essas autoridades para fazer um debate sobre a economia brasileira, mas não com base no relatório do FED, que expressa os interesses norte-americanos, e não necessariamente de equilíbrio das relações mundiais, mesmo dentro de um sistema capitalista.

Então, queria louvar isso e dizer que acho importante esse debate, mas nunca baseado num relatório que expressa o interesse unilateral de um país.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria só...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – ...aduzir que, considerando uma premissa presente na justificativa do Senador Randolfe, nós deveríamos discutir a vulnerabilidade do dólar, do sistema americano; ou seja, inverter um pouco, porque, se nossas reservas estão aplicadas em dólar, e o Senador Randolfe está querendo discutir o grau de vulnerabilidade dessas reservas, eu acho que seria pertinente discutir o grau de vulnerabilidade do sistema internacional, porque as reservas são aplicadas no tesouro americano. As reservas da China, que se elevam a quase US\$4 trilhões estão aplicadas em títulos do tesouro americano. Portanto, a acreditar na premissa de V. Exª, ou seja, na vulnerabilidade de reservas que estão aplicadas na moeda de reserva, que é o dólar, teríamos que discutir, primeiro, a vulnerabilidade do sistema americano, porque, se nossas reservas estiverem ameaçadas, o próprio tesouro americano estaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vamos, então, fazer um requerimento de retirada desse item, porque o presidente já vem aqui na próxima terça-feira.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Conforme combinamos aqui com o Senador Luiz Henrique, teríamos aqui a prioridade nos questionamentos na semana que vem...

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só para encerrar a minha provocação, quero dizer que V. Exª hoje foi rebatido pela esquerda neste plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, ficou em uma posição...

Os Srs. Senadores que concordam com a retirada do Requerimento nº 5 permaneçam como estão. *(Pausa.)*  
Aprovado.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 20

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, de 2014**

**Requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos o senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, a respeito do relatório semestral do “Federal Reserve” (FED), encaminhado ao Congresso dos Estados Unidos, que colocou o Brasil como o segundo país emergente mais vulnerável do mundo a uma crise nas contas externas.**

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros.)

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Essa troca de provocações tem 20 anos pelo menos, só para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Senador Aloysio Nunes pediu que fossem adiadas as apreciações dos itens 21, 22 e 23. Vamos atendê-lo.

(São os seguintes os itens adiados:

**ITEM 21**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, de 2014**

- Não terminativo -

**Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de apropriação ilegal de cadernetas de poupanças inativas, por parte da instituição financeira da Caixa Econômica Federal.**

**Autoria:** Aécio Neves, Cyro Miranda, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias.

**Observações:** 1. Em 18/02/2014, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

**ITEM 22**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, de 2014**

- Não terminativo -

**Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro da Controladoria Geral da União, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de apropriação ilegal de cadernetas de poupanças inativas, por parte da instituição financeira da Caixa Econômica Federal.**

**Autoria:** Aécio Neves, Cyro Miranda, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias.

**Observações:** 1. Em 18/02/2014, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

**ITEM 23**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, de 2014**

- Não terminativo -

**Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de apropriação ilegal de cadernetas de poupanças inativas, por parte da instituição financeira da Caixa Econômica Federal.**

**Autoria:** Aécio Neves, Cyro Miranda, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias.

**Observações:** 1. Em 18/02/2014, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.)

Há também o requerimento do Senador Cristovam Buarque, item 25, mas poderíamos aguardar a presença do Senador Cristovam Buarque para voltarmos a discutir esse requerimento.

Há também três requerimentos aqui, pessoal. Sempre há a leitura em um dia e a votação dos requerimentos na outra reunião. Mas há temas que são consensuais, um apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy, que passo a ler.

**EXTRAPAUTA**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12, de 2014**

- Não terminativo -

**Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) expediente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal com o intuito de solicitar a execução integral da Emenda-CAE de funcional programática 22661.2055.21OE0001, que tem como subtítulo Promoção do Desenvolvimento Industrial Nacional.**

**Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros.

A execução desta emenda permitirá que a Universidade Federal do ABC (UFABC), juntamente com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, o Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) e a APL Ferramentaria do Grande ABCD possam iniciar a implantação de centros de desenvolvimento de tecnologia com vistas a aumentar a inovação no setor de ferramentaria no Brasil.

Vamos colocar extrapauta porque é um tema em que não há polêmica.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No mesmo sentido, porque é um aditamento, o requerimento do Senador Luiz Henrique.

#### **EXTRAPAUTA**

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 85 de 2013 CAE, aprovado em 18 de fevereiro de 2013, para que a realização da audiência pública aprovada desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seja conjunta com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), para que o Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), possa expor detalhes dos avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da OMC, realizada em Bali, Indonésia, e as perspectivas futuras de normatização do comércio multi-lateral, principalmente com a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.**

**Autoria:** Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Apenas para informar à Casa que o Embaixador Roberto Azevedo se propõe a vir a esta Comissão, já que está em viagem para o Brasil, no dia 27 próximo deste mês.

Acho que essa audiência será muito importante, primeiramente, para que demonstremos o nosso regozijo com a eleição de um presidente com a qualificação do Embaixador Roberto Azevedo para a Presidência da OMC. E, segundo, para que ele possa relatar-nos os avanços que obteve nas negociações de Bali relativas à regularização do comércio internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O último requerimento é do Senador José Pimentel.

#### **EXTRAPAUTA**

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, para esclarecer a operação da Caixa Econômica Federal, referente às cadernetas de poupança inativas.**

**Autoria:** José Pimentel.

O Presidente do Banco Central vem na próxima terça-feira, tem interesse em discutir esse assunto. Foi solicitada a retirada de pauta pelo Líder da Oposição, Aloysio Nunes Ferreira, mas o Líder do Governo no Congresso apresenta para que o Presidente do Banco Central se pronuncie sobre esse tema.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ele vai se pronunciar por ocasião da vinda dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Por ocasião da vinda dele na próxima terça-feira. Por isso, estamos colocando extrapauta.

Aprovado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Está bem. Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nada mais havendo a tratar, de claro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)*

## SECRETARIA DE COMISSÕES

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e treze minutos, do dia cinco de fevereiro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, João Alberto de Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta.

- ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2010 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador José Bezerra. Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2012 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador Benedito de Lira. Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela Recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 118, de 2011, e 234, de 2012, que tramitam em conjunto. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Humberto Costa nos termos regimentais.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador Mário Couto. Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2010 - Terminativo - **Autoria:** Deputada Professora Raquel Teixeira. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, e das Emendas nºs 1-CE a 4-CE. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, e as Emendas nºs 1-CE-CAS a 4-CE-CAS.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008 - Terminativo - **Autoria:** Senador Marconi Perillo. Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2012 - Terminativo - **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar a disponibilidade de leitos em unidades de terapia intensiva na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, de 2012 - Terminativo - **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de albinismo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto

de Lei do Senado nº 245, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Altera a Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para atribuir ao auxílio-doença a nomenclatura de auxílio por incapacidade laborativa. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. EXTRAPAUTA ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, de 2014 - Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país. Para tanto sugiro sejam convidados: - Sr. Dirceu Barbano – Diretor Presidente da Anvisa; - Representante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP); - Sr. Antônio Britto – Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); - Dr. Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); - Dr. Fábio Franke - Especialista em Oncologia Clínica; - Sra. Luciana Holtz – Presidente do Instituto Oncoguia. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, João Alberto de Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Graziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lúcia Vânia, e o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de cópia do relatório final da comissão temporária destinada a propor soluções para o financiamento do Sistema de Saúde do Brasil, que ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de sete itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois projetos não terminativos e cinco terminativos.

**Item 1** da pauta.

#### TRAMITAÇÃO CONJUNTA

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2010

- Não Terminativo -

**Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência.**

**Autoria:** Senador José Bezerra

#### TRAMITA EM CONJUNTO

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011

- Não terminativo -

**Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.**

**Autoria:** Senador Ciro Nogueira

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2012  
- Não terminativo -**

**Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**

**Autoria:** Senador Benedito de Lira

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela Recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 118, de 2011, e 234, de 2012, que tramitam em conjunto.

**Observações:** - A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Decisão Terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente desta Comissão, para proferir à leitura do relatório.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente Moka, antes de mais nada, quero cumprimentá-lo pelo retorno aos nossos trabalhos nesta Comissão. Eu me esforcei muito para chegar antes de V. Exª, mas fui informada de que não consegui, que antes das 9h V. Exª já tinha batido o ponto aqui.

Quero desejar que tenhamos todos, não apenas nós Senadores e Senadoras, mas todos aqueles e aquelas que nos ajudam aqui no desenvolver do trabalho das Comissões, um excelente ano, um ano que é curto do ponto de vista dos trabalhos legislativos, entretanto, será tão intenso que parecerá, tenho essa impressão, até mais longo do que os anos em que não temos eleições.

É um prazer estar de volta ao trabalho com V. Exª, Senador.

V. Exª já solicita que eu faça a leitura do relatório em substituição ao Senador Eduardo Amorim.

O relatório refere-se ao Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010, do Senador José Bezerra, como V. Exª já falou, tendo vários outros apensados.

A justificativa da proposição se encontra, segundo o autor, na dificuldade de se encontrar, no mercado de trabalho, pessoas com deficiência habilitadas ao preenchimento das cotas previstas nos incisos I, II, III e IV do dispositivo da Lei de Benefícios Previdenciários. Em face da mencionada dificuldade, sugere o autor a alternativa de patrocínio de atletas com deficiência, como maneira de evitar que as empresas sejam penalizadas pela fiscalização do trabalho.

A proposição foi originalmente distribuída à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa sobre a matéria.

Em virtude da aprovação dos Requerimentos 713 e 714, de 2013, a proposição passou a tramitar em conjunto com outros projetos já citados por V. Exª.

As proposições, ante a aprovação dos aludidos requerimentos, foram distribuídos também à CAS e à CDH.

Até o presente momento não houve a apresentação de emendas.

Análise.

Nos termos do art. 22, XXIII, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre seguridade social, motivo pelo qual o cumprimento da quota estabelecida no art. 93 da Lei de Benefícios Previdenciários encontra-se no âmbito normativo a ela privativamente reservado.

Não menos importante destacar que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos tribunais, motivo pelo qual aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Carta Federal, é facultado iniciar o processo legislativo tendente a normatizá-la.

Quanto à atribuição da CAS para o exame das mencionadas proposições, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a ela confere tal prerrogativa.

No mérito, algumas considerações merecem ser tecidas.

Com efeito, a habilitação profissional, nos termos do art. 89 da Lei nº 8.213, de 1991, consiste em benefício previdenciário, não pecuniário, que oferece ao seu destinatário condições materiais de se inserir no mercado de trabalho. Na verdade, quando se refere às pessoas com deficiência, ele é assistencial, já que, em relação a elas, não se exige a qualidade de segurado.

A Previdência Social, no caso das pessoas com deficiência, deve firmar convênio de cooperação técnica, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, para poder se desincumbir do mencionado encargo legal.

Tal comando encontra-se positivado nos arts. 36, §2º, do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e 1º, §1º, I, do Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007.

Nesses termos, percebe-se que a ausência de pessoas com deficiência habilitadas à contratação, na forma do art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, deve-se à incapacidade de o Poder Público se desincumbir dos encargos que, por lei e por decreto, lhe são atribuídos.

Assim, o empresário que, ante a ausência de pessoal habilitado, deixa de cumprir o disposto na Lei de Benefícios Previdenciários não pode ser penalizado pela fiscalização do trabalho, pois não há o descumprimento culposo de obrigação a ele atribuída. O referido descumprimento, nos termos dos arts. 186 e 927 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), é pressuposto para a imposição do pagamento de qualquer indenização aos cofres públicos, salvo nos casos de responsabilidade objetiva (o que não é o caso, pois ela deve ser prevista em lei).

Por isso, o acesso da pessoa com deficiência aos postos de trabalho previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, passa mais pela observância, por parte do Poder Público, da normatização já existente sobre a matéria, do que pela inserção de novos dispositivos no ordenamento jurídico nacional.

A aprovação, pois, do PLS nº 269, de 2010, e do PLS nº 118, de 2011, não resolve o problema elencado na justificativa das mencionadas proposições.

Em relação ao PLS nº 269, de 2010, deve-se ressaltar, ainda, que a substituição da contratação de empregados pelo patrocínio de atletas é manifestamente contrária ao espírito do aludido art. 93, qual seja, inserir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com todas as garantias de um contrato formalizado pelo regramento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Tanto é assim, que o §1º do referido art. 93 veda a dispensa dos trabalhadores contratados na forma do *caput*, sem que se admita outro em iguais condições. Ou seja, a empresa, para cumprir a função social que lhe é atribuída pelo art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal, deve proporcionar empregos para pessoas com deficiência, permitindo que elas se insiram de maneira digna no corpo social.

O patrocínio de atletas, em que pese louvável, não se afigura mais benéfico ao corpo social do que a promoção de postos de trabalho à pessoa com deficiência. Isso porque a mencionada promoção, além de possibilitar o sustento daquele que alça a condição de empregado, proporciona o recolhimento de tributos aos cofres públicos, a arrecadação de contribuições à Previdência Social e o aquecimento do mercado de consumo.

No tocante ao PLS nº 118, de 2011, as mesmas razões podem ser invocadas. A possibilidade de se cumprir a norma via contratação de aprendizes também é menos benéfica à pessoa com deficiência e ao corpo social do que o seu adimplemento mediante a incorporação de empregados ao quadro de pessoal da empresa.

Quanto ao PLS nº 234, de 2012, entretanto, verifica-se que a medida que se busca inserir no ordenamento jurídico nacional afigura-se salutar, desde que se tenha o cuidado de especificar que somente o descumprimento injustificado do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, ensejará o recolhimento de valores pecuniários ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com isso, evita-se que o empresário brasileiro seja penalizado de maneira objetiva pelo descumprimento da obrigação elencada no citado dispositivo da Lei de Benefícios Previdenciários.

Sugere-se, então, a aprovação do PLS nº 269, de 2010, na forma de substitutivo que incorpore o conteúdo do PLS nº 234, de 2012, e a alteração acima mencionada, e a prejudicialidade do PLS nº 118, de 2011, e do PLS nº 234, de 2012, ante o disposto no art. 164 do RISF.

Voto.

Do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 269, de 2010, na forma da emenda substitutiva abaixo apresentada, e pela prejudicialidade do PLS nº 118, de 2011, e do PLS nº 234, de 2012, na forma do art. 164 do RISF.

Sr. Presidente, segue-se a emenda apresentada:

### **EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2010**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

*Art. 1º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º, 4º, 5º e 6º:*

Resumidamente, o relatório acata apenas um projeto, que retira multa, mas não substitui a obrigação da contratação.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A matéria está em discussão. Para discutir, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, exatamente pela importância dessa matéria, por se tratar de uma importante conquista da cidadania brasileira e pelo aspecto polêmico do projeto principal e dos que a ele estão anexados, em razão disso, eu gostaria de pedir vista, antecipando que vou apresentar um requerimento para que possamos fazer uma audiência pública com os Ministérios do Trabalho e da Educação, com a Secretaria de Direitos Humanos, a Confederação Nacional da Indústria e representações de associações de pessoas com deficiência. Então, pedindo perdão à nossa Relatora *ad hoc*, peço vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Consulto o Plenário se algum Senador ou Senadora gostaria de também pedir vista do projeto.

Nos termos do art. 132, concedo vista ao Senador Humberto Costa.

O item 2 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013.

## ITEM 2

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013

- Não terminativo -

**Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências.**

**Autoria:** Mário Couto

**Relatoria:** Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

**Observações:** - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Vou diretamente à análise, caro Senador Moka, já que a fundamentação da Consultoria Jurídica do Senado Federal é bastante extensa ao Projeto de Lei, como disse V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Mário Couto, dispondo, na forma que preceitua o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, a fixação desse valor de R\$1.400,00. O valor do salário mínimo nacional entra em vigor em 1º de janeiro de 2014 e dá outras providências.

Na análise, é feita uma avaliação sobre a evolução do poder aquisitivo da população, dos mecanismos de distribuição de renda, tendo como farol, como eles chamam, o efeito farol do salário mínimo sobre outras atividades, por exemplo, de serviços, do trabalhador não assalariado, aquele que presta serviços e também a política de distribuição de renda de programas oficiais como Bolsa Família e outros, a questão do Programa Brasil sem Miséria, além da Previdência Rural, que deve ser considerada.

A política governamental de recuperação do poder de compra do salário mínimo posta em prática pelo Governo nos últimos anos tem dado mostra de eficácia e também de justiça social. O aumento gradativo do valor real do salário mínimo tem feito com que o processo de incremento da renda das classes menos favorecidas não tenha causado grandes impactos na economia.

Entendemos que a iniciativa de se dar um aumento de quase 80%, passando de R\$789,00 para R\$1.400,00, como pretende o projeto do Senador Mário Couto, pode vir a causar sérios distúrbios ao sistema econômico. Tendo em vista o papel de referência do preço do trabalho do salário mínimo, referência esta que perpassa todo o mercado, um aumento abrupto de tal monta poderia provocar a desestabilização econômica e mesmo um surto inflacionário de grandes proporções. Antes, nos parece mais adequada a continuidade da política de reajuste do Governo, cuja vigência está atualmente prevista para expirar em 2014. Assim, em nosso entendimento [estou transcrevendo o relatório do Senador Paulo Paim], o prosseguimento da referida política pelo menos até 2021 seria a garantia da ininterruptão do atual processo redistributivo, sem sobressaltos, nem atropelos.

A Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, estabeleceu diretrizes para a política de valorização do salário mínimo, fixando os critérios até 2015: com base no reajuste pelo INPC e, a título de aumento real, na variação do PIB de dois anos antes. Entendemos ser mais adequada a alteração da Lei 12.382, de 2011, fazendo com que seus critérios de reajuste do salário mínimo estejam vigentes até 2021. Tal medida irá garantir a importantes segmentos sociais, como o dos trabalhadores, dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da previdência rural, a persistência dos ganhos reais em seus rendimentos.

Destaca-se ainda o fato de que um dos segmentos que mais contribuíram com o crescimento econômico do País, não apenas no período recente, mas durante as últimas cinco décadas, não tenha sido devidamente

contemplado com os ganhos gerais obtidos recentemente. Trata-se da categoria dos aposentados [aqui estou até reforçando porque concordo plenamente com esse ponto de vista]. Aqueles que durante toda sua vida laboral, com o suor de seu rosto, construíram as bases para que o País pudesse, hoje, vir a desfrutar desse ambiente de significativo avanço social.

De acordo com a legislação vigente, a sistemática de fixação do benefício do Regime Geral da Previdência Social, nos casos de aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição, prevê o estabelecimento de um valor inicial de benefício baseado no salário médio de contribuição no período que vai de julho de 1994 até a data do requerimento de aposentadoria. Além disso, ficam excluídos 20% dos salários de contribuição de menor valor. A essa média aplica-se o fator previdenciário, que leva em conta três variáveis: a idade do segurado, a expectativa de sobrevida da população e o tempo de contribuição do segurado no momento da aposentadoria. Vincula-se, assim, ao valor do benefício, além dos atributos individuais (idade e tempo de contribuição), também a expectativa de sobrevida da população, obtida a partir das informações do IBGE.

Assim, o aposentado tem o valor inicial do benefício minorado, ou reduzido, em função da fórmula em vigor. Mas sua situação é ainda agravada pelo fato de que, salvo nos casos dos benefícios com valores iguais ao salário mínimo, o índice de reajuste das aposentadorias e pensões é menor, fazendo com que uma grande parte dos aposentados e pensionistas fazendo com que uma grande parte dos aposentados e pensionistas tenha o valor de seu benefício cada vez mais reduzido, e aí está o grave problema.

Concordo plenamente com o relatório do Senador Paulo Paim, que acaba de chegar. Mas continuo, porque já comecei o trabalho.

É necessário que essa iniquidade seja corrigida. Os aposentados de nosso País merecem um tratamento equânime. Aqueles que fizeram a riqueza desse nosso País têm o direito de, no final de suas vidas, partilharem os frutos de nosso crescimento.

Portanto, a proposição em apreço merece ser aperfeiçoada com a introdução de dois mecanismos. O primeiro, garantindo a continuidade da política de reajuste do salário mínimo até 2021 [é o que está em vigor até hoje]. O segundo estende a todos os aposentados o índice de reajuste do salário mínimo.

Essa, a meu ver, é a melhor proposta para aperfeiçoar a iniciativa do Senador Mário Couto. Aí, concordo plenamente com a iniciativa do Senador Paulo Paim.

Assim, diante do exposto, fica o substitutivo apresentado ao projeto de lei alterando o reajuste do salário mínimo e a política de valorização dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º Ficam estabelecidas as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo a vigorar entre 2012 e 2021, inclusive, a serem aplicadas em 1º de janeiro do respectivo ano.*

.....  
§ 4º .....

*V - em 2016, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2014;*

*VI - em 2017, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2015; [E, assim, sucessivamente, nessa mesma proporção até 2021. O mesmo critério.]*

*Art. 4º. Até 31 de dezembro de 2021, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2022 e 2025, inclusive.”*

Art. 2º O art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 41-A A valorização do valor dos benefícios em manutenção seguirá a seguinte sistemática, a ser aplicada em 1º de janeiro de cada ano:*

*I - Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo dos benefícios em manutenção corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.*

*II - A título de aumento real, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.*

§1º Na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, o Poder Executivo estimará os índices dos meses não disponíveis.

§2º Verificada a hipótese de que trata o §1º, os índices estimados permanecerão válidos para os fins desta Lei, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

§3º Para fins do disposto no inciso II do caput, será utilizada a taxa de crescimento real da remuneração média divulgada pelo Ministério da Previdência Social até o último dia útil do ano imediatamente anterior ao da aplicação do respectivo aumento real.

§4º Os reajustes e aumentos fixados na forma deste artigo serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de portaria, nos termos desta Lei.

§5º Nenhum benefício corrigido poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§6º Os benefícios com renda mensal superior a um salário mínimo serão pagos do primeiro ao quinto dia útil do mês subsequente ao de sua competência, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento.

§7º Os benefícios com renda mensal no valor de até um salário mínimo serão pagos no período compreendido entre o quinto dia útil que anteceder o final do mês de sua competência e o quinto dia útil do mês subsequente, observada a distribuição proporcional dos beneficiários por dia de pagamento.

§8º Para os efeitos dos §§ 6º e 7º deste artigo, considera-se dia útil aquele de expediente bancário com horário normal de atendimento.

§9º O primeiro pagamento do benefício será efetuado até quarenta e cinco dias após a data da apresentação, pelo segurado, da documentação necessária a sua concessão.

§10. Para os benefícios que tenham sido majorados devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser compensado no momento da aplicação do disposto no caput deste artigo, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência Social."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto do Senador Paulo Paim, que eu tenho a honra de apresentar como Relatora *ad hoc*.

Eu concordo plenamente com essa justiça que se faz com relação aos aposentados, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, eu tenho a certeza de que V. Exª não vai se importar, mas eu quero devolver a relatoria ao Senador Paulo Paim, até pela questão do grande trabalho que fez S. Exª.

Então, que se registre nos Anais desta Casa a relatoria do Senador Paulo Paim, que me havia avisado... Tanto que, quando eu pedi a V. Exª que fizesse a leitura do relatório, eu fiz questão de dizer que eu aguardava a presença do Relator, Senador Paulo Paim, a quem darei a palavra.

Mas, entendo, Senador Paulo Paim, que ter uma Relatora do nível e da estatura da Senadora Ana Amélia me faria sentir muito honrado por ela fazer o relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – O Senador Paim pode, pelo trabalho, fazer a argumentação adicional que é preciso nesse projeto, que foi aperfeiçoado com muita qualidade pela consultoria e pela liderança do Senador Paulo Paim, sobretudo em relação aos aposentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra o Relator, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Waldemir Moka, agradeço a posição de V. Exª e também o entendimento feito já com a Senadora Ana Amélia de que o projeto volta para a minha relatoria, já que eu estava lá no plenário, atendendo ao pessoal da Boate Kiss, tendo em vista o problema seriíssimo que lá aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sua assessoria já havia comunicado, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Digamos que, eu posso... Como fiz um trabalho longo aqui, dialogando com o movimento sindical, com os trabalhadores, conversando com os setores do Executivo sobre a permanência do projeto, falei de uma nova proposta que não fosse vinculada somente ao salário mínimo dos aposentados e pensionistas e do crescimento da massa salarial. Por isso, claro, um trabalho feito durante meses e meses para chegar ao entendimento de uma redação que não vinculasse diretamente ao salário mínimo os benefícios dos aposentados. Conversei com as centrais, conversei com a Cobap e, por isso, sinto-me contemplado, já que V. Exª devolveu a relatoria ao titular, nesse caso, eu.

Aproveitando a leitura já feita, entendo eu que esse projeto não é terminativo. É um projeto tranquilo. Eu mantenho a política salarial acordada já com o Presidente Lula. À época, com o Presidente Lula, nós havíamos ajustado isso, tanto que eu viajei o Brasil todo Senador, com uma comissão de Senadores, para construir a atual política salarial. A única mudança que houve na negociação com o Presidente, com as centrais da qual participamos é que o nosso projeto era a inflação e o dobro do PIB. Mediante o entendimento e a razoabilidade, ficou inflação mais PIB. Viajamos o País por inteiro. Mas o que ficou fora? Ficou fora qualquer tipo de política de valorização do benefício do aposentado e do pensionista. E chegamos a este entendimento: que o próprio Ministério da Previdência tem como verificar o crescimento da massa salarial no País. E, baseado no crescimento da massa salarial, ele terá uma média, que não será o PIB. Assim, os aposentados do Brasil terão também uma política salarial definitiva, como já fizemos, e muito bem, para o salário mínimo. Então, eu não mexo na política do salário mínimo, apenas faço esse aperfeiçoamento na questão do aposentado.

Esse projeto ainda vai a outras comissões. Sei que há um apelo para que o Senador Suplicy peça vista por uma semana, eu já fui comunicado sobre isso. Se tiver de pedir vista, que peça, é regimental, mas se nós não pedirmos vista... Eu faço, aqui, um substitutivo ao projeto que, inclusive, é do Senador Mário Couto. Ele disse: "Olha Paim, confio plenamente no seu trabalho. O que tu fizeres eu sei que vai ser o melhor para os trabalhadores e os aposentados."

Então, sendo Relator do projeto, apresento o substitutivo. Com certeza absoluta, ele vai ser debatido em outras comissões. Mas acho que nós estaríamos dando um sinal positivo para esses aposentados e pensionistas e para tantos trabalhadores que estão com temor até da política do salário mínimo, que está correta. Nós saímos de US\$70 para quase US\$350, baseados nessa política que aqui está reafirmada.

Assim mesmo eu entendo a posição do meu querido Senador e amigo Eduardo Suplicy. E se ele pedir vista, pode saber que entenderei e nós votaremos na próxima semana, se assim V.Ex<sup>a</sup> entender.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Eduardo Suplicy, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Todos nós, nesta Casa, aprendemos, na convivência com o Senador Paulo Paim, a sua extraordinária dedicação e estudo aprofundado sobre a questão tanto do valor do salário mínimo como dos ajustes para os aposentados.

Sim, há um apelo no sentido de que eu peça vista apenas por uma semana, com o compromisso de entregar na próxima semana, para que possam os Ministérios nos quais este tema será objeto de apreciação e estudo último analisar, para termos ainda uma resposta conclusiva, com todo carinho e respeito à iniciativa do Senador Mário Couto, relatada pelo Senador Paulo Paim, com atitudes que me parecem de bom senso de uma pessoa extremamente dedicada ao tema.

Então, peço vista, Sr. Presidente, nesses termos.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Consulto se algum outro Senador ou Senadora também deseja fazer o pedido de vista.

Há o compromisso do Senador Eduardo Suplicy de que na próxima semana...

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Vista coletiva, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista coletiva, a pedido do Senador Cyro Miranda e do Senador Eduardo Suplicy.

Nos termos do art. 132, concedo vista ao projeto.

Nós temos quórum para deliberar sobre matéria terminativa. E eu só pediria, na sequência, ao Senador Cyro Miranda que fizesse... Desse projeto nós já fizemos a leitura, já encerramos a discussão, ele só precisa ser votado. Logo em seguida, a Senadora Ana Amélia e o Senador Humberto Costa também têm dois projetos terminativos.

Eu gostaria de que, nesta primeira reunião, nós já aprovássemos esses projetos. Então peço...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não.

Pela ordem, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu estou com a relatoria do item 4, que é terminativo, como disse V. Ex<sup>a</sup>, do ex-Senador Marconi Perillo, um projeto muito importante, que trata da aplicação de recursos de DPVAT num compartilhamento.

O Senador Paulo Davim tem um projeto que já está tramitando, tratando mais ou menos da mesma matéria. Já estudou, examinou muito bem. Eu penso que, do ponto de vista da produtividade, também por exigir quórum especial, por ser matéria terminativa, em atenção ao colega que é um operoso legislador na área mé-

dica e na área da assistência, eu o retiro de pauta e juntos vamos construir um novo substitutivo a esse projeto, acolhendo algumas das sugestões do Senador Paulo Davim, que já trabalhou esse tema.

Eu penso que é um gesto adequado do ponto de vista da racionalidade.

Então, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a retirada de pauta do item 4, que é o PLS nº 16, de 2008.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não. Eu vou atendê-la.

Quero conceder a palavra ao Senador Cyro Miranda, objetivamente, para que possamos votar.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei bem rápido. Esse projeto vem desde 2003. Depois, em 2008, mudou a Legislação. Ele trata nada mais nada menos do que da regulamentação do exercício da profissão do psicopedagogo e traz a definição de quem poderá exercer a atividade: portadores de diploma de graduação, e vem com todo um arrazoado. Ele foi extremamente debatido, tanto na Câmara como aqui, com todas as profissões que estão coligadas, e essa é uma unanimidade nesse sentido.

Como já foi lido, inclusive na última reunião com V. Ex<sup>a</sup>, e foi pedida vista, cumprimos todos os ritos, peça que o coloque em votação, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, é o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

A autoria é da Deputada Professora Raquel Teixeira e o Relator é o Senador Cyro Miranda.

Conforme informei, o projeto já foi lido, foi encerrada a discussão.

A Presidência vai colocar em votação, que será nominal, o relatório do Senador Cyro Miranda, que é pela aprovação.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, ressalvadas as Emendas de nºs 1 a 4, da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vota o Senador Paulo Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator, aniversariante de ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Ex<sup>a</sup> também fez aniversário recentemente. Eu aproveito para parabenizar a Senadora Angela e o Senador Cyro Miranda.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Aquarianos.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vota o Senador Humberto Costa?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Do Senador Cyro Miranda o voto é conhecido, que é o nosso Relator.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Eu quero agradecer, Sr. Presidente, a todos os nossos Pares. Eu fico extremamente contente com que, depois de quase onze anos, este projeto esteja aprovado. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Ex<sup>a</sup> merece.

Aprovado o projeto, consulto as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores se podemos votar em globo e repetir a votação para as Emendas de nºs 1 a 4, da Comissão de Educação. (Pausa.)

Não havendo objeção, aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Resultado: aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010, e as Emendas nºs 1, da Comissão de Educação, da Comissão de Assuntos Sociais; e 4, da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 4. A Senadora Ana Amélia, como Relatora, regimentalmente, pede a retirada de pauta, para a contribuição do grande Senador Paulo Davim.

A Presidência atende ao pedido da Relatora.

Está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médicohospitalar dos vitimados.**

**Autoria:** Senador Marconi Perillo

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta.)

Do Item 5, o Relator é o Senador Humberto Costa.

ITEM 5

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2012

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar a disponibilidade de leitos em unidades de terapia intensiva na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde.**

**Autoria:** Vital do Rêgo

**Relatoria:** Humberto Costa

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.

**Observações:** - Votação nominal.

O projeto é terminativo nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, a quem também aproveito – fui informado de que será o novo Líder da Bancada do PT no Senado Federal – para parabenizar. Conhecedor que sou dos seus méritos, tenho certeza de que a Bancada do PT será muito bem representada no Plenário desta Casa. Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para proferir a leitura do seu relatório.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Obrigado, Presidente, pelas generosas palavras.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, propõe alterar a Lei nº 8.080, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, com a finalidade de atribuir competência à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) para participar de ações administrativas relacionadas com os serviços de terapia intensiva, em nível estadual. Para tanto, o art. 1º do projeto acrescenta inciso ao art. 17 da Lei nº 8.080, de 1990.

O dispositivo atribui competência à direção estadual do SUS para participar do planejamento, programação e organização dos serviços de terapia intensiva, promovendo as articulações necessárias para a identificação e a adequação da disponibilidade de leitos de terapia intensiva (UTI), em nível estadual, para o atendimento da demanda”.

O art. 2º do PLS nº 233, de 2012, determina que a lei dele resultante passe a vigorar na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador Vital do Rêgo ressalta que a disponibilidade de leitos de terapia intensiva, tanto pela insuficiência quanto pela má distribuição, é um dos gargalos da rede hospitalar do SUS. Argumenta o Senador que uma forma de minimizar a dificuldade de acesso a leitos de UTI é a implantação

da regionalização e hierarquização dos serviços de saúde dessa natureza, com a instituição de mecanismos efetivos de referência e contrarreferência. Para que tal medida seja efetivada, seria fundamental a atuação dos gestores estaduais do SUS no sentido de promover a articulação dos entes municipais da respectiva unidade da Federação.

O PLS nº 233, de 2012, foi distribuído exclusivamente para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

O despacho para que esta Comissão analise o mérito do projeto está fundamentada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui à CAS competência para opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à competência do SUS.

A seguridade social, matéria do Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. É o que determina o art. 194 da Lei Maior. Legislar sobre seguridade social, nela incluídas as políticas e a regulamentação das ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, matéria da Lei nº 8.080, de 1990, é competência privativa da União, a teor do que dispõe o inciso XXIII do art. 22 da Constituição. Ademais, o PLS nº 233, de 2012, não trata de matéria cuja iniciativa é reservada ao Presidente da República, a teor do §1º do art. 61 da Carta Magna. Portanto, o projeto em exame respeita plenamente os preceitos constitucionais relativos à competência para legislar e à iniciativa de proposições legislativas.

No tocante à juridicidade, também não identificamos óbices à aprovação do projeto, visto que ele apenas acrescenta competência às que já são atribuídas à direção estadual do SUS pelo art. 17 da Lei Orgânica da Saúde.

Não foram identificados, também, violação aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. O projeto altera lei vigente, em respeito ao que determina o inciso IV do art. 7º dessa lei complementar.

É inquestionável o mérito do PLS nº 233, de 2012, visto que ele se destina a explicitar, na Lei Orgânica da Saúde, a competência do gestor estadual de participar ativamente das diversas etapas – planejamento, programação e organização – relacionadas com a prestação de serviços de terapia intensiva no respectivo território.

A origem dos cuidados prestados ao paciente em regime que atualmente conhecemos como terapia intensiva remonta aos meados do século XIX. Durante a Guerra da Crimeia, a enfermeira britânica Florence Nightingale, juntamente com uma equipe de 38 enfermeiras voluntárias treinadas por ela, atuou, em 1854, no campo de batalha de Scurati, na Turquia. Com cuidados intensivos, a equipe liderada por Nightingale reduziu significativamente a mortalidade de soldados feridos, antes submetidos a precárias condições de tratamento.

Inspirados nas salas de recuperação anestésica, foram instalados, na primeira metade do século XX, os primeiros serviços que hoje conhecemos como unidades de terapia intensiva (UTI) ou de cuidados intensivos (UCI). A relevância desses serviços especializados na prestação de cuidados ao paciente em estado crítico torna-se cada vez mais evidente. O brutal aumento de lesões corporais graves, decorrência do crescente número de acidentes de várias naturezas, de queimaduras e de ferimentos causados por armas de todos os tipos, exige dos hospitais modernos a criação de ambientes dotados de equipamentos e de profissionais especializados no atendimento das vítimas dessas lesões.

Entretanto, não são essas vítimas de acidentes e violência os únicos beneficiados pelos cuidados intensivos. Doenças e agravos à saúde decorrentes de causas naturais podem, também, exigir tratamento e acompanhamento em UTI. É o caso do infarto agudo de miocárdio, do AVC, das infecções graves, da embolia pulmonar e de várias outras situações que acarretam risco de morte iminente ou de sérias complicações, caso não sejam instituídas medidas terapêuticas imediatas.

As especificidades de uma UTI – equipe multiprofissional altamente especializada, equipamentos caros e de manutenção dispendiosa, uso de medicamentos de alto custo – encarecem enormemente o tratamento prestado nesse ambiente. O paciente pobre ou de classe média que necessita de atendimento intensivo não consegue pagar, com recursos próprios, esse tipo de tratamento. Caso não seja beneficiário de um plano de saúde, a única alternativa é recorrer à assistência prestada pelo SUS. Mesmo as famílias ricas podem se defrontar com a perda do patrimônio acumulado durante toda uma vida, caso um dos seus integrantes tenha que permanecer numa UTI durante vários dias, às vezes meses ou anos.

A insuficiente oferta de leitos de terapia intensiva é, atualmente, um dos grandes problemas enfrentados pelos gestores do SUS em praticamente todas as unidades da Federação. A televisão, o rádio e os jornais trazem, frequentemente, notícias de situações preocupantes relacionadas com as dificuldades em se conseguir vagas para tratamento intensivo em hospitais públicos. Já se tornaram corriqueiras as decisões judiciais cuja finalidade é obrigar os gestores do SUS a providenciar a imediata internação de pacientes em UTIs.

Frente à carência de vagas em serviços próprios, os gestores são obrigados a contratar leitos em hospitais particulares, o que acarreta enormes gastos. Os recursos despendidos nessas internações compulsórias poderiam ser aplicados na instalação de leitos em hospitais públicos, caso os gestores do SUS se esmerassem no planejamento da instalação das unidades e na identificação dos diversos aspectos que influenciam as decisões: recursos disponíveis e necessários; necessidades dos Municípios ou das regiões; disponibilidade de profissionais especializados; oferta de vagas em residência médica ou de enfermagem; treinamento de pessoal de nível técnico, entre outros.

A Portaria GM/MS nº 1.101, de 2002, do Ministério estabelece os parâmetros de cobertura assistencial no âmbito do SUS e recomenda que 4% a 10% dos leitos hospitalares, a depender do porte do Município, devem ser reservados para tratamento intensivo. Dados disponíveis no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mostram que, em agosto de 2012, existiam no País 47.375 leitos complementares, classificação que engloba todas as categorias de leitos de terapia intensiva: adultos, infantis, neonatais, queimados, entre outras.

À primeira vista, poderíamos considerar que essa disponibilidade está de acordo com a determinação contida nessa portaria. Entretanto, um exame mais detalhado dos números mostra uma distribuição bastante irregular dos leitos complementares disponíveis em cada região geográfica e em cada unidade da Federação. Há, também, má distribuição quando consideramos ...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... o âmbito de atendimento: do total de leitos complementares, 56,1% são de serviços próprios, conveniados ou contratados pelo SUS e 43,9% pertencem a serviços denominados “não SUS” – privados, filantrópicos e outros.

Essa má distribuição de leitos por âmbito de atendimento fica caracterizada quando se verifica que o SUS, seguramente responsável pelo atendimento de mais de 75% dos pacientes que necessitam de terapia intensiva, só dispõe de 56% daqueles 47 mil leitos complementares. Essa carência relativa de leitos em um dos lados – o SUS – e o excesso do outro – a rede “não SUS” – é um dos motivos que levam os gestores estaduais do sistema a contratar leitos privados, em cumprimento às decisões judiciais.

Há, portanto, necessidade de melhor planejamento dos serviços de terapia intensiva de responsabilidade do SUS, com a finalidade de reduzir a carência de leitos em determinadas unidades da Federação e, dentro delas, em determinados Municípios.

Não menos importante que a atenção prestada pelo SUS em serviços de terapia intensiva, o atendimento de urgências e emergências, bem como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), também necessitam de cuidadoso planejamento, a fim de evitar transtornos à população. Não são raros os casos de hospitais sobrecarregados com o atendimento de pacientes oriundos de Municípios outros que não aquele em que está sendo prestado o atendimento. Pacientes com ferimentos e agravos à saúde de pequena gravidade, que poderiam ser adequadamente resolvidos em um pronto-socorro de pequeno ou médio porte, sobrecarregam desnecessariamente os serviços de maior complexidade.

A atribuição de competência aos gestores estaduais para o planejamento, a programação e a organização dos serviços de urgência e emergência, inclusive o Samu, também deve constar da Lei Orgânica da Saúde, motivo pelo qual submetemos uma emenda substitutiva à apreciação desta Comissão.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, com a seguinte emenda substitutiva:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso XI e com a renumeração do vigente inciso XI e dos subsequentes:

“Art.17. ....  
 .....  
 XI – colaborar com os municípios e participar do planejamento, da programação, do financiamento e da organização dos serviços de terapia intensiva, de urgências e emergências e de atendimento móvel de urgência, mediante articulações destinadas a identificar e adequar a disponibilidade, em nível estadual, de leitos e dos demais recursos necessários ao atendimento da demanda;  
 .....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de tirar uma dúvida com o Senador Humberto Costa.

Um dos grandes problemas, Senador Humberto Costa, que a terapia intensiva tem, sobretudo nos Municípios do interior, é o credenciamento dos leitos. A Associação de Medicina Intensiva do Brasil fez uma proposta ao Ministério da Saúde. Antes do Padilha, a Amib já tinha levado essa sugestão, e eu pessoalmente levei essa sugestão ao Ministro Padilha no início do Governo da Presidenta Dilma.

Os hospitais do interior que dispõem dos leitos de UTI têm uma dificuldade muito grande em credenciar esses leitos. Por quê? Porque existe um nível de classificação das UTIs: nível um, nível dois, nível três. Dependendo desse nível, vai-se exigindo um percentual de médicos titulados em terapia intensiva, ou seja, com título de especialista. O mínimo exigido é o seguinte: o chefe da UTI, o coordenador da UTI, ser titulado com um título de especialista em terapia intensiva, o que é absolutamente justo. Alguém tem que ter o conhecimento técnico em nível de especialista para responder pela unidade, claro.

Só que no interior – e eu vejo isso no meu Estado, e suponho que essa realidade seja comum a todas as demais unidades da Federação –, há uma carência de especialistas em terapia intensiva. O Ministério só credenciar se tiver – com muita justiça – o responsável titulado. Pois bem, qual é a sugestão? Por isso é que os hospitais do interior têm dificuldade de credenciar e não abrem leitos de UTI, porque uma coisa é você ter leitos de UTI recebendo como leitos de enfermaria. Ora, o gasto com um leito de UTI é dez vezes maior do que com um leito de enfermaria em um hospital do interior. Então, é contraproducente e antieconômico um hospital pequeno do interior ter leitos funcionando como UTI, mas recebendo como leitos de enfermaria. Por quê? Porque não atendem ao critério de credenciamento do Ministério da Saúde.

Qual foi a sugestão que a Associação de Medicina Intensiva deu? Que criassem as UTIs tuteladas. Ou seja, àquele Município que tem um hospital que tem estrutura para UTI, mas não tem ainda especialista, o Ministério ofereceria um prazo para que ele credenciasse alguém, mandasse um de seus membros fazer provas de título de especialista, essas coisas todas. Enquanto isso, um especialista de outro Município ficaria tutelando aquela unidade, respondendo legalmente pela unidade e adequando, do ponto de vista de terapia intensiva, aquela unidade. Então, a pergunta que faço ao Senador Humberto Costa, ele que foi Ministro da Saúde: se esse fato – até pouco tempo, continuava, como falei com o Ministro Padilha – foi corrigido e, se não o foi, a minha pergunta é se não havia condição de, nesse mesmo projeto, a gente acrescentar uma emenda no sentido de criar essa flexibilização para que as unidades de terapia intensiva do interior pudessem ser tuteladas por um período até que tivessem o seu próprio especialista responsável pela unidade. Essa é a minha pergunta, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Antes de passar a palavra ao Senador Humberto Costa, quero prestar uma informação.

Se o Senador Humberto Costa quiser atender e achar importante, nós vamos ter o turno suplementar e aí ainda é permitida a apresentação de emendas.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Senador Davim, entendo que a preocupação é pertinente, creio que seja uma coisa importante. Eu me proponho a analisar, entre este primeiro turno e o turno suplementar, mas quero levantar também algumas questões para que V. Ex<sup>a</sup> tenha a oportunidade de fazer a reflexão.

Acho que a proposta é adequada e correta. A minha dúvida é se caberia num projeto de lei que adéqua a Lei Orgânica da Saúde nós estabelecermos esse tipo de proposição, até porque ela tem um conteúdo de uma certa temporariedade, de uma certa transição. Mas eu aguardarei de V. Ex<sup>a</sup> a apresentação de alguma emenda ou algum argumento e poderei fazer alguma mudança.

Esse também é um período em que V. Ex<sup>a</sup> pode refletir, podemos refletir juntos, se o ideal seria colocarmos na lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Encerrada a discussão.

Em votação, que será nominal.

Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Angela Portela.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Humberto Costa, voto conhecido, é o Relator.

João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Da mesma forma, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador João Alberto Souza.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com o Relator, cumprimentando o Senador Paulo Davim pelas observações que fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós estamos partindo para o... Em votação... O substitutivo, nós acabamos de aprovar, em votação nominal.

Aprovada em turno único a Emenda nº 1-CAS, que é o substitutivo, ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

#### ITEM 6

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, de 2012

#### - Terminativo -

**Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de albinismo.**

**Autoria:** Eduardo Amorim

**Relatoria:** Ana Amélia

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2012, e das 2 (duas) emendas que apresenta.

**Observações:** - Em 24.09.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao projeto.

- Votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para a leitura do relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente Waldemir Moka. Caros colegas Senadores e Senadoras, vou direto à análise desse projeto, com a agilização dos nossos trabalhos.

A legislação de nosso País, tradicionalmente, tem contemplado diversas doenças graves e incapacitantes como justificadoras de concessão de aposentadoria especial, quando se trate de servidores públicos, e de isenção do imposto de renda para os aposentados e reformados em geral, em relação aos seus proventos, independentemente da época em que contraíram tais doenças.

Embora sem identidade exata, pode-se dizer que há bastante semelhança entre o rol das patologias que proporcionam aposentadoria especial no serviço público e das que proporcionam isenção do Imposto de Renda para os proventos. Trata-se evidentemente de regras inscritas em sistemas distintos: um é a aposentadoria do servidor público e tributação, respectivamente, mas que aparentemente guiam-se pelo mesmo critério básico, o da incapacitação para o trabalho.

Como bem lembrou o parecer aprovado na CAE, não há regra clara sobre os critérios para a outorga da isenção. Trata-se, portanto, de campo aberto à decisão política do legislador ordinário.

Em sua justificativa, o Senador autor deste projeto, Senador Eduardo Amorim, lança como principais os argumentos de que os portadores de albinismo têm sua capacidade produtiva reduzida e demandam tratamentos caros. São pessoas que levam vida extremamente sacrificada e, mesmo quando conseguem empreender atividade profissional, fazem-no com grande dificuldade física e também econômica.

Esclareça-se, finalmente, que algumas possíveis consequências do albinismo oculocutâneo já estão contempladas na legislação atual. Com efeito, se o aposentado ou pensionista portador de albinismo evoluir para uma situação de cegueira ou de câncer de pele, por exemplo, poderá ser beneficiado pela isenção.

Conclui-se, portanto, que a eventual perda de arrecadação em decorrência da aprovação deste projeto, se houver, será mínima, considerando que o atual quadro legislativo já contempla em boa parte a isenção pleiteada. Trata-se, então, muito mais de uma adaptação dessa legislação às peculiaridades do grupo social considerado que propriamente de instituição de benefício novo, no caso, aos albinos.

Ainda assim, em nossa opinião, faz-se necessária a estimativa de renúncia de receita, em obediência ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal. O cálculo deve ser efetuado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, e o valor encontrado deve constar de documento a ser anexado ao PLS nº 245, de 2012.

Voto. Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado.

Antes, queria explicar, para facilitar a compreensão dos caros colegas Senadores, a respeito desse impacto que é referido aqui, mas que não tem expressão numérica dentro do projeto.

A Coordenadora da Associação de Pessoas Albinas do Mato Grosso, Maria Madalena Nunes, disse uma coisa absolutamente sensata. Vejam só: o IBGE quer saber quantas geladeiras as pessoas têm em casa, mas nunca pergunta quantos albinos existem no País. Olhem que pergunta. Ela acredita que no Mato Grosso sejam 500 pessoas albinas, e a estimativa dessa associação é de que no Brasil todo sejam 20 mil pessoas.

A Consultoria fez um levantamento de estimativa de perda de receita máxima resultante desse PLS. Então, se estima, para 2013, que foi o ano passado, em R\$4,1 milhões. E, agora, para 2014, R\$4,5 milhões. Para o ano de 2015, R\$4,9 milhões. Então, para atender socialmente uma área tão necessitada como essa, justifica-se a atenção ao projeto.

O voto é pela aprovação do Projeto do Senado nº 245, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, como disse, com as seguintes emendas:

#### EMENDA

Dê-se ao inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, na forma do art. 1º do PLS nº 245, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 6º .....  
 .....  
 XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, fibrose cística (mucoviscidose) e albinismo, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;  
 ..... (NR)”

A segunda emenda:

#### EMENDA

Inclua-se, no PLS nº 245, de 2012, artigo com a seguinte redação:

“Art. 3º. Fica revogado o § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.”

Este é o voto, Sr. Presidente e essas são as emendas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação, que será nominal.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 245, ressalvadas as duas emendas da Relatora, que tem que, depois, aprovar.

Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Angela Portela.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Senador João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador João Alberto.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, é voto conhecido, é a Relatora.

Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com a Relatora, parabenizando pelas explicações complementares.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos votar em globo e repetir a votação para as duas emendas da Relatora. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, aprovadas as duas emendas.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2012, e as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Último item da pauta.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu farei o relatório em um minuto, Sr. Presidente, se assim que for indicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Página 118.

ITEM 7

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2013

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para atribuir ao auxílio-doença a nomenclatura de auxílio por incapacidade laborativa.**

**Autoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão.

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013, na forma do substitutivo que apresenta.

**Observação:** - *A votação será nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir a leitura do Relatório.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o projeto é muito simples. Quem pegar para ler vai ver que o relatório tem quase oito páginas, inclusive com o substitutivo. Mas o Relator, o Senador Sérgio Petecão, apenas reproduziu exatamente o que propunha a Senadora Ana Amélia numa outra técnica legislativa, colocando artigo por artigo.

O que diz o projeto? E, por isso, o relatório é simples e nós vamos resumir-lo em quase um minuto.

A sinopse da Senadora Ana Amélia apenas quer mudar... O que diz aqui?

Vem a exame desta Comissão, em decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 411, de 2013, de autoria da nobre Senadora Ana Amélia, que modifica dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e aí o que interessa é isso que vou falar aqui agora, por isso li rápido, para modificar a nomenclatura do benefício previdenciário de auxílio-doença para "auxílio por incapacidade laborativa".

É só isso. Esse é o relatório. Então, é simples, objetivo, claro, não precisa ler o relatório.

E o substitutivo vai ficar idêntico, ele apenas fez uma alteração na técnica legislativa. Só muda de “auxílio-doença” – repito – para “auxílio por incapacidade laborativa”.

É o relatório, pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Concedo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – A autora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe-me, a autora.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria agradecer muito ao Senador Paulo Paim pela agilidade e pela simplicidade desse projeto. Esse é mais um trabalho desta Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka, porque ela resultou de uma audiência pública feita aqui com os médicos de perícia médica, que enfrentam vários problemas.

O Senador Paulo Paim inclusive trouxe as centrais sindicais aqui, discutimos com a categoria e achamos que a proposta apresentada naquela audiência pública que realizamos lá em 2013, no dia 17 ou 16 de setembro do ano passado já está consubstanciada num projeto que está tramitando.

Esta Comissão teve parte importante coletivamente, colaborativamente neste projeto que é tão simples, mas que era tão necessário para deixar claro. Você pede um auxílio-doença? Não, é incapacidade, a pessoa está incapacitada para o exercício do trabalho.

Queria compartilhar com todos os colegas e com V. Exª esse resultado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Verdade que é um prazer muito grande presidir esta Comissão, até porque é a primeira reunião, estamos encerrando a pauta, votando todos os projetos com quórum. Claro que é a nossa obrigação, mas eu queria dizer da alegria que tenho de presidi-la.

Encerrada a discussão.

Em votação nominal.

Senador Paulo Paim...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator titular, que foi o Sérgio Petecão, e com a autora, Senadora Ana Amélia.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Angela Portela.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador João Alberto.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ana Amélia é a autora. Voto conhecido.

Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Votamos o Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013, que tem preferência regimental.

Aprovada em turno único a Emenda nº 1 da CAS, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada apresentação de novo substitutivo integral.

Ainda sobre a mesa, requerimento de 2013.

**EXTRAPAUTA****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, de 2014**

**Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país. Para tanto sugiro sejam convidados: - Sr. Dirceu Barbano – Diretor Presidente da Anvisa; - Representante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP); - Sr. Antônio Britto – Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); - Dr. Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); - Dr. Fábio Franke - Especialista em Oncologia Clínica; - Sra. Luciana Holtz – Presidente do Instituto Oncoguia. Autoria: Senadora Ana Amélia.**

Concedo a palavra à Senadora para seu encaminhamento.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, caros colegas Senadores, há nessa área, como em outras, uma lentidão muito grande para autorizar pesquisas clínicas com novos medicamentos no País. Essa é uma preocupação crescente, não só de quem faz o medicamento, mas dos pesquisadores, dos cientistas e dos médicos que no Brasil às vezes sabem que existe no mercado... Como nós discutimos – V. Exª teve uma atuação grande – a lenalidomida e foi muito produtivo o trabalho.

Então, não só neste caso, mas como em vários outros, o objetivo desta audiência pública é exatamente: como podemos modernizar, melhorar para que o paciente que precisa disso tenha uma vida melhor? Nossa preocupação sempre é com a população que precisa de medicamentos em qualquer área, caro Presidente Waldemir Moka.

Essa é a justificativa desse requerimento de audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

*(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)*

**SECRETARIA DE COMISSÕES****COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS****ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e quatro minutos, do dia doze de fevereiro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2010 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador José Bezerra. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2012 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador Benedito de Lira. Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela Recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 118, de

2011, e 234, de 2012, que tramitam em conjunto. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 2, de 2014-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa do Senador Humberto Costa, de Audiência Pública para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs 269, de 2010; 118, de 2011 e 234, de 2012, que tramitam em conjunto. A matéria fica sobrestada, nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013 - Não Terminativo - **Autoria:** Senador Mário Couto. Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa. ITEM 3 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2012 - Terminativo - **Autoria do Projeto:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria do Projeto:** Senador Humberto Costa. **Ementa do Projeto:** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar a disponibilidade de leitos em unidades de terapia intensiva na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para análise da Emenda apresentada em Turno Suplementar pelo Senador Paulo Davim. ITEM 4 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2013 - Terminativo - **Autoria do Projeto:** Senadora Ana Amélia. **Ementa do Projeto:** Altera a Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para atribuir ao auxílio-doença a nomenclatura de auxílio por incapacidade laborativa. **Relatoria do Projeto:** Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 - Terminativo - **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012, e das 3 Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012 - Terminativo - **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, de 2012 - Terminativo - **Autoria:** Senador Tomás Correia. Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2012. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2012. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada. pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013. A Matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 9 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senador Paulo Paim. Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senador Paulo Paim.

Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo) e da Subemenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senador Paulo Bauer. Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a disponibilização de protetores solares pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mediante ressarcimento. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013. Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013. EXTRAPAUTA - ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2014 - **Autoria:** Senador Humberto Costa. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir os Projetos de Lei do Senado nº. 269/2010, 118/2011 e 234/2012, que tramitam em conjunto, cujo escopo é a alteração da Lei 8.213, de 1991 (que Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências), mais especificamente de seu art. 93, que define a obrigatoriedade das empresas com cem ou mais empregados a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência. Para tanto, sugiro que sejam convidados: - Dr. Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho – MPT; - Dr. Paulo Sérgio de Almeida – Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; - Dr. Antônio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH; - Dr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; - Dr. Antônio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC; - Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2014 - **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Requeiro, nos termos do art. 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 1º da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Resultado: Aprovado. ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2014 - **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do Art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 72, de 2012, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família – PSF, com a presença dos seguintes convidados: - Representante do Ministério da Saúde – MS; - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO; - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; - Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; - Representante da Federação Nacional de Associações Prestadoras de Serviços de Fisioterapia – FENAFISIO. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, e o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às dez horas e dois minutos assume a Presidência a Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, no exercício da Presidência

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois não terminativos e oito terminativos.

Para que a gente possa adiantar, os dois primeiros itens são não terminativos, mas estou aguardando porque já foram lidos semana passada. Se bem que nós poderíamos... Farei isso. Vamos começar pelo item 2, com a presença do Relator, Senador Paulo Paim, uma vez que já foi lido. Eu só gostaria que o Senador Paulo Paim pudesse lembrar o projeto.

**ITEM 2****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013****- Não terminativo -**

**Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências.**

**Autoria:** Senador Mário Couto

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

**Observações:** - Em 05.02.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais.

- *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

- *Votação simbólica.*

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para que faça alguma consideração, se julgar necessário.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, em um minuto. Esse projeto é de autoria do Senador Mário Couto. Eu dialoguei com ele e também com o conjunto das partes interessadas. Eu estendo a atual política salarial que terminaria até 2023 e incluo – esse é o fato novo, o resto não é novo – também que os aposentados e pensionistas terão o crescimento de acordo com o crescimento da massa salarial, que é medida pelo próprio Ministério da Previdência.

Sei que foi pedido vista, mas não houve nenhuma consideração, e eu também não fui procurado para algum tipo de mediação. Por isso, entendo que o projeto pode ser votado com tranquilidade, já que foi lido, foi pedido vista, e todos se posicionaram, pelo menos até o momento, totalmente favoráveis à matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, que, na verdade, é um substitutivo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Estamos aguardando ainda o Relator do item nº 1. Para economia de tempo, eu gostaria...

Em tempo, faço também a votação do item 1.

O Senador Humberto Costa é o Relator do item nº 1 da nossa pauta. Aliás, a Relatora é a Senadora Vanessa Grazziotin. É que tenho, na mesa, requerimento do Senador Humberto Costa que trata exatamente desse projeto.

O projeto já foi lido, teve um pedido de vista. Então, vamos lá.

**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****ITEM 1****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2010****- Não terminativo -**

**Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência.**

**Autoria:** Senador José Bezerra

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2011****- Não Terminativo -**

**Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.**

**Autoria:** Senador Ciro Nogueira

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2012**  
**- Não Terminativo -**

**Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**

**Autoria:** Senador Benedito de Lira

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (Substituído por ad hoc)

**Relatoria ad hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela Recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 118, de 2011, e 234, de 2012, que tramitam em conjunto.

**Observações:** - Em 05/02/2014, a Presidência designa Relatora 'ad hoc' a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Lido o relatório, é concedido vista ao Senador Humberto Costa nos termos regimentais.

- *A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.*

- *Votação simbólica.*

O requerimento respectivo é um item extrapauta:

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 11**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2014**

**Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs 269/2010, 118/2011, 234/2012, que tramitam em conjunto, cujo escopo é a alteração da Lei nº 8213, de 1991, (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências), mais especificamente de seu art. 93, que define a obrigatoriedade das empresas com cem ou mais empregados a preencherem de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Dr. Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho – MPT; Dr. Paulo Sérgio de Almeida – Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM); Dr. Antônio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); Dr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Dr. Antônio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).**

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para encaminhar a votação do requerimento.

Insisto em dizer que estou votando esse requerimento porque ele guarda uma relação com o item nº 1, que seria votado nesta reunião.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Bom, na verdade, todos sabemos e concordamos em que é preciso enfrentar o problema de que, muitas vezes, algumas empresas não conseguem preencher essa determinação da legislação, de que um percentual dos empregos oferecidos sejam ocupados por pessoas com deficiência. No entanto, os projetos que foram aqui apresentados têm soluções diferentes para essa questão, algumas das quais podendo, de certa forma, até comprometer o espírito da lei, com o qual todos nós concordamos.

Então, qual seria a nossa ideia? Seria aprofundar um pouco mais essa discussão para que a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, possa receber essas contribuições e avaliar se faz ou não algumas modificações no relatório final apresentado por ela.

Por isso, peço a aprovação, para que nós possamos fazer essa audiência pública. Existem, no convite, representantes de todos os segmentos interessados e eu creio que pode ser um momento rico.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão o requerimento.

Senador Paulo Paim, para discutir.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só para fortalecer a iniciativa do Líder Humberto Costa.

De fato, é um quadro muito complicado, que mexe com uma conquista das pessoas com deficiência, que é a cota de emprego. Muda totalmente esse quadro. Então, a melhor coisa é audiência pública. Traz todo mundo para cá, vamos discutir amplamente, para ver se a gente consegue achar um caminho. Mas é um projeto muito complexo. Por isso, meus cumprimentos. A melhor iniciativa não é vista, não é nada, mas, sim, uma grande audiência pública aqui na nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só tenho que fazer uma coisa. Eu tenho aqui, também, e vou cumprir... Depois de aprovado, ou não, o projeto aqui, ele seguirá – já tenho o pedido – para a Comissão de Educação. Quer dizer, esse projeto não é terminativo aqui e já há o pedido para ir para a Comissão de Educação, que acho que é a próxima.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, caro Senador Humberto Costa, eu acho que não está em jogo, em nenhum momento, alterar um direito e uma conquista, como frisou o Senador Paim, das pessoas portadoras de deficiência, porque é inadmissível que a Casa que aprovou o benefício necessário, um direito, hoje, dos portadores de deficiência ou de necessidades especiais, elimine esse direito ou o reduza. A questão é ajustar esse direito à realidade. Aí é que está a necessidade que nós vamos ter. E essa audiência requerida pelo Senador Humberto Costa vem em boa hora para isso.

Eu visitei, casualmente, no reduto eleitoral do Senador Paim, Canoas, uma grande empresa, uma enorme empresa. Lá, eles me disseram que, para cumprir a lei, na dificuldade de encontrar, colocavam anúncios na televisão e no jornal – e isso tem custo – para recrutar pessoas portadoras de deficiência que tivessem condições e habilidade para atender telefone, *telemarketing*, eventualmente, esses serviços que estão ajustados à sua capacidade laboral. Eles não conseguiam fazer isso.

O problema é que o Ministério Público vai e quer cumprir a lei e não pergunta se tem ou não pessoas que estão, naquele Município... Até porque tem que cuidar também da mobilidade dessas pessoas, que requerem cadeira de rodas, se a pessoa for cadeirante, que requerem uma série de outras exigências.

Então, por isso a oportunidade de um debate em que não se vai discutir redução do benefício, que é um direito sagrado, mas ajustar à realidade que nós estamos vivendo hoje para uma economia competitiva e também uma outra realidade social pelos programas que o Governo criou, Bolsa Família, toda essa forma de dar apoio às famílias mais carentes, que podem também ter tido, digamos, uma vazão de atendimento a demandas que as famílias e as pessoas portadoras de necessidades especiais têm.

Então, eu queria louvar a iniciativa do Senador Humberto Costa exatamente por ter convocado essa audiência pública.

Muito obrigada.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só para complementar o raciocínio, de fato, é um tema muito controverso e a discussão não pode ser iniciada hoje. No meu entendimento e no da assessoria que estudou esse projeto a que comprometeu o Humberto Costa, se ficar como está, teremos prejuízo, sim... Se ficar como está. Por isso a audiência pública para as pessoas com deficiência, que não terão muitos mais a cota e tu transfere o que gastaria com o emprego do cotista para a bolsa-atleta para as pessoas com deficiência, por exemplo. É uma das alternativas. Vai todo mundo correr para lá e não vão mais se preocupar em garantir emprego para a pessoa com deficiência. Então, a Senadora Ana Amélia tem razão, pois é um problema complexo, e o Senador Humberto Costa, com certeza, acertou ao pedir audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu penso que essa discussão vai ser travada na audiência pública, e parabeno, mas concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Moka, Presidente desta nossa Comissão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, realmente, pela iniciativa do Senador Humberto Costa, quero parabenizá-lo.

Eu vivo essa situação como empresário e, como a Senadora Ana Amélia colocou, várias vezes, até anúncios nós colocamos. Agora, não se pode deixar de lado, jamais, esse programa, que é de uma valia muito grande. E eu tenho certeza, no equilíbrio que fez o Senador Eduardo Costa, nessa audiência pública, nós vamos encontrar, sim. É difícil, mas é solucionável. Virão, sim, ideias dos dois lados, que vão dar um equilíbrio, sem perder de vista o escopo desse projeto, com certeza.

Nós deveremos que ter parâmetros, porque, senão, como disse o Senador Paulo Paim, de repente, nós vamos largar essas pessoas e vamos correr para o Bolsa Atleta e para outros casos.

Eu tenho certeza e, inclusive, já sei que, por parte tanto dos trabalhadores, como das instituições de empregadores, já há algumas ideias que vão surgir aqui.

Então, parabeno, mais uma vez, o Senador Humberto Costa pelo equilíbrio.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Encerrada a discussão, em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, o projeto fica sobrestado até que a gente realize essa audiência pública e que possamos, então, discutir a adequação ou não do projeto.

Do Item nº 3 o Relator é o Senador Humberto Costa. Na verdade é terminativo, mas é turno suplementar. Então, ele não depende de quórum.

V. Exª quer...?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, duas coisas. Uma é o seguinte: infelizmente, daqui a pouco, eu vou ter que sair para ir à reunião dos Líderes. E eu não somente tenho esse projeto para relatar, como apresentei um requerimento de convite ao novo Ministro da Saúde, Arthur Chioro, para que venha aqui apresentar os seus planos para a Pasta e responder às questões que os Senadores desejarem formular.

Então, em relação ao projeto, como recebi a emenda do Senador Davim já no final da tarde de ontem, à primeira vista eu mantenho o meu parecer, mas acho que é fundamental olhar mais detidamente e, inclusive, conversar com ele. Então, peço que seja retirado de pauta, para nós apreciarmos na próxima semana.

E queria pedir a V. Exª para submeter aos nossos Pares a possibilidade de anteciparmos a votação desse requerimento de convite ao Ministro da Saúde, para que eu possa, então...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como não, Senador?

Então, o item 3 está retirado de pauta e não há por que não atendermos, então, o requerimento.

Eu vou submeter ao Plenário da Comissão a aprovação do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2014

**Requeiro, nos termos do art. 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 1º da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Senhor Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.**

**Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para encaminhar o seu requerimento.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, acho que na minha solicitação já defendi o porquê. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu também, na condição de Presidente, se V. Exªs entenderem, gostaria de transformar o requerimento do Senador Humberto Costa – evidentemente, se ele concordar também – num requerimento desta Comissão.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que, aí, vamos ser... A Comissão... Claro, a autoria é do Senador Humberto Costa, subscrito por todos os membros da Comissão, convidando S. Exª, o Ministro de Estado da Saúde, para que aqui possa comparecer.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM Nº 4

#### TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2013 - Terminativo -

**Ementa do Projeto:** Altera a Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para atribuir ao auxílio-doença a nomenclatura de auxílio por incapacidade laborativa.

**Autoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad hoc:** Senador Paulo Paim

**Observações:** – Em 05.02.2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013.

- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Desse item já foi feita a leitura e coloco em discussão a matéria.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só a título de ajuda.

É um projeto simples, objetivo da Senadora Ana Amélia, que vem em um bom momento. Só muda, para ninguém ter dúvida na votação, a expressão “auxílio-doença”, como V. Exª já leu, por “incapacidade laborativa”. Então, meus cumprimentos à autora. Não há dúvida de que o projeto vem em boa hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, não foram oferecidas emendas na discussão suplementar ao Substitutivo.

O Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2013, é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria apenas agradecer a Comissão, a todos os Senadores que apoiaram a iniciativa e especialmente ao Senador Paulo Paim, que ratificou e resumiu em duas frases uma coisa muito simples, mas que criava um problema, eu diria, de preconceito ao se dizer “auxílio-doença”. Às vezes, a pessoa não está doente; tem uma dificuldade laboral, como se fala bem. Para os médicos peritos de saúde, isso também é muito relevante. Então, atendemos toda a gama tanto dos trabalhadores como dos médicos peritos da medicina especializada do trabalho.

Muito obrigada, Presidente. Obrigada novamente, Senador Paulo Paim, pela relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em função de estarmos aguardando os relatores, vou pular para o item de nº 7, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia.

## ITEM 7

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, de 2012

- Terminativo -

**Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente.**

**Autoria:** Senador Tomás Correia

**Relatoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2012.

**Observações:** - Em 15.10.2013, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer Contrário ao Projeto.

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, a Senadora Ana Rita, que foi relatora da matéria em Comissão que antecedeu a CAS, já me auxiliou muito, porque eu me baseei até no relatório dela a respeito desta matéria, porque ela concluiu corretamente que compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, o disciplinamento das informações sobre a composição dos alimentos. É o que se depreende do art. 8º, § 1º, II, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que atribui à Anvisa a competência para regular, controlar e fiscalizar alimentos. Em face da sua competência legal, a Anvisa tem editado normas sobre a matéria de que trata o projeto em análise, do Senador Correia. Assim, a proposição não inova o ordenamento jurídico e, por isso, não atende a um dos critérios definidores da juridicidade do projeto de lei.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de as normas sobre rotulagem de alimentos serem acordadas no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A harmonização das normas entre os Estados Partes é medida essencial para a própria constituição do mercado comum e implica consulta e negociação multilaterais. Portanto, não é apropriado que o Brasil institua normas comerciais e sanitárias específicas à revelia dos foros de negociação constituídos.

Com relação ao mérito, apesar de considerarmos a medida proposta relevante, entendemos que ela já está contemplada nas normas legais vigentes.

De fato, a Anvisa, no desempenho da competência que lhe foi delegada, tem editado normas que visam a prover informações nutricionais indispensáveis para orientar o consumidor quanto ao consumo adequado dos alimentos e a compatibilizar a legislação nacional com os instrumentos harmonizados no Mercosul, de forma a facilitar o comércio e a proteger sobretudo – e isto é essencial – a saúde do consumidor.

Assim é que a Anvisa editou, em consonância com as normas harmonizadas no âmbito do Mercosul - as Resoluções GMC nº 44/03 e 46/03 -, a Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, que aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados.

Mais recentemente, a Agência editou também a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 54, de 12 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar, que incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC Mercosul nº 1/2012.

Ademais, ainda vige a Portaria nº 29, de 13 de janeiro de 1998, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, que aprova o Regulamento Técnico referente a Alimentos para Fins Especiais. A portaria define esses alimentos como aqueles especialmente formulados ou processados, nos quais se introduzem modificações no conteúdo de nutrientes, adequados à utilização em dietas, diferenciadas e ou opcionais, atendendo a necessidade de pessoas em condições metabólicas e fisiológicas específicas. Quanto à rotulagem desses alimentos, a portaria determina que conste, no painel principal, a designação do alimento, de acordo com a legislação específica, seguida da finalidade a que se destina.

Consideramos, portanto, que o projeto não deve prosperar, uma vez que a matéria de que trata está suficientemente regulada e com cobertura pela autoridade sanitária que detém a competência legal para fazê-lo e encontra-se atualizada e compatibilizada com as normas acordadas no âmbito do Mercosul.

Assim, o meu voto, a despeito da relevância da iniciativa do Senador Tomás Correia, que representou Rondônia, o suplente do Senador Valdir Raupp, nascido em Granja, no Ceará, meu amigo. A despeito da relevância da proposta e pelas fundamentações da assessoria legislativa, considerando o voto da Senadora Ana Rita na Comissão que nos antecedeu, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2012.

Este é o voto, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Esse é um projeto terminativo, então vou considerar como lido; não vou iniciar a discussão, poderia iniciá-la e encerrá-la, mas não vou fazer. É importante que se dê tempo para essa discussão.

Vou passar, para que possamos adiantar a leitura, para o item 8. O relator é o Senador Paulo Paim.

#### **ITEM 8**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013**

#### **- Terminativo -**

**Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial**

**Autoria:** Senador Ruben Figueiró

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013, na forma do substitutivo que apresenta.

**Observações:** - Em 18.06.2013, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução da matéria.

- *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.*

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir a leitura do seu novo relatório. Eu digo novo porque esse projeto já tinha sido lido, mas houve uma procura das duas partes – não é isso, Senador? – para que pudessemos ter aqui um texto que realmente representasse um acordo. Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que possa proferir parecer sobre seu novo relatório.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou simplificar. Sr. Presidente, na verdade, o projeto já foi lido e V. Exª lembrou bem, como as partes pediram uma nova rodada de negociação, eu mesmo tive uma conversa muito produtiva com o Senador Cyro Miranda, que nos ajudou nos encaminhamentos.

A síntese do projeto, V. Ex<sup>a</sup> ao anunciar coloca muito bem, garante esse percentual de 4%, mas da forma do substitutivo. Entendo, Sr. Presidente, que é muito mais produtivo agora e a justificativa não mudou, eu ler o substitutivo, que é muito mais curto do que o relatório, e simplificar qual foi o entendimento das partes. Praticamente, uma folha. Já começo onde muda.

O art. 457-A fica da seguinte forma:

Art. 457-A. Comissão é a parte variável da remuneração do empregado comerciário, cujo percentual será fixado no contrato de trabalho. [Então, jogou para o contrato de trabalho mediante acordo.]

§1º Os percentuais das comissões do comerciário comissionista serão anotados em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social. [Nenhuma novidade.]

§2º É irredutível o percentual das comissões fixado no contrato de trabalho do comerciário comissionista, salvo por acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§3º As comissões percebidas pelo comerciário comissionista integram a sua remuneração para todos os efeitos legais. [É o que manda a CLT.]

§4º A integração prevista no §3º observará a média dos valores percebidos nos últimos seis ou doze meses, prevalecendo o valor da maior média apurada. [Também não há novidade.]

§5º Ao comerciário comissionista é devido, como remuneração mínima mensal, o valor equivalente ao piso salarial da categoria. [É também o que manda a lei.]

§6º O valor das comissões efetivamente recebidas será registrado no comprovante mensal da remuneração mensal do comerciário comissionista.

§7º O descanso semanal remunerado do comerciário comissionista será calculado pelo valor total das comissões percebidas na semana, dividido pelos dias de serviço efetivamente trabalhados.

§8º Ao comerciário comissionista sujeito a controle de jornada é devido o pagamento do adicional de, pelo menos, cinquenta por cento sobre as comissões auferidas após a sua jornada normal de trabalho.

§9º É vedada a vinculação da remuneração à base de comissões ao cumprimento de metas ou cota mínima de vendas, cujo percentual não poderá ser reduzido unilateralmente pelo empregador.

§10 Acordo ou convenção coletiva de trabalho, se mais benéficos, prevalecerão sobre o disposto neste artigo.

Enfim, até o número 4, saiu. Estou respeitando o que acordaram. Se está bom para eles, está bom para mim. Falei com o autor, o Senador Ruben Figueiró, que também concorda com essa redação um pouco mais *light* e mais ampla. Lendo com cuidado, vê-se que joga mais ou menos para acordo ou convenção coletiva. É para isso que caminha o movimento sindical e também os empregadores, respeitando, é claro, sempre, o que manda a CLT e a Constituição.

Não vejo nenhum motivo para que não aprovemos o projeto, já que as partes assim entenderam. Fizemos praticamente um tratado de procedimento para chegar a uma condição que eles entendem palatável.

Está feito o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero agradecer muito ao Senador Paim, que teve, como sempre, a abertura – nenhum relatório do Senador Paim é fechado, ele está sempre pronto à discussão. Recebeu a CNA, recebeu a CNT, para uma conversa. Apresentamos algumas dificuldades e ele, como sempre, conciliatório, fez um relatório equilibrado, que atende a todas as partes.

Da minha parte, meu agradecimento mais uma vez para esse Senador que é importantíssimo nesta Casa, principalmente nessas causas sociais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Parabéns ao Senador. Conheço essa dificuldade desses projetos. O Senador Rubens Figueiró pediu que eu deixasse claro que ele concorda com o substitutivo apresentado pelo Senador Paulo Paim. Aliás, agradece pelo seu trabalho, seu empenho. Na verdade, acho que chegamos a um texto que realmente tanto o lado do empregador como do empregado estão sendo preservados, possibilitando esses acordos.

Lamentavelmente, ainda dependemos de mais um Senador, para que tenhamos o quórum, porque o projeto é terminativo. Se formos considerar o peso do Jayme, temos três a mais. (*Risos.*)

Tenho aqui o item nº 9, cujo Relator é o Senador Benedito de Lira. Eu pediria ao Senador Benedito de Lira... Vou colocar em votação enquanto o Senador Benedito de Lira lê. Podemos também discutir esse projeto, se for o caso, mas devemos exatamente ter o tempo para termos o quórum e votarmos.

**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****ITEM 9****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013****- Terminativo -**

**Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013****- Terminativo -**

**Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário ambiental durante o período de defeso.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim

**Relatoria:** Senador Benedito de Lira

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, na forma da Emenda nº 1-CMA (substitutivo) e da subemenda substitutiva que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto.

**Observações:** - Em 15/10/2013, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao PLS 150/2013 na forma da Emenda nº 1-CMA (substitutivo) e contrário ao PLS 152/2013, que tramita em conjunto.

- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir a leitura do seu relatório.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o senhor me permite só lembrar a todos – para mim o relatório está tranquilo – que tanto o 152 quanto o 150 são de nossa autoria. E o brilhante relatório do Senador Benedito de Lira, pela observação que eu tenho aqui, tem o apoio inclusive de setores do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto, de autoria de S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Senador Paulo Paim, é da maior importância, meritório, para atender àqueles que, na verdade, vivem da atividade pesqueira, que, num determinado período do ano, até para a preservação da espécie, têm sua atividade pesqueira suspensa.

Eu me debrucei sobre o projeto, que achei da maior importância, mas, ontem, eu recebi uma solicitação, Sr. Presidente, da Liderança do Governo, para verificar a possibilidade de não apreciar esta matéria hoje, considerando que era preciso conversar inclusive com o autor do Projeto, numa reunião conjunta entre o Relator, o autor e o Governo, para podermos, então, encontrar uma solução para evitar que o Governo pudesse criar alguma dificuldade no que diz respeito a essa ação do Projeto, porque o problema não é bem atender aos pescadores, mas, sim, no que diz respeito à Previdência Social, o que precisa ser analisado com mais cuidado.

Assim, considerando as dificuldades que o País está atravessando em termos de concessão de gastos, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> e aos meus companheiros da Comissão desculpa por pedir a retirada de pauta desta matéria até que a gente possa ter essa reunião. Hoje falarei com o Líder do Governo, Senador Paim, para que a gente possa fazer uma reunião conjunta para dirimir qualquer tipo de dúvida.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Benedito de Lira, nós conversamos aqui com setores do Governo e acordamos que, de fato, seu substitutivo, no meu entendimento, está indo muito bem, pois unifica as duas iniciativas, e que a Senadora Angela Portela pediria vista para ter esse período para

que V. Ex<sup>a</sup>, então, possa dialogar com o Governo e nós também. Então, o pedido de vista joga para... (*Falha na gravação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... retomar.

Na verdade, o Relator está pedindo para retirar de pauta. É uma coisa. É retirada de pauta pelo Senador Benedito de Lira. Se ele mantiver o pedido de retirada de pauta, Senador, a Presidência terá que atendê-lo, porque ele é o Relator. Agora, se o Senador Benedito de Lira concordar com o pedido de vista de um Senador, aí é uma coisa diferente.

Consulto o Relator.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Tenho respeito e admiração profundos pelo Senador Paim, mas, agora mesmo, ao vir para a Comissão, depois que a Bárbara... Não é, Bárbara? Eu estava em outra audiência e ela me telefonou pedindo que eu viesse correndo para a Comissão, considerando a pauta, para o item 9. Ao sair do meu gabinete para vir para a sala da Comissão, o telefone tocou, novamente me pedindo que, se fosse possível, retirasse de pauta. Então, Senador Paim, meu parecer permanecerá o mesmo e precisamos fazer esse diálogo para evitar qualquer tipo de...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento-o pelo seu trabalho, entendo a posição do Relator e nós votaremos na outra semana.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Pronto! Depois, se o Regimento permitir, o Presidente pautará sem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há problema, Relator, regimentalmente. Tem que cumprir o Regimento. V. Ex<sup>a</sup> é Relator, está pedindo a retirada de pauta e, de ofício, o Presidente está retirando de pauta.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu vou aproveitar... Só um minutinho, Senadora. Eu vou aproveitar o quórum porque nós temos os projetos que já foram lidos e vou pedir a votação.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Eu vou ficar, mesmo que ninguém quisesse que eu ficasse; mas, para atender à minha Presidente, eu vou ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vamos lá. Item 7. Eu peço atenção. São projetos que já foram lidos e que a gente só estava aguardando o quórum necessário, porque se trata de projetos terminativos.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, eu posso, rapidamente, porque os Senadores que não estavam...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, eu vou fazer isso.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A Senadora já fez aqui o comentário. Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para que possa esclarecer rapidamente, àqueles que não estavam presentes, sobre do que trata o projeto e o porquê da rejeição.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Para facilitar, é um projeto em que o Senador Tomás Correia propõe com muita propriedade, na defesa do interesse do consumidor, ampliar o nível de informação ao consumidor da composição de alimentos, já que a Anvisa tem essa competência.

Eu me baseei em um relatório da Senadora Ana Rita, em uma comissão que antecedeu à CAS, exatamente pela rejeição do projeto, uma vez que compete à Anvisa, não só do ponto de vista da regulação nacional desses cuidados e dessa regulamentação, mas também há um acordo no Mercosul das normas que regulam a mesma matéria.

Desta forma, fiz o meu voto ao projeto pela rejeição.

Então, só para exemplificar para os Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – A votação será nominal e eu quero encerrar a discussão, a menos que alguém queira discutir.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Pois não.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM - MT) – Olha, eu acho, com todo o respeito à Senadora Ana Amélia, que tudo aquilo que possa facilitar e, sobretudo, enriquecer o cidadão consumidor é válido, quando se vê que aqui se pretende simplesmente colocar nos rótulos, ou numa sacola, ou num pacote de macarrão, o que ele contém; aquilo que possa – eu imagino – até prejudicar a saúde.

V. Ex<sup>a</sup> se refere à questão do Mercosul. Eu imagino até que se fosse para exportação, ótimo, porque nós já temos um acordo firmado com o Mercosul. Todavia, no mercado interno o cidadão brasileiro tem que poder acessar todo tipo de informação, para que ele saiba sobre tudo aquilo que possa prejudicar a sua saúde

Eu vou dar um exemplo a V. Ex<sup>a</sup>. Eu tenho um projeto de lei que foi relatado pela ilustre companheira, amiga e Senadora Lúcia Vânia, na semana passada na CCJ, que busca colocar nos rótulos o teor calórico em relação às bebidas, não só em refrigerantes, como também em sucos, etc, etc, já que o Brasil hoje tem uma crescente população obesa. Nos próximos dez anos, chegaremos a ser um País parecido aos Estados Unidos da América, que têm a maior população obesa.

A obesidade é hoje, na visão que eu tenho e também na dos profissionais da saúde, a próxima doença do século, tendo em vista que causa não só o diabetes como a hipertensão e assim por diante. Nesse caso, particularmente, eu acho que nós estaríamos dando a nossa contribuição.

Lamentavelmente, são feitos descaradamente, deslavadamente, alguns comentários que eu acho que não têm nada a ver com tudo aquilo que permita a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Neste caso aqui, quando o Senador Tomás Correia propõe esta matéria, é até meritória. Evidentemente, enseja o que diz aqui: “para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos que são enriquecidos”, ou seja, irradiados, dietéticos, *light*, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente...

Eu acho, Senadora – e V. Ex<sup>a</sup> é a nossa mestra aqui, grande estudiosa de todas as matérias –, que a Anvisa é quem regulamenta, quem fiscaliza, mas pode acessar e ver que são poucos os produtos comercializadas que têm essa denominação nos rótulos a respeito daquilo que possa ser pernicioso à saúde do cidadão brasileiro.

Só queria fazer essa observação para contemporizarmos e ficar, sobretudo, bem claro aqui que vislumbro a boa intenção, ainda porque o projeto não é tão... Ele é meritório na sua essência, sobretudo porque o que ele pretende é facilitar para o consumidor em nosso País.

Era essa a nossa observação, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, acolho a manifestação do Senador Jayme Campos, nosso sempre Presidente desta Comissão – quem foi rei nunca perde a majestade –, governador que foi, mas eu queria dizer o seguinte: quando eu apresentei o relatório – e V. Ex<sup>a</sup> ainda não estava aqui – eu ressaltei a oportunidade da iniciativa.

Qual é a preocupação do Senador Tomás Correia, como é a nossa aqui? De cuidado com a saúde do consumidor – ponto! Hoje, Senador Jayme Campos, água mineral vem com a composição no rótulo – água mineral! E essa é uma imposição da Anvisa. E ressalto a água mineral porque, talvez, seja o produto que a gente toma e não imagina que ali haja tanta coisa. No caso da água mineral, as pessoas têm que ter cuidado com o sódio. Quanto mais sódio na composição, pior a qualidade da água mineral.

Eu fiquei sabendo isso de uma vendedora de água mineral, que me disse para não tomar determinada marca de água mineral. Isso, a vendedora, que frisou para eu não tomar certa marca. Toda água mineral que o senhor tomar, decente, isto é, não sendo água “falsificada” ou engarrafada clandestinamente, está com o rótulo específico. Repito: água mineral, Senador!

Então, nós, com toda a fundamentação – e estou na sua linha –, vamos colocar em uma juventude, que está obesa... Mas ela não está obesa por causa do rótulo do alimento; ela está obesa porque fica no computador sentadinha, não faz exercícios, não anda, só come sanduíches, *fast food*, em vez de comer arroz, feijão, carne ou verduras. Enfim, uma juventude que come *fast food* com *catchup* em vez de uma alimentação saudável. Então, essa questão da obesidade está muito ligada aos hábitos de vida das pessoas atualmente.

Eu acho que a burocracia, hoje, para quem trabalha... Hoje, uma empresa séria, idônea, se não tiver cuidado com a sua produção, está fadada ao insucesso. Com a vigilância dos Idecs, por exemplo, os Institutos de Defesa do Consumidor, dos PROCONs, do próprio consumidor, que até num famoso refrigerante encontrou um rato – e isso provocou o maior auê nas redes sociais –, hoje, repito, a empresa está ferrada, podemos dizer, usando uma linguagem popular, se não cumprir com isso.

Então, todas as argumentações de V. Ex<sup>a</sup> são as mesmas minhas quando o relatório foi lido. Porém, se nós estivéssemos desconhecendo o que a Anvisa está fazendo... E olhem que a Anvisa é uma pulga na camisola, porque exige e adequadamente.

O problema do Mercosul – eu dizia a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jayme Campos – é apenas um detalhe, porque é um compromisso internacional. Claro que, quando nós exportamos carne – e aqui se disse muito que o Brasil é o maior exportador de carne e que, portanto, temos que cuidar da carne... Não! Nós não temos que cuidar da carne apenas para o comprador lá de fora; nos temos que cuidar da carne aqui, do abate clandestino aqui. V. Ex<sup>a</sup> sabe o horror que é o percentual de animais abatidos de forma clandestina e o problema para a saúde do consumidor que isso representa. Então, todos esses aspectos foram considerados.

A Senadora Ana Rita fez um belo relatório na Comissão anterior. Assim, eu entendo o mérito, mas como já existe uma norma clara e que até a água mineral, o exemplo que dei, já vem rotulada com as especificações...

Em qualquer coisa que o senhor pegar, um chocolate de marca, qualquer coisa, enfim, verá que está tudo lá especificado.

Portanto, acolho, com muito respeito, as ponderações do meu querido Senador Jayme Campos, mas mantenho o voto pela rejeição do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia, Senador Jayme Campos, principalmente, colegas Senadores e Senadoras, sabem V. Ex<sup>as</sup> que, se a gente for ler – e a Senadora é a Relatora –, um parecer contrário não prejudica, em absoluto, as regras vigentes, porque o que o projeto faz não mexe com o conteúdo, mas apenas com a forma. Ele altera o Decreto-Lei nº 986, de 1969, que já prevê, no seu art. 19, que todos os rótulos dos alimentos enriquecidos e dietéticos, além dos irradiados, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente legíveis. O parágrafo único diz o seguinte: “A declaração de ‘Alimento Dietético’ deverá ser acompanhada da indicação do tipo de regime a que se destina o produto [...]”. Essa é a lei. O que ele muda na lei, o que ele está propondo mudar? No art. 19: “[...] dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos”, e aí ele acrescenta: “*light*, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer [...]” e vem o mesmo texto a respeito dos caracteres. E no parágrafo único, ele acrescenta, além dos produtos dietéticos, apenas *light* e zero. Entretanto, na legislação, o zero e o *light* já são enquadrados no alimento dietético. Então, a Senadora Ana Amélia tem razão, não há novidade, Senador Jayme, nenhuma.

E mais: ele diz que será regulamentado o rótulo de acordo e na forma do regulamento. Essa é uma novidade que ele propõe. Mas a Anvisa já tem... A lei já diz que é ela que tem que regulamentar. Então, é inócuo. Acho que, aprovando ou rejeitando, a gente não sai do lugar, continuamos no mesmo lugar. Então, é por isso que, em homenagem à Relatora, voto com S. Ex<sup>a</sup>.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero apenas lembrar que passou pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e recebeu parecer pela rejeição.

Como vota o Senador Paulo Paim? *(Pausa.)*

Pois não, Senadora.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou tentada a concordar com o Senador Jayme Campos nessa questão. A gente tem visto n vezes os produtos dietéticos não conterem as especificações necessárias, e muitas vezes esses produtos têm causado muitos malefícios aos diabéticos. Acho que quanto mais a gente apertar nessa direção, melhor é para a saúde do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, confesso que fiquei meio dividido aqui, mas agora não está mais em discussão. Vou acompanhar a relatoria, mas quero dar meus cumprimentos à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Jayme Campos pelo alerta que fizeram, porque o que arredonda e ajusta não prejudica. Isso foi dito tanto pela Relatora como pela Senadora Vanessa. Acompanho a relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vota o Senador João Durval?

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT - BA. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia vota pela rejeição, voto conhecido.

Como vota o Senador Paulo Davim?

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoria/PSDB - GO. *Fora do microfone.*) – Me abstenho, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A Senadora Lúcia Vânia se absteve.

Como vota o Senador Jayme Campos?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM - MT) – Tenho todo respeito pela Senadora Ana Amélia, entretanto, externei minha opinião. Neste caso, se me permitem, vou me abster, até porque tenho um projeto na

CCJ, que vai ser encaminhado para esta CAS, em caráter terminativo, e acho que tenho o dever de ser coerente com o que estou fazendo em termos de proposta.

Vou me abster, mas, de qualquer maneira, cumprimento V. Exª pelo belo relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Jayme Campos se abstém. Como vota o Senador Benedito de Lira?

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Resultado: rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O resultado desta votação foram 9 votos NÃO e 2 abstenções.

Vou passar a presidência para a Senadora Vanessa Grazziotin, que vai proceder a duas votações.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, nós estávamos no item 7, agora é o 8, faltava apenas uma pessoa para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – S. Exª vai colocar em votação.

Passo a presidência à Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Vamos ao Item 8, página 125.

## ITEM 8

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013

#### - Terminativo -

**Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.**

**Autoria:** Ruben Figueiró

**Relatoria:** Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

**Observações:** - Em 18.06.2013, a Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública para instrução da matéria.

- *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*

- *Votação nominal.*

O Senador Paulo Paim já falou. Vamos proceder à votação nominal.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013, que tem preferência regimental.

Como vota o Senador Paulo Paim? O voto do Relator é conhecido.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por uma questão de justiça, quero dizer que o projeto é do Senador Ruben Figueiró, que teve uma bela iniciativa. Eu fiz o substitutivo combinado com ele, com empregados e com empregadores. Foi unânime aqui o entendimento e, conseqüentemente,...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Voto a favor do Relator, que apresentou substitutivo.

Senadora Angela Portela.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com o Relator.

Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Lúcia Vânia. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – Com o Relator, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Parabenizando o bom entendimento, com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Concluída a votação. To-

dos votaram. A matéria foi aprovada em turno único. A Emenda nº 1 desta Comissão, que é o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013. Portanto, a matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento.

Poderão, ainda, ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, como eu sou de cumprir os acordos firmados, o Governo havia me pedido que eu retirasse de pauta o Item 5, de que sou Relator. Então, estou retirando de pauta o item 5, que não foi votado também...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Retirado de pauta o item 5, projeto de lei de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e de que V. Exª é o Relator.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012

- Terminativo -

**Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.**

**Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012, e das três emendas que apresenta.)

Vamos passar agora ao item 10, último item da pauta.

ITEM 10

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2013

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a disponibilização de protetores solares pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mediante ressarcimento.**

**Autoria:** Paulo Bauer

**Relatoria:** Eduardo Amorim

**Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013.

**Observações:** - Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Srª Presidente, colegas Senadores, irei direto à análise, já que foi distribuído previamente o parecer e o relatório.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, bem como sobre as que tratam de competências do Sistema Único de Saúde (SUS). Outrossim, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Além disso, a iniciativa de lei que verse sobre esses temas é permitida a Parlamentar, de acordo com o art. 61 da Carta Magna. Não há óbices, tampouco, no tocante à juridicidade e à técnica legislativa empregada na proposição.

Quanto ao mérito, consideramos a proposição em comento relevante, notadamente por pretender ampliar o acesso da população aos protetores solares, que são produtos caros, mas que constituem uma das principais formas de minimizar complicações advindas da exposição excessiva ao sol.

No entanto, em que pese ao mérito da proposta, cumpre destacar que a matéria de que trata o PLS nº 258, de 2013, já foi deliberada pelo Senado Federal.

Isso aconteceu por ocasião da tramitação do PLS nº 409, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências – que tem o mesmo escopo que o PLS nº 258, de 2013, pois também dispõe sobre a oferta de protetores solares no Programa Farmácia Popular do Brasil.

A iniciativa foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, esta Comissão, encaminhada para a Câmara dos Deputados em 5 de junho de 2013.

Assim, em razão do que estabelece o inciso II do art. 334 do Regimento desta Casa, entendemos que o PLS nº 258, de 2012, restou prejudicado, Srª Presidente.

Portanto, o nosso voto, em vista do exposto, é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013.

É a nossa análise e o nosso voto, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O projeto, cujo relatório o Senador Eduardo Amorim acaba de ler, como dito, altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a disponibilização de protetores solares pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mediante ressarcimento.

A votação do projeto é nominal. Então, a Mesa declara prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não havendo quem queira discutir, a discussão está, portanto, encerrada.

Em votação a declaração de prejudicialidade do projeto. Vamos passar à votação nominal.

Quem vota com o Relator vota a favor da prejudicialidade.

Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Angela Portela.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Com o Relator, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Eduardo Amorim, voto conhecido.

Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Bom, então, está aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2013. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos aproveitar, já que o Senador teve que ir para uma importantíssima reunião, e quem conhece o Senador Moka sabe que ele só se ausenta da direção dos trabalhos quando tem um compromisso muito importante, entretanto, nós estamos com quórum significativo na presente reunião e teríamos dois pontos de pauta a mais: um é um projeto de lei. O Relator não se encontra, mas passaríamos a relatoria *ad hoc* à Senadora Lúcia Vânia. E, na sequência, um requerimento que é subscrito pela Senadora Angela.

Então, vamos passar agora ao Item 6 da pauta.

## ITEM 6

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social, formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores, seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social.**

**Autoria:** Blairo Maggi.

**Relatoria:** Sérgio Petecão.

**Relatório:** pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

**Observações:** - Votação nominal.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Srª Presidente, pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Esse projeto tem caráter terminativo?

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É terminativo.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Então, temos que estar presentes para haver quórum para votar.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente. E a relatoria inicial é do Senador Sérgio Petecão. Passo a relatoria *ad hoc* à Senadora Lúcia Vânia para proferir o relatório.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – O projeto de lei do Senado modifica a Lei nº 8.212, de 1991, de forma a inserir §2º no art. 11 dessa norma, vedando que as contribuições sociais a cargo das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, as contribuições sociais pagas pelos empregadores domésticos e as contribuições arcadas pelos trabalhadores, incidentes sobre seu salário de contribuição, sejam utilizadas para pagamento de ações da saúde e da assistência social.

Além disso, a proposição promove alterações no art. 18 da Lei nº 8.212, de 1991, de forma a não permitir que essas mesmas contribuições sociais sejam utilizadas para o financiamento das despesas com pessoal e administração geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A matéria foi distribuída a esta Comissão terminativamente, onde não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, não foram detectados vícios que prejudiquem o projeto.

Conforme o art. 194 da Constituição Federal, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O art. 195 da Carta Magna dispõe sobre o financiamento da Seguridade Social. Seus recursos serão provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das seguintes contribuições sociais:

*I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:*

**1.1.1 – a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;**

*b) a receita ou o faturamento;*

*c) o lucro;*

*II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201;*

*III - sobre a receita de concursos de prognósticos;*

*IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.*

No entanto, a própria Constituição Federal também dispõe, em seu art. 167, inciso XI, que é vedada "a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, alínea "a", e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social".

Notamos, entretanto, que a proposta de alteração do art. 18 da Lei nº 8.212, de 2001, não tem relação com os fins propostos pelo projeto de lei. Embora não tenha sido explicitado, talvez a intenção do autor tenha sido uma atualização, tendo em vista a extinção do INAMPS, ocorrida em 1993, e da LBA, ocorrida em 1995. No entanto, isso poderia provocar uma insegurança jurídica, pois, entre a publicação da lei e a extinção dos referidos órgãos, houve período suficiente para que os recursos da Seguridade Social efetivamente pudessem ter sido utilizados. Desse modo, não vemos motivos para que seja estabelecida referida modificação.

Além disso, notamos um equívoco estabelecido pelo art. 2º, dado que a revogação proposta em seu texto já foi estabelecida pela Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998.

Desse modo, não obstante os pequenos erros observados, entendo que a proposição constitui iniciativa de grande mérito na medida em que consolida o preceito constitucional e, ao mesmo tempo, possibilita um maior equilíbrio financeiro para a Seguridade Social ao estabelecer com maior precisão as fontes de financiamento.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012, com as seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº**

Dê-se nova redação ao art. 1º do PLS nº 132, de 2012, nos seguintes termos:

*"Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:*

*'Art. 11. ....*

*§ 1º .....*

*§ 2º Fica vedada a utilização do montante do orçamento da Seguridade Social constituído pela arrecadação das contribuições referidas nas alíneas "a", "b" e "c" deste artigo para o pagamento de ações de Saúde e Assistência Social, bem como:*

*a) do benefício de que trata o art. 18, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pago a segurados especiais nos termos do art. 11, inciso VII da mesma lei;*

*b) do benefício de que trata o art. 18, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;*

*c) do benefício de que trata o art. 18, inciso II, alínea "b" da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;*

*d) do benefício de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.'*

#### **EMENDA Nº**

Suprima-se o art. 2º do PLS nº 132, de 2012, renumerando-se art. 3º como art. 2º.

É esse o voto, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Agradeço-lhe, Senadora Lúcia Vânia.

Senadora, o Senador Petecão havia solicitado, através do seu assessor, que o aguardasse, que ele estava chegando. Mas para aproveitar o quórum, pedimos a V. Exª que fizesse a leitura do relatório. Agora, se V. Exª não se importar, eu gostaria de devolver a relatoria ao Senador Sérgio

Senador Sérgio Petecão, V. Exª tem algo a complementar? *(Pausa.)*

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Senadora Vanessa, na verdade, apenas para agradecer a Senadora Lúcia Vânia pela leitura do nosso relatório como Relatora *ad hoc*. Quero também parabenizar o nobre Senador Blairo Maggi pela autoria do projeto.

Obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para discutir, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito bem.

Em discussão. *(Pausa.)*

Pois não, mas, em primeiro lugar, solicitou a inscrição o Senador Casildo Maldaner a quem concedo a palavra.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Cara Presidente e colegas, cheguei à conclusão de que, embora haja uma orientação do Governo de não acatar essa proposta, em tese, estou me convencendo de que, quando o Senador Blairo Maggi pensou em providenciar essas reservas para a Previdência e com a relatoria favorável do Senador Petecão, foi no sentido de que hoje temos que ter, na verdade, uma preocupação em relação a isso. Porque a arrecadação da Previdência, queiramos ou não, a pirâmide dela, com o tempo, vai se equilibrando. Hoje a base é maior da arrecadação para os aposentados do INSS do Brasil. Mas ela vai se estreitando, porque a média de vida vai se estendendo e essa precaução a Previdência deve ter.

O Senador Blairo Maggi, vendo isso além do horizonte, resolveu fazer uma proposta para amarrar, para pensar mais adiante. Quer dizer, não deixar o Governo livre para usar, pois sempre vem depois aquele choro de que não há recursos, não pode, não dá, e aquele negócio todo, a preocupação e sempre há um rombo na Previdência.

Assim, parece-me que a prevenção, o cálculo atuarial da Previdência, essa reserva é uma coisa preventiva e que o Senador Blairo Maggi está trazendo a Casa com a relatoria do Senador Petecão nesse sentido.

Em razão disso, de minha parte não tenho como não apoiar essa medida, essa proposta visando à segurança da Previdência, visando à segurança dos que contribuíram pelos anos necessários, compulsórios para com o fundo da Previdência para terem com a sua vida, com a longevidade maior, mais condições de ficar em paz.

Essas são as condições que apresento.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Passo a palavra agora ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, primeiro eu quero cumprimentar o Senador Blairo Maggi pela iniciativa e pela coragem, porque ele está focando que a arrecadação da Previdência deve ficar na Previdência para pagar os aposentados e pensionistas. Também quero cumprimentar o Senador Sérgio Petecão, que ajustou inclusive o projeto.

Eu conversava com a Senadora Lúcia Vânia e dizia que isso mexe em toda a estrutura, leia-se seguridade, assistência, Previdência e saúde. Como é um projeto dessa envergadura, mas o foco para mim está correto, que é algo que o movimento sindical vem discutindo e debatendo, e os aposentados e Cobap, enfim... Nós temos que garantir que os recursos da Previdência fiquem na Previdência e esse foi o objetivo.

Então, não tenho nenhuma dúvida de que é um belíssimo projeto e que merece de nós todos uma reflexão mais detalhada. E vou explicar: caminhamos no Brasil, isso é fato e é real, para sairmos totalmente da contribuição sobre a folha para o faturamento, que pode ser 1,5%, 2% ou até 0%. Mais que a metade dos empregadores, por esse caminho, já pagam 0%.

Se isso é verdade, e já abrimos mão nesse período de desoneração de mais de R\$70 bilhões, dinheiro que deveria ir diretamente para a Previdência, nós temos que ter um carinho com esse projeto, na linha, no meu entendimento, Senador Sérgio Petecão, de aprová-lo inclusive, principalmente a partir das suas emendas, mas seria, eu diria, salutar no campo da razoabilidade, pela grandeza do projeto, eu pediria vista, dizendo que concordo com o eixo do projeto, mas acho que temos que ajustar mediante uma reflexão maior e quem sabe eu dizia aqui para a Senadora Lúcia Vânia que não fico preocupado quando pedem vista e retiram o projeto, porque ele vai votar no máximo em duas, três, quatro semanas, não escapa da votação. Quando o Governo me pede para tirar, pode tirar, e pedi vista coletiva, como foi o do salário mínimo. Não votou. Mas hoje votou o salário mínimo e aposentado.

Então, eu não estou preocupado com a correria como se fosse uma padaria, porque, sempre chego à padaria, peço pão quente. “Tem aquele pãozinho quentinho?” Aí o cara diz: “Sai daqui a 15 minutos, Senador”. Eu fico esperando e pego o pão quente.

Eu acho que é uma belíssima iniciativa. Quero cumprimentar ambos, inclusive a Relatora *ad hoc*, mas que retornou a relatoria ao Relator original.

De forma tal, Senadora, que o ideal para esse belíssimo projeto é termos uma audiência pública. Vai mexer na ferida, no eixo da questão, no âmago. Temos que chamar as centrais, a Cobap, o Ministério da Previdência, os empregadores, e esse pode ser um caminho.

Eu particularmente cheguei a dizer um dia que seria favorável a criar um banco da Previdência, para que todos os recursos da Previdência ficassem na Previdência e só fossem destinados para pagar os interesses dos aposentados e pensionistas. Mas é claro que isso é uma reflexão ampla.

Por isso que peço vista e caminharia na linha de nós fazermos uma audiência pública para pensarmos se aqui não está a própria salvação, meu amigo Petecão e Senador Blairo Maggi, uma saída para os aposentados e pensionistas, aprovarmos com muita consciência das mudanças que temos que estamos fazendo.

Era isso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – Presidente, pela ordem, para me manifestar.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Vista coletiva, Senador? Vista coletiva.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – Vou me associar ao Senador Paulo Paim no pedido de vista coletiva, mas quero melhor entender. Antes de mais nada, Senadora Vanessa Grazziotin, quando o senhor falou em pãozinho quente, deu vontade de comer.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E ele completou: com manteiga.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – Eu perguntei se era com manteiga ou margarina, mas ela prefere com manteiga.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Faz menos mal para a saúde.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – Só para entender melhor, Senador Paulo Paim. O projeto do Senador Blairo Maggi é meritório na sua essência...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma bela iniciativa.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – É uma bela iniciativa. Agora, ele está preservando o cofre, a verdade é essa, a tesouraria da Previdência Social, porque todos os dias alegam, sobretudo quando poderia melhorar o salário dos aposentados, que está sempre o caixa furado, quebrado. E não é verdade. V. Exª algumas vezes já me falou que nós temos caixa suficiente para inserir o fator previdenciário nesse contexto.

Entretanto, o que eu vejo, para aprimorarmos, melhorarmos, é louvável a iniciativa de uma audiência pública, para termos com muita clareza o que se vai permitir. Porque hoje há uma sangria na Previdência Social, inviabilizando possíveis conquistas e avanços que poderíamos proporcionar na questão da política, socialmente falando, a milhões e milhões de trabalhadores que contribuíram e que hoje estão vivendo em condições até subumanas, pelo fato de que há um achatamento.

Srª Presidente, eu vou dar um exemplo: meu pai era comerciante e pagou a vida inteira sobre 20 salários mínimos lá atrás. Pois bem, quando ele aposentou, não aposentou com 20 salários mínimos coisa alguma. Ele se aposentou com uma merreca. No fim da vida dele, se ele tivesse necessidade daquilo para comprar um remédio para ele e para a minha mãe, que tem 90 anos, ele faleceu com 91 anos, ele não teria condições alguma. Pois bem, hoje, Senador Armando, a minha mãe ficou com a aposentadoria dele e recebe R\$756,00, pouca coisa a mais que um salário mínimo. Ele pagou a vida inteira, Senador Cyro, sobre 20 salários mínimos. Eu imagino que, na visão dele, no pensamento dele, ele se esforçava para pagar seu carnezinho e, no fim da vida dele, iria receber sobre 20 salários mínimos. Entretanto, isso virou setecentos e poucos reais...

Graças a Deus, ele teve a dádiva de ter nove filhos, todos criados, todos formados, eu, o Julio, tenho irmãos engenheiros, médicos etc., então, ele, particularmente, tinha meios por ser empresário e preservou um bom patrimônio. E o resto? Os milhões e milhões de brasileiros que hoje estão sem condições de comprar o remedinho ou o sacolão para sobreviver?

Então, a iniciativa é boa, mas temos que debater melhor para aprimorar esse projeto. Com isso, vamos acabar com aquela velha história de que a Previdência Social está falida. Hoje, não é verdade. O Senador Paulo Paim, que é um estudioso da matéria, sempre me dá os dados e os números, dizendo que nós temos que fazer o fator previdenciário prevalecer, votar e dar uma melhor dignidade a esses milhões de trabalhadores que recolheram e estão a mercê de uma política social, digo que esse é o verdadeiro social e que vai dar cidadania a essas pessoas que, lamentavelmente, muitos estão, num termo bem mato-grossense, desacorçoados com essa política da Previdência e do próprio Poder Executivo.

Muito obrigado.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Gostaria, Presidente, de me incluir em vista coletiva.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Já foi concedida vista coletiva, Senador Casildo. O Senador Armando já a solicitou.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Até para que eu possa participar dessa comunhão do pãozinho do quente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Como percebemos, o projeto suscita, de fato, um forte debate, porque é um projeto amplo, é um projeto estruturante de país, não só de trabalhadores. Isso permite que se deixe muito mais claro, caso isso vigorasse, que a Previdência, longe de ser deficitária, é superavitária.

Então, Senador Petecão, como há vários Senadores solicitando a palavra, mas, após a vista, não há mais debate.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Não, não é debate.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não, Senador Cyro **O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Só queria corroborar com o Senador Jayme Campos e fazer só uma pergunta: é justo? O senhor seu pai recolheu, durante 20 anos, e a sua mãe recebe uma aposentadoria de setecentos e poucos reais. É justo que os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo se aposentem com os valores atuais, milionários, que são reajustados conforme a realidade? Há justiça neste País?

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A justiça é que todos deveriam se aposentar com os salários que recebem. Essa seria a grande justiça

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Senadora Vanessa.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Lúcia Vânia. Só um segundo, Senador Petecão.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim. Acho que ele fez uma sugestão muito importante. Esse projeto é importante, principalmente para aqueles que já foram referidos aqui e recebem um salário muito inferior àquilo que contribuíram.

Confesso que, na primeira visão que a gente tem, é que a Previdência, como fala o Governo, tem sempre um caixa complicado, e isso poderia realmente engessar mais ainda o caixa da Previdência.

Portanto, esse debate, a meu ver, é importante. Nós precisamos fazer essa mudança, mas precisamos também ter prudência, porque temos algumas conquistas sociais que são, hoje, importantíssimas, e que não podem se ver prejudicadas com um engessamento do orçamento.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito bem, Senadora.

Nós estamos passando a palavra para todos.

Por último, o Senador Petecão, porque S. Exª é o Relator.

Senador Casildo, V. Exª gostaria de se pronunciar?

Não é um debate em absoluto.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Apenas gostaria, como disse antes, de me incluir nessa vista coletiva concedida até para poder participar da comunhão do pãozinho quente do Senador Paim.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Aí, segundo Ana Amélia, tem que vir no rótulo da manteiga especificado tudo o que contém ali.

Senador Petecão, por fim, como Relator.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, na verdade, é só para parabenizar o Senador Paim pela iniciativa dessa audiência, que vai legitimar mais a nossa proposta.

Ouvi o Senador Jayme Campos, mas, na verdade, o caixa da Previdência é forte. O problema é que a sangria é grande. O foco está distorcido.

Estamos diante de uma grande oportunidade de corrigir algumas situações. Acabamos de citar um exemplo, que é o de milhares de brasileiros que pagam esse preço por conta da má gestão desse caixa da Previdência.

Parabéns ao Senador Paim pela iniciativa dessa nossa audiência, em que vamos legitimar, ouvindo as entidades, as centrais e todo o setor que faz parte desse sistema.

Obrigado, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A Mesa agradece o trabalho de V. Exª.

Nos termos do art. 132 do Regimento Interno, concedo pedido de vista coletiva ao projeto.

Senador Paim, V. Exª, na próxima reunião, imagino, trará o requerimento...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já combinei com o Senador Sérgio Petecão, que é o Relator, e faremos o requerimento juntos.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeitamente, para a realização da audiência pública e a matéria deverá ser instruída.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E vamos dialogar com o Senador Blairo Maggi, que é o autor da proposta.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

O último item de pauta é um requerimento assinado e subscrito pela Senadora Angela Portela.

### ITEM 13

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2014

- Não terminativo -

**Requeiro, nos termos do Art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 72, de 2012, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que inclui os profissionais fisioterapeuta e**

**terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família (PSF), com a presença dos seguintes convidados:**

- Representante do Ministério da Saúde (MS);
- Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO);
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CNTSS);
- Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Representante da Federação Nacional de Associações Prestadoras de Serviços de Fisioterapia (Fenafisio);

**Autoria:** Humberto Costa, Angela Portela

Em discussão, o requerimento. *(Pausa.)*

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Srª Presidenta?

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não, Senadora autora para encaminhar a matéria.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu subscrevo o requerimento de autoria do Senador Humberto Costa para a realização dessa audiência pública, para discutir a inclusão do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional entre os profissionais que atuam no Programa Saúde da Família.

Eu queria também aqui destacar a importância de termos discutido aqui esse projeto do Senador Blairo Maggi sobre a questão da Previdência Social. Sem dúvida alguma, acho que foi uma decisão sábia realizar a audiência pública, Senador Paulo Paim, porque o sistema de seguridade social inclui a Previdência e a Assistência Social. Se nós retirarmos à assistência social, o BPC e a aposentadoria do trabalhador rural dentro desse sistema de seguridade social, onde é que nós vamos incluir o BPC e a aposentadoria rural? Ambos são fortes instrumentos de combate à pobreza em nosso País.

Então, eu penso que, considerando a importância de termos recursos assegurados para a valorização dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas, nós temos que assegurar também recursos orçamentários dentro do sistema de seguridade social do nosso País para o combate à pobreza.

Eu queria, aqui, me manifestar favoravelmente à realização e ao aprofundamento desse importante projeto apresentado pelo Senador Blairo Maggi.

Obrigada, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Obrigada pela participação da Senadora autora do requerimento.

Em votação, o requerimento.

Quem concorda, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Requerimento provado.

Portanto, a matéria fica sobrestada, que é o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 72, de 2012, nos termos do art. 335 do Regimento Interno, aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

Ao votar o requerimento, comunico que concluímos a apreciação e a análise de toda a pauta, aprovando requerimentos, projetos de leis.

Agradeço a participação de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores na presente reunião.

A reunião está encerrada.

Obrigada a todos e a todas pela audiência.

*(Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.)*

## SECRETARIA DE COMISSÕES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e cinco minutos, do dia dezenove de fevereiro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cyro Miranda, Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. O Senador Cássio Cunha Lima registra a presença. Deixam

de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2013 - Não Terminativo - **Autoria:** Deputado Rogério Carvalho. Altera os arts. 3º e 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e os arts. 4º e 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em Decisão Terminativa. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei nº 340, de 2012-COMPLEMENTAR. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Paulo Paim nos termos regimentais. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar. **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2011 - Terminativo - **Autoria:** Senador Ivo Cassol. Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011. Resultado: Adiado. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012 - Terminativo - **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. ITEM 6 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** do Projeto: Senador Ruben Figueiró. Ementa do Projeto: Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 47 de 2013, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria:** do Projeto: Senador Paulo Paim. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013 e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senador Paulo Bauer. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2013 - Terminativo - **Autoria:** Senador Aécio Neves. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de outubro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências para incorporar o Programa Bolsa Família. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2013; da Emenda nº 1-CCJ e da Emenda de Redação que apresenta. Resultado: A Presidência submete ao Colegiado, tendo sido aprovada, a retirada de Pauta da matéria para encaminhá-la à Secretaria-Geral da Mesa em atendimento à solicitação constante do Ofício nº 135, de 2014, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de Requerimento de audiência de outra Comissão. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. EXTRAPAUTA - ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2014.

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o assunto relacionado à “Qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social”. Os convidados sugeridos para compor a mesa dos expositores, são: 1. Cleuza Maria Faustino - Diretora da FENASPS; 2. Valmir Braz - Diretor da FENASPS; 3. Sergio Eduardo Arbulo Mendonça - Secretário de Trabalho do Serviço Público; 4. Albiorgio Barros de Souza Filho - Interventor da GEAP 5. Dr. Luis Fernando Silva - Diretor da FENASPS 6. Ana Lucia Amorim - Secretária de Gestão Pública. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA - ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Segurança e Saúde Ocupacional: Direito Fundamental do Trabalhador”. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: 1. Representante do Ministério da Saúde. Tema: “Integração em SSPSaúde e Segurança no Trabalho”. 2. Srª Luciane Araújo - Subsecretária do GDF - Tema: “Prevenção da Segurança e Saúde no Sistema Educacional”. 3. Representante do Ministério da Justiça do Trabalho. Tema: “O poder Judiciário e a CIPA”. 4. Raymundo Nonnato Castro - Especialista, Advogado e Professor Universitário. Tema: “Universidade Corporativa do Trabalhador e a CIPA” 5. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego. Tema: “Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador”. 6. Representante da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Tema: “Segurança e Saúde no Serviço Público Federal”. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Eduardo Braga, Romero Jucá, Aécio Neves, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima e as Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, e Lúcia Vânia; e o Senador Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal. Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 22, do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminhava cópia de auditoria realizada nos sistemas informatizados do Cadastro Único de Programas Sociais e pagamento de benefícios a ele vinculados, que ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de nove itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo três projetos não terminativos e seis projetos terminativos.

Do item 1 da pauta, o Relator é o Senador Rodrigo Rollemberg, que, segundo a sua assessoria, está se dirigindo...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só um minutinho.

Ele está se dirigindo para cá.

Com a presença do Relator do item nº 2, Senador Cícero Lucena, eu gostaria de começar.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu proporia a V. Exª a inversão de pauta, para que o item 9, que é o PLS nº 448, passasse a ser o primeiro item da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O problema nosso é que ele é terminativo, Senador. Nós ainda não temos quórum suficiente.

Eu acho que nós vamos votar o item 2 e tenho certeza de que, logo depois do item 2... E tem o item 3, também, cuja Relatora é a Relatora, também, do item 9, vai estar presente. Aí, vamos discutir a questão da inversão.

Chega a Senadora Lúcia Vânia.

O item 2, Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoridade/PSDB - PB) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só um minutinho, Senador.

O item 2 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012, Projeto de Lei Complementar.

**ITEM 2****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012 - Complementar  
- Não terminativo -**

**Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências.**

**Autoria:** Antonio Carlos Valadares

**Relatoria:** Cícero Lucena

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei nº 340, de 2012 – Complementar.

**Observações:** – Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir a leitura do seu relatório.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, acrescenta o art. 9º - A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências.

O novo artigo que se pretende incorporar à CLT estabelece como nulos os atos que caracterizem represália ou discriminação contra o empregado que demandar administrativa ou judicialmente contra o empregador, durante a relação de emprego.

Assim, nas relações de emprego em que o empregado for demitido sem justa causa, enquanto estiver no exercício de seu direito de ação contra o empregador, aplicar-se-á o disposto no art. 4º da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.

Significa dizer, nos termos da lei referenciada, que o rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes da Lei nº 9.029, de 1995, com a redação dada pela Lei 12.288, de 2010, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre:

- a) a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;*
- b) a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.*

Por fim, excluem-se da regra anterior as hipóteses em que a demissão do empregado ocorra por justa causa ou com base em motivos econômicos, tecnológicos ou estruturais.

Na sua justificativa, o eminente autor argumenta que, no que se refere aos direitos trabalhistas, o direito de ação do empregado pode sofrer constrangimentos quando o empregador impede, dificulta ou impõe represálias a quem demanda judicialmente. Nesses casos, estão em questão os princípios constitucionais da não discriminação e da defesa da dignidade humana.

E continua dizendo que a proteção ao direito de ação está associada, na doutrina, à garantia de indenidade (definida no *Dicionário Houaiss* como qualidade ou estado de indene; isenção de dano). Com base nesse suporte garantidor, pretende-se assegurar ao trabalhador que demanda na Justiça do Trabalho, contra o empregador, imunidade contra qualquer sanção, represália ou discriminação patronal em razão do exercício desse direito constitucional de recorrer ao Judiciário.

Até a presente data, não foram oferecidas emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012 - Complementar.

Análise.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar o presente projeto de lei complementar.

Alterações promovidas na Consolidação das Leis do Trabalho inserem-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de antijuridicidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

Na espécie, a matéria reclama regulamentação via lei complementar em face do disposto no art. 7º, inciso I, da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

Assim, uma vez atendido o pressuposto constitucional específicos, a matéria supera os requisitos de admissibilidade constitucional e pode ter seu mérito apreciado por esta Comissão.

No que concerne ao mérito, reputamos que a matéria já tem tratamento legislativo adequado.

Atualmente, a CLT, no seu art. 9º, já estabelece a nulidade de atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos nas normas consolidadas, *verbis*:

Art. 9º - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

O *caput* do novo dispositivo legal que se pretende inserir na Consolidação das Leis do Trabalho pelo projeto de lei, ora em discussão, prescreve o seguinte:

Art. 9º-A - São nulos os atos que caracterizem represália ou discriminação contra o empregado que demandar administrativa ou judicialmente contra o empregador, durante a relação de emprego.

Como se pode observar da leitura dos dois dispositivos em cotejo, a hipótese de declarar nulos atos que caracterizem discriminação ou represália contra o empregado que demandar contra o empregador já encontra respaldo no art. 9º da própria CLT, uma vez que a demanda promovida contra o empregador, pelo empregado, tem por objetivo a efetividade dos preceitos contidos na norma trabalhista, razão pela qual se mostra desnecessária a inclusão desse novo dispositivo.

No que diz respeito ao disposto no §1º do art. 9º-A, que estabelece a aplicação do art. 4º da Lei 9.029/95, quando o empregado for dispensado sem justa causa, enquanto estiver no exercício de seu direito de ação contra o empregador, a proposta também se mostra desnecessária.

A Lei 9.029, de 13 de abril de 1995, introduziu novas modalidades de proteção à relação de emprego mediante dois instrumentos distintos. Um deles é destinado a promover a inibição da prática da dispensa discriminatória mediante a imposição de uma indenização pecuniária; o outro, com o objetivo de efetivamente vedar a despedida fundada em motivo discriminatório.

Assim, a legislação vigente já promove, de maneira muito mais ampla, a proteção ao trabalhador, porque alcança qualquer forma de rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, e não apenas aqueles decorrentes de demandas administrativas ou judiciais contra o empregador.

Além disso, a Lei nº 9.029, de 1995, é de eficácia plena, sendo desnecessário um novo dispositivo na CLT, para determinar a sua aplicação. A conclusão a que chegamos é que o empregado, ao contrário do que se supõe, já dispõe de arcabouço legal, contido na CLT ou na Lei nº 9.029, de 1995, para proibir ou coibir a despedida fundada em motivo discriminatório. A especificação de hipótese de incidência na norma consolidada advoga contra a proteção geral do empregado e pode fragilizar institutos de proteção já existente sob o argumento de que não foram individualizados.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012. Esse é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Valadares me solicitou que eu pedisse vista, para que ele pudesse dialogar um pouco mais com o Relator e com outros agentes que estão cuidando desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista concedida ao Senador Paulo Paim. Algum Senador quer pedir vista coletiva? (*Pausa.*)

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Vista coletiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Rodrigo Rollemberg pede vista coletiva.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Valadares precisaria de um tempo a mais. Se pudesse não ser coletiva, acho que eu agradeceria, a pedido dele.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Abro mão do pedido de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista concedida Senador ao Paulo Paim. O item 1 da pauta, Senador Rodrigo Rollemberg.

Há um pedido do Líder do Governo, Senador José Pimentel, no sentido de que façamos a inversão da pauta, para discutirmos o item 9. Em conversa com o Senador Humberto Costa e o Senador José Pimentel, combinamos que votaríamos os três primeiros itens não terminativos. Logo em seguida, submeto a inversão da pauta e, se aprovada, já fazemos a discussão do item 9.

A Presidência está dando uma informação, mas, inclusive, conversei com a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia, que também concordou com o critério.

Senador Rodrigo Rollemberg.

Item 1 da pauta:

#### **ITEM 1**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2013**

**- Não terminativo -**

**Altera os arts. 3º e 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e os arts. 4º e 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.**

**Autoria:** Rogério Carvalho

**Relatoria:** Rodrigo Rollemberg

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, e das duas Emendas que apresenta.

**Observações:** - A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Decisão Terminativa.

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir a leitura do seu relatório.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Presidente, Senador Waldemir Moka, prezadas Senadoras, prezados Senadores, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2013 – Projeto de Lei nº 1.445, de 2011, na Câmara dos Deputados –, de autoria do Deputado Rogério Carvalho, que pretende incluir na legislação sobre idosos o estímulo à participação e o fortalecimento do controle social por parte dos idosos, a promoção de cooperação nacional e internacional, o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas e a formação e educação permanente dos profissionais.

A proposição explicita o seu objeto no art. 1º e, no art. 2º, propõe alterar o art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, para acrescentar-lhe os incisos X, XI e XII, que têm por fim estimular a participação e o controle social do idoso, promover cooperação nacional e internacional nas políticas de atendimento às pessoas idosas e apoiar estudos e pesquisas sobre o tema. Ainda por meio do art. 2º, busca alterar também o art. 15 do Estatuto, ao acrescentar a seu §1º o inciso VI, que comanda a educação permanente dos profissionais do setor.

No art. 3º, o projeto dirige-se à Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, para acrescentar-lhe conteúdos idênticos. Nos incisos II e X do art. 4º da mencionada lei, reitera, respectivamente, a ideia de controle social e de participação da pessoa idosa e a de cooperação nacional e internacional entre as entidades e pessoas que se dedicam às políticas de promoção das pessoas idosas. Em seguida, acrescenta a alínea “i” ao inciso II do art. 10 da lei, para prever a formação e a educação permanente dos profissionais da área.

Por fim, o art. 4º da proposição prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor chama a atenção para a necessidade de o Poder Público agir em face do bem conhecido processo de envelhecimento da população. Esta deverá contar, em 2020, com 30 milhões de pessoas idosas, formando 13% do total. Com a proposição, seriam criados instrumentos legais para a abordagem do problema por parte do Estado.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi examinado e aprovado pela Comissão de Seguridade Social e pela Comissão de Família e Constituição e Justiça e de Cidadania. Seguiu, então, para o Senado Federal no dia 09 de setembro de 2013, por meio do Ofício nº 266-13/PS-GSE.

O PLC nº 62, de 2013, foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que sobre ele decidirá de modo terminativo.

Não foram apresentadas emendas a esta Comissão.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS o exame de proposições que versem sobre “condições para o exercício de profissões”, bem como sobre seguridade, previdência e assistência sociais, o que torna regimental o exame do PLC nº 62, de 2013, por esta Comissão.

A proposta atende aos requisitos de competência e de iniciativa expostos, respectivamente, no art. 22, inciso I, e no art. 61, *caput*, da Constituição Federal. Podem-se observar também, no projeto, as características de inovação do ordenamento jurídico, de efetividade da medida sugerida, de coercitividade e de generalidade da norma proposta, sendo a lei ordinária, no caso, a espécie jurídica adequada. Tudo isso assegura a juridicidade da proposição.

No tocante à técnica legislativa, porém, o projeto encerra pequeno problema de duplicidade de sentido no manejo da expressão “controle social do idoso”, necessitando, portanto, reparos para adequar-se à alínea “c” do inciso II do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, o projeto é louvável. De fato, as expectativas de crescimento da população idosa que o autor leva em conta estão corretas, e sua abordagem do problema traz a marca do longo prazo, ao voltar-se para a produção de conhecimentos e para a formação dos profissionais que trabalham com os idosos. No mesmo sentido estratégico, contam-se os comandos relativos ao aumento de participação e de controle social por parte das pessoas idosas. Portanto, merece nosso apoio.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, com as seguintes emendas:

#### **EMENDA nº 11 - CAS**

Dê-se ao inciso X que o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, inclui no art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, a seguinte redação:

*“X – estímulo à participação e ao controle social por parte dos idosos”.*

#### **EMENDA nº 2 - CAS**

Dê-se à alteração proposta pelo art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, para o inciso II do art. 4º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a seguinte redação:

*“II – fortalecimento da participação e do controle social por parte dos idosos”;*

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu tenho muito alegria de lembrar sempre que eu fui o autor do Estatuto do Idoso, com a participação e a colaboração de Deputados e Senadores e do Presidente Lula, que, na época, foi fundamental. O projeto estava engavetado há sete anos, e o Presidente Lula ligou para o Parlamento e pediu aos Líderes que aprovassem o Estatuto.

Essa proposta do nobre Deputado Rogério Carvalho só vem aprimorá-lo: estimula o controle social por parte dos idosos e ainda avança no campo da cooperação nacional e internacional.

Meus cumprimentos à adequação, com as emendas feitas pelo nobre Relator Rodrigo Rollemberg.

É um projeto que, eu diria, os idosos do Brasil e do mundo agradecem.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero também, a exemplo do que fez o Senador Paim, cumprimentar o Relator e o autor do projeto.

Eu fui também autora da regulamentação da Lei Nacional do Idoso, que complementa todo esse conjunto de leis que visa proteger o idoso brasileiro.

Portanto, a melhoria do projeto significa muito para que possamos consolidar de vez a atenção à pessoa idosa no País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

Item 3 da pauta, pág. 41:

### ITEM 3

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013

- Não terminativo -

**Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.**

**Autoria:** Aécio Neves

**Relatoria:** Lúcia Vânia

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013.

**Observações:** – A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Decisão Terminativa.

– *Votação simbólica.*

Eu concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu relatório.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chega para exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, que busca alterar a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

Com esse objetivo, o projeto busca inserir dois parágrafos no art. 2º da referida lei para estabelecer que: (i) a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família tem caráter temporário e não gera direito adquirido; (ii) a elegibilidade das famílias deverá ser obrigatoriamente revista a cada período de dois anos; e (iii) no caso em que a condição de elegibilidade familiar for alterada nos seis meses que antecedem a revisão, a concessão do benefício estará assegurada por um período adicional de seis meses.

Na justificação, o autor da proposta argumenta que alterar a lei é necessário para evitar a instabilidade na renda do trabalhador carente. Afirma que o período adicional para recebimento do benefício é importante para o trabalhador que consegue emprego e melhora sua renda, pois lhe proporciona um período de segurança até saber se irá manter seu emprego e sua renda num patamar satisfatório para a subsistência de sua família.

A proposta foi distribuída a este Colegiado e também à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à qual caberá a análise do projeto em decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PLS nº 458, de 2013, trata de matéria compreendida no âmbito das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o que estabelece o art. 23 da Constituição Federal. Entre essas competências, está a de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, inciso X). Na análise da proposta, não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Cabe à CAS, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos relativos à seguridade e à assistência social. Nesse sentido, é pertinente sua avaliação por este Colegiado.

No mérito, é importante observar que, de maneira geral, a legislação brasileira tem evoluído no reconhecimento das dificuldades que as famílias carentes enfrentam para sua subsistência. De fato, a construção de nossa política de assistência social bem demonstra essa realidade e prevê uma completa integração das políticas setoriais com vistas ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais e à universalização dos direitos sociais.

Com esse quadro, nasceu o Programa Bolsa Família (PBF), desenhado com base no atendimento de um padrão mínimo de proteção social, que abrange o acesso a serviços e programas e, também, o direito ao trabalho.

Assim, entendemos que, da mesma forma que se deve ter cuidado no momento da seleção dos beneficiários do PBF, deve-se cuidar para que o desligamento imediato do programa não propicie o retorno das famílias à situação de pobreza. Afinal, na atual realidade brasileira, se o beneficiário consegue emprego e altera a renda familiar, isso não significa que passa a ter a tão sonhada estabilidade financeira.

Por isso, entendemos ser meritória a iniciativa e, por essa razão, merecedora de nosso acolhimento.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013.

É este o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Senadora Ana Amélia. Logo em seguida, Senador Humberto Costa.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, cara Senadora Lúcia Vânia, Relatora desta matéria, eu até avançaria mais, em vez de seis meses, mais tempo de complementação para as famílias de baixo salário. O que está acontecendo com o programa que tem muitos méritos, aliás reconhecidos internacionalmente, o Bolsa Família, do ponto de vista da distribuição de renda, da melhoria da qualidade de vida, especialmente das classes menos favorecidas? É que a pessoa, na hora que tem uma carteira assinada, perde o Bolsa Família. Então, muitas vezes, com receio de perder o benefício que recebe, ela deixa de ter a carteira assinada; às vezes prefere ficar na informalidade para continuar recebendo o benefício.

Meu raciocínio é muito simples. Se nós mantivéssemos o Bolsa Família para a pessoa que tem a carteira assinada, nós conseguiríamos vencer barreiras importantes. A primeira é ampliar o poder aquisitivo dessas famílias; a segunda é manter essa pessoa na formalidade, com benefícios para a Previdência Social, porque ela iria fazer uma contribuição previdenciária; e haveria, digamos, uma consolidação de uma política que é extremamente louvável, que é o Bolsa Família.

Então, penso que é o melhor, exatamente por este processo: porque recebe o benefício, acaba não tendo carteira assinada. A carteira assinada é a verdadeira inclusão social, no meu modo de ver. É a hora em que o cidadão que vota tem sua identidade toda completa: certidão de nascimento, certidão de casamento, seu certificado eleitoral, seu título eleitoral e a carteira de trabalho. Então, isso completa aquilo que pode se chamar de verdadeira cidadania e inclusão social.

Portanto, penso que não seriam só os seis meses, mas permanentemente, até que o salário dessa pessoa tivesse a condição de fazer... Não é paternalismo. Até por uma questão de entendimento da composição das questões de formalização das pessoas no mercado de trabalho, estaria o benefício sendo ampliado.

Quero cumprimentar a Senadora pelo relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, é importante constar que o Programa Bolsa Família é uma política de Estado, tanto que integrantes da oposição que há algum tempo chamavam o programa de eleitoreiro, de bolsa esmola, de bolsa miséria, hoje se preocupam em produzir aperfeiçoamentos à legislação de que trata o Bolsa Família. Seria uma ótima intenção, se as preocupações manifestadas nesse projeto já não estivessem atendidas pela própria legislação que trata do Bolsa Família.

Senão vejamos: primeiro, a elegibilidade a cada dois anos. A elegibilidade a cada dois anos, a avaliação dessa elegibilidade já está prevista no Decreto nº 5.209, de 2004, que regulamenta a Lei do Bolsa Família. Veja o que diz o art. 21 desse decreto:

Art. 21. A concessão dos benefícios do programa Bolsa Família tem caráter temporário e não gera direito adquirido, devendo a elegibilidade das famílias para recebimento de tais benefícios ser obrigatoriamente revista a cada dois anos.

Então, nós estamos aqui votando uma lei para um tema para o qual já existe uma legislação em decreto. É até bom que seja em decreto, porque permite uma maior flexibilidade a depender de condições objetivas existentes no momento.

É óbvio que há uma preocupação em que se faça uma boa fiscalização sobre esse programa, mas eu duvido que haja neste País qualquer programa municipal, estadual ou federal que já tenha sofrido o grau de fiscalização que o Bolsa Família já sofreu. São 12 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, quase 60 milhões de habitantes deste País, e a gente conta nos dedos os casos de fraude, os casos de algum tipo de irregularidade.

É um dos programas para os quais há um controle que deve corresponder ao maior. Por exemplo, o cidadão pode participar da fiscalização do Bolsa Família por meio do 0800 ou por meio de um formulário eletrônico. O MDS desenvolve ações de fiscalização *in loco* e a distância com base no cruzamento de dados do cadastro único para programas sociais, uma medida importantíssima tomada por este Governo.

Além disso, outras ações são desenvolvidas pelas instâncias de controle social. A sociedade organizada também fiscaliza o Bolsa Família. Ainda assim, nós temos auditorias e ações de fiscalização que são feitas pelo controle interno e externo do Poder Executivo. Isso envolve a Rede Pública de Fiscalização, Ministérios Públicos Federal, estaduais e do Distrito Federal, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União. Também os próprios Municípios obedecem a uma instrução operacional que define claramente as regras para o acompanhamento do cadastro, atualizações.

Portanto, embora seja meritória a preocupação do autor do projeto em garantir maior fiscalização, em eliminar possíveis injustiças e fraudes, isso já está garantido pela legislação que trata do Bolsa Família.

A segunda questão é o problema de se ter seis meses a mais para quem ganha a elegibilidade. Em primeiro lugar, é bom lembrar que esse programa é um programa que estimula as pessoas a saírem dele quando adquirem a condição para fazê-lo, tanto que a pessoa que sai do Bolsa Família por ter adquirido uma renda que já não o torna elegível para o programa poderá voltar a qualquer tempo. Ganhou o emprego, mas, se daqui a três meses perdeu o emprego, pode pedir o Bolsa Família que já vai receber. Isso previne qualquer possibilidade de que uma queda abrupta da renda não possa ser compensada por esse recurso importante de complementação.

Além do mais, minha gente, emprego não Brasil não existe sem que se ganhe pelo menos o salário mínimo. O maior benefício do Bolsa Família, quando ele inclui o adolescente, a família, se não me engano, é de R\$270,00. Portanto, o que representa a carteira assinada? É por isto que nós brigamos pela carteira assinada: é uma complementação de renda, é uma renda bem maior que aquela que é oferecida pelo Bolsa família. Além disso, a pessoa poderá, dependendo da renda que ela adquiriu, perder um tipo de benefício, mas poderá manter outro. Os filhos adolescentes poderão manter, ou a outra parte poderá ser mantida.

Portanto, em que pese à excelente intenção que existe por parte do autor do projeto e da nossa nobre Relatora, nós estamos aqui muito mais a gerar uma posição política. Eu acho que o Bolsa Família não pode ser objeto de disputa política. O que se quer com esse projeto já existe.

Por isso, eu quero pedir aos nossos pares que rejeitemos esse projeto de lei.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão.

Estão inscritos para discutir, Senador Cícero Lucena, Senador Paulo Davim, Senador Cyro Miranda e Senadora Ana Rita.

Gostaria que a Mesa me assessorasse.

Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a iniciativa do Senador Aécio Neves, tão bem relatada pela Senadora Lúcia Vânia, poderia até mudar o nome como um projeto de lei para vacina política. A iniciativa do Senador Aécio é uma demonstração clara do seu compromisso com um programa social de alta relevância, de alta importância. Mesmo alguns querendo ser o pai da criança, aqueles que têm memória neste País sabem que esse programa começou no governo do PSDB, no governo Fernando Henrique Cardoso, idealizado, inclusive, por D. Ruth Cardoso.

Então, Sr. Presidente, a vacina contra a política é exatamente o que o Senador Aécio Neves quis mostrar à Nação: que determinados partidos não poderão fazer chantagem política em período eleitoral, dizendo que, se não se mantiverem no cargo, se outros vierem a vencer as eleições, esse programa irá se acabar.

Então, na verdade, é isso que o Senador Aécio Neves está pedindo a todos, para que compreendam o papel, para que a gente não possa fazer manipulações políticas em períodos eleitorais com algo que é tão essencial para a Nação. E, para todos nós, nunca é tarde para se buscar aperfeiçoar, tirar da mão de um governo que acha que é suficiente um decreto hoje, mas que amanhã pode não achar. Transformar conquistas em lei é demonstrar responsabilidade, compromisso e garantia de que, no futuro, essas pessoas que precisam do Bolsa Família não serão manipuladas eleitoralmente.

Então, mais uma vez, eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Aécio Neves, bem como a sabedoria do relatório da Senadora Lúcia Vânia. Peço a todos que reflitam, para que a gente possa encerrar de uma vez por todas: não vamos fazer política com aqueles que mais precisam, vamos transformar isso em algo consolidado, independentemente de partido, independentemente de Presidente ou Presidenta, que esse é um programa de Estado, é um programa de compromisso para se iniciar e não para se manter pessoas nessas condições. Se hoje alguns comemoram quase 50 milhões de pessoas dependendo do Bolsa Família, o Brasil será justo, humano e solidário quando não precisarem mais de Bolsa Família neste País.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Sr. Presidente, eu acho que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do mundo – e o é. Como bem disse o Senador Humberto Costa, é uma política de Estado e não política de governo. Que bom que tanto oposição como situação se preocupam em aprimorar este programa!

Eu acho e concordo que não se pode, por hipótese alguma, politizar ou partidizar um programa de tamanho alcance social e que está realmente transformando a face mais sofrida do Brasil, que são os bolsões de miséria, de pobreza que existem neste País afora.

As contribuições, venham de onde vierem, merecem ser refletidas e acolhidas, se assim aprover. Eu acho que a proposta em questão traz algo que, na minha avaliação, aprimora. Na minha avaliação, aprimora.

Vou dar um exemplo: vamos supor que, nessa elegibilidade ou essa avaliação da família que está sendo beneficiada pelo programa – que acontece de dois em dois anos, como já está no decreto –, três meses antes, alguém da família tenha conseguido um emprego e, na avaliação subsequente, ele é afastado. Mas três meses é muito pouco para dar estabilidade para aquela família.

Eu simpatizo muito com essa proposta de que o beneficiado ou a beneficiada tenham um prazo de seis meses. É o suficiente para haver uma consolidação do emprego recém-conseguido no mercado.

Lembro que a realidade no interior do Brasil não é bem do jeito que pensamos que os fatos acontecem. Não é bem assim. Há pessoas que fazem questão de trabalharem na informalidade para não perderem o benefício do Bolsa Família. Então, na minha avaliação que faço questão de ressaltar que compreendo que já existe no inconsciente coletivo do povo brasileiro que este programa é uma política de Estado, que é um benefício para todas as famílias, para todos os brasileiros pobres. É um patrimônio e, na hora em que houver uma maior avaliação, houver um aprimoramento dos critérios de elegibilidade, eu tenho absoluta certeza de que haverá possibilidade de beneficiar um maior número de pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, acho que, a despeito de fatos defendidos pelo projeto já constarem no decreto, essa possibilidade de um benefício por mais seis meses após a avaliação dos critérios de elegibilidade dá uma segurança adicional. Nós sabemos, como o Senador Humberto Costa colocou com propriedade, que a qualquer momento poderá voltar. Nós sabemos disso, mas nós sabemos também que a burocracia não é do jeito que pensamos. Muitas vezes, quando aquela família retorna, demoram os trâmites necessários, e isso traz prejuízo para aquela família que tanto precisa desse benefício.

Portanto, acho que esses seis meses vêm como aprimoramento de um programa e de uma política de Estado que passou a ser um patrimônio do povo brasileiro como a maior política de transferência de renda do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de parabenizar o Senador Aécio e a brilhante relatoria da Senadora Lúcia Vânia e reforçar as palavras do Senador Cícero, de um lado, e também do Senador Paulo Davim, que foi numa linha técnica expressiva para mim.

Eu queria deixar bem claro que o maior mote desse projeto é transformá-lo, sim, num programa de Estado, porque não é hoje um programa de Estado, é um programa de partido. Isso foi usado contra o PSDB na eleição passada. Se não fosse um programa de Estado, se não fosse para ser usado... Disseram que o candidato iria acabar com o... Então, isso acaba com toda essa celeuma e, sim, vai trazer para nós um programa de Estado consolidado. Se nenhum dos dois partidos tem receio de que isso não seja partidário e, sim, um programa de Estado, não há o menor problema para que aprovemos esse projeto.

Então, eu peço aos meus pares pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras aqui presentes nesta Comissão, eu quero também oferecer a minha contribuição nesta reflexão, neste debate. Falo isso de um lugar não só como Senadora, mas como profissional de serviço social. Sou assistente social por formação e pude já conviver nas prefeituras, trabalhando com profissionais da área de assistência social que conviviam diretamente com esse programa.

Eu quero aqui reforçar algumas coisas. Primeiro, eu considero o Bolsa Família um programa, uma política, de fato, de Estado, porque ele veio justamente tratar a família beneficiária do programa com o objetivo de emancipar essa família.

Nenhuma família brasileira que depende de programas sociais de repasse de recursos, como é esse caso, se sente à vontade de dizer: "Olha, eu sou tão pobre que eu dependo do Estado para sobreviver." Isso é muito humilhante para cada família.

Então, o Bolsa Família precisa, sim, ser visto como uma política de Estado. E ele é uma política de Estado, porque ele reúne diversas outras ações que, anteriormente, eram oferecidas às famílias de forma isolada, de forma não integrada, e que não eram, de fato, uma política que pudesse emancipar as famílias.

Nós tínhamos aqui Vale Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, diversas políticas de responsabilidade de alguns Ministérios, que não se comunicavam, que não se falavam e que, então, não eram suficientes para emancipar uma família, porque quem era beneficiária do Vale Gás necessariamente não era do Bolsa Escola. Então, não existia uma integração, não existia uma comunicação.

O Bolsa Família vem, realmente, tratar essa família com respeito, com responsabilidade, reconhecendo que essa família precisa, sim, do apoio do Estado para conseguir a sua emancipação e se tornar, de fato, uma família cidadã.

Eu acho e vejo com muita segurança que hoje o Bolsa Família é um programa de Estado integrado, multissetorial, porque não envolve somente profissionais da área social. São diversos profissionais que estão atuando nos CRAS, que fazem o CadÚnico.

O CadÚnico é um instrumento que serve de base para as demais políticas públicas, em todas as demais áreas. Hoje, todas as políticas direcionadas para as famílias de menor poder aquisitivo têm o CadÚnico como um instrumento para avaliar se aquela família deve ou não ser beneficiada em determinados programas. Também há uma avaliação periódica a cada dois anos. O CadÚnico é fundamental, porque ele traz o histórico da família. A partir desse histórico e das informações, as famílias vão oferecendo os dados e elas, por si próprias, chegam à conclusão – e elas sabem disso – de que, dependendo da sua renda,...

Sr. Presidente, essa política está casada também com outras políticas de geração de emprego e renda, casada com políticas de capacitação, de qualificação profissional. O Bolsa Família é uma porta de entrada, e a porta de saída são essas outras políticas, que se complementam. Então, é de fato uma política de Estado.

Eu tenho um dado aqui de que, só na última década, mais de 1.600.000 famílias voluntariamente saíram porque conseguiram já o patamar da sua autonomia econômica, porque foram incluídas em outras políticas educacionais, de geração de emprego e renda.

Então, eu não tenho a menor dúvida de que, hoje, o Bolsa Família é uma política de Estado reconhecida internacionalmente e de que as famílias, a partir do momento que conseguem a sua autonomia econômica, sentem-se felizes porque conseguiram, com o apoio do Estado, dar a volta por cima e retomar a sua vida de forma autônoma, de forma que elas podem conseguir criar os seus filhos sem continuar dependendo, necessariamente, de um programa nessa área.

Então, a minha opinião, Sr. Presidente, é que nós não estamos aqui tratando de disputa eleitoral, e acho que precisamos tratar essas famílias com muito respeito. Acho não, tenho certeza absoluta. Nós precisamos tratar as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com muito respeito, e não transformar isso num palanque eleitoral, que é o que parece querer fazer com esse projeto que está na pauta.

Em minha opinião, fico muito tranquila de dizer que o que temos é suficiente. Precisa, sim, ser melhorado, qualificado, mas não em um momento eleitoral como este, para servir de subsídio para palanque eleitoral. Pelo menos, é esse o entendimento que estou tendo desta discussão. Então, a minha opinião é pela rejeição do projeto, porque o programa existe, funciona, está dando certo, as famílias são beneficiadas, estão conseguindo sua autonomia econômica, e é disto que o Brasil e o povo brasileiro precisam: garantir que as pessoas possam ser tratadas com respeito e dignidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente Moka, eu vou ser muito rápido e nem vou entrar no debate político da questão. Quero mais fazer uma argumentação no campo técnico mesmo e dizer que, para mim, é muito difícil discordar do relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Mas, nesse caso específico, Sr. Presidente, tenho duas preocupações aqui que já notei em outras comissões. Há projetos praticamente idênticos, e acabamos aprovando o mesmo projeto duas vezes, na mesma comissão, e mandando os dois para a Câmara dos Deputados. E, muitas vezes, a Câmara já não sabe o que fazer. Qual é a prioridade? O que chegou lá primeiro? O segundo? Vai mandar apensar um ao outro? A boa técnica legislativa diria que matérias idênticas não podem ser votadas, no mínimo, na mesma Legislatura. Isso acontece. Essa é a primeira preocupação.

Segunda preocupação, Sr. Presidente. Eu também me preocupo se começarmos a pegar, independente de qual seja o governo, programas do campo social adequados, corretos e que o Executivo tem o direito de flexibilizar de acordo com o andar da carruagem, se começarmos a pegar os programas que dão certo e engessarmos todos eles em lei, alegando uma política de Estado – e é uma política de governo e que pode ser, embora não aqui passada por lei, uma política de Estado –, nós vamos estar repetindo aquilo que já está sendo aplicado, dando certo, e muitas vezes pela própria visão do Executivo, ampliando os direitos.

E a terceira questão, só para reflexão de todos: não entendo o Bolsa Família para aquele cidadão que voltou a trabalhar, não. Não entendo assim não. Ele recebia bolsa, começou a trabalhar. Ele tem de parar de receber o Bolsa família, senão o benefício perde sua razão de ser.

Agora, como bem disse o Senador Humberto Costa, demitido, ele tem direito a habilitar-se novamente, senão vamos aprovar aqui, mais rapidamente, o projeto do Senador Eduardo Suplicy, que é renda mínima para todos, para toda a população. Então, acho que é melhor nos debruçarmos num debate sobre aquele projeto.

Por isso, respeitando a Senadora Lúcia Vânia, que é muito sensível a esses temas, acompanho com muita tranquilidade o Líder Humberto Costa, com base nos seus argumentos aqui, sólidos, tranquilos, mostrando que é uma política que está dando certo. É aplaudida por todos. Se é aplaudida por todos – ninguém consegue ter uma crítica que se sustente na opinião pública contra o Bolsa Família –, por que vamos interferir naquilo que está dando certo? Vamos avançar em outras áreas, onde podemos inclusive, com novas ideias, com novas propostas, fazer com que a população brasileira seja ainda mais bem atendida.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero começar registrando que o Bolsa Família é um programa de Estado e foi criado pela Lei nº 10.836, de 2004, aprovada pelo Congresso Nacional. Portanto, não se trata de política de governo. A política de Estado foi implementada por decisão do Congresso Nacional, na aprovação da Lei nº 10.836, que regulamenta todo o Bolsa Família.

Segunda questão. Por que os 90 dias? Porque o contrato, no período probatório, para quem é celetista, é de 90 dias. Após 90 dias, o contrato celetista transforma-se em contrato por tempo indeterminado, e, caso esse trabalhador seja demitido, ele tem todos os direitos ali previstos na legislação, e o nosso Senador Paulo Paim é um grande estudioso desse tema. Elevar para mais de 90 dias, sob a alegação da proteção dos direitos trabalhistas, não altera em nada, porque não há contrato probatório no direito trabalhista superior a 90 dias – é, por isso, que se fixou em 90 dias.

O prazo de dois anos previsto no decreto-lei aqui já referendado tem como objetivo permitir ao Poder Público ter um controle maior sobre essa matéria. Se, amanhã, o Poder Público entender que o programa está tão ajustado, podendo elevar para três anos, para quatro anos, por decreto é mais fácil. E, se assim entender e os dados da fiscalização demonstrarem que é necessário um prazo mais curto para combater eventuais irregularidades, isso também pode ser feito com mais agilidade. Por isso, engessar um critério de prazo, para fins de fiscalização já previsto em legislação, termina dificultando esse controle.

Portanto, se alguém está politizando essa matéria, não é o Governo, é quem apresenta o projeto de lei, que tem como único objetivo colocar em debate um programa que está dando certo, e está dando certo em todos os governos municipais, independentemente de partido. Mas os nossos prefeitos, as nossas prefeitas estão numa busca ativa para que aquelas famílias que eventualmente estão enquadradas no benefício Bolsa Família, e ainda não o receberam, possam ser enquadradas – isso independe de partido político, de filiação partidária. Por isso, o que esse projeto propõe, na verdade, já está contemplado.

Volto a dizer que o prazo probatório para o vínculo empregatício para quem é celetista é de 90 dias. A partir daí, o contrato se transforma em tempo indeterminado com todos os direitos trabalhistas. Elevar para seis meses não altera em nada, porque os direitos trabalhistas estão previstos a partir do 90º dia.

Esse prazo de dois anos, que está no decreto, tem como objetivo dar um processo de fiscalização mais eficaz. Ao trazê-lo para a lei, o que nós estamos fazendo? Emperrando qualquer medida que precise de uma fiscalização mais rápida, porque, no decreto, pode-se encurtar ou alongar de acordo com a diminuição das dificuldades ou das fraudes.

Por isso, eu entendo que o projeto é desnecessário e voto contra a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que uma questão como essa não deve e não pode ser politizada. Há poucos minutos, nós votamos aqui o aperfeiçoamento da Lei que trata do Estatuto do Idoso sem nenhuma discussão. Todo mundo achou meritório, porque visa a aprimorar um projeto.

Foi colocado aqui pela Senadora Ana Rita que os programas anteriores eram feitos sem nenhum acompanhamento, dissociados de outras políticas sociais – isso não é verdade. Eu poderia exibir aqui, hoje, um vídeo em que mostro a evolução da assistência social, que passou, com a extinção da LBA e do Ministério de Desenvolvimento Social, a ser uma política pública. Foi retirada da benemerência, da caridade e se transformou numa política pública. Isso teve uma evolução, isso foi um processo e, desse processo, construíram-se os programas de transferência de renda.

Eu me absteve de apresentar o vídeo em respeito ao Presidente desta Comissão e em respeito aos Senadores que estão aqui de outros partidos, mas eu posso mostrar a evolução da assistência social, o seu progresso. Ela não pertence a nenhum partido. A Lei Orgânica da Assistência Social nasceu de um movimento da sociedade, nasceu com a Constituição de 1988 e, dessa Constituição, se transformou numa política pública. E a política pública não pode servir de temas em palanques eleitorais.

Se nós implementamos a política pública... Eu tive a honra de ser a Secretária Nacional de Assistência Social, que implementou a Loas; que implementou o benefício da ação continuada que destina ao idoso e à pessoa portadora de deficiência um salário mínimo. Os senhores nunca me ouviram dizer, nesses quase dez

anos em que estou aqui no Senado Federal, que eu criei o benefício da ação continuada, porque esse benefício é um direito do cidadão.

E o Bolsa Família, que nasceu do Vale Gás, do Bolsa Escola, do Bolsa Alimentação e se transformou no Cadastro Único, é uma política de Estado que tem que ser garantida dentro da Lei Orgânica de Assistência Social, para que nós tiremos de vez a assistência social do favor, da benemerência e da troca de favores políticos.

Se foi colocado um palanque nessa questão, podem ter certeza de que não foi o PSDB. Isso nasceu das campanhas que se fazem na televisão, dizendo que o PSDB é contra o Bolsa Família. Para evitar que isso seja novamente tema de eleição, nós estamos aqui não para disputar quem é o dono do Bolsa Família, porque esse é um direito do cidadão, mas para dizer que esse programa jamais poderá servir, como não serve o benefício do idoso e da pessoa portadora de deficiência, de palanque para quem quer que seja.

Portanto, esse projeto visa, sem dúvida nenhuma, melhorar e aprimorar o Programa Bolsa Família.

E eu me sinto muito à vontade ao dizer que eu tenho legitimidade para relatar um projeto dessa natureza, porque fui autora de vários dos projetos que hoje são implementados neste País: o Pronaf; o Bolsa Família, que veio de todo um processo e que pertence ao povo brasileiro, que saiu às ruas. Eles estiveram aqui na Constituição, se organizaram, e hoje nós temos um programa social respeitado no País inteiro.

Portanto, eu peço aos meus pares a aprovação desse projeto, que é meritório, facilitará a evolução do programa e dará tranquilidade às famílias. Com o segundo projeto que vamos relatar aqui, vamos tirar definitivamente o Bolsa Família dos palanques e colocá-lo como uma política de Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Angela Portela.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria aqui de me manifestar a respeito desse projeto, da proposta de alteração do Programa Bolsa Família.

Eu o considero também um programa de Estado, um programa que é referência mundial no combate à pobreza. E gostaria de endossar aqui os argumentos apresentados pelo Senador Humberto Costa e pela Senadora Ana Rita e de reforçar os aspectos da fiscalização desse programa.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem um cuidado especial com a fiscalização, e existe toda uma preocupação nesse sentido. A fiscalização é feita *in loco*, através do Cadastro Único. Existe toda uma interligação, uma sintonia clara entre o Ministério e os Municípios brasileiros para que essa fiscalização do Bolsa Família seja feita da forma mais criteriosa e mais rigorosa.

Eu reforço a fiscalização, porque é identificando no cadastro qualquer indício de inconstância nas informações declaradas que temos a possibilidade de verificar se uma família não está mais dentro dos critérios do programa – essa família será afastada – e de incluir novas famílias no Bolsa Família.

Vale lembrar também que a transferência é feita diretamente para a conta do beneficiário. Portanto, a possibilidade de se fazer manipulação política do programa é inexistente.

Então, eu queria aqui destacar essa importante participação aqui dos nosso Senadores do Partido dos Trabalhadores em defesa do Programa Bolsa Família.

Eu queria lembrar também, como já foi dito aqui pela Senadora Lúcia Vânia, que o Programa Bolsa Família foi fruto de um trabalho intenso do Governo Federal, da Caixa Econômica Federal, realizando o Cadastro Único – o CadÚnico, como é conhecido –, para unificar, para ter o perfil de todas as famílias brasileiras que se encaixam dentro dos programas sociais – o Bolsa Família, todos os programas sociais. Então, hoje, nós temos um retrato daquelas famílias brasileiras que precisam dos benefícios assistenciais, que precisam dos programas de transferência de renda.

Então, eu gostaria de destacar a nossa posição contrária a esse projeto, porque nós entendemos que o Programa Bolsa Família já é um programa de Estado, atendendo de forma muito séria, criteriosa, a 12 milhões de famílias brasileiras.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir ainda, Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM - MT) – Vai ser rápido, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Moka, demais Senadores e Senadoras, se eu bem entendi o projeto de lei tem como finalidade maior o aprimoramento daquele que já existe, sobretudo dando mais garantia, mais certeza de que o cidadão terá os benefícios assegurados, mesmo em caso de ter a sua carteira assinada.

É um assunto, ninguém pode desconhecer, de relevância e importância, pelo fato de ser um dos grandes programas que o Governo Federal tem de transferência de renda e de ser – eu imagino também que ele é – um projeto que mexe com a vida das pessoas.

Neste caso, particularmente, quando o Senador José Pimentel disse do Projeto nº 10.836, de...

(Interrupção do som.)

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Agora melhorou. Já estão me sabotando aqui, Moka. (Risos.)

Eu estou concluindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioridade/PMDB - MS) – Posso assegurar que não partiu da Presidência.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Eu sei. Eu tenho certeza absoluta.

Então, eu acho que foi uma das grandes conquistas que nós tivemos. Sobretudo, a Senadora Lúcia Vânia tem a autoridade para relatar essa matéria por conhecimento de causa, não só como profissional que ela é da área, mas, sobretudo, como ex-Ministra, que atuou de forma séria, responsável, quando foi Ministra do governo FHC.

Nesse caso, pelo que eu entendi aqui, o projeto tem como finalidade o aprimoramento. Tudo aquilo que vem para melhorar e, sobretudo, para aprimorar os projetos que atendem às demandas das famílias mais humildes deste País é louvável e meritório.

É um assunto que tem que ser debatido como está sendo debatido, com muita clareza, com muita transparência aqui – todos nós externando a nossa opinião, o nosso ponto de vista. Isso é saudável num regime democrático. Acima de tudo, é uma demonstração do amadurecimento do nosso Congresso Nacional, aqui no Senado, nesta Comissão, liderada por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Waldemir Moka, em que são travados vários debates de importância para a sociedade brasileira, principalmente das políticas públicas para que nós possamos dar de fato dignidade à nossa população.

Portanto, aqui aguardando o autor, que acaba de chegar, o Senador Aécio Neves, e também outros Parlamentares, outros Senadores, eu acho que o projeto é meritório. Imagino que o próprio autor do projeto, Senador Aécio Neves, também queira externar aqui o seu ponto de vista, sobretudo os motivos, as razões por que ele está propondo o aprimoramento da transferência do Programa Bolsa Família.

Antes de concluir, Presidente, demais colegas Senadores, eu quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pelo belo trabalho e, acima de tudo, pelo seu relatório, que deixou muito bem claro qual é a finalidade, naturalmente, desse projeto e, acima de tudo, o que ele vai permitir em termos de segurança àqueles que têm acesso ao Bolsa Família.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioridade/PMDB - MS) – Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioridade/PMDB - SC) – Sr. Presidente, caros colegas, eu estive meditando, estive olhando, analisando, e parece que a ideia, Sr. Presidente, caros colegas, é de fazer com que tiremos da cabeça alguma dúvida em relação à existência desse programa, tiremos o que existe, às vezes, nos ares, que ele não pode ter uma certa continuidade, a não ser pelo que vejo, assim, *en passant*, de dois em dois anos, dar uma verificada, dar uma olhada, fazer uma análise sobre se as pessoas precisam continuar recebendo, ou se conseguem um mercado de trabalho.

Aí, conseguindo um mercado de trabalho, a possibilidade de se dar certo num estágio, numa empresa, em até seis meses... Quero dizer, para se fazer uma opção, de dar lugar para outras pessoas, para dar lugar para outros pretendentes. E, assim, essa garantia mínima de tranquilidade é a essência da proposta. Parece-me que estou captando nesse sentido. E aí, seria, como diz a Senadora Angélica, é um...

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Angela.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioridade/PMDB - SC) – Angela Portela. Angela e Angélica são sinônimos, não é? Além de Angela, é angélica, não é verdade? É um anjo.

Então, me parece que isso oferece uma tranquilidade a todos nós, a todos os que participam do programa e às autoridades, aos que têm responsabilidade nisso. Então, eu não vejo nenhuma contradição de não ser bom isso, de não ajudar. Por isso, acho que a Senadora Lúcia Vânia partiu para a proposta com a experiência para colaborar. Tiremos de lado quaisquer outras insinuações e fiquemos com aquilo que ofereça tranquilidade, continuidade e que seja bom para todos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioridade/PMDB - MS) – Está inscrito antes de V. Ex<sup>a</sup> o Senador Aécio Neves. Depois, V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Aécio Neves.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, eu, de início, quero me desculpar por não estar aqui desde o início desta reunião, mas não adquiri infelizmente ainda o dom da ubiquidade, de poder estar presente em mais de um lugar ao mesmo tempo. Há uma discussão também extremamente relevante ocorrendo na Comissão de Justiça, mas este tema que ora trata esta Comissão me parece também um tema da mais absoluta relevância.

De início, palavra de cumprimento à Senadora Lúcia Vânia, que, com toda a propriedade, como a precursora dos mais modernos programas sociais ainda em vigor no Brasil, relata – e relata de forma extremamente consistente e clara – esse projeto de nossa autoria.

Essa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma Casa que nos surpreende. Surpreende-nos a cada dia. No momento em que, depois de uma ampla discussão dentro da nossa Bancada, com técnicos da área social, incluindo líderes na Câmara dos Deputados, como o Deputado Eduardo Barbosa, reconhecido como um dos maiores especialistas nessa matéria, nós buscamos apresentar uma proposta que, talvez por ingenuidade deste Parlamentar, me pareceu que no início seria uma proposta a ser aplaudida e aprovada pelo conjunto desta Casa, já que nada mais nós fazíamos do que dar a garantia, dar a segurança àqueles beneficiários do Bolsa Família de que o programa não estaria sujeito às intempéries ou resultados eleitorais, como o Partido dos Trabalhadores costumemente fazia, ameaçando os vários rincões, sobretudo os mais pobres do Brasil, em relação ao fim do programa, se outro partido, senão ele próprio, vencesse as eleições. Isso ficou conhecido no Brasil ao longo das últimas décadas.

É importante, Sr. Presidente, voltar um pouco no tempo, para que não fiquemos aqui sujeitos àquela teoria conhecida de Goebbels, em que uma mentira repetida várias vezes acaba virando uma verdade.

Eu recebi ontem, mais tarde – infelizmente não tive a oportunidade de ir ao plenário para falar sobre o tema –, um pronunciamento feito por um dos ilustres Parlamentares do PT, aqui presente nesta Comissão, que dizia, entre outras coisas, que – e abro para o ilustre Senador Humberto Costa aspas – “com atraso de uma década, o PSDB vem demonstrar preocupação com a erradicação da pobreza, propondo medidas inócuas e eleitoreiras”. Pasmé, ilustre Presidente: “eleitoreiras”.

Voltemos ao tempo. Foi exatamente no governo do Presidente Fernando Henrique, em que a Senadora Lúcia Vânia ocupava um espaço da maior relevância, que foram criados o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Vale Gás. O que é o Bolsa Família, Presidente Moka? Exatamente a unificação desses programas, que já no início do governo do Presidente Lula, através do Cadastro Único, herdou 6,9 milhões de beneficiários.

Alguns que acompanharam mais de perto aquele momento da vida nacional, aquela transição de um governo eleito democraticamente por um outro governo eleito democraticamente, o governo do Presidente Lula, se lembrarão – infelizmente não encontrei essa menção no discurso do ilustre Senador – de que o grande programa alardeado, difundido no País inteiro como o grande programa de ação social ou de profunda transformação social no Brasil, se chamava Fome Zero. Não encontrei no discurso do ilustre Senador nenhuma menção ao Fome Zero. Nunca mais ouvi dele falar. Não sei se ainda existe, até porque poucos compreenderam o que ele realmente significava.

Em um determinado momento, por inúmeras vezes, eu fiz questão de fazer esse registro de forma adequada, de forma correta. O Presidente Lula se apropria dos programas de transferência de renda iniciados no governo do Presidente Fernando Henrique – vou ser mais explícito –, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás, unifica-os, inicia um processo de ampliação, de capilarização desse programa, e ele é conhecido hoje como o Bolsa Família, como se fosse a criação de um governo, de uma mente luminosa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, somos todos brasileiros, todos queremos o melhor para o nosso País. Aperfeiçoar as leis, ampliar o Bolsa Família, como fez o Presidente Lula, é correto e merecedor do nosso respeito. Mas transformá-lo em política de Estado, como proponho nesse projeto, e deixar que as famílias brasileiras tenham maior segurança, maior tranquilidade em relação ao recebimento desses benefícios é também dever deste Parlamento.

Não faz muito tempo, assistimos a um processo, a um descontrole administrativo – mais um dentre tantos descontroles administrativos que a cada dia este Governo nos oferece – em que a Caixa Econômica Federal, inadvertidamente, franqueia pagamentos do Bolsa Família, levando a uma enorme confusão em relação àquele recebimento, ao seu fim ou sua continuidade, e não faltou quem, do alto do seu cargo de Ministro de Estado, acusasse a oposição de boicotar o programa.

Volto apenas no tempo, Sr. Presidente, para retomar aqui a verdade. O que nós estamos propondo nada vem contra o PT. O que me parece, com essa reação – eu diria – quase que raivosa de algumas lideranças do PT, é que, sim, aquilo que prevíamos lá atrás – a utilização desse programa como instrumento eleitoral – é o que prevalece. Ao não querer transformar o Bolsa Família em um programa de Estado que possa ser efetivamente fiscalizado, em que assistentes sociais possam visitar anualmente cada uma das famílias beneficiárias, em que os detentores do benefício possam, sim, estar estimulados a buscar uma renda maior no próprio mercado de trabalho, estar contra isso é estar contra a essência daquilo que o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação propõem.

Isso não foi uma invenção do PT, não foi uma invenção do PSDB. Na verdade, esse conceito dos programas de condicionalidade, Sr. Presidente, é algo que a ONU já discute há mais de 30 anos, e foi implementado no Brasil, na primeira vez, na cidade de Campinas, pelo Prefeito Grama, do PSDB.

Qual a razão do Bolsa Alimentação e do Bolsa Escola, que se transformaram no Bolsa Família? Garantir, em um deles, que as vacinas – e portanto, os cartões de saúde das famílias de mais baixa renda – estivessem em dia; e, no outro, no Bolsa Escola, que as famílias mantivessem os seus filhos na escola.

Portanto, a questão essencial desses programas se perdeu no tempo, se perdeu para a propaganda oficial. Não se tem dados claros, hoje, em relação a essas condicionalidades. Não se sabe, hoje, Presidente Moka, se uma família que há cinco ou seis anos é beneficiária do Programa Bolsa Família teve a nota dos seus filhos, por exemplo, melhorada na escola. Qual é efetivamente a presença dessas crianças na escola? A evasão aumentou ou diminuiu? Esses dados não são franqueados a ninguém. Por nós já foram solicitados inúmeras vezes. Portanto, ao tomarmos essa decisão, ao propormos essa matéria que a Senadora Lúcia Vânia relata – repito – com extrema consistência, nós queremos dar um passo a mais. E o PT tem oportunidade de, com o seu voto nesta Comissão e no Plenário, dizer se prefere que o Bolsa Família seja uma matéria de propaganda eleitoral do partido, ou instrumento efetivo de melhoria das condições de vida da população brasileira.

Ninguém, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, pode ter o monopólio da sensibilidade social. Avançou-se no governo do PSDB, como ali tivemos falhas; avançou-se em algumas áreas do Governo do PT, mas as falhas são inúmeras. Mas a maior delas é a falta de generosidade, a incapacidade de aceitar sugestões e contribuições para que não se perca a paternidade de determinado programa.

Repito, para concluir, Sr. Presidente: a nossa proposta aperfeiçoa o processo, estimula que as pessoas que estão hoje sendo beneficiárias possam, sem risco de perder o benefício, adentrar no mercado de trabalho, porque, se alguém há dois meses daquela avaliação feita a cada dois anos, assina a carteira a passa a ter uma renda acima do mínimo para receber o Bolsa Família, ele não estará cadastrado imediatamente após assinar essa carteira.

Nós estamos estimulando que quem recebe o Bolsa Família possa entrar no mercado de trabalho e, por seis meses, possa continuar recebendo o Bolsa Família, para que ele esteja estimulado a fazer essa transição. Não vou aqui me dedicar, neste momento, ao debate de outras etapas que precisamos vencer, como a qualificação dessas pessoas; como, efetivamente, estamos defendendo, Sr. Presidente, que, por exemplo, os pais de família, que se qualifiquem, que participem de algum esforço de qualificação, possam receber um cartão a mais do Bolsa Família, ou os filhos que tenham nota acima da média possam receber um *plus* para que aquelas condicionalidades que originaram esse programa possam ser efetivamente cumpridas.

Hoje, elas se perderam. Não há informações claras em relação a elas. Por isso, ao incluí-la na Loas, ao incluí-la no conjunto dos benefícios sociais que podem ser acompanhados efetivamente pela sociedade brasileira, nós estamos fazendo um gesto em benefício dos cidadãos que hoje são beneficiários desse programa.

Na verdade, encerro, Sr. Presidente. O Brasil vem avançando. Avançou com a estabilidade econômica, ela, sim, o maior programa de transferência de renda da nossa história contemporânea, infelizmente, com a incompreensão do PT, que, ali, deu seu voto contrário; avançou com a Lei de Responsabilidade Fiscal e, mais uma vez, infelizmente, com a oposição ferrenha do Partido dos Trabalhadores, iniciaram-se os programas de transferência de renda.

Aqui uma correção ao ilustre Senador que repete por mais de uma vez – e abro aspas para ele: “Depois de chamar o Bolsa Família de ‘bolsa esmola’ atacando ações do programa e fazendo menos caso da população que dele se beneficiava”... Eu quero dizer ao ilustre Senador: eu o desafio a identificar quem de nós o chamou de ‘bolsa esmola’, mas eu lhe dou uma chance, eu lhe dou uma sugestão e uma dica, ilustre Senador Humberto Costa. Entre no Youtube, busque o segundo turno das eleições de 2002, quando disputava eleição o ilustre companheiro, meu amigo, Presidente Lula e o então candidato José Serra. No debate final, você vai escutar o ilustre então candidato Luiz Inácio Lula da Silva dizendo que esse programas de transferência de renda eram uma esmola. Nós nunca concordamos com isso.

Para não repetirmos Goebbels aqui, vamos nos fixar na verdade. O programa Bolsa Família hoje está enraizado, faz parte da paisagem econômica e social de importantes regiões do Brasil. Ele será continuado, mas ele será aperfeiçoado, será acompanhado. Vamos nos focar nas condicionalidades, vamos ajudar a que essas pessoas melhores de vida e não apenas tenham o Bolsa Família como o seu derradeiro instrumento de salvação. Portanto, a grande diferença – encerro com essa afirmação, Sr. Presidente – entre o PT e o PSDB, que, com muita honra, presido, é que, para nós, o Bolsa Família é apenas o ponto de partida; para o PT, infelizmente, é o ponto de chegada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer umas considerações rápidas. Em 1991, eu era governador do meu Estado, entre 1991 e 1994, e eu vivi inflação de 20% ao mês, 20% ao mês. Eu me lembro da dificuldade que eu tinha, como governante, de pagar a folha de pessoal, e como era dura a inflação de 20% ao mês para os empregados, para o empregador.

O Plano Real, que foi feito anos depois, botou ordem nas finanças públicas e trouxe a inflação para níveis civilizados. O Plano Real não é um plano perfeito e acabado. Ele vem sendo permanentemente adaptado, mantido. Ele teve início no governo de Itamar Franco, foi consolidado com Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente Lula manteve os seus fundamentos e até hoje ninguém mexeu, por exemplo, na Lei de Responsabilidade Fiscal e em outros fundamentos, o tripé que sustenta a economia, metas de inflação, câmbio variável, enfim, nos fundamentos básicos que seguram a inflação do Brasil a partir do Plano Real.

O Plano Real é patrimônio do povo brasileiro, não é de Fernando Henrique, não é de Lula. É do povo brasileiro. Ele vem sendo, inclusive, mantido em função do interesse do País com ajustes como o que eu estou propondo agora. Estou acabando de propor uma proposta de emenda à Constituição que tem inclusive uma emenda negociada com o próprio Partido dos Trabalhadores, que como forma de viabilizar a sua aprovação, condiciona a criação de Ministérios ou órgãos públicos à lei complementar, como forma de você conter o déficit público, não aumentar o gasto público, conter o gasto público de má qualidade. Tudo é no sentido de aperfeiçoar o Plano Real, que é patrimônio do povo brasileiro.

Eu digo isso para fazer uma constatação. O programa Bolsa Família, como muito bem colocou o Senador Aécio Neves, que é autor do projeto, é a consolidação de vários programas sociais que tiveram início no governo do Fernando Henrique Cardoso, que se consolidou como programa e que tem que ser aperfeiçoado. Esse projeto é uma tentativa de institucionalização e aperfeiçoamento de um programa que é patrimônio do povo brasileiro, como é o Plano Real, da mesma forma. E vamos despolitizar, e vamos fazer com que o programa seja permanente, seja patrimônio do povo. Não é de ninguém! Se o Plano Real não é de ninguém, esse Bolsa Família é do povo brasileiro. Eu acho que nós temos é que garantir ao povo brasileiro a permanência, a continuidade; o beneficiário tem que ser o mais humilde.

Então, entendo que esse projeto, que é meritório, foi muito bem relatado pela Senadora Lúcia Vânia, está em discussão, discussão acalorada. Eu, inclusive, tenho algumas dúvidas com relação a alguns pontos do projeto, razão pela qual, com as considerações que faço, eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que vou pedir vista do projeto, tendo em vista que a matéria contém elementos que, na minha opinião, carecem, ainda, de um reforço de argumentação.

Com esta manifestação, quero pedir vista do projeto, anunciando a V. Ex<sup>a</sup> e a esta Comissão essa minha disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há mais oradores inscritos. O pedido...

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Eu quero só fazer uma correção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só... Já digo. O pedido de vista do Senador José Agripino tem como base os termos do art. 132. Então, é concedido o pedido de vista ao Senador.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Vista coletiva, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista coletiva.

Senadora Lúcia Vânia.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Aécio Neves pela sua exposição. Acho que ele deixou bem claro os objetivos desse projeto.

Quero fazer uma correção à Senadora Angela Portela. Quero dizer à Senadora que o Cadastro Único foi feito no governo Fernando Henrique e foi aprimorado no governo Lula. Mas, quando ele terminou o segundo governo, ele já deixou implementado o Cadastro Único e o Cartão Cidadão, que foi transformado no cartão Bolsa Família.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero apenas garantir esse quórum prodigioso, para eu poder continuar a votar as matérias. (*Risos.*)

Senador Humberto Costa, pois não.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, é apenas para retomar a nossa demanda da inversão de pauta, para que o projeto de número 9 possa ser votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou fazer agora.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoridade/PSDB - PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Questão de ordem.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoridade/PSDB - PB) – Sou relator do item 8. Para aliviar a pauta, como fui procurado por alguns Senadores que querem aprofundar a discussão. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que o retire de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Retirada de pauta, mas, antes, há um pedido do Senador José Pimentel, que pede a inversão da pauta, do item nº 9, cuja Relatora é a Senadora Lúcia Vânia.

Eu vou ler o projeto.

**ITEM 9****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2013  
- Terminativo -**

**Altera a Lei nº 8.742, de 7 de outubro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências para incorporar o Programa Bolsa Família.**

**Autoria:** Aécio Neves

**Relatoria:** Lúcia Vânia

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2013; da Emenda nº 1-CCJ; e da Emenda de Redação que apresenta.

**Observações:** – Em 11.12.2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2013, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

– *Votação nominal.*

O pedido de inversão de pauta está em discussão.

Para discutir, o Senador...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Vamos votar, vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não vai discutir.

Então, em discussão o requerimento de inversão de pauta. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento de inversão de pauta.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam com o requerimento da inversão de pauta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Verificação, Sr. Presidente. Posso pedir verificação, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Verificação de quórum?

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – É, para votação de inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não...

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Não entendi, Sr. Presidente, me desculpe. V. Ex<sup>a</sup> está colocando em votação uma proposta de inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – De pauta.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – De pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Já votei, Sr. Senador.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – O item nº 2...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, nós vamos passar, agora, pela inversão de pauta, a discutir o projeto do item nº 9.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Ah, está o.k., está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É apenas uma inversão.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Está o.k., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tá? É apenas uma inversão, Senador Aécio.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Está o.k., Sr. Presidente.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O que é, aqui, tratado corriqueiramente.

Então, o item 9. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2013 – eu já li –, da Assistência Social.

O relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, com emenda da CCJ e emenda de redação.

Em 11/12/2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2013, com a Emenda nº 1, da CCJ, de Redação.

A votação será nominal, e eu concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu relatório.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, só...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Questão de ordem.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Existe um requerimento da nossa parte para que esse projeto seja apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos, porque tem impacto sobre as contas públicas. É um tema que está afeito, também, ao debate da nossa condição econômica, e, regimentalmente, na medida em que esse requerimento é feito, ele precisa ser votado no Plenário da Casa, antes que se faça a discussão e a votação aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, o que eu gostaria de pedir a V. Exª era um encaminhamento à não leitura do projeto, um encaminhamento do processado para a Mesa do Senado, para que ele proceda à votação do meu requerimento, se irá ou não para a CAE.

Então, eu peço a V. Exª que faça esse encaminhamento.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoría/PSDB - MG) – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, Senador. Para contraditar, Senador Aécio Neves.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoría/PSDB - MG) – Na verdade, Sr. Presidente, com todo respeito que tenho pelo ilustre Senador Humberto Costa, essa medida é meramente protelatória. Não há qualquer impacto financeiro nessa proposta. Nós estamos dando ao Programa Bolsa Família uma nova dimensão. Ele passa a compor a Loas (Lei Orgânica de Assistência Social). Não há qualquer necessidade de ele ir à Comissão de Assuntos Econômicos...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoría/PSDB - MG) – ...como não há necessidade de ir...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O requerimento não está em votação o conteúdo do requerimento.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoría/PSDB - MG) – Eu gostaria que V. Exª permitisse que eu concluísse, Senador Humberto Costa.

Como não há necessidade de que passe pela Comissão de Meio Ambiente, como não há necessidade de que passe pela Comissão de Agricultura.

Vamos discutir efetivamente, aqui, esses temas, e o PT pode ter oportunidade de dizer que prefere ter esse Programa como programa meramente eleitoral e do partido. Nós queremos que ele seja um programa de Estado.

Essa é a razão do projeto, e peço que V. Exª o coloque em votação e discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, o procedimento da Comissão será o mesmo nesses casos.

Quando chega um pedido de requerimento e o projeto já está pautado, como é este caso, eu submeto, como sempre fiz, porque a decisão é do Presidente da Comissão de enviar ou não o projeto de lei para a Mesa do Senado, e, aí, sim, a Mesa do Senado fará o encaminhamento à Comissão, no caso, de Assuntos Econômicos.

Como sempre fiz – V. Exªs são testemunhas desse critério –, eu submeto o pedido, o requerimento ao Plenário, para que o Plenário possa discutir se nós vamos discutir e votar o item 9 ou se vamos mandar o projeto de lei à Presidência do Senado.

Então, eu quero, agora, passar à discussão desse requerimento, Senador Humberto Costa, para que a gente possa decidir se vamos remeter à Presidência da Casa, ou se vamos continuar a discussão e votação desse projeto.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, de início, eu quero dizer a V. Exª que, com todo o respeito que tenho a V. Exª, discordo desse encaminhamento, e apresentarei no Plenário uma questão de ordem, no sentido de que se possa fazer essa votação no Plenário.

Ora, se o projeto é terminativo e nós vamos votá-lo, aqui, na CAS, como, depois, ele vai para outra Comissão? É óbvio que essa decisão tem que ser tomada antes e é uma decisão de Plenário.

Nós tivemos uma situação semelhante a essa na votação do Projeto nº 122, aquele que trata da homofobia, que estava pautado na Comissão de Direitos Humanos. O Presidente da Casa cobrou o envio do processado antes da votação para a Mesa, e, lá, o Presidente Renan deu outro encaminhamento, que foi mandar esse projeto para ser apreciado junto com o projeto do Código Penal. Então, já temos, aqui, inclusive, essa jurisprudência, se é que se pode dizer isso.

Mas, independentemente disso, eu vou argumentar. Veja, o problema desse projeto, que está colocado aí – por isso, eu acho que ele precisa de mais discussão – é que o Bolsa Família já tem uma lei específica. Nós já falamos, aqui, sobre essa legislação. Para alguém extinguir o Bolsa Família, tem que mandar uma proposta para o Congresso Nacional, para que o Congresso Nacional vote e promova a extinção do Programa. Então, essa preocupação não deveria existir, porque isso já está, efetivamente, garantido na lei, e qualquer aperfei-

çoamento que se fizesse poderia se fazer à lei, como, aliás, foi a discussão que nós travamos anteriormente no projeto para o qual foi pedida vista.

Segundo, há uma demonstração clara, com todo respeito, da falta de compreensão do que é a essência desse programa. Esse programa não é meramente de assistência social. Por isso é que nós defendemos que ele não seja vinculado à Loas. Veja, é um programa que inclui saúde, é um programa que inclui educação, é um programa que inclui renda, formação profissional. Portanto, esse programa não pode ser colocado meramente como um integrante da assistência social, por mais respeito que tenhamos à área da assistência social, sua importância, sua necessidade.

Eu vou dar, aqui, alguns exemplos, Senador Aécio Neves. V. Ex<sup>a</sup> poderia ir ao [bolsafamilia10anos.mds.gov.br](http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br) para conhecer essas estatísticas a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu e nos cobrou. Por exemplo, 8,7 milhões de famílias acompanhadas na saúde; 5,1 milhões de crianças com vacinação em dia; 196,5 mil gestantes com pré-natal realizado. Na área da educação, índice de reprovação equiparado à média nacional e a menor taxa de abandono escolar entre as crianças beneficiárias do Bolsa Família. No caso da saúde da criança, redução de 19,4% no índice de mortalidade de crianças até cinco anos de idade. Setecentas mil matrículas no Pronatec de inscritos que fazem parte do Programa Bolsa Família. Enfim, são várias e várias ações que, se V. Ex<sup>a</sup> tiver o tempo para pesquisar, poderá saber. Portanto, não faz sentido que esse programa seja agora incluído na Lei Orgânica da Assistência Social, porque ele é mais do que assistência social.

E por que a discussão em relação ao tema na Comissão de Assuntos Econômicos? É porque, no momento em que ele passa a fazer parte da Loas, o seu financiamento será feito dentro do orçamento da seguridade social.

O que é que nós estamos acostumados historicamente a ver? A assistência social é o primo pobre da seguridade social. Primeiro, os recursos vão para o pagamento das aposentadorias na Previdência Social. Está aqui um ex-Ministro que pode me dizer. Segundo, depois de muita luta, vêm para a saúde. E, por último, vai para a área da assistência social. Além disso, o Programa Bolsa Família hoje é um programa financiado exclusivamente pelo Governo Federal, a não ser que o Estado ou o Município queiram fazer uma complementação, outro programa com essa mesma definição.

A partir do momento em que nós colocamos na Loas, ele ficará sujeito ao orçamento da Seguridade Social e nós teremos também a participação de Estados, Municípios e do Distrito Federal nesse financiamento. Está dito aqui no art. 195:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais [que ali estão elencadas].

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que o mais correto, até para que nós possamos aprofundar esse tema, é levarmos essa proposta para a Comissão de Assuntos Econômicos, lá termos uma tramitação célere e depois voltarmos definitivamente para a Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Evidentemente, o assunto vai ser debatido, só que eu, por uma questão de organização dos trabalhos, preciso discutir primeiro a decisão que a Presidência já formulou. Essa é a questão.

Então, eu não concordo com o argumento do Senador Humberto Costa. Por que eu não concordo? Porque eu estou aqui e tive, desde ontem, a preocupação de pedir para a assessoria, aqui para a Dulcília. Todos conhecem a competência, o zelo da Dulcília. Peguei a ata da discussão da sessão a que o Senador Humberto Costa se referiu e quero dizer que eu estou estribado no art. 406: "Considera-se simples precedente a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento", o que ainda não aconteceu. Na sessão plenária em que se discutiu o PLC nº 122, de 2006, não houve formulação de questão de ordem. A decisão do Presidente Renan Calheiros só teria força obrigatória se incorporada ao Regimento por força do projeto de resolução aprovado.

Mas eu não estou decidindo como Presidente. Eu estou submetendo, como sempre fiz, até para democratizar essa decisão, se o projeto de lei, que é terminativo aqui, será discutido e votado hoje aqui ou se, por força do requerimento, eu, por decisão do plenário, mandaria ao Presidente da Casa e ele designaria a passagem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que estou sendo muito claro na minha argumentação.

Senador Aécio Neves.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoridade/PSDB - MG) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> está absolutamente correto e talvez seria dispensável a minha participação neste momento, depois da explanação que fez o Senador Humberto Costa, porque ele aqui externou os argumentos para que essa proposta não seja aprovada, legítimos para que o Bolsa Família não seja incluído na Lei Orgânica da Assistência Social, mas nenhuma linha, nenhuma palavra, nenhum argumento que justifique o seu envio à CAE. Isso é o que nós estamos discutindo neste instante.

Essa é uma medida, repito, meramente protelatória. Não houve, na exposição do Senador, uma razão sequer que justificasse o envio à CAE. É, sim, terminativa nesta Comissão. As comissões têm que assumir a sua responsabilidade e V. Ex<sup>a</sup> tem feito isso nesta Comissão, Senador Moka.

A questão central é a seguinte: hoje o Programa Bolsa Família, iniciado, criado, inspirado no governo do PSDB, por mais que isso doa aos ouvidos de alguns, está subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, dentro dele, está a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. É um programa, portanto, conduzido por essa Secretaria.

Os requerimentos de informação que nós encaminhamos a esse Ministério buscando confirmar esses números, por exemplo, que o Senador Humberto externa, não são respondidos, Sr. Presidente. Aliás, números não são o forte deste Governo. Eu peço vênia ao Senador Humberto Costa para dizer que é muito difícil para nós acreditarmos nos números que o Governo apresenta, sem que haja uma comprovação efetiva de que eles sejam números reais, não apenas nessa questão específica. Isso serve para os dados fiscais do Governo, isso serve para obras do PAC e por aí vai.

A grande questão, Sr. Presidente – e acho que essa é a discussão central –, é que o Brasil dispõe hoje de uma avançadíssima legislação social, iniciada ainda com a então Secretária Lúcia Vânia, reunida na Lei Orgânica de Assistência Social, que foi promulgada pelo então Ministro Jutahy Júnior, do PSDB. Lá estão previstos os benefícios de prestação continuada para idosos, como o senhor sabe, e também para os portadores de deficiência.

O que nós estamos querendo, Sr. Presidente, é algo muito simples, e me espanta e me assusta o PT se levantar de forma tão organizada e tão dura contra uma proposta extremamente simples. O que nós queremos é que o Bolsa Família passe a dispor do mesmo tratamento. Isso tornaria o programa muito menos vulnerável à vontade de governantes e às conhecidas manipulações eleitorais e políticas, que V. Ex<sup>a</sup> conhece. O sentido desse nosso projeto é dar segurança, como disse o Senador Agripino, dar tranquilidade ao beneficiário do Bolsa Família, sempre afrontado com a perspectiva, muitas vezes incorreta, de que esse programa poderia eventualmente ser extinto.

A nossa proposta é muito simples, Sr. Presidente: incorporar o Bolsa Família à Lei Orgânica de Assistência Social. A partir daí, ele passa a ser considerado um dos objetivos da assistência social no Brasil, conforme, inclusive, estipula a Lei nº 8.742, no seu art. 2º, inciso I. Portanto, a partir da aprovação dessa matéria – e eu acredito que o PT pode refletir sobre a possibilidade de mudar o seu encaminhamento –, o Bolsa Família estará definitivamente incorporado ao arcabouço jurídico nacional – repito –, trazendo tranquilidade e segurança aos milhões de brasileiras que ainda precisam dessa ajuda financeira mensal do Estado.

O Senador Humberto comete também – permita-me mais uma vez – um ato falho, que tem sido uma norma de liderança do Partido dos Trabalhadores. Dinheiro federal, dinheiro do Governo Federal... Nesta semana, a Presidente da República esteve no meu Estado, Minas Gerais, para dizer: “Esta obra é dinheiro do Governo Federal”. Na última sexta-feira, o ex-Presidente Lula esteve lá para dizer: “Esta obra aqui é com dinheiro do Governo Federal”. Balela, Sr. Presidente. Não existe dinheiro de Governo Federal, de Governo estadual, de Governo Municipal. Existe é dinheiro público, fruto dos impostos dos trabalhadores brasileiros. O Governo Federal nada mais faz do que cumprir com a sua responsabilidade constitucional de estabelecer parcerias com os Estados e Municípios.

Portanto, quando apresentamos essa proposta, é óbvio que os cerca de R\$24 bilhões, alguma coisa em torno de 0,5% do orçamento – que hoje é o custo do Bolsa Família, obviamente serão transferidos e serão pagos. Não há nenhum incremento orçamentário, não há necessidade nenhuma, Sr. Presidente, desta proposta deixar de ser terminativa nesta Comissão. Transferi-la para outra Comissão é a Comissão de Assuntos Sociais abdicar da sua responsabilidade de discutir um tema de tamanha relevância, Sr. Presidente.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A minha preocupação é que, se a Presidência não encaminhar, nós vamos acabar discutindo o projeto sem a decisão...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Presidente, uma questão de ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... sem deliberarmos sobre se o projeto vai... Eu quero insistir no seguinte: vamos dizer que o requerimento aqui de ir para a CAE seja vencedor, Senador Aécio. Mesmo assim, ele vai para a CAE, mas ele continua sendo terminativo aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que o debate... Eu quero dizer o seguinte: na reunião, eu tive o cuidado de deixar todos os Senadores – não fiz mais que a minha obrigação – em um debate rico, em um debate em que não faltou respeito. É claro que há argumentação dos dois lados,

mas eu tenho certeza de que quem mais ganhou com isso é exatamente o programa, que vai passar a ter uma discussão num alto nível.

Eu tenho aqui o art. 412: “a legitimidade na elaboração da norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais mediante os seguintes princípios básicos...” Aí o item IX: “decisão colegiada” – que é o que eu pretendo fazer – “ressalvadas as competências específicas estabelecidas neste Regimento”.

O que o Presidente da Comissão está fazendo é pedir ao Plenário que decida se o projeto vai ser discutido e votado hoje aqui ou se ele será encaminhado à CAE. Mas insisto em dizer que eu o devolvo à Mesa do Senado, que, por força do requerimento, o encaminha para a CAE, onde é discutido e votado, mas continua sendo terminativo aqui, nesta Comissão. Acho que fui claro. Eu gostaria de colocar em votação...

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Eu preciso contra-argumentar em relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia, por favor.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Presidente, é em relação ao projeto ir para a Comissão de Assuntos Econômicos...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Porque ele não deve ir...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Ele apresentou razões que não justificam...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu vou pedir para V. Exª... Nós vamos discutir isso. Eu estou insistindo em dizer que, por mais que queiramos... A decisão será terminativa nesta Comissão. É impositivo isso.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não, Senador.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O nosso Regimento determina que o autor do requerimento faça a sustentação e uma contradita.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Então, a contradita...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Isso já foi feito. Vamos a voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por favor.

Em votação o requerimento, insistindo que a votação nominal vai decidir se vamos mandar o projeto para a CAE. Depois, posteriormente, ele voltará à Comissão de Assuntos Sociais, porque ele é e continuará sendo terminativo aqui.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoría/PSDB - MG) – Apenas uma questão procedimental. Nós vamos votar, então, sem qualquer argumento que justifique a ida para a CAE.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem nenhum argumento...

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Que justifica...

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoría/PSDB - MG) – Porque não houve nenhum argumento, a não ser a...

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Ele defendeu. Agora, não permita que defendamos...

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoría/PSDB - MG) – ... protelatória. Não tem argumento que a matéria vá para a CAE.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ele tem argumento, sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Posso votar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que essa discussão está superada.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Presidente, Presidente, mas nós estamos discutindo se vai para a Comissão de Assuntos Econômicos ou não. Precisa contra-argumentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Plenário é soberano. Eu vou passar para a votação. Eu ouvi pacientemente...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Presidente. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador, como vota...?

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por favor.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou votando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Voto com o requerimento, Sr. Presidente. Voto com o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o requerimento.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Sr. Presidente, como eu não tenho voto na Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Angela Portela.

**A SRª ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o requerimento.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoría/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, com sua gentileza habitual...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Angela Portela... Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como minha tese tem vinculação com o primeiro projeto que nós votamos, eu acho que a vinculação é direta, porque eu opto pela discussão aqui, na Comissão. Contra o requerimento, portanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A favor do requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador João Durval.

**O SR. JOÃO DURVAL** (Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Com o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Casildo Maldaner já votou?

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Já.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Podia repetir, por favor?

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Contra o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Contra o requerimento.

Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paulo Davim. (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia. Voto conhecido...

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Não, senhor. Eu tenho de votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por favor, por favor, Senadora.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoría/PSDB - GO) – Eu vou votar contra o requerimento, deixando claro que isso é um desrespeito à Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Contra o requerimento.

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoría/DEM - RN) – Contra o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – Sr. Presidente, permita-me aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoría/DEM - MT) – Esta matéria já era para estar votada há algum tempo aqui, ou melhor, há alguns minutos. Primeiro que o encaminhamento acho que foi até errôneo, na medida em que o requerimento do Senador Humberto havia sido apresentado já há algum tempo, acho que primeiro tem que ser votado até para discutir se fosse para a CAE ou não fosse para a CAE. Nesse caso, criou-se um imbróglio aqui, mas, de qualquer forma, voto contra o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe, Senador Jayme Campos, mas não houve equívoco nenhum. Depois explico a V. Exª. Da minha parte, absolutamente.

Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Saiu.

Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoría/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Contra o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Contra o requerimento.

Quero dizer o seguinte: há alguns Senadores que estão presentes, mas o Bloco está preenchido. Não vou chamar suplente, só se o Bloco estiver vaga, como é o caso do ilustre Senador Wellington Dias, presente. O Senador José Pimentel também não vai votar porque o Bloco já está...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É o contrário, Sr. Presidente. Eu votei na vaga no Rodrigo Rollemberg.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É verdade. V. Exª votou no lugar do Rodrigo Rollemberg.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Tenho muito cuidado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe, Senador José Pimentel.

É que já houve tanta alteração nessa...

Senador Eduardo Braga, que vota em função de suplência, mas o Bloco está...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM. Fora do microfone.) – Voto na condição de Senador, Sr. Presidente. Portanto, voto com o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o requerimento.

Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, voto pelo Regimento. Isso não devia nem estar acontecendo. O Regimento é claro: quando há o requerimento de Plenário, o processado precisa ir ao Plenário, o processado irá ao Plenário, (*Fora do microfone.*) será discutido se vai à CAE ou não vai à CAE, mas o assunto continua terminativo aqui, portanto, voto com o Regimento, para que o processado vá ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe, Senador Romero Jucá, mas tenho que contra-argumentar: todas as decisões nesta Comissão têm sido exatamente dessa maneira, porque a assessoria me informa que a prerrogativa de decidir se manda ou não para a Mesa é da Comissão.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, Sr. Presidente, me desculpe, é um equívoco da assessoria.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – É um equívoco da assessoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não é equívoco, não!

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – É, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – De jeito nenhum.

Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pela falta de argumento desse requerimento, contra o requerimento.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o Bloco da oposição já está preenchido. Não há vaga para suplente.

Cícero Lucena, Lúcia Vânia, José Agripino e Jayme Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – V. Exª tem razão.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Mais uma vez a assessoria está equivocada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*) Não está presente.

Peço desculpas. Realmente, Senador José Pimentel, tem razão quanto à computação dos votos e não há dificuldade nenhuma, quando a argumentação me parece verdadeira e razoável, admitir que houve falha aqui da assessoria.

Por 9 votos "SIM" e 7 votos contra, o projeto será encaminhado à Mesa para distribuição à CAE, mas voltará em discussão.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Faço aqui um apelo. Respeito o resultado da votação – estamos no Parlamento, democracia é fundamental. Faço a V. Exª um apelo, já que é uma matéria afeita a esta Comissão, e todos nós compreendemos isso, para que ela possa o mais rapidamente possível ser deliberada na CAE, mas o que fica claro – é preciso que isso fique para todos nós – é que o PT, a Base do Governo, opta por não transformar o Bolsa Família em uma política de Estado para ter um programa que possa chamar de seu. Lamentavelmente, mais uma triste mobilização do Governo contra, a partir desse momento, os beneficiários do Bolsa Família. Mas vamos discutir em Plenário.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, os votos foram seis, não sete. São os votos dos seguintes Deputados: Casildo Maldaner, Ana Amélia, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, José Agripino e Jayme Campos. São apenas seis, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A confusão é porque ela computou o voto do Senador Cyro Miranda e V. Exª levantou a questão de que ele não poderia ter votado.

Acho que a Dulcília... Não estávamos esperando, evidentemente, uma discussão nesse nível, mas o importante é que garantimos aqui a discussão em alto nível, a decisão democrática do Plenário. Não houve decisão aqui que não fosse soberana do Plenário e garantindo que o projeto será terminativo aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

O item 6, decisão terminativa, turno suplementar de discussão do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013.

#### ITEM 6

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013 - Terminativo -

**Acrescenta §4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.**

**Autoria:** Ruben Figueiró

**Relatoria:** Paulo Paim

**Relatório:**

**Observações:** – Em 12/02/2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013.

– *Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.*

Em discussão a matéria.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só quero cumprimentar o autor do projeto, Senador Ruben Figueiró, tanto empresários como trabalhadores. Esse projeto foi fruto de um amplo acordo que vai garantir aos comerciários do Brasil o direito a terem um percentual sobre as vendas, mediante, claro, contrato e acordo coletivo, conforme as partes já se entenderam.

Fui Relator do Projeto e, com alegria, Sr. Presidente, no próximo sábado, haverá um grande encontro, no Rio Grande do Sul, dos comerciários. Eu relatarei lá a importância da votação de forma terminativa aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Encerrada a discussão.

Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

O Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013, é dado como definitivamente adotado, sem votação nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, pela ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

As outras matérias são todas terminativas.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, tenho dois requerimentos. Se for possível aprová-los... São duas iniciativas que visam tema desta Casa. Se V. Exª permitir – não sei se o requerimento está na Mesa –, faço aqui a leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Dos projetos que ainda constavam da pauta, alguns foram retirados e os outros são terminativos. É visível aqui que não temos quórum para deliberar sobre matéria terminativa.

Mas, antes, a Presidência quer dizer que temos aqui dois requerimentos do Senador Paulo Paim, que passo a ler:

#### EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, DE 2014

**Com fundamento no disposto no art. 93, II, do RISF, requiro a realização de audiência pública para debater o assunto relacionado à “Qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social”. Os convidados sugeridos para compor a mesa dos expositores são: Cleuza Maria Faustino, Diretora da Fenasps; Valmir Braz, Diretor da Fenasps; Sergio Eduardo Arbulo Mendonça, Secretário de Trabalho do Serviço Público; Albiorgio Barros de Souza Filho, interventor da GEAP; Dr. Luis Fernando Silva, Diretor da Fenasps; Ana Lucia Amorim, Secretária de Gestão Pública.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bem rápido, Sr. Presidente. Esse é um apelo dos aposentados para que se debata a qualidade de vida dos aposentados em uma visão de justiça social. Por isso, esses são os convidados, representantes da sociedade organizada e também do Governo. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O segundo requerimento:

EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, DE 2014

**Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Segurança e Saúde Ocupacional: Direito Fundamental do Trabalhador”. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: representante do Ministério da Saúde; Srª Luciane Araújo, Subsecretária de Educação do GDF; representante do Ministério da Justiça do Trabalho; Raymundo Nonnato Castro, especialista, advogado e professor universitário; representante do Ministério do Trabalho e Emprego; representante da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim

Para encaminhar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bem rápido, Sr. Presidente. *(Fora do microfone.)*

Esse requerimento é a preocupação que nós todos temos com a saúde e a segurança do trabalhador. O Brasil continua com destaque, infelizmente, no campo dos acidentes e doenças no trabalho. Então, a questão aqui é aprofundar o debate, e de forma coletiva – eu diria –, o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil trabalharmos no encaminhamento de uma campanha nacional de combate aos acidentes e saúde na área do trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

*(Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)*

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2014, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.**

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Roberto Requião, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Gim, Alfredo Nascimento e das Senadoras Gleisi Hoffmann e Angela Portela, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Sérgio Petecão e Armando Monteiro. Justifica a ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. Registra a presença a Senadora Ana Amélia. A Presidência registra a presença de Sua Excelência o Senhor Eduardo Paes, Prefeito do Rio de Janeiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, de 2013 - Não Terminativo. Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao

Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas, e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Lincoln Portela. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Durante a discussão, o Senador Pedro Taques oferece sugestões ao projeto, acatadas pelo relator como emendas de redação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ, de redação. ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 2012 - Não Terminativo. Altera a redação do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, estabelecendo o afastamento do cargo para o chefe do Poder Executivo que pleiteia a reeleição e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. Votam vencidos os Senadores José Pimentel, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira e a Senadora Gleisi Hoffmann. ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 2007 - Não Terminativo. Altera o art. 210 da Constituição Federal, para fixar conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, e assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2008 - Não Terminativo. Altera os artigos 13 e 210 da Constituição Federal, para dispor sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). **Autoria:** Senador Geovani Borges e outros. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2007, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2008. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 9) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2013 – Complementar. Ementa do Projeto: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências. Autoria do Projeto: Presidente da República. Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Contrário às Emendas de Plenário nºs 6, 7 e 8. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, de 2010 - Não Terminativo. Altera o art. 223 da Constituição Federal para determinar que as transferências de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sejam submetidas à deliberação do Congresso Nacional. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. **Relatoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2013 - Não Terminativo. Institui a Política Nacional de Cultura Viva, destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura, e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2004 – Terminativo. Dá nova redação ao inciso X do art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para assegurar ao usuário de serviço de telecomunicações o direito de proceder a reclamações e solicitações por meio de correspondência escrita, correspondência eletrônica, atendimento telefônico ou atendimento pessoal em postos públicos disponibilizado pela prestadora. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e pela aprovação da Emenda nº 1. Em 4/12/2013, foi lido o Relatório e adiada a discussão. Em 12/2/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que recebeu Parecer favorável. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA: ITEM 28) MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2014 - Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor NÉFI CORDEIRO, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Porto Alegre/RS), para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 29) MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2014 - Não Terminativo. Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 30) MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2014 - Não Terminativo. Submete, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor JOSÉ BARROSO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Marques Soares. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Romero Jucá.

Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010; ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, de 2011; ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2004; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2004; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2004; ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2007; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2007, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2009, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2010, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2010; ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2012; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2011; ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2013; ITEM 18) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, de 2009; ITEM 19) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, de 2009; ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, de 2011; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2007; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, de 2007; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 496, de 2011; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**SENADO FEDERAL SF - 1**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA E REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS**

**COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS NAS COMISSÕES**

**CCJ (4ª Reunião Ordinária) 26/02/2014**

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito bom dia a todos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam deverão permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Da pauta da nossa reunião de hoje, diversos itens despertam interesse da opinião pública e do Legislativo brasileiro. Dentre as várias proposições, podemos destacar a PEC nº 48, de 2012, que tem como primeira signatária a Senadora Ana Amélia, que pretende estabelecer a necessidade de que titulares de mandato do Executivo se descompatibilizem, para concorrerem à eleição.

Outro projeto que merece atenção redobrada é o PDS nº 460, que propõe convocação de plebiscito para que a população seja consultada sobre a federalização da educação de base.

Outro tema bastante sensível e que tem atraído a atenção de todos no tocante à forma federativa de Estado é a análise das emendas de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para trazer novos critérios de indexação da dívida dos Estados e dos Municípios. Esse projeto relaciona-se à difícil ponderação entre interesses da União e a situação fiscal delicada de muitos entes federativos.

Demais disso, nossa pauta está repleta de proposições que demonstram a já sabida e reafirmada importância dos debates deste colegiado. É o caso, por exemplo, das propostas que abordam a permanência de Ministros no STF, a escolha de diretores de agências reguladoras, a exigência de elaboração de plano executivo em licitações de obras e serviços de engenharia, dentre vários outros projetos.

Por todos esses motivos, devemos começar imediatamente os nossos trabalhos, de maneira que possamos ter, assim como vem ocorrendo em outras das nossas várias reuniões, uma manhã de pleno trabalho produtivo.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador aniversariante, Luiz Henrique. Que Deus o proteja, ontem, hoje e sempre.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Aos 74, a gente não se cumprimenta; a gente complementa. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor é uma figura!

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu vou pedir inversão de pauta para o Item nº 9, a fim de que, de acordo com combinação efetuada com a Liderança do Governo, nós possamos ler o parecer sobre as emendas apostas pelo Senador Randolfe Rodrigues ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2013, para que a deliberação possa efetivar-se na primeira quarta-feira após o feriado de Carnaval.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu consulto o Plenário se há alguma objeção à inversão de pauta. *(Pausa.)*

Nenhuma objeção.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> para ler o relatório do Item nº 9.

## ITEM 9

### EMENDAS DE PLENÁRIO AO

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2013 - Complementar

**Ementa do Projeto:** Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências.

**Autoria do Projeto:** Presidente da República.

**Autoria das emendas:** Senador Randolfe Rodrigues.

**Relatoria:** Senado Luiz Henrique.

**Relatório:** contrário às Emendas de Plenário nºs 6, 7 e 8.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para proferir o relatório. Ao mesmo tempo, comunico que, em virtude de acordo de Lideranças, vamos dar vista coletiva ao seu parecer.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 99, de 2013 – Complementar, para que as emendas de Plenário a ele apresentadas possam ser analisadas. E eu quero destacar que houve uma proposição do próprio autor das emendas no sentido de retirá-las em plenário. Esse seu pedido foi à votação, e a maioria deliberou pela manutenção das emendas. Portanto, a vontade do autor das emendas era de suprimi-las, para que o projeto venha a ser aprovado como veio da Câmara e, assim, seguir à sanção presidencial.

O relatório por nós apresentado, favorável ao PLC, com cinco emendas de redação, foi aprovado em reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realizada no dia 11 de dezembro de 2013.

Posteriormente, durante a apreciação no plenário do Senado Federal, no prazo regimental, foram apresentadas as Emenda nºs 6, 7 e 8, do Senador Randolfe Rodrigues, razão pela qual a matéria retorna para as comissões pertinentes com o exclusivo intuito de apreciar as ditas emendas.

A Emenda nº 6 é substitutiva. A redação proposta prevê a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em um prazo de um ano da aprovação da lei, para analisar os atos e fatos geradores das dívidas dos Estados e Municípios.

Ademais, determina a União que, a partir de janeiro de 2013, faça apenas a correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sem a cobrança de juros, nos contratos de empréstimos firmados com os Estados e o Distrito Federal, regidos pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e com os Municípios, regulados pela Medida Provisória nº 2.185-35, de 14 de agosto de 2001.

Autoriza também a União a conceder descontos no saldo devedor existente no primeiro dia de 2013, recalculando-o apenas com base no IPCA, novamente sem a cobrança de juros, desde a assinatura dos contratos firmados com base nas normas legais acima referidas.

Todos os demais dispositivos da versão aprovada nas comissões pertinentes são suprimidos, a exemplo daqueles que flexibilizam os limites de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previstos nos arts. 5º a 9º.

A Emenda nº 7, de Plenário, repete a proposta prevista na emenda anterior de correção monetária do saldo devedor pelo IPCA e ausência de cobrança de juros desde o início de vigência dos contratos. Isso é feito

por meio de alteração nos arts. 2º e 3º, mantendo-se integralmente todos os demais artigos do texto aprovado na CCJ e na CAE.

Por fim, a Emenda nº 8, de Plenário, se refere ao art. 1º da proposição, que se destina a alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal e não diz respeito à dívida estadual e municipal.

Pretende-se aqui suprimir nova exceção à exigência de cumprimento das exigências previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal em caso de concessão de benefícios tributários. Trata-se de exceção aos incentivos fiscais relacionados a bens e serviços não produzidos ou prestados em Território nacional e que objetivem a internalização de tecnologia.

Entre as justificativas apresentadas pelo ilustre Senador amapaense, para a apresentação das Emendas nºs 6 e 7, estão: supostas ilegalidades cometidas nos contratos de empréstimos firmados entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; impossibilidade de que um ente cobre juros de outro – os juros cobrados teriam sido muito elevados; e utilização dos recursos recebidos pela União dos demais entes no pagamento dos encargos com sua própria dívida.

Já em favor da Emenda nº 8, o argumento é desestimular a guerra fiscal entre Estados e a concorrência desleal em prejuízo da indústria nacional.

Além da apreciação nesta Comissão, as emendas serão também analisadas pela CAE.

Análise.

Conforme o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias.

A esse respeito, não há restrições à Emenda nº 8. Entretanto, no tocante à constitucionalidade, o mesmo não pode ser dito sobre as Emendas nºs 6 e 7.

A Emenda nº 6, substitutiva, invade competência privativa do Congresso Nacional, em seu art. 1º, ao determinar que o Poder Legislativo institua comissão mista para um determinado fim.

Efetivamente, a criação de uma comissão parlamentar é matéria inscrita na competência privativa do Congresso Nacional e de suas Casas. Nesse sentido, o instrumento legislativo adequado para o seu disciplinamento é a resolução.

Conforme José Afonso da Silva, *in* "Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional", p. 182:

Os projetos de resolução visam a regulamentar matéria de interesse interno (político ou administrativo) de ambas as Casas em conjunto ou de cada uma delas em particular. Terminada a elaboração do projeto de resolução, será promulgada pelo Presidente do Congresso Nacional, se versar matéria de interesse comum das duas Câmaras, como o Regimento Comum, sua reforma, etc; se for projeto de resolução sobre matéria de interesse apenas da Câmara dos Deputados, será promulgada pelo seu Presidente; se do Senado Federal, caberá ao seu Presidente promulgá-la.

Assim, a espécie normativa competente para dispor sobre organização e funcionamento do Congresso Nacional é a resolução, não cabendo à lei formal dispor sobre a matéria.

Não bastasse isso, a Emenda pretende dar à pretendida comissão mista poderes privativos das comissões parlamentares de inquérito, órgão excepcional cujo instrumento de criação é claramente definido pela Constituição.

Conforme o art. 58, §3º, da Lei Maior, as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo. Ora, não pode a lei instituir, por si só, uma CPI.

Ainda em relação à constitucionalidade das Emendas nºs 6 e 7, na redação pretendida para o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara sob exame, podem ser contestadas por, em vez de autorizarem a União a proceder à renegociação dos contratos em tela, determinarem que esse ente adote determinadas condições nesses instrumentos, que são atos jurídicos perfeitos, que, conforme o art. 5º, XXXVI, da Carta Magna, não podem ser alterados por lei.

Quanto ao mérito, do mesmo modo, as Emendas nºs 6 e 7 não devem prosperar, nesse caso por razões ligadas ao impacto sobre as finanças do Governo Federal e consequente prejuízo à estabilidade macroeconômica do País.

A proposta implica recalcular o saldo devedor da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios junto à União, desde a assinatura dos contratos, firmados em sua grande maioria entre 1997 a 1999, substituindo-se o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), apurado pela Fundação Getúlio Vargas, mais juros de 6%, 7,5% ou 9% ao ano, por IPCA, sem a cobrança de juros.

A substituição do IGP-DI somado a essa taxa por IPCA em toda vigência do período contratual implicaria desconto no saldo devedor de 75%, no mínimo. Esse desconto reduziria em R\$360,8 bilhões o passivo de Estados e Municípios junto à União, abarcado pelo PLC nº 99, que, ao final de 2013, estava em R\$481,1 bilhões.

A magnitude do desconto decorre do alto custo da dívida estadual e municipal junto à União. Tal fato, por sua vez, se deve ao também elevado custo de rolagem da dívida do Governo Federal.

É importante lembrar que a dívida da União, em parte, originou-se da substituição da dívida estadual e municipal junto ao mercado, ao final da década de 90 e início da década passada.

A taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, (Selic) corrige parcela dos títulos mobiliários da União em poder do mercado.

Entre 1996 e 2013, ela superou em 29,2% o acumulado da variação do IGP-DI mais a taxa de juros de 6% ao ano, durante o mesmo período. A equivalência se dá com a taxa de juros de 7,5% ao ano.

Caso o desconto de 75% fosse aplicado, a dívida pública se concentraria no Governo Federal, o que obrigaria a promover elevado aumento em seu superávit primário. O aumento teria de ser equivalente à perda de juros recebidos pela União decorrente do abatimento do crédito junto às demais esferas de governo. Tal perda pode ser estimada em R\$21,6 bilhões, apenas no primeiro ano de vigência. Na falta do ajuste, o resultado seria o incremento equivalente do déficit público, financiado com o aumento da dívida pública.

É pouco crível, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, supor que o Governo Federal fosse capaz de fazer tal ajuste, levando-se em conta o cenário de 2013, quando, a muito custo, socorrendo-se de elevado montante de receitas extraordinárias, o seu superávit primário alcançou R\$75,3 bilhões.

Vale observar que o superávit atualmente produzido pelo Governo Federal não é suficiente para garantir a estabilidade da dívida pública. Há, entretanto, outras razões que desabonam, *data venia*, o desconto do saldo devedor em montante tão expressivo. As dívidas contratadas com base nas normas alcançadas pelo projeto sob exame estão fortemente concentradas em alguns poucos Estados e Municípios – os mais ricos, diga-se de passagem.

Conceder tal desconto, de tal monta, e repassar os custos ao Governo Federal significaria socializar o sacrifício de todo o País. Ademais, não há razão de natureza legal, econômica ou moral para que alguns Estados e Municípios que devem para a União sejam livres do pagamento de juros, privilégio não concedido a nenhum outro devedor.

Os argumentos acima levantados em nada desqualificam a redação do projeto de lei complementar sob exame, já aprovado na CAE e na CCJ. Pelo contrário, de fato, nos últimos anos, o IGP-DI, somando a taxa de 6, 7,5 e 9% ao ano, tem ficado, com frequência, acima da taxa Selic.

Conforme dito, essa taxa é uma espécie de parâmetro para o custo de rolagem de parte importante da dívida do Governo Federal. Não há razão para que a União ganhe essa diferença na relação contratual com os demais entes. É por isso que o projeto de lei da Câmara, cujas emendas se encontram em exame, limita os juros devidos pelos Estados e Municípios à taxa Selic, retroativamente, a partir de janeiro de 2013 e, em relação ao passado contratual, autoriza o recálculo com base na referida taxa.

A Emenda nº 6 tem ainda o inconveniente de suprimir vários artigos do texto aprovado, tanto nesta Comissão quanto na de Assuntos Econômicos, dentre eles os arts. 5º a 9º, que são favoráveis aos Estados e às capitais dos Estados em termos de flexibilidade dos respectivos limites de endividamento.

Quanto à Emenda nº 8, deve ser igualmente rejeitada no mérito. A exceção conferida ao atendimento das exigências do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se pretende suprimir, não parece estimular as importações em detrimento da indústria nacional.

O dispositivo afirma textualmente que os incentivos tributários se referem à importação de bem e serviço sem similar nacional e estão restritos apenas à entrada de tecnologia.

A introdução de novas tecnologias no processo produtivo, como se sabe, é um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento econômico de um país, de tal modo que as providências que a estimulem são bem-vindas.

Enfim, os problemas levantados recomendam a rejeição das emendas apresentadas em plenário ao projeto de lei sob exame, não obstante a competência do seu autor, Senador Randolfe Rodrigues.

É preciso considerar que o equilíbrio do texto a ser aprovado é fundamental para que se alcance o consenso entre União, Estados e Distrito Federal.

Vale lembrar ainda que qualquer alteração no texto aprovado na Câmara dos Deputados, que não seja correção de redação, implicará nova análise daquela Casa, tornando incerto o destino das importantes providências contidas no projeto.

Por isso, Sr. Presidente, leio aqui o Ofício nº 116, de 2014, que recebi da Coordenação dos Secretários de Fazenda, no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), representando a vontade dos secretários de

Fazenda de todos os Estados e do Distrito Federal. Ou seja, significa também um apelo de todos os 27 governadores deste País.

Por esse documento, os secretários da Fazenda, representando seus governos, solicitam apoio desta Casa para que seja colocado em votação este relatório.

No final de 2013, dizem os secretários, durante a apreciação deste relatório, na reunião conjunta das Comissões de Justiça e Assuntos Econômicos, houve o anúncio de um acordo com o Governo Federal no sentido de que, após a aprovação nas comissões, o projeto seria encaminhado para votação em plenário, no início deste exercício. Entretanto, dizem os secretários, até a presente data, o Congresso ainda não cumpriu o compromisso firmado com os Senadores, no sentido de votar o Projeto de Lei Complementar nº 99, projeto que trata da dívida econômica dos Estados e Municípios com a União. O adiamento sistemático dessa votação contraria o compromisso firmado no ano passado e provoca o adiamento de uma medida de extrema importância, dizem os secretários, para o equilíbrio fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Observamos que os Estados vêm sofrendo perdas, principalmente em relação às transferências do Governo Federal, e enfrentam, desde 2012, uma expressiva e involuntária elevação de gastos dos reajustes no Piso Nacional de Educação, conforme legislação federal e da nova regulamentação dos gastos com saúde prevista na Lei Complementar nº 141, de 2012, além das dificuldades do fechamento do exercício de 2013, ocasionadas pelo não repasse de recursos relativos ao auxílio financeiro às exportações, às desonerações do IPI, que reduziram as receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Refis.

Lembro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que essa situação que os Estados vivem é dramática e refere-se principalmente à situação de dramaticidade financeira do Estado do Rio Grande do Sul, do Estado de Alagoas e, principalmente, da Prefeitura de São Paulo. Não sei se esses Estados conseguirão pagar as suas folhas de servidores se não dermos uma solução no prazo que atenda ao apelo que fez o Ministro da Fazenda, em sua presença na Presidência desta Casa.

Não podemos deixar de considerar as ponderações do Governo a respeito deste assunto, no sentido de adotar o tempo adequado para deliberação, mas temos que fazê-lo nas comissões, Sr. Presidente – e este é um apelo dos Estados da Federação – no prazo regimental de 30 dias, que se esgota, se não me engano, no dia 27 de março. Depois, as nossas Lideranças, com toda responsabilidade, ajustariam, com o Presidente desta Casa, a data mais adequada para fazer a votação.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o voto é pela rejeição das emendas apresentadas, não obstante o objetivo considerável de sua proposição e a importância do seu autor.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Henrique, que conduziu esse projeto, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos quanto na Comissão de Constituição e Justiça, de maneira eficiente e competente, como é o seu mandato.

Há um acordo de Lideranças, para que possamos, com vista coletiva neste projeto, adiar a votação para o próximo dia 12, e ela constará como primeiro item da pauta. Então, vamos abrir a discussão no dia 12, que seria mais útil.

Com a palavra, pela ordem, não para discutir, mas para se posicionar, o eminente Senador Pedro Simon e, depois, o Senador Paulo Paim.

Peço aos senhores para não discutirem, até porque temos um acordo firmado.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Com todo o respeito, peço licença para discutir...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor tem todo o direito, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Muito obrigado.

Até porque acordo de Líder hoje é sem nenhum significado. Tem o acordo de Líder, com a palavra do Presidente, de que estaria sendo votado no plenário no dia de ontem. No entanto, nem veio a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Eu acho, Sr. Presidente, que o documento lido pelo Senador Luiz Henrique, o Relator, do Secretário, de todos os Secretários de Estado, demonstra uma realidade que estamos vivendo nos Estados.

Todos os Estados reconhecem que a dramaticidade está nessa rolagem da dívida, que é insuportável. Houve um acordo dos Líderes com o Presidente da República de que essa seria a primeira votação deste ano. Esse acordo foi feito em dezembro do ano passado, antes do encerramento. Era para ser votado em dezembro. O Governo havia concordado e, na última hora, fez um apelo para que fosse no primeiro dia deste ano. É um projeto de origem governamental e está chegando ao ápice da incompreensão.

Eu diria a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente: esse projeto não sendo votado, o desgaste da candidatura da Presidente da República vai ser muito grande, não apenas quanto aos partidos de oposição, mas no generalizado, até os governos, a começar pelo Rio Grande do Sul. A posição mais apaixonada, mais radical, em defesa desse projeto e mais magoada com relação ao comportamento do Governo é a do Governador do Rio Grande do Sul, que veio aqui, debateu e discutiu com o Ministro da Fazenda quando o Ministro da Fazenda ficou na preocupação de que organizações internacionais – cá entre nós, sem nenhuma credibilidade – haveriam de atingir a credibilidade do Brasil. Hoje, essas empresas já estão dizendo nos jornais que essa decisão não vai alterar em nada a posição que elas têm com relação ao futuro do Brasil ou o investimento de estrangeiros no Brasil. Eu não sei, mas alguma coisa deve ser pensada.

A Câmara votou esse projeto. O problema era a dificuldade na Câmara. O Secretário da Fazenda, por unanimidade, está pedindo. A Presidenta mandou para cá esse projeto.

Hoje, eu vi uma matéria de um colunista no *Correio Braziliense* afirmando que o Líder do PMDB no Senado não aceitou ser candidato a ministro porque quer ser candidato a governador, com referências que são apontadas com uma série de risquinhos, dando a entender uma referência muito pesada feita a esse Senador, porque não aceitou ser ministro. Eu acho que há muito coisa errada, Sr. Presidente.

Lá, na Câmara, forma-se um bloco – nunca havia ouvido falar nisso – de não sei quantos partidos para adotar uma posição de independência. E esta Casa, com todo respeito, o Senador Renan deixou categórico que, em 30 dias, estaria no plenário. Agora, V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que houve um acordo de Líderes em cima do acordo feito em dezembro, em cima do acordo feito na semana anterior, de que viria para esta Casa e voltaria ao plenário agora, na sessão. Isso vai ficar para as calendas.

A situação do Rio Grande do Sul é dramática. O Senado aprovou um projeto de 200 milhões para o Rio Grande do Sul tapar coisas para que não há saída, pois existe um agiota, que é o Governo Federal, que o está explorando vergonhosamente. Eu não sei, mas nós pretendemos entrar com uma ação em algum setor – talvez, criminalmente –, porque agiotagem é proibido. E o Governo do Estado é agiota. Parece mentira. Governo do PT, o Governador do Rio Grande do Sul é do PT, e o Governo do PT está fazendo agiotagem em cima do Governo do Rio Grande do Sul. É lamentável, é profundamente lamentável! Primeiro, que o Senado se dobre tão facilmente e, segundo, que a Presidência da República esteja forçando essa situação de humilhação ao Senado Federal. E acho que ela vai-se arrepender.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não posso tolher o direito de V. Ex<sup>as</sup> de discutir a matéria. Eu propus que a discussão fosse adiada para a próxima reunião em virtude da precedência, na Comissão, de um acordo de Líderes. Eu não tenho nada a ver com os acordos de Líderes em plenário. O Presidente desta Comissão está cumprindo o compromisso que assumiu, o de colocar o projeto em votação na primeira reunião útil após a leitura do relatório do Senador Luiz Henrique. Se V. Ex<sup>as</sup> desejam continuar com a discussão desta matéria, para que possamos encerrar e, na outra semana, votarmos, continua aberto o período de discussão com o tempo que V. Ex<sup>as</sup> têm do Regimento Interno. Se V. Ex<sup>as</sup> desejam interromper com um pedido de vista coletiva, como foi o acertado entre os Líderes desta Comissão, para que, na próxima semana, do dia 12, nós enfrentemos a discussão e a votação, fica a cargo de V. Ex<sup>as</sup>. Eu sou refém da decisão soberana de V. Ex<sup>as</sup> e do Regimento da Casa.

Consulto V. Ex<sup>as</sup> se devemos continuar com processo de discussão, ou adiarmos o processo de discussão para a próxima semana, sem antes prestar solidariedade integral ao Líder do meu partido, Senador Eunício Oliveira.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o senhor tinha me assegurado a palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador está inscrito, Senador Paulo Paim, e também o Senador Roberto Requião.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e pode crer que não é para discutir. Não é para discutir. Eu vou respeitar o acordo feito.

Só queria cumprimentar o Senador Luiz Henrique pelo seu parecer, porque, se ele acatasse uma das emendas, o projeto voltaria de novo para a Câmara. Então, V. Ex<sup>a</sup> está cumprindo o acordado. Eu estou lá no plenário na tal de contagem regressiva, mas V. Ex<sup>a</sup> me orientou hoje, inclusive, na Comissão de Assuntos Sociais, que seguiria o calendário para votar a matéria durante o mês de março. Então, eu, mais uma vez, vou acreditar que votaremos a matéria para o bem de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esta Comissão vai votar a matéria no dia 12. Eu tenho absoluta convicção, se V. Ex<sup>as</sup> apoiarem.

Senador Requião.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Dia 12 de que mês?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Março.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB - RS) – De que ano?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – De quarta-feira a oito.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB - RS) – De que ano?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deste ano, de quarta a oito.

Senador Requião, V. Ex<sup>a</sup> quer discutir, ou concorda? Qual a posição de V. Ex<sup>a</sup>?

V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu não estou entendendo, Presidente, que história é esse de acordo de Líder.

A Bancada do PMDB não se reuniu para que o Líder tomasse uma decisão em nome da bancada. No plenário, diante de todos os Senadores, nós tomamos uma posição. Eu fico aqui imaginando: será que os Líderes vão substituir o plenário da Comissão de Constituição e Justiça? Não estou entendendo que mecanismo autoriza um acordo de Líderes passar por cima da Comissão de Constituição e Justiça. Não me parece muito lógico isso; parece-me um absurdo total. Aliás, o Congresso, depois que instalou a votação eletrônica, devia ter liquidado essa história de acordo de Líder. Os Parlamentares aqui, os Senadores, todos têm o mesmo direito de votação de qualquer Líder, e esse atropelamento é extremamente antipático, e eu não vejo como possa ter acolhimento no Regimento.

Agora, de outra forma, Presidente, a proposta é uma proposta boa: ela ajuda o País, ela viabiliza a retomada de investimentos a partir dos Estados, das unidades da Federação.

De minha parte, além do apoio que eu dou ao parecer do Senador Luiz Henrique, há um projeto meu que autorizava ao Governo, em vez de cobrar as dívidas dos Estados e Municípios, que montasse um programa de projetos aprovados, e os Estados e Municípios, em vez de pagarem a União, estariam realizando obras no Brasil inteiro, o que fomentaria a retomada do círculo virtuoso do desenvolvimento econômico. Não consigo entender, do ponto de vista lógico, do interesse nacional, a oposição que o nosso Governo está fazendo a esta singela proposta de mudança dos índices. Não ajuda o País, não ajuda o Governo da Presidente Dilma.

E essa história de Líderes falarem pelos Senadores me aborrece profundamente. Fica aqui o meu protesto.

A Bancada do PMDB, a não ser que o Senador Luiz Henrique ou o Senador Pedro Simon me informe o contrário, não se reuniu para tomar posição alguma.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permita-me um aparte, Senador?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Como não?

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Apenas para apoiar V. Ex<sup>a</sup> nessa chamada ditadura da Liderança.

Seria bem fácil dispensar todos os Senadores, os Líderes viriam aqui e decidiriam como o Senado iria manifestar-se. Aí, nós reduziríamos, inclusive, gastos, custos e coisas desta natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos continuar discutindo, parece.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sem dúvida alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Aliás, há um projeto de resolução que eu encaminhei à Mesa, com 55 assinaturas, se eu não me engano, estabelecendo a distribuição automática de relatorias, para acabar também com esse monopólio de quatro, cinco Senadores nas relatorias de todas as matérias importantes.

Esse domínio de minoria no Senado, em contacto com o Governo, suportado na fisiologia em que vive o Congresso Nacional, tem de acabar. Eu fico profundamente indignado. Eu não vim aqui com o voto dos Senadores do Paraná para aceitar orientações de Liderança que sequer discutiram com suas bancadas.

Eu acho que nós tínhamos que colocar em votação isso de uma vez por todas. Acredito que a retroatividade poderia ser suprimida, porque parece que essa é a posição da Presidente Dilma, mas o projeto é bom para a Dilma, é bom para o Brasil e não têm sentido nenhum esses acordos de Liderança. O que estão negociando atrás disso, Sr. Presidente? Ministérios? Cargos? Por que essa paralisação? É a indagação que eu deixo ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É preciso esclarecer, Senador Roberto Requião, e V. Ex<sup>a</sup> foi oportuno quando discutiu essa matéria, que o Senador Luiz Henrique está apresentando hoje um relatório acerca das duas emendas. Cabe a qualquer um dos Srs. Senadores o pedido de vista – ou vista individual, ou vista coletiva, na forma do Regimento Interno da Casa. Todavia, ontem, o Senador Luiz Henrique me apresentou uma proposta de que haveria a leitura do seu relatório e um pedido de vista coletivo, na forma regimental, para que o processo pudesse voltar, imediatamente, na primeira reunião útil desta Comissão. Então, o acordo, o entendimento, foi exatamente entre o Senador Relator e algumas Lideranças ouvidas pelo Senador Relator a respeito dessa matéria.

Eu apenas estou cumprindo o que me foi sugerido como um entendimento da maioria daqueles que pensam. Se V. Ex<sup>as</sup>, por exemplo, não pedirem vista, Senador Requião, nesta matéria, nós podemos votar hoje.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Claro. Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós vamos votar hoje; não tem nenhuma dificuldade. Eu apenas estou relatando o que me foi sugerido pelo Senador Luiz Henrique.

Continua em discussão. Vamos abrir o processo de discussão agora. *(Pausa.)*

Em discussão, Senador Aloysio e Senadora Gleisi.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento. Sr. Presidente, primeiro, reforçar aquilo que o senhor coloca a respeito desse processo; segundo, quero pedir vista do processo. Segundo, quero pedir vista do processo e deixar aqui já formalizado o pedido de vista. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser conceder vista coletiva, pode fazê-lo, mas é um direito regimental de qualquer Senador solicitar vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vista coletiva.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em relação a isso, é óbvio que esta Comissão tem autonomia para discutir sobre a matéria antecipadamente sem ser no dia em que vai ser votada, mas eu queria fazer um apelo à Comissão: dada a extensão da pauta que nós temos, já que vai ter vista, que nós possamos fazer essa discussão no dia 12, com a presença de todos os Senadores e possamos adiantar a pauta.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente., pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos lá. A vista coletiva já foi concedida. Agora, as matérias, as falas serão pela ordem, se for solicitada.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Eu sou Líder de Bancada, eu não participei de acordo, mas V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão: o pedido de vista é regimental, e esse direito já foi exercido.

Apenas um comentário. O Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, diante da notícia de que havia sido adiada a votação dessa matéria, longamente amadurecida no Senado, que contou com o apoio e com o estímulo do Governo Federal, quando tramitou na Câmara e quando tramitou no Senado, o prefeito denunciou a manobra de uma elite egoísta, de uma elite argentária que estaria adiando a votação de uma matéria importante e, com isso, sufocando a Prefeitura de São Paulo.

Está-se vendo, agora, o nome dessa elite argentária, dessa elite egoísta que está sufocando a Prefeitura de São Paulo: o PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos lá. Pela ordem, solicitação do Senador Ricardo Ferraço, Senador Suplicy, e iremos ao Item nº 1 da pauta.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu pedi pela ordem, também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Valadares.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para um esclarecimento. Enquanto a vista está concedida, nós podemos emendar o projeto? Ou não cabem emendas? A Mesa informa que não cabem emendas ao projeto enquanto ele não for liberado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão em tirar essa dúvida. Nós estamos apreciando emendas do Plenário apresentadas ao projeto. Então, não cabe aqui a nenhum de nós emendar ou fazer uma subemenda à emenda de Plenário apresentada.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o Relator, se desejar, pode fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator, no exame das emendas de Plenário, pode alterar.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu digo isso, Sr. Presidente, caro e estimado...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> vai discutir, Senador?

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, vamos....

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim, se V. Ex<sup>a</sup> me conceder a palavra, vou.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com certeza absoluta.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Eu digo isso porque quero chamar a atenção do meu ilustre amigo, querido, importante Líder político deste País, Senador Luiz Henrique, ex-Governador e ex-Ministro, para a importância de duas questões relacionadas no Parecer de V. Ex<sup>a</sup>. E eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse refletir. Um diz respeito à retroatividade, a necessidade e a coerência de mantermos a retroatividade nesse projeto, porque, na prática, é preciso a observação de que, à época em que foram feitas, essas renegociações foram altamente benéficas a Estados e Municípios. Naquele momento, foi altamente be-

néfica a Estados e Municípios. Por isso, os Estados fizeram esses acordos, por isso os Estados repactuaram as suas dívidas.

Naquele momento, a União se endividou em R\$100 bilhões, naquele momento há 15 anos. Se trouxermos esses valores para o presente, é provável que esses valores cheguem a R\$250 bilhões. Esse é o tamanho do ônus que a União assumiu para que o Plano Real, àquela época, pudesse agregar, incorporar, apropriar-se de todos esses esqueletos. E, naquela ocasião, é verdade que alguns poucos Estados brasileiros, em detrimento de um conjunto hegemônico de Estados brasileiros, foram àquele momento beneficiários.

De lá para cá, alguns Estados fizeram o dever de casa. Equilibraram as suas contas como é o caso do meu Estado, o Espírito Santo...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Como é o caso do Estado do Ceará.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Que não é beneficiário dessa renegociação que está sendo feita, apesar de considerar que é uma renegociação adequada e importante, porque se trata de um equilíbrio econômico e financeiro em razão da mudança estrutural do nosso País.

Quanto à questão da retroatividade, parece-me que deveria refletir melhor se não seria o caso de retirarmos essa retroatividade desse projeto.

A outra questão para a qual quero chamar a atenção é que essa renegociação vai abrir espaços para que novas dívidas possam ser criadas, e que esse espaço para novas dívidas só pudesse ser criado para Estados que se comprometessem em fazer dessas dívidas investimento para que não endividássemos de novo os Estados brasileiros, não observando a boa qualidade das operações de crédito.

Então, eu gostaria de aprofundar um pouco o debate com V. Ex<sup>a</sup>, pela experiência que tem, pelo bom Governador que tem, para que não perdêssemos a oportunidade, sob pena de, daqui a alguns anos, termos de renegociar novamente, porque os Estados vão poder se endividar mais, e nós não estamos criando premissas nesses novos endividamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., Senador.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Que se endivida, mas que se faça o endividamento com qualidade e que esse endividamento esteja direcionado apenas para investimento, e não para ampliação do custeio das máquinas públicas, que não prestigiam e que não priorizam o interesse do contribuinte brasileiro, que está a necessitar, inclusive, de maior volume de poupança, para que possamos superar um conjunto infundável de gargalos em nosso País.

É essa a manifestação que faço, Sr. Presidente, ao Relator Luiz Henrique, pela competência, pela experiência, para que ele, nos debates nesta Comissão e depois na Comissão de Assuntos Econômicos, faça um aprofundamento desses rumos que estaremos tomando aqui, porque, uma vez votado aqui, estaremos autorizando os Estados e Municípios a se endividarem, e é preciso que eles se endividem para fazer investimento, e não para ampliarem as atividades meio.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador Ricardo Ferraço pediu a palavra pela ordem para sugerir alterações ao relatório do Senador Luiz Henrique, não para discutir, porque a discussão está adiada para a próxima sessão, em virtude do pedido de vista coletiva.

Eu sugiro aos senhores que para usar da palavra pela ordem tenho inscritos o Senador Suplicy, o Senador Valadares e o Senador Inácio Arruda...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Serei breve, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A discussão estará postergada para a próxima sessão. Se houver alguma sugestão, como fez o Senador Ferraço, ao Senador Relator, que seja feita de forma breve. Nós temos uma pauta com 27 itens, e tenho certeza de que todos querem colaborar para hoje tenhamos uma pauta produtiva.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – A minha sugestão é que, até o dia 12, possa haver novo diálogo com o Ministro Guido Mantega com os Governadores todos interessados, o próprio Prefeito Fernando Haddad, para quem a aprovação desse projeto é de vital importância. É a recomendação que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Valadares, por favor.

Depois, Senador Arruda. Aí, V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Presidente, sei que V. Ex<sup>a</sup> tem como prioridade a votação o mais rapidamente possível do Projeto de Lei nº 37, de 2013, que trata da criação do Sisnad, que é o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. No ano passado, ao final da sessão legislativa, nós lemos um relatório. Falta, então, V. Ex<sup>a</sup> pautar a matéria para meados de março, como ficou acertado entre as lideranças pertencentes a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Exatamente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, eu gostaria de saber por que, no dia 12, já temos essa matéria importante. Talvez não seja o dia mais conveniente. Que seja na quarta-feira depois do dia 12.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A última quarta-feira de março, Senador Valadares. A última quarta-feira de março. Fica combinado. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A última quarta-feira de março. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> também.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> fez um trabalho belíssimo à frente desse projeto. Dia 26. Confirmado.

Senador Arruda, pela ordem V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Primeiro, para reforçar o argumento utilizado pelo Senador Ferraço. Eu sou de um Estado – eu, Pimentel, Senador Eunício – pobre, que tem dificuldades, que renegociou a dívida, que ficou com a corda no pescoço durante um período largo. Para nós, insustentável. Mas pagamos a dívida. Pagamos a dívida para ter meios e condições de fazer um projeto, pensar um projeto de desenvolvimento num período mais largo. Senão, não teríamos condições nenhuma de fazê-lo.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Permite-me um aparte?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Pois sim.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O meu Estado, o Estado de São Paulo, teve a sua dívida mobiliária renegociada. Esse processo de renegociação foi vital para estabilização da economia brasileira. Sem isso, a economia brasileira já teria ido para o buraco há muito tempo.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Permite-me, Senador Aloysio? Junto com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Exatamente.

Agora, o meu Estado, assim como a Prefeitura de São Paulo tem pago, sim. O problema é que, dada a mudança da condição econômica, dos parâmetros da condição econômica, quanto mais paga, mais deve. Entendeu, Inácio? Quer dizer, nós estamos pagando.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro. Mas veja...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Agora, o problema é que quanto mais paga, mais deve. Isso tem que acabar.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O problema, Senador, é que quem pagou a dívida pagou nessas condições draconianas. Esse é que é o problema. Eu também paguei nessas condições draconianas no meu Estado, miseráveis. Mas pagamos. Por isso, é a proposta do Senador Ferraço que eu quero que o relator considere, porque eu não posso apresentar emendas, o Senador Ferraço não pode apresentar emendas, e só o relator pode fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É verdade.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Se nós não estivermos presentes, e o relator chegar aqui e, na hora de votar, acolher essa sugestão, eu não vou ter como fazer. E o meu Estado não vai ser prejudicado porque já pagamos a dívida, mas não vai ter atendida uma reivindicação. A proposta do Senador Ricardo Ferraço, que ele acabou de apresentar, é que vinculemos a negociação a investimentos.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Cada financiamento deve ser aprovado pelo Senado. Cada financiamento passa por aqui. Então, muda a Constituição.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro, mas nós temos que garantir isso aqui na nossa negociação. E não deixemos de colocar à Mesa, porque isso eu coloquei no plenário do Senado, a questão do comércio eletrônico, que está na Câmara. Mas nós honramos isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É verdade.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, precisamos tratar desta questão, que, para nós, é muito importante no Estado do Ceará.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos à oitiva.

Obrigado, Senador Inácio.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só uma palavra rápida, para responder ao Senador Ferraço. Ponto primeiro: qualquer emenda que nós aprovarmos, vai determinar a volta desse projeto à Câmara dos Deputados. Eu acabei de ler, não sei se o Senador Ferraço estava aqui, um documento subscrito por todos os Secretários de Fazenda, inclusive do Espírito Santo, pedindo que aprovemos sem emenda o projeto, para que ele não volte à Câmara e não tenha o seu processo de deliberação procrastinado. Segundo, aquilo que o Senador Aloysio acaba de falar, quer dizer, novo endividamento, primeiro passa pelo crivo da Fazenda. Segundo, passa por uma decisão do Senador. Quer dizer, os Estados não terão liberdade de reendividarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ok. Vamos ao item 1 da pauta.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu só queria solicitar a inclusão de um item na pauta, da Mensagem nº 8, de 2014, da Srª Presidente da República, que encaminha o nome do Sr. Néfi Cordeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça na vaga destinada a juiz dos tribunais federais.

Eu gostaria de ler hoje o relatório para que pudéssemos fazer a sabatina no próximo dia 12.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., não há objeção do Plenário. Vamos ler o relatório ao final de todos os itens de pauta por ser matéria extrapauta.

#### ITEM 1

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, de 2013

- Não terminativo -

#### **Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.**

**Autoria:** Cristovam Buarque, Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, José Agripino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Osvaldo Sobrinho, Paulo Bauer, Paulo Paim, Pedro Simon, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg, Ruben Figueiró, Sérgio Souza, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro

**Relatoria:** Pedro Taques

**Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos que apresenta.

Sr. Relator, com a palavra.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes da leitura, conversei agora com o Senador Cristovam, e eu não gostaria de fazer um debate importante como esse sem a sua presença aqui.

O Senador Cristovam não se encontra no Senado, está em atividades parlamentares fora do Senado, mas, ao que consta, existirá um pedido de vista. O Senador Aloysio pedirá vista para que S. Exª esteja presente no momento do debate.

Mas, mesmo assim, faço a leitura do relatório.

Trata-se de projeto de decreto legislativo apresentado pelo eminente Senador Cristovam Buarque com o propósito de convocar a realização de consulta plebiscitária ao eleitorado brasileiro, a se realizar simultaneamente com as eleições gerais deste ano de 2014.

Tal consulta consiste na seguinte indagação, a que o eleitor deve responder sim ou não:

*- a educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do governo federal?*

Essa é a indagação.

O plebiscito é convocado nos termos dos dispositivos constitucionais e legais pertinentes, o art. 49, inciso XV, da Constituição, e da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Conforme a proposição, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência ao Tribunal Superior Eleitoral, (TSE) da convocação do plebiscito. Este Tribunal se incumbirá de tornar pública a cédula respectiva, expedir instruções para a realização do plebiscito e assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa, concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torna da matéria em questão para a divulgação dos postulados referentes ao tema sob consulta.

Não foram oferecidas emendas à proposta.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Não existem dúvidas, a nosso juízo, quanto à constitucionalidade formal da proposição que ora se examina. Com efeito, o projeto de decreto legislativo é a espécie normativa adequada para veicular a norma jurídica que determinará a realização de um plebiscito, uma vez que se trata do exercício de uma competência privativa do Congresso Nacional, conforme o determina, em seu art. 49, inciso XV, da Constituição.

O mesmo se pode afirmar quanto à juridicidade do Projeto de Decreto Legislativo sob análise: a proposição inova o ordenamento jurídico, é genérica e abstrata, além de cogente. Ademais, harmoniza-se com os princípios gerais do direito e com os princípios do direito pertinente, o eleitoral.

Quanto à constitucionalidade material, há que referir que a Federação, cláusula material inalterável, não será maculada pela realização do plebiscito, pois o seu resultado apenas implicará rearranjo do pacto federativo definido nos marcos constitucionais, mas não uma violência quanto a esse princípio da Carta Magna.

Ademais, homenageia-se, aqui, de forma enfática, o princípio da soberania popular, quando se confere à população, fonte primeira e primária do poder político, nos termos e na forma de nossa democracia participativa, a atribuição, a responsabilidade e o poder de definir regra de competência constitucional sobre matéria cuja relevância é reconhecida por todos, a educação.

Lembremos, pois, do surgimento da democracia direta na Grécia.

Em nossa Constituição, como sabemos, o art. 1º, parágrafo único, contempla a chamada democracia semidireta, uma vez que o poder político pode ser exercido diretamente pelo seu titular – o povo – ou por meio de seus representantes. Para exercício direto desse poder, a Constituição, em seu art. 14, contempla...

Sr. Presidente, não estou conseguindo ouvir a minha voz aqui.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – ...ou por meio de representantes.

Para exercício direto desse poder, a Constituição, em seu art. 14, contempla três instrumentos de participação do povo na condução da vida política do Estado brasileiro, quais sejam: a) o plebiscito, b) o referendo e c) a iniciativa popular.

Trata-se de instrumentos, que apesar da pouca e excepcional utilização, são de suma relevância no aprimoramento do modelo de governo democrático estatal, sem contar o consequente estímulo à participação popular na atividade política notadamente em temas em que há sintonia com o cotidiano e conhecimento comum dos cidadãos.

Aliás, como destaca o constitucionalista português Canotilho, há uma tendência atual de ampliação das formas de participação direta dos cidadãos na política, de modo que o sistema representativo passa a conviver com esses instrumentos. Não se trata, simplesmente, de se defender a superação da democracia representativa, mas de concretizar instrumentos pelos quais representantes e representados possam ser aproximados.

Paulo Bonavides, um dos maiores constitucionalistas do Brasil, cearense, Senador Pimentel, Paulo Bonavides, justifica, com perfeição, essa necessidade de participação popular cada vez maior ao afirmar que – abro aspas: “na escalada da legitimidade constitucional, o século XIX foi o século do legislador, o século XX o século do juiz e da justiça constitucional universalizada; já o século XXI está fadado a ser o século do cidadão governante, do cidadão povo, do cidadão soberano (...)”.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só um pouquinho, Senador Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está havendo um ruído muito, muito forte aqui dentro. Fica difícil ouvir o Relatório do Senador Pedro Taques. Eu peço a compreensão de todos para que possamos ter um trabalho com maior produtividade aqui, com todos podendo ouvir, completamente, o Relatório do Senador Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, como, ao que consta, para alguns, se trata de um tema desimportante, eu já vou direto ao voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto.

É o Voto.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em discussão a matéria, Senador Aloysio Nunes.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o Senador Cristovam Buarque encontra-se ausente, em missão parlamentar, e ele me pediu que solicitasse vista para que ele pudesse estar aqui quando da deliberação da matéria.

Então, eu peço vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vista concedida ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vista coletiva concedida.

Vamos ao Item nº 2 da pauta.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, eu pediria à Mesa que verificasse a possibilidade de uma inversão de pauta. Há um projeto de emenda à Constituição de minha autoria que diz respeito à fixação de mandatos dos Ministros do Supremo Tribunal e à modificação de...

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Podemos fazer, imediatamente...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ...critérios de escolha.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Podemos fazer imediatamente após o Item nº 2?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Item nº 2 da pauta.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Presidente, esse próximo item, que é o Item nº 2, trata, dispõe sobre a destruição de drogas apreendidas, e o Relator é o nobre Senador Humberto Costa.

Esse projeto vem da Câmara dos Deputados, da autoria do Deputado Lincoln Portela. Eu gostaria de sugerir ao nobre Relator, até para efeito de economia processual, que este projeto fosse anexado ao PL nº 37, já que ele chegou aqui depois que o PL nº 37 ingressou na Casa. Isto é, o PL nº 37 chegou aqui, na Comissão, primeiro do que este, e os termos aqui utilizados para a destruição de drogas são, exatamente, os mesmos do projeto de lei antidrogas, da lei sobre drogas que iremos discutir no dia 26.

Então, eu consultaria o nobre Relator, já que devemos ter atenção ao Deputado que apresentou esse projeto lá na Câmara, se seria melhor, já que eles se assemelham – os termos são exatamente iguais aos do PL nº 37, só que o PL nº 37 é mais amplo a respeito desse assunto –, que fizéssemos uma anexação, fizéssemos o apensamento dessa matéria ao PL nº 37.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Valadares, a tramitação conjunta é de responsabilidade e competência da Mesa do Senado, a Mesa Diretora.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª está fazendo um apelo ao Senador Humberto Costa. V. Exª é Relator de uma matéria, digamos, correlata, pelo que V. Exª analisou, à do Senador Humberto Costa. V. Exª faz um apelo para que possamos, pelo menos, tratá-la, se não apensá-la, no mesmo dia. Ouço o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, entendo perfeitamente a preocupação que tem o Senador. Acho, inclusive, conceitualmente correta a demanda que ele faz. Eu só queria fazer um apelo a S. Exª no sentido de compreender a seguinte questão: esse é um tema de extrema gravidade. Nós estamos acostumados a acompanhar pelos jornais, pela televisão, notícias de que uma delegacia de polícia que armazenava quilos de cocaína foi invadida por bandidos, de cocaína que desapareceu da delegacia porque policiais corruptos fizeram a subtração para negociar com traficantes. Eu acredito que esse é um tema da mais absoluta unanimidade entre nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É verdade.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PL 37, com certeza, vai ser discutido e votado aqui e vai voltar para a Câmara. Como esse projeto aqui é terminativo nesta Comissão, nós poderíamos ter, já nesse aspecto, uma nova legislação vigendo daqui a 30 dias, por exemplo. Então, eu faria esse apelo a S. Exª, no sentido de que, como isso não é um tema que vai interferir profundamente na discussão do PL 37, pudéssemos votar e ter isso vigendo a partir de então.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pois não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Um aparte ao pela ordem do Senador Humberto Costa. Não, um aparte ao pela ordem do Senador Valadares, respondido pelo Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – É a democracia dialógica, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aqui é assim. Fique à vontade...

Bom, vamos organizar a festa. O Senador Humberto Costa já se posicionou. Senador Valadares, V. Exª concorda com as argumentações, até porque a matéria está em pauta? V. Exª permite que nós comecemos a votação?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Acredito, para efeitos práticos, que a argumentação do Senador Humberto Costa tem toda a procedência, mas não tenho certeza se haverá unanimidade quanto à aprovação desta matéria, neste momento. Quanto a mim, não há problema nenhum, Senador Humberto Costa. V. Exª deve ter consultado inclusive o Ministério da Justiça.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O apensamento pode ser pedido posteriormente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – V. Exª deve ter consultado, inclusive, o Ministério da Justiça, deve ter sido ouvido.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Tem o meu pela ordem ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a sensibilidade. Esse cidadão, Senador brasileiro pelo Estado de Sergipe, é um homem de rara sensibilidade. Agradeço, porque, como disse o Senador Humberto Costa, vamos ter o sistema que ele está relatando, que certamente voltará à Câmara como Casa revisora. E essa matéria é de aguda necessidade.

Senador Pedro Taques, pela ordem.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. É de vital importância.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Eunício, meu Líder, seja bem-vindo!

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, apenas para entender a preocupação do Senador Humberto Costa, esse projeto é muito importante. Não que ele não pudesse ser debatido junto ao projeto que o Senador Valadares está relatando, de forma brilhante, como sói acontecer. Mas a apreensão de substância entorpecente é um problema seriíssimo para as delegacias, para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, sobretudo para a Polícia Federal. Isso tem custo, isso tem implicações de deslocamento de efetivo para fazer a guarda, daí a necessidade da aprovação ou do debate ao menos. Não sabemos ainda o voto desse projeto neste instante.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

Item 2 da pauta

## ITEM 2

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, de 2013

- Não terminativo -

**Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas, e dá outras providências.**

**Autoria:** Lincoln Portela

**Relatoria:** Humberto Costa

**Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do que apresenta.

Com a palavra, V. Exª.

Vamos votar rapidamente. V. Exª já sintetizou.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu queria, antes de fazer a leitura do meu relatório, levantar uma questão que deve ser objeto da nossa reflexão. Não sei como abordar, mas, diante de tantas mentes iluminadas que temos aqui neste Senado e nesta Comissão, quem sabe possamos encontrar um caminho. Fiquei profundamente impressionado com uma notícia que recentemente saiu, relativa a um cartório existente no Estado do Rio de Janeiro que era depositário de um arsenal, me parece, de mais de 300 armas apreendidas. Metralhadoras, fuzis eram exatamente ali armazenados com o mesmo objetivo de que trata essa lei, ou seja, de resguardar as provas do crime. Não sei de que maneira se poderia pensar porque, no caso, o que aconteceu é que essas armas desapareceram ao longo do tempo.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É outro projeto?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não sei se alguém poderia pensar um pouco sobre alguma alternativa em relação a isso, mas acho que seria bom que pensássemos.

Pois, bem, na verdade, esse projeto é de autoria do Deputado Lincoln Portela e tem por objetivo alterar a redação do art. 72 da Lei nº 11.343, determinando a incineração de drogas apreendidas, observados os procedimentos que estabelece.

No que respeita à constitucionalidade formal, não há vício de iniciativa na proposição, visto que encontra fulcro no art. 22, I, da Constituição Federal, que prevê ser competência privativa da União legislar sobre Direito Penal e Processual, e nos arts. 48, *caput*, e 61, *caput*, da Constituição, visto que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União.

Pela redação atual do art. 72 da Lei nº 11.343, de 2006, as drogas apreendidas só poderão ser destruídas após o encerramento do processo judicial, tornando as delegacias ou depósitos policiais nos quais são estocadas alvo preferencial de criminosos. Para evitar essa situação, o projeto estatui que, no prazo de trinta dias, a autoridade policial, observados os procedimentos estabelecidos (autorização judicial, presença do Ministério Público, vistoria do produto no ato de incineração etc.), deverá incinerar a droga apreendida, preservando apenas a quantidade necessária para eventual elaboração de contraprova, se houver questionamentos pela defesa, no curso do processo penal.

Os estabelecimentos judiciais de estocagem de drogas apreendidas claramente não têm estrutura para suportar o armazenamento de cargas por tão longo prazo. Assim, mostra-se conveniente a medida de obrigatoriedade de incineração das drogas apreendidas, no prazo máximo de 30 dias, contados da data da apreensão, para desafogar tais estabelecimentos e evitar eventuais desvios feitos com objetivo de destruir prova do processo penal e furtos cometidos por criminosos ou por policiais corruptos com fim de negociar a droga com o traficante.

A proposição ainda estabelece um procedimento que não prejudica o processo penal. Ao prever a incineração da droga apreendida com a preservação de quantidade necessária para eventual elaboração de contra-prova, assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa dos acusados, ao mesmo tempo em que dá maior segurança ao procedimento que permitirá a rápida destruição de grandes quantidades de drogas apreendidas.

Portanto, Sr. Presidente, meu relatório é pela aprovação do Projeto em tela.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador Humberto Costa, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques, Senador Eduardo Braga... *(Pausa.)*

Senador Valadares.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, apenas para complementar o Senador Humberto Costa e sugerir, ousando sugerir, uma alteração na redação do art. 32, que diz que “as plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária”. A sugestão é “na forma do art. 50-A”, porque senão ficaria sem sentido. E também, no art. 50-A, que diz:

Art. 50-A. A destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

Agora, a redação que estou sugerindo é “...laudo definitivo, aplicando-se, no que couber, o procedimento dos §§3º e 5º do art. 50.”, senão ficaria aqui sem sentido.

Penso que essas emendas de redação não trarão prejuízo ao todo do projeto.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Acato integralmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

Com a palavra, o Senador Eduardo Braga, para discutir a matéria.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar pelo trabalho o nosso Senador Humberto Costa, que apresenta um relatório sobre uma matéria extremamente pertinente, até pelo volume que há hoje de apreensão de drogas. É preciso que o Brasil se adapte e evolua nessa questão.

Agora, quero também aqui fazer um destaque e uma referência importante sobre o trabalho que o Senador Valadares vem desenvolvendo nessa área. Quero dizer que as colocações feitas pelo nosso Líder Humberto Costa são importantes. Há a necessidade de uma operação cada vez mais transparente, cada vez mais eficiente na destruição de drogas. Mas não se pode deixar de reconhecer esse trabalho importante que o Senador Valadares vem fazendo, amplo, que, inclusive, fará com que outras questões pertinentes ao mesmo tema também possam ser atendidas pelo seu PLC.

Portanto, quero aqui deixar registrado isso, cumprimentar pelas sugestões o Senador Pedro Taques e dizer que apoiamos e recomendamos o voto favorável ao parecer como foi apresentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Valadares, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de agradecer a gentileza das palavras aqui pronunciadas pelo Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, reconhecendo publicamente o trabalho que este Relator vem realizando ao longo da tramitação do Projeto de Lei nº 37, de 2013, no Senado Federal.

Também quero me congratular com o Senador Humberto Costa, que vem dar celeridade, com o seu relatório, a uma questão sumamente importante, grave e delicada sobre a incineração de drogas que são depositadas nas delegacias e que, muitas vezes, mal guardadas, podem servir aos traficantes ou aos consumidores de drogas.

Quando da elaboração do nosso relatório, que foi lido nesta Casa, referente ao Projeto de Lei nº 37, nós recebemos da Polícia Federal sugestões voltadas para este assunto, o da incineração das drogas. E o projeto que ora estamos discutindo vem na mesma direção. Só que o nosso projeto, devido as mudanças que serão feitas ao longo do processo, não só nesta Comissão, como nas demais outras Comissões, terá de voltar, logo após a votação pelo Plenário, à Câmara dos Deputados.

Sendo assim, o Senador Humberto Costa está, vamos dizer, cortando etapas, evoluindo mais rapidamente nessa questão, para atender a uma preocupação dos órgãos institucionais, do Governo Federal e também dos governos estaduais.

A minha palavra é, portanto, de apoio integral à proposta relatada pelo Senador Humberto Costa, já que, sem dúvida alguma, ela vem se harmonizar com o pensamento do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e de todos nós que compomos esta Casa, que, sem dúvida alguma, neste momento, está muito preocupada com o recrudescimento do consumo de drogas em nosso País, notadamente com a evolução do *crack*, inclusive, no Nordeste do País, que, hoje, é o maior consumidor de *crack*. A apreensão dessas drogas pelas delegacias tem de gerar uma resolução, a mais rápida possível, por parte do juiz, autorizando a Polícia a fazer sua incineração.

Portanto, meus parabéns ao Senador Humberto Costa!

Meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Moka. Depois, falará o Senador Ricardo Ferraço. Por fim, o Senador Humberto Costa dará tratos finais ao seu relatório.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Presidente, vou ser muito objetivo. Quero dar o testemunho do que ocorre no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, que faz fronteira seca com dois países. Imaginem o quanto isso lá é problemático! Então, um projeto que agilize isso, que faça com isso seja mais ágil, é, sem dúvida alguma, muito importante.

Então, quero parabenizar o Senador Humberto Costa e o Senador Antonio Carlos Valadares, que já trata do tema, mas é fundamental que a gente possa unir esses projetos, Senador Antonio Carlos Valadares, e fazer com que isso se torne lei o mais rápido possível.

É só essa a minha intervenção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Senador Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

Senador Ricardo Ferraço, com a palavra.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, atualmente, seguindo a legislação, as drogas apreendidas só podem ser destruídas após o encerramento do processo judicial, tornando as delegacias depósitos para estoque dessas drogas. O Senador Humberto Costa fez aqui uma contundente e estruturada defesa sobre a necessidade de evoluirmos para um processo menos burocrático, mais célere, que permita ao Poder Público fazer a destruição dessas drogas. E o faz com critério, com autorização judicial, com presença do Ministério Público, com vistoria do produto, e assim por diante.

O que me chama a atenção – e aí vem na direção da convergência que estamos construindo, com a colaboração permanente do Senador Valadares – é que, na prática, esse projeto tramita no Congresso brasileiro desde 2006. Vejam o quanto caduco está o Processo Legislativo brasileiro! Uma iniciativa absolutamente óbvia tramita no Congresso brasileiro há oito anos.

Quer dizer, esse tipo de debate me faz ver o quanto nós estamos precisando trazer novos ares para o debate legislativo, porque não é possível! Uma matéria óbvia como essa, que em bom tempo o Senador Humberto Costa relata, e a iniciativa aqui é para que nós possamos depois deliberar sobre isso em plenário, para que a matéria possa, enfim, se transformar em lei.

Chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup> – e compartilho isto com os meus colegas – para a necessidade inclusive de votarmos aqui, na Comissão, o projeto, que melhora e que oferece mudanças estruturais no Regimento Interno do Senado da República, visando a dar melhor e maior celeridade, para que possamos decidir sobre temas como esse de maneira efetiva.

É a reflexão que faço, evidentemente manifestando meu voto favorável ao parecer do eminente Senador Humberto Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Humberto Costa, com as emendas apresentadas, V. Ex<sup>a</sup> vai acatar as sugestões?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sim. Sr. Presidente, eu queria apenas tecer dois comentários, antes de apresentar aqui a redação das emendas.

Primeiro, acho que é importante, aqui, fazermos um reconhecimento ao Deputado Lincoln Portela, que foi o autor desse projeto de lei que entendo como extremamente relevante. Segundo, o fato de eu haver insistido em votarmos aqui, hoje, essa proposta, de forma alguma é qualquer restrição ao trabalho do Senador Antonio Carlos Valadares. Pelo contrário. Eu sou testemunha e participe do processo que ele está construindo para a aprovação do Projeto de Lei nº 37. Na verdade, nós recebemos um projeto extremamente polêmico, complexo, no meu ponto de vista, limitado, e V. Ex<sup>a</sup> abriu um diálogo não somente com os Senadores, mas com a sociedade. Trata de temas extremamente relevantes, e eu estarei, sem dúvida, participando ativamente dessa discussão e reconhecendo todos os méritos do trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, como, aliás, é regra em tudo o que V. Ex<sup>a</sup> faz nesta Casa.

Bem, Sr. Presidente, a partir das sugestões do Senador Pedro Taques, o art. 32 passará a ter a seguinte redação: *As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de Polícia Judiciária, na forma do art. 50-A, que recolherão quantidades suficientes para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.*

Quanto ao art. 50-A, passa a ter a seguinte redação:

A destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 dias, contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo, aplicando-se, no que couber, o procedimento dos §§3º a 5º do art. 50.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação a matéria.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Vista coletiva. Peço vista, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vista solicitada pelo Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Há outra sugestão aqui, de mudança de redação.

É que, no art. 32, seja: "Art. 32. As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia judiciária, na forma do art. 50, A".

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – As alterações serão feitas.

Vista concedida...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Eu vou retirar o pedido de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Amém! Amém! Eu quase caio aqui. É um projeto tão bom! Obrigado, Flexa.

Em votação, com as emendas apresentadas.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com agradecimento ao Senador Flexa Ribeiro.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Senador Humberto Costa.

O Senador Ricardo Ferraço foi fundamental.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Brevemente. Se houver concordância de V. Ex<sup>a</sup>, solicito a retirada de pauta do item 15. Eu acabo de receber algumas sugestões de emendas apresentadas pelo Senador Ricardo Ferraço e outros Senadores, e seria mais adequado examiná-las com tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Solicitada a retirada. Atendendo ao pedido de V. Ex<sup>a</sup>, sai o item 15. Sai também o item 7, da Senadora Angela Portela como Relatora; o 22 foi retirado pelo Relator, Senador Cícero Lucena; e o 27 foi retirado pelo Relator, Senador Cyro Miranda.

(São os seguintes os itens retirados:

#### ITEM 15

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2013

- Não Terminativo -

**Institui a Política Nacional de Cultura Viva, destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura, e dá outras providências.**

**Autoria:** Deputada Jandira Feghali

**Relatoria:** Senador Inácio Arruda

**Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

#### ITEM 7

### TRAMITAÇÃO CONJUNTA

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 2007

- Não Terminativo -

**Altera o art. 210 da Constituição Federal, para fixar conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, e assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.**

**Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2008  
- Não Terminativo -**

**Altera os artigos 13 e 210 da Constituição Federal, para dispor sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).**

**Autoria:** Senador Geovani Borges e outros

**Relatoria:** Senadora Angela Portela

**ITEM 22****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2004  
- Terminativo -**

**Dá nova redação ao inciso X do art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para assegurar ao usuário de serviço de telecomunicações o direito de proceder a reclamações e solicitações por meio de correspondência escrita, correspondência eletrônica, atendimento telefônico ou atendimento pessoal em postos públicos disponibilizado pela prestadora.**

**Autoria:** Senador Pedro Simon

**Relatoria:** Senador Cícero Lucena

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e pela aprovação da Emenda nº 1.

**Observações:** - Em 4/12/2013, foi lido o Relatório e adiada a discussão;

- Em 12/2/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que recebeu Parecer favorável.

**ITEM 27****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2012  
- Terminativo -**

**Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.**

**Autoria:** Senador José Agripino

**Relatoria:** Senador Cyro Miranda

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas 1-CE e 2-CE, com seis emendas que apresenta.)

Eu gostaria que a Assessoria convidasse o Senador Roberto Requião. O Senador Romero Jucá encontra-se presente. O próximo item da pauta é o de S. Exª.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Estou aqui, Sr. Presidente. O que V. Exª deseja?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª não pode faltar.

O próximo item da pauta, solicitado pelo Senador Requião, é o item 10. Foi feita a inversão. *(Pausa.)*

O Senador Requião não está presente.

Item 3, página 50.

**ITEM 3****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 2012  
- Não terminativo -**

**Altera a redação do §5º do art. 14 da Constituição Federal, estabelecendo o afastamento do cargo para o chefe do Poder Executivo que pleiteia a reeleição e dá outras providências.**

**Autoria:** Ana Amélia, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ana Rita, Angela Portela, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Jarbas Vasconcelos, João Vicente Claudino, Jorge Viana, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Sérgio Souza, Tomás Correia, Walter Pinheiro, Wilder Morais

**Relatoria:** Luiz Henrique

**Relatório:** Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta.

**Observações:** - Em 19/02/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Consulte as Sras e os Srs. Senadores sobre o eventual pedido decorrente da vista. *(Pausa.)*

Não há manifestação sobre a vista.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, eu não entendi, desculpa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador Luiz Henrique apresentou um relatório,...

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, já houve vista anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... que foi favorável à proposta, e apresentou uma emenda. Foi solicitada vista individual, que se tornou vista coletiva.

Eu consulto àqueles que solicitaram vista se têm alguma manifestação acerca do mérito dessa proposta. Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, até porque há voto em separado em relação a esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Não há? Não é o item 10 da pauta que nós estamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, é o item 3 da pauta, página 50.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Perdão, Sr. Presidente. Perdão, perdão. Era o 10, mas voltou para o 3?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É que o Senador Requião solicitou a inversão de pauta e aí...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Houve um imprevisto e nós voltamos, então, para o item 3.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não havendo manifestação, o Senador Luiz Henrique mantém o relatório nos seus termos originais.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Rapidamente, Sr. Presidente, eu apenas queria enaltecer a proposição da Senadora Ana Amélia. No âmbito da reforma política, essa é a medida mais urgente e necessária, que devemos aplicar já nas próximas eleições municipais. Quando a reeleição foi estabelecida, ela não estabeleceu a desincompatibilização dos titulares dos cargos executivos. Essa foi uma falha. Aquela lei é capenga e precisa ser aprimorada, e a Senadora Ana Amélia está propondo isso. É uma das questões mais relevantes que os candidatos à reeleição nos cargos executivos disputem o pleito em igualdade de condições com seus concorrentes. O prefeito e, principalmente, o governador têm um poder que lhes dá vantagem durante o pleito.

Por isso, é ético, é moral e eu mantenho o meu parecer, com a emenda, praticamente de redação, que apresentei e peço à Comissão que aprove esse projeto, que é da maior relevância para o aprimoramento da democracia em nosso País.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem...

Vamos discutir. Vamos discutir.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Anibal, Senador Ricardo Ferraço, Senador Pimentel e Senadora Ana Amélia

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Presidente, eu quero discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E Senador Valadares.

Senador Anibal.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu pedi...

*(Tumulto no recinto.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Presidente.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por favor, eu estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador...

*(Tumulto no recinto.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Posso participar da discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos lá.

Senador Anibal com a palavra e, depois, Senador Braga também, Senador Romero...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Luiz Henrique, eu pedi pela ordem justamente...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Inácio Arruda.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Valadares, Senador Arruda.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... porque eu me vi diante de uma série de dúvidas que o nosso Relator poderia me esclarecer.

Por exemplo, no caso de um Estado em que o governador é candidato à reeleição. Se ele se afasta, deveria assumir o vice. Caso o vice seja o seu candidato, novamente, à reeleição também, assumiria o Presidente da Assembleia. Caso o Presidente da Assembleia seja candidato, aí vai ao juiz...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E no caso dos Municípios, com mais de cinco mil Municípios...

*(Tumulto no recinto.)*

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E nos Municípios em que não há juiz?

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permite-me um aparte, Senador Anibal? Só um aparte.

Isso me parece uma novela da Janete Clair que estava muito ruim, porque as pessoas foram morrendo e, ao final, ela matou todos os personagens. Isso fica muito longe.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu quero chegar é exatamente à questão posta. Eu acho que nós temos que discutir ter ou não ter o instituto da reeleição no Brasil. Agora, se tem o instituto da reeleição, acho que a matéria está prejudicada. Agora, o que nós poderíamos debater é se acabamos ou se vamos manter o instituto da reeleição no Brasil. É isso.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Vamos aproveitar e acabar com essa reeleição.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu peço ordem a V. Exª.

Eu imagino que o assunto animou bastante a Comissão pela quantidade de pessoas...

Vamos organizar.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem.

Eu quero só fazer uma sugestão, já que vamos debater a matéria, para que a gente debatesse junto o Item 5 da pauta, que é similar, para que pudéssemos, então, já deliberar igualmente sobre os dois itens.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votá-lo imediatamente, a seguir, até porque é matéria concorrente. E o Senador Luiz Henrique também é Relator do Item 5. Essas duas matérias são de S. Exª.

A discussão, com certeza, valerá para o Item 5 também.

Eu tenho o Senador Ricardo Ferraço, José Pimentel, Eduardo Braga, Valadares, Ana Amélia, Jucá e Pedro Taques.

Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, primeiramente, quero manifestar minha inteira concordância com a proposta relatada pelo Senador Luiz Henrique, proposta pela Senadora Ana Amélia... A Senadora Gleisi também chamou a atenção de V. Exª para a necessidade de apensarmos o Item 3 e o Item 5.

Cumprimentando a Senadora Ana Amélia e o Senador Luiz Henrique, acho que ninguém melhor que o meu querido e estimado colega Senador Luiz Henrique para relatar uma matéria como essa, porque ele tem moral para isso. Duas vezes governou o Estado de Santa Catarina e duas vezes renunciou à função de governador e disputou o mandato. Na sua reeleição, ele renunciou, disputou o mandato, criando uma igualdade de oportunidade, e foi reconduzido ao Governo do Estado por obra do povo de Santa Catarina.

Então, é para cumprimentar basicamente a Senadora Ana Amélia, cumprimentar o meu querido, estimado amigo Senador Luiz Henrique e dizer que V. Exª não poderia ter sido mais feliz em designar outro Senador que não o Senador Luiz Henrique, não pelo discurso, mas pela prática inovadora quando candidato à reeleição, abrindo mão do mandato para que pudesse disputar em pé de igualdade, em condição de igualdade com seus concorrentes, sem se valer dos chamados favores da máquina pública para se beneficiar.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador José Pimentel e, depois, Senador Pedro Taques.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na aprovação da Emenda Constitucional nº 16, no Senado e na Câmara Federal – na época, eu era Deputado Federal –, o grande debate em relação à sustentação, à necessidade de se manter o mandato era exatamente porque havia, e há, uma série de Municípios que não têm comarca e, nesses Municípios que não têm comarca, a situação era muito difícil de ser resolvida. Além disso, mais da metade dos Municípios brasileiros têm apenas um juiz de Direito, e esse juiz de Direito é também o presidente do processo eleitoral municipal. E isso traria um conflito de interesses: ele ora prefeito, ora presidente do processo.

Na época, a novela já tinha passado.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Qual novela?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A da Janete Clair. Aquela a que você faz referência.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Disse-me que não foi a Janete Clair; foi o Manoel Carlos o novelista. O Senador Romero Jucá falou que foi o Manoel Carlos.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou apenas resgatando a intervenção.

A novela já tinha passado, e a ampla maioria da Câmara e do Senado entendeu que era preferível manter o direito à reeleição para enfrentar esse problema, até porque, lá também, em 97, quando aprovamos a Emenda 16, todos deixavam clara a influência que teria aquele que iria para a presidência, até porque nós sabemos como são indicados desembargadores de Justiça. É só pegarmos as notas taquigráficas e a atuação do Conselho Nacional de Justiça para compreendermos um pouco isso. E os juízes, pela democracia, pedem que seja processo eleitoral, para ser um processo mais independente. E é esse debate todo que esteve na Emenda 16.

Sr. Presidente, eu acredito que a fundamentação de 1997 que nos levou a aprovar a Emenda 16 com esse fundamento, no que diz respeito aos Municípios que não têm comarca, continua presente e nós não fomos capazes de construir uma alternativa. Por isso, eu mantenho a Emenda 16 na sua totalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Pedro Taques, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, de uma forma bem curta. A democracia exige igualdade de oportunidades, igualdade de condições no momento da largada. Na chegada, vai depender da competência, vai depender das qualidades daquele que participa do processo democrático.

Presidente da República, não interessa quem seja o presidente da República ou o partido dele; não interessa, essa é uma questão de Estado, não é uma questão de governo. Nós mudaremos a Constituição se for aprovada, independente de quem exerça a Presidência da República no momento. presidente da República, governadores, prefeitos, se vão à reeleição, essa reeleição se apresenta comprometida no que existe de mais caro, de mais precioso na democracia, que é a igualdade no processo democrático.

Aquele que vai à reeleição tem vantagens, e nós todos reconhecemos essas vantagens. Não estou a dizer, Sr. Presidente, que essas vantagens sejam utilizadas de forma ilegal; não vou chegar ao mérito desse debate. Até poderíamos fazê-lo se assim fosse o desejo desta Comissão. Eu estou discutindo a tese. Nós não temos uma igualdade no processo democrático. Essa interpretação histórica, por ocasião do debate da Emenda 16, de 97, trazida pelo Senador Pimentel, é valiosa, é uma interpretação histórica. Mas nós não podemos partir da exceção para a regra, da exceção para a regra. A regra é Presidente, governadores, prefeitos. Nós precisamos dar a igualdade no processo democrático. Sem esse afastamento, não há igualdade.

Inclusive, também foi debatido por ocasião da Emenda nº 16, de 1997, se não houve um equívoco em não se estabelecer o afastamento, tanto que, em relação aos dispositivos do art. 14, um deles, um dos parágrafos não foi alterado, e a doutrina constitucional entende que foi por esquecimento.

O professor de Direito Constitucional Michel Temer – não o Vice-Presidente da República, mas o professor de Direito Constitucional Michel Temer –, no seu livro *Elementos de Direito Constitucional*, debate isto, o chamado princípio da continuidade do serviço público. Ele defende a manutenção em razão desse princípio da continuidade. Mas este não é o bastante, o princípio democrático da igualdade.

Vou votar favoravelmente a esta proposta, em nome da igualdade de oportunidades na democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu eminente, caro e dileto amigo, Senador Luiz Henrique, Relator desta matéria, eu queria dizer que sou contra a reeleição, por princípio. Fui governador por oito anos, disputei reeleição e sou contra por convicção. Por quê?

Porque, Senadora Ana Amélia, o afastamento ou a renúncia do titular será mais uma discussão de negociação entre o governador, o vice-governador e o presidente da assembleia. Ora, se o nosso interesse aqui é garantir transparência, independência do pleito, precisamos ter coragem de votar contra a reeleição, e não arrumarmos essa solução que não resolverá.

Isso criará, aí, sim, meu caro Pedro Taques, uma novela, e uma novela triste, em que o principal motivo é uma negociação, que não é correta. Quando o povo elege o governador e o vice-governador, é para que o vice-governador o substitua na vacância, na vacância, e não para que ele seja governador em caso de renúncia. Aqui, estamos estabelecendo uma renúncia obrigatória.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permita-me um aparte, Senador.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Claro!

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Alguns dizem que o vice-presidente, o vice-governador e o vice-prefeito têm uma denominação. Hoje, com o avanço tecnológico, eles são denominados de “S. Ex<sup>a</sup>, o inútil”. Hoje, não há necessidade do vice-governador, em razão do avanço das comunicações, do avanço dos transportes. Isso existiu em outro momento histórico. Esse é um ponto.

Agora, quero manifestar também a concordância com V. Ex<sup>a</sup>: sou totalmente contrário à reeleição. A nossa história constitucional não calha com reeleição em razão até do processo cultural. Podemos copiar a Constituição dos Estados Unidos, mas não copiamos a sociologia, a cultura americana.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Bom, eu queria, Sr. Presidente, para concluir, dizer que não creio que o vice-presidente, o vice-governador e o vice-prefeito sejam inúteis. Desculpe, meu querido Pedro Taques. Tenho uma opinião diferente. Primeiro, a tecnologia não impede a morte. Segundo, diante da falta do titular, nós criaríamos inseguranças jurídicas durante determinado período, porque, ou um deputado que foi eleito assume para governar, para convocar uma eleição com determinado prazo, e isso custa dinheiro para o povo brasileiro... Eleição é feita com dinheiro público. Não há voto majoritário, como disse o Senador Requião.

Portanto, eu quero dizer que sei o espírito da nossa Senadora Ana Amélia quando preparou e produziu este projeto. Entendo perfeitamente a lógica do Senador Luiz Henrique, mas digo aqui, na posição de quem já foi governador oito anos, que é contra o instituto da reeleição... Eu sou contra e estou deixando claro aqui; existem declarações públicas minhas quando eu era governador sobre o tema. Também acho que quatro anos é pouco. Acho que teria de ser um mandato de cinco anos, para que não houvesse reeleição, ou seis anos. Acho que quatro anos é pouco, mas tinha de acabar o instituto da reeleição.

Eu, lamentavelmente, quero aqui pedir licença ao meu grande guru, mentor em muitas questões nesta Casa e à nossa eminente Senadora Ana Amélia, a quem tenho o maior respeito, mas serei obrigado, por acreditar no fim da reeleição, por defender o fim da reeleição, o instituto da reeleição, a votar contra este projeto.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? Eu gostaria de fazer um aparte.

Eu acho que o projeto da Senadora Ana Amélia é totalmente defensável. Ele é importante, é fundamental, é aprimorador da democracia.

Estamos aqui eu, o Senador Requião, o Senador Eduardo Braga – quem mais foi governador? –, o Senador Valadares. Nós, para disputarmos a eleição de Senador, tivemos de renunciar.

Teoricamente, vejam o absurdo da lei, teoricamente, o governador pode ser candidato a deputado estadual, não pode? Se ele quiser, pode se candidatar; aí, tem de renunciar. Agora, para ser candidato à reeleição, ele não precisa renunciar. Isso é uma excrescência da lei eleitoral brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou passar a palavra ao próximo orador, mas quero registrar a presença, para nossa honra, do Prefeito Eduardo Paes, Prefeito da belíssima cidade do Rio de Janeiro, nossa capital querida.

Seja muito bem-vindo, companheiro Eduardo Paes.

O Senador Antonio Carlos Valadares é o próximo inscrito.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu quero crer que a Senadora Ana Amélia teve essa iniciativa com base no princípio da igualdade, da simetria e entre mandatos eletivos.

É verdade que há uma incongruência que aqui foi relatada pelo nobre Senador Luiz Henrique de que o governador tem direito à reeleição, mas, em determinados casos, o político tem de se afastar do mandato para poder enfrentar a eleição. Exemplo: o presidente da República, que vai disputar os votos de mais de 140 milhões de brasileiros não precisa se afastar na sua reeleição, mas os seus ministros precisam se afastar. O secretário lá de um Município mais longínquo, mais pobre, de 2 mil eleitores, é obrigado a se afastar, mas o prefeito, não. Quer dizer, há uma distorção na nossa Constituição ao se criar o instituto da reeleição, em que eu votei contra aqui no Senado Federal.

Eu tenho a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que está na mão do Senador Luiz Henrique, que trata da coincidência de mandatos eletivos. E essa coincidência deveria acontecer, segundo a minha proposta, no ano de 2018. O mandato continuaria de quatro anos, eu não trato da proibição de reeleição, mas, em 2018,

quando haverá eleição de prefeito, o prefeito e o vice-prefeito teriam, para haver a coincidência, um mandato de apenas dois anos. Há quem sugeriu, em vez de dois, seis anos.

Então, eu acho, Sr. Presidente, que a intenção da Senadora Ana Amélia é boa, ela é moralizadora e iguala todos os candidatos sem dúvida alguma. No entanto, a sugestão da Senadora Ana Amélia caminha mais na direção de acabarmos com a reeleição. Bom, seria, a meu ver, mais lógico ou que acabássemos com a reeleição, aqui no Congresso Nacional, ou que fizéssemos a coincidência de mandatos com direito a uma única reeleição de quatro anos, porque quatro anos eu acho realmente um tempo muito exíguo para a execução de um programa de governo. Fui governador numa época em que não havia reeleição. Fui governador por quatro anos e não me afastei para ser candidato, porque se quatro anos já era pouco imaginem três anos e meio! Fiquei para terminar o mandato, inaugurar as obras e passei quatro anos sem mandato, depois é que fui candidato a Senador da República.

De modo, Sr. Presidente, que ficarei aguardando o parecer do Senador Luiz Henrique sobre a coincidência de mandatos. Enquanto isso, até para apoiar, do ponto de vista moralizador, a iniciativa da Senadora Ana Amélia e do seu Relator Luiz Henrique, votarei favoravelmente, mas na esperança de que essa 32 seja amanhã votada aqui e reconhecida como a única saída para redução dos gastos nas eleições que são realizadas de dois em dois anos em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por falar em Senadora Ana Amélia, gostaria de saber quais são suas intenções, além daquelas já expostas no projeto de S. Ex<sup>a</sup>. Passo a palavra à Senadora autora, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada Presidente Senador Vital do Rêgo, caros colegas Senadores, queria em primeiro lugar, não sendo membro desta egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agradecer imensamente o esforço do Senador Luiz Henrique na relatoria e no aperfeiçoamento da minha proposta.

Mais do que qualquer coisa, gostaria de agradecer a V. Ex<sup>a</sup> por ter dado esse relatório a um Senador que havia experimentado na própria vivência política uma situação dessas. Portanto, era a pessoa certa falando sobre o tema certo.

Fico muito feliz com todos os apartes suscitados neste debate e evidentemente, Senador Presidente Vital do Rêgo, o ideal, sem dúvida alguma, nenhuma discussão, é o que diz e defende com coerência o Senador Eduardo Braga, o ideal é não termos reeleição e eventualmente, não tendo reeleição, a discussão sobre ampliar para cinco ou seis anos o mandato de governadores, presidente da República e prefeitos municipais. Isso é uma coisa lógica e eliminaria todas as dúvidas que temos.

Agora, ignorar que o processo hoje eleitoral, com a permissão e aí aquela incongruência, incoerência muito bem referida pelo Senador Luiz Henrique de que um candidato, um governador candidato ao Senado ou à Câmara Federal tem que se desincompatibilizar alguns meses antes do pleito, mas como candidato à reeleição ao Governo pode ficar até a “undécima” hora, até o dia da eleição. Veja que nenhuma lei é perfeita no nascedouro, e a lei da reeleição é imperfeita. Esse é o primeiro passo.

O passo mais relevante é o passo de acabar com a reeleição. Nesse aspecto concordo plenamente com o Senador Eduardo Braga afirmando o seguinte: estamos subestimando ou preconcebendo que, num processo para acomodar a saída do candidato à reeleição com o vice-presidente, com o presidente da Câmara e do Senado, estaríamos nos antecipando e até fazendo a suposição de que só acontece negociata na política.

Prefiro entender que a política brasileira está mudando. Está mudando pela pressão da sociedade que quer mais ética e mais responsabilidade. O que está se discutindo é equidade, justiça e equilíbrio em uma disputa que se torna absolutamente desequilibrada.

Olha, o Senador Luiz Henrique aperfeiçoou a definição e a saída é no ato da oficialização do registro da candidatura e isso dá três meses. Qual é o mal que tem de eventualmente, no caso de presidente da República se o vice também for candidato, assumir o vice-presidente, qual é o mal mais ainda que pergunto se o presidente do Supremo Tribunal Federal, na impossibilidade do presidente do Senado e da Câmara, que são os sucessores na linha direta assumir. Qual é o mal? Numa sociedade democrática, com o Estado de direito prevalecendo, é até uma boa convivência dos Poderes; não haveria nenhuma dificuldade; seria até bom.

Aí também seria ignorar que uma máquina de governo federal tivesse só cabeça, não tivesse membros; e só andasse com a cabeça fazendo a composição do corpo. O que fazem os ministros? Governam, administram. Então, tem que dar a esse projeto a ideia de que a Casa está preocupada em moralizar, em tornar mais justo e mais equilibrado, desde os aspectos jurídicos dessa questão. Para os nossos especialistas aqui, o nosso mestre Senador Pedro Taques, Senador Ferraço e todos os demais da área jurídica que têm esse entendimento.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu trato apenas da questão política, da questão da moralização. E aí renovo exatamente as palavras ditas pelo Senador Valadares, a moralização do Relator Luiz Henrique, Senador Pedro Taques e também do Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª me permite um aparte muito rápido?

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Pois não.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para acrescentar e registrar que tudo isso que nós estamos aqui discutindo não vale para 2014.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Não, claro.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Portanto, nós não estamos mudando a regra do jogo com o jogo sendo jogado. Nós estamos tomando o cuidado de alterar essa regra para o próximo pleito eleitoral municipal. Portanto, temos todo um período de transição para que não pareça que estamos alterando regras do jogo com o jogo sendo jogado.

É essa a consideração.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada pelo aparte, Senador Ricardo Ferraço.

Para complementar, eu queria dizer que creio sinceramente que é, sim, possível fazer com que a atividade política e o nosso comportamento aqui mereçam da sociedade brasileira um grande respeito toda vez que a gente caminha nesse objetivo de moralizar, de melhorar, de aperfeiçoar e dar mais credibilidade à atividade política.

Eu queria renovar isso e agradecer ao Presidente Vital do Rêgo por ter colocado a matéria em discussão e acreditar mesmo. Estou aqui neste primeiro mandato e agradeço a colaboração que eu tenho dos mestres que estão me ensinando muito a política.

O caminho é esse, meu caro Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª, embora não esteja fisicamente presente entre nós no dia a dia desta Comissão, mas intelectualmente, no exercício do seu mandato parlamentar, no extraordinário mandato que tem, tem projetos de extrema altitude e grandeza, estão permanentemente apresentados ao Brasil na nossa pauta.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT. *Fora do microfone.*) – E 24 horas no nosso coração.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E 24 horas no nosso coração.

Vou passar a palavra... Ainda temos os oradores: Romero Jucá, Aloysio, Eunício, Randolfe, José Agripino e Flexa Ribeiro.

Eu quero apenas informar à Casa que já foi solicitado pela Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora do processo que envolve a indicação do Dr. Néfi Cordeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, e essa matéria ainda será lida da reunião de hoje. O Senador Eunício já me fez a solicitação, pois ele é Relator do projeto que envolve a indicação para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Douglas Alencar Rodrigues. E o Senador Eduardo Braga também solicitou que nós recebamos e a Comissão possa ouvir o relatório para indicação ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar do Dr. José Barroso Filho.

Os três processos haverão de ser lidos ainda na reunião de hoje.

Informo aos senhores – e aqui estão presentes os indicados – que, na próxima quarta-feira, dia 12, haveremos de fazer, já que os relatórios todos são pela aprovação, a sabatina às 9 horas da manhã do Dr. Néfi Cordeiro, porque teremos depois dessa primeira etapa a reunião ordinária. E às 14h30, será a sabatina dos Drs. Douglas Alencar Rodrigues e José Barroso Filho. A Comissão está informada.

Vamos continuar com a discussão do projeto da Senadora Ana Amélia.

Senador Romero Jucá, com a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, apenas para lembrar rapidamente que para nós tratarmos definitivamente dessa questão, existe uma emenda constitucional de minha autoria, relatada pelo Senador Luiz Henrique, que prevê fim da reeleição, mandato de seis anos, coincidências das eleições. Portanto, na direção da diminuição de gastos, da racionalização do processo eleitoral.

Então, eu gostaria de registrar que no quadro atual...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – V. Exª me concede um aparte, Senador?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Concedo.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A proposta do Senador Luiz Henrique é em cima de uma proposta que fiz de coincidência de mandato. Então, eu sugeri a S. Exª, nosso amigo Luiz Henrique, que apresentasse uma proposta em separado propondo isso que V. Exª está falando.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Ele já fez. Eu tenho uma emenda constitucional da qual ele é o Relator e já apresentou.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, reduz o mandato dos Senadores de oito para seis?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para seis anos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – E aumenta o dos Deputados Federais de quatro para seis?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para seis anos. Vereador, para seis anos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Haverá um aumento de gastos, porque nós temos 513 Deputados.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não haverá aumento de gastos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Haverá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. De forma nenhuma.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Terão um mandato não de quatro, mas de seis.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas aí o mandato de quatro vira seis e no outro mandato alguém teria mais dois e haveria novos Deputados. O custo é o mesmo. A matemática é a mesma. A constante do pagamento é anual, é mensal. O que nós teremos é redução de gasto de campanha, capilarização do processo eleitoral, o que nós teremos é...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Os do Executivo terão seis anos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O que nós teremos, muito importante, é a mudança do eixo do calendário dos governantes, porque um governador, quando se elege, elege-se governador e daqui a um ano da eleição dele tem uma eleição de prefeito na qual ele tem que interferir para fazer base; um ano depois, ele tem que preparar a eleição de reeleição do próprio governador; um ano depois, ele tem que novamente eleger prefeitos, para depois que sair do mandato ser candidato a Senador. Então, um governador que tem oito anos de mandato, que termina tendo sete anos e três meses porque se desincompatibiliza para ser candidato a Senador, tem nesse período três eleições. Eu pergunto, durante três eleições em sete anos o calendário desse governante é o calendário da política pública ou é o calendário eleitoral? É o calendário eleitoral!

Se nós tivermos seis anos de mandato, teremos um calendário de políticas públicas pautando a gestão e, no final dos seis anos, nós teremos um calendário eleitoral.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permite-me um aparte?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pois não.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Eu não conheço detalhe desse projeto, que vai ser debatido numa outra oportunidade, mas o mandato do Senador passará a ser de seis anos?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O mandato do Senador passará a ser de seis anos e terá eleição de três Senadores a cada seis anos.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sim. A ideia do Senado é justamente para que tenhamos Senadores no exercício do mandato independentemente dos Deputados Federais. É a ideia da manutenção do Pacto Federativo. Seria ideal se já acabássemos com o Senado e fizéssemos uma Casa única, porque nós...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não, não.

Senador, a opção de fazer...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Porque a ideia de Senador é justamente diferente de Deputado por ser mais judicante.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não, não. O Senado é a Casa revisora, tem uma série de atribuições...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Não é só essa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tem uma série de atribuições que a Câmara Federal não tem. É a Casa da Federação, é a Casa do equilíbrio. Agora, para fazermos alternância de mandatos, o mandato do Senador...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nós fizemos essa proposta na Constituinte e o efeito foi contrário, aumentaram os poderes...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Bizâncio, Bizâncio...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Só para concluir. Para haver alternância, o mandato de Senador teria que ser de doze anos. Eu não me atrevi a propor doze anos de mandato para os Senadores, mas acho que mandato de seis anos para os governantes e o Presidente é importante.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Essa história de aumentar mandato o Brasil não aceita.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pois é. Por isso eu reduzi o mandato para seis anos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sim, mas aumentar o do governador para seis e o do Presidente para seis acho que o Brasil não aceita. Aceita melhor a reeleição de quatro.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. Reeleição de quatro, não. Você não teria aumentado mandato, você teria as novas eleições com novos mandatos. Esse processo validaria para 2022, não seria agora para aumentar mandato de ninguém.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Haverá, ainda para discutir, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Sr. Presidente, veja V.Ex<sup>a</sup> como essa matéria e tudo o que diz respeito à lei eleitoral desperta paixões e desata a imaginação criadora de todos nós.

Em matéria de reeleição, por exemplo, o Presidente do meu Partido, Senador Aécio Neves, declarou-se contrário à tese da reeleição, favorável ao mandato de cinco anos sem reeleição. Eu já sou favorável à reeleição. E eu, que tenho como que um reflexo condicionado de votar sempre a favor dos projetos da Senadora Ana Amélia, e a seguir, sem pestanejar, os pareceres do Senador Luiz Henrique, depois de bastante refletir, votarei contra.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, a Senadora Ana Amélia me reforça no meu argumento. Ela, ao fazer a defesa da sua PEC, diz que o ideal seria acabar com a reeleição. Mas eu sou a favor da reeleição, com todas as consequências e os consectários disso.

Não há, em relação a isso, unanimidade e muito dificilmente haveria quórum constitucional, assim como a proposta de coincidência de mandato, de eleição de três Senadores a cada seis anos. Veja, nós não conseguimos avançar sequer no voto distrital para vereadores em Municípios com mais de 200 mil habitantes, foi bloqueado na Comissão de Justiça. Então, não há massa crítica – para usar uma expressão sempre muito utilizada pelo Senador Luiz Henrique – para se fazer uma reforma constitucional profunda. Não há.

Está sendo examinada agora pelo Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que declara a inconstitucionalidade de uma lei relativa a financiamento de campanha. É o Supremo atalhando o processo legislativo. Essa matéria foi objeto de debate, é objeto de debate de controvérsia. Não há omissão legislativa; o que não há é maioria para mudar.

Eu sou a favor da reeleição. Eu penso, Sr. Presidente, que um sistema democrático é tanto mais, digamos, perfeito, do ponto de vista da sua representatividade, quanto maiores e mais amplas forem as escolhas oferecidas ao eleitor. Se um governante, um prefeito, um governador, um presidente da República, é digno aos olhos do eleitorado – como recentemente o eleitorado do Rio de Janeiro considerou o Prefeito Eduardo Paes digno da sua recondução, como o eleitorado de Santa Catarina, com toda a razão e com toda a justiça conferiu mais um mandato ao Senador Luiz Henrique –, por que negar aos eleitores essa possibilidade? Por que retirar esse item do cardápio que é oferecido ao eleitor no momento de votar a possibilidade de reconduzir um governante que, a seu juízo, esteja dando conta do recado, esteja cumprindo bem o mandato? Então, eu sou a favor da reeleição.

É claro que há os inconvenientes que são apontados com muita precisão e com muita procedência pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Luiz Henrique e por outros que aqui falaram. Mas eu confio na consciência dos cidadãos que, muitas vezes, negaram a reeleição a prefeitos de cidades pequeninas e à prefeita de São Paulo. Eu confio na Justiça Eleitoral, na possibilidade que nós temos de aperfeiçoar os controles para coibir abusos do poder econômico e do poder político. Eu me pergunto se não é procedente o argumento do Senador Eduardo Braga: tira-se o governador e assume o vice eleito na mesma chapa?

Sr. Presidente, então, eu que refleti da semana passada para esta a respeito da proposta da Senadora Ana Amélia, por ser favorável à reeleição e por acreditar que os inconvenientes que ela gera são menores do que as vantagens que ela traz para o aperfeiçoamento do regime democrático, por acreditar que os abusos podem e devem ser coibidos é que eu vou votar – peço licença à minha querida amiga – contra.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Tudo bem. Democracia é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa é uma discussão que, realmente, mexe com todos os Senadores desta Casa à medida que encontramos aí dois grandes equívocos.

O primeiro grande equívoco cometido por esta Casa do Congresso Nacional, obviamente aí incluída a Câmara dos Deputados, foi a aprovação da reeleição. Não tem nada mais nocivo ao sistema político brasileiro,

em minha opinião, não estou falando aqui como Líder do PMDB, mas como Senador da República pelo Estado do Ceará, do que a chamada reeleição. O sujeito já entra governador ou prefeito de uma cidade e no dia seguinte ele já está negociando e pensando na reeleição do mandato dele. Ele passa o primeiro ano para começar a governar arrumando a casa. Governa um ano e, no ano seguinte, ele já está desmantelando a casa pensando nos ajustes, nos acordos para essa chamada famigerada reeleição.

Sou contra a reeleição por convicção, e qualquer projeto que tenha aqui nesta Casa para extinguir a reeleição terá sempre o voto favorável do Senador Eunício Oliveira, porque acho que ela não é uma coisa benéfica para o sistema político brasileiro.

O segundo grande e grave erro é você imaginar que aqui os desiguais são iguais e os iguais são desiguais. Como que procedemos se um governador de Estado, um presidente da República... E é bom que se deixe claro que a posição do Senador Ricardo Ferraço é a mesma minha. Não estamos discutindo essa matéria para essa eleição, mas para as eleições futuras, e talvez por entender, Senador Ana Amélia, que, mesmo que essa matéria não seja aprovada aqui, ela vá despertar a curiosidade e o sentimento dos Senadores que têm responsabilidade pelos Estados, no sentido de que busquemos corrigir essa distorção chamada reeleição no Brasil.

Eu dizia, então, que o segundo erro, Senador Luiz Henrique, o segundo grave e grande erro é fazer exatamente isso. Ora, se eu quiser, como governador do Estado, ser candidato a Vereador ou a Deputado Estadual ou a Deputado Federal ou a Senador, tenho que me retirar do mandato, porque vou influenciar na minha eleição de Deputado Estadual ou de Vereador, mas, se eu me mantiver como governador do Estado, não! Nesse caso, vou ter total isenção na minha eleição de governador? Olha que contradição!

Portanto, acho que deveríamos aqui, Senador Luiz Henrique, extinguir essa famigerada reeleição e fazer um mandato de cinco ou seis anos, para que o governante tivesse tempo e condição de efetivamente governar para aqueles que acreditaram e votaram nele nas eleições, e não... Hoje já se diz o seguinte: a reeleição é um direito. A reeleição é uma obrigação, quase, e não é, não pode ser. Então acho que é muito mais proveitoso para a política brasileira, para a moralidade pública, do ponto de vista eleitoral, do ponto de vista de comportamento, seja de quem quer que esteja no poder...

Ou essa lei foi feita dentro de um gabinete muito fechado e esqueceram esse item ou não sei o que aconteceu. Eu não estava aqui, infelizmente. Como é que, para ser candidato a vereador, tem que sair do Governo, porque você influencia na sua eleição de vereador, mas, na reeleição de governador, de presidente da República, com a caneta na mão, você não tem nenhum tipo de influência? Que imaginação foi essa para colocar esse artigo na lei?

Portanto, vou votar a favor do projeto da Senadora Ana Amélia, esperando que esse projeto, pelo menos, se não aqui aprovado, desperte a curiosidade de todos nós, para que façamos de vez a extinção dessa questão da reeleição e um mandato mais extenso, para que o Brasil possa ter tranquilidade e a Administração Pública, a moralidade efetivamente praticada.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Acho que meu tempo já acabou, mas jamais deixaria de ouvir V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Luiz Henrique, V. Exª não gostaria de ouvir os outros dois que estão faltando e depois fazer suas considerações de Relator?

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*) Se for atender o telefone, podemos chamar o Senador José Agripino.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente. Atenderei V. Exª e a Comissão em primeiro lugar, pode deixar.

Sr. Presidente, queria manifestar o meu apoio a esse projeto, à iniciativa e ao relatório de S. Exª, o Senador Luiz Henrique.

O ideal, Sr. Presidente, seria obviamente termos aqui um projeto completo de reforma política. O ideal seria não tratarmos reforma política no varejo. O ideal seria que nós nunca tivéssemos tido aprovado o instituto da reeleição. O instituto da reeleição, desde a sua aprovação, deformou a nossa democracia. O problema é que as instituições republicanas se acostumaram com a reeleição. Todo mundo se acostumou com a reeleição. Todo mundo gostou do vício da reeleição e foi se acostumando. E, aí, toda vez que se fala em mitigar reeleição – porque todo mundo se utiliza do vício da reeleição e das vantagens que tem. Não venham me dizer que não se utilizam dos benefícios do aparelhamento da máquina estatal que favorecem a reeleição, porque se utilizam; em toda reeleição, todos se utilizam disso –, toda vez que há algum tipo de matéria que minimiza, que mitiga, aí se utilizam do programa máximo para não aprovar a matéria que minimiza, que mitiga a utilização do aparato da máquina pública.

É por isso, Sr. Presidente, que o ideal, o ideal era nós aprovarmos o fim, em definitivo, da reeleição. Só que ninguém tem coragem de falar isso, aí utilizam isso como desculpa – Senadora Ana Amélia, que teve a feliz ideia de apresentar esse projeto –, utilizam isso como desculpa: “Não, olha, não quero aprovar isso agora, porque o ideal é acabar logo com a reeleição.” Mas nunca apresentam uma proposta de acabar com a reeleição. Nunca apresentam uma proposta de fazer a reforma política. Aí, utilizam isso como desculpa para não aprovar um projeto moralizador como esse. Isso é desculpa para não aprovar um projeto moralizador como esse.

Por isso, Senadora Ana Amélia, Senador Luiz Henrique, vou aprovar, porque, como eu sempre digo, mais uma vez, não é o ideal, mas é luz de lamparina, como eu costume dizer, na noite dos desgraçados, frase essa que não é nem minha, é de Ulysses Guimarães, na Assembleia Nacional Constituinte, quando falava da Constituição de 1988 e dizia que a Constituição de 1988 não é a Constituição perfeita, mas é luz de lamparina na noite dos desgraçados. Então, isso pode não ser o ideal, mas é luz de lamparina na noite da utilização de máquina pública em pleitos eleitorais.

Por isso, vamos aprovar essa matéria e o relatório do Senador Luiz Henrique e vamos acabar com as desculpas. “Ah, vamos aguardar o ideal! O ideal é desculpa para não aprovar um instrumento que, neste momento, inibe a utilização da máquina pública.”

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Randolfe. Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente, inicialmente, antes de me manifestar com relação a esse projeto, eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a retirada de pauta do item 4, uma matéria sobre a qual eu deveria me manifestar como Relator, tendo em vista que alguns entendimentos ainda estão em fase de processamento e, na próxima reunião, eu trarei já uma opinião definitiva.

Pediria a V. Ex<sup>a</sup>, portanto, a retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O item 4 está retirado da pauta, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado:

#### **ITEM 4**

### **TRAMITAÇÃO CONJUNTA**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009**

**- Não Terminativo -**

**Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.**

**Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares

### **TRAMITA EM CONJUNTO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010**

**- Não Terminativo -**

**Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências.**

**Autoria:** Senador Raimundo Colombo

**Relatoria:** Senador José Agripino

**Relatório:** Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2010, e pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, nos termos do substitutivo que apresenta.)

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente, com relação à matéria em apreciação... Eu pediria a atenção do Senador Randolfe!

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Senador Randolfe, não é que eu vá dizer nada luminoso, mas é que a conversa de V. Ex<sup>as</sup> pode perturbar o meu modestíssimo raciocínio.

Senadora Ana Amélia, eu quero dizer que, por convicção e por prática, eu apoio o projeto de V. Ex<sup>a</sup>. Eu queria falar, dar duas opiniões: sobre o processo e sobre a prática.

Eu fui duas vezes governador; fui candidato, portanto, duas vezes. A segunda vez, em 1991, eu fui candidato contra um governador no exercício do cargo, um homem com méritos, com qualificação, que manifestou a sua candidatura, assim como eu também o fiz, manifestando a minha candidatura. E fomos ao embate. Eu comecei com um percentual baixo; e ele, que já era governador, com um percentual alto. Em agosto, as pesquisas de opinião pública me mostravam já à frente do governador.

Ocorre que, naquela época, o Estado do Rio Grande do Norte vendeu, e vendeu por US\$700 milhões, a sua companhia distribuidora de energia elétrica. E, de agosto para frente, o governador foi recomendado a usar o dinheiro da venda da companhia, da COSERN, sob pena de perder a eleição. Quando terminou o processo eleitoral, restavam US\$50 milhões dos US\$700 milhões. Eu perdi a eleição por 0,4 pontos percentuais, tendo passado.

Eu quero dizer, com a constatação de fatos, que é perverso o processo de disputa eleitoral de um candidato, com todos os méritos que ele possa ter, contra um candidato no exercício do cargo, com as benesses e com o poder que a máquina oferece.

Então, o projeto de V. Ex<sup>a</sup>, só pela minha experiência pessoal, já mereceria, como merecerá, o meu voto favorável.

Mas quero ir um pouco mais para a frente com relação à prática. Eu acho, Sr. Presidente Anibal e companheiros Senadores, que a longevidade em política é má conselheira. As pessoas passam, a partir de certo momento, a se julgar proprietárias do poder e a cometer desatinos. Ficam proprietárias do poder. Quatro anos com mais quatro anos é um período muito longo. E, mais do que isso, o segundo mandato quase sempre é exercido em nome da reeleição e em nome do interesse do Estado. Quase via de regra, acontece isso.

Eu, que votei a favor da reeleição quando a matéria foi colocada em pauta, tenho absoluta convicção do voto contra a reeleição, pela prática, pelo que posso observar, pela minha experiência pessoal e pela prática política.

Então, por essa razão, como primeiro passo, vou votar a favor do projeto da Senadora Ana Amélia, com a convicção de quem sofreu na carne o que V. Ex<sup>a</sup> pretende eliminar. E, quando a matéria no mérito for colocada em pauta – há duas propostas em andamento sobre o fim da reeleição –, com convicção absoluta, vou votar contra a reeleição. Sou, por convicção, contra o processo de reeleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Anibal; Sr<sup>as</sup> Senadoras; Srs. Senadores, quero aqui também declarar meu voto em apoio ao projeto da Senadora Ana Amélia, porque acho que temos de encarar de frente essa questão, a reforma política. Temos visto que não há acordo, não há consenso, melhor dizendo, entre os diversos Senadores: uns estão a favor; outros, contra. Agora, o que há de consenso é que há a necessidade de ser feita uma reforma política em profundidade.

O Senador Romero Jucá apresentou uma PEC em que propõe a unificação dos mandatos e as eleições a cada seis anos. Acho que esse é um caminho que pode ser discutido, para que possamos chegar a um entendimento.

Mas o passo inicial que é dado pela Senadora Ana Amélia para não permitir a reeleição de governadores e de prefeitos sem que eles se afastem do exercício do cargo é positivo.

Quero lembrar também, Senador Anibal, que o item 5 da pauta de hoje trata de uma PEC idêntica à de nº 48 e é também de relatoria do Senador Luiz Henrique. É o mesmo objeto, que altera o art. 14 da Constituição quanto ao afastamento do cargo. É o item 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, o Senador Eduardo Lopes. V. Ex<sup>a</sup> concluiu, Senador Flexa? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Eduardo Lopes.

Logo em seguida, entraremos em votação.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O.k.!

Sr. Presidente, quero aqui chamar a atenção, ainda que no mérito isso seja importante, para o fato de que, sem dúvida, o ponto principal é a questão de nós colocarmos fim à reeleição.

Mas quero trazer aqui algumas coisas para refletirmos.

Diante da nossa realidade política, é bem provável que o chefe do Executivo, o seu vice e o Presidente do Legislativo se licenciem do cargo para que possam concorrer nas eleições, seja para o mesmo cargo, seja para outro cargo. O efeito prático dessa situação será a posse do chefe do Judiciário no comando do Executivo nos últimos quatro a seis meses.

No Município, tal situação pode levar à inviabilidade da função jurisdicional, posto que o juiz da comarca será deslocado da função para administrar o Município. É importante destacar que a grande maioria dos cinco mil Municípios brasileiros conta apenas com um juiz de direito e que muitos deles estão desprovidos de

membros da Magistratura. O cenário é ainda mais preocupante quando se considera que, no período eleitoral, o juiz de direito da comarca também assume as funções de juiz eleitoral. Sendo assim, caso esse juiz seja obrigado a assumir o Executivo local, a própria condução das eleições no Município pode ficar comprometida.

Em suma, a preocupação da PEC é extremamente relevante, e seu debate precisa ser aprofundado. Contudo, a solução indicada na proposta pode não ser a mais viável diante da realidade política do nosso País.

Então, por essa questão, como foi colocado aqui por outros, eu vou votar, com todo respeito – sou Relator de outras propostas da Senadora Ana Amélia –, com profundo respeito, vou votar contra, mas também colocando a minha posição aqui para o fim, realmente, da reeleição. Nós temos que discutir isso. Eu concordo com um mandato de seis anos. Eu acho que é um mandato com um tempo bom, sem reeleição.

Então, vou votar contra, mas vou afirmar minha posição para o fim da reeleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pediu a palavra também o Senador Eduardo Suplicy.

Vamos ser bem objetivos, para colocarmos a matéria em votação.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Só uma palavra depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito.

Senador Eduardo e Senador Requião.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, aqui, quando foi votado o direito à reeleição, votei contrariamente. Uma vez existindo o direito à reeleição, até acho que não seria próprio, num momento como o de hoje, proibirmos, na dinâmica presente, o direito à reeleição daqueles que estão hoje à frente do Poder Executivo, seja a própria Presidenta Dilma. E também acho que modificar a regra agora não é o propósito, porque está previsto só para daí para frente. Mas avalio que seria uma mudança que eu acho que, se for para mudar, eu preferiria cancelar o direito à reeleição para daqui para frente.

Obrigado, Sr. Presidente.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Presidente, pela ordem, para discutir.

Eu queria só fazer uma solicitação aos Srs. Senadores.

A matéria suscitou um debate acalorado nos aspectos jurídicos e políticos. Em relação ao que disse o Senador Eduardo Lopes, no caso das prefeituras, existe uma situação bem simples, que é o vereador mais antigo, desde que o candidato à reeleição seja o presidente da Câmara de Vereadores. Então, não haveria problema maior sob esse aspecto. O Presidente da República também, se os candidatos do Senado e Câmara forem, não há, do ponto de vista prático, uma interferência do Presidente do Supremo. Acho que isso é o de menos. A questão é dar o primeiro passo em relação àquilo que a sociedade quer: reforma política para melhorar os hábitos, melhorar as práticas políticas.

Eu me preocupo muito. Foi muito destacado aqui que temos que acabar com a reeleição. As mesmas forças políticas que votaram contra a reeleição são as forças políticas que hoje não deixam que a reeleição caia.

Então, eu queria também levantar essa questão e dizer que o pedido que eu faço aos Srs. Senadores é que aproveemos, para que este debate prossiga no plenário do Senado, para que a sociedade brasileira tenha o direito de acompanhar isso no plenário do Senado, dada a relevância que uma matéria dessa natureza tem para o interesse do eleitor brasileiro, que é o de moralização do processo eleitoral.

Renovo, sinceramente, um agradecimento muito grande ao Senador Luiz Henrique, pela brilhante relatoria e pela fundamentação extraordinária, bem como a todos os Senadores que se manifestaram a favor e até objetando a sua oposição, mas justificando a iniciativa.

Muito obrigada.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, só um comentário.

Como colocou a Senadora Ana Amélia sobre a questão do vereador mais antigo, qualquer um que se candidatar vai ter que sair.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito. Está entendido.

Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, essa possibilidade de reeleição foi uma criação de uma situação dominada pelos poderes econômicos e neoliberais no Brasil para reeleger o Fernando Henrique Cardoso. Isso foi forçado goela abaixo do Congresso Nacional com uma pressão enorme. Eu lembro do número de emissoras de rádio, distribuídas no Paraná e no Brasil, para garantir a lei que viabilizava a reeleição.

Eu, pessoalmente, vejo incongruências absolutas. Se o Presidente da República quiser ser candidato a vereador, ele tem que renunciar; se quiser ser candidato à reeleição, ele fica.

Não é ideal a proposta da Senadora Ana Amélia, mas é o possível para levantar o debate neste momento. Eu, por exemplo, acredito que um Presidente da República deveria ter o mandato estendido – seis anos –,

que deveria ser Senador vitalício, como acontece na Itália e em Portugal, para manter a sustentação do seu governo, ter uma tribuna para continuar falando e se defendendo. Mas a proposta da Senadora Ana Amélia, colocada neste momento, é a única que se apresenta. Então, o meu voto será favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Sr. Presidente, eu estava assistindo em meu gabinete o longo debate que se travou nesta Casa.

Primeiro, eu quero fazer um histórico, que me parece importante, sobre a presença da reeleição na Constituição brasileira.

O assunto foi muito debatido na Constituinte. Foi muito debatido. E a tradição brasileira de que nunca houve reeleição foi mantida. A Constituinte de 1988 votou contra a reeleição. A Constituinte previa que, cinco anos após a sua existência, haveria a revisão da Constituição. E o Congresso teria absoluta liberdade para fazer uma revisão constitucional com maioria absoluta, e não com dois terços.

A revisão foi feita. Foi criada a comissão e foram apresentadas as emendas. Uma emenda da reeleição foi apresentada. Eu era Líder do Governo e Itamar Franco era Presidente. Na reunião em que eu fui levar ao Presidente a posição que a Bancada do Governo tomaria com relação à reeleição, o Presidente Itamar Franco disse: “Eu fui Constituinte. Eu era Senador Constituinte e votei contra a reeleição. Logo, a minha posição, hoje, para orientar a minha bancada, eu que sou à favor do Governo, é contra a reeleição”.

Alguém disse ali – era um período em que o Presidente Fernando Henrique já estava crescendo, já estava com a credibilidade bem grande –: “Mas, Presidente, se for aprovada a reeleição, o senhor tem todas as condições de se reeleger. O senhor assumiu o seu mandato em condição tão diferente e tão complicada, através de um *impeachment*, hoje, mas seu Governo está surtindo efeitos altamente positivos e as possibilidades de reeleição são muito altas”.

Ele respondeu: “Pode até ser, mas eu não posso mudar agora, na Presidência, a posição que eu tive quando Senador. Eu votei contra a reeleição e sou contra a reeleição”.

Eu vim e trouxe o pensamento do Presidente. Fui à tribuna e, em todo o encaminhamento de votação, eu disse: “O Governo é contra a reeleição. A nossa posição é contra a reeleição”. A reeleição não passou na revisão, se não me engano, por nove votos. Porque os governadores queriam a reeleição, porque os prefeitos queriam a reeleição. E apesar de o governo – reparem vocês –, o Presidente da República ser contra, quase passou. Então, foi rejeitada.

Elegeu-se o novo Presidente, o Sr. Fernando Henrique, e, surpreendentemente, o governo patrocinou a emenda da reeleição. E há interrogações sérias. Um dos motivos que me afastou do governo Fernando Henrique foi essa emenda à Constituição. Há uma discussão muito séria sobre a forma como determinados Parlamentares mudaram o voto, e o governo bancou. Foi uma questão de honra a tese da reeleição.

Eu estranhei porque, na ocasião em que o Itamar disse: “Eu fui Constituinte, era contra, e tenho que ser contra”, o Fernando Henrique, então Ministro da Fazenda, disse: “Mas claro que é contra. Eu também sou contra. Eu fui e continuo contra”. Isso quando ele era Ministro da Fazenda. Mas quando ele era Presidente da República, seu governo trabalhou duramente, e há interrogações com relação à forma como determinados parlamentares mudaram, para votar essa matéria.

Não há dúvida, nós temos aqui dois exemplos: o Requião e o Luiz Henrique. Foram reeleitos e fizeram uma administração excepcional. Excepcional! O Luiz Henrique inclusive se afastou do governo; renunciou ao governo para o vice assumir, para ele ter mais liberdade de fazer a campanha dele.

Mas essa não é a norma. Nem a dele, nem a... A norma é aquilo que foi dito pelo nobre companheiro e meu líder de bancada: quando o candidato assume o mandato, no dia seguinte, já está pensando em reeleição. Essa é que é a verdade.

Então, eu creio que o que disse o Requião – o mandato de 5 anos, o mandato de 6 anos ou seja o que for – é razoável. Agora, a reeleição é tremendamente prejudicial. Não é da índole do Brasil. Não é da nossa formação. Não é do nosso estilo. A reeleição é uma das causas dos males. E não é só para Presidente; é para prefeito lá atrás. Isso precisa realmente ser alterado.

Eu concordo com a posição da Senadora Ana Amélia, no sentido de que apresentou uma proposta positiva. Como ela mesma disse agora há pouco: “Leve para o debate, leve para a discussão”. Talvez não seja agora o momento, mas quero dizer que, em qualquer ocasião, meu voto continua sendo contra a reeleição.

Não fui constituinte, como o Fernando Henrique, não votei na Constituinte; mas, na Revisão, eu votei, e o Governo, na Revisão, encaminhou o voto contra a reeleição.

Eu permaneço nessa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeitamente, Senador Pedro Simon. Antes da votação, vamos ouvir as considerações finais do Relator, Senador Luiz Henrique da Silveira.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, não há dúvida de que esta é uma medida proposta pela Senadora Ana Amélia para estabelecer equidade. E o argumento incontestável é de que, teoricamente, um governador, para ser candidato a vereador, se o quiser, tem que renunciar; a deputado estadual, tem que renunciar; a deputado federal, tem que renunciar; a Senador, como aconteceu conosco, tem que renunciar. Para a reeleição, não. Na reeleição, ele pode se valer de todos os poderes que são outorgados, por exemplo, a um governador de Estado.

E eu quero enaltecer a proposição da Senadora Ana Amélia. O País todo sabe que a Senadora Ana Amélia é cogitada como candidata a governadora do Rio Grande do Sul, e bem posicionada nas pesquisas. E demonstra seu alto espírito público ao propor esta matéria, contra a possibilidade futura de ela ter esse direito de reeleição sem renunciar. E ela o está fazendo.

Quanto àquilo que foi suscitado, de se proibir a reeleição, de se estabelecer mandato de 6 anos para todos os ocupantes de cargo público eletivo, para estabelecer a simultaneidade das eleições a cada 6 anos, acabar com essa parafernália de eleições a cada 2 anos, eu relatei a proposta do Senador Romero Jucá, acompanhada de várias outras assinaturas de senhoras e senhores senadores, e essa proposta está para ser pautada desde o dia 10 de outubro de 2013. Isso porque houve a alegação aqui do Senador Eduardo Braga de que não votaria a favor porque teria que aprovar o fim da reeleição.

Há uma proposta de emenda à Constituição nesse sentido, já por mim relatada. Eu gostaria de solicitar que essa PEC fosse pautada, para que nós possamos apreciá-la nesta Sessão Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeitamente.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Por todos os méritos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. É aprimorada das instituições democráticas esta proposta. Não é ainda o ideal. O ideal é extinguir a possibilidade de reeleição. Mas é um avanço, é um passo. E já que ela está pautada, por que não vamos aprová-la?

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Encerrada a discussão, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários do Senador Romero Jucá, da Senadora Gleisi Hoffmann, do Senador José Pimentel, do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Eduardo Suplicy.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aprovado.

Na dúvida, podemos fazer...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não temos, não. Não há dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai ao plenário.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Solicito urgência, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Urgência concedida.

Para emenda à Constituição não cabe urgência.

Vamos agora à leitura...

Nós temos o item 13 da pauta, cujo Relator é o Senador Romero Jucá, e logo em seguida teremos a leitura dos relatórios.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Não há mais o item 13, Sr. Presidente. Só há muita leitura.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Presidente, a entrada na pauta se deveu, inclusive, à minha insistência. Mas veja: é uma questão importante que deve merecer uma discussão com um quórum mais completo. Então, se a Mesa assume o compromisso de colocar em primeiro lugar na pauta da próxima quarta-feira ou da próxima reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeitamente. A Secretaria vai encaminhar dessa forma.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu quero, até aproveitando este espaço, dizer que essa proposta de mandato de ministro tem o apoio de muitos Ministros do Supremo. Eu fiz por inspiração no Ministro Nelson Jobim.

O próprio famoso Joaquim Barbosa declarou outro dia que a opinião dele é que nós sigamos o sistema alemão, que é de 12 anos. Na Itália é assim. E, em diversos outros países, o mandato está fixado no tempo. Ao mesmo tempo, eu proponho o fim da aposentadoria compulsória aos 70 anos também.

Mas é uma questão que merece uma discussão mais elaborada, com um quórum mais completo. Se V. Ex<sup>a</sup> concorda, que seja o primeiro item da pauta da próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Aníbal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Acatada a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, fica como primeiro item da pauta da próxima reunião. Item 2 da próxima reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça.

Item extrapauta:

**MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2014**  
**- Não terminativo -**

**Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor NÉFI CORDEIRO, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Porto Alegre/RS), para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais.**

**Autoria:** Presidente da República.

**Relatoria:** Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para proferir o seu relatório.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com muita honra, trago ao exame desta Comissão a indicação, pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, do Doutor Néfi Cordeiro para compor o Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Juiz do Tribunal Regional Federal, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro José de Castro Meira.

De acordo com o art. 104 da Constituição Federal, os Ministros do STJ são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso II, alínea “a”, da Carta Magna.

As normas regimentais aplicáveis à apreciação, por esta Casa, das indicações de magistrados pelo Presidente da República encontram-se disciplinadas no art. 383 do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução nº 41, de 29 de agosto de 2013, sendo esta Comissão competente para emitir parecer de mérito sobre tais indicações.

Conforme a norma regimental mencionada, a Mensagem Presidencial deve vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae*, no qual deve ser registrada a formação acadêmica, as atividades profissionais exercidas pelo indicado e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

Assim, recebemos o processo da referida Mensagem indicando o Sr. Néfi Cordeiro, natural da cidade de Curitiba, Paraná, exerceu o cargo de Promotor de Justiça no Estado do Paraná, entre os anos de 1989 e 1990, em virtude de aprovação, em primeiro lugar, no concurso para ingresso no Ministério Público do Estado. Posteriormente, foi aprovado em terceiro lugar no concurso para o cargo de Juiz de Direito Substituto também no Estado do Paraná, que exerceu no período de 1990 a 1992.

O indicado integra a magistratura federal desde 1992, quando foi aprovado, em primeiro lugar, no concurso público para Juiz Federal Substituto do TRF da 4ª Região, tendo exercido as funções de Diretor e Vice-Diretor do Foro do Paraná.

No período de 1999 a 2002, foi convocado por vários períodos em auxílio ao TRF da 4ª Região, bem como suplente. Tornou-se membro titular da Turma Recursal do Juizado Especial Federal na Seção Judiciária do Paraná entre dezembro de 2001 e maio de 2002.

O Dr. Néfi Cordeiro tornou-se Juiz do TRF da 4ª Região em maio de 2002, tendo integrado a 6ª Turma e, posteriormente, a 7ª Turma (matéria criminal). Desde então, assumiu diversos cargos, entre os quais destacamos:

- a) Coordenador do Planejamento Estratégico do TRF entre 2003 e 2005;*
- b) Coordenador dos Juizados Federais, Coordenador do processo eletrônico e Coordenador do Sistema de Conciliação, todos na 4ª Região Federal, entre 2007 e 2009;*
- c) Presidente da Comissão do XIII Concurso Público para provimento do cargo de juiz federal substituto da 4ª Região, entre 2007 e 2008;*
- d) Membro da Comissão Especial Nacional de Concursos para juiz federal substituto, no período de 2008 a 2010.*

O ilustre magistrado graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em dezembro de 1988. Em dezembro de 1998 graduou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Obteve o título de mestre em Direito Público, com concentração na área criminal, pela Universidade Federal do Paraná em 1995, com a dissertação *Competência Federal em Crimes de Drogas*. Na mesma instituição tornou-se Doutor em Direito das Relações Sociais, com concentração na área criminal, com a tese *Tráfico Internacional de Entorpecentes*. Em fevereiro de 2009 participou do Curso de Mediação na Universidade McGill, no Canadá.

O indicado exerce o magistério em diversas instituições de ensino na área jurídica desde o ano de 1990. Foi aprovado, em primeiro lugar, no Concurso Público para Professor não titular da Fundação Universidade Oeste do Paraná, na disciplina de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu, bem como na disciplina de Direito da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, em 1990. Em 1993 foi aprovado, em primeiro lugar, no concurso público para Professor Substituto da Disciplina de Direito Penal "C" da Universidade Federal do Paraná. Também foi aprovado no concurso para Professor Assistente, nível "C", de Processo Penal na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, bem como no concurso para Professor Titular da disciplina de Processo Penal na mesma instituição.

O magistrado leciona em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* de instituições como a Escola da Magistratura do Paraná e a Escola da Magistratura do Trabalho, ambas em Ponta Grossa, no Paraná, bem como na Universidade Federal e na Universidade Paranaense (UNIPAR), tendo ministrado disciplinas como Direito Processual Penal, Constitucional, Direito Penal e Direito Administrativo.

O exercício acadêmico na área jurídica abrange ainda a atuação como professor da graduação e da pós-graduação da Universidade Tuiuti do Paraná e da PUC/PR.

O indicado já recebeu diversas homenagens das Turmas de Direito da Pontifícia Universidade Católica e da UTP/PR, tendo sido Patrono, Parainfo e Professor Homenageado, além de ter recebido o Nome da Turma por diversas vezes entre os anos de 1995 e 2007.

O Dr. Néfi Cordeiro presidiu várias bancas examinadoras do Concurso de Efetivação, bem como da Promoção a Assistente I, na disciplina Estágio Supervisionado de Prática Criminal e Organização Judiciária I e II.

Também integrou bancas do Mestrado de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da UNIPAR/PR, assim como bancas de Doutorado em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Seu *curriculum vitae* elenca mais de trinta palestras proferidas em estabelecimento de ensino superior e órgãos públicos, principalmente acerca de temas relacionados ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal. É, ainda, autor de diversas obras acadêmicas, entre as quais destacamos:

- a) *Crime de estelionato mediante fraude, publicado na Revista Ciência Jurídica, ano VIII, vol. 59, set/out 94, p. 265-268;*
- b) *Tráfico de entorpecentes, publicado na Revista Ciência Jurídica, ano VIII, vol. 60, nov/dez 94, p. 239-250;*
- c) *Prescrição e decadência em contribuições previdenciárias, publicado na Revista Ciência Jurídica, ano XII, vol. 77, set/out. 97, p. 279-284;*
- d) *Execução contra a Fazenda Pública, publicado na Revista Ciência Jurídica, ano XII, vol. 80, mar/abr 98, p. 257-265, Belo Horizonte;*
- e) *A recorribilidade das interlocutórias no processo penal, publicado pela editora Lúmen Juris Ltda., Rio de Janeiro, 2001;*
- f) *Delação premiada na legislação brasileira, publicado na Revista da Ajuris, abr/2010.*

O indicado é membro do Conselho Editorial da Editora Juruá, de Curitiba, desde 2001, e Consultor da Revista do STJ desde 2007.

O currículo do Dr. NÉFI CORDEIRO revela, portanto, sua rica experiência acadêmica e profissional, com destaque para o âmbito do direito processual penal e do direito penal.

As declarações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno desta Casa informam que o magistrado: (i) não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional; (ii) nunca participou como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; (iii) encontra-se em condição de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal; (iv) não figura como autor ou réu em ações judiciais; (v) não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O Dr. NÉFI CORDEIRO apresentou sucinta argumentação escrita, exigida pelo Regimento Interno desta Casa, na qual demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Em sua argumentação, o magistrado destaca que teve sua eficiência e celeridade reconhecidas por elogio pessoal em correição efetuada pelo Conselho da Justiça Federal e que os bons serviços prestados foram reconhecidos inclusive pelo STJ, cujo Plenário o indicou por três vezes consecutivas para integrar aquela Corte.

Ante o exposto, tenho a honra, como Senadora paranaense, de apresentar a V. Ex<sup>as</sup> currículo tão rico e experiência tão profícua do indicado, entendendo assim que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal de Justiça.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para saudar o Dr. Néfi Cordeiro, que se encontra presente nesta Comissão, e, claro, solicitar que façamos a sabatina do indicado na próxima reunião desta reunião.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senadora Gleisi. Parabéns pelo brilhante relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva e agendado, para o próximo dia 12, o processo de arguição do candidato, e a votação é nos termos da Resolução nº 41/2013 do Senado Federal.

Item extrapauta

### **MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Sr. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.**

**Autoria:** Presidente da República

O Relator é o Senador Eunício Oliveira, a quem concedo a palavra para proceder à leitura do seu relatório.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão a mensagem presidencial mencionada já por V. Ex<sup>a</sup> que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 111-A da Constituição, a indicação, pela Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff, do nome do Sr. Douglas Alencar Rodrigues para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Sr. Presidente, na espécie, o indicado, Sr. Douglas Alencar Rodrigues, encaminhou seu currículo e demais documentos, nos termos regimentais pertinentes. O rito é descrito no art. 383 do RISF.

S. Ex<sup>a</sup> formou-se bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, em 1989. Na mesma Universidade fez pós-graduação em Direito Constitucional, concluída em 2002. cursou mestrado em Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde concluiu o curso em 2013.

Começou sua atividade profissional na própria Justiça do Trabalho, como Técnico Judiciário, na 10<sup>a</sup> Região, em 1983. Aprovado em concurso público, iniciou a carreira na magistratura trabalhista em 1990, como Juiz do Trabalho Substituto da 15<sup>a</sup> Região, cargo em que permaneceu até 1992. A partir daí foi Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 10<sup>a</sup> Região e Juiz Titular da 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> Varas do Trabalho de Brasília.

A seguir, foi promovido pelo critério de merecimento, a Juiz do TRT da 10<sup>a</sup> Região, em 19 de março de 2003, onde presidiu a 3<sup>a</sup> Turma entre 2008 e 2010. Atuou, também, como Desembargador convocado junto ao TST, em 2009.

Foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, tendo tomado posse em 14 de junho de 2005, com mandato de dois anos.

Com ampla experiência no magistério, foi professor de Direito Processual do Trabalho do Curso de Pós-Graduação da Faculdade Mackenzie (2003) e professor dos cursos de graduação e pós-graduação e Direito Material e Processual do Trabalho do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB) (2002-2013). Lecionou Direito Material e Processual do Trabalho no Instituto de Direito Público (2012-13). Também foi Secretário da Assembleia Geral da Associação Luso-Brasileira de juristas do Trabalho, no biênio 2007/2009.

O indicado ainda exerceu inúmeras outras atribuições, associadas à função de magistrado da Justiça do Trabalho e ao trabalho pedagógico em instituições de ensino no campo do Direito do Trabalho. Participou, também, como Membro Titular ou Suplente, em diversas Comissões Examinadoras de Concursos Públicos para Seleção de Juízes do Trabalho Substituto, na 10<sup>a</sup> e na 7<sup>a</sup> Regiões, em seis oportunidades, e de Procurador do Trabalho da Procuradoria-Geral do Trabalho, em 2008.

Ampla, igualmente, é a sua atuação associativa: foi Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (ANAMATRA), entre 1995 e 1999 e Vice-Presidente, da mesma Associação, de 1997 a 1999. Também foi Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entre 1999 e 2002. Mais ampla ainda é a sua participação, como palestrante, docente ou organizador, em conferências, palestras, aulas e painéis sobre os mais variados temas do Direito do Trabalho. O currículo de S. Exª enumera e descreve sessenta e quatro desses eventos.

É autor de diversas obras doutrinárias no campo do Direito do Trabalho.

O Magistrado Douglas Alencar Rodrigues foi agraciado com diversos títulos, comendas e medalhas. É Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 10ª Região, da Ordem do Tribunal Superior do Trabalho, da Ordem do Mérito do TRT da 8ª Região e da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho do TRT da 24ª Região.

Recebeu as seguintes medalhas: Medalha Ouro do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região e Medalha do Valor Militar do Tribunal da Justiça Militar do Estado de São Paulo. Também foi agraciado com a Comenda Miranda Lima da Ordem dos Advogados do

Distrito Federal. Recebeu, finalmente, elogios do Conselho Nacional de Justiça e do TRT da 10ª Região.

Finalmente, Sr. Presidente, para não me alongar mais aqui, sob pena de passar a tarde lendo o currículo do Dr. Douglas, eu quero registrar que o indicado encaminhou todas as declarações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, bem como argumentação escrita informando ter experiência profissional, formação técnica adequada, além da afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Ministro do Superior Tribunal do Trabalho.

Diante do exposto, entendo que as Srªs e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já dispõem de elementos mais do que suficientes para deliberar sobre a indicação do Dr. Douglas Alencar Rodrigues para exercer o honroso cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho na vaga reservada, como disse, a juízes da carreira da Magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Sr. Presidente, eu acho que, com essas informações, a Comissão tem, além do prazo de vista regimental que V. Exª obviamente dará, todas as condições de sabatinar e aprovar, na próxima quarta-feira pós-carnaval, o Dr. Douglas Alencar Rodrigues, assim como os demais indicados pela Presidente da República, obviamente já lidos os relatórios nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Eunício Oliveira pelo brilhante e robusto relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva e agendado para as 14 horas do dia 12 de março o processo de arguição do candidato, de acordo com a Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Item extrapauta.

### **MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2014**

**- Não Terminativo -**

**Submete, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor JOSÉ BARROSO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Marques Soares.**

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Romero Jucá

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Eduardo, para proceder à leitura do relatório.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu serei bastante sucinto, até porque o indicado, o Sr. José Barroso Filho, é conhecido do Senado da República pela sua atuação com a visão extremamente social em favor principalmente das populações dos Estados mais carentes.

O Sr. José Barroso Filho foi indicado para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. Tem formação em advocacia, tem mestrado, tem doutorado, diversos cursos internacionais, é Juiz-Auditor Militar da União, tendo exercido a sua função em diversas regiões do País, o que é extremamente importante para esse cargo. O Dr. Barroso exerceu sua função na região do Rio Grande do Sul e exerce a sua função, hoje, na

Amazônia, inclusive no Estado de Roraima. Portanto, perpassou todas as regiões do Brasil, agregando a sua experiência de vida à visão do que é um País continental como é o Brasil.

Entregou toda a documentação, portanto, está apto a ser sabatinado e aprovado por esta Comissão.

O parecer do Senador Eduardo Braga, por mim corroborado, é favorável à aprovação, solicitando também que essa audiência possa ser feita juntamente com os outros que foram aqui relatados, na próxima quarta-feira, dia 12.

Esse é o voto de louvor pelo currículo, pela história, pela experiência, pela bagagem e pela visão do indicado José Barroso Filho para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

**O SR. PRESIDENTE** (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Romero Jucá pela defesa do relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva e agendado para as 14 horas do dia 12 de março o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

*(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)*

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2014, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.**

Às nove horas e sete minutos do dia doze de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Wellington Dias, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Randolfe Rodrigues, Eunício Oliveira, Aécio Neves e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores Ministro Marco Aurélio Bellizze, Ministro Sérgio Luiz Kukina, Ministro Antonio Carlos Ferreira, Ministro Herman Benjamin e Ministro Napoleão Nunes Maia, do Superior Tribunal de Justiça; Jairo Gilberto Schäfer, Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça; General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar; Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil; João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Tício Lins e Silva, Advogado e Jurista; Deputado Federal Décio Lima (PT/SC), Ex-Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados; Deputado Federal Osmar Serraglio (PMDB/PR); Vereador Tovar Correia Lima, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Campina Grande; e das Senhoras Ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral; e Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2014 - Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor NÉFI CORDEIRO, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Porto Alegre/RS), para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor NÉFI CORDEIRO, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos favoráveis. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Waldemir Moka. O Senhor Senador Waldemir Moka devolve a Presidência ao Senhor Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia doze de março de dois mil e quatorze; e para

constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta Presidência deseja esclarecer, preliminarmente, que hoje retomaremos a alternância das reuniões ordinárias e extraordinárias, prática bastante empregada em 2013, tendo em vista a ampliação das matérias instruídas para apreciação por este colegiado.

Esse procedimento será adotado para que, no início dos trabalhos desta manhã, possamos, em caráter extraordinário, arguir o Dr. Néfi Cordeiro, indicado para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Entre as proposições de maior expectativa e de maior repercussão popular, destaco exatamente os quatro primeiros itens: os que versam, respectivamente, sobre as dívidas contraídas pelos Estados e pelos Municípios com a União, o mandato de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o plebiscito sobre federalização da educação básica e os direitos de transmissão de quiosques, *trailers*, bancas de revistas e similares.

Por fim, devo esclarecer que na pauta de trabalho também está a sabatina dos Srs. Douglas Alencar Rodrigues, indicado para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, e José Barroso Filho, indicado para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Tendo em vista que esta segunda parte da pauta mantém similaridade com uma reunião extraordinária – o tema é a arguição de indicados –, esta Presidência encaminhou, ontem, comunicado a V. Ex<sup>as</sup> para esclarecer que ela será transformada, a primeira parte, em reunião ordinária, com início previsto para as 10 horas. Vamos fazer as três sabinas neste início da manhã.

Registro, com muita satisfação, a presença da Ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral, do juiz Dr. Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, do advogado, jurista, amigo desta Casa, Técio Lins e Silva.

Convido para fazer parte da Mesa, na condição de sabatinado, o Dr. Néfi Cordeiro. *(Pausa.)*

Peço ao paranaense Alvaro Dias que conduza o conterrâneo a esta Presidência. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos à pauta.

**ITEM 1**

### **MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor NÉFI CORDEIRO, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Porto Alegre/RS), para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais.**

**Autoria:** Presidente da República.

**Relatoria:** Gleisi Hoffmann.

**Relatório:** Votação secreta.

**Observações:** Na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 26/02/2014, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto na Resolução do Senado nº 41, de 2013. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Concedo a palavra ao Dr. Néfi Cordeiro para a sua exposição.

Antes, porém, gostaria de registrar a presença do Ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça.

Seja muito bem-vindo!

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Vital do Rêgo, digníssimo Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa de quem saúdo os Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores membros desta Casa aqui presentes; Ex<sup>mos</sup> Srs. Ministros Marco Aurélio Bellizze e Sérgio Luiz Kukina, que me honram com as suas presenças neste momento tão especial do processo de indicação para ocupar uma vaga no Superior Tribunal de Justiça; Ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral; meu caro amigo Dr. Tício Lins e Silva; senhoras e senhores, este é um momento de grande responsabilidade e de muita importância para o processo de indicação ao Superior Tribunal de Justiça. É o momento em que o candidato expõe as suas ideias, expõe seus pensamentos e sua compreensão do Direito para que a população brasileira, por meio do Senado, possa entender ser este candidato apto ou não a exercer o relevante cargo de Ministro de um tribunal superior deste País, no meu caso, o Superior Tribunal de Justiça. É, pois, uma fase com que tive especial preocupação. Preparei-me, procurei a todos que pude, fiquei à disposição para a troca de ideias. Realmente, entendo que é parte fundamental do processo, porque é o momento em que a sociedade se faz presente na indicação de um juiz, de um magistrado para um tribunal superior.

Tive a minha formação sempre voltada à área criminal, desde os bancos escolares. Assim que me formei, pareceu-me natural o caminho do Ministério Público, onde fiquei por nove meses, um período muito pequeno. Decidi, então, que a minha vocação era o exercício da magistratura. Fui juiz estadual por dois anos e meio, aproximadamente. Veio, então, a Justiça Federal, em 1992, onde tive a felicidade de ser aprovado em primeiro lugar. Desenvolvi, desde então, o trabalho da melhor forma que pude; tentei e cheguei muito próximo de zerrar todos os gabinetes por onde passei. Inclusive, no tribunal onde eu estava já há doze anos, consegui atingir essa marca felizmente; consegui zerrar um gabinete, e isso foi, inclusive, registrado pela Corregedoria do CNJ.

A par do trabalho profissional a que sempre procurei me dedicar, com essa celeridade – preocupado com a qualidade, sim, do trabalho, mas buscando a celeridade possível –, tentei também me preparar academicamente. Fiz mestrado e fiz doutorado na Universidade Federal, na área criminal sempre, e acabei iniciando uma atuação acadêmica na área da pós-graduação, ministrando aulas em cursos de mestrado e de doutorado. Contudo, chegando o ponto em que o trabalho judicial foi por demais exigente, fiz uma opção pela magistratura. A área acadêmica ficou um pouco de lado porque preferi me dedicar com concentração maior à magistratura.

Esse trabalho foi desenvolvido desde 1992, então, há cerca de 22 anos estou na magistratura federal. Como disse, há 12 anos estou em Porto Alegre como Desembargador. Tive a felicidade de, nesse período, ter uma acolhida muito boa da classe dos advogados em todas as regiões por onde passei. Conto com o honroso apoio inclusive das Ordens dos Advogados do Brasil – Paraná, Rio Grande do Sul –, justamente por essa preocupação que sempre tentei apresentar nos processos de ver exatamente o que era julgado, julgando com rapidez, mas buscando a qualidade possível.

Há um ano e meio, depois de quatro anos com o gabinete zerado, resolvi fazer uma cota também de sacrifício pessoal para algo que achava importante para o meu Tribunal, que era a enorme quantidade de processos previdenciários e, então, saí de um gabinete zerado na área criminal para um gabinete com quase 8 mil processos em previdenciário para tentar ajudar também nessa matéria. É uma matéria que muito me preocupa, Sr. Presidente, porque são pessoas a quem o salário mínimo é a vida. Por essa razão, achei que a minha colaboração seria algo útil, muito útil a essas pessoas e saí da minha área mais cômoda, área de dedicação, que era a criminal, para poder ajudar também na previdenciária.

Após um ano e meio nessa nova atividade, tive a felicidade da indicação, pela Presidente da República, para a vaga no Superior Tribunal de Justiça. Foi a terceira lista que compus no Superior Tribunal de Justiça – tive a felicidade de ser indicado em outras duas – sempre em primeiro escrutínio, foi um tratamento de reconhecimento que eu não tenho como agradecer aos Ministros, e, felizmente, nesta vez, eu tive a felicidade da indicação, motivo pelo qual, agora, venho me colocar à disposição de V. Ex<sup>as</sup> para as perguntas da sabatina não sem antes apenas fazer um comentário final acerca da preocupação que todos temos e que, como Juiz, tenho também, especialmente na área criminal, com os nossos principais temas de impasse, os nossos principais temas de conflito: nossas prisões degradantes, com grande quantidade de pessoas, constitui-se em um drama social e em uma questão a ser pensada para que algo possa ser feito para que se possa reduzir a quantidade de presos ou que se possa pensar em alternativas, como penas, para que novas soluções sejam dadas como respostas criminais.

A grande preocupação de qualquer magistrado é que nós tenhamos processos com solução eficiente. Que se puna quem pratica crimes, mas que não se faça isso com violação aos direitos fundamentais, com violação à garantia dos acusados. É nesse confronto, nessa proporção de buscar a eficiência, mas sem abrir mão das garantias individuais que caminha a jurisprudência, que caminham os juízes do Brasil, e é com esse confronto que me deparei por mais de 20 anos de atividade.

Temos um processo muito formalizado, em que muitas vezes as nulidades acabam resolvendo os processos, e não a solução de culpa e inocência. Isso é um problema que também sempre enfrentamos.

É preciso também buscar a gestão. E isso é responsabilidade nossa, dos juízes. Não é possível a cada vez imaginar-se sempre, embora isso – claro – deva ser considerado, mas não será sempre a resposta o mais do mesmo. Ou seja, não é só aumentando juízes, aumentando servidores, aumentando varas que se vai ter uma Justiça melhor. Esse é um caminho, mas a gestão é sempre fundamental. É preciso que os juízes, é preciso que os tribunais saibam gerir seus recursos, saibam gerir seus processos, suas tarefas, para que tenhamos uma Justiça mais qualificada e mais célere.

Finalmente, uma ideia por que eu acabei me apaixonando também nessa caminhada, embora criminalista – vejo o Ministro Antonio Carlos, do Superior Tribunal de Justiça, aqui presente, minha saudação, meus agradecimentos –, que acabei desenvolvendo foi com a mediação, que vejo como uma das grandes soluções para a Justiça, a busca de solução dos conflitos antes mesmo do ingresso no Judiciário ou mesmo já dentro do Judiciário e – por que não? – até mesmo após sentença condenatória em tribunais. Todas as medidas que sejam de empoderamento das partes, que devolvam para a sociedade o poder de decidir os seus conflitos são úteis, fazem melhor justiça, porque a justiça que a própria parte faz é aquela que ela mais aceita, e é um dos caminhos que vejo como também passíveis de se conduzir a uma melhor justiça.

Buscando, como já tinha adiantado, ser objetivo, fico, agora, à disposição de V. Ex<sup>as</sup> para as perguntas desta sabatina.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Dr. Néfi pelas suas explicações anteriores e preliminares.

Foi sempre muito prazeroso quando, pelo menos nesta Presidência, ao longo deste último ano, nós tivemos a oportunidade de sabatar os mais de 35 indicados aos diversos conselhos e aos tribunais superiores do Brasil, e sempre com indicações de caráter técnico. O peso dessas indicações se dá pela presença de colegas, companheiros dos indicados. Isso mostra a qualidade, a responsabilidade com que o Poder Executivo trata dessa matéria quando tem à frente listas para fazer as suas escolhas.

Nós sempre temos a alegria, nessas sabatinas, de reencontrar Ministros que passaram por aqui, reencontrar companheiros do Poder Judiciário, autoridades, e quero citá-las. Já citei, porque tenho o prazer de revê-la, a Ministra Luciana Lóssio, cito o Ministro Sérgio Kukina, o nosso querido Ministro Antonio Carlos Ferreira, todos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral.

Sejam todos muito bem-vindos!

Agora, para o meu prazer paraibano e para o prazer do Senador Cássio Cunha Lima, quero citar a presença do Vereador Tovar Correia Lima, que é da nossa cidade de Campina Grande, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Vamos iniciar a lista de debatedores.

Com a palavra, pela ordem, a Relatora, que tem precedência. Depois, o Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, Senadores e Senadoras, convidados aqui presentes, Dr. Néfi, para mim, é uma alegria e um orgulho muito grande ter relatado o processo pelo qual V. Ex<sup>a</sup> foi indicado pela Presidenta e está sendo analisado por esta Comissão. É uma honra grande pelo seu currículo, que eu já expus, aqui na Comissão, na reunião anterior que nós tivemos da CCJ, e também, agora, por sua exposição, que demonstra conteúdo, a sua carreira, enfim, a contribuição grande que V. Ex<sup>a</sup> dará ao Superior Tribunal de Justiça do nosso País. Eu me orgulho por ser paranaense, por nós estarmos podendo oferecer ao Brasil um quadro tão preparado, com tanta capacidade e competência, com um histórico curricular tão importante como o seu. Fico muito feliz por sua indicação. O STJ, com certeza, se abrihantará, se engrandecerá. Estará lá com outros magistrados de grande qualidade, aliás, magistrados paranaenses, como o Dr. Felix Fischer, que hoje dirige o Tribunal, e o Dr. Kukina, que está aqui. No nome dele, quero saudar todos os juízes presentes e dizer que é uma satisfação muito grande.

Eu quero me desculpar, cheguei atrasada, peguei trânsito. Eu acredito que V. Ex<sup>a</sup> tenha relatado, mas o Dr. Néfi, além de formado em Direito, é engenheiro civil formado, também, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná dez anos depois que se formou em Direito. Então, isso mostra, já, a dedicação do Dr. Néfi. Embora dedicado à questão do Direito, à sua carreira, encontrou tempo para fazer um curso difícil, como o curso de Engenharia Civil. Isso também lhe dá ainda mais qualidades e mais preparos.

Eu queria ressaltar, também, a importância que tem o seu foco ou a sua concentração na área criminal, especialmente no que diz respeito à questão das drogas. O Dr. Néfi tem dissertação de mestrado que fez em Direito Público, pela Universidade Federal, com o tema: Competência Federal em Crimes de Drogas. Na mesma instituição, ele se tornou doutor com uma dissertação, uma tese que é: Tráfico Internacional de Entorpecentes.

No momento em que a sociedade brasileira se confronta com um problema tão grave, tão crítico como esse, ter uma pessoa como V. Ex<sup>a</sup>, com essa experiência, com essa dedicação ao assunto, com certeza, é muito importante e pode nos ajudar muito nesta Casa e, com certeza, ao Poder Executivo da República, para que a gente possa encontrar caminhos e, realmente, fazer o enfrentamento dessa que é uma das chagas maiores da nossa sociedade, que é o consumo de drogas, o tráfico de drogas.

Eu gostaria, Dr. Néfi, embora V. Ex<sup>a</sup> já tenha explanado, que nos falasse um pouquinho sobre esse tema. Acho que é de grande relevância e pode nos ajudar muito a encontrar caminhos, principalmente porque esta Casa debate esse tema, que nos é colocado.

Ademais, queria parabenizá-lo, desejar-lhe muito sucesso, reiterar meu pedido a esta Comissão para – tenho certeza de que irá fazê-lo – aprovar seu nome ao STJ, e desejar muito sucesso lá, porque o seu sucesso é o sucesso do povo brasileiro, das pessoas que precisam da Justiça e, como disse V. Ex<sup>a</sup>, a Justiça é um espaço onde temos que encontrar o resgate dos direitos. Mas concordo que a mediação é melhor. Se pudermos evitar recorrer à Justiça, tivermos instâncias que mediem os conflitos da sociedade, tenho certeza de que ganharemos muito em tempo, em recurso, em solução dos problemas.

Parabéns! Que Deus o abençoe muito nessa caminhada. Pode contar sempre conosco aqui nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço, Senadora Gleisi Hoffmann.

Vamos passar a palavra ao Senador Alvaro Dias.

Vamos fazer blocos de três, para termos, então, a intervenção do Dr. Néfi.

Antes, registro a presença do Dr. Jairo Gilberto, Juiz auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça. Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Muito obrigado, Presidente Vital do Rêgo.

Nosso sabatinado, Dr. Néfi Cordeiro – saudação também aos visitantes –, primeiramente, a exemplo do que fez a Senadora Gleisi, quero dizer da satisfação de vê-lo, neste momento, sendo sabatinado pelo Senado Federal para ocupar uma função da maior importância no Poder Judiciário, não só por ser paranaense – acho que a questão geográfica não é relevante nessas indicações –, mas por atender a todos os pressupostos básicos indispensáveis e que são constitucionais para ocupar função dessa envergadura. V. Ex<sup>a</sup> foi eleito três vezes consecutivas no primeiro escrutínio. Isso é um fato histórico, é um fato inédito. E, por si só, justifica a preferência da Presidência da República e a sua indicação. Enfim, seu currículo extenso justifica plenamente a indicação.

Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo e fazer algumas indagações. Nesta Comissão, Desembargador – o Presidente Vital do Rêgo já designou relator –, há um projeto de lei que diz respeito aos embargos infringentes, tão discutidos ultimamente, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal, mas também nesta Casa há uma proposta de extinção dos embargos infringentes, com base no parecer do Ministro Celso de Mello, que fez referência a uma proposta encaminhada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional, e rejeitada pela Câmara dos Deputados. Inspirados pelo Ministro Celso de Mello, encaminhamos essa proposta, que está, me parece, com o relator nesta Comissão. Aproveito o ensejo para pedir celeridade nos procedimentos, porque esse é um assunto momentoso. Gostaria da opinião do Dr. Néfi a respeito.

Outra questão que também deve estar na pauta do Supremo diz respeito ao mandado de segurança impetrado também recentemente, diz respeito à negação de se oferecer as informações solicitadas através da Lei de Acesso à Informação em relação aos empréstimos externos secretos concedidos pelo Governo brasileiro através do BNDES a Cuba e a Angola. Requeremos as informações com base na Lei de Acesso à Informação. A alegação é de que, naqueles países, impõe-se o sigilo para operações dessa natureza. Ocorre que a legislação brasileira caminha em outra direção. A Constituição prevê a necessidade da transparência e da publicidade dos atos públicos. Em razão dessa contradição do Governo brasileiro, indaguei aqui, nesta Comissão, ao Presidente do BNDES sobre as razões que levam o Governo brasileiro a colocar tarja de sigiloso nesses empréstimos, e ele respondeu que era para atender a legislação daqueles países. Eu indaguei se havia uma preferência pela legislação daqueles países ou do nosso País, e não houve resposta em relação a essa preferência. Por isso essa indagação é pertinente, e gostaria de ouvir a sua autorizada opinião a respeito.

A outra questão vai um pouco além dessa; diz respeito também ao sigilo das despesas com cartões corporativos pela Presidência da República. É um debate que nós travamos aqui nesta Casa há bastante tempo. Alega-se que, em nome da segurança nacional, fazem-se despesas sigilosas na Presidência da República, e nós verificamos, consultando ex-presidentes, que não há nenhuma relação com segurança nacional. Essas despesas são despesas normais, que não atendem à necessidade de respeito a princípios que nos ligam à segurança nacional. Enfim, são despesas com dinheiro público que deveriam ser do conhecimento público.

Outra questão, para finalizar, Presidente, embora gostaríamos de perguntar sobre tantas outras questões, que está em debate também no Senado Federal diz respeito ao foro de prerrogativa para autoridades, equivocadamente denominado de foro privilegiado, popularmente conhecido como foro privilegiado. A in-

dagação é se nós devemos revogá-lo, por ferir a ideia republicana de igualdade de todos perante a lei, ou, ao contrário, preservá-lo, porque recentemente tivemos esse episódio, o julgamento da Ação Penal 470, que diz respeito ao mensalão, que provavelmente tenha ocorrido nesse período de tempo em razão exatamente da existência desse foro de prerrogativa.

Portanto, são as indagações que formulo a V. Ex<sup>a</sup>, desejando desde já sucesso nessa missão. Certamente honrará o STJ com a sua competência e com o seu conhecimento jurídico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Registro a presença do Ministro Napoleão Maia – seja muito bem-vindo! –, do STJ, e de um orgulho da Paraíba, orgulho de Catolé do Rocha para o mundo, o Ministro Herman Benjamin.

Antonio Carlos Rodrigues, meu Senador, com a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES** (Bloco União e Força/PR - SP) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, os demais Senadores, o nosso sabatinado, Dr. Néfi, e todos os demais visitantes.

Dr. Néfi, a ONU tem criticado muito o sistema prisional brasileiro. São compatíveis as críticas?

Qual a opinião de V. S<sup>a</sup> sobre o ativismo judicial?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Vamos agora ao primeiro bloco de respostas às indagações. Depois o Senador Benedito pede a inscrição. Com a palavra.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Saúdo inicialmente, pois ainda não havia saudado, os Ministros Napoleão e Herman Benjamin. É uma honra, é um prazer sempre revê-los. Neste momento especial, então, pela importância da presença de V. Ex<sup>as</sup>, muito me sensibiliza.

Ministra Gleisi Hoffmann, meus agradecimentos públicos por sua acolhida, por seu apoio nesta caminhada. São quase três anos em que eu estou neste caminho de – quem sabe? – realizar um sonho de chegar ao Superior Tribunal de Justiça, não como algo pessoal, mas porque realmente acredito na Justiça e acredito possa vir a colaborar para uma Justiça melhor. E nessa caminhada, o seu apoio sempre esteve presente, foi fundamental. Meus agradecimentos.

Nós temos realmente como um grande drama social a questão das drogas. É um drama que é criminal, é um drama que é social e é familiar. É um drama que temos constantemente à nossa volta e em que precisamos lidar com dois grandes problemas. O tráfico envolve muito dinheiro, envolve muito poder, e isso fomenta uma espécie de criminalidade violenta que tenta por vezes até tomar o poder e que exige respostas gravíssimas por parte do Estado. De outro lado, temos os usuários, os consumidores, que, ao menos na fase inicial, são pessoas que realmente acabam, por curiosidade ou até por uma falha inicial de conduta, aceitando conhecer as drogas, e têm dificuldade de sair desse meio.

Com o tempo, há o risco, sim, de os usuários, os dependentes passarem à segunda categoria, a dos traficantes, até para poder pagar pelo consumo das drogas. Mas enquanto estiverem na primeira categoria, me parece que o tratamento que vem sendo dado no Brasil, e que é uma tendência inclusive da ONU, agora recomendada, é de que se trate a eles como doentes, é que se dê a eles condições de se recuperarem, que se dê a eles possibilidades para sair desse vício. A partir do momento em que eles passam a colaborar com a cadeia criminoso, passam para o lado da traficância, o Estado passa a ter que agir, e agir com severidade. As penas dos crimes de tráfico realmente são altas, são equiparados a hediondos, nós já tentamos até, por lei, fazer impedimentos a recursos de presos, a liberdade durante do processo, e o Supremo acabou entendendo que isso não era possível. Mas é preciso, sim, a constante preocupação com uma resposta criminal eficiente nesse tipo de crime.

E fiquei feliz até, Sr. Presidente, na semana passada, quando acompanhava o relatório, de ver discutido aqui neste plenário da CCJ uma questão de toda relevância, que era a destruição de drogas que estavam estocadas em delegacias e que representavam realmente um grande risco social pela possibilidade de invasão de delegacias e da violência gerada na tomada da droga. Então, realmente, é um tema importantíssimo. Sei que há projeto de lei em andamento para tratar dessa questão, para uma revisão do assunto das drogas.

Sei também que é proposto outro tema de bastante complexidade, mas que me parece, sim, um caminho adequado, que é o da internação compulsória do dependente, a partir do momento em que ele se torne um risco para ele próprio ou para terceiro. No momento, infelizmente – embora se trate o vício como uma questão pessoal –, em que passa a haver riscos a terceiros, passa a haver riscos que é preciso controlar, a internação é um caminho que me parece de todo recomendável.

O Judiciário realmente tem um volume muito grande de demandas e a mediação, Senadora Gleisi, é um dos caminhos possíveis. Infelizmente, ou felizmente até, para os juízes, existe uma ideia social do Judiciário

como o garantidor das promessas. Um juiz francês, Garapon, usa muito esta expressão, que o juiz é o garantidor das promessas da sociedade. Ou seja, é a ideia, correta ou não, de que é a última esperança. Daí a busca tão grande pelo Judiciário e daí o crescimento, inclusive, da atividade jurisdicional avançando sobre áreas até de discutível acesso para quem está examinando apenas o Direito e não políticas públicas. Mas é uma provocação social dessa última esperança que vê, corretamente ou não, no Judiciário.

Senador Alvaro Dias, muito grato pela acolhida, muito grato pelo apoio nessa caminhada. Os temas que V. Ex<sup>a</sup> traz são todos de grande polêmica.

Os embargos infringentes constituem-se num recurso criminal em favor do acusado para decisões majoritárias. E nessa situação se dá uma chance a mais, já que a decisão não foi unânime, de que ele tenha essa mesma questão resolvida por um número maior de juízes. Abolir os embargos infringentes é diminuir uma chance de reexame da prova.

A questão que V. Ex<sup>a</sup> traz, na verdade, é mais ligada ao Supremo, em que temos aí a questão da existência dessa previsão apenas no Regimento Interno do Supremo. E a discussão jurídica, não política – essa V. Ex<sup>as</sup> agora enfrentarão com propriedade e não interferirei –, acabou sendo resolvida bem ou mal. Houve até uma decisão muito apertada, entre outros argumentos, porque o Regimento Interno do Supremo é anterior à Constituição. Então, foi acolhido com força de lei. E, como V. Ex<sup>a</sup> lembrou, houve até uma proposta de lei para se alterar, mas acabou não sendo levada adiante.

Então, o projeto de lei que V. Ex<sup>as</sup> discutirão é quanto à questão política, se vale a pena abrir mão de uma chance a mais para a defesa, se vale a pena abrir mão de uma revisão de julgamento de quem, especialmente no Supremo, tem como único julgamento aquela Corte. Se V. Ex<sup>as</sup> entenderem que, pela celeridade, vale a pena abrir mão de um segundo julgamento, a resposta será positiva. Se entenderem que melhor é garantir, especialmente no Supremo, a quem é julgado uma única vez, ter uma decisão com quatro votos, como está no Regimento Interno, ou com quantos votos V. Ex<sup>as</sup> definam no projeto, que se tenha uma possibilidade de revisão do seu julgado, é uma ponderação que cabe a V. Ex<sup>as</sup> bem definirem para os destinos do País.

E até aproveitando esta questão, vou pular para sua última indagação, do foro de prerrogativa, novamente, é uma questão política, Senador. Nós temos vantagens e desvantagens nesse sistema.

O foro de prerrogativa tem como vantagem evitar conflitos dentro do Poder e entre Poderes. Ou seja, um desembargador não vai ser julgado por um juiz substituto do seu tribunal, porque, se este o fizesse, ficaria sempre a dúvida se o juiz substituto estaria absolvendo ou condenando o desembargador por algum interesse. Entre Poderes, o governador do Estado não é julgado pelo tribunal de Justiça do seu Estado, novamente, para evitar a possibilidade de dúvida sobre conflitos de interesses. Essa é a vantagem.

A desvantagem é que os nossos tribunais não estão habituados a julgar crimes. E digo isso porque sou desembargador criminal e a minha especialidade é criminal. Nossos tribunais estão acostumados a lidar com recursos, não com ação originária. Cada vez mais até, os tribunais buscam apoios. O nosso tribunal agora – nosso tribunal, desculpem-me –, o Superior Tribunal de Justiça agora aprovou a convocação de juízes de primeiro grau para auxiliá-lo, porque o volume de trabalho é muito grande, a equipe não está acostumada a fazer a instrução de processos e, daí, o que acontece é que os processos demoram muito. Então, a primeira desvantagem do foro com prerrogativa é a demora, com o risco de prescrição; a segunda, e talvez a mais grave, é o ferimento da isonomia.

Se pegarmos outro sistema, por exemplo, o americano, nele não há foro com prerrogativa. O Presidente dos Estados Unidos é julgado por um juiz de primeiro grau. Agora, como eu disse, é uma questão política. V. Ex<sup>as</sup> é que vão definir qual a vantagem é melhor: garantirmos a isonomia por completo, todos sendo julgados em primeiro grau, ou parcialmente? Parece que há uma proposta também de que sejam julgados por um tribunal inferior, como o STJ, ou por um tribunal de apelação, TRF, tribunal de justiça. Vai-se para o lado da isonomia ou garante-se evitar aqueles conflitos que comentei, dentro do Poder e entre Poderes, e se mantém o foro com prerrogativa. É uma opção que a nossa sociedade deve fazer. Ainda que não se venha abolir, talvez se possa pensar, Senador, em alguma restrição, ou diminuindo o número de pessoas com prerrogativa de foro ou alterando-se tribunais que teriam essa competência.

As outras duas questões referem-se a sigilos, Senador Alvaro Dias. E novamente são polêmicas. Nós temos em discussão aqui questões que são alegadamente de segurança do Estado contra o interesse da sociedade em fiscalizar as contas públicas, a transparência. E, nesse sopesamento, cabe inicialmente ao legislador e, depois, ao Judiciário, para o caso concreto, definir os limites.

V. Ex<sup>a</sup> me disse que, em princípio, não haveria questões de Estado em gastos de cartões corporativos. E, se isso acontecer, realmente não há justificativa lógica para que seja acobertado pelo sigilo. Agora, é claro que, provavelmente, quem esteja considerando que há questão de Estado vá alegar que existem esses gastos com questões que possam indicar o número de pessoas ou gostos, questões que possam colocar em risco a

segurança de autoridades. Volto a dizer, se essa questão for resolvida por lei, resolve-se esse problema. Senão, como V. Ex<sup>a</sup> já alegou, isso pode ser, sim, discutido casuisticamente para verificar se há razoabilidade na denegação do acesso à transparência, que é um valor fundamental. E a sociedade precisa, sim, conhecer como o Estado gasta o dinheiro do povo.

A mesma justificativa, a mesma argumentação se dá quanto aos empréstimos internacionais com sigilo. V. Ex<sup>a</sup> inclusive abordou uma questão muito interessante, que provavelmente vai ser objeto de especial discussão no caso concreto, que é a vinculação, no Brasil, à legislação brasileira. Nós não podemos nos submeter comercialmente a condicionamentos de outros países para impedir a validade, o exercício de direitos no Brasil. Nesse ponto, concordo integralmente com V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Antonio Carlos Rodrigues, realmente, o nosso sistema prisional é um drama. Eu até comentei na minha fala inicial, rapidamente. Eu sou juiz criminal há mais de 20 anos. E o grande drama, talvez, do juiz criminal é saber que o que ele está fazendo tenta fazer da melhor forma possível, faz porque é o correto, faz porque é sua função, mas sabe que, a cada condenação que envia alguém à prisão, aquela pessoa passa a ter como menor das penas a privação da liberdade. A privação da liberdade, que deveria ser a única pena, acaba sendo, talvez, a menor, num meio que é degradante, num meio que o torna um animal, num meio que não lhe dá esperanças. Isso é um drama para quem atua na jurisdição criminal. É uma necessidade do juiz, é uma resposta criminal que está pela lei fixada, por isso outras respostas podem e devem ser pensadas, mas, no sistema atual, realmente, a privação da liberdade acaba sendo a menor das penas. Então, eu tenho que concordar.

Como disse, eu já fui promotor, já fui juiz estadual. Na Justiça federal, mais recentemente, passamos a ter presídios federais. Antes, não havia um contato tão próximo. Mas já naquela época em que eu era promotor e juiz estadual ou mesmo como professor – eu sempre fiz questão, como professor, de levar os alunos aos estabelecimentos prisionais, porque eu não admitia que alguém saísse da faculdade e quisesse discutir Direito Penal sem nunca ter conhecido um presídio, sem nunca ter conhecido essa realidade –, então, mesmo quando já fora da jurisdição estadual, eu continuava tendo esse contato em visitas.

É um drama, um drama do nosso País e um drama do mundo. Nós somos o quarto maior país em números absolutos de presos. Desse número de presos, talvez 50% ou 60% seja de presos provisórios. Ou seja, ainda presumidamente inocentes. E aí também há outro fator que mostra que algo está errado nesse sistema.

Então, são questões com que precisamos nos preocupar, seja em termos de lei, seja em termos de nós mesmos, como juizes, no desenvolvimento dos processos, em prisões cautelares, em medidas alternativas à prisão.

Muito obrigado, senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Próximo bloco: Senadores Cássio Cunha Lima, Benedito de Lira e Acir Gurgacz.

Registro a presença do ex-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Deputado Federal Décio Lima.

Parabéns pelo trabalho de V. Ex<sup>a</sup> à frente da CCJ da Câmara dos Deputados.

**O SR. DÉCIO LIMA** (PT - SC) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoridade/PSDB - PB) – Presidente Vital do Rêgo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Dr. Néfi Cordeiro, permito-me cumprimentar todas as autoridades que aqui se encontram, Ministros do STJ e do Tribunal Superior Eleitoral, na pessoa do Ministro Herman Benjamin, que orgulha e honra as melhores tradições paraibanas com o seu talento, o seu brilhantismo, a sua inteligência, correção e ética e que engrandece esta sabatina que tem por objetivo aprovar a indicação de Sua Excelência a Presidente Dilma Rousseff do Dr. Néfi Cordeiro para o Superior Tribunal de Justiça do nosso País.

Antes da pergunta, e será uma pergunta muito objetiva, eu gostaria de fazer dois rápidos comentários em torno de temas trazidos no primeiro bloco dos questionamentos, no que diz respeito, em primeiro lugar, a contratos e despesas secretas que o Poder Executivo tem usado de forma abusiva em nosso País, compreendendo e acreditando eu que, na República, não pode haver segredos. Na República, não há espaço para segredos. Portanto, qualquer caminho que seja trilhado pela via do sigilo fere a essência natural da *res publica*.

Quanto ao tema do foro por prerrogativa, acredito eu, na minha modesta opinião, que não há como ter – devidamente aspeado – o “privilégio do foro” para crime comum. No máximo, quando muito, nos crimes específicos de responsabilidade. Tenho, inclusive, proposta nesse sentido tramitando no Senado Federal.

Para cumprir a objetividade da participação, faço um pedido ao Dr. Néfi. Estamos, nesta CCJ, no Senado, no Congresso, debatendo a redução da maioria penal. Dentro da sua vivência, da experiência de V. Ex<sup>a</sup> como promotor, como juiz estadual, como juiz federal, notadamente na área criminal, eu gostaria de colher uma contribuição de V. Ex<sup>a</sup> para enriquecer o debate que está sendo travado neste instante, inclusive aqui, na CCJ, com propostas do Senador Aloysio Nunes, que está sob vista coletiva, salvo erro de memória...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR. *Fora do microfone.*) – ... Plenário.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – ... está com recurso para o Plenário, como me corrige o Senador Alvaro, diante de todo esse quadro assustador que o Brasil vive no tema da segurança pública.

Ontem, o País, estarrecido, testemunhou, pela televisão, mais um conjunto de graves episódios ocorridos no Rio de Janeiro. São acontecimentos que se espalham pelo País inteiro, em uma nação que se vê perplexa diante da quase incapacidade de se resolver essa questão tão grave, que tem como uma das principais causas a omissão do Governo Federal.

O Governo Federal insiste em cruzar os braços diante desse drama nacional. Da totalidade dos recursos aplicados em segurança pública hoje, 87% desses recursos têm origem nos Estados e Municípios. Por sua vez, a União, que é quem mais arrecada, quem mais concentra recursos, investe apenas 13% na segurança do povo brasileiro.

Portanto, eu gostaria de receber – e esta Comissão também agradeceria por isto – a contribuição de V. Exª com o relato da experiência vivida na magistratura e a opinião específica sobre redução de maioria penal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o futuro Ministro Néfi Cordeiro, que tenho prazer em conhecer, até porque recebi um ultimato, e queria cumprimentar os demais Ministros que compõem o Superior Tribunal de Justiça que aqui se encontram na pessoa desse grande cearense que é o Ministro Napoleão.

Ele e o meu conterrâneo Humberto Martins me fizeram uma intimação para que eu pudesse fazer o encaminhamento, à época em que era Ministra do Gabinete Civil da Presidência da República a minha querida amiga Gleisi Hoffmann, considerando, inclusive, que se tratava de um magistrado que, pela segunda ou terceira vez, entrou na lista para ocupar o mais alto cargo, o Superior Tribunal de Justiça do meu País.

Nesta oportunidade, eu, além de cumprimentá-lo pela sua indicação, estou muito feliz porque se trata de um Ministro que vai para o Superior Tribunal de Justiça com uma bagagem considerável no que diz respeito ao direito penal.

Como disse o nobre Senador Cássio Cunha Lima, nós estamos vivendo um momento de muita tensão no País. Eu sou oriundo de um Estado pequeno do Nordeste, o querido Estado de Alagoas, tido pela imprensa nacional como o mais violento do País. Mas não é um privilégio de Alagoas. Esse é um processo que se dissemina pelo País como um todo.

Qual a grande preocupação, qual a grande reclamação dos Governadores dos Estados, Ministro? É a droga, é o *crack*. Esse é o vilão de tudo. E, na verdade, fazer segurança pública hoje não pode ser mais competência privativa dos Estados. A República tem de cuidar também dessa parcela. Infelizmente, temos visto as coisas acontecerem assim no dia a dia, o que nos assusta.

Ministro, há outra coisa que, na verdade, preocupa-nos muito: foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente para proteger a criança e o adolescente – esse foi o sentido, o objetivo do diploma legal –, não para proteger o crime, mas, infelizmente, os que cuidam do tráfico de drogas têm utilizado as crianças e os adolescentes como porta-vozes da distribuição da droga e até da criminalização. Esta era uma pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª: qual a sua opinião sobre a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para que a menoridade possa ser alterada?

Em segundo lugar, temos visto frequentemente a transferência de presos de altíssima periculosidade, principalmente traficantes, para presídios de segurança máxima, por determinado prazo, por 30 dias, por 60 dias. Eles vão para lá fazer uma quarentena. Qual a opinião de V. Exª sobre a permanência ali desse povo, desses grandes traficantes, que são responsáveis pela disseminação do crime e pela distribuição de drogas no País como um todo?

Aí vem aquela história: “Aí se mexeu com os direitos humanos.” Muito bem! Os direitos humanos são usados para protegê-los, para dar determinadas regalias a eles, para eles continuarem criando um verdadeiro inferno no País e na sociedade.

Só sabe o que é a droga, infelizmente, tristemente, quem tem uma pessoa da família viciada em droga, que é uma coisa terrível, tenebrosa. O cara que usa do comércio da droga para estender o flagelo na sociedade não deveria ter a mínima regalia, absolutamente nada.

Trato de outro item. Há um contingente considerável de militares das três Forças Armadas que poderiam dar uma ajuda considerável na manutenção da segurança da sociedade brasileira. O que acha o Ministro de também ser extensiva a esses militares a competência em torno da segurança nacional? Não estou falando da segurança nacional em época de guerra. O nosso País é pacato, é um País do amor, do Carnaval, do futebol e

não pensa em guerra. Aqui, não há conflito em nenhuma das fronteiras. O Brasil não tem conflito com os países fronteiriços.

Ministro, eram essas as nossas ponderações. Preocupa-nos no Senado Federal exatamente esses temas. Sendo V. Ex<sup>a</sup> especialista da área do Direito Penal, V. Ex<sup>a</sup> dará, tenho certeza absoluta, uma grande contribuição no que diz respeito aos temas de que estamos tratando aqui.

Eu queria, finalmente, cumprimentá-lo e lhe desejar boa sorte. Que Deus o proteja, para que continue adquirindo mais sabedoria, para distribuir justiça àqueles que precisam!

Muito obrigado.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Sr. Presidente Vital...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador Benedito de Lira. Com a palavra, pela ordem, o Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Para ilustrar o que foi dito, ao término da minha intervenção, recebi o exemplar da edição de hoje do *Correio Braziliense*. Manchete de primeira página: “Matou, filmou, postou na internet e deve ficar impune”. O adolescente confesso (fulano) completou 18 anos dois dias depois de atirar na cabeça da adolescente de 14.

Frio, exibicionista e certo da impunidade, ele filmou a execução, mostrou para amigos e colocou em rede social. Caso reabre discussão sobre a violência contra a mulher, a redução da maioridade penal e a cultura da superexposição na web.

Manchete de primeira página do jornal *Correio Braziliense* de hoje, o que se repete todos os dias Brasil afora.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A manchete de ontem do *Correio Braziliense* também traz um caso semelhante.

O recurso já está pronto? (*Pausa.*)

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, com relação ao nosso sabatinado, Dr. Néfi Cordeiro, eu quero até pedir desculpas. o meu calendário estava errado, eu achava que era às 10h, mas tenho suficientes informações sobre o Dr. Néfi para poder me manifestar.

O Presidente está se referindo a uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria, que mantém a regra geral da maioridade penal, da imputabilidade, aos 18 anos. Essa é a regra geral. Mas permite uma exceção: no caso em que o adolescente com mais de 16 anos tenha cometido um ato infracional que possa ser caracterizado como crime hediondo – como homicídio qualificado, estupro, estupro de vulnerável, latrocínio. Nesses casos, por iniciativa do Ministério Público, do promotor público que atua na vara da infância e da adolescência, por iniciativa exclusiva do Ministério Público, poderá ser instaurado o que eu chamaria de um incidente de desconsideração da imputabilidade, que seria processado perante o juiz dessa vara, afeito, portanto, a questões da infância e da adolescência. E o juiz então iria, mediante uma análise criteriosa da personalidade do adolescente, dos seus antecedentes, aferir a sua capacidade de discernimento. E, caso esse incidente se concluísse pela imputabilidade, pelo fato de que esse adolescente tem condições de entender o que está fazendo, num processo que se dá com ampla defesa, o juiz poderá aplicar a lei penal. E, nesse caso, caso condenado a pena privativa de liberdade, cumpriria pena num estabelecimento à parte, separado tanto dos adultos como dos demais adolescentes. Essa é a emenda constitucional, que foi votada aqui na Comissão de Constituição e Justiça, foi rejeitada por 11 votos a 8, e eu recorri ao Plenário. Já recolhi 22 assinaturas. O mínimo seria 10, tenho 22, e estou aguardando a inclusão na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Acir Gurgacz, o último interpelante no segundo bloco.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Ministros que nos visitam – sejam bem-vindos! –, não tenho nenhum questionamento. Eu queria apenas cumprimentar o Dr. Néfi. Tive o prazer de conhecer o seu currículo no ano passado e também de fazer o encaminhamento para que a nossa Presidenta Dilma o indicasse. Parabens-o pela indicação, desejo muito sucesso e muita sabedoria para distribuir justiça ao povo brasileiro. Meus cumprimentos, mais uma vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – São as origens do Senador Acir, falando também muito alto.

Concedo a palavra ao Desembargador Néfi Cordeiro.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de novamente agradecer. A um juiz que está acostumado a decidir em seu gabinete, acostuma-se até a ficar fechado, muitas vezes, o que é até um erro, mas é um mal a que a profissão acaba muitas vezes levando, esse processo de indicação para um tribunal superior em busca de um contato, de apoios, às vezes pode parecer, e no início é, realmente desgastante. Agora, acabamos conhecendo muitas pessoas que vêm a aderir ou a fazer sugestões e que mostram realmen-

te a preocupação com um Brasil melhor, que mostram uma preocupação em qualificar os quadros da Justiça. E, nesse processo, eu tive apoios que muito me sensibilizaram. Senador Benedito Lira, agora, fique sabendo também. Com o Senador Acir, já tivemos contato. Meus agradecimentos à interferência do Ministro Napoleão. Fico muito sensibilizado, muito honrado.

E o que eu tenho dito a todos é que a minha promessa, se vier a ser aprovado nesta sabatina, pelo Senado no Plenário, é a de retribuir esses apoios com o melhor trabalho que eu puder. Meu agradecimento será pelo trabalho e dedicação que vou tentar desenvolver no Superior Tribunal de Justiça, se for a vontade do Senado Federal.

O primeiro tema, Senador Cássio Cunha Lima, que coincide até também com o do Senador Benedito, é a questão da menoridade penal. Acabei tendo conhecimento de alguns detalhes da proposta pelo Senador Aloysio Nunes que eu até não sabia com antecedência. Eu estava imaginando que simplesmente se colocariam os menores numa cadeia com os maiores. E aí a preocupação, com a máxima – advogados costumam falar com a máxima vênua – licença. Eu não veria vantagem alguma. Já temos a internação como possível no Estatuto da Criança. Nós estaríamos simplesmente tirando um menor de uma prisão de menores para colocar numa prisão com maiores, crime organizado, e todo o nosso drama social.

A proposta de V. Ex<sup>a</sup>, porém, pelo que me passa agora, é de um estabelecimento separado dos menores e dos maiores. E só em crime hediondo. Aí me parece uma ponderação possível de sopesar. Particularmente, confesso que não gostaria, meu Senador. Particularmente, como disse, vejo tantas mazelas na prisão que não vejo a prisão como resposta a nada, a não ser em crimes muito graves e reincidentes.

A proposta de V. Ex<sup>a</sup> se aproxima desta minha exceção: muito graves ou reincidentes, mas se trata de pessoas com uma idade em que tenho, pessoalmente, receio de perder as esperanças. Mas a proposta de V. Ex<sup>a</sup>, parece-me, seria juridicamente plenamente defensável, e é uma proposta que não me chocaria, como era a que eu imaginei inicialmente, que seria levar a presídios comuns.

Nesse limite, havendo um tratamento separado, para que não se contaminem pessoas de 16 anos, com limitação inclusive de crimes e de presídios, parece-me, juridicamente, plenamente defensável.

Realmente, quem sente o crime, como o Senador Cássio mostrou, não só de menores, mas é o tema agora, é natural que queira vingança. É normal isso, e a sociedade faz pressão por isso. E os senhores recebem, como representantes da sociedade, essa pressão. Assim, acabam tendo que sopesar até que ponto a maioria ou pelo menos os ruídos que aparecem como maioria devem ser ouvidos ou não. Não se pode legislar, e V. Ex<sup>as</sup> me ensinem isso, por favor, mas creio que não se possa legislar por urgências. Devemos pensar, amadurecer, para que não se decida algo que depois possa ser mais bem examinado em outro sentido.

Mas V. Ex<sup>as</sup> estão fazendo um grande trabalho nesse caminho, e fico feliz em saber que as alternativas são interessantes, sim.

A questão dos presídios, e imagino, Senador Benedito Lira, que V. Ex<sup>a</sup> se esteja referindo justamente aos presídios federais, para onde são levados os presos que geram algum problema de segurança em seus presídios locais. Eles têm, pela lei, previsto esse limite. Agora, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Nós vivemos uma realidade, em que é preciso alterar esse fundamento legal, porque líderes criminosos, líderes de grupos criminais organizados não vão ter, em curto período de tempo, afastada a sua liderança, a sua periculosidade. E, ao retornarem aos seus presídios de origem, vão voltar a manter todo o contato que já tinham antes.

Na verdade, presídio federal, V. Ex<sup>as</sup> sabem, não é uma garantia de isolamento. Nós tivemos casos de presídios federais, infelizmente, em que condenados que não deveriam ter contato com pessoas de fora tiveram, seja por corrupção, seja por violação do sistema, mas, pelo menos, são presídios com uma garantia de segurança muito maior. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>: tem que ser pensada, mas por lei, a alteração desse limite de tempo.

E, quanto à questão dos militares na segurança pública, é uma questão novamente de Constituição: as Forças Armadas são destinadas à defesa externa e territorial. Mas eu acho muito interessante a proposta. Alguns países até já preveem esse sistema de atuação das forças militares também na segurança pública, e, pelas características do Brasil, é algo muito interessante a se pensar. Inclusive, é algo que deveria ser objeto de uma consulta. Os militares, com certeza, vão ter contribuições para fazer nesse sentido. Parece-me que as forças militares não gostam dessa ideia, mas é algo que a sociedade pode discutir, o que quer para essa força tão grande que temos à disposição, para defender o País, mas que pode, em tempos de paz, servir a outros fins também.

Agradeço novamente as perguntas, senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Consulto os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras se alguém deseja manifestar-se. A lista de inscrição está esgotada. (*Pausa.*)

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoria/DEM - RN) – Eu estava inscrito, Presidente. Talvez tenha havido algum equívoco, algum engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, o senhor me desculpe. Eu ainda perguntei ao assessor se V. Ex<sup>a</sup> já tinha falado. Acho que ele se confundiu, porque V. Ex<sup>a</sup> tinha falado pela ordem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Sem nenhum problema, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro. Em tempo, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoridade/DEM - RN) – Dr. Néfi Cordeiro, eu queria, primeiro que tudo, fazer uma consideração, porque o senhor nunca veio – claro – a uma sabatina, porque vem do TRF da região em que o seu Estado, o Paraná, se inclui, e está sendo sabatinado para o honroso cargo de Ministro do STJ.

Nesta Comissão, nós já sabatinamos muitos ministros, muitos candidatos a ministro, e alguns são sabatinados, saem-se muito bem, mas na plateia estão Senadores ou assistentes. Eu acho que o senhor está contemplado, pelo seu prestígio, com um leque, em quantidade e qualidade, muito importante de futuros colegas, ministros do STJ e de outras cortes, o que aumenta a sua responsabilidade. À sua sabatina, comparecem os três Senadores do seu Estado, independente de partido, para homenagear um talento paranaense que eles reconhecem; membros da Corte para a qual o senhor pretende habilitar-se vêm à sua sabatina, e eu quero que o senhor compreenda que este, claro, que é um momento importante, é um momento muito prestigiado.

Assim sendo e entendendo a origem profissional, tendo vindo como desembargador federal de uma corte, mas tendo como bagagem jurídica a origem criminal, talvez seja uma oportunidade boa para a gente abordar uma questão que incomoda muito o Brasil e os brasileiros, que é a questão da extradição, que envolve acordos internacionais, claro.

O caso Cacciola, o caso Cesare Battisti, em sentido contrário, e, mais recentemente, o caso Pizzolato são casos que incomodam muito o Brasil, criam desconforto, porque são figuras importantes, no campo político, no campo financeiro, que, espertamente, se evadem, vão para um outro país – no caso, por coincidência, sempre é a Itália, mas é mera coincidência –, e a legislação não permite que essas pessoas venham cumprir as penas às quais estão condenadas nos seus países. Battisti na Itália, Pizzolato e Cacciola no Brasil. Cacciola, por um acaso, foi apanhado em Mônaco.

Eu acho que é uma oportunidade, já que a sua bagagem jurídica é de origem criminal, de a gente ouvir a sua opinião sobre o que poderia ser proposto, porque acho que o Congresso precisa envolver-se na formulação de uma nova proposta de acordo de extradição, até para responder à sociedade com relação à indignação que esses casos nos causam. Não casos comuns; são casos que ocupam as manchetes de jornais, noticiários de televisão durante meses seguidos. São coisas importantes, são coisas que geram mau exemplo para a sociedade inteira. Então, acho que são coisas sobre as quais, aproveitando sua presença, a importância de seus conhecimentos, poderíamos ouvir, O que o Congresso poderia fazer? O que o STJ poderia sugerir? O que as autoridades no meio jurídico do Brasil poderiam sugerir no sentido de melhorar os acordos de extradição, para que pessoas condenadas, claramente culpadas, viessem a cumprir suas penas nos seus países de origem?

É a pergunta que faço a V. Ex<sup>a</sup>, com meus cumprimentos antecipados pela indicação que entendo ser uma indicação de qualidade para o STJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Grato, Sr. Senador.

Registramos a presença do General Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, Presidente do Superior Tribunal Militar. Seja bem-vindo. Como também da Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. E do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, nosso querido amigo Dr. João Ricardo dos Santos Costa.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Desembargador Néfi, depois da sabatina de V. Ex<sup>a</sup>, onde pressinto que será aprovado à unanimidade, teremos uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, onde o segundo item da pauta é um projeto de emenda à Constituição de minha autoria. Redigi inclusive com a participação de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

Esse projeto, a exemplo do que acontece na Alemanha e em tantos outros países, estabelece um mandato para um ministro do Supremo Tribunal Federal e coloca algumas restrições de forma a impedir que um único governo acabe nomeando um número muito grande de ministros no Supremo Tribunal Federal.

É uma questão resolvida no mundo inteiro, não é uma mirtácea brasileira, não é uma jabuticaba, porque inclusive me chamava a atenção aqui atrás um companheiro que, no próprio Tribunal Superior Eleitoral, já temos mandato de dois anos e que, na opinião dele e na minha também, deveria ser elevado, pelo menos, para quatro anos.

Então, vai à discussão da Comissão e vamos ter uma votação no segundo item da pauta, logo após a sua sabatina.

Queria sua opinião sobre essa tese.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Desembargador indicado, serei muito rápido.

Analisei a vida pregressa do senhor e quero dizer que o senhor é um servidor público decente, que honra a República Federativa do Brasil. Portanto, um dos requisitos se encontra preenchido. Mas uma sabatina não pode ser um piquenique entre amigos, e o Senador tem que exercer suas atribuições. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> entende isso.

Qual é a ideia de V. Ex<sup>a</sup> – e conheço seu trabalho na área processual penal e penal –, a respeito de progressão de regime para tráfico de drogas e a decisão vacilante do Supremo Tribunal Federal a respeito desse ponto?

Uma segunda indagação: a falta grave durante o cumprimento do regime fechado ou semiaberto impediria a progressão? Qual é a posição de V. Ex<sup>a</sup> a respeito disso?

Um terceiro ponto – não sei se já foi perguntado aqui: nós temos um mandado expresso de criminalização na Constituição a respeito do art. 5º, inciso XLIII, a respeito da necessidade de termos um tipo penal para terrorismo. Eu gostaria de ouvir V. Ex<sup>a</sup> a respeito disso, tendo em conta os tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil é signatária. Na ideia de V. Ex<sup>a</sup>, esse tipo penal necessitaria de uma excludente de ilicitude para afastar os movimentos sociais dessa prática? E a diferença de terrorismo, na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, para crimes praticados através de multidões, crimes multitudinários, e essas manifestações que ocorrem.

Sabemos que essas manifestações revelam um direito fundamental do cidadão. A Constituição agasalha, defende, incentiva as manifestações. Mas como nós podemos fazer uma mediação entre as manifestações e aqueles que praticam crimes nas manifestações, através de depredação de patrimônio público ou particular e também ofensa à integridade física do cidadão?

Na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, a legislação nacional já faria frente a esse tipo de conduta?

Continuo, Sr. Presidente. É possível direito adquirido, na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, nas questões ambientais, na violação de patrimônio até de futuras gerações? Existe decisão do Superior Tribunal de Justiça?

A respeito disso, me permita, Sr. Presidente, ainda, só um minutinho.

Voltando ainda na pergunta anterior. A legislação do Canadá proíbe a utilização de máscaras, apetrechos que possam esconder a identificação, em manifestações. V. Ex<sup>a</sup> entende que isso seria constitucional na República Federativa do Brasil?

Não sei se foi perguntado, Sr. Presidente. Se foi perguntado, peço escusas. Como o Congresso Nacional pode apresentar propostas de emenda para criar tribunais regionais federais sem a participação do Superior Tribunal de Justiça? Isso não ofenderia o autogoverno dos tribunais?

São essas, Sr. Presidente. Agradeço se pudesse respondê-las.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço, Senador Taques.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira encerra este último bloco para termos a última participação do Dr. Néfi antes de iniciarmos o processo de votação.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente e Dr. Néfi Cordeiro, quando eu era estudante de Direito, trabalhei como escrevente no Tribunal de Alçada de São Paulo. Era um tribunal com uma seção cível e uma seção penal. Trabalhei na seção penal.

Eu me lembro quando chegava ao tribunal uma apelação de réu preso. Chegava já com uma fita vermelha nos autos e tinha prioridade no julgamento. Réu preso e tal. Até hoje é assim. Pouca coisa mudou, enfim, nessa organização burocrática da Justiça.

No meu tempo, eu fazia estágio no fórum. A diferença é que os telefones eram pretos; hoje, são brancos. É papel. A primeira instância é muito relegada pelos tribunais superiores, muito, relegada à última das preocupações. Mas enfim...

Eu queria perguntar ao senhor que propostas o senhor faria ou o que sugeriria, em matéria de alteração legislativa, se esse for o caso, para abreviar o julgamento das ações penais; para fazer com que a lei penal seja efetivamente cumprida.

Tenho notícia de que sentenças de pronúncia são contestadas por recursos sucessivos que chegam ao Supremo Tribunal Federal dez anos depois de prolatada a sentença. Aí se vai ao júri, depois da apelação, novo júri, sempre a uma distância enorme, criando uma distância enorme entre o fato e o julgamento.

Querida perguntar ao senhor o que fazer para abreviar essa tramitação tão longa, que gera uma sensação fundamentada de impunidade, que dificulta a aplicação da lei penal, que faz com que a memória das provas fique esmaecida. Então, o que fazer para melhorar?

Nós aprovamos, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, uma proposta de emenda constitucional, cujo primeiro subscritor foi o Senador Ricardo Ferraço, que permite, visa a permitir que a pena privativa de liberdade seja aplicada já a partir da decisão de um órgão colegiado. Ela poderá ser aplicada. Não é que deverá, mas

poderá ser aplicada, talvez na parte incontroversa da sentença, mas o fato é que alguma coisa precisa ser feita Dr. Néfi Cordeiro para que a Justiça penal seja mais rápida. Queria ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quero, antes de passar a palavra para o Dr. Néfi, cumprimentar o Dr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Anamatra, aqui também prestigiar a reunião, e passar às suas mãos, Desembargador Néfi, dois trabalhos conduzidos pela Comissão de Constituição e Justiça, atendendo à recomendação da Mesa do Senado que criou uma comissão de juristas para discutir mediação e arbitragem.

Sob a presidência do Ministro Salomão, essa Comissão apresentou um belíssimo anteprojeto que veio à Comissão. Tive a honra de encaminhar um substitutivo que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou por unanimidade.

A matéria encontra-se na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Sabedor de que V. Ex<sup>a</sup> é um estudioso sobre administração e arbitragem, passo às suas mãos o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Devolvo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Agradeço muito, Presidente.

Senador José Agripino, a questão da extradição realmente é algo que preocupa e cujo caminho só pode ser feito através de tratados internacionais. É da tradição do Direito Internacional a não extradição de nacionais, para que se faça extradição de criminosos apenas por acordos internacionais ou, pelo menos, que medidas concretas de tratamento recíproco façam com que um país aceite extraditar.

Teríamos como saída, parece-me, apenas a possibilidade de o próprio Congresso Nacional, ao fazer a aprovação dos acordos internacionais, cuidar desse detalhe, quem sabe até através de uma comissão que se crie para esse fim e que possam ser revistos, mas, por leis internas, eu vejo com dificuldade solução para isso; só por negociações e tratados internacionais.

Senador Requião, o mandato no Supremo Tribunal Federal é um tema polêmico, mas V. Ex<sup>a</sup> tem em mim um apoiador. Creio também que nenhum poder pode ser eterno, e claro que temos as limitações de idade já atualmente, mas me parece de todo salutar que tenhamos uma limitação definida pelas vantagens, inclusive que V. Ex<sup>a</sup> expõe, de se evitar uma renovação de mandatos em determinado governo...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Uma observação só, Desembargador. No meu projeto de emenda constitucional, eu elimino a aposentadoria compulsória de 70 anos. É um mandato, mas acho que isso está completamente vencido pela evolução da Medicina e pela idade que estão atingindo nossos juízes.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Também estou de acordo. Nesse ponto até, Senador, parece que, talvez, a eventual resistência que possa existir de juízes de primeiro grau por um interesse em promoções não acontece, porque se trata de um tribunal de nomeação originária. É algo que me parece bastante interessante, e esta Casa, com certeza, examinará com a eficiência de sempre.

Senador Pedro Taques, a progressão de regime no tráfico realmente tem recebido um tratamento legislativo e jurisprudencial vacilante. O Supremo Tribunal Federal tem fixado compreensão de que não pode haver restrição à liberdade ou a recursos apenas pela espécie de crime. Isso acontece no tráfico de drogas, aconteceu no porte de armas e em outros crimes que se tentou limitar.

Agora, é curioso que essa interpretação, com a máxima vênia, em nosso País... Em outros países, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito melhor do que eu que não é essa a solução adotada. Temos como possível, sim, numa ponderação de princípios, que é outra pergunta sua de que tratarei à frente, compreender-se que a questão da presunção de inocência e a questão do devido processo legal podem ser, sim, ponderadas com medidas de eficiência, com medidas de maior urgência, em determinadas situações. E o tráfico pode ser uma delas. Mas V. Ex<sup>a</sup> sabe que não é, atualmente, a posição da jurisprudência.

A falta grave interrompe o curso para a progressão de regimes. Então, nós teríamos que recomeçar a contagem do prazo.

O terrorismo, realmente, é objeto de vários tratados internacionais, assinados, inclusive, pelo Brasil. E aí surge a questão da tipicidade estrita. Esse é um tema muito interessante. Houve discussão no Supremo Tribunal Federal na questão da criminalidade organizada. E permanece em discussão, porque, até onde tenho acompanhado, houve uma discussão em que vários ministros do Supremo, no mensalão, manifestaram que a criminalidade organizada não seria um crime antecedente, mas uma indicação de autoria, praticada por organização criminosa. Contudo, a 1ª Turma do Supremo permanece entendendo que é crime antecedente e chega ao ponto – lembro-me de o Ministro Marco Aurélio até se manifestar assim – de que não bastariam tratados internacionais. Deveria ser lei formal e material...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Exatamente. Seria, aí, tratado internacional. Não admite como suficiente.

Agora, é uma questão interessante, porque, quando damos aos tratados internacionais força, no mínimo, de lei, por outro lado, vimos a negar-lhe efeitos criminais chega a ser um contrassenso, mas é a posição atual do Supremo a respeito do tema.

Parece-me, eminente Senador, que a diferenciação do crime de terrorismo para o crime de multidões é que crime de terrorismo tem recebido... Eu acabei não respondendo a pergunta inicial nesse ponto. Deixe-me apenas complementar, meu Senador. Eu falei da questão do crime organizado e não falei do terrorismo.

No terrorismo, autores como Nucci e alguns outros defendem que a Lei de Segurança Nacional já seria suficiente para prever condutas de terrorismo. A Lei de Segurança Nacional é um diploma que tem recebido, embora recepcionado, a pecha de não se admitir seu uso no regime democrático. E, de todo modo, não prevê exatamente o que nós – parece-me – devemos imaginar como terrorismo, como a ideia de incutir o terror, como a ideia de incutir o medo em um número indeterminado de pessoas.

Sei que há projeto a respeito no Código Penal. Sei que há, pelo menos, dois projetos em andamento nesta Casa sobre o tema, seja prevendo finalidade específica, seja prevendo condutas.

Agora, parece-me que o fator diferencial fundamental para crimes em multidões é o intento de causar o terror, de causar o medo. Nos crimes de multidões, nós temos uma criminalidade ocasional. Nos crimes de terrorismo, nós temos uma intencionalidade de causar o medo de forma generalizada.

Em relação aos movimentos populares, os chamados Black Blocs, nós temos suporte legal já, claro, para tratar a maior parte das condutas criminosas que ali acontecem. Agora, com a evolução que estamos vendo – e V. Ex<sup>as</sup> poderão ponderar bem isso politicamente –, talvez seja, sim, necessária uma legislação específica para que tenhamos uma resposta criminal direta pela reunião causadora de tumultos, causadora de lesões sociais, ainda que pelo risco. Isso é uma possibilidade até de se examinar a tipologia adequada, independente do resultado de dano.

Agora, sempre se haverá de ter cuidado com os limites dessa responsabilização, porque é claro que o direito a reunião e o direito a manifestação jamais poderão ser prejudicados.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permita-me, Sr. Presidente?

O Senador Armando Monteiro tem um projeto nesse sentido, e V. Ex<sup>a</sup> tem outro nesse sentido. Mas isso não nos traria a ideia de uma legislação de emergência?

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Sim. Também. E V. Ex<sup>a</sup> tocou no ponto que eu mesmo havia falado há pouco, que é preocupante. Nós devemos ter muito cuidado com as legislações de emergência. As necessidades, os reclamos sociais têm sério risco de gerar respostas não devidamente sopesadas, respostas exageradas. E isso, realmente, é uma preocupação, sim. É um reclamo social, é algo que aconteceu recentemente. V. Ex<sup>as</sup> estão sopesando essas normas. E, realmente, pela proximidade dos fatos, é até de ser ponderado se a resposta deve ser imediata em termos de legislação ou não. Agora, se houver, volto a insistir: deve-se ter o cuidado de criminalizar apenas as condutas de dano ou de risco social relevante e não a mera manifestação de opinião, a mera reunião.

E, nesse ponto, eu até sei que um dos projetos de lei realmente prevê que o cidadão que use máscara deverá retirá-la quando solicitado por um policial. É um tema bastante polêmico, Senador, e realmente vai ter que ser sopesado, porque, embora não exista propriamente um direito ao anonimato – a própria denúncia anônima não merece valor –, de outro lado, nós temos de admitir que muitas pessoas, seja por sua função, seja por seu emprego, seja pelo temor de represálias, podem ter, sim, interesse legítimo em não se apresentar em manifestações públicas com o rosto visível.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Num regime democrático, Excelência, como é que o policial vai dizer para um Black Bloc “Tire essa máscara aí”? Arrebatam o policial de pancada evidentemente!

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Existe esse risco, Senador, mas há uma previsão nesse sentido e, como bem lembrou o Senador Taques, realmente não seria inovação no Brasil. Nós temos já norma internacional.

Outra questão polêmica – e sei que vou desagradar vários excelentíssimos Senadores – é a questão dos tribunais regionais federais. Nós temos a questão, é claro, da conveniência, da oportunidade, que é um critério que já foi examinado por esta Casa e pela Câmara, e temos o critério jurídico, que foi objeto da indagação. Sei que corro um seriíssimo risco, Senador, de ser influenciado até pela minha origem, corro, mas a minha compreensão é de que já houve decisão do Supremo quando tratou... V. Ex<sup>a</sup> lembrou dos tribunais de alçada com tanto saudosismo que me emocionou até, Senador, mas, na Emenda nº 45 foram abolidos os tribunais de alçada e, embora o tema não tenha sido diretamente enfrentado, houve uma ação no Supremo que reconheceu a constitucionalidade da Emenda nº 45. Claro que lá o tema de maior enfoque era o CNJ...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. NÉFI CORDEIRO – É.**

Aí, eu volto ao Senador quando disse que talvez fosse influenciado por minha origem. A impressão que eu tenho – e volto a dizer que talvez sofra influência – é que os tribunais superiores devem ser limitados, porque limitado deve ser o acesso aos tribunais superiores. Agora, a corte de apelação é o acesso natural do cidadão. Então, quanto ao critério de conveniência e oportunidade, eu vejo com enorme simpatia o acesso mais fácil, mais próximo do cidadão.

Agora, reconheço, sim – falei do argumento a favor; agora vou falar do argumento contrário, que V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, salientou –, que o art. 96 da Constituição trata da autonomia dos tribunais e é reflexo da independência do Judiciário. E nós corremos aí realmente um seriíssimo risco de, por emenda constitucional, de repente, vermos ser abolido o Supremo Tribunal Federal ou a Justiça Federal, como chegou a ser proposto.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Só pela oportunidade, Dr. Néfi Cordeiro.

A tendência, admitindo-se a constitucionalidade dessas iniciativas, é se ter um tribunal regional federal por Estado. Não tenha dúvida de que isso acontecerá.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O senhor considera que, havendo um tribunal regional por Estado, uma corte de apelação federal por Estado, colado, digamos, ao ambiente jurídico do Estado, isso de alguma maneira não afetaria o próprio conceito de Justiça Federal? Ou o senhor acha que isso é indiferente?

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Não, V. Ex<sup>a</sup> tem razão sob esse aspecto. A Justiça Federal brasileira, copiando o modelo americano, vem tratar dos conflitos da Federação, com interesse macro, não com interesse local. E, quanto mais próxima a Justiça, claro, menor, mais reduzido será esse interesse.

Mas eu volto a dizer, Senador: talvez por influência até da minha origem, eu não consigo visualizar como um problema o acesso à jurisdição e acho que já houve manifestação do Supremo implícita, mas não expressa. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, me permita.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Desembargador, por ocasião da criação do Superior Tribunal de Justiça, houve o estabelecimento de um terço para cada categoria, essa escolha vinculada. Se hoje nós formos fazer o levantamento do número de juízes de carreira que existem no STJ e se fizermos essa progressão para dez anos – eu tive a pachorra de fazer esse levantamento –, vamos ter ministros do STJ oriundos do Ministério Público e da categoria dos juristas, vamos chamar assim, em maior número do que de juízes no STJ.

Nada contra membros do Ministério Público nem advogados no STJ, mas me parece que a essência do STJ é isso. Seria constitucional? Qual é a posição de V. Ex<sup>a</sup> a respeito de uma alteração na Constituição para que possamos trazer a mesma vedação que a Emenda nº 45 fez no tocante aos TSTs? Qual é a ideia de V. Ex<sup>a</sup> sobre isso?

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – V. Ex<sup>a</sup> me pega pelo raciocínio. Eu tenho de manter a minha coerência. Se eu entendi que é possível juridicamente, por emenda constitucional, a criação de tribunais, poderia ser regulada também a origem do acesso. V. Ex<sup>a</sup> realmente me comprometeu na tese.

Meu Senador Aloysio, voltando ao contato com V. Ex<sup>a</sup>, o grande drama da Justiça me parece ser realmente a celeridade. Nós, juízes, sempre nos preocupamos com a qualidade dos julgamentos, mas a sensação que eu tenho como professor, como cidadão até, é de que o maior reclamo da sociedade não é com a qualidade das decisões, embora aconteçam críticas, mas o maior reclamo é a celeridade, a demora, a eficácia das decisões.

Para isso, nós temos um leque muito grande de caminhos, desde medidas de gestão, como comentei – e por onde passei tentei cuidar para isso. Felizmente, tenho conseguido. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> estava no início, mas eu tenho conseguido até zerar. Eu tinha gabinete zerado em Porto Alegre. Então, medidas de gestão ajudam, mas até medidas que inclusive estão em discussão nesta Casa.

Eu sei, por exemplo, que o projeto de reforma do Código de Processo Penal, que está em discussão, prevê um sistema parecido com o *abbreviato*, da Itália, em que nós poderíamos ter uma admissão de culpa já no início do processo, com a compensação de a pessoa ter uma pena mínima, mas com cumprimento imediato.

Isso evitaria todo um desenrolar do processo e uma resposta imediata.

Nós temos uma possibilidade cada vez maior, e isso me parece ser um caminho no qual esta Casa também pode pensar, da negociação pelo Ministério Público. Sei que o Ministério Público tem por vezes criticado a atuação em algum sentido mais extremado, mas o Ministério Público é o nosso representante da sociedade e merece crédito nisso. Se o Ministério Público aceita fazer acordos para não processar ou para termos penas menores, que sejam submetidos em um contraditório. Ou seja, se o Ministério Público e o réu, com seu de-

ensor submeterem esses acordos à verificação de legalidade pelo juiz, nós poderemos reduzir com isso uma quantidade enorme de ações.

Nosso sistema brasileiro, classicamente, não admite isso. No nosso sistema brasileiro, classicamente, vige o princípio da obrigatoriedade. Havendo crime, tem de haver processo. Mas, cada vez mais, caminhamos para a negociação. Temos a transação no juizado; temos o perdão judicial ao réu colaborador, que denuncia integrantes da quadrilha.

Então, é um caminho que me parece possível de exame.

Nos tribunais superiores, realmente temos uma demora muito grande de processos, inclusive porque, infelizmente, os tribunais superiores, que, como eu disse há pouco, deveriam ter um acesso excepcional, acabaram se transformando em um tribunal de segunda apelação. Tudo sobe ao STJ e ao Supremo. Um bom advogado consegue desde o início embasar a sua tese na Constituição e tem boas chances de chegar ao Supremo Tribunal Federal. E aí o risco de prescrição é muito grande. Mesmo que isso não aconteça, V. Exª tem razão. A pena será aplicada 10, 15, talvez 20 anos depois.

Eu me sinto muito honrado com as perguntas de V. Exª, pela acolhida nesta tarde... Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Saúdo a presença do meu queridíssimo amigo e companheiro, Deputado Federal Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná.

Como último orador inscrito, aí sim, para fechar a lista, nosso Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nosso Néfi Cordeiro, Ministro do STJ, indicado pela Presidenta Dilma Rousseff, resolvi fazer uma participação exatamente em função da sua última manifestação, Sr. Néfi Cordeiro, em torno das instâncias recursais.

O Brasil é um país de dimensão continental. O Brasil tem distâncias e situações absolutamente diferentes nas diversas regiões brasileiras.

Creio que um dos grandes avanços que nós tivemos na Justiça do Trabalho foi exatamente descentralizar a instância recursal da Justiça do Trabalho, agilizando julgamentos e fazendo com que a Justiça do Trabalho fosse uma Justiça de resposta rápida, para que o direito do trabalhador não ficasse penalizado.

Ora, esse é um exemplo bem sucedido de uma Justiça tipicamente de instância federal que acabou fazendo uma grande revolução neste País. Em um país da dimensão de nosso Brasil, dimensões continentais, imagine o que seria o direito de um trabalhador do interior da Paraíba se ele tivesse como instância recursal um tribunal que estivesse aqui em Brasília. Imagine um trabalhador do interior do Amazonas se tivesse uma instância recursal aqui em Brasília.

Agora, Dr. Néfi, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na questão de Direito Ambiental, por exemplo, o Brasil é, sem nenhuma dúvida, um dos países na vanguarda do Direito Ambiental. O Congresso Nacional, inclusive, no ano passado, debateu e aprovou um novo Código Florestal para o País.

Obviamente, em regiões como a nossa, que é a Região Amazônica, um cidadão em Eirunepé tem questões ambientais. É um cidadão que, muitas vezes, tem uma agricultura de subsistência e acaba passando a ter um problema grave com a Justiça. Esse cidadão, para ter uma instância recursal, hoje, precisa desembolsar recursos que são inacessíveis a ele. É a exclusão do Estado de direito democrático a esse cidadão brasileiro.

Portanto, quero aqui cumprimentar V. Exª por esse sentimento com relação à instância recursal. Acho que o Brasil caminha para o entendimento nessa direção. Creio que a posição que V. Exª trouxe com relação a isso é uma visão moderna. Acho que há uma demanda muito grande da população brasileira para que a Justiça brasileira seja mais ágil, para que ela possa, portanto, dar respostas mais rápidas.

E, ao revés de diminuir a capacidade de recurso, nós deveríamos estabelecer que esses recursos fossem julgados de forma mais rápida, mais célere, mais econômica e mais eficiente, inclusive com questões de gestões. Mas, em que pese todas as ferramentas de gestões que permitem zerar – como V. Exª ainda citou o seu próprio caso, em uma vara, o volume de processos –, há questões em que a distância geográfica é intransponível.

Portanto, para apoiar o pensamento de V. Exª, registrar a minha satisfação em poder ter ouvido de V. Exª um compromisso sincero em torno desse tema, e, ao mesmo tempo cumprimentá-lo. Cumprimentá-lo pela transparência, pela tranquilidade com que V. Exª abordou os diversos temas.

E tenho certeza de que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) ganhará com a participação de V. Exª. É um membro que trará esse espírito de brasilidade, esse espírito de nacionalismo, mas, ao mesmo tempo, um espírito sensato, de bom senso, que é fundamental para o exercício da corte.

Quero aqui também saudar e cumprimentar os representantes das diversas instâncias da magistratura brasileira que aqui estão para prestigiar a sabatina de V. Exª.

Portanto, meus cumprimentos a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga.

Para as palavras finais, o Desembargador – parece-me vontade de todos, futuro Ministro – Dr. Néfi Cordeiro.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Muito grato, meu Presidente. Muito grato pelas palavras, meu Senador Eduardo Braga.

E apenas, Senador Pedro Taques, eu percebi agora que não respondi uma pergunta, e o Ministro Herman iria ficar muito bravo comigo.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – E eu quero confessar a V. Ex<sup>a</sup> que eu fiz essa pergunta para provocar o Ministro Herman.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Pois é. E eu acabei, na minha anotação, pulando.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Ministro Herman já saiu?

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – Já saiu, acho, o Ministro Herman.

Permita-me... É claro que não há direito adquirido ao dano ambiental, princípio do poluidor pagador. Quem polui é obrigado a reparar pelo dano. Não há direito adquirido. Mas o Ministro Herman saiu, e agora que me dei conta.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com certeza, já está sendo.

**O SR. NÉFI CORDEIRO** – E queria, finalmente, agradecer a todos. Nesse processo de caminhada, como eu disse, aprendi muito e conheci V. Ex<sup>as</sup> um pouco nesta caminhada. Sinto-me honrado de participar desta sabatina, honrado pelas provocações e honrado em ser cidadão em um país que tem V. Ex<sup>as</sup> representantes do povo.

Meus agradecimentos e meu compromisso de fazer a melhor justiça que eu puder, se vier a ser aprovada por V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós vamos iniciar o processo de votação. Eu quero renovar aos senhores que, ao final do processo de votação, nós vamos encerrar, na forma regimental, esta reunião extraordinária. Vamos abrir a reunião ordinária com as duas sabatinas para encerrarmos as três sabatinas do dia e, aí, sim, voltarmos à pauta originária dos nossos trabalhos.

Posso dizer aos senhores que foi uma extraordinária reunião. Preparado, competente, estudioso, sensível, com uma experiência que se contrapõe à idade. Um juiz novo que, certamente, também na condição de engenheiro, vai construir pontes entre o Poder Judiciário e a sociedade.

Parabéns Dr. Néfi.

Está aberto o processo de votação.

Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora do processo de indicação do Dr. Néfi Cordeiro, para entregar a sua cédula. A votação será secreta.

A Senadora Gleisi está desacostumada a votar. *(Risos.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É que o Senador Cássio Cunha Lima disse que não existem segredos na República, não podem existir. Mas, nesta Casa, nós temos várias votações em segredo. Esta, inclusive, é uma delas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Dornelles. Quem bom vê-lo novamente, Senador Dornelles, venha votar. *(Pausa.)*

Senador Petecão. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES. Fora do microfone.) – Estou aqui à sua disposição, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Dornelles, que bom vê-lo.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo. *(Pausa.)*  
Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*  
Senador Magno Malta. *(Pausa.)*  
Vamos à lista de suplentes.  
Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*  
Senador Rollemberg. *(Pausa.)*  
Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*  
Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*  
Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*  
Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*  
Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*  
Senador Blairo Maggi.

Está encerrada a votação.

O Senador Petecão pode votar?

Senador Petecão.

Vou votar.

Senador Vital do Rêgo.

Convido os Senadores Alvaro Dias e Roberto Requião para funcionarem como escrutinadores.

Foram 24 votantes. *(Pausa.)*

Esta já se encerrou, mas há mais duas votações ainda. A de agora já se encerrou. Há mais duas sabatinas.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Vinte e quatro votos favoráveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com vinte e quatro votos favoráveis, a escolha do nome do Sr. Néfi Cordeiro foi aprovada por esta Comissão.

A matéria vai a Plenário.

Nenhum voto contra, nenhum voto contra, por unanimidade, por unanimidade! *(Palmas.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – Presidente, eu peço urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Solicitada urgência no encaminhamento ao Plenário.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Urgência concedida.

Está encerrada esta reunião extraordinária.

Em 60 segundos abriremos a reunião ordinária deliberativa.

*(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)*

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2014.**

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quatorze minutos do dia onze de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 3/2014-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias; nº 8/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Alvaro Dias e Aloysio Nunes Ferreira; nº 10/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Ana Amélia, destinados a realizar a Audiência Pública para debater **“A real situação das obras relacionadas à Copa do Mundo e ao seu legado”**. Como exposito-

res, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União – TCU; Senhor Rafael Jardim Cavalcante, Assessor do Ministro Relator das obras da Copa do Mundo do Tribunal de Contas da União – TCU; Senhor Rodrigo Magalhães Prada, Jornalista e Diretor do Portal da Copa 2014; Senhor José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – Sinaenco; e Senhor Lamartine Pereira da Costa, Pesquisador da University of East London – UK e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.** Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor Sergei Augusto Monteiro Fortes, Diretor do Sinaenco – Sindicato da Arquitetura e da Engenharia; Senhor Antonio José Ferreira Trindade, Secretário Executivo do Sinaenco; e Senhor Felipe Gazzoni Machado, Analista do Ministério Público da União. Finda a apresentação dos representantes do Tribunal de Contas da União, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Alvaro Dias. Logo após as demais apresentações, usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura e de aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 3, de 2014, da Comissão de Educação, de autoria do Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Alvaro Dias; ao Requerimento nº 8, de 2014, desta Comissão, de autoria dos Srs. Senadores Alvaro Dias e Aloysio Nunes Ferreira; e ao Requerimento nº 10, de 2014, desta Comissão, de autoria dos Srs. Senadores Cyro Miranda, que preside esta reunião, Alvaro Dias e Ana Amélia, para a realização de audiência pública destinada a debater a real situação das obras relacionadas à Copa do Mundo e ao seu legado.

Primeiro, quero cumprimentar nossos Pares. Depois desses dias, é muito bom tê-los todos novamente aqui, nesta nossa Comissão. Desejo que, neste primeiro semestre, tenhamos um trabalho profícuo e que consigamos limpar nossas pautas.

Senador Requião, seja muito bem-vindo, como sempre! V. Ex<sup>a</sup> é ex-Presidente e sempre Presidente desta Comissão.

Dando início à audiência pública, solicito ao nosso Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados, para tomarem assento à mesa.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União (TCU); o Sr. José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco); o Sr. Rafael Jardim Cavalcante, assessor do Ministro Relator das obras da Copa do Mundo do Tribunal de Contas da União (TCU); o Sr. Rodrigo Magalhães Prada, jornalista e diretor do Portal da Copa 2014; o Sr. Lamartine Pereira da Costa, pesquisador da University of East London e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Sejam todos os senhores muito bem-vindos! Muito obrigado pela presença de V. S<sup>as</sup>.

Por favor, tomemos assento à mesa. *(Pausa.)*

Damos início aos nossos trabalhos.

Hoje, vamos adotar uma sistemática para que possamos obter resultados mais rápidos, para que as coisas não fiquem no ar. É um assunto que interessa a esta Comissão e a todo o povo brasileiro. Nós já estamos às vésperas, praticamente, de um dos maiores acontecimentos esportivos mundiais, e, para o Brasil, isso é muito

importante. A nossa preocupação aqui não é a de fazer qualquer tipo de crítica ou a de querer que as coisas não sejam feitas como devem ser. Nós temos um único princípio aqui: o de tomarmos pé de toda a realidade e contribuir para que esta Copa seja realizada de maneira que o Brasil seja enaltecido mundo afora.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da Internet, pelo endereço [www.senado.gov.br/tvcanal2](http://www.senado.gov.br/tvcanal2).

Esta reunião também contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal que permitem o encaminhamento de perguntas e de comentários destinados aos convidados, por meio das plataformas, em tempo real, Portal Alô Senado, Facebook e Twitter e do atendimento Alô Senado, acessados através do endereço [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania).

Concedo a palavra, pelo tempo de 15 minutos – se necessário, prorrogaremos –, ao Dr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com a palavra, o Sr. Adalberto.

**O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS** – Obrigado, Senador Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite e cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Cyro Miranda, os demais Senadores, as autoridades aqui presentes e os colegas de Mesa. Agradeço o convite feito ao Tribunal de Contas da União para poder participar de um evento tão importante como este.

Vou fazer a primeira parte da apresentação e, depois, vou passar a palavra, Senador, se o senhor me permitir, ao Dr. Rafael, assessor do Ministro Valmir Campelo, que é o Relator da Copa.

O TCU e a Copa 2014.

Inicialmente, é bom apresentar a atual estrutura com que o Tribunal de Contas da União conta desde janeiro do ano passado para fazer o acompanhamento de toda a temática do Brasil.

O Tribunal foi dividido, para melhorar a governança das suas ações, em quatro grandes áreas. Na área social, há a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, a Secretaria de Previdência e Trabalho, a Secretaria de Saúde. Também há a área de desenvolvimento nacional, em que há três secretarias: a Secretaria de Desenvolvimento Econômico; a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; a Secretaria de Macroavaliação (Semag), que avalia e faz um parecer prévio das contas do Presidente da República. Há a Secretaria da Fazenda Nacional, também a Secretaria de Serviços Essenciais ao Estado, em que está o Judiciário e essas atividades, e há uma unidade, que é a de infraestrutura. Toda essa divisão busca uma melhoria da governança e da transparência no setor público.

O objetivo disto aqui, como bem colocou o Presidente Nardes para nós, é para que o Tribunal possa oferecer aos Parlamentares, principalmente aos Parlamentares, relatórios sistematizados sobre as diversas áreas. Na de educação, nós estamos saindo agora com o FiscEducação. Nós já tínhamos o Fiscobras, que é a fiscalização de obras. Nós vamos ter o FiscInfraestrutura e o FiscSaúde, para podermos otimizar tudo isso para o Congresso Nacional.

No setor de infraestrutura, diante da missão do Tribunal de Contas da União, que é controlar a Administração Pública para contribuir com o seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade, nós procuramos avançar para uma visão sistêmica do setor de infraestrutura. Ou seja, uma governança maior das obras públicas, do controle das obras públicas, buscando focar não só na obra em si, mas em todas as estruturas que permeiam a obra, essa parte.

A coordenação da qual nós estamos à frente, a Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura da Região Sudeste, engloba quatro secretarias de obras: secretarias que cuidam das obras de aeroportos e edificações; obras rodoviárias; obras de energia e saneamento; obras portuárias, hídricas e ferroviárias.

Nós temos duas secretarias que cuidam da parte de acompanhamento de concessões e regulação de serviço público, uma na área de transporte e outra que engloba a parte de telecomunicações e a parte de energia, a qual já tive oportunidade de dirigir, e vim aqui ao Congresso Nacional, ao Senado, algumas vezes.

Temos também a Secretaria de Administração Indireta, lá no Rio de Janeiro, que cuida das estatais com sede naquele Estado: BNDES, Eletrobrás, Petrobras.

E nós temos aqui as secretarias da Região Sudeste e a das ações da Copa, que cuidam não só da infraestrutura, mas também da segurança pública e do turismo. Vinculado, há um setor que cuida disto aqui, em que há um auditor especialista sênior que faz esse acompanhamento. A partir daí, de todas essas secretarias e outras secretarias que fazem a fiscalização das ações da Copa, esse processo, quando passa por esse serviço da Coinfra, que é essa coordenação geral, é encaminhado para o Relator, o Ministro Valmir Campelo.

E qual é o objeto? O primeiro objeto da fiscalização do TCU – eu vou ser um pouco sucinto aqui, porque o tempo é curto – é a governança da Copa. Quer dizer, a atuação do Ministério do Esporte, do Gecopa e demais pastas ministeriais. Então, essa é uma preocupação do Tribunal de Contas da União.

Outra preocupação é no que se refere às obras dos aeroportos, sejam elas executadas diretamente pela Infraero, sejam elas já decorrentes dos aeroportos concedidos à iniciativa privada, o que acompanhamos por meio da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

As obras dos portos, pela Secretaria de Portos ou pela companhia Docas efetivamente, que está lá à frente.

A atuação dos agentes financeiros: o BNDES, a Caixa e o BNB.

E as obras estaduais e municipais. As de mobilidade urbana e arenas esportivas são obras de cunho estadual ou municipal, e o Tribunal trabalha em cooperação com o Ministério Público Federal e com os tribunais de contas dos Estados e dos Municípios.

E trago aqui, antes de tudo, a definição da atuação fiscalizadora do TCU com relação à Copa.

Vou ler um trecho do acórdão, que deixa o tema bem claro:

De acordo com as matrizes de responsabilidade assinadas pelo Governo Federal e por todos os Estados e Municípios que sediarão os jogos da Copa 2014, nas obras dos estádios e nas de mobilidade urbana, a participação da União deverá se restringir, respectivamente, [ao acompanhamento] a financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Caixa Econômica Federal (Caixa).

Nesse contexto, cabe ao Tribunal de Contas da União a análise dos procedimentos de contratação das operações de crédito e a verificação da adequação e da suficiência das garantias, e aos tribunais de contas dos Estados e dos Municípios a fiscalização da aplicação dos recursos (...)

Li um trecho em que se delimita, de forma efetiva, a atribuição do Tribunal de Contas da União no que se refere às obras de mobilidade urbana e das arenas esportivas, ou seja, essas obras são tocadas pelos Estados ou pelos Municípios.

Em termos de objeto de fiscalização, ainda para o TCU, nós temos as ações de segurança pública e defesa, cujo acompanhamento é feito pela Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos e pelas Forças Armadas e Ministério da Defesa. Temos também ações de desenvolvimento do turismo – o Tribunal já fez algumas fiscalizações nesse âmbito –, obras de transmissão de energia elétrica, bem como os projetos de telecomunicação – rede metropolitana de fibras óticas a cargo da Telebrás, e a implantação de equipamentos pela Anatel.

Sr. Presidente, eu peço que o senhor passe a palavra ao nosso presidente, o Dr. Rafael, para que ele possa continuar com a parte mais específica.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Como foi acordado aqui com o Dr. Adalberto, o Dr. Rafael dará uma sequência, e assim nós podemos abrir a fase de perguntas pelo Relator.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Rafael Jardim Cavalcante, assessor do Ministro Relator das Obras da Copa do Mundo do Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado, Dr. Adalberto.

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda; Dr. Rodrigo, Dr. Adalberto, Prof. Lamartine, Prof. Paulo Roberto, quero inicialmente, em nome do Ministro Valmir Campelo, agradecer, mais uma vez, pela oportunidade que o Senado Federal dá ao Tribunal de fazer transparecer à sociedade o trabalho de fiscalização que vem sendo feito nas obras da Copa do Mundo.

Inicialmente, quero informar o objetivo geral da fiscalização. O Tribunal, em nenhum momento, teve um viés obstativo nessa fiscalização; ele foi sempre contributivo, com o objetivo de deixar um legado à sociedade, tanto com relação à realização de um evento bem-sucedido, quanto uma herança que possa ser utilizada pela coletividade ao fim dos jogos.

Quero dizer também que nós consideramos um legado, mais do que a identificação de riscos e problemas então identificados, a avaliação dessas recorrências de eventuais problemas capazes de serem mapeados e, mesmo no âmbito normativo e possivelmente no âmbito legislativo, corrigidos de modo a viabilizar a implementação de políticas públicas e eventos, inclusive nas Olimpíadas.

Vou começar esta digressão sobre como estão as obras e qual foi o resultado, até o momento, das fiscalizações do Tribunal, contextualizando a atuação do Tribunal.

A Copa do Mundo tem a característica ímpar de possuir diversas fontes de recursos – particulares, municipais, estaduais, federais –, a culminar na obra pronta propriamente dita. E essas particularidades diante de cada fonte de recurso merecem uma abordagem específica em termos de estratégia de fiscalização. Sem o conhecimento dessas especificidades, não vai ser possível alcançarmos as possibilidades dessa fiscalização feita pelo TCU e também dimensionar os resultados.

Existiram obras para a Copa do Mundo cujos recursos federais limitaram-se aos financiamentos do BNDES e esses foram os casos dos estádios de futebol. Existiram as obras em que os recursos federais se limitaram aos empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Federal. E todas as obras de mobilidade urbana, à exceção

de uma, entram naquela caixinha de financiamento ali. A única obra de mobilidade urbana financiada com recursos do BNDES é o BRT, no Rio de Janeiro, Terminal T5.

É importante situar essas obras em que os recursos federais se limitam aos financiamentos, porque uma vez liberado o recurso esse numerário se incorpora ao Tesouro dos Estados e Municípios e a competência primária de fiscalização dos contratos e respectivas licitações passa a ser dos tribunais de contas dos Estados e Municípios. Nesses casos, a atuação do TCU se volta para avaliação da regularidade dos empréstimos dos repasses então realizados.

Obviamente que essa avaliação de regularidade perpassa pelo juízo de finalidade do objeto. Se uma obra vai custar 400 milhões, é claro que não se justificaria emprestar 600 milhões, ainda mais a juros subsidiados; seria um desvio de finalidade. Então, nesses tipos de empreendimento, no caso, mobilidade urbana e estádios, a nossa avaliação se voltou unicamente para a avaliação de finalidade e também de probidade do empréstimo, ou seja, se a obra valia aquilo. O acompanhamento específico contratual e licitatório é competência constitucional dos respectivos tribunais de contas dos Estados e Municípios.

Já com relação aos portos e aeroportos, esses sim têm recursos federais específicos. E a competência fiscalizatória do TCU, nesse caso, é também licitatória e contratual.

Atuamos também, não obstante essa limitação da envergadura do alcance do Tribunal com relação a esses financiamentos, em estreita colaboração técnica com os tribunais de contas dos Estados e Municípios, como também com o *parquet* federal e estadual, o Ministério Público Federal e Estadual. Isso, é interessante apontar, também é um legado da Copa. A Copa do Mundo possibilitou um estreitamento de laços e procedimentos específicos de controle, viabilizando uma atuação conjunta de todas as cortes de contas federais, municipais e estaduais.

Nesses termos, mais uma vez, a avaliação dos TCEs e dos Municípios, em colaboração técnica do Tribunal, se voltou para os estádios, mobilidade urbana e outros empreendimentos específicos estaduais e municipais, como o turismo. Na área de turismo, a participação federal se limitou aos convênios, às transferências voluntárias. Nesse caso, embora haja uma concorrência de atribuições dentro da matriz de controle que elaboramos, as cortes de contas estaduais estavam responsáveis por isso.

Dentro desse escopo e situadas as competências de avaliações de cada tipo de obra, adotamos a estratégia de fiscalizar os empreendimentos todos ainda no embrião das contratações, ainda em fase de projeto, logo após finalizado, e ainda em fase editalícia. Antes mesmo de se consumarem as irregularidades, os gestores eram chamados em oitivas, manifestavam então, num processo de ampla defesa, suas justificativas e conseguimos tempestivamente corrigir eventuais desacertos nos orçamentos e corrigir eventuais direcionamentos de licitações ainda em fase editalícia.

Nesse contexto geral, o resultado das fiscalizações do Tribunal de Contas da União já viabilizou a economia para a sociedade superior a R\$550 milhões. É mais de meio bilhão de reais economizados pelo TCU, em retorno à sociedade, fruto dessas fiscalizações, dessa estratégia de fiscalização, fora a transparência. Existe um *site* do Senado Federal que hoje conta com a mesma base de dados da CGU que o Tribunal, em verdade, ajudou a construir, na medida em que todos os empréstimos da Caixa Econômica Federal e do BNDES possuem cláusula que obsta o fluxo de recursos caso cada obra não esteja alimentando tempestivamente os dados para a sociedade nesse *site* de acompanhamento.

Mesmo a existência da matriz de responsabilidade hoje, que transparece a todo o cidadão o que é Copa, o que não é Copa e qual o custo da Copa, foi uma determinação do Tribunal de Contas da União, inclusive resultado da experiência das fiscalizações do Jogos Pan-Americanos.

No escopo objetivo e positivo dessas fiscalizações, nós viabilizamos uma economia, por exemplo, no Estádio do Maracanã, superior a R\$97 milhões; em Manaus, foram R\$65 milhões a menos, fruto da fiscalização do Tribunal. Nos aeroportos, somente em Confins, foram R\$97 milhões antes mesmo de a obra começar. Senadores, cidadãos, isso sem parar nem uma obra. O Tribunal não parou nem uma obra da Copa. Esse mais de meio bilhão economizado foi uma atuação tempestiva, contributiva, não obstativa, sem paralisar um único empreendimento. Em Fortaleza foram R\$15 milhões; no Galeão, outros R\$15; em Cuiabá, R\$11,5; Porto Alegre, R\$6,6 milhões.

Nos portos – Santos, Natal, Fortaleza, Rio de Janeiro e Manaus – (é claro que no Rio de Janeiro V. Ex<sup>as</sup> poderão observar que a obra foi retirada da matriz da Copa, mas houve correções específicas no edital então colocado que também ensejou uma redução dos custos então estimados para aquele empreendimento) foram quase R\$100 milhões em intervenções específicas nos projetos e nos orçamentos economizados à sociedade.

Vou tentar ser o mais breve possível e apresentar, agora, a situação de cada empreendimento para a Copa do Mundo.

Inicialmente, hoje, a matriz de responsabilidades do Governo Federal que situa os investimentos para a Copa do Mundo está em R\$25,5 bilhões. Ela apresenta, hoje, um valor inferior aos mais de R\$28 bilhões transparentes à sociedade em 2011. A razão disso é que muitos empreendimentos, em razão do tempo para eles ficarem prontos, foram retirados a matriz, eminentemente, algumas obras de mobilidade urbana que vou situar aqui.

Iniciando pelos estádios de futebol, essa transparência dá conta do valor até janeiro/fevereiro que esses empreendimentos alcançaram: São Paulo R\$820 milhões; Porto Alegre, R\$330. Agora, é importante, nos estádios, identificar que três deles são privados. Essas diferenças são importantes para situar qual é o alcance do Tribunal em cada estádio de futebol. Nos empreendimentos privados, a gente fiscalizou o adequado repasse de recursos, mas como esses recursos, ao final, iriam ser destinados a um mutuário privado, as análises foram concentradas nas garantias suficientes e necessárias para evitar que a União, em foco o BNDES, tenha prejuízos com essas operações financeiras.

Existiram quatro empreendimentos puramente públicos: Rio de Janeiro, Manaus, Cuiabá e Brasília. À exceção de Brasília, todos os outros três foram custeados pelos cofres estaduais, e Brasília não contou com recursos do BNDES. Foi o único estádio que arcou com a feitura do estádio com recursos unicamente do Tesouro estadual.

Existiram cinco Parcerias Público-Privadas. Nesses empreendimentos, o particular vai ter uma renda, fruto da exploração do estádio, e vai ter uma contraprestação pública em razão de somente a exploração do estádio não ser suficiente para ele se remunerar em razão dos investimentos então realizados.

Nesse sentido, a gente colocou a situação processual. A situação processual do TCU sempre se refere ao contrato do empréstimo realizado pelo BNDES.

Há uma correção para ser feita ali, no caso, na Arena das Dunas: o jogo inaugural seria em 26 de abril, mas ele já aconteceu – V. Ex<sup>as</sup> me perdoem –, inclusive, todos os recursos, 100% dos recursos do BNDES já foram fiscalizados.

De modo geral, a situação processual das obras que já terminaram, com relação ao BNDES, é a seguinte: falta somente o relatório final de comprovação de aplicação financeira daqueles recursos na obra. Não existe nenhuma pendência, até agora identificada, com relação a irregularidades no repasse de recursos então emprestados pelo BNDES. Eventuais irregularidades foram todas – todas! – saneadas no decorrer do processo, num amplo procedimento de debate, contraditório e ampla defesa.

Já demonstrei que, nos casos de Rio de Janeiro e Manaus, houve expressivo retorno aos cofres públicos, decorrente desse processo. Temos aberto, hoje, um processo no Mato Grosso, onde estamos discutindo ainda o último aditivo realizado. Contudo, de modo geral, até o momento, os repasses foram feitos de acordo com as cláusulas contratuais do processo de financiamento.

Trouxe ali as datas inaugurais.

Também é pública a situação da Arena da Baixada. Houve problemas decorrentes do aumento dos custos da obra – privada, diga-se – e da, então, falta de recursos para viabilizar o seu término. Isso se encontra resolvido e, ao que tudo indica, realmente vai ficar pronta às vésperas do mundial.

Foi público o jogo inaugural no Amazonas. Existiram, de fato, alguns problemas identificados na obra. De modo objetivo, a gente acredita que de dois meses e meio a três meses sejam suficientes para que sejam sanados os problemas identificados.

Quanto ao Beira-Rio, também é pública a questão da parte externa do estádio, com relação às estruturas provisórias. Já foi definido quem será o responsável. Há uma licitação em curso, em Porto Alegre, com prazo de 60 dias para a conclusão da pavimentação externa.

Também chama atenção a questão do Itaquerão, cujas obras estão bem adiantadas, mais de 95% concluídas. Contudo, houve uma mudança do interveniente financeiro na operação de empréstimo do BNDES. Inicialmente, seria o Banco do Brasil; porém, como houve algum desacerto com relação às condições de garantia oferecidas, esse contrato foi assinado com a Caixa Econômica Federal. Até janeiro/fevereiro, que foi a época da nossa fiscalização, o BNDES ainda não havia repassado recursos para aquela obra. O empreendimento está de pé com recursos próprios até o momento.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Sr. Presidente, apenas para uma informação sobre esse contrato de financiamento com a Caixa.

O contrato foi celebrado com o clube ou com a empreiteira?

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Foi, na verdade, com a SPE. É que, em todos os empréstimos realizados pelo BNDES, quando estes se destinam a um particular, obriga-se à constituição de uma Sociedade de Propósito Específico para receber esses recursos. Dentro das condições da garantia – e existem várias –, quem participa da SPE – e aí entra a empreiteira, claro, como uma das pessoas – tem que participar com fontes de recursos específicos, com fianças bancárias...

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Em que proporção, Dr. Rafael, é a participação nessa SPE entre o clube e a empreiteira?

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Salvo engano, posso verificar aqui...

Em São Paulo é a Odebrecht, não é?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – Sim; a Odebrecht.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Em que proporção, no caso, a agremiação...

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Ela é majoritária, sem dúvida alguma; no caso, a Odebrecht.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – A empreiteira é a majoritária.

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Sim, sim.

Aí existem – e, se V. Ex<sup>as</sup> desejarem, poderão inquirir especificamente – diversos arranjos, inclusive de viabilização financeira. No caso, por exemplo, do Paraná, o BNDES emprestou ao Estado, e este, por meio do Fundo de Fomento, emprestou ao CAP, porque a SPE, naquele caso, é o clube o destinatário final dos recursos.

No caso do Beira-Rio, houve um empréstimo direto à SPE, que, lá, é a Andrade Gutierrez. Todavia, existem também empréstimos-ponte acessórios para a viabilização financeira do Banco do Brasil e do Bannrisul.

Então, existem diversas modelagens para alavancagens financeiras de cada SPE; e V. Ex<sup>as</sup>, na medida em que acharem necessário, poderão auscultar cada uma.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – É essencial saber quem garante o empréstimo, porque essa organização é provisória; ela pode ser encerrada logo após a construção do estádio. Então, é evidente que tem que ter alguém garantindo o retorno desse empréstimo.

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Eu poderia dizer que 70%, em números globais, dos empréstimos, talvez 80%, sejam feitos diretamente aos Estados.

Os Estados têm duas questões informadas, bem objetivas, com relação à garantia de que a União não vai ter prejuízo – afinal de contas, é a missão constitucional do Tribunal. Essas garantias estão asseguradas porque, em última instância, a última garantia é do FPE (Fundo de Participação dos Estados). É claro que os Estados, em tese, assumem o risco de eventual inadimplemento do destinatário final e, nesse caso, a atribuição fiscalizatória é inteiramente dos tribunais de contas dos Estados. Por isso, é interessante a...

Com relação aos empréstimos realizados para os particulares – aí está a razão de V. Ex<sup>a</sup> – o Tribunal, de fato, voltou, em razão de materialidade e risco, as suas auditorias para análises de suficiência dessas garantias.

Em todos os empreendimentos, todos eles, inclusive, encaminhados com cópia para esta Comissão, dão conta dessas análises e da suficiência dessas análises. São diversas estruturas garantidoras. E, até com certa humildade, digo que a sociedade e V. Ex<sup>as</sup> podem ficar tranquilos, porque os olhares do Tribunal, de fato, voltaram-se para a suficiência dessas garantias.

No decorrer das dúvidas e perguntas, poderemos ser mais específicos em relação a isso.

Vamos falar dos aeroportos. No caso dos aeroportos, sim, a competência de avaliação dos contratos de cada licitação é, sim, do TCU.

Vou fazer um *briefing* geral da situação dos aeroportos, e, na medida em que surgir uma pergunta específica, estaremos completamente abertos a sanear-la.

Globalmente, as obras de pista e dos módulos operacionais ficarão prontas. As obras dos terminais não ficarão. Diante disso, a Infraero adotou a estratégia de reduzir o escopo Copa. V. Ex<sup>as</sup> podem verificar que existe um valor do contrato e um valor do escopo Copa, que é uma parcela da obra minimamente necessária para garantir o bom funcionamento do aeroporto. Somente Cuiabá não tem o escopo Copa, mas ali o andamento físico está em 40%. É claro que, nesses termos, embora o prazo contratual seja maio, existe, sim, o risco de as intervenções não ficarem prontas.

Há oito aeroportos ali. Os outros quatro que faltam são três concessões: Brasília, São Paulo, Confinos e São Gonçalo do Amarante – são quatro, aliás; é que São Paulo tem dois aeroportos – e Recife. Recife tem uma torre de controle que também foi retirada da matriz de responsabilidade em face de que o tempo necessário para a conclusão não seria suficiente. De sorte que nos aeroportos realmente – e isso é público, o Ministro da Aviação Civil já declarou publicamente isso – houve atrasos em todas as obras.

Preocupado somente com o tempo, digo que a atribuição do Tribunal, além de informar – e informamos periodicamente, a cada fiscalização – sobre o “despareamento” do cronograma físico então planejado, e informamos acerca desses atrasos, um a um, é tentar observar as recorrências desses atrasos. Por que atrasou? Pragmaticamente, e essa é a missão do tribunal, não houve na Copa do Mundo, objetivamente, diferença com relação ao então observado nas obras públicas pelo País. Em verdade, as obras da Copa foram uma lupa, um foco do que acontece com as obras públicas no âmbito municipal, estadual e federal. As recorrências então observadas foram muito semelhantes. E aí existem questões pré-contratuais, licitatórias e contratuais que levam a isso.

Vou tentar ser breve. Eu, inclusive, conversava com o Dr. Paulo Roberto sobre a extrema dificuldade que a Administração Pública tem hoje de contratar projetos. Que projeto não é bom isso é público. Mas por que a administração pública tem dificuldades de encontrar projeto? Brevemente falando, a estrutura hoje – e isso também alcança o RDC – não permite... Praticamente a única ferramenta que se tem para se contratar um projeto que não seja pelo menor preço é técnica e preço. E mesmo a técnica e preço, no final, vira menor preço. Praticamente todas as empresas conseguem alcançar a máxima nota técnica. Isso é fato.

Mesmo quando se consegue contratar uma boa empresa, é difícil a Administração Pública separar o joio do trigo. Explico: quando um particular contrata um projeto com outro particular, se o projeto não ficou bom, ele nunca mais contrata aquele particular. A Administração Pública não consegue separar a boa projetista da má projetista num ambiente concorrencial. Mesmo a boa projetista – pelo menos existe essa possibilidade – tem interesse em entregar o mais rápido possível para conseguir o dinheiro o mais rápido possível.

Enquanto eventualmente no mercado privado far-se-iam vários arranjos, haveria um esmero no melhor projeto, a Administração não tem tantas ferramentas institucionais e mesmo de pessoal para criticar aquele projeto, mesmo se oriundo de uma boa empresa. Eu poderia falar sobre isso durante horas, mas vou adiantar.

Existe também um crônico – e eventualmente há de se trabalhar isso em termos de Legislativo, pois nossa missão é informá-los – problema no dimensionamento dos prazos dos empreendimentos. Eventualmente o empreendimento atrasa porque o prazo foi mal dimensionado. Existem técnicas próprias de engenharia, PERT/CPM, para se dimensionar prazo. Digo isso em razão de dezenas de empreendimentos que eu fiscalizei em Copa e não Copa. Não se observa metodologia e motivação específica para os prazos então colocados na licitação. Em 99% dos casos aqueles prazos foram justificados mediante – abre aspas – “experiência do projetista” – fecha aspas. Está errado. Isso é recorrente, Copa ou não Copa. Muito já foi feito. O Tribunal tem atuado para que isso se realize. É claro que isso atingiu as obras da Copa.

Quanto às obras concluídas, acho que deveria haver algum acerto no Galeão. No Galeão, as obras do Terminal 2 estão mais adiantadas; no Terminal 1, o escopo Copa foi bastante diminuído. No caso das concessões, em Brasília, apesar de estar somente 30% da concessão concluída, promete-se para maio a entrega da plataforma superior com 11 pontes de embarque, ainda para a Copa. Em Guarulhos, temos 90% das obras, e promete-se também para maio. Em Belo Horizonte, identicamente para maio. Mesmo para as concessões, de fato, o prazo também está apertado. Todas elas indicam para maio o prazo de entrega das obras.

Estou à disposição, na fase de debates, para dirimir qualquer dúvida específica.

Portos.

O único porto pronto até agora é o Porto de Recife.

Em Fortaleza, em abril, deve-se entregar o pavimento inferior. O pavimento superior não deve ficar pronto. E existiram reconhecidamente problemas ambientais que inviabilizaram, pararam por quase um ano as obras. Posso ser mais específico se V. Ex<sup>as</sup> desejarem.

Em Natal também se promete para abril. Nossa auditoria: nós fizemos, em dezembro e em janeiro, uma visita à obra e verificamos que o piso estava, à época, em estado incipiente ainda; também as esquadrias, os vidros, de sorte que a equipe identificou o risco de essa obra também não ficar pronta. Promete-se a entrega também para abril/maio.

Em Salvador, apesar do atraso – houve um problema sério com relação à capacidade de a empresa botar dinheiro na obra –, a última visita que fizemos *in loco* identificou que é bem provável, sim, que ela fique pronta. Estava na fase de instalações a obra.

No Rio de Janeiro, foi público que a obra saiu da matriz de responsabilidade eminentemente por problemas ambientais e questões relativas ao IPHAN.

No Porto de Santos, o escopo da obra foi diminuído, o escopo Copa. Para aquele escopo que eles definiram para ficar pronto para a Copa, Segmentos 1 e 4, ao que tudo indica também vai ficar pronto.

Em Manaus, a gente colocou maio porque hoje é o prazo contratual, mas tudo indica que não vai ficar pronto. Lá há um problema sério contratual com um arrendamento que então existia. O DNIT anulou os arrendamentos. Há um problema na Justiça; há liminares que vêm e vão. A licitação ficou muito tempo parada em razão dessas liminares. Estou pronto a dirimir uma dúvida mais específica.

Obras de mobilidade urbana, como disse, são quase todas financiadas pela Caixa Econômica Federal, à exceção de uma única obra no Rio de Janeiro.

Situação hoje dos repasses, segundo a Caixa Econômica Federal: pouco mais de 56% dos repasses hoje, a dois, três meses da Copa, foram realizados.

De fato, grande parte das obras de mobilidade urbana não ficará pronta.

Com relação aos aeroportos e às obras da Copa, eu me permito me utilizar das palavras do Ministro Valmir em declarações públicas: “Com relação ao legado para a sociedade, é claro que para a Copa eventualmen-

te não ficarão prontas". Mas elas vão ficar prontas. Cedo ou tarde, a sociedade vai se beneficiar desse legado, porque, afinal de contas, em termos de infraestrutura, é aquilo que fica. Num espaço urbano, equitativo, com igualdade, as obras de mobilidade ganham especial relevo.

E nisso este Senado Federal, para viabilizar que essas obras fiquem prontas mesmo ao final da Copa, teve um papel decisivo ao modificar a Resolução nº 43, que inicialmente previa que somente as obras para a Copa do Mundo poderiam se fazer do benefício de não contar no limite do financiamento dos Estados e Municípios daquele recurso. Em razão, inclusive, de riscos apontados pelo Tribunal – a gente está sempre em contato com a Comissão – houve a modificação dessa resolução. E aqueles empreendimentos já constantes da Matriz de Responsabilidade também puderam se beneficiar desse requisito. De sorte que os empréstimos estão garantidos. E mesmo que não fiquem prontos para a Copa, e muitos deles não ficarão, a sociedade, cedo ou tarde, vai poder fruir desse benefício.

Coloquei objetivamente quais as obras oficialmente excluídas da Matriz de Responsabilidade. Em janeiro de 2014, uma obra tinha sido concluída; 16% tinham mais de 75% de desembolso; 23%, entre 50 e 75; 42% com menos de 50; e 16%, ainda sem desembolso feito. Total de 31 obras. Inicialmente a Matriz tinha 49. A primeira versão da Matriz de Responsabilidade tinha 49 empreendimentos, hoje está com 31.

Nós avaliamos também os investimentos realizados pela Telebras e pela Anatel. A Telebras se refere à aplicação de recursos em redes de fibra óptica, *links* de satélite para transmissão, ligação via rádio. A Anatel realiza investimentos para dotá-la de mais capacidade de fiscalizar o espectro de radiofrequências.

É importante dizer que essas ações da Telebras e da Anatel têm um ciclo de maturação menor. Algumas aquisições são eminentemente licitações e aquisições. De sorte que é prematuro dizer se vai ficar pronta ou não vai. É claro que o prazo está apertado. Existe o risco sim de que uma ou outra contratação não fique pronta. São mais de 50 contratos da Telebras e mais de 30 da Anatel.

Com relação à segurança, tanto a governança do processo quanto algumas aquisições específicas são tratadas no TCU em caráter sigiloso, em razão da natureza muito delicada desse tipo de ação. Todos os relatórios foram encaminhados com cópia a esta Comissão.

É importante situar que existem ações de segurança pública, que se destinam eminentemente aos centros de segurança e controle e aquisição de material e na área de defesa. São 1,8 bilhão em investimentos, e até agora foram executados 266 milhões.

Na área de turismo, a isso foi dada ampla publicidade, até janeiro, nenhum recurso ainda havia sido liberado daquelas transferências voluntárias previstas.

A análise valorativa que o Tribunal fez é a de, mais uma vez no âmbito Copa, a mesma recorrência então tida em outras áreas, essas transferências feitas a Municípios e Estados serem tempestivamente executadas. Isso existiu, na Copa, no turismo, existe em educação, existiu em mobilidade urbana, e, eventualmente, o papel do Tribunal é absorver e mapear essas recorrências para poder contribuir com a sociedade com respectivas soluções para políticas públicas futuras.

V. Ex<sup>as</sup> me perdoem a delonga.

Agradeço muito, mais uma vez, a oportunidade de transparecer, de divulgar, de publicar as ações do Tribunal, em particular, ao Senador Alvaro Dias, que motivou esta reunião, e, agora, sim, ao Senador Cyro Miranda pela oportunidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Nós é que agradecemos ao Sr. Rafael, pela elucidação, já mostrando e suscitando entre todos muitas dúvidas e muitas preocupações.

Nós dividimos em dois blocos. Este bloco foi o do TCU.

Então, começo as perguntas com o nosso autor do requerimento, Senador Alvaro Dias.

Antes, eu gostaria de registrar a presença dos Srs. Sergei Augusto Monteiro Fortes, Diretor da Sinaenco (Sindicato da Arquitetura e da Engenharia); Antônio José Ferreira da Trindade, Secretário-Executivo do Sinaenco; e Felipe Gazzoni Machado, Analista do Ministério Público da União. Obrigado pela presença de V. S<sup>as</sup>.

Com a palavra, então, o Senador Alvaro Dias.

Antes, eu quero cumprimentar o TCU. Tenho, em particular, e tenho certeza também de que esta Casa o tem, o maior respeito por essa entidade. É da maior valia. Ela incomoda muita gente. Incomoda, sim, mas com equilíbrio, sem partidarismo e tem poupado inúmeros recursos deste País. Recebi um livreto no ano de 2011, quando visitei o TCU pela primeira vez, ou em 2010, e fiquei abismado ao ver o valor que o TCU economizou nos anos de 2009 e de 2010. Temos um respeito profundo pela entidade, pois é uma entidade séria e livre de qualquer amarra. É extremamente confiável e de extrema valia para todos os brasileiros.

Com a palavra, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Saudação aos convidados.

Primeiramente, quero dizer do constrangimento, até, em realizar esta audiência pública, diante do que pensa a população brasileira em relação ao que está ocorrendo nos preparativos para a Copa do Mundo.

O Secretário Júlio me trouxe, há pouco, aqui, algumas indagações que chegam pela Internet. Isto mostra o cenário de descrença. Inclusive questionam a oportunidade de realização de uma audiência como esta. As pessoas dizem: "Agora é um pouco tarde para debater, não tem mais volta. O dinheiro já foi gasto e os estádios vão ficar aí. Não deveriam usar a bandeira do Brasil atrás desse tema".

"A resposta é fácil. Qual é o legado? Nenhum. Essa audiência não serve para nada. Legado de maior superfaturamento da história desse País, de maior desperdício de dinheiro público da história". São de pessoas diferentes.

"Não tem mais o que discutir. As obras foram superfaturadas. Isso todos nós sabemos".

"O único legado é a fortuna que está sendo gasta nesta Copa".

"A esta altura do campeonato" – outro diz –, "depois da reportagem de ontem no Fantástico sobre as escolas, esse debate é, no mínimo, ridículo, uma tremenda falta de respeito ao povo brasileiro".

Outro, da Ana Paula: "E adianta alguma coisa? Neste País, ninguém tem voz". Mais à frente: "Muito foi gasto para construir e reformar estádios para a Copa. A pergunta é: para que servirá o Estádio Nacional em Brasília, assim como o Arena Amazônia, em Manaus", etc.

Enfim, são inúmeras as perguntas que estão chegando à Comissão pela Internet que mostram a indignação da população em relação ao que ocorre e que é, diariamente, estampado nas manchetes: "Custo total da Copa poderá chegar aos R\$30 bilhões"; "Estádio de Brasília cada vez mais caro"; "Cem dias para a Copa: o colapso das obras de mobilidade e o não legado do Mundial"; "O TCU aponta preços superfaturados em obras do Aeroporto Eduardo Gomes"; "As mentiras da Copa do Mundo de 2014"; "O Brasil gasta bilhões com Copa do Mundo" etc.

Bem, vou indagar, apesar dessa descrença em relação às razões desta audiência pública, do Tribunal de Contas, que também respeito... Tenho, na minha trajetória, aqui, no Senado Federal, procurado enfatizar a importância do Tribunal de Contas e, sobretudo, as tentativas de limitar sua ação na contramão daquilo que seria absolutamente defensável, que é fortalecer as prerrogativas do Tribunal de Contas da União e possibilitar quadros de pessoal qualificado com maior número, a fim de atender a toda essa demanda de fiscalização exigida. Enfim, diante desse cenário, a conclusão é a de que estamos diante de um monumental escândalo de corrupção no Brasil, o superfaturamento histórico das obras para a Copa do Mundo. Essa seria a Copa da pilhagem do dinheiro público.

Essa é uma conclusão fácil de se verificar na opinião pública hoje. Não vamos adotar uma postura de avestruz, a de enfiar a cabeça na areia, para não enxergar o que se passa ao redor. Essa é a realidade no Brasil. Basta encomendar uma pesquisa. Nós vamos verificar que a maioria esmagadora da população brasileira entende que o povo brasileiro está sendo pilhado na realização dessa Copa do Mundo.

Mas vamos cumprir o nosso papel aqui, agradecendo a presença de todos que vieram para contribuir.

Já vimos alguma coisa aqui, mas gostaria de aprofundar a questão de se o TCU contabilizou os custos financeiros diretos e indiretos que a Copa terá para o Brasil, inclusive mediante a utilização dos bancos públicos, com empréstimos. Qual o valor total que as auditorias do TCU verificaram de sobrepreço, de superfaturamento? Alguma coisa já vimos aqui.

Poderia detalhar o valor de desembolsos e empréstimos a partir de cada instituição financeira: BNDES, Banco do Brasil, Caixa, BNB e outras? Qual a destinação específica de cada empréstimo? Qual o custo deles? Qual o impacto desse empréstimo na dívida dos Estados?

Vou fazer uma indagação, aguardar a resposta, depois prossigo, então.

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Mais uma vez, obrigado, Senador, pelas perguntas.

Nessas informações, o que é dever do TCU informar à sociedade é aquilo de técnico que o Tribunal fez.

Em todas as auditorias, inclusive nos empreendimentos públicos – nas PPPs elas têm característica distinta – que o Tribunal avaliou, ele parte sempre de exames objetivos de auditoria, sempre baseados, lastreados, inclusive processualmente, em critérios de materialidade e risco.

E é claro que, sendo o valor da obra uma questão tão delicada, o Tribunal sempre, em toda obra pública, em 100% dos casos, imprime exames de auditoria para averiguar a adequação dos valores.

Como disse, a estratégia de fiscalização se voltou para auditar os empreendimentos ainda em fase embrionária, editalícia, antes mesmo de se gastar um centavo na obra. Nesse processo, como demonstrei, o Tribunal conseguiu contribuir com o País com uma economia superior a meio bilhão de reais. Esse valor não foi superfaturado, os contratos foram corrigidos.

E nisso, de novo, demonstrando aquilo que é fático, os gestores, sim, contribuíram positivamente. Não houve, conforme experiências públicas anteriores, uma visão enfrentativa com relação ao Tribunal. Isso seria muito fácil de fazer por conta... Eventualmente, depois, se a obra não ficasse pronta, seria culpa do Tribunal, como já ocorreu em outras situações. Isso não ocorreu. De sorte que nesses empreendimentos auditados pelo Tribunal e mediante as análises técnicas objetivas e processualmente postas em todos os autos, o Tribunal, naqueles entendimentos em que fiscalizou, não constatou superfaturamento, até porque, se constatasse, seria missão institucional automaticamente tomar as medidas processuais cabíveis.

Com relação aos benefícios tributários e creditícios, que se separe, existem isenções tributárias e, acho, a Lei 12.350, de 2010, concedeu benefícios tributários para a construção dos estádios, o Recopa, como também concedeu algumas isenções para a FIFA e suas subsidiárias para a ocorrência do mundial. Esses benefícios creditícios e tributários alcançam o montante, para a Copa do Mundo, mais ou menos, ou seja, o custo para o Tesouro de conceder esses benefícios, de meio bilhão de reais. O Tribunal, inclusive, determinou objetivamente ao Ministério do Esporte que fizesse constar em seu balanço esse benefício como também custo Copa. Isso foi uma avaliação empreendida pelo Tribunal. A sociedade merece essa informação, porque também há um esforço institucional para a realização da Copa e o Tribunal tomou providências para que, em dever de transparência, dever constitucional de publicidade, o Governo Federal publicasse devidamente essas informações.

Especificamente com relação à análise da regularidade dessas isenções tributárias, a lei do Recopa faz uma série de condicionantes, dentre os quais a necessidade de cada estádio promover um termo aditivo específico para reduzir o seu custo em razão desse benefício. Disso o Tribunal também cuidou. Fez determinações muito claras ao Ministério do Esporte e à Receita Federal sobre o assunto, também posso dar mais detalhes sobre isso.

Esse meio bilhão do qual falei é o custo efetivo do Tesouro. É claro que os empréstimos ultrapassam três, quatro ou cinco bilhões no volume total, mas, quanto ao custo, existe uma correção financeira e seria feito a juro de mercado. Quando essa pactuação do financiamento é feita com juro inferior ao de mercado, o esforço efetivo do Tesouro em termos de subsídio creditício e tributário é que eu falo que ultrapassa meio bilhão. Nas últimas duas contas da República que o Tribunal também apreciou e foram encaminhadas ao Congresso Nacional, o Tribunal também deu conta dessa análise, fez uma análise global das renúncias, incluindo essas relativas à Copa do Mundo.

Senador, não sei se fui muito abrangente, muito específico. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser que fale de uma situação mais específica, estou pronto para ajudar.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoria/PSDB - PR) – O que nós constatamos com a realização dessas obras da Copa e o trabalho do TCU são exatamente as limitações impostas ao TCU, primeiramente porque não tem numericamente um quadro suficientemente adequado para realizar todo o trabalho de auditoria, de fiscalização e em razão também das outras limitações já conhecidas que nós temos debatido, inclusive no Senado Federal, desde o modelo de escolha de Ministros que ocupam cargo de conselheiros nos tribunais no País, que, a nosso ver, deveria ser através da realização de concurso público para que fossem declarados absolutamente insuspeitos diante da sociedade, evitando a indicação de natureza política, o que evidentemente autoriza o cidadão brasileiro a suspeitar da isenção. Isso vem desde o Supremo Tribunal Federal, em função do modelo de indicação política dos integrantes desses tribunais.

Mas há aqui no nosso legislativo um trabalho de levantamento de dados que mostra alguns números que, obviamente, são do conhecimento do Tribunal de Contas. De acordo com esse estudo, o valor estimado, os gastos previstos eram de R\$25,6 bilhões. Agora fala-se em R\$30 bilhões: 7 bilhões relacionados à construção dos estádios; 8,6 bilhões para as obras de mobilidade urbana; 6,8 bilhões para aeroportos; 1,9 para segurança pública; 700 milhões para portos; 400 milhões para telecomunicações, etc. Agora fala-se em 30 bilhões, sendo que, no mínimo, 70% desse valor será público, ou seja, R\$21 bilhões. Acho importante destacar o que é público e o que é privado. Quero que o Tribunal confirme esse percentual de cerca de 70%, porque não basta incluir o do Orçamento Federal nos investimentos, deve ser computado de outros Estados e também dos financiamentos e bancos públicos.

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – O valor oficial, como disse no início, nas quatro ou cinco oportunidades em que o Governo Federal publicou a matriz de responsabilidades, esse valor vai mudando, tanto em razão dos aditivos que foram realizados nas obras quanto em face da exclusão de uma ou outra obra da matriz de responsabilidades. Então, a última informação oficial da matriz de responsabilidades: dos 25,5 bi, eram privados unicamente 3,7. Com relação aos financiamentos da Caixa Econômica Federal e do BNDES, eles somam 8,3 bilhões em valores efetivos. Desses financiamentos, muitos deles foram feitos com empréstimos aos Estados, que, é claro, continuam públicos.

Muito se questiona se esse valor do que é Copa e o que não é Copa é fluido. É uma linha pontilhada e tênue. Essa foi uma discussão que tivemos com o Ministério do Esporte, logo no início, antes mesmo da apre-

sentação da primeira versão do que era matriz de responsabilidade. Eventualmente, se o Município de Bonito, no Mato Grosso, quiser fazer um investimento em turismo para se beneficiar do evento Copa, dentro desse escopo, pode ser Copa. Então, tudo pode ser Copa. Nesse aspecto, de fato, esses investimentos podem aumentar ou não. Haveria de existir um critério a respeito do que é Copa e do que não é Copa. Esse critério foi, à época, a fundamentalidade, a critério do Governo Federal, daquelas ações para o evento.

Então, existe, sim, um conceito maleável do que é Copa e do que não é Copa. Eventualmente, a gente pode discutir a fonte, a última informação oficial daquilo que está na matriz de responsabilidades. Um exemplo claro são os investimentos na área de energia elétrica. Já existiam investimentos alocados na área de distribuição e transmissão de energia, alguns deles foram antecipados em razão de Copa. Poderia se dizer que é Copa do Mundo, mas eles não foram colocados na matriz, porque já estavam, inclusive, alocados no PPA anteriormente. São mais de 2 bilhões nesse aspecto. Eventualmente, poderia ser contabilizado também como Copa. De sorte que não tenho condições, exatamente em razão dessas nuances, de afirmar porque seria 30 ou 25,5.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – Pois não.

Uma indagação bem rápida: o TCU auditou as obras do Mané Garrincha?

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Como falei, as obras do Estádio Nacional de Brasília foram as únicas que não contaram com qualquer centavo do BNDES. As outras onze se beneficiaram da possibilidade de conseguir o numerário. O que é fato é que existiam 400 milhões disponíveis e o BNDES não contratou financiamento; os recursos foram custeados todos com o Tesouro do Estado.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – Este é visto como o maior monumento de corrupção desta Copa: o Estádio Mané Garrincha. Uma comparação bem singela, nem sei se caberia, mas a Ponte JK custou R\$160 milhões e foi paralisada várias vezes com denúncias de superfaturamento. Ela é muito mais importante para a cidade, presta um serviço extraordinário de mobilidade urbana, muito mais importante do que o Estádio Mané Garrincha, que vai chegar a R\$2 bilhões, o estádio mais caro do mundo. Isso não deixa de ser um escândalo. Nós sabemos que o Tribunal de Contas da União não está fiscalizando essa obra, o que é lamentável.

Por isso, pretendo apresentar, Senador Cyro Miranda, um projeto de lei, para que esses eventos de grande repercussão nacional e internacional possam ser auditados, sim, pelo Tribunal de Contas da União.

É evidente que todos nós sabemos que os recursos disponíveis para o Governo de Brasília em boa parte têm origem no Tesouro da União. Portanto, caberia, sim, a fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União.

Quero indagar também sobre essa questão...

Só para registrar, meu Presidente, vamos apresentar um projeto, para que caiba ao TCU a responsabilidade pela fiscalização de grandes eventos internacionais sediados no Brasil, independentemente da origem dos recursos. Haverá em seguida uma olimpíada em nosso País.

Mas gostaria de indagar... Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – O senhor vai ter oportunidade ainda de continuar as perguntas aos nossos convidados.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – Vou fazer mais uma indagação, então, para o Rafael sobre o Regime Diferenciado de Contratações, como o Tribunal de Contas da União está verificando a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações.

Quando o Congresso aprovou, nós impetramos junto ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, e o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, da mesma forma. Tivemos, inclusive, a opinião de alguns Ministros, que se anteciparam, alegando que se tratava de uma afronta brutal à Constituição, que era absolutamente inconstitucional. Essa ADI não foi julgada. A Copa vai se realizar, e essa ADI ficará nos escaninhos do Supremo Tribunal Federal.

Então, queremos indagar do Tribunal de Contas qual é a avaliação que o Tribunal faz em relação a esse Regime Diferenciado de Contratações.

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Inicialmente, enquanto não julgadas as ADIs pelo Supremo Tribunal Federal, ela é uma lei que goza de presunção de legitimidade. Nesses termos, o Governo Federal tem feito uso do novo instituto, e, naquilo que tem de objetivo, com sucesso. Na parte ferramental de procedimentos, de fato, a nova lei tem permitido uma redução do tempo licitatório.

Em verdade, mistura-se muita coisa, e se confunde o RDC com um regime próprio criado por ele, a contratação integrada, que é uma partezinha do RDC e que permite a contratação com base num anteprojeto. Essa contratação da obra com base num anteprojeto – e a realização da obra no projeto básico – tem premissas específicas, aproxima-se muito dos elementos de projeto básico da Lei nº 8.987, das concessões – isso o Dr. Adalberto pode falar com maestria –, e enseja outros riscos licitatórios e contratuais. Em razão disso, ela tem de ser tratada de maneira diferenciada.

Esse tipo de contratação ainda está sendo amadurecido no seio tanto da jurisprudência, como também da doutrina. A visão que se tem – aí é a doutrina que escreve sobre os assuntos, os doutores, a academia de Direito – é a de que, no geral, o regime de contratação integrada dá mais ferramentas ao gestor, para que defina o que seria a melhor proposta.

O objetivo de todo certame licitatório, qualquer um, é a obtenção da proposta mais vantajosa. E o RDC, porque viabiliza mais caminhos, amplia esse leque, esse arsenal ao gestor público, porque ele indica o que será a menor contratação, para acabar com o monopólio do menor preço. É claro que com maiores caminhos, com mais alternativas essa discricionariedade do gestor é aumentada. Existe, sim, um aumento de subjetividade. É uma mudança de filosofia na lei. E aí, do ponto de vista pessoal – a não posso dizer institucional –, necessária. Essa mudança de como lidar com um processo licitatório vai exigir não somente uma necessidade de alterar os olhares do processo de quem lida com ele, mas também as lentes do próprio controle.

Agora, o que há de objetivo em contratação integrada para as obras da Copa do Mundo, salvo engano, existiam só duas: no Porto de Manaus e no Aeroporto de Curitiba. Daquilo que há de objetivo em obras da Copa, quando foi utilizado o RDC, em razão de alguns novos procedimentos, alguns deles assemelhados ao pregão, houve redução do tempo licitatório. Se vai dar certo ou não vai dar certo, inclusive qualitativamente em relação aos objetos que vão ser entregues, isso vai ser objeto de análise específica pelo Tribunal.

Daquilo que se tem de objetivo e técnico, é o que a gente pode dizer.

Obrigado, Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço Senador Alvaro Dias, que terá oportunidade ainda de continuar com as perguntas.

Pergunto ao Senador Mozarildo se quer deixar sua colocação para o final. (*Pausa.*)

Então, com muito prazer, concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Magalhães Prada, jornalista e Diretor do Portal da Copa de 2014.

Com a palavra, V. Sa.

**O SR. RODRIGO MAGALHÃES PRADA** – Bom dia a todos!

Gostaria de saudar o Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, o Dr. Adalberto Santos de Vasconcelos, o Dr. Rafael Jardim Cavalcante, o Engenheiro José Roberto Bernasconi e o Prof. Lamartine da Costa por esta oportunidade de debatermos esse tema tão importante para o País. A Copa do Mundo é o maior evento midiático do Planeta.

Eu vou fazer uma apresentação dividida em quatro partes, e a ideia é que a gente possa apresentar um pouco desse andamento das obras, algumas questões que aconteceram durante a Copa das Confederações e com as quais nós precisamos ter uma atenção maior para que não se repitam durante a Copa do Mundo, e alguns pontos cruciais aí nessa etapa final de preparação do Brasil para a Copa do Mundo.

Eu vou apresentar rapidamente o Portal 2014 e algumas ações que já foram realizadas pelo Sinaenco. O Portal 2014 é um veículo que foi criado pelo Sinaenco, que é o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, com o objetivo de fundir as questões ligadas à importância do planejamento e do projeto. Então, desde 2007, quando o Brasil foi anunciado como sede da Copa do Mundo de 2014, o Sinaenco apresentou um estudo sobre a situação dos estádios brasileiros. Na época, foram visitados 28 estádios, e a situação deles era realmente caótica. Os estádios brasileiros se encontravam sem manutenção na sua maior parte, sem segurança, com dificuldade de acesso; enfim, com vários problemas que foram detectados nesse levantamento.

A partir daí, o Sinaenco promoveu um evento que foi o primeiro evento sobre a Copa de 2014, que foi realizado, na época, com a presença da Ministra Marta Suplicy, do Turismo, e do Ministro Orlando Silva, dentre outras autoridades. E nesse evento foram colocadas algumas preocupações com relação à Copa do Mundo. A partir daí, o Sinaenco lançou o Portal 2014 – a gente vai falar um pouquinho sobre ele mais para frente – e junto com o lançamento do Portal veio uma publicação chamada “Vitrine ou Vidraça – Desafios do Brasil para a Copa de 2014”. Essa publicação é o reflexo de uma série de eventos que o Sinaenco fez em 17 cidades candidatas à Copa do Mundo, e apresentou algumas preocupações com relação a cada uma dessas cidades. Esse material, inclusive, está disponível no *site* do Sinaenco, que é o [www.sinaenco.com.br](http://www.sinaenco.com.br).

A partir daí, o Sinaenco reuniu os arquitetos da Copa do Mundo, os arquitetos que foram contratados para fazer os projetos dos estádios do mundial. Realizou uma série de eventos, palestras, alguns *road shows* pelas cidades, sempre levantando a bandeira da importância do planejamento da Copa do Mundo.

O portal foi lançado no dia dois de junho de 2009. Nesse evento, o nosso Presidente José Roberto Bernasconi até apresentou – aquela tela eu coloquei propositalmente – que o nosso grande objetivo não era o

mês de junho de 2014. Na época não sabíamos exatamente a data da abertura da Copa, e sim o dia 2 de junho de 2015, que seria o grande legado que a Copa do Mundo poderia deixar para o mundial.

O Prefeito Gilberto Kassab recebeu a bola do nosso Presidente como o momento em que os Prefeitos deveriam entrar no jogo e começar a bater bola dentro dessas questões ligadas à Copa do Mundo, lembrando que isso aconteceu em 2009. Hoje o Portal de 2014 tem mais de quatro milhões de páginas acessadas por mês e é o grande *making of* da preparação do Brasil sobre a Copa do Mundo. Nós temos mais de 13 mil matérias acompanhando passo a passo tudo o que aconteceu nessa preparação do Brasil para a Copa de 2014. Se você colocar em qualquer *site* de busca a palavra Copa de 2014, é o primeiro que aparece, na frente até do *site* da FIFA, justamente pela quantidade de conteúdos que temos relacionados ao Mundial e tornou-se uma grande referência na Imprensa.

Bom, eu vou citar alguns dados. Muitos deles já foram passados aqui na brilhante palestra do TCU, mas eu acho que nesta tela há um dado bastante importante. O orçamento inicial previsto para os estádios da Copa do Mundo, sem projeto básico ou projeto executivo – deixamos bem claro isso –, era de R\$2,8 bilhões. Esse era o valor que o Brasil, na sua candidatura, se propôs a gastar com os estádios, lembrando que o grande discurso era que a Copa do Mundo seria a Copa do Mundo da iniciativa privada. Esses são dados públicos.

Com relação aos estádios, nós separamos uma tabela que considero bastante importante que mostra o seguinte: quando nós comparamos os estádios da Copa do Mundo com outros estádios brasileiros que foram construídos, por exemplo, Arena do Grêmio, o Estádio do Palmeiras, de fato, nosso Ministro Aldo Rebelo tem razão em dizer que não dá para comparar um estádio que tem um padrão FIFA com um estádio que teoricamente não tem o mesmo padrão. Então, o que nós fizemos? Comparamos os estádios da Copa do Mundo de 2014 com os estádios das últimas Copas do Mundo, o valor do custo por assento. O custo por assento nos estádios da África foi de cerca de R\$5.500; na Alemanha, R\$5.400; no Brasil, esse custo é de mais de R\$11.800. Refiro-me ao custo por assento nos estádios brasileiros. Então, estamos comparando com as duas últimas Copas do Mundo o custo por assento do mundial.

Como foi apresentado, nós temos três categorias de estádios: os estádios privados, as PPPs e os estádios públicos, que foram assim divididos. Eu vou passar rapidamente por cada um dos estádios para mostrar o andamento das obras no geral.

O Estádio do Mineirão, que foi entregue em dezembro de 2014, foi o único estádio que, de fato, cumpriu o primeiro prazo estipulado pela FIFA.

Cuiabá, que tem a inauguração prevista para o dia 2 de abril.

Curitiba, que tem um evento teste previsto para o dia 29 de março. Teoricamente, está previsto, para 17 dias antes da data oficial que a FIFA divulgou naquela coletiva em que confirmou Curitiba na Copa do Mundo.

O Estádio do Castelão, que foi entregue também em dezembro de 2012, assim como o Mineirão.

O Estádio de Manaus, que teve um evento-teste no dia 9 de abril, em que tivemos diversos problemas, principalmente ligados à área de telecomunicações, sobre o que a gente vai falar um pouquinho mais adiante.

O Estádio de Natal, que teve a sua obra inaugurada no dia 22 de janeiro deste ano.

O Estádio do Beira-Rio. Na verdade – eu peço desculpas –, o investimento lá é de R\$30 milhões. Naque-la tela inicial, consta esse valor. Ele já recebeu dois jogos-testes e tem uma inauguração oficial prevista para o dia 5 de abril.

Os dados que a gente tem do andamento das obras dos estádios que ainda não foram entregues são dados coletados pelo nosso grupo, que liga para as construtoras e tem acesso a esses dados. Por isso que alguns números acabam diferindo dos dados do TCU.

O Estádio do Maracanã, que foi inaugurado em maio de 2013, ou seja, às vésperas da Copa das Confederações.

A Arena Fonte Nova, que foi inaugurada em abril de 2013, também em data muito próxima do evento.

O Estádio da Arena Pernambuco, inaugurado em maio de 2013.

O Estádio do Corinthians, que ontem concluiu a fase de instalação da cobertura, daquela peça que havia caído. A previsão é que a entrega da obra seja no dia 15 de abril. O estágio da obra hoje é de 97%.

Os diretores do TCU apresentaram algumas obras que já foram excluídas da Matriz de Responsabilidade. Nós temos, principalmente na área de mobilidade urbana, 19 obras que foram retiradas dessa matriz e uma obra de porto.

É importante colocar a questão dos portos com relação à Copa do Mundo, que são obras basicamente de legado. Em todos os portos que serão entregues, temos, até agora, a previsão de apenas um navio de cruzeiro da seleção do México, com cerca de três mil torcedores do México, que deve percorrer as cidades-sedes. O México joga a primeira fase em Fortaleza, em Natal e no Recife e a sua base será em Santos. Então, esses portos

foram todos reformados, mas temos a previsão de apenas um navio até agora para estar aqui, no Hemisfério Sul, durante a Copa do Mundo.

Da Matriz de Responsabilidade da Copa – isso também já foi muito falado – temos a divisão dos recursos do Governo Federal, dos governos locais e da iniciativa privada. São os números exatamente como foram passados pelo TCU.

Aqui acho que há uma tela bastante importante. Das obras de mobilidade urbana, ou seja, de 42 obras que ainda temos na matriz de responsabilidade, tentamos fazer um grande apanhado no portal para vermos quais as obras que, provavelmente, não ficarão prontas para a Copa do Mundo. Essas são as obras que estão em vermelho; ou elas não ficarão prontas ou dificilmente conseguirão concluir o prazo durante os 93 dias que restam até a Copa do Mundo. As que estão em amarelo são obras que devem ficar prontas, mas requerem um nível de atenção muito grande. E as obras que estão em verde são obras que já foram entregues ou que deverão, sim, ser entregues antes do mundial que acontece a partir de junho.

A questão da hotelaria é um ponto bastante importante. Por quê? Nós levantamos esse dado do Fórum de Operadores dos Hoteleiros do Brasil, que respondem por mais de 50% das hospedagens no País. Eles nos passaram um dado bastante preocupante: hoje, em março de 2014, se pegarmos a ocupação prevista dos hotéis durante os meses de junho e julho, o número de reservas é menor do que aconteceu nos anos anteriores, ou seja em 2013, 2012, 2011. Nesses anos, em março, havia uma previsão de ocupação maior do que temos agora com a Copa do Mundo.

Esse é um fenômeno conhecido mundialmente como *displacement*, ou seja, inverte-se a lógica do turismo, saindo o turismo de negócios. Dificilmente teremos eventos em Curitiba, em São Paulo e em Belo Horizonte nos meses de junho e julho, as grandes feiras não acontecerão nesse período, e o turismo da Copa do Mundo não está ocupando principalmente os hotéis de categoria quatro estrelas.

Nesse quadro, em amarelo, vocês veem quais são as unidades disponíveis. Pode-se somar isso com as unidades que foram bloqueadas pela FIFA, pela Match, a empresa responsável por isso. Eles já devolveram 50% das reservas no começo do ano e agora em abril eles têm novo prazo para devolver uma maior parte de reserva. Ou seja, os dias nobres dos jogos são os dias que antecedem a partida e o dia da partida, e nesses dias, por exemplo em São Paulo, temos uma vacância de pelo menos 53%. E esses 26% devem ser adicionados a essa demanda de falta de ocupação desses hotéis.

Então, quanto àquilo que sempre se disse sobre a Copa do Mundo atrair muitos turistas, há um problema registrado no setor de hotéis que, claro, pode ser contornado, mas essa é a realidade março de 2014.

E nós temos, de fato, dentro daquelas previsões, alguns números que estão se confirmando. Uma delas é o número de turistas estrangeiros que deveremos ter aqui durante a Copa do Mundo. Diz-se que o grande número será de 600 mil turistas estrangeiros e, se somarmos os ingressos que já foram comercializados para estrangeiros – amanhã será aberto um novo período de compra de ingressos –, já se chega próximo daquele número de 600 mil turistas que havia sido planejado. Então, estamos alcançando esse número. É um fato importante.

E os principais turistas internacionais que virão ao Brasil serão os americanos, colombianos, alemães e argentinos. Esse número de argentinos ainda deve crescer muito, principalmente devido àqueles torcedores que vão acompanhar a seleção mesmo sem ingresso, o que coloca um grande alerta. Por exemplo, haverá um jogo da seleção argentina em Porto Alegre, em um domingo, e outro em Belo Horizonte. A seleção argentina, com o Messi, com um esquadrão forte, certamente trará alguns argentinos que utilizarão as nossas estradas.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RODRIGO MAGALHÃES PRADA** – E fica o recado que as nossas estradas precisam de uma reforma maior.

Já estou terminando, Presidente.

Por último, eu só gostaria de passar esses eslaides, que mostram o seguinte: a Copa do Mundo é o maior evento de mídia do Planeta. Ou seja, o Brasil deve tratar a Copa do Mundo como ela é de fato. É um evento que tem que ser tratado para a imprensa. É a nossa imagem que está saindo lá fora.

Esse é um eslaide que retirei da apresentação do Presidente José Roberto Bernasconi, em 2009, no dia do lançamento do portal, que mostra algumas cenas. Essas fotos foram exatamente assim colocadas, que são a nossa realidade hoje. Quase sete anos se passaram e, por exemplo, há a questão do lixo espalhado pelas ruas, que, infelizmente, ainda é uma realidade – nós vimos o caos agora no Rio de Janeiro –; a questão da violência no entorno dos estádios; o trânsito, que continua caótico nas cidades; e os aeroportos, que continuam sobrecarregados mesmo com as tarifas aéreas tão altas. Só os estádios que, de fato, seriam esse grande legado do que já estávamos pensando. Pelo menos 14 estádios foram reformados ou colocados.

Mas, diante disso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há a questão da mídia internacional, que tem massacrado o Brasil e a sua preparação para a Copa do Mundo. Por isso, eu gostaria de colocar esse eslaide para que tomássemos muito cuidado com relação a isso. Nós tivemos, no ano passado, as manifestações que coincidiram com a época da Copa das Confederações, só que o problema não foram as manifestações; foi a reação da polícia e como a mídia internacional adotou essas imagens.

Essa é a capa do *The New York Times* que mostra uma senhora sendo atingida por um gás de pimenta. E há diversas outras situações.

Eu costumo dizer o seguinte: se tivermos, durante a Copa do Mundo, um surto de resfriado, isso vai ser notícia no mundo inteiro. Nós somos o alvo da notícia, tanto que o acidente no estádio de Itaquera também foi notícia em todos os lugares, um acidente que ocorre, infeliz e frequentemente, em obras, claro que numa menor proporção em relação, por exemplo, à Copa de 1950, em que cerca de 200 operários morreram no Maracanã na época. Se pegarmos o número de mortes nesta Copa do Mundo, é um número bastante inferior, justamente por conta dos avanços da engenharia nacional.

Essa é uma cena que, realmente, nos preocupou bastante: o ônibus do Uruguai, que ia para o centro de treinamento em Paulista, na região metropolitana do Recife, derrapava para conseguir chegar até ao centro de treinamento. Essa cena rodou o mundo. Então, aquela imagem do Brasil que gostaríamos de passar de um país desenvolvido, com essa imagem, as coisas não ficam tão claras.

Eu também tirei uma foto da Estação Cosme e Damião. Essa é a chegada de torcedores na Arena Pernambuco no jogo entre Espanha e Uruguai, no dia 16 de junho de 2013. Essa é a saída do transporte coletivo para a entrada no estádio. Esperamos que esse problema já tenha sido solucionado. A Copa das Confederações serviu como um teste, e isso não pode se repetir durante a Copa do Mundo.

Uma questão importantíssima e que vimos na inauguração do estádio de Manaus agora: nenhum estádio brasileiro já tem pronta a infraestrutura de TI. Alguns deles, como Curitiba e São Paulo, ainda nem contrataram as empresas para fazerem esse tipo de trabalho. Estamos a 93 dias da Copa. E costumo dizer o seguinte: a Copa do Mundo de 2014 será a Copa do Mundo das mídias sociais. Na África do Sul, estavam iniciando essas ferramentas como Facebook, Instagram e demais ferramentas de comunicação pessoal. Ou seja, aqueles 600 mil turistas que estarão aqui, certamente, terão um aparelho de telefone, já estão acostumados a ter esse tipo de tecnologia na sua cidade, no seu País e, quando chegarem ao Brasil, terão dificuldades.

Alguns jornalistas não conseguiram mandar as matérias de Manaus para as suas redações, durante o jogo na Arena da Amazônia, agora, na inauguração. Esse é um problema extremamente crítico em relação a telecomunicações, sobretudo, a questão da imagem.

Aqui pego uma placa que foi colocada em Brasília, placa que acabou se tornando bastante conhecida, porque a sinalização da Copa do Mundo indica, em Português, para um lado e, em Inglês, para o outro, totalmente oposto.

Aí a nossa grande preocupação, porque temos o hábito do brasileiro de simplesmente, em vez de concertar o problema, o que eles fizeram? Simplesmente taparam a informação em Inglês. Ficou apenas a informação em Português, que era a informação correta, em vez da substituição da placa.

Então, essa é uma questão de extrema importância para o mundial. Basicamente, era isso, senhores.

Estamos à disposição para conversar.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço ao jornalista e Diretor do Portal da Copa Rodrigo Magalhães Prada, inclusive, pelas revelações e dados que nos surpreendem, e muito.

Em seguida, passo a palavra ao Presidente Bernasconi, que é o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva.

Com a palavra o nosso amigo Bernasconi.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI** – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda. Srs. Senadores, companheiros desta Mesa, tão ilustres, que já se apresentaram e que ainda vão se apresentar, senhoras e senhores presentes, eu gostaria, além de agradecer pela oportunidade, de fazer alguns comentários a partir dos dados que o jornalista Rodrigo Prada apresentou, que constituem matérias permanentes no nosso Portal da Copa.

O Sinaenco é o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, o que vale dizer sindicato que reúne as empresas que fazem projetos de arquitetura e/ou de engenharia e fazem também gerenciamento e fiscalização na implantação de empreendimentos.

São mais de 24 mil empresas no Brasil, de todo porte, desde pequenos escritórios com um ou dois profissionais, até com milhares de profissionais. Somos um sindicato nacional e temos também diretorias regionais em treze Estados, no Distrito Federal e em mais doze Estados.

O Sinaenco tem se envolvido com a Copa, como de alguma forma o Rodrigo Prada já apresentou, desde mesmo antes ser anunciado o Brasil, porque o Brasil era a “bola da vez”. A Colômbia, com quem o Brasil disputava, já havia desistido dois anos antes, por causa dos seus problemas com guerrilha e tudo mais. Então, sabíamos que éramos o único candidato e éramos a última escolha geográfica. A última escolha no subcontinente sul-americano. A partir daí, a FIFA passou a escolher em função de outras conveniências, já que a Copa do Mundo e o futebol, provavelmente, são os maiores *business* do mundo, além de serem o maior evento midiático do Planeta.

Nós apresentamos uma série de dados já no dia 1º de novembro, dois dias depois de o Brasil ter sido anunciado e, como o Rodrigo falou, chegamos a discutir em várias frentes, em vários plenários, no Brasil e também fora do País, contando um pouco do que poderia ser o Brasil como oportunidade para investimentos e que esses investimentos fossem no sentido de melhorar especialmente a nossa infraestrutura, não só esportiva, nas arenas, mas na infraestrutura em geral.

Nossas referências foram Barcelona. Não sei se todos têm essa noção, mas a Espanha, a partir de 1983 e 1984, se relançando, além do Pacto de La Moncloa, em termos de natureza política, social e econômica, resolveu se relançar no mundo e se organizar para isso. Foram buscar os Jogos Olímpicos e a Exposição Universal de Sevilha 1992, ano do quinto centenário da descoberta da América pela Coroa Espanhola.

Então, competiram e conseguiram fazer isso. Eles conquistaram os Jogos Olímpicos de Barcelona e, quem conheceu Barcelona antes e depois vê a diferença. Eles fizeram uma transformação extraordinária. A Exposição Universal, em Sevilha, foi em 1992. Eu tive a oportunidade de estar presente, fazia parte de um foro ibero-americano de engenharia civil e construção. E foi Madri a Capital Cultural da Europa em 1992. A partir daí, a Espanha se relançou no Planeta, especialmente no mundo pan-americano. A partir daí é que ela se colocou e comprou a Aerolineas Argentinas, a Repsol comprou a YPF e etc.

Muito bem. Vimos o que a África do Sul fez dentro das suas limitações; vimos o que Londres fez. Londres foi escolhida, em junho de 2005, sede dos Jogos Olímpicos de 2012; menos de um mês depois, eles já tinham o comitê local organizado e a Olympic Delivery Authority, a Autoridade Pública Olímpica, para entregar as coisas dos jogos olímpicos. Eles renovaram a zona leste de Londres, em Stratford, fizeram grandes modificações lá, e, já em 2010, estava criada a corporação, a empresa para desenvolvimento do legado de Londres, que os jogos olímpicos iam deixar.

Tudo isso nos chamava a atenção e nós confrontávamos com os Jogos Pan-Americanos de 2007, em que nós tínhamos tido uns tantos problemas. Para começar, obras feitas de afogadilho e com orçamento absolutamente alterado.

Então, a nossa ideia era que pudéssemos realmente chamar a atenção da sociedade brasileira e dos governantes de plantão para fazer um planejamento consistente, ter os projetos de engenharia e arquitetura tempestivamente prontos para fazer licitação de obras com os projetos, porque, aí sim, você tem o controle. É sobre isso que vou me demorar um pouco mais.

Em 2009, há cinco anos, na Feira da Indústria e da Construção, com apoio da Batimat, francesa, no Anhembi em São Paulo, nós estávamos falando em uma palestra sobre riscos que o Brasil teria – cinco anos atrás. A Feicon deste ano começa agora terça-feira dia 18 de março. A gente dizia: “É pouco provável não conseguir aprontar os estádios até 2013”; “não conseguir ampliar capacidade hoteleira”; “pouco provável sofrer apagões de energia, telecomunicações e transportes”. Na verdade – no transporte aéreo, especialmente –, nós corremos esses riscos ainda.

Mas eu dizia que é provável, se houver demora nas decisões e definições, repetir o Pan de 2007, com orçamentos iniciais superados, ajuda emergencial do Estado para completar as obras dos estádios, não melhorar a infraestrutura em torno dos estádios; perder a grande oportunidade de alavancar o País no cenário mundial; não melhorar as condições de acessibilidade; não melhorar as condições de saneamento, energia e telecomunicações; e ter que tomar medidas excepcionais de segurança durante os jogos, como chamar o Exército para garantir a segurança.

Esses são dados da revista *Veja* de 2007 e *Folha de S.Paulo* sobre os gastos do Pan: “Os gastos do Pan somam 3,7 bilhões de reais, 800% a mais do que o previsto em 2002, quando os governos registraram que gastariam R\$ 414 milhões”; “O Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão) foi orçado em 166 milhões de reais, mas sua construção saiu por 400 milhões de reais” – e a gente sabe como ele está: ele está interdito em reforma, porque tem problemas estruturais.

Outra coisa. Numa outra palestra, em 2010, falava-se sobre uma grande oportunidade: o maior evento midiático do Planeta. É uma enorme chance de o usarmos como vitrine, e o Brasil podia desenvolver suas marcas. Nós não temos marcas nacionais grandes, fortes.

Em 2002, na Copa em que o Brasil foi penta, dividida entre Japão e Coreia do Sul, essas empresas – Samsung, LG, Hyundai – utilizaram a Copa como vitrine e se consolidaram como marcas mundiais. Que marcas brasileiras podem investir? Já dizíamos isso lá atrás.

Nos bancos, tínhamos aí umas tantas coisas, um *ranking*. A Petrobras estava em sétimo na América Latina; a Natura já aparecia em 14º. E, aí, nós dizíamos: nós podemos trabalhar, devemos trabalhar. Falávamos da Vale, da Petrobras, da Embraer, do café do Brasil.

Quem viaja sabe que café lá fora é café da Colômbia, é de Java, é da África e não se fala do café do Brasil, que é o maior produtor mundial. Então, nós não estamos aproveitando oportunidade para criar marcas brasileiras. Já passou esse tempo; para a Copa já não dá mais tempo.

Há também o etanol do Brasil, que inclusive está comprometido pelos preços irrealistas praticados pela Petrobras com relação à gasolina.

Então, a gente chamava a atenção. Há tanta coisa para falar!

A Natura, como marca mundial de cosméticos com ingredientes naturais; frutas e sucos naturais do Brasil; os sabores do Brasil; a música do Brasil; o sorriso brasileiro; o “tudo bem?”. Então são coisas que a gente podia ter trabalhado um pouco melhor. Ainda dá tempo de fazer para outros eventos.

O que foram as ações governamentais? Em janeiro de 2010, o Presidente Lula definiu a Matriz de Responsabilidades, que foi revista algumas vezes; sancionou a RDC, para acelerar os processos de contratação para a Copa de 2014 e também para os Jogos Olímpicos e o estendeu para o PAC, depois para a educação, agora para os presídios, em função do que aconteceu lá nos presídios do Maranhão. E apresenta o RDC especialmente como uma modalidade de contratação integrada através da qual a obra é contratada a partir de um anteprojeto que ninguém diz o que é, e sem projeto básico, o que fica a cargo da empresa construtora. E onde o mote é fazer a coisa rapidamente pelo menor preço; a licitação, não a obra. É o processo de contratação, e nós somos críticos com relação a isso porque não resolve. Está provado que não tem resolvido. O RDC facilita comprar rapidamente com má qualidade, essa é que é a verdade.

Copa do Mundo de 2014. O jogo já está jogado, não dá para fazer muito mais coisas, tem que ser uma finalização apressada com expedientes como os seguintes: como não há obra de mobilidade urbana suficientes, então decreta-se feriado em dia de jogo e férias escolares, como está na Lei Geral da Copa. O legislador foi atilado, ele já previu isso, porque diminui a demanda pelo espaço público urbano, pelo espaço viário e pelo transporte público. Abre para aqueles que estejam para assistir aos jogos da Copa.

Os custos são superiores às estimativas; a qualidade, em geral, inferior à expectativa; o treinamento de pessoal é insuficiente; na segurança pública existe a possibilidade de haver o apoio das Forças Armadas; e o legado é menor do que poderia ter sido. Poderia ter-se deixado um legado muito maior.

O legado. Eu acho que nós não podemos dizer que não há legado. Sim, há legado. Os estádios são modernos, efetivamente; o Brasil aprendeu a fazer, pelas suas melhores empresas, estádios; existem tecnologias novas, há a utilização das telas tensionadas, sistemas sofisticados de grandes vãos, e tudo isso é um desenvolvimento, uma atualização de tecnologia. E tem-se que aprender a operar a arena multiuso, porque quem vai assistir a algum jogo lá fora, *Champions League*, por exemplo, existe em cada estádio um sistema de operação que tem apoio dos chamados *stewards*, que são pessoas que usam uns coletes de certa cor e que pegam aquele que vai assistir ao jogo e o leva até a sua posição, até o seu assento, e controla para que aquele assento não esteja ocupado por ninguém. Ele não é um homem da segurança, mas ele é um assessor administrativo e operacional do evento. Nós temos que treinar pessoas, mas não vai dar tempo. Sem contar que, de vez em quando, não há água, não há papel, aquelas coisas que aconteceram nas inaugurações, o que é próprio de alguma coisa acabada às pressas. É natural, porque se tivéssemos começado antes não teríamos essa correria toda.

Há obras de infraestrutura? Teremos, sim. Algumas delas não ficarão para a Copa, mas terão sido motivadas pela Copa, então dá para dizer que é um legado que vem da Copa. Pena que não fique tudo pronto até a Copa.

E a força didática da experiência é aprender com os erros. E aí, Presidente, é onde eu acho que nós temos o grande trabalho a fazer. Se me permitir, eu queria aqui, porque eu acho que essa é a coisa fundamental... Como evitar a repetição dos mesmos erros? Aí reside a coisa. Não adianta. Aconteceu no Pan, aconteceu lá atrás. Como diz o nosso colega aqui, o Dr. Rafael, não é diferente de outras obras públicas no Brasil. Mas nós vamos continuar repetindo as mesmas coisas? Parece-me que é como o gordinho que não faz atividade física, come quatro mil calorias e está bravo porque está gordo. Não há alternativa: ele tem que fazer atividade física e tem que diminuir a sua ingestão de calorias. Da mesma forma o diabético. Se descobriu ser diabético, tem que fazer dieta, não há alternativa, senão vai haver problema.

Então, onde está o problema, o fulcro do problema? O fulcro do problema é o seguinte: deve-se romper o círculo vicioso através de planejamento, projetos completos de engenharia, licitação das obras com o projeto completo de engenharia nas mãos, estabelecimento de rotinas de gerenciamento de obras, controlando

efetivamente as obras. Aqui é que está o problema. Planejar é igual a pensar antes. Quem pensa antes executa melhor. E os bons projetos de engenharia...

E eu quero falar um pouco disso porque projeto é um animal, é um bicho que não é bem conhecido. Fala-se: não, é falta de qualidade do projeto; não há projeto feito; não há bons engenheiros no Brasil. O problema é que tem que se dar condições para fazer o projeto, seja brasileiro, seja estrangeiro; prazos adequados e remuneração adequada. Não há alternativa. É uma produção intelectual a partir de dados do paciente. É que nem você exigir que um médico faça uma cirurgia do abdômen sem ele conhecer o que o paciente tem. O médico faz anamnese, o médico manda fazer um monte de exames para ver se é hipertenso, se é diabético, manda fazer exame de sangue, exame de urina, faz diagnóstico por imagens, para poder identificar qual é o problema e pôr a mão no paciente, a não ser que seja uma urgência, um politraumatizado que venha de um acidente. O politraumatizado que vai para uma mesa de cirurgia é a mesma coisa que um acidente. Se rolou um barranco que levou não sei quantas casas, tem que entrar em caráter de emergência. Mas o que é possível planejar, pensar antes, tem que ser feito assim, e para a obra pública, mais do que nunca, porque é utilização de dinheiro público.

Informações essenciais é para falar um pouco desse bicho, o projeto de engenharia – além de arquitetura, mas é o projeto de engenharia que permite efetivamente a construção.

Da mesma forma que o médico tem que conhecer o paciente, o projeto de engenharia tem que conhecer o sítio de intervenção, sem o que vai dar problema, obrigatoriamente, lá na frente. Pode ter certeza que dá. O que é isso? Tem que conhecer o sítio. Topografia, como é o relevo do terreno. É preciso fazer levantamento cadastral para eventualmente identificar se existem propriedades que depois vão ter que ser desapropriadas. Se não se fizer isso, a obra vai bater lá na frente, alguém judicializa a desapropriação e para a obra. Também o levantamento ambiental, as espécies vegetais e animais, é preciso cadastrar tudo isso; social, se há gente morando ou invasão; arqueológico, se tem um sambaqui ou alguma coisa que tenha interesse histórico; e antropológico. Se for urbano, tem que cadastrar as redes de utilidade de água e esgoto, redes pluviais, energia, gás.

Uma obra do Rodoanel de São Paulo quase explodiu Osasco porque, na cravação de uma estaca, ameaçou romper um tubo de gás. Foi um deus nos acuda. Emergência, bombeiros segurando aquilo, porque poderia ser uma tragédia nacional.

É preciso estudos e ensaios geotécnicos: sondagens, caracterização física do subsolo. Se for uma estrada, definir o que tem ao longo da obra, porque, se de repente descobrir, durante a obra, que tem um solo mole ou rocha, os custos mudam brutalmente, e não se pode falar: "Preciso de um aditivo porque olha que surpresinha: vou ter que buscar terra a 150km ou vou ter que jogar a 50 km essa rocha explodida." Tudo isso encarece e retarda o processo.

Aqui está um pequeno esquema. Enquanto alguém está pensando em fazer uma estrada, uma usina hidrelétrica, uma linha de metrô, começam os estudos e concepção inicial. Ao mesmo tempo, se começa fazer a caracterização física do sítio. Vão sendo feitos os ensaios de campos, os levantamentos. E o projeto vai continuando. Os dados vão chegando cada vez com mais detalhes e, a partir de certo momento, se conhece tudo do sítio de intervenção e vai-se complementando o projeto executivo. Ele demanda tempo para isso.

Acontece que o legislador, pela Lei nº 8.666, de 1993, aproveitando o que já existia no Decreto-Lei nº 2.300, para não atrasar demais a licitação de obra, permitiu que a obra seja licitada com uma coisa chamada projeto básico. O projeto não está pronto ainda, mas já reúne suficiente informação para poder instruir a licitação. Enquanto a licitação de obra segue adiante, se completa o projeto de engenharia, e, quando for construir, já está com o projeto pronto na mão. Uma resolução do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia de 1991 dizia que era mais ou menos com uma aproximação de 15%, para definir um pouco os limites da coisa. Mas a distorção que se pratica hoje é a seguinte: se faz com o projeto básico, mas se tira esse bolo muito antes do forno, sem estar pronto ainda. Às vezes, se tira um projeto básico aqui ainda sem a caracterização física do sítio completa, e o que vai acontecer? E muitas vezes se faz isso conscientemente, lamentavelmente. "Faz um básico", "Faz um basiquinho", "Faz um traçado dessa estrada e põe a licitação na rua, porque tem que começar a obra logo, temos que licitar". Essa urgência do prazo político a gente compreende que é real, mas não tem uma solução para isso. Ou a gente ganha um tempo para começar a se fazer as coisas de maneira certa ou vamos eternamente continuar a reclamar que as obras demoram muito e que se gasta muito mais dinheiro que o previsto.

Então, a premissa é quem não sabe o que está comprando compra mal, paga duas vezes. Então, é preciso ser feito com planejamento. Para fazer obra tem que saber o que fazer e como fazer. Então, planejamento. O projeto é que define o empreendimento, e o gerenciamento faz o controle.

Os Srs. Senadores conhecem muito bem a Lei 8.666, e eu quero dizer o seguinte aqui: o projeto básico – chamo a atenção – é um projeto ainda incompleto. Ele não está pronto para se construir. Ele serve para dar

uma orientação bastante razoável. Isso se fosse seguido o que a Lei 8.666, no seu art. 6º e alíneas, define, mas acontece que não é seguido. Esse projeto básico resulta de uma linha de corte antecipada. Os desenhos e especificações completas só vêm com o projeto completo.

Então, recordando, você tira o projeto básico antes de estar completamente pronto. Ele dá uma boa referência, mas não dá para construir com ele. O projeto básico, pela Lei 8.666, tem as características dele. Acontece que não são seguidas. Se fossem seguidas, daria para se fazer licitação, sim.

E o art. 7º diz que existe uma sequência: projeto básico, projeto executivo e execução de obras e serviços e que a execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores. Isso é importante e não tem sido praticado. Quando a gente recomenda que é preciso – a gente recomenda – licitar a obra com o projeto completo de engenharia, é para compensar essa não observância do estabelecido na Lei 8.666, arts. 6º e 7º. Então, só para recordar essa prática inadequada de trabalhar com projeto básico insuficiente. E aí se fala que a obra não deu certo e custou mais caro, porque o projeto era de má qualidade.

Precisamos entender um pouco a natureza desse bicho, desse animal, que é o projeto de engenharia. Ele define o produto final. Acontece que você contrata o projeto, ele vai ser criado e você vai entregar alguma coisa depois. Você contrata antes uma produção intelectual que vai ser entregue lá para frente. É como contratar um roteiro de um filme ou a feitura de um quadro, etc.

E isto é importante: o projeto de engenharia contém o DNA, o genoma de qualquer empreendimento, seja público ou privado. Se alguém quiser fazer reforma da sua cozinha sem haver um projeto e contratar alguém na esquina – o pintor amigo, filho do sobrinho –, vai ocorrer um desastre, porque vai custar mais caro, não vai ficar o que você queria. Então, o genoma é fundamental.

O projeto de engenharia define o objeto; define a durabilidade da obra; define os quantitativos de materiais e serviços; remaneja as redes de utilidade; o custo e o prazo de execução ficam definidos; o pedido de licenciamento ambiental e o processo de desapropriação decorrem do projeto –então, não há surpresa depois, durante a execução da obra; avalia-se o risco – é possível contratar o seguro da obra; e permite se fazerem o controle e a execução. O gerenciamento faz isso.

Fala-se aqui que o projeto de engenharia é praticado no exterior por 5% do custo da obra. A corretagem de um imóvel é 6% do preço de venda. O preço do projeto é 5% do custo do empreendimento. Só que não está sendo praticado isso. Existem licitações do DNIT em que o projeto está sendo contratado por 1% ou 1,5% do custo da obra. Depois reclamam da qualidade do projeto. Eu não tenho nada contra o ganho dos corretores de imóveis, mas o projeto está muito desvalorizado.

Esta é uma coisa fundamental e responde um pouco ao que o Dr. Rafael coloca. Licitação e contratação de serviços de engenharia se referem a uma compra técnica. Compra técnica exige saber técnico. Se não souber comprar, se não tiver competência, não vai conseguir comprar adequadamente. São serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Não podem e não devem ser contratados pelo critério de preço mínimo ou pregão, muito menos pregão, e, sim, melhor técnica ou técnica e preço. Deve-se eliminar a prática perniciosa de usar menor preço ou pregão eletrônico e valorizar o princípio da qualidade. E há um decreto do Governador Goldman, do final do período do seu governo em São Paulo, em que ele define que os serviços de engenharia e arquitetura serão contratados com melhor técnica ou técnica e preço e serão excluídos da contratação pela modalidade pregão.

E aí – finalizando já, Sr. Presidente – entrou em vigor recentemente a Lei Anticorrupção, a Lei nº 12.486. O projeto completo de engenharia é um instrumento que serve como vacina anticorrupção. Na hora em que ele define todo o empreendimento, ele define os quantitativos de materiais e serviços; coloca preços unitários, define o orçamento. A qualidade de obra fica definida pelo projeto e o prazo da obra fica definido pelo projeto também, pelo processo construtivo. Com isso na mão, quem contrata sabe o que está contratando; quem é contratado sabe o que tem de entregar. O preço não tem como fugir. Tendo o projeto na mão, quem for controlar tem a referência básica, precisa fazer: a fundação tem de ser assim, a estrutura tem que ser assim, a parte de alvenarias, de instalações têm que ser como estão especificadas, além disso, funciona como apólice de seguro, porque quem vai entrar na licitação sabe o que vai ter que entregar e quem está contratando sabe o que vai ter que pagar, então, todo mundo está assegurado. Estamos tratando de coisas que são conhecidas previamente.

Antes de uma boa obra existe sempre um bom projeto. É a essência do nosso lema, do nosso trabalho, porque nós acreditamos que essa é a única saída. A existência de um bom projeto de engenharia completo, prévio à licitação, tem a força da Lei da Gravidade: é irrevogável e não tem substituto. Não há sucedâneo, não há substitutivo a um bom projeto de engenharia para qualquer empreendimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Nós é que agradecemos ao Presidente da Sinaenco José Roberto Bernasconi, mais uma vez também com revelações surpreendentes.

E, para encerrar esse ciclo de apresentações, eu convido o Prof. Lamartine Pereira da Costa, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para proferir o seu depoimento.

**O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA** – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, Srs. Senadores, colegas apresentadores desta Mesa, o público, eu saúdo a todos e devo esclarecer, inicialmente, que o que eu vou falar é um pouco impactante. Tivemos que fazer várias reuniões para não complicar mais essa apresentação.

Eu represento uma série de universidades e de personalidades brasileiras e estrangeiras que têm estudado o que se chama megaevento.

Em primeiro lugar, eu devo dizer o seguinte: não há uma definição precisa de megaevento. Ninguém conseguiu detalhar o que é o megaevento. E é curioso, porque nós falamos muito em megaevento. Todo esse encontro foi montado em função de algo que a gente não sabe bem o que é. Mas isso não significa, pelo menos no ambiente acadêmico, que seja um complicador definitivo; isso é um desafio, e eu gostaria de falar um pouco sobre desafios, o andamento dessa situação e posicionar diversas colocações que já foram feitas aqui, sobretudo da pilhagem. A pilhagem deve ser um dos elementos principais da nossa conversa aqui.

Eu quero dizer que eu não tenho nenhuma relação com partido político e nem com instituições. Sou do meio acadêmico, que deve ser mantido a sua independência.

Muito bem. Não é a primeira vez que nos apresentamos aqui. Em 2011, está lá a minha presença e a do Prof. Holger Preuss da Universidade de Mainz, na Alemanha. Foi uma reunião internacional, com tradução, e ele disse algumas coisas surpreendentes. Naquela época, nós fomos arrogantes. O meio acadêmico tem a característica de ser arrogante quando chega a alguma conclusão. Eu estou aqui também para dizer que nós fracassamos.

Naquela época, na área internacional, nós estávamos classificando os legados. Por quê? Por uma imposição metodológica. Porque cada tipo de legado exigia uma maneira diferente de ser interpretado. É curioso também que as diferentes áreas de conhecimento abordam o legado de forma diferente.

Eu não sei se vocês sabem que o legado, melhor dizendo, o megaevento é a joia da coroa dos economistas. O megaevento é igual petróleo e diamante. E as características são muito semelhantes, inclusive com as pilhagens e os erros. Curiosamente a tendência mais recente é de ser transformado numa arma geopolítica, como nós vimos na Rússia. Dias atrás, gastaram US\$51 bilhões em cifras oficiais – provavelmente é um pouco mais além do que isso –, ultrapassaram os Jogos de Beijing, que custou US\$31 milhões e já foi um grande escândalo. As pilhagens eram diferentes. Em Beijing houve violência contra a população, contra o meio ambiente, corromperam-se todos, inclusive o Comitê Olímpico Internacional, que teve que aceitar o peso do governo chinês. E nós vimos também agora na Rússia que eles não deram nenhuma satisfação nem à opinião pública nem ao Comitê Olímpico Internacional. Eles estão criando um grande problema, transformando num objeto de ocupação de regiões com objetivo inclusive de hegemonia e, como nós estamos assistindo agora pelo noticiário, que se extrapola num confronto internacional.

Então, essa discussão não é mais de amadores. A reunião que houve exatamente aqui nesta sala em 2011, na qual eu fiz os meus comentários, ela já está superada. E está superada porque o próprio Holger Preuss...

Bom, aqui nós já tínhamos exemplos na época de estádios, do que nós poderíamos verificar como momento de legado, legado reverso e retrolegado. Eu não vou entrar nesses detalhes porque também não vale mais a pena.

Então, a posição atual, se diz academicamente estado do conhecimento, já considera que, para entendermos um legado, nós temos que ver várias dimensões. É curioso isso porque o meio acadêmico fracassou internacionalmente. A África do Sul foi o ponto de inflexão.

Fui a um congresso na África do Sul muito antes da Copa e foi mostrado por vários pesquisadores nacionais da África do Sul e internacionais, primeiro, que o país iria quebrar; o déficit seria gigantesco. Em segundo lugar, a preocupação maior do pessoal acadêmico era da expansão do HIV no país com a entrada de imigrantes de vários países africanos da periferia dessa nação; não aconteceu nada da previsão, absolutamente nada. E foi o meio acadêmico que impôs isso.

Repentinamente, começam a perceber algumas contradições. Estamos nos aproximando da pilhagem. Olha só, quando se olha para o que houve, para o produto bruto da Alemanha em 2006, o que se vê é muito interessante. Os gastos com os estádios da Copa, de um modo geral, deram um crescimento no PIB da Alemanha de 0,5, que é uma cifra gigantesca em termos de PIB para a Alemanha, que é um dos maiores do mundo. Então, valeu a pena tudo o que fizeram. Na China, 0,6. Provavelmente esses números são pequenos dado o PIB muito grande desses dois países, sendo que o PIB da China é o segundo maior do mundo, depois do dos

Estados Unidos. O PIB da China, o excesso do PIB da China deu para ultrapassar os US\$31 bilhões com a maior tranquilidade. Então, nós estamos falando de algo que, com todos os erros possíveis, é muito interessante do ponto de vista de investimento de um país.

Não se trata de tirar da educação e da saúde, como se diz nas ruas. E nós vemos aqui, já foi apresentado antes, o pessoal reclamar. Os economistas explicam, e o Dr. Holger Preuss – aliás, a Senadora estava presente, agora que eu me lembrei – explicou que não existe isso entre os economistas. É o tal custo de oportunidade. O erro está na gestão dos recursos ou do orçamento nacional. Então, tirar dinheiro de estádios na China para estádios e instalações não significa nada com relação à educação e à saúde da China, assim como em qualquer outro lugar, porque o problema não está ali. O problema antecede essa situação.

Então, os economistas tendem a ver petróleo, diamantes e megaeventos como aplicação de um recurso qualquer para ter retorno. Então, o retorno dos megaeventos, até com as bobagens que são feitas, é favorável. Há uma discussão acadêmica quanto Atenas, que não está bem clara. Uma parte dos economistas acha que não houve isso; houve problemas, sim, que redundaram numa crise desse país. E outro grupo acha que não foi um megaevento que criou isso e, sim, erros do país. De qualquer forma, eu não vou me alongar nessa figura aqui, que nós vemos que é um problema de várias dimensões, em vários níveis.

Nós temos ali uma dimensão tempo e uma dimensão de aplicação de recursos ou de criação de instalações, mas há uma terceira dimensão e depois um desdobramento dessa terceira dimensão em que nós vemos que um legado não pode ser visto apenas por uma das interpretações que possamos fazer. Diante disso o que está acontecendo?

Eu tenho um objetivo que está aqui, vocês poderão tomar conhecimento através do texto que foi apresentado. Nós estamos na fase de apresentar texto, demonstrar e publicar, porque há uma alta sensibilidade nessa questão de megaevento, com repercussões da própria economia nacional e várias outras situações, inclusive com a identidade do país.

Muito bem, então, é para esclarecer ou adiantar essas informações e para nós vermos os adiantamentos. Nós já temos adiantamentos nessa situação. Então, nós estamos trabalhando agora com a perspectiva de que o problema não está no legado. Desculpe se eu estou comprometendo essa reunião. O legado é um ponto no meio de um processo e ele criou um vício, ele fala “entrega”. A palavra é usada por todos: entrega. Inclusive, aqui na Mesa, nós a usamos. Então, é um produto final quando não é.

Nós precisamos ter atenção. São os impactos positivos e os impactos negativos, como as grandes intervenções fazem nesse país. Por exemplo, a pilhagem é um impacto negativo. Inclusive, por um acaso, eu não sabia que ia ser dito aqui, eu não disse lá e desaparece a pilhagem. A pilhagem é um impacto negativo e, no cubo, nós temos que montar isso.

Na China, em tudo o que se faz tem-se que passar dinheiro para as pessoas, para os gerentes. Não sei se as pessoas aqui conhecem isso. Inclusive, já fiz um livro com os chineses e participava com eles. São curiosíssimos! Eles veem isso com a maior tranquilidade. É até difícil para nós entender aquela civilização. E eles têm grandes resultados. Eles sabem conviver com a contradição. Aqui nós estamos aprendendo, o que já foi dito antes.

A tal aprendizagem da contradição, provavelmente, começou em Brasília, que é uma situação muito parecida com o momento atual. Queriam derrubar o Presidente da República pelos gastos e malversação de recursos que foi feita nesta cidade. Com o passar do tempo, o impacto foi demonstrado que rendia muito mais do que aquilo. Provavelmente, o Sr. Juscelino Kubitschek não tinha essa compreensão, mas tinha política na cabeça e viu que poderia ter um resultado, no longo prazo, diferente de uma simples contratação de obras.

Longe de mim dizer que há equívoco tanto do TCU como de outros, Srs. Senadores, para não condenar a malversação de recursos públicos. Não é possível fazer isso. Isso é uma espécie de plataforma mínima para se tratar de qualquer assunto. Se nós deixarmos isso ao léu, nós vamos fechar todas as instituições nacionais.

Mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de trazer para vocês aqui, para os senhores presentes, com toda responsabilidade, que nós estamos tratando de um assunto que vai além do legado. Ele vai além do legado. Então, a política, a visão maior do país, de que eu não ouvi falar nesta Mesa e não ouvi da outra vez e cobrei e cobro agora... Não há nada que se faça melhor do que ter a visão de país. A boa política é a visão do país. Então, se a Copa tem seu lado positivo, ela deve ser explorada nesse lado positivo, intimidando o lado negativo.

Provavelmente, nós teremos outras grandes obras pela frente, pela própria economia do País, e teremos que conviver com esse dilema. Em inglês, é *trade-off*. Um lado é melhor, o outro lado é pior, e as decisões têm que ser tomadas nessa situação.

Então, aqui, pelo menos o grupo acadêmico de que eu faço parte, da USP e da Universidade de East London, que se especializou no estudo de legados, fez um encontro, em setembro agora, com mais de cem especialistas em legados. É uma coisa até meio exagerada. Eu fui à apresentação das conclusões, nós já montamos todas essas conclusões e estamos fazendo uma análise com mais de 300 trabalhos a respeito.

A Faperj, do Rio de Janeiro, que incentiva as pesquisas vai financiar um livro que deverá ser publicado até antes da Copa. Esse livro, então, será um guia, já para nós esclarecermos o que nós estamos fazendo, porque as pessoas, todas, de todos os níveis, a começar da Presidência da República, dão opinião sobre essas coisas, mas são sempre reducionistas, são sempre parciais. Elas esquecem que há outras circunstâncias.

Eu estava notando aqui, e já tinha conversado com os colegas do TCU, que tudo bem, tudo bem, nós temos que ver a responsabilidade, mas, nessa contradição em que nós convivemos, é bom nós resolvermos problemas de natureza tecnológica, técnica, que vão nos dar uma visão do desenvolvimento.

Se nós perdermos essa noção, então, as coisas serão muito sérias, muito problemáticas, e, provavelmente, nada vai servir, porque nós temos uma longa tradição de pilhagem no País e, como já foi dito antes, a Copa não é nada diferente. Isso foi dito pelo membro do TCU, que está presente, e, dentro das minhas limitações, eu concordo. É igual ao que está sendo feito no País inteiro, e não agora. Isso já vem de longo prazo. A própria criação da capital foi assim. Então, se é assim, é bom que a gente crie uma certa circunstância também do lado favorável, para nós não sermos parciais com relação ao próprio desenvolvimento do País.

Eu vou ser mais breve, agora, e verei algumas situações de conhecimento muito interessantes sob o ponto de vista de resolver esses dilemas em que nós estamos envolvidos.

Bom, isso aqui é o pessoal que participa, os ingleses da University of East London, mais o pessoal da USP.

A última novidade, que não está no *paper* que foi entregue a vocês, que é longo, objetivamente, para ficarem bem claras essas responsabilidades, é que o Comitê Olímpico Internacional contratou o Sr. Holger Preuss, da Universidade de Munique. O Comitê também vai financiar o pessoal de Barcelona e eu fui escolhido. Esses três grupos vão desenvolver uma pesquisa que vai ser passada, aqui no Brasil, para nós vermos essa visão, no caso do cubo, do ponto de vista das pessoas. Isso, até agora, foi negligenciado, mas o que nós vimos, aqui no Brasil, é muito curioso. Nós já temos um novo ator que está dando suas opiniões a respeito e que deve ser levado em consideração, e isso está incomodando o Comitê Olímpico Internacional.

Essa pesquisa vai ser comparativa, não é somente de uma cidade brasileira. Ela vai incluir, também, cidades européias. Quer dizer, nós teremos uma visão de como o público vê essa questão dos legados. Certamente, adora o espetáculo, mas, certamente, também critica os gastos que são feitos, que são sempre muito grandes.

Eu me lembrei, também, que o Holger Preuss, porque sou associado, chamou a atenção – para dar só uma cifra nessa reunião; senão nós vamos passar o tempo todo vendo cifras – para o seguinte: os gastos com as instalações desportivas jamais ultrapassaram US\$3,5 bilhões. Mesmo agora, na Rússia, em que foi tudo exagerado, não ultrapassaram, nem na China, e nem aqui vão ultrapassar – estou falando em jogos olímpicos. O gasto maior do dinheiro é na mobilidade urbana e nas outras obras.

Então, nós temos que ver isso sob uma visão de processo, porque, tecnicamente e quantitativamente, está demonstrado que nós podemos errar, tranquilamente, se pegarmos somente uma dimensão.

Por exemplo, o pessoal pode dizer que é barato, e é barata a Copa, são baratos os jogos olímpicos. Não é nada isso! Não vai auxiliar em nada a educação, vai auxiliar muito pouco na saúde. Agora, se nós colocarmos o da mobilidade urbana dos aeroportos, dos portos, aí a coisa muda de figura. São os tais US\$51 bilhões, que colocaram em Sochi, na Rússia; para as instalações, não chegavam a US\$3 bilhões. Então, isso aí é uma aprendizagem muito interessante que não legitima a pilhagem, mas nos dá condições de ver a questão de gestão. O que está faltando é gestão, não se fazem reuniões desse tipo para discutir gestão. É um problema de gestão. Já tinha sido dito antes e vou repetir: é gestão.

Vamos ver, então, como isso ocorre com a gestão.

Já falamos das contradições do megaevento, também já falamos aqui de várias situações, e chegamos até, está ali nas primeiras palavras, a uma conclusão sobre como devemos definir os megaeventos. É que ele não é um produto final como nós entendemos, que, em qualquer país, depois da entrega, abandonam. Isso aconteceu em Beijing e supõe-se que vai acontecer agora na Rússia, já é uma tradição. Isso aconteceu nos Estados Unidos, no Canadá. Descobrimos agora que está acontecendo em Londres. Então, não é possível ver aquilo como um produto final, é um processo de intervenção.

Por exemplo, se, por acaso, a mobilidade urbana não estiver completa, então é uma condição gerencial do Governo Federal e de quem de direito exigir que completem aquelas obras porque é um processo, não se pode abandonar simplesmente porque houve a Copa ou os Jogos Olímpicos. Eles são momento, um ponto de um processo que é muito mais sofisticado e esse processo é importante porque é catalisador de qualquer cidade em que ele for implantado, qualquer uma.

Chamo atenção para o fato de que no Rio de Janeiro, há três décadas, não se faziam obras de mobilidade urbana – três décadas! –; a cidade estava parada. Hoje é um canteiro de obras e as obras que estão sendo feitas não são necessariamente para a Copa; é que havia necessidade para aquele evento ter aquela infraestrutura.

Muito bem. Então, está lá, processo de intervenção e padrões de procedimento. Nós estamos concentrados nisso aí. Essas duas expressões levam, então, à valorização do impacto. Impacto é o nosso interesse e temos que raciocinar em processo tanto para gestão e provavelmente para o acompanhamento de custos, etc. Então, não é somente o projeto, mas também o planejamento, como já foi dito aqui nesta Mesa. Senão, nada vale; senão, não podemos fazer grandes obras. Fazer uma grande ferrovia no Brasil de Norte a Sul, se não houver essa ideia de visão maior e de processos e de uma relação com as outras ferrovias e o próprio desenvolvimento do País, vai ser um elefante branco, o que, aliás, foi o que aconteceu.

Essa questão do padrão é curiosa. A população brasileira – e com todo respeito – grau 10 no padrão FIFA, provavelmente está mais adiantada do que o pessoal da academia, e grau zero quando começou a exigir que não quer o megaevento, mas quer educação e saúde. Não estão informados, porque não é isso, é um custo de oportunidade cujo retorno é muito maior. É que as duas coisas, na mente da opinião pública, são diferentes e têm que ser respeitadas como elas são. Em todo caso, para nós que somos mais técnicos e políticos, provavelmente o nosso papel aí é de fazer compensações dos dois lados para ver para onde nós vamos caminhar.

Isso aqui é muito técnico, também não vou me alongar, mas é como se lida com os impactos, e o fenômeno, a condição de gerenciamento é eliminar ou reduzir o impacto negativo e ampliar o positivo. Então, a pilhagem ou a malversação de recursos dos estádios causam um impacto negativo, mas nós temos que ver o outro.

O primeiro nós colocamos turismo, que é um grande fenômeno. Gostaria de dar uma contribuição à apresentação do Rodrigo, *displacement*. O estado da arte ou do conhecimento hoje diz *crowding out*, outra expressão, que é uma coisa de que aqui no Brasil não está se falando e que pode criar problemas. E você já apontou isso aqui e já está existindo. Em todos os grandes eventos, até com a UEFA, que é o futebol da Europa, isso acontece. O turismo cai nos dias dos megaeventos. Isso ocorre com a Copa e com os Jogos Olímpicos, mas, depois, ele vai num crescimento: – em Barcelona, já está identificado: três décadas. É uma das coisas mais curiosas de megaevento. Então, é um jogo para o futuro.

Aí, mais uma vez, uma comparação com Brasília, que foi uma intuição política, mas que hoje seria vista tecnicamente com outros resguardos.

O turismo é um impacto positivo, sabendo lidar com ele.

Vimos ali a questão da mídia, as questões ambientais, mudanças climáticas, esporte de competição, política e gestão, que é o descontrole orçamentário – isso é negativo, um impacto negativo, como eu disse –, e até as políticas públicas, que têm conflitos de poderes, como temos visto. Então, como lidar com impactos? Como todos os impactos, eles são positivos e negativos. Nós vemos isso até na situação de saúde de uma pessoa. Então, há uma mudança no conhecimento dos legados para o impacto. Provavelmente, vamos deixar de falar em legados proximamente. É que essa expressão se banalizou. Ela se tornou muito comum. Ela é apenas classificatória. Ela esconde uma série de circunstâncias que não podem ser escondidas. Não podemos nos livrar, a nosso critério, do valor econômico de uma situação e do valor pouco eficaz de uma situação da mídia. Não. São coisas distintas que precisam ser compostas num cubo, em que vamos pesar os diferentes efeitos. Então, existe uma construção de legados...

(Soa a campanha.)

**O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA** – Essa é outra faixa que apareceu.

Estou terminando.

Tecnicamente, também, já existe um modelo brasileiro que deve sair nesse livro até o fim deste semestre. Descobriu-se mais um erro da área acadêmica. Por que tudo isso não apareceu antes? Essa é uma grande pergunta. Por que esses erros podem estar acontecendo conosco agora? Porque a visão é “pós-doc”, é a pesquisa que é feita depois que o acontecimento ocorreu. Se eu for a Beijing agora, vou coletar várias informações de abandono de instalações. A melhor pesquisa de Beijing seria *ex ante*, que é antes do acontecimento e o acompanhamento dele. Então, estamos mudando o sentido da pesquisa. Já temos alguns resultados aqui, no Brasil. Um deles é interessantíssimo, que já identificou agora erros do projeto do Parque Olímpico, que nem está construído ainda, mas a pesquisa *ex ante* já mostrou isso, o que é muito interessante. Então, é outra ênfase, e o modelo brasileiro, se possível, seria o menor custo possível, instalações não permanentes e pesquisa *ex ante*. Aí estamos bem na área acadêmica durante pelo menos algum período.

Está faltando entender melhor a questão geopolítica, que é muito complexa, e entender melhor a participação popular no entendimento do que são a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Esse aí é um estudo que foi feito de um orientando meu da Universidade Gama Filho, uma tese de doutorado de quatro anos com geoprocessamento feito pelo INPE, que já demonstrou que só a perspectiva – a perspectiva – do Parque Olímpico e do Polo de Deodoro já está empurrando a população de baixa renda mais para longe. Provavelmente, o transporte já não vai atendê-los, porque eles estão se afastando mais. Essa po-

pulação está sendo substituída pela de alta renda. É um fenômeno muito curioso, que houve em Londres também. No futuro, as pesquisas *ex ante* vão demonstrar como lidar com essa situação.

Uma visão de futuro. Foi dito aqui que nós estamos perdendo tempo em utilizar para marcas nacionais... É absolutamente verdade. A escolha que nós fizemos em grupo, tanto o pessoal da East London como o pessoal do Nutau da USP, é curiosa e não está sendo visível. E estamos esperando que algum grande político, depois das eleições – antes das eleições, não – compre isso, que não é da área acadêmica. Nós somos limitados nessa circunstância. Várias universidades no mundo – e uma delas é a Universidade de Chicago, a outra é o nosso grupo de pesquisa no Rio de Janeiro – identificaram o mesmo fenômeno com uma metodologia diferente. O megaevento está se deslocando para as grandes cidades – nos jogos olímpicos de verão –, grandes cidades essas que estão numa visão global e querem isso, porque estão assumindo as posições de Estados-nações nas decisões de negócios.

Então, Ancara já estava nessa posição. Eles apresentaram estudos em Ancara – eu fiquei surpreso com isso – que já mostravam o interesse deles em sediar os jogos olímpicos. Eles perderam o *bidding*, a licitação, não são mais. É Tóquio. Tóquio não precisa dessa visão de megacidade, porque ela já é uma megacidade muito bem organizada. É a terceira do mundo, se eu não me engano. Mas para eles seria interessante.

Voltando para o caso brasileiro, independentemente de gestores, políticos, de tudo, da nossa posição, essa cidade já está sendo criada por si mesma. Ela está se desenvolvendo no sentido de São Paulo para o Rio de Janeiro. A única coisa que falta ali não é uma nova Brasília nem criar construções. É simplesmente um projeto que oficialize essa megalópole. É uma área metropolitana nacional, nada mais do que isso. Descobriram-se dois estudos, um de 2000, outro de 2006 – o de 2006 é só de economistas e o de 2000 é do pessoal da arquitetura –, que já previam isso. Então o que estamos falando aqui já tem 14 anos de idade. Nesses 14 anos, esse movimento é assumido normalmente pela própria população e pelas empresas.

Para terminar, por que eu trouxe esse exemplo aqui? Porque a última novidade nessa situação de indefinição do legado, que a gente sabe que lida com impacto positivo e negativo – é a tal questão: escolha o seu lado... Mas nós temos que medir uma coisa e outra para ver para aonde vamos, para um lado ou para o outro –, chama-se estratégia de legado.

Os russos trouxeram isso à luz recentemente. Antes os árabes já o faziam, mas não chamavam assim. É que não interessa só uma obra pública ou não pública que é feita para esses megaeventos. Não interessa apenas se há obras sucedâneas como mobilidade urbana, que vão complementar isso no longo prazo, como acontece com o turismo. Não, não é isso. Existe uma estratégia disso. A estratégia mais coerente com o momento é uma estratégia de nação, é um projeto de nação.

Então, essa reunião, diante desse conceito, não é somente para analisar detalhes de comportamentos ou de rotinas para fiscalizar obras ou para melhorar esse processo; é uma visão de nação.

Desculpe por trazer isso à mesa. É um assunto mais complexo. Provavelmente a reunião não está preparada para isso, mas é preciso lembrar.

Se o País não tem essa visão e se o Governo não compra essa visão, se os políticos não o fazem, não há mais ninguém para fazer. Não há mais ninguém para fazer. E, se perdermos essa visão grande de nação, nós limitaremos a nação, seguraremos a nação. Então os políticos têm que pensar: eu estou segurando ou não?

A Copa é um evento muito pequeno para a gente perder tempo com isso. Eu me recuso a ver esses detalhes da Copa. Nós temos que ver a Copa apenas como um momento, como um ponto que pode levar a uma situação muito mais sofisticada e necessária para o País do que uma simples contabilidade ou mudança legal. Nós precisamos de uma visão que o País já apresentou no passado, várias vezes, sobretudo pelos políticos que não vou chamar à mesa agora, porque não interessa nem ao momento, o que demonstrou que essa visão é que resolveu os nossos problemas, essa visão é que nos trouxe a essa situação.

E trago mais uma vez aqui um pouco dessa visão grandiosa que é necessária para dar parâmetros para as decisões com relação a legados e a megaeventos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Professor Lamartine.

Vou relembrar para o Senador Flexa Ribeiro e para a Senadora Ana Amélia, que tiveram outros afazeres e talvez não pegaram aqui desde o começo.

Pelo TCU se falou das reduções que o Tribunal conseguiu, de meio bilhão de reais; falou-se aqui de obras de mobilidade que não estarão prontas para a Copa, e sim os estádios; falou-se aqui em mal crônico da Administração Pública; se falou aqui – vou sintetizar o que o nosso amigo Bernasconi falou – do puxadinho dos projetos, que o anteprojeto é um puxadinho de projeto para se oferecer para conclusão de uma grande obra; falou-se aqui em perdas internacionais muito sérias para o País com as manchetes que estão acontecendo, denegrindo a nossa imagem, como mostrado pelo jornalista; falou-se aqui do custo por assento, que é o dobro

praticamente e mais um pouco dos assentos que foram construídos nos estádios da África e também da Alemanha; falou-se muito aqui também em falta de planejamento e se falou, por último, muito de legado, mas, como o professor falou, só há legado quando ele é entregue.

Nós temos algumas preocupações muito grandes neste País. Depois que passar a Copa, quanto tempo levaremos para entregar esse legado? Temos a transposição do São Francisco. É um legado? Hoje é um tormento, não é um legado. Vai ser um grande legado. Então, temos uma série de problemas para receber esse legado. É evidente que quanto esse legado for entregue à mobilidade das cidades, vai resolver grande parte de problemas que hoje temos. Mas precisamos entregar esse legado. Precisamos também, como o senhor falou aqui, muito em pilhagem... Será que não podemos fazer as coisas sem a pilhagem ou com uma pequena pilhagem? Nós temos que sair daquela teoria que São Paulo colocou com o Adhemar de Barros: "Rouba, mas faz." Quer dizer, é uma coisa com a qual precisamos acabar. Até quando vamos aprender com os erros? Até quando? São vários erros consecutivos, e o País não aprende. Passo a palavra com muito... Queria só, até por uma questão de... Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, porque senão vou me privar da sua companhia no almoço.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – Vou ter que sair, sem problema nenhum. Posso sair sem fazer uma intervenção final, mas seria rápida.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Então, está o.k. Os dois requerentes estão aqui, eu passo.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – Exato. Exatamente para dizer que colegas que não farei mais indagações em respeito a eles que chegaram e terão essa oportunidade. Apenas para enfatizar alguns pontos.

O Rodrigo Prada trouxe um dado interessante que V. Ex<sup>a</sup> já rememorou: o custo por assento. Há também a questão do turismo com essa informação da hotelaria de que está havendo uma frustração em relação às reservas, que são inferiores às de anos anteriores. Acho isso muito sério, sobretudo porque quando se fala em legado se imagina que um grande legado será na área do turismo.

Importante registrar, enfatizar a questão suscitada aqui pelo Dr. José Roberto em relação a projetos para as obras. Nós já debatemos isso aqui várias vezes, diante do Ministro dos Transportes, inclusive. Eu creio que é essencial exigência de projeto para a realização de obras para impedir exatamente o superfaturamento que ocorre depois com inúmeras justificativas.

Em relação ao Prof. Lamartine, concordamos plenamente com a questão de visão de Nação, mas para termos a visão de Nação e sustentá-la, nós não podemos ignorar os detalhes, nós não podemos permitir que a pilhagem ocorra, nós não podemos fechar os olhos para a corrupção, que é decorrente exatamente da má gestão tanto enfatizada pelo Prof. Lamartine.

Portanto, creio que esta reunião seja um encontro de opiniões. Certamente, todos nós queremos caminhar o mesmo caminho, só que às vezes discordamos em relação a alguns detalhes para essa caminhada.

Vou deixar de fazer as indagações que eu teria a fazer. Apenas registro a pedido do João Carlos Teixeira, que indaga do TCU sobre o Pan de 2007, se os gastos com o Pan-Americano já foram totalizados; se os mais de 35 processos abertos no TCU já foram encerrados; quais as pendências, se houver; e se houve tomada de contas especial em relação a isso.

Em relação ao Mané Garrincha, ele diz aqui sobre o Estádio Nacional de Brasília que a Terracap tem em sua composição acionária 49% da União, e, então, na opinião dele, também caberia fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União.

Eu agradeço, Presidente. Eu tenho realmente que me retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Obrigado. Obrigado e parabéns, Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB - PR) – Cumprimento os nossos expositores pela qualidade das exposições aqui feitas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Obrigado e parabéns, Senador Alvaro Dias, pelas colocações no início e também pelo seu requerimento.

Com muito prazer, eu concedo a palavra à segunda requerente, a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Cyro Miranda, com quem compartilho com muita honra o comando desta Comissão, agradeço a todos os brilhantes expositores que aqui vieram.

Professor Lamartine, ninguém do Governo teve tanta competência para defender a Copa como o senhor – ninguém. Mas aí é que está. Eu quero lhe dizer que o senhor tem uma grande capacidade de comunicação, de verbalizar um pensamento que, para a grande parte da sociedade... Mas há professores que falam mais e, hoje, com o computador, se comunicam com ele. Então, é um talento. É um talento que o senhor tem.

Então, eu estou dizendo que, de fato, quem ouve o senhor... Agora, eu vou lhe dizer – por isso que eu estou lhe falando –, aqui, algumas das mensagens – o sistema de comunicação está sendo acompanhado – que foram enviadas para cá. Vieram pelo Alô Senado, que é o sistema de acompanhamento.

Rafael Botino: “Agora é um pouco tarde para debater. Não tem mais volta. O dinheiro já foi gasto e os estádios vão ficar aí.”

Não esqueçamos que nós já debatemos isso, e V. Ex<sup>a</sup> lembrou. Em 2008, eu fui requerente de um primeiro seminário de avaliação – em 2011, aliás – feito por esta Comissão, muito produtivo, e V. Ex<sup>a</sup> estava aqui. Trouxemos um jornalista inglês um jornalista alemão para mostrarem o que aconteceu na Copa.

Edson Conrado da Silva: “Não deveriam usar a bandeira do Brasil atrás desse tema.”

Olha só.

Patrícia Soeiro: “A resposta é fácil. Qual é o legado? Nenhum.”

Amon Marques: “Essa audiência não serve para nada.”

Edson Vieira: “Legado de maior superfaturamento da história deste País e de maior desperdício de dinheiro público da história.”

Aline Souza: “Não tem mais o que discutir. As obras foram superfaturadas – isso todos nós sabemos. O que de fato deveria ter acontecido é o acompanhamento e a fiscalização para prevenir tanto dinheiro gasto sem necessidade, valores que ultrapassaram a estimativa inicial para a construção dos estádios e com tanta coisa errada. Sabe no que vai dar essa audiência? Em nada.”

Fábio Freitas: “O único legado é a fortuna que está sendo gasta nessa Copa. Isso não é nada bom. Essa Copa vai trazer retorno em curto prazo, mas fica a questão: o que vai acontecer com os estádios assim que a Copa acabar? Exemplo: o estádio de Manaus. Sem falar dos corruptos que estão enchendo os bolsos e as cuecas. Precisamos de educação e saúde. Tudo isso é para ontem, e não para o mês ou o ano que vem.”

Ângela Chaves: “A essa altura do campeonato?”

Agda Aires: “Depois da reportagem de ontem no Fantástico sobre as escolas, esse debate é, no mínimo, ridículo, uma tremenda falta de respeito ao povo brasileiro.”

Ana Paula Teixeira Silva: “E adianta alguma coisa? Neste País ninguém tem voz.”

Valdelice Cunha Garcia: “Muito foi gasto para construir e reformar estádios para a Copa. A pergunta é: para que servirá o Estádio Nacional de Brasília” – tantas vezes referido aqui – “assim como a Arena Amazônia, em Manaus, depois da Copa, pois as cidades nem time de peso têm para usufruí-lo.” Segunda pergunta: “Não seria mais democrático ter consultado a população antes de se oferecer para sediar a Copa?”

Então, estou dando, porque acompanharam. Então, estão vendo uma dessintonia entre um discurso de convencimento que faz por convicção, por convicção, do que está dizendo e acredita o Prof. Lamartine. A própria *Veja* desta semana traz a matéria, exclusiva: “As ameaças à Copa. O Plano do Governo para garantir a segurança total durante a competição”. Estima-se um investimento de R\$2 bilhões para o investimento federal e dos Estados e tal, e a favor da Copa. É o editorial que faz a *Veja*, a favor da Copa. Vou ler apenas uma frase que diz:

O Brasil, nosso País, se comprometeu em 2007, por intermédio de um governo legitimamente eleito, a sediar a Copa do Mundo neste ano. Obviamente, isso não obriga os 200 milhões de brasileiros a aceitar o acordo firmado pelo governo nem, muito menos, a concordar com as argumentações oficiais de que sediar o evento trará incontestes benefícios para o País. Longe disso. Contestar decisões, criticar políticas, discordar de rumos faz parte da essência dos regimes democráticos. Enquanto houver capacidade de indignação, haverá esperança para a democracia. Por isso, são absolutamente saudáveis as contestações que muitos brasileiros fazem à decisão tomada pelo governo Lula. O que não se pode admitir é que uma minoria de descontentes resolva recorrer a meios violentos para impedir a realização desse evento.

Então, está na linha um pouco do Prof. Lamartine.

A questão que coloco, Professor, é o risco que corremos, primeiro. Se o fato de termos, neste ano, eleições gerais, porque Presidente e Governadores nos Estados, de alguma forma não contamina isso. Terceiro e não menos importante, e talvez aí resida o x da questão: diante dessas reações vindas da população, porque a pessoa em casa manda essa mensagem, porque não houve nenhuma que dissesse que vai ser bom, que vai haver um legado. Todas são de dúvida e de crítica, mesmo que o Tribunal de Contas aqui tenha dito – e eu sou gaúcha – que, em Porto Alegre, no Beira Rio, meu time, lá, nosso estádio, tenha havido uma economia pelo controle de 6,6 milhões no contrato de financiamento. Evitou-se superfaturamento, eventualmente, nessas operações, em todo o processo que foi feito pelo tribunal.

Diante disso, essa terceira e última e não menos importante questão para o senhor é a seguinte: está havendo erros de comunicação do Governo, que é o responsável por esse grande evento nesse procedimento? Está havendo falha na comunicação para mostrar à sociedade isso que o senhor está dizendo? E o senhor não é governo, o senhor é um cidadão que tem uma responsabilidade institucional, o senhor é professor, e nisso o

senhor está mostrando à sociedade brasileira exatamente... Eu não duvido nada da sua posição. Aliás, a mesma que o senhor ponderou quando estive em 2011 aqui no nosso seminário. Então, eu levanto essa questão do risco, se o investimento em segurança é bom, se são suficientes R\$2 bilhões.

E outra questão. Eu lido muito com a rede social. Então, com o meu celular, eu fotografo, eu mando a mensagem. Cada um de nós hoje, com a rede social, passa a ser um autor, não precisa ler jornal, não precisa nem a *Veja*; ele é um autor, ele protagoniza. Se ele entrar num hotel e esse hotel estiver esculhambado, se vier lá da Coreia, do Japão, ele fotografa, dizendo como é o hotel. Assim foi feito nessa greve dos lixeiros, que deixou o Rio de Janeiro uma imagem muito negativa. É essa força. E, se essas pessoas não tiverem condição de passar as suas mensagens, porque vamos ter esse meio insuficiente, como o Rodrigo apresentou?. Nós hoje temos...

Eu saio do aeroporto de Brasília para chegar a minha casa, e a ligação do celular cai, otimisticamente dizendo, quatro vezes, e não é longe; saio do aeroporto até o Noroeste, e são quatro vezes. E é um retomar de ligações. Isso também pressupõe uma logística que não é para aquele que vem lá de fora; é para nós, para o cidadão que precisa ligar para casa para dizer que o avião atrasou, para avisar que vai chegar atrasado ou que está num congestionamento. Nem esse serviço estamos tendo, que era a Banda 3G, 5G, 10G, temos que ter uma banda larga mais rápida, uma segurança nessa comunicação.

Então, eu lhe coloco a questão da comunicação, da segurança e da nossa logística.

Pergunto se essa redução, no que lembrou Rodrigo, das reservas da própria FIFA, da queda das reservas, reflète algum sintoma de preocupação com o contratante, porque a FIFA é a contratante desse processo.

No mais, digo para o senhor que o Rio Grande do Sul, de alguma maneira, ganhou, porque conseguiu introduzir um vinho fabricado em Bento Gonçalves. Esse é um legado. Conseguimos introduzir uma marca do Rio Grande do Sul, o Faces, o vinho que vai ser servido. Conseguimos, nessa negociação, preservar um valor tipicamente gaúcho, de alta qualidade, que é produzido lá em Bento Gonçalves.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> tem o uso da palavra.

Pedimos aos nossos companheiros de mesa que deem as respostas.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Serei muito breve.

Quero, primeiro, lamentar não ter assistido às exposições que aqui foram feitas. A Senadora Ana Amélia pontuou, pela sua competência e também pela ajuda dos internautas, o clima que existe com os brasileiros sobre a Copa.

Eu digo sempre que a Copa é no Brasil, a Copa não é para os brasileiros. Há uma diferença muito grande nisso, porque uma quantidade ínfima terá oportunidade de ver os jogos nos estádios, se compararmos com a população do Brasil. Muito poucos mesmo. Não sei se valeria a pena esse gasto que foi feito e é condenado por quase todos. Muito poucos não condenam os gastos que foram feitos, não os que foram projetados, mas, sim, os que foram realizados. E são bem diferentes do que foram projetados.

O TCU, pelo que entendi aqui, definiu uma economia de R\$500 milhões – numa fala, foi dito isso –, mas, em função do volume que foi gasto aqui mesmo no Estádio Mané Garrincha, de Brasília, o valor inicial acho que até duplicou, não é muito

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Os R\$500 milhões foram onde ele teve acesso, porque o Mané Garrincha, por exemplo, é do TCE. Os privados são dos outros tribunais. Foi onde ele pôde e até onde pôde.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Qual seria, então, a relação entre a economia, o benefício e o valor que foi aplicado?

Então, eu gostaria só de ouvir dos senhores, nas respostas que já foram feitas pela Senadora Ana Amélia, se para a Nação, como foi dito aqui, vai ficar o legado. Se olharmos o que houve na Copa da África do Sul, há quatro anos, todos nos mostram que o legado não foi bom para o país. Até no turismo. Lá na África do Sul havia, havia a expectativa de trazerem 500 mil turistas, chegaram em torno de 300 mil, quase metade. Aqui, a expectativa é de 600 mil turistas que virão para a Copa. Quantos virão, realmente? Porque a imagem que o Brasil passa, hoje, lá fora é uma imagem de insegurança. O que houve aqui na Copa das Confederações, lamentavelmente, foi reproduzido no mundo todo. Como disse a Senadora Ana Amélia, hoje em dia está acontecendo algo e, em tempo real, esse acontecimento está colocado para o mundo todo. Então, não há como esconder isso.

A matéria da *Veja*, que já li, fala exatamente sobre os riscos em relação ao que houve, comparativamente, na Copa das Confederações.

Então, a pergunta real é a seguinte: será que o legado para a Nação, se os recursos todos que foram aplicados na Copa fossem aplicados na saúde, na educação, na segurança, em infraestrutura, não seria um legado mais, eu diria, melhor para o Brasil do que o que vamos receber? Como eu disse, na África do Sul, os estádios

estão abandonados, e aqui não haverá diferença em relação a isso. Acho que Rio e São Paulo têm movimento para ter um estádio desse tipo. Fora isso, Natal, Cuiabá, Amazonas... Os amazonenses que me perdoem, mas foi o time do Pará que foi lá inaugurar o estádio Arena Verde. Não foi o meu time, quem foi lá inaugurar foi o Remo; se tivesse sido o Paissandu, teria ganhado. O Remo empatou lá. Mas, de qualquer maneira, é uma notícia. Porque eles ficam realmente com dificuldade para ter a manutenção disso.

Então, a pergunta é essa: O legado não seria maior se fosse aplicado nessas áreas que necessitam infinitamente de recursos?

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Antes de passar para as respostas, eu só vou complementar a Senadora Ana Amélia, dos muitos que nos mandaram pelas redes sociais e por meio do nosso portal.

A Ana Flávia Smith, de Santa Catarina, diz: “foi manchete no *Estadão* e acredito em outros jornais: Copa de 2014 será a mais cara da história, diz o consultor do Senado. Por que não foi mais explorada a visão desse consultor do Senado?

O nosso amigo Hudson Pasqualino, de Mato Grosso do Sul, pergunta: “o que os Senadores do seu Estado e também do Paraná integrantes da Subcomissão Permanente do Acompanhamento da Copa do Mundo e das Olimpíadas têm a dizer sobre as suas visitas que fizeram nos Estados nessas audiências?

Nós temos o João Carlos Teixeira, editor da revista *Em discussão no Senado, sobre o Pan*: “os gastos do Pan já foram totalizados? Os mais de 35 processos abertos no TCU já foram encerrados? Quais as pendências, se houver? Houve tomada de contas especiais? Sobre o Estádio Nacional de Brasília, a Terracap tem sua composição acionária de 49% da União. Não caberia uma fiscalização nessa empresas pública do DF?”

E assim nós vamos. Alex Elói, da Paraíba: “entendo que há, sim, superfaturamento nas obras da Copa do Mundo. Porém, o que é evidente é a revolta da maioria da Nação é o descaso com as necessidades básicas, saúde e educação, que deveriam ser prioridades. Nunca houve investimento dessa grandeza destinado à saúde ou à educação”. E aqui ele põe “vide reportagem do Fantástico”, onde as crianças pisavam em águas de esgoto para irem às aulas.

Também, por último, aqui, tem o Antônio Donizzetti de Oliveira, de Frutal, Minas Gerais, que faz um arrazoado muito grande, mas eu leio só o início: “o Brasil está abrindo um precedente muito grande, ao participar das obras dos estádios da Copa do Mundo, isso porque os estádios passaram a ser públicos, ou seja, dinheiro de nós cidadãos que pagamos nossos impostos; e esse negócio de ficar sob o gerenciamento da FIFA e CBF, que são iniciativas privadas, joga por terra os gastos necessários da verba pública.

E por aí ele vai.

Bom, esse é o descontentamento.

Então, para finalizar, eu começo aqui da nossa esquerda para a direita. Começamos aqui, para que as considerações finais, o mais breve que for possível, e também respondendo as perguntas que acharem que são compatíveis com a sua área, o seu depoimento.

**O SR. RODRIGO MAGALHÃES PRADA** – Bom, eu acho que diante das colocações dos Srs. Senadores, há dois pontos que são importantes.

Primeiro, o que a Senadora Ana Amélia colocou com relação às mídias sociais. Essa pode ser uma Copa antissocial. Nós podemos ter aí 600 mil turistas bravos porque não conseguirão mandar uma foto, uma mensagem, quando eles estiverem dentro do estádio de futebol. Existem dados que mostram que... A senhora reclamava da telefonia, quando falava que a ligação cai. Vinte ligações são equivalentes a uma imagem postada na internet, em termos de ocupação de banda. Então, o problema é ainda maior quando a gente trata desse assunto dessa forma.

O Senador Flexa colocou uma situação importante, essa questão do legado da Copa do Mundo, e sobre isso há uma questão que é importante, que é a questão do quanto que a gente terá aí separando algumas coisas.

Então, nós temos obras que foram essenciais para a Copa do Mundo, que são as obras dos estádios e do entorno dos estádios; e temos obras de mobilidade urbana, obras de aeroportos e de portos que, como a gente já colocou, não serão utilizadas na sua maior parte para a Copa do Mundo, mas são obras que entram, na verdade, para a população.

Infelizmente esperávamos mais do legado. Gostaríamos que já tivéssemos colhido parte desse legado. É claro que, assim como o Professor Lamartine colocou, esse legado virá, algumas coisas melhorarão na vida das pessoas. Eu acho que mesmo no Rio de Janeiro, se você olhar de 2017 - até pela carência de obras de infraestrutura que tivemos ao longo desse período - para 2007, certamente encontrará uma mudança significativa.

Então essas são as minhas considerações, Sr. Presidente. E dizer que estamos à disposição.

O Portal 2014 seguirá até a Copa do Mundo, acompanhando o dia a dia do andamento das obras da Copa do Mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado. Agradeço a participação. Passo a palavra para o Dr. Adalberto Vasconcelos.

**O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS** – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de deixar o Tribunal de Contas da União à disposição para todos os Senadores, para todas as autoridades aqui.

E a questão do legado é um aprendizado, é uma retroalimentação do que a gente no controle.

Foram abordadas questões muito importantes aqui. A Copa, consideramos que é um momento... O Tribunal já fez várias o mapeamento do setor de infraestrutura e tem vários processos que refletem essa questão do planejamento, dos projetos e da qualidade dos projetos. São questões essenciais não só para a Copa, mas para todo o País na área de infraestrutura.

Gostaria também de informar aos Srs. Senadores que o Tribunal já começou uma fiscalização, já montou um grupo de trabalho, já assinou um protocolo de intenções com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro para a fiscalização das Olimpíadas. São cerca de 20 auditores trabalhando em todas as áreas: na área de obras, na área de comunicação, já fazendo o planejamento, e principalmente na área de governança, para fazermos um acompanhamento tempestivo.

Inclusive deve sair este mês um portal do Tribunal de Contas da União, junto com os outros três tribunais, para dar transparência e publicidade a todas as ações de controle realizadas no acompanhamento das Olimpíadas.

Obrigado, gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Somos nós que agradecemos.

Dr. José Roberto Bernasconi.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, as primeiras palavras são de agradecimento, porque realmente foi uma oportunidade muito interessante para não só colocarmos algumas de nossas ideias e bandeiras, mas para ouvir. Foi muito ilustrativo e o aprendizado foi muito bom.

Ouvindo os questionamentos e os comentários dos Srs. Senadores, a gente percebe a sua sintonia com o que se passa.

Primeiro nos chama a atenção esse grau dos que se manifestam. E a iniciativa para ser daqueles que estão contra.

Não temos conseguido a manifestação daqueles que compreendem que existe um compromisso, como disse o editorial da *Veja*. É um compromisso nacional. Uma vez aceito, seria, hoje em dia, um desperdício não fazer a Copa depois de todo o investimento feito. E a oportunidade de poder se colocar de alguma forma perante o mundo com realizações que o Brasil tem conseguido fazer.

Existe algum legado. Poderia ter sido muito maior. Infelizmente não conseguimos, mas eu gostei muito da manifestação do Professor Lamartine – de todas – quando ele chama a atenção da ideia do legado como processo.

Uma nação se constrói ao longo de séculos. E nós vivemos um processo... O Brasil começou em 1808, na verdade, com a vinda da Família Real. E a cidadania vai se desenvolvendo. Nós temos passado por tantas experiências. E eu acho que o processo... De tanto ver maus resultados na aplicação de recursos públicos, há de chegar o momento em que a sociedade, sem precisar ir para a rua fazendo quebra-quebra, mas manifestando-se, consiga a reação de todos aqueles que têm algum papel de liderança para fazer, orientar, organizar as coisas na direção correta.

E eu acho, especialmente na aplicação de recursos públicos, que não há nada mais importante do que planejar, pensar antes, com o tempo adequado, sem a tirania das eleições a cada dois anos que levam os programas a serem feitos no tapa, de afogadilho, com má qualidade, onde há dispersão de energia e desperdícios de recursos públicos.

O projeto de engenharia é um insumo insubstituível para fazer a aplicação de dinheiro público em obras públicas. Se nós aprendermos a fazer isso pensando antes, planejando, e elaborando os projetos de engenharia de maneira adequada, dando prazo e remuneração mínima adequada para que uma atividade intelectual como essa produza esse animal extraordinário e insubstituível que é o projeto completo de engenharia, com ele na mão, não escapa a obra pública do controle. O dinheiro público pode ser muito bem controlado na sua aplicação. A obra pública sairá com qualidade, os prazos serão aqueles previstos e os custos serão aqueles previstos. Se a gente aprender isso, acho que será um legado extraordinário para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Sr. José Roberto.

Antes de passar para cá, tem uma pergunta que estava bem grifada aqui por um dos nossos ouvintes, que pergunta principalmente ao senhor, Professor: Qual o legado deixado pelo Pan de 2007?

E uma última minha, que é para o Dr. Rafael: Quem paga a conta caso fique inadimplente esse pessoal da turma, não só dos privados como também os Estados? Para quem sobra, além do povo brasileiro, que já pagou? Quem é que vai ressarcir e como?

Professor Lamartine.

**O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA** – Inicialmente, eu quero agradecer o comentário da Senadora Ana Amélia e fazer outro comentário: A senhora notou que, nas observações que vieram da rede, não há nenhuma observação sobre gestão?

A mente dos pesquisadores é de dados e de verificações sucessivas. O que ocorre na visão das pessoas que entram na rede... Aliás, ninguém sabe direito, é igual ao legado. A área acadêmica fracassou até agora sobre redes. Tenho vários alunos, inclusive me envolvendo, e nós fracassamos. Eu estou falando de cátedra. Mas todos nós sabemos que o problema é de gestão. De qualquer lado que nós examinarmos essas questões, de legado, de governança, é de gestão.

Então, o fenômeno que nós estamos assistindo no Brasil – e já ocorreu em outros países, e até com populações ditas mais avançadas, como a população alemã, por exemplo – é uma demonização do legado. Uma das características que o legado tem, e apontado por especialistas da África do Sul, é o fenômeno do *disclosure*, é uma abertura. Porque joga com o desafio para o país e, de repente, todo mundo se depara com aquele desafio e começam a surgir os fracassos, porque esses fracassos já existem, só que eles não estavam submetidos a uma demonstração. E, nesse caso da Copa, está mostrando os nossos defeitos. Não é à toa que eu vim aqui também para falar sobre as virtudes, senão nós vamos ter um *parti pris* numa situação. Academicamente, isso é um pecado. Nós temos que cogitar todas as coisas, para chegarmos a uma conclusão. Então, é uma demonização, que já houve antes e está se repetindo aqui.

Agora, eu gostaria de falar no fenômeno do Pan. O fenômeno do Pan, o fenômeno da Inglaterra pegou todo mundo de surpresa, não somente a área acadêmica, mas os dirigentes ficaram perplexos.

A Inglaterra, a África do Sul, a Alemanha – e o Brasil já demonstrou isso no PAN e se repetiu em parte na Copa das Nações: na hora em que toca o hino, a coisa é diferente. Surge a nação grande na mão do povo. Ninguém mexe nisso. Na Inglaterra, foi um exagero. Há muito tempo não se via, desde a Segunda Guerra Mundial, uma relação da população – talvez o discurso é que seja inflamado (*Risos.*) Mas foi uma surpresa, uma grande surpresa que houve, e pode acontecer aqui no Brasil, pode acontecer.

Então a posição melhor é ver os dados, ver os acontecimentos e traduzi-los. Pelo menos, o político tem outra obrigação. Entendo isso perfeitamente, mas para os pesquisadores, não é possível, nós temos que ver.

E desde já os pesquisadores têm alguma coisa interessante. Não há pessoas do meio de negócios nessas observações da rede. Qualquer indivíduo que tem negócios no Rio de Janeiro, mesmo em São Paulo, no País, em Brasília ou no Nordeste, que não esteja muito satisfeito, como aconteceu em todos os países: os tais 0.5% no PIB da Alemanha não foram à toa, nem dos outros países.

E, por favor, anotem aí, podem anotar, vai acontecer a mesma coisa no Brasil simplesmente pelo seguinte: já aconteceu, já aconteceu. É só acompanhar os negócios no País, rede hoteleira, a indústria, de um modo geral, todo mundo investiu, investimento para recuperação na Copa, como nos outros países. Muitas coisas já estão em andamento.

Eu não sei se vocês sabem, para ver a reação das empresas brasileiras. Já foi batido o recorde que havia na Inglaterra, e a economia da Inglaterra é maior do que a do Brasil, as empresas são maiores na Inglaterra do que no Brasil, as marcas são mais potentes do que as do Brasil, pois bem, os patrocinadores da Copa aqui e dos Jogos Olímpicos, é uma quantia maior do que nos outros países.

Então, estamos diante de vitoriosos já que não estão sendo consultados, eles não estão aqui presentes. É claro que não são todos. Mas é uma oportunidade, um *disclosure* também para negócios, para a economia.

Então, existe uma posição de equilíbrio que não pode ser entregue só à demonização. É lógico que eu não vou falar isso numa passeata, porque vão acabar comigo. Eu até que gostaria de dar uma contribuição que me incomoda, e é gravíssima aqui no Brasil – vou dizer isso aproveitando essa oportunidade para encerrar – não somente a mim, mas a certas pessoas que têm experiência internacional: existe uma coisa que é feita aqui no Brasil que eu nunca vi – e olha que sou passado nessas circunstâncias –, é a intervenção da FIFA nas coisas do Governo, e a maneira como isso é falado na mídia. Vocês podem ficar certos de que isso é inédito, não houve em lugar nenhum. Houve problemas na África do Sul, houve problemas na Alemanha, e com o Comitê Olímpico, vários problemas, a começar de 1936.

Eu tenho um livro e eu coloquei um capítulo só para discutir essas situações, esses choques que existem. Pois bem, por alguma situação qualquer – para mim é incompreensível – essas pessoas da FIFA estão falando o que querem e o que não querem.

Isso não existe, isso é uma invenção brasileira, a aceitação dessa situação. Eles dizem: não, mas nós assinamos um contrato. Tudo bem, foi assinado um contrato, mas já existe uma experiência. Eu já participei de Beijing, inclusive foi registrado isso e gostaria até de mostrar a vocês. Participei de problemas dos Jogos Olímpicos de Beijing com o Comitê Olímpico Internacional e a assessoria do Comitê Olímpico Internacional – eles têm uma assessoria técnica – que foram resolvidos através de uma discussão para mudar o contrato.

Aqui não se fala em mudar o contrato, aqui nós aceitamos, baixamos a cabeça, só há um silêncio, para também não se entregar demais. E há um sujeitinho lá qualquer que ofende a Nação inteira. Eu não nunca vi isso. Sinceramente, eu me envergonho. Isso é coisa de amador, isso é coisa de afastamento do pessoal técnico. Jamais admitiríamos isso.

Nisso está envolvida a Presidência da República, está envolvido o Ministério do Esporte, está envolvido o Itamaraty, o pessoal do Itamaraty sabe disso, porque lida com isso no dia a dia, outros contratos, outras situações. Como é que se admite que um sujeito venha da Alemanha, dos Estados Unidos para nos ofender publicamente na mídia brasileira. Isso não existe! Isso deveria, sim, ensejar que as redes reclamassem da falta de gestão.

Agora, respondendo a pergunta, rapidamente, a pergunta do Senador Flexa Ribeiro.

Está certo, mais saúde e educação. Eu sou professor, não posso negar isso, vivo essa situação. Então, é verdade. As escolas são aquilo que nós vemos no Fantástico, realmente, e é muito doloroso isso a que estamos assistindo. Isso compromete o País – acho que todos nós estamos de acordo. Mas a Copa abriu o olho para isso. O megaevento não tem culpa disso, não! Ele veio como um investimento qualquer, como as empresas estão reagindo. Ocorre que começa a ficar evidente demais a coisa. Por que funciona ali e não funciona aqui? Aí, o pessoal está reclamando. Foi um grande benefício. Vejo isso como um impacto positivo, como aconteceu na Turquia e com a cidade de Munique, que rejeitou os Jogos Olímpicos de Inverno naquela cidade. A população teve a mesma reação: como é que se vai gastar dinheiro em Jogos Olímpicos de Inverno? Agora, eles serão submetidos a uma pesquisa, e comparando com a população do Rio de Janeiro, o que é uma coisa curiosa. Mas, então, existe esse fenômeno de fato. Então, abre-se para o erro.

Para o Senador Cyro Miranda, que falou nos Jogos Pan-americanos, eu gostaria de dar um testemunho. Há um livro circulando – vocês podem ver na internet, ele é gratuito – que é do Ministério do Esporte: *Legados de Megaeventos Esportivos*. Lá, há um estudo sobre o Pan. Foi uma situação muito interessante e que mostra o que pode acontecer, nos próximos dias, com a Copa. Uma bagunça o Pan! O que vocês imaginarem está errado: está errado na contratação... Nem vou citar. A questão dos voluntários foi calamitosa! Era escândalo em toda parte, não somente de recursos, mas de falta de gestão. Aquilo era uma podridão! Eu tinha vários alunos trabalhando dentro do Pan. Nós víamos isso acontecer, diariamente, e eles revelarem essa situação. Mas todos nós sabíamos. E sabem o que aconteceu? Foi o Hino Nacional. Exatamente como ocorreu na Copa das Nações. Foi um grande sucesso de público.

Então, estamos criando um modelo inusitado de megaeventos, que é uma porcaria de organização, como nós vimos agora, com a visita do Papa – uma porcaria de organização –, mas a população vai em peso, como se fosse no Carnaval, por algum fenômeno que eu não ouse explicar. Só na Copa das Nações é que avançaram com o Hino, mas, por algum fenômeno, o pessoal veste a camisa e esquece, por algumas horas ou alguns dias, o que eles mesmos reclamam nas redes. Estamos lidando com um fenômeno de demonização que tem a sua contrapartida favorável. Repentinamente, isso pode mudar e acontecer.

Então, vejo dois vencedores para a Copa, para terminar: os negócios no Brasil, as empresas, principalmente grandes empresas; e, em segundo lugar, a própria população, que vai exercer, mais uma vez, a cidadania. Essa população deverá, pelas tendências que se observam – não posso garantir isso, mas deverá –, muito bem se comportar, pelo menos até o limite que os resultados dos atletas brasileiros – no caso, do futebol – possam render.

Então, estamos diante de uma grande contradição, e teremos de lidar com ela. E foi o que tentei fazer nesses minutos que tivemos aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Muito obrigado.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Pois não, Senadora.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – O professor não respondeu duas questões.

Ele fez uma crítica, imagino, concordo, precedente, sobre o silêncio do Governo de não ter passado, com se diz, um “para-te quieto” – lá no Rio Grande do Sul, dizemos “para-te quieto” a um menino quando faz uma arte –, dado uma admoestação muito enérgica sobre o gerente, que já disse coisas absolutamente...

**O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA** – Ridículas!

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – ... inaceitáveis do ponto de vista da relação com o País.

Assim como nós respeitamos o contrato feito... Fui relatora, no plenário do Senado, da Lei Geral da Copa. E tivemos de abrir mão de uma regulamentação legal, que era a proibição de bebida alcoólica nos estádios. Mas, em nome de um contrato internacional, para respeitá-lo, eu disse e argumentei ao Ministério Público, que ficou muito preocupado com isso, que houvesse o detalhe: a liberação do consumo de bebida alcoólica será com a expressão temporariedade, quer dizer, só naquele período da Copa. Depois, volta a proibição.

Parece que a porteira já vai ficar meio entreaberta, Prof. Lamartine, mas nós cumprimos com uma determinação...

**O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA** – E negociaram.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – ... que foi feita para obedecer. Era muito grave o Brasil não respeitar um acordo internacional, independentemente de ter sido com uma instituição de direito privado, no caso da FIFA.

Então, concordo de ter tido uma reação: “Não é assim, pedimos uma retratação”, óbvio, um pedido de desculpas assim meio camuflado do gerente, mas não foi o de que o Brasil precisaria.

E a questão da comunicação. Insisto em que essa área para mim é uma área essencial. O senhor, com um boa comunicação, consegue desmanchar, desconstruir a demonização, se souber fazer isso. Por isso, eu disse que ninguém do Governo usou uma argumentação, como senhor o fez aqui, para desconstruir a demonização; e ninguém no Governo está fazendo isso. Esse é o primeiro ponto. E a questão é, então, a comunicação, que não está sendo bem explicada para a sociedade.

E a segunda questão é a da eleição. Esta é uma Copa que estará no ferver de um debate sucessório presidencial, com os conflitos existentes. Nas regiões – diria apenas nos Estados onde haverá jogo do campeonato mundial – isso, de alguma forma, também contamina para esse clima de radicalizar um discurso ou atitudes de manifestação contrárias?

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Obrigado, Senadora.

**O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA** – Vamos ver, acho que não temos um precedente para saber disso. Vamos ver esse fenômeno.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, e ia tocar nesse ponto que foi constrangedor passarmos por cima de leis, no caso da Lei Seca e dizendo assim: nesses 15 dias, você pode cometer um crime; depois, não vai poder mais.

Dr. Rafael, para o encerramento desta sessão, que reputo uma das mais importantes desta Casa.

**O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE** – Agradeço novamente a oportunidade de transparecer as ações do Tribunal, inicialmente, com o dever de corresponder a sociedade à pergunta que nos foi feita.

Inicialmente, com relação aos processos do Pan, existiu em 2007 um balanço geral em que, conversando com o Professor Lamartine eu disse, esse relatório do TCU é paradigma, inclusive no meio acadêmico para o que fazer e para o que não fazer num megaevento esportivo.

Desse processo, há, pelo menos, 35, 40 filhos, que são autos específicos destinados a apurar eventuais irresponsabilidades por danos então identificados. Não tenho condições precisas de dizer o estado de cada processo. Lembro-me de alguns processos em que os gestores foram multados e condenados; outros em que as razões de justificativa foram acolhidas. De toda sorte, deixo claro que esses processos são públicos, basta, no site do Tribunal, digitar Pan 2007, que todos eles estarão lá, e toda a sociedade tem condições de acompanhar as consequências, inclusive processuais, de eventuais desacertos que foram cometidos à época do Pan-americano.

Com relação à Terracap, de o tribunal não ter a legitimidade constitucional de fiscalizar as obras realizadas no estádio de Brasília, a frase é “decisão tomada é decisão cumprida”. Há um acórdão, também paradigma, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, tomado no mandado de segurança que julgou que o tribunal não é legitimidade, mesmo nas ações da Terracap, constitucionalmente para fiscalizar. E, nesse sentido, a gente acolhe.

Quero abordar também uma questão que o tribunal recorrentemente é auscultado sobre a utilidade de eventual obra na Copa, ou se não seria mais importante aplicar recurso na educação, na saúde. E o tribunal onde está?

Inicialmente há um paradigma de qualquer gestão que diz que o cobertor é curto. A ciência econômica indica demandas infinitas para recursos escassos. Afinal de contas, administrar é priorizar esses investimentos. Está faltando professor, está faltando médico, o que é mais importante, se o cobertor é curto, contratar professor ou contratar médico ou mesmo fazer Copa? Quero dizer que essa priorização de recursos é papel próprio de governar. A democracia representativa é feita disso e que o tribunal jamais poderia imiscuir-se nesse papel da democracia representativa. O que temos feito, na Copa, é dar elementos para esta Casa Legislativa – e, sim, que representa o povo – poder avaliar esses acertos ou desacertos e fazer esse julgamento.

No que se refere ao projeto ou a eventuais mazelas no planejamento que impedem a feitura desse bom projeto – e isso, nós também, com o Prof. Lamartine, tivemos a oportunidade de discutir ali nos bastidores –, é

importante situar, e o Ministro Valmir, no voto condutor dele, julgando a questão das creches do FNDE, citou, no meu ponto de vista, com bastante propriedade, que uma obra pública é sempre um meio para o adimplemento de alguma política governamental; ela nunca é um fim em si mesma. E a Copa do Mundo é um exemplo disso. Eventualmente, são quase uma centena de procedimentos ou providências identificadas para a consecução de um evento bem sucedido, em que o objetivo dessa política pública macro seria a ocorrência da Copa do Mundo. Esse legado deveria ter sido bem pensado.

Agora, o que fica para se pensar, inclusive em termo legislativo, é – e isso é fato que eu tenho que trazer: a dificuldade que o Poder Público tem tido em todas as esferas de Governo, municipal, estadual e federal, de estabelecer políticas e estratégias públicas de longo prazo, diga-se, que ultrapassem quatro anos. Isso é fato.

Perdoe-me, Presidente, mas quem paga a conta dos empréstimos? Eu situei que o Tribunal – um dos gastos mais relevantes para a Copa que são os empréstimos do BNDES e da Caixa Econômica Federal – tem se debruçado na análise dos empréstimos feitos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal. Situando, e isso de alguma forma é um termo técnico, esses empréstimos, na análise da remuneração do banco, o risco é avaliado e classificado. A remuneração, aquilo que o banco vai cobrar é tão mais caro quanto maior for o risco de inadimplemento.

No final das contas, essa pergunta é que legitima a atuação do TCU no controle externo desses empréstimos. Pode o diretor do BNDES, por exemplo – desculpe-me a comparação, me faltou outra –, emprestar um bilhão para a irmã sem condição nenhuma de... Não, claro que não. Existem normas específicas, inclusive, do banco que coíbem esse tipo de operação. E, pelo princípio constitucional do controle – a envergadura é constitucional e requisito para a existência do Estado democrático –, todo recurso público tem de ser fiscalizado. Há de se prestar contas por cada centavo gasto, e, por se tratar de sociedade de economia mista ou empresas públicas, eles também prestam contas desses gastos. E, se eventualmente alguma análise de risco foi incorretamente realizada, dentro dos normativos próprios, o Tribunal há de abrir a respectiva tomada de conta especial para o agente público que cometeu essa irregularidade. Nesses termos, quem paga a conta é o responsável por quem cometeu eventual ato lesivo ao Erário.

Quero, assim, finalizar – e eu acho que o tempo vai dizer se a frase é válida ou não. Schopenhauer disse que, no início, toda verdade é ridicularizada; depois disso, ela é violentamente combatida, até, finalmente, ser universalmente aceita. Se vai ser um sucesso, se o legado virá ou não e em que medida, o tempo vai dizer, e estamos preparados para transparecer esses resultados.

Quero agradecer a oportunidade de poder publicar, finalmente, à sociedade aquilo que o Tribunal tem feito. E, se existe uma herança boa para o controle, olhando para nós mesmos, a integração entre os órgãos participantes dessas fiscalizações e a reunião dos motivos reais que levaram a eventuais mazelas, eu tenho certeza de que a sociedade vai poder também se alimentar desse fruto.

Em nome do Ministro Valmir Campelo e do Presidente do Tribunal, eu agradeço ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Sr. Rafael.

Eu quero só discordar de um nosso ouvinte que diz que esta audiência pública não serve para nada. Não, ela serve muito. Ela serve para dar transparência. Ela serve para dizer que, quando acabar a Copa do Mundo, essas obras não vão poder ficar inacabadas. Depois que passarem as eleições, nós não podemos ter transtornos na vida de todos os cidadãos que militam e que moram nessas cidades e nesses Municípios indeterminadamente, para que esse legado, realmente, seja válido, e também para que o País aprenda a ir na sua origem, porque aqui, eu repito uma frase que tenho dito muitas vezes, que ouvi e achei muito própria para a nossa política: “Não consegue curar a febre, quebre o termômetro.” Vamos no âmago da questão. Quero fazer um agradecimento a todos os Srs. Adalberto, José Roberto Bernasconi, Rafael Cavalcante, Rodrigo Magalhães Prada e o Professor Lamartine Costa. Que a minha querida Vice-Presidente, que divide os trabalhos desta Casa comigo, encerrasse esta reunião.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Meu caro Presidente, eu realmente já participei de muitas audiências, essa talvez tenha sido a mais objetiva e mais, digamos, clara. Depois de um momento, *el camino se hace al andar*. Esse é o resumo da ópera. Só vamos saber tudo ou quase tudo da Copa depois dela realizada.

Queria cumprimentá-los, sobretudo, porque aqui ficou muito claro: o País só será grande na hora em que mudar sua cultura da improvisação, de ser um País que planeja. Os *experts* nessa área dizem que, quando se planeja, se tem grande possibilidade de acertar; quando não se planeja, nunca se acerta. Veja, mesmo planejando, corre-se risco.

A lição que fica aqui é que precisamos insistir. E fico muito feliz em ver um Tribunal de Contas (e já houve gente que quis fechar o Tribunal de Contas) com esse rapaz – desculpe-me chamá-lo de rapaz, porque é tão jovem – falar da forma que fala, com a defesa da Instituição e do seu papel no regime democrático. Fiscalizar, o dever de fiscalizar quando estamos tratando de recursos públicos. E por isso questiono que o BNDES

faça contratos secretos e que não possam ser fiscalizados. A sociedade não pode, a Constituição brasileira não pode aceitar isso, assim como não pode aceitar desaforo de quem quer que seja, de um gerentezinho da FIFA

Então, essa audiência revelou todo o esse, digamos, contexto nacional de necessidades urgentes de planejamento, de não fazer mais as coisas “nas coxas”; de tratarmos de mudar nossa cultura de levar vantagem em tudo – é a questão da pilhagem –, e termos uma grande seriedade com o País, não com projeto isolado, que é importante, mas com o País.

Quando mudarmos esses conceitos, que aqui foram tão bem sublinhados por todos, teremos o planejamento: começo, meio e fim. Uma segunda etapa, professor Lamartine e todos os senhores, o Rafael, o Rodrigo, o Adalberto, o José Roberto, vai ser cobrar que aquilo que foi prometido não fique no meio do caminho. Obra inacabada fica muito mais cara, fica muito mais cara sob todos os aspectos.

Então, quero cumprimentar.

Hoje, sabe aquela coisa que vimos na audiência, de um jovem que colocou “não vai servir para nada”, contesto e digo: serve, sim, quando temos disposição de aprender mais e de entender melhor. Então, é entender com essa grandeza que foi explicitada aqui. Claro, não interessa se vai ser a melhor Copa de todos os tempos. O que interessa é o que o Brasil precisa demonstrar ao mundo que os brasileiros são capazes de fazer uma Copa com absoluto respeito e com bom acolhimento de milhares e milhares de pessoas que aqui virão, não só os atletas, mas todos os que vierem aqui.

Parabéns ao Senador Alvaro Dias, por ter feito a convocação; ao Presidente, pela condução dos trabalhos, mas sublinhando novamente a bela contribuição que todos os senhores aqui deixam para o Senado Federal e para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço também à Senadora Ana Amélia por ser a autora também de dois requerimentos, por essa colaboração na Vice-Presidência desta Comissão.

Agradeço aos nossos convidados, agradeço à nossa equipe, às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, aos senhores que aqui estiveram.

Encerro esta reunião, convocando para a próxima terça-feira, às 11h, uma nova reunião deliberativa.

Muito obrigado a todos. Boa tarde.

*(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.)*

## SENADO FEDERAL COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2014.

Às onze horas e dezessete minutos do dia dezoito de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, o que é aprovado (**ver Item 16: Extra-Pauta**). **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim, que “Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer favorável é aprovado. **Item 8: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que “Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. Prosseguindo, o Senhor Senador Cícero Lucena, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Item 17: Extra-Pauta**). **Item**

**10: Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rands, que “Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é favorável, acatando a Emenda nº 1-CMA, na forma da subemenda oferecida, oferecendo ainda uma emenda. Durante a discussão da matéria, é apresentada emenda, de autoria do Senador Paulo Paim, acatada pelo relator. A Comissão aprova parecer favorável, acatando a Emenda nº 1-CMA/CE, na forma da subemenda nº 1-CE, e as Emendas nº 2-CE e nº 3-CE. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim para relatar o seguinte item incluído extra-pauta: **Extra-Pauta, Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque, que “Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal”. O relator é o Senador Cyro Miranda e o parecer favorável, acatando a Emenda nº 1-CI/CE, na forma da Subemenda nº 1-CE, é aprovado. Reassume a presidência o Senhor Senador Cyro Miranda. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 300, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vicentinho, que “Dispõe sobre a oficialização no território nacional do Hino à Negritude”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 15: Requerimento nº 11, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... em aditamento ao Requerimento nº 75 de 2013, aprovado na reunião dessa Comissão de Educação, Cultura e Esportes – CE, de 10 de dezembro de 2013, adicionar à lista de convidados para a Audiência Pública que debaterá sobre a conveniência de se criar as bases legais para a conceituação da Biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes, artes e ciências, o nome da Profa. Dra. Maria Alice Guimarães Borges, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília -UnB, autoridade científica que em muito nos auxiliará no debate sobre a legislação brasileira sobre bibliotecas e repositórios de informações”. O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Item 18: Extra-Pauta**). Logo após, a presidência passa à deliberação dos Requerimentos incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 18: Requerimento nº 13, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Cyro Miranda, que requerem “... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Sr. Marcos Formiga, do Sr. Edelvício Júnior, do Sr. Mauro Dutra, de um Representante do Ministério de Educação para o Ensino à Distância, e de um representante da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, para tratar da Implementação do Ensino Online no Brasil”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 17: Requerimento nº 12, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Cícero Lucena, que requerem “... nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS 224 de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a presidência faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores Senadores que, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, as Comissões Permanentes poderão selecionar, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do poder executivo, para avaliação da sua execução e dos seus impactos. Diante do exposto, solicito aos Senhores Senadores o encaminhamento de sugestões à Secretaria desta Comissão, para que na reunião do dia 25 de março, este plenário delibere sobre a escolha da política pública a ser avaliada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Informo ainda, que o relatório com as conclusões da avaliação realizada será apresentado ao final desta Sessão Legislativa”. O Comunicado vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício/CEEd/nº585, de autoria do Excelentíssimo Senhor Augusto Deon, presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, encaminhando cópia do *Manifesto – Transporte Escolar*, firmado pelos membros do Grupo de Estudos e Debates Permanente, composto por representantes do Conselho dos Secretários Municipais de Educação do Rio Grande do Sul e Secretaria de Estado da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de solicitar, no que couber, apoio para a superação dos problemas que persistem na área de transporte escolar. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Comunicado vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, que tramita em conjunto com**

**o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2013; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2009; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004 e Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003.** Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposta permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Eu gostaria de salientar a satisfação desta Comissão em relação à última audiência pública, que visou a esclarecer os problemas futuros que a Copa de 2014 poderá causar à Nação.

Eu acho que nós temos que, mais do que mostrar essas evidências, chamar urgentemente o Ministro do Esporte, porque, talvez, de muitas coisas ele não tenha consciência.

Senadora Maria do Carmo, tivemos aqui dados que realmente nos preocuparam, são técnicos. Não foi uma reunião de partido ou, pura e simplesmente, de críticas ao Governo. Mas nós sentimos que o problema mobilidade estará ausente de todos os estádios. Quer dizer, V. Ex<sup>a</sup> entende: tem um estádio pronto, praticamente quase 100% vão estar prontos, mas não tem mobilidade; os aeroportos não vão estar em condições; e, depois, a repercussão internacional de que nós tínhamos ideia está muito mais forte do que nós sabíamos.

Trouxeram aqui recortes de n jornais no mundo inteiro. Inclusive, até certo ponto, alguns países estão querendo boicotar a vinda do pessoal, dada a violência, dado o problema de tarifas excessivas não só da viaçãõ aérea, como também dos hotéis, tirando a oportunidade de muita gente vir aqui.

Então, o problema é sério. Eu acho que, ainda, nós temos condição de fazer alguma coisa nesse sentido para melhorar, porque, senão, o País vai ser, mais uma vez, exposto de uma maneira ruim na mídia internacional.

Nós gostaríamos de não passar por esse dissabor, não só internamente, como externamente.

Então, eu vou solicitar, mais uma vez, o empenho. Já tem um requerimento ao Ministro convidando-o, e vamos aguardar essa semana para que ele dê uma resposta, semana que vem, senão vou propor aos nossos pares fazer uma convocação do Ministro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já foi feita, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Já foi feita, já foi aprovado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para tratar do tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – O Ministro do Esporte. Dos três Ministros, todos já foram convidados. A Ministra Marta já marcou, porque ela está em viagem e disse que será a partir de abril. O Ministro da Educação também já estava nos oferecendo data. O único de que nós não tivemos resposta...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas sobre esse tema Copa do Mundo viria...

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – O Ministro...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...do Esporte.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – O Ministro do Esporte. Exatamente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É com ele?

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – É, com ele, somente com ele.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E qual é a posição dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – A posição dele? Ele não disse nem sim, nem não. Ele vem todo ano. Inclusive, ele estava sendo, já, convidado para dar a programação do ano, como é praxe em todas as Comissões... As diretrizes do Ministério, as aprovações que ele teve, como vai o orçamento que ele tem e daí por diante. E ele, pura e simplesmente, ainda não deu nenhuma resposta.

Então, eu, até, vou pedir para a Senadora Grazziotin, que é do Partido, e o Senador Inácio, para darem uma ligada para ele pedindo para ele se apressar, porque senão, daqui a um pouquinho, não adianta a vinda dele. E V. Exª sabe, Senador Paim, que este ano nós temos uma agenda muito curta, em função de vários eventos. Então, daqui a um pouquinho vai chegar, já, a Copa e nós não conseguimos resolver nada.

O requerimento foi aprovado em 18/02/2014. Requerimento na forma do disposto no art. 90, para que sejam convidados a comparecer, separadamente, a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, José Henrique Paim Fernandes; a Exmª Srª Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, e o Exmº Sr. Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, com vistas a exporem as diretrizes e as prioridades das suas respectivas pastas para o corrente ano, e as dúvidas desta Comissão.

Então, apelo a V. Exª, que tem um bom relacionamento...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou, também, Sr. Presidente... Isso. Tenho um bom relacionamento com o Ministro Aldo e eu vou tentar também... Tentar não, vou fazer contato com ele. Eu acho interessante que ele venha aqui.

Eu sou, ainda, um entusiasta, digamos, da Copa do Mundo. Deve ser porque eu joguei futebol, quando era mais jovem. Enfim, tentei ser profissional, quase cheguei lá, nos clubes de Caxias. Eu sou um entusiasta da Copa e, como há essa controvérsia grande, de pontos de vista dos encaminhamentos, seria muito bom que ele viesse para mostrar, na visão do Governo, como estão os preparativos.

Eu entendo que a Copa... Nós temos tudo para sermos campeões, no meu entendimento. Eu quero ser campeão. E há o legado que fica nos países onde a Copa acontece. Sem sombra de dúvidas, em quase todos os países são legados importantes, em que a repercussão se dará três, quatro, cinco anos depois. Mas eu acho correto – não estou aqui, em nenhum momento, contestando – que a gente levante as dúvidas e se tenha um esclarecimento devido, para que a Copa seja o sucesso que, no fundo, todos nós queremos que seja.

Por isso eu me somo a V. Exª no sentido de dialogar com ele, para ver se ele vem aqui dar os esclarecimentos devidos, e tranquilizar a todos quanto àquilo que nós todos queremos, no fundo, que é sucesso total da Copa do Mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Perfeito. E V. Exª sabe que às vezes, muitas vezes, o Ministro fica um pouco isolado de informações. A turma que quer agradar diz: “Não, Ministro, está tudo correndo a contento. Há um pequeno atraso, mas nós vamos tirar essa diferença lá na frente”. E, depois, a coisa sobra para ele mesmo, que vem e faz uma série de declarações.

Então, nós queremos passar essa preocupação, saber se ele está, realmente, sabendo de tudo que está acontecendo e das providências. E ele poderá dar as explicações: “Não, isso acontece, mas nós estamos fazendo por esse momento etc.”

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Esse que é o princípio.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador.

Bom, eu vou passar aos itens não terminativos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Pois não.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não sei se é esse o momento, mas eu gostaria de incluir, extrapauta, um projeto, porque diz respeito ao uso dos recursos do pré-sal, e a cada mês que atrase, pode haver perdas para a educação. Como o processo ainda é muito longo, vai para a Câmara, pode demorar muitos anos, e, aí, é uma perda grande, como pode ser visto pelo projeto.

É um projeto meu e do Ricardo Ferraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – V. Exª tem toda a razão, até porque nós temos um ano prejudicado. É um segundo semestre de muito pouco trabalho e até o primeiro semestre também está comprometido.

Então, eu coloco em votação a proposta do Senador Cristovam Buarque para incluir, extrapauta, o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado e incluído extrapauta o projeto.

O senhor parece que tem também uma... Senador Cristovam, há também um pedido do senhor de aditar um requerimento nosso, de sua autoria e minha, para extrapauta, convidando os Srs. Marcos Formiga e Edelvício sobre o... O senhor quer fazer a proposta?

Então, extrapauta, o requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque e de Cyro Miranda.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com a proposta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado e incluído extrapauta o requerimento.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu queria uma informação.

Há um projeto da Senadora Ana Amélia que seria votado hoje. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – O projeto já foi lido. É o item 7. A matéria está sobrestada, é só a discussão. Só aguardando quórum para ser votada. Se hoje nós tivermos quórum, o item 7 será votado. E eu acredito que hoje nós possamos ter quórum sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tenho certeza de que nós vamos ter quórum, Presidente. Estou muito otimista hoje.

Hoje eu só estou otimista.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Nós fazer um esforço concentrado, porque há, inclusive, um projeto muito importante.

Senador Paim, isso para nós é um alento, até porque o seu otimismo colabora muito com as nossas audiências, para que, pelo menos, os seus pares estejam vindo...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que venham.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Que venham.

Então, vamos fazer um esforço concentrado aqui...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu tenho dois...

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – ... começando já a mentalizar os nossos companheiros que estão fora para virem aqui a esta reunião.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu devo ser relator de dois temas.

Se eu puder ler...

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – É isso que nós vamos fazer. Perfeito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois, quando houver quórum, a gente vota.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Nós vamos fazer isso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Nós vamos, primeiro, já começar pelos itens não terminativos. Só há, parece-me, dois ou três.

Então, o primeiro item não terminativo é o Projeto de Lei de nº 305, de 2012.

#### ITEM 4

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2012

- Não terminativo -

#### **Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.**

**Autoria:** Senador Gim

**Relatoria:** Senador João Vicente Claudino

**Relatório:** Favorável.

**Observações:** 1 - Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o eminente relator e amigo, Senador João Vicente Claudino.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) 305, de 2012, de iniciativa do Senador Gim Argello, que concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que atuem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.

Nos termos do projeto, a pessoa jurídica poderá deduzir do Imposto de Renda devido, em cada período de apuração, o montante das despesas comprovadas em programas de capacitação profissional de jovens internados em abrigos ou casas de reabilitação. Nesse caso, é vedada a dedução dos referidos gastos como despesa operacional. A dedução tem o teto de 5% do imposto devido.

O projeto determina que a pessoa jurídica empregadora fique desobrigada de recolher, pelo prazo máximo de doze meses, a contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social relativa à remuneração do jovem empregado oriundo do programa e contratado para atuar na respectiva área de capacitação.

A proposição estabelece os seguintes requisitos para os programas de capacitação profissional: duração mínima de três meses e máxima de dezoito meses; carga semanal mínima de doze horas e máxima de vinte horas, compatível com o horário escolar do jovem, se matriculado em instituição de ensino; frequência devidamente atestada nos moldes adotados pela empresa para os seus empregados, nos termos da legislação trabalhista vigente; acompanhamento e orientação permanente por profissional qualificado e experiente, formalmente designado para essa função e credenciado pelo Poder Público; avaliações periódicas para determinar o nível de aproveitamento dos educandos; e remuneração ao jovem equivalente ao salário mínimo nacional, proporcionalmente à carga horária efetivamente cumprida.

O projeto permite que o programa de capacitação seja cumprido em escolas ligadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem vinculado a federações ou confederações de sindicatos patronais, mas, nesse caso, as despesas com inscrição e mensalidades, transporte e material didático devem ser integralmente pagas pela pessoa jurídica.

A frequência e a avaliação serão substituídas pelas regras estabelecidas pelas escolas, enquanto perdurar o curso. O jovem será desligado do programa e não poderá participar de outro, pelo prazo de seis meses, caso seu desempenho seja considerado insuficiente, ocorra sua reprovação ou seja apurada frequência inferior a 75%.

A eventual participação de menor de idade deve ser previamente autorizada pela autoridade tutelar competente e pelo dirigente da instituição em que o jovem estiver internado ou abrigado.

Análise, Sr. Presidente.

O Senador Gim foi bastante preciso em sua justificativa. A obtenção de um emprego e a relativa estabilidade nele representam fatores relevantes de promoção pessoal e de bem-estar social. Ademais, constituem importante sinalizador do nível e do modelo de desenvolvimento de um país. Dessa forma, as políticas públicas devem adotar medidas que favoreçam situações de pleno emprego, inclusive com foco no sistema de formação e qualificação profissionais.

Com esses objetivos, o Governo Federal criou, entre outras medidas, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que pretende expandir, interiorizar e democratizar, por meio de várias estratégias, a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio, bem como de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

Entre as estratégias utilizadas pelo Pronatec, podemos mencionar: a expansão do número de escolas técnicas; a abertura do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para cursos da educação profissional e tecnológica; a ampliação do atendimento da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec); e o estímulo à ampliação da oferta de vagas de cursos de educação profissional e tecnológica pelas redes escolares estaduais e municipais, por instituições educacionais privadas, inclusive de educação superior, bem como pelos serviços nacionais de aprendizagem, mediante a transferência, pela União, de recursos correspondentes às vagas oferecidas.

O projeto em análise busca focar uma população que sofre os efeitos de processos de exclusão social. Os jovens que se encontram em abrigos ou casas de reabilitação precisam de políticas específicas para sua plena integração ao mercado de trabalho, com destaque para a capacitação profissional.

A proposição é criteriosa ao estipular normas que assegurem não apenas a criação de vagas, mas também a permanência do estudante na escola, mediante exigência de frequência mínima e de aproveitamento dos estudos. Igualmente, são estabelecidos critérios para que os cursos tenham uma qualidade condizente com as necessidades dos educandos e do mercado de trabalho.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigado, Senador Vicente Claudino.

Está em discussão o projeto em tela, de autoria do Senador Gim e relatoria do Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório favorável permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**ITEM 8**

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 1999  
- Não terminativo -**

**Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

**Autoria:** Senadora Emília Fernandes

**Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves

**Relatório:** Favorável, com a emenda oferecida.

**Observações:** 1 - Matéria terminativa no Plenário.

2 - Na reunião do dia 15/5/2001, o PLS 264/1999 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

**A SRª MARIA DO CARMO ALVES** (Bloco Minoría/DEM - SE) – Presidente, eu solicitaria a V. Exª a retirada do projeto para um melhor exame da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Pois não, Senadora.

Atendendo à solicitação de V. Exª, é regimental. Fica retirado então o item nº 8.

Pois não, Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Presidente, eu faço a solicitação a V. Exª, bem como a toda Comissão, no sentido de que tem um requerimento, em termos regimentais, de um pedido de audiência pública, em nome da Comissão da Educação, para instruir o PLS 224, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente.

Este requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia, o qual tenho o prazer de subscrever e peço que seja colocado como extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) –

#### EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 12, de 2014

**Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS 224 de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente.**

**Autoria:** Senadora Ana Amélia

Em votação a solicitação do Senador Cícero Lucena.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Incluído extrapauta o requerimento da Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Cícero Lucena.

O projeto, então, fica sobrestado até a audiência pública; em seguida, nós o colocaremos em pauta.

#### ITEM 10

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2009

- Não terminativo -

**Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio.**

**Autoria:** Deputado Maurício Rands

**Relatoria:** Senador João Vicente Claudino

**Relatório:** Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 01-CMA na forma da subemenda apresentada.

**Observações:** 1 - Matéria terminativa no Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Com a palavra o eminente Senador João Vicente Claudino.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2009, do Deputado Maurício Rands, que institui a semana de educação ambiental nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio.

Para tanto, o PLC acrescenta § 4º ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”.

Nos termos da proposição, a semana de educação ambiental deve ser realizada anualmente na primeira quinzena do mês de junho, por meio de atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares.

Na justificação do projeto, seu autor discorre sobre a importância da temática ambiental e informa que o período de realização das atividades foi escolhido considerando o dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e a Semana Nacional do Meio Ambiente, comemorada na primeira semana de junho.

Na análise, Sr. Presidente, o projeto acrescenta mais um aspecto curricular sobre meio ambiente na educação básica. A relevância do tema é inquestionável. Não se estabelece uma sobrecarga nos currículos, dada a previsão de abordagem integrada e multidisciplinar.

Desse modo, nada há a obstar à iniciativa quanto ao mérito educacional. No que se refere à sua constitucionalidade e juridicidade, inexistem, também, reparos a fazer.

Já a técnica legislativa merece uma correção. Trata-se de incluir a educação infantil na ementa, uma vez que essa etapa educacional é incluída no texto do projeto. A Emenda nº 1 – CMA merece, igualmente, um reparo de redação, na referência aos §§ 1º a 3º do art. 10 da Lei nº 9.795, de 1999. Para esse caso, apresentamos uma subemenda.

E o voto, Sr. Presidente, com a emenda e a subemenda, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minorista/PSDB - GO) – O Projeto está em discussão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu falava aqui com o nobre Relator, Senador João Vicente Claudino. A orientação do MEC, aqui, é totalmente favorável à matéria, acharam o projeto interessante, tanto que eles propõem a possibilidade de envolver também a educação superior. Aqui, a redação diz: “educação básica e superior”, e em defesa do meio ambiente, porque tem muito marmanjo que, infelizmente, está numa universidade e não defende o meio ambiente.

Então, se o relator acatasse essa proposta, seria estendida, a todo o setor de educação, a educação ambiental. Essa é a proposta do MEC.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minorista/PSDB - GO) – Consulto o Relator.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Acatamos.

Acho que é muito importante e você atende desde a educação infantil até a educação superior.

A emenda está acatada, Senador Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minorista/PSDB - GO) – Então, eu coloco em votação, já com a emenda oferecida e acatada pela CMA, e mais a emenda do Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda do Senador Paulo Paim.

Convido o Senador Paulo Paim para presidir, enquanto eu faço o relatório do próximo item também não terminativo, que foi incluído extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

## EXTRAPAUTA

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013

- Não terminativo -

**Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.**

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

**Relatoria:** Senador Cyro Miranda

**Relatório:** Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 01-CI na forma da subemenda apresentada.

**Observações:** 1- Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Cyro Miranda tem a palavra.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minorista/PSDB - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores. É um projeto bem objetivo.

A proposição visa a vincular à educação básica e à saúde pública infantil parcela dos recursos gerados pela exploração de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção de blocos exploratórios na área do pré-sal.

Vou à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar proposições que disponham sobre normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto, entre outros temas correlatos.

A Lei nº 12.351, de 2010, atualmente direciona recursos para a educação e saúde pública, de forma geral, garantindo tão somente que parcela dos bônus de assinaturas dos contratos – sem explicitar percentuais ou montantes específicos – seja destinada ao Fundo Social que institui. Além disso, de acordo com essa forma, apenas o rendimento do Fundo Social poderia ser aplicado nas diversas finalidades previstas, sendo permitida a utilização do principal somente em situações excepcionais. De fato, com a aprovação da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, essa excepcionalidade foi admitida, estabelecendo-se a aplicação de 50% da totalidade do Fundo em educação até que sejam atingidas as metas do Plano Nacional de Educação.

Dessa forma, a proposição sob exame inova o ordenamento atual ao buscar canalizar mais recursos para a educação e a saúde pública, com a devida prioridade para a educação básica e a saúde infantil, na forma da integralidade dos bônus de assinatura relativos a contratos de partilha de produção de petróleo. Ainda que esses bônus constituam fontes episódicas e não continuadas, como os *royalties*, trata-se de recursos que poderiam dar grande contribuição a essas áreas tão necessitadas de incrementos e melhorias. Até por essa razão, a proposta chegou a constar do substitutivo ao Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado nesta Comissão, que, infelizmente, não foi acatado pelo Plenário.

Como se sabe, o ato de conferir prioridade à educação implica, ao cabo, assegurar uma sociedade mais igualitária no futuro. Muitos estudos disponíveis sobre educação e renda no Brasil mostram uma forte correlação entre esses dois fatores, assim como apontam que parte da última é significativamente explicada por diferenças nos níveis educacionais das pessoas.

Decerto, a ascensão em qualquer carreira ou formação não pode prescindir de uma educação básica bem feita. O acesso a esse nível de ensino, com qualidade, é uma forma justa de garantir oportunidades aos brasileiros, tanto de prosseguimento de estudos quanto de colocação no mercado de trabalho, de maneira produtiva, em benefício da pessoa e da coletividade.

Por falar em equidade, não é demais lembrar o desequilíbrio apontado por diversos especialistas e mencionado no parecer da CI: “o Brasil gasta muito pouco na educação básica comparativamente à educação superior”. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais ricas do mundo, em 2010, o gasto anual médio por aluno do ensino fundamental e médio no Brasil situava-se em torno de US\$2,6 mil, ante cerca de US\$8 mil para os países membros da Organização. Já para o ensino superior, o gasto médio por aluno no Brasil foi da ordem de US\$12,3 mil, ante US\$14,6 mil para a OCDE. Fica evidente, assim, que a maior discrepância do Brasil em relação aos países desenvolvidos ocorre no ensino básico e não no superior.

Desse modo, a medida em análise é oportuna para reforçar a proposta do PNE, que segue em análise no Congresso Nacional e que contempla a meta de aumentar o investimento público do País em educação para 10% do Produto Interno Bruto do próximo decênio.

Por isso mesmo, do ponto de vista da boa aplicação de recursos, é patente que, para um país, o retorno do investimento em educação é muito maior do que o de aplicações no mercado financeiro. Assim, não vislumbramos melhor emprego para os bônus de assinatura dos leilões de contratos de partilha que não a sua imediata aplicação na educação básica, notadamente no segmento público, com o que garantimos ainda mais o seu retorno social.

A propósito, é necessário aprimorar o mérito público do projeto, mediante canalização dos recursos para melhoria da educação básica pública, que hoje atende 90% da população escolarizada brasileira. Com esse pequeno passo, reforça-se o intento do País de universalizar o acesso e melhorar a qualidade desse nível de ensino, na mesma linha do que já foi preconizado com a edição da Lei nº 12.858, de 2013.

Do voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, com a Emenda nº 1-CI, e a seguinte subemenda:

#### **SUBEMENDA Nº - CE**

(À Emenda nº 1-CI)

*Acrescente-se o termo “pública” à expressão “educação básica” no inciso I do art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, a que se reporta o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, com a redação dada pela Emenda nº 1-CI.*

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Não é terminativo, Presidente?

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – É não terminativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra ao nosso Presidente da Comissão, o Senador Cyro Miranda, que foi o Relator dessa matéria tão importante, ora votada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Muito obrigado e devolvo também a palavra, como Relator, ao Senador Paulo Paim, para que relate o Projeto de Lei da Câmara nº 300, de 2009, terminativo. Essa é uma tabelinha Pelé-Coutinho.

## ITEM 12

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 300, de 2009 - Terminativo -

#### **Dispõe sobre a oficialização no território nacional do Hino à Negritude.**

**Autoria:** Deputado Vicentinho

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Favorável.

É terminativo. Vamos ler e sobrestar a discussão.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, na verdade, esse projeto nasceu de uma discussão do movimento sindical e foi entregue a proposta ao Deputado Vicentinho, já que é de São Paulo, e esse hino foi construído lá em São Paulo.

Como não há quórum, vou ler o relatório para que todos tomem conhecimento e, posteriormente, votamos com o quórum necessário.

Em exame nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 300, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.445, de 2007, na Casa de origem).

De autoria do Deputado Vicentinho, o projeto é composto de dois artigos. O art. 1º determina a oficialização, no território nacional, do Hino à Negritude, de autoria do Professor Eduardo de Oliveira, já falecido. O art. 2º estabelece a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Ao justificar o PLC, o autor registra o fato de que a primeira proposta de oficialização de um hino à negritude no País foi apresentada ao Parlamento em 1966, mas restou frustrada pela resistência ao reconhecimento da necessidade de preencher lacuna histórica da nossa sociedade. Assinala, ainda, que duas proposições, de 1993 e 1997, de idêntico intento, foram igualmente malsucedidas. No entanto, a seu juízo, hoje o povo negro reúne o necessário reconhecimento de sua importância na constituição da sociedade brasileira, em face de sua contribuição para a formação de uma cultura nacional pautada pela harmonia entre as diferentes etnias.

No Senado Federal, a proposição, que até a presente data não recebeu emendas, foi distribuída à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual recebeu parecer favorável, e ao exame desta Comissão, a quem caberá a decisão terminativa.

Análise.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar o mérito de proposições que digam respeito a normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto, criações artísticas, homenagens cívicas e outros assuntos correlatos. Sendo assim, a matéria sob exame figura entre aquelas regimentalmente atribuídas a este Colegiado.

Na atual conjuntura, a adoção de um cântico de exaltação à negritude e às realizações do povo negro em território brasileiro é deveras oportuna. Como sabemos, apesar de quase 130 anos da abolição formal da escravidão, o processo de emancipação dos negros ainda se encontra em insipiente construção. Os indicadores de participação de segmento étnico nas diversas instâncias da vida social, política e econômica do País são emblemáticos a esse respeito.

Desse modo, embora tenha valor meramente simbólico, a iniciativa sob exame é consentânea com políticas de reparação de danos e de valorização do povo afro-brasileiro. A nosso ver, ela se harmoniza particularmente com políticas públicas como as de reserva de vagas para a democratização do acesso à educação, e

quicá, a oportunidades de trabalho e emprego, destinadas a imprimir celeridade ao processo de redução das desigualdades.

Por isso mesmo, a proposição goza de relevância social inquestionável. Ademais seja no plano interno, seja no plano externo, o tema do respeito à diversidade étnica e cultural tem adquirido centralidade ao longo das últimas décadas, a ponto de ser incorporado ao próprio conceito de democracia. E em nosso sentir, no terreno fático, só poderemos falar em democracia no Brasil em relação ao povo negro quando ele estiver participando efetivamente, sem qualquer distinção, de todas as instâncias da vida social, em pé de igualdade com todas as etnias que conformam a nossa nação.

Como bem afirmou o autor na justificação do PLC, passadas quatro décadas desde a iniciativa pioneira, o País já deu mostras formais de “reconhecimento da trajetória do negro na formação da sociedade brasileira”. Esse novo ambiente parece refletir atmosfera mais receptiva ao projeto. Nessa linha, cabe destacar a inserção, na legislação educacional brasileira, precisamente na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de preocupações com a produção e a difusão do conhecimento da história e da cultura afro-brasileira.

Por meio da Lei nº 10.639 – o comentário é meu, porque infelizmente somente 25% dos municípios brasileiros a implementam –, de 9 de janeiro de 2003, o legislador pátrio tornou obrigatório – embora não seja cumprido –, mediante inclusão do art. 26-A na LDB, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. De modo – e estamos insistindo – a contribuir para o autoconhecimento e conhecimento geral de toda a sociedade a respeito da história e da cultura afro-brasileira, os conteúdos previstos para tal ensino devem incluir:

(...) o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (art. 26-A, § 1º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB).

Mais recentemente, o dispositivo foi modificado pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, de modo a compreender os mesmos aspectos em relação à história e à cultura dos povos indígenas. O que foi muito justo, Sr. Presidente.

No atual contexto, é de esperar que o Hino à Negritude produza frutos. Inserido em atividades cívicas que digam respeito às comunidades negras, ele poderá conferir novo impulso ao intento de reforçar a autoimagem positiva do negro, sem, contudo, trazer qualquer prejuízo para a boa e pacífica convivência com os demais segmentos étnicos que fazem nosso País.

Nesta oportunidade, não podemos deixar de render nossa homenagem ao saudoso Profª Eduardo Oliveira, autor da obra que deu azo e inspiração a este projeto. Com uma vasta gama de serviços prestados ao povo negro, mas também ao Brasil, o Professor Eduardo faleceu em 12 de julho de 2012, sem que esse sonho estivesse completo.

Ele esteve comigo aqui, Sr. Presidente, inúmeras vezes, falando deste hino e de que ele poderia ser instrumento para que a lei que manda contar a verdadeira história do povo negro e do índio na formação do povo brasileiro fosse, enfim, aplicado em todos os Municípios.

Eu dou esse dado, e lamento fazê-lo, de que essa lei não é aplicada, com certeza, em 30% dos Municípios brasileiros. Simplesmente, a lei não é aplicada. Mas, felizmente, ainda durante sua vida, diversas unidades da Federação adotaram o Hino à Negritude de forma oficial. Decerto, essas experiências dispersas lhe soaram como alento para o momento que ora vivemos no Congresso Nacional, que é o de consagrar sua obra para a posteridade.

Por fim, tendo a CCJ apontado a constitucionalidade e juridicidade da proposição, e não vislumbrando quaisquer óbices quanto aos aspectos de técnica legislativa e de mérito, entendemos que a matéria está pronta para seguir à sanção presidencial, depois de passar, claro, pelo Plenário, porque é um projeto que veio da Câmara.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 300, de 2009 (Projeto de Lei 2.445, de 2007, na origem).

Este é o parecer, Sr. Presidente. Não fiz nenhuma emenda para que não volte para Câmara. Aqui aprovado, ele vai para o plenário e terá sua aprovação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Em discussão o projeto lido pelo Relator Paulo Paim. (*Pausa.*)

Eu quero parabenizá-lo, Senador Paulo Paim, pois não poderia estar em melhores mãos esse projeto – e essa relatoria – que conta as particularidades do ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira. V. Exª está de parabéns mais do que merecida.

Eu vou sobrestar essa discussão...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me, Sr. Presidente, fazer um registro voltando no tempo.

Quando eu estava na sala de aula, aprendi duas coisas: que o índio não foi escravo porque diziam que ele era vagabundo e não gostava mesmo de trabalhar. Era preguiçoso e não gostava de trabalhar. E o negro aceitou ser escravo. Duas ofensas gravíssimas contra os dois, como se o negro não tivesse virtude, não tivesse gás, não tivesse raça para pelear pela construção do Brasil e a busca pela democracia. Mas há a história de Zumbi, a história dos Navios Negreiros quando os negros se jogavam do navio e tentavam voltar nadando para seu país original, a África, porque não queriam ser escravos. Qual povo quer ser escravo? E o índio é esse outro exemplo pejorativo. Eu ouvia na sala de aula. Professores do meu tempo diziam isso.

Claro que aquilo marcava e eu nunca esqueci. Por isso, como Legislador, procuro dar minha contribuição para que somente seja contada a verdadeira história da formação do povo negro, do povo brasileiro, seja negro, branco, índio, seja da África, da Ásia, da Europa, da América Central, seja de onde for. Que sejam contados, em sala de aula, somente os fatos verídicos. Por isso, agradeço o complemento que V. Ex<sup>a</sup> deu ao meu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Eu que agradeço. É um pensamento retrógrado esse. Era uma história muito mal contada.

Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu fico feliz de ouvir a fala do Senador Paim, pela lucidez como ele coloca e a forma firme. E, pelo que tenho visto, concordo plenamente com ele. Na verdade, o índio não ficou escravizado – porque ele foi, mas não ficou – porque a pátria dele estava ao lado; a do negro estava do outro lado do Atlântico. E ele sabia como sobreviver na selva. E os escravos negros vieram para cá sem ter essa possibilidade.

Agora, eu queria lembrar que a ideia de que eram vagabundos, preguiçosos, hoje se diz de muitos que não aprenderam a ler, de muitos que não conseguiram estudar, como se fosse culpa deles não ter estudado. A partir de certa idade, se para de estudar, a culpa é da pessoa se houver oferta de escola. Mas, sem oferta, a culpa é do governante, que não fez a escola. É um paralelo total entre a escravidão e o analfabetismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Parabéns, Senador Cristovam.

Isso me lembra, Senador Paim, quantos fatos, quantas histórias nós escutamos nos bancos escolares e que hoje são desmentidas. Quer dizer, era por uma conveniência que aquilo nos era incutido, e nós crescemos com aquilo: o índio é preguiçoso, o negro tem de ser escravizado mesmo...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Contra as mulheres!

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Sim, contra as mulheres. Exatamente! Quer dizer, isso era desvirtuado por conveniências, e hoje a história diz o seguinte...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os deficientes. Na mesma linha, o deficiente tinha que ficar escondido, confinado dentro de casa, porque os familiares tinham vergonha de mostrá-lo. Mantinham-no até, às vezes, acorrentado. Uma pessoa com deficiência! Vejam o absurdo que nos contavam e que existia na época.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – A única coisa é que fica um sentimento ruim porque demorou muito tempo para que essa verdade viesse à tona.

Então, fica sobrestado.

Tenho dois requerimentos aqui a serem lidos e aprovados ou não.

Sinto que hoje, Senador, não teremos quórum. Mas nós já fizemos um contato pessoal, temos a promessa, e vou intensificar, e peço aos meus pares que façam o mesmo: terça-feira, precisamos limpar essa pauta, porque antecede, inclusive, o dia que vai a Plenário essa matéria que tem correlação. Então, na terça-feira que vem... Estou ligando para cada Senador desta Comissão. Já tenho aqui, da maioria, dos quatro que saíram daqui, o compromisso de estarmos aqui, e mais os outros. Tenho certeza de que, terça-feira, seremos atendidos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Pois não.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Teremos, no dia 21 de março agora, uma grande sessão, no Plenário do Senado, pelo dia internacional de combate a todo tipo de preconceito, e poderemos anunciar lá esse compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Exatamente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que nós aqui já lemos e que V. Ex<sup>a</sup> assegurou que será votado semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Perfeito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me usar o seu nome lá no Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Muito obrigado. Eu que agradeço.

## ITEM 15

## REQUERIMENTO Nº , DE 2014

**Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 75 de 2013, aprovado na reunião dessa Comissão de Educação, Cultura e Esportes – CE, de 10 de dezembro de 2013, adicionar à lista de convidados para a Audiência Pública que debaterá sobre a conveniência de se criar as bases legais para a conceituação da Biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes, artes e ciências, o nome da Profa. Dra. Maria Alice Guimarães Borges, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília -UnB, autoridade científica que em muito nos auxiliará no debate sobre a legislação brasileira sobre bibliotecas e repositórios de informações.**  
**Autoria:** Senador Cristovam Buarque.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com a palavra o Autor.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, esse é um dos projetos que não deveria ser necessário apresentar, como – voltando à fala do Senador Paim –, em 1888, nem se deveria mais falar em escravidão, e foi preciso uma lei.

É inacreditável que a gente precise fazer um debate sobre a importância das bibliotecas na formação. Mas, pela maneira como elas são tratadas, pela ausência das bibliotecas nas escolas, pela falta de ida às bibliotecas pela população, eu defendo que a gente faça essa audiência, até mesmo como um instrumento de divulgação do problema que o Brasil atravessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Há alguém que queira discutir? Alguém, das Sras e dos Srs. Senadores, quer discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Em votação o requerimento do Senador Cristovam e parabenizo-o pela iniciativa.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Senador Cristovam.

Temos também aqui um extrapauta já aprovado.

## EXTRAPAUTA

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 13, de 2014

**Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Sr. Marcos Formiga, do Sr. Edelvício Júnior, do Sr. Mauro Dutra, de um Representante do Ministério de Educação para o Ensino à Distância, e de um representante da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, para tratar da Implementação do Ensino Online no Brasil.**

**Autoria:** Senador Cristovam Buarque

Então, o Senador Cristovam Buarque para comentar o requerimento.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, este é um requerimento que fico satisfeito de apresentar.

Eu tenho me dedicado muito à luta pelo que chamo educacionismo, que é a construção de um sistema nacional de educação que assegure a mesma escola com a qualidade equivalente para o filho do mais pobre e o filho do mais rico no Brasil; o filho do trabalhador e o do patrão.

Esse projeto não discute o educacionismo, o sistema, ele discute a educação dentro da “sala de aula”, só que dentro de sala de aula hoje é entre aspas, porque a escola é o mundo inteiro, conectados “todos os alunos” pelas redes existentes. E a escola não pode mais se limitar a um professor com um quadro negro ou com um projeto de eslaides, ou mesmo com a lousa inteligente apenas. A educação, daqui para frente, será feita numa combinação entre professor e equipamento; como um cavaleiro montado no cavalo é o professor usando o computador.

Lamentavelmente, isso não vem sendo feito. O que tem sido feito, e ainda limitado mesmo assim, é distribuir *tablets* por aí, distribuir *tablets*, isso só beneficia mesmo um pouco quem recebe e as indústrias que produzem. Na verdade, a distribuição de *tablets* sem colocar o *tablet* dentro da concepção da sala de aula é mais uma manifestação do que chamo a privatização da política. Então se faz política beneficiando um a um, um a um, um a um, um a um, aí, depois, beneficia um milhão; mas não beneficiou o Brasil, porque a gente confunde

os brasileiros com o Brasil. Não, são duas coisas diferentes. Os brasileiros representam a soma dos que estão aqui hoje. O Brasil representa os de hoje, os do futuro, com a lembrança da história.

Então, a privatização da política tem feito com que a gente perca a perspectiva global. Vejam, até uns bons projetos do Governo atual são na linha da privatização da política. Um exemplo, Ciência sem Fronteiras, é um excelente projeto, mas ninguém está escolhendo direito, nem está aproveitando quando volta, nem está sabendo qual o curso certo. Quem é o beneficiário? Cada menino que vai lá, o que é muito bom, não acho absolutamente ruim, é a melhor maneira de gastar dinheiro que outra, mas o resultado público dessa política é se a gente soubesse escolher quem vai, soubesse escolher para onde vai e oferecesse a capacidade, na volta, de receber.

Tomemos o ProUni. É um projeto maravilhoso, permitiu que milhões de brasileiros que jamais poderiam frequentar a universidade a frequentassem graças ao subsídio que o Governo dava, mas termina sendo também uma privatização da política.

Eu chamo privatização benéfica, para diferenciar da privatização maléfica, que é a corrupção. É uma privatização benéfica porque tem beneficiado o jovem que estuda, e isso é muito bom, mas a falta de qualidade nas universidades, a falta de preparo dos que entram na universidade faz com que o Brasil se beneficie menos do que a soma de todos aqueles que se beneficiam do projeto.

Então, nós temos que discutir como fazer uma sala de aula contemporânea, a nossa é velha, antiga.

Hoje, eu dei minha aula, na Universidade de Brasília, com quadro negro. É pobre, eu reconheço, eu sou um artesão, quando deveria chegar ali com toda a parafernália e equipamentos que hoje facilitam tanto o aprendizado, sobretudo na educação de base. Porque as crianças de hoje acreditam mais no que veem na televisão do que ao vivo. Acho até que, muitas vezes, eles poderiam ter aula sem o professor presente, através de redes, através do computador; tudo isso exige uma revolução, e essa audiência é no sentido de ver as experiências que podem... Primeiro, ver por que é preciso; segundo, o que é possível; terceiro, onde já se faz; e, quarto, se se faz ou não, e como fazer no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Suas colocações são perfeitas. Nós já havíamos inclusive discutido isso em uma reunião entre mim e V. Ex<sup>a</sup>, principalmente esse caso da Ciência sem Fronteiras, que ninguém avalia o retorno; quando o estudante volta, ninguém conversa com ele o que foi, o que o levou, aonde ele pode ir com esse novo aprendizado, isso são coisas que... É um programa excelente.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Excelente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – É só complementar. O Governo fez um programa de tirar o chapéu.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas insuficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – É só agora complementar.

Coloco em votação não só o requerimento como também a inclusão do nome do Sr. Mauro Dutra no requerimento.

Em discussão, o requerimento. *(Pausa.)*

Encerro a discussão.

Coloco em votação o requerimento do Senador Cristovam Buarque e também o aditamento, também de minha autoria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Queria fazer um comunicado às Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que, na última reunião dos Presidentes de Comissão, eles nos pediram quais seriam os temas da política pública de cada Comissão e, quando começaram ofertar já alguns subsídios, falei: "Não, na nossa Comissão, a coisa funciona diferente: somos democráticos." Então vou ler esse comunicado que faço a V. Ex<sup>as</sup>.

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

**COMUNICADO 1:** *Comunico aos Senhores Senadores que, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, as Comissões Permanentes poderão selecionar, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para avaliação da sua execução e dos seus impactos. Diante do exposto, solicito aos Senhores Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras o encaminhamento de sugestões à Secretaria desta Comissão, para que na reunião do dia 25 de março, este plenário delibere sobre a escolha da política pública a ser avaliada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Informo ainda que o relatório com as conclusões da avaliação realizada será apresentado ao final desta Sessão Legislativa.*

Já o Senador Cristovam Buarque apresentou a sua sugestão que será então discutida, que é de que a Comissão avalie, nesse ato, a Política Nacional do Combate ao Analfabetismo.

Também estamos encaminhando a política pública para o ensino básico. Há também outra solicitação sobre creches. Então, quero receber de todos os Srs. membros desta Comissão para que, em conjunto, deliberemos qual será a política pública apresentada por esta Comissão e não sendo apresentada por ninguém mais que não seja desta Comissão.

#### COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

**COMUNICADO 2:** *Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício/CEEd/nº585, de autoria do Excelentíssimo Senhor Augusto Deon, presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, encaminhando cópia do Manifesto – Transporte Escolar, firmado pelos membros do Grupo de Estudos e Debates Permanente, composto por representantes do Conselho dos Secretários Municipais de Educação do Rio Grande do Sul e Secretaria de Estado da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de solicitar, no que couber, apoio para a superação dos problemas que persistem na área de transporte escolar.*

Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai para o arquivo.

Agradecendo a presença de todos e a todos aqueles que colaboram com esta Comissão, encerro a presente reunião e convido para a próxima reunião, às onze horas da próxima terça-feira, para uma reunião deliberativa. Muito obrigado. Que tenham todos um bom dia.

*(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)*

### SECRETARIA DE COMISSÕES

#### COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.**

Às oito horas e trinta e um minutos do dia onze de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador BLAIRO MAGGI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, José Agripino, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Cyro Miranda. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e inicia os trabalhos fazendo um discurso sobre o mercado de algodão no Brasil e as disputas de comércio internacional perante a Organização Mundial do Comércio (OMC). A seguir, a Presidência faz a LEITURA DE AVISOS, em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos senhores membros, os mesmos serão arquivados: 1) Aviso TCU nº 62, de 5 de fevereiro de 2014. Cuida de acompanhamento realizado com o objetivo de avaliar a regularidade da operação de crédito realizada com o BNDES para financiar o projeto da Arena Itaquera, em São Paulo/SP, que se insere no esforço para realização da copa do mundo de futebol de 2014; 2) Aviso TCU nº 56, de 5 de fevereiro de 2014. Cuida de acompanhamento tendente a avaliar a regularidade da operação de crédito realizada entre o BNDES e o Governo do Estado do Paraná, para financiar o projeto de reforma e ampliação do estádio Arena da Baixada, em Curitiba/PR, que se insere no esforço para realização da copa do mundo de futebol de 2014; 3) Aviso TCU nº 36, de 5 de fevereiro de 2014. Cuida de operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do estádio Mário Filho - Maracanã, celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro, e que se insere no esforço para realização da copa do mundo de futebol de 2014; 4) Aviso TCU nº 37, de 5 de fevereiro de 2014. Cuida de resposta a solicitação do Congresso Nacional, materializada pelo Ofício nº 184/2013/CMA, de 8/10/2013, encaminhado pelo Presidente da CMA, Senador Blairo Maggi, a peticionar informações periódicas quanto à continuidade do acompanhamento das ações do BNDES para o financiamento da Arena Beira-Rio, em Porto Alegre/RS, principalmente no que se refere à avaliação da necessidade de proceder os devidos ajustes no contrato de financiamento a ser firmado com a SPE Holding Beira Rio S/A, tendo em vista que houve a habilitação da empresa responsável pela construção do estádio para o recebimento de isenções tributárias provenientes do RECOPA (Lei 12.350/2010), consoante determinação contida no item 9.2.2 do acórdão 935/2013-Plenário; 5) Aviso do TCU nº 134, de 19 de fevereiro de 2014. Cuida de acompanhamento com a finalidade de verificar o andamento das ações da ANATEL referentes

à copa de 2014 e o cumprimento das determinações e das recomendações exaradas por meio do acórdão nº 136/2013-Plenário; 6) Aviso TCU nº 69, de 12 de fevereiro de 2014. Cuida de acompanhamento tendente a avaliar a regularidade da operação de crédito realizada entre o BNDES, a SPE Holding Beira Rio S/A, o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul - BANRISUL, necessários à reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre/RS, como parte dos empreendimentos necessários para a realização da copa de 2014. A Presidência faz a LEITURA DE REQUERIMENTO apresentado perante a secretaria da comissão: 1) Requerimento. Requeiro, com fulcro no art. 58, §2º, inciso III da Constituição Federal e na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimento no plenário desta Comissão o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, a respeito da situação do sistema elétrico brasileiro e do risco de racionamento de energia, bem como da situação econômica da Eletrobrás. Autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2007 – Terminativo. Ementa do Projeto: Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Valter Pereira. Relatoria do Projeto: Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, de 2014. Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, para discutir sobre a gradativa escassez de água e seus reflexos no abastecimento dos centros urbanos, sobre as perspectivas de racionamento, inclusive em cidade do porte de São Paulo, a maior da América Latina, bem como as propostas visando reverter a atual situação. Para participar da referida Audiência Pública, requeiro sejam convidados: - Diretor-Presidente da ANA – Agência Nacional de Água, Sr. Vicente Andreu Guilho; - Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Carlos Antonio Vieira Fernandes; - Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, Srª. Dilma Pena. **Autoria:** Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 10, de 2014. Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados os Srs. JOSÉ MARIA RANGEL, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SINDIPETRO-NF), e NORTON ALMEIDA, Diretor do SINDIPETRO-NF, para que apresentem, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. ITEM 5) AVISO Nº 97, de 2013 - Não Terminativo. Encaminha o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União - TCU, referente ao 3º trimestre do exercício de 2013. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do projeto. ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2013 - Não Terminativo. Assegura a ampla defesa e o contraditório, em processo administrativo, ao consumidor de serviços públicos. **Autoria:** Deputado Eduardo da Fonte. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009 - Não Terminativo. Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2013 - Não Terminativo. Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que aprova o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 - Não Terminativo. Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação.

Resultado: O projeto foi encaminhado à Secretaria Geral da Mesa em atendimento ao OF. SF/252/2014, de autoria da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 266 do RISF. ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 455, de 2013 - Não Terminativo. Acrescenta art. 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para tipificar a venda, por varejista, de produto que não possui em estoque. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2013 – Terminativo. Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estipular prazo para a conclusão de procedimento administrativo destinado a apurar infrações das normas de defesa do consumidor. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. Ficam adiadas as demais matérias. Por fim, a Presidência submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

#### **NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 11/03/2014**

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Bom dia a todos aqui presentes, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado.

No aguerrido ambiente do sistema multilateral de comércio, uma velha norma não escrita vigorou sem ser desafiada por muitos e há muitos anos: a norma da não punição dos países ricos pelos subsídios ilegais que concedem a seus agricultores.

Em julho de 2002, contudo, o Brasil acreditou que era possível desafiar essa norma e buscar justiça. Mais ainda: o Brasil acreditou ser possível derrotar a maior potência econômica do Planeta, provando que os Estados Unidos da América estavam atropelando os direitos da agroindústria nacional.

A batalha em que nos lançamos foi extremamente árdua, mas a vitória que acabamos por conquistar fez história. Refiro-me, evidentemente, ao contencioso do algodão. Ao acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil adotou como base legal o argumento de que as subvenções pagas pelo governo norte-americano a seus produtores de algodão estavam em desconformidade com os princípios do livre comércio. A partir daí, a OMC estabeleceu um painel acerca da ilegalidade dos subsídios oferecidos pelo governo dos Estados Unidos.

Em 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC deu ganho de causa ao Brasil, decidindo pela ilegalidade dos subsídios e determinando um prazo para que os Estados Unidos os eliminassem, decisão que viria a ser posteriormente confirmada pelo Órgão de Apelação da OMC.

Em 2009 – bom dia, Senador Acir! –, a OMC concedeu ao Brasil o direito de retaliar os Estados Unidos no valor de US\$829 milhões pelos subsídios ao algodão, até que estes fossem suprimidos. Era a compensação pelo prejuízo dos cotonicultores brasileiros durante quase um século.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a vitória brasileira representou o estabelecimento de um paradigma no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, não somente pela enorme repercussão no mercado internacional, mas, sobretudo, pela carga política da decisão. Com efeito, a disputa que travamos representa um marco nas nossas relações com os Estados Unidos.

Nossa vitória no caso do algodão fez o Brasil ser reconhecido mundialmente como uma referência de excelência no que diz respeito aos contenciosos em comércio internacional. Foi uma vitória emblemática para o País, a qual repercutiu amplamente na mídia nacional e internacional à época.

Para que chegássemos a essa vitória, milhões de dólares e muitos anos de esforços foram investidos pelos produtores de algodão brasileiros desde 2002 – e aqui faço um adendo: principalmente os produtores do Estado de Mato Grosso.

Grandes somas foram despendidas com advogados, economistas e negociadores para combater os subsídios ilegais norte-americanos.

Quando o litígio ainda não havia terminado, mas o dinheiro para financiar o caso sim, os cotonicultores chegaram a rifar tratores para fazer frente às despesas do caso.

De muita valia foi também o apoio representado pela *expertise* do Itamaraty na matéria. Merece destaque, nesse processo, a participação do atual Diretor Geral da OMC, Embaixador Roberto Azevedo. Foi a competente condução do litígio pelo Brasil que assegurou a aceitação, junto ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, dos modelos econométricos e das teses que apresentamos.

Em face de sua condenação pelos órgãos da OMC, o governo norte-americano propôs um acordo para que a retaliação não fosse ampliada.

Aqui, também, quero fazer um registro da participação, à época, da Casa Civil do Governo, então conduzida pela hoje Presidente Dilma, nessas negociações, que também foram de extrema importância.

A partir das negociações então encetadas, os dois países chegaram a um memorando de entendimento, prevendo a criação de um fundo de apoio aos cotonicultores brasileiros bancado pelo governo dos Estados Unidos, no valor de US\$147,3 milhões anuais.

Assim, pagamentos mensais de US\$12,3 milhões passaram a ser feitos ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Esse IBA é um Instituto que foi criado exatamente para poder gerenciar esses recursos e é comandado pelos produtores de algodão de todo o Brasil, através da Abrapa e das suas associações estaduais, e tem, nesse conselho, membros de governo também, que ali sentam e representam os interesses do governo.

Em setembro passado, no entanto, sob a alegação de que os cortes automáticos no orçamento não permitiam honrar os pagamentos, aquele órgão do governo norte-americano cortou mais da metade do pagamento mensal devido. Posteriormente, a partir de outubro, suspendeu o pagamento de forma indefinida, simplesmente descumprindo a decisão da OMC. Esse comportamento ilícito havia, aliás, sido anunciado pelo secretário de agricultura norte-americano, Tom Vilsack, já no mês de agosto.

É certo que o memorando de entendimento assinado pelos dois países, prevendo o pagamento ao Brasil, estava vinculado à lei agrícola americana então vigente e que a nova Farm Bill já foi aprovada pelas duas Casas do Congresso estadunidense, aguardando, neste momento, a sanção presidencial.

Essa circunstância, todavia, não exime os americanos da sua responsabilidade internacional com o Brasil e com a OMC; muito pelo contrário, afinal, está pendente um débito superior a US\$50 milhões, caracterizando um descumprimento totalmente injustificado de um acordo entre os dois países, por parte do governo americano.

Fica evidente, portanto, que desde que os pagamentos dos Estados Unidos devidos ao Brasil cessaram no ano passado, temos legitimidade para iniciar a retaliação contra aquele país.

Os norte-americanos demonstraram, claramente, não estarem preocupados em cumprir com as suas obrigações previstas no memorando de entendimento. Além disso, a nova Farm Bill, que é a lei americana para o setor agrícola, aprovada pelo Poder Legislativo daquele país, contém normas referentes ao algodão, que produzirão distorções ainda maiores nos preços do que a lei vigente hoje, ocasionando impactos brutais para os produtores brasileiros.

A recém-aprovada lei agrícola norte-americana cria um novo mecanismo de seguro às lavouras – intitulado STAX, ou Stacked Income Protection Plan –, que garantem até 90% da receita esperada pelos cotonicultores daquele país e os gastos com a sua contratação podem ser subsidiados em 80% pelo governo americano.

Por garantir pagamentos vinculados a preços e a produção correntes e por não estabelecer limite para os pagamentos do governo aos produtores de algodão, a nova lei pode causar distorções ainda mais profundas no mercado de produção mundial do algodão.

Como alertei perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), desta Casa, no dia 20 de fevereiro, ao garantir a um produtor de algodão norte-americano uma renda mesmo quando não houver produção, a nova lei estimulará a produção de áreas marginais, provocando uma verdadeira inundação de mercado com produto americano – aspas – “caso eles venham a produzir”.

Outro aspecto a considerar é que, contando essas culturas com o seguro de renda, reduz-se o seu risco de crédito. Logo, os bancos passarão a oferecer-lhes crédito mais barato, tudo contribuindo para a redução do preço do produto.

Sendo o STAX um programa de seguro complementar ao já existente CIP – ou Crop Insurance Program –, os cotonicultores norte-americanos passarão a contar com uma dupla proteção: no caso de perdas de pequena monta, vão dispor do STAX, que é o novo programa; para as grandes perdas, recorrerão ao CIP.

Com isso, espera-se um incremento nos pagamentos do governo aos produtores de algodão, via STAX/CIP, resultando em queda nos preços internacionais.

Com efeito, as análises dos especialistas no tema indicam, a preços atuais, uma redução do preço internacional do algodão da ordem de 7%. Dependendo das condições do mercado, porém, essa queda pode chegar até a 13% ou 14%.

Como se não bastasse essa brutal distorção de preços induzida por seus mecanismos, a nova lei agrícola norte-americana renova o programa de garantia de crédito à exportação e à comercialização conhecido como GSM-102, o qual já foi condenado pela OMC.

Ou seja, além de não pagar o que devem aos produtores brasileiros como compensação por seus subsídios considerados ilegais pelos juizes da OMC, os Estados Unidos aprovaram uma nova lei agrícola que tende a causar maiores distorções nos preços internacionais do algodão do que a lei hoje vigente, sendo, portanto, ainda mais lesiva aos interesses brasileiros.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex), em reunião realizada no último dia 19, discutiu as atitudes que devem ser tomadas pelo Brasil em face da nova lei agrícola norte-americana e do não cumprimento pelos Estados Unidos das obrigações assumidas no memorando de entendimento firmado entre os dois países acerca do contencioso do algodão.

Embora o Brasil disponha de sólido amparo legal para retaliar os Estados Unidos, em conformidade com as decisões proferidas pelo Órgão de Solução de Controvérsias e pelo Órgão de Apelação da OMC, após mais de uma década de contencioso, o Conselho de Ministros da Camex decidiu, por ora, não adotar retaliações, preferindo dar continuidade às negociações com os Estados Unidos.

No entanto, conforme aduziu o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, que participou da reunião, na busca de uma solução que atenda plenamente aos interesses nacionais, a possibilidade da retaliação estará sempre presente na mesa de negociações.

Paralelamente, o Conselho de Ministros da Camex decidiu pela abertura de um painel de implementação na OMC para determinar se a nova lei agrícola dos Estados Unidos está em conformidade com a decisão de 2009 que considerou os subsídios agrícolas daquele país em desacordo com as normas de comércio internacional.

Em comunicado divulgado à imprensa, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), embora considerasse que a retaliação ainda era a melhor opção para fazer os Estados Unidos negociarem, manifestou o seu apoio a decisão da Camex de iniciar um novo painel de implementação para avaliar a nova lei agrícola norte-americana.

Com efeito, a decisão da Camex representa a autorização pelo Governo brasileiro para que a Abrapa volte à OMC para questionar os subsídios agrícolas contidos na nova Farm Bill, ressaltando que, caso o Brasil houvesse decidido por retaliar, estaria legalmente amparado. A Abrapa apoiou a decisão governamental de partir para um novo painel de implementação a fim de questionar, em Genebra, a legalidade da nova Farm Bill.

Na opinião da Abrapa, o mais importante é que o Brasil não deixe de reagir às condutas lesivas norte-americanas, preservando assim o valor moral e comercial de sua emblemática vitória no cenário comercial multilateral.

Em sua nota, a Abrapa expressa a confiança dos produtores de algodão brasileiros nas decisões governamentais em defesa da cotonicultura nacional, e reitera que continuará firme na sua missão de trabalhar pelo desenvolvimento e fortalecimento do algodão no Brasil.

Com esse intuito, a entidade continuará acompanhando de perto os desdobramentos dessa questão, em constante diálogo e cooperação com o Governo Federal.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) desta Casa está atenta ao problema e já aprovou requerimento para a realização de audiência pública destinada a discutir, com o Diretor-Geral da OMC, Embaixador Roberto Azevedo, os prejuízos que poderão advir à cultura de algodão brasileira em decorrência da nova lei agrícola norte-americana.

O requerimento é para que a CRA participe de uma audiência pública conjunta, agendada para 13 de março, com as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE).

O contencioso entre Brasil e Estados Unidos está sendo acompanhado com muito interesse pelo grupo chamado Cotton 4, formado pelos produtores de algodão do oeste africano: Benin, Burkina Faso, Mali e Chade.

Esses países têm a nítida compreensão de que o cumprimento da determinação da OMC pelos norte-americanos facilitaria as negociações que ocorrem no âmbito multilateral de comércio e que têm, entre seus objetivos, a igualdade e a regulamentação da produção.

As nações africanas que produzem algodão esperam que a vitória do Brasil contra os Estados Unidos legitime suas próprias demandas na OMC.

Essas economias mais frágeis sofrem ainda mais do que a brasileira com os elevados subsídios concedidos pelo governo americano aos seus agricultores, cuja principal consequência é deprimir os preços internacionais desse produto.

As estimativas são de que o fim dos subsídios americanos acarretaria um aumento de 14% nas cotações mundiais do algodão.

Vale aqui ressaltar, portanto, o mais perverso resultado da política de subsídios norte-americana, qual seja, o agravamento da pobreza na África.

Doze anos atrás, o Brasil demonstrou ousadia ao abrir um painel na OMC contra a nação mais poderosa do mundo. Graças ao vigor, ao descortino e à capacidade de articulação política e financeira do setor cotonicultor, conquistamos uma vitória histórica, a qual alterou a lógica até então vigente no sistema multilateral de comércio, a lógica que assegurava a ausência de punição ou de compensação pelos subsídios agrícolas ilegais concedidos pelos países ricos.

Após muito esforço e seguidas vitórias, defrontamo-nos, agora, com novos desafios.

A grande potência nega-se a cumprir as obrigações decorrentes de sua condenação pelos órgãos da OMC e modifica a sua legislação de modo a impor prejuízos ainda maiores aos concorrentes internacionais, entre eles paupérrimas nações do continente africano.

É de fundamental importância, neste contexto, que o Brasil mantenha uma postura firme na defesa de seus direitos, na exigência de que os Estados Unidos satisfaçam as obrigações que lhe foram impostas pela OMC ao reconhecer a legitimidade da demanda brasileira.

A vitória histórica conquistada pelo Brasil na ação patrocinada pelos produtores de algodão do Brasil junto à OMC nos coloca na posição de zelar pela equidade nas relações comerciais no âmbito internacional.

Mais do que isso, essa vitória cria as condições para que exijamos respeito a regras justas e legais de competitividade para os produtores brasileiros, no contexto de um mercado que, historicamente, privilegia os países ricos por meio de pesados subsídios agrícolas.

Acerta o governo brasileiro ao indicar, mais uma vez, que a negociação é sempre o melhor caminho para solucionar as disputas no comércio internacional.

É indispensável, contudo, neste caso, que a negociação assegure ao setor da cotonicultura nacional a justa compensação pelos prejuízos históricos que continua a ter em decorrência da política agrícola norte-americana. Era o que eu tinha a dizer na abertura dos nossos trabalhos.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Questão de ordem, Senador Cyro.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Primeiro, meu bom dia. Prazer em revê-lo!

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Estou de volta.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Estávamos saudosos da presença e da presidência de V. Ex<sup>a</sup>.

Meu bom dia a todos os colegas.

Pediria, se possível, para V. Ex<sup>a</sup> colocar em votação uma inversão de pauta do item 10, que é de minha autoria, não terminativo e tem como Relator o Senador Luiz Henrique. Ele já está na pauta pela quarta vez. Então, o próprio Senador Luiz Henrique falou: "Se quiser nomear um *ad hoc*", porque tem uma grande caminhada ainda esse projeto. Então, pediria essa gentileza a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Cyro, qual?

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Item 10.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Item 10, não terminativo.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem, Senador Acir.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, quero mais uma vez colocar aqui um tema que eu considero da maior importância, que já discutimos nesta Comissão, já discutimos no plenário e também na Comissão de Agricultura, a questão do Cadastro Ambiental Rural, hoje um dos principais desafios para a regularização das propriedades rurais, de acordo com as normas do novo Código Florestal Brasileiro, que aprovamos aqui no Congresso Nacional no ano de 2012.

Inclusive, no início deste ano, no dia 12 de fevereiro, nós fizemos uma audiência pública na Comissão de Agricultura para debater a implantação do CAR.

Na ocasião, discutimos a normatização do CAR e a implantação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Buscamos afinar o entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura para que eles possam fazer uma normatização fiel ao que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional por meio do novo Código Florestal Brasileiro.

As instruções normativas do CAR devem ser divulgadas e publicadas pelo Governo Federal nos próximos dias, e uma questão que tem nos preocupado é a indefinição com relação ao cadastramento ser feito pela matrícula de cada imóvel ou pelo CPF do proprietário.

Ora, se cada imóvel é uma unidade distinta, com uma matrícula diferente no sistema de registro imobiliário, ela tem que ser tratada de forma individual, assim com tratamos apartamentos, residências ou automóveis. Mesmo quando a pessoa possui mais de um, eles são tratados individualmente.

Do ponto de vista jurídico e cartorial, a matrícula é a forma pela qual se caracteriza e individualiza um imóvel e se lhe confere um número de ordem pelo qual será prontamente identificado.

Isso significa que cada imóvel possui uma matrícula única, permitindo assim a diferenciação de imóveis pertencentes a uma mesma pessoa. A matrícula tem por objetivo individualizar o imóvel e não o proprietário, embora na matrícula deva constar o seu nome.

Portanto, o correto é que o CAR seja feito levando-se em consideração a matrícula do imóvel e não o CPF do proprietário.

O acesso ao CAR, por meio de *login* e senha, deve ser único para cada pessoa, mas cada propriedade deve ter seu próprio cadastro. Quando uma pessoa acessar o CAR, ela terá disponíveis os dados de todas as suas propriedades, mas elas precisam ter um registro diferenciado, de acordo com cada matrícula.

É assim que ocorre na prática para o produtor rural. Cada imóvel é uma unidade produtiva planejada ao longo dos tempos, com suas áreas de reservas, APPs e não podem de uma hora para outra ser “juntadas as matrículas”, tratando-as como uma nova unidade, como um único imóvel. Senão, onde fica o planejamento? É novamente mudar a regra no meio do jogo. O espírito do legislador no Código Florestal foi tratar o imóvel por matrícula ou por cada matrícula, e não pelo CPF do produtor.

Portanto, faço aqui um apelo à Casa Civil da Presidência da República, Advocacia-Geral da União para que se atenham a esse detalhe na definição das instruções normativas do CAR que estão sob análise nessas duas instâncias. Entendo que o CAR tem que ser tratado, ou o imóvel tem que ser tratado, pela sua matrícula e não pelo CPF. Foi assim que debatemos, discutimos e aprovamos aqui, no Senado e no Congresso Nacional.

Então, peço para que a Casa Civil e a AGU se atenham a esse detalhe, que é importante para os agricultores brasileiros. Era essa a minha colocação, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Acir.

Vamos, então, dar sequência à nossa pauta, com leituras e avisos, em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal.

Informo que os avisos estarão relacionados na pauta da reunião. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição das Sras e Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Srs. membros, serão arquivados.

- *Aviso do TCU nº 62, de 5 de fevereiro de 2014, que cuida do acompanhamento e realização com objetivo de avaliar a regularidade da operação de crédito realizada com o BNDES para financiar projetos da Arena Itaquera, em São Paulo, que se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo, em 2014;*
- *Aviso do TCU nº 56, de fevereiro de 2014, que cuida do acompanhamento tendente a avaliar a regularidade da operação de crédito realizada entre o BNDES o Governo do Estado do Paraná para financiar projetos de reforma e ampliação da Arena da Baixada, em Curitiba, que se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo, em 2014;*
- *Aviso do TCU nº 36, de 5 de fevereiro de 2014, que cuida do acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e ampliação do Estádio Mário Filho-- Maracanã celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro, que se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo, em 2014;*
- *Aviso do TCU nº 37, de 5 de fevereiro de 2014, que cuida de resposta à solicitação do Congresso Nacional, materializada pelo Ofício nº 184, de 2013-CMA, de 8 de outubro de 2013, encaminhado pelo Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi, a peticionar informações periódicas quanto à continuidade do acompanhamento das ações do BNDES para o financiamento da Arena Beira Rio, em Porto Alegre, principalmente no que se refere à avaliação da necessidade de se procederem aos devidos ajustes no contrato de financiamento a ser firmado entre a SPE Holding Beira Rio S.A, tendo em vista o fato de que houve a habilitação da empresa responsável pela construção do estádio para recebimento de isenções tributárias provenientes da Recopa, que é a Lei nº 12.350, de 2010, consoante determinação contida no item 9.2.2 do Acórdão 935/2013-Plenário;*
- *Aviso do TCU nº 134, de 19 de fevereiro de 2014, que cuida de acompanhamento com a finalidade de verificar andamento das ações da Anatel referentes A Copa de 2014 e o cumprimento das determinações das recomendações exaradas por meio do Acórdão nº 136, de 2013, do Plenário;*
- *Aviso do TCU nº 69, de 12 de fevereiro de 2014, que cuida de acompanhamento tendente à avaliação e regularidade da operação de crédito realizada entre a com o BNDES e a SPE Holding Beira Rio S.A, Banco*

*do Brasil e Banco do Rio Grande do Sul – Banrisul, necessários à reforma e ampliação do Estádio Beira Rio, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como partes dos empreendimentos necessários para a Copa do Mundo.*

Leitura de Requerimentos. Farei a leitura de um requerimento recebido por esta Comissão com objetivo de dar ciência aos Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadores do seu conteúdo. Esse requerimento será votado na próxima reunião deliberativa desta Comissão.

Requerimento:

Requeiro, com fulcro no art. 58, §2º, inciso III da Constituição Federal e na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimento no plenário desta Comissão o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, a respeito da situação do sistema elétrico brasileiro e do risco de racionamento de energia, bem como da situação econômica da Eletrobrás. Autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Bem, então, vamos à nossa...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Maioria/PP - RO) – Já que o senhor está lendo os requerimentos, eu queria solicitar de V. Ex<sup>a</sup> que, na próxima terça-feira, fosse incluído na pauta requerimento para ser remetido às instituições e órgãos afins, sobre audiência pública ocorrida no dia 5 de novembro, em que houve denúncias graves sobre retirada de diamante em áreas indígenas, retirada de madeira em áreas indígenas. Que nós aprovássemos aqui nesta Casa e remetêssemos aos órgãos para que tomassem conhecimento ou apurassem aquelas denúncias aqui feitas pelas pessoas.

Gostaria que, na nossa próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, remetêssemos a documentação captada naquele dia, as fitas de vídeo, enfim os depoimentos e a documentação para os órgãos responsáveis. Solicitaria apenas isso para a próxima reunião da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Ivo, o seu pleito deve ser seguido de um requerimento para que possamos fazer isso. V. Ex<sup>a</sup> deve encaminhar o requerimento hoje, com essa explicação, e eu faço a leitura agora e, na próxima reunião, os membros da Comissão votam isso, e nós encaminhamos. Não há problema algum. É necessário que V. Ex<sup>a</sup> faça um requerimento geral, já que não quer que compartilhe para a entidade A, B ou C. Trata-se de um encaminhamento geral, não é?

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Maioria/PP - RO) – É um encaminhamento para os órgãos afins apurarem. Estivemos aqui com vários Senadores que participaram daquela audiência pública. São denúncias graves. Portanto, que a gente encaminhe para os órgãos responsáveis tomarem providências da forma que acharem necessário. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito bem, Senador.

Vamos, então, ao pedido do Senador Cyro, item 10.

**ITEM 10**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013**

**- Não terminativo -**

**Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.**

**Autoria:** Senador Cyro Miranda

**Relatoria:** Senador Luiz Henrique

**Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda de redação.

**Observações:** -A matéria constou nas pautas dos dias 10/12/2013, 04/02/2014, 11/02/2014 e 18/02/2014.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

O Senador Luiz Henrique não se encontra presente. Eu gostaria de pedir ao Senador Ivo Cassol que fosse o Senador *ad hoc*, e que a Comissão lhe passasse o relatório do Senador Luiz Henrique, uma vez que já esteve em pauta durante três ou quatro reuniões. Aí, temos, então, autonomia de colocar um Relator *ad hoc*.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Não, o Cyro é o autor, e o Senador *ad hoc* será o Senador Cassol.

Por favor, que a Comissão passe o relatório a S. Ex<sup>a</sup>. *(Pausa.)*

Então, estamos no item 10 da nossa pauta.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2013, do Senador Cyro Miranda, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

O projeto promove alterações adequadas à Lei nº 11.445, de 2007, conforme justificção apresentada pelo seu autor, o Senador Cyro Miranda. De fato, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantamento mais recente sobre o tema, realizado em 2008, quase 2.500 Municípios em todos os Estados não tinham rede coletora para esgotos. Nessas cidades residem 35 milhões de pessoas, ou seja, 18% da população brasileira, que se encontram, portanto, mais vulneráveis a doenças de veiculação hídrica, tais como diarreia, uma das principais causas de mortalidade infantil. Esse quadro se agrava diante dos números do IBGE para tratamento do esgoto: apenas 28,5% dos Municípios brasileiros realizavam tal serviço em 2008.

A proposta harmoniza-se com os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída por meio da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, ao vincular a proporcionalidade da cobrança aos níveis de tratamento e de disposição final dos esgotos coletados. Considerando que esses efluentes serão lançados em cursos hídricos, a matéria traz importante inovação, proporcionando a conservação da qualidade de água nas bacias hidrográficas.

Propomos uma emenda de redação com o intuito de sanar omissão da expressão ao final da pretendida alteração ao art. 45, a qual visa a acrescentar um § 3º ao mencionado artigo. Essa emenda busca adequar o projeto à exigência do art. 12, inciso III, alínea “d”, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2013, com a seguinte emenda de redação. Emenda: acrescente-se um sinal de fecha aspas seguido da expressão “(NR)” ao final do texto proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2013, para o art. 45 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Portanto, com aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, pelo seu relatório.

O projeto está em discussão.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Para esclarecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Para esclarecer, tem a palavra o autor da matéria, Senador Cyro.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – É muito simples esse projeto, Senador Blairo Maggi. Primeiramente, agradeço ao Senador Ivo Cassol a relatoria *ad hoc* e ao Senador Luiz Henrique também pelo ótimo e sucinto relatório. Isso visa a, pura e simplesmente, trazer as contas separadamente de cada um dos serviços, o de água e o de esgoto. E, como foi dito no relatório, hoje nós temos 81% de água e 46% só de esgotos, e, na conta, vem somando as duas, isto é, cobrando do usuário um serviço que não é prestado. Então, esse é o objetivo desse projeto.

E eu agradeço mais uma vez a V. Exª, Senador Blairo Maggi, pela gentileza de ter feito a inversão de pauta. E ao Ivo Cassol o meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 da CMA.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, Senador Eduardo Amorim.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Só para dar continuidade, o item 11 é de nossa relatoria; lemos agora o item 10 e gostaria de que assim continuássemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Amorim, eu já havia passado a mensagem para o Senador Raupp, ele vai relatar o item 5 e, logo na sequência, então, eu passarei ao item 11, para o qual V. Exª solicita a inversão de pauta.

Com a palavra então o Senador...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, na sequência do item 11 pode ser o item 12?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – E o item 13 depois do item 12?

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos com calma. Eu estou no item 5; o Senador, Amorim pediu o item 11; depois, item 12, do Acir; e item 13, do Cícero.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Tem toda prioridade quem está presente. Senador Aloysio. É a ordem de chegada agora.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quando a ordem natural da pauta, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que também colocasse em votação o item 3. E ao mesmo tempo dizia que estou pedindo a retirada de pauta do item 9, para reexame da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Será atendido, Senador.

(É o seguinte o item adiado:

#### ITEM 9

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009

- Não Terminativo -

#### Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes

**Autoria:** Senador Marcelo Crivella

**Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira

**Relatório:** Pela rejeição.)

Item 5:

#### ITEM 5

### AVISO Nº 97, de 2013

- Não Terminativo -

#### Encaminha o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União - TCU, referente ao 3º trimestre do exercício de 2013.

**Autoria:** Tribunal de Contas da União

**Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**Observações:** - A matéria constou na pauta do dia 18/02;2014.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar o relatório do item 5, queria pedir para retirar de pauta o item 19, do qual também sou Relator, para uma reanálise. Peço a retirada de pauta do item 19.

#### RELATÓRIO

O Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, encaminhou ao Senado Federal, por meio do Aviso no 1878 – GP/TCU, de 27 de novembro de 2013, Relatório das Atividades daquela Corte referente ao 3º trimestre do exercício de 2013, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição.

Fui designado para relatar a presente matéria pelo Exmº Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em despacho de 11 de dezembro de 2013.

#### ANÁLISE

Aspectos legais:

A Constituição determina que o TCU encaminhe ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades (art. 71, § 4º).

Por seu lado, a Lei no 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), que regulamenta a mencionada disposição constitucional, dispõe que:

*“Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu regimento comum.  
§ 1º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.”*

*Na ausência de diretrizes emanadas do Congresso Nacional acerca da forma e do conteúdo desses relatórios, o Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 155, de 4 de dezembro de 2002, alterado pela Resolução TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011, vem disciplinando a matéria nos seguintes termos:*

*“Art. 293. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.*

*§ 1º Os relatórios trimestrais e anuais serão encaminhados pelo Tribunal ao Congresso Nacional nos prazos de até sessenta dias e de até noventa dias, respectivamente, após o vencimento dos períodos correspondentes.*

*§ 2º Os relatórios conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.”*

Nesse aspecto, observamos que os prazos regimentais para encaminhamento do presente relatório trimestral foram observados. Além disso, o Relatório de Atividades apresentado sintetiza os principais resultados da atuação do TCU, não só em relação ao exercício do controle externo (julgamento de contas, apreciação de processos de fiscalização e procedimentos de fiscalização realizados), mas também, no que se refere ao relacionamento com o Congresso Nacional, às atividades administrativas, às parcerias e diálogo público e às atividades do Ministério Público junto ao Tribunal.

Sr. Presidente, como o relatório já é conhecimento de todos os membros da Comissão e é um relatório muito extenso, vou para a conclusão e para o voto.

Conclusão

Considerando a ausência de normativos emanados do Congresso Nacional sobre o conteúdo e a forma do Relatório de Atividades que o Tribunal de Contas da União deve apresentar, trimestral e anualmente, há que se concluir que o relatório apresentado atende às determinações constitucionais e legais vigentes. Inegavelmente, os dados apresentados pelo Tribunal permitem ao Congresso Nacional ter razoável visão sobre as atividades daquela Instituição no trimestre.

**VOTO**

Ante todo o exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório das Atividades do TCU, referente ao 3º trimestre do exercício de 2013 (AVS nº 97, de 2013); e considerando que não há providências a serem tomadas, encaminho o processado ao Arquivo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. (É o seguinte o item retirado:

**ITEM 19**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2013**

**- Terminativo -**

**Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estipular prazo para a conclusão de procedimento administrativo destinado a apurar infrações das normas de defesa do consumidor.**

**Autoria:** Senador Vital do Rêgo

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**Relatório:** Pela aprovação.)

Em discussão o relatório do item 5. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Vamos ao item 11.

**ITEM 11**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2013**

**- Não terminativo -**

**Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que aprova o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF.**

**Autoria:** Pedro Simon

**Relatoria:** Eduardo Amorim

**Relatório:** Pela rejeição

**Observações:** -A matéria constou na pauta do dia 18/02/2014.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, vou direto à análise, já que foi distribuído previamente o nosso relatório.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente. Assim, não há óbice regimental para a análise da proposição por este Colegiado.

Contudo, ainda que as análises de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa não sejam exigidas do relator da matéria na CMA, já que a proposição será apreciada terminativamente pela CCJ – a quem competem tais análises –, damos nossa contribuição quanto a alguns desses aspectos, uma vez que observamos as seguintes questões constitucionais.

A Mensagem Presidencial nº 124, de 2 de março de 2006, explicitou as razões do veto parcial aposto ao PLC nº 62, de 2005, enviado à sanção presidencial e convertido na Lei nº 11.284, de 2006, conforme a seguir apresentamos.

O veto à determinação de que o Plano Anual de Outorga Florestal deva ser submetido, previamente, à aprovação do Congresso Nacional, mesmo quando envolver florestas públicas com área superior a 2.500 hectares, fundamentou-se na contradição ao princípio contido no art. 2º do PLC, que estabelece a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas. Mantido esse dispositivo, a aprovação do Paof ficaria vinculada inclusive a contingências políticas de curto prazo, além de criar novos processos administrativos para a tramitação da matéria.

Quanto ao § 1º do art. 58 da Lei nº 11.284, de 2006, que subordinava a nomeação do Diretor-Geral e dos demais membros do Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro à prévia aprovação pelo Senado Federal, o veto foi imposto sob o argumento de que tal aprovação prévia é aplicada, normalmente, a entidades sob regime autárquico especial, que gozam de independência administrativa e autonomia financeira e funcional, e cujos diretores possuem mandatos. Enfatiza-se, ainda, que o SFB não apresenta nenhuma dessas características, constituindo órgão vinculado à estrutura básica do Ministério do Meio Ambiente, sendo seu Conselho Diretor composto, portanto, por diretores que poderão ser nomeados e exonerados *ad nutum*.

Portanto, o PLS reproduz o texto de dois dispositivos vetados, ainda pendentes de votação pelo Congresso Nacional, matéria autuada como Veto nº 4, de 2006, aguardando inclusão na Ordem do Dia. Nesse sentido, busca-se, por meio de uma via mais simplificada, restaurar o texto vetado. Ou seja, o PLS se vale do rito legislativo de lei ordinária, cuja aprovação exige apenas maioria simples, para obter o mesmo resultado da derrubada dos vetos, cujo processo legislativo exige sessão conjunta do Congresso Nacional, voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores e escrutínio secreto, agora escrutínio aberto, nos termos do art. 66, § 4º, da Constituição.

Em relação à questão constitucional material, entendemos que o Paof não significa concessão da área para exploração florestal, que efetivamente só ocorre após processo licitatório. O Paof apenas lista, dentre múltiplas informações, as áreas passíveis de concessão. No mesmo sentido, ponderamos que a concessão florestal não se amoldaria ao mandamento constitucional inscrito no art. 49, inciso XVIII, que exige a prévia aprovação congressual para concessão ou alienação de terras, em extensões superiores a 2.500 hectares.

Ponderamos que a concessão florestal não se assemelha à concessão de direito real de uso de terras, utilizada, por exemplo, em processos de regularização fundiária, nos termos do inciso VIII do art. 2º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, e dá outras providências.

Nesse diapasão, o Supremo Tribunal Federal (STF), já se pronunciou sobre a aprovação prévia da concessão florestal, no caso da licitação relativa à Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. Em junho de 2008, o então Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, cassou decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor da suspensão da referida licitação. O argumento pela suspensão era o da necessidade de autorização prévia do Congresso Nacional para realização do procedimento licitatório. O Presidente do STF, todavia, declarou que concessão florestal não implica transferência da posse, mas sim delegação onerosa do direito de praticar o manejo florestal sustentável na área, e que concessão florestal não deve ser confundida com concessão dominial (ou concessão de terras públicas).

Entendeu o STF que, nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 11.284, de 2006: “a concessão florestal ‘não implica a transferência da posse da terra pública, mas sim a delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.”

Quanto à subordinação da nomeação do Diretor-Geral e dos demais membros do Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro, opinamos que a alteração pretendida pelo PLS conflita com o art. 84, inciso I, da Constituição, que confere competência privativa ao Presidente da República para nomear e exonerar o Ministro do Meio Ambiente – a quem se subordina o SFB, que é órgão desse Ministério – sem que seja necessária a prévia aprovação do Senado Federal. Ponderamos que, para o equilíbrio no trato constitucional do tema, não seria adequado exigir tal aprovação para os dirigentes do SFB, órgão subordinado ao Ministro. Em decorrência dessa subordinação, seus diretores podem ser nomeados e exonerados *ad nutum*.

Então, Sr. Presidente, o voto.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado Federal nº 305, de 2013.

Nossa análise e nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Amorim.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado então o relatório pela rejeição, que passa a constituir o parecer da CMA pela rejeição do projeto.

Vamos então ao item 12, com relatoria do Senador Acir. (*Pausa.*)

O item 12 foi retirado de pauta?

Você pediu retirada ou pediu... (*Pausa.*)

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não, pedi para ir na sequência.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Está bom, então está retirado de pauta.

Então vamos ao item nº...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Retirou de pauta? Não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Segundo estão me informando, foi retirado de pauta.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O item 12 não precisa de pauta...

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Dizem que a Secretaria-Geral da Mesa solicitou o projeto, portanto ele não está aqui conosco.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A Secretaria-Geral da Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – É. Deve ser da turma de lá.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) –

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 12

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013

- Não Terminativo -

**Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.**

**Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira

**Relatoria:** Senador Acir Gurgacz

**Relatório:** Pela aprovação.)

Vamos ao item nº 13, de autoria do Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem só.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Questão de ordem, Senador Cícero.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Em função da urgência, eu não sei se está na sequência, mas há um requerimento que está pedindo urgência, se for o caso pode ser votado antes, de preferência, do Senador Aloysio Nunes.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – O Senador Aloysio Nunes está na sequência, logo...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Tenho que sair, Presidente.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Ele quer só inverter comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Então vamos inverter, sem problema nenhum.

Então vamos ao item 3.

### ITEM 3

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 10, de 2014 - Não terminativo -

**Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados os Srs. JOSÉ MARIA RANGEL, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SINDIPETRO-NF), e NORTON ALMEIDA, Diretor do SINDIPETRO-NF, para que apresentem, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores.**

**Autoria:** Aloysio Nunes Ferreira

Como esse item já foi lido na reunião anterior, ele está em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Vamos, então, ao item nº...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem, Senador Acir.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Só para que a gente possa entender melhor essa questão da retirada de pauta, pois o Relator estava... Estava na pauta. Como se vai retirar da pauta sem aprovação ou sem uma discussão de alguém que tem a condição de colocar na pauta? Quem tem a condição de colocar e retirar da pauta é o relator, e eu não pedi nenhuma retirada de pauta. Só para eu entender como funciona, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Pelo que os universitários aqui estão explicando, a Secretaria-Geral pediu que o projeto voltasse para lá, portanto, ele caiu da pauta aqui. Ele foi incluído na pauta, porém, ele foi solicitado de volta.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Sr. Presidente, me permite, pela ordem? Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Claro.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quem pode decretar ou determinar a tramitação conjunta é o Plenário da Casa. Estabelecido o rito da tramitação conjunta por uma decisão do Plenário da Casa, as matérias seguem outro rito, saindo da Comissão, no caso. Agora, a Secretaria-Geral da Mesa não tem o poder, não pode se sobrepor a uma decisão do Presidente da Comissão. O Presidente da Comissão pautou a matéria para hoje, o Relator está aqui presente, pronto para oferecer seu parecer, e nós não podemos ser surpreendidos por uma decisão de alguém que não tem poder para isso. Eu faço um apelo a V. Exª no sentido da revisão dessa decisão para que nós possamos deliberar sobre a matéria. Aliás, uma matéria que já está na Comissão há bastante tempo, veio para a Comissão em setembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Vou ler aqui o comunicado e digo que a matéria não está mais aqui. Mesmo que deliberássemos para voltar, ela não tem como voltar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi protocolizado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento do Senador Eduardo Suplicy, solicitando [...] a tramitação em conjunto dos Projetos da Lei do Senado nºs 401 e 559, de 2013 (cópia em anexo).

Nesses termos, solicito a Vossa Excelência a remessa do Projeto da Lei do Senado nº 401, de 2013, que tramita nessa Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento à tramitação do men-

cionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal que estabelece 'in verbis':

*"O processo da proposição ficará sobre a mesa durante [...] [a] tramitação [...] [do processo]."*

Atenciosamente,  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal.  
Endereçada a mim.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Apenas uma informação, Sr. Presidente. Já foi lido esse requerimento do Senador Suplicy?

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Já foi lido.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – No plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Foi lá ou aqui? (*Pausa.*)

Foi lido no plenário, segundo informações.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Eu vou... Quero dizer a todos os colegas que vou me opor a esse requerimento. Vou criar o maior caso no plenário hoje, mas o maior, porque não tem cabimento uma coisa dessas! Uma matéria está aqui desde setembro, de repente nós estamos prontos para deliberar, e há uma decisão, uma determinação da Secretaria-Geral da Mesa para sobrestar a tramitação aqui, sendo que essa matéria não é passível de decisão terminativa desta Comissão, ela poderá, ela vai ainda para a Comissão de Constituição e Justiça, então, nada impediria que nós votássemos hoje e em seguida fosse adiante na Comissão de Constituição e Justiça. Mas V. Exª tem sido absolutamente correto e imparcial na condução, não quero questionar a decisão de V. Exª. Mas vou criar o maior caso no plenário hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Então vamos lá.

**ITEM 13**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 455, de 2013**

**- Não terminativo -**

**Acrescenta art. 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para tipificar a venda, por varejista, de produto que não possui em estoque.**

**Autoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatoria:** Senador Cícero Lucena

**Relatório:** Pela rejeição.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoría/PSDB - PB) – Sr. Presidente, já foi apresentado em outras reuniões, então, eu vou direto à análise.

Nos termos do disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de temas pertinentes à defesa do consumidor.

De imediato, cumpre reconhecer a importância da proposta, dado que a conduta que ela pretende combater é lesiva ao consumidor.

Para a avaliação de mérito, passamos a expor alguns dispositivos da norma consumerista.

Consoante o art. 35 do CDC, se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha: exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade (inciso I); aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente (inciso II); ou rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos (inciso III).

Como se depreende, na hipótese de o fornecedor recusar o cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá optar por uma das soluções constantes do art. 35.

Ademais, conforme preceitua o art. 39 da norma consumerista, são abusivas a prática de exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (inciso V), e a de deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (inciso XII).

Por sua vez, o critério para o julgamento de uma vantagem ser ou não excessiva está previsto no art. 51, §1º, do Código de Defesa do Consumidor, o qual define que se presume exagerada (ou excessiva), entre outros casos, a vantagem que: ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence (inciso I); restrin-

ge direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual (inciso II); ou se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e o conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso (inciso III).

Além disso, por força do disposto nos arts. 56 a 60, os fornecedores que desrespeitam as normas de defesa do consumidor ficam sujeitos, conforme o caso, a sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e daquelas definidas em normas específicas. As sanções administrativas, que podem ser aplicadas cumulativamente, são: multa; apreensão do produto; inutilização do produto; cassação do registro do produto junto ao órgão competente; proibição de fabricação do produto; suspensão de fornecimento de produtos ou serviços; suspensão temporária de atividade; revogação de concessão ou permissão de uso; cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; intervenção administrativa; e imposição de contrapropaganda.

Em nosso entendimento, a matéria objeto da proposição já está suficientemente disciplinada no CDC.

Sob a ótica penal, se, ao deixar de entregar o produto, o fornecedor age de má-fé, ele poderá ser incurso no crime de estelionato ou em outra fraude, nos termos do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal (CP). O caput do art. 171 tipifica como crime de estelionato a conduta de obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, com pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa. De acordo com o art. 171, §2º, incorre nas mesmas penas quem defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém. Esse crime é tipificado como fraude na entrega de coisa.

Por outro lado, note-se que o crime doloso é praticado intencionalmente, enquanto que, no crime culposo, o agente não percebe a consequência lesiva de sua conduta.

Consideramos, portanto, que a conduta condenável já se encontra tipificada no referido art. 171 do Código Penal.

De outro modo, se o fornecedor age de boa-fé e erra tão somente por má gestão do negócio, o assunto parece não ter relevância penal. Sendo assim, o PLS nº 455, de 2013, pode contrariar o princípio da subsidiariedade que orienta a aplicação de um direito penal – acolhido implicitamente pelo texto constitucional.

Conforme esse princípio, o Direito Penal deve ser usado somente como solução extrema, apenas quando outros ramos do ordenamento jurídico se mostrem insuficientes para resolver o problema.

Como enfatizado anteriormente, a questão do não cumprimento da oferta de produto pelo fornecedor de boa-fé já é dirimida no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. Ressalte-se que não há, nesse caso, ofensa a bem jurídico que justifique a intervenção do direito penal. Por conseguinte, tal situação, de fato, não tem relevância penal, motivo por que não se deve aplicar ao infrator sanção de caráter criminal.

Avaliamos que o projeto sob comento, se convertido em lei, não contribuirá para o aprimoramento da norma consumerista nem conferirá maior tutela ao consumidor, uma vez que o tema já se encontra cabalmente nele regulado no CDC e no CP.

Em face dessas ponderações, entendemos que o PLS nº 455, de 2013, não merece prosperar.

Pelas razões expostas, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2013.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela rejeição do projeto.

Consulto o Senador Aloysio, que é Relator do item 8.

## **ITEM 8**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2013**

**- Não terminativo -**

**Assegura a ampla defesa e o contraditório, em processo administrativo, ao consumidor de serviços públicos.**

**Autoria:** Eduardo da Fonte

**Relatoria:** Aloysio Nunes Ferreira

**Relatório:** Pela rejeição

**Observações:** -Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O item 9 qual seria, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – O seu é o 8. O item 9 foi o que V. Ex<sup>a</sup> pediu para retirar.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

Vou para a análise.

A proposição trata de direitos dos usuários de serviços públicos. A União tem competência para legislar sobre esse tema, nos termos do disposto no art. 175, parágrafo único, inciso II, da Constituição.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, em consonância com o que dispõem os art. 48 e 61 da Carta Magna.

No mérito, em que pese a louvável intenção do autor da proposição de conferir uma proteção mais efetiva ao consumidor no que diz respeito à contestação dos valores que lhe são cobrados pela prestação de serviços públicos, entendemos que o projeto não deve prosperar, pelas razões que passamos a expor.

1) De acordo com sua ementa, o PLC assegura a ampla defesa e o contraditório, em processo administrativo, ao consumidor de serviços públicos (grifamos). Também o art. 1º e o art. 2º do projeto, em seu *caput* e no inciso IV, referem-se a processo administrativo. Não se trata, no caso, de processo administrativo, já que a Administração não toma parte no processo a que se refere o projeto, que se restringe ao usuário e à concessionária de serviços públicos;

2) Nos termos do *caput* do art. 175 da Constituição, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos (grifos nossos). A ementa da proposição refere-se ao consumidor de serviços públicos. Como não especifica a natureza dos serviços públicos, presume-se que trate de serviços públicos na sua acepção mais ampla, ou seja, tanto os prestados diretamente pelo Poder Público, quanto os objeto de concessão ou permissão. Já o art. 2º, que contém efetivamente as normas instituídas pela proposição, trata especificamente dos serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos, ao passo que outros dispositivos do mesmo artigo são ainda mais específicos, alcançando apenas os serviços cujo consumo é apurado por meio de instrumentos (aparelhos) de medição. Portanto, falta coerência à proposição;

3) A ementa não explicita corretamente o objeto da proposição, que se restringe ao questionamento dos valores cobrados pelos serviços públicos prestados pelas concessionárias de serviços públicos. Como redigida, a ementa transmite a falsa ideia de que o projeto trata de quaisquer processos que envolvam o consumo de serviços públicos;

4) Conforme determina o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis, cada lei tratará de um único objeto (inciso I) e o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (inciso IV).

Encontra-se em vigor a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Portanto, a matéria objeto do projeto deveria ser tratada mediante alteração da Lei nº 8.987, de 1995 (por exemplo, mediante o acréscimo de dispositivos após o art. 7º-A) e não em lei extravagante;

5) Os incisos I a III do art. 2º da proposição tratam do prazo e das informações que devem constar nas faturas encaminhadas pelas concessionárias, obrigações que não estão vinculadas a quaisquer processos de contestação de fatura. O projeto trata dessas obrigações como etapas do processo de contestação de faturas, quando, na verdade, essas etapas antecedem a instauração de qualquer processo, que somente se inicia com a contestação do usuário dos serviços. Falta coerência aos referidos dispositivos;

6) O projeto estabelece que, recebida a contestação, a concessionária providenciará a retirada da cobrança bancária ou do débito em conta direta (débito em conta). Como o consumidor poderá contestar até três dias antes do vencimento, pode não haver tempo hábil para que a concessionária retire a cobrança ou o débito em conta;

7) A proposição prevê que a contestação implica suspensão da multa e dos juros por atraso de pagamento, até a conclusão do processo administrativo – sublinho ainda a expressão – de apuração da reclamação. Entendemos que, caso a reclamação seja considerada improcedente, devem incidir juros e multa, sob pena de se criar um incentivo à contestação com caráter meramente protelatório do pagamento;

8) O projeto estabelece que o recebimento da contestação ficará condicionado ao pagamento ou ao depósito do valor equivalente à média dos períodos ou faturas imediatamente anteriores, excluindo-se o mês da cobrança. Essa medida pode ser prejudicial ao consumidor nos casos em que a cobrança, embora equivocada, seja em valor inferior ao valor médio das faturas anteriores, como na hipótese de o consumidor viajar em férias e ser cobrado por um consumo excessivo, embora inferior à média dos meses anteriores. Nesse caso, para contestar, terá que depositar o valor médio das faturas, embora a cobrança contestada seja de valor inferior à média;

9) O PLC prevê que, analisadas as contrarrazões e constatada a necessidade de retificação dos valores faturados ou não, a concessionária emitirá nova fatura e assinará novo prazo para pagamento do débito remanescente ou para devolução de valores cobrados a maior, nunca inferior a dez dias do vencimento. A parte final do dispositivo somente faz sentido no caso de prazo concedido para pagamento de débito remanescente, mas não no caso de devolução de valores cobrados a maior, hipótese em que a concessionária estaria fixando prazo para ela mesma pagar;

10) Entendemos que o art. 3º, que determina ser proibida a cumulação do faturamento regular de consumo com o faturamento retificado confere vantagem excessiva para o usuário dos serviços. Uma vez apurado o valor correto a ser cobrado, não há por que proibir sua cobrança imediata;

11) Como não há qualquer restrição quanto ao número de vezes que o usuário pode contestar os valores cobrados nem previsão de aplicação de quaisquer penalidades em decorrência de questionamento improcedente, os usuários poderão abusar do direito instituído pela proposição, provocando um desequilíbrio na relação contratual, em prejuízo das concessionárias de serviços públicos e, portanto, ao público em geral.

Cabe mencionar, ainda, que há um erro de remissão no *caput* do art. 2º do PLC, que se refere ao *caput*, quando deveria mencionar o art. 1º.

Finalmente, lembramos que se encontra em vigor o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), o qual determina que o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Pelo exposto, Sr. Presidente, nossa opinião é pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CMA pela rejeição do projeto.

Farei, agora, a leitura do item 1.

#### **ITEM 1**

### **TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2007**

**- Terminativo -**

**Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.**

**Autoria:** Valter Pereira

**Relatoria:** Jorge Viana

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Observações:** -Em reunião realizada em 18/02/2014, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, nos termos da emenda nº 2-CMA (Substitutivo), por unanimidade.

- A matéria está no turno suplementar de discussão.

Não havendo quem queira discutir e não tendo sido apresentadas emendas ao Substitutivo, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Vamos ao item 2:

#### **ITEM 2**

### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, de 2014**

**- Não terminativo -**

**Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, para discutir sobre a gradativa escassez de água e seus reflexos no abastecimento dos centros urbanos, sobre as perspectivas de racionamento, inclusive em cidade do porte de São Paulo, a maior da América Latina, bem como as propostas visando reverter a atual situação.**

*Para participar da referida Audiência Pública, requeiro sejam convidados:*

- *Diretor-Presidente da ANA – Agência Nacional de Água, Sr. Vicente Andreu Guilho;*
- *Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Carlos Antonio Vieira Fernandes;*
- *Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, Srª. Dilma Pena.*

**Autoria:** Jorge Viana

**Relatoria:**

**Relatório:**

**Observações:** -O Requerimento foi lido na reunião do dia 18/02/2014 e está pronto para deliberação.

Está em votação o Requerimento.

Aqueles que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o Requerimento do Senador Jorge Viana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco todos para, terça-feira, às 8h30, darmos sequência aos nossos trabalhos, já sob a presidência do Senador Eduardo Amorim, uma vez que eu estarei entrando de licença a partir de quinta-feira, retornando aos trabalhos logo depois do período do recesso parlamentar do mês de junho.

Antes de encerrar, quero declarar aprovada a ata da reunião anterior.

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

*(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)*

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e oito minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente eventual **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 63 de 2013, aprovado em 05/09/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *“Empenho dos Poderes Públicos no Direito do Trabalhador quanto à Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”*, bem como o *“lançamento da Cartilha da Norma Regulamentadora nº 36, do Setor de Frigoríficos.”* O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Valdir Pereira da Silva, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região; Leocides Milton Arruda, Chefe do Centro Regional do Distrito Federal da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo, Ministério do Trabalho e Emprego; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins. O Senhor Artur Bueno de Camargo solicita ao Senhor Presidente para fazer o lançamento da Cartilha da Norma Regulamentadora nº 36, do Setor de Frigoríficos e entregar uma placa em homenagem ao Senador Paulo Paim pelo valoroso trabalho em prol da categoria dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins. O Senhor Presidente atende prontamente, recebe a placa e lê sua mensagem. O Senhor Presidente registra a presença e concede a palavra a vários representantes sindicais presentes no plenário da Comissão: Gerson João Colle, Assessor Jurídico do SINTIAAL/MS; Ernane Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná e Vice-Presidente da CONTAC; Carine Tais Guagnini Benedet, Fisioterapeuta com especialização em Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia – CNTA; Rita de Cássia Lopes Vivas – Advogada da CNTA e Roberto Pino de Jesus, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Maringá-PR. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Fortalecer forças-tarefas de fiscalização dos frigoríficos, em todos os estados, a exemplo do Rio Grande do Sul; 2) Criar uma legislação para dar autonomia para médicos e engenheiros de segurança do trabalho; 3) Alterar a legislação dos trabalhadores na indústria de alimentação a fim de reduzir a Jornada de trabalho; 4) Solicitar ao Representante do Ministério Público do Trabalho aqui presente (Dr. Valdir Pereira da Silva) que apure as denúncias feitas na reunião; 5) Apoiar campanha de boicote contra os produtos de empresas que não respeitem e não promovam a dignidade do trabalhador no ambiente de trabalho; e 6) Necessidade

de lei para criação de novos cargos para fiscais do trabalho e para a Fundacentro. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 63, de 2013, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras, aprovado em 5/9/2013, para debater o tema Empenho dos Poderes Públicos no Direito do Trabalhador quanto à Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

São nossos convidados e estão aqui conosco, para debater esse tema, com a participação do plenário: o Sr. Leocides Milton Arruda, Chefe do Centro Regional do Distrito Federal da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo – Ministério do Trabalho e Emprego; o Sr. Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; o Sr. Valdir Pereira da Silva, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Enquanto os nossos convidados estão chegando... Inclusive, no voo, encontrei alguns do Rio Grande que estão chegando – o pessoal lá de Santa Cruz e região, parceiros nossos de longa jornada, fazem um belo trabalho lá. E vinha até comentando com ele a importância desta audiência, que estaria contigo aqui, Artur.

Queria também, ao mesmo tempo, deixar aqui uma saudação a todos vocês da Presidenta Ana Rita. A Presidenta Ana Rita gostaria muito de estar aqui. S. Exª cumprimentou a nossa iniciativa de realizar esta audiência e pediu que eu também explicasse que, na segunda-feira, normalmente, ela se obriga a ficar no Estado, mas, a partir de amanhã, ela estará aqui, e faz questão de ter contato com o resultado dessa audiência, por meio dos documentos que vamos elaborar. Então, esta audiência tem todo o apoio da Comissão e, com certeza, dos Senadores e Senadoras comprometidos com os trabalhadores e trabalhadoras – sabemos que não são todos, isso é verdade, não adianta tapar o sol com a peneira, e Deputado Federal também, não são todos que têm compromisso; de fato, não vou citar nome de ninguém aqui, mas isso é fato, é real.

Estive, esse fim de semana, em Rio Grande e acompanhei a situação, por exemplo, dos trabalhadores no polo naval de lá, o tratamento que eles estão tendo, inclusive nessa área de condição de trabalho decente. Trabalham dentro de contêiner, com a temperatura – se em Porto Alegre estava 42 a 44 graus – de quase 70 graus, dentro do contêiner. E não há nem água gelada, e a Petrobras é uma das culpadas disso, e tem que ser dito. Não há ninguém aqui para compadre, quem faz o dever de casa errado vai ter que responder por que fez.

Então, vamos marcar uma audiência pública, eu disse que tinha esta com vocês, também com eles, e vamos chamar a Petrobras aqui, porque ela tem responsabilidade solidária com as empresas que ela terceiriza, e deixa que os trabalhadores fiquem numa situação como aquela. É exatamente o tema de hoje, acidentes e condições dignas de trabalho. Por isso, o meu cumprimento pela... porque quem provocou a audiência foram vocês. Naturalmente, no seu caso, representando a confederação, para que debatêssemos esse tema.

Almocei com eles, com toda a diretoria do Sindicato, e estão, inclusive, em greve, pararam, estão em greve. E um dos motivos, além dos gatos que conhecemos muito bem, porque a Petrobras terceiriza, o camarada recebe o dinheiro, e vai embora, e o trabalhador... Há casos na cidade – eu fui ouvir – inclusive de restaurantes, de hotéis, de gente que alugou a sua casa, e a empresa foi embora, não pagou ninguém, ficou todo mundo...

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** (*Fora do microfone.*) – Causa um problema social dentro da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, que envolve até pequenos empreendedores, que não sabem o que fazer, e a Petrobras tem que responder por isso também, porque, se ela terceiriza, ela tem que saber quem ela terceiriza.

Ele me falou que, numa reunião em que ele estava... Eu achei até engraçado, achei que fosse uma piada, que não era verdade, mas ele me disse até o nome do Diretor da Petrobras. Quando iniciou a reunião para discutir tudo isso, ele disse: “Estou saindo, porque isso não é nada conosco.” Como não? Onde nós estamos? A Petrobras tem que responder sim. Todo mundo faz propaganda do polo naval, eu também faço.

E, de fato, a metade sul do Rio Grande melhorou muito. A partir do polo naval, a cidade é outra, mas a responsabilidade social tem que ser discutida também. Não é só dizer “acabou com a escravidão, mas agora não dou emprego para ninguém”. Bom, estamos voltando ao tempo da escravidão. Por isso o tema de hoje.

Cumprimento vocês pela iniciativa. Acabei fazendo um comentário baseado no encontro de que eu participei na sexta, no sábado e no domingo. No fundo é mais ou menos, de outra forma, o que está escrito aqui. É esse exemplo que eu dei o tema que nós vamos hoje debater com vocês e aprofundar. Como está não dá.

Por isso eu já queria, de imediato, convidá-los à mesa. Começo com o Artur. Convido o Artur, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, para vir à mesa debater esse tema. Não sei se já chegou aqui o representante do Ministério do Trabalho e Emprego. Já está conosco? Está aqui. É o Dr. Leocides Milton Arruda, nosso convidado para debater um tema que interessa a todos nós. E aqui também está o convidado Valdir Pereira da Silva, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. Sejam todos bem-vindos aqui!

É um tema que, eu tenho certeza... Nós estamos ao vivo para todo o Brasil. A audiência, com certeza, será muito grande. Que bom que a gente pode hoje dizer que estamos numa situação quase, eu diria, de pleno emprego. Desde que o camarada tenha o mínimo de conhecimento, arrumar emprego hoje no Brasil não é difícil. Isso é bom, mas, ao mesmo tempo em que a gente quer que o trabalhador tenha assegurado o seu direito ao trabalho com salário decente, queremos condições decentes também de trabalho, porque senão não adianta.

O número de pessoas que estão se acidentando e morrendo no trabalho tem aumentado. Pelo menos foi uma informação que eu recebi lá no Polo Naval do Rio Grande. É preocupante. E lá há dois fiscais do trabalho só. A cidade mais do que quadruplicou o número de trabalhadores, tinha dois fiscais e não aumentou. Só tem dois fiscais do trabalho um complexo enorme como aquele. Eu assumi o compromisso, inclusive, de fazer essa conversa junto aos órgãos de Brasília para ver se aumentamos lá os fiscais do trabalho. Eles virão aqui e vão fazer as denúncias. Vamos chamar a Petrobras também para que venha aqui explicar como ela vê essa questão da terceirização.

Vamos só combinar, como diz o outro, o jogo entre nós. Mas está tudo ao vivo, então, não tem nada de segredo aqui. Veremos quem fala primeiro. Depois a gente abre para o debate. Vamos permitir também que o plenário participe num segundo momento.

Dr. Valdir, sobrou para o senhor. Apontei para o Artur, mas o Artur disse: “Não, pode ser o Ministério do Trabalho”. Daí olhei para o Valdir e ele fez que sim. Vamos lá, Dr. Valdir. É com o senhor.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Excelência, muito obrigado pelo convite. É um grande prazer para o Ministério Público do Trabalho estar aqui nesta Casa de leis.

Bom dia a todos os presentes!

É um prazer realmente e uma grande responsabilidade repassar para toda a sociedade brasileira essa atividade do Ministério Público do Trabalho nesse quadro inicialmente declinado por S. Ex<sup>a</sup> a respeito da situação no Rio Grande do Sul, uma situação preocupante – não só preocupante, como também inconstitucional e ilegal.

O foco do Ministério Público do Trabalho, como um ramo do Ministério Público da União, é justamente garantir que a legislação seja respeitada no Brasil. E o Ministério Público do Trabalho, evidentemente, no que se refere à legislação trabalhista, à Constituição Federal, leis e regulamentos, vem defendendo efetivamente a sociedade trabalhadora.

Como V. Ex<sup>a</sup> se referiu, Senador Paim, realmente, na questão da segurança e da saúde no trabalho, os números são alarmantes. Eram alarmantes, são alarmantes, e a nossa intenção é que eles deixem de ser alarmantes e que tenhamos realmente números compatíveis com a posição do Brasil no cenário internacional.

Tenho em mãos alguns números, dados do INSS. Vamos abordar os mais recentes. Em 2011, o número de acidentes com óbitos foi de 2.884; 2010, 2.753; 2009, 2.560...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aumentando.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Exatamente. Lamentavelmente. Então, nossa missão é reduzir esses números a níveis, vamos dizer, civilizados, Excelência, porque esses números não são civilizados.

Temos aqui as atividades econômicas que mais contribuem com esses números insustentáveis, em que o atendimento hospitalar está lá em cima. Em 2011, por exemplo, houve 51.417 acidentes; supermercados e hipermercados, 22.517; Administração Pública, por incrível que pareça, 21.846; e chegamos aos frigoríficos, grande categoria representada aqui na mesa, a quem parabenizamos pela NR nº 36: 19.453 acidentes. Evidentemente, vamos esmiuçar isso, o número de óbitos e também o significado da subnotificação, problema seriíssimo nessa questão da segurança e saúde no trabalho.

O que o Ministério Público do Trabalho tem feito e faz em relação a isso? Somos fiscais da lei, membros do MPU, temos procuradores em todo Território nacional. Trabalhamos de ofício e, como cidadãos, ao perceber uma situação que possivelmente configure uma ilegalidade ou desrespeito à coletividade trabalhadora,

temos obrigação de, ao chegar à Procuradoria, reduzi-la a termo e distribuir de imediato. Isso se aplica, evidentemente, na questão da segurança e saúde do trabalho. Por exemplo, semana passada, houve aqui em Brasília dois acidentes fatais, lamentavelmente. Pela manhã, noticiou-se mais uma acidente de trabalho com vítima. Recortei o jornal, fiz um documento e mandei-o para distribuição. Virou um inquérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer...

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Pois não, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concordando plenamente – seus dados são, para mim, assustadores –, só quero pegar o exemplo de Brasília. Fica mais ou menos como aquela questão sobre o operário em construção: “Ah, caiu da obra tal, morreu mais um, morreram mais dois.” “Ah, caiu lá uma plataforma, um daqueles andaimes, e morreu outro.” Fala-se isso como se fosse natural. Isso não é natural. Por isso meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Temos de nos rebelar e fazer o bom combate e bom debate, senão os trabalhadores continuarão morrendo em acidentes no trabalho como se isso fosse natural. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Pois não.

Excelência, nesse campo não é natural. Geralmente, por mais que se alegue, na questão dos acidentes da construção civil, que a culpa foi do empregado, que ele não fixou o cinto... Um caso clássico foi o que aconteceu no Gama, aqui no DF, em que dois irmãos desabaram de um andaime em prédio em fase de pintura e morreram. Recebi essa investigação, fui atrás e verifiquei, na verdade, aquilo a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, a questão da “terceirização”, que coloco entre aspas. O que é isso? Disseram que os irmãos foram os culpados. Por que foram os culpados? Porque eles não se preocuparam em adotar as medidas de segurança, simplesmente estavam soltos, não estavam atarraxados na estrutura da obra. Resumo dessa situação: a “empresa” – entre aspas – foi criada para propiciar o trabalho daqueles dois irmãos. Seria uma empresa que contratara outra empresa, que, na verdade, era de um ex-empregado da obra, criada para montar empresa montadora de andaimes.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como disse aqui o Senador, não é mais terceirizada, já é “quinteirizada”.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – E a empresa disse: “O problema não é nosso.” Lamentavelmente, tive de processar, é uma ação civil pública. Tentei fazer um TAC, mas veio esse tipo de argumento. Esse tipo de argumento, Excelência e colegas presentes, se repete em quase 100% dos casos. É um lavar as mãos generalizado. A questão da terceirização é um problema seriíssimo aqui mesmo em Brasília.

Estou com um inquérito investigando todas as obras do Aeroporto Internacional. Ali realmente são dezenas e dezenas de empresas terceirizadas, mas sabemos que, em nível de responsabilização, tenho de pegar uma caneta e fazer um gráfico para entender o que eles estão dizendo para mim. “Não, doutor, não sou eu!” “Quem é?” Faz-se um gráfico para entender o que eles estão falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A que ponto chegamos!

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – O Estádio Nacional de Brasília estou investigando também. Aqui em Brasília tem um núcleo – vou dizer daqui a pouco como é a nossa formatação –, que atualmente tem quatro procuradores, encarregado de receber essas denúncias envolvendo a segurança e a saúde no trabalho, não só no DF como também em nível nacional, a depender da extensão da empresa e da extensão do dano. Por isso, tenho muitos processos sob minha condução, como outros colegas também têm. O caso do Estádio Nacional foi um exemplo clássico disso. Evidentemente está em juízo, ajuizei uma ação. O empregado despencou, fui ao local – o Ministério Público do Trabalho é a magistratura de pé –, e o que aconteceu? Em suma: “Cumprimos todas as normas, estão aqui as todas as NRs, PCMAT, PCMSO, tudo.” Então, a culpa é de quem?

Portanto, Excelência e presentes, existe toda uma cultura de não se admitir um problema. Identificamos um problema...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como se o problema não existisse, e o culpado é o morto, porque morto não fala.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O cidadão perde a vida, a família toda fica em choque, e quem é o culpado? Não é a empresa titular, não é a segunda, nem a terceira, nem a quarta, nem a quinta. O culpado é quem morreu. A vontade é de agredir quem diz isso. Por isso, mais uma vez estou cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – É exatamente isto que ouço em quase 100% dos casos, eu e os colegas do Brasil inteiro: a culpa foi da vítima. E a vítima não está aqui para se defender. Mas é claro, Excelência, que temos todo um arcabouço de segurança de saúde do trabalho, em nível internacional, convenções da OIT, e a Constituição da República. Trouxe até um livro didático, temos aqui cerca de 20 dispositivos, em nível constitucional e legal. Não cabe ler, mas se precisar, temos aqui. A começar do art. 7º, XXII: “redução dos riscos inerentes

ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança". Há também a questão da ordem econômica, o trabalho tem de ser valorizado, ele é um dos eixos, realmente, dessa sustentabilidade da ordem econômica.

O Brasil é um BRICS? Sim. O Brasil está se desenvolvendo? Sim. Mas o que nós estamos tutelando, realmente, o que o trabalhador faz, na verdade, é manter o PIB. Quando falamos em PIB, falamos em atividade econômica que realmente é originada pelo trabalho assalariado.

Então, temos uma série de dispositivos constitucionais, legais, regulamentares. Dou parabéns aos colegas dos frigoríficos, porque realmente foi uma epopeia resultar nessa NR. É uma categoria muito sofrida, assim como é a da construção civil, a dos bancários. Existe toda uma situação que envolve a questão da demanda, que é típica também dos frigoríficos, que é aquela questão de você produzir cada vez mais em cada vez menos tempo, com prejuízos ergonômicos imensos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Linha de produção, não é, Artur? Linha de produção, como se fosse fábrica de automóvel, como se fosse um robô, só que lá é a faca mesmo, é direto no ambiente poluído. Eu já entrei em frigorífico, e, queiramos ou não... A grande verdade, eu vejo na televisão, é que tive que entrar assim lá dentro, senão eu passava mal. Estou mentindo? Vocês são da área. Não todos, mas estou dando um exemplo.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Agora imagine estar nesse ambiente numa jornada elasticada, porque você trabalha por meta, em condições ergonômicas totalmente adversas, e num contexto que, lamentavelmente, está se disseminando em todo o ambiente de trabalho, que é o assédio moral. A pessoa tem medo da própria sombra – isso a gente vê todo dia no Ministério Público do Trabalho –, de dizer o que está errado, ela assume sozinha aquela doença com medo de sair de licença médica e paga um preço muito alto em nível físico e psicológico. Ambiente bancário, comércio... As pessoas têm a necessidade – necessidade que não é necessidade, elas são compelidas a isso – a desenvolver uma síndrome de super-homem ou de supermulher. Só que chega um momento em que não aguenta, adoece e morre, principalmente em alguns segmentos, como canaviais, etc.

E como o Ministério Público do Trabalho atua? Voltando ao início, atuamos de ofício. Nossa obrigação está na Lei Complementar nº 75/93. Provocados por denúncias dos sindicatos, dos juízes, dos auditores fiscais do trabalho, dos cidadãos, da imprensa, e essa denúncia é no Brasil inteiro, nas Procuradorias do Trabalho dos Municípios, nas Procuradorias Regionais do Trabalho e mesmo na PGT, porque se não for aquela unidade a competente, se encaminha imediatamente para a competente. Por exemplo, uma denúncia vem para Brasília sobre uma questão da Petrobras do Rio Grande do Sul. Então, vem para Brasília, e a PGT necessariamente encaminha para o Rio Grande do Sul. Chega a denúncia, é protocolada, é distribuída de imediato, e o procurador tem obrigação constitucional e legal de tomar todas as medidas cabíveis para verificar o que está acontecendo. O que está ocorrendo nesse porto? O que está ocorrendo nesse frigorífico? O que está ocorrendo nessa obra do Aeroporto Internacional de Brasília? Então, temos poder de investigação, de requisição, de intimações.

E aqui faço um registro muito importante: podemos contar, e contamos efetivamente, com a fiscalização do trabalho. A fiscalização do trabalho faz um trabalho essencial...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pena que eles sejam tão poucos.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Pois é. Aqui em Brasília, Excelência, na época do acidente no Estádio Nacional, o pessoal da fiscalização realmente foi muito importante para acompanhar, para termos uma visão global do que aconteceu. Aí, conversando com o chefe dos fiscais, recebi a seguinte informação: a equipe de fiscais aqui no DF é aproximadamente de cinco a seis pessoas para todos os segmentos. Isso, envolvendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cinco?

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Cinco, seis ou sete.

O Dr. Marcos me informou e fiquei impressionado com aquilo. Capital da República. Estamos falando...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parece que é proibido fiscalizar.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Estamos falando de grandes obras, uma da sede da Capital da República. Estamos falando de trabalho de crianças nos lixões, no lixão da Estrutural, uma atuação que temos também; estamos falando dos garis nas ruas, estamos falando de trabalho infantil, estamos falando de tudo. São sete fiscais.

Então, aqui faço este registro. São verdadeiros heróis dentro do seu limite, enfim, que nos dão uma contribuição imensa nessas situações.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Às vezes, são recebidos a bala no campo, como aqueles que foram assassinados em Unai. Até hoje, aquilo está mal resolvido. Até hoje. Quantos anos faz? Cinco ou seis anos?

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** (*Fora do microfone.*) – Não, mais. Acho que vai fazer dez anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais ainda. Quase dez.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Então, Excelência, na verdade, existe todo um problema estrutural. Temos legislação. Estão melhorando, como é o caso dos frigoríficos. Agora, nossa grande missão no Ministério Público do Trabalho é garantir que essa legislação seja aplicada efetivamente. No Ministério Público do Trabalho, não há lei que pega e lei que não pega. Nós somos fiscais da lei e levamos isso às últimas consequências. Para isso, estamos lá.

A questão da segurança e saúde do trabalho. Existe, até para otimizar o trabalho – todos temos a atribuição comum; não tem procurador que investigue isso ou aquilo, é o princípio do promotor natural, mas, para otimizar nossos trabalhos, há uma Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho. Um colega, Dr. Philippe Jardim, agora é coordenador nacional. Há um representante em cada regional – 1ª Região, 2ª Região, 3ª Região. Brasília é a 10ª Região. Todas as regiões do Brasil têm um representante, e sou representante aqui na 10ª Região, o DF.

Então, essa coordenadoria tem essa função de, vamos dizer assim, centralizar condutas e atuações e até criar projetos de atuação específicos. O que nós podemos fazer – temos a independência funcional –, por exemplo, no que se refere a frigoríficos? “Qual o problema dos frigoríficos, Valdir, aí de Brasília?” “Qual o problema dos frigoríficos no Rio Grande do Sul?” Então, vamos compilar todos os problemas. Nós nos reunimos duas vezes por ano e chegamos a algumas conclusões.

Quanto aos frigoríficos especialmente, foi criado um projeto específico: Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho nos Frigoríficos. Atualmente, ele é gerenciado pelo Dr. Heiler, Procurador do Trabalho, o Dr. Sandro também é muito atuante nesse projeto, que realmente analisa a questão sob o âmbito técnico, legislativo, enfim, e o que podemos fazer para avançar.

O pressuposto básico do Ministério Público do Trabalho é avançar. Não para diagnosticar os problemas, que, basicamente, são conhecidos. Nossa função, como membros do Ministério Público brasileiro é oferecer as soluções. Não podemos realmente chegar a uma obra, o que é muito comum no DF e no Brasil inteiro, e encontrar como resposta que a culpa foi da vítima. Não podemos admitir um raciocínio, por exemplo, como estava em construção a hidrelétrica de Lajeado. A 10ª Região abrangia DF e Tocantins. Não tínhamos ainda PTM (Procuradoria do Trabalho nos Municípios) lá em Tocantins. Então, fomos muito a Tocantins para resolver os problemas de Tocantins. Então, constataram em Lajeado que era uma hidrelétrica que estava sendo construída em tempo recorde, mas com dois turnos de trabalho. “Não, nós temos prazo, Ministério Público.” Sim, vocês têm prazo, mas é preciso garantir a dignidade dos trabalhadores que estão aqui. Então, constatamos em Tocantins um trabalho basicamente escravo; ou seja, uma incapacidade efetiva de o empregado se locomover para sua cidade. Problemas no que se refere à remuneração, falta de equipamentos de proteção. Enfim, tudo o que se possa imaginar.

E também, Excelência, aquela questão da sobrejornada. Esse é um problema grande quando se fala em segurança e saúde do trabalho. Lá em Tocantins, nós resolvemos, tentamos negociar, não foi possível, e descobrimos, no último momento, que era o Estado que estava financiando aquilo, o BNDES. Então, tivemos uma conversa muito séria com o BNDES aqui em Brasília e explicamos: “Como vocês repassam dinheiro público para financiar uma obra...”

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Subsidiado.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – É subsidiado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estava em discussão a dívida dos Estados, e descobrimos isto: quando o BNDES subsidia grandes empresários, grandes empreiteiras, com juros de 3% ao ano, os governos dos Estados, que têm compromisso social, pagam IGPD, mas de 6% a 9%. Então, você tem toda a razão: ganha o dinheiro subsidiado e ainda não dá o mínimo de condições dignas de trabalho para os assalariados.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – E a gente vê aqueles documentários na TV a Cabo, na África ou na Ásia, aquela situação: “Puxa, que coisa lamentável!” No Brasil existe exatamente a mesma coisa, Excelência.

Em Lajeado, a gente andava em meio às obras, o Dr. Adélio e eu – V. Exª deve conhecê-lo –, e eles pegavam a gente pelo paletó. É como se dissessem: “Tirem a gente daqui, pelo amor de Deus!”

De madrugada, com a Polícia Federal, voltando para Palmas, movimento no meio do mato: “Procurador, tem movimento dentro do mato. Vamos ver o que é.” Trabalhadores, no meio do mato, jogados. Aí, chegamos aqui em Brasília... E como solucionamos o problema, Excelência? Tem o inquérito – é o caso de Lajeado também e muitos outros –, aí se identifica o problema: “Vocês não podem construir uma hidrelétrica em dois turnos, com pessoas trabalhando 15 horas por dia.” Eles eram tão condicionados que pareciam robôs. Então, nós tivemos que fazer uma campanha publicitária dentro da hidrelétrica para eles não pensarem que nós éramos

inimigos deles. “Não, o Ministério Público é inimigo nosso; porque nós temos que ganhar dinheiro, trabalhamos 15 horas por dia, e eles querem acabar com a nossa renda.”

Então, é uma situação, enfim, identificada, evidentemente contra toda a regulamentação, todos os dispositivos internacionais, Constituição da República. Como se resolve um problema desse, Excelência? Pela conscientização do patrão, seja dono de frigorífico, seja dono de obra, e aí é que está realmente a grande dificuldade. Se existir essa conscientização, nós celebramos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). É um título executivo extrajudicial, pelo qual as empresas e mesmo o Governo se comprometem a tomar certas atitudes, respeitando as NRs, respeitando a legislação, respeitando a Constituição e as convenções internacionais. Caso descumpram aquela regulamentação, não deem EPI, não fiscalizem aquelas pessoas, não... Pelo amor de Deus! Contratem mais pessoas.

O grande elemento, quando se fala nessa questão de segurança e saúde do trabalho, tem a ver com a questão do tempo e o lucro que é gerado naquele tempo. Então, essa equação não fecha. O ser humano tem sua capacidade. Chega um momento em que ele vai, realmente, ser decepcionado, ele vai desenvolver Dort aí em níveis irreversíveis, como no documentário Carne Osso, ao inclusive assisti novamente este final de semana. Então, obviamente é aquilo, é o homem contra a máquina, quando deveria ser o homem junto com a máquina para produzir o desenvolvimento. Mas é o ser humano tratado como máquina; são pessoas de vinte e poucos anos, trinta e poucos anos de idade e totalmente inutilizadas. Isto é custo para a Nação.

Pena que não temos tempo suficiente, mas temos estudos demonstrando o que o Estado brasileiro perde com o tratamento dessas pessoas. É a terceirização do prejuízo. Então, o empresário que realmente não toma as suas medidas de prevenção, segurança e saúde no trabalho utiliza o trabalhador como se fosse uma laranja totalmente espremida, que não dá mais sumo – está bem claro no documentário – e depois passa a conta para o Estado brasileiro. Então, essa conta, realmente, não pode ser mais paga. Enfim, constatou-se a situação: “Vamos assinar um TAC, que é voluntário?” “Não, Ministério Público, não vamos assinar um TAC não”. Então, só nos resta ir para a Justiça.

Então, ajuizamos Ações Cíveis Públicas e estamos brigando na Justiça, efetivamente, para garantir... E também, Excelência, aqui me permito colocar: com muitas, danos morais coletivos que realmente representem o que isso representa de lesão à sociedade brasileira. Por exemplo: ajuizei uma Ação Civil Pública há um tempo, questão de assédio moral, que é comum em qualquer segmento, e nós conseguimos uma condenação de R\$22 milhões aqui em Brasília, de uma empresa famosa do segmento de supermercados. Então, eu não sei se isso vai significar alguma coisa em um contexto de lucros de bilhões e bilhões de dólares, mas já é um começo.

Então, nós temos essa função de investigar, tomar medidas extrajudiciais, juntamente com outros parceiros, Excelência, e aí entram os sindicatos, que são importantíssimos em todos os segmentos, o próprio Poder Judiciário, que agora, por iniciativa do TST, criou o Grupo Getrin (Grupo de Trabalho Interinstitucional), que tem como objeto a verificação e melhora das condições de segurança e saúde do trabalho. É do TST. Em cada regional tem um programa regionalizado, e o Ministério Público do Trabalho participa desses grupos. Senta-se à mesa com o sindicato e os juízes e vão discutir o que poderão fazer em relação a isso. Este ano, aqui em Brasília, o tema foi transporte. Então, tem essa atuação investigatória, tem essa atuação, realmente de inserção na sociedade civil para identificar os problemas. Agora, é claro, ao participarmos de um fórum desses e detectarmos que existe uma violação legal, também aí, nós somos sempre procuradores, temos que fazer a denúncia e isso vai virar uma investigação para resolver esse problema.

Excelência, então, o que acontece no Ministério Público do Trabalho? Existe toda uma estrutura de investigação. Nós precisamos... Há turmas de ofício, mas é importantíssimo que a sociedade trabalhadora, os sindicatos, realmente, utilizem esse canal de levar efetivamente essas situações em relação à segurança e saúde no trabalho, como qualquer outra situação, também, envolvendo o mundo do trabalho. Isso é o que basta para que o Ministério Público do Trabalho atue.

A partir do momento em que há uma denúncia, o problema não é mais, realmente, do sindicato, daquele grupo de empregados. O problema é nosso, para resolver aquele problema deles.

Então, o Ministério Público do Trabalho tem essa função. Realmente há uma preocupação muito grande com seus instrumentos de atuação, seus inquéritos e essa atuação junto à sociedade organizada.

Quanto à questão dos frigoríficos, que também é uma temática da nossa audiência pública, Excelência, realmente, os números são assustadores. Talvez o representante, aqui, dos empregados possa, realmente, se estender em relação a isso.

Então, eu fiz, aqui, uma análise em relação ao que significa, realmente, essa situação dos frigoríficos. Parabéns, de novo, a classe trabalhadora por essa grande vitória da NR 36. Por quê, Excelências? Porque há uma verdadeira legião de lesionados, aqui, realmente, na categoria, sobretudo entre jovens, enfim... Jovens, realmente, são os preponderantes nesse segmento de atuação.

Podemos, literalmente, enfatizar, Excelências e colegas presentes, que nós estamos a consumir – evidentemente, pretendemos que isso melhore, essa é a nossa função institucional – produto decorrente do sofrimento humano. Ou seja, nós estamos verificando – vamos visitar, realmente, frigoríficos, essas indústrias todas, sem generalizações – que os números são muito alarmantes. São pessoas que... Até há um artigo do colega Heiler e ele diz isso no final de seu artigo, falando sobre as questões dos frigoríficos.

Você verifica aquela situação, apesar dos números, dos transtornos, que são muito maiores nesse segmento, pelo olhar daquela pessoa, daquele trabalhador. É você chegar no fim de uma jornada de trabalho de oito horas e, por conta daquele “*show*” que nós vimos no documentário Carne Osso, ser obrigado a enfrentar aquela situação por mais duas, três, quatro horas. E pior, Excelência, pior: esse é um problema que a gente vê no mundo do trabalho, em vários segmentos, lamentavelmente, que é uma fraude, que é a fraude no que se refere à marcação da jornada, não é?

Então, a pessoa vai, pega o seu crachá eletrônico: “Ah, mas eletrônico é seguro.” Lamentavelmente, o ser humano tem uma capacidade muito grande de burlar, seja a caneta, seja um controle mecânico, seja um sistema de computador. Eu já vi fraude em sistema de computador. É muito mais simples até, não é?

Então, aquele olhar de desespero daqueles jovens, que já estão com dores, estão lesionados. São pessoas que estão automatizadas. Elas não podem nem conversar com o seu colega de lado, porque, senão, elas impedem a linha de produção de caminhar normalmente e “recebem o *show*”. O “*show*” é do Carne, Osso, estou fazendo uma referência àquele filme e, também, ao que nós vemos no dia a dia.

Então, é o desespero, o desespero num país como o Brasil, que, realmente, está caminhando a passos largos, está-se desenvolvendo e tudo o mais, mas em que o trabalhador, realmente, não sente que está inserido nesse sistema produtivo. Ou seja, ele está sentindo que está sendo transformado em uma máquina e está referindo isso na sua saúde, aquela revolta, aquele desespero. Isso se chama, Excelência, assédio moral, que é o desespero, também, do gerente de banco, que sabe que sua agenda – já vi isso em casos concretos – tem que render tantos reais por mês. É dia 30 e ele faz o que puder, ele chora. Eu já peguei gerente em agência bancária chorando, numa sexta-feira à noite: “Mas como o senhor marca que uma jornada é às 18 horas e está aqui às 23 horas?” Chorando: “Eu preciso da minha função.”

Então, isso é assédio moral, seja pelo assédio em si, porque sempre, acima dele, vai ter um superior que depende daquele emprego também. Então é um assédio moral superveniente, há todo um sistema viciado, e ele não tem para onde correr, mas a grande notícia para quem eu espero que esteja nos vendo no Brasil inteiro é que é possível, sim, reverter isso.

Eu peço: procurem o Ministério Público do Trabalho, procurem os sindicatos. Vocês não precisam sofrer esse tipo de situação. “Doutor, eu tenho medo de perder meu emprego.” Se você vier ao Ministério Público e denunciar, e for punido por isso, isso é crime, coação no curso do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Valdir, para enriquecer o nosso trabalho, chegou, aqui, o Presidente da Nova Central, que é o Calixto.

Eu queria convidar o Calixto para vir para a mesa.

Seja bem-vindo. Aqui, você falará, agora, em nome de todas as centrais sobre esse tema. **(Palmas.)** Está convocado.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Excelência, não sei o tempo que tenho mais. V. Exª fique à vontade para...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está tão boa sua exposição, realista, objetiva, com dados e números. Dei-lhe em torno de 30 minutos e vou dar mais 10 agora.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Pois não, Excelência, fique à vontade, quando for para encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faço questão de ouvi-lo. Depois, os outros terão o tempo necessário também. E o Calixto vai nos brindar com uma fala também.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Excelência, então, o Ministério Público do Trabalho lida, no dia a dia, com o desespero. É o desespero da pessoa que tem de sustentar a sua família, com um emprego que está minando sua saúde, e a pessoa tem a sensação de que não tem para onde correr. Tem sim: corre para o Ministério Público do Trabalho. Temos o poder de investigação e somos otimistas. “Ah, mas o senhor é muito otimista!” Não, realmente, eu tenho a função – eu e todos os colegas do Brasil inteiro, procuradores e procuradoras do trabalho – de defender a ordem jurídica. O dia que um de nós não tiver essa convicção de poder mudar isso, vamos sair do Ministério Público. Realmente, temos a convicção de que isso se muda sim, temos instrumentos para isso. E percam o medo de denunciar. Vão à Procuradoria do Trabalho dos Municípios, todo o Território nacional está coberto por um procurador ou procuradora do trabalho, que, com certeza, vai investigar e vai, sim, reverter essa situação. Então, Excelência, é o desespero.

E essa questão da produção dos frigoríficos, dos bancos, do comércio, de todo segmento produtivo capitalista, ou seja, tempo é dinheiro literalmente, só que tempo não pode significar a morte e a saúde do empregado. Por que morte? Como você trabalha em uma obra que tem cronograma, você é obrigado a trabalhar até duas da madrugada, entrando às sete da manhã, lidando com equipamentos perigosos... Quando eu vou a inspeções, e os colegas vão também, o Ministério Público é magistratura de pé, se tira o paletó e a gravata, coloca-se um capacete e se vai aonde está o problema. Uma obra é um local perigosíssimo, assim como um frigorífico, assim como um trabalho no aterro da Estrutural, em que morre gente todo mês. Eu processei o Distrito Federal, processei as duas empresas exploradoras, processei o SLU, pedi uma indenização de R\$50 milhões de danos morais coletivos e espero ganhar essa ação. Mas isso não paga a vida daquelas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas os deixa, pelo menos, sabendo que tem gente que está cuidando disso, que estamos em estado de alerta. Parabéns.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Como admitimos uma criança, uma adolescente de 15 anos ser esmagada por um caminhão dentro do aterro da Estrutural? Vi isso ao vivo. Aí começaram as interlocuções junto ao Estado brasileiro. “Não, Ministério Público, é assim mesmo, aceitamos que é assim.” Pois não vai ser mais assim não. Por que deveria ser assim na Capital da República?

Enfim, seja no contexto que for, tempo é dinheiro, só que, lamentavelmente, o dinheiro é de quem está explorando aquela atividade. Raramente, o dinheiro vai, na medida que devia ser, para o bolso do empregado.

Então, é um ambiente perigosíssimo. Se não existir realmente uma conscientização, isso é uma questão muito difícil porque sou procurador quase há dezoito anos, vi talvez uma vez só um empresário admitir que estava errado. “Não, Ministério Público, vou assinar este TAC, mas não admito que esteja errado.” Então, não assina o TAC. O TAC equivale a uma confissão de que aquilo está errado. Não é um crime admitir que está errado, porque a partir do momento em que se admite que está errado você vai chamar seu técnico de segurança do trabalho, seu médico do trabalho e perguntar: o que você está fazendo aqui neste local? Como você me explica que aqui no Paranoá, no Distrito Federal, uma construção de um conjunto econômico tenha trabalhadores trabalhando até duas da madrugada? A partir do momento em que se admite... Fui lá, tenho a denúncia, estou investigando, há depoimento de trabalhadores, laudos. É isso mesmo? Vou lá de novo. Vou lá de noite. Se não se admitir, Excelência e colegas, que o problema existe, vamos ver empregados morrendo lamentavelmente no Sudoeste, no Estádio Nacional, no aterro, no Gama, e as pessoas dizendo que a culpa é do morto. Então, a conscientização.

Temos a NR 36, temos as regulamentações, PCMSO, PPRA, temos tudo. É claro que a NR está especificando mais o segmento. Mas se não existir essa conscientização, teremos esses mesmos números com ou sem NR. Por exemplo, a questão dos frigoríficos, para terminar, Excelência, temos aqui a incidência. Por exemplo, transtornos de humor afetivo, ou seja, problemas advindos do assédio moral, síndrome de *burnout*, grande carga de trabalho, você sabendo que não vai conseguir fazer aquilo, você realmente é minado. Em cada 100 mil trabalhadores, há um índice de 225 trabalhadores acometidos. No ramo dos frigoríficos, são 888. Transtornos dos nervos, 42 trabalhadores em 100 mil. Nos frigoríficos, 346. Transtornos dos tecidos moles, em cada 100 mil trabalhadores: 321, a média; nos frigoríficos: 1.625.

Na verdade, nós temos, Excelência, mesmo antes da NR nº 36, todo um sistema de proteção. Então, na verdade, o Direito é uma coisa muito lógica, é o bom senso.

O que nós podemos fazer para reverter esses números? Mas se a negação existe até na contabilização desses números, Excelência, a situação fica muito difícil. Aí nós vamos nas subnotificações, os CATs não expedidos, e vamos, de novo, ao Carne Osso, ao empregado que está com dores lancinantes e o médico do trabalho receita para ele diclofenaco; tem até no Carne Osso “Dr. Diclofenaco”. “Você não tem nada não!” Enfim, evidentemente que ele está em uma conduta, sem entrar no mérito da atividade-fim dele como médico, que vai contra a sua atividade. E o Ministério Público do Trabalho também atua nesse aspecto.

Como estamos falando de números tão altos e de tão poucas notificações? O que está acontecendo? Então, nós não podemos, evidentemente, quando se fala em segurança e saúde do trabalho, jogar o problema para debaixo do tapete. Porque se você não admite que aquele problema está ocorrendo, ele vai continuar existindo. Nós temos a Constituição da República que garante o ambiente no trabalho. Temos leis, temos uma NR muito específica e mais do que isto: nós temos seres humanos que estão caindo em nossa frente, e esses patrões não admitem isso? Com exceções, é claro, eu não posso generalizar.

Então, no que se refere ao segmento dos frigoríficos... Eu poderia falar também no segmento da construção civil, o dos transportes... Está aqui o Dr. Alessandro Miranda, ex-Coordenador Nacional da Codemat, que é o nosso Procurador-Chefe aqui em Brasília, fez um trabalho brilhante e pioneiro nesse aspecto. Estamos criando uma legião de surdos por conta do motor dianteiro.

Eu fiz um trabalho, juntamente com o Getrin de Brasília no fim do ano passado, eu e o pessoal aqui do Distrito Federal, e fomos até Samambaia. “Vamos pegar o ônibus. Vamos deixar o carro oficial.” Fomos para lá. Temos dados, perícias e tudo o mais, realmente é insuportável. E eu já andei muito de ônibus, enfim, classe média, não é, Excelência? Classe operária, então, eu andei muito de ônibus. A impressão que eu tenho é que hoje está pior do que quando eu andava de ônibus. Então, temos uma legião de surdos, com exames, e isso é realmente demonstrado. Temos uma condenação do TRT aqui de Brasília, com relação a algumas empresas de ônibus aqui de Brasília, condenações altas, em relação a uma questão até óbvia. Mas é difícil eles admitirem o óbvio.

Então, a partir do momento em que se admitir que todo mundo está caminhando ou deveria estar caminhando com a mesma finalidade, ou seja, de garantir uma condição digna de trabalho para nossa classe trabalhadora, e, a partir daí, se tomarem as medidas cabíveis, a situação será muito mais fácil, Excelência. E o Ministério Público do Trabalho entende que isso não é utopia. Mas enquanto nós não convenceremos alguns segmentos, realmente, da necessidade de não só termos essa legislação mas de cumprir essa legislação, sem querer jogar o problema para debaixo do tapete, então nós vamos atuar, sim, com todo o rigor da lei. Tentar, ao máximo, resolver de forma extrajudicial, mas, pela nossa obrigação constitucional, levar ao Poder Judiciário realmente essas questões.

E aí entra outro aspecto, porque a fiscalização também tem esse drama: vão, autuam, pagam as multas e continuam. Ou seja, isso é dito em alguns estudos, no próprio documentário, isso a gente vê no dia a dia. Em alguns contextos, fica mais barato pagar a multa da fiscalização do trabalho. Então, temos que criar mecanismos muito pesados. Isso, Excelência, não estaria acontecendo em países, talvez, com uma consciência mais arraigada na questão da segurança e saúde no trabalho, Estados Unidos e alguns países da Europa. Porque é a sensação da impunidade. Ou seja, isso é colocado nos custos, valor x, autuações trabalhistas... Isso é inadmissível!

Então, o Ministério Público do Trabalho atua. E, mais uma vez, eu conclamo, essa reunião está sendo ouvida no Brasil inteiro: que os trabalhadores vão, denunciem, percam o medo.

Nós vimos no documentário Carne Osso uma situação dramática. Eu falo muito no Carne Osso, Excelência, porque isso é um reflexo do que ocorre não só nos frigoríficos...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você faz bem em falar, até porque nós já passamos aqui o documentário Carne Osso para todo o Brasil. O ator nos deu essa oportunidade. Então, você lembra isso e muita gente já assistiu o documentário por meio da TV Senado.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – É que ele representa uma realidade que a gente vê no Ministério Público do Trabalho não só em relação ao pessoal dos frigoríficos. É o medo generalizado. “Eu vim aqui, vão descobrir, põe em sigilo, etc.” Então, eu peço, eu disse muito isso a uma certa categoria que estava com uma situação de assédio muito selvagem. Eu disse: se vocês não falarem, vai ser difícil, porque nós precisamos de prova. Se o patrão descumpra essas normas de segurança e saúde no trabalho... Aí entra também a questão do que você é capaz de fazer em determinado tempo. É uma forma de assédio também explorar o trabalhador ao máximo, como se fosse uma máquina. Se vocês não denunciarem, se não chegar ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho ou ao sindicato para que encaminhe para nós e o próprio sindicato resolva a fiscalização do trabalho, vocês não vão conseguir. Vocês vão morrer em cima dessas máquinas.

Então, mais uma vez faço essa conclamação, Excelência. Temos essa posição, esse otimismo de poder reverter, sim, tanto o Ministério Público do Trabalho quanto a Procuradoria-Geral do Trabalho, para dar um apoio importante, as procuradorias regionais, os procuradores-chefes e as coordenadorias. Conclamo para que haja realmente esse abastecimento de denúncias. E nós vamos fazer o que a Constituição manda, o que nós podemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Merece uma salva de palmas aqui o nosso Procurador do Trabalho. (*Palmas.*)

A gente às vezes fica só comentando, e o Brasil todo não tem essa visão. Essa informação chega de forma muito limitada para a nossa população. E esse é o mundo real. O relato que o senhor deu aqui é mundo real. Tenho a certeza de que vai ser, com a colaboração dos outros painelistas, enfatizada essa questão.

Eu tenho procurado viajar um pouco mais e fazer o que o senhor está fazendo: ir lá ver, de fato, no local o que está acontecendo. O relato que eu recebi dos metalúrgicos é o de que – almocei com eles sábado lá em Rio Grande, com toda a diretoria – estão em greve lá. Um dos motivos, claro, é o não pagamento da terceirizada quando fecham as portas e as condições de trabalho. Esse relato do que está acontecendo lá é o que o senhor está dizendo aqui.

Então, meus cumprimentos.

Bom, vamos deixar os convidados falarem, porque senão só fala o Paim; os convidados falam pouco, porque fico toda hora intervindo, não é?

Vamos passar agora para o nosso Dr. Leoclides Milton Arruda, que representa aqui o Ministério do Trabalho e Emprego.

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Quero cumprimentar a todos, em especial, à Mesa, na pessoa do Senador Paim, meu conterrâneo. Sou lá de São Luiz Gonzaga.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Do Olívio Dutra. Da Bossoroca?

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Isso mesmo. Da Bossoroca.

Cumprimentando, na pessoa do Senador Paim, a Mesa, quero externar aqui a minha satisfação em poder, neste momento, fazer parte deste debate, deste estudo, eu diria. É um debate aberto, franco e, como disse o Senador, aqui a gente não tem que procurar passar panos quentes nas...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só falar a verdade.

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Só falar a verdade sempre.

Então, é uma oportunidade muito boa de se colocar o que vem afligindo, na verdade, o trabalhador e – por que não dizer? – as empresas, as empresas sérias também, porque elas têm procurado desenvolver pesquisas nessas áreas.

Recentemente eu tive a graça, a oportunidade de ser designado, eu diria, para um trabalho ali na Fundacentro. A Fundacentro é uma instituição que pesquisa, com técnicos, com profissionais de todas as áreas, a segurança, a medicina, o bem-estar do trabalhador. E eu fiquei um pouco angustiado com isso, porque pensei: será que é o trabalhador o polo hipossuficiente mesmo nessa situação? Será que não há empresas também que, às vezes, se sentem aviltadas pelas condições, até pela celeridade com que muitas obras necessitam ser construídas, e aí relaxam em todas as situações, porque precisam chegar à conclusão?

Mas o que eu quero dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ajudar na reflexão, ainda tinha de xingar esse povo, não é? Onde se viu dizer que, pela rapidez da obra, se pode morrer, matar? Você tem toda razão em trazer esse tema. Olha, eu estou ficando cada vez mais indignado com esse quadro, e não é de hoje, que se apresenta, em que me dizem que está tudo 100%. Então, o cara, em nome da produção rápida, pode morrer, pode matar. Quer dizer, o direito à vida perde sua razão de ser. Aonde estamos chegando?!

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> por trazer essa questão, inclusive, de um empurrar para cima do outro. “Eu quero é obra pronta!” Mas vão para o inferno tu e a tua obra, quando está em jogo a vida dos trabalhadores.

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Verdade. Verdade.

Dizia o Dr. Valdir que, às vezes, isso fica mais barato, ou procura-se pagar a multa para ficar mais barato, do que fazer uma prevenção séria ao trabalhador. Dentro dessa reflexão que procurei fazer nesses últimos dias com relação a isso, imaginei que as indústrias, o empregador procura também se proteger, criar anteparos à lei, criar anteparos, antemuros naquilo que possa trazer prejuízo ao seu capital.

Isso é muito natural e precisa ser feito, mas entendo que deve ser direcionado sempre todo nosso esforço para colocar ao trabalhador condições mais dignas de trabalho.

Perguntaria, em determinadas situações, se eu estaria disposto a trabalhar naquilo, pela falta de segurança, pela insalubridade ali apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Colocar-se sempre no lugar do outro, não é? Aí, você vai sentir o que é bom para tosse.

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Isso é complicado.

E a segunda questão que eu trago é: quando se faz um estudo e se consegue chegar a uma norma regulamentadora, uma NR muito bem elaborada, prevista com todas as nuances que aquele trabalho vem exigir, para que tenha segurança, não raras vezes ela é feita e aplicada, e demora muito tempo para ser revista. E, recentemente, várias delas estão sendo revistas, porque, com a velocidade da tecnologia na indústria, em todo esse desenvolvimento que está aqui no nosso País, é necessário, com dedicação, que sejam revistas essas normas regulamentadoras, para que sejam atualizadas num tempo em que não vão perdendo a sua eficácia, em que não vão perdendo a eficiência no combate àquilo que degrada a saúde de todos os nossos trabalhadores, a todos nós, eu diria.

Então, eu quero aqui passar a palavra aos demais, principalmente dizendo que o Ministério do Trabalho, a Fundacentro, essa entidade vinculada, está à disposição não só para agir de ofício também na pesquisa, mas também por provocação dos senhores. Quando identificarem uma situação que mereça ou para a qual desejem a colaboração dos nossos técnicos, a Fundacentro está à disposição dos senhores.

Eu agradeço também ao meu Ministro por haver permitido que, neste momento, eu fizesse parte desta Mesa.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Euclides, que deu exemplos típicos de como é que parte – aqui ninguém está generalizando; há muita gente boa, há muito empresário empreendedor que tem responsabilidade social, e não é justo –, àqueles que não tem, aqueles que o importan-

te é a produção consideram irrelevante a vida do trabalhador, as sequelas do trabalhador – perder um braço, perder uma mão, perder uma perna ou perder a vida... Quer dizer, isso não tem preço, isso não tem conversa. E aí, eu acho que nós temos de pensar seriamente, mesmo com todo o trabalho que já está fazendo Ministério Público do Trabalho, nos fiscais do trabalho. É inadmissível, Brasília ter quatro, cinco, seis fiscais, uma cidade que está sempre em obra, está sempre em obra, e é bom que esteja. Enfim, o Brasil é um canteiro de obra hoje, e que bom poder dizer isso. Mas cadê os fiscais? Será que só a obra que é interessante?

Eu já trouxe aqui o sindicato dos fiscais do trabalho, e eles dizem mais ou menos o seguinte – dão como exemplo –: “Se nós tínhamos a um tempo atrás 10 mil empresas, tinha, digamos, 100 fiscais; hoje temos 100 mil empresas e o número de fiscais, refiro-me a números reais em relação àquela época, caiu pela metade! Então, você multiplicou por 100 o número de empresas e o número de fiscais, refiro a valores nominais e não relativos, porque se havia 100, à época, hoje têm 50. Então, alguém está trabalhando para que não haja fiscalização. E aí o Estado também é culpado. Eu faço parte deste Governo, mas o Estado tem que assumir isso. Como é que diminui o número de fiscais de forma drástica e nós estamos vendo aqui os números... São mortes, ninguém está aqui brincando, são vidas, e em nome da produção! O que é isso! A que ponto nós chegamos! Que bom nós estarmos em um momento bom de emprego. Emprego é bom, mas, morte não é bom para ninguém. Ninguém gosta.

Enfim, o Artur pediu para ficar para o final. Então, agora, nós vamos convidar o nosso companheiro Calixto, que é Presidente da Nova Central e participa do fórum das Confederações, que reúne quatro centrais e 17 confederações, para que ele possa também aqui fazer a sua exposição sobre um tema Calixto, e eu estive neste fim de semana lá no Polo Naval do Rio Grande e me reuni com os metalúrgicos de lá, que estão em greve, e um dos motivos é a falta de condição de trabalho digno, em que a Petrobras é a principal, porque ela é quem terceiriza; terceiriza não existe mais, ela “quarteiriza”, “quintariza” e faz o diabo a quatro, e os trabalhadores estão morrendo.

Calixto, por favor.

**O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS** – Primeiramente, eu queria cumprimentar o Senador Paim, cumprimentar os demais componentes da Mesa e, em especial, o meu companheiro Artur, o Presidente da CNTA. Cumprimentar os colegas dirigentes sindicais que estão aqui na plateia e todos os que participam deste ato.

A bem da verdade, eu gostaria, inicialmente, de dizer que não estamos devidamente preparados para discutir esse tema que tem causado tantas preocupações aos trabalhadores de um modo geral e as suas respectivas entidades. Mas quando se fala em norma regulamentadora de qualquer setor da atividade econômica é exatamente porque se chega à conclusão que o processo que os trabalhadores utilizam para a sua produção está carente de maiores preocupações. Então, o Ministério do Trabalho, com os trabalhadores, e muitas vezes os próprios empresários criam exatamente essa norma regulamentadora para tentar de alguma forma ou através dela reduzir a precarização em qualquer setor de atividade. Então, esse é o princípio fundamental dessa norma que está sendo discutida nesta reunião.

É evidente que, mesmo sem conviver com o problema diretamente, convivemos com a classe trabalhadora de modo geral e, de um modo especial, o presidente da confederação centraliza todas essas discussões. E, em conversa com o nosso colega, chegamos a nos surpreender como, num Estado com o desenvolvimento tecnológico em todos os setores, em todos os campos, ainda existam tantos acidentes como acontecem no setor de frigorífico de modo geral.

Não vamos aqui procurar culpados e, muito menos, acusar empresas, governo ou os próprios trabalhadores, mas necessitamos, como representantes de trabalhadores, que haja um pouco mais de cuidado e, em consequência, mais respeito para com os trabalhadores que exercem essa atividade, muitas vezes, que chama a atenção de qualquer cidadão que assista ao movimento dentro dos frigoríficos. Uma prova disso é que, mesmo havendo já certa modernização nas atividades profissionais, ficou muito claro que o setor é muito carente, inclusive, de prevenção, e aqui, pelo trabalho que já deve ter sido apresentado, somente no ano de 2012, foram registrados 19.400 acidentes. Não é brincadeira, durante um ano, 19.400...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, oficiais. Há quem diga que pode multiplicar por dois, no mínimo, o número de acidentes. Há aqueles que não são computados.

**O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS** – Agora, isso vai muito mais além, quando o estudo indica que foram 38 acidentes fatais.

Quando se fala num acidente, termina sendo envolvida a própria Previdência Social. Termina sendo atingida, e, em 2012 também, entraram em gozo de benefício mais de 2.400 pessoas, 2.400 trabalhadores. Então, alguma coisa não está funcionando bem, daí por que a necessidade dessa norma regulamentadora.

Se nós levarmos em conta a questão do salário, vamos ver também alguma necessidade de melhorar um pouco esse tratamento, porque se trata de um setor econômico com influência muito grande na economia

nacional. E é necessário, portanto, haja um pouco mais de divisão dos benefícios que esse setor econômico traz para o Brasil. Basta que vejam as importações. Todos nós usamos do frigorífico. Todos nós. E o Brasil chegou exatamente a um estágio invejável no cenário nacional, com as exportações, que são naturais.

Mas há aqui outro dado para o qual é conveniente chamar a atenção: entre 2010 e 2012, o número de auxílios acidentários concedidos chegou a mais de 8.000. Entre dois anos, mais de 8.138 acidentes. E aí uma coisa que nos chama muito a atenção: data vênua, em vez de melhorar essa prevenção, parece até que piorou um pouco, quando você considera que, só em 2013, entre janeiro e outubro, cerca de 2.000 trabalhadores também tiveram que se submeter à Previdência Social.

Então, sem querer, como afirmamos no início, apontar culpados... Geralmente, quando se fala em culpados, envolvem-se os três setores: envolvem-se os trabalhadores, envolvem-se os empresários, envolve-se o próprio Governo, que, muitas vezes, não dispõe de um acompanhamento permanente, para não dizer uma fiscalização permanente. No nosso modo de entender, não é a questão da fiscalização, autuação. É a questão do acompanhamento, da orientação. Nós não pretendemos que o fiscal chegue à empresa e autue automaticamente, porque às vezes não resolve o problema. É melhor que haja um entendimento mais amigável, digamos assim, para orientar. A primeira etapa da fiscalização deve ser orientadora, e não punitiva. Talvez até isso possa reduzir um pouco essa pressão toda.

Do nosso lado, do lado dos trabalhadores, normalmente se diz que o trabalhador é responsável porque ele não quer usar os devidos equipamentos ou não sabe usar os equipamentos. Isso, data vênua também, não é bem verdade. O trabalhador, basta que ele tenha a orientação devida, passa a cumprir, até porque ele sabe que ali está em jogo a sua própria vida. Então, ninguém brinca com a vida. Portanto, isso também não justifica a pecha de que os trabalhadores também são responsáveis.

Então, Senador, acho que uma audiência desse porte – e sabiamente V. Ex<sup>a</sup> também convidou o nobre Procurador – para nós tem uma importância fundamental, porque acho que é preferível corrigir as falhas, os erros, para evitar que, quando formos remediar, já não haja mais condição.

Então, acho também, se me permite, que a intenção do Presidente da confederação é exatamente aquela de pacificar todo esse tipo de trabalho, evitar a precarização desenfreada, especialmente – não tenho levantamento maior – do problema da terceirização, contanto que haja, vamos dizer mesmo, lucro para os dois lados; ou para os três lados. Qual é o lucro para o trabalhador? É que ele saia de casa, sabendo que vai trabalhar, mas trabalhar em condições seguras, com seu salário, maior ou menor, mas, principalmente, em condições seguras. É preciso que haja um tratamento igualitário como pessoa humana entre trabalhadores e empregadores.

Também entendo que o empregador deve querer o melhor, porque, se ele não tratar adequadamente os trabalhadores que produzem, ele também não terá o êxito para o qual aquela determinada empresa foi constituída.

Então, nós estamos aqui, como eu disse, sem ter conhecimento profundo do processo, mas estamos aqui na condição de, eu diria até, apaziguadores, porque isso também é missão da entidade sindical. Nós não queremos o mal da empresa, absolutamente. Se não houver empresa, como é que nós vamos trabalhar? Nós queremos o bem, mas nós queremos também que esse bem da empresa seja distribuído e reconhecido entre aqueles que produzem para o crescimento da empresa, para o crescimento da economia nacional e para o crescimento da própria Nação.

É assim que a nossa Central trabalha em todos os setores da atividade profissional e econômica. É assim que nós orientamos o nosso pessoal, para, primeiro, esgotar todos os esforços possíveis e imagináveis antes de entrar em qualquer tipo de demanda.

Tenho uma citação a fazer. O meu primeiro patrão – é interessante que ele era o secretário do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e que eu era o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da cidade de Recife –, que conversava muito comigo, dizia sempre que era melhor um mau acordo do que uma boa demanda.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS** – Isso tem um pouco de razão? Tem. Agora, esse mau acordo, nós temos de substituí-lo por um bom acordo, porque o mau acordo não atinge o objetivo do trabalhador. Uma boa demanda, às vezes, é muito pior, porque você fica só naquela expectativa e leva anos, anos, anos e mais anos sem ter uma solução, quando a solução, muitas vezes, está patente ali, dentro da empresa, quando se trata da conversação, do entendimento entre patrões e empregados.

Então, o que nós solicitamos do setor industrial, do frigorífico, é que analise com muita simpatia todos esses problemas que foram levantados e tente também, de todas as formas, evitá-los. Você ganha, o trabalhador ganha, e a Nação ganha. A previdência está aí, e, todos os dias, o Ministro fala em déficit e, muitas vezes, paga determinados benefícios. Se houvesse um pouco mais de atenção não só da parte do setor frigorífico,

mas da parte de todo o setor econômico, talvez, pudéssemos deixar de falar nesse déficit tão falado – nós não acreditamos muito nele –, nesse déficit astronômico da previdência social.

Esta é apenas uma participação muito breve, muito rápida, mas nós fazemos um apelo para esse setor tão importante, que é o setor frigorífico.

Agradeço ao Senador.

Eu me ponho à disposição de V. Ex<sup>a</sup>.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o José Calixto, da Nova Central e da CNTI.

Recebi do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande, com quem estive no sábado, Benito de Oliveira Gonçalves – Benito, eu sei que você está assistindo à nossa audiência pública –, o seguinte pedido: “Paim, pelo amor de Deus, nós temos só dois fiscais”.

Calculem: eles tinham dois fiscais antes de o polo naval ser iniciado. O polo naval gerou mais de 30 mil empregos, se pegarmos o conjunto da região. Só nas plataformas, mais de 10 mil. E continuam os dois fiscais lá. Se não há fiscalização, como o Ministério Público do Trabalho vai saber que está havendo mortes, sequelas e acidentes graves? Ele também faz um apelo a V. Ex<sup>a</sup>. Insistiu que mande alguém para lá com mais força. Eles estão parados por causa disso e acham que só com punição mesmo. Se não punir, não leva. A gente conversa, conversa, conversa e não acontece nada! E eles ficam bravos até comigo – é a história do fator –, muitas vezes, e com razão: “Tudo bem, Paim, você acabou com o fator no Senado, mas por que a Câmara não vota?”. E com razão. Ele faz até um apelo ao senhor. Se puder, para...

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Os colegas do Rio Grande do Sul, com certeza, devem estar assistindo a esta reunião, mas, de todo modo, eu me comprometo a, assim que sair daqui, entrar em contato com eles e, evidentemente, repassar essa informação. E, com certeza, o Ministério Público do Trabalho...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parar uma produção de plataformas com repercussão internacional por falta de condições de trabalho e pelos gatos, que são os terceirizados, que não pagam, é gravíssimo. Então, fazer um apelo também...

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Com certeza, os colegas vão ser...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao Ministério do Trabalho eu posso fazer um apelo, mas eles vão dizer que não há fiscais para mandar. E fica o dito pelo não dito, e a nossa audiência fica travada.

Agora o Artur vai falar um pouco.

Meus cumprimentos ao Calixto pela reflexão que fez. Quando a vida está em jogo, pessoal, pelo amor de Deus, não há explicação. Se a vida não estiver em primeiro lugar, eu não entendo mais nada. Doa a quem doer, se tiver que multar que multe, e multa dobrada, de preferência, para ver se o pessoal acorda. O Calixto, como é da Confederação, fez uma reflexão, claro, da negociação, do entendimento. Ele é o mediador, esse é o papel dele. Mas eu, como legislador, estou cansado de ouvir. É muito papo furado na rua e o trabalhador está morrendo.

Estamos discutindo aqui sobre acidente de trabalho. Portanto, faço um apelo tanto ao Procurador como... Que a Delegacia Regional do Trabalho vá ver o que está acontecendo. Eu vi e me apavorei. Estive nos frigoríficos para averiguar a respeito do tema e me assustei. Por isso exibi o documentário “Carne e Osso”. O Artur pediu e abrimos novamente a possibilidade hoje porque, conforme o Artur me disse, pouco mudou, quase nada mudou, em relação às condições reais de trabalho.

Mas agora o Artur vai falar muito mais do que eu das suas preocupações.

Muito obrigado, Calixto, pela reflexão equilibrada e tranquila de anos de experiência.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Bom dia a todos e a todas. Quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim, que preside esta reunião; quero também cumprimentar a Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Rita, que prontamente procurou encaixar esta audiência, porque, realmente, esta data só foi possível com a interferência do Senador e com o esforço da Senadora para que pudéssemos realizá-la hoje; quero cumprimentar o meu companheiro, meu professor Calixto; quero cumprimentar o Leoclides, representando aqui o Ministério do Trabalho; o Valdir, representando a Procuradoria do Trabalho; todos os companheiros e companheiras; todos aqui presentes.

Senador, falar da situação dos trabalhadores do setor de frigoríficos para nós já se tornou uma rotina. O mais importante de tudo, quando se aborda a questão da indignação, é que eu acho que enquanto nós estamos nos indignando com o que está acontecendo, há uma esperança de mudarmos a situação.

Eu queria iniciar a minha fala, primeiro, dizendo do esforço de toda a representação dos trabalhadores, das centrais, das confederações, das federações e dos sindicatos, do esforço feito para que pudéssemos viabilizar uma norma regulamentadora no setor de frigorífico. E aqui, Dr. Valdir, eu quero dizer, à Procuradoria e

também ao Ministério do Trabalho, que, se não fosse o esforço dessas duas instituições, provavelmente nós não teríamos conseguido viabilizar essa norma regulamentadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A situação estaria pior do que a que nós estamos discutindo aqui.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Sem dúvida, Senador, a situação seria ainda bem pior.

Nós tivemos várias audiências com o Ministro do Trabalho, colocando as questões para ele. Tudo bem, a NR está aqui, bonitinha, dentro daquilo que foi possível; ela não é a ideal – claro que não! –, mas ela foi feita numa comissão tripartite, com representação dos trabalhadores, do Governo e do setor econômico. É evidente que, em muitos pontos, nós gostaríamos de ter avançado mais, mas isso é o que foi possível fazer.

Agora, o que é lamentável é que o setor econômico foi convidado para esta audiência, até para que nós pudéssemos fazer uma avaliação dos itens desta NR que já estão em vigor. Porque essa NR é bem flexível. Quanto àqueles pontos para que os empresários precisavam de um tempo maior para aplicar, foi feita a concessão pela representação dos trabalhadores e do Governo. Tanto é que há itens que tratam da questão estrutural que têm um prazo de 24 meses, mas não se cumpre nem o mínimo que já está em vigor, como, por exemplo, as pausas de 10 ou 20 minutos a cada 50 minutos de trabalho. Nem isso!

E aqui há mais um agravante, Senador. Nós conseguimos montar uma força-tarefa no Estado do Rio Grande do Sul, com a participação da Confederação dos Sindicatos, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho – a Carine depois talvez possa nos fornecer informações importantes sobre isso, porque ela está acompanhando e é fisioterapeuta. Mas já iniciamos essa força-tarefa. E lá se constata – foi me passado o relatório – que são os frigoríficos menores que estão procurando cumprir a NR, e os maiores não. Os maiores estão buscando subterfúgios para fugir da aplicação da NR. É isso que nós temos constatado. E aí eu começo a entender por que eles não vieram. Porque eles não têm argumento para dizer por que ainda não cumpriram.

E como é que pode ser isso? A representação econômica participa da elaboração da NR, de toda a discussão, que levou quase dois anos para se conseguir realmente finalizar, e aí não quer participar nem de uma discussão para dizer o porquê, quais são as dificuldades que eles estão tendo para aplicar a NR.

Então, é preciso realmente, Senador, irmos para a ofensiva, não vejo outra alternativa; o diálogo, a busca do entendimento, tudo isso nós temos feito. E quero aqui também fazer uma denúncia: a Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi convidada para estar aqui hoje, e a CNI participou efetivamente da discussão e da elaboração desta NR, e também não compareceu aqui.

É bom que se diga, Senador, que esta NR só foi viabilizada com o empenho de todas as entidades sindicais, inclusive, isso custou uma manifestação em frente à sede da CNI em 2011, quando nós fizemos uma manifestação e ameaçamos acampar lá até que se fosse buscar uma alternativa para minimizar um pouco as condições de trabalho no setor de frigorífico.

Pois bem. Diante de todo esse quadro que nós estamos hoje vivendo – e eu não vou aqui repetir os dados, porque eu acho que tanto o Dr. Valdir, Procurador, quanto o Calixto colocaram aqui os dados que nós levantamos através do Dieese, que fez uma estatística para nós, e também buscamos a Previdência Social para que nós tivéssemos realmente essas informações –, uma coisa não dá para entender: nós sempre soubemos que o Ministério do Trabalho sempre foi o primo pobre do Governo, não é? Sempre foi, certo? Mas agora que nós temos um governo que, em princípio, entendemos que seja um governo que sai de dentro da classe trabalhadora e dá continuidade através da Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, a gente também não vê o empenho. Não tem como dar uma resposta a essa situação se não se cria uma estrutura para a instituição. Não adianta – é isso que o Senador falou –, não adianta ficar cobrando aqui do representante do Ministério do Trabalho porque não há fiscais para fiscalizar.

E aí nós estamos vendo acontecer a cada instante... Quer dizer, como nós podemos... Num número equivalente a 400 mil trabalhadores do setor frigorífico no Brasil, nós temos uma média de 36 ou 37 mortes por ano. Isso é inadmissível!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mortes por acidente do trabalho.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Acidente do trabalho. Isso sem falar naqueles que ficam mutilados, naqueles que se aposentam por invalidez, naqueles que ficam afastados por auxílio-doença, enfim... É claro que isso é custo para a sociedade pagar. É a sociedade que paga esse custo.

Aí nós entramos naquela questão da estrutura da saúde pública. Quer dizer, se você tem um custo altíssimo em virtude das condições precárias de trabalho, você não tem como investir para melhorar a saúde pública. Quer dizer, isso é uma bola de neve. Então, é preciso que haja o empenho efetivo, o apoio, realmente, de todas as instituições.

Aí, Senador, se me permite, eu quero fazer uma proposta: nós temos que fazer essa força-tarefa em todos os Estados. Não tem outro caminho. Nós temos... A Carine, depois, pode dizer melhor, mas eu acho que lá são

18 profissionais ao todo, que estão indo de frigorífico em frigorífico com a NR na mão. Está aqui e se discute... E aí eu tenho a informação de que no papel está tudo muito bonitinho, só que na prática...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na produção não muda nada.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Na produção não se muda nada.

E aí outro fator, que não é o previdenciário: nós precisamos, urgentemente, Senador, talvez através de um projeto de lei, não sei como... A estrutura que nós temos para combater acidentes do trabalho e doenças ocupacionais no nosso País está falida, não funciona. O médico do trabalho não pode ser subordinado à empresa. Isso está errado. Aí, o que acontece? O trabalhador está lá com uma dor no braço e vai ao médico. Em vez de o médico procurar chamar o engenheiro de segurança da empresa para ver a atividade que ele está exercendo, para poder buscar uma alternativa, para mudar, talvez até da função dele, ele dá analgésico. Aí acaba camuflando essa dor e ela passa do primeiro para o segundo grau, depois para o terceiro, e quando você está com uma doença crônica e não tem mais como reverter. E aí quem... Quer dizer, o trabalhador aí, com uma LER/Dort, uma doença que todos sabemos que é terrível, porque você olha a pessoa e aparentemente ela parece estar saudável, mas que dizem que é uma dor terrível, que acaba, às vezes, até desagregando a própria família... São consequências que nós estamos sofrendo, a sociedade está sofrendo.

Aí, a proposta que eu quero fazer em cima dessa questão é que o médico do trabalho tem que ser autônomo e ter autonomia de decisão. Ele não pode estar subordinado à empresa, porque, a partir do momento em que ele está subordinado à empresa, como ele vai realmente agir em questões que vão trazer um custo para a empresa e mudar determinadas condições de trabalho internas. Eu...

Pois não, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu acho que, tanto o engenheiro... Porque eu fui técnico em segurança do trabalho. Por isso essa minha indignação. Eu conheço bem esse mundo. Se algum empresário está vendo aqui a TV Senado, eu conheço muito bem. Eu comecei na Cipa. Como eu via que a Cipa não resolvia nada... A verdade é essa. A Cipa não resolve devido a isso. Tu levava para a direção da empresa e a empresa não faz coisa alguma. "Ah, manda o relatório aqui". Fiz, mandei e daí? Quebrei um pau; virei técnico em segurança do trabalho, com a autonomia e a estabilidade que a CIPA me dava. Daí começou a mudar. Começamos a diminuir o número de acidentes em quase 70%. Mas essa empresa de que estou falando me deu essa liberdade: "Ah, então, tudo bem; tu vais fazer um curso de técnico em segurança". Eu disse: Tudo bem; então, eu vou fazer". Aí, eu presidi a CIPA, com uma votação direta, não indicado pelo empregador. Era técnico em segurança do trabalho eleito pelo voto direto.

Então, concordando com você, eu quero dizer que esse mundo do acidente do trabalho eu conheço bem. Então, pode vir o bispo aqui falar comigo... Eu não sou dono da verdade – é claro –, mas conheço bem as enredações que eles fazem. Faz-se o relatório, entrega, e eles acatam tudo. No papel, fica bonito, como você disse.

Por isso que eu concordo com você. A gente tinha que garantir alguma segurança para o supervisor de segurança do trabalho e para o engenheiro, a fim de que eles não pudessem ser demitidos por denunciar um fato que estava acontecendo. Se ele denunciar, é demitido...

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – É verdade! Ele está subordinado à empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, há de haver o mínimo de segurança para garantir que ele possa desenvolver com tranquilidade... E há empresários – não são todos, alguns, daí porque não quero usar um termo inadequado – que são tão equivocados que não percebem que o maior prejudicado, primeiro, claro, é o trabalhador; segundo, ele mesmo. Tu tens um baita de um profissional que, de repente, não pode operar mais porque sofreu um acidente. Claro que o primeiro prejudicado é o trabalhador, porque ele é o sequelado, é ele que perde o braço.

Quando eu tomei essa posição em uma empresa onde eu trabalhava, eu vi o cara perder o braço por aqui. E é tão grave o aspecto psicológico, digo a vocês – e ele deve estar até me ouvindo lá, no Rio Grande –, que, quando ele teve um filho, sabem o que aconteceu? O filho nasceu exatamente com as mesmas cicatrizes que ele tinha. Dá para entender isso? Depois do acidente, a esposa ficou grávida, e nasceu uma criança exatamente sem o braço e com as sequelas aqui ao lado. Falo para mostrar o quanto isso abala a vida da nossa gente, do nosso povo.

Por isso, é fundamental o que você está colocando. Há de haver alguma coisa que diga que o engenheiro ou o supervisor em segurança do trabalho têm que ter o mínimo de garantia de que não será demitido por mandar parar uma máquina, por exemplo. "Essa máquina não vai mais operar como está!" Se ele fizer isso, o cara pega, demite ele e manda a máquina continuar trabalhando.

Então, meus elogios aqui pela sua proposta, e que a gente caminhe nesse sentido.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Obrigado, Senador.

Eu queria concluir a minha fala apenas citando aqui – e não citarei todos, mas pelo menos um – um caso que vai além da questão do cumprimento da NR. Estão ocorrendo mortes dentro de frigoríficos por meros detalhes. E, aí, nem é custo; é desinteresse pela segurança do trabalhador.

Vou citar um caso aqui, Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, de Alegrete. E um companheiro de Alegrete, inclusive, está aí. Foi um acidente que é inadmissível. Um trabalhador, que fazia a limpeza embaixo das máquinas, ali onde caem as vísceras do animal, aquela parte que é utilizada para fazer graxa, enfim, de costume, fazia aquilo na hora do almoço. E por quê? Porque tinha que estar parada a máquina. E, de repente, um dia desses, precisava da produção antes do término do horário da refeição. E, aí, vem o chefe correndo e liga a máquina; só que ele estava lá embaixo. Ora, como é que pode você não ter um sensor? Esse controle tem que estar na mão de quem está lá embaixo! Como é que pode? Realmente, deve haver um aviso: se alguém vier aqui ligar a máquina com alguém lá embaixo... Quer dizer: moeu o trabalhador.

Então, são coisas assim que não podem mais continuar.

Aí, tudo bem; o Ministério Público atua, porque vai lá, interdita a empresa, que ficou quinze ou vinte dias parada. Não é, Marcos? Mas e daí? A vida de um trabalhador, pai de família, já se foi.

Só em frigoríficos acontece isso? Não! Recentemente, aconteceu um caso no interior de São Paulo, em Sorocaba. Outra coisa também absurda. Isso só para nós termos uma noção dessa questão. Um robô que tinha a atividade de pegar as caixas e colocar no estrado para carregar o caminhão. Quando o trabalhador que cuidava da manutenção desse robô estava se preparando para ir embora, deu um problema no robô. Ai, alguém diz: "Vá lá consertar..."

Esse robô tinha um sensor só do lado direito. Do lado esquerdo, não. Então, se você entra do lado esquerdo e conserta o robô, ele passa a funcionar. Acho que, pensando em ir embora talvez para ver a família, ele entrou do lado esquerdo e consertou o robô. Na hora em que ele consertou o robô, começou a funcionar, deu uma braçada no pescoço dele, o robô encontrou firmeza, achou que era uma caixa – para ele é uma caixa – e prensou a cabeça do trabalhador em Sorocaba. Custava pôr um sensor também do lado esquerdo? É evidente que poderia acontecer isso. A questão é: não dá para prever isso? Não dá para evitar?

Então, Senador, eu quero deixar aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na mesma linha do que você colocou, não sei se em Mato Grosso, num frigorífico, ligaram errado a tubulação, entrou gás na empresa, matou quatro, se não me engano, e foram quinze para o hospital, porque ligaram o gás errado na hora de fazer a conexão. Nós fizemos uma audiência pública aqui nesse sentido.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Foi, foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Coisas como essas não dá para entender. Não há sequer uma marca na própria conexão que não permita que você ligue o gás. Jogou o gás para dentro da empresa. Um monte desmaiou e quatro ou cinco morreram. Eu trouxe alguns aqui. Vieram os empresários, vieram os trabalhadores, veio o Ministério Público. Aí que descobriram que tinham que colocar uma marca na conexão para não permitir que alguém trocasse na hora que fosse engatar o tal do gás de entrada e de saída, para não permitir que toda a fábrica recebesse um gás venenoso que matava em três minutos. Uma turma faleceu, foram outros para o hospital e outros saíram correndo da empresa.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – É o mínimo. Isso nem custo tem. O que custa pôr um sensor ali para controlar?

Eu quero finalizar dizendo que a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, nos últimos oito anos, tem investido 70% da nossa receita no combate a acidente de trabalho e doenças ocupacionais da nossa categoria. Nós confeccionamos 120 mil cartilhas como esta, onde está, na íntegra, a NR-36 e nome e endereço de todas as entidades sindicais do nosso País, com telefone e *e-mail*. Estamos distribuindo, Senador, em todos os Estados, fazendo chegar na mão dos trabalhadores, para que eles possam passar a ter conhecimento dessa NR e denunciar na sua entidade.

Nós ainda estamos enxugando um pouco a estrutura que temos em Brasília e montando miniestructuras nos Estados para que nós possamos – a Confederação, junto com as federações, junto com os sindicatos – ter ações realmente incisivas para fazermos o combate.

Como disse muito bem o Senador, se trata de vida humana, se trata da saúde humana, se trata do que nós temos de mais sagrado. Nós sabemos, quando ocorre um acidente no trabalho e acaba havendo a perda de uma vida, o que significa isso para a estrutura familiar. É realmente irreversível. Não se recupera mais. Fica aquele trauma. Imaginem só: alguém sai de manhã para trabalhar e não volta mais para casa e, às vezes, por falta simplesmente de uma atenção maior, vamos dizer, de uma consideração maior pelo ser humano.

Muito disso, como bem disse o Senador, precisamos cobrar do Governo... (*Falha na gravação.*)

... principalmente dessas grandes empresas com financiamento e sem uma contrapartida sequer para melhorar as condições de trabalho. Nós temos cobrado do BNDES constantemente. Já tivemos várias audiências com o presidente do BNDES, mas infelizmente não temos conseguido...

Senador, se me permite, queria aproveitar para registrar que queremos fazer o lançamento dessa cartilha e, ao mesmo tempo, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, nós queremos prestar uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>. Merecidamente, o Senador Paulo Paim tem se empenhado – eu sei que não é só com a categoria de alimentação, não; com toda a classe trabalhadora –, para poder realmente viabilizar aqui audiências públicas; tem debatido essas questões e buscado sempre atender a todos os pedidos das representações dos trabalhadores.

Então, se me permite, Senador, eu queria lhe prestar uma homenagem simbólica, simples, e lhe entregar uma placa de reconhecimento dos 1,6 milhão de trabalhadores que temos em nossa categoria, pela sua dedicação, pelo seu trabalho, pelo seu empenho em busca de melhoria de condições de trabalho e de vida...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – ... para todos os trabalhadores e toda a categoria de alimentação.

Eu pediria, rapidamente, que o pessoal viesse aqui, os funcionários e o pessoal da categoria, para prestar essa rápida homenagem ao Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Palmas pela sua fala. *(Palmas.)*

Vamos, simbolicamente, tirar uma foto coletiva. A moçada vem para cá, a gente senta, vocês ficam aqui atrás e nós tiramos uma foto coletiva.

Vamos sentar? Eles ficam aqui atrás e fica essa mensagem.

Enquanto isso, eu leio, rapidamente, para que todos saibam:

CNTA, 25 anos de luta. A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, CNTA e Afins, juntamente com os sindicatos e federações, homenageia este Senador, em reconhecimento à sua dedicação e empenho no combate aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais dos trabalhadores e trabalhadoras do setor frigorífico.

Nossos sinceros agradecimentos.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Deu para pegar todo mundo na foto?

Muito obrigado, Artur.

Feito. A moçada toda aqui, meus companheiros do Rio Grande, encontramos-nos no avião, ontem, e conversamos.

Vou dar uma cumprimentada rápida aqui em cada um e vamos fazer o debate agora.

Então, de imediato, continuando a nossa audiência, que não foi interrompida – foi apenas um ato simbólico da importância da luta contra todo tipo de acidente de trabalho –, o Artur foi feliz. Esta audiência foi promovida por causa da situação dos trabalhadores da CNTA e Afins, enfim, do ramo da alimentação, mas ela serve para todos, porque não é diferente. Eu, aqui, dei exemplo, inclusive, do setor metalúrgico, na abertura que estive lá em Rio Grande nesse fim de semana.

Então, vamos primeiro fazer esse registro dos nossos companheiros que estão aqui. Eu queria cumprimentar, porque estão aqui conosco, presentes, e o Brasil todo a nós está assistindo. Eu coloquei no silencioso, aqui, o meu celular, e vêm elogios pela audiência. Só elogios até o momento.

Enfim, representando a Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná, estão aqui presentes.

Delegação do Paraná, por favor, cite o nome para registro aqui. Cite o nome daí mesmo. Aperte, fica verde. Cite o nome.

**O SR. ERNANE GARCIA FERREIRA** – Ernane. Federação de Alimentação do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado de Mato Grosso. Só aperte o botão verde e cite o nome e o Estado.

**O SR. JUAREZ BRUNHAGO** – Juarez Brunhago. Nova Mutum, Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

Federação e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bagé, Rio Grande do Sul.

**O SR. CLÁUDIO GOMES GONÇALVES** – Cláudio Gomes Gonçalves. Sindicato da Alimentação de Bagé.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bagé, Rio Grande do Sul.

Tem alguém mais do Mato Grosso? Pode citar o nome, é importante.

**O SR. GERSON JOÃO COLLE** – Dr. Gerson João Colle, assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Tangará da Serra.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria com sede em Brasília. Está aqui o representante do *site* Dicas de Brasília. Seja bem-vindo.

O assessor da Senadora Angela Portela também está aqui conosco, só para citar.

Da CNTI, o Calixto está à mesa, e também a Nova Central.

Parabéns a todos pela participação, com as delegações correspondentes.

Agora, Vamos aos inscritos para usar a palavra, nesse momento, por cinco minutos. Podem dar um depoimento. Ao mesmo tempo, se quiserem fazer alguma pergunta para a Mesa, fiquem à vontade.

Pela inscrição, o assessor jurídico do SINTIAAL, Gerson João Colle.

**O SR. GERSON JOÃO COLLE** – Bom dia a todos.

Primeiramente, queria agradecer a oportunidade de estar aqui presente e também aos esforços do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e das pessoas que participaram da realização da NR-36.

A NR-36 é um avanço, mas é preciso muito para a gente pôr em prática. Os frigoríficos no Mato Grosso nos quais participo com os trabalhadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse acidente de que falei não foi em Mato Grosso?

**O SR. GERSON JOÃO COLLE** – Em Mato Grosso do Sul, mas teve um semelhante no Mato Grosso em que morreram três pessoas.

A NR-36 foi um avanço. Queria agradecer o trabalho de todos que participaram da elaboração dela.

Não queria tecer nenhuma crítica, mas a realidade que nos está posta no Mato Grosso é que há deficiência na fiscalização pelo Ministério do Trabalho. Os Procuradores, apesar de desenvolverem um ótimo trabalho, não estão em número adequado para a extensão continental do Mato Grosso.

Primeiramente, com relação ao que está posto no Mato Grosso, hoje, sobre os frigoríficos, há uma grande quantidade de doenças LER/Dort, devido ao excesso de jornada por causa dos movimentos repetitivos. Na área frigorífica, é o dia todo de movimento repetitivo.

Outra coisa que nos chama a atenção é a falta da emissão de CAT para o trabalhador que tem menos de 12 contribuições. Ele não consegue o benefício previdenciário e cai em uma vala. Está com uma doença laboral, o empregador não emite a CAT... (*Fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...para a imprensa sobre esse tema.

**O SR. GERSON JOÃO COLLE** – ...e o trabalhador cai na vala de quem não tem as 12 contribuições para adquirir o benefício previdenciário. Acho que a gente deveria mudar a legislação. Se o empregador não emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho, o próprio médico pode emitir, o sindicato, o próprio trabalhador pode emitir, mas, se ele emitir ou se alguém emitir – eu, como assessor jurídico do sindicato, já emiti várias CATs –, depois tem algumas represálias na empresa, principalmente na área frigorífica.

Um problema que nos chama a atenção também é a recuperação judicial.

O que acontece no Mato Grosso, falando especificamente de frigorífico? Aparece um frigorífico de São Paulo, trabalha dois e três anos, não paga ninguém e entra em recuperação judicial. Você tem todo o trabalho na Justiça do Trabalho, enfrentando todos os recursos possíveis e imagináveis, para posteriormente habilitar os créditos, principalmente no Estado de São Paulo. Tenho processos há cinco ou seis anos em que os trabalhadores não viram a cor do dinheiro das verbas rescisórias.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é gravíssimo! Acham que o trabalhador vive de vento?

**O SR. GERSON JOÃO COLLE** – O que é mais grave é que o frigorífico sucessor, não sei por que cargas d'água, foi no processo de recuperação judicial e afanou todos os bens patrimoniais do sucedido. Essa é uma coisa que estou verificando em São Paulo. Acho que vai caber denúncias tanto do Judiciário...

Outro trabalho que a gente vem desenvolvendo, às vezes em companhia com o Ministério Público de Trabalho, é sobre as indenizações por danos morais coletivos. Em um caso específico, o Ministério Público, o sindicato e a empresa estavam fechando um acordo em R\$ 4 milhões, de indenizações. Chegou ao final, para fechar, a empresa recuou. O juiz de 1ª Instância aplicou uma multa de R\$ 1 milhão. Mas já em 2ª Instância... Quer dizer, fugiu um pouco uma quilometragem de 250 quilômetros, o TRT reduziu para R\$ 200 mil. E no recurso de revista, eu acho que vai ser zero. Então, nessa audiência pública aqui está faltando um integrante do Poder Judiciário Trabalhista.

A minha realidade lá no Mato Grosso não é diferente da dos demais. Certo? Então, a gente teria de ver, acredito, como bom gaúcho que é o Senador Paim – e eu sou lá do Sul também –, essas revisões na lei de recuperação judicial e na lei previdenciária da carência de doze meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você deixa as contribuições por escrito de preferência, para a gente poder trabalhar em cima delas e depois lhe dar um retorno. É a forma de laborar.

**O SR. GERSON JOÃO COLLE** – O.k. Eu agradeço. Eram essas as minhas indignações e as minhas colocações com referência ao Estado do Mato Grosso.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns pela contribuição. Vamos permitir que os quatro inscritos falem. Daí, quem quiser da Mesa responde, complementa e depois vamos para os encaminhamentos finais.

Passo a palavra, nesse momento, ao Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná e Vice-Presidente da Contac, Ernane Garcia Ferreira.

E registro também aqui que recebi os documentos – e vou olhar com carinho, viu, Sérgio – que me passou aqui o Sérgio Luiz Pacheco, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região.

Eu já estive lá, visitei com você algumas empresas. Você está fazendo um trabalho que só merece cumprimentos, viu? E sei do embate que você está travando lá agora. Mas vamos estar junto com você, pode ter certeza disso.

Por favor, Ernane Garcia.

**O SR. ERNANE GARCIA FERREIRA** – Senador, nossos cumprimentos, em nome da nossa Confederação, a Contac; da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná, e, enfim, do Movimento Sindical, a V. Ex<sup>a</sup>, aos membros da Mesa, aos colegas, à imprensa e aos demais presentes nesta audiência.

Nós estamos aqui hoje... Quero ser bastante breve e direto. Enquanto V. Ex<sup>a</sup> relatava, eu me lembrava de alguns números, de alguns acidentes ocorridos no decorrer do tempo. Acredito que todos eles depois da promulgação da norma. E queria trazer um fato bastante importante que o Artur também colocou, mas para deixar alerta o Ministério do Trabalho, o Ministério Público e toda sociedade.

Reportagens... Ontem pensava, à noite, depois que cheguei aqui em Brasília, sobre o que eu iria falar, o que iria comentar, além de uma série de situações que ocorrem não só no Brasil como no Estado que represento, o Estado do Paraná. Trago aqui uma matéria: "Funcionária de frigorífico de Rochedo morre eletrocutada". Isso dia 16/1, agora. Rochedo é próximo a Campo Grande, a 50 quilômetros. E diz o seguinte: "O acidente aconteceu quando Veruska estava limpando um dos setores de produção do Frigorífico e encostou em um fio que estava descascado..." Foi dia 16 de janeiro. A moça tinha 29 anos e dois filhos. Foi a óbito imediato. Depois, vê-se na matéria que está na imprensa, de um jornal, um espaço para comentários.

Outro trabalhador, logo depois de ter lido a notícia, faz um comentário: "É como o meu. Fiquei com sequela e até agora nada foi resolvido, até hoje. Estou perdido, sem previdência, sem auxílio da empresa e sem auxílio do Estado". Mais embaixo, o Alex Messias, no e-mail, diz: "Cadê o técnico de segurança?" Ele faz uma pergunta a respeito do técnico de segurança desse mesmo frigorífico onde morreu a Veruska, agora, dia 16.

Estou com outra matéria do dia 17/1: "Valmir do Nascimento teve fraturas e hemorragia e precisou passar por cirurgia". Isso aqui no Estado do Paraná, num frigorífico em Santo Antônio da Platina. E uma matéria do jornal dizia que ele estava acometido gravemente; em outra matéria, que ele foi a óbito. Outra matéria no jornal do dia 17/1. Dois acidentes, dias 16 e 17, no Mato Grosso e Paraná. Depois, dia 20, em Porto Ferreira, São Paulo, um vazamento de amônia num frigorífico deixou pelo menos quinze pessoas feridas, entre elas, três grávidas na manhã do último dia 21, segunda-feira. Isso são matérias de jornais. Um morre e ficam feridos em acidente em frigorífico no Paraná. Então, isso tudo ocorreu agora, dias 16, 17 e 20 de janeiro. Foram três mortes em cinco dias. Com certeza, os números citados pelo companheiro Calixto vão ser muito maiores agora em 2014. Em cinco dias de 2014, foram constatadas três mortes. Isso continua.

No Estado do Paraná, nós tivemos uma interdição. Graças a Deus, a gente conseguiu, com toda essa ineficiência do Estado, com a falta dos agentes que fiscalizam e a ausência do número de procuradores, com tudo isso, ainda temos santos, anjos percorrendo esse Estado. Em Londrina, o Dr. Heiler, do Ministério Público, numa diligência, conseguiu interditar um frigorífico que tem três serras. Na quinta-feira, eu fiz uma visita ao frigorífico, que continua não com aquela serra, mas funcionando de uma outra forma bastante precária, e a produção não diminuiu em nada; e isso porque, o ano passado, já tinha mutilado a mão de um outro trabalhador.

Diante disso tudo, a gente vê que, apesar de ter sido implementada a NR – a norma está aí –, nos frigoríficos, a área de segurança em nada, em quase nada está sendo aplicada. Falta mesmo eficiência do Estado.

Essas mortes não dá mais para continuar a serem tratadas da forma como está. Têm que ser tipificadas penalmente e responsabilizado seja o técnico de segurança, seja o empresário. Só assim a gente vai mudar.

As multas não estão resolvendo, porque, por exemplo, no Estado do Paraná, é sabido que as inúmeras multas que são aplicadas quando há fiscalização, Senador, quando há fiscalização, com os inúmeros recursos tanto na esfera judicial, como bem disse o colega advogado ali, como na administrativa do Ministério do Trabalho, elas decaem, ou seja, não está acontecendo nada. Para piorar, há essa falta de fiscalização, essa falta do Poder Público para assessorar e atender às pessoas.

Indenização e multas não vão resolver. É necessário ser tratado mesmo como caso de polícia, ser melhorada essa situação, porque o número de mutilados e de doentes passa dos dados que nós temos de 2012 e 2011, viu, Calixto e Artur? Passam, na prática, de muito mais do que isso.

Então, é necessário que essa audiência pública, que a gente realmente tenha êxito e consiga diminuir a situação, o caos que há dentro dos frigoríficos de forma geral, tanto nos de pequeno porte, como nos de grande porte, multinacionais.

O negócio é a exportação. Recorde nós estamos tendo. Recorde de exportação e de finanças? Sim. Mas também, em contrapartida, é recorde o número de mutilados, é recorde o número de mortes, é recorde o número de doentes nos frigoríficos do Brasil. E para isso é necessário, além da NR, eu queria propor aqui, acompanhando o que o Artur apresentou e também os demais, não só acerca da questão médica, porque é um crime o que está acontecendo com a medicina dentro das indústrias, principalmente dos frigoríficos, é necessário, além da NR, também que a gente implemente redução na jornada de trabalho. Nesse sentido, solicito ao Senador que implemente de forma imediata alguma coisa nesse sentido, que nos frigoríficos seja reduzida drasticamente a jornada de trabalho. Com isso a gente vai conseguir minimizar um pouco mais a questão das doenças.

Os acidentes, as mortes a gente só vai evitar na hora em que for realmente tratada a questão, tipificada como penal, responsabilizados os empresários, os responsáveis da área médica, da segurança, porque é um absurdo.

Nesse frigorífico que foi interditado lá em Ibiporã, a gente foi conversar com o técnico de segurança, com a gerência e eles diziam que não sabiam da norma, não sabiam que precisavam melhorar. É um absurdo técnico de segurança falar que não está sabendo, Dr. Valdir. E o Dr. Heiler, na semana anterior, tinha feito a visita, feito a interdição. E a seqüela, a consequência? Continuam produzindo a mesma quantidade de produtos, o abate de suíno continua normal. Mesmo sem a serra, continuam produzindo. Iriam danificar muito mais aqueles trabalhadores e aquelas trabalhadoras que continuam trabalhando.

Então, a interdição não pode ficar só na serra. A interdição deve ser ampliada, não só neste frigorífico, mas em outros frigoríficos do Estado brasileiro. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ernane Garcia Ferreira pelo seu depoimento, muito claro. E ele diz, já virou caso de polícia; quer dizer, tumulto. Eles recorrem, recorrem, recorrem, e fiscal não tem. Então, que seja autuado no quadro de polícia. E quem for responsável que pague, na dureza da lei, pelo crime cometido. Colocar um trabalhador sem condições de segurança no trabalho exposto, de acordo com os relatos que fizeram aqui, é um crime.

E não vem aquela de ato seguro em condição segura, porque isso, pra mim, é do tempo em que eu estava na fábrica, 30 anos atrás. Para mim, não é ato inseguro, mas condições inseguras. Se você conversar com o trabalhador, dialogar com ele, ele não é bobo. Ele vai querer perder o braço ou a vida? Que bobagem é essa? Dizer que é ato inseguro?! Ato inseguro, coisa nenhuma. As condições são inseguras porque a empresa não dá o preparo adequado e o equipamento necessário. Qual é o trabalhador que quer perder a vida numa máquina? Ou perder um braço?

Então, meus cumprimentos.

Eu vou, aqui, avançar....

**O SR. ERNANE GARCIA FERREIRA** – Senador, se me permite, o que é lastimável, o que é triste mesmo e nos traz indignação, na representação, é chegar na porta desse frigorífico, ou às vezes até no velório, para onde mandam as coroas de flores, tudo o mais, é dizer: “Olha, foi um fato extraordinário. Aconteceu. É uma fatalidade”. Os absurdos são esses.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E isso se repete todos os dias em todo o Brasil.

**O SR. ERNANE GARCIA FERREIRA** – Todo dia, toda hora. Neste momento, quantos acidentes estão acontecendo?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, alguém está morrendo. Com certeza.

Meus cumprimentos. Quero só enfatizar mais uma vez que estão aqui representantes de Rondônia, São Paulo, Mato Grosso, Brasília, Rio Grande do Sul, Paraná e outros, que representam outros Estados.

Vamos passar a palavra agora para a Dr<sup>a</sup> Carine Taís Guagnini Benedet, fisioterapeuta especialista na área do trabalho.

Por favor, doutora.

**A SR<sup>a</sup> CARINE TAIS GUAGNINI BENEDET** – Bom dia.

Então, venho somando aos trabalhos que estão sendo feitos na força-tarefa no Rio Grande do Sul. Estão sendo desenvolvidos trabalhos, juntamente com o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e do Emprego, a CNTA e sindicatos locais, uma força-tarefa buscando ver se a norma está sendo empregada ou não nesses locais.

Foi feita uma força-tarefa no frigorífico de Passo Fundo, que vocês devem ter visto na mídia. Lá, então, encontramos algumas disparidades, e esse trabalho está sendo muito interessante, porque mostra a importância de saírem dos papéis as análises ergonômicas do trabalho, os PPRAs (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e os PSMos.

Então, lá no Rio Grande do Sul, esse projeto, essa força-tarefa pelo Ministério Público do Trabalho, através do Procurador Ricardo Garcia, e, pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, pelo auditor fiscal Mauro Müller. São eles que estão coordenando essa força-tarefa. Eu faço parte desse trabalho, representando a CNTA, desse trabalho.

Qual a sua importância?

A importância desse trabalho é porque sabemos que as LER/DORT são multicausais. São analisadas em cima dos fatores de risco das empresas, principalmente do processo de trabalho. Observamos claramente a importância nessas atividades seja feito um mapeamento ergonômico real dos fatos.

O que eu quero dizer com real? Que a análise de todas as atividades seja feita como prevê a nossa NR 17, bem mais antiga que a 36, que veio tão-somente, entre aspas, “somar” à 17 na parte de análise ergonômica. Ela veio especificar essa análise ergonômica dentro do setor frigorífico, sua importância e de como ela deve ser feita.

É importante que o profissional de saúde que for realizar esse trabalho esteja realmente embutido dentro do processo, conheça o processo de trabalho. Eu, como fisioterapeuta do trabalho, e trabalhando no ramo frigorífico há mais de dois anos, vejo a importância que a visualização nos traz: a diferença entre visualizar e chegar ao lado daquele trabalhador e colocar a mão na massa. A diferença entre ver o que o trabalhador passa, o que o trabalhador sente, a dificuldade nos movimentos, a dificuldade que tem para executar as tarefas, a repetição, porque nós sabemos que, nas operações de abate e obtenção de carnes são como uma espécie de linha de montagem, onde a velocidade não é determinada pelo indivíduo. É determinada pelo número de animais que devem ser abatidos em um intervalo de tempo. Isso é preciso ser analisado por profissionais realmente competentes, por profissionais que queiram fazer uma melhora na saúde do trabalhador, por profissionais que venham somar pela saúde do trabalhador, por profissionais que existem no mercado – e eles estão aí, sejam médicos, engenheiros, colegas fisioterapeutas ou outros profissionais, técnicos em segurança do trabalho – e que realmente saiam de dentro de suas... que procurem na essência da nossa formação o cuidado.

Temos que deixar de lado essa cultura que temos, assistencialista, curativa. Temos que focar a prevenção. A prevenção é a palavra-chave. Se começarmos a prevenir, a buscar medidas de contenção de doenças – de óbitos, nem se fala, porque isso nem deve ocorrer –, isso vai nos mostrar o caminho certo a seguir.

A prevenção não é custo para as empresas. É investimento, é óbvio, a longo prazo, mas é investimento. No Rio Grande do Sul, os frigoríficos que estão provocando essa cultura prevencionista já estão podendo, na sua folha, constatar que a prevenção realmente é a palavra-chave, é a cultura que temos que adotar em diante. Temos que parar com o assistencialismo, parar com o curativo, parar de correr atrás. Precisamos chegar antes.

É isso.

Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns pela sua fala, Dr<sup>a</sup> Carine.

Comungo integralmente: a palavra é prevenção. Se não houver prevenção, ficamos somente correndo atrás de juntar ossos, braços e mãos ou, infelizmente, da morte de trabalhadores. Para prevenção, tem que investir, e todos sabemos que tem que investir, mas muita gente não quer investir. É como você falou muito bem: não importa o número de homens e as condições de trabalho, mas o número de aves que têm que ser abatidas, no caso que você deu de exemplo. O que é isso?

Meus cumprimentos e parabéns por esse grupo que vocês formaram, uma força-tarefa, que está buscando mudar a cabeça dos que pensam que só o que importa é a produção e o lucro. O homem e o meio ambiente, no seu conjunto, ficam em terceiro e quarto lugar. Meus cumprimentos pela contribuição!

Goiás também está presente. Aqui lembraram, porque eu não havia, de fato, citado.

Agora vamos para a Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Lopes Viva, advogada da CNTA, e, por último, Roberto Pino de Jesus, dos trabalhadores na indústria alimentícia do Maringá, Paraná. Após isso, vamos às considerações finais da Mesa.

**A SR<sup>a</sup> RITA DE CÁSSIA LOPES VIVAS** – Bom dia! Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim. Bom dia aos demais presentes!

Falo como advogada da CNTA e como cidadã deste País.

As falas apresentadas agora demonstram a gravidade do problema saúde e segurança no ambiente de trabalho. Isso porque trata-se de vidas envolvidas. Por isso, a preocupação maior não pode ser outra senão a dignidade da pessoa humana.

Os números, de fato, são alarmantes. O setor frigorífico, consoante os dados apresentados pela CNTA, demonstram alto número de acidentes no setor frigorífico, que é o específico da nossa categoria. Por isso, precisamos nos conscientizar do problema que afeta toda a sociedade e não apenas o trabalhador e sua família. Um trabalhador acidentado representa alto custo para o País, porque o Estado paga, seja através de auxílio doença ou pensão, essa conta. Então, de qualquer modo, estamos direta e indiretamente envolvidos no pagamento disso. A conta também é nossa. Por isso, a sociedade como um todo precisa se conscientizar do que significa a prevenção, como dito pela Dr<sup>a</sup> Carine, do acidente de trabalho. Precisamos estabelecer essa cultura preventiva e não meramente curativa, como disse a Dr<sup>a</sup> Carine. Por isso, a fiscalização precisa ser efetiva. Não basta a existência da legislação, porque ela por si só não exime o risco do acidente. Tem que haver um meio eficaz e punitivo, uma punição pesada para esses casos.

O empregador precisa ser onerado no seu bolso. Quando ele de fato for pesadamente onerado, os acidentes certamente diminuirão ou não existirão mais. E o Judiciário tem se mostrado sensível a essa questão dos acidentes de trabalho, devido ao número crescente de processos que envolvem esses temas.

O TST, ano passado ou retrasado, salvo engano, imprimiu celeridade aos processos que envolvem esse tipo de tema de acidente de trabalho. Mas isso não basta. O trabalhador não pode continuar sendo refém do crescimento econômico exagerado. Ele não pode arriscar sua vida a bem da melhoria do empreendimento, do crescimento econômico. Por isso, devemos estar atentos. A sociedade precisa, através de programas institucionais do nosso Governo, de conscientização do que representa um acidente para qualquer trabalhador de qualquer setor, seja ele qual for.

Precisamos desenvolver a proposta que coloco aqui em nome de todos os trabalhadores: um programa de boicote ao consumo de bens, produtos e serviços de setores que apresentam alto número de acidentes no trabalho, como ocorre nos países desenvolvidos. Então, acho que a cultura, a partir de agora, tem de ser outra.

Com essa questão do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e Copa do Mundo, acho que só visaram ao produto final: A Copa no País. Mas jamais houve a preocupação com qual seria o custo disso tudo para aquele trabalhador que está diretamente envolvido com o crescimento acelerado e inesperado do empreendimento para ficar tudo pronto à época certa, para fazer tudo bonito para o País lá fora. A Fifa cobrando: Não pode bebida alcoólica; não pode várias coisas no estádio...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não pode nem fazer greve, viu, pela Fifa.

**A SR<sup>a</sup> RITA DE CÁSSIA LOPES VIVAS** – Não pode nem fazer greve. E o trabalhador pode morrer para tudo aquilo ficar bonito e todo mundo ganhar economicamente. Então, precisamos estabelecer uma cultura diferenciada neste País.

O tema é alarmante e altamente preocupante: Saúde e segurança no ambiente de trabalho. Estamos tratando de vida humana. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Lopes Vivas, advogada da CNTA que entre os encaminhamentos propôs, claro – sei que ela dialogou com o setor – que para aquelas empresas, independentemente do setor e não só o da Alimentação, onde tivermos um alto índice de acidente no trabalho, ou seja, um desrespeito com aqueles que fazem a produção da empresa, a gente comungue aí, discutindo com as centrais e com as confederações, de uma campanha de boicote. Acho que é isso mesmo. Eu não tenho dúvida nenhuma.

Como chama? Tem uma frase que eu acabei pegando com o tempo: “Ou se aprende pelo amor ou pela dor”. E me parece que alguns setores só pelo bolso. Vou emendar, agora. Deixa o amor e a dor e vai ser pelo bolso. Se parar de vender, ele vai ver que é melhor investir na segurança do que vender menos.

Acho que esses movimentos são naturais, pessoal. Alguém, quando fala isso, como a doutora falou e eu endossei, naturalmente... E sempre digo que eu tenho um lado nesse debate, nunca escondi que tenho um lado; o meu lado é esse que está aqui, que vocês representam. Mas acham que a gente está contra os empresários. Ninguém está contra os empresários aqui! Ninguém deste plenário, ninguém da Mesa.

Nós estamos a favor dos trabalhadores e também não temos nada contra empresário nenhum. Só queremos que tenha o seu negócio, venda bastante, lucre bastante, mas que pague um salário decente para o trabalhador e garanta condições dignas de trabalho. É só isso. Não é isso? Tem algo fora disso que vocês estejam pedindo? É trabalho decente e salário decente. Ponto. E que ele desenvolva o próprio negócio, que é bom para o País, é bom para a cidade onde está o negócio dele, é bom para o Estado, enfim, para todos. Agora, querer, nas costas do trabalhador, lucrar, lucrar, lucrar e nós perdermos vidas, aí procede, sim, até a questão do boicote, que foi aqui levantada.

Meus parabéns a todos vocês pela forma como estão dando o encaminhamento para esta audiência pública. Já tem quatro itens e eu coloco esse quinto que a doutora apresentou, que é resultado desta reunião. Que seja uma recomendação às categorias! Não é a Comissão que vai fazer esse trabalho de encaminhamento nesse sentido.

Vamos ouvir aqui, agora, o líder Roberto Pino de Jesus, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Maringá.

Cinco minutos, meu comandante.

**O SR. ROBERTO PINO DE JESUS** – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Não vou me alongar muito. Apenas endosso o que já foi dito aqui pelo nosso Presidente da Confederação, o Artur.

Gostaria só de fazer uma denúncia. Trata-se de um assunto bastante delicado com que nós, do Paraná, da cidade de Maringá, estamos convivendo. Doença de animal, de vaca, está sendo passada para os trabalhadores. Tenho aqui na minha pasta em torno de 18 comunicações de acidente de trabalho. Brucelose comprovada. A gente sabe que muitos frigoríficos empurram essa informação para debaixo do tapete, mas temos coragem o bastante para trazê-las à tona. É um problema nacional.

A vigilância sanitária animal não está eficiente. Temos alguns Estados que estão um pouco melhor que outros, mas, no geral, chega a ser vergonhoso o controle sanitário da saúde animal em nosso País. Somos um grande exportador de carne. Os frigoríficos estão aí, com tudo o que foi dito com relação a acidentes de trabalho, a mortes. Além de tudo isso, temos que conviver com uma doença de gado passando para os trabalhadores, como é o caso da brucelose. Temos mais de 30 trabalhadores em um só frigorífico, em Maringá, com brucelose comprovada, fazendo aqueles tratamentos que só...

Confesso a vocês que tivemos quase que implorar para que um médico assumisse esses pobres trabalhadores doentes, porque nenhum queria, exatamente pelos protocolos exigidos pela vigilância sanitária. Conseguimos um médico de família da cidade de Paissandu, que é próxima à região metropolitana de Maringá. Diante do fato de falarmos que não havia médico que quisesse assumir essa situação, ele falou: "Está bom. Se vocês explicarem para a minha chefe, eu assumo esses trabalhadores, vou fazer as CATs, assinar as CATs para eles". Se deixássemos por conta da empresa, seria tudo escondido, como sempre o foi.

Então, essa é uma denúncia que a gente traz. A gente vem de Maringá com esse objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nossas palmas para esse médico que teve coragem de enfrentar e estar ao lado dos trabalhadores para denunciar. (*Palmas.*)

**O SR. ROBERTO PINO DE JESUS** – O nome dele é Fábio, o médico. Ele percebeu o nosso drama. Nenhum médico queria assumir esses trabalhadores pela necessidade de acompanhamento por três anos dos que estão doentes e por, nos próximos 42 dias, precisarem de uma medicação especial que só o Governo Federal tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Fábio. Não é isso? (*Pausa.*) O nome dele é Dr. Fábio?

**O SR. ROBERTO PINO DE JESUS** – Dr. Fábio. Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, Dr. Fábio, que está ouvindo esta audiência pública, receba esta simples homenagem, isso não tem preço, que você leva para o currículo da sua vida. Com certeza, seus filhos, familiares, amigos terão sempre muito orgulho da posição de V. S<sup>a</sup>, que é um exemplo para outros. (*Palmas.*)

**O SR. ROBERTO PINO DE JESUS** – Para concluir, Senador, além desse problema que nós temos, o que nos deixa bem indignados é sabermos que o País que está mais avançado com relação à brucelose, ao controle sanitário animal são os Estados Unidos, que têm 95% de controle das doenças animais. No nosso Estado do Paraná, vamos levar 15 anos para chegar a 70% do controle, porque o Estado que está um pouquinho mais avançado é Santa Catarina. Então, a gente traz esse problema aqui exatamente com preocupação, porque somos um país exportador de carne. Não podemos perder essa oportunidade, mas precisamos não só ter um animal sadio, mas também preservar nossos trabalhadores, que estão expostos a essa doença sem direito a nada, muitos até morrendo sem saber a *causa mortis*. Felizmente conseguimos trazer à tona isso. E esperamos que não fique por aí. Temos que avançar e controlar essa doença com toda certeza.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o líder sindical Roberto Pino de Jesus, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias de Maringá. Ele traz uma denúncia da maior gravidade para que a gente caminhe junto no combate. Falta uma campanha que combata esse tipo de – como poderíamos usar o termo? – quase uma epidemia. Se deixar, vira uma epidemia.

Pediram que eu lembrasse aqui que participa também desta audiência pública o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário, Francisco Chagas Costa (Mazinho), que também representa a CNTT. Aqui está o Mazinho, grande Mazinho, companheiro de grandes jornadas!

Deixe-me só passar aqui – depois vou passar para a Mesa e ver se o Plenário concorda com isso – os encaminhamentos desta nossa audiência pública. Na linha do que foi colocado aqui, pedem para:

1 - fortalecer a realização de forças-tarefas de fiscalização dos frigoríficos e de outras áreas, não só de frigoríficos, em todos os Estados, a exemplo do que está sendo feito no Rio Grande do Sul;

2 - criar uma legislação para dar autonomia para médicos e engenheiros de segurança no trabalho, certa proteção para que possam fiscalizar, exigir inclusive que as máquinas parem, se for o caso, em nome do combate aos acidentes e da prevenção;

3 - alterar a legislação dos trabalhadores na indústria da alimentação – essa aqui é uma luta antiga, que pede a redução da jornada de trabalho; já temos projeto apresentado, eu mesmo o apresentei, aqui está tramitando, e também há um na Câmara;

4 - solicitar ao representante do Ministério Público do Trabalho, aqui presente, Dr. Valdir Pereira da Silva, que apure as denúncias feitas na reunião –ele já acatou, recebeu e vai pedir apoio dos seus colegas.

5 - apoiar campanha de boicote em relação aos produtos de empresas que não respeitem e não promovam a dignidade do trabalhador no ambiente de trabalho, ou seja, as empresas com maior índice de acidente devem ser, em resumo, denunciadas, para que a população saiba que aquele produto é contaminado com a morte dos trabalhadores e com os acidentes.

Essas foram as propostas que a Secretaria-Geral da Mesa resumiu e às quais vamos dar o devido encaminhamento.

Neste momento, volto a palavra à Mesa para suas considerações finais.

O Dr. Valdir, que iniciou, parece-me que já está disposto a ser o primeiro a falar neste momento.

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Obrigado.

Excelência, eu ouvi atentamente as ponderações dos presentes, muito importantes e pertinentes.

Gostaria de fazer algumas considerações e dar inclusive algumas respostas.

Nós, do Ministério Público do Trabalho, nunca entendemos e não admitimos a concepção de que acidente de trabalho é uma fatalidade. Jamais. Na verdade, em havendo um acidente de trabalho, sendo ou não fatal e especialmente o fatal, isso significa, evidentemente, que houve uma falha em algum segmento, em alguma medida, uma NR 18 ou qualquer outra, uma NR 36, enfim, uma medida, uma legislação, uma especificação relativa à segurança e saúde no trabalho foi descumprida. Então, realmente não é fatalidade. Não entendemos assim e a própria legislação não trata assim. Existe a responsabilidade objetiva do empreendedor. Enfim, havendo um acidente de trabalho fatal ou uma inaptidão para o trabalho, com as consequências que já verificamos em vários segmentos, no carne, no osso, etc., vamos atrás do que efetivamente causou aquela situação. Jamais é fatalidade! Isso na forma da lei é apurado.

Quanto àquelas questões da brucelose em Maringá, eu, de ofício, já farei essas denúncias assim que sair, na parte da tarde. Em Porto Alegre também. A questão do Mato Grosso está muito bem acompanhada pelo Dr. Euler, um dos maiores especialistas na questão de frigorífico em nível nacional, nosso gerente de projetos frigoríficos. E, com certeza, eles já estão – como o senhor já disse – à frente dessa situação.

Problema de efetivo. O Ministério Público do Trabalho tem uma missão e uma jurisdição nacional. Nós temos um procurador do trabalho em cada rincão do País, não geograficamente, mas como atribuição. Então, para nós, o que basta é que recebamos efetivamente essas denúncias. E, claro, nós vamos apurar com a estrutura do Ministério do Trabalho, mas isso não nos exige da nossa atuação. Denúncia chegada ao nosso conhecimento tem que ser resolvida e com uma satisfação à sociedade.

Temos, sim, Excelência, problemas de efetivo. Temos um projeto que será encaminhado – está com a PGR – criando cargos de procuradores do trabalho, servidores, profissionais da área de segurança e saúde de trabalho. Não nego: nós temos um problema de estrutura, sim. Por exemplo, nós temos o Estado do Tocantins, que é jurisdição da 10ª Região, dividido por três procuradores, o Tocantins, que é recordista, está em segundo lugar em trabalho escravo. Então, há o problema legislativo, o problema de criação de cargos tanto de procuradores quanto de servidores, engenheiros e médicos do trabalho. Há uma carência generalizada. Mas isso, Excelência, não é desculpa para que não atuemos.

Então, volto a bater naquela tecla: encaminhem as denúncias. Todo acidente fatal geralmente é noticiado, chega ao nosso conhecimento de um modo ou de outro. Automaticamente é aberta uma investigação. Mas existe essa questão também dos desvios estatísticos, a questão das CATs não emitidas, enfim, aquela questão do receio dos médicos do trabalho. Eles estão nos ouvindo em nível nacional e eu ratifico o que eu falei aqui antes: falem conosco, procurem o Ministério Público do Trabalho. Nós atuamos inclusive com denúncias anônimas. O Conselho Nacional do Ministério Público autoriza e o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho também autoriza denúncia anônima. O que está acontecendo? No frigorífico X está ocorrendo uma incidência grande de tal ou qual lesão, tal ou qual problema elencado na NR 36. Havendo relato da situação e de quem estaria realmente cometendo aquela infração é o que basta para que nós atuemos. Ou então, se a pessoa realmente não usou do anonimato, mas quer utilizar o sigilo, também a lei nos autoriza. O Valdir vai, faz a denúncia, o nome dele é guardado no arquivo e a lei garante que seja mantido em sigilo.

Então, nós precisamos, senhores, ser alimentados efetivamente com as situações. Além das situações que nós podemos verificar de ofício – nós não somos onipresentes, nós não temos condições, até como seres humanos, de saber o que está acontecendo em todo e cada frigorífico, independentemente das forças-tarefas, que são uma idéia excelente –, fazemos isto sempre no âmbito do Ministério Público do Trabalho, nesse projeto dos frigoríficos e em outros projetos nacionais – repito que nós não somos onipresentes –: a despeito efetivamente de uma carência de pessoal, de profissionais, evidentemente – mais uma vez faço referência ao hercúleo trabalho da fiscalização do trabalho, esse trabalho é realmente muito além do que seria a capacidade até física, humana de cada profissional –, enfim, nós atuamos e com a celeridade que a sociedade espera de nós.

Negociação. Eu falei agora ali para a imprensa que negociação é possível no sentido de fixar um prazo rápido para resolver, dar soluções. Enfim, quanto a cumprimento efetivo da lei, não há negociação. O que se discute é quando se vai fazer, e já se está em mora. A partir do momento em que é caracterizada uma situação de ilegalidade, pessoas adoecendo e pessoas morrendo, evidentemente há uma situação irregular. Então, qual o prazo que vai ser utilizado para resolver essa situação? Não havendo possibilidade de negociação, claro que a Justiça tem que ser acionada.

Voltando a um aspecto abordado aqui, dos danos morais coletivos, o que realmente significa é uma posição de prevenção, sob pena de realmente não atingir esse efeito pedagógico e educativo. Temos Constituição, temos leis, convenções internacionais e, digo mais, o Brasil está sujeito, Excelência, até a ser demandado em encontros internacionais de direitos humanos, na Corte Interamericana. Temos precedentes contra isso. O Brasil ser demandado na Costa Rica e na Comissão em Washington, na Comissão Interamericana, vai ter um efeito extremamente danoso para um País que tem realmente caminhado com muita dificuldade para o desenvolvimento, Excelência, sem falar nessa questão do boicote. É questão de opção de atuação. Eu digo o seguinte: havendo uma exposição maior na mídia, nos meios de comunicação a respeito do que está havendo nesse segmento, vai haver uma retração natural desses segmentos para cumprir a lei. Mídia. Boicote, eu não sei; aí seria uma questão do consumidor, seria uma consequência. Mas que essa situação seja realmente exposta. Nós vivemos, na verdade, uma guerra civil no Brasil no que se refere a essa multidão de pessoas mortas e inválidas por conta do seu trabalho, não é, Excelência?

Então, o que o Ministério Público do Trabalho quer antes de tudo é que essas pessoas saiam de casa de manhã com a certeza de que vão voltar para casa à noite e que tenham orgulho do seu trabalho, Excelência, e não vergonha de adquirir uma lesão por esforço repetitivo, que não tenham vergonha disso, como nós vimos num documentário delas, no dia a dia, dizendo: “Eu estou com vergonha. Estou tomando remédios de tarja preta.” Isto eu vejo todo dia: pessoas de vinte e poucos anos jogando remédios na mesa e chorando, dizendo: “Eu tenho vergonha!” O trabalhador não tem que ter vergonha. Quem tem que ter vergonha – e mais do que vergonha: na verdade, tem de ter entendimento e assumir a obrigação de cumprir a lei – é o mau patrão, o mau empreendedor. Evidentemente, não são todos. Claro que não. O Ministério Público não está generalizando. Temos grandes exemplos de empresas que se preocupam, criam seus departamentos da forma legal, têm um compromisso social. Existem esses. Não estou generalizando. Tem esse maniqueísmo. Mas existem muitos que estão seguindo outra senda. Para esses a lei deve ser aplicada e com muito rigor.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – A questão da negociação é quando há a possibilidade da negociação. Quanto a cumprimento de lei, não tem negociação. É um bem indisponível.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Valdir Pereira da Silva, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. *(Palmas.)*

Dr. Calixto, para suas considerações finais. O Calixto é Presidente da Nova Central.

**O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS** – Bom, depois que nós ouvimos todas as manifestações, especialmente a do companheiro Ernandes, com publicações dos acidentes e das mortes, e a última, do nosso companheiro que levantou o problema do controle, constata-se que empresários – se me permitem citar a ausência, já que eles não estão presentes – não têm muito do que reclamar, inclusive porque, para que se facilitasse a competitividade não apenas da empresa desse ramo, mas de várias empresas e a sua permanente modernização, o Governo brasileiro partiu para a desoneração da folha de pagamento, o que significa dizer que o País está deixando de arrecadar bilhões de reais exatamente para dar suporte a esse tipo de empresa e a várias empresas do setor econômico.

Ficou muito claro que falta um pouco mais de responsabilidade, digamos assim, pelo menos de determinadas empresas do ramo, como foi aqui já analisado, e muitas foram citadas.

Na qualidade de Presidente de uma confederação também, uma coirmã, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, nós a colocamos também à disposição para engrossar fileiras onde vocês tiverem necessidade de aumentar as suas ações. O mesmo fazemos com relação à Nova Central, da qual o nosso Presidente, Artur, também é o Diretor.

Então, eu quero agradecer a oportunidade, louvar a iniciativa e mais uma vez dizer que as duas entidades a que nos referimos estão à disposição para prosseguir com esse trabalho que vocês vêm fazendo há bastante tempo.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente Calixto, da Nova Central, que reforça o que o movimento está falando sobre a prevenção e a luta contra os acidentes do trabalho.

Passamos a palavra, agora, ao Leocliedes. Ele deu uma saída?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi dar uma entrevista.

Então, passamos a palavra, nesse período, ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, que foi quem provocou esta audiência, em nome do Movimento Sindical, que ultrapassou a questão somente da alimentação e entrou no contexto de inúmeras categorias.

Por favor, Presidente Artur Bueno de Camargo.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Obrigado, Senador.

Eu queria fazer as considerações finais, primeiro dizendo que, quando o Senador diz que a CNTA provocou, esse é o anseio e o desespero das bases. As bases têm cobrado constantemente que possamos unificar essas ações. E esta Casa, como sempre, atendeu-nos muito bem, sempre procurou abrir este espaço, para que pudéssemos trazer esta discussão.

Destaco a importância de estarmos ouvindo. O Senador tem paciência. Sempre falo o seguinte: é muito bom estar aqui, porque a gente se sente muito à vontade ao lado dele. Ele tem paciência de ouvir cada um e de assimilar o que cada um, realmente, está apresentando. Isso, para nós, que representamos a classe trabalhadora, a categoria dos trabalhadores, é de suma importância, porque os trabalhadores nem sempre são ouvidos de forma respeitosa, da forma como eles merecem.

Então, quero dizer, Senador, que, para mim, como Presidente da Confederação, esta audiência – eu comentava sobre isto com o Senador – foi de extrema importância, pois pudemos, realmente, avaliar as ações que fizemos desde a implantação da NR e o que ainda precisamos fazer para que possamos alcançar pelo menos um pouco de consideração humana dentro dos frigoríficos.

Para mim, está muito claro que nós temos de ir para a ofensiva. Não vejo outra saída. A sensibilidade, parece-me, está muito distante desses empresários. Então, com essas propostas que foram apresentadas e prontamente acatadas por esta Comissão, através do nosso Presidente, o Senador Paulo Paim, nós vamos alcançar – e acho que é por aí – pelo menos uma condição mais arrojada, mais ofensiva.

Nós não podemos esquecer que, às vezes, como meu pai dizia, é preciso “bater na cangalha para o burro entender”. E talvez seja necessário voltar a outro movimento igual àquele que fizemos aqui, em frente à CNI, para que sintam que não adiantou nada simplesmente aceitar a elaboração da NR. É preciso que nós cobremos da CNI, que é a representação de terceiro grau das empresas, que chame os seus representados e os faça cumprir...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Artur, alguém ligou no meu celular e pediu que você detalhasse um pouquinho mais para quem está lá fora e é leigo nesse tema o que é a NR. A gente fala só NR. Peço só que diga o que significa NR. É claro que eu sei, mas quero você o diga.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Qual o objetivo principal da NR? O que ela significa? É a Norma Regulamentadora nº 36, que coloca condições mínimas de trabalho, condições dignas de trabalho dentro dos

refrigeríficos. Essa Norma Regulamentadora já está em vigor desde abril de 2013; vários itens já estão em vigor. Dentro dessa norma, houve uma flexibilização, até para atender os empresários, que precisavam de um tempo maior.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Mas não estão atendendo sequer o mínimo. Eu disse na minha fala sobre a questão da pausa e sobre a questão dos assentos, que é o mínimo, para que o trabalhador não trabalhe o dia todo em pé, para que ele possa trabalhar, durante uma hora, em pé e, durante uma hora, sentado. É preciso fazer esse tipo de revezamento. Nem isso sequer estão aplicando.

Então, é preciso que haja realmente ações mais ofensivas e mais rígidas em cima do cumprimento da NR, da segurança e da saúde do trabalhador.

Quero, Senador, agradecer-lhe imensamente.

Aqui, está representada Bagé, que está perto do Uruguai. Com todo o sacrifício, eles se deslocaram, eles vieram para cá, para que pudéssemos realizar esta audiência.

Quero agradecer a cada um de vocês, por estar aqui e por atender o nosso convite.

Quero agradecer-lhe imensamente, Senador, em nome dos nossos representados, pela atenção, mais uma vez, e pela dedicação de V. Ex<sup>a</sup> com relação a esse assunto tão importante.

Muito obrigado.

A luta continua. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Artur.

Vou passar a palavra, em seguida, para o chefe do centro regional do DF, que representa o Ministro do Trabalho, Dr. Leocliides.

Mas só faço um comentário rápido. Primeiro, lembro que está bem lá o Sedenir Bagé. O Sedenir Bagé foi meu assessor, você se lembra, por um período enorme. Depois ele subiu na escala da vida e virou assessor da prefeitura. Mas continuam todos lá, ajudando muito na divulgação do trabalho.

E permitam que eu diga de forma bem informal ao Artur: que bom que você disse que eu ouço bastante!

Eu me lembro de que, logo que comecei, como líder estudantil, um dia, eu estava numa sala de aula, e todo mundo sabe que todo mundo gosta de falar, falar, falar, falar, falar, e houve um professor, já de cabelos brancos, que me disse: “Paim, você aprenda o grego, mas leve esta mensagem que quero te deixar: Deus deu para nós duas orelhas – e tocou na minha orelha – e uma boca, o que significa ouvir bastante e falar o necessário”. Eu nunca me esqueci disso e acabei usando sempre na minha caminhada: mais ouvir do que falar, porque político gosta muito de falar. Então, deve haver este cuidado: antes de falar, até para não falar bobagem, porque precisa saber o que as pessoas querem te apresentar, ouvir muito e falar menos. Confesso que, às vezes, eu chego num comício sindicalista ou mesmo de partido: “Quer falar, Paim”? Eu digo: “Não. Vim aqui para ouvir o que o povo está pensando. Se quiser, eu falo, mas para mim não é preferência falar, não”. E tenho dito isso sempre. Não tenho problema com isso. “Quero a palavra, quero a palavra!” Para mim, falar não é o importante. O importante é que eu esteja lá, onde está o nosso povo reunido, para ouvir e, se quiserem que, no fim, eu diga alguma coisa, eu digo, mas a prioridade para mim não é falar.

Por isso, agradeço pelas suas considerações nesse sentido.

**O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO** – Mas me permite, Senador? Quando fala, fala mesmo! Agora, só há uma coisa que até hoje ele não me falou, nem em público, nem nas vezes em que jantamos juntos: se ele torce para o Grêmio ou para o Inter. Isso ele não fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu falo. Vou falar aqui agora: eu torço para o Caxias, que é a cidade onde nasci. *(Palmas.)*

Eu joguei futebol no ex-Flamengo, que depois virou Caxias. Mas não pense que fui profissional, porque eu estaria mentindo. Eu joguei no infantojuvenil. Não cheguei a ser profissional.

O Dr. Artur já falou. O Artur, como sempre, foi quem organizou este evento praticamente.

Agora, vamos passar para o representante do Ministério do Trabalho, Dr. Leocliides Milton Arruda.

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Senador Paim, a exemplo de outros da Mesa, que disseram que ouviram atentamente o que aqui foi dito e o que foi comentado, eu não sei se eu vou conseguir reproduzir na íntegra os pedidos, os alertas que foram feitos ao Ministro que represento, mas quero aqui – e acho que isto não é deselegante; acho que é uma questão de oportunidade – fazer um pedido ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faça.

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Em primeiro lugar, é inegável a necessidade de um aumento de fiscais do trabalho. Que o senhor inclua naquela pauta que está aqui, que são cinco itens, o sexto, sobre a necessidade de fiscais do trabalho.

Aqui, quero fazer um adendo à instituição que represento neste momento: a Fundacentro. A América Latina tem uma das únicas instituições específicas para pesquisa na área de segurança e de proteção do trabalhador. E hoje nós contamos com um número reduzido de técnicos. Aqui eu vejo o Prof. Itamar e o Prof. Silmar, que estão ali, dois técnicos que já estão, eu não vou dizer envelhecidos porque seria um desabono, mas mais experientes, ali, clamando por essa renovação no quadro.

Então, inclua nessa pauta a necessidade de concurso público para a Fundacentro, a fim de melhorarmos, de renovarmos, de darmos assistência àqueles que, de forma experiente, têm procurado fazer pesquisa nessa área; pesquisa direcionada não apenas ao trabalhador, mas às empresas, direcionada àqueles que impulsionam este País, àqueles dão o tom do crescimento neste País.

Minha fala pode se resumir desta forma, dizendo que quero levar isso ao Ministro, que fiz o pedido formalmente, nesta Comissão. Peço também ao senhor que seja o porta-voz da Senadora Ana Rita nesse trabalho.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem. Você foi muito bem e lembrou que eu fui um dos primeiros a reclamar – citei até números –, assim como o meu amigo Benito, que é Presidente do Sindicato, que lá em Rio Grande só existem dois fiscais e não havia entrado aqui o pedido oficial. Lembramos que aqui no DF existem de cinco a sete, não é?

**O SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA** – Isso. Na fiscalização de obras.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, de obras. Mas lá em Rio Grande é para tudo, não só para obras. Para tudo há dois. E o Benito novamente me lembrou que é um absurdo.

Então, vai entrar, é claro, em um dos pedidos, a questão de mais fiscais do trabalho. O sindicato dos fiscais do trabalho, tem que ser dito, esteve inúmeras vezes aqui fazendo o mesmo pedido. Nós encaminhamos o pedido para o outro lado da rua, como eu tenho dito, mas nada aconteceu. Agora vamos reforçar, inclusive com o pedido do Ministério do Trabalho, o pedido para que haja concurso para mais fiscais do trabalho e, ao mesmo tempo, concurso público para a Fundacentro, que também já esteve aqui, e seus funcionários disseram que estão quebrados – foi o termo usado por eles: quebrados –, não há dinheiro, não há estrutura, não há nada.

**O SR. LEOCLIDES MILTON ARRUDA** – Uma instituição de 46 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De 46 anos. O relato que fizeram aqui foi de chorar, pela importância que tem a Fundacentro. O meu curso de Técnico de Segurança eu fiz no Rio Grande do Sul, na Fundacentro. Eles, sabendo desse histórico, fizeram o pedido, e eu encaminhei. Creio que não houve ainda o atendimento. Mas vamos reforçar os dois pedidos, com o aval, agora, do Ministério do Trabalho.

Assim, meus amigos, terminamos esta audiência pública, que, no meu entendimento, Artur, foi, de fato, muito, muito importante. Ela colocou, digamos, grande parte dos brasileiros que não dominam esse tema em estado de alerta sobre as condições de trabalho, assim como de trabalho decente e salário decente. Porque não dá para começar a investir, dar condições de trabalho, e diminuir o salário do trabalhador. Ninguém venha com essa que não vai colar. Salário decente e condições de trabalho decentes.

Naturalmente, já existe um projeto de lei – por isso não está aqui – que trata da redução de jornada sem redução de salário, como forma de evitar e inclusive diminuir os acidentes de trabalho, o que está comprovado, não preciso falar de novo. Já existem projetos específicos para a alimentação e para todos os trabalhadores. Ao reduzir a jornada, todos ganham. Diminuem os acidentes, a produção naturalmente acaba sendo de mais qualidade, há mais produtividade, menos acidentes, menos doenças no trabalho, o Estado brasileiro, ou seja, o Governo gasta menos, e a produção aumenta. A meu ver, deveria haver turno de revezamento a partir de um limite x. Podem produzir à vontade, desde que respeitem o turno de revezamento a ser discutido, naturalmente, em legislação. Porque só falam, e não cumprem. Estou cansado de muita gente que só combina o jogo e depois não cumpre.

Estou falando muito do Rio Grande e quero contar uma história que o Benito me contou. Benito, você está aí e sabe que é verdade; você me contou ao meio-dia. Tinham que soltar uma plataforma. E eles disseram: “Não, não vamos soltar a plataforma sem que sejam asseguradas as condições de trabalho que havíamos combinado”. Por isso eu falei tanto da Petrobras. A Petrobras está me ouvindo e sabe que eu sou chato mesmo, vou cobrar mais e depois chamar para audiência pública. Aí veio um diretor da Petrobras, do mais alto escalão, dizendo que era o segundo nome da Petrobras, e disse: “Não, vocês suspendem a greve, soltam a plataforma, e nós vamos atender às reivindicações de condições de trabalho de vocês e vamos, inclusive, pagar o terceirizado que fugiu sem pagar os trabalhadores.” O cara veio, assinou um documento, documentou – não vou dar o nome dele aqui, mas darei no momento adequado –, então, suspenderam a greve. E o que aconteceu? A plataforma foi liberada e, até hoje, ele não cumpriu uma linha do que colocou no documento. E sabe o que disse a pessoa que atendeu os que foram cobrar dele? “Ele está de férias na Ásia.” Estou dizendo o que eu ouvi lá, que ele foi de férias para a Ásia. Quer dizer, isso não dá. Acordo eu aprendi que tem que ser cumprido.

Outro dia eu fiquei muito bravo aqui, na renegociação da dívida dos Estados. Fizeram um acordo conosco de que seria votada a dívida em dezembro e, pela minha experiência de sindicalista, eu disse: "Olha, não vão votar como estão propondo, votar na primeira semana de fevereiro." Aí o Presidente Renan, ontem, me disse: "Paim, você tinha toda a razão" – o Estado de Alagoas também seria beneficiado; são 17 Estados –; "de fato, não vai ser votada agora, na primeira semana de fevereiro". Foi uma pauleira. Jogaram para daqui a 30 dias. Então, hoje eu vou começar a fazer no plenário o que eu chamo de uma escala decrescente: eu vou dizer que faltam 29 dias; amanhã, eu direi que faltam 28 dias; faltam 25 dias. Estou pagando para ver votarem a renegociação da dívida dos Estados, que é um assalto aos Estados brasileiros – é um assalto! –, que é do tempo da inflação alta e dos juros altos. Só para terem uma ideia, o Rio Grande do Sul, por exemplo, está tendo quase R\$17 bilhões de prejuízo por não ter sido aprovada essa renegociação.

Então, o que eu estou falando é que acordo, seja com empresário, com trabalhador, tem que ser cumprido. Olha, eu vou dar um depoimento aqui. Graças a Deus, sempre tive o maior respeito na minha categoria, quando eu era sindicalista. Eu fiz um acordo em Canoas e um setor empresarial me falou o seguinte: "Paim, o problema é o seguinte: tu vens aqui, assinas o acordo, e depois vão todos para a Justiça." E eu disse: "Comigo não! O que for acordado aqui será cumprido." Aí fui à assembleia e falei para os trabalhadores: "Olha, vocês concordam com esse acordo?" Foi unânime a aceitação. Inclusive, sempre há uns que são contra. Mas foi unânime. Então eu disse: "Pessoal, quem for à Justiça contra esse acordo, eu vou testemunhar contra. Vou lá e digo que sou contra." Fiz isso e não houve uma ação na Justiça. O acordo foi respeitado na íntegra. Acho que o acordo tem que ser respeitado pelos dois lados, do lado do trabalhador e do empregador, para termos moral para cobrar. E é por isso que eu cobro aqui, às vezes até xingo. Eu acho um absurdo líderes fazerem um acordo, assinarem embaixo o documento e, numa bela hora, do dia para a noite, mudarem de opinião e não valer mais o acordo. A mesma coisa quando fazem um TAC, por exemplo. O TAC é feito, documentado, e, ora, depois os caras resolvem não cumpri-lo, e fica o dito pelo não dito. Aí têm que executar, é o único jeito. Mas às vezes não cumprem. Não é isso? Assinam tudo, mas não cumprem. Vai para a Justiça.

A NR, acordada, discutida, documentada – fizemos esta baita audiência pública, está no papel –, não se cumpre. Mas acho que, depois de hoje, vão cumprir porque nós vamos começar a dar nomes aqui, inclusive, de empresas que não cumprem.

**O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS** – Senador, só para lembrar, de acordo com a Petrobras, quando o Senador Francisco Dornelles foi Ministro do Trabalho, qual era a pretensão dele? Era mudar o art. 618 da CLT, para que os acordos tivessem prevalência sobre o legislado. Se uma empresa desse porte não cumpre, calcule uma pequena empresa com 10, 20, 30 trabalhadores, e assim sucessivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso é que eu, pessoal, vim para o Senado, foi devido a isso. Agora, o Calixto me obriga a contar outra história.

Queriam mudar na lei, colocar na Constituição e na CLT o seguinte: que vale o acordado acima do que está na lei. O que eu disse para eles? Vocês estão arrancando o coração da CLT e da Constituição. Deu uma pauleira no plenário – eu era Deputado –, perdi a votação. E eu disse para eles: isso não fica assim. Agora vou para o Senado. E Deus há de me ajudar e vou me eleger Senador. E eu virei Senador por causa disso. Disse: vou para o Senado. E eu me elegi Senador.

O primeiro ato, aqui no Senado, que fizemos – o Lula se elegeu pela primeira vez Presidente, o Jaques Wagner virou Ministro – foi derrubar o tal do negociado sobre o legislado. O acordado é uma coisa, acima do que manda a lei. A CLT para mim é intocável e também a Constituição. Agora, acima da lei, o que eu consigo a mais de acordo vão ter que cumprir, vão ter que cumprir. Agora, querer negociar comigo aquilo que a lei já me garante, isso não é negociação. Isso é uma ladroagem; é um assalto. Eu não vou me sentar a uma mesa para negociar aquilo que eu já tenho, se a lei já me garante. E conseguimos derrubar, mas argumentamos com muita seriedade aqui no plenário. Só virei Senador por causa dessa história do negociado sobre o acordado.

Agora, se não fortalecemos a negociação acima da legislação, perde a razão de ser o movimento sindical. Ir lá negociar e, depois, não cumprir!

Eu dei o exemplo do movimento sindical, mas quem não cumpre normalmente é o outro lado da mesa, e não nós. O outro lado da mesa é que acaba não cumprindo, mas nós, temos de dizer, nós cumprimos.

O que for negociado acima da legislação vai ser cumprido: estabilidade provisória, piso da categoria, produtividade, condições de trabalho, tudo aquilo que a gente negocia acima do que manda a lei. Agora, não querer cumprir a NR, ou não querer cumprir a CLT, ou não cumprir a Constituição... As fábricas têm mesmo que parar, e eles vão ter o prejuízo que merecem. Que sejam mais inteligentes e cumpram o que manda a legislação!

Negociação, sim, mas acima do que a lei já me garante, e aí vamos diminuir inclusive os acidentes de trabalho.

Muito obrigado a todos vocês. Um abraço. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)*

**ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às onze horas e seis minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, João Durval, Antonio Carlos Valadares, Roberto Requião, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Gim. Registra-se a presença do Senador Edison Lobão Filho. O Senador João Capiberibe e a Senadora Lídice da Mata justificam suas ausências. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, faz suas considerações iniciais e propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso; das 1ª e 2ª Reuniões da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo; e da 1ª Reunião da CDH, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta disposta em duas partes. 1ª Parte: Reunião de Trabalho, com a finalidade de apresentar e discutir o Relatório da Diligência realizada pela CDH no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, em 13 de janeiro de 2014. A Senhora Presidenta lê o Relatório dos trabalhos da CDH, no 2º semestre do ano de 2013; e o Relatório sobre a diligência ao complexo penitenciário de Pedrinhas - MA. 2ª Parte: Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 - Terminativo - Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Resultado: adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012 - Terminativo - Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 8.

Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 - Terminativo - Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Capiberibe. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispendo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Resultado: adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado Nº 247, de 2012 - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Resultado: adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2012 - Não Terminativo - Acrescentam-se o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2013. - Não Terminativo - Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poder público o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: adiado. Item 15. Requerimento nº 1, de 2014-CDH - Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF; requer a realização de audiência pública para debater "Violação dos Direitos Humanos e Conquistas dos Militares: Realinhamento dos cargos e salários das forças armadas". Os convidados sugeridos são: Coronel Cantidio Rosa Dantas - Presidente da Família - DF Federação da Família Militar; Genivaldo da Silva - Presidente da Associação dos Militares da Reserva, ativos e pensionistas do Distrito Federal - AMARP; Cap. de Mar e Guerra Waldemar da Mouta Campello Filho - Presidente da Confamil - Confederação Nacional da Família Militar; Presidente Eduardo Souza Silva - Representante da Comissão Nacional da QESA Brasil; Representante do Ministério da Defesa; Comandante Nacional da Aeronáutica. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Item 16. Requerimento nº 2, de 2014-CDH - Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF; requer a realização de audiência pública para debater "As cotas no Serviço Público: Por um Brasil com oportunidades iguais". Os convidados sugeridos são: Dr. Libanio Alves Rodrigues - Promotor de Justiça e Diretor Geral do MP do Distrito Federal e Territórios. Dr. Augusto Werneck - Procurador do Estado do Rio de Janeiro e fundador da primeira disciplina sobre Ações Afirmativas. Srª Luiza Bairros - Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Frei David Santos OFM - Especialista em Ações Afirmativas. Dr. Ciro Bueno - Advogado Militante do tema da Inclusão. Dr. Adilson Moreira - Doutorado em Harvard sobre o tema das Ações Afirmativas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. O Senhor Senador Paulo Paim solicita a inclusão do nome da Dra. Tatiana Dias Silva no rol dos convidados para a audiência pública. A Senhora Presidenta submete e a Comissão aprova o Requerimento e a inclusão do nome da referida convidada. Item 17. Requerimento nº 3, de 2014-CDH - Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre "A vigência das liberdades democráticas no país e o crescente processo de criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre da periferia das grandes cidades". Os convidados sugeridos são: José Maria de Almeida - CSP/Conlutas; Antonio de Lisboa Amancio Vale - CUT; Clara Gomide Saraiva - ANEL - Assembléia Nacional de Estudantes Livres; Representante do Conselho Federal da OAB; Representante do Ministério da Justiça; Luciana Silva Garcia - Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República - Diretora do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SDH. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Item 18. Requerimento s/nº, de 2014-CDH - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II,

do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencendo chamar de “contabilidade criativa”. Palestrantes sugeridos: a. Guido Mantega - Ministro da Fazenda; b. Gil Castello Branco - Presidente da ONG Contas Abertas; c. Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo do Transparência Brasil; d. Mansueto Almeida - Especialista em Finanças Públicas do IPEA; e. Arno Augustin - Secretário do Tesouro Nacional; e f. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Resultado: não lido. Item 19. Requerimento s/nº, de 2014. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater a permanência do analfabetismo entre uma parcela significativa de jovens e adultos no Brasil e a constatação de que o analfabetismo não apenas não foi eliminado como também não tem tido a redução esperada em termos percentuais e quase nada em números absolutos. Palestrantes sugeridos: - Sr. Moacir Gadotti – Professor da USP, Dirigente do Instituto Paulo Freire; - Sra. Maria do Rosário – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República; - Sr. Jose Henrique Paim – Ministro de Estado da Educação. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Resultado: não lido. Item 20. Requerimento nº 4, de 2014-CDH - Requer que o Senado Federal e a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa - CDH, proponham que a entrega dos “Prêmios Iberoamericanos de Direitos Humanos”, edição 2014, seja realizada no continente sul americano, mais especificamente no Brasil. **Autoria:** Senador Wellington Dias. Resultado: aprovado. Às treze horas a Senhora Presidenta passa a presidência dos trabalhos para o Senador Paulo Paim. Às treze horas e dois minutos o Senhor Presidente Paulo Paim devolve a Presidência para a Senadora Ana Rita. Item 21 Extrapauta. Requerimento nº 5, de 2014-CDH - Requeiro a realização de Audiência Pública com a finalidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher (8 de março). Posteriormente será encaminhada a relação dos convidados expositores. **Autoria:** Senadora Angela Portela e outros. Resultado: Aprovado. Item 22 Extrapauta. Requerimento nº 6, de 2014-CDH - Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: “A violência contra os profissionais da comunicação”. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Justiça; Representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante do Ministério Público; Representante da Federação Nacional dos Jornalistas-FENAJ; Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; Representante da Associação Nacional dos Jornais-ANJ. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Item 23 Extrapauta. Requerimento nº 7, de 2014-CDH - Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Conflitos no Campo e as Demarcações de Terras Indígenas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo; Presidenta da Funai, Sr. Maria Augusta Assirati; Subprocuradora-geral da República do Ministério Público Federal, Sra. Deborah Duprat; 4. Representante da APIB; Secretário- Geral da Presidência, Sr. Gilberto Carvalho; Representante do CIMI. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Roberto Requião, Randolfe Rodrigues, Paulo Davim, Lobão Filho e Eduardo Suplicy. A Senhora Presidenta registra a presença do Senhor Carlos Casteglione Prefeito do Município de Cachoeiro do Itapemirim – ES. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

*(Texto com revisão.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa de leitura e aprovação das atas da primeira reunião da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da primeira e segunda reuniões da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e da primeira reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Esta reunião será composta de duas partes: a primeira, reunião de trabalho, e a segunda, deliberativa.

A finalidade da reunião de trabalho hoje é fazer a apresentação e discussão do relatório da diligência realizada pela Comissão de Direitos Humanos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, em 13 de janeiro de 2014, e dos encaminhamentos para o caso.

Também vamos apresentar o relatório de todas as atividades realizadas pela Comissão no segundo semestre de 2013.

Informamos aos Senadores e às Senadoras que, na tentativa de manter o quórum desta reunião, estamos sugerindo e propondo, e se assim os nossos companheiros Senadores e Senadoras concordarem, fazer as reuniões deliberativas quinzenalmente, sempre às quartas-feiras às 11h, porque sabemos que boa parte também dos membros desta Comissão fazem parte da CCJ e da Comissão de Assuntos Sociais. Então, a ideia é fazermos quinzenalmente as reuniões deliberativas, para que possamos assegurar quórum nas demais comissões e também manter o quórum nesta Comissão.

Esse é um debate que, ao final desta reunião, faremos e tiraremos aqui uma deliberação sobre isso.

Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só para dizer que não sei quantos são membros também da Comissão de Relações Exteriores, que se reúne sempre às quintas-feiras a partir das 10h.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – A nossa sugestão, Senador Cristovam, é manter quinzenalmente, às quartas-feiras, como hoje, às 11 horas da manhã. É o dia que estamos experimentando para garantir quórum, porque, às quintas, tivemos dificuldades; às terças, também. Na quarta é mais fácil, mas o problema é que várias comissões se reúnem pela manhã, e quase todos que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos ou todos integram também essas Comissões. Então, vamos tentar fazer um equilíbrio, propondo quinzenalmente, para tentar não prejudicar as demais comissões e assegurar o quórum nesta Comissão.

Quero sugerir que comecemos pelo relatório das atividades realizadas pela Comissão de Direitos Humanos durante o segundo semestre de 2013.

Fizemos aqui o relatório, que já está disponibilizado – todos os Senadores já o têm em mãos. Preparamos uma síntese do relatório que será apresentado aqui de forma *on-line*. Vou fazer uma leitura, vocês poderão acompanhar pelo telão, e o relatório está disponível para todos os Senadores e Senadoras e a quem mais tiver interesse em ter acesso. É um balanço dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos durante o segundo semestre de 2013.

Iniciando, neste segundo semestre do biênio 2013/2014, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora Ana Rita e vice-presidência do Senador João Capiberibe, manteve as diretrizes estabelecidas no Plano de Trabalho da CDH para o biênio, alcançando resultados bastante positivos e de grande relevância social.

Dentre as subcomissões, destacou-se o trabalho desenvolvido pela Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, sob a presidência do Senador João Capiberibe e vice-presidência do Senador Randolfe Rodrigues.

Entre agosto e dezembro de 2013, a CDH e suas subcomissões realizaram 47 reuniões, entre audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho.

Foram 35 audiências públicas, realizadas com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assuntos da mais alta relevância para o País, como: Programa Mais Médicos, políticas de cotas, direitos das pessoas com deficiência, extermínio de jovens negros, marco legal dos povos tradicionais, tevês comunitárias e canal cidadania digital, incêndio da boate Kiss, agronegócio dos pequenos agricultores, novas configurações de famílias, abusos de agentes do Estado ditatorial, Constituição Federal e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, entre outros de igual repercussão social.

Destas, 18 foram audiências interativas, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado.

Nas audiências da CDH, também houve o lançamento do livro *Publicidade de Alimentos e Crianças*, editado pelo Instituto Alana, em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e o núcleo de pesquisa da Universidade de Harvard.

Foi lançado, ainda, o boletim *Direitos Humanos Em Pauta*, em dezembro/2013, que destacou a atuação da Comissão e de seus membros, o acompanhamento de projetos, como o PLC nº 122, que trata da criminalização das práticas de discriminação e ódio, além de fazer um balanço sobre os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos no segundo semestre de 2013.

Nas 12 reuniões deliberativas realizadas, foram examinadas 45 proposições legislativas, sendo:

- 21 projetos de lei do Senado (PLS), dos quais 17 foram aprovados e 4 rejeitados;
- 13 projetos de lei da Câmara (PLC), sendo 12 aprovados e 1 rejeitado;

- 11 sugestões legislativas (SUG) apresentadas pelo programa Jovem Senador ou diretamente pela sociedade civil, das quais nove foram aprovadas e passaram a tramitar como PLS de autoria da Comissão de Direitos Humanos.

Dentre os projetos de lei, destacam-se 7 PLS e 7 PLC apreciados em decisão terminativa, com quórum presencial qualificado.

Além disso, a Comissão de Direitos Humanos aprovou 43 emendas às leis orçamentárias e 70 requerimentos apresentados pelos Senadores e Senadoras membros da Comissão.

A Comissão recebeu, neste segundo semestre de 2013, 40 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que já receberam encaminhamento ou se encontram em análise na Secretaria da Comissão.

E, ainda, realizou três diligências: uma para verificar *in loco* os prejuízos provocados pela pulverização aérea de agrotóxico que atingiu a escola municipal de Rio Verde, em Goiás, e a situação de estudantes e trabalhadores da educação; e outras duas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, para visitar locais em que ocorreram torturas e desaparecimentos de presos políticos durante o período ditatorial, para os quais há proposta de transformação em centros de memória e verdade.

Na tela seguinte, nós estamos aqui apresentando algumas fotos representativas da atuação dos membros, Senadoras e Senadores, que compõem esta Comissão durante a realização das reuniões deliberativas.

Então, é uma forma também de recuperar a nossa memória com relação ao trabalho realizado pelos nossos companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras.

E aí está também a composição da nossa Comissão de Direitos Humanos.

Como vocês veem, alguns blocos estão vagos. Então, isso também dificulta na hora de ter o quórum nesta reunião.

Assim, concluo a leitura do relatório, e concedo a palavra aos Senadores e Senadoras, caso queiram fazer alguma complementação, algum ajuste no relatório apresentado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão, na verdade, só quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e toda a equipe pelo relatório apresentado, inclusive pelo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> liderou na visita aos presídios lá de São Luís, no Maranhão, no período em que estávamos todos de férias. V. Ex<sup>a</sup> ligou para todos, inclusive para mim, perguntando se eu estava à disposição – infelizmente, não pude, mas acompanhei pela imprensa. Acho que foi uma grande iniciativa desta Comissão, na linha de atender o princípio maior, que é o dos direitos humanos.

O relatório aqui apresentado também é qualificado e mostra o trabalho intenso desta Comissão sob a sua liderança. Eu, inclusive, diria que, embora o 122 nós não tenhamos aprovado aqui, V. Ex<sup>a</sup> foi muito firme; nós fizemos o nosso relatório, lemos o relatório, e respeitamos a decisão do Plenário do Senado, que entendeu que ele deveria, a partir daquele momento, ser encaminhado à CCJ. E tivemos, depois, junto com V. Ex<sup>a</sup> e o movimento, uma reunião, inclusive, com o Senador Pedro Taques, que disse que, se depender dele, vai acatar, e muito daquilo que nós coletivamente construímos aqui foi na busca de um grande entendimento, que preserve a liberdade de todos.

Enfim, eu estou mais é cumprimentando V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho brilhante que mostra que – permita que eu diga isso; é aquilo que sempre digo –, que ninguém é insubstituível. Deem oportunidade a todos e poderão mostrar toda a sua capacidade. Foi isso o que V. Ex<sup>a</sup> fez, e, por isso, merece aqui as minhas palmas.

Parabéns.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, eu já fui presidente desta Comissão, como o Paim também, e sei como é difícil. Então, eu quero parabenizá-la por ter conseguido quórum em tantas oportunidades, por ter conseguido manter a Comissão presente e, muito especialmente, por esse assunto de Pedrinhas. Creio que ali foi um motivo de orgulho para o Senado. Em pleno recesso, o Senado esteve presente, tomando posição, fiscalizando. O Senador Rodrigo, creio que também estava na comitiva.

Quero parabenizá-la por ter liderado esse processo e agradecer, como Senador, por ter feito um gesto que deixou o Senado em uma posição positiva diante da opinião brasileira.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Cristovam.

Senadora Angela, mas, antes, só quero dizer que não aparece neste relatório a diligência feita no presídio, porque o relatório é de agosto a dezembro de 2013. Então, posteriormente, nós vamos fazer a apresentação também do relatório da visita ao presídio.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senadora Ana Rita, eu também quero parabenizá-la pelo excelente trabalho que fez, acompanhando diligência realizada lá no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Estado do Maranhão. Sem dúvida alguma, foi um momento ímpar para o Senado, porque a

Comissão de Direitos Humanos estava presente, reconhecendo a situação grave do presídio do Maranhão, que reflete a situação dos presídios do sistema prisional brasileiro.

Então, quero parabenizá-la por isso, e aos demais membros da Comissão de Direitos Humanos que também participaram dessa diligência, como o Senador João Alberto Souza, o Senador Lobão, que também participou, e o Senador Capiberibe.

Além de parabenizá-la por isso, quero também cumprimentá-la pelo relatório das atividades da Comissão de Direitos Humanos no segundo semestre. Sem dúvida, todos nós aqui que fazemos parte da Comissão de Direitos Humanos percebemos seu esforço, sua dedicação para conseguirmos quórum para votar os projetos de extrema relevância que são relatados e apresentados aqui na Comissão de Direitos Humanos.

É uma comissão de extrema importância, porque cuida dos interesses das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos jovens, daquelas pessoas vulneráveis, das minorias.

Lamentavelmente, não conseguimos, todas as vezes em que nos reunimos, quórum suficiente para aprovar esses relatórios, mas penso que, com esse esforço, esse comprometimento que V. Ex<sup>a</sup> tem como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, sem dúvida alguma, neste semestre, nós poderemos avançar nas relatorias e na aprovação de todos esses projetos que estão na pauta da nossa Comissão, que são inúmeros. Penso que são mais de 60 projetos aguardando aprovação.

Como está se aproximando o 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, eu gostaria também de aproveitar a oportunidade e destacar o trabalho da Comissão de Direitos Humanos, o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> como Relatora na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apurou a omissão do Poder Público em relação à violência contra as mulheres.

E quero aproveitar a oportunidade, Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão, para apresentar um requerimento de realização de uma audiência pública em dia próximo ao 8 de março – podemos ver o momento oportuno –, aqui na Comissão de Direitos Humanos, para discutirmos o 8 de março, os diversos segmentos de problemas em relação à mulher; não só a violência contra a mulher, mas a saúde da mulher, a presença da mulher no mercado de trabalho, a presença da mulher nas instâncias de poder, na política. Enfim, há diversos temas que nós precisamos discutir com mais profundidade neste momento em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Sem dúvida, a todo momento, as Parlamentares, Deputadas e Senadoras, que são comprometidas com as causas das mulheres, sempre colocam em pauta temas importantes. Mas, no mês de março, considerado já histórico no Senado e na Câmara Federal, é dada uma atenção maior aos temas relacionados às mulheres brasileiras.

Em função disso, eu já queria antecipar esse requerimento de realização dessa audiência pública para a gente discutir as questões relacionadas à mulher.

Nós sabemos que, no dia 25 de março, contaremos com a presença da Presidenta Dilma aqui no Congresso Nacional para comemorar o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e também o Prêmio Bertha Lutz, instituído pelo Senado para valorizar, para dar destaque nacional às mulheres que contribuíram de alguma forma para a melhoria da qualidade de vida da mulher brasileira.

Então, eu gostaria de já submeter a esta Comissão a aprovação desse requerimento.

Muito obrigada.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senadora Angela, quero dizer que nós poderemos aprovar hoje esse requerimento feito verbalmente por V. Ex<sup>a</sup>, que posteriormente deverá encaminhar por escrito para formalizar de fato o pedido. E agradecer as suas palavras também.

Sim, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Rita, eu sei que nós vamos desenvolver o trabalho da Comissão, mas não há como não dialogarmos um pouquinho neste momento sobre o assassinato do cinegrafista, acontecido no Rio de Janeiro, que, queiramos ou não, chocou todo o País. E se criou um falso debate, Senadora – por isso, eu quero aproveitar este momento – sobre quem é contra ou a favor da lei de combate ao terrorismo.

É um falso debate que alguém inventou. E não fomos nós quem inventamos. O que todos nós fizemos – e entendendo que por unanimidade – foi mostrar a nossa indignação sobre o fato acontecido. Isso é uma coisa. Agora, o debate sobre a lei de combate ao terrorismo vai ser natural. Inclusive eu sou o autor do requerimento que chama para esta Comissão. Está lá no Plenário o requerimento. Inclusive me fizeram uma sondagem. Eu disse que ia refletir, tudo bem. E os próprios Líderes chegaram ao entendimento de que o projeto tem de vir para cá.

Então, aqueles que estão dizendo que a Comissão de Direitos Humanos, ou membros dela, estariam dispostos a votar correndo... O que aconteceu com o cinegrafista nós vamos debater. E não podemos fugir desse debate. Foi um crime hediondo para mim? Foi. É fato e é real.

Quanto à lei de combate ao terrorismo, que estava no Plenário, eu encaminhei o requerimento, e essa lei virá para cá. Tenho certeza de que virá para cá.

Agora, fizeram confusão com o requerimento que vamos debater no momento adequado, para esta Comissão de Direitos Humanos discutir o fato que aconteceu no Rio de Janeiro, quando morreu o cinegrafista Santiago. Quero dizer que já dei entrada no requerimento, e nós votaríamos no dia de hoje, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> entender adequado, para debatermos esse tema, chamando, por exemplo, o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério Público, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e Associação Nacional de Jornais. Ou seja, todos os setores serão chamados para dialogar sobre esse tema, até porque existe outro projeto tramitando na Casa, que não é a lei, no caso do combate ao terrorismo, que trata especificamente desse tema.

Bom, a Comissão de Direitos Humanos tem de debater isso. Senão, a gente só vai debater – e eu quero aqui colocar com muita clareza isso – quando existe uma situação, como alguém já tentou jogar nas nossas costas também, e não é verdade, de um preso, dizendo que, quando alguém comete um crime contra um jornalista, contra um cinegrafista, contra um radialista, a gente não se movimenta.

A gente se movimenta sempre. Por isso, na abertura dos trabalhos aqui, V. Ex<sup>a</sup> e todos nós enfatizamos a sua ida, um gesto magnífico, a São Luís, no Maranhão, para buscar saídas para aquela situação degradante em que se encontram lá os presos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paim.

Senador Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Na mesma linha do Senador Paim. Há pouco, na Comissão de Constituição e Justiça, eu relatava um projeto antigo de alguns Senadores sobre a expulsão de estrangeiros. E nós abordávamos, Senador Paim, o caso daquela quase expulsão do Larry Rohter, que ofendeu duramente o Presidente da República e que teve quase concretizada a sua expulsão. No fim, chegou-se a um entendimento, e isso não ocorreu.

Mas nos reportávamos à lei de estrangeiros feita pela ditadura. A lei de estrangeiros era uma coisa tão brutal que, quando se expulsava um estrangeiro por algum motivo, estendia-se a expulsão e a proibição à família do estrangeiro.

Eu vejo nessa lei de terrorismo alguma coisa parecida, porque é evidente que esse crime tem de ser punido, culposo ou doloso. Não tinha cabimento levar um rojão para soltar numa manifestação pública, mas o que eu vejo, atrás disso tudo, é que, sob o pretexto de condenar o absurdo desta morte, pretende-se condenar o Brasil a não fazer manifestação; transformar qualquer manifestação contra a Copa num ato de terrorismo. É uma medida fascista e rigorosamente inadmissível. E existe legislação para pôr esse sujeito na cadeia – ele e todos os outros envolvidos. Mas querer estender à família brasileira a proibição de qualquer tipo de manifestação é um absurdo que não pode passar pelo Congresso.

Então, acho bastante interessante a proposta do Senador Paim.

E outra coisa também: eventualmente, foi um jornalista que foi assassinado; não foi a imprensa brasileira que foi agredida. Aquele raio de rojão com a irresponsabilidade daqueles moleques do Black Blocs poderia ter matado qualquer pessoa. Não foi um atentado à imprensa. Poderia ter sido um policial militar, um manifestante. E tem que ser durante reprimido, conforme a legislação penal. Mas nós não podemos permitir que nesse momento de enfraquecimento e de pânico nacional se proíba qualquer tipo de manifestação do povo brasileiro para todo o sempre, com uma lei rigorosamente estúpida.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Requião.

Quero apenas cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa, porque é bastante pertinente fazer esse debate na Comissão de Direitos Humanos, considerando que o tema é a violência contra os profissionais da comunicação. Acho que esse é um debate bastante oportuno. Não é a primeira vez que isso acontece contra um jornalista ou cinegrafista; já aconteceu outras vezes. Acho que é preciso realmente fazer esse debate e analisar profundamente essa realidade.

O Senador Randolfe Rodrigues pediu a palavra primeiro.

Depois, o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Senadora Ana Rita, duas questões. Primeiramente cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Para nós da Comissão de Direitos Humanos o ano de 2014 começou mais cedo, antes desta reunião aqui. Eu lembro V. Ex<sup>a</sup> de que, no início do ano, tão logo terminaram as festividades da virada do ano, nós nos comunicamos, e V. Ex<sup>a</sup>, com pronta celeridade, convocou os membros da Comissão. Eu, V. Ex<sup>a</sup>, o Senador João Capiberibe e o Senador Humberto Costa nos dirigimos até São Luís e, *in loco*, acompanhamos o que estava acontecendo lá no presídio de Pedrinhas. E o resultado da diligência que lá realizamos

é este relatório, que hoje V. Ex<sup>a</sup> apresenta a esta Comissão, que, em meu entender, tem de ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público Federal, que tem acompanhado de perto.

Eu comunico a V. Ex<sup>a</sup> que estive com o Procurador-Geral da República, não em nome desta Comissão, obviamente. Mas nós quatro, como estivemos em Pedrinhas, é necessário que procuremos o Procurador-Geral da República, estejamos com o Procurador-Geral da República, para levarmos o relatório, tão logo ele seja aprovado, e possamos estar com o Ministro da Justiça, para dialogar sobre as providências, porque o que vimos em Pedrinhas, o que vimos no Maranhão é o retrato mais grave da crise do sistema penitenciário brasileiro; é o retrato mais grave. Eu me recuso a acreditar que, em algum canto do Brasil, exista uma situação de extrema deterioração como nós vimos no Maranhão. Não acredito que exista, mas também retrata uma crise que existe em todo o País.

Após Pedrinhas, eu fiz questão também de visitar o sistema penitenciário, os presídios do meu próprio Estado. Não é o grau de gravidade que há no Maranhão, obviamente, mas há situações que nós vimos no Maranhão que se repetem. Assim, se nós quatro, que estivemos lá no Maranhão, visitarmos outros, vamos perceber: por exemplo, a convivência de presos provisórios com presos com sentença transitada em julgada no mesmo pavilhão é uma situação que nós vamos diagnosticar e encontrar, assim como é um diagnóstico a existência de sucursais do PCC em 25 das 27 unidades federadas, como nos foi informado. Então, acho que, após entregarmos esse relatório, é necessário um debate sobre o sistema penitenciário em todo Brasil.

Além disso, Sr<sup>a</sup> Presidente, eu queria aqui apoiar o requerimento do Senador Paulo Paim e reiterar os termos aqui do que o Senador Requião apresentou. Ainda bem que ontem, num surto de sensatez, o Colégio de Líderes retirou de pauta o que...

Senador Requião, por favor.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Um intervalo lúcido, em vez de um surto de sensatez.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sim.

O Colégio de Líderes retirou de pauta o que muito bem o *Correio Braziliense* definiu hoje como o AI-5 da Copa. Não há outra definição para um projeto de lei que estabelece uma chamada Lei Antiterrorismo, Sr<sup>a</sup> Presidente. Lei antiterrorismo nós temos no ordenamento jurídico brasileiro; nós não precisamos de uma lei antiterrorismo. Se é para ter uma lei antiterrorismo... Nós já tivemos uma; aliás, o Supremo Tribunal Federal a declarou inconstitucional, a Lei de Segurança Nacional, então nós não precisamos de uma lei antiterrorismo.

O que aconteceu no Rio de Janeiro, e falo isso para concluir, é condenável, e é importante e necessário isso ser destacado: esses babacas desses Black Blocs não representam o que foi conquistado pelos brasileiros, que foi a liberdade de manifestação, a liberdade de organização, e não representam, nem de longe, o direito de milhões de brasileiros de se manifestarem, como, em junho do ano passado, percorreram, organizaram, preencheram as ruas do Brasil com belíssimas manifestações por mais direitos. É esse direito de manifestação que deve ser preservado e não pode isso ser confundido com restrição de direitos.

Então, é necessário ter esta audiência pública e é fundamental não misturar alho com bugalho.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Randolfe.

Só para esclarecer aos colegas Senadores que chegaram agora. Já fizemos a leitura do relatório das atividades realizadas pela Comissão de Direitos Humanos durante o segundo semestre do ano passado e vamos, em seguida, fazer o relatório da visita ao presídio.

Então, esse tema ainda vai ser apresentado. Portanto, eu peço brevidade, para que a gente possa agilizar.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, com toda brevidade: primeiro, quero parabenizar o Senador Humberto Costa por uma declaração que ouvi dele, ontem, na televisão e que trouxe o bom senso a esse debate da chamada lei antiterrorista.

Não é possível que entremos nesse pânico, depois de anos e anos em que muitos de nós denunciemos, aqui, que o País vive uma guerra civil, e que precisamos sentar os Senadores para discutir o que está acontecendo, como trazer paz para o Brasil, e vamos deixando.

De repente, surgiu um pânico e se propõe uma lei que, para mim, Senador Randolfe, ela é que é aterrorizante.

Essa lei aterroriza a juventude que quer ir para as ruas; aterroriza os pais, que não vão querer deixar os filhos irem para as ruas.

Imagine um menino que convoca 200 colegas para fazer um rolezinho num *shopping* e que, durante esse rolezinho, exista uma balbúrdia, um pânico e quebrem-se coisas. Ele pode pegar uma pena como terrorista.

Não vai ter pai que deixe o filho brincando no computador, tentando fazer organização de encontros – não vou nem falar de mobilizações.

É um absurdo o que se está querendo fazer.

Então, houve o bom senso de suspender, mas eu espero que haja o bom senso de não aprovarmos um tipo de lei como está ali e, sobretudo, que sentemos para discutir como trazer a paz para o Brasil.

No lugar de propormos leis como essas, façamos nosso dever de casa. O que está acontecendo com este País? Por que, aqui, nós temos 50 mil assassinatos por ano? Nada a ver com as mobilizações: 50 mil assassinatos. Além disso, temos mobilizações em que aparecem grupos mascarados, que terminam quebrando vidraças. O que está acontecendo? Este é o papel do Senado, especialmente: como trazer a paz. E se tem que haver, realmente, uma lei antiterrorista, e é possível que tenha, não pode ser desse jeito.

Hoje, a capa, a primeira página do *Correio Braziliense* chega a dizer – não sei se o Senador Requião viu – AI-5 da FIFA. Só faltaram colocar naquele projeto prazo de validade até agosto.

A gente não pode cair nesse pânico e nesse jogo de cena que vão trazer consequências muito negativas, porque, depois de aprovado um projeto como esse, não vai faltar procurador, não vai faltar...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pode completar, Senador? Declarando vaga a Presidência da República e entregando-a ao Joseph Blatter.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não vai faltar procurador que se sinta obrigado, para não cair na prevaricação, a abrir processo contra jovens que usaram o computador para convidar colegas para manifestações, e manifestações que levaram à depredação de coisas, como está na lei. A lei fala “contra a vida” – é um artigo – e “contra coisas” – outro artigo –, com uma imensa lista de coisas que, se violadas, violentadas, quebradas, seria considerado como terrorismo.

É uma irresponsabilidade aprovar uma lei como essa; é uma irresponsabilidade com a democracia.

Outra coisa: a partir dessa lei que diz que incitar pânico é terrorismo, imagine se um jornal, analisando os dados do IPCA, põe uma manchete: “Inflação fora de controle”. Imagine que, em função dessa manchete, as pessoas corram para fazer compras enquanto o preço não sobe e gere-se uma balbúrdia. O jornal será acusado de terrorismo de acordo com a lei.

Então, nós temos de ter bom senso e fazer o dever de casa em relação a trazer a paz e a não aprovar leis como essa, que representa um claro retrocesso na democracia e na mobilização das pessoas, que estão precisando disso até para dizer a nós: “Estamos descontentes com vocês, políticos”. É o que eles estão gritando.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem. Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, se me permitir, para ter um encaminhamento...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...prático e objetivo, ...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...nós poderíamos, aqui, chegar num acordo? Porque vai haver alguma resistência no Plenário para que o meu requerimento, o nosso requerimento, eu diria...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu nunca gosto de meu. O nosso requerimento. Para que o projeto venha para cá, um projeto dessa envergadura tem que passar por esta Comissão.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Claro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, quando eu o apresentei, foi em nome do movimento de direitos humanos em nível nacional, que me procurou.

Esta Comissão vai recomendar, vai pedir ao Plenário que, em vez de votar a matéria, aprove o nosso requerimento. A matéria vem para cá, e V. Exª indica o relator que entender mais adequado, para que, de uma vez por todas, a gente deixe claro ao País o que a Comissão de Direitos Humanos do Senado pensa dessa proposta de lei.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Paim, eu acho que um reforço ao seu requerimento ou uma reiteração dele podia ser assinada por todos os membros da Comissão de Direitos Humanos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Isso. Eu queria propor exatamente isso. Acho que todos nós poderíamos subscrever o requerimento.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem, Senador Wellington.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí, acaba essa discussão, porque eu quero, inclusive, se me permitir mais um segundo, aproveitando a fala do Wellington... Inclusive, em relação ao nosso querido Senador Jorge Viana, a intenção dele foi das melhores, quando ele fez o pedido sobre a possibilidade da retirada do requerimento.

Eu disse para ele que iria refletir, enfim, e claro que não o retirei sem uma conversa maior com ele, e ele também entendeu, com a Bancada e com esta Comissão.

Ele apenas queria encontrar caminhos, com a maior boa intenção. Ontem mesmo, ele já disse que existe uma outra proposta de lei que trata exatamente do fato em questão, que poderá ser tratado na discussão do Código Penal. Estamos discutindo o Código Penal, poderá ser debatido, e já existe legislação.

Então, eu quero apenas preservar, também, o meu querido amigo e Senador bem-intencionado, Jorge Viana.

Esse requerimento nosso, tenho certeza, terá a assinatura dele também.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador, eu ainda não li o teor inteiro do projeto, mas eu faço uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup>, que está tão a par: eles delegam para a FIFA a aplicação das penas também?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que a não resposta é a melhor coisa. Não chegaram lá, mas, se bobear, acabam chegando.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Ainda não?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu acho que o encaminhamento sugerido aqui é importante. Então, eu penso que está havendo uma concordância de todos os membros, de todos nós assinarmos o requerimento, para que o debate possa ser feito aqui na Comissão de Direitos Humanos.

É claro que a discussão do Código Penal na Comissão de Constituição e Justiça também vai ser um espaço de reflexão, de debate, porque o próprio Código Penal trata desse tema, trata desse assunto, e houve, já, um processo de discussão durante a elaboração do novo texto do Código Penal pela comissão especial, que já aprofundou, inclusive, esse conceito de terrorismo. Então, seria muito prematuro avançar num projeto de lei que não teve o mesmo nível de discussão que teve o texto do novo Código Penal.

Então, a Comissão de Constituição e Justiça também vai poder oferecer a sua contribuição nesse tema, nesse debate.

Portanto, eu acho que, como encaminhamento, fica todos nós assinarmos o requerimento do Senador Paulo Paim e, juntos, nós solicitarmos que o projeto venha para cá.

Então, concluindo esse tema da apresentação...

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Paulo Davim, sim?

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Sr<sup>a</sup> Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> um esclarecimento a respeito de um requerimento de nossa autoria que foi aprovado no ano passado, no sentido de marcarmos uma audiência com o superintendente da Polícia Federal, para sabermos dos encaminhamentos daquela investigação que está ocorrendo lá em Natal, no Rio Grande do Norte, pelo desaparecimento das crianças do Bairro Planalto.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – Ficou de se marcar uma data.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco Maioria/PV - RN) – A Comissão de Direitos Humanos, CDH, marcaria uma data dessa audiência da Comissão com o superintendente da Polícia Federal, para sabermos em que pé se encontra a investigação do tráfico daquelas crianças, que ocorreu há três anos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu solicito à assessoria que verifique como está o andamento, para que possamos informar imediatamente a S. Ex<sup>a</sup>.

Então, concluindo essa primeira parte da reunião, da apresentação do relatório, eu quero, primeiro, fazer um agradecimento a todos os membros desta Comissão, porque todo o trabalho realizado aqui, as audiências públicas, inclusive das subcomissões, são fruto de um trabalho, de um esforço conjunto de todos os membros desta Comissão.

Então, um agradecimento a todos vocês e, também, agradeço a nossa equipe de assessores da Comissão de Direitos Humanos, que, de forma muito competente, produziu um relatório que nós apresentamos aqui e que vocês estão recebendo em mão, ilustrativo, bastante dinâmico, didático e que facilita, inclusive, a leitura. Então, esse agradecimento a todos vocês.

Aproveito a oportunidade para trazer uma preocupação, antes de entrar no segundo tema da nossa reunião: também está sendo discutida a reforma do *Regimento Interno do Senado Federal*. O relatório apresentado pelo Relator, Senador Lobão Filho, traz uma proposta de extinção da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, entre outras sugestões de redução das comissões. Então, esse é um debate que precisamos fazer aqui, dialogar com o Relator, Senador Lobão Filho, porque, em nome de garantir quórum ou maior agilidade nos trabalhos, não podemos aceitar e permitir – pelo menos é essa a minha opinião, mas precisamos ouvir

todos vocês – a possibilidade de extinção desta Comissão, ou seja, repassando para outras comissões aqui do Senado atribuições desta Comissão.

Eu tenho muitas dúvidas se outras comissões darão conta das atribuições desenvolvidas e desempenhadas por esta Comissão de Direitos Humanos. Então, este é um debate que precisamos fazer, e o Regimento está para ser votado, pelo que sei, a qualquer momento. Assim, trago essa preocupação para vocês também.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, se todas as outras comissões fossem extintas e ficasse a Comissão de Direitos Humanos, a gente funcionaria bem, porque tudo passa por aqui. Agora, manter todas as outras funcionando e tirarmos a de Direitos Humanos é deixar o Senado capenga na hora de discutir suas leis do ponto de vista filosófico, político.

É um absurdo uma proposta como essa, por mais lógica que tenha do ponto de vista da eficiência. Fechemos outras. Tragamos para aqui o debate da economia. A economia pode ser debatida aqui. É melhor fechar a Comissão de Economia, na qual tenho uma participação ativa e de que gosto – sou até presidente de uma subcomissão – do que a de Direitos Humanos, porque passa por aqui a economia e não passam pela Economia os direitos humanos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Não quero transformar esse ponto num debate agora...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou ser muito rápido. Terminar com a Comissão de Direitos Humanos eu diria que é um crime contra a humanidade, e o Senado não vai fazer isso. Criam aqui dezenas de comissões e subcomissões todo dia.

Eu faço parte, por exemplo, e não sou contra, da Comissão do Mercosul. É mais importante a Comissão do Mercosul? É mais importante uma subcomissão de temas que eu sei não trata de temas que não se envolvem diretamente com a população do que direitos humanos?

É como disse o Senador Cristovam: se quiserem acabar com outras subcomissões e comissões, que acabem, mas nós teremos de ser muito firmes, sob a liderança de V. Exª, em manter, claro - nós intervindo também no Plenário, se for necessário –, em defesa da Comissão de Direitos Humanos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Trago este assunto para que vocês realmente acompanhem o relatório da reforma do novo Regimento e fiquem atentos a esse ponto, porque nós precisamos nos movimentar e acompanhar de perto esse debate, certo?

Então, nós vamos passar, agora, para o segundo ponto...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senadora Ana Rita, a senhora me permite?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, claro.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Cheguei um pouco atrasada. Estava no meu gabinete atendendo pessoas, mas monitorando o que se passava aqui.

Eu também quero que V. Exª me inclua nessa movimentação em defesa da Comissão de Direitos Humanos, que é uma comissão, que, por uma série de razões, teve muito destaque na Câmara, e, se não fosse importante o direito das pessoas, certamente não teria tido destaque.

Senadora, eu não entendo como alguém trata de propor a extinção de uma comissão que trata de pessoas. Para que se organiza tudo? Para favorecer a humanidade, para cuidar dos interesses da humanidade. É inexplicável. Então, quero que V. Exª me inclua também nessa luta em defesa da Comissão, viu, Senadora Ana Rita?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senadora Vanessa. Agradecemos a sua disposição em colaborar.

Senador Wellington.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senadora, tenho certeza de que, não só em meu nome, mas de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, temos uma posição radical contra a extinção da Comissão de Direitos Humanos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Wellington.

Vamos, agora, passar à leitura do relatório de diligência ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que foi realizada no dia 13 de janeiro. O relatório, na íntegra, está sobre a mesa à disposição de todos os Senadores. Vamos fazer aqui uma leitura sucinta do relatório para que possamos ganhar tempo.

Passando.

Quem participou dessa diligência no Complexo Penitenciário de Pedrinhas... É bom esclarecer que nós organizamos essa diligência numa sexta-feira para que a diligência acontecesse na segunda-feira. Então, tivemos um prazo extremamente curto para poder fazer uma mobilização maior entre os Senadores, mas eu diria que tive a oportunidade de conversar com todos os Senadores que são titulares desta Comissão e também com quase todos os Senadores e Senadoras que são suplentes desta Comissão – apenas uns três ou quatro não

tive tempo e condição de contatar por telefone. A maioria, por ser recesso, tinha agenda, tinha viagem, tinha outros compromissos; não poderiam ausentar-se e justificaram as suas ausências.

Então, os que foram realmente representam os demais membros desta Comissão: esta Senadora, Senadora Ana Rita, Senador João Capiberibe, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Humberto Costa, que são integrantes desta Comissão, mais o Senador João Alberto Souza e o Senador Lobão Filho, que são Senadores do Estado do Maranhão, que também tiveram a oportunidade de acompanhar a diligência.

O objetivo dessa diligência foi verificar e discutir, *in loco*, as condições das vítimas de ataques de violência determinados supostamente por líderes de facções criminosas e as condições dos detentos, seus familiares, bem como a situação dos agentes penitenciários.

Realizamos diversas reuniões no Estado: uma reunião com a sociedade civil organizada e vítimas de violência, que contou com a presença também da OAB – foi no espaço da OAB. Essa reunião precisou ser complementada à noite. Então, nós tivemos mais de uma hora, cerca de uma hora e meia pela manhã, e, à noite, tivemos que retornar para poder continuar ouvindo os membros da sociedade civil.

Também tivemos reuniões com o Ministério Público Estadual em momento distinto, com a Defensoria Pública, com o Tribunal de Justiça do Maranhão e com a Governadora Roseana Sarney e a sua equipe de secretários, inclusive com o Secretário de Justiça, responsável pelo Complexo Penitenciário de Pedrinhas, com a Polícia Militar, enfim, com toda a sua equipe.

Vou trazer, agora, alguns dados de dezembro de 2013 do sistema prisional do Maranhão. Existe no complexo penitenciário um total, em unidades prisionais, em torno de 4.009 presos; em 312 delegacias no interior, existem 1.555 presos, totalizando 5.564 presos no sistema prisional do Maranhão. Desse total, 57% são presos provisórios. O total de vagas nas unidades prisionais – porque quero mostrar aqui o déficit em termos de vagas no sistema prisional – é de 3.010; a lotação atual das unidades prisionais é de 4.009 presos. Portanto, o déficit de vagas, nas unidades prisionais, mais as delegacias, está em torno de 2.554 vagas. A fonte é da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Estado do Maranhão.

As unidades do Complexo de Pedrinhas são: a Casa de Assistência ao Albergado e Egresso, pela Casa de Detenção (Cadet); a Central de Custódia de Presos de Justiça; o Centro de Detenção Provisória; a Penitenciária Feminina; a Penitenciária de Pedrinhas; a Penitenciária São Luís; a Unidade Prisional de Ressocialização e a Unidade para Regime Disciplinar Diferenciado.

Nós tivemos a oportunidade de visitar essas duas unidades: a Casa de Detenção e a Penitenciária de São Luís 1. Qual foi a situação constatada no Presídio de São Luís 1? A realidade bastante deplorável, deprimente, degradante. Superlotação, celas insalubres, pessoas com deficiência mental convivendo com os demais presos, pessoas doentes, presos provisórios com detentos já condenados e uma ala com presos em greve de fome, em razão da qualidade da comida e em protesto a possíveis transferências.

Vimos que 70% do pessoal que trabalha diretamente com os presos são contratados por empresas terceirizadas. Há relato de constrangimento nas visitas, revistas vexatórias, nudez, agachamentos, pulos e toques vaginais. E a Casa de Detenção está em reforma.

Trazemos aqui também algumas fotos das visitas e das reuniões realizadas, que mostram um pouco o momento vivenciado por nós, que foi um dia inteiro de trabalho. Começamos às 8h da manhã e fomos praticamente até às 11h da noite, só com pequeno intervalo para o almoço. Então, foi um dia bastante dinâmico.

Trazemos aqui também alguns dados da CPI da Câmara dos Deputados, de 2008, que mostra uma realidade daquele momento para comparar com a realidade de hoje. A CPI da Câmara dos Deputados em 2008 já mostrava superlotação, excesso de presos provisórios; “salada”, entre aspas, de presos, com mistura de jovens com idosos, doentes com encarcerados aparentemente sadios, torturas, alimentação apodrecida, falta de trabalho e escola, poucos agentes penitenciários, ingresso de armas, celulares e drogas, lixo sem a devida destinação, esgotos estourados, carência de assistência médica, educacional e jurídica.

Do relato da reunião que nós tivemos com a sociedade civil, então, o que a sociedade civil nos traz como informação: menor taxa da população carcerária do País. O Estado do Maranhão tem a menor taxa da população carcerária do País, com 128,5 presos por cem mil habitantes; no entanto, a pior taxa de policiais militares por habitantes. Segunda pior taxa de policiais civis por habitantes. Muitos presos provisórios, com 55%. É o sexto pior do País. Superlotação, é o sexto pior do País. O levantamento do Portal G1 traz 0,98% da população carcerária e 26,5% das mortes de presos; com 58 em 219 homicídios.

Em 2013, houve 807 homicídios na região metropolitana de São Luís; e, em 2012, foram 635 homicídios na região metropolitana; portanto, um crescimento de 27% dos homicídios praticados naquela região. Foram 62 homicídios por 100 mil habitantes. Provavelmente a terceira capital mais violenta do País seja a capital de São Luís do Maranhão.

Quais são as sugestões apresentadas pela sociedade civil? Federalização da apuração dos fatos; investigação imediata, imparcial e efetiva das mortes ocorridas, com responsabilização dos autores imediatos e mediatos, incluindo os que se omitiram em seu dever de agir. Instituição do mecanismo nacional de prevenção à tortura e do mecanismo estadual de prevenção à tortura no Maranhão, em consonância com a Lei nº 12.847, de 2013. Efetiva participação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais nas instâncias de controle das instituições penitenciárias de segurança pública e judiciária.

Aqui, eu quero fazer um parêntese. Uma das reclamações da sociedade é a dificuldade de ter acesso ao presídio e poder fazer o controle social do sistema penitenciário.

Superação do modelo baseado na construção de presídios. Investimentos em alternativas penais e formas pacíficas de solução de conflitos. E também outra sugestão é reestruturação da administração da Justiça criminal no Maranhão, com especial atenção para execução penal, e urgente ampliação do número de defensores públicos no Estado. Essas são sugestões da sociedade civil.

Da reunião com o Tribunal de Justiça do Maranhão e com o Ministério Público, nós trazemos as seguintes informações: há cinco mil mandados de prisão expedidos e ainda não cumpridos. Segundo informações vindas da própria Presidente do Tribunal de Justiça, evita-se cumprir os mandados de prisão porque não há local para colocar os presos, em função da superlotação.

Concentração de presos na capital. Juízes não sabem em que unidade se encontram os acusados, portanto, as audiências ficam inviabilizadas. Não tem como encontrar os acusados porque não há um controle adequado, correto, real de onde os presos se encontram. Então, há dificuldade de acessá-los para que possam participar das audiências.

Inexistência de técnica de oitivas por videoconferência e precariedade dos serviços administrativos penitenciários. A Procuradoria da República já pediu intervenção no Estado em novembro de 2013. O Comitê Interinstitucional criado pela Governadora do Estado nós tivemos informação de que já estava em pleno funcionamento.

Expectativa de viabilização das medidas anunciadas pelo Governo. A Procuradoria não insistirá na intervenção. O que nós queremos dizer com isso? A Procuradoria está aguardando o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Interinstitucional, que é coordenado pelo Governo do Estado, mas que tem, por parte do Ministério da Justiça, todo o acompanhamento e a fiscalização do andamento dos trabalhos daquele comitê.

Quais são as providências da Corregedoria de Justiça? Comissão de juízes, auxílio na análise de processos de réus presos provisórios, solicitação de prioridade na análise de processos criminais durante a correição. A análise abre possibilidade de remanejamento de presos para suas cidades de origem, conforme cada caso. Então, à medida que os processos não são analisados, não se abrem novas vagas. Os presos provisórios, se forem condenados, permanecem na prisão; se não o forem, liberam vagas para novos presos.

Reunião com juízes. Operacionalização da análise dos pedidos de transferência de presos para presídios federais. No momento da nossa visita, estavam justamente o Governo juntamente com a Polícia Federal e o Ministério da Justiça se preparando para fazer a transferência dos presos, o que aconteceu uma semana depois.

Articulação com Ministério Público e Defensoria Pública. Mutirão carcerário. Na verdade, o Tribunal de Justiça tem feito isso; o Ministério Público. O mutirão carcerário só com o pessoal do Estado do Maranhão não é suficiente, sendo necessário também o apoio de outras instâncias.

Da reunião com a Defensoria Pública e o Ministério Público Estadual obtivemos as seguintes informações: apenas 77 comarcas do Maranhão têm defensores públicos. Falta de documentação de presos vindos do interior: Sem documentos pessoais, sem informação sobre os processos, sem nota de culpa.

Inspeções e ações judiciais e administrativas propostas pelo Ministério Público para a melhoria das condições carcerárias. Inquérito em andamento para apuração do desaparecimento do detento Ronalton Silva Rabelo. Esse detento desapareceu e não se têm notícias dele. Então, foi uma denúncia feita pela Defensoria, mas também pela sociedade.

Sobre a menina Ana Clara, morta durante o incêndio, que se façam gestões para assistência médica, psicológica e material, providências que tomamos no dia em que estivemos lá. Continuamos acompanhando o caso da família da Ana Clara e de outras vítimas. Posteriormente, passarei algumas informações.

Reunião com a Governadora, resultado: a Governadora atribuiu a crise ao crime organizado que entende ter-se alastrado para todo o Brasil desde 2005, após ataques ordenados pelo PCC em São Paulo. Sugeriu ampliação de presídios federais. Presos envolvidos no crime organizado, presídios federais, mas, para presos de menor periculosidade, responsabilidade dos governos estaduais.

Então, o que ela propõe?

Que os presos envolvidos no crime organizado fiquem por conta dos presídios federais, e os presos de menor periculosidade fiquem por conta dos governos estaduais. É um proposta que precisa ser apreciada, ava-

liada pelos entes da Federação. Apresentou também um projeto para solução da atual crise no Estado, com medidas de curto, médio e longo prazo, incluindo dobrar a capacidade de vagas do sistema e adotar condições condizentes com a legislação vigente.

Então, são essas as informações que trago das reuniões realizadas.

Quais são as nossas conclusões?

E aqui peço ajuda de todos os Senadores, mas, em particular, daqueles que nos acompanharam na visita, para saber se essas conclusões são suficientes, porque foi um relatório produzido por mim, pela assessoria, mas que ainda não teve a participação de todos.

As unidades visitadas não refletem totalmente a realidade das demais unidades prisionais do Maranhão. Condições de insalubridade e superlotação são as mesmas. O crime organizado não está atuante nessas unidades. A exemplo do que ocorre em outras unidades, o crime organizado está fora do controle estatal. Por exemplo, Bonde dos 40 e o PCM, que são suas facções existentes no presídio do Complexo de Pedrinhas.

É necessário conjugação de esforços do Congresso, do Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, do Governo Federal e dos governos estaduais. Trazemos aqui oito encaminhamentos, todos eles já foram providenciados – já tomamos as devidas providências –, com exceção de um encaminhamento, o de número 3.

Então, o primeiro encaminhamento:

*– solicitar audiência ao Ministro da Justiça com a finalidade de discutir a situação de Pedrinhas e formas de aceleração de proposições legislativas no âmbito do Congresso Nacional. Já solicitamos essa audiência ao Ministro da Justiça e ainda não obtivemos resposta. É isso? (Pausa.) Estamos aguardando retorno do Ministro;*

*– solicitar audiência com o Corregedor do Conselho Nacional de Justiça para discutir a realização de mutirão nacional e aplicação de penas alternativas, a fim de promover o desencarceramento – providência já encaminhada;*

*– realizar audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos para debater o tema – esse é o encaminhamento que ainda não providenciamos, e depende de nós aqui;*

*– oficiar à Governadora do Estado do Maranhão para que envie o projeto de medidas emergenciais de médio e longo prazo para solucionar a crise no sistema carcerário – já oficiamos à Governadora para que faça esse procedimento;*

*– solicitar o inquérito que apura o desaparecimento do apenado Ronalton Silva Rabelo – já fizemos também os encaminhamentos no sentido de obter informações a respeito do desaparecimento desse apenado, cujo paradeiro ninguém conhece;*

*– solicitar ao CNJ que acompanhe os processos judiciais que envolvem as mortes ocorridas desde 2008 no sistema prisional do Maranhão – também já fizemos essa solicitação ao Conselho Nacional de Justiça;*

*– oficiar à Governadora do Estado do Maranhão para promoção de concurso público para agentes penitenciários – atualmente 70% dos serviços são terceirizado – e para defensores públicos. Então, fazer concurso público é importante, porque uma das reclamações do sindicato dos servidores, que estava presente à reunião com a sociedade civil, é de que nem todos os servidores que são terceirizados recebem a mesma capacitação dos servidores efetivos, o que prejudica o atendimento e traz dificuldades inclusive durante os trabalhos realizados nos presídios, como vistoria, por exemplo. Enfim, há dificuldade nesse sentido. Também já oficiamos à governadora para que encaminhe essa solicitação. E, enfim,*

*– acompanhar (já estamos acompanhando) o atendimento médico, assistencial e psicológico às famílias das vítimas por atos de violência supostamente ordenados pelas organizações criminosas.*

Aqui faço um parêntese. No dia em que estivemos lá, ficamos boa parte da manhã reunidos com as entidades para, depois, fazermos a visita ao complexo e darmos sequência à nossa programação. Retornamos à noite para que pudéssemos continuar ouvindo as entidades da sociedade civil, Ministério Público e Defensoria Pública. Nós nos dividimos: o Senador Randolfe ficou com os membros da sociedade civil, o Senador Humberto Costa e o Senador João Capiberibe atenderam o Ministério Público e a Defensoria Pública, e eu fiquei por conta das famílias das pessoas que foram vitimadas durante aquele período.

Ouvi cuidadosamente os parentes que estavam presentes: a Juliana, mãe da Ana Clara. Inclusive, a Juliana estava internada aqui, em Brasília, e teve alta esta semana. Nós já vamos fazer uma visita à Juliana amanhã de manhã. É uma visita que poderá contar, com certeza, com a presença de outros Senadores ou Senadoras que desejam e podem nos acompanhar. Faremos isso amanhã de manhã, após o início da abertura dos trabalhos, da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, que o Senador Paulo Paim vai coordenar. Eu farei a abertura juntamente com o Senador Paulo Paim, e ele continuará na audiência pública. Eu, juntamente com

Senadores que tiverem condições de nos acompanhar, vamos fazer uma visita à Juliana que, até segunda-feira, não sabia ainda que a filha havia morrido. Ela ia receber a notícia da morte da filha nesta semana. Ela teve alta na segunda-feira? Foi ontem? Foi ontem, terça-feira. Ela teve alta ontem. Então, ontem ou hoje recebeu a notícia de morte da filha. Vamos amanhã fazer uma visita a ela. Fizemos todas as gestões junto à Defensoria Pública, ao Defensor-Geral da Defensoria Pública, que estava lá presente no dia da nossa visita. Na ocasião, ele atentamente anotou o nome de todas as vítimas, os telefones, os contatos. Já estava fazendo o atendimento, já estava acompanhando, mas garantiu que ia continuar atento, juntamente com os demais defensores, para que todas as providências fossem tomadas no âmbito da assistência social, da saúde, para que as vítimas e seus familiares não ficassem desamparados.

Então, essas providências foram tomadas, e estamos acompanhando esses casos. Nós nos colocamos inteiramente à disposição, deixamos nossos contatos também, para que os familiares, caso precisassem, pudessem nos contatar, para que continuássemos colaborando.

Então, era isso que eu gostaria de informar a vocês. Concedo a palavra a quem nos acompanhou para que faça alguma correção na minha fala ou alguma complementação caso eu não tenha feito.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srª Presidente, antes de passar a palavra aos Senadores que a acompanharam, desta Comissão, eu gostaria que V. Exª me inscrevesse também para que eu me pronuncie.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador com certeza.

Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Senadora Ana Rita, nada a acrescentar ao relato de V. Exª, que é fiel ao que nós vimos e assistimos na diligência ao sistema prisional de Pedrinhas. Só registrar que fiquei acompanhando na parte da noite... V. Exª esteve dialogando com a família de uma das vítimas do ataque à cidade de São Luís e eu estive em outro encontro com os militantes de direitos humanos. Parece-me que V. Exª faz referência aqui e queria apenas acrescentar que, nessa reunião com os militantes de direitos humanos, foi relatado – e eu acho que tem que ser acrescentado – as informações que militantes dos direitos humanos fizeram lá da necessidade de um sistema de proteção na atuação desses militantes no Maranhão.

Eu acho que é necessário só acrescentar no relatório a necessidade de uma atuação do aparato do Estado em conjunto com os militantes de direitos humanos – notadamente a Ordem de Advogados do Brasil – e o conjunto de entidades de direitos humanos que lá se encontram.

No mais, só cumprimentar V. Exª pelo relatório, que eu acho está de acordo, pelo de razão com a visita que lá procedemos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Lobão Filho.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Rita, antes de adentrar no assunto específico do relatório, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre a questão do Regimento, que foi levantada aqui antes da minha chegada.

Eu acho importante a todos os presentes e aos Parlamentares aqui presentes terem conhecimento do que realmente está acontecendo em relação à discussão do Regimento do Senado.

Em primeiro lugar, esse trabalho foi baseado já num trabalho realizado na Legislatura passada capitaneada pelo Senador Tasso Jereissati, que preparou, vamos dizer, a base do trabalho que está sendo feito hoje. Já naquela época, naquela Legislatura, o Senador Tasso Jereissati indicou a necessidade de diminuição do número de Comissões do Senado Federal. Nós temos 11 Comissões trabalhando hoje para 81 Senadores. A consequência disso é que nós temos dificuldade de manutenção de quórum para as verdadeiras e necessárias discussões no nosso País; temos tido dificuldade de votação nessas Comissões, por acúmulo de horários – às vezes há o sobrestamento de uma Comissão sobre outra por estarem no mesmo horário –; as Comissões mais fracas ou de menor prestígio têm pago com sacrifício poder estar funcionando quando estão competindo com uma CCJ, com uma CAE, com Comissões relativamente mais importantes ou com mais responsabilidades – apesar de sabermos que todos os temas têm a sua importância para a sociedade organizada brasileira.

Então, isso tudo foi analisado pelos técnicos, que chegaram à conclusão não pela extinção – e é bom esclarecer isso – mas pela fusão de determinadas Comissões, mais especificamente fundirmos esta Comissão, a CDH, com a Comissão de Assuntos Sociais; a CCT com a Comissão de Educação. Todos das Comissões que estão propostas para fusão... Isso é apenas uma proposição para discussão, longe de mim ser o dono da verdade e achar que o modelo que eu estou apresentando é o melhor e o perfeito para o Senado Federal, mas é um ponto para discussão e debate em que nós todos, Senadores, teremos oportunidade de nos manifestar e, juntos, chegarmos ao melhor modelo de funcionamento do Senado. Existem entraves para o processo legislativo ao longo de toda a existência do Senado. Nós temos entraves no encaminhamento das proposições; nós temos entraves na forma de votação; nós temos entraves num coisa chamada “ditadura de líderes” aqui no Senado;

nós temos entraves no direito à palavra, ao discurso; são n entraves que nós vamos tentar diminuir ou, se Deus permitir, extingui-los. Isso tudo fruto de uma discussão.

Então, é compreensível que todos os membros desta Comissão se sintam desagradados de ver uma proposição pedindo a fusão desta Comissão, mas é preciso todos termos a responsabilidade de nos aprofundar no verdadeiro exercício da atividade parlamentar para que ela possa ter eficiência e que a gente não personalize ou puxe para si a vontade desta ou daquela Comissão por termos uma preferência por elas.

Vamos estudar a coisa do ponto de vista mais macro e botar esses temas verdadeiramente em discussão, para que a gente possa, todos juntos e não apenas um grupo pequeno, participar desse debate e chegar a um melhor modelo para o Senado Federal. É esse convite que faço a todos.

Eu tive a oportunidade de encaminhar a todos os Senadores as mudanças propostas no Regimento para que eles possam também entrar nesse assunto, nesse debate, contribuir, criticar e a gente modificar o que for necessário ser modificado. Existem n proposições, por exemplo, para adotarmos aqui no Senado uma semana para comissão e uma semana para plenário. Existem vários Senadores que pensam assim. Então, isso tudo a gente tem que discutir.

Eram esses esclarecimentos que eu gostaria de fazer em relação à questão regimental.

Passando agora ao assunto do relatório, sobre o meu Estado do Maranhão, em primeiro lugar, estou lendo agora o relatório e confesso que fiquei surpreso pelo equilíbrio contido nas linhas desse relatório. Eu imaginei que viesse um relatório diferente do que está aqui. Achei muito equilibrado, muito conscientes todas as proposições e todas as análises feitas. Dessa forma parablenizo V. Ex<sup>a</sup>. Não tive participação na feitura desse relatório, apesar de ter acompanhado uma parte dos eventos que aconteceram no Maranhão, parablenizo a sua equipe pela maturidade desse relatório.

Algumas ações que já ocorreram como consequência da visita lá – e agora eu externo a esta Comissão e a todos as testemunhas presentes –, ocorreram no âmbito judicial, o que, no meu entendimento, na questão da penitenciária, é o grande entrave, o grande problema. Nós temos lá, conforme inclusive dito no relatório, um percentual absurdo de presos temporários e que não deveriam estar naquela penitenciária. A prisão temporária é de 30 dias, prorrogável por mais 30. Lá há presos com 300 dias de prisão temporária. Isso é uma distorção do sistema. E a consequência da visita foi que efetivamente que o Poder Judiciário maranhense fez um mutirão, está fazendo um mutirão para analisar caso a caso daqueles detentos, para poderem liberar aqueles que já deveriam ter sido liberados.

Outro problema que também é do Judiciário é que nós temos presos numa penitenciária presos de baixíssima periculosidade: preso porque não pagou a pensão da mulher; preso porque deixou de pagar uma conta; ou por qualquer motivo que seja, este preso está misturado com presos homicidas, autores de latrocínio, sequestradores, estupradores, o que não é aceitável por qualquer regra de bom senso.

Mas isso é uma iniciativa do Judiciário. Eu acho que esse empurrão foi extremamente importante para que acordasse, pelo menos, esse setor da sociedade e que ele pudesse reagir. E essa reação está acontecendo, graças a Deus, lá no Maranhão, o que vai certamente contribuir para o bem-estar da população.

Esse é um ponto que eu queria dizer.

O Governo do Estado já tinha medidas programadas, como, por exemplo, o aumento do efetivo da Polícia Militar de 6.500 para 8.500 homens – estão ingressando 2.000 novos homens agora. A questão do concurso para os agentes penitenciários – que é um assunto seriíssimo – também já está sendo resolvido. Inclusive, depois que a Comissão saiu, começaram a correr na imprensa denúncias de que muitas dessas rebeliões foram incentivadas por agentes penitenciários insatisfeitos com a questão da terceirização. Isso é algo que está sendo investigado, hoje, pela polícia, no Estado do Maranhão.

De qualquer forma, foi uma mexida que teve alguns bons resultados.

Essa é a parte extremamente positiva, e eu parablenizo, contundente, esta Comissão.

Mas gostaria de fazer uma ressalva. Eu fiz uma crítica pública lá e quero externar essa crítica pública aqui neste auditório, neste momento, para que as pessoas possam meditar e, possivelmente, tentar dar uma contribuição nesse novo aspecto que agora vou levantar.

Tenho visto, com muita tristeza, uma preocupação muito grande de direitos humanos em relação aos bandidos, aos marginais, aos criminosos. Um exemplo é que, no dia em que a Comissão de Direitos Humanos do Senado estava em São Luís, no Maranhão, neste dia, a polícia matou dois marginais de altíssima periculosidade, numa tentativa de assalto a uma casa comercial. Foi no dia ou um dia depois. Muito bem.

Eu sou dono de televisão, minha televisão acompanhou o episódio e, imediatamente, tinha representantes de ONGs de direitos humanos visitando os dois cadáveres no Hospital Socorrão. O pessoal dos direitos humanos é ótimo para visitar cadáver de bandido morto pela polícia. Mas eu pergunto: e os policiais? E as famílias dos policiais, que levam tiro todo dia, cujos filhos veem os pais sendo mortos, sofrendo atentados às

suas vidas todos os dias? Alguma ONG de direitos humanos visita esses policiais? Tive a oportunidade de conversar com diversos policiais naquela visita à penitenciária. Havia um grupo de elite parado lá, todo de preto, todos de touca ninja e colete, eu me separei do grupo dos Senadores e fui conversar com os policiais. Aos dez policiais com quem conversei, eu fiz uma pergunta muito clara e muito simples naquele momento. Perguntei se algum deles já tinha levado algum tiro no cumprimento do dever. Dois levantaram a mão. Um tinha levado um tiro 30 dias antes daquela visita. Ele levou o tiro, pegou no colete, ele não teve problema, estava trabalhando de novo. Aí, eu perguntei: "Você levou um tiro?" "Levei um tiro." "Você chegou em casa e externou para sua família que tinha levado um tiro?" É claro que a família viu que ele levou um tiro, até porque ele fica abalado. Perguntei: "Alguém dos direitos humanos ligou para sua filha, para o seu filho, para se solidarizar, para fazer uma terapia emocional com a sua família, com a sua esposa, ou com você mesmo?" "Não, ninguém ligou para mim."

Ora, mas se começam as entidades brasileiras a se preocuparem com aqueles marginais que estão lá na penitenciária, porque tiraram vidas de brasileiros trabalhadores, porque atentaram contra o patrimônio público ou privado, porque mataram para roubar... Se começarmos a nos preocupar primeiro com eles, acho que isso é uma grande distorção de valores. A nossa primeira preocupação tem de ser sempre com as vítimas, e as vítimas quem são? São os cidadãos brasileiros, assaltados, mortos, estuprados na nossa sociedade brasileira por esses marginais, que escolheram essa vida. Que escolheram essa vida. Não há ninguém de me dizer que foi a pobreza ou a falta de condições que os empurrou para uma vida de marginalidade, de assassinato e de crime. Ele escolheu aquela vida e, portanto, foi parar na penitenciária. A prioridade, portanto, de todos os brasileiros deve ser a preocupação com as vítimas em primeiro lugar. Depois das vítimas, com os policiais que nos estão defendendo, que estão colocando suas vidas em risco nas ruas do nosso País, nas ruas das pequenas e grandes cidades. Colocam a vida deles e a paz das suas famílias também em risco, porque toda família de policial, todo filho, toda esposa de policial sofre com o policial por ele estar na rua levando tiro de bandido.

Então, na minha concepção, é preciso ter preocupação com o bandido, sim. Ele não tem de ter a cabeça decapitada em penitenciária, mas ele está no último lugar da fila Primeiro, vítima, depois, polícia, depois o cidadão brasileiro comum, que hoje vive cercado em casa por conta da falta de segurança que ocorre em todos os Estados brasileiros. Temos de achar meios e caminhos de pensar em direitos humanos do cidadão brasileiro, que hoje está preso dentro da sua casa, com medo de sair.

Eu tenho filho, tenho neto, tenho medo toda vez que meu filho sai de casa à noite para ir a um bar com os amigos. Medo de ele ser assassinado, ser sequestrado, ser roubado, assaltado. Quer dizer, vivemos na sociedade com medo. E é nessa sociedade com medo que vamos priorizar a vida dos marginais, que escolheram nos manter com medo em casa?

Então, Sr<sup>a</sup> Presidente, para finalizar, eu sugeriria a comissões importantes como esta que buscassem alternativas para mudar essa realidade. Antes de nos preocuparmos com penitenciárias e com esses marginais, vamos nos preocupar com o brasileiro, o que trabalha para sustentar a sua casa e que, hoje, está refém dessa criminalidade. Vamos nos preocupar – e volto a bater nisso... Tive uma reunião muito dura com a minha governadora na semana passada, e o policial hoje está com medo até de reagir ao bandido, porque ele reage ao bandido, mata o bandido e responde por isso. Pasmem vocês: o policial tem de contratar um advogado para se defender, porque matou um bandido armado, dando tiro nele.

E eu disse à governadora que essa situação não pode continuar. Nós precisamos ter elementos da Procuradoria de Justiça do Estado dentro das corporações de polícia, para defender os policiais, que estão atuando no exercício do dever deles. É inacreditável o policial ter de contratar advogado para ter de se defender. Agora, quem tem de defendê-lo é o Estado brasileiro.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Para finalizar, mais 30 segundos.

Isso vai impedindo e constringendo a ação policial.

Então, eu gostaria de dar esse novo enfoque, para a gente tentar realmente contribuir para tentar acabar com a criminalidade brasileira, e tenho certeza de que não vai ser nos preocupando com os marginais em primeiro lugar que vamos conseguir isso.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Agradeço a intervenção do Senador Lobão Filho, que esteve também acompanhando a nossa comissão em Pedrinhas.

Quero dizer, Senador, que um dos encaminhamentos é justamente fazer uma audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, para que possamos continuar discutindo e debatendo este assunto que é importante para toda a sociedade brasileira, a questão do sistema penitenciário.

Vou conceder a palavra, agora, ao Senador Randolfe, mas quero informar que temos ainda uma pauta a ser cumprida aqui hoje, uma pauta de projetos terminativos e não terminativos. Precisamos apreciá-los ainda hoje.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, eu me inscrevi, porque eu não...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Não, mas é importante. A sua palavra está garantida.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu não teria como não discordar intransigentemente do Senador Lobão. A exposição do Senador Lobão apresenta claramente por quais motivos ele propõe a extinção desta Comissão. A exposição dele apresenta por quais motivos ele considera que esta Comissão não é importante. E – permita-me, Senador – a sua exposição claramente diz que direitos humanos não são importantes. E me permita também: sua exposição é uma compreensão equivocada do que são direitos humanos.

Direitos humanos são de todos os humanos, e é uma compreensão também equivocada do que é segurança pública e que é a função de polícia. A polícia não tem a função de matar, a polícia não tem a função de reprimir. E marginal é quem está à margem da sociedade, que foi discriminado pela sociedade; e a função de penitenciária e de sistema prisional é ressocializar, é colocar de volta à sociedade. Fora disso, é barbárie. Fora disso, é barbárie.

Por isso, instituiu-se há 200 anos um pacto civilizatório. Por isso, há 200 anos, em uma revolução, chamada Revolução Francesa, falou-se pela primeira vez de direitos humanos e se estabeleceu uma declaração de direitos do homem e do cidadão, para que não houvesse barbárie. Porque, fora disso, havia barbárie. Fora disso, era o absolutismo. Fora disso, existiam as masmorras do absolutismo. Por isso, com base em princípios, chamados de liberdade, fraternidade, igualdade, estabeleceu-se um pacto civilizatório, que fundou o mundo atual. Esse pacto civilizatório estabeleceu limites obrigatórios, e o papel do Estado é quando ocorre transgressão. E quem cometeu transgressão deve ser punido por isso. O Estado tem de vigiar e punir quem comete a transgressão. Punir e, depois que punir, ressocializar. Esse é o papel. O Estado não tem de matar, não tem de destruir, não tem de segregar. Não é esse o seu papel. O papel da polícia é somente esse.

Aqui, acabou de ser aprovado um requerimento do Senador Paulo Paim, para debatermos o que também é direito humano, o que aconteceu contra o jornalista lá no Rio de Janeiro. Isso é também direito humano.

Então, claramente, há uma compreensão equivocada aqui, do papel desta Comissão. Esta Comissão está intrinsecamente vinculada ao papel civilizatório que funda o mundo atual, que funda o pacto civilizatório atual! Então, há uma mistura.

Há, inclusive, uma concepção totalmente equivocada do que são os militantes. Não pode haver por parte do Estado excesso contra quem quer que seja. Alguém que foi preso está sob a guarda do Estado, e o Estado não pode cometer excesso, tem de prender e fazer com que este que foi preso cumpra a pena, única e exclusivamente isso! Um agente do Estado tem de, única e exclusivamente, fazer isso. Um agente do Estado é concursado e é preparado para fazer com que o cidadão cumpra a sua pena, única e exclusivamente isso.

Esta Comissão, quando houver excesso de quem quer que seja contra esse agente do Estado, estará à disposição para proteger e defender esse agente do Estado, como está à disposição para defender qualquer pessoa quando qualquer direito seu é violado.

É por isso que os direitos estão consagrados na nossa Constituição, no seu art. 5º. O art. 5º da nossa Constituição traz todos os direitos humanos. E esta Comissão é a guardiã desses direitos. Por isso, é um absurdo tentar acabar com esta Comissão, tentar vinculá-la a outra Comissão. Isso é tão absurdo quanto colocar alguém fundamentalista ou alguém de regime autoritário na Câmara dos Deputados para presidir a outra Comissão. Isso é um absurdo, é inaceitável, assim como é inaceitável compreender que aqueles...

Nós entramos no presídio de Pedrinhas. Não vi nenhum branco de olho azul lá. Eu só vi pobre e preto no presídio de Pedrinhas. Vou querer condenar esses aí à segregação? Vou dizer que todos esses estão lá porque quiseram lá estar?

Um dos que estava em uma das prisões do presídio de Pedrinhas gritou para mim e para a Senadora Ana Rita – ele estava no pavilhão do Bonde dos 40 – desesperadamente, dizendo: “Eu estou aqui, nem sentença tenho.” Ele está lá condenado à morte, porque quem entra no presídio de Pedrinhas, mesmo sem sentença, só tem duas chances: ou entra para o Bonde dos 40, ou entra para o Primeiro Comando do Maranhão. Já entra condenado à morte, mesmo que tenha furtado um pneu careca, como um dos decapitados lá. Um dos decapitados foi decapitado lá porque furtou um pneu careca. E, neste País, há milhares de políticos corruptos que não são sentenciados por corrupção! Lá uma pessoa foi decapitada porque furtou um pneu careca! Então, esse não tem direito humano? Por favor, por favor, há um exagero nisso! Há uma incompreensão completa a respeito do que são direitos humanos.

Desculpem-me o excesso, desculpem-me o excesso.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Randolfe.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Presidente, fui citado. Peço o direito de resposta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Peço-lhe só um minutinho, Senador.

Quero aqui ratificar as palavras do Senador Randolfe Rodrigues e quero dizer o seguinte: o debate sobre direitos humanos precisa ser feito, porque há diferentes concepções de direitos humanos. E, aqui, precisamos, realmente, trazer à tona essas concepções, fazer o debate. Só que, hoje, estamos com uma pauta intensa. E acho que o Senador Randolfe Rodrigues...

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Mau eu não abro mão do meu direito de responder.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu vou conceder a palavra a V. Exª.

O Senador Randolfe Rodrigues se manifestou. É um debate que precisa...

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – E eu vou esperar ele voltar, porque vou falar na frente dele.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Mas, aqui, Senador...

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ele se manifestou em relação a mim. É meu direito responder a ele. Ele se ausentou, e eu vou esperar ele retornar.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu preciso continuar a reunião.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, eu quero ajudar no encaminhamento.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me só ajudar.

Eu acho que é correto o direito à resposta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como temos uma pauta extensa, que já terá desdobramento amanhã, nós poderíamos, quem saber, votar os requerimentos. O Senador Lobão quer falar, mas quer falar na frente do Senador Randolfe Rodrigues. Acho que é justa essa mediação. Nós poderíamos começar a votar os requerimentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu só não quero prejudicar o andamento da pauta.

Então, só para fechar esse tema, quero dizer que não termina aqui, hoje, este debate. É um debate que vai permanecer. Esta Comissão é uma Comissão de mérito, com certeza, mas este debate perpassa também por outras Comissões: há rebatimento na Comissão de Educação, há rebatimento na Comissão de Assuntos Sociais, há rebatimento na Comissão de Constituição e Justiça, porque também ali se discute a legislação referente à questão dos presídios, à questão da reforma do Judiciário. Então, há debates pela frente, com os quais vamos poder avançar nesta discussão.

Portanto, encerro esta discussão. Assim que o Senador Randolfe Rodrigues retornar, concederei a palavra, então, ao Senador Lobão, para que nós possamos avançar na pauta.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Perfeito.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu gostaria, concordando com o encaminhamento do Senador Paulo Paim, apenas de fazer um apelo, se for possível.

Nas votações, o Item 20, que é um requerimento simples, com menos polêmica, eu gostaria de ver se é possível. Na verdade, há uma premiação, que é o Prêmio Ibero-Americano de Direitos Humanos, que foi instituído inclusive em parceria com o Senado Federal da Espanha, e há uma proposta que apresentei junto com o requerimento – a cada ano ele é feito em um continente –, no sentido de que ele possa ser feito no continente da América do Sul. E eles fizeram uma proposta de que pudesse ser feito em parceria com a Comissão de Direitos Humanos também do Senado Federal do Brasil.

Trata-se de um prêmio muito importante, destacado. Acho que tem tudo a ver com o debate que a gente faz hoje aqui.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, como encaminhamento, eu vou fazer o seguinte, Senador Wellington Dias: até o Item 12, todos os projetos na pauta são terminativos. Nosso quórum presencial já reduziu. Nós temos dois projetos não terminativos, e os demais são requerimentos. Eu proponho, então, que votemos os requerimentos, começando pelo requerimento de V. Exª, que está solicitando inversão de pauta, e, depois, que passemos a votar os dois projetos não terminativos. Se tivermos quórum presencial, retomamos os projetos terminativos.

Então, quem concorda com esse encaminhamento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado o encaminhamento.

**ITEM 20****REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4, de 2014**

**Requeiro que o Senado Federal e a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) proponham que a entrega dos “Prêmios Ibero-americanos de Direitos Humanos”, edição 2014, seja realizada no continente sul-americano, mais especificamente no Brasil.**

**Autoria:** Senador Wellington Dias.

Solicito ao Senador Wellington Dias que faça sua palavra de encaminhamento do referido requerimento.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Esse prêmio foi editado e tem por objetivo o resgate dos valores humanos. No Planeta há essa preocupação. Ele é trabalhado pelo Congresso espanhol e tem esse interesse da edição no Brasil. Repito, como foi feito inclusive com o Senado Federal, na área de direitos humanos, da Espanha, eles propuseram que pudesse ser feito no Brasil, com essa parceira. Na verdade, nós vamos ter que organizar, em seguida, com eles aqui, um cronograma. Certamente o Congresso Nacional deverá sediar a entrega dessa premiação. Como já temos uma tradição de, anualmente, aqui também ter prêmio de direitos humanos, quem sabe até junto com essa premiação.

Então, seria a aprovação do requerimento e, em seguida, ele se dispõe a enviar uma missão ao Brasil para tratar com a Comissão de Direitos Humanos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vou, então, agora, retornar ao Item 15.

**ITEM 15****REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1, de 2014**

**Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater “Violação dos Direitos Humanos e Conquistas dos Militares: realinhamento dos cargos e salários das forças armadas”. Os convidados sugeridos são: Coronel Candido Rosa Dantas, Presidente da Famil, DF – Federação da Família Militar; Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, ativos e pensionistas do Distrito Federal (AMARP); Cap. de Mar e Guerra Waldemar da Mouta Campello Filho, Presidente da Confamil – Confederação Nacional da Família Militar; Presidente Eduardo Souza Silva, Representante da Comissão Nacional da QESA Brasil; Representante do Ministério da Defesa; Comandante Nacional da Aeronáutica.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, de forma muito rápida, esse requerimento, casualmente, fruto do debate, mostra – e o Senador Lobão inclusive questionou – que a nossa Comissão tem a preocupação de ouvir todos, sejam presos, sejam militares, sejam estudantes; enfim, todos. Esse é um pedido dos militares. Na visão deles de direitos humanos. Já conversei com V. Exª, que concordou em que eu encaminhasse o requerimento. Como fizemos em outras situações, vamos ouvi-los também. Por isso peço a aprovação do requerimento para que possamos ouvir as nossas forças militares em relação inclusive à violação de direitos humanos na visão deles. Como ouvimos outros setores organizados. E não é a primeira vez. Eu acho que esta é a terceira audiência pública que realizamos para ouvir também o outro lado. Como dizemos, e aqui todos têm razão: direitos humanos é algo universal, é para todos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Lobão Filho, vou conceder a palavra a V. EXª, considerando que o Senador...

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado. Eu me senti atingido.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim. Eu solicito que seja breve, para que possamos agilizar os trabalhos da Comissão.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito breve.

Em primeiro lugar, eu quero me referir ao fato de que o Senador Randolfe manifestou divergência absoluta em relação à minha exposição. Eu quero registrar que eu também mantenho total divergência, contun-

dente divergência sobre tudo o que ele disse aqui. Em primeiro lugar, eu não disse que o presidiário não tem direitos humanos. Eu disse que ele está no fim na fila. Isso não exclui os direitos dos marginais, dos criminosos, dos bandidos. Não exclui os direitos humanos deles. Portanto, eu não estou fazendo uma ode à barbárie. Todos têm, só que eles estão lá no fim da fila.

Em segundo lugar, a polícia tem o direito de defender a sociedade. Se no ato da defesa da sociedade ela é levada a matar bandidos porque esses bandidos estão tentando matar a polícia, é consequência absoluta do exercício policial. Portanto, temos que nos preocupar, sim, com os policiais. E eles têm, sim, que defender a sociedade desses bandidos, desses marginais, desses homicidas.

Eu quero apenas registrar que, dentro da Penitenciária de Pedrinhas, não existe nenhum querubim. Ali não é o céu, cheio de querubins. Ali é o lugar para onde os marginais condenados foram levados para serem marginalizados, para ficarem à margem da sociedade. Se ele entende por ressocialização, é muito bonito. É muito bonito, realmente, ressocialização, mas o mais importante é mantê-los longe da sociedade, pois eles fizeram por estar naquele lugar.

E em relação a ele, que disse que eu tenho prevenção contra esta Comissão, esta Comissão é composta por 38 membros: 19 titulares e 19 suplentes. Há cinco Senadores aqui, o que mostra que este modelo tem que ser repensado. E não é uma questão apenas da Comissão de Direitos Humanos. O modelo de 11 comissões tem que ser repensado. E eu não falei em extinguir a Comissão de Direitos Humanos, nem, portanto, deixar os direitos humanos relegados a um tema secundário dentro do Congresso. Eu falei em fundir com comissões muito importantes. Dessa forma, quem sabe, o tema direitos humanos tenha até maior relevância. E eu convidei para uma discussão, convidei para um debate, não disse que era uma decisão minha, era um convite ao debate. Convidei o Senador Randolfe e convidei a senhora, Senadora Presidente Ana Rita. Convidei todos os membros. É um convite ao debate, não é uma decisão.

Eu me sinto injustiçado pela acusação de querer extinguir a Comissão, quando isso, na realidade, veio de um trabalho que já recebi. Divirjo radicalmente dele. Para mim, marginal e bandido não têm que ter os mesmos direitos que policial e cidadão. Nós assim pensamos. Somos radicalmente contrários, e vou manter a minha posição permanentemente, e não será esse exagero, conforme ele mesmo disse, que irá me convencer do contrário. Se V. Ex<sup>a</sup> reagiu de forma exagerada é porque, eu entendo, tem uma paixão por este tema, mas isso não lhe dá o direito, a liberdade de querer me afrontar da forma dura como o fez. Eu mantenho, radicalmente, tudo que eu falei: direitos humanos, sim, para todos, mas há prioridades.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Tudo bem.

O debate permanece e, em outras oportunidades, nós vamos retomá-lo.

O item 16 da nossa pauta, página 313.

#### **ITEM 16**

### **REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, de 2014**

**Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do RISF; requero a realização de audiência pública para debater “As cotas no Serviço Público: Por um Brasil com oportunidades iguais”. Os convidados sugeridos são: Dr. Libanio Alves Rodrigues – Promotor de Justiça e Diretor Geral do MP do Distrito Federal e Territórios; Dr. Augusto Werneck – Procurador do Estado do Rio de Janeiro e fundador da primeira disciplina sobre Ações Afirmativas; Sr<sup>a</sup> Luiza Bairros- Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Frei David Santos OFM – Especialista em Ações Afirmativas; Dr. Ciro Bueno – Advogado militante do tema da Inclusão; Dr. Adilson Moreira – Doutorado em Harvard sobre o tema das Ações Afirmativas. Autoria: Senador Paulo Paim.**

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De forma muito rápida, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

Este é um projeto que veio do Executivo, nós estamos propondo que se faça uma audiência pública para debater o tema que trata das cotas dos concursos públicos.

Eu só pediria a V. Ex<sup>a</sup>, a pedido da Seppir, que me mandou uma nota técnica, que fosse incluído o nome da Dr<sup>a</sup> Tatiana Dias Silva entre os convidados. Seria isso.

O projeto está na Casa. Agora, é só debatê-lo.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Em votação o requerimento, com a sugestão de inclusão da Dr<sup>a</sup> Tatiana Dias Silva, a pedido da Seppir, entre os convidados para a audiência pública.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero já informar, Senador Paulo Paim, que, conforme solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, a audiência já está marcada para o dia 17 de fevereiro, às 9 horas, na sala 2, da Comissão de Direitos Humanos.

Item 17, página **316**, também é um requerimento.

ITEM 17

### REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

#### PARTICIPATIVA Nº 3, de 2014

**Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre “A vigência das liberdades democráticas no País e o crescente processo de criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre da periferia das grandes cidades”.**

**Os convidados sugeridos são: José Maria de Almeida- CSP/Conlutas; Antonio de Lisboa Amancio Vale – CUT; Clara Gomide Saraiva - ANEL - Assembleia Nacional de Estudantes Livres; representante do Conselho Federal da OAB; representante do Ministério da Justiça; Luciana Silva Garcia, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Diretora do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SDH.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bem rapidamente, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

Ao mesmo tempo em nós aprovamos aqui um requerimento em relação aos militares, estamos agora aprovando o requerimento para que os movimentos sociais coloquem a sua visão sobre a importância das mobilizações e a criminalização que alguns tentam fazer em relação a elas. É o equilíbrio da Comissão, ouvindo todos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Estou sendo informada de que o autor dos requerimentos constantes dos itens 18 e 19 da pauta não se encontra aqui, o Senador Cristovam. Portanto, esses não poderão ser apreciados, porque é importante o autor estar presente. Então, ficará, e ele solicitou que ficasse para a próxima reunião.

Os dois requerimentos são de autoria do Senador Cristovam. Ele solicitou que fique para a próxima reunião. São os seguintes os itens adiados:

**ITEM 18**

#### REQUERIMENTO Nº , DE 2014

**Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencendo chamar de “contabilidade criativa”. Palestrantes sugeridos: a. Guido Mantega - Ministro da Fazenda; b. Gil Castello Branco - Presidente da ONG Contas Abertas; c. Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo do Transparência Brasil; d. Mansueto Almeida - Especialista em Finanças Públicas do IPEA; e. Arno Augustin - Secretário do Tesouro Nacional; e f. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal.**

**Autoria:** Senador Cristovam Buarque

ITEM 19

#### REQUERIMENTO Nº , DE 2014

**Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater a permanência do analfabetismo entre uma parcela significativa de jovens e adultos no Brasil e a constatação de que o analfabetismo não apenas não foi eliminado como também não tem tido a redução esperada em termos percentuais e quase nada em números absolutos. Palestrantes sugeridos: - Sr. Moacir Gadotti – Professor da USP, Dirigente do Instituto Paulo**

**Freire; - Sra. Maria do Rosário – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República;  
- Sr. Jose Henrique Paim – Ministro de Estado da Educação.**

**Autoria:** Senador Cristovam Buarque

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há um que já comentei no início da reunião, que teria de entrar extrapauta; mas, pela gravidade e pelo momento, que é esse que discute a violência contra profissionais de comunicação, especificamente... Nós convidamos o Ministério da Justiça, que já montou uma Comissão para debater esse tema; foi anunciado ontem que essa Comissão viria aqui. Convidamos também o Ministério Público, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e representantes da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Então, viriam os empregadores, os trabalhadores, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Eu faria um apelo para que esse requerimento fosse votado extrapauta, e marcaríamos a data o mais rápido possível.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, entra como extrapauta o requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que está mais simples aquela folhinha que estou encaminhando ali. Aí está bem simples.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) –

## EXTRAPAUTA

### ITEM 22

#### REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6, de 2014

**Com fundamento no disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requereiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos, para debater o seguinte tema: violência contra os profissionais de comunicação. Para tanto, sugiro os seguintes convidados:**

- Ministério Público;
- Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj);
- Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert);
- representantes da Associação Nacional de Jornais (ANJ).
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

**Autoria:** Senador Paulo Paim.

O Senador já fez a justificativa.

Eu coloco, então, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pela ordem, rapidamente. Não cabe, mas é uma questão de convite. É só fazer um convite a todos os membros da Comissão: hoje à noite, às 19 horas, na Livraria Cultura do CasaPark, teremos o lançamento do livro do jornalista Cid Benjamin, *Gracias a la Vida*.

O Cid Benjamin é um conhecido militante político da resistência à ditadura militar, e a obra dele é uma das mais belas obras que já vi sobre esse período.

Então, como estamos na Comissão de Direitos Humanos, e todos aqui sabem da atuação dessa Comissão sobre a recuperação da história, da memória e da verdade, queria estender o convite aos membros da Comissão e a todos os colegas aqui, funcionários da Comissão.

Obrigado, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada.

Então, o convite está feito, e nós o ratificamos, porque é importante: hoje, às 19 horas, na Livraria Cultura S.A., haverá o lançamento do livro *Gracias a la Vida*, de Cid Benjamin.

Muito obrigada pelo convite.

Também existe outro requerimento extrapauta, de autoria da Senadora Angela Portela. Eu também o estou subscrevendo, pois ela havia solicitado no início desta reunião.

Eu consulto as Sras Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta de autoria da Senadora Angela Portela e também de minha autoria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão extrapauta.

Diz o requerimento:

### **EXTRAPAUTA**

#### **ITEM 21**

## **REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**

### **PARTICIPATIVA Nº 5, de 2014**

**Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março.**

**Autoria:** Senadora Angela Portela e Senadora Ana Rita.

**Observações:** a Senadora Angela Portela vai encaminhar posteriormente o nome das pessoas que farão parte da audiência pública.

Coloco em votação o requerimento da Senadora Angela Portela.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu solicito ao Senador Paulo Paim que presida esta reunião porque o próximo requerimento é de minha autoria.

Então, eu passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para que coloque em votação o requerimento extrapauta de minha autoria. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Requerimento extrapauta da Senadora Ana Rita.

Aqueles que concordam com a inclusão deste requerimento da Senadora Ana Rita, que trata de discutir conflitos do campo e demarcação de terras indígenas.

Concedo a palavra à autora do requerimento.

Primeiro, colocaremos extrapauta. Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora vamos ao mérito.

### **EXTRAPAUTA**

#### **ITEM 23**

## **REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**

### **PARTICIPATIVA Nº 7, de 2014**

**Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Conflitos no Campo e as Demarcações de Terras Indígenas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo; Presidenta da Funai, Sr. Maria Augusta Assirati; subprocuradora-geral da República do Ministério Público Federal, Sra. Deborah Duprat; 4. Representante da APIB; Secretário- Geral da Presidência, Sr. Gilberto Carvalho; Representante do CIMI.**

Senadora Ana Rita, para defender o seu requerimento.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Esse é um tema que a Comissão de Direitos Humanos já discutiu em outras ocasiões, inclusive no ano passado, e é um debate a que precisamos dar continuidade. Ele não se esgota, porque a questão dos conflitos no campo e as demarcações das terras indígenas ainda são uma pendência no nosso País. E nós precisamos continuar debatendo para que a esse tema, que é de interesse de toda uma coletividade, seja dada a devida prioridade pelos órgãos competentes.

Portanto, solicito dos nobres colegas Senadores que aprovem o requerimento, para que possamos continuar fazendo este debate, dando voz àqueles que dependem de audiência pública para trazer as suas demandas, as suas necessidades, que são os trabalhadores do campo e também a população indígena do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Os demais projetos que estão na pauta são terminativos, e não temos quórum suficiente para votá-los.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2009**

**- Terminativo -**

**Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.**

**Autoria:** Senador Raimundo Colombo

**Relatoria:** Senador Anibal Diniz

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto.

**Observações:** Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

ITEM 2

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2011**

**- Terminativo -**

**Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.**

**Autoria:** Senadora Angela Portela

**Relatoria:** Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Suplicy

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR.

**Observações:** Tramitação: CDR, e terminativo nesta CDH.

ITEM 3

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2011**

**- Terminativo -**

**Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.**

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

**Observações:** Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

ITEM 4

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2011**

**- Terminativo -**

**Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22.**

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**Relatoria:** Senadora Angela Portela

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

**Observações:** Tramitação: Terminativo nesta CDH.

#### ITEM 5

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, de 2011

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.**

**Autoria:** Senador Vital do Rêgo

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:** Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.

#### ITEM 6

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.**

**Autoria:** Senador Vital do Rêgo

**Relatoria:** Senador Paulo Davim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

**Observações:** Tramitação: Terminativo na CDH.

#### ITEM 7

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012

- Terminativo -

**Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências.**

**Autoria:** Senador Eduardo Lopes

**Relatoria:** Senador Paulo Davim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.

**Observações:** Tramitação: Terminativo nesta CDH.

#### ITEM 8

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2012

- Terminativo -

**Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente.**

**Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares

**Relatoria:** Senador João Capiberibe

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:** Tramitação: Terminativo nesta CDH.

#### ITEM 9

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2011

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos.**

**Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira

**Relatoria:** Senador Roberto Requião

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR.

**Observações:** Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.

#### ITEM 10

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, de 2011

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.**

**Autoria:** Senador Gim

**Relatoria:** Senador Cristovam Buarque

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

**Observações:** Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

#### ITEM 11

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2012

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.**

**Autoria:** Senadora Angela Portela

**Relatoria:** Senador Humberto Costa

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

**Observações:** Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

#### ITEM 12

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2012

- Terminativo -

**Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.**

**Autoria:** Senador Ciro Nogueira

**Relatoria:** Senador Gim

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

**Observações:** Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, tenho de fazer um rápido esclarecimento, aproveitando que estamos ao vivo, porque saiu uma matéria, se não me engano no UOL, de autoria do jornalista Elio Gaspari, dizendo que a lei do terrorismo é do PT e que eu seria inclusive o autor. E que o Jorge Viana o estaria endossando.

Primeiro, a lei não é de minha autoria. A lei veio da Câmara dos Deputados, se não me engano, do Deputado... Não vou dizer o nome para não fazer outra injustiça, mas é uma lei que veio da Câmara. Aqui no Senado, a relatoria é do Senador Romero Jucá.

Pelo contrário, essa confusão que o nosso querido jornalista cometeu, eu sou o autor do requerimento que não permitiu a votação em plenário. Eu pedi que essa lei venha para a Comissão de Direitos Humanos.

Tenho o maior respeito pelo jornalista Elio Gaspari, uma pessoa séria, responsável. Concordo em muito com o que ele ali escreveu, mas ele trocou os nomes. Se não me engano, essa lei é do Deputado...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Não, estou sendo informada pela assessora, que é de autoria da Comissão de Regulamentação da Constituição Federal.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É de uma comissão que se baseou – ainda bem que eu não disse o nome – no projeto de um Deputado, e o Relator é o Senador Romero Jucá. A matéria está pronta para ser votada em plenário.

O que eu fiz? Entrei com o requerimento, em nome da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, para que a matéria não fosse votada, e por isso não foi votada. E pedindo que esse projeto venha para esta Comissão.

Então, embora eu entenda o equívoco do jornalista – isso acontece –, espero que ele reponha essa questão. A minha introdução, digamos, nesse tema foi para evitar que a matéria fosse votada às pressas no plenário, e entrei com o requerimento para que ele viesse a esta Comissão e nós o aprovamos inclusive. E todos os membros da Comissão vamos intervir no Plenário no sentido de que a matéria venha para esta Comissão.

Fica aqui o meu carinho ao jornalista. Errar é humano. Ele errou. E que ele só reponha – tenho certeza de que ele assim o fará no dia de amanhã – a justiça. Sou aquele que me opus ao projeto. Por isso, veio para esta Comissão e não da forma como está redigido, isto é, como se o projeto fosse do PT. O projeto não é do PT; é de uma Comissão Especial que reuniu os projetos dessa área. Eu não tenho projeto nenhum nessa área. Pelo contrário; os meus projetos são sempre na linha dos direitos humanos.

Eu espero, então, com esse esclarecimento, que a verdade seja posta e que o projeto venha para a Comissão, conforme eu solicitei.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – E acho que é importante, também, Senador Paulo Paim, aproveitarmos o momento para reforçar o encaminhamento que já foi dado por esta Comissão, no início dos trabalhos de hoje, qual seja, o de que o requerimento de V. Exª será também assinado por todos os membros da Comissão de Direitos Humanos, a fim de que o debate venha para esta Comissão e, uma vez aqui, possamos aprofundar esse debate sobre tema tão importante.

Nada impede, contudo, que o tema continue sendo debatido em outras Comissões, como é o caso, por exemplo, da Comissão de Constituição e Justiça, que está analisando agora a reforma do Código Penal, o novo Código Penal, uma parte do qual, inclusive, trata desse assunto. Então, como o tema também está na Comissão de Constituição e Justiça, o debate, se esse for o interesse dos membros daquela Comissão, ali também poderá ser levado a efeito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Veja, Srª Presidente, a audiência da sua Comissão. Já está chegando aqui pedido de desculpas dizendo que, de fato, foi engano do jornal, que confundiu o nosso requerimento para que a matéria não fosse votada com aqueles que foram os seus autores.

Então, agradeço já ao Elio Gaspari pela rapidez com que a sua assessoria respondeu.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Que bom! Muito obrigada, então, aos assessores do jornalista.

Eu quero aproveitar o momento, antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para registrar a presença do Prefeito Carlos Casteglione, do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, já em seu segundo mandato. É um companheiro nosso do PT, o Partido dos Trabalhadores, que tem feito um belíssimo trabalho nessa que é uma das maiores cidades do Sul do Espírito Santo, que enfrentou também muitos problemas e muitas dificuldades em função das chuvas. E o Prefeito, sempre muito firme, muito corajoso, tem dado uma resposta positiva aos cidadãos cachoeirenses. S. Exª está hoje aqui, com certeza, para conversar conosco.

Seja bem-vindo, Prefeito! Que bom que o senhor está aqui!

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me também saudar o Prefeito.

Qual o nome completo dele?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Carlos Casteglione.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E quantos habitantes tem hoje Cachoeiro de Itapemirim?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O Prefeito informa que são 205 mil habitantes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Se o Sr. Prefeito quiser que eu vá lá, um dia, explicar como poderemos fazer de Cachoeiro de Itapemirim um exemplo pioneiro na renda básica, pode contar comigo. Está bem? (*Risos.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O Senador Eduardo Suplicy está sendo muito solícito, sempre se colocando à disposição dos prefeitos de todo o Brasil para discutir esse assunto da renda mínima. Desse modo, também agora se coloca à disposição do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas, Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, recentemente, conversei com a Ministra, Secretária dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que gostaria, antes de deixar o Ministério – e ela poderá, até certa data, não sei qual com precisão, mas possivelmente ao longo

das próximas semanas, inclusive ainda no mês de março –, de comparecer um dia a esta Comissão, em reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, pois o assunto é também relacionado àquele colegiado, para falar de tema que aqui já foi objeto de discussão há algum tempo, inclusive quando ainda Presidente o Senador Paulo Paim. Trata-se da problemática de muitas mães que, às vezes, por alguma circunstância, ao se separarem dos seus maridos, têm grandes dificuldades para obterem a guarda de seus filhos, alguns dos quais estão ainda no exterior.

Então, eu até pedi a uma dessas mães, a Sr<sup>a</sup> Maria Célia Vargas, de um caso bem anterior... Certo dia o seu marido levou embora o filho, então com seis ou sete anos, que só aos 17 anos ela conseguiu reencontrar, em Nice. Eu a acompanhei, inclusive, na ocasião, quando finalmente ela conseguiu encontrá-lo. Esse filho, agora aos 31 anos, está voltando ao Brasil. Então, é um caso que será concluído positivamente, de união com a família e demais irmãos. Seria até um caso para também ser relatado, mas ao lado de outros. A própria Ministra gostaria de vir aqui. Então, quem sabe poderíamos, depois, dialogar para, antes de ela sair da Secretaria de Direitos Humanos, ainda prestar um depoimento sobre os esforços que têm sido feitos pelo Governo, eventuais dificuldades, inclusive junto aos representantes de alguns países, como, por exemplo, a Alemanha, que, às vezes, tem dificuldades. Então, eu queria sugerir isso.

Senadora Ana Rita, acredito que isso já tenha sido até objeto de diálogo entre nós, já foi uma vez feito o convite, e, depois, acabou sendo adiado. Ela, uma vez, veio à Comissão de Relações Exteriores, houve ali algum imprevisto, mas ela disse que, antes de sair, gostaria, sim, de ser convidada para essa finalidade. É a sugestão que formulo. Poderíamos conversar com o Presidente Ricardo Ferraço, da Comissão de Relações Exteriores para fazermos conjuntamente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Temos já, Senador Suplicy, um requerimento aprovado, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de trazer a Ministra Maria do Rosário, para que ela faça um balanço das atividades da Secretaria de Direitos Humanos. Se V. Ex<sup>a</sup> achar que deva ser em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Acho que seria bom porque...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Ai, teríamos que apresentar outro requerimento...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Acho que, inclusive, já foi um dia apresentado. No âmbito daquela Comissão, havia sido aprovado, ela até estava na antessala e...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Acho que já foi. Estou sendo informada pela assessoria de que o requerimento realmente é em conjunto com a Secretaria de Relações Exteriores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Exato, é em conjunto.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, vamos, agora, acertar a data...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É só combinar, harmonizar as datas das duas Comissões e com a Ministra, antes que ela saia.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Está certo, tem que ser logo.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pelo reforço, pelo apoio e pela dedicação que tem dado a esta Comissão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, não havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

*(Iniciada às 11 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)*

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e vinte e três minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Presidenta **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lídice da Mata e o Senhor Senador João Capiberibe justificam sua ausência. É registrada a presença dos Deputados Federais Paulo Pimenta (PT/RS) e Marcon (PT/RS). O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Co-

missão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 78 de 2013, aprovado em 18/09/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: “A contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres na sensibilização do público masculino para o enfrentamento à violência doméstica e familiar”. A Senhora Presidenta lê nota de solidariedade à família do cinegrafista Santiago Andrade e ao Deputado Marcelo Freixo, coloca em discussão, votação e aprova. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. Às nove horas e trinta e cinco minutos a Senhora Presidenta passa a presidência dos trabalhos para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Deputado Estadual Edegar Pretto, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; Vereador Tenente Bruno, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Câmara de Vereadores de Pelotas-RS; Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Presidência da República; Ariane Leitão, Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do RS; Deputado Federal Marcon. O Senhor Presidente registra a presença e concede a palavra aos seguintes líderes políticos presentes no plenário da Comissão: Deputado Federal Paulo Pimenta; Margarete Simon Ferretti, Prefeita de Nova Santa Rita – RS; Emerson Giacomelli, coordenador do Grupo Gestor da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados de Porto Alegre – MST/RS; e Deputado Padre Pedro Baldissera – PT/SC, Presidente da Frente dos Homens pelo Fim da Violência às Mulheres de Santa Catarina. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) Propõe a criação de uma Frente Parlamentar Mista de iniciativa da Câmara dos Deputados, pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e os Senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A Presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 78 de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18 de setembro de 2013, para debater o tema: “A contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres na sensibilização do público masculino para o enfrentamento da violência doméstica e familiar”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (<http://bit.ly/CDH13FEV14>) e do Alô Senado, através do número 0800- 612211.

Antes de registrar a presença dos nossos convidados e convidadas, eu quero aqui primeiramente fazer a leitura da nota de solidariedade, Senador Paim, conforme o senhor também já se manifestou publicamente no Plenário do Senado, à família do cinegrafista Santiago Andrade, mas também ao Deputado Marcelo Freixo.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a CDH do Senado, considera legítimas e próprias da democracia as manifestações populares que ocorrem em várias cidades do País. Acompanhamos de perto as mobilizações, repudiamos e estamos atentos à repressão contra os manifestantes, assim como condenamos e vemos com preocupação atos isolados de atentados contra pessoas e de depredação do patrimônio público, que só incitam a violência e não contribuem para o processo democrático e uma sociedade de paz e socialmente justa..

Queremos externar publicamente nossa profunda e total solidariedade à família do cinegrafista Santiago Andrade, cidadão reconhecido pelo seu profissionalismo, vítima de um ato descabido de violência em uma manifestação popular por direitos da cidadania.

Queremos manifestar nossa total solidariedade ao Deputado Marcelo Freixo, reconhecido militante pelos direitos humanos em defesa da paz e da promoção da cidadania. Repudiamos as reiteradas tentativas de atribuir responsabilidade ao Parlamentar quando a Polícia já havia identificado e prendido o autor confesso do disparo do rojão.

Lembramos que a Constituição Federal assegura aos brasileiros e às brasileiras o direito de livre manifestação, e as ruas são o canal natural para o seu exercício. Aplaudimos e apoiamos o legítimo direito à luta.

Consideramos que a questão social não é caso de polícia e, como tal, não deve ser tratada, como ocorreu em algumas cidades onde os protestos aconteceram.

Atos isolados de provocadores não justificam o uso da força contra quem luta por uma vida melhor. O direito à livre manifestação foi conquistado duramente, e não podemos permitir que ele seja ameaçado. É natural que, à medida que a sociedade avança, novas demandas surjam.

Entendemos, assim, que, frente às legítimas reivindicações de setores da população, cabe aos governos negociar.

As manifestações públicas, especialmente as promovidas por parcelas da juventude brasileira, demonstram que a insatisfação com o transporte público não se limita ao preço da tarifa. As manifestações mostram uma reação contra um modelo que privilegia a lucratividade da iniciativa privada, que explora economicamente o direito fundamental de mobilidade, que é especialmente prejudicado nas regiões metropolitanas.

Embora sejam inegáveis os inúmeros avanços ocorridos nos últimos dez anos, ainda é desigual em nosso País o acesso à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à comunicação e ao transporte público de qualidade. A isso se agrega a violência, que atinge especialmente os jovens negros das periferias e os setores populares.

Por isso, a CDH do Senado conclama os governos a buscarem o caminho da mediação, com diálogo e com negociação com os manifestantes, mas também a apurarem rigorosamente todos os excessos cometidos por vândalos, por criminosos e pelas forças policiais. A violência não faz parte de uma sociedade democrática.

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

Nós colocamos essa nota à apreciação dos Senadores aqui presentes e solicitamos o apoio, para que possamos fazer a devida publicação.

Enquanto isso, vamos aguardar a chegada dos nossos companheiros que estão vindo aqui para participar da audiência pública. Estão vindo do Estado do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Estamos aguardando a chegada de todos.

Queremos aqui agradecer a todos os companheiros e companheiras, homens e mulheres que estão vindo do Estado do Rio Grande do Sul, a convite do Deputado Estadual Edegar Pretto, que fará parte desta audiência pública, para discutir a respeito da importância da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher, com o objetivo também de sensibilizar o público masculino para o enfrentamento da violência doméstica e familiar.

O Deputado Edegar Pretto tem feito um belíssimo trabalho no Estado do Rio Grande do Sul com o apoio de diversos Parlamentares, homens e mulheres, que têm contribuído com essa luta que tem dado resultado. Nós queremos conhecer a experiência realizada no Estado do Rio Grande do Sul. O Senador Paulo Paim tomou a iniciativa de propor essa audiência pública, e é muito importante que possamos debater o tema.

Coloco em discussão a nota de solidariedade à família do cinegrafista Santiago Andrade e ao Deputado Marcelo Freixo. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a nota. Será dada publicidade à referida nota após esta reunião.

Convido o Senador Paulo Paim para que faça parte da nossa Mesa. Vou convidá-lo para presidir.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No momento adequado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Vou apenas compor a Mesa, Senador Paulo Paim, e, em seguida, V. Exª irá conduzir os trabalhos.

Antes de compor a Mesa, registro a presença do Deputado Federal Marcon, do Estado do Rio Grande do Sul, que está aqui presente também, prestigiando e, com certeza, apoiando a luta dos homens no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Convido para compor a Mesa o Deputado Estadual Edegar Pretto, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Seja bem-vindo, Deputado! *(Palmas.)* Obrigada pela sua presença.

Quero aqui fazer um registro: por ocasião da visita da CPMI da Violência contra as Mulheres no Estado do Rio Grande do Sul, o Deputado Edegar Pretto participou também da audiência pública, colaborou e assumiu essa luta. Queremos aqui parabenizá-lo e dizer que é um Parlamentar que tem dado um exemplo para outros Parlamentares estaduais, homens, nessa luta pelo enfrentamento da violência contra as mulheres.

Convido também para compor a Mesa o Tenente Bruno, Vereador de Pelotas, Rio Grande do Sul, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Câmara de Vereadores de Pelotas, do Rio Grande do Sul.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Convido também a Sr<sup>a</sup> Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Presidência da República. (*Palmas.*) Aparecida Gonçalves é uma grande batalhadora. Sempre que nós a convidamos, está sempre presente.

Convido também a Sr<sup>a</sup> Ariane Leitão, Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Seja bem-vinda, Ariane! (*Palmas.*) Também estive conosco na audiência pública, no Estado do Rio Grande do Sul, colaborando com a CPMI da Violência contra as Mulheres. Quero aqui também registrar que a Secretária de Estado da Mulher tem feito um belíssimo trabalho, tendo à frente hoje a Secretária Ariane Leitão. Tínhamos, na época da visita da CPMI, a Secretária Márcia, que veio a falecer alguns meses depois, e a Secretária Ariane tem dado continuidade a esse trabalho e tem avançado muito em políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Parabenizo-a, Secretária Ariane, porque nós percebemos uma grande diferença por ocasião da nossa ida, como CPMI, ao Estado do Rio Grande do Sul, e, depois, quando estivemos para fazer a entrega do relatório. Percebemos o quanto o Estado já avançou no que se refere ao enfrentamento, inclusive com a criação da Secretaria Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, que assumiu também o compromisso de criar políticas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Dessa forma, eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim para que ele possa, então, presidir esta audiência pública. É uma audiência solicitada por ele, que nós apoiamos, e, com certeza, estamos muito felizes pela possibilidade de fazer o debate sobre o tema da articulação, da motivação, do incentivo, da sensibilização de homens no enfrentamento à violência contra as mulheres. Parabéns, Senador Paulo Paim.

A Presidência está com V. Ex<sup>a</sup>. Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, nossa querida Presidenta, Senadora Ana Rita, que, embora havendo assumido um compromisso da maior grandeza, que é exatamente visitar uma família que sofreu agressão, se dispôs a participar da abertura deste importante evento de que há muito tempo falamos.

Eu queria, na abertura dos trabalhos, já com a Mesa formada, primeiro, dizer que a nossa luta, assim como a luta de vocês, é muito grande. Por exemplo – e por isso, Senadora Ana Rita, eu tive que descer –, o Deputado Federal Marcon me informou que o MST está aqui e quer entrar. Sim, mas qual é o problema? Seja o MST, a CUT, a Contag ou é a Força Sindical. Eu não recebo ligações como essa quando se trata de grandes empreendedores, do campo ou da cidade. Por isso tive que descer até lá. Quer dizer, é uma luta que vamos ter que travar por muito tempo. Eu queria que vocês desconsiderassem isso porque a nossa luta é muito maior. E quero abrir com uma salva de palmas a vocês, pelas batalhas que vocês travam pela dignidade dos homens e mulheres do campo e da cidade. (*Palmas.*)

Quero, também, rapidamente dizer que há muito tempo o Edegar vem conversando conosco sobre este dia. Para nós, tenho certeza, e essa é a visão de toda a Comissão, é um momento histórico. Por iniciativa do Deputado Edegar Pretto, poderemos hoje, aqui, criar uma frente nacional em defesa das mulheres, ou seja, para combater a violência contra as mulheres.

Por isso, Edegar, como haverá muitas falas, vou de imediato passar a palavra a você. Você é o nosso convidado de honra, assim como o Marcon.

Marcon, de pronto, eu te nomeio. Aqui no Senado, nós vamos, com a Senadora Ana Rita e, naturalmente, com a orientação do convidado de honra, que é o Edegar, liderar essa frente parlamentar. Mas lá na Câmara dos Deputados você é o nosso líder para esse tema. Acatam a minha sugestão? (*Palmas.*)

Aí, viu? Está nomeado. Agora vai ter que assumir na marra.

Com a palavra o Sr. Edegar.

**O SR. EDEGAR PRETTO** – Prezada Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, quero lhe saudar e também agradecer a sua generosidade em nos acolher a todos aqui no Senado Federal. A minha saudação muito especial ao Senador que orgulha o povo gaúcho, mas orgulha também o povo brasileiro, Senador Paulo Paim, proponente desta audiência pública. Quero também, Senador Paim, não em nosso nome, mas em nome das mulheres brasileiras, agradecer pela disposição e pela coragem de trazer para o Senado Federal o debate que queremos fazer com os homens do nosso País.

Se há de se construir uma mudança cultural, a frase que eu utilizo para convencer as mulheres e os homens de que precisamos de mais homens neste debate é: com eles, homens, que nós precisamos conversar.

Então, eu quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e saudar, aqui, meus companheiros do Rio Grande do Sul: o Tenente Bruno, Vereador de Pelotas, coordenador da Frente Parlamentar daquele Município...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço a ele que se levante, só para situar cada um que é citado. (*Palmas.*)

**O SR. EDEGAR PRETTO** – Da mesma forma, a Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, do Governo do Rio Grande do Sul, Ariane Leitão. (*Palmas.*)

Prezada companheira Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Presidência da República, do Governo da Presidenta Dilma. Também queremos saudá-la.

Saudamos os companheiros que aqui estão nos acompanhando, o Deputado Federal Marcon, companheiro Deputado lá do Rio Grande do Sul; companheira Prefeita Margarete, de Nova Santa Rita, representando os prefeitos do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Minha vizinha, ali de Canoas. Estive na sua campanha lá, e assumo aqui que foi uma bela campanha. Parabéns!

**O SR. EDEGAR PRETTO** – E quero, Senador Paim, saudar três Vereadores gaúchos, homens de coragem, que estão conosco aqui também, o Vereador Cavalheiro, de Júlio de Castilhos; o Nego do Bica, de Capão do Leão; e o Vereador Tigrinho, de Arroio do Tigre, companheiros Vereadores que estão nos acompanhando aqui. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero saber se o Nego do Bica é negro como eu.

Está mais ou menos; não é tão preto como eu, mas merece palmas. (*Palmas.*)

**O SR. EDEGAR PRETTO** – Senadores, eu queria contar um pouquinho da nossa luta no Rio Grande do Sul, sem pretensão, mas quem sabe também inspire outros Parlamentares do nosso Brasil, de outros Estados, a fim de fazermos essa luta conjuntamente.

A nossa sociedade brasileira e do mundo todo são machistas. Eu me espelho muito, Senador Paim, nos ensinamentos simples e verdadeiros de meu pai, Adão Pretto, que esteve por esta Casa, no Congresso Nacional, durante 18 anos como Deputado Federal. Esteve também na sua luta para construir uma nova cultura, pela não violência e pela igualdade entre homens e mulheres. Ele citava o seu próprio exemplo – está aqui o meu irmão mais velho, liderança do MST, o Adelar Pretto.

Meu pai contava, nas suas reuniões, como era a sua experiência em casa, com os seus irmãos, com o pai e a mãe dele, meu avós. Ele dizia que, naquela época, a minha avó, a mãe do meu pai, não deixava os meninos, os homens da casa fazerem os trabalhos domésticos. Se quisessem ajudar em casa, deveriam pegar uma ferramenta, uma enxada para fazer os trabalhos mais pesados do lado de fora da casa, porque, dentro de casa, o trabalho doméstico, que é mais leve, é para quem tem mais delicadeza, para quem tem menos força, ou seja, para as mulheres. E assim o meu pai se criou, junto com a grande maioria da população brasileira do campo, nessa cultura machista. O serviço de mulher era um e o serviço de homem era outro, porque o homem era considerado forte. O homem não podia sentir medo, tinha que ser destemido e não podia chorar. Isso, na minha opinião, e certamente na de todos que estão aqui, é mentira, porque homem também sente medo e chora. (*Palmas.*)

Mas a gente foi educado, Senadores, para dizer que não sente medo. Pergunto para as mulheres que estão nos acompanhando: quando vocês viram seu companheiro, marido, namorado dizer que está com medo? A gente não fala, mesmo estando louco de medo, a gente diz, no máximo, que está preocupado. Não podemos dizer para não “assustarmos a mulher e os filhos”. E assim nós fomos educados, para sermos homens machistas.

E o que nós queremos? Queremos que todos tenham direitos iguais. Pela saúde pública dos homens, nós temos que mudar essa cultura. Homem também pode chorar, homem também pode sentir medo e homem também pode ajudar nas lidas domésticas. Também pode fazer os trabalhos ditos só das mulheres. Nós queremos, com isso, uma nova cultura de mais paz.

O homem foi educado a ser forte e também foi educado achando que mulher lhe deve obrigação, que ele é o chefe da família. E aí vem a dominação, aí vem o ciúme e aí vem a violência física.

Milhares de mulheres, hoje ainda, sofrem caladas porque não sentiram proteção e não encontraram coragem para denunciar o homem agressor.

No nosso Rio Grande do Sul, considerado um dos Estados evoluídos da Federação, culturalmente, socialmente, nós convivemos ainda com um número inaceitável e assustador. No ano passado, 92 mulheres foram assassinadas, a grande maioria delas dentro da própria casa. Nós não podemos aceitar isso.

Então, foi em 2011, Senador Paim, Senadora Ana Rita...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam...

**O SR. EDEGAR PRETTO** – Senador Cristovam, queremos lhe acolher também. (*Palmas.*) Seja bem-vindo à nossa reunião de homens pelo fim da violência contra as mulheres.

Em 2011, estávamos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, analisando os cinco anos da Lei Maria da Penha. E era uma plateia como esta, quem sabe até maior, só de mulheres. Só estava presente, entre homens, este humilde deputado estadual. E as mulheres reclamando, discutindo: “Como é que vamos nos unir para enfrentar a violência, como é que nós vamos fazer para criar esta nova cultura?”. E aí me desafiaram

também, Senador Cristovam, para que o nosso mandato – mandato popular, relacionado com os movimentos sociais do campo e da sociedade – também pudesse se organizar e fazer uma ação nessa direção.

E aí, com a nossa equipe, com o nosso conselho político, começamos a avaliar, e tomamos a decisão: “Nós temos que criar a Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Depois que criamos é que viemos a saber que éramos o único Estado brasileiro em que parlamentares homens estavam organizados e lutando nesse assunto, no Brasil.

Fui honrado com o convite do Governo Federal, da nossa Ministra Eleonora Menicucci, que me convidou para fazer parte da comitiva que foi à ONU em março do ano passado, para representar o nosso Brasil na 57ª reunião da ONU e contar a nossa experiência no Rio Grande do Sul. Eram 193 países, e eu tive a oportunidade de falar sobre a nossa luta dos homens, e vim a saber que somos o único Parlamento do mundo com homens organizados, lutando pelo fim da violência contra as mulheres – homens! –, no nosso Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Isso fez aumentar muito mais a nossa responsabilidade, e aí foi que eu desafiei o Senador Paim: “Vamos constituir no Senado, no Congresso Nacional.”

No mês passado, fui ao Estado de Santa Catarina com o Deputado Padre Pedro – que deve estar chegando –, e lá constituímos a Frente Parlamentar do Estado de Santa Catarina.

No nosso Rio Grande, Tenente Bruno, já são 51 câmaras de vereadores que constituíram a frente parlamentar municipal. A gauchada está espalhada no Rio Grande inteiro, homens fazendo debates, fazendo jogos de futebol, fazendo cavalgadas, fazendo gestos e brigando também com os prefeitos e prefeitas para que haja mais orçamento nos Municípios destinado a casas abrigos, centros de referência.

O nosso Governo Tarso Genro, depois que constituiu seu mandato, não só constituiu a Secretaria de Política para as Mulheres, mas também ampliou o orçamento do Rio Grande para enfrentar esse tema em mais de 200%. Mais de 250% do orçamento do Rio Grande do Sul foi ampliado para constituir políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres. (*Palmas.*)

Hoje, Senador, haverá o 6º Congresso Nacional do MST, que está com mais de 15 mil delegados e delegadas de todas as partes do Brasil. O Governador Tarso Genro e outros seis governadores estarão lá, e o senhor também está convidado a se fazer presente.

Nós, então, começamos a desenvolver essas ações. Constituimos um grupo de trabalho com o Ministério Público, Defensoria, Judiciário, OAB, secretarias do nosso governo de Estado, vereadores e movimento social. O nosso grupo de trabalho é que nos diz quais as ações devemos fazer no nosso Estado.

Realizamos já o 3º Encontro Gaúcho de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e, em todos os encontros, foram reunidos mais de 500 homens para discutirem essa questão. Trouxemos para este debate artistas, jogadores de futebol, personalidades da política do nosso Estado e constituímos, então, essa frente parlamentar nos Municípios.

Organizamos um documento, Senador Paim e Senadora Ana Rita, que entregamos ao nosso governo do Estado, especialmente ao Secretário de Educação. Nós, do Rio Grande, também queremos ver essa política como política nacional, para levar esse debate para o campo da educação. Nós queremos educar os meninos de forma diferente. O nosso mandato e a nossa frente parlamentar elaboraram este documento que é uma história em quadrinhos para crianças, mas nós queremos ver como política de Estado. Que seja instituído, em todas as escolas do nosso Brasil, um momento em que as crianças vão ouvir seus professores, seus mestres falarem da Lei Maria da Penha, considerada uma das três melhores leis do mundo, falarem de direitos iguais entre homens e mulheres, porque, se não houver uma orientação na escola, as crianças levam para sua vida adulta o exemplo que muitas vezes veem na sua casa, do pai agredindo a mãe, e vão ser adultos achando normal a violência contra as mulheres.

Então, tem que haver uma política de Estado que eduque nossas crianças para serem adultos que não só não agridam como também não concordem com nenhum tipo de violência contra as mulheres.

Nós estamos, no Rio Grande do Sul – não vou entrar nesse debate porque, certamente, será a fala da Secretária Ariane –, constituindo a Patrulha Maria da Penha, constituída, que está atuando em vários Municípios do Rio Grande do Sul.

Nosso grupo de trabalho nos orientou e nós elaboramos um projeto de lei, que foi sancionado pelo Governador Tarso Genro há 15 dias, que institui, Senadores, a tornozeleira eletrônica para homens agressores. Vinte por cento ou mais das mulheres que foram assassinadas já tinham a medida protetiva. Então, ela é o primeiro passo, mas não basta.

O que nós criamos no nosso projeto de lei? Se a Justiça entender que esses homens agressores, condenados ou não, podem oferecer risco à vítima, ele será obrigado a usar uma tornozeleira. A mulher também vai usar um dispositivo junto com ela. Toda vez que ele interromper o que está estabelecido na medida protetiva, a tornozeleira que ele usa é acionada, o mecanismo que a mulher tem com ela também é acionado e, na Secre-

taria Estadual de Segurança, a sala de monitoramento que está vigiando esse homem que usa a torçãozeira pode avisá-lo de que ele está interrompendo o que está estabelecido nessa medida, avisar a vítima e também chamar a força policial para proteger a mulher vítima. É o primeiro Estado brasileiro que tem a torçãozeira para o homem e que permite o uso desse mecanismo de proteção também para a mulher.

Pelo nosso grupo de trabalho e pela força do nosso Governador, encampado esse projeto, Secretária Ariane, pela Rede Lilás, para tramitar em regime de urgência, aprovamos, por unanimidade, na Assembleia e o Governador Tarso Genro sancionou essa lei, que significa uma medida efetiva de proteção às mulheres do nosso Rio Grande do Sul.

Por fim, na minha modesta participação aqui como coordenador dessa frente parlamentar, nós queremos desafiar, no final, o Senado Federal, a Câmara Federal, nossos vereadores e prefeitos a constituir, aqui, neste momento histórico, o movimento nacional de parlamentares homens pelo fim da violência contra as mulheres no nosso Brasil.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o nosso querido Deputado Estadual Edegar Pretto, coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Eu diria, Edegar, que eu não ficaria só dizendo que você é coordenador dessa luta no Rio Grande do Sul. Eu acho que nós temos que, por uma questão de justiça... Claro que nós vamos aceitar o desafio. Já conversamos bastante sobre isso. O Senado e, tenho certeza, também a Câmara Federal, com o Marcon, vão estar juntos. Mas você tem que ser o coordenador nacional dessa frente na luta dos homens em defesa das mulheres. *(Palmas.)*

Que a gente tire aqui essa referência, que é mais do que justa, pelo trabalho belíssimo.

Na sua exposição rápida aqui, você falou em torno de 15 minutos, mas deu a todo o Brasil, pela TV Senado, uma visão da importância dessa caminhada, que já tem uma repercussão internacional, por tudo que você aqui falou.

Então, eu vou... A não ser que a Senadora Ana Rita precise falar, porque ela tem que sair, eu irei passar para o próximo.

Então, é com uma alegria enorme que passamos a palavra à nossa Presidenta da Comissão para que ela faça a sua fala neste momento.

Antes, porém, permita que o nosso Deputado dê apenas mais um pequeno aviso.

**O SR. EDEGAR PRETTO** – Senador Paim, eu trouxe o desafio e já trouxe um documento. Assim, antes de a Senadora e os demais saírem, eu gostaria que todos o assinassem a constituição desse grande movimento dos parlamentares homens brasileiros.

Apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está assegurado. *(Palmas.)*

Senadora, com a palavra.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu gostaria de ficar até o final, pois este é um debate muito importante. E quero aproveitar para parabenizar, mais uma vez, o Deputado Edegar Pretto e toda a sua equipe.

Inclusive, Deputado Edegar, estou examinando aqui o material que vocês produziram e constato que, de fato, é um material muito bom. E é um material produzido em uma linguagem simples, mas que fala tudo, inclusive agregando, nessa linguagem, a questão dos meninos. Nós temos mesmo que fazê-lo, porque, senão, as crianças já crescem, conforme o Deputado Edegar relatou, desde pequenas, convivendo com um ambiente, muitas vezes, onde se fortalece o machismo e a desigualdade entre homens e mulheres.

Então, é importante falar do enfrentamento à violência contra as mulheres é também falar do enfrentamento à violência contra as meninas. E a violência praticada não se faz apenas por homens, mas também por meninos, que, muitas vezes, no dia a dia, nas brincadeiras, nas relações entre meninos e meninas na escola, acabam fortalecendo essa concepção de que os homens podem mais e que as mulheres podem menos, que os homens podem fazer determinadas atividades que as meninas não podem.

Portanto, é importante também agregar esse conceito, essa ideia de que também precisamos trabalhar, a partir da educação, com crianças e adolescentes, meninos e meninas, esta mentalidade de construção de uma relação de igualdade entre homens e mulheres. Assim, poderemos enfrentar e combater todo tipo de violência, não só a física, mas a psicológica, a sexual, a violência que consiste em impedir que as meninas cumpram determinadas atribuições, na convicção de que apenas os meninos possam fazê-las.

Então, parabéns pelo material!

Quero desejar que essa Frente Parlamentar de Homens no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e contra as meninas realmente se fortaleça no nosso País. E o Estado do Rio Grande do Sul e o mandato

do Deputado Edegar Pretto estão dando um grande exemplo e uma grande contribuição no enfrentamento à violência contra as mulheres. Então, parabéns a vocês! Desejo boa sorte nessa audiência pública. Parabênizo também o Senador Paim.

Senador, a nossa tarefa aqui será a de sensibilizar também outros Parlamentares – não é, Senador Cristovam Buarque? – nesta Casa para que, realmente, também façam parte dessa Frente Parlamentar de Homens no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Então, mais uma vez, parabéns a vocês!

Eu apenas vou sair para cumprir uma tarefa da Comissão de Direitos Humanos. E gostaria de esclarecer isso porque, em janeiro, nós estivemos no presídio de Pedrinhas, no Estado do Maranhão, para conhecer e entender, de perto, toda a complexidade da situação dos presos daquele Complexo de Pedrinhas. E uma das vítimas daquela rebelião, que estava fora do presídio e que teve praticamente todo o seu corpo queimado, a mãe da menina Ana Clara – e Ana Clara não resistiu às queimaduras, vindo a óbito –, felizmente, teve alta esta semana e está em uma cidade próxima aqui de Brasília. E nós iremos fazer uma visita a ela, colocando-nos também à disposição.

A Comissão de Direitos Humanos está acompanhando a situação dessas famílias, não só a da Ana Clara e de sua mãe, a Juliana, mas também a do pai de família, o Márcio, que também teve 75% do corpo queimado. Então, estamos acompanhando e tentando garantir toda a assistência à saúde e assistência psicológica para que essas pessoas possam se recuperar desse trauma, de terem sido vítimas dessa violência tão grande.

Então, é em função disso que vou me ausentar, Deputado Edegar, Senador Paim; mas desejo uma boa audiência pública, deixando aqui os meus parabéns a vocês. E me despeço aqui da nossa companheira Cida e também da Secretária e do Vereador aqui presentes. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antes que a Senadora Ana Rita saia, eu vou passar para o Senador Cristovam.

Senador Cristovam, naquela parede, está a sua foto. Quando você saiu – e você fez um belíssimo trabalho –, eu fui indicado. Aí me disseram: “Olha, substituir um Cristovam, que é um nome nacional, teve inclusive já o nome diversas vezes indicado para ser candidato a Presidente da República, é muito difícil.” Eu disse: olha, eu vou fazer força. E eu acho que eu consegui acompanhar o seu trabalho.

Depois, quando eu saí, disseram para mim o seguinte, aliás, disseram para nós – não foi, Senadora Ana Rita? – que seria uma tarefa muito difícil para quem assumisse a presidência desta Comissão. A Senadora Ana Rita, com a coragem das mulheres, disse: “Eu vou assumir”. E fez um belíssimo trabalho e está fazendo, tanto que ela abriu aqui e vai para uma missão de direitos humanos neste momento fora do Plano Piloto. Para mim, é uma demonstração clara, inequívoca de que, primeiro, ninguém é insubstituível. Segundo, que as mulheres são, no mínimo, tão competentes quanto os homens em todas as áreas, e a senhora é uma demonstração disso. *(Palmas.)*

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Está fazendo um belíssimo trabalho.

Senador Cristovam, com a palavra.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Cumprimento a Senadora Ana Rita, o Senador Paim e todos os demais que fazem parte da Mesa, todos que aqui estão.

Como diz a Senadora Ana Rita, de repente, alguém dá um telefonema, e a gente tem que sair correndo para outra Comissão, e eu não queria sair sem falar.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, como é que fui convertido para essa luta contra a violência doméstica. Quando eu fui candidato em 94, Senadora Ana Rita, eu era um simples professor da Universidade de Brasília. Nunca tinha sido candidato a nada, era um nome desconhecido no Distrito Federal, salvo de uma certa intelectualidade, os alunos da Universidade de Brasília, onde eu havia sido reitor. E, aqui, a campanha de governador é como a de prefeito. Isso é uma grande cidade. A gente tem que ir de casa em casa, de casa em casa.

E eu comecei a ir às casas das pessoas, de manhã, de tarde. E sempre eram as mulheres que estavam. Os homens estavam fora. E eu comecei a perceber na conversa a quantidade de mulheres vítimas de violência, mulheres que apanhavam dos filhos, dos irmãos, dos maridos. Isso foi me deixando com uma angústia, porque, para mim, isso era um problema inexistente no meu meio. E eu fui me aprofundando e descobri que não era tão distante, não, que entre os círculos de conhecidos havia esse tipo de violência. Eu disse conhecido, não disse amigo, porque deixou de ser amigo à medida que descobri esse fato. E comecei a ver o tamanho dessa tragédia. Então, eu não sou convertido antigo. Isso foi em 94. A partir daí, eu comecei a me envolver nessa luta.

E tenho a convicção de que, ao lutar pela educação, eu estou lutando pela redução da violência, sobretudo a educação das meninas, porque a violência doméstica não é uma questão de classe. Há em todas as classes, mas as classes mais pobres, como há mais necessidades, terminam os homens caindo no alcoolismo, caindo em certos problemas que levam a extravasar tudo isso sob a forma de violência. Mas há sim uma correlação

com o nível educacional, especialmente das mulheres. As mulheres que são vítimas de violência são de todas as classes, de todos os graus de educação. Mas há menos entre as mulheres educadas, até porque, ao terem independência econômica, elas conseguem se afirmar mais.

Essa foi uma das razões pelas quais um dos primeiros atos do meu governo aqui foi criar Bolsa Escola e ter colocado ali: vamos pagar às mulheres; não vamos pagar aos homens. E, ao longo dos anos em que esse programa foi sendo implantado, a gente viu uma certa revolução, inclusive, muitos podem não gostar, mas aumentou o número de divórcios. A Bolsa Escola levou a um aumento no número de divórcios nas camadas mais pobres da sociedade de Brasília, do Distrito Federal, porque elas começaram a ter a sua renda e não aguentavam mais os maridos e podiam dizer “não” e “vai embora” para eles, porque elas passaram a ser as donas daquelas pequenas rendas, que era um salário mínimo na época.

Eu creio que um país não é civilizado se há violência em geral, mas é menos civilizado ainda a violência doméstica, seja contra as mulheres, seja contra crianças, seja contra velhos. Essa violência doméstica é uma característica forte de não civilidade de uma sociedade. Por isso nós temos que lutar, Deputado Preto, com esse tipo de problema que nós enfrentamos.

Ontem eu vi uma estatística que mostrava que o Brasil não é dos piores quando a gente compara com a Ásia, quando a gente compara mesmo com diversos países da América Latina. Mesmo assim, se eu não em engano 8,76% das mulheres se sentiram vítimas de violência. Não sei se é esse número, apareceu na televisão. Em alguns países, chegavam a 38%, a 40%. A gente tem que zerar esse 8,7% – se é isso – para zero; tem que promover o respeito fundamental entre as pessoas.

Eu espero que um dia este País seja pacífico, mas, bem antes de pacificar o País inteiro, eu espero que a gente consiga pacificar as casas, pacificar as relações domésticas onde essas relações se manifestam de uma maneira brutal, injustificável, indecente. Eu estou aqui por isso. Se o senhor vai ser o coordenador, como eu espero, coloque-me na lista dos seus liderados para junto com o senhor fazer esta luta.

E quero dizer que uma das tarefas que a gente tem é aumentar o número de homens nessa luta. Essa não pode ser uma luta das mulheres apenas. Essa tem que ser uma luta dos homens também. Eu até diria que mais dos homens, porque nós somos os responsáveis, nós somos os culpados. Violência de mulher para homem é muito pouca. Existe, mas é muito pouca. Aliás, quando é de mulher para homem, em geral, ele merece. (*Risos.*)

Então, eu creio que nós temos que continuar essa luta, conte comigo você e todos que aqui estão, porque eu quero um Brasil civilizado. E um Brasil civilizado é um Brasil sem violência doméstica. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Vamos ouvir agora o Deputado Federal Marcon, a quem eu tomei a liberdade de indicar como nosso coordenador na Câmara Federal. Você vai usar a palavra como coordenador na Câmara Federal no momento em que entender mais adequado, porque aqui nós temos a seguinte norma. Os Senadores e Deputados falam no momento em que entenderem mais adequado. Se você quiser falar agora, se quiser aguardar um pouco mais, você que... (*Pausa.*) O.k.

Então, vamos para o Tenente Bruno, que é Vereador e Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres na Câmara de Vereadores de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Estou dando em média dez minutos para cada um, mais cinco se necessário.

**O SR. TENENTE BRUNO** – Muito obrigado, Sr. Senador Paulo Paim, nosso companheiro, como disse o Deputado Edegar, orgulho dos gaúchos e do povo brasileiro. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> principalmente por nos permitir estar aqui hoje, Senador, para falar para todo o Brasil sobre a questão da violência doméstica e, principalmente da necessidade de envolvimento dos homens nessa luta que tem que ser de todos, não apenas das mulheres.

Sr. Senador Cristovam, muito obrigado pela sua presença aqui. Nós ficamos felizes com o que o senhor falou aqui. Isso reforça o nosso pedido no sentido de que essa deva realmente ser uma luta dos homens, principalmente porque somos os causadores dessa violência que, na maioria das vezes, é gratuita.

S. Ex<sup>a</sup> Senadora Ana Rita, que teve que sair às pressas, não poderíamos deixar aqui de registrar a sua importância como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Estamos muito felizes, lá no Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas – trazemos a ela um grande abraço –, por ela promover hoje esta audiência, que é uma iniciativa do nosso Senador Paulo Paim.

Cumprimentamos a Secretária Aparecida Gonçalves, com quem tivemos a honra de, no ano passado, conversar, levar alguns pleitos da nossa cidade de Pelotas; a nossa Secretária Ariane Leitão, que desenvolve um brilhante trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, fazendo a verdadeira diferença nas políticas públicas para mulheres, um trabalho iniciado pela nossa saudosa Márcia Santana e que hoje vem sendo tocado muito bem pela nossa Secretária Ariane e toda a sua equipe.

Cumprimento o nosso querido Deputado Marcon que nos prestigia neste momento; o meu querido amigo, companheiro, Deputado Edegar Pretto, que preside a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul.

Também quero cumprimentar nossa prefeita, vereadores, em especial, meu companheiro, amigo, Vereador Nego do Bica, meu vizinho ali da cidade de Pelotas, do Capão do Leão, que coordena a Frente Parlamentar naquele Município; senhoras e senhores que nos prestigiam aqui com as suas presenças ou em suas casas.

Inicialmente eu gostaria de citar como é que começou a luta lá na cidade de Pelotas da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher. Na verdade, foi um desafio. Assim como o nosso Deputado Edegar lança esse desafio aqui no Congresso Nacional, ele também esteve lá, em novembro de 2012, lançando esse desafio na cidade de Pelotas, em uma audiência que fez na Universidade Católica. E nós, prontamente, recém eleito vereador, assumimos esse compromisso.

O nosso primeiro ato, Deputado Edegar, Senador Paim, o primeiro documento que eu fiz no meu gabinete foi propor a criação da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres na cidade de Pelotas, o que foi por unanimidade aprovado. A partir dali, começamos, Deputado Edegar, uma série de lutas.

Eu cito aqui um símbolo da nossa cidade de Pelotas, que é a D. Zeli, do Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas. Uma incansável lutadora veterana que já estava cabisbaixa, Senador Cristovam, porque já não achava mais força para lutar sozinha e, de repente, quando esteve lá na nossa cidade o Deputado Edegar, e a partir da nossa proposta da Frente Parlamentar, ela ganhou forças. Hoje anda lá pela nossa cidade, vigorosa, lutando, buscando alternativas para o fim dessa violência.

Aliás, no Brasil, por ano, mais de dois milhões de mulheres são agredidas. Na minha cidade de Pelotas, só no ano de 2013, Deputado Edegar, foram registradas, somente na Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher, 3.500 ocorrências de algum tipo de violência contra a mulher. Na verdade, um número muito além do que poderíamos aceitar, aliás, não se poderia aceitar um número que fosse, mas 3.500 apenas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam). Na verdade, Deputado Edegar, quando essa mulher chega até a delegacia para registrar, quantas agressões, Deputado Marcon, ela já sofreu? Então, na verdade, nós poderíamos pegar esses 3.500 registros e multiplicar, quem sabe, por dois, por três ou por quatro.

E por falar em Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher, minha Secretária Ariane, na verdade, nós precisamos, no Estado do Rio Grande do Sul, de reforçar, dar mais instrumentos de trabalho para a nossa delegada titular, a Delegada Lisiane, do Município de Pelotas, porque ela tem uma carência muito grande, principalmente de efetivo e até de estagiários. Nós precisamos reforçar essas delegacias.

Mas entre esses 3.500 registros, Secretária Ariane, tivemos os mais diversos acontecimentos: mulher que teve óleo quente jogado em seu corpo; mulheres em que atearam fogo em seu corpo; mulheres que estavam no hospital depois de sofrer uma agressão e o marido, não contente, o ex-companheiro foi até o hospital da nossa cidade, o pronto-socorro, Senador Paim, invadiu o pronto-socorro e lá desferiu várias facadas, levando a óbito aquela mulher; e, ainda, mulher que, por um ataque de ciúmes de seu companheiro, na nossa cidade, teve parte da sua orelha decepada, ele mordeu, arrancou e comeu a orelha da sua companheira. Então, na verdade, a gente está vendo as barbáries que estão acontecendo e não são apenas em Pelotas, no Capão Leão, mas em todas as cidades.

Por isso, Senador Paim, que a proposição de V. Ex<sup>a</sup> para tratar aqui no Congresso Nacional desse assunto, para todo o Brasil assistir, é muito importante para que possamos, cada vez mais, achar instrumentos e políticas para combater esses absurdos.

Registro aqui a presença do meu querido amigo que chega neste momento, Deputado Paulo Pimenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não queria interromper a sua fala, mas, com alegria, registramos a presença do Deputado Pimenta, que é parceiro nosso – por isso ele está aqui – em diversas peleias que travamos.

Seja bem-vindo, é mais um que, eu já vi, vai assinar o documento da Frente Parlamentar pelo Fim da Violência contra as Mulheres. (*Palmas.*)

Deputado Pimenta, fique à vontade. Aqui funcionamos mais ou menos da seguinte maneira: Deputados e Senadores falam no momento em que entenderem adequado.

**O SR. TENENTE BRUNO** – Mas nós gostaríamos, principalmente em nome das mulheres da minha cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Deputado Edegar, de agradecer a V. Ex<sup>a</sup>. Pelotas tem uma dívida com V. Ex<sup>a</sup>. No momento em que o senhor criou essa Frente Parlamentar, nós começamos a ter muito mais visibilidade, começamos a ir aos ambientes tipicamente frequentados por homens levar essa mensagem da não violência contra a mulher.

Aliás, estivemos neste final de semana que passou no estádio de futebol no qual se realizava o clássico Bra-Pel, um dos maiores clássicos do Rio Grande do Sul – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, conhece bem a nossa cidade e

essa dupla, já esteve presente lá torcendo. Os times estão acolhendo as iniciativas. É por isso que, quando o Deputado Edegar faz essa provocação a outros Estados e aos Municípios do nosso Rio Grande do Sul, é importante que os Parlamentares se envolvam nessa causa...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

**O SR. TENENTE BRUNO** – ...fazendo essas ações, reunindo grupos.

Temos um grupo seletivo lá em Pelotas também nos moldes do que tem a Assembleia, Deputado Edegar, com profissionais de todas as áreas, tanto do Poder Público como da nossa sociedade, levando os seus pleitos, as suas sugestões, para que possamos dar fim a essa violência descabida.

Eu queria aqui deixar um registro, até para a nossa Senadora Ana Rita e aproveitando a nossa Secretária Ariane. Na verdade, foi um trabalho que foi feito falando lá, Deputado Edegar, sobre a questão do número de mulheres que hoje começam a ser, cada vez mais, encarceradas nos presídios do Rio Grande do Sul. De 2007 a 2012, houve 66% de aumento no número de mulheres nos presídios, presas – 78% delas segundo um levantamento feito – em função de algum envolvimento com tráfico de drogas, reprimidas por seus companheiros.

Eu também não poderia deixar de ressaltar relativamente ao Rio Grande do Sul, como já bem falou aqui o Deputado Edegar, além de o nosso Governador Tarso Genro ter sancionado a lei, a questão das tornozeleiras, o brilhante trabalho, Deputado Edegar, que faz a Patrulha Maria da Penha, que é executada através da minha gloriosa Brigada Militar, com profissionais que levam a sério esse trabalho e que vão verificar se as medidas protetivas realmente estão sendo cumpridas, se o homem está realmente afastado daquela situação em decorrência da proibição que lhe foi imposta.

Para finalizar, eu gostaria de destacar aqui uma citação, Senador Paim, da Dr<sup>a</sup> Elisiane Pasini, que diz o seguinte: os homens não são naturalmente, ou biologicamente, violentos, mas, sim, muitos estão sujeitos a normatizações de modelos e padrões culturais machistas que orientam as práticas sociais. Na verdade, a criança que está nascendo não é violenta, mas quem está ensinando essa violência? Qual é o modelo que ela está percebendo? Estamos aqui para tentar mudar isso, é por isso que nós fazemos parte dessa caminhada proposta pelo nosso Deputado Edegar Preto.

E eu não poderia me furtar aqui, Deputado Edegar, Senador Paim, Senador Cristovam, de encerrar com o cartão vermelho pelo fim da violência contra as mulheres.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Tenente Bruno, que é Vereador e Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, da Câmara de Vereadores de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Agora passamos a palavra...

Quero dizer para a minha querida Prefeita de Santa Rita: V. Ex<sup>a</sup> também falará no momento em que entender mais adequado. Fique bem à vontade! Tem o microfone. O Senador Cristovam sinaliza, acendeu a luz verde, e V. Ex<sup>a</sup> fala.

Agora, passamos a palavra à Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Presidência da República, Dr<sup>a</sup> Aparecida Gonçalves.

**A SR<sup>a</sup> APARECIDA GONÇALVES** – Bom dia. Quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos, por meio da sua Presidenta, Senadora Ana Rita, o Senador Paulo Paim, pelo requerimento, e o Senado Federal, por esta audiência. Acho que é importante começar falando da importância desta audiência. Assim como cumprimentar meus companheiros gaúchos: o Deputado Edegar, o Vereador Bruno, a nossa Secretária, que acho que é uma das secretarias mais combativas do País, a Secretaria de Política para as Mulheres do Rio Grande do Sul, pelo evento e pelo trabalho. Acho que é importante começar registrando, em nome da Ministra Eleonora, que não está nesta audiência porque está representando o Brasil na África do Sul, na reunião dos países que falam a Língua Portuguesa, definindo estratégias e políticas para isso.

Eu queria dizer da importância de fazer o debate sobre o envolvimento dos homens no fim da violência contra a mulher, porque, durante décadas, o que se passou para a sociedade é que violência contra a mulher é um problema das mulheres e das feministas. E, na verdade, nós precisamos entender a questão do enfrentamento da violência contra a mulher, entender a violência como um fenômeno político de saúde pública, de segurança pública e um fenômeno de questão social no Brasil. Se enfrentarmos os dados, a realidade em que está colocada, vamos ver que o Brasil é o sétimo colocado do mundo em assassinatos de mulheres. Nós perdemos para o Cazaquistão, para a Bolívia, para países que estão em guerra. Os homens estão matando, e estão matando, como disse o Vereador Bruno, com requinte de crueldade. Não estão matando. Estão matando a partir da sua identidade de mulher, da sua identidade de gênero. Essa é uma questão que temos que discutir.

Não se mata com um tiro. Mata-se com 25, 30 tiros. Não se mata com três ou quatro facadas. Mata-se com 50 facadas. Não basta matar com um tiro. Tem que, efetivamente, machucar a vagina, o seio, o rosto, tudo aquilo que é a identidade do corpo da mulher. Esse é um fenômeno que estamos vivendo no Brasil. Portanto, não é um fenômeno que é problema das mulheres. É um problema do Brasil. É um problema das políticas públicas. É um problema do Estado. É um problema de homens e de mulheres. É importante pensarmos nisso. E esta audiência é importante para trazer isso a público.

É importante pensarmos em quem mata as mulheres. Em 93% dos casos são os maridos e companheiros. As mulheres não são assassinadas na rua por desconhecido, por roubo de celular, ténis, como todos ficam assustados quando passa no jornal da Globo ou em qualquer outro. Não. As mulheres morrem e, pior ainda, morrem na própria residência. Então, o lugar de segurança da maioria da sociedade ou dos homens é o lar, mas para as mulheres é de insegurança e de morte. Isso é um dado que nós temos que enfrentar e discutir como um problema social. Esse é o desafio que queremos trazer para o Senado, para os nossos Senadores, para os nossos Deputados que aqui estão, para os nossos companheiros do MST e Parlamentares que estão aqui.

Queria dizer que, fora a questão do assassinato, houve um aumento muito grande, nestes últimos anos, da violência sexual contra as mulheres. Em cinco anos, são 163% de aumento da violência sexual, como diz o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Portanto, temos outro fenômeno que temos que discutir. Como se não bastasse o aumento da violência sexual, altera-se a forma da violência, porque ela acontecia antes, geralmente, em lugares ermos, escuros, em terrenos baldios. Hoje, não; a violência sexual é em lugares públicos: é no transporte coletivo; é violência coletiva; são 4, 5, 10. De que forma efetivamente nós estamos trabalhando a questão? Eu acho importante trazer esses elementos para nós.

Por fim, a última que eu queria tratar, em termos de dados, para entrar numa fala mais de encaminhamento, é a questão da própria violência doméstica. O 180 – que nós temos e é um serviço da Secretaria de Políticas para as Mulheres e atende às mulheres – recebeu, desde 2006, mais de 3,5 milhões de ligações. São 22 mil ligações/dia das mulheres e de homens pedindo ajuda, pedindo informações sobre a questão da violência.

Desses dados, é importante entender que a grande maioria das mulheres diz que os filhos presenciam. Em 64% das mulheres que denunciam a violência, os filhos a presenciam; em 19% os filhos também sofrem violência; e 54% – esse é um dado em que temos de pensar – dessas mulheres sofrem violência cotidiana, todo dia. Não é uma vez por semana, não é uma vez por mês, não é uma vez por ano; são todos os dias. É tortura saber que, na hora em que o seu companheiro chegar, ele vai te bater; como ele vai bater; o que ele vai fazer, e seus filhos presenciarem isso.

Portanto, é nessa perspectiva que eu acho que nós temos de pensar esta comissão parlamentar. Por quê? Porque, se nós queremos discutir o fenômeno da violência no mundo e no Brasil, vamos começar, como disse o Senador Cristovam, pela nossa própria casa. Não serão alguns anos de omissão nossa com relação à violência contra a mulher que farão com que os filhos desta família sejam violentos? Porque, se eu vejo o meu pai, todo dia, com uma faca no pescoço da minha mãe; se eu vejo, todo dia, o meu pai violentando a minha mãe, qual o nível de relação que eu vou ter com a sociedade, se eu sou fruto do lugar onde eu fui criado e da educação que eu tive? A minha relação com o mundo e com a humanidade vai ser de violência.

Portanto, temos de trabalhar a violência contra a mulher na perspectiva de um problema social e político colocado, hoje, para nós, como um desafio. Mudar comportamento, mudar cultura, mudar paradigma passa pela questão da educação, e não só a educação formal. Nós precisamos reeducar toda a sociedade brasileira; nós precisamos fazer com que os homens efetivamente digam não no jogo de futebol, no boteco. Geralmente, ouvimos dizer assim: “Ah, mas é porque ele bebeu; ele fumou droga.” Não é, porque ele bebeu no boteco. Ele não bateu no companheiro do boteco. Se a questão é de violência, por que ele não bateu no companheiro do boteco ou num companheiro de jogo? Não, deixou para bater em casa.

Essa é uma questão de valor de que a mulher é que tem de apanhar, tem de aprender. Então, nós vamos passando isso efetivamente o tempo todo. É importante para o Governo Federal uma política nacional. Nós temos o Pacto Nacional. Agora, a Presidenta da República lançou o programa Mulher Viver sem Violência, com várias ações de fortalecimento e de atendimento. Mas nós não podemos deixar isso para que as mulheres façam. Nós precisamos transformar esse enfrentamento numa questão cotidiana, do dia a dia, mudando o comportamento, mudando os valores culturais, que estão enraizados na nossa sociedade e passam, sim, pela questão de como você foi criado, de como você foi orientado, de quais são os papéis de homem, quais são os papéis de mulher, mas que também passam por algumas questões que, durante alguns anos, nós temos: primeiro, a tolerância.

A maioria de nós termina tolerando; não nos posicionamos, não falamos, achando que é um problema de marido e mulher; dizendo que em briga de marido e mulher não se mete a colher. São aquelas brincadeiras: “Ele não sabe por que está batendo, mas ela sabe porque está apanhando” Fomos aceitando e fomos

passando as brincadeiras como um valor de que, de fato, as mulheres merecem apanhar. Acho que essa é uma questão em que temos de pensar.

*(Soa a campainha.)*

**A SRª APARECIDA GONÇALVES** – A segunda, já indo para o encerramento, é a questão do poder

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco.

**A SRª APARECIDA GONÇALVES** – ...é a questão do poder. Não dá para discutirmos violência contra a mulher sem discutir as relações de poder estabelecidas na sociedade. A sociedade é machista. Não são os homens e as mulheres; é a sociedade. Homens e mulheres são criados nessa perspectiva. Nós precisamos inverter esse valor; nós temos que rediscutir. E são os homens e as mulheres que precisam rediscutir essa nova sociedade, essa sociedade civilizada que nós queremos e da qual nós precisamos para o Brasil.

E a terceira, que eu acho importante enfrentarmos – e os homens têm que nos ajudar nisto –, é a questão da cumplicidade com relação à violência doméstica. Na maioria das vezes, os homens terminam sendo cúmplices. As mulheres terminam ficando mais quietas, mas elas também são cúmplices, porque acham bonito na brincadeirinha ou porque pensam que é assim mesmo. Então, nós precisamos que os homens assumam isso efetivamente como um papel deles, como um papel estratégico deles para que possa haver homens e mulheres enfrentando a violência contra a mulher.

Aproveitando os meus últimos três minutos, eu queria dizer que, como Governo Federal, nós temos trabalhado o programa que lançamos que é a Casa da Mulher Brasileira. Nós temos aí várias ações – são seis ações – em que o principal objetivo é garantirmos a integralidade do atendimento.

Não pode haver 21 mil processos parados nas varas de juizados de violência doméstica, como em Porto Alegre; 17 mil, como em Campo Grande. Isso mostra o fenômeno efetivo da violência contra a mulher.

Com esse programa, nós estamos querendo dar agilidade e efetividade e garantir a integralidade. Além disso, nós estamos trabalhando na perspectiva de chegar aonde nós nunca chegamos. Nós fizemos uma parceria com a Caixa Econômica Federal e contamos agora com um barco em Belém do Pará, passando pela Ilha de Marajó, com duas pessoas dentro do barco fazendo atendimento, discutindo a questão com os Municípios da Ilha de Marajó. Vamos fazer isso em Manaus, no Amazonas, e também no São Francisco, para que, de fato, nós possamos chegar aonde temos que chegar.

Afora isso, nós estamos trabalhando com as unidades móveis – a Ariane pode falar sobre isso –, em parceria com os Estados, para atender as mulheres do campo e da floresta, porque, além da questão da reeducação, do comportamento e da mudança de cultura, nós também precisamos garantir para as mulheres condições para que elas digam não à situação de violência. Não basta apenas os homens dizerem que não vão bater mais. As mulheres têm que ser sujeitos de direito. De fato, quando chegam ao serviço, na maioria das vezes, Vereador, elas chegam depois de dez anos de sofrimento. Nenhuma mulher liga para o 180 na primeira vez que apanha. Nenhuma mulher chega à delegacia um ano depois. São 5, 10, 15, 20 anos de sofrimento e de violência.

Portanto, é nessa perspectiva que nós precisamos resgatar essa mulher, como cidadã, como sujeito de direito, para que ela possa mostrar ao Brasil inteiro que tem condições de se defender e defender aquilo que é seu e, principalmente, dizer: “Para a violência eu dou um basta”. Eu acho que é importante registrarmos isso.

Nós temos, Deputado, junto com a Redeh, uma rede feminista do Rio de Janeiro, uma parceria com a campanha Quem Ama Abraça. Nas escolas, neste ano, nós queremos convidá-los para nos ajudarem – nós podemos ajudar.

Por fim, nós temos a campanha Compromisso e Atitude, principalmente no Judiciário, para fazer com que o sistema de Justiça de fato veja a violência contra a mulher com outra perspectiva, com outro olhar.

A Secretária de Política para as Mulheres está à disposição da Frente Parlamentar para aquilo que precisar. Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Presidência da República.

Meus cumprimentos, Secretária. V. Sª deu uma aula não só para nós, mas também para o Brasil todo, com dados, com números assustadores, que fortalecem ainda mais a iniciativa do nosso Deputado Federal.

Quem já pediu a palavra, conforme aquela orientação que eu havia dado, é o Deputado Federal Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul.

Está com a palavra o Deputado Federal Paulo Pimenta.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT - RS) – Prezado Senador Paulo Paim, colega Deputado Federal Marcon, Aparecida, nossa Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Ariane, nossa Secretária do Estado:

Faço, especialmente, aqui, uma saudação ao nosso Deputado Estadual Edegar Pretto e ao Tenente Bruno, nosso Vereador de Pelotas, pela iniciativa, pela determinação, pela forma como tem tratado esse tema e permitido que ele ganhe a repercussão, a importância que tem tido.

Realmente, Aparecida, eu diria que é quase surpreendente a repercussão da iniciativa do Edegar Pretto, a forma como ela está se multiplicando pelo Estado. Tenho acompanhado, inclusive com uma boa visibilidade, a campanha, a iniciativa e, com certeza, eu quero me associar, estar junto com as iniciativas que estão se multiplicando.

Eu quero ser bastante breve, até porque, pela própria dinâmica da Casa, temos um conjunto de atividades. E, hoje, Senador Paulo Paim, em especial para nós, é um dia importante. Hoje, às 14h, vai sair o veredito do Ministério da Saúde sobre o episódio do Mais Médicos de Candiota. Estamos acompanhando e estamos preparando uma série de iniciativas.

Para quem não sabe, no dia de 2 de janeiro, na cidade de Candiota, no interior do Rio Grande do Sul, às 8h – não reside nenhum médico na cidade, à exceção de um cubano do Mais Médicos –, houve a necessidade de um atendimento de emergência no PA da cidade. O médico cubano foi chamado em casa, atendeu a pessoa e encaminhou esse paciente para Bagé. O sindicato médico e o Conselho de Medicina tomaram conhecimento de que o médico cubano tinha atendido uma pessoa no PA e, como o Programa Mais Médicos só prevê a possibilidade de atendimento em unidades básicas ou em saúde da família, pediram o desligamento do Município do programa, a cassação do passaporte e a extradição do médico. Hoje, às 14h, será a decisão, no Ministério da Saúde, que recebeu as alegações da prefeitura, do médico, do sindicato. Isso, certamente, também, servirá como uma espécie de jurisprudência para todos os demais Municípios, além de ser um coisa que interessa muito, também, aos nossos companheiros e companheiras que estão aqui presentes.

Quero, simplesmente, reafirmar aqui esse compromisso, essa parceria no nosso mandato, nosso trabalho. Sinto-me muito bem representado pelo Deputado Marcon, meu parceiro de longa data. Vou ter que me retirar e, a partir de agora, serei representado pelo colega Deputado Marcon. Tudo aquilo que ele disser aqui eu assino embaixo. Está bom, pessoal?

Muito obrigado, e voltamos a conversar mais tarde. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Paulo Pimenta.

Deputado Federal Paulo Pimenta, aqui é você que vai assinar agora. Convido você para vir à mesa para assinar o documento, e a todos os Deputados Federais, Senadores e todos os membros da Mesa, como também... *(Pausa.)*

Vamos passar o cartão para toda a Mesa. Aí tem o cartão? *(Pausa.)*

Vamos só fazer essa simbologia aqui.

Moçada, levanta também aí, para a tevê pegar o cartão. Quem tem cartão levanta. *(Pausa.)*

Isso! O.k.

Uma salva de palmas a todos nós por essa luta de homens e mulheres. *(Palmas.)*

Seguindo a ordem dos inscritos, passamos a palavra, neste momento, à Secretária de Política para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O nosso Deputado Edegar Pretto já destacou o trabalho do nosso Governador Tarso Genro, que você aqui representa. Sei que você está aqui falando em nome do nosso querido Governador Tarso Genro, que, diga-se de passagem, está liderando, com muita competência e muita firmeza, a renegociação da dívida do Rio Grande.

**A SRª ARIANE LEITÃO** – Nós precisamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Precisamos.

Ele esteve em um debate no Colégio de Líderes, com a presença do Ministro Mantega. Estive lá com ele. Para os argumentos dele, ninguém tinha resposta para dar, pela consistência, pela firmeza. Fizemos um acordo, a partir da iniciativa do Governador, para que, no mês de março, a renegociação seja votada, o que interessa muito ao Rio Grande. Vou à tribuna todos os dias, no que chamo de uma escala decrescente. Faltam 21 dias; hoje faltam 20 dias; e, amanhã, vou dizer que faltam 19 dias, até chegar o dia da votação.

Uma salva de palmas ao nosso Governador Tarso Genro, que aqui é representado pela Secretária do Estado Drª Ariane Leitão, que está com a palavra. *(Palmas.)*

**A SRª ARIANE LEITÃO** – Tenham um bom-dia!

Agradeço essa referência, Senador Paim, em relação ao problema da renegociação da dívida, um tema fundamental para o Estado do Rio Grande do Sul, especialmente, também, para as mulheres. Nós costumamos dizer que desenvolvimento social significa investimento nas mulheres. Essa renegociação vai, sem dúvida, fazer com que o Estado possa avançar ainda mais. Que nós possamos garantir investimentos para as áreas sociais, no enfrentamento da pobreza extrema, pela qual as mulheres, especialmente, são as mais atingidas; para a questão do empreendedorismo feminino, através do microcrédito; enfim, para as mais diversas áreas de investimentos

que nós estamos apresentando para o Estado do Rio Grande do Sul. Sem dúvida, a renegociação da dívida é um elemento fundamental nesse processo. Nós não queremos ser um Estado, apenas, que paga salários.

Muito obrigada pela referência! Contamos com a sua liderança nesse processo para que o nosso Estado possa avançar, obviamente sob o comando do Governador Tarso Genro, no ano que vem. Estamos trabalhando para isso.

Saúdo, mesmo não estando mais aqui, a Senadora Ana Rita, que é uma companheira de luta. A Senadora comanda esse trabalho de enfrentamento à violência contra as mulheres em todo o Brasil. S. Ex<sup>a</sup> é coordenadora da CPMI e esteve em nosso Estado duas vezes. Para nossa felicidade, respondemos de forma positiva a todas as questões colocadas, a todas as recomendações ao Executivo que a CPMI apresentou. Para nós, isso é um motivo de orgulho, mas, mais do que isso, além de responder de forma positiva, estimulamos os outros Poderes a responderem de forma positiva. Depois, posso tratar um pouco desses avanços, especialmente em relação ao Poder Judiciário, que era o nosso principal desafio, pois é o Poder em que nós mais encontrávamos resistência, mas estamos, sim, conseguindo avançar no sentido da implantação de novas varas para o atendimento aos casos de violência doméstica.

Uma saudação, obviamente, ao proponente, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, obrigada por trazer esse debate ao Senado Federal, à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que tem uma atuação muito destacada, muito diferente do que vem acontecendo na Câmara Federal.

Senador, obrigada por sua proposição! O debate está sendo colocado de forma bastante comprometida com as questões libertárias e com a questão da garantia dos direitos humanos das mulheres brasileiras e também das mulheres gaúchas.

Saúdo a nossa querida Secretária Nacional, Aparecida, junto com quem travamos uma luta no Estado do Rio Grande do Sul e em todo o Brasil. Ela é também uma das nossas principais lideranças nessa questão do enfrentamento à violência doméstica. Ela representa a nossa querida Ministra Eleonora. Tanto a Secretária Aparecida quanto a Ministra Eleonora são mulheres que nos representam. Nós temos muito orgulho dessa representação. Obrigada pelo trabalho que vocês desenvolvem!

Meu querido, companheiro e amigo, Deputado Edegar Pretto, então coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência, uma iniciativa pioneira. Mais uma vez o Estado do Rio Grande do Sul é pioneiro, seja no Executivo, seja no Legislativo, em ações que tratam do enfrentamento à violência contra as mulheres e, não só isso, que tratam do empoderamento feminino. Tenho certeza de que essa ação de participação dos homens no enfrentamento à violência contra as mulheres também fará com que o empoderamento feminino, cada vez mais, exista, seja implementado e com que as mulheres absorvam essa questão como uma pauta principal em suas vidas. Que elas sejam independentes em relação a seus companheiros, mesmo dentro de um modelo cultural que ainda subjuga as mulheres brasileiras, as mulheres gaúchas! Obrigada por seu trabalho! Obrigada pela parceria de sempre, meu companheiro Edegar Preto! (*Palmas.*)

Saúdo também o Vereador Tenente Bruno, que é também nosso companheiro de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, de um Município que tem bastante para avançar, que é o de Pelotas. Sabemos disso, Vereador.

Está aqui a Prefeita de Nova Santa Rita e o Deputado Marcon. O Deputado Paulo Pimenta já saiu, mas quero dizer que fez emendas para nossa Secretaria. Agora não posso agradecer pessoalmente, mas ele tem um trabalho comprometido conosco.

Faço uma saudação muito especial às companheiras e companheiros do MST que nos acompanham nesta audiência. Obrigada pela presença! (*Palmas.*)

É fundamental que os movimentos sociais estejam conosco nessa luta do enfrentamento à violência contra as mulheres.

Depois de fazer todas essas saudações, quero trazer alguns elementos que, para nossa Secretaria de Política para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul, são fundamentais, seja no enfrentamento à violência contra as mulheres, seja na construção da independência.

Costumo dizer que nós precisamos construir uma rede – e é isso o que estamos fazendo no Estado do Rio Grande do Sul – que não seja só uma rede de oferta de serviços, mas de mobilização da sociedade gaúcha, de homens e mulheres, pelo fim da violência. Como várias pessoas já disseram aqui, este não é um tema vinculado somente às mulheres nem ao movimento de mulheres nem somente ao movimento feminista. É um problema, uma chaga da sociedade brasileira e também da sociedade gaúcha, que todos e todas têm o dever, como cidadãos e cidadãs, de enfrentar. Portanto, a Rede Lilás é apresentada à sociedade gaúcha desta maneira: como oferta de serviços, de forma multidisciplinar, mas também como uma forma de mobilizar a sociedade no enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas.

Como bem destacou a Senadora Ana Rita, o modelo machista e patriarcal que nós enfrentamos já começa a colocar seus desafios e suas mazelas, digamos assim, desde os primeiros anos das meninas. Meninas

sofrem violência e abuso sexual de adultos, e, às vezes, violência e preconceitos de seus colegas, meninos, desde sempre. Nascer na condição feminina nos torna vítimas da violência. É esse modelo machista, é esse modelo patriarcal, é esse modelo que faz com que homens ainda pensem que mulheres são sua propriedade, como sua casa, como seu terreno, como qualquer outra coisa que está dentro de sua cerca. Aqui estão companheiros do MST, que fazem esse debate em relação à propriedade. Digo-lhes: não, as mulheres não são propriedade de homens! O modelo patriarcal é um modelo que nós negamos, que nós questionamos e que estamos enfrentando com as políticas públicas de gênero, seja por meio do Governo Federal, seja por meio do Governo Estadual.

No último período – e eu gostaria de fazer uma referência aqui –, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi o último Estado brasileiro a assinar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Mesmo assim, sob o comando do Governador Tarso Genro, nós tivemos, fazendo um cálculo, desde o ano de 2010 até 2013, 270% de crescimento em investimento públicos, em dinheiro público investido na política de mulheres e meninas para o enfrentamento à violência e para a emancipação de mulheres. Nós estamos, sim, enfrentando o modelo e colocando, no centro da pauta de discussão política local, no centro da agenda política local gaúcha, a questão das políticas para as mulheres e meninas.

Para nós, isso é um orgulho, mas também um elemento para discutir aqui na esfera federal, porque nós sabemos que não é a realidade de muitos outros Estados. A Secretária Aparecida sabe os desafios que encontramos quando reunimos as gestoras de outros Estados, sabe o quanto ainda Prefeitos e Prefeitas têm dificuldades de entender a importância dessa política, sabe como os Governadores e, muitas vezes, Governadoras, tratam de forma não oportunista, mas de forma pontual esse tema da questão da política para as mulheres no período eleitoral ou no momento em que querem surfar em uma pauta que efetivamente está tendo visibilidade pelo trabalho comprometido desde a época do Presidente Lula, agora com a Presidenta Dilma, com todas as Ministras que passaram por esse processo, culminando com o trabalho da nossa Ministra Eleonora.

Portanto, nós sabemos que é um desafio, sim, implementar políticas públicas. Mas, através de ações que trabalhem numa perspectiva coletiva... E é essa experiência que eu gostaria de apresentar aqui, a Rede Lilás, que foi instituída de forma oficial pelo Governador Tarso Genro, que não está só vinculada a serviços pelos quais o Executivo tem responsabilidade, mas também ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, que é uma parceira incondicional dos direitos humanos, das mulheres e das meninas gaúchas. E essa Rede Lilás, através desse panfleto que a gente apresenta e depois disponibiliza para vocês, tem aqui uma série de ações que estamos desenvolvendo, seja na porta de entrada, através do 0800 5410803, uma central de apoio telefônico pela qual qualquer mulher gaúcha pode acessar os serviços e, ali mesmo, por telefone, tem todo o primeiro acolhimento – não é só um atendimento, é um acolhimento –, passando por psicólogas, advogadas, assistentes sociais, que é a principal porta de entrada, seja através do nosso Centro de Referência, que foi totalmente reestruturado, reformulado.

Eu gostaria de lembrar aqui, também, que esse Centro estava totalmente desmontado. Ele foi totalmente desmantelado durante os governos anteriores. Foi somente o governador Olívio Dutra que instituiu esse Centro de Referência. Ele foi totalmente desabilitado durante os governos anteriores, e nós, agora, sob o comando do Governador Tarso Genro, o recolocamos na pauta, totalmente reestruturado.

Dentro desse Centro, nós temos os mais diversos tipos de atendimentos. Contamos também com uma Defensoria Pública, com um Centro de Referência em Direitos Humanos, Senador Paim, mas que tem uma área todinha específica para atender mulheres vítimas de violência.

Isto não está acontecendo por voluntarismo, de forma espontânea. Isso está acontecendo porque nós temos uma rede que está mobilizando os Poderes, uma rede que está mobilizando a sociedade, uma rede que está fazendo com que as mulheres exijam atendimento adequado, atendimento que garanta os seus direitos. (Palmas.)

Então, para ir encaminhando as questões aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem cinco minutos ainda.

**A SRª ARIANE LEITÃO** – ...As questões referentes, ainda, ao nosso trabalho, nós tivemos uma execução recorde, no ano de 2013, de orçamento público. Mais de R\$5 milhões foram investidos, somente pela nossa Secretaria, nas mulheres e nas meninas gaúchas. Isso significa um aumento de 44% do ano de 2012 para o ano de 2013.

No mesmo sentido, nós aumentamos, em investimentos específicos de projetos estratégicos, de um ano para o outro, mais de 2.000%. Isso significa que passamos de R\$70 mil para R\$1,6 milhão em investimentos específicos, de um ano para o outro. Isso é prioridade política. Isso é trabalho comprometido com as mulheres. Esse é o comando que o Governador Tarso Genro apresenta para nós. Portanto, todas essas ações fazem crer que nós estamos, obviamente, avançando. E mais do que isso, propondo portas de saída.

Eu finalizo colocando essas questões. As portas de entrada da Rede Lilás estão vinculadas ao atendimento, mas nós não queremos as mulheres para sempre sob a tutela do Estado, não é, secretária Aparecida? Nós queremos que as mulheres se emancipem. Nós estamos trabalhando numa perspectiva emancipatória, seja através dos atendimentos no Centro de Referência, seja nos ônibus lilás, que percorrem o Estado do Rio Grande do Sul para atender especialmente as mulheres do campo, que não conseguem fazer denúncias.

Mas nós estamos também trabalhando na perspectiva das portas de saída, e essas dialogam com o mundo do trabalho e com o mundo da educação. Turmas específicas de mulheres que dialoguem não só com cursos vinculados ao mundo do embelezamento, como tradicionalmente a sociedade nos impõe, mas que dialoguem com cursos em que estejam diretamente conectadas com os arranjos produtivos locais, em um Estado que cresce, em um Estado que avança. E nós queremos as mulheres também vinculadas a esses espaços, a essas áreas que estão crescendo, seja na construção civil, seja em tantas áreas em que nós estamos incluindo mulheres. E ao mesmo tempo, no mundo do trabalho, com o microcrédito lilás.

Nós vamos lançar agora, no mês de março, o microcrédito lilás, valores específicos para estimular o empreendedorismo feminino, para fazer com que as mulheres vençam as barreiras, também, da dependência econômica que têm, muitas vezes, do seu companheiro. Isso, muitas vezes, faz que com as mulheres não consigam romper o ciclo da violência. Mundo do trabalho, ou seja, independência intelectual e independência financeira, faz parte também do enfrentamento à violência contra as mulheres. Estamos trabalhando nessa perspectiva.

Finalizo colocando os desafios para o Senado. Na nossa avaliação, nessa questão do movimento nacional dos homens pelo fim da violência é fundamental que o Senado lidere esse processo, assim como o debate da violência doméstica como um crime de tortura. Sabemos que isso está sendo colocado aqui, no Congresso Nacional. É um debate fundamental para que a gente possa cada vez mais rechaçar os homens que são violentos com suas companheiras – não só companheiros, mas primos, irmãos, como colocou muito bem aqui o Senador Cristovam Buarque –, especialmente no enfrentamento ao modelo cultural, machista e patriarcal. Vamos fazer esse enfrentamento disputando o Orçamento e para isso precisamos da reforma política, nós precisamos de mais mulheres no poder, nós precisamos de mais Senadoras, nós precisamos de mais Deputadas e, especialmente, vencer o fundamentalismo, seja religioso ou não, que continua permeando o nosso Congresso. Através da reforma política tenho certeza de que conseguiremos mudar o cenário da política brasileira, precisamos do apoio dos Senadores e das Senadoras para essas mudanças. Só assim nós venceremos o modelo machista e patriarcal que infelizmente ainda vivemos no Brasil e no Rio Grande.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns, Ariane Leitão.

A Ariane Leitão também, a exemplo da nossa Aparecida, foi muito bem, mas muito bem mesmo! Além de deixar clara essa luta de todos nós em relação ao combate à violência às mulheres, deu também um enfoque que eu realmente não conhecia do belo trabalho que o nosso Governo está fazendo em defesa das mulheres, para garantir mais investimento. Porque você precisa de investimentos para avançar nessa bela caminhada.

Meus cumprimentos ao Governador Tarso Genro pelas iniciativas.

Neste momento, passo a palavra, pois já havia pedido, ao Deputado Federal Marcon e, em seguida, ao Deputado também Pedro Baldissera, do PT de Santa Catarina, ao Padre Pedro Baldissera, é isso? Coordenador da Frente pelo Fim da Violência contra as Mulheres de Santa Catarina.

O companheiro Marcon, que vai falar neste momento, é um companheiro que tem uma história de vida muito bonita. A sua história é daqueles homens que têm lado, você nunca vacilou, sempre esteve na linha de frente. Eu cheguei aqui embaixo na hora da entrada. Estavam lá vacilando para a moçada do MST entrar e você de novo estava na linha de frente. Eu cheguei lá cheio de graça e perguntei: “Qual é o problema? Por que a moçada não entra?” E o Marcon, de cara, disse: “Não é a moçada que não entra, eles que não querem deixar.” Saiu em defesa de imediato. Então, uma salva de palmas ao Marcon. Dá muito orgulho sabermos que você é parceiro nosso de todas as horas.

**O SR. MARCON** (PT - RS) – Obrigada, Senador Paim, quero saudar você, nosso grande Senador gaúcho, mas com orgulho nacional em defesa das minorias aqui no Senado, com a pauta de quem não pega, mas o senhor levanta essas pautas da questão racial, da questão dos deficientes, da questão dos aposentados e de tantas outras, cito essas três. É um orgulho do povo brasileiro mas, principalmente, do povo gaúcho.

Também o companheiro Edegar Pretto, nosso Deputado estadual, que tem levantado essa bandeira da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres e tantas outras pautas também no Rio Grande do Sul. Edegar, a Comissão de Direitos Humanos esteve junto na época aqui, fechamos a Comissão de Direitos Humanos, à Sala Adão Pretto. Inclusive, nesta semana, falei dos cinco anos da falta do companheiro Adão Pretto juntamente com vários Deputados que lembraram aqui na Câmara Federal o trabalho do De-

putado Adão Pretto, que orgulha todos nós também com essa defesa dos pequenos, dos pobres, da reforma agrária, assim por diante.

O companheiro coordenador da Frente Parlamentar de um dos Municípios do Rio Grande do Sul, Tenente Bruno, que faz um bom trabalho em Pelotas.

Companheira Aparecida, que aqui representa a Ministra da Secretaria Especial das Mulheres, e esta é a diferença. Quem criou essa secretaria foi o Presidente Lula como política pública para as mulheres brasileiras. O Lula fez isso e a Presidente continuou como política forte, com recursos, investimentos para contribuir nesse debate em nível nacional.

A companheira Ariane que entrou no segundo tempo, numa questão complicada com a morte da nossa grande companheira Secretária Márcia Santana, mas o trabalhado tocando na mesma qualidade, na mesma altura. Meus parabéns para você. E também no Rio Grande do Sul, vejam a diferença, o Rio Grande do Sul foi o último Estado que entrou no pacto da violência contra a mulher. E antes tinha uma governadora no Rio Grande do Sul. É bom lembrar aqui que a companheira Jussara Cony diz o seguinte: não basta ser mulher, você tem que ter lado. (*Palmas.*)

Antes de ter política para as mulheres, elas eram espancadas no Rio Grande do Sul. Não adianta isso. Você tem que ter lado, tem que ter consciência de luta de classe.

Meus parabéns para o Governador!

Parabéns para a nossa Secretaria e toda a sua equipe que trabalha no Rio Grande do Sul com as políticas públicas para as mulheres!

Nossa prefeita da minha terra, companheira Margarete, que trabalhou junto conosco na Comissão de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa, tenho certeza de que tem muitas histórias tristes nessa questão.

Nosso Deputado Pedro, de Santa Catarina.

Quero saudar aqui os companheiros do movimento dos sem terra, em nome do Adelar e do Hermes que são dirigentes; o Vereador Negro do Bica, que não é assentado, mas está sempre junto nessa luta também. E saudar dois companheiros que são vereadores, que têm a mesma história nossa que são o Tigrinho e o Cavalheiro, dois vereadores do Rio Grande do Sul; o Otacir, que não está aqui, porque está numa audiência, Senador, lá na Anatel, denunciando que uma menina de 12 anos ficou duas horas, Ariane, levando choque na rede de alta tensão da AES Sul, lá no Rio Grande do Sul, e veio a falecer anteontem depois de ter uma perna amputada – e a outra não tinha sido cortada porque estavam pegando as partes boas para colocar no corpo queimado. Ela não aguentou e faleceu anteontem no Rio Grande do Sul. Por isso outro vereador nosso assentado não está aqui porque está numa audiência na Anatel fazendo essa denúncia.

Quero saudar os nossos vereadores que são assentados, o Pe. Pedro, de Santa Catarina, esse cidadão de barba e cabelos brancos, também apoiador da reforma agrária em Santa Catarina.

Quero dizer aqui que essa luta não é só dos pobres. Não é só o pobre que espanca a mulher. Os pobres ainda têm mais coragem de denunciar, não têm vergonha de denunciar. Denunciam para não deixar cobrir essa violência.

Nós poderíamos falar aqui do Joaquim Barbosa. Na época a mulher mandou uma carta ao Ministério das Mulheres, denunciando que apanhava do marido. E a briga do José Dirceu com ele é essa, porque ele não queria que ele fosse para o Supremo, o Joaquim Barbosa. Poderíamos falar aqui de outras pessoas da alta sociedade, como Ministério Público, que nós recebemos quando éramos presente da Comissão de Direitos Humanos. Poderíamos falar das meninas que vão para o exterior trabalhar e quando chegam lá se deparam com a exploração sexual, como aquela, Edegar, que você ajudou quando era nosso assessor. A companheira Margarete, a nossa assessora da Comissão de Direitos Humanos lá de Encruzilhada do Sul, que tentou se matar quando se viu no meio dessa questão. E a Igreja Católica foi quem ajudou trazer de volta essa menina. O companheiro Carlinho foi à Pastoral dos Migrantes, andou mais rápido que o Governo para trazer essa menina de volta, com a interligação que tem em nível nacional. Poderíamos falar aqui do prefeito da Amazônia, que usava o dinheiro público com avião para levar as meninas para passear.

Então, o Poder Público é podre nessa questão. E aí, jogamos para esconder de novo em cima do pobre, da dona de casa, como aqui o nosso vereador declarou – meus parabéns pelo trabalho que está fazendo. Mas aí aquilo que a sociedade não quer mostrar não mostra. É isto: nós temos que ir direto na ferida, no poder econômico que não quer mostrar isso. O Poder Público municipal, estadual e federal na questão da exploração sexual, que não atende as políticas sociais, e aí vira o que vira. É isso que nós que bater na sociedade.

Aqui na Câmara Federal, o Senado já aprovou, o reconhecimento da dona de casa, que são 35% das mulheres, que hoje não têm carteira assinada, que não vão se aposentar pelo resto da vida, e aí ficam dependentes do marido. A Câmara Federal não quer aprovar. Está lá um projeto de lei da Senadora do Paraná, a Gleisi Hoffmann. Ela aprovou aqui, o Senado aprovou. Está lá naquela oligarquia do capital brasileiro dos fazendeiros

da Câmara dos Deputados, que não votam. Votaram as empregadas domésticas, no segundo turno, a PEC, e a regulamentação para as empregadas domésticas até agora não foi aprovada pela Câmara Federal.

E na Globo parece que só agora tem empregada doméstica neste País; antes não existia. E diz que a empregada doméstica é amiga da família. Não basta ser amiga, se os direitos delas não estão sendo cumpridos. (*Palmas.*)

É essa que é a ferida das mulheres brasileiras neste País. E é a burguesia, é a classe média, são os ricos que não querem pagar os direitos das empregadas domésticas neste País, e é por isso que a Câmara Federal não aprova. Está lá a Frente Parlamentar feminista brigando, pelejando. Está lá a Ernestina, de Pelotas, que vem a Brasília, dorme num colchão lá no meu apartamento, porque não tem dinheiro para pagar a passagem, não tem dinheiro para pagar a comida, não tem dinheiro para pagar uma pensão.

E aí a Câmara Federal fica flutuando, porque a maioria dos Deputados deve ter duas, ou três, ou quatro, ou cinco empregadas. Aí, quer tratar como da família, mas na hora que vai embora, dá um pontapé, não paga hora extra, não paga décimo terceiro, não paga os direitos do Fundo de Garantia, e assim por diante. Esse é o mal da nossa sociedade. E é por isso que muitas vezes nós vemos as mulheres amarradas nessa questão financeira.

E uma história triste pela qual nós lutamos muito – o Edegar, o Adão, o Paim – lá no interior. Não vou citar o Município. Aí, chegou o marido:

- *O Presidente do Sindicato por sua atitude criou um problema lá em casa.*
- *Mas qual é o problema?*
- *Agora, minha mulher foi aposentada e não seguro mais em casa, porque agora tem dinheiro.*

Agora, não consegue mais dominar a mulher, porque até então tinha dinheiro, e ele controlava. Daí, ela se libertou, porque conquistou o seu direito à liberdade, de ter o seu salário mínimo de aposentadoria rural com 55 anos.

Então, essas questões fazem com que, muitas vezes, nós tenhamos que fazer. Digo também que, depois que o Edegar criou essa Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, depois das eleições municipais, eu um dia desses estava em casa, assistindo a Globo, que é a metralhadora que está dentro das casas de todo o povo brasileiro. Aí, aquela novela daquela época, não estou lembrado, a novela das nove. As mulheres assistem mais, os homens que assistem me ajudem no nome da novela. Avenida Brasil, eu acho.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Os homens também assistem. Não tem como negar.

**O SR. MARCON** (PT - RS) – Avenida Brasil eu acho que era o nome da novela. E aí, é um “tundão”. Uma mulher falava, e era um tapa no rosto. Outra mulher falava, e era uma baixaria. E eu disse o seguinte: “Mas será que não tem nada para fazer neste País com essa tal de Rede Globo?” Porque as novelas, Secretária, hoje, são as maiores faculdades da escola da violência contra a mulher. (*Palmas.*)

Da última novela que se encerrou, qual foi a imagem que ficou? As mulheres todas presas – tem que colocar presas as mulheres porque querem ter liberdade –, as mulheres brigando e a outra que tentou se libertar ficou presa na rede elétrica. Quer dizer, não adianta escapar porque você vai morrer numa hora dessa; não adianta escapar porque, numa hora dessa, você vai cair novamente.

Então, olhando isso, que é aquilo que o Senador Paim colocou, e não estou aqui em Brasília para fazer projeto para nome de rua, essas coisas que não mudam nada, e é por isso que eu, nesses três anos, como o Adão Preto fazia, fui já a 10 Estados...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCON** (PT - RS) – ...neste País. A última foi em Curitiba, para visitar a companheira Marli, que estava presa porque organizava os assentados para vender o seu produto para a Conab no Estado do Paraná. Fomos lá visitá-la. A última visita foi essa das 10.

Então, nessa lógica da Rede Globo, da televisão, eu fiz um projeto de lei aqui, na Câmara Federal, que está tramitando, que proíbe imagens planejadas de violência contra a mulher, que são as novelas e as minisséries. Há outro projeto que está tramitando na Câmara que foi pensado àquele. Acho que, Senador Paim, é isso, nós temos que impedir que a imprensa divulgue imagem que possa influenciar; por exemplo, se na novela se faz isso, também posso fazer, começar a bater na criança, bater na mulher, o pai bate na mulher; todo mundo bate, eu posso bater.

Nós temos que acabar com esse mal pela raiz, na imprensa, ter nas escolas essa questão da violência contra a mulher, temos que ter influência nas organizações da Igreja e no Poder Público. E aqui quero parabenizar essa iniciativa do companheiro Edegar e, em nome do Bruno, das cinquenta e poucas Câmaras de Vereadores, mas temos que ir à raiz. Se não fizermos isso... Acho que essa iniciativa que o companheiro Edegar fez

lá no Rio Grande do Sul e o Governo acatou imediatamente, a das torçozeleiras, é importante porque, quando se começa a ameaçar de novo a mulher, pelo menos há um alarme que dispara e essa mulher poderá ter segurança que denunciou.

Para finalizar, mais duas questões. Em primeiro lugar, Senador Paim, é lamentável. Dizem que esta Casa, assim como a Câmara, é a casa do povo, mas não é a casa dos pobres. E assim é hoje com os sem-terra. Eu nem sabia que havia essa entrada no Senado. E não é porque estou há três anos aqui, sempre participei antes de ser Deputado Federal, não sabia dessa Entrada B. Deve ser para os excluídos aí. E a Segurança da Câmara, quando se trata de trabalhador, tem que mostrar que de bermuda não se pode entrar. Mas, quando se é da classe média, quando se é da classe deles, tanto aqui no Senado quanto lá na Câmara Federal, entra na hora que quer e não precisa, muitas vezes, se identificar. Quando o povo tem uma cara sofrida e talvez um cheiro que não seja do mesmo perfume dele, do perfume francês, é assim tanto no Senado quanto na Câmara Federal.

Esse é o repúdio que faço aqui como trabalhador que sou também.

A outra questão. Proporei ao companheiro Senador Paim fazermos uma... Porque não é fácil estar aqui em Brasília; porque V. Ex<sup>a</sup> está aqui na terça, quarta, quinta e correndo; é aquilo que a Senadora Ana Rita fez aqui por causa de outros compromissos; o Deputado Pimenta, a quem cumprimento. É isso, o cara entra numa e sai noutra. Então, não adianta inventar coisas se não é para trabalhar.

Eu proporia, Senador Paim, fazermos uma frente parlamentar em conjunto, mista, entre a Câmara e o Senado...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, mas objetiva. (Palmas.)

**O SR. MARCON** (PT - RS) – Temos que divulgar o nosso trabalho e, principalmente, os projetos que temos aqui, e refiro-me aos da Câmara Federal, que acompanho mais, sobre a regulamentação das empregadas domésticas, o direito delas, das donas de casa. Eles estão lá na Câmara Federal. São coisas que ajudam na política nessa questão.

E daqui, mais uma vez, os parabéns para o Governo de Estado, o companheiro Tarso Genro, a Presidência Dilma. O Ministério da Mulher tem feito fortemente esse trabalho do combate à violência contra as mulheres; também políticas públicas, para conseguirmos libertar aquelas que estão sendo oprimidas; tráfico de criança adolescente; a questão da exploração sexual e tantas outras. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Marcon, pela sua exposição.

Quero dizer, Deputado Marcon, que, apesar de tudo, das barreiras aqui, até hoje não houve um grupo de quilombola – até porque alguém falou muito mal do quilombola, está nas redes sociais –, de índio, de sem-teto, de sem-terra, de sem-nada, que tivesse que entrar aqui no Senado e que eu fui chamado, esse depoimento eu tenho que dar, ninguém foi barrado, inclusive os de bermuda, que estão aqui. (Palmas.)

Nesse aspecto eu quero dizer que a segurança do Senado segue as orientações que vêm da Mesa. Mas, quando o Senador chega, aqui no Senado é assim, eles respeitam. Então, eu tenho que dar esse depoimento. Esta turma toda que está aqui viu que eu cheguei lá embaixo e disse: eles vão entrar e nós estamos, inclusive, com pressa, porque a audiência tem que começar. Em seguida, foi acelerada a entrada de todos, inclusive os de bermuda.

Esse papel, aqui no Senado, a gente consegue fazer. Eu tenho certeza de que o Marcon também, lá na Câmara, conseguirá, com o tempo. Ele é mais novo na Câmara. Eu já estou com vinte e poucos anos entre Câmara e Senado. Já fez e eu tenho certeza de que conseguiu também colocá-los. Então, quando vierem à Casa, só digo o seguinte: por favor, é minha obrigação, me procurem. Se vocês forem barrados, me procurem porque tenho certeza de que a gente resolve, como resolvemos agora.

Parabéns pela exposição. E vamos intercalando. A gente fala tanto em mulheres. Falou um homem e fala uma mulher agora. Antes do Deputado Estadual Padre Pedro, vamos passar a palavra à Prefeita de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, Margarete, cujo trabalho eu acompanho. Meus cumprimentos. A cidade já está ficando outra. É do lado de Canoas, e eu tenho acompanhado lá o seu trabalho brilhante.

Uma salva de palmas pela sua história, pela sua caminhada, pelo que você está fazendo naquela cidade. (Palmas.)

**A SR<sup>a</sup> MARGARETE SIMON FERRETTI** – Obrigada, Senador. É com alegria muito grande estarmos aqui em Brasília participando deste momento e ouvindo tantos depoimentos ricos da realidade do nosso Estado, do nosso País.

Quero saudar o senhor e agradecer, de antemão, pelo apoio que sempre tem nos dado ali, na nossa querida Nova Santa Rita, pelos projetos, pelas emendas, pelos conselhos. Isso nos gratifica e só ouvindo o senhor aprendemos muito, porque a sua caminhada é muito importante para o nosso País.

Quero saudar as nossas amigas que aqui estão, Ariane, Aparecida, parabenizá-las pelo trabalho e pelos depoimentos que deram aqui para nós.

Eu não sabia que o nosso Rio Grande estava mesmo com tantas políticas. Estávamos conversando com a nossa Secretária de Educação e queremos anunciar que também lá, em Nova Santa Rita, no dia 8 de março, teremos novidades para as nossas mulheres.

Quero dizer ao nosso querido amigo, Deputado Edegar Pretto, que essa discussão que ele trouxe para a Assembleia Legislativa do nosso Estado, que historicamente era conhecido, pelo menos, como Estado machista, que justamente lá foi criada essa Frente Parlamentar em Defesa das Mulheres. Então, eu queria registrar aqui, Edegar. Que bom! Eu fico orgulhosa que começou no nosso Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e agora no mundo, como tu disseste. Parabéns por essa iniciativa e por esse trabalho.

Vereador Tenente Bruno, que aqui está e que está desenvolvendo, em teu nome eu saúdo todos os vereadores que aqui estão; Deputado Marcon, com quem temos uma parceria e uma admiração muito grande. Como ele mesmo diz, ele nunca fica em cima do muro, sempre tem lado. Procuramos também nos espelhar no seu trabalho, Deputado, que é uma escola para nós e que nós queremos desenvolver em nossa cidade. Saudando-o, saúdo os outros Deputados que passaram por aqui.

Quero saudar em especial, hoje, aqui, todo o movimento, os nossos companheiros lá do Rio Grande do Sul que estão aqui e que desenvolvem essa luta importante. Lá no nosso Município, nós temos quatro assentamentos, Senador, e somos parceiros, amadurecendo e criando políticas também para todas essas pessoas que são cidadãos do nosso Estado, da nossa cidade.

Eu quero dizer que essa caminhada da violência que acontece e que é histórica, os nossos homens, as nossas mulheres, são as pessoas humanas que são assim. E os exemplos que nós vimos na imprensa, nas novelas, em especial, como o Deputado falou, entristecem-nos muito. Porque nós, como educadores, temos que lutar contra essa violência diária, que não é só na classe pobre, como vocês disseram, mas também nas classes mais abastadas.

Por isso, Senador, nós não podemos perder o poder da indignação. Nós temos que nos indignar, cada vez mais, com toda a ação de violência que ocorre contra a criança, contra os gays, contra os negros – que continua até hoje –, contra os índios, contra os assentados. Nós vimos aqui, ontem, nessa caminhada linda, maravilhosa que foi feita, que coloriu Brasília de vermelho, a violência dos policiais, que também sofrem violência nos seus salários, com suas esposas, com suas famílias.

Portanto, quero conclamar aqui, dizer que o povo brasileiro, que as pessoas têm que continuar a se indignar. Nós não podemos aceitar nenhum tipo de violência e concordar com isso que aconteceu com essa menina presa e eletrocutada, porque caiu um fio de energia elétrica. E eu quero dizer, Deputado, que nós tivemos mais sorte: lá na nossa cidade, não foi um ser humano; lá, foi um cachorro que ficou eletrocutado numa cerca, e poderia também muito bem ser uma criança.

Portanto, nós temos muitas lutas, Ariane, pela frente. Nós não podemos retroceder.

Por isso é que digo que da história que vem sendo escrita neste País, desde que assumiu o nosso querido e sempre Presidente Lula, nós não podemos, este ano, retroceder, nem no Brasil nem no nosso Estado, porque o Governador Tarso tem, sim, feito muitas políticas de inclusão para todo o povo. *(Palmas.)*

Quero agradecer esta oportunidade e dizer que em Nova Santa Rita, para nós, o ano que passou foi uma experiência muito grande, porque sendo gestora municipal nós aprendemos a cada dia. Os desafios, além de cuidar do povo, são de desenvolver políticas públicas que façam o bem para o povo; ir atrás, correr.

E eu quero fazer o registro aqui de que o nosso Governo Federal, Aparecida, está de parabéns, porque nunca se viu nessa história tantos projetos, tantos programas para a educação, para a saúde, para todo o povo brasileiro. *(Palmas.)*

Muito obrigada.

Mais uma vez, parabéns, Edegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns, nossa querida Prefeita de Nova Santa Rita, Margarete. Pela sua exposição, já se diz por que ela foi eleita prefeita lá naquela cidade, quebrando um tabu naquela região – porque naquela região, ali do Vale dos Sinos, até vereadoras são muito poucas –. Para se ter uma ideia de como é importante essa luta, na minha cidade, que é Canoas, não tem uma vereadora. Pelotas também não tem. Não tem nenhuma vereadora, nem Canoas nem Pelotas.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, avançou muito mais, elegeu uma prefeita. Então, parabéns pelo seu trabalho lá.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Abaixo da média nacional – olha só! Muito bem, felizmente.

Agora, passamos a palavra ao Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, do PT de Santa Catarina, que é Presidente da Frente dos Homens pelo Fim da Violência às Mulheres daquele Estado.

**O SR. PADRE PEDRO BALDISSERA** – Bom dia, Senador Paim.

Em teu nome, aqui, quero estender a minha saudação a todos os componentes da Mesa – o Marcon, que já está se retirando, companheiro de longas datas e de lutas; Edegar Pretto; depois, vou fazer uma menção na minha fala ao Tenente, vereador, à Aparecida e à Ariane, que representam muito bem aqui o Governo do Estado e o Governo Federal.

Mas eu gostaria, inicialmente, até mesmo na minha condição aqui, não me faltar a saudação aos integrantes, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, tanto do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina. Cumprimentar uns quantos que aqui estão e de outros Estados que estão, neste momento, no Congresso, do Movimento Sem Terra, aqui, na Capital Federal.

Na minha condição de padre no exercício do meu ministério, mesmo como Deputado Estadual pelo terceiro mandato, e tenho sido prefeito também, em dois momentos, numa pequena cidade no interior de Santa Catarina, na divisa com a Argentina, eu gostaria, inicialmente, de dizer que a gente precisa também se penitenciar diante de um conjunto de situações. E aqui eu falo e faço a referência à própria questão da Igreja na sua hierarquia, na sua constituição, porque é preciso que de dentro para fora nós consigamos também avançar no sentido de oportunizar mais a presença efetiva do feminino dentro da própria instituição, naquilo que é determinante por parte da própria Igreja.

Então fazer essa menção que eu julgo também importante neste momento, porque nós vivemos numa instituição que é extremamente machista, além de toda a sua hierarquia, com todo o respeito que a gente sempre teve e tem. Mas é preciso avançar nesse sentido também. Para mim, é uma violência contra a mulher não lhe dar a oportunidade de participar efetivamente dentro da própria hierarquia.

Fora disso, faço aqui menção ao nosso colega Edegar Pretto, que foi o grande inspirador nosso na constituição da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Recentemente, em dezembro, no dia 2, Edegar esteve presente onde nós fizemos o lançamento da Frente.

É claro que veio em seguida o recesso e agora estamos retomando esse trabalho todo.

Nós temos assim algumas questões que estamos encaminhando. É uma determinação da equipe organizadora que nós montamos a partir da Frente Parlamentar.

A primeira questão é que a gente possa estender isso para todas as câmaras de vereadores ou pelo menos para uma grande maioria de câmaras de vereadores no Estado de Santa Catarina. Já estamos fazendo esse trabalho para também termos as nossas frentes em cada Município.

Junto com isso, já temos o aval do Presidente da Casa, da Assembleia Legislativa. Eu sou o Segundo Vice-Presidente da Casa. Nesse sentido, nós já definimos que a TVAL, que é o nosso veículo de comunicação, agora aberta, juntamente com a rádio digital... Nós vamos iniciar, a partir de março, um programa institucional de chamadas que vai ser organizado exatamente para dar publicidade e, ao mesmo tempo, para criar consciência, etc., no que se refere à violência contra a mulher. É uma das coisas.

E vamos iniciar também uma grande campanha com boletins informativos, aproveitando o mês de março e o dia 8, Dia da Mulher, para darmos publicidade a esse trabalho que a Frente está se propondo a fazer daqui por diante.

E, é claro, nós queremos, junto com isso, fazer em cada uma das diferentes regiões – e vamos iniciar agora, no mês de março, pela região oeste – atos para mobilizar os homens para tomarmos essa postura de enfrentamento à violência. E estamos num diálogo avançado com o Governo do Estado, a exemplo do Rio Grande do Sul, na questão do projeto de lei do monitoramento eletrônico.

Já esboçamos o projeto de lei e estamos conversando com o Governo mesmo sabendo que nessas políticas vamos ter muita dificuldade. Mas acredito que poderemos avançar em vários aspectos, em várias ações, a Assembleia Legislativa, a sociedade e o próprio Governo também.

Então, acho que um pouquinho nesse sentido, faço questão, como Presidente da Frente, de socializar aqui com os nossos companheiros. O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a criar a Frente, em seguida criamos também.

Agora, aqui o nosso reconhecimento, Senador Paim. Acho que esse gesto coletivo da Câmara Federal e do Senado é extremamente positivo. Para nós, dos Estados, é extraordinário. Nós queremos... Até o Edegar fez um desafio, disse: "Ó, Padre Pedro, vamos ter que dar uma percorrida em alguns Estados da Federação para ver se conseguimos avançar nesse sentido." Estamos nos dispondo, sabemos das dificuldades de um ano de Copa do Mundo, ano eleitoral, mas acredito que possamos avançar no sentido de criarmos situações, porque é uma vergonha para nós falar de violência contra a mulher, isso é inadmissível. Somos contra todo e qualquer tipo

de violência, mas da forma como ela está sendo feita, contra a mulher, amedrontando-a, não há como a gente não se indignar diante dessa situação.

Quero parabenizá-los. Estamos juntos nessa caminhada.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, de Santa Catarina, que coordena a Frente de Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres.

Agora, como último convidado a usar a palavra, quero passar, neste momento, ao coordenador do Grupo Gestor da Cooperativa Regional dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre, do MST, Sr. Emerson Jacomelli, que vai falar em nome da plenária principalmente do MST. O.k.? É com você. Os mesmos dez minutos que dei a todos os convidados, com mais cinco se for preciso.

**O SR. EMERSON JACOMELLI** – Inicialmente, em nome do Movimento Sem Terra nós queremos agradecer esse convite, cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentar os membros da Mesa, de forma muito especial o nosso reconhecimento e a nossa gratidão a você, Senador Paulo Paim, que tem uma grande admiração nossa, da nossa organização. Cumprimentando você quero cumprimentar todos os membros da Mesa e, de forma muito especial, o nosso Deputado...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. EMERSON JACOMELLI** – ... Estadual Edegar Pretto, com o qual temos feito um trabalho em conjunto quanto a essa questão e tantas outras, Edegar. Você sabe que é um parceiro nosso, das nossas causas, e vem seguindo o trabalho que o seu pai deixou.

Também queremos aqui cumprimentar a nossa Prefeita de Nova Santa Rita e os demais aqui já circularam, como o Deputado Pedro, de Santa Catarina. A nossa saudação.

Senador, a nossa organização está vivendo um momento muito importante. Estamos realizando nosso VI Congresso Nacional aqui em Brasília, que iniciou segunda e vai até sexta-feira, com mais de 15 mil delegados de todos os assentamentos do Brasil inteiro e dos acampamentos. Estamos fazendo uma ampla reflexão política da nossa história, dos 30 anos de existência que nossa organização completa neste ano, com muitas lutas, com muitas conquistas, mas também com muitos desafios que nos apresentam para frente. Esse congresso tem refletido como continuaremos a luta social para que mais brasileiros e brasileiras esquecidos neste País possam ter acesso à cidadania, a mais assentamentos, à saúde, à educação e, enfim, aos direitos sociais.

Também quero destacar que depois de três anos e meio estamos sendo recebidos neste momento pela Presidente Dilma. Toda direção nacional do nosso movimento está em audiência com ela. (*Palmas.*)

Começou às 9h30 a audiência onde vamos expor para ela o nosso descontentamento. Senador, ela está sendo um governo que tem uma dívida conosco. É o governo que menos famílias assentou. Não é possível um governo assentar menos famílias que o Fernando Henrique.

Então, nós vamos fazer as cobranças necessárias. Fizemos ontem a nossa marcha. Fruto disso também está acontecendo: essa audiência onde vamos expor para ela todas as nossas preocupações e cobrar mais agilidade do ponto de vista da reforma agrária.

Também quero destacar dois exemplos que temos de ver no nosso congresso. O congresso do movimento para mim dá dois exemplos que acho muito importantes. Primeiro, que tem uma ciranda infantil que cuida de mais de 500 crianças para que as companheiras possam participar ativamente dos debates do congresso. Então, ela organizou, cuida, dá o lanche, dá o banho, para que as crianças fiquem em um local confortável e as companheiras possam participar do congresso. E mais de 40%... (*Palmas.*)

...dos delegados do nosso congresso são mulheres. Isso é importante, porque para a pessoa se libertar tem que adquirir conhecimento, tem que adquirir consciência e ter opinião formada e para isso tem que participar. E nós, enquanto movimento, estamos aprendendo a criar essas condições para as mulheres participarem. Isso a gente começou com uma atitude simples, organizando a ciranda, um exemplo.

Até há pouco tempo nós reconhecemos que não organizávamos isso nas nossas atividades, e aí era uma atividade somente de homem, porque a mulher ficava em casa pois não podia levar o filho. E se levasse o filho passava sempre correndo, porque criança fica andando para lá e para cá e a mulher não podia participar dos debates. Então, temos tomado algumas ações concretas para viabilizar a participação ativa das mulheres.

A terceira questão que o nosso movimento discutiu é que as instâncias políticas da nossa organização têm que ser compostas por 50% de homem e 50% de mulher, porque é dessa forma que a gente participa.

E nós, a convite do Deputado Estadual Edegar Pretto e da ex-Secretária Márcia Santana, por quem temos uma grande admiração – foi uma grande perda que tivemos –, fomos convidados a participar dessa campanha dos homens contra as mulheres. E não fomos enquanto pessoa, mas enquanto organização.

Nós temos no Rio Grande do Sul 83 Municípios que têm assentamentos. E no Brasil temos mais de 1.200 Municípios que têm assentamento. E nós queremos fomentar que esse debate possa ser feito nesses assentamentos, nesses Municípios, a exemplo do que acontece em Pelotas, que para nós é um exemplo; é o que acontece em outros Municípios. E nós também estamos discutindo outras ações que possam contribuir nessa discussão, porque quando uma mulher vai denunciar é porque ela já não aguenta mais. Ela já aceitou e aguentou anos e anos de exploração.

A gente começou a perceber, Edegar, e eu não tinha muito essa avaliação quando você nos convidou, que ela está em torno de nós e nós não a vemos. No meu assentamento, quando participei dessa campanha, eu comecei a perceber que tinha sete famílias com violência. E numa organização que luta pela terra, que luta pela educação, que luta por tantas coisas, porque conquistamos estradas, conquistamos escolas, conquistamos habitação, nós não podemos aceitar que a pessoa não se liberte da sua própria casa. (*Palmas.*)

Então, nós queremos aqui assumir esse compromisso de que a nossa organização vai se pautar por essa bandeira, porque entendemos que é inexplicável a pessoa sofrer uma repressão dentro da sua própria casa.

E aí, nós colocamos algumas questões que eu queria expor aqui. A primeira preocupação, que nós já expusemos, é como nós vamos garantir o pós-denúncia. Eu considero que o pós-denúncia é um grande desafio do ponto de vista da garantia da integridade e do ponto de vista da emancipação econômica.

Então, temos que nos preocupar com o pós-denúncia. Muitas ainda não têm a coragem de denunciar, porque “o que eu vou fazer após sair da delegacia, porque eu tenho a dependência econômica, o medo?” e tantas outras questões. Então, acho que a política pública tem que se preocupar muito com o pós-denúncia e não somente em garantir a integridade física...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EMERSON JACOMELLI** – ...que é muito importante, mas também garantir alguma questão econômica.

Para encerrar, eu quero dizer de uma outra iniciativa nossa, Paim, foi tomar uma definição política de expor nos produtos dos assentamentos o selo “Violência contra a mulher, não”. (*Palmas.*)

Então, nós tomamos a definição, e eu vou lhe entregar esse nosso símbolo. Além de ser um arroz ecológico, orgânico, produzido nos assentamentos, mantém esse símbolo.

Só para encerrar, eu quero convidá-lo e convidar as demais autoridades aqui presentes para o ato que acontecerá hoje, às 7 horas da noite, no nosso Congresso, o Ato Político em Defesa da Reforma Agrária.

Em nome da nossa organização, agradeço esse convite, e vamos nos engajar. Não vamos nos sentir convidados, vamos nos sentir responsáveis por essa campanha, e vamos ajudar, porque a sociedade civil tem que se sentir parte e comprometer-se com isso aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Emerson Jacomelli, coordenador do Grupo Gestor da Cooperativa Regional dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre, dos Trabalhadores Assentados do MST, que neste momento sabe inclusive que eu estou fazendo regime, e esse arroz ajuda no regime. (*Palmas.*)

Muito bem, meus amigos. Nós vamos para o encerramento da nossa audiência pública. Eu vou convidar o mentor desta caminhada de todos nós pelo fim da violência contra as mulheres, a caminhada dos homens. E aqui criamos a Comissão Mista de Deputados e Senadores aqui no Congresso, somando-nos à liderança de Edegar Pretto. Que ele leia, então, o documento que sintetiza esta audiência pública.

Com a palavra, Edegar Pretto, Deputado Estadual.

**O SR. EDEGAR PRETTO** – Obrigado, Senador Paulo Paim. Eu, antes de ler aqui o documento criando então o nosso movimento nacional dos Parlamentares, queria bem rapidinho dizer de alguns desafios que nós estamos combinando também, já conversamos sobre alguns deles com o Padre Pedro.

Quando eu fui à ONU representar, junto com aquela comitiva brasileira, eu fui recebido pela Michelle Bachelet, que era a Secretária Executiva da ONU na luta pela defesa das mulheres e hoje é Presidenta do Chile. Ela nos disse, Senador: “Procurem o Lula. O Lula é signatário do documento da ONU. Assinou pelo Brasil, como os homens líderes comprometidos com o fim da violência contra as mulheres.”

E nós queremos a ajuda também do Senado e toda a articulação do Governo Federal, para que o nosso companheiro, Presidente Lula, percorra o nosso Brasil – quem sabe um grande encontro nos Estados do Sul, começando por lá, e homens líderes desses Estados assim sejam signatários também desse documento mundial e comprometidos com o fim da violência contra as mulheres. Eu fiquei com essa incumbência – e o Padre Pedro, que é padre, tem relação com a Igreja –; nós queremos também falar com o Papa Francisco, que ele levante no mundo também esse cartão vermelho pelo fim da violência contra as mulheres.

Também estamos com a incumbência, Senador, pois este ano é muito importante para o Brasil e é também um conselho da Michelle Bachelet. É o ano da Copa do Mundo aqui no Brasil, no País do Futebol. E ela nos disse que temos que fazer uma ação no Brasil, nos jogos da Copa do Mundo, com os atletas, já que o Brasil tem esse reconhecimento. Nós queremos, prezada Secretária Aparecida, com a ajuda da Ministra Eleonora, que possa o Governo Federal requisitar para a Fifa que, em determinados momentos da Copa do Mundo, se faça também um gesto para o mundo inteiro de que esta seja a Copa pelo fim da violência contra as mulheres. (*Palmas.*)

Estou distribuindo tarefas aqui, prezado Senador Paim...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vi que vai sobrar para mim também.

**O SR. EDEGAR PRETTO** – E queremos, por fim, antes de ler o documento, conversar com os homens, que são a grande maioria, graças a Deus, que não agridem e não concordam com a violência contra as mulheres. Muitos deles que estão nos assistindo podem estar pensando que não têm nada a ver com esse assunto porque em seus lares não convivem com essa questão. Eu sempre deixo uma frase para reflexão: Que tipo de marido, de companheiro ou namorado você quer para a sua filha? Pensando assim é que nós queremos contar com homens, especialmente os que não agridem, para fazermos essa grande campanha pelo fim da violência contra as mulheres.

Quero, então, ler o documento, que vou deixar aqui no Senado Federal, e sei que o Senador Paim fará o mesmo hoje na sessão, que é a carta da nossa audiência pública.

Carta dos Homens Parlamentares pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Nós, homens Parlamentares, Senadores, Deputados Federais, estaduais e vereadores, reunidos em Brasília, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, discutindo a contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, na sensibilização do público masculino para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, expressamos nossa preocupação com os altos índices de violência contra as mulheres em nosso País.

Reconhecemos os avanços do Governo Federal e de alguns Estados brasileiros nesta área, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, as ações do Pacto Nacional para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a central telefônica 180 de atendimento à mulher, o Programa Mulher Viver sem Violência, a campanha Compromisso e Atitude, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, entre outras medidas.

Nós nos unimos às mulheres para reivindicar a ampliação da rede de atendimento, assegurando delegacias especializadas; a ampliação dos núcleos especializados nas Defensorias Públicas; a instalação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a criação de mais centros de referência e casas de abrigo, além da criação de centros de reeducação de agressores, ainda inexistentes como política pública em nosso País. Entendemos como estratégica a inclusão nos conteúdos escolares do tema dos direitos humanos, enfocando as questões de gênero de forma a questionar os padrões culturais e construir entre as novas gerações uma nova cultura baseada no respeito e na não violência.

Por tudo isso, queremos firmar um compromisso pela vida das mulheres brasileiras, constituindo o Movimento Nacional de Homens Parlamentares pelo Fim da Violência contra as Mulheres, nos comprometendo a adotar posturas de respeito às mulheres, de apoio às que vivem em situações de violência, debater com outros homens a importância de mudar comportamentos e atitudes machistas, contribuir para alocação de recursos orçamentários para implementação de políticas públicas para as mulheres e ampliar o número de Frentes Parlamentares dos homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, em todos os níveis, constituindo-se numa rede articulada unida, com o objetivo de auxiliar na eliminação de qualquer tipo de violência contra as mulheres em nosso País.

Muito obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Este foi o nosso companheiro Edegar, que lidera esse movimento. Eu fiz questão que ele lesse a carta porque nós aqui, no Senado e na Câmara, queremos nos somar ao movimento, reconhecendo essa bela iniciativa do nosso Deputado Estadual, dos Vereadores, dos Deputados Federais, que estão se somando, mas a iniciativa vem do gabinete do Edegar e, naturalmente, do conjunto do movimento social.

Por isso, Edegar, eu quero insistir na tese daquilo que eu falei aqui. Tudo bem, nós vamos criar aqui a Frente Parlamentar Mista para combater a violência contra as mulheres por parte de nós, homens. Mas eu quero que você fique sendo, sim, o coordenador nacional, que você coordene a Frente Parlamentar do Congresso. Você vai coordenar a Frente Parlamentar de cada Estado e também dos Vereadores. Eu acho que esse seu gesto, que já tem uma repercussão em âmbito internacional, tem que ser reconhecido com muita, muita força.

Eu estou muito orgulhoso. Eu fui parceiro do seu pai. Em todos os momentos, inclusive na primeira ocupação, lá em Ronda Alta, eu tenho o orgulho de dizer que estava lá. Eu caminhei junto. Eu tive orgulho de caminhar com ele aqui, dentro do Congresso, e tive orgulho de dizer para vocês que, quando fiz uma greve de

fome aqui, em defesa de um salário decente para a nossa gente, ele estava lá comigo. E me lembro de que o Edegar mesmo me contou que ele ligou para o pai dele e perguntou: “Onde você está, pai?” “Eu estou aqui com o Senador Paim, que está fazendo uma greve de fome, e eu estou com ele aqui”, disse. *(Palmas.)*

Essas histórias a gente vai escrevendo, como a gente fala, na caminhada da humanidade, ao longo das nossas vidas. Eu acho que a melhor forma de terminarmos – porque vamos dar os encaminhamentos que você propôs – é numa homenagem a você e às mulheres, porque eu não tenho como não dizer isso – não sei se é aquele lado meu mais de peão –: Homem que bate em mulher, vai ser covarde no inferno! É pura covardia e merece todo o nosso repúdio. A gente não pode entender como é que alguém bate numa criança, bate numa mulher. E, como aqui foi muito bem dito, eu guardei a frase, a história do bar: bebe no bar e vai para casa bater na mulher. Deixa de ser covarde! Se quiser brigar, briga com alguém da sua estatura, pelo menos.

Claro que nós combatemos todo tipo de violência, mas, para mim, homem que bate em mulher não é homem, é covarde. É covarde! É um grande covarde que pensa que é homem e não é. *(Palmas.)*

Mas me permita, meu querido Edegar. Eu li aqui todos os documentos que você me passou, mas você colocou algumas frases aqui atrás que eu vou terminar lendo e vamos encerrar a nossa audiência pública: “Inédita no Brasil, a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, foi criada pelo Deputado Edegar Pretto para sensibilizar os homens e meninos e acabar com a violência contra mulheres e meninas.”

Outra frase: “Educar meninos e meninas para uma sociedade sem violência é uma tarefa de todos nós.” Deputado Edegar Pretto.

E tem outra. Esta eu gostei: “Guri de verdade não bate em guria.” Isso é coisa lá do Rio Grande. Essa merece uma salva de palmas. Edegar Pretto.

Aqui ele fala da importância das frentes municipais. É fundamental. E não adianta se lá onde acontece o fato, não estivermos também à frente.

E ele informa a nós todos aqui: no Rio Grande do Sul, já foram criadas 51 Frentes Parlamentares Municipais. É fundamental a participação dos vereadores.

Então, daqui do Congresso, do Senado, neste momento, nós estamos convidando todos os vereadores do Brasil a fazer essa caminhada com essa Frente.

E, depois, diz alguns dados que já foram falados. Mas eu vou repetir a frase aqui do Edegar. Diz ele aqui:

Você sabia que, a cada dois minutos, cinco mulheres sofrem algum tipo de violência no Brasil? A maioria das vezes o agressor é o marido, companheiro ou namorado, que tem ciúme e às vezes não aceita a separação.

Teve alguém aqui que me mandou uma frasezinha, e vou dizer aqui:

Você não é obrigado a gostar de ninguém, mas o respeito, sim, o respeito você tem que ter. Bom, quer separar, não deu mais? Acontece. A vida é assim, mas vamos, no mínimo, nos respeitar.

*Depois, diz mais:*

Diga não ao machismo! É preciso discutir esse assunto em todos os lugares. Uma sociedade que trata as mulheres com desigualdade é ruim para todos, para todo mundo. Homens e meninos também devem se unir para acabar com isso.

Aí eu lembro que aqui foi criticada a Câmara porque não votou – eu mesmo critico a Câmara porque não vota lá o fim do fator e algumas coisas –, mas lembro que veio da Câmara um projeto muito bom que eu peguei para relatar. Sabe o que diz o projeto? Minhas líderes aqui da direita, que estão no plenário, e meus líderes da esquerda – coloquei vocês na direita, e sei que vocês não gostaram, mas é só aqui na mesa. *(Risos.)* Olha a reação lá! Por favor! *(Risos.)* Então, os que estão aqui ao meu lado – ficou melhor?

Tem um projetinho que veio da Câmara, eu não sei nem de quem é... Deputado Marçal, Marçal Filho. Sabe o que diz o projeto? A mulher na mesma função, na mesma atividade – ele detalha; se quiser, ele pode colocar com a mesma idade, estou exagerando... O projeto diz que, na mesma função, com a mesma capacidade, com a mesma qualidade, a mulher tem que ganhar o mesmo salário do homem. Foi aprovado na Câmara e o Senado ainda não votou. Eu consegui aprová-lo em todas as comissões, porque peguei a relatoria. Quando chegou ao Plenário, havia o acordo para votar, e não é que surgiu lá um requerimento para protelar? E o mandaram para algumas Comissões que não têm nada a ver com a questão dos direitos humanos e dessa luta.

O projetinho só dizia isso: homens e mulheres têm que ter direitos iguais – e está engavetado aqui.

Então, que sirva também este momento para que esse projeto volte ao Plenário e seja votado.

Assim, nós vamos encerrar a nossa audiência. E quero dizer para vocês que eu estou aqui nesta Comissão – minha foto também está ali, ao lado do Cristovam –, não sei se é a segunda ou a terceira vez que eu a presido, porque acho que direitos humanos, para mim, é a principal Comissão do Congresso Nacional, porque aqui passa tudo: aqui passa o direito à vida; aqui passa o direito de as pessoas se respeitarem; aqui nós entendemos que saúde, educação, habitação e combate à violência, tudo é uma questão de direitos humanos.

Por isso, tenho um carinho muito forte por esta Comissão e faço esse depoimento, que há um movimento interno de setores conservadores de querer acabar com a Comissão de Direitos Humanos. E nós faremos aqui o bom combate, estaremos na resistência para que isso não aconteça aqui no nosso Congresso. Enfim, que a Comissão de Direitos Humanos se mantenha na Câmara e no Senado e a gente tenha ela em todo o Brasil, na Câmara de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, porque a luta pelos direitos humanos, como eu digo sempre, é uma luta universal. Para nós, não tem fronteira: uma pessoa que é agredida em qualquer dos cinco continentes terá sempre a nossa solidariedade.

Eu sei que muitos não gostam, e ninguém mais gosta de falar do Che, mas eu vou falar uma frasezinha do Che, que diz mais ou menos o seguinte: Se há no mundo um único injustiçado, eu tenho que estar do lado dele.

Esta é a nossa luta.

Um abraço a todos vocês! (*Palmas.*)

Vamos levantar aqui o nosso cartaz simbólico, aqui todos da Mesa e do plenário, e vamos de pé, inclusive, mostrar que:

Violência contra a mulher, não!

Violência contra a mulher, que não aconteça nunca mais!

*(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)*

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e dezessete minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente eventual **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores João Capiberibe, Paulo Paim e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2 de 2014, aprovado em 12/02/2014, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *“As cotas no Serviço Público: Por um Brasil com oportunidades iguais”*. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Libânio Alves Rodrigues, Promotor de Justiça e Diretor Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT; Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro/RJ e Primeiro Professor de Disciplina de Ação Afirmativa no Brasil; Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO – e Especialista em Ações Afirmativas; Ciro Bueno, Advogado e Militante do tema da Inclusão; Adilson Moreira, Doutor em Harvard sobre o tema das Ações Afirmativas; Giovanni Harvey, Secretário Executivo da SEPIR. O Senhor Presidente registra a presença e concede a palavra a várias pessoas presentes no plenário da Comissão: Delza da Hora Souza, estudante negra aprovada em universidade pública pelo sistema de cotas e militante da EDUCAFRO; Jonathan Derek Souza e Silva, estudante negro aprovado em universidade pública pelo sistema de cotas e militante da EDUCAFRO; Professor João Cassiano de Oliveira, Diretor Presidente da Universidade Autônoma dos Idosos do Estado de São Paulo e militante da EDUCAFRO; Renato C. Domingos Júnior, Assessor de Políticas Públicas da EDUCAFRO; Anna Vitória Barbosa dos Reis, EDUCAFRO; Frei Júnior Marques, Franciscano Diretor da EDUCAFRO no Estado de Minas Gerais. O Senhor Presidente lê mensagens recebidas da sociedade por meio do serviço Alô Senado e, em seguida, concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Apoiar as proposições legislativas que visam ampliar as ações afirmativas para pessoas negras e dialogar com o Presidente da Câmara dos Deputados para que o projeto de lei que trata de cotas no serviço público seja deliberado naquela Casa com celeridade; 2) estabelecer na legislação normas para agravar as penas de crimes contra administração pública, quando houver desvio de recursos públicos das áreas essenciais, tais como: educação, saúde e previdência com julgamento por tribunal do júri; 3) Realização de Audiência Pública para tratar sobre o analfabetismo, especialmente entre as pessoas negras. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do

Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 02, deste Senador e de outros, para debater o tema “As cotas no Serviço Público: por um Brasil com oportunidades iguais”.

Estão convidados para este debate: Libanio Alves Rodrigues, Promotor de Justiça e Diretor-Geral do Ministério Público do DF e Territórios.

Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro e primeiro professor da disciplina Ação Afirmativa no Brasil.

Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

Frei David Santos, Diretor-Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro) e especialista em ações afirmativas.

Seja bem-vindo, Frei David. *(Palmas.)*

Ciro Bueno, advogado e militante do tema da inclusão. *(Palmas.)*

Adilson Moreira, doutor em Harvard sobre o tema das ações afirmativas. *(Palmas.)*

Giovanni Harvey, Secretário-Executivo da SEPPIR. *(Palmas.)*

O tema da nossa audiência pública de hoje é “As cotas no Serviço Público: por um Brasil com oportunidades iguais”. É um projeto que veio do Executivo e está em debate na Câmara dos Deputados, mas é natural que a Comissão de Direitos Humanos do Senado se antecipe à vinda desse projeto ao Senado e vamos, então, debater o tema aqui, já apontando caminhos, junto aos Senadores, da posição da Comissão de Direitos Humanos e daqueles que aqui participam sobre o tema.

Eu não poderia, também, deixar de lembrar que esta foi uma semana não diferente de tantas outras, mas com duas situações de atos de preconceito que tiveram muita repercussão aqui dentro do Senado.

A primeira foi a do jogador Tinga. O Tinga é gaúcho, é lá do meu Rio Grande, e, quando houve o fato acontecido no Peru, nós, de imediato, fomos à tribuna e fizemos um pronunciamento, não em defesa, mas em protesto – porque o Tinga não precisa de defesa alguma, não é? – ao que fez, lá no Peru, a torcida do time adversário do Cruzeiro.

Fizemos um voto de pesar e um voto de solidariedade a ele: de pesar devido ao fato, ao crime cometido – no meu entendimento, é um crime – pela torcida do Peru, e terminamos dizendo – quem conhece Porto Alegre sabe disso, de uma escola de samba que fez uma homenagem lá dizendo isso: “Tinga, teu povo teu ama”. Foi esse o pronunciamento que fiz, terminando com essa frase e dizendo que o povo brasileiro o ama. Enfim, remetemos o discurso e a solidariedade à sua família.

Hoje, os jornais de Brasília e, principalmente, as rádios e TV falam do caso de uma australiana que foi a um estúdio de beleza e se negou a ser atendida por uma manicure negra, o que também merece todo o nosso repúdio e, enfim, a nossa manifestação, à tarde, em plenário. E não só isso: quando a polícia chegou, ela reafirmou a sua opinião – eu assisti pela TV – e, depois, já na delegacia, ela usou praticamente as mesmas expressões, porque havia dois policiais negros. A delegada disse que o tratamento que ela deu, quando viu os policiais negros, foi igual ao que ela deu para a manicure lá no estúdio de beleza. Ela foi autuada em flagrante, mas entrou com *habeas corpus* e deve responder em liberdade.

É lamentável que a gente esteja assistindo a casos como esses, dos quais a gente fica sabendo, fora todos os outros que o nosso povo sofre sem que venha à luz da sociedade via mídia, via imprensa.

Por isso, esse tema, mais que nunca, merece ser debatido com responsabilidade e respeito. E cumprimento aqui a Presidenta Dilma que teve a coragem de encaminhar o projeto ao Congresso Nacional para o debate.

São temas que estavam no corpo do Estatuto da Igualdade, mas que, na época, taticamente, nós – a sociedade organizada, brancos e negros que lutam pela liberdade e são contra qualquer tipo de discriminação – entendemos que deveríamos retirar do texto naquele momento histórico o debate da cota e também esse, porque, senão, o estatuto não passaria. E a tática foi correta, embora alguns tenham nos criticado. Eu acabei acatando a visão da maioria, assumi a responsabilidade, e alguns nos criticaram por ter feito aquele gesto. No fim, estávamos certos, o estatuto é lei.

Em seguida, num projeto à parte, como combinado, as cotas nas universidades hoje são lei. É um sucesso absoluto e ninguém tem dúvida quanto a isso. E também o debate das cotas no serviço público vem então

por um encaminhamento feito pela própria Presidenta Dilma, o que já faz com que o projeto chegue com força no Congresso, porque terá que ter o apoio, em tese, da Base do Governo – e a Base do Governo é a maioria tanto no Senado quanto na Câmara.

Com essa rápida introdução, vamos conceder a palavra aos nossos convidados.

Vou seguir a ordem que está aqui, a não ser que a Mesa entenda que deva mudar.

Pela ordem, fala o Dr. Libanio Alves Rodrigues, Promotor de Justiça e Diretor-Geral do Ministério Público do DF e Territórios.

V. S<sup>a</sup> tem o tempo de 10 minutos, com mais 5, se assim for necessário.

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar inicialmente o Senador Paulo Paim, cujo trabalho árduo eu acompanho, não só nessa questão do combate à discriminação, desde a época em que já se debatia a criação de um dispositivo que impusesse uma pena para aquele tipo de discriminação de racismo que é verbal, que é o art. 140, §3º, que é um avanço. Muita gente criticou também, mas hoje ele é considerado um mecanismo eficaz para isso.

Acompanhei também todo o seu trabalho, o seu esforço com relação à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que é um avanço no País. Sei que V. Ex<sup>a</sup> também é um Senador de grande estatura aqui nesta Casa, com eleições irretocáveis e incensuráveis no seu Estado de origem. É um prazer estar aqui debando com V. Ex<sup>a</sup> e revê-lo.

Cumprimento também o Dr. Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Giovanni Harvey, que está aqui representando a SEPPIR, o Frei David, grande batalhador nesta área, Dr. Ciro Bueno, Dr. Adilson, e, se eu perdi alguém aqui, desculpem-me a falha, porque o tempo é curto.

Quero falar que essa é uma luta nossa de duas décadas. Atualmente fui até referido aqui para este debate de tamanha relevância, porque participo de um grupo de trabalho no Conselho Nacional do Ministério Público, em que se debate a questão de repressão ao racismo, à discriminação racial.

No âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, essa questão ainda está em debate. A minha posição aqui, até a pedido do Dr. Jarbas, que é Conselheiro responsável pela Comissão de Direitos Fundamentais, ainda depende de uma apreciação, depende de uma decisão do plenário daquele conselho. Essa discussão vem avançando também no Conselho Nacional de Justiça, onde nós já temos conhecimento de que essa discussão também já avança. Ela já tem, talvez, uma trilha um pouco além da do Conselho Nacional do Ministério Público, mas tanto o Conselho Nacional do Ministério Público quanto o Conselho Nacional de Justiça já caminham no sentido de apreciar profundamente a questão do ingresso de setores sociais tidos como excluídos ou minoritários, o que só serve mesmo para caracterizar a forma como nós, negros, somos denominados, no âmbito do serviço público, tanto nas carreiras jurídicas quanto no estamento dos servidores. Então, isso já é discutido.

Eu trago, só para referenciar no começo, porque isso não vem aqui ao debate, que também se discute hoje um protocolo de intenções, por provocação também da Ministra Dilma, a quem eu ressalto também a iniciativa, a coragem de colocar isso com muita veemência, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Conselho Nacional de Defensores Públicos, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. É um Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência. Isso em decorrência da recentemente demonstrada estatística estupefacente, mas que nós conhecemos, por estar no sistema de justiça, de mortalidade de jovens – e maciçamente de jovens negros – no País. Essa estatística se refere a mortes violentas. Quase 70% são jovens, e desses quase 63% ou mais são jovens negros. Isso chamou a atenção do Poder Público no geral. A Presidenta da República determinou ao Ministério da Justiça e esse protocolo de intenções vem sendo gerido, gestado. Já há atividades bem definidas. Foram três reuniões muito importantes.

Enfim, vou trazer aos senhores a posição do que se discute, hoje, no Conselho Nacional do Ministério Público com relação ao ingresso, por meio de cotas no serviço público, basicamente, e falando aqui do Conselho Nacional do Ministério Público, no ramo Ministério Público.

A maioria dos componentes da Comissão são pessoas que atuam em seu órgão de Estado – somos seis, às vezes oito componentes – e, assim como eu, têm uma posição favorável. Eu até emiti um parecer, por provocação do próprio Conselho Nacional de Justiça, que já tinha o seu trabalho lá e gostaria de saber como o Conselho Nacional do Ministério atuava. Eu me manifestei, igualmente, de forma positiva. Por quê? Porque o entendimento desse grupo de trabalho – resalto –, que ainda carece de aprovação pelo plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, que é um órgão composto constitucional e legalmente, que tem autonomia e força para decidir nesse sentido, é que é plenamente possível o estabelecimento de cotas.

O Estatuto da Igualdade Racial, no seu art. 38, §2º, trata do tema: “As ações visando a promover a igualdade de oportunidades na esfera da administração pública far-se-ão por meio de normas estabelecidas ou a serem estabelecidas em legislação específica e em seus regulamentos”.

A nosso ver, o fundamento principal para o estabelecimento das cotas para ingresso de servidores, inclusive de membros, tanto no Ministério Público quanto na Justiça, decorre de um mandamento constitucional estabelecido no art. 3º, incisos II e III, que fala de um país erradicando a marginalização e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Esse fundamento constitucional é plenamente aplicável. Foi essa a grande discussão que aconteceu no Supremo Tribunal Federal quando do estabelecimento da política de cotas. E aí vai a nossa crítica. Eu lembro que, quando isso ocorreu, um grande número de intelectuais brasileiros subscreveu um documento repudiando a política de cotas, dizendo que isso traria desigualdade, que isso, sim, estabeleceria o racismo na nossa Nação. E hoje eu não vejo esse mesmo grupo de intelectuais, que poderia, também, estar discutindo sobre a corrupção no País, sobre a violência na nossa Nação, aclamar o sucesso da política de cotas. Em nenhum estudo que eu pude manusear, em nenhuma pesquisa que eu pude verificar se demonstrou o insucesso dessa política. Por quê? Porque nós temos, efetivamente, um medo, uma falta de coragem de inovar porque simplesmente nós vamos trazer para o seio, tanto da universidade quanto do serviço público, outros segmentos sociais que têm uma maneira de enxergar diferente.

Não tenho nada contra aquelas pessoas que, por uma série de motivos, têm o seu projeto, que o filho curse um bom colégio de primeiro e segundo graus, depois curse uma universidade, vá fazer odontologia na USP e depois vá ter um consultório bem-sucedido nos Jardins, na Oscar Freire, ou que vá fazer medicina na Unicamp e, depois, vá ser um belo neurologista. Mas o ingresso de pessoas de outras origens, com outras realidades, vai fazer com que aquele médico formado na Unicamp pense em ser médico importante lá na cidade de origem dos seus pais, vai modificar a forma de raciocinar a educação neste País.

Uma vez eu conversei como Presidente Lula e falei para ele que, talvez, uma grande de suas políticas públicas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Eu vou gastar mais dois minutos.

Falei para ele que, principalmente pela firmeza com que ele começou a tratar a questão da desigualdade racial no Brasil, talvez ele fosse mais lembrado do que por suas políticas econômicas. Ele bateu no meu ombro e falou assim: “Aguarde o sucesso do ProUni, que é outra realidade que se coloca.” Então, para nós, juristas que se vêm debruçando com relação à possibilidade de ingresso por meio de cotas, isso é totalmente previsível. E nós entendemos que isso, inclusive, sem a necessidade de uma legislação específica, porque o arcabouço jurídico já permite. Aqui no parecer que coloquei, há decretos, há alguns regulamentos que são vezes de ações afirmativas para preenchimento de cargos de assessoramento superior para contratação de pessoas negras, índios, mulheres. Quer dizer, o Brasil é isso. Posso estar faltando aqui cometendo algum engano, mas o Brasil tem estas coisas: a partir do ingresso da Ministra Ellen Gracie, se descobriu que o Supremo Tribunal Federal foi feito sem banheiro feminino, sem banheiro feminino! Isso é uma realidade, é uma coisa que é do Brasil. E essas coisas que ficam estamentadas.

Eu não vejo política de cotas, tanto na universidade nem no serviço público, como uma política educacional. É uma política social que visa representar os segmentos da sociedade no poder público, para que aquele jovem, aquela criança que almeja um futuro melhor para ela e para a família dela possa olhar para cima e enxergar um País como o dela, como o do lugar onde ela mora, como o do lugar onde ela estuda. E é o que acontece.

Nós temos uma série de exemplos bem-sucedidos. Vou puxar aqui só os Estados Unidos da América, que hoje tem um presidente que é negro. É um País que, há 50 anos, matava pessoas por conta da cor da sua pele. Então, a coragem que teve a Suprema Corte de dizer “as pessoas vão, sim, estudar nos mesmos colégios, vão ter que abrir o serviço público e o trabalho para pessoas que estão aí segmentadas nessa sociedade” fez com que essa nação empurrasse, e as explicações e as contrariedades eram as mesmas: “a universidade vai cair de nível”. Isso é mentira. “O serviço público vai decair a sua qualidade de prestação, a iniciativa privada vai perder qualidade”. Isso mentira. Eles continuam sendo a maior nação do Planeta.

Passo a palavra para o próximo. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Dr. Libanio Alves Rodrigues, Promotor de Justiça e Diretor-Geral do Ministério Público do DF, que, além de defender o projeto de cota no serviço público, fez uma retrospectiva muito interessante. Muitos daqueles que nos criticavam, dizendo que nós queríamos dividir o País, nós que temos essa visão e que estamos aqui neste plenário, hoje estão quietinhos, quietinhos. Então, proibido falar. Nós é que não os proibimos de falar. Eles podem continuar dando a opinião deles, mas provaram que erraram.

Às vezes eu falo – sei que não é muito positivo isso – mas peguei aquela frase, já que é tempo de Copa do Mundo também, do Zagallo: “Vão ter que nos engolir”. E eu falo rapidamente isso, porque há um equívoco

na sociedade de alguns setores da imprensa. O Elio Gaspari quero aqui, de público, cumprimentar pela grandeza; somente os grandes, quem tem estatura, é que admitem quando erram.

Fiz um requerimento para que essa lei antiterrorismo não fosse votada no dia 17 de dezembro, para que ela seja discutida nesta Comissão, porque queriam votar assim, na correria, e sabemos que é uma lei encomendada pela FIFA. Então, vamos fazer uma lei permanente para o Brasil que a FIFA exigiu para a Copa? Primeiro que não cabe para a Copa, muito menos nos moldes como foi apresentada para o Brasil. Então, eu entrei com o requerimento para não deixar votar a lei e para que o projeto venha para esta Comissão.

Então, um jornalista mal-avisado lê ali e vê o nome: pendente de votação, mas há o requerimento do Senador Paim. Claro, está pendente por causa do meu requerimento; enquanto ele não for votado, eles não podem votar essa lei e, se votado meu requerimento, a lei terá que vir para cá. Aqui chamaremos a sociedade para debater que lei é essa.

Alguém lança que o projeto é de minha autoria. Primeiro, não é de Deputado nenhum nem de Senador nenhum. Uma Comissão Mista, da qual não faço parte, elaborou esse projeto, e o Senador Romero Jucá é o Relator. Mas ele também é o Relator. Não estou aqui... Faz parte do debate, alguém tinha que relatar.

Mas, felizmente, o Elio Gaspari botou as coisas nos devidos lugares e deixou claro na matéria deste domingo que o Senador Paim não tem nada a ver com peixe. Pelo contrário, tem a favor, porque ele que não permitiu que se votasse a matéria. Mas sempre há alguns que continuam com má-fé, porque sabem da verdade e a distorcem.

Eu lamento que a revista *Capital* seja uma dessas, que sabia já da verdade dos fatos pela versão contada e manteve a mentira no ar. Faço um apelo à revista *Capital* que se retrate na sua próxima edição. Eu dificilmente cito o nome de qualquer órgão da imprensa. Citei o Elio Gaspari porque acho que a sua postura a de um líder. Quem tem a humildade de reconhecer o erro deve ser aplaudido. Se me permitir, eu gostaria de pedir uma salva de palmas ao Elio Gaspari, pela grandeza de reconhecer o erro e botar as coisas nos devidos lugares. (*Palmas.*)

Ainda diz ele que, se não fosse o Paim, a lei já teria sido votada; ele que está trancando. No debate do meu requerimento vamos ver quem é a favor ou contra essa lei. Na verdade, por trás disso, Frei David, se quer, na verdade, criminalizar os movimentos sociais, e V. Ex<sup>a</sup> sabe o quanto sou ligado a todos movimentos sociais. Tanto que devo ter sido o primeiro Parlamentar a ir à tribuna apoiar as jornadas de junho e julho. Claro que eu não posso concordar com a violência, com o quebra-quebra, com a morte do cinegrafista, que eu critiquei na tribuna. Isso é uma coisa, agora querer ser contra os movimentos é outra coisa. Vocês todos que estão aqui sabem que, se não há pressão popular, não acontece. Só foi aprovada a Lei de Cotas pela pressão. Houve muita pressão, muita mobilização e muitas vezes vocês até fizeram vigília, apanharam, se acorrentaram em frente ao Palácio. Muitas coisas que considero positivas. Se não fosse a pressão, não teria acontecido.

O fim do voto secreto é uma luta que travei durante 30 anos e só foi aprovado agora por quê? Devido às jornadas de junho e de julho nas ruas que exigiram o fim do voto secreto, e o Congresso aprovou. Já tivemos o primeiro resultado. Eu dizia, na época que alguns teimavam em ser contra, que não deveria haver voto secreto que o Parlamento brasileiro seria um antes de acabar com o voto secreto e outro depois de acabar. "Ah, não é tanto assim..." Dito e feito. Aquele Deputado foi absolvido pelo voto secreto por ampla maioria e, no voto aberto, ele teve um voto só a favor. Quer dizer, na hora de mostrar a cara para o povo ver quem é quem é que a gente percebe o quanto que é importante não haver votações secretas no Parlamento. Mas, felizmente, já é lei. Tanto que com uma lei como essa, uma vez aprovada, vamos saber quem é quem. E se, porventura, alguém resolver derrubá-la, vamos saber quem é quem.

Vamos pegar um exemplo do fator previdenciário, uma luta histórica minha. Uma vez aprovado, se alguém vetar, não importa, ninguém sabe o futuro, o veto é aberto, não é mais secreto. Vamos saber então quem é quem, e o povo vai saber também. Então, com o voto aberto, a pressão popular, que vocês aqui representam muito bem, vai ter muito, muito, muito mais força, e nós poderemos mudar a história deste País.

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Se o senhor me permite também, o movimento social foi muito importante para a derrubada da PEC nº 37, que visava calar o Ministério Público. (*Palmas.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza. Só mudou a partir dali.

Então, quando o voto é aberto – e foi o voto aberto –, a história é uma; quando o voto é secreto, o malandro... Tem uma frase de um Senador, que ele usa muito bem, que diz o seguinte: "Malandro, quando é malandro, quando vê que vai cair, se joga no chão." Para dizer que ninguém o derrubou, ele se joga. Então, tem malandro para todo lado. Essa frase é do Waldemir Moka; não é minha, é da autoridade.

Vamos lá. Dr. Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro e primeiro professor da disciplina de ação afirmativa do Brasil. Com a palavra, por dez minutos, com mais cinco.

**O SR. AUGUSTO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA WERNECK MARTINS** – Ex<sup>mo</sup> Senador Paulo Paim, mais uma vez, é muito honroso para mim estar aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Queria,

ao cumprimentá-lo, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que curiosamente tive este debate dando aula agora, na primeira semana de aula, sobre a lei antiterrorismo, e tive a oportunidade de dizer a um aluno meu que tinha certeza absoluta que V. Ex<sup>a</sup> não era autor desse projeto de lei, sem saber. (*Palmas.*)

E é muito importante que haja algum tipo de mobilização e uma tomada de consciência geral sobre o problema sério que é a Copa do Mundo e a interferência que faz a FIFA contra o Estado de direito. (*Palmas.*)

Eu sou professor de Direito Administrativo. A FIFA já fez aprovar uma lei paralela de licitações e contratos administrativos, o chamado Regime Diferenciado de Contratação, que fez com que, em matéria de licitação e contrato administrativo, nós não tenhamos um devido processo legal, mas dois devidos processos legais. A FIFA é contra a transparência na licitação; a FIFA é contra a impessoalidade na licitação; a FIFA é contra o projeto básico na licitação; a FIFA se mete em coisas...

**O SR. CIRO BUENO** – A Lei de Meia-Entrada.

**O SR. AUGUSTO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA WERNECK MARTINS** – É contra a meia-entrada; A FIFA estabelece quase que um estado de exceção durante a realização da Copa do Mundo. E esse estado de exceção, que era notável do ponto de vista econômico, agora se introduz do ponto de vista político, ou seja, com a tentativa da supressão de direitos e da demonização do movimento popular.

E as pessoas que confundem os atores no movimento popular são, certamente, aquelas mesmas que querem fazer a confusão entre os atores no movimento político, querendo dizer que o Senador Paulo Paim faz coisas que ele jamais faria. Então, essa é uma ressalva importante.

E eu quero também associar e agregar à sua lista, Senador, alguma coisa que muito magoou e traumatizou a sociedade do Rio de Janeiro, que foi aquela agressão insólita ao jovem negro que foi acorrentado como se fosse um escravo no bairro do Flamengo. Ali foi terrível, porque foi a elite fazendo “justiça”, entre aspas, com as próprias mãos. É uma coisa que nós não podemos tolerar, e é uma coisa que deve nos advertir no momento em que nós estudamos ações afirmativas, ou estudamos políticas de ação afirmativa, ou estudamos modalidades de ação afirmativa.

Eu tenho que, inclusive, ressaltar a ideia de que eu seja fundador da primeira disciplina sobre ação afirmativa ou alguma coisa assim. A PUC do Rio de Janeiro tem uma tradição em matéria de ação afirmativa; a PUC do Rio de Janeiro estuda, tem o Nirema (Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente); dela fazem parte professores de Antropologia e de Sociologia; e na, Faculdade de Ciências Sociais, há uma grande tradição em matéria de ação afirmativa. E o que nós fizemos foi, na Faculdade de Direito, criar uma disciplina chamada Ação Afirmativa, que visa ao estudo específico das políticas de ação afirmativa, sob os pontos de vista do Direito Constitucional, Direito Administrativo e de outros ramos do Direito, ou seja, é uma cadeira nitidamente de conteúdo interdisciplinar.

Eu venho aqui hoje, mais uma vez, para tentar aprofundar algumas questões com base não só nessa trajetória acadêmica, mas também em determinadas experiências administrativas de que eu pude participar como gestor público ou no exercício de responsabilidade de governo, tanto em Nova Iguaçu quanto no Estado do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu foi, talvez, a primeira grande cidade brasileira a ter sistema de cotas para ingresso no serviço público. O Estado do Rio de Janeiro já tem, há quatro anos lei prevendo o ingresso pelo sistema de cotas no serviço público para negros e já realizou alguns concursos com esse pressuposto, inclusive na minha instituição, na Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro.

Então, nós temos alguma coisa a dizer e eu acredito que talvez o primeiro ponto – e isso me interessa particularmente como professor de Direito Administrativo, que é a minha disciplina –, devido à origem patrimonialista do Estado brasileiro. O patrimonialismo, descrito por Raimundo Faoro, numa palavra simples, seria a inversão do público pelo privado, seria a introdução de critérios privados na administração pública, na gestão pública. Só que isso assume, na verdade, um leque muito grande de fenômenos que nós podemos verificar ao longo da história do Brasil. Então, tem a ver com o patrimonialismo a hierarquização das relações sociais; tem a ver com o patrimonialismo o patriarcalismo nas relações sociais; têm a ver com o patrimonialismo todas as heranças malditas que foram carregadas pela presença do escravismo na nossa sociedade. E, evidentemente, num País em que costume dizer, até em tom de blague, que o Direito Administrativo conspirou o tempo todo contra o Direito Constitucional, é claro que é nas relações jurídicas de Direito Administrativo que nós vamos ver claramente a resistência que existe à implementação de políticas de igualdade material que muitas vezes são claramente observadas na Constituição.

A nossa Constituição – o Dr. Libanio aqui assinalou com muita felicidade –, no art. 3º, tem um critério formidável para se verificar a dualidade entre igualdade formal e igualdade material, que é aquilo que, afinal de contas, justifica a ação afirmativa e é o grande fio condutor do voto que, no Supremo Tribunal Federal, afirmou constitucional, em definitivo, o sistema de cotas para ingresso nas universidades. É o art. 3º, ou seja, além de a Constituição dizer que todos são iguais perante a lei, no art. 5º, além de nós sabermos que esse “todos são

iguais perante a lei” significa dizer que todos os iguais são iguais e os desiguais terão que ser igualados, esse discurso fica confirmado, ratificado, na medida em que o art. 3º da Constituição realiza uma tarefa subversiva do ponto de vista do Direito Constitucional, porque ele parte do pressuposto da desigualdade. O art. 3º afirma que a sociedade brasileira é desigual, senão não teria mandado reduzir as desigualdades. Então, temos uma Constituição...

E isso é típico das constituições do nosso tempo. Vamos encontrar disposições semelhantes na Constituição portuguesa de 1976, na Constituição espanhola de 1977, na Constituição sul-africana, na Constituição canadense, na Constituição colombiana, em todas as Constituições do final do século XX e início do século XXI, em que verificamos com clareza isso que eu disse, ou seja, partir do pressuposto da desigualdade. Admitir que a Constituição reconhece que a sociedade é desigual e admitir que a Constituição impõe políticas de igualação significa dizer uma coisa que é mais uma vez subversiva: as ações afirmativas não são apenas uma política pública vista sob um prisma de neutralidade, ou seja, o Estado adota ou não adota, o Estado faz ou não faz. Se a sociedade é desigual e se a igualação é constitucional, as ações afirmativas são um direito. Elas têm que existir, senão haverá inconstitucionalidade. (*Palmas.*)

*(Soa a campanha.)*

Essa ideia é que precisa estar perfeitamente contemplada no nosso projeto que está sendo visto aqui. E por que é perfeitamente contemplada? Para afastar, vamos dizer assim, o mito de que o tema da inclusão no serviço público é diferente do tema da inclusão na universidade, que justamente remete àquela conspiração que eu digo que o Direito Administrativo faz contra o Direito Constitucional. A República foi aprovada em 1889; a Constituição veio em 1891; a chibata na Marinha só terminou em 1910, vinte anos depois. Por quê? Porque o Direito Administrativo proporcionava o castigo corporal, contra a Constituição. Eu poderia dar aqui exemplos, que o tempo não permite. Mas, de qualquer maneira, para se ter essa ideia e para se verificar que os discursos que dizem “ora, a lei cria, por exemplo, uma isonomia objetiva nessa matéria; a lei exige uma meritocracia objetiva nessa matéria; ou o princípio da eficiência da Administração Pública exige que se tratem os candidatos de forma absolutamente igual” são discursos que contrariariam a Constituição, seriam discursos meramente retóricos, mas que não têm consistência teórica. Por quê? Porque não contemplam a ideia de que a Constituição partiu do pressuposto da desigualdade. Toda a sociedade brasileira é desigual, e o serviço público brasileiro é desigual também.

O problema do projeto de lei, nesse sentido, parar o que eu gostaria de chamar a atenção, é justamente o fato de – e aqui eu trouxe quatro questões –: em primeiro lugar, a cota de 20%.

Eu acho que a cota de 20% teria que ser contemplada por metas de inclusão. O serviço público federal é grande demais. Nós estamos falando em um milhão de servidores? Talvez. Nós vamos falar de 200 mil pessoas que têm que ser incluídas? Então, são 200 mil pessoas em dez anos. Porque o risco é não se fazer concurso nenhum; ou, para alguns cargos, para algumas carreiras, faze-se poucos concursos e essa meta de inclusão ser completamente adiada, embora eventualmente se possa fazer um concurso aqui para 100 vagas, e entrarem 20; um outro concurso ali para 50 vagas, e entrarem 10; um outro concurso ali para 10 vagas, e entrarem dois; e depois, não se fazer mais concurso nenhum, e nós termos um déficit que continua enorme, embora, proporcionalmente, durante algum tempo, nós consigamos alguma coisa.

A outra questão, que não está colocada, que é mais simples de resolver do que a questão dos cargos efetivos, mas que, ideologicamente, não se coloca, Senador Paim, que é o problema dos cargos em comissão. (*Pausa.*)

Os cargos em comissão poderiam ser contemplados agora, poderiam ser alvo de decreto. E é impressionante o déficit de negros que há nos cargos em comissão.

A terceira questão: a cota para o nível superior tem que ser maior. O grande problema de inclusão de negros no serviço público é no nível superior. A minha instituição fez o primeiro concurso com cotas, e entrou um negro, que, mesmo assim, tirou quinto lugar no concurso, quer dizer, não utilizou a cota. Com ele, ficam dois negros na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, que tem 200 pessoas. E isso porque já tem política de ação afirmativa. Imagina onde não tem! Então, essa é uma questão que tem que ser levantada. Se vai haver cota de 20%, no nível superior tem que ser 40%; ou, então, nós chegamos à conclusão de que também é possível, porque, por exemplo: por que vai haver cota no nível elementar? Eu não tenho que dizer que tem que ter 20% de negros em funções de nível elementar, por que, provavelmente, já existem 20, ou 25 ou 30% de negros. Por quê? Porque o nível é elementar. E por quê? Porque as pessoas que tiveram o seu saber expropriado, o seu conhecimento expropriado – porque foi isso o que aconteceu com o negro brasileiro – foi conduzido às posições mais elementares na sociedade, inclusive no serviço público.

Então, seria hipócrita a lei dizer que tem 20% no nível elementar ou 20% até no nível médio. Tem que dizer que tem 20 ou que tem mais de 20 no nível superior. E talvez até ter margens para conseguir que, em

determinadas carreiras, no nível superior, a cota fosse maior até. Porque uma coisa é falar em cotas para assistente social, outra coisa é falar em cotas para juiz. *(Palmas.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AUGUSTO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA WERNECK MARTINS** – E finalmente falar da frequência dos concursos. E isso, mais uma vez, tem a ver com metas de inclusão, porque nós estamos falando em todo o Brasil, em todo o serviço público federal.

Quando se fez a cota em Nova Iguaçu, quando se fez a cota no Estado do Rio, era muito fácil controlar. Por quê? Porque nós temos um serviço público concentrado em determinado lugar.

Hoje, não. Nós temos, no caso do Governo Federal, o serviço público diluído em todo o nosso País continente e com lotações diferentes de servidores nos diversos Estados, nas diversas regiões, e demandas de servidores que também são diferentes. Por isso, nós vamos ter muita dificuldade de preencher essas vagas em todo o Brasil simplesmente se falando em 20%. Eu acho que nós temos de falar em 20%...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AUGUSTO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA WERNECK MARTINS** – ...a 25% e 30% e chegar, ao final, num conjunto que nós digamos: “Olhe, em 10 anos, nós vamos incluir 300 mil afrodescendentes, 400 mil afrodescendentes, 500 mil afrodescendentes” e chegar a esta conta final, que eu julgo que vai ser o grande objetivo da lei e, assim, cumprir a teleologia constitucional de reduzir as desigualdades, como eu falei, cumprindo o art. 3º.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Procurador do Estado do Rio de Janeiro, primeiro professor da disciplina de ações afirmativas no Brasil, Dr. Augusto Werneck. Parabéns pela sua fala. Sempre é uma alegria para todos nós ouvi-lo.

Passamos a palavra, neste momento, ao Frei David, que é Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro) e especialista em ações afirmativas.

**O SR. DAVID SANTOS** – Para nós é uma alegria, enquanto Governo social, estar nesta Casa, que é a Casa que deve estar em plena sintonia com o anseio do povo.

Ao estar presente, eu saúdo esta Mesa, saudando o nosso irmão negro, o Adilson, um negro que veio da favela e que terminou o seu percurso e trajetória acadêmica tirando doutorado em Harvard, a quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

**O SR. DAVID SANTOS** – Também saúdo todos os Senadores desta Casa, que vai receber o projeto de lei daqui a alguns dias, saudando todos os assessores que, neste momento, estão em cada gabinete de Senador com a televisão ligada, assistindo e anotando questões deste debate, para passar para os seus Senadores.

Saúdo, então, os Senadores, saudando os seus assistentes, os seus assessores, que estão nos gabinetes.

Saúdo o público presente a esta plenária, saudando a estudante que acabou de entrar para a universidade, Delza, nas cotas, na Universidade da Fronteira Sul. Ela está em processo de matrícula, na Universidade da Fronteira Sul. Saúdo todos, saudando a Delza. Onde está a Delza? *(Pausa.)*

Ela está lá atrás. *(Palmas.)*

E saúdo também todos os brasileiros que estão agora sintonizados agora, ao vivo, na TV Senado.

Como vocês sabem essa audiência transmitida hoje, segunda-feira, é reproduzida umas quatro vezes depois, pela TV Senado. Portanto, quem gostou e estiver gostando desta audiência pode buscar quando ela vai ser reprisada e fazer um debate melhor na sua comunidade.

Bem, feitas essas saudações, eu quero dizer para vocês que o projeto de cotas que estamos agora discutindo e que esta Casa vai receber nos próximos dias é um dos projetos revolucionários. Por quê? Porque ele incide justamente no capital. Ora, emprego que gera dinheiro imediatamente é o maior propulsor de empoderamento de pessoas e de um povo.

Quando nós lutamos por cota nos cargos públicos, estamos dizendo: “Brasil, seus dirigentes que se sucederam nos cargos foram irresponsáveis em não ver esse absurdo que estava acontecendo, que foi, é e continua sendo a exclusão do negro nos cargos públicos”.

Portanto, o Projeto nº 6.738, que defende com garra as cotas para negros no serviço público merece o carinho de todos os Senadores que são sérios, que entendem de Brasil e querem um Brasil igual, diversificado, com direito para todos.

Eu, portanto, falando essa segunda introdução, quero entrar direto não no projeto em si, mas nas emendas.

Quero dizer para vocês que foram apresentadas seis emendas na Câmara e, das seis emendas, três, para nossa alegria, foram aprovadas. A Educafro participou na discussão e na elaboração das três emendas aprovadas. Também participamos das reprovadas, mas faz parte.

As emendas aprovadas, que eu gostaria que vocês aceitassem com carinho no coração, que os assessores de Senadores anotassem e que pedimos a vocês, Senadores desta Casa, que votem a favor nosso, são três: a Emenda nº 1, do Deputado Luiz Alberto, que estende aos cargos em comissão a reserva de vagas para a nomeação de negros, ou seja, a República brasileira tem muitos cargos em comissão e é o cargo em que mais rola dinheiro, portanto, queremos também participar desse filé-mignon. Queremos. Para nós é fundamental estarmos ali nos cargos em comissão. (*Palmas.*)

Quero dizer que essas três emendas que estou destacando já foram aprovadas na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Constituição e Justiça. Então, para nós, é fundamental que o Senado acolha essas emendas com naturalidade, com profundidade e com seriedade, porque são emendas bastante consistentes e convincentes. Com isso, o Senado acolhendo, esse projeto vai imediatamente depois para a mão da Presidenta Dilma, para ela poder sancioná-lo.

Lembramos também que esta Casa, o Senado, tem 45 dias para votar esse projeto, assim que ele der entrada aqui. Como eu conheço o Senador Paim e sei como ele tem uma relação de amizade e de sincera parceria com Senadores de direita, de esquerda e de centro, tenho certeza de que ele vai conseguir convencer os Senadores para, todos eles, em harmonia, votarem a favor dessas três emendas.

A Emenda 2, também aprovada na íntegra na Câmara, do Deputado Domingos Dutra, é a seguinte: amplia o percentual de reserva de vagas para 30%. E aqui faço um destaque especial: foi uma luta especial da Educafro em todos os momentos, e conseguimos ver essa emenda ser incluída. Volto a lembrar, a Emenda 2 amplia o percentual de reserva de vagas para 30%, incluindo, para quem peço uma salva de palmas, nossos irmãos indígenas! (*Palmas.*)

Acho que o Brasil, a Presidente Dilma e esta Casa, Senado, não podem jamais fazer tramitar esse projeto sem lembrar-se desse outro segmento de brasileiros, que são os indígenas, que são violentados neste País, têm sua vida negada. O que eu mais detesto nessa visão mal feita de sociologia barata é a visão que alguns órgãos públicos e órgãos privados têm dos indígenas: todo índio que botou o pé fora da aldeia perde a sua identidade indígena por lei ou por normas administrativas.

Isso é violência! Queremos o direito de todos os descendentes de indígenas que estão na sociedade poderem recorrer a essas cotas com igual direito como nós, negros, descendentes, temos.

A Emenda 4, da querida Deputada Pietá, de São Paulo, mulher negra, corajosa, determina que o preenchimento dos cargos em comissão seja feito em percentuais paritários aos pretos, pardos e brancos, em obediência ao dispositivo do inciso I do art. 2º do Decreto 4.228, de 13 de maio de 2002.

Então, gente, atenção: em 2002, já havia decreto determinando acolher a nós, negros, nos cargos públicos, e a omissão dos sucessivos governantes gerou essa vergonha de termos que fazer novo movimento violento positivo, límpido, de exigir que nossos direitos sejam reconhecidos.

Portanto, uma vez apresentadas as três emendas, eu gostaria de destacar outros pontos desse projeto.

Primeiro, peço aos Senadores, irmãos Senadores, que acolham com carinho a emenda, elevando de 20% para 30% a cota. Nós negros somos 50,7% da Nação brasileira – éramos, no ano passado, segundo o IBGE. Uma cota de 20% é quase uma cota mesquinha. O Governador de São Paulo deu 35% de cota para nós negros. Por que a Dilma, que é Presidenta e irmã nossa, amiga dos negros há muitos anos, vai dar só uma mesquinha de 20%? Queremos, no mínimo, 30%. (*Palmas.*)

O ponto dois do projeto – parabênzo a assessoria da Presidente Dilma por colocá-lo com muita firmeza no projeto originário – diz que, além do percentual das cotas – nós temos certeza de vai ser acolhida a emenda para alterar para 30%...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. DAVID SANTOS** – ... além desse detalhe, as cotas contemplam os cargos no âmbito da Administração Pública Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Portanto, todos esses órgãos também precisam levar a sério a lei, e caberá a nós negros e negras e indígenas acompanhar com veemência para que ninguém negligencie essa conquista que estamos construindo.

Quero lembrar a vocês – aí falo com certa vergonha – que esse projeto, essa proposta estava parada no Ministério do Planejamento há três anos e oito meses. Infelizmente, precisou a Educafro, em setembro, ocupar o Ministério do Planejamento e fazer lá um início de greve de fome, que durou seis horas, para então a Minis-

tra Belchior assinar um documento dizendo que entregaria à Dilma o projeto em 2 de outubro. Só assim nós suspendemos a greve de fome.

Então, ocupamos a antessala do Ministério do Planejamento e falamos assim: “Só sairemos daqui com a definição disso aí. É muita baixaria para nós negros o nosso projeto ficar aqui parado por três anos e oito meses. É falta de responsabilidade com o povo negro. Queremos respeito ao nosso povo.” (*Palmas.*)

Portanto, também parablenizo a assessoria do Ministério do Planejamento, apesar de termos brigado para sair o projeto, porque eles fizeram uma coisa bonita. Gente, o importante é que todo projeto de cota tenha essa visão.

Nós discutimos isso com eles durante a greve de fome, e eles contemplaram o seguinte: todo negro – espero também que todo indígena – que vá concorrer a um concurso público... Vamos dizer que o concurso tenha cem vagas: 30 para negros e 70 universais. Então, todo negro e todo indígena, primeiro, concorre nas 70 vagas universais. Somente se não passar, ele concorre nas outras 30 vagas só para negros. Perceberam? Com isso, o negro e o indígena terão mais chance de serem contemplados no mais profundo conceito de ação afirmativa que é afirmar os desafirmados, afirmar os quebrados, afirmar os abandonados. A ação afirmativa é isso.

Eu gosto muito de dar o seguinte exemplo para quem está assistindo à TV Senado em casa e não entende bem o que é ação afirmativa. Imaginem vocês que houve um acidente com 200 pessoas machucadas. Houve um acidente, e 200 pessoas ficaram machucadas. Os hospitais da cidade reunidos têm apenas 40 leitos de UTI. Eu pergunto a vocês: das 200 pessoas, quem precisa ir para a UTI? As mais machucadas ou as menos machucadas? As mais machucadas. A mesma coisa é a ação afirmativa: o País ama o conjunto do seu povo por saber que entre o grupo da Nação há alguns mais machucados, que somos nós negros que fomos machucados pela escravidão. A Nação, portanto, reserva para nós negros a UTI, que são as cotas. A UTI é temporária. A cota é temporária e vem em socorro daqueles quebrados, violentados por uma sociedade injusta, não fraterna e não compreensiva com a causa.

Outro ponto que eu gostaria de destacar – não sei se vai pegar mal falar isto – é que a Comissão de Constituição e Justiça puxou a orelha da Dilma. É, puxou a orelha da Dilma. Vou até ler na íntegra para não dizerem que o Frei David está inventando.

Assim fala a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara:

*A matéria em apreço é da competência legislativa privativa da União, por tratar-se do acesso a seus cargos e empregos públicos, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a mesma, com a sanção do Presidente da República [...], sendo a iniciativa privativa do Poder Executivo [...]*

Portanto, gente, a iniciativa de fazer essa afirmativa é do Poder Executivo. A Presidente Dilma poderia ter feito esse processo lá atrás, quando ela assumiu o Governo, porque Lula o deixou prontinho, só para ela chutar a gol, mas ela demorou esse tempo todo. Então, aqui a Câmara está puxando a orelha.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DAVID SANTOS** – Concluindo, aqui embaixo também fala o seguinte: “Nesse sentido, embora os concursos públicos sejam expressão máxima do princípio da igualdade no acesso aos cargos públicos não lograram garantir um tratamento isonômico efetivo a todas as raças.”

Ora, o que é tratamento isonômico? Tratamento igual. O que é tratamento igual? É o concurso público entender o percurso de cada pessoa, desde o nascimento até o dia de fazer concurso. Não é justo que um pobre, que vem de escola pública sem qualidade, vá para um concurso e concorra com ricos que vêm de escolas particulares caras, com alto grau de ensinamento e que, depois da escola particular cara, eles tiveram dinheiro para pagar cursinho preparatório, tendo seu potencial ao máximo para garantir sua vaga e nos deixe para trás.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DAVID SANTOS** – Então, eu concludo dizendo que a isonomia garante a meritocracia justa e desmascara a meritocracia injusta.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu deixo aqui, no momento em que vou passar a palavra a Ciro Bueno, minha discordância com a Câmara por ter criticado a Presidente.

Vocês sabem que esse é um projeto polêmico, e a Presidente teve a coragem de mandá-lo. Eu queria ver se outro presidente, um conservador, iria mandar um projeto desses para cá. Não iria mandar! E a Câmara, se quiser criticar a Presidente, faça o seguinte: vote rapidamente o projeto. (*Palmas.*) Isso sim é uma forma de criticar; depois, vocês critiquem o Senado se não votar no momento adequado.

Não dá para negar, pessoal: não tivemos tudo aquilo que queríamos, mas no Governo Lula e Dilma nós avançamos. Claro que a pressão popular foi fundamental. Agora, não dá para negar o que era o povo negro

antes de Lula e de Dilma. Estatuto, cotas para a UNE, esse projeto que a Presidente teve coragem de mandar para cá são fatos reais. *(Palmas.)*

Todo o mundo sabe que eu sou meio rebelde em relação ao meu Governo, mas reconheço o que é bom e o que falta para avançarmos ainda mais. Dizem que eu sou o último dos moicanos. Eu gostaria mais de ser o último Zumbi; que me ligassem mais ao Zumbi, com todo o respeito à comunidade indígena de outro país. Eu ficaria mais feliz em ser o último Zumbi.

Vamos lá, Dr. Ciro Bueno, advogado e militante do tema da inclusão com destaque em nível nacional. É uma alegria tê-lo conosco.

Dr. Ciro Bueno.

**O SR. CIRO BUENO** – Muito obrigado, Senador. Bom dia a todos!

Gostaria de, primeiramente, cumprimentar o Ex<sup>mo</sup> Senador Paulo Paim.

Quero também cumprimentar Dr. Augusto Werneck, de quem sou grande admirador tendo em vista o seu trabalho no que diz respeito ao pioneirismo em relação às ações afirmativas, ao estudo das ações afirmativas. Eu, como advogado, formado em 2001, não tive a oportunidade de ter, na grade curricular de minha faculdade, uma cadeira que eu reputo tão importante quanto as ações afirmativas. E aqui faço até apelo público para que as universidades, os reitores, considerem a inclusão das ações afirmativas como matéria obrigatória em todos os cursos de Direito no Brasil. *(Palmas.)*

Cumprimento aqui também o nosso Ex<sup>mo</sup> Promotor de Justiça, Dr. Libanio, também um guerreiro da causa do movimento negro e dos direitos sociais.

Cumprimento aqui também o Frei David Raimundo dos Santos, que foi a pessoa responsável por eu estar aqui qualificado como militante do tema da inclusão. Se eu aqui estou como militante do tema da inclusão, isso se dá por uma inspiração e o exemplo que o Frei David marcou na minha vida. E certamente isso vai perdurar por toda a minha vida.

Cumprimento aqui também o Dr. Adilson, que é um exemplo de uma pessoa esforçada, lutadora, que estudou em Harvard, que está superando toda uma dificuldade e contra todas as perspectivas e probabilidades está aqui com um pós-doutorado. Aqui o cumprimento e parabenizo pelo seu estudo e pela sua matéria na área de inclusão também.

Por fim, eu gostaria de cumprimentar aqui o Secretário-Executivo da Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial, Giovanni Harvey, com muito prazer.

Família Educafro, parabéns pelo esforço de todos vocês de terem vindo até Brasília, numa longa jornada de ônibus. Vocês estão demonstrando terem dentro de si o espírito de Zumbi. Vocês são verdadeiros guerreiros e, sem a militância de vocês, acho que nada disso, nenhuma discussão dessa estaria sendo tratada aqui nesta Casa. Então, meus parabéns a todos vocês, uma salva de palmas para vocês por essa luta. *(Palmas.)*

Bom, eu me sinto obrigado a contar como foi esse primeiro contato nessa militância da inclusão. Eu, advogado, deparei com uma situação de racismo. Um negro foi ao Banco do Brasil fazer um pagamento de contas bancárias e foi barrado na porta giratória, na entrada do banco. Até aí, isso acontece com grande parte dos cidadãos brasileiros. Ele não só foi barrado, mas o segurança o obrigou, após ter mostrado que não estava portando nenhuma arma, nem nada, a tirar as botas.

Aí já partimos para uma situação inusitada. Ele humildemente acatou esse comando abusivo, tirou as botas, mostrou que não tinha nenhuma arma, não estava portando nenhum instrumento, nenhuma arma branca, nada que pudesse pôr em risco a segurança. Mesmo assim, o segurança continuou obstaculizando a entrada dele e falou: "Você não vai entrar. Se o senhor quiser entrar, vai ter que deixar suas botas para fora da porta giratória, porque o detector de metais continua acusando que há algum metal." Possivelmente eram até os pregos da bota ou a fivela.

Ele foi obrigado a tirar, porque é uma pessoa responsável e tinha que pagar contas que não eram dele, eram de um empregador dele e as contas venceriam. Premido pela responsabilidade, ele tirou as botas, deixou-as para fora da porta giratória e adentrou o banco descalço, de meias. Foi a única pessoa que entrou de meias. Ele era negro e teve que ir, de meias, até o guichê efetuar o pagamento de contas.

Essa pessoa ao retornar me procurou e contou essa história. Imediatamente nós tomamos todas as medidas judiciais cabíveis etc. Para nossa surpresa, Senador, o Poder Judiciário de São Paulo, em primeira instância, julgou a ação improcedente, apesar de esse abuso todo ter sido comprovado, entendendo que não havia danos morais, não havia humilhação, porque o dever de segurança prevalece sobre meros transtornos, como eles consideraram, meros dissabores. Essa ação, em primeira instância, foi julgada improcedente.

Em recurso, o Tribunal de Justiça, para surpresa e incredulidade total, por três votos a zero, por votação unânime, manteve a sentença de improcedência dessa ação, ou seja, desconhecendo e desconsiderando totalmente essa situação de vexame, de humilhação. Foi aí, então, que eu fui me socorrer do movimento negro, do

Frei David, do ativismo desse pessoal, para mostrar para a sociedade o que está acontecendo nessa sociedade que nega a existência do racismo.

Então, esse foi um primeiro caso, um primeiro exemplo. A partir daí, fui contagiado com essa militância, com esse trabalho social, porque, toda vez que eu vou a uma reunião da Educafro, eu fico arrepiado ao ver tantos jovens buscando oportunidades, querendo a inclusão, querendo participar de faculdades, de universidades.

Aí, eu me questiono: que sociedade nós queremos construir neste País? Como é que essa autodenominada elite intelectual é contra as cotas? As cotas já existem. Basta nós vermos uma formatura de um curso de Medicina. A cota é de 100% para brancos. Quando eu visitei alguns presídios – eu tive essa oportunidade porque eu fiz parte do Conselho da Corregedoria dos Presídios em São Paulo –, eu verifiquei que nos presídios também existem cotas. Lá nos presídios, a população negra está proporcionalmente representada no que diz respeito ao IBGE, e ela supera as estatísticas do IBGE. Por que essa sociedade aceita que num presídio existam tantos negros e ao mesmo tempo ela questiona quando um negro quer adentrar um curso superior? Essa é a reflexão que eu acho que todos nós teríamos que trazer e amadurecer porque nada justifica isso.

Nada justifica, como o Dr. Werneck lembrou, um negro ser acorrentado a um poste, negro que teve um passado de desagregação familiar, o que a sociedade aceita, e eles aplaudem quando um justiceiro comete um ato tão dantesco, tão hediondo como esse. Então, tudo isso aqui tem de ser pensado.

No que diz respeito ao aspecto jurídico, constitucional, eu acho que é uma questão até superada. A DPF 186, que foi julgada no STF, já decidiu pela constitucionalidade das cotas para ensino público, nas universidades, notadamente nas universidades públicas. Ou seja, se pode nas universidades públicas, por que a gente vai rediscutir isso com relação a cotas para concurso público, para serviço público? São os mesmos princípios. Pouco importa a questão legislativa, infraconstitucional, o que diz respeito, o que não diz.

Eu aprendi na minha faculdade que, quando existe um princípio de direito violado, se viola todo um ordenamento jurídico. Então, essas questões decorrem de princípios do Direito, que é o princípio de igualdade. A Constituição, como o Dr. Werneck colocou, em seu art. 3º, em seu art. 5º, não deixa dúvidas quanto a isso. O que nós precisamos é ampliar o espectro das ações afirmativas para todos os campos. Vamos ocupar esses espaços. Vamos tentar construir uma sociedade mais justa.

As empresas, no setor privado, falam muito em responsabilidade social, mas, ao mesmo tempo, eles não se preocupam em ter uma empregada doméstica, uma babá que deixe a sua família de lado para cuidar da família dos empresários. Que jovens serão esses que as mães estão se dedicando para as famílias das classes dominantes e são esquecidos?

Mais do que isso, precisamos que, com as cotas, consigamos não só oportunidades de acesso, mas os meios para o acesso. Esses jovens da periferia não têm dinheiro para transporte, para alimentação. Precisam de habitação, alojamento nessas faculdades. No serviço público é a mesma coisa. Pelo princípio da eficiência...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CIRO BUENO** – ...nós precisamos que todos esses candidatos a essas vagas, sejam por cotas, seja por qualquer outro meio, tenham o suporte necessário para que eles consigam toda a informação necessária para desempenhar bem o seu papel como servidores públicos.

Então, eu estou aqui trazendo uma vivência prática, Senador, de tudo o que já observei não só nos livros, mas na vida, na sociedade. E é isto que nós precisamos: olhar o que há em volta de nós, olhar um ambiente, uma empresa, um sistema financeiro e verificar quantos negros estão ali representados. Não adianta falar que todos têm oportunidades iguais. Basta ver. A prática mostra isso. E essas ações afirmativas, as cotas, são o único remédio viável e temporário, como muito bem disse o Frei David, porque o ideal é que não tenhamos isso no futuro, para que essa desigualdade histórica, motivada pela escravidão, motivada por anos de exclusão, seja finalmente equalizada e aí sim tenhamos a tão sonhada justiça social.

Então, por conta de tudo isso aqui, reitero todos os votos para que o projeto de cotas para negros e indígenas no serviço público seja aprovado por esta Casa. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ciro Bueno, advogado e militante do tema da inclusão. Parabéns pela fala.

Permita-me que eu diga, porque antes que alguém diga “mas você podia ter dito pelo menos”, que, na Medicina, quase 100% digamos são brancos. Vamos ao quase só para ajustar. Sei que a força de expressão é correta, para que – por exemplo, tenho um irmão que é médico e é negro – ninguém diga que não existem negros que são médicos.

**O SR. CIRO BUENO** – Como no STF temos o Joaquim Barbosa, e muitos dizem que ele justifica a não adoção das cotas, quando o próprio Ministro Joaquim Barbosa reconhece.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eu dou um depoimento aqui de que ele entrou pela política de cotas, porque, na entrada do Joaquim Barbosa lá, eu era Vice-Presidente do Senado, eu o recebi aqui. E a orientação do Lula, foi: “Paim, dê toda a cobertura, vá para as Comissões, porque temos que ter lá um negro pelo menos, porque não havia nenhum.” (*Palmas.*)

**O SR. CIRO BUENO** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, ele entrou, sim, pelo princípio da política de cotas.

**O SR. CIRO BUENO** – Com esse testemunho, acho que não é preciso falar mais nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ele sabe que estou falando, e estou falando de uma forma respeitosa. Eu o recebi, eu o visitei e, depois, recebi documentos na Vice-Presidência – o Sarney estava afastado – que contavam um pouco da história dele. E tratei-o com o respeito que ele me devia, como eu devia a ele, como especialista na área – e ele é mesmo um magistrado muito competente e preparado.

Não estou entrando aqui no julgamento, mas ele entrou pelo princípio da política de cotas. Esse depoimento dou em qualquer lugar, e não vejo nada de mais. E o Lula estava correto, ele olhou primeiro a competência dele e disse: “Ele é um cara competente, preparado, e temos que ajudar para que ele seja indicado” – e eu o acompanhei no dia em que ele foi, inclusive, sabatinado aqui, no Senado.

Enfim, vamos em frente, agora passo a palavra ao Dr. Adilson Moreira, Doutor em Harvard sobre o tema das Ações Afirmativas. É uma alegria recebê-lo aqui. (*Palmas.*)

**O SR. ADILSON MOREIRA** – Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, meus irmãos e irmãs da Educafro, bom dia!

Os programas de ações afirmativas nos concursos públicos foram implementados no Brasil há cerca de dez anos, e isso se tornou, imediatamente, um tema de debate entre os nossos tribunais. E podemos identificar duas posições nessa discussão. Alguns tribunais reconhecem a constitucionalidade desses programas. Eles argumentam que eles efetivam vários objetivos da nossa ordem constitucional, como a promoção da igualdade material entre grupos, a erradicação da marginalidade e também o princípio maior da justiça social. Há outro grupo de tribunais que condena os programas de ações afirmativas. Esses tribunais alegam que essas políticas violam o princípio da igualdade, que essas políticas não tratam as pessoas de forma correta, que elas introduzem um processo de racialização no Brasil, que o nosso País é uma nação essencialmente miscigenada e que, portanto, nem mesmo podemos identificar quais são os beneficiários desses programas. Além disso, esses tribunais também afirmam que os programas de ações afirmativas violam uma série de princípios básicos da Administração Pública, entre eles os princípio da legalidade e, mais especificamente, o princípio da eficácia e também do interesse público.

O que pretendo fazer hoje é o seguinte: não quero rejeitar nem o argumento da miscigenação racial, nem a ideia da eficácia, ou a ideia da supremacia do interesse público. Muito dantes, pelo contrário, quero afirmar a validade desses argumentos, mas quero também reverter a lógica sobre a qual esses argumentos estão baseados. O povo brasileiro pode ser miscigenado, mas as instituições do Brasil, as nossas instituições políticas, as nossas instituições econômicas, as nossas instituições acadêmicas não o são – elas são dominadas por um grupo racial muito claro, que são as pessoas de ascendência europeia, ou seja, brancos.

Eu também quero dizer que, quanto aos programas de ações afirmativas, a questão da miscigenação não deve ser vista como um obstáculo aos programas de ações afirmativas; mas, muito dantes, pelo contrário, como um objetivo desses programas, como um objetivo social, e que, na verdade, a adoção de ações afirmativas no serviço público pode, claramente, ser perfeitamente compatível com os princípios da eficácia, como também com o princípio do interesse público. (*Palmas.*)

Obrigado.

Como todos nós sabemos, os Estados Unidos foram o primeiro país a implementar programas de ações afirmativas, nas décadas de 60 e 70, mas esses programas começaram a ser, consistentemente, gradualmente criticados, em função do aparecimento de um tipo de ideologia social muito parecida com a nossa narrativa da democracia racial.

Da mesma forma que no caso do Brasil, os norte-americanos, e principalmente os tribunais norte-americanos, começaram a desenvolver uma ideia do retrato dos Estados Unidos como um país baseado na ideia de neutralidade racial. Todos esses tribunais e a Suprema Corte norte-americana, em várias decisões, afirmaram que “nós, finalmente, conseguimos superar o problema racial e que, uma vez que as leis discriminatórias foram abolidas, o racismo não existe mais e, portanto, os obstáculos à igualdade racial foram eliminados”. Também – isso foi repetido em várias decisões –, que o único meio de se eliminar o preconceito racial é eliminar toda forma de discriminação baseada em raça, o que inclui, especificamente, a ideia de ações afirmativas.

Bom, a Suprema Corte norte-americana, atualmente, aceita uma única justificção para a adoção de ações afirmativas, que é a ideia de diversidade.

Essa noção de diversidade surgiu na discussão sobre ações afirmativas nas instituições de ensino superior, mas foi, posteriormente, utilizada como argumento para justificar essas medidas em outras áreas também, como o serviço público. Essa ideia da diversidade está baseada no princípio de que uma sala de aula com pessoas que têm formações culturais e pessoais diversas traz um benefício concreto para a formação intelectual das pessoas. Os alunos estarão expostos a experiências sociais diferentes, estarão expostos a ideias diferentes e, portanto, eles poderão desenvolver uma compreensão mais clara da realidade na qual eles vivem.

Além disso, a ideia da diversidade está baseada no princípio de que as instituições estatais devem refletir a realidade social, nesse caso, a composição da sociedade. Então, não podemos ter as instituições sociais com exclusivamente brancos em uma sociedade que é marcadamente multirracial e multicultural.

Bom, esse princípio da diversidade foi sendo expandido e elaborado por vários intelectuais, mas também dentro das próprias empresas, e também dentro das instituições governamentais.

Eles chegaram à conclusão de que a diversidade traz imensos benefícios. Um desses benefícios é exatamente o aumento da eficácia, porque, na medida em que você tem um grupo de pessoas que representa a pluralidade social, essa instituição estará mais capacitada para responder aos problemas que existem dentro da sociedade.

Então, nós podemos pensar em uma série de situações sociais nas quais a diversidade não só atende o princípio da eficácia, mas também atende e afirma o princípio do interesse público. Uma dessas situações já foi mencionada, aqui, em falas anteriores, que é, por exemplo, a importância da diversidade racial dentro do sistema judiciário.

O sistema judiciário brasileiro é exclusivamente branco, quase que exclusivamente branco, e também de classe média alta. Essas pessoas não têm absolutamente pouco ou nenhum conhecimento sobre a situação das pessoas negras e indígenas no País. Esse é um dos motivos pelos quais elas têm uma grande dificuldade ou efetivamente se recusam a reconhecer a presença do racismo no Brasil, a reconhecer atos de racismo discriminação e o racismo como um obstáculo à inclusão social.

A ideia da diversidade racial, um maior número de pessoas negras no serviço público, também poderia melhorar, de forma bastante efetiva, o tipo no processo de formulação de políticas públicas. Quando as pessoas discutem políticas públicas no Brasil, esses atores sociais, na maioria parte das vezes, também são pessoas que pertencem às faixas mais privilegiadas da nossa população e que, portanto, também não têm um conhecimento social bastante claro da complexidade social em que se vive.

Se nós estamos selecionando médicos para trabalhar nas diferentes regiões do País, alguns desses médicos, sim, precisamos que essas pessoas tenham conhecimento efetivo da disciplina, da Medicina, que elas expressem essa capacidade no concurso público, mas a capacidade refletida apenas em termos de conhecimento efetivo não é o único elemento capaz de atender a esse princípio da eficácia e também ao princípio do interesse público.

Então, por exemplo, o aluno de Medicina que se forma na faculdade da USP, na Universidade USP, e que vai para o interior do Mato Grosso trabalhar em uma aldeia indígena pode ter muito conhecimento sobre Medicina, mas ele tem pouco ou nenhum conhecimento da situação social na qual aquelas pessoas vivem. E a doença não é simplesmente um processo orgânico, mas ela é produto de uma conformação social e cultural muito mais ampla.

A maior parte dos professores do corpo acadêmico brasileiro é, basicamente, formada de pessoas brancas, de classe alta; muitas das universidades brasileiras, se formos olhar as pessoas que lecionam no Brasil, nós veremos claramente que são famílias que se reproduzem de uma geração para outra, a mesmíssima coisa acontece também dentro do nosso sistema judiciário.

Ora, a diversidade, as ações afirmativas também podem ser algo benéfico, também podem atender ao princípio da eficácia e do interesse público, quando, por exemplo, nós temos vários professores determinando quais serão as linhas de pesquisas que vamos seguir, e nós vamos dizer: não, nós não vamos ficar apenas discutindo questões filosóficas elaboradas na França, nos cafés parisienses. (*Palmas.*) Não, nós precisamos discutir quais são os problemas reais que o povo negro enfrenta.

Então, vejam, recentemente, eu fiz um levantamento sobre pesquisas relacionadas ao impacto racial no desenvolvimento emocional de crianças negras nas revistas dos departamentos de psicologia e psicanálise no Brasil.

Não é nenhuma surpresa que não havia praticamente nenhum estudo dessa natureza. Existem muitos estudos sobre a questão da mulher – algo extremamente relevante –, sobre a questão dos homossexuais, a

discriminação contra homossexuais – também extremamente relevante –, mas sobre o problema do racismo – que é uma das principais questões sociais no nosso Brasil –, praticamente zero.

E um dos motivos, uma das explicações para isso é porque a maior parte dos alunos do curso de psicologia é branca, a maior parte dos professores é branca, e isso nunca se tornou uma questão para eles.

Obviamente, não estou dizendo que essas pessoas não tenham capacitação ou interesse em desenvolver essa pesquisa, muito dantes pelo contrário, mas isso não aparece naturalmente como algo que possa ser “ah, vou pesquisar esse tema, porque isso surgiu como algo interessante”. Isso não está dentro da experiência social dessas pessoas.

Então, em todas essas situações... Mais um caso, que ouvi hoje, da defensoria pública: algumas defensorias públicas no Brasil querem estabelecer um mínimo, uma renda mínima para que as pessoas possam ser atendidas. Ora, isso é simplesmente uma das coisas mais absurdas que já ouvi! Mas, agora, quem são essas pessoas? Em sua vasta maioria, pessoas de classe média alta, e a visão social que elas têm são marcadas por esse lugar.

Então, quando um juiz diz, nesse caso, que a preocupação com a segurança é mais relevante do que a dignidade de um ser humano e descarta, imediatamente, a questão do racismo está tendo uma visão essencialmente racializada. (*Palmas.*) Essa é uma visão racial. Essa é uma visão de um grupo racial específico, que é a experiência de pessoas brancas de classe média, que têm uma experiência completamente distinta da vasta maioria das pessoas negras. Então, para eles, não existe absolutamente nenhuma conexão entre o *status* privilegiado que eles têm com a situação de marginalização social da massa da população negra brasileira. Eles acham que “cheguei aqui pelo meu esforço pessoal” etc. Isso realmente é verdade, em parte, mas não significa que essa posição privilegiada não tenha nada a ver com a pobreza. Todas as pessoas brancas, direta ou indiretamente, beneficiam-se da discriminação racial da mesma forma que todos os homens se beneficiam da discriminação contra mulheres e da mesma forma que todas as pessoas heterossexuais se beneficiam da discriminação contra homossexuais. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ADILSON MOREIRA** – É muito importante levarmos em consideração o fato de que a manutenção dos privilégios sociais e a permanência da subordinação está baseada nisto, na ideia de privilégio. O racismo existe com um objetivo específico, que é manter a situação privilegiada das pessoas brancas.

Então, a forma mais adequada para eliminarmos a situação do privilégio, que é o objetivo fundamental de todos os processos discriminatórios – não se restringe apenas à afirmação da inferioridade das pessoas –, é criar um tipo de intervenção material, dessa natureza, de distribuição das oportunidades sociais. E é por isso que aprovo, veementemente, a constitucionalidade dos programas de ações afirmativas também no serviço público.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Adilson Moreira, doutor em Harvard sobre o tema das Ações Afirmativas.

Meus cumprimentos. É sempre uma alegria ouvir um intelectual do povo negro com a clareza da sua exposição. Do mais simples ao mais graduado, tenho certeza de que todos entenderam a sua mensagem, e, por isso, ficam aqui os nossos cumprimentos mais uma vez. É muito bom ouvi-lo. Muito bom! (*Palmas.*)

Digo isso porque eles têm a mania, às vezes, de dizer que não temos intelectuais preparados – não é, Dr. Libanio? – para ocupar cargos de ponta mesmo no Brasil. Esta mesa está mostrando exatamente o contrário. Isso porque não falou ainda o meu Ministro substituto aqui. (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Giovanni Harvey, Secretário Executivo da SEPPIR, que aqui representa a Ministra e que, por inúmeras vezes, esteve em reuniões já, aqui nesta Casa, em nome da Ministra e com uma competência também elogiável. Meus cumprimentos.

Quero aqui dizer algo que o Frei David que me lembrou, o mérito é dele, mas eu assino embaixo a lembrança dele. Ele disse: “Paim, acho que é importante tu lembrares que o Paim que é Ministro da Educação não é teu parente nem nada”. Não é meu parente, não é irmão, não é primo, não é sobrinho, não é nada. Sou amigo dele, como sou amigo do Mercadante, como sou amigo da Gleisi. Mas temos que elogiar aqui a Presidenta Dilma, é a primeira vez que um negro assume o Ministério da Educação e por isso merece essas considerações. (*Palmas.*) Foi uma lembrança do Frei David, que esteve lá, de ele assumiu, com a sua posse, a posição de negro. Enfim, meus cumprimentos ao Henrique Paim, militante também do mais alto nível do povo brasileiro. É uma alegria poder homenageá-lo neste momento.

Dr. Giovanni, por favor.

**O SR. GIOVANNI HARVEY** – Bom dia a todas as pessoas presentes.

Início parabenizando o Senador Paulo Paim por mais essa iniciativa. O Senador, como todos os presentes e as pessoas que nos assistem sabem, tem uma trajetória longa de contribuição a essa agenda de promoção da igualdade racial.

Saúdo o Senador Cristovam Buarque, que tive o prazer de conhecer quando era reitor da Universidade de Brasília, na década de 80. E, ao saudar o Senador Paim e o Senador Cristovam, saúdo a todos os Senadores, a todas as Senadoras. (*Palmas.*)

Gostaria de saudar os membros que constituem a Mesa, os presentes, destacando a participação dos integrantes da Educafro e também as pessoas que nos assistem através da TV Senado.

Vou procurar restringir a minha fala a três aspectos do projeto de autoria do Executivo que está tramitando no momento na Câmara e que temos, como já foi dito aqui, a expectativa de que, em breve, venha ao Senado.

O projeto está na Câmara dos Deputados, já passou pela Comissão de Trabalho, liderada pelo Deputado Roberto Santiago, teve parecer do então integrante da Comissão, atual Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, Deputado Vicentinho; foi aprovado na CTASP, depois, esse projeto foi apreciado pela Comissão de Direitos Humanos, então presidida pelo Deputado Pastor Marco Feliciano, que teve o próprio Deputado como Relator, também foi aprovado; o projeto foi para a Comissão de Constituição e Justiça; tem, como Relator, o Deputado Leonardo Picciani, do PMDB do Rio de Janeiro, que tem tido uma postura muito respeitosa em relação à proposta original do projeto. O Deputado participou conosco, na semana passada, de um seminário promovido pela SEPPIR, pelo Ipea, e, na ocasião, pôde afirmar o seu apreço, o seu respeito pelo texto original do projeto, qualificando-o como enxuto e inclusive destacando a qualidade do texto remetido ao Congresso pela Presidenta Dilma Rousseff, a partir do trabalho desenvolvido pelo Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, pela Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial, com a participação ativa da Advocacia-Geral da União.

Esse projeto, como eu disse, foi produto de um debate grande dentro do Governo. Esse tema está colocado na nossa agenda de Governo desde a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, mas é importante ressaltar que o instituto das políticas de ação afirmativa permaneceu *sub judice* até 2012. Então compartilhamos da preocupação da Presidente Dilma de evitar uma judicialização de uma proposta como essa, à medida que tínhamos já um histórico de ações diretas de inconstitucionalidade em relação às políticas de cotas.

A partir de 2012, tivemos uma decisão histórica do Supremo, unânime, que considerou a política de cotas, em especial na Universidade de Brasília, constitucional, e isso abriu caminho para que os entes federativos, destacando-se o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, e o próprio Governo Federal, pudessem aperfeiçoar as políticas de ação afirmativa e ampliar sua abrangência, tendo em vista o cumprimento fiel do Estatuto da Igualdade Racial.

Dos três aspectos que gostaria de ressaltar, no que diz respeito a esse projeto que se encontra ora na Câmara e que vai a plenário – é um projeto que tramita com regime de urgência constitucional –, o primeiro aspecto é a qualidade do embasamento técnico do projeto elaborado pelo Ministério do Planejamento. Esse projeto traz algumas inovações que dizem respeito à política de cotas. Ele incorpora um aprendizado que foi assimilado a partir da experiência das cotas no ingresso nas universidades públicas federais.

Como as senhoras e os senhores têm conhecimento, no modelo de cotas que foi adotado para ingresso nas universidades públicas estaduais e federais, a pessoa faz a opção pelo regime no qual está concorrendo no ato da inscrição. Isso, ao longo do tempo, fez com que nós constatássemos algumas distorções – o Prof. Dilvo Ristoff, do Ministério da Educação, e o Prof. João Feres têm estudos a esse respeito.

Dentre essas distorções, o que nós constatamos é que, em alguns cursos em que há um fluxo maior de candidatos que optam pelo regime de cotas, a nota de corte, nos últimos vestibulares, tem sido sensivelmente maior do que a nota de corte no regime de livre concorrência. Isso significa dizer que a opção feita no ato de inscrição, que num primeiro momento poderia funcionar como um elemento de preservação da competitividade dos candidatos, acabou se mostrando algo contraproducente.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, notadamente a Secretaria de Gestão Pública, teve o cuidado de incorporar esse aprendizado. A partir daí, como o Frei David bem mencionou, no modelo de sistema de cotas para ingresso no serviço público, a pessoa faz a declaração no ato da inscrição, mas a aplicação do instituto da cota se dá a partir do resultado final do vestibular.

Aí cabe uma observação: as pessoas que são beneficiadas pelas cotas, ao final do resultado do concurso do vestibular, são beneficiadas não porque não passaram. As pessoas passam no processo seletivo. É importante que nós aproveitemos todos os momentos para dizer que a cota não beneficia quem não passa. A cota só beneficia as pessoas que se habilitam no processo seletivo, quer seja para a universidade, quer seja para o serviço público. O que acontece é que o filtro que exclui essas pessoas não se dá na aferição da capacidade de elas entrarem e, sim, em relação à nota de classificação final. Assim, nós temos um contingente de pessoas, quer

seja nos vestibulares, quer seja nos concursos públicos, que demonstra ter qualificação e mérito para ingressar na universidade e para ingressarem no serviço público e que, em função da limitação de vagas oferecidas, quer seja na universidade, quer seja no serviço público, fica no contingente de aprovados que não são chamados.

Então, é preciso que nós deixemos nítido isto: a cota não beneficia quem não passa. A cota beneficia quem passa e não obtém a qualificação, em termos comparativos, que permita que a pessoa entre dentro das vagas oferecidas. Então, isso é uma inovação, isso é um mérito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e é algo que precisa ser ressaltado e expandido para outros modelos de cotas em aplicação no Brasil.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é o embasamento técnico dessa proposta, que está, de alguma forma, sintetizada na exposição de motivos assinada pelas Ministras Miriam Belchior e Luiza Bairros.

Foi feito um diagnóstico inicialmente na Administração Direta. O Procurador Augusto Werneck tocou nessa questão quando falou da periodicidade dos concursos públicos. Isso realmente é algo em que nós temos atenção. Nós estamos observando a Administração Direta, na qual há pouco mais de 500 mil servidores ativos. Nós temos uma média de ingresso no serviço público anual de 25 mil servidores. Temos uma média de aposentadoria ou de saída do serviço público anual em torno de 12.500 servidores. Então, nós temos vários indicadores no que diz respeito, em especial, à Administração Direta, que levaram a que se fizesse uma ponderação em relação à participação da população negra nos vários níveis da Administração.

O Procurador Augusto Werneck novamente tocou nesse assunto. De fato, Procurador, nós temos, no nível que o senhor qualificou como elementar, 60% de pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Nós temos, no nível chamado de intermediário, em torno de 30%. E nós temos, nas carreiras de nível superior e nas carreiras de Estado, uma oscilação de cerca de 4% a 18%. Então, isso foi levado em consideração. Suas contribuições são extremamente válidas. Certamente vamos ter possibilidade de conversar com o senhor oportunamente, mas realmente isso foi ponderado. Em função disso é que fizemos uma proposta original, contemplando 20% para as cotas no concurso público, considerando que essas cotas, diferentemente do modelo adotado no acesso às universidades, não são “excludentes” – entre aspas – do modelo de acesso universal.

Obviamente, estamos abertos a debater isso, mas temos uma posição original a esse respeito.

O terceiro e último ponto acho extremamente importante, porque temos, de uma forma geral, discutido a política de cotas, considerando as pessoas que vão entrar no serviço público – da mesma forma como consideramos as pessoas que entraram nas universidades – como as beneficiárias da política de cotas.

No que diz respeito aos concursos públicos, da mesma forma em que pode ser aplicado esse raciocínio ao ingresso nas universidades, os beneficiários – o grande beneficiário, a grande beneficiária – da política de cotas não é a pessoa que entra no serviço público, é a sociedade brasileira, porque o serviço público existe para servir e atender às demandas da sociedade.

Então, a iniciativa de se apresentar uma proposta que estabelece as cotas no serviço público se insere no contexto da iniciativa de modernização, aperfeiçoamento e melhoria da qualidade do Estado e do serviço público brasileiro, porque todas as tendências demográficas mostram que, nos próximos 15 anos, 20 anos, nós vamos ter a população negra no Brasil correspondendo a alguma coisa em torno de 65% da população brasileira. E sabemos que um dos grandes obstáculos para que os direitos de pessoas negras possam ser efetivamente praticados é o racismo institucional, muito presente nos mecanismos do Estado brasileiro.

Não é à toa que há uma grande incidência de mortalidade por causa violenta, notadamente de jovens negros do sexo masculino, e sabemos que um dos principais responsáveis por esse nível de mortalidade são agentes do Estado. Então, essa medida, a proposta de instituição da política de cotas no serviço público é uma proposta que beneficia, num primeiro momento, a olho nu, a pessoa que ingressa no serviço público, mas que na realidade traz um benefício para a sociedade que prepara a máquina pública para atender a esse desenho de sociedade, que é diferente do desenho de sociedade que pautou o estabelecimento dos critérios de ingresso para a máquina pública que há hoje. (*Palmas.*)

Há uma máquina pública hoje que foi desenhada, que se orienta para atender à minoria da população. Nós temos políticas públicas universais que atendem a uma minoria da população, e ficamos pensando em políticas afirmativas para atender à maioria da população. Então, estamos vivendo um ciclo de transformação no desenho das políticas públicas no Brasil.

Hoje temos políticas universais que já nascem com o recorte étnico-racial. Quem vai operar essas políticas universais? São os servidores públicos. Que perfil de servidor público está qualificado para operar isso, já que temos os marcos legais constituídos, já que temos instrumentos de implementação constituídos e enfrentamos o racismo institucional na máquina pública, efetivamente implementado?

Isso acontece no campo da educação, isso acontece no campo da saúde, isso acontece no campo da segurança pública, e isso só vai mudar quando essa medida, proposta em boa hora pela Presidenta Dilma

Rousseff, for implementada e puder permitir que tenhamos um serviço público à altura dos desafios que a sociedade brasileira coloca para ele.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Giovanni Harvey, Secretário Executivo que aqui representa a Ministra.

Como é de praxe aqui na Casa, o Senador fala a todo o momento, sempre que assim entende, só para situar o Plenário. Como o Senador pediu a palavra, a palavra já é dele.

Cristovam Buarque, com a palavra.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Paim, peço a palavra, porque vou ter de atender a algumas pessoas, aqui, na sala da Secretaria, e gostaria de passar a vocês uma provocação.

Vou estar aqui na hora de debater isso. Volto, mas quero estar presente para ouvir a opinião de vocês.

Não preciso aqui lembrar, mas vou lembrar, meu papel, desde o início, na defesa das cotas. (*Palmas.*)

Lembro até como se fosse hoje como é que eu despertei para isso. Eu era reitor da UnB, estava andando no campus com uma professora da Universidade de Berkeley, chamada Linda Jerome, e como eu sempre digo que a escola básica é muito desigual da americana, da europeia e que as universidades são menos desiguais, porque tudo que é para parcela rica a gente dá uma dedicação maior do aquela que é para os pobres, eu lhe perguntei a ela qual era a diferença entre o campus da UnB e o campus de Berkeley. Eu achava que ela ia dizer que era pequena a diferença. Mas ela me disse: “Tem uma grande diferença. Eu não vejo negros aqui.” E ela não sabia que os poucos negros, uns gatos pingados, eram africanos bolsistas.

Então, um país de negros, que se diz sem preconceito, tem menos negros nas universidades do que os EUA? Era preciso fazer alguma coisa. E comecei, a partir daí, a defender. Obviamente, demorou o processo de negociação, discussões muito longo e terminou sendo aprovado: a primeira universidade a aprovar a cota a partir a cota e a partir daí, mas eu não era mais reitor. E passei a ser um defensor. Mas eu tenho uma crítica séria a fazer aos movimentos.

O Frei David conhece a minha posição. Eu acho que vocês estão defendendo corretamente as cotas, mas insuficientemente, porque vocês estão defendendo cotas para quem já terminou o ensino médio e que pode fazer o vestibular e passar, porque disse bem o Dr. Giovanni, quem não passa, mesmo negro, não entra na universidade. A cota muda um pouco a classificação, mas não elimina a linha de corte.

Por isso, quando dizem que cai a qualidade, eu sempre pergunto: você quando vai ao médico pergunta em que lugar ele passou no vestibular? Ninguém pergunta. Você quer saber se entrou, se fez o curso, onde fez a residência, porque não tem quase nada a ver em que lugar você passa no vestibular e a sua competência. Tem pouco a ver, lá dentro é outra realidade.

Agora vocês estão deixando de fora, por exemplo, 10 milhões de negros analfabetos. Esses não têm jeito de se beneficiarem de cotas. Vocês estão deixando de fora cerca de 32 milhões de negros analfabetos funcionais. Não é possível isso! É muito pouco radical a defesa de vocês. Eu não estou propondo cotas para as crianças negras na escola. Eu estou propondo que vocês lutem pela erradicação do analfabetismo no Brasil, que vai beneficiar sobretudo negros.

O que eu quero é que vocês defendam que todos os meninos negros terminem o ensino médio com qualidade, porque aí 32 milhões de negros serão beneficiados, porque a partir daí terem acesso também às cotas para negros na universidade.

Eu não quero com isso substituir as cotas.

A última reunião que eu tive com o Presidente Lula, como Ministro, foi em uma roda grande sobre cotas. Eu saí dali para o aeroporto e voltei ex-Ministro, porque levei o celular comigo.

Pois bem, durante esse... Acho que inclusive isso foi a gota d'água para ele me tirar, depois das brigas que eu tinha tido. Porque ele me perguntou: “Nesse negócio de cota não seria melhor uma boa escola para todos, desde a primeira infância?” Eu disse a ele: sim, Presidente, não tenha dúvida, mas vai levar 20 anos. Se a gente estivesse fazendo o dever de casa na educação de base... E nós não estamos. E creio que ele disse que um ministro que diz que nós não estamos fazendo o dever de casa não merece continuar.

É bem possível isso.

Pois bem, eu não estou querendo, de jeito nenhum, tirar as cotas, o Frei David já ouviu essa minha posição algumas vezes e sabe que eu defendo que haja cotas, mas eu queria cobrar de vocês lutarem para uma educação de base de qualidade para todos, o que vai beneficiar sobretudo os negros que não se beneficiam das cotas para uma universidade, eles estão esquecidos por vocês. Um analfabeto negro não sentariam nessa mesa. Então, vocês estão excluindo. Não quer dizer que vamos dar cota. Não adianta dar cota para colocar um analfabeto, ele não virá; ele virá, mas não olhará nos olhos da gente, salvo uma ou outra exceção que existe

de uma pessoa que é capaz de, mesmo sem saber ler, ter uma posição fundamental de dignidade, de luta e de diálogo, mas é muito raro. Quem tiver isso aprendeu a ler.

Então, ao mesmo tempo em que vocês lutam pelas cotas para a universidade, para o trabalho – e devem continuar lutando por isso, quero insistir que eu não estou propondo substituir, não –, eu quero é cobrar de vocês. E não vejo outra maneira de ter essa escola – pelo menos é a minha maneira de propor – senão federalizando a educação de base. Enquanto a educação de base estiver nas mãos dos pobres prefeitos – pobres e desiguais –, não vai haver escola de qualidade igual para todos. Se não houver escola de qualidade igual para todos, os negros ficarão prejudicados, porque a gente vê que, por exemplo, o sistema Judiciário é feito de brancos e ricos, mas, na verdade, é feito de pessoas que tiveram a chance de se alfabetizar, e a maior parte dos negros não consegue; que conseguiram fazer o ensino médio, e a maior parte não consegue; que conseguiram entrar numa universidade por cota ou não, mas a maioria não consegue, porque a cota nunca é para muitos, é para poucos. A cota não é proporcional ao número de negros, é bem inferior à proporção de negros na sociedade.

Pois bem, eu queria aqui manifestar meu apoio total à necessidade de cotas por muito tempo ainda, muito tempo – mesmo que se faça a revolução que eu defendo, ela não vai surtir efeito rapidamente –, mas vocês não podem ficar alheios às necessidades da alfabetização no Brasil, independentemente de negros ou não, mas que vai beneficiar, sobretudo, os negros.

Alfabetização não é nem uma questão educacional, é uma questão de direitos humanos. Eu venho tentando há tempo tirar o programa de alfabetização do Ministério da Educação e colocar no Ministério dos Direitos Humanos. Um analfabeto é torturado todas as horas do dia em que ele está acordado, porque ele não sabe se está tomando o ônibus certo, ele não sabe se está tomando o remédio certo, ele não sabe como procurar emprego nos jornais. Ele é um torturado. E a maior parte desses torturados no Brasil – eu estimo que 10 milhões – são negros, embora eu ache que vocês deviam lutar para alfabetizar também os brancos. São 10 milhões.

Esse Governo que nós temos – e que eu ajudei a eleger, e que ainda acho que foi um bom Governo, quando eu comparo com os outros, tanto Lula, quanto Dilma – deixou aumentar o analfabetismo no ano passado. O número aumentou, reduziu-se um pouquinho a percentagem, mas, como o número de brasileiros aumentou, o índice aumentou. Claro que a gente pode dizer que foi tão pequeno o aumento que está na margem de erro, mas é absurdo que o Governo não tenha resolvido o problema do analfabetismo depois de dez anos no poder. E eu não vejo reclamação, não vejo luta. Eu vejo uma mobilização grande, correta, pela cota para entrar na universidade, eu não vejo uma luta pela cota para sair do analfabetismo. Não vejo, me desculpem se vocês estão fazendo e eu não percebo.

Por isso eu vim aqui, para manifestar o meu apoio às cotas, mas manifestar a minha cobrança a vocês – e eu faço a todos, não faço só a vocês não – de que este País não pode continuar assim, com 10 milhões de negros adultos analfabetos, 32 milhões de negros que são analfabetos funcionais – 10 milhões de analfabetos completos; 32 funcionais –, que não se beneficiam das cotas que nós defendemos. Eu me sinto extremamente incomodado quando eu defendo cota para universidade e não consigo a cota de 100% para sair do analfabetismo.

Então, eu queria deixar esse recado aqui, quero ver debater isso aqui, se vocês quiserem, a não ser que não queiram. É possível que esteja chegando alguém para eu ir ter uma reunião aqui fora, eu saio e volto aqui, porque eu gostaria de ver o movimento de entrada nas universidades por cotas esse movimento ser também um movimento de saída do analfabetismo e da má educação que nos caracteriza, nós, brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam, está feita a sua colocação. (*Palmas.*)

Sei que V. Ex<sup>a</sup> tem outro compromisso, mas o tema que V. Ex<sup>a</sup> levanta merece uma audiência pública, só para ele. Aqui hoje, o tema específico – claro, cada um, na abrangência legítima dessa questão, fala, por exemplo, dos milhões de brasileiros analfabetos – são as cotas no serviço público. Claro, quando tratamos de cotas no serviço público, entendemos – acho que é unanimidade aqui na mesa – que se trata de pessoas que têm um mínimo de preparo para enfrentar uma cota no serviço público. Por isso, acato a sua boa provocação, já me comprometendo, e podemos assinar juntos, a fazer uma audiência pública específica sobre o tema que V. Ex<sup>a</sup> levanta. (*Palmas.*)

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Já foi feita, Presidente. Eu já apresentei esse requerimento; quero o seu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O meu voto V. Ex<sup>a</sup> terá sempre. Requerimentos de V. Ex<sup>a</sup> eu não questiono, assino embaixo.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E peço à Presidenta que ponha em votação. Não estou reclamando porque faz pouco tempo que apresentei.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro, está bom.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas já está aqui o meu pedido de audiência: análise do problema do analfabetismo sob a ótica dos direitos humanos. Conto com seu apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Pode me passar o requerimento que já assino embaixo, para votarmos na próxima quarta-feira, já que não foi votado. (*Palmas.*)

Está o.k., Senador?

Muito bem.

**O SR. ADILSON MOREIRA** – Sr. Senador Paulo Paim, eu poderia fazer uma rápida intervenção?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não há como dizer “não” para o senhor. Está com a palavra.

**O SR. ADILSON MOREIRA** – Muito obrigado. É verdade que o tema da nossa discussão aqui hoje é sobre cotas no serviço público. Passei os últimos sete anos lendo centenas de decisões judiciais sobre ações afirmativas tanto nas instituições de ensino superior como também no setor público. Um dos argumentos mais presentes, mais utilizados pelos tribunais que declaram a inconstitucionalidade desses programas – isso acontece até hoje – é exatamente a necessidade de que a classificação de ações afirmativas como política de caráter emergencial e inconstitucional se dá na contraposição de políticas universais, como o senhor defende e que, obviamente, são absolutamente necessárias.

Agora, o argumento desses tribunais é o de que precisamos de políticas universais para facilitar o acesso das pessoas à educação básica, e, com isso, gradativamente, a discriminação racial será eliminada. Esse é um argumento bastante complexo, e precisamos analisá-lo, em função da importância que ele tem nas decisões judiciais sobre cotas no serviço público. A primeira coisa é a seguinte, e mais uma vez faço referência à discussão norte-americana sobre esse tema: um dos argumentos desenvolvidos, tanto nos Estados Unidos como no Brasil pelos tribunais norte-americanos e pelos tribunais brasileiros, é a ideia de que cotas são políticas demagógicas que só privilegiam e só atendem os interesses da classe média negra e que, portanto, são ineficazes, incapazes de promover a inclusão social da massa da população.

É preciso esclarecer alguns pontos. O primeiro deles é que pessoas negras de quaisquer classes sociais, de todas as classes sociais sofrem preconceito. Então, eu posso ser um homem negro que tenha formação superior, mas eu, muito possivelmente, serei discriminado em um processo de seleção para um concurso para juízes. (*Palmas.*)

E também serei discriminado num processo de seleção para um cargo na iniciativa privada, o que acontece todos os dias no nosso País. Então, a primeira coisa que temos que fazer é: os programas de ações afirmativas têm um caráter emergencial, são políticas de caráter reparatório, que têm a função muito importante de facilitar a presença de pessoas negras no processo de decisão política, que é um dos principais motivos pelos quais nem políticas reparatórias nem políticas universais, que podem beneficiar negros e pobres, são efetivamente aprovadas e levadas adiante no nosso País.

Então, o fato da inexistência ou da ineficácia de políticas universais não significa que políticas emergenciais ou reparatórias sejam ilegais ou desnecessárias ou que devem ser adotadas, mas no futuro. Isso não é algo que pode ser postergado.

Obviamente, eu sei que essa não é a posição do senhor – muito pelo contrário –, mas esse é um argumento presente em praticamente todas as decisões judiciais que eu li declarando a inconstitucionalidade do programa em serviço público, essa confusão entre políticas universais e políticas reparatórias e a declaração de que nós só precisamos de políticas universais. Aí entra o argumento da miscigenação, da racialização, etc., de que não precisamos no Brasil, porque, como somos muito gente boa, o bom espírito dos brasileiros, o universalismo jurídico vai promover a igualdade racial. Isso não vai acontecer.

Agora, o senhor está absolutamente certo. Nós, realmente, todos os movimentos sociais e a sociedade, precisamos também nos engajar nessa luta pela alfabetização da massa dos desprivilegiados, porque as cotas raciais, efetivamente, têm um impacto positivo, mas num grupo social específico, mas isso não significa que não seja necessário. E eu sei muito bem que o senhor concorda com isso, mas é importante que o público que está nos assistindo tenha clareza dessa distinção.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Paim, só para desculpar. Primeiro, eu quero ficar satisfeito, porque o senhor sabe que eu não quero, primeiro, a educação igual para todos para, depois, haver as cotas. Eu vou até mais longe. Eu não vejo cota como uma coisa emergencial, não. Enquanto a sociedade tiver brancos e negros, é preciso ter cotas, até porque pode ser que todos sejam iguaizinhos na educação, mas, de repente, o destino fez com que – em vestibular há muita sorte – os negros ou os brancos tenham perdido a proporcionalidade dentro da universidade. Eu sou favorável a que as cotas existam. Eu não ponho um contra o outro. Eu quero pôr os dois.

Agora, eu digo a vocês: se o seu movimento fica só nas cotas para negros nas universidades, com o meu apoio total, vocês ficam em posição desvantajosa, porque estão defendendo a ideia de cotas raciais com uma dosagem classista, porque os pobres não conseguem, salvo raras exceções, terminar o ensino médio com qualidade para passar no vestibular, como disse o Dr. Giovanni. Isto é o que eu quero falar a vocês: tem que passar no vestibular para se beneficiar das cotas. Vocês mesmo defendem isso. Então, é preciso que tenha terminado o ensino médio para ter o direito de fazer o vestibular. E é preciso ter feito um bom curso para passar no vestibular, salvo alguns com genialidade especial.

Então, eu quero colocar as duas lutas juntas. Eu quero universalizar as cotas. Em que sentido? Todos podem disputar um vestibular – todos os negros, eu digo –, mas não vejo essa luta. Essa luta tem sido feita para garantir cota para os que já terminaram o ensino médio com qualidade, capazes de passarem no vestibular.

Não estou querendo que vocês desviem as suas bandeiras. Eu estou querendo colocar outra bandeira nas mãos de vocês. E, sem essa outra bandeira, o movimento fica corretamente racial, mas fica equivocadamente classista.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Libanio, por favor, com toda a justiça.

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Eu queria ser pragmático. A minha visão, sim, nesse emaranhado de discussões jurídicas acabou me fazendo levar as coisas para um lado pragmático. Eu entendo o que o senhor está falando, porque eu já pensei sobre isso, já pensei assim. Hoje, eu faço uma distinção do que é uma política educacional que se universalize para a melhoria do sistema e uma política social, que é a política de cotas. O que é a política de cotas, hoje, para mim, e que eu defendo? Nós precisamos ter mais Parlamentares negros, médicos, dentistas... (*Palmas.*)

Dar uma cara para o País. Uma vez perguntaram ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso – se não me engano, foi o George Bush: “O seu país não tem negros?” Entendeu-se, jocosamente que o George Bush era burro ou não conhecia de geografia. Mas não era isso, é porque no segmento da diplomacia brasileira não existem negros; não existem negros médicos. Eu gostaria de me consultar com um médico negro, eu gostaria de ter um odontologista negro, que a obstetra que fez o parto das minhas filhas fosse negra. Nós não achamos isso. Então, é a inserção da nossa gente no estamento social para que eu possa olhar para cima, minhas filhas possam enxergar... Anotei aqui, falando da brilhante exposição do Dr. Adilson, sobre os intelectuais brasileiros. O Prof. Milton Santos foi um dos maiores geógrafos do mundo e nunca foi chamado para nada no Brasil. Poderia ter sido um Ministro excepcional, colaborado demasiadamente com o conhecimento que ele tem sobre a realidade geográfica e humana do País. É isso, a política de cotas visa a isto: introduzir pessoas da nossa cor, que tenham o nosso entendimento, da nossa realidade, porque aí, Senador, acho que o senhor vai ter aliados, pois sei que sua briga é quase isolada aqui por uma educação de qualidade no País, o senhor vai ter aliados para isso.

Acho que quando a política de cotas for efetiva no País, o senhor vai ter aliados, aliados Parlamentares, aliados professores nas universidades. (*Palmas.*)

Sei da sua briga, acompanhei, sou seu eleitor. Vou confessar isso, porque não é problema nenhum. Sou seu eleitor há muito tempo, admirador do senhor desde a época do Bolsa Família, do Bolsa Escola. Sua cabeça para educação no Brasil é fantástica, mas hoje faço esta distinção: temos que afirmar essa política social, que é uma política reparatória mesmo, em vez de pensar em indenização para a população negra. Não, vamos dividir serviços públicos de qualidade, ensino superior primeiro. Porque acho que vamos ter doutores, professores, professores de 1º e 2º graus capacitados para serem aliados do senhor nessa briga. Acho que uma coisa puxa a outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou, naturalmente, permitir ao Senador Cristovam. Gostaria de lembrar que faltam cinco do plenário que falarão e já são 11h24.

Aqui o debate já começou. Dr. Augusto disse: “Eu quero entrar nessa, me bote para falar.”

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas eu preciso falar, porque esse discurso passa a ideia de que sou daqueles que defendem esperar a educação igual para todos para começar as cotas. Não!

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Eu sei, eu entendi.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tenho feito mil discursos e artigos. A cota beneficia o Brasil na ideia até do Dr. Giovanni. É uma vergonha o Brasil, que é um País de brancos e de negros, ter uma elite branca. Tem-se que mudar a cor da cara da elite brasileira. (*Palmas.*)

Eu tenho vergonha de que, como recifense, pernambucano, um lugar de negros, a primeira vez em que fui a um médico negro eu tinha 60 anos e estava em Angola. Nunca tinha ido. Por isso, sou um admirador fanático da universidade do José Vicente. Eu estive na universidade de José Vicente e disse: “Eu estou me sentindo num país estrangeiro, porque numa universidade com negros.” Tem que mudar a cor da cara da elite e isso só com cotas nas universidades. (*Palmas.*)

Eu só estou pedindo algo mais a vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, tudo bem, nós entendemos.

Dr. Augusto, antes que o senhor saia. Dr. Augusto, por favor. E o Frei David disse agora: "Também tenho que ter uma palhinha nessa história."

**O SR. AUGUSTO WERNECK** – Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque, que eu creio que entendi o que se pretendia dizer. É que há uma renitência nesse discurso que foi muito bem colocado pelo Dr. Adilson, ou seja, nós nos acostumamos a ouvir esse argumento no sentido exatamente ao contrário do que V. Ex<sup>a</sup> tem dito. Ou seja, não é o discurso que inclui, é o discurso que exclui, que tenta dizer que vamos cuidar do ensino fundamental porque assim resolvemos todas as questões. É disso que queremos sempre advertir, que não é exatamente a verdade.

Eu me posiciono aqui nesta mesa como alguém que vem claramente da elite branca brasileira. Um dos livros que cito sempre é o livro de meu trisavô, o Barão de Paty do Alferes, o homem que foi o algoz de Manuel Congo. Ele escreveu a fundação de uma fazenda de café na província fluminense, que é uma teoria da escravidão. É um dos livros que deveriam ser utilizados sempre como comprovação da desigualdade no Brasil, porque não mostra simplesmente a sevícia prática, ou a repressão no sentido prático, mas a repressão que entra na alma, porque ela se transforma numa teoria.

Em todas as descrições que o barão faz de como deve funcionar uma fazenda, em tudo que há para prover o escravo, em tudo que há para reprimir o escravo, em tudo que há para alimentar o escravo, em momento algum se fala na educação de ninguém.

Então, eu colo essa informação com uma outra de 60, 70 anos depois. O livro é de 1840, já no início da República, tem uma bela produção de fotografias e de texto, se chama *A Cor da Escola* e vai mostrar como surge a escola pública brasileira. A escola pública brasileira surge lá naquele ambiente do Distrito Federal para a classe média baixa, para trabalhadores qualificados. Ela não surge para os filhos de escravos, não surge para os ex-escravos e assim começa uma grande expropriação econômica, que vai resultar nesse desvão que é o ingresso na universidade.

Por isso que vejo que o ingresso na universidade cola e representa mais ou menos a mesma coisa, ou seja, nós tivemos um processo de expropriação, as pessoas não tiveram educação e, porque não tiveram educação não puderam entrar na faculdade; e porque não puderam entrar na faculdade vão entrar cada vez menos na universidade. Esse é o problema.

Essa solução que V. Ex<sup>a</sup> traz eu julgo ser um verdadeiro ovo de Colombo. Acho que nós deveríamos, sim, incorporar para impedir que esse discurso fosse utilizado hipocritamente contra nós. (*Palmas.*)

Esse não é um discurso contra nós, esse é um discurso a nosso favor. Esse é o discurso que vai resolver todas as questões, Frei David. Porque nós temos que colocar os negros na universidade, temos que acabar com a elite branca brasileira, ou seja, fazer com que haja uma elite que não seja branca; terminar com as inspirações nefandas do eurocentrismo, como no voto do Ministro Lewandowski, que, de modo pioneiro e maravilhoso, foi tocado nesse tema, no direito brasileiro, pela primeira vez – os males do eurocentrismo –, mas levar isso à erradicação do analfabetismo. Porque a erradicação do analfabetismo termina com essa marca terrível que é de ter sido a escravidão a origem da pobreza no Brasil, que é, afinal de contas, o que nós estamos discutindo aqui.

Acho que compreendi V. Ex<sup>a</sup> e acho que é perfeitamente plausível, possível e desejável que todos nós possamos... E essa audiência pública será excelente, Senador Paim, porque vamos poder incorporar isso como mais uma das nossas causas. E a *expertise* dessas pessoas que estão aqui em lutar por uma causa é conhecida de todos nós, não é, Frei David. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Augusto.

Frei David. E daí vamos para o plenário, senão o Plenário não vai falar.

**O SR. DAVID SANTOS** – É verdade, vou ser bem rápido.

Senador Cristovam, sua provocação é rica demais, positiva. Que bom que hoje estou tendo a oportunidade de responder. Quase sempre, nas audiências públicas em que o senhor coloca isso, não sobra a palavra para a mesa, e a gente não consegue responder. Hoje, que bom que estamos tendo essa chance.

Primeiro, quero dizer ao senhor que, durante várias vezes, ao longo dos últimos 30 anos, a Educafro fez a luta nessa linha, só que não foi divulgado pela imprensa.

Vou dar um exemplo ao senhor. A Educafro, em vários Estados do Brasil, principalmente Rio, São Paulo e Espírito Santos, foi a escolas públicas e fez a seguinte pergunta ao aluno: "Neste ano você teve alguma matéria sem professor?" Para o escândalo, meu irmão Senador, há aluno que ficou oito meses sem Física ou sem Química. E o Estado de São Paulo, o Estado do Rio, de Minas, do Espírito Santo mandaram os professores colocarem nota falsa no boletim. Abrimos processo no Ministério Público contra essa atitude violenta, e infelizmente o processo está rolando e nada encaminha.

Portanto, nesta audiência pública que o Senador Cristovam Buarque está puxando com o apoio do Senador Paim, a gente tem muito que falar para dizer o quanto nós lutamos, sim, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.

Quero dizer ao senhor, Senador, que a imprensa tem mostrado, de maneira equivocada, que as cotas por que estamos lutando só beneficiam a classe média. Cadê o Derek? Por favor, venha aqui. E cadê a Delza? Dois casos, simbolicamente, dois favelados, lascados, que não têm nem onde morar – favelados mesmo – acabaram de passar pelas cotas em universidades federais. (*Palmas.*)

Portanto, não dá para manter esse discurso de que nós, negros, com cotas, estamos beneficiando a classe média negra. Isso não é verdade. Estão aí dados concretos que estão provando que quem está entrando são os lascados.

Derek, qual é a sua favela?

**O SR. JONATHAN DEREK SOUZA E SILVA** (*Fora do microfone.*) – Eu sou residente do Cantinho do Céu, Grajaú, extremo sul da Zona Sul de São Paulo, uma das comunidades mais carentes da Zona Sul de São Paulo. (*Palmas.*)

**O SR. DAVID SANTOS** – Concluindo – vocês vão ter a fala daqui a pouco, fiquem um pouquinho mais... Concluindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixa só ela dizer a dela também.

**O SR. DAVID SANTOS** – É verdade.

**A SRª DELZA DA HORA SOUZA** (*Fora do microfone.*) – Então, meu nome é Delza, eu tenho 18 anos, acabei de terminar o ensino médio e fui aprovada por cotas na Universidade Federal de São Carlos. Porém, tenho uma crítica em relação ao excesso de burocracia com a documentação. Com o excesso de burocracia de documentação, eles exigem que o aluno, muitas vezes, apresente uma documentação que ele não tem, por um processo lá atrás, da questão dele em relação aos pais. Eu não conheci os meus pais. Então, eu não tenho como comprovar para a universidade que eu não os conheço e não tenho como apresentar essa documentação.

Perdi a vaga na Universidade Federal de São Carlos. Graças a Deus, fui chamada para uma outra federal e estou correndo atrás para não perder a vaga novamente.

Há uma crítica a ser feita, porque não adianta a gente conseguir a vaga na universidade federal, e, depois, eles novamente tomarem a nossa vaga. Eles precisam considerar toda a trajetória do aluno, porque senão não adianta de nada você nadar, nadar, e morrer na praia. (*Palmas.*)

**O SR. DAVID SANTOS** – Importantíssimo o depoimento da Delza e do Derek. Fiquem aí vocês.

Concluindo, Senador Cristovam, falo o seguinte: o Governo Federal fez uma coisa que pouca gente sabe – mexeu na Lei da Filantropia. Agora, na nova Lei da Filantropia, incluiu todas as escolas burguesas, obrigando-as a, para cada cinco vagas, colocar um pobre, negro ou branco – não importa.

E aí, Senador, eu confesso ao senhor que eu queria pedir socorro ao senhor, excelente educador, porque, em todas as escolas de ensino fundamental a que eu fui, estão falando o seguinte: “Botei aqui um pobre branco, botei negro, nessa vaga obrigatória.” E falaram com um certo ódio: “Obrigatória! No entanto, essa turminha não aguentou, porque aqui não é o ambiente deles.”

Ou seja, grande parte dos pobres, por uma questão psicológica oferecida pelas escolas ou pelo governo, se entrar nas escolas de burgueses, não estão perseverando, porque a tortura psicológica do confronto entre miséria e opulência mata também. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Olha, aqui está vindo uma mensagem. Eles estão pedindo que o Plenário fale. Está chegando aqui, e eu posso ler para vocês. E reclamaram já de mim, porque vocês não falaram no microfone, porque eu não orientei. “Estamos assistindo. Queremos ouvir os jovens, queremos ouvir o Plenário.” Então, eu vou dar oportunidade. Na hora de eu chamar o Plenário, que vocês falem, o.k.?

Então, agora, a primeira pessoa do plenário. É a Delza, não é? A primeira, casualmente, é a Delza. Delza, por cinco minutos. Delza da Hora Souza. Cinco minutos para você. Depois, o menino fala. Em seguida, o Prof. João Cassiano.

**A SRª DELZA DA HORA SOUZA** – Desde já, cumprimento todos os presentes à mesa e agradeço a fala. Eu quero ressaltar a importância da questão da cota nos serviços públicos, que é a pauta principal aqui hoje. Eu acho que a cota nos serviços públicos, como já foi comentado pelos presentes aqui, vai representar principalmente a questão da inserção do negro na sociedade. É necessário vermos mais negros nos setores da sociedade, porque é a partir dessa representação que nós vamos poder realmente representar a sociedade brasileira.

E eu vou fazer uma relação também com a questão das cotas nas universidades. Elas vêm dando certo, sim. Deu certo não só para mim e para o Derek, como em outros casos de alunos que estão aqui e que passaram em federais – o caso da Lara, da Ana Carolina.

E há outras pessoas também que perderam vaga nas universidades federais pela questão da documentação e, principalmente, do prazo curto que eles dão para efetuação da matrícula.

A Educafro é uma pioneira nessa luta. É algo que se deve destacar, e eu peço que vocês aplaudam a Educafro por essa luta. *(Palmas.)*

Porque ela, principalmente, vem reforçando essa ideia de que o negro precisa estar inserido na universidade. É necessário que o negro se conscientize de que o lugar dele é na universidade pública e não na universidade particular. Precisamos mesmo cobrar que haja uma educação de qualidade no ensino fundamental e no ensino médio.

Quanto à palavra do Senador Cristovam Buarque, ele realmente tem razão quando fala da questão da educação de qualidade no ensino fundamental e no ensino médio. Esta semana ouvi uma frase de um menino da Educafro, o Everton – Everton, por favor. Ele falava que as cotas têm sido como uma vela em meio à escuridão: enquanto a luz não vem, as cotas estão beneficiando o público negro. Então, estão sendo como uma vela enquanto a luz não vem. *(Palmas.)*

Está sendo, de alguma forma, uma ponte para o sucesso do negro. De alguma forma, tem sido uma ponte para o sucesso do negro na sociedade.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Diga seu nome primeiro, para que fique registrado.

**O SR. JONATHAN DEREK SOUZA E SILVA** – Bom dia a todos.

Meu nome é Jonathan Derek Souza e Silva, sou residente no Cantinho do Céu, no Grajaú, Zona Sul, extremo sul de São Paulo, e, através das cotas, consegui ser aprovado na Universidade Federal de Sergipe no curso de Artes Visuais, licenciatura. Eu não tinha dinheiro para ir lá fazer a pré-matrícula, por estar desempregado e meus pais também. Passei minha situação ao Frei; fizeram uma matéria e, com a solidariedade do povo, consegui dinheiro para fazer a matrícula.

Venho de uma família carente, passei por diversas dificuldades. Meu pai era criminoso, viciado em drogas. Eu tinha tudo para dar errado na vida, mas, graças a Deus, dei importância ao estudo e, graças a Deus, hoje estou aqui. *(Palmas.)*

E aqui é um exemplo. Eu poderia neste exemplo estar traficando droga em minha comunidade, planejando explodir um caixa eletrônico esta madrugada, mas não, estou aqui, mostrando o exemplo da minha vida. É isso. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns aos dois. Não é de graça que estou recebendo aqui “obrigado, obrigado, Senador, por vocês terem falado”. Vocês enriqueceram a nossa audiência. *(Palmas.)*

Agora vamos ao Prof. João Cassiano de Oliveira, Diretor-Presidente da Universidade Autônoma dos Idosos do Estado de São Paulo e Educafro. *(Palmas.)*

**O SR. JOÃO CASSIANO DE OLIVEIRA** – Exmº Senador Paim, já o conhecemos há tempo pela extraordinária atividade que cumpre neste País, especialmente também em atenção aos idosos, em nosso Congresso; estivemos com o senhor em seu gabinete. Queremos estender a nossa saudação ao Dr. Libanio; ao Dr. Augusto; a Frei David, que é um lutador conosco; ao Dr. Ciro Bueno; ao Giovanni Harvey, que fez uma boa intervenção; ao Adilson, que se destacou também; e ao nosso amigo Cristovam Buarque, que nos faz recordar aqui o nosso grande Prof. Darcy Ribeiro, que nos inspirou muito nessa UnB.

Para nós, é motivo de satisfação hoje, aqui, vir a proceder a uma discussão e a um debate importantíssimo como o é o assunto das cotas. O mestrado que fizemos no exterior, porque estivemos exilados por quarenta e poucos anos lá fora, foi precisamente estudos de sistemas latino-americanos. E o nosso trabalho de saída do mestrado foi precisamente a eliminação dos exames vestibulares ou qualquer tipo de exame que não permitisse o acesso à massa popular. Logicamente, no exterior, no mundo hispânico, nós temos aquilo da revolução da segunda reforma universitária de Córdoba de 1928, que fala da autonomia universitária, que fala do cogoverno universitário. É por isso que no Equador existe um cogoverno universitário. Na Venezuela e na Costa Rica também.

O que significa o cogoverno universitário? Significa que quem elege o reitor são os estudantes, os docentes, inclusive os membros dos sindicatos de trabalhadores da universidade. Ou seja, não é um reitor imposto por um governo atual ou coisa assim, mas é um produto do útero antropológico da universidade, do útero social dessa universidade, da vontade universitária. Depois do ingresso, todos têm acesso à universidade; no processo se vai discutir ali a maneira disso tudo e o reforço que a universidade vai dar também àquelas pessoas que vêm do ensino médio, do ensino fundamental, que lá seria o básico, e que não vão poder acompanhar, às vezes, mesmo ingressando, mas vai haver um reforço ali.

Então, por princípio, nós – eu sou do coletivo –, o nosso projeto de graduação foi precisamente a terminação dos exames universitários há dez ou quinze anos. Mas hoje, aqui, nós queremos dizer que o problema não está somente no problema nosso, não está somente numa situação basicamente de cotas. É preciso recordar aqui uma dívida histórica. É preciso recordar aqui a diáspora africana. É preciso recordar aqui que isso é consequência do que vem de muito longe. Por isso, hoje, quando observamos sete combatentes sentados em frente a nós e uma massa de jovens aqui, numa relação intergeracional importante, também levantando essa bandeira, é porque o Brasil avançou muito. E avançou muito nesses últimos anos e tem que avançar mais ainda. (*Palmas.*)

Por isso, nós vamos pedir aqui, para concluir, o apoio dos Senadores Paim, Cristovam Buarque, do nosso grande amigo Inácio Arruda, da Vanessa Grazziotin, do Eduardo Suplicy, do Tião Viana, lá no Acre, e dos demais Senadores, para que aprovem esse documento que está repousando e que precisa ser levado adiante. E agradecer também a nossa Presidenta Dilma pelo trabalho que está fazendo e a todos nós que estamos aqui, neste momento. Por isso, esse aplauso não é só para todos aqui. É para todos aqueles lutadores que estão aqui e aqueles que nos permitiram estar aqui, que hoje não nos acompanham, por uma ditadura que não permitiu.

Por isso, um abraço a todos vocês e a nós mesmos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Prof. Cassiano de Oliveira, Diretor-Presidente da Universidade Autônoma dos Idosos de São Paulo.

Passamos a palavra, agora, ao Renato Domingos Júnior, Assessor de Políticas Públicas da Educafro. Depois, Anna Vitória.

**O SR. RENATO DOMINGOS JÚNIOR** – Primeiramente, bom dia.

Doutos operadores de Direito, Exmº Senador, todos estes meus colegas militantes da Educafro, eu queria agradecer ao Roberto por ter cedido a fala dele, no caso, para minha pessoa, porque, infelizmente, a Secretaria não nos comunicou da possibilidade das manifestações. Então, fica a minha crítica nesse sentido.

Primeiramente, me apresentando, eu sou estudante da Universidade de São Paulo, do curso de Gestão de Políticas Públicas, e sou também servidor público, sou oficial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. No caso, venho da periferia. Eu moro na cidade de Tiradentes, extremo leste da cidade de São Paulo.

A realidade que eu vejo em relação ao ambiente da Defensoria Pública, tanto dos servidores quanto dos defensores, na Universidade de São Paulo, dentre os meus colegas universitários, é uma realidade totalmente distinta, infelizmente, daquilo que eu vejo no meu bairro, na cidade de Tiradentes, onde vivo a vida inteira. Hoje em dia, eu vejo o seguinte: essas mesmas pessoas que ocupam esses espaços, que tiveram essa oportunidade, a impressão que passam é que querem excluir essas pessoas de terem essa mesma oportunidade.

Eu gostaria de citar aqui que a Constituição – como bem disse o Procurador Augusto Werneck, cujos textos tive a oportunidade de ler durante alguns pareceres que desenvolvi na Educafro –, no seu art. 3º e também no art. 5º da Constituição, estabelece, primeiramente, a igualdade material. Primeiramente, a gente ressalta que o direito das mulheres grávidas de se afastarem do serviço já dá uma prova de que o art. 5º estabelece a igualdade material. O direito das pessoas portadoras de necessidades de prestar concurso com reserva também já estabelece uma igualdade material.

Então, temos um respaldo constitucional que permite também que, tendo em vista as desigualdades que o art. 3º visa extinguir, então ela também poderia ser feita em benefício dos negros, que constituem 50,7% da população brasileira.

Cito aqui também o parecer do conselheiro revisor do Conselho Nacional de Justiça, Ney José de Freitas, sobre uma ação, um procedimento interno instaurado por uma advogada indígena para que estabelecessem cotas no Poder Judiciário. E ele assim descreve:

O poder para a realização de políticas voltadas à correção das desigualdades em questão não se insere apenas dentro do âmbito de competência legal de determinado órgão ou ente público ou privado. Ademais, a realização de tais políticas é possível, a meu ver, não apenas por meio de leis, mas por meio de outras ações que tornem efetivamente concretas as medidas buscadas. Assim fez a Universidade de Brasília, naquela época, quando se instauraram as cotas no âmbito das universidades.

Ou seja, esse parecer vem ao encontro de uma medida que já é estabelecida na Constituição, aquilo que o legislador buscava quando ele escreveu o art. 5º da Constituição.

Mas, infelizmente, muitas pessoas, em vez de, primeiramente, ao implementar a política, fazer as suas críticas, já criticam antes de elas serem feitas, antes mesmo de elas serem implementadas. Claro, quando é em favor daquelas pessoas que são excluídas, quando não é em favor daquelas pessoas que estão naquele grupo da elite, aí, sim, há esse tipo de crítica. Mas, geralmente, as políticas são implementadas para, depois, serem criticadas.

Infelizmente, nesse caso, veio, em desfavor do negro, crítica primeiro. Fato é que ficou sobrestada, tanto por parte do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo, essa questão, para que hoje isso pudesse ser discutido, para que hoje tivéssemos uma audiência pública para discutir isso.

A gente, em verificação na conjuntura, a gente verifica que não se trata de jurisprudência e tal, porque há jurisprudência para tudo, inclusive para excluir. Mas, no caso, o art. 5º já estabelece que há que se ter a igualdade. Dessa forma, a gente verifica que a aprovação do projeto de cotas, bem como vários outros projetos em benefício do negro, dependem de vontade política, dependem dos Senadores, dos Ex<sup>mos</sup> Senadores, dos Ex<sup>mos</sup> Deputados, de aprovarem os projetos que visam favorecer os negros, que, infelizmente, por mais que sejam mais de 50,7% da população brasileira, encontram-se nos quadros mais depreciativos dos índices apontados em várias estatísticas oficiais. (*Palmas.*)

Então, é o que eu digo: falta vontade política!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Renato. Esse foi o – vou chamá-lo de doutor já. Defendeu uma tese com brilhantismo. Muito bem! Esse foi o Renato Domingos Júnior, Assessor de Políticas Públicas da Educafro. Eu quero também cumprimentá-lo. Sei que vai falar ainda a Vitória Barbosa dos Reis, mas deixem que eu diga isso, pessoal: uma época em que a gente se reunia, logo no início, e vinha a moçada de todo lado. Aí muitos diziam: “É tudo ladrão! Esses políticos são todos ladrões, corruptos!” Não aguentamos mais! Eu ouvia porque tinha que ouvir, é a democracia. Mas o nível de qualidade deste debate eu percebo que é outro. Ou seja, nos deem oportunidade, que nós mostramos toda a nossa capacidade. (*Palmas.*)

Olha, estou impressionado com todos os que falaram, e não só com a mesa.

Agora, fala a Anna Vitória Barbosa dos Reis.

**A SRª ANNA VITÓRIA BARBOSA DOS REIS** – Boa tarde.

Eu queria cumprimentar a Mesa e a todos os presentes pela disponibilidade de todos de apoiar esta nossa causa.

Eu sou a Ana Vitória, faço parte da Educafro desde o ano passado, quando ela me ofereceu o curso preparatório para poder me dar base de eu enfrentar os vestibulares e poder ter a oportunidade de ingressar nas faculdades públicas.

Eu queria ressaltar, primeiramente, a importância das cotas no serviço público, que é a nossa pauta principal. Através dessas cotas, estaremos conseguindo, efetivamente, ingressar os nossos negros todos no Brasil, coisa que não acontece em nenhum setor de nenhum trabalho no Brasil. Por mais que a população brasileira em sua maioria seja negra, ela não está presente tanto nos serviços públicos como em quaisquer outros segmentos.

Eu queria ressaltar também as cotas nas universidades públicas, porque elas estão disponibilizando para nós, negros pobres, a possibilidade de nós estudarmos e sermos capazes de ocupar cargos de importância na nossa sociedade.

Eu queria agradecer à Educafro por dar essa oportunidade à população negra pobre e fazer a crítica ao curto prazo das universidades com relação às matrículas. Eu, recentemente, no começo deste ano, prestei os vestibulares, fiz a minha inscrição no Sisu, passei para a faculdade federal de Foz do Iguaçu, a Unila, que é a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, mas, pelo curto prazo da matrícula, perdi a oportunidade e agora estou tendo de recorrer às vagas remanescentes para ainda tentar conseguir ingressar nas universidades públicas. Fica aí a minha crítica com relação ao prazo.

De resto, eu só tenho a agradecer a todos que estão lutando por essa causa e tentando fazer um Brasil mais justo, com os negros nos lugares que devem ocupar. E obrigada. (**Palmas.**)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esta foi a Anna Vitória Barbosa dos Reis, da Educafro.

E, por fim, agora, o Frei Júnior. O Frei Júnior, que é uma liderança, ele nem tinha pedido a palavra, mas resolvemos incluí-lo.

Frei Júnior, por favor.

**O SR. JÚNIOR MARQUES** – Eu sou o Frei Júnior Marques, sou de Minas Gerais. Lá em Minas trabalho na coordenação da Educafro, junto com outros frades e nós estamos dando esse total apoio a essa causa das cotas, principalmente às cotas nos serviços públicos.

Nós estivemos aqui no ano passado, tentando, dando uma força para que esse projeto fosse desengavetado e a coisa está andando.

Então, estamos aqui dando apoio e na esperança de que logo, breve, nós estejamos, com mais essa política de ação afirmativa, incluindo mais irmãos nossos, irmãos negros, nos serviços públicos, nesses cargos.

Então, nosso apoio, como franciscanos de Minas e do Brasil, a essa causa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Frei Júnior.

Olha, como a gente faz sempre, eu leio tudo que aqui chega.

Hoje li aqui, nas mensagens que recebi, elogios a esta reunião, mas há também não só elogios.

Enfim, aqui, a cidadã afirma...

Porque agora nós vamos para as considerações finais dos nossos convidados, e, na fala, se quiserem fazer alguma consideração sobre o que eu vou ler, façam.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Senador, com licença.

Bom dia, só questão de ordem, eu queria saber se é possível abrir mais para algumas falas do plenário porque acho que é um debate que tem várias provocações.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O problema nosso é tempo. Nós estamos com problema de tempo, e a Mesa toda tem que falar, e já é praticamente meio-dia.

Mas teremos outra audiência já marcada com a assinatura minha.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** (*Fora do microfone.*) – Nós não fomos avisados, os nomes já estavam lá, e não houve essa comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me falar, e pode falar em seguida, Frei David. Eu consultei o plenário, e o plenário me remeteu primeiro a três nomes, depois passei para cinco, depois para seis.

Então, eu não escolhi ninguém, quem escolheu foi o plenário, eu não escolhi nenhuma pessoa. Até porque eu pessoalmente não conheço 99,9% dos que estão aqui.

A cidadã afirma ter acompanhado a audiência pública sobre as cotas no serviço público; diante disso, manifesta opinião desfavorável às cotas e também à terceirização no serviço público. Ela diz que é concurso público para todos.

A terceirização, de fato, é grave o que acontece.

Mas, enfim, está aqui, quem quiser responder.

Enfim, a cidadã comenta que durante audiência pública, hoje, sobre cotas no serviço público, o Procurador do Rio de Janeiro e primeiro professor da disciplina Ação Afirmativa no Brasil, Augusto Werneck, convidado nessa ocasião, pontuou sobre a garantia da meia-entrada para afrodescendentes durante os jogos da Copa.

Aí é para você, meu amigo Augusto Werneck. Veja aí, depois mando cópia para você. Entrego na sua mão.

Considera que o Senado Federal devia debater o fim da terceirização da mão de obra. Também contra a terceirização, pela troca de trabalho de presos para a manutenção dos estádios, durante e depois da Copa de 2014. Segundo ela, os presos deveriam ser alojados em bons locais, com direito a ensino e salário; segundo ela, essas pessoas precisam ser tratadas com dignidade para poderem ser reintegradas à sociedade. Acrescenta que somente os pobres permanecem nos presídios, ressalta que o tratamento dado aos presos, nos presídios, é lamentável. Solicita um debate sobre esse assunto.

Como citaram seu nome, vou lhe entregar, vá lendo, depois o senhor comenta.

A cidadã discorda da criação de cotas no serviço público, debatida nesta audiência pública, na CDH. Segundo ela, as cotas acabam contribuindo para a segregação. Afirma que o ingresso no serviço público deve ser feito por mérito alcançado por prova de concurso público e que não é feita nenhuma triagem para a posse de candidatos aprovados, fator que, segundo ela, revela ser desnecessário tal projeto. Pontua que, em países desenvolvidos, não há cotas.

Doutor, passei para você, porque estive muito tempo nos Estados Unidos, pode nos ajudar na resposta.

O cidadão cumprimenta, parabeniza o discurso dos palestrantes e a fala de Adilson Moreira, que defende a igualdade no serviço público para negros, pardos e outros. Afirma que é um assunto de muita importância e que deve ser discutido e aprovado, pois, segundo ele, o País ainda é dominado por uma elite branca.

Enfim, está colocado aí, à vontade de todos, para responderem, se assim entenderem.

Agora, vamos para as considerações finais. Vou começar da mesma forma, pode ser? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

Temos cinco minutos para as considerações finais para cada um dos nossos convidados.

Dr. Libanio Alves Rodrigues, Promotor de Justiça e Diretor-Geral do Ministério Público do DF.

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Também quero parabenizar a participação do plenário, a qualificação excepcional dos componentes da Mesa. Acho que o debate foi frutífero e espero que o Parlamento brasileiro não se escuse de enfrentar esse tema, como fez com vários outros relevantes. Desejo que o esforço do Senador Paulo Paim e do Senador Cristovam Buarque frutifique e que este debate não vá parar no Supremo Tribunal Federal, que não é o local exato para a discussão disso. Muito melhor que seja no Parlamento, onde a nossa voz possa ser ouvida, as nossas sugestões possam ser acatadas e debatidas da maneira mais democrática possível.

Volto afirmando que, para mim, cota no serviço público não é critério de criação de cargo nem de ingresso no serviço público; é simplesmente uma forma de se materializar o preceito da igualdade material, que está estabelecido no art. 5º e no art. 3º da Constituição Federal. Defendo isso e acho que a briga não será fácil. Hoje, o debate é muito bom, mas, principalmente quando se falar em cargos para magistrados, para promotores de Justiça, para defensores públicos, a briga vai ser ferrenha... (*Palmas.*)

Quem milita no sistema de Justiça sabe que nós militamos em um sistema arcaico, às vezes, na maneira de pensar, de raciocinar. Tenho infinitas referências sobre isso.

Vou tomar a liberdade de tocar nesse assunto. Temos uma briga, lá no Ministério Público. Falo “briga”, porque é uma demanda que envolve jornalistas de peso, em que um jornalista de renome atingiu a honra, com caráter de discriminação racial, de outro grande jornalista da Rede Globo de Televisão. E a discussão foi terrível, porque a juíza de primeiro grau se negou a dar uma decisão, reconheceu uma decadência que não existia. Nós recorreremos – a apelação é minha – para o Tribunal de Justiça. E isso que o Prof. Adilson falou é, de fato, sério. O ingresso de pessoas de cor negra no serviço público, principalmente nessas carreiras jurídicas, é importantíssimo, porque, quando nós nos deparamos com a composição da turma que ia julgar essa apelação, a desembargadora relatora – isso não é nenhuma crítica, é só uma observação – tinha uma feição caucasiana. O revisor, idem; poderia ser um magistrado da África do Sul da época do *apartheid*. A fisionomia. Não estou criticando a mentalidade deles. E era a composição de uma turma de pessoas brancas, que não têm a vivência, não têm experiência de poder enxergar aquilo que foi dito, que foi praticado. E é por isso que as nossas referências jurisprudenciais, com relação aos crimes de racismo, todas elas são ridículas, chegam a ser de um cinismo judiciário, porque as pessoas não são preparadas para vivenciar aquilo que nós passamos.

Falo isso sempre para os meus colegas. Estou mexendo com a área de improbidade administrativa, defesa do patrimônio público, defesa da ordem urbanística, em que a qualificação dos advogados é sempre muito grande. É bom debater com advogados experientes e inteligentes. Mas, quando aquela pessoa que está sendo imputada de ser corrupta, de ter surrupiado patrimônio público, se depara com acusação de boa qualidade, mas enxerga ali, no seu acusador, uma pessoa negra... Nossa! Só quem está do lado de cá consegue enxergar esse tipo de discriminação também, porque nós sofremos isso e por isso que sempre refutei essa colocação jocosa: “Vocês, com a política de cotas, serão discriminados na universidade”. Remeto esse estudo de Sérgio Henriques – se não me engano Estudo nº 807, do Ipea –, que trata da situação do negro no Brasil.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Sempre quando falam isso – que haverá discriminação na política de cotas dentro da universidade ou no serviço público –, acho que tem que perguntar para nós onde queremos ou que achamos que seremos discriminados. Seremos discriminados sempre. Isso é uma briga, e esse movimento aqui não é de ninguém. Esse cumprimento não é de ninguém politicamente atacado, esse cumprimento aqui é nosso, de luta. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Libanio Alves Rodrigues, que é Promotor de Justiça e Diretor-Geral do Ministério Público do DF.

Muito obrigado. Parabéns pela sua exposição.

Dr. Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. AUGUSTO WERNECK** – Mais uma vez, registro que o instante é de agradecer essa excelente reunião, que já vai para quase três horas e nem sentimos. Essa talvez seja a maior prova de como foi útil esse debate, como foi proveitoso esse debate.

Quero dizer a V. Ex<sup>as</sup>, Senador Paim, Senador Cristovam Buarque, e a todos aqui da Mesa que, quando invoco a minha experiência pessoal, invoco-a para demonstrar com muita clareza aquilo que chamei de um processo de expropriação. Sou de uma família que fez a sua acumulação primitiva à custa do escravo. Raimundo Faoro coloca isso com muita propriedade: a maior riqueza do Brasil colonial não foi a cana, não foi o gado, não foi o café, não foi sequer o ouro, foi o escravo. Os proprietários de escravos realizaram assim a sua acumulação primitiva, a acumulação primitiva não ficou no dinheiro, não ficou na propriedade, não ficou na terra, foi além, foi ao saber, foi à alimentação, porque todos nós fomos criados de modo ancestral com leite de negras. (*Palmas.*)

Outro dia, vi um dos maiores exemplos de ação afirmativa, que é numa poesia da sua terra, uma *payada*, de Jayme Caetano Braun, que fala da nega Vicenza, que morreu de parto, e o marido com o negrinho no colo foi pedir ao senhor que a senhora, que havia acabado de ter filho, que amamentasse aquele negro. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Jayme Caetano Braun.

**O SR. AUGUSTO WERNECK** – Essa experiência é muito importante e se junta com a outra experiência, da qual também posso falar aqui com credibilidade, que é de ter feito concurso público, de ser resultado de um concurso público e, se houvesse igualdade de oportunidade no Brasil, talvez a vaga de procurador não ti-

vesse sido minha, a vaga de professor não tivesse sido minha, tivesse sido de algum irmão negro tão ou mais inteligente do que eu. (*Palmas.*)

Por quê? Porque o meu saber, a minha cultura foi expropriada dessas pessoas que, num país onde os serviços públicos foram criados dos ricos para os pobres e do centro para a periferia, isso se deu de maneira mais cruel e mais radical na educação, por isso a importância da proposta do Senador Cristovam Buarque e, por isso, a ideia muito clara de registrar aqui, como uma última palavra: quando a Constituição Federal fala da acessibilidade aos cargos públicos, rompe com a ideia de que o cargo público fosse um privilégio patrimonialista – como já foi, o cargo público era até vendido – e passasse a ser um apanágio da cidadania, ou seja, que o cidadão vai prestar serviço a outros cidadãos. Como é que o cidadão vai prestar serviço a outro cidadão e vai ser selecionado se não por um critério de igualdade material? Como não se vai aplicar, nesse caso, o critério de igualdade material e vai se aplicar no vestibular?

Então não temos nenhum tipo de argumento, vamos dizer assim, juridicamente robusto ou que seja considerável quando nós avaliamos os pressupostos que a Constituição dá quando fala na acessibilidade universal aos cargos públicos. É exatamente neste momento em que entra o reflexo da isonomia, ou seja, pensar quem foram os indivíduos excluídos. Quais foram esses indivíduos? Nós vamos encontrar na origem da escravidão, das pessoas que, depois, não puderam estudar...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. AUGUSTO WERNECK** – ... que, como não puderam estudar, não concluíram o ensino médio; como não concluíram o ensino médio, não entraram para a faculdade; como não entraram para a faculdade, não entraram no serviço público.

A situação é exatamente a mesma, e eu quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal por estar aqui de maneira tão bonita, tão precisa, atendendo o interesse do Brasil. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Dr. Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, primeiro professor da disciplina de Ação Afirmativa no Brasil, que já esteve aqui nos momentos em que muitos tinham, parece-me, temor de falar em cotas, quando o bicho pegava, com essa mesma posição. É uma alegria ouvi-lo e me permita que eu faça mais uma vez aqui. (*Palmas.*)

Já está conosco também o professor, doutor, militante, que enfrentou a ditadura, Senador Capiberibe. Uma grande salva de palmas ao companheiro nosso de todas as horas. (*Palmas.*)

Seguindo a orientação aqui, Frei David Santos, Diretor-Executivo de Educação para Afrodescendentes Carentes (Educafro), especialista em Ações Afirmativas. Permita-me que eu diga: guerreiro de todas as horas. (*Palmas.*)

**O SR. DAVID SANTOS** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É daqueles que fazem o bem, não interessando a quem.

**O SR. DAVID SANTOS** – Obrigado, Senador, por sua palavra bastante sincera e motivadora.

Quero lembrar que, quando a assessoria da Educafro lutou para conquistar, lá em novembro, essa audiência pública de hoje, e para convencer o Senado a marcar a audiência para hoje, fez isso porque a assessoria calculou e concluiu que, no dia 10 de fevereiro, o projeto sairia da Câmara e viria para o Senado. Como na Câmara há muitas brigas homéricas, complicadas, a vinda do projeto atrasou. Então, a Câmara já está além do prazo constitucional de 45 dias, segurando o projeto lá. A Câmara já está além do prazo constitucional, segurando o projeto, portanto, esta audiência está antecipando um debate e, quando chegar aqui, eu tenho certeza de que o Senado vai ter um dos percursos mais recordes para aprovar e mandar para a Dilma o projeto e não vai esperar os 45 dias.

Frente a esse fato, eu faço um apelo agora ao meu irmão, o Presidente da Câmara, Henrique Alves, que já recebeu toda a militância da Educafro no ano passado, e, se alguém estiver ouvindo agora e seja assessor dele, da equipe dele, que peça a ele que convença os Líderes dos partidos.

Eu soube que houve uma reunião de Liderança de partidos lá na Câmara, e alguns Líderes de partido não deixaram entrar esse projeto em pauta. Isso me preocupa, de modo que fazemos um apelo aos Líderes dos partidos, junto com o Presidente Henrique Alves, para colocar o Projeto 6.738 em pauta, agora, já esta semana, na nossa querida Câmara Federal.

Também sabemos que o trabalho prévio que esta audiência está gerando neste Senado vai dar celeridade, qualidade e rapidez na tramitação aqui. Tenho certeza de que vai ser um dos projetos mais rápidos que vai circular aqui na Casa. Por isso, peço ao nosso Presidente do Senado, Renan, que conceda uma audiência para a

família Educafro para hoje, se ele tiver agenda, ou para o dia 19. Nós vamos mudar outros compromissos para poder estar com o nosso querido Presidente Renan, para tentar discutir este e outros projetos.

Por exemplo, estamos bastante preocupados com outros projetos de interesse da comunidade negra e que não estão tendo a agilidade que merecemos.

Contamos, portanto, com os assessores de todos os Senadores que estão agora ouvindo esta audiência pública ao vivo, que transmitam aos seus Senadores o resumo da riqueza, da força e convicção com que todos os presentes e a Mesa transmitiram nesta audiência.

Um abraço. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Frei David.

Já encaminhamos, mediante conversa com Frei David, o requerimento para a audiência com o Presidente Renan... *(Palmas.)*

Já está protocolado lá e, nesse dia, nós vamos pedir para ele – e tenho certeza de que ele fará – dar uma ligada para o Presidente da Câmara, que é parceiro, do mesmo partido, no sentido de que ele coloque na pauta, que o Senado, em seguida, cumprirá a sua parte. *(Palmas.)*

Passamos a palavra agora ao Ciro Bueno, advogado e militante do tema da inclusão, questão de justiça. O Ciro Bueno também já esteve aqui com essa mesma convicção de hoje. É uma alegria recebê-lo aqui pela competência dos seus argumentos, que, para nós, é fundamental. Por favor.

**O SR. CIRO BUENO** – Obrigado. A honra é toda minha, Senador Paulo Paim. Eu gostaria aqui de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, pela sua luta histórica pela educação no Brasil, e o Senador Capiberibe, aqui presente também conosco. Também quero dizer que foi uma honra estar ao lado de debatedores tão ilustres, com quem aqui eu só tenho a aprender – estou aprendendo muito aqui –, e quero parabenizar o plenário pelas colocações, pela visão da realidade que eles trouxeram para esta Casa. Foi uma audiência pública muito rica para mim, uma experiência de democracia, que eu acho que só tem a agregar para a construção da democracia no Brasil.

Por fim, eu queria dizer o seguinte. O Estado investe milhões de reais na construção de presídios para a busca da dita ressocialização. E, no espelho do que disse aqui o Senador Cristovam Buarque, existe a falta da socialização, falta de políticas de inclusão no ensino básico. Então, esse mesmo dinheiro que a gente está investindo em presídios para tentar, muitas vezes em vão, ressocializar aqueles que nunca foram socializados tem que ser canalizado, mesmo, para a educação fundamental. Tem que haver vontade política e tem que haver também a nossa militância apoiando e exigindo essas políticas globais, essas políticas universais de ensino básico para toda a população brasileira.

Eu queria também dar um testemunho aqui, que é o seguinte. Eu fui acolhido pela família Educafro de braços abertos. E, para aqueles cidadãos que enviaram *e-mails* criticando a política de cotas, eu digo o seguinte: percam esse medo, acolham a população negra da mesma forma como eles nos acolhem na Educafro, pois a Educafro não é feita apenas para os negros. Eu não sou negro e me sinto em família junto à Educafro. *(Palmas.)*

Eu acho que este é um exemplo para o País. A gente não precisa ter medo. Todos somos irmãos. Vamos crescer juntos e aprender juntos. Eu aprendi e estou aprendendo muita coisa na Educafro e eu acho que esses cargos, essas vagas em universidades não estão ameaçando essa elite. A gente vai somar, vai crescer junto.

Então, eu queria encerrar a minha presença aqui agradecendo a todos pela oportunidade e me colocando à disposição da Educafro para as próximas militâncias, para essa causa tão nobre. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ciro Bueno, que tocou nesse tema, que mostra um pouco, para os que estão assistindo, desta Mesa e do plenário também, onde estão brancos e negros comprometidos com a causa. Isso que é importante. *(Palmas.)*

Como a gente fala: não basta ser negro e não basta ser branco. Tem que ter compromisso com a causa. E é o que nós vemos aqui nesta Mesa. Meus cumprimentos pelo enfoque que foi dado aqui.

Agora passamos, com satisfação – eu já tinha feito os elogios na sua fala –, ao Dr. Adilson Moreira, doutor em Harvard sobre o tema das ações afirmativas.

**O SR. ADILSON MOREIRA** – Mais uma vez eu quero agradecer o convite do Senado Federal para a minha participação nesta banca. E eu quero aproveitar esta oportunidade para fazer as minhas considerações finais e também para responder à mensagem que foi enviada por um dos ouvintes.

Boa parte da resistência aos programas de ações afirmativas está baseada na ideia da meritocracia. E a meritocracia é um valor desenvolvido, dentro da modernidade, que está indissolavelmente ligado ao princípio do individualismo como uma forma de ideologia social e também de organização social. *(Palmas.)*

Eu quero afirmar que o meu objetivo como militante da causa negra, como intelectual e como ser humano é exatamente este: ser visto como um indivíduo, ser julgado apenas pelo que eu faço e tal.

Agora, o problema da população negra, de todo homem e de toda mulher negra, no Brasil, é que o nosso destino social está sempre diretamente ligado ao nosso destino como um grupo. Nós somos sempre vistos como membros de um grupo, como representantes de toda a nossa raça, ou seja, nós raramente ou quase nunca somos vistos efetivamente como indivíduos. Portanto, nós poucas vezes temos condições de ser julgados com base no princípio da meritocracia.

E, quando nós falamos em ações afirmativas, nós temos também de levar duas coisas em consideração.

Em primeiro lugar, como já disse, o destino social do homem negro e da mulher negra está ligado ao seu grupo; a mesma coisa também é válida para as pessoas brancas. Isso porque a condição inferior da população negra existe em função dos processos de subordinação social que existiram historicamente em nosso País e que tinham como objetivo fundamental preservar os privilégios daqueles considerados brancos. Então, o problema, o foco dessa discussão não deve ser a questão da discriminação, mas fundamentalmente o problema do privilégio.

O privilégio é algo que garante oportunidades sociais às pessoas brancas como grupo social, enquanto que o racismo causa e perpetua a subordinação de todas as pessoas negras como um grupo social. Então, o individualismo, que está na base do princípio da meritocracia, não é capaz de oferecer ou não oferece todos os subsídios intelectuais suficientes para tratar uma questão das ações afirmativas. Porque nós temos duas coisas operando aqui: em primeiro lugar, um problema de justiça intergeracional. Se o povo negro foi escravizado durante 400 anos, isso os colocou numa situação de subordinação, ao mesmo tempo em que isso colocou o povo branco, que fazia parte da elite dominante, numa situação de privilégio social.

Ora, essa condição de subordinação e de privilégio é reproduzida ao longo da história. Então, pelo mecanismo da discriminação, quando uma pessoa é discriminada no mercado de trabalho, nós temos algo que acontece naquele momento, mas que terá consequências negativas para as outras gerações. Porque eu posso ir à faculdade, eu posso entrar pelo meu mérito, sem programa algum de ajuda de ações afirmativas ou quaisquer coisas que sejam, mas, quando eu vou para o mercado de trabalho, eu não consigo um emprego condizente com a minha qualificação. Esse é o motivo pelo qual o homem negro ganha 50% a menos do que o homem branco e a mulher negra 75% a menos do que o homem branco. (*Palmas.*)

**O SR. ADILSON MOREIRA** – Então, isso demonstra, mais uma vez, que a discussão não pode ser baseada apenas no indivíduo como valor supremo, mas sim na ideia de grupo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ADILSON MOREIRA** – E isso me leva à última fase da minha discussão – o sinal já está me lembrando! –, que é o seguinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode concluir tranquilamente.

**O SR. ADILSON MOREIRA** – Nós também não devemos pensar o princípio da igualdade formal e principalmente o da igualdade material da forma como tem sido visto, simples ou fundamentalmente a partir da ideia de redistribuição.

O Prof. Owen Fiss, pessoa com a qual eu tive o privilégio de ter aula na Faculdade de Direito de Yale, desenvolveu uma teoria muito importante que entende a igualdade principalmente como princípio que tem o objetivo de promover a emancipação social. Essa ideia de emancipação significa, conforme já foi afirmado aqui, que a Constituição da República tem como objetivo erradicar a marginalização social de todos os grupos. Então, a igualdade deve ser vista como algo não apenas procedimental, mas fundamentalmente como algo que procura garantir a emancipação, a libertação social das pessoas.

Outro ponto: as ações afirmativas não podem ser vistas apenas como algo cosmético. Nós não temos interesse em aumentar o número de pessoas negras no mercado de trabalho apenas para que eu chegue a um lugar, “olha, existem pessoas negras e brancas”. Não, o interesse é substantivo. Nós não temos nenhuma garantia de que, uma vez que uma pessoa negra seja aprovada para uma determinada função, ela vá desempenhar esse papel ou ela vá observar questões básicas de justiça racial ou social. Mas nós esperamos que um maior número de pessoas negras no processo de decisão política traga benefícios sociais para a sociedade como um todo, benefícios com caráter substantivo, ou seja, pessoas que possam trazer a sua experiência social, que é uma experiência social concreta que não decorre da cor da pele, mas do espaço cultural no qual ela existe. (*Palmas.*)

Obrigado. Então, nós não estamos defendendo nenhum essencialismo de que todas as pessoas negras devem, ou são isto ou aquilo, etc. Mas, como eu disse anteriormente, a minha experiência como indivíduo está ligada à existência ou às condições sociais do grupo racial ao qual eu pertencço, e esta experiência traz, sim, um benefício, um olhar particular, uma vivência particular que pode servir como parâmetro de grande importância para as decisões dos agentes públicos. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Adilson Moreira, doutor em Harvard, sobre o tema das ações afirmativas.

Com certeza, nós teremos que fazer este debate também na CCJ. Eu queria, de pronto, se me derem a liberdade, convidar toda a Mesa porque é lá onde se vai dar o grande debate na questão do mérito. Eu vou encaminhar um pedido para que se debata na CCJ o tema. Se todos que estão na Mesa concordam, eu farei este requerimento. Claro que haverá diversas Mesas, mas os senhores formarão uma Mesa. Se vocês concordam e o Plenário também, eu quero ver as palmas. (*Palmas.*)

Farei o requerimento para debate na CCJ.

Para encerrar, antes dos Senadores, que vão falar... Quem encerra aqui mesmo são os Senadores. Os dois falam e eu falo ainda no final.

Dr. Giovanni Harvey, Secretário Executivo da SEPPIR, que aqui representa a Ministra Luiza Bairros.

**O SR. GIOVANNI HARVEY** – Senador, em primeiro lugar, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa.

Como já foi mencionado, ressalto a qualidade do debate, que contribui para que os cidadãos e cidadãs possam receber mais informações. O senhor me deu a tarefa, inclusive, de responder a uma cidadã que expressou uma opinião contrária à adoção da política de cotas nos concursos públicos, no serviço público.

Acredito que são momentos como este, debates como este que contribuem para que as pessoas possam formar uma opinião mais qualificada em relação aos temas.

Como o Dr. Adilson disse em relação ao papel da diversidade na condução dos destinos na estratégia de condução do País, essa política de ação afirmativa, de promoção da igualdade racial é, embora seja percebida no curto prazo como uma política de Governo, uma política de Estado.

Mais recentemente, para ficar no último quarto de década, o Presidente José Sarney, como Presidente da República, criou a Fundação Cultural Palmares e trouxe este tema para a agenda, com pessoas como Carlos Moura e uma série de pessoas que contribuíram para que nós pudéssemos aperfeiçoar a política e chegar ao escopo que a política tem hoje.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – eu me lembro do Prof. Roberto Martins, então Presidente do Ipea – fez um diagnóstico em 2001 segundo o qual, se não fossem adotadas políticas de ação afirmativa no Brasil, só em 2520 que as desigualdades étnico-raciais seriam superadas. Eu vou repetir: em 2520. Diagnóstico baseado em estudos do Prof. Ricardo Martins.

O Presidente Lula, logo depois, implementou a agenda de Durban. O Senador Paim participou, produziu-se o Plano de Ação de Durban, a Declaração de Durban, que gerou a criação da SEPPIR. E o conjunto de medidas que foram criadas, as conferências de promoção da igualdade racial de 2005, de 2009, que culminaram com o Estatuto da Igualdade Racial.

A Presidenta Dilma avança nessa marcha, instituindo o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, estruturando políticas públicas que aperfeiçoam a gestão dessa política de igualdade racial e remetendo ao Congresso Nacional esse projeto que busca modernizar a máquina pública brasileira e preparar a máquina pública para lidar com os desafios do futuro.

Então, trata-se de uma política de Estado.

A identidade de um povo não pode ser tratada como uma coisa secundária, não pode ser tratada com irresponsabilidade. Nós estamos falando da forma como o povo brasileiro se percebe. Nos últimos anos, nós tivemos alterações substanciais em relação a essa forma. Nós tivemos recentemente o Conselho Nacional de Justiça divulgando um dado. Há três anos, 42% das pessoas que estavam na fila para adotar outras pessoas estabeleciam como um dos critérios de adoção que as crianças fossem brancas. Esse contingente caiu de 42% para 31% em três anos. Nós estamos falando da identidade das pessoas e da forma como as pessoas se percebem. (*Palmas.*)

Por isso, quando a Ministra Luiza Bairros esteve com o Presidente da Câmara dos Deputados, acompanhada de 15 Deputados, de partidos para além da base de sustentação do Governo, ficou evidenciado o comprometimento da Câmara dos Deputados com a análise desta matéria. E nós sabemos também do comprometimento do Presidente Renan com esta matéria. Então, nós temos, respeitando o tempo da Câmara, entendendo as manifestações dos Parlamentares sempre como tendo o sentido de aperfeiçoar o projeto, embora o Governo tenha uma posição pela manutenção do texto original do projeto, nós entendemos que é uma prerrogativa dos Parlamentares se manifestarem...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. GIOVANNI HARVEY** – As manifestações têm-se dado no mais alto nível. Inclusive, manifestações eventualmente críticas ao projeto. Nós temos entendido essas manifestações com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da peça legal. Então, nós temos a expectativa de que vamos chegar a um termo bre-

vemente na Câmara dos Deputados e também temos a expectativa de que, uma vez alcançado esse termo, respeitando o tempo que os Deputados considerarem necessário para apreciar a matéria, que a matéria virá ao Senado, e nós vamos ter a possibilidade, pela próxima década, que é o tempo de vigência dessa medida... É importante que se diga que ela terá uma vigência inicial de dez anos. Ela vai incidir no Brasil no momento em que o Brasil vive o bônus demográfico. Recentemente, o Antoninho Marmo Trevisan publicou um artigo falando sobre a importância de casar determinadas políticas com o momento de bônus demográfico, que nós vamos ter uma mudança no perfil etário da sociedade brasileira. Uma vez implementando essa medida ainda em 2014, nós teremos 2014 até 2023, 2024, dez anos, em que nós vamos conseguir, espero, mudar o perfil do serviço público brasileiro e repercutir isso no posicionamento das pessoas na sociedade brasileira e avaliar oportunamente sobre a necessidade, a pertinência ou não da extensão desse período. Mas certamente o fato de nós incidirmos com essa política durante o bônus demográfico certamente vai fazer com que a sociedade brasileira possa mudar o seu perfil e que nós possamos estar mais perto do ideal de igualdade racial.

Parabéns, Senador. Obrigado pela iniciativa. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. Giovanni Harvey, que é Secretário Executivo da SEPIR e que, inúmeras vezes, vem ao Parlamento representando a Ministra Luiza Bairros, com a competência de sempre. Meus cumprimentos.

Eu vou passar, primeiro, ao Senador João Capiberibe, que não usou a palavra ainda. Em seguida, ao Senador Cristovam. Depois, eu praticamente vou encerrar, dando os encaminhamentos.

Por favor.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr. Senador Cristovam, convidados que compõem a nossa Mesa, este é um debate importante, fundamental para a sociedade brasileira, para democratizar a sociedade brasileira, até porque nós temos uma herança muito negativa: o Brasil fundamentou seu modelo de desenvolvimento na dependência externa, na destruição ambiental e na exclusão social. Esse é o tripé da sociedade brasileira, são os fundamentos dessa sociedade, e até hoje a gente luta para se livrar dessa herança. E agora mesmo há um grande debate sobre discriminação, injúria racial, e nós estamos analisando a possibilidade, estamos estudando a possibilidade de endurecer o Código Penal. Até porque há flagrantes de delitos raciais e de injúria racial, e, pela lei atual, o criminoso termina sendo liberado, e isso acaba desmoralizando a lei que busca punir esses crimes. Então, a ideia é fazer com que, no caso de flagrante, a pessoa responda presa, criar uma exceção na lei... *(Palmas.)* Para que não haja possibilidade de relaxamento da prisão. O caso da australiana é que nos leva exatamente a propor um endurecimento no Código Penal, para não permitir o relaxamento de prisão preventiva em caso de flagrante e delitos raciais.

Enfim, eu acho que o Brasil é um país que resiste, tem uma elite muito fechada, muito difícil de superarmos, que precisa de ampla mobilização social, só isso vai... Só a mobilização social, a mobilização política... É uma sociedade conservadora do ponto de vista político, talvez seja a mais conservadora das Américas.

Eu não vejo nada igual ao Brasil, eu percorri e vivi em vários países e mesmo em situação de ditaduras o Brasil continua sendo um país fechado, uma elite fechada e fundamentada ainda no mesmo tripé da destruição ambiental, da dependência externa e da exclusão social.

Mas conte com a gente nesta luta, que vamos unir... Nós queremos um país cada vez mais democrático, e a gente já sabe que democracia só faz bem para a gente.

Então, nós queremos avançar com a democracia.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador João Capiberibe, com uma bela contribuição, falando inclusive em um debate que está no Código Penal, com o qual eu, particularmente, estava preocupado – você me dá agora uma luz aí – porque a informação que me chegava é que até a Lei Caó poderia está sendo revogada conforme a redação dada. Mas V. Ex<sup>a</sup> dá uma afirmação de que as mudanças serão para avançar, e não retroceder. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fora do microfone.*) – A defesa dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A defesa dele, que eu espero que esteja lá. Vamos acompanhar.

Senador Cristovam, por favor.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente e senhores participantes, o destino não me fez negro, nem me deixou analfabeto, mas eu ousou falar aqui em nome dos dez milhões de negros analfabetos adultos.

Por favor, não nos deixem fora das cotas, deixem que nós possamos disputar uma das vagas no vestibular e sermos beneficiados pelas cotas.

Mas aí, para não ficar só para os negros, eu peço pelos 13 milhões de analfabetos.

Eu peço que lutem também pelos 30 milhões de negros analfabetos funcionais e mais dez brancos, para que possamos também disputar as cotas.

E isso exige uma revolução na educação com dois passos: um é alfabetização de adultos.

Um programa radical, de erradicação, que o Governo Federal se nega a fazer, que no primeiro ano do governo Lula se iniciou, criando-se uma secretaria pela erradicação do analfabetismo, um Programa Brasil Alfabetizado e que, em 2004, foi parado. A secretaria foi extinta. Extinta. Coisa raríssima no Brasil é você apagar um quadradinho do organograma. Pois apagaram um quadradinho do organograma. E o Programa Brasil Alfabetizado foi relaxado, mas, sobretudo, não se levou adiante uma proposta para a qual eu quero pedir o apoio de vocês, que eu estou tentando fazer aqui por dentro: se 130 mil jovens universitários se dedicassem à alfabetização de adultos, em cinco anos a gente erradicaria. (*Palmas.*)

Veja bem: se dedicar que eu digo são seis horas por semana durante um semestre. Por que a gente não faz, então, a proposta, aprova a lei de que todo estudante universitário – não só os cotistas, todos – de universidade pública ou beneficiado do ProUni, que recebem dinheiro do povo para os seus estudos, fossem alfabetizadores? Isso, inclusive, vai melhorar a competência deles, vai melhorar a formação cívica deles, vai melhorá-los muito como ser humano. É um projeto de lei de que todo universitário – não precisa de todo, bastam 10%, veja bem, bastam 10% –, aí a gente muda, cada semestre um, no fim, vai precisar um pouco mais, mas ninguém se dedicaria muito. Esse é um projeto que eu espero que tenha o apoio da Educafro.

E a segunda é fechar a torneirinha do analfabetismo, porque não adianta alfabetizar todos, se a torneirinha por onde pingam analfabetos todos os anos continua aberta, que é a educação de base ruim. Aí eu não vejo outra saída a não ser que a educação seja considerada uma coisa tão importante que seria responsabilidade da União, o que eu tenho chamado de federalização, mas eu espero que a gente mude esse nome, em algum momento, para algum mais claro e melhor.

Então, eu queria pedir o apoio, por exemplo, do EducafroInfo para botar uma notinha, de vez em quando, sobre a educação de base. Aqui há nove notícias, todas sobre universidades, e não há nada aqui falando, e é “Educa”, educação também tem a ver com a alfabetização. Eu entrei aqui no *site* do educafro.org.br, não deu para ver outros informes, nem sei se eles estão aí, há outros setores, mas vamos colocar educação de base na preocupação do movimento negro também. Esse é o apelo que eu faço, deixando claro que eu sou favorável às cotas, acho fundamental que elas existam, nem ponho a ideia de temporário, talvez nem precise isso, além da temporalidade, mas eu gostaria de complementar com isso.

Eu quero lembrar que o Tinga, que sofreu aquela violência lá no Peru, na entrevista dele a que eu assisti na televisão, ele falou com clareza que trocaria os títulos dele por viver num país sem preconceito de raça e de classe. (*Palmas.*)

O editorial da *Folha de S.Paulo*, eu não sei por quê, tirou isso “de classe”, colocou só que ele queria um Brasil sem preconceito de raça. Eu quero também sem preconceito de classe, que exclui, e o caminho para resolver isso é uma educação igual para todos. A bandeira de a gente vencer: o filho do negro estudar na mesma escola do filho do branco, o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão, o filho do mais pobre brasileiro na mesma escola do filho do mais rico. Eu gostaria de contar com vocês nesta luta porque, sem ela, as cotas ficam incompletas. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Permitam-me só dar os encaminhamentos finais.

O Senador Cristovam faz uma afirmação sobre a qual eu tenho certeza de que aqui há unanimidade. Não há ninguém desta Mesa que seja contra nós fortalecermos a educação de base. Os argumentos aqui usados – só para reflexão no encerramento –, foi a preocupação dos nossos painelistas que, antes das cotas, que o senhor também defende, o argumento era de que nós deveríamos nos preocupar com a educação de base, não com cota na universidade. E o que nós dizíamos? Nós temos essa preocupação, foi unânime em todas as audiências que tivemos, mas queremos as cotas como instrumento agora de inclusão do nosso povo. (*Palmas.*)

Então, tem que ficar claro no encerramento, senão poderia dar a impressão – que não é a sua intenção – de que esta Mesa e este plenário não estão preocupados com a educação de base. E isso é unânime, duvido um único brasileiro do bem que não queira que melhore a educação de base, que é a tese que V. Ex<sup>a</sup> defende e que esta Mesa também defende.

O que entendemos é: vamos investir mais na educação de base? Vamos. Queremos o maior investimento possível do Poder Público. Mas, também, não pode isso, como eles queriam, que não é o complemento de V. Ex<sup>a</sup>, nos inibir a ocupar o espaço que temos de direito, por exemplo, na área pública.

Então, isso ficou muito claro. Meus parabéns, Senador Cristovam, e à Mesa, porque ambos pensam igualmente, como também o plenário. (*Palmas.*)

Os encaminhamentos finais são tranquilos, pessoal. Não há muita coisa. Primeiro, é darmos toda a força para a aprovação, com rapidez, do projeto, que está na Câmara e que vem para o Senado. E vamos dialogar à tarde com o Presidente do Senado, já pedindo que ele ligue, inclusive, para o Presidente da Câmara, para que a matéria seja votada com rapidez lá. E é apoiarmos todas as outras iniciativas que venham no sentido de fortalecer o combate – me permitam que diga – contra todo tipo de preconceito. Essa é uma luta que todos nós travamos.

E o Dr. Libanio queria dar uma sugestão.

Por favor, o momento é este. Diga o que o senhor me assoprou aqui.

**O SR. LIBANIO ALVES RODRIGUES** – Senador Cristovam, eu já venho pensando nisso há muito tempo. Por ter trabalhado muito nesta questão da improbidade administrativa, do desvio do dinheiro público – essa foi sempre minha linha de trabalho –, acho que seria uma colaboração muito grande para essa questão que o senhor debate, para a melhoria do ensino público no geral, que se criasse um dispositivo – pode ser um acréscimo lá na parte dos crimes contra a Administração Pública – que salgasse a pena para o desvio de dinheiro de áreas essenciais, como educação, saúde e previdência social (*Palmas.*), porque os mecanismos que temos – a lei da improbidade administrativa e esses delitos de corrupção, a apropriação indébita – não são eficazes para inibir delitos tão pesados.

Eu acho mesmo, para mim, que o tribunal do júri deveria ser estendido para esse tipo de delito também. Pessoas que surrupiam dinheiro da educação, da saúde e da previdência social deveriam ser julgadas por seus pares, no tribunal do júri, porque esse dinheiro que é tirado da merenda escolar, do pagamento do pessoal da educação, isso causa um atraso social naquela comunidade, naquele Estado, no País em geral, que não conseguimos imaginar. É como no caso do dinheiro que é desviado da saúde: mata-se tanta gente, que é muito pior, com todo o respeito, do que aquele assassino individual que faz uma atrocidade.

Então, acho que os Parlamentares poderiam se debruçar nisto: em criar mecanismos essenciais, que são modificações pontuais no Código Penal, criando mecanismos mais severos para o desvio de dinheiro nessas áreas essenciais. Acho que isso é uma colaboração que vem ao encontro do que o senhor está falando.

O que vejo é que a falta da capilaridade, de o dinheiro chegar lá, à ponta, àquele Município, fechadinho, é que às vezes faz com que o atraso na educação seja uma realidade neste País. (**Palmas.**)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Libanio Alves Rodrigues, Promotor.

Com sua sugestão, que vamos anexar aqui aos encaminhamentos, nós lembramos – aí fica a do Senador Cristovam, a última – a realização de audiência pública para tratar de analfabetismo, especialmente entre aqueles que mais precisam, pobres, negros...

Muito bem. Os encaminhamentos serão feitos.

Vamos encerrar nossa audiência pública. Agradeço a todos os Senadores e aos nossos convidados o brilhantismo dos argumentos, tanto do plenário, como da Mesa e dos Senadores, na certeza de que vamos aprovar, com rapidez, esse projeto e outros. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

*(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)*

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE MAIO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.**

Às nove horas e dezesseis minutos do dia seis de maio de dois mil e treze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúne-se a SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. Assina o livro de presença a Senhora Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 23 de 2013, que requer a realização de audiência pública para discutir a questão da prevenção do Trabalho “Discutir a questão da prevenção do Trabalho Escravo no Brasil e lançar o projeto ‘Movimento Ação Integrada - por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo’ de iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho. **Autoria:** Senador Paulo Davim. Convidados: Rosângela Silva Rassy, Presidenta do Sindicato Nacional dos Au-

ditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Valdiney Arruda, Superintendente do Ministério do Trabalho no Estado do Mato Grosso; Laís Abramo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil; Thiago Gurjão Alves Ribeiro, Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região; Luiz Felipe Brandão de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em representação ao Excelentíssimo Senhor Ministro Manoel Dias. A Senhora Presidenta solicita aos Senhores e Senhoras convidados para que tomem lugar à mesa e, em seguida, exibe vídeo de reportagem da TV Record, Domingo Espetacular, exibido em 05/05/2013, às 21h54, sob o título: “A Grande Reportagem traz depoimentos de pistoleiros sobre a chacina de Unai”. Em seguida, a Senhora Presidenta faz suas considerações e passa a palavra aos convidados. Faz o uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita. Às onze horas e vinte e quatro minutos, encerra-se a reunião, às lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta

*(Texto com revisão.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Bom dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta é uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 23, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de 2013, aprovado em 25 de abril de 2013, de autoria do Senador Paulo Davim, com o fim de discutir a questão da prevenção do Trabalho Escravo no Brasil e lançar o projeto “Movimento Ação Integrada – por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo”, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho.

Esta, portanto, é uma reunião da Subcomissão do Trabalho Escravo, aqui do Senado Federal. Esta Subcomissão está diretamente ligada à Comissão de Direitos Humanos. Estou presidindo-a hoje, em função da impossibilidade de o Presidente da Subcomissão presidir.

Convido para compor a Mesa os seguintes expositores:

- Luiz Felipe Brandão de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, em representação ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro Manoel Dias; (Palmas.)
- Rosângela Silva Rassy, Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); (Palmas.)
- Valdiney Arruda, Superintendente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) no Estado do Mato Grosso; (Palmas.)
- Laís Abramo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil; e (Palmas.)
- Thiago Gurjão Alves Ribeiro, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. (Palmas.)

Composta a Mesa, faço ainda dois registros. Posteriormente, se houver mais alguém, vamos solicitar da nossa assessoria que colham os nomes: Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, e Drª Alexandra Pereira Martins, assessora do Projeto Especial da Defensoria Pública da União.

Obrigada pela presença de vocês.

Vamos aqui, hoje, antes de iniciarmos, de fato os trabalhos desta Mesa... Ontem, no Domingo Espetacular, foi passada uma reportagem muito importante, que achamos por bem fazer a sua reprodução aqui.

Então, durante um período de 10 minutos, vamos acompanhar esta reportagem, que fala sobre o assassinato de fiscais de Unai.

Então, gostaria de solicitar de todos e de todas a atenção devida, para que possamos acompanhar bem esta reportagem.

*(Procede-se à exibição da reportagem em vídeo.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vamos ficar por aqui com essa reportagem porque ela é longa, mas mostra, de fato, a realidade do trabalho escravo no nosso País, uma parte dessa realidade – é uma realidade específica de Unai –, mas que reflete a realidade nacional de quem vive em situação análoga à de trabalho escravo. Na verdade, é um trabalho escravo profundo ali. Também mostra a realidade dos trabalhadores que são os fiscais do trabalho. Então, achamos por bem iniciar com essa reportagem para ilustrar um pouco, inclusive para os telespectadores da TV Senado, para que possam acompanhar um pouco melhor nosso de-

bate aqui hoje. Quem desejar – inclusive quem está nos acompanhando – saber como é a reportagem toda, é só buscar no *link* da TV Record, Domingo Espetacular. Essa reportagem saiu ontem à noite, então, está, com certeza, à disposição daqueles que têm interesse de conhecer melhor essa situação.

Esta audiência pública atende à solicitação feita pelo Sinait – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, e tem a finalidade de debater a prevenção do trabalho escravo no Brasil e o projeto “Movimento Ação Integrada – por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo”.

Esse projeto visa conjugar os esforços de instituições públicas e privadas de toda a sociedade civil para criar condições e iniciativas que promovam a modificação social, educacional e econômica da situação daqueles que foram resgatados do trabalho escravo e de outros que permanecem vulneráveis.

Tão logo recebemos a solicitação na Comissão de Direitos Humanos, aprovamos o requerimento, de autoria do Senador Paulo Davim, porque entendemos que o tema proposto é de fundamental importância para toda a sociedade.

Quero aqui cumprimentar o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho por mais esta iniciativa, da maior relevância para o País. Mais ainda, quero externar publicamente o nosso reconhecimento pela trajetória de lutas em favor dos direitos e das liberdades das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Há décadas, a OIT vem liderando e apoiando o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que objetiva “prevenir e erradicar todas as formas de trabalho infantil e assegurar a proteção ao adolescente trabalhador”, dando fim à exploração de crianças e adolescentes no trabalho, em carvoarias, canaviais, indústrias do agronegócio e outras atividades. Pelo seu Projeto de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, a OIT também tem atuado decisivamente no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, em conjunto com o Governo Federal, desde 2003.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Fiscais do Trabalho tem a espinhosa missão de fiscalizar e de zelar pelos direitos, pela liberdade e pela dignidade de trabalhadoras e trabalhadores, e o faz muitas vezes sob escolta da Polícia Federal, tamanhas são as ameaças e a resistência de proprietários rurais, fazendeiros e empresários em cumprir a Constituição brasileira, que exige condições dignas no trabalho. É um verdadeiro enfrentamento à cultura escravocrata e da exploração inescrupulosa da força do trabalho.

Mesmo sob escolta policial, ao cumprir o seu dever institucional o Sindicato não está livre das recorrentes ameaças, dos atentados e dos assassinatos, como o caso dos fiscais mortos em Unai-MG, conforme vimos pela reportagem. Nove anos já se passaram e, até hoje, assassinos e mandantes não foram julgados. Tivemos informações, no dia de ontem, de que o primeiro julgamento acontecerá em agosto. O processo, parece-me, foi desmembrado e um dos julgamentos acontecerá em agosto. Esperamos que a justiça, de fato, seja feita.

Quero informar que estou aguardando que S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, marque a data da audiência que solicitei para apresentar uma pauta dos movimentos sociais, com reivindicações que dizem respeito ao Judiciário. Incluí nessa pauta a cobrança para que o CNJ tome as medidas necessárias para levar a julgamento os acusados pelas mortes dos fiscais.

O trabalho escravo contemporâneo é tão grave quanto o do passado. A diferença é que, hoje, as amarras, as correntes, os flagelos, muitas vezes são invisíveis ou sutis, o que torna bem mais difícil combater essa prática vergonhosa.

A escravidão atual se dá pela jornada exaustiva, por dívidas artificiais, pelas condições degradantes de trabalho, moradia e alimentação, que culminam em privação absoluta da liberdade.

A revista *Em Discussão!*, do Senado Federal, traz os debates realizados – esta é a revista, para quem não conhece – com a Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, em 3 de fevereiro de 2011, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da qual destaco os seguintes trechos:

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e responsável pelas primeiras denúncias de trabalho escravo no país, são escravizados a cada ano pelo menos 25 mil trabalhadores, muitos deles, crianças ou adolescentes. Apesar dos esforços do governo e de organizações não governamentais, faltam estimativas mais precisas sobre o trabalho escravo atualmente, até por se tratar de uma atividade ilegal, criminosa.

[...]

Mesmo que a esmagadora maioria dos casos no Brasil se concentre na zona rural, o trabalho escravo também tem sido descoberto nas cidades ou em outras atividades, fazendo surgir os escravos urbanos. Tanto que a PEC 438/01 também prevê o confisco de propriedades urbanas onde se encontre trabalho escravo. Recentemente, imigrantes de países latino-americanos, principalmente bolivianos, foram encontrados trabalhan-

do na indústria têxtil, em plena São Paulo, em condições degradantes. Os exploradores dos escravos urbanos se aproveitam da fragilidade desses trabalhadores, distantes de casa e, geralmente, em situação irregular no Brasil, para pagar salários irrisórios por jornadas de trabalho extensas, oferecendo condições sub-humanas de residência e alimentação.

Então, são trechos que acabei de ler e que estão na revista em discussão, fruto de debates já ocorridos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

O trabalho escravo contemporâneo flagela o campo e as cidades de norte a sul do Brasil. A escravidão rural aparece principalmente no Estado do Pará. Já os principais casos de escravidão urbana ocorrem na região metropolitana de São Paulo, mas há casos em todos os Estados brasileiros.

Trata-se de um contingente de pessoas absolutamente vulneráveis e que, por isso, necessitam do compromisso de todos – sociedade empresarial, sindical, movimentos sociais, organismos nacionais e internacionais e do Governo. Com esta audiência pública, queremos nos somar aos esforços de vocês, que estão aqui presentes, fiscais do trabalho e outros que não estão aqui e que iniciaram este movimento de ação integrada em busca da reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho contemporâneo.

Quero também informar que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado. É muito importante porque possibilita não só discutir este tema, não só tornar este tema mais próximo da população, no sentido de entender e compreender a gravidade do trabalho escravo, mas também de possibilitar à nossa população e aos interessados se apropriarem de dados, de informações, para que possamos, de fato, fazer justiça no nosso País.

Desta forma, dando prosseguimento a esta audiência pública, vou passar a palavra aos nossos convidados e convidadas para que possam manifestar-se. Não vou aqui controlar muito o tempo, mas eu acredito que é importante ouvir o máximo de pessoas. Então, mais ou menos de 10 a 15 minutos para cada um. Talvez possamos aqui combinar conjuntamente. É possível que sejam dez minutos? Se houver necessidade, vamos prorrogar por mais cinco. Pode ser assim? *(Pausa.)* Combinado? *(Pausa.)* Certo.

Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Rosângela Silva Rassy, Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

**A SR<sup>a</sup> ROSÂNGELA SILVA RASSY** – Bom dia a todos. Cumprimento a Senadora Ana Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, agradecendo a oportunidade que nos dá em fazer a apresentação de um projeto tão importante, que consideramos que, no futuro, trará grandes frutos para a nossa sociedade.

Cumprimento a Dr<sup>a</sup> Laís Abramo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. A OIT é parceira de todas as horas dos auditores fiscais do trabalho.

Cumprimento o Dr. Thiago Gurjão Alves Ribeiro, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23<sup>a</sup> Região, Mato Grosso, que nos vai trazer aqui a experiência que eles já estão vivendo no Mato Grosso em relação a este projeto.

Cumprimento o colega Luiz Felipe Brandão de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho e que, neste ato, representa o nosso Ministro Manoel Dias.

Cumprimento todos os senhores convidados, integrantes da Conatrae, que aqui se encontram, cumprimento o colega Valdiney Arruda, que também compõe esta Mesa e que vai nos trazer informações concretas e práticas de como é o funcionamento do Movimento Ação Integrada; e um cumprimento muito especial a todos os colegas auditores fiscais do trabalho que estão aqui nesta audiência pública representando auditores fiscais de todo o Brasil. Um obrigado sincero em nome do nosso sindicato nacional.

Eu serei muito breve. Quero, acima de tudo, transmitir-lhes a necessidade que o Sinait, representante dos auditores fiscais do trabalho, sentiu quando tomou conhecimento desse projeto piloto em Mato Grosso. Quando o colega Valdiney Arruda – que é Auditor Fiscal do Trabalho, que há alguns anos está como gestor da Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso e teve a oportunidade de colocar em prática o projeto em Mato Grosso – nos trouxe a informação da prática do projeto e dos resultados que já vem apresentando, de imediato, a diretoria do Sinait sentiu a necessidade de transformar o projeto Ação Integrada de Mato Grosso no Movimento Ação Integrada.

A escolha do nome Movimento, meus amigos, é que ele tem o condão de fazer com que, mais uma vez, nós auditores fiscais do trabalho, mais uma vez, órgãos públicos e, agora, estamos chamando à parceria órgãos particulares e entidades privadas, que todos nós nos abracemos e nos envolvamos, de uma maneira muito forte, na instalação desse projeto em todo o Brasil.

Nós, auditores fiscais, Senadora, temos muito orgulho da nossa missão de combater o trabalho escravo no Brasil. Desde 1995, quando o Brasil assumiu essa missão, e aos auditores fiscais do trabalho foi concedida a missão – pois para nós sempre é uma missão – e o dever de combater o trabalho escravo, ao longo desses anos, todos nós sempre nos questionamos: é preciso fazer mais! Já não basta apenas resgatar.

E aqui há vários colegas que participaram desde o início dos chamados Grupos Móveis de Fiscalização. Resgatam trabalhadores e, daqui a alguns meses, quando retornam aos mesmos locais, quantos deles já se depararam com os mesmos trabalhadores nas mesmas condições. E aí vem a interrogação: por quê? A resposta nós sabemos: é falta de educação, é falta de ter uma profissão.

O Movimento Ação Integrada vem ao encontro dessa necessidade. Ele vai fazer com que os trabalhadores resgatados adquiram uma profissão, tenham uma função e, a partir daí, não sintam mais a necessidade de se submeterem àquela condição análoga à de escravo.

Então, o mesmo sentimento que nos move, ao longo desses mais de 15 anos, no combate ao trabalho escravo, de resgatar, é o sentimento que nós esperamos que envolva a todos nós auditores fiscais do trabalho, em especial os colegas que no momento estão com a responsabilidade de chefes de fiscalização – e temos aqui representantes de todo o Brasil –, para que todos juntos possamos abraçar mais este desafio e, com isso, possamos contribuir para o extermínio dessa chaga em nosso País.

Nós construímos formas de combate ao trabalho escravo. A Lista Suja surgiu de sugestão dos próprios auditores que combatem o trabalho escravo, que se indignavam todas as vezes que chegavam às fazendas – àquela época, especialmente, o trabalho escravo era mais detectado na zona rural – e encontravam em placas enormes: “Financiamento de órgãos públicos”. Ou seja, era o Governo Federal financiando aquele projeto econômico, e, ali dentro, os donos do projeto estavam explorando trabalhadores. Aquilo indignava a todos. E trazendo essa denúncia para a Secretaria de Inspeção do Trabalho, criou-se, então, a chamada Lista Suja, que hoje tem contribuído para evitar que esse estado de coisa aconteça.

O seguro-desemprego ao resgatado é um seguro especial para o trabalhador resgatado do trabalho escravo. Também foi uma necessidade sentida pelos auditores fiscais do trabalho.

E agora o Movimento Ação Integrada, a reinserção desse trabalhador egresso do trabalho escravo, também é um sentimento dos auditores fiscais do trabalho de que é preciso avançar nessa questão.

Então, é com esse intuito, meus amigos, que o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, com a parceria enorme da Organização Internacional do Trabalho, traz à sociedade brasileira, leva à sociedade brasileira, dá à sociedade brasileira conhecimento do que é este projeto. O projeto está aqui, todo esquematizado, digamos. É o trabalho, de cerca de um ano, de uma equipe de trabalho, coordenado por uma doutora, uma antropóloga que nos ajudou trabalhando neste material, sob a coordenação de uma colega auditora fiscal do trabalho.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ROSÂNGELA SILVA RASSY** – Então, isto aqui é o que nós entregamos para a sociedade e entregamos ao Ministério do Trabalho. Agora entra a fase de institucionalização do projeto, para que deixe de ser apenas uma ideia, para que deixe de ser um projeto do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. O Sindicato acredita estar fazendo a sua parte, realizando uma tarefa ao entregando o projeto ao seu órgão maior, o Ministério do Trabalho.

E o Ministério do Trabalho já está se envolvendo no projeto. Semana passada mesmo, nós contamos com a participação do colega Luiz Felipe, Secretário de Inspeção do Trabalho, e de toda a sua equipe, que conheceram de perto o projeto em Mato Grosso, exatamente com o intuito de ver a melhor forma de implementar o projeto, de institucionalizar o Ação Integrada no âmbito do Ministério do Trabalho.

Também nesses dias recentes, dando uma vasculhada em algum material, localizei este livrinho aqui: *A Experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel* e fiquei pensando: já pensou, daqui a algum tempo, nós poderemos, em vez de ter só este aqui, que é o lançamento do Ação Integrada, contar com algo do tipo “A experiência do Movimento Ação Integrada: o trabalho dos auditores fiscais do trabalho na reinserção dos trabalhadores egressos do trabalho escravo. Então, é com essa expectativa que lançamos para a sociedade brasileira o Movimento Ação Integrada.

Nós temos um vídeo, eu acho que de cinco minutos, e eu gostaria que fosse passado, que é um pequeno resumo do Ação Integrada. Mas quem vai dizer o que é realmente o Ação Integrada e como ele funciona será o colega Valdiney Arruda, que também ocupará esse espaço destinado ao Sinait.

E, na parte da tarde, Senadora, todos os colegas Auditores Fiscais estão convidados para participar do que nós chamamos de um “momento de conscientização”, uma espécie de oficina que se destina a conhecer mais amiúde o funcionamento do Ação Integrada, para que todos, de fato, possam se envolver nesse projeto.

Então, muito obrigada pela atenção de vocês. Espero que estejamos todos dando um grande passo em favor da sociedade brasileira.

Obrigada. *(Palmas.)*

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Aproveito para parabenizar o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e a OIT por esta iniciativa, por esta experiência piloto lá no Estado de Mato Grosso. Pela experiência aqui relatada, o trabalho está dando certo.

Para quem está nos acompanhando e talvez não tenha conseguido pegar o início da nossa audiência, esta audiência se dá através da Subcomissão do Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, com o objetivo debater a prevenção do trabalho escravo no Brasil e, principalmente, debater o projeto Movimento Ação Integrada, uma iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho no Estado de Mato Grosso, que está sendo realizado em parceria também com outras instituições daquele Estado. E esta audiência pública tem como objetivo divulgar, lançar, na verdade – não é isto, Rosângela? –, fazer o lançamento desse programa, desse projeto em nível nacional, para que ele possa também ser implementado em outros Estados da Federação.

Então, parabeno aqui o Sindicato e a OIT por essa importante iniciativa de resgate, de reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo da atualidade.

Aproveito a oportunidade também para registrar a presença da Terezinha Gonçalves, Chefe de Gabinete da Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Passo a palavra agora para o Sr. Valdiney Arruda, Superintendente do Ministério do Trabalho em Mato Grosso.

**O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA** – Bom dia a todas e a todos os presentes aqui neste plenário.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão; a Presidente Rosângela, do nosso Sindicato Nacional; a Diretora Lais Abramo, da OIT; o Thiago, do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso; e o nosso Secretário Luiz Felipe.

Eu queria falar rapidamente, no meu tempo, sobre o projeto Ação Integrada.

Eu queria cumprimentar todos. Eu queria lhes agradecer e dizer que sou muito feliz por estar aqui diante da maioria dos pares, dos auditores fiscais do trabalho do Brasil.

Cumprimento todos vocês, em especial a minha mestra Marinalva, que aqui se encontra, mais uma vez. Obrigado, Marinalva.

Cumprimento o meu grupo de Mato Grosso que está aqui, a Alda Attilio, o Pablo e a Jane, da coordenação executiva do projeto em Mato Grosso.

Quero dizer rapidamente e tentar repassar para vocês o contexto de como se criou e de como se instituiu esse projeto no Estado de Mato Grosso.

Em 2008, quando assumimos a superintendência, nós fizemos um primeiro trabalho. Por ser coordenador do combate ao trabalho escravo e ter trabalhado na coordenação rural em Mato Grosso, nós fizemos uma análise sobre os perfis dos trabalhadores egressos, traçados a partir do banco de dados do seguro-desemprego. O seguro-desemprego nos permitiu conhecer um pouco melhor esses trabalhadores, porque se trata de um cadastro que é preenchido.

No caso de Mato Grosso, no contexto de 1995 a 2009, estávamos no início dessa ação. Quanto ao número de trabalhadores, pudemos trabalhar apenas de 2003 a 2009. Recebemos os cadastros com 3.858 trabalhadores nesse período de 2003 a 2009. Tínhamos a ilusão de que todos esses trabalhadores iriam para Mato Grosso e voltariam para seus Estados de origem. Fazendo essa análise, detectamos o contrário: de 2003 a 2009, 41% deles declararam que residiam no Estado de Mato Grosso. E, em 2008, de 272 trabalhadores, 75% declararam residir em Mato Grosso, o que significava que tínhamos de fazer uma ação dentro do Estado de Mato Grosso. Não eram trabalhadores que nasceram em Mato Grosso, mas que estavam fixados no Estado.

Fizemos um perfil de onde eles foram aliciados. Na Baixada Cuiabana e no Médio Araguaia, o maior percentual... Havia trabalhadores não só morando em Mato Grosso, mas também sendo aliciados dentro do próprio Estado para trabalhar no Estado de Mato Grosso ou para trabalhar fora como escravos.

Fizemos um recorte por gênero: sempre a maioria era formada por homens. E fizemos um estudo sobre a condição de escolaridade desses trabalhadores, sabendo que isso era autodeclaratório: os dados são declarados no ato, quando o auditor fiscal do trabalho preenche o seguro-desemprego. Então, isso não é confirmado. Mas, mesmo não sendo confirmados os dados, o grande percentual era de analfabetos ou com o ensino fundamental incompleto – nunca se sabe se esse ensino fundamental diz respeito ao 1º, 2º ou 3º ano. Quanto à idade, a maioria, na pirâmide, era jovem; eram pessoas na idade ativa para o trabalho.

A ideia era tentar provocar uma alteração dessa realidade, já que o benefício do seguro-desemprego resgatado previa que eles deveriam ser encaminhados para o Sine, para uma inserção no mercado de trabalho, no período de três meses. O idealizador dessa proposta do seguro-desemprego foi o Auditor Fiscal do Trabalho João Batista, do Mato Grosso. E a ideia era justamente esta: fazer com que, nesse tempo de três meses, eles

pudessem receber um investimento capaz de fazer com que eles não precisassem mais voltar para a mesma condição em que eles estavam.

Dentro da superintendência, em 2008, nós idealizamos e escrevemos um projeto que, em síntese, queria promover uma sistematização que garantisse uma política de qualificação e de reinserção social e profissional aos egressos do trabalho escravo. A ideia inicial era essa.

Três eram os resultados esperados dessa ação: o desenvolvimento de um processo constante de conhecimento da realidade que gerasse orientações sobre a prioridade dos atores sociais e suas necessidades – sobre onde, quando e como deveríamos atuar; a integração da política de qualificação com as demais políticas de trabalho, de emprego e de renda e com aquelas do campo da educação e do desenvolvimento; e a formação integral, profissional e educacional, do cidadão egresso ou vulnerável à submissão ao trabalho escravo, ampliando as possibilidades de sua inserção na vida social e produtiva.

Como se trata de uma ideia nova e de uma ação nova, a superintendência não dispunha, naquele momento, nem de recursos humanos nem de recursos financeiros para levar adiante um trabalho de grande magnitude, que era essa ação inicial. Foi quando nós, então, começamos a ir atrás dos parceiros, em oficinas, atraindo algumas instituições públicas e a sociedade civil; elaboramos várias oficinas em 2008, em uma discussão profunda.

Muito embora já houvesse uma articulação sobre a ação em 2008/2009, em agosto de 2009, nós entendemos que tínhamos de ter uma coordenação, que nós chamamos de coordenação executiva, e o primeiro parceiro a ser procurado – e somos, na minha concepção, siameses no combate ao trabalho escravo e a todas as mazelas do trabalho e da proteção – foi o Ministério Público do Trabalho, que aceitou essa incumbência. Tivemos anteriormente uma orientação da Organização Internacional do Trabalho sobre uma experiência passada no ICC – Instituto Carvão Cidadão, e entendemos que era necessária, para melhorar a eficiência dessas ações, uma coordenação executiva, elaborando um termo de cooperação, lançado em agosto de 2009, entre o Ministério do Trabalho, o Ministério Público da 23ª Região, a Universidade Federal e a Fundação Uniselva. Foi essa parceria que permitiu dar maior robustez a todas as atividades previstas no projeto.

Criamos um grupo de trabalho vinculado à superintendência, por ser a superintendência uma instituição mais executiva desse processo, dessa ação, dessas atividades, e entendemos que o principal objetivo desse grupo, naquele momento, era criar condições e propor iniciativas junto às instituições públicas e privadas e sociedade civil, para que promovessem modificação social, educacional, econômica dos trabalhadores retirados do trabalho análogo ao de escravo ou da invulnerabilidade. Então, o escopo era permitir que pudéssemos ajudar a fazer esta transição do cidadão: do trabalho análogo ao de escravo a uma inserção e elevação educacional e profissional apenas. A ideia inicial era essa.

Passamos, então, durante esses mais de três anos, elaborando uma metodologia que envolve quatro fases para conseguir fazer com que esse trabalhador receba essa ação. Na primeira fase, sempre partimos do banco do seguro-desemprego, seguro resgatado do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho. É um banco de dados feito a partir dos dados do seguro-desemprego, quando ele recebe o seguro-desemprego. Esse cadastro vai para um banco de dados, e esse banco de dados, depois, com todas as informações úteis, permite-nos ir até o local realizar a segunda fase, que é a fase de abordagem desses trabalhadores, elaborando o que nós chamamos de estudo socioprofissional.

Essa abordagem não ajuda só a entender esse trabalhador, onde ele está, a entender também a família dele, no âmbito socioprofissional, mas identifica também outras informações úteis para a Auditoria Fiscal do Trabalho e para a fiscalização, para formar um retrato de como está aquela região – se ainda há indícios de trabalho escravo, se há indício de aliciamento. Nós abordamos hotéis pioneiros também. Então, ele tem o objetivo de mostrar esse retrato também da região, mas mostrar o retrato, em especial, do perfil da família e da pessoa que foi abordada.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VALDINEY ANTÔNIO ARRUDA** – O terceiro ponto é a identificação de programas e projetos que atendam à demanda estudada; e, o quarto o planejamento e a organização dos cursos de qualificação com inserção desses trabalhadores.

Passamos a sensibilizar o Centro de Referência de Assistência Social e o centro especializado nas prefeituras, potencializando mais a identificação desses trabalhadores no seu local, onde residem. Percebe-se que seu local de residência, muitas vezes, é igual ao seu local de trabalho, ou pior do que ele. Isso nos permitiu identificar, entre outros dados e outras informações, que mais de 80% desses trabalhadores ou estavam na informalidade, egressos, ou estavam desempregados. Identificamos também a sua pretensão, sua principal formação pretendida.

Esse é outro debate que enfrentamos, porque tínhamos a ilusão de que eles gostariam de ficar na terra, trabalhando pela terra. E percebemos que não, que o sonho deles era ter uma independência profissional, ter carteira registrada e ser reconhecido como profissional. Só a partir desse contexto é que passamos à segunda fase, que é a da segunda parceria. A primeira grande parceria foi a proposta da integração daquela coordenação executiva. E a segunda parceria foi encontrar parceiros que abrissem vagas ou que investissem nisso conosco.

O Senai e o Sesi foram parceiros prontos, identificando, apostando, investindo o seu conhecimento e elaborando uma metodologia que permitisse aos trabalhadores fazer sua elevação educacional e profissional conjuntamente.

E encontramos parceiros em empresas e em associações de produtores para a ação, destinando postos de trabalho, uma cota. Temos, hoje, cotas de aprendizagem, PCD (Pessoas com Deficiência). E também abrimos cotas em empresas que foram sensibilizadas, como a Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão, Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso, o Consórcio Santa Bárbara/Mendes Júnior, Frigorífico Nortibras, dentre várias outras empresas que já fazem parte desse projeto.

A ideia principal é eliminar fatores que causam vulnerabilidade. E uma vulnerabilidade desses trabalhadores com certeza é a educação, buscando a elevação profissional e educacional. Existem outras vulnerabilidades com as quais, com o tempo, aprendemos a lidar.

A metodologia de trabalho usada com esses trabalhadores passou a ser incluída.

Quando tratamos de egresso trabalho escravo, estamos tratando de uma população que exerce um fluxo migratório extremamente grande, que possui grupos familiares frágeis ou já rompidos, com baixo grau de escolaridade – geralmente analfabetos, sem qualquer qualificação profissional – e desprovidos de documentação. Isso é muito comum. Temos de conseguir essa documentação para que possam fazer parte do projeto. Frequentemente são vítimas de alcoolismo. Nós tratamos disso durante todo esse projeto também. Tivemos que aprender com isso. E necessitam de um acompanhamento estatal e de um conjunto de políticas públicas articuladas para que o ciclo de trabalho escravo não venha a se repetir, como vem ocorrendo reiteradamente, exatamente pela falta de uma estrutura que permita a inclusão desses egressos a partir de novos e diferentes patamares.

Então, é para além do emprego que esse projeto vem trabalhando, para além da qualificação.

Aqui há algumas histórias de sucesso. Esse trabalhador foi retirado de uma fazenda, como serviços gerais, no interior de Mato Grosso. Trabalhou conosco de outubro a dezembro de 2009. Era um trabalhador que deveria estar aqui – foi convidado, mas por conta de seu trabalho não pôde vir. Ele relata:

Esse curso que tive oportunidade de fazer me deu possibilidade de ser empregado. E logo que terminei o curso, fui contratado. Estou até hoje na mesma empresa. Constituí família, posso ajudar meus pais e hoje sou exemplo para meus irmãos.

Esse casal foi retirado de uma fazenda de plantação de mudas de árvores. Hoje são casados. Passaram a namorar durante o curso. Antes não eram namorados. Foram retirados da mesma fazenda. Nesse caso específico, ficaram um ano no curso de eletricista em manutenção industrial.

Antes a gente não tinha condições de procurar emprego bom. Está sendo ótimo. Eu recebo uma bolsa para estudar; além do mais tem uma empresa que assinou um contrato com a gente.

Eles são o Jorge, de 28 anos, e a Lidiana, de 25 anos.

E a história de sucesso do Sr. José Divino. Era analfabeto. Foi alfabetizado durante o projeto. Foi retirado de uma empresa de cana-de-açúcar:

Eu achei que estava imprestável pela idade e pela condição de minha coluna, mas o projeto me acolheu, me alfabetizou e me valorizou profissionalmente. Hoje estou contratado e realizado. Comprei uma casa própria, que era o meu grande sonho, financiei um carro, e minha vida mudou completamente.

Então, são casos que aconteceram. São casos de sucesso. São mais de 434 trabalhadores que passaram nesses três anos pelo projeto. Nós tivemos a preocupação, e sempre falamos isso, de que não era um projeto quantitativo, mas qualitativo. E temos demonstrado essa qualidade, principalmente com os depoimentos desses trabalhadores.

E eu encerro a minha apresentação deixando uma última reportagem, que foi realizada lá no Estado de Mato Grosso, para encerrar a nossa fala.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas.)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Quero agradecer ao Valdiney Arruda, Superintendente do Ministério do Trabalho de Mato Grosso, pela exposição e pelas experiências positivas que o trabalho tem dado.

Também agradecer à Rosângela pela sua fala e também pelo esforço. Você é uma pessoa que está sempre presente aqui no Senado Federal, tem trazido sempre essa temática para que ela possa ser debatida aqui pelos colegas Senadores e Senadoras.

Obrigada pelo seu trabalho, pelo seu esforço e pela sua dedicação.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença também do Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da Secretaria de Direitos Humanos, Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Então, obrigada pela presença, José Armando.

Eu concedo a palavra agora para a Sr<sup>a</sup> Lais Abramo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil.

**A SR<sup>a</sup> LAIS ABRAMO** – Bom dia a todos e a todas!

Obrigada, Senadora. Queria cumprimentar meus colegas de Mesa; cumprimentar a Senadora pela Presidência desta reunião tão importante; Dr. Luiz Felipe de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho, representando nesta ocasião o Ministro do Trabalho e Emprego; Dr<sup>a</sup> Rosângela, Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Valdiney Arruda, que acabou falar; e Dr. Thiago Gurgão Alves Ribeiro..

Queria cumprimentar também todos os auditores e auditoras fiscais aqui presentes, parlamentares, o José Guerra, as outras pessoas, os outros auditores fiscais e todas as pessoas presentes.

Bom, acho que falar já depois das várias pessoas que me antecederam facilita e dificulta a tarefa. Eu acho que os vídeos que a gente teve oportunidade de ver aqui a meu ver mostram justamente essa situação paradoxal que o País vive, não é? Por um lado, questões tão terríveis como o assassinato dos auditores fiscais, esse crime bárbaro, e a não resolução do problema quase uma década depois, mostrando realmente a gravidade da permanência desse tipo de problema; e, depois, a experiência do Ação Integrada, que é realmente uma experiência de ponta no âmbito internacional na prevenção e erradicação desse crime que é o trabalho escravo.

Então, eu acho que é exatamente este o País que a gente vive, com essas contradições e esses paradoxos. E, por isso, é tão importante a nossa vigilância permanente e o nosso esforço de aproveitar e fortalecer todos os avanços que já foram realizados no País, nessa área, e não descansar enquanto esse problema continuar existindo.

Eu gostaria, portanto, de começar reafirmando a ideia de que o trabalho escravo ou forçado constitui uma grave violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais do trabalho e que, ao lado do trabalho infantil e do tráfico de pessoas, constitui as antítese mais clara da noção de trabalho decente; ou seja, nós sabemos que não se trata apenas de uma infração trabalhista que, por si só, já seria bastante grave, mas trata-se de um crime, mesmo, contra a dignidade da pessoa humana. E, por isso, é um tema tão importante nessa discussão dos direitos humanos.

Também acho que seria importante a gente pensar, quando a gente discute a situação do Brasil, que esse é um problema internacional. Infelizmente, em pleno séc. XXI, nós estamos assistindo, inclusive, ao surgimento e ao aumento de situações de trabalho forçado, entendido no seu sentido amplo, no mundo inteiro. E isso é resultado de um processo de globalização inequitativo, que carece de mecanismos de governança mais democráticos e equilibrados e que tem sido marcado por processos de desregulamentação do mercado de trabalho e debilitamento das suas instituições.

Também é importante assinalar que essas situações não estão presentes apenas nos setores informais ou mais atrasados dos países em desenvolvimento, mas estão presentes também nas cadeias produtivas de grandes empresas vinculadas ao mercado internacional e nos países centrais.

A OIT tem realizado algumas estimativas globais sobre este tema. É muito difícil, como já foi assinalado, ter estatísticas precisas, porque se trata de um crime que não aparece nas estatísticas oficiais. Há todo um esforço que está sendo desenvolvido para caracterizar o fenômeno, mas a última estimativa global da OIT, que foi lançada no ano passado – o relatório global da OIT –, estima que existem hoje quase 21 milhões de pessoas vítimas do trabalho forçado em todo o mundo e quase 2 milhões, 1,8 milhão, na América Latina.

Também calculamos que os lucros obtidos através dessa forma de exploração chegam a mais de US\$30 bilhões por ano, quase US\$1,5 bilhão na América Latina.

Além disso, a gente também faz uma tentativa de medir o que a gente chama de custo da coerção, ou seja, o que trabalhadores e trabalhadoras deixam de receber por estarem submetidos a essa situação, desde salários não pagos, pagamento de dívidas fraudulentas, pagamento de uniformes e locomoção. Então, o cálculo dessa quantidade, desse custo da coerção atingiria US\$21 bilhões ao ano, sendo US\$3,6 bilhões na América Latina. Então, só para, uma vez mais, afirmar que esse realmente é um problema mundial neste momento.

No Brasil, a existência de trabalho forçado ou em condições análogas à escravidão, tal como definido pelo Código Penal, tem sido predominantemente, até agora, associada ao setor rural, mas, como também várias pessoas que me antecederam já falaram, nós temos assistido, nos últimos tempos, não sei se ao surgi-

mento ou à visibilização desse problema também no setor urbano, principalmente na indústria da construção civil e na indústria de confecção e têxtil, com a presença de trabalhadores migrantes de outros países, como bolivianos e paraguaios.

Agora, como eu disse no começo, nós vivemos uma situação paradoxal no País. Ao mesmo tempo em que persistem essas situações, que são inaceitáveis, o Brasil também é hoje uma referência mundial no enfrentamento desse tipo de problema, e eu acho que é sempre importante nos lembrarmos disso.

Vou citar muito rapidamente, pelo tempo que tenho aqui, o que são alguns dos fatores que explicam esse fato de que o Brasil hoje é uma referência internacional e que, cada vez mais, existe interesse de outros países na experiência brasileira.

Os nossos colegas auditores fiscais sabem disso, porque têm sido frequentemente solicitados a apresentar a sua experiência em outros países. E a OIT tem, na medida do possível, tentado apoiar também essa transmissão de experiências.

Em primeiro lugar, o reconhecimento oficial da existência do problema, que já data de 1995. Em muitos países do mundo isso não acontece, o problema não é reconhecido oficialmente, e a gente sabe que esse é o primeiro passo para o seu enfrentamento.

Em segundo lugar, evidentemente, a ação da inspeção do trabalho. Realmente, a criação do Grupo Móvel de Fiscalização e todo esse trabalho heróico com conseqüências que a gente viu quais podem ser no seu limite têm sido um fator central nessa luta. O compromisso com o enfrentamento do problema no mais alto nível foi definido como prioridade presidencial em 2003 pelo Presidente Lula. Foram elaborados e estão sendo implementados dois planos nacionais – o primeiro Plano e o segundo Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo –, houve a criação de mecanismos nacionais e estaduais de coordenação, como a Conatrae (Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo) e as Coetraes (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo), que são elementos centrais nessa luta também e que juntam justamente vários órgãos do Governo e outras organizações da sociedade civil. A ação da fiscalização é central, mas evidentemente ela não basta. A criação, divulgação e manutenção da lista suja. O desenvolvimento da base de conhecimentos.

O Valdinei mostrou a importância de sabermos exatamente como se caracteriza esse problema, quais são as características e o perfil da vulnerabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras sujeitos a essa condição. Quanto ao envolvimento do setor privado – isso é chave –, o Brasil tem aí uma experiência de ponta no âmbito internacional, que é o envolvimento do setor privado. Sabemos que aqueles empresas que cometem esse crime são uma minoria, evidentemente, dentro da grande quantidade de estabelecimentos do País. E aí eu destacaria a existência do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que é um pacto assinado pelas empresas que se comprometem a limpar o tema na sua cadeia produtiva. E, como estamos vendo aqui no próprio Ação Integrada, é fundamental a ação do Sistema S, que é um sistema de formação profissional vinculado às confederações de empregadores e que tem sido central.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª LAIS ABRAMO** – As denúncias e condenações. Aí, o papel do Ministério Público do Trabalho também é absolutamente central nessa luta e as punições econômicas vinculadas justamente ao corte de créditos públicos. O tema é prioridade na Agenda Nacional de Trabalho Decente 2006, no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente de 2010, e nas agendas estaduais de trabalho decente que existem atualmente na Bahia e em Mato Grosso.

Então, sobre a questão do Ação Integrada – acho que já foi muito bem exposto tanto pela Rosângela como pelo Valdinei – do ponto de vista da OIT, queria ressaltar a importância desse programa. No primeiro Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, foi constatada a necessidade de reforçar as ações justamente de prevenção e reinserção. Como já foi dito aqui também, sabemos que as ações de repressão não são suficientes. E, na avaliação que se fez do primeiro plano nacional, isso ficou claro.

O Brasil já dispunha de alguns elementos importantes de prevenção e reinserção, como exatamente o acesso ao seguro-desemprego, que é uma questão-chave. Isso também existe em muito poucos países – na América Latina, só cinco países têm um sistema de seguro-desemprego. Então, o fato de os trabalhadores resgatados terem acesso ao seguro-desemprego é uma coisa muito importante, e o acesso ao Bolsa Família também. Mas isso também era insuficiente porque vimos continuar a situação de vulnerabilidade que fazia com que muitas vezes eles fossem escravizados outra vez.

Então, essa questão do Ação Integrada, outra vez uma experiência pioneira, como foi dito e exposto aqui pelos colegas que me antecederam, tem justamente a função e o objetivo de trabalhar nestes dois elementos – a prevenção e reinserção; tem o grande mérito de, sendo iniciativa da fiscalização do trabalho, ter conseguido envolver outros atores, como o Ministério Público, como o sistema de assistentes sociais, através dos CRAs

e dos CREAs, e o Sistema S, que tem sido um parceiro fundamental nesse esforço, porque garante justamente uma qualificação de qualidade e uma reinserção no mercado de trabalho.

Então, esse é o grande mérito desse programa, e a sua replicação para os outros Estados nós consideramos uma grande oportunidade e uma tarefa central. Por isso, nós, como OIT, que estamos apoiando o projeto desde o começo, porque vimos nele essa potencialidade, vamos continuar apoiando a sua replicação para outros Estados. Consideramos que isso é chave, consideramos que o Brasil pode dar realmente outro passo muito importante nesta luta de tentar realmente chegar ao nosso objetivo que é o único que podemos colocar, que é a erradicação definitiva desse grave crime no Brasil, e continuar sendo uma referência também para outros países que têm buscado o Brasil, para conhecer as experiências brasileiras.

E termino dizendo que a necessidade de fortalecer as questões de prevenção e reinserção, mais uma vez, foi enfatizada pela OIT. E queremos anunciar que, na Conferência Internacional do Trabalho do ano que vem, 2014, vai ser discutido um instrumento, que não se sabe se vai ser uma nova convenção, um protocolo ou uma recomendação, que terá o objetivo de avançar nas questões de prevenção, proteção e medidas compensatórias para além da Convenção nº 29. A Convenção nº 29 é dos anos 30. Ela é muito importante, mas evidentemente existe uma nova realidade mundial, que também tem de ser incorporada de alguma forma ao sistema normativo da OIT.

Então, eu termino com esse anúncio, dizendo que é muito importante evidentemente que o Brasil, que tem tido um papel tão importante nessa luta, esteja atento aos debates que vão ser realizados no âmbito da Conferência Internacional do Trabalho, para avançar toda essa discussão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Interrupção do som.)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – ... (*Inaudível*) ... pelas informações aqui colocadas, pelo trabalho que a Organização Internacional do Trabalho tem feito no sentido de garantir que as convenções também sejam cumpridas, porque é importante o Brasil ser signatário das convenções internacionais, principalmente nessa área, mas é importante também a implementação, e a OIT cumpre a missão, o papel, de ajudar a fiscalizar a implementação desses compromissos assumidos.

Então, obrigada pela presença da senhora.

Eu concedo agora a palavra ao Thiago Gurjão Alves Ribeiro, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região.

**O SR. THIAGO GURJÃO ALVES RIBEIRO** – Bom dia a todos. Eu inicialmente cumprimento a Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Rita, Presidenta desta Comissão de Direitos Humanos, a quem desde já agradeço o convite e parabéns pela iniciativa de realização deste importante evento. Cumprimento os demais integrantes desta Mesa, Ex<sup>mo</sup> Secretário de Inspeção do Trabalho, Dr. Luiz Felipe, Ex<sup>ma</sup> Dr<sup>a</sup> Lais Abramo, Diretora da OIT, Dr<sup>a</sup> Rosângela Rassy, Presidente do Sinait; colega Valdiney Arruda, Superintendente Regional do Trabalho em Mato Grosso e demais presentes, senhoras e senhores, fiscais do trabalho; Dr. Guerra, da Secretaria de Direitos Humanos.

Bom, preciso inicialmente destacar e salientar que o Estado brasileiro, nos últimos anos, desde o reconhecimento da existência do trabalho escravo e da estruturação de um plano de erradicação, tem tido grandes avanços em busca da erradicação do trabalho escravo no Brasil, meta esta que não pode ser relevada. Não há outro objetivo senão a erradicação; não se pode transigir com esse objetivo.

Não obstante o Estado brasileiro ser ainda devedor do alcance desse objetivo, muito já foi feito, muito já se avançou nesse aspecto, para o que foi fundamental uma ação articulada das diversas instituições, dos diversos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil. Enfim, essa integração, essa articulação interinstitucional exerceu um papel fundamental para os êxitos já obtidos.

Nesse sentido, nesse avanço, nesse caminho, muitos foram os instrumentos criados, principalmente no que se refere à repressão, instrumentos tanto na área extrajudicial como em âmbito judicial.

Mas, como já destacado nas falas anteriores, esses instrumentos dizem respeito às ações de repressão e a desdobramentos dessas ações de repressão como instrumento fundamental, que é hoje a Lista Suja, o cadastro de empregadores identificados como exploradores de trabalho escravo.

Mas, como se trata de ações de prevenção, ações de compensação, ações de assistência aos trabalhadores resgatados e aos trabalhadores identificados como vulneráveis, constatamos ainda uma lacuna, uma carência de políticas públicas que se destinem a esse objetivo. Temos, é certo, iniciativas importantes, pontuais no âmbito da sociedade civil organizada, temos um instrumento de seguro-desemprego, como já salientado nas falas anteriores, mas eles são insuficientes para se dar um adequado atendimento a essa população.

A necessidade desses instrumentos, dessas ações de prevenção, compensação e assistência pode ser constatada por alguns dados já trazidos pelo Valdinei, a partir de nosso projeto desenvolvido em Mato Grosso, mas há um estudo também importante, um perfil dos atores envolvidos na exploração do trabalho escravo,

publicado pela OIT no ano 2011, segundo o qual, naquele grupo estudado naquela pesquisa, 18,3% dos trabalhadores resgatados eram analfabetos; 45% foram identificados como analfabetos funcionais; 85% nunca tinham frequentado nenhum curso de formação profissional, e 59,7% já tinham sido submetidos a situações anteriores que, por sua descrição, poderiam ser caracterizados como trabalho escravo. Desse grupo, apenas 12% tinham sido resgatados em ações anteriores.

Que esses dados e essas informações... É claro que é uma amostra específica, mas há outras também como aquelas trazidas por Valdinei.

O que essas informações permitem concluir?

Primeiro, que nós temos aí uma população com diversas carências, uma população com diversas vulnerabilidades que tornam possível o aliciamento e a exploração para a submissão ao trabalho escravo.

Nós temos aí carências na área da formação desses indivíduos, carências relacionadas à sua educação, enfim... Nós temos também uma situação que revela que esses trabalhadores, ainda que resgatados e retirados do trabalho escravo, continuarão vulneráveis ao aliciamento, à exploração posterior como trabalho escravo, assim como aqueles que estejam na mesma situação de vulnerabilidade em que se encontravam aqueles resgatados. E também o fato de que as ações de repressão e fiscalização, por mais aperfeiçoadas e por mais que tenha havido avanços – eles ocorreram e vêm ocorrendo –, não serão suficientes por si só para atender a essa população, para enfrentar este grave problema, que é o da repressão e da erradicação do trabalho escravo.

Nesse sentido, as instituições parceiras, como o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso e outras instituições, diante dessa necessidade, dessa premência, dessa carência, dessa lacuna percebida, passaram a desenvolver ações quase que com ânimo emergencial. Era preciso fazer diferente, era preciso desenvolver outras iniciativas além daquelas consagradas já em nosso sistema, no que se referem, agora, não mais apenas à repressão, mas também à prevenção e ao atendimento a essa população vulnerável e à população resgatada no trabalho escravo.

Assim que passou a ser desenvolvido esse projeto, Ação Integrada, em sua coordenação participam Ministério Público do Trabalho, em Mato Grosso, Ministério do Trabalho e Emprego e Superintendência Regional do Trabalho, em Mato Grosso, e outras instituições parceiras, fundamentais para sua execução, com suas nuances e com diversas peculiaridades que já foram aqui trazidas e muito bem explanadas pelo Valdinei no que se refere a como ele vem sendo desenvolvido em seus detalhes executivos.

Eu queria salientar, em relação ao projeto e a esse desenvolvimento, que, até o momento, os recursos necessários para as ações do projeto decorrem de indenizações por danos morais coletivos e multas por descumprimento de obrigações obtidas pelo Ministério Público do Trabalho. Não existe ainda uma política pública estruturada para o atendimento de ações que foram desenvolvidas no projeto, e até agora temos esse financiamento a partir de multas e indenizações.

Temos, desde o início da sua execução, aproximadamente R\$1,4 milhão revertidos para o projeto, sendo que 434 trabalhadores foram atendidos, o que é mais do que adequado e suficiente, considerando a importância das ações e o resgate da cidadania, numa razão de cerca de R\$3 mil despendidos para cada trabalhador atendido, que teve a sua cidadania resgatada, a sua dignidade protegida, por vezes evitando uma situação de exploração e submissão ao trabalho escravo.

Na linha dessa questão das indenizações por danos morais coletivos, é importante chamar a atenção para esse instrumento. Essas indenizações são devidas sempre que ocorre a violação a valores fundamentais da coletividade, como, por exemplo, na exploração do trabalho escravo, e são postuladas pelo Ministério Público do Trabalho, inclusive nessas situações de exploração do trabalho escravo, que, por algumas vezes, infelizmente, acabam sendo a única compensação, a única punição sentida pelo empregador adequada à gravidade da lesão, como no caso da exploração do trabalho escravo. Eu digo infelizmente porque o trabalho escravo é crime, e ainda são raros e escassos os casos de punição por esse crime, condenações criminais e prisões por essa prática.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. THIAGO GURJÃO ALVES RIBEIRO** – Essa escassez se dá, às vezes, por alguns entendimentos que, de certa maneira, naturalizam essa exploração e consideram que, em se tratando de condições de vida paupérrimas, a reprodução dessas condições de vida em condições de trabalho, de exploração, seriam válidas, esquecendo-se de que as condições de vida daqueles que exploram o trabalho escravo nada têm de paupérrimas; ao contrário, há lucros, como salientado pela Dr<sup>a</sup> Lais Abramo, exponenciais a partir dessa exploração do trabalho escravo.

Então, temos, em alguns casos, mas nem sempre, a obtenção de valores compatíveis com a gravidade da lesão, mas, em muitos casos, algumas condenações chegando, como no caso citado, numa indenização já fixada pelo Tribunal Superior do Trabalho, ao valor de R\$5 milhões.

A partir dessa experiência desenvolvida no projeto, temos o início de um círculo virtuoso: a violação a direitos difusos e coletivos dos trabalhadores, ensejando a atuação do Ministério Público do Trabalho, que vem obtendo multas e indenizações por danos morais e coletivos, que são revertidos em prol de uma ação integrada para resgate da cidadania do trabalhador explorado na condição de escravo.

É claro que nós identificamos, na execução do projeto, diversas carências e necessidades, que, caso replicadas, devem ser consideradas, e buscamos, dia a dia, no esforço que é a execução desse projeto, suprir essas carências.

Primeiro, é preciso que ele seja, tanto quanto possível, implementado como política pública, com recursos contínuos e específicos para o seu atendimento; é preciso também que haja, para o atendimento dessa população com diversas carências, com diversas vulnerabilidades, uma educação para a cidadania, uma educação para a formação desse indivíduo que vem de um histórico bastante traumático de submissão ao trabalho degradante, ao trabalho escravo, enfim, e que deve ser atendido por um eixo pedagógico específico atento àquela carência, àquela necessidade. Considerando o fato de ser uma educação para adultos e a necessidade de se ter uma formação para recuperar aquele cidadão; deve haver uma acolhida por profissionais de Psicologia e Assistência Social, e, tanto quanto possível, deve ser observada eventual peculiaridade que diga respeito à necessidade de atender indivíduos que tenham uma relação de histórico com o trabalho no campo para haver também alternativas nessa área, para que aquele indivíduo possa exercer a sua atividade profissional e econômica de acordo com o seu perfil individual.

O Ministério Público do Trabalho, observando a importância dessa iniciativa em Mato Grosso, já há alguns anos, aprovou como um projeto nacional as atividades de fomento de iniciativas como esta do projeto Ação Integrada. E, nas diversas regiões, observadas, primeiro, a peculiaridade de cada local e a importância de sua execução através do fomento das parcerias iterinstitucionais, vem sendo buscado, na linha do que vem sendo feito neste evento, o fomento dessas iniciativas. Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, já houve a visita da equipe do projeto Ação Integrada. Isso vem sendo discutido e fomentado, tendo como objetivo final exatamente a implementação dessas iniciativas e a sua transformação em políticas públicas de atendimento dessa população.

O Ministério Público do Trabalho vai estar sempre presente quando se tratar... Sempre que possível, ele vai participar e fomentar esse debate, que considera fundamental para que possamos obter finalmente a erradicação do trabalho escravo, para que não haja mais pessoas submetidas a condições de vida degradantes, sendo ou não em razão de sua origem de vida, condições de vida em pobreza extrema; para que não haja mais ninguém, no seu local de trabalho, sendo colocado em alojamentos, em locais para moradia, em locais para permanência, em locais que não se sabe se são para a vida ou para a morte, em locais que não se sabe se são casas, abrigos, alojamentos ou covas.

Essa é a iniciativa do Ministério Público do Trabalho, que está, mais uma vez, parabenizando pela iniciativa desta audiência o Sinit, o Ministério do Trabalho e Emprego, colocando-se sempre à disposição em tudo que disser respeito ao desenvolvimento deste projeto Ação Integrada.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Thiago Gurjão, Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região.

Eu concedo, agora, a palavra ao Sr. Luiz Felipe Brandão de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em representação ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro Manoel Dias.

**O SR. LUIZ FELIPE BRANDÃO DE MELLO** – Obrigado.

Bom dia a todos, bom dia a todas.

Cumprimento a Mesa, em nome do Ministro Manoel Dias: a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão; Lais, Diretora da OIT; colegas Valdiney e Rosângela; e Thiago, do Ministério Público.

Na verdade, hoje, está bem claro que esta é uma realidade, infelizmente, no Brasil inteiro. Eu me lembro de que, há alguns tempos, quando se falava em trabalho análogo ao escravo, dizia-se que era uma realidade do Norte e do Nordeste – principalmente do Norte –, que isso não era uma realidade da Região Sul do Brasil. Eu quero dizer, como gaúcho, que, com certeza, é uma realidade, sim, do Brasil inteiro, ou seja, do Rio Grande do Sul também. Infelizmente, é uma realidade.

Parece-me que há dois motivos essenciais para que isso ocorra, na verdade. Primeiro, a impunidade. Ou imaginam que estão impunes os supostos “empregadores” – vamos dizer entre aspas, porque acho que esse tipo de pessoa que se utiliza dessa prática não se pode considerar como empregador. Então, é importante, como já foi dito aqui por todos, a questão da repressão. Todos sabem do trabalho da auditoria fiscal em relação à repressão, que vem de longo tempo. Estão aqui o Marcelo, que foi um dos nossos primeiros coordenadores,

e a Marinalva também. São pessoas que estão desde o início desse trabalho. A maioria aqui são colegas auditores, e não preciso dizer como foi esse trabalho e a importância dele.

Eu acho que é importante destacar, neste momento, que isso não se faz com uma instituição; é a parceria, pois cada um tem o seu papel, e a importância do Ministério Público, da Conatrac, da Polícia Federal, de todo mundo que se envolve para realmente combater essa chaga. É inadmissível, em pleno ano 2013, em pleno século XXI, estarmos discutindo hoje isso aqui.

Então, de qualquer forma, em relação à impunidade, nós temos de pensar o que mais pode ser feito – está aí a PEC –, temos de pensar em legislação, temos de pensar como, realmente, esses “empregadores” possam temer e não achar que podem ficar impunes a essa prática. Esse é um dos motivos.

O outro, sem dúvida, é a questão dos trabalhadores. Só existe também porque tem trabalhador que necessita disso – está disposto –, necessita, não tem outra opção.

Também já foi falada aqui a questão de trabalhadores que foram resgatados uma, duas vezes. Dizem que há trabalhadores que já foram resgatados mais de duas, três vezes. Por que isso? Não têm outra opção. Então, parece-me que, dentro desse projeto, também é muito importante a rede, a parceria, para poder funcionar. Esse é um lado que até então está deficiente. E é importante que esse projeto não fique restrito a Mato Grosso. Não vou dizer Mato Grosso do Sul, senão vão me cutucar aqui, porque isso aqui é uma briga feia. *(Risos.)* Então, vamos evitar confusões.

Parabenizar o Valdinei, parabenizar o pessoal de Mato Grosso pela iniciativa.

Na verdade, a gente foi lá na semana retrasada conhecer o projeto. Realmente, combater o trabalho escravo não é só repressão. Temos, de alguma forma, que pensar em outras maneiras para que isso não venha a ocorrer.

E, na minha pouca experiência em relação ao trabalho escravo em comparação aos colegas que estão aqui, participei uma vez de um resgate, então como chefe do Rio Grande do Sul. Era colheita da batata e feijão na região da Serra Gaúcha, região muito rica por sinal, e de tudo o que eu vi lá, uma coisa me chamou muito a atenção. Ao olhar aquilo, você não consegue entender como alguém pode sujeitar uma pessoa àquilo. Mas o que mais me chamou a atenção não foi o que eu vi; foi o que eu ouvi dos trabalhadores. Na verdade, eu cheguei no meio da operação – era chefe lá no Rio Grande do Sul –, observei o ambiente e depois fui conversar com os trabalhadores, e o relato deles contando a vida deles, o que eles passam, a falta de oportunidades, ao que eles têm de se sujeitar, é uma coisa que me marcou muito na minha única experiência com resgate no trabalho escravo.

Por que eu estou falando isso? A gente fez questão de conhecer lá o trabalho no Mato Grosso e, novamente, o que mais me marcou foi a fala dos trabalhadores. Fomos lá conhecer o projeto, o Valdinei e o pessoal da OIT, e o Antonio e a Andréia nos apresentaram o projeto, tentando nos convencer a estender esse projeto para outros Estados do País. Quero dizer que estou convencido – provavelmente vão me perguntar isso mais adiante –, mas o que mais me marcou lá novamente foi a fala do trabalhador.

Eu tive a oportunidade de conversar, lá, com dois trabalhadores da Arena Pantanal. Inclusive um deles é aquele senhor que apareceu aqui, o Valdivino, e, conversando com eles, olhando e vendo o depoimento deles, vocês não têm noção do que tu sentes: uma esperança daqueles trabalhadores, uma realização daqueles trabalhadores. Tu vias que eram pessoas... eles narrando que não tinham perspectiva nenhuma, mas com uma alegria assim que tu vias que... Nossa, aquilo realmente mudou a vida daquelas pessoas. Como está escrito ali, um tinha comprado uma casinha. Não me lembro do nome do outro senhor, que comprou um carro; depois iam passear no fim de semana lá por Cuiabá.

Então, conversar com essas pessoas – assim como no primeiro momento conversar com as pessoas resgatadas foi muito duro para mim –, foi muito gratificante, semana passada, conversar com esses trabalhadores que tiveram uma experiência, tiveram uma oportunidade.

Então, em cima disso, eu só queria dizer que o Ministério do Trabalho, a SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho), no que for possível, vai fazer tudo para poder levar esse projeto para outros Estados. Nós vamos nos sentar, com calma. Espero que o Valdinei nos ajude. Ele tem uma experiência bastante grande, porque, inclusive, é um dos mentores, foi uma das pessoas que levou isso adiante no Mato Grosso. Então, já, publicamente, estou intimando-o a ajudar a SIT a implantar isso em outros Estados.

Destaco que é fundamental a participação de todas as instituições que venham, realmente, a nos ajudar: OIT, Ministério Público, MDS, empresas privadas, CRAs, CREAs. Nós temos de pensar em tudo que possa, realmente, auxiliar nessa empreitada, porque isso não é uma briga de uma instituição ou de uma pessoa. Essa é uma briga para uma sociedade inteira fazer, para a gente poder, realmente, acabar com esse problema, que envergonha o mundo inteiro e o nosso País também.

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Luiz Felipe, pela presença do senhor aqui, que é muito importante, representando o Ministro Manoel Dias e se comprometendo, também, no sentido de possibilitar que esse projeto possa chegar a todos os Estados onde existam trabalhos análogos ao trabalho escravo.

Nós precisamos, de fato, enfrentar essa realidade, que é dura e cruel: num País tão bonito como o nosso, tão importante em termos de políticas públicas em algumas áreas, ainda nos depararmos com trabalhos análogos ao trabalho escravo. Então, nós precisamos, de fato, fazer a nossa parte no sentido de acabar com isso.

Então, eu quero, neste momento, antes de passar para a parte final, que são as considerações finais dos nossos convidados e convidadas, primeiro falar da minha alegria de poder presidir a Comissão de Direitos Humanos do Senado, onde nós tivemos a oportunidade de criar a Subcomissão do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, porque existia a Subcomissão do Trabalho Escravo. Por iniciativa do Senador Paulo Davim, nós ampliamos esta subcomissão, que trata do trabalho escravo e tráfico de pessoas, que é um outro tema que nós também precisamos aprofundar e debater, aqui no Senado.

Quero destacar a minha satisfação de poder, neste momento, participar desta audiência pública, que não está apenas discutindo a situação dos trabalhadores em situação análoga à de trabalho escravo, mas já aponta um caminho, uma saída, que é essa experiência de Mato Grosso, uma experiência que está dando certo. Vocês nos procuraram, escolheram a Comissão de Direitos Humanos como um espaço de debate dessa situação, ao mesmo tempo lançando esse programa Movimento Ação Integrada, porque para que qualquer ação possa, de fato, ser efetiva e dar os resultados que nós esperamos e que a sociedade espera, ela tem de ser integrada. Nenhuma ação isolada dá o resultado de que nós precisamos.

Então, um trabalho de prevenção e de reinserção dos nossos trabalhadores que estão em situação análoga à de trabalho escravo só será, de fato, efetivo, se for integrado com diversas outras políticas, envolvendo diversos atores da nossa sociedade, diversos órgãos, não só públicos, mas também privados, e a sociedade civil.

Então, aproveito para parabenizar, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e, também, a Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que se fazem presentes aqui, nos possibilitando este momento tão importante.

Eu quero, também, dizer que a Comissão de Direitos Humanos... E eu, particularmente, me coloco à disposição para fazer as gestões necessárias, junto ao Governo, para institucionalização do projeto Movimento Ação Integrada como um projeto de governo, como uma política pública de governo, ouviu, representante do nosso Ministro?

Quero contribuir nesse processo, para que nós possamos, realmente, avançar em termos de políticas públicas.

Também me coloco à disposição, e a Comissão de Direitos Humanos, com certeza, todos os nossos colegas Senadores e Senadoras, para qualquer iniciativa no âmbito do Legislativo que vocês julgarem necessária.

Quem está na ponta, trabalhando, tanto o Ministério Público, quanto a OIT, enfim, todos os parceiros, todas as pessoas que atuam nesse trabalho podem, talvez, ter sugestões de projetos de lei. Então, esta Comissão se coloca à disposição para colher as propostas. É uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então, é a porta de entrada para receber as demandas da sociedade, também no que se refere ao aperfeiçoamento da nossa legislação, criando novas legislações. Esta Comissão é a porta de entrada, e eu me coloco inteiramente à disposição para receber essas informações.

Por fim, quero aqui fazer um destaque muito grande com relação à PEC, que foi lembrada aqui pelo Dr. Luiz Felipe, no sentido de que a Comissão de Direitos Humanos vai trabalhar, envidando todos os esforços necessários para que essa PEC possa ser aprovada.

Eu aproveito aqui a oportunidade para, publicamente, fazer um apelo aos colegas Senadores e Senadoras. Esta PEC nº 57-A é de 1999. Portanto, ela tem quantos anos? Catorze anos. Há catorze anos está no Congresso Nacional e ainda não foi aprovada. Não foi aprovada, e vocês sabem por quê. Porque as pressões são grandes aqui no Senado Federal, como são também na Câmara dos Deputados. E daqueles que não querem que esta PEC seja aprovada, porque mexe com os interesses de pessoas grandes, que têm muita influência no Congresso Nacional.

Mas eu quero aqui fazer um apelo no sentido de que a Comissão de Constituição e Justiça aqui do Senado Federal está em débito com a sociedade, porque ela ainda não conseguiu aprovar esta PEC.

O nosso Relator na Comissão de Constituição e Justiça é o Senador Aloysio Nunes, uma pessoa receptiva, que fez um relatório favorável à PEC. Mas, por força de pressões externas, recolheu o seu relatório e está aguardando para fazer uma modificação.

Se essa PEC receber alguma modificação aqui no Senado, ela vai retornar para a Câmara dos Deputados. E aí só Deus sabe quando ela será aprovada. Talvez em mais dez anos.

Eu quero aqui fazer um apelo público, para que o Senador Aloysio Nunes reveja a sua posição, que não se deixe pressionar por aqueles que não querem que a PEC seja aprovada, porque qualquer alteração vai prejudicar o trabalho. Pelo menos das informações que eu tenho, as modificações poderão ser feitas na regulamentação. Necessariamente, não precisamos fazer as modificações que estão sendo pleiteadas aqui no Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça, porque isso atrasa o andamento e atrasa a votação final dessa PEC. Então, eu peço e solicito ao Relator Aloysio Nunes que apresente o seu relatório conforme foi apresentado inicialmente e que esta PEC seja aprovada o mais rápido possível.

Aproveito para pedir aos colegas que aqui estão, os auditores fiscais, os representantes do Ministério Público, da OIT, do Ministério do Trabalho, que conversem com o Senador Aloysio Nunes. Acho que este é o momento adequado. Vocês estão todos aqui em Brasília nesta semana. O Senador Aloysio Nunes é uma pessoa receptiva. Ele vai, com certeza, recebê-los. Acho que seria importante que vocês dialogassem com o Senador Aloysio Nunes, para que o relatório realmente possa ser reapresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, assim, possamos aprová-lo, de forma terminativa, aqui no Senado Federal.

De qualquer modo, eu me coloco inteiramente à disposição. Eu sou titular na Comissão de Constituição, Justiça, sou membro também daquela Comissão e me coloco inteiramente à disposição para ajudar a fazer esse diálogo, essa conversa, os movimentos necessários, para que possamos aprovar a PEC. Porque acho que nós vamos dar à sociedade brasileira e aos trabalhadores escravos... (*Palmas*)

Desculpem-me.

Eu concedo a palavra então aos nossos convidados, para suas considerações.

Rosângela, por favor.

**A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY** – Eu acho que esta manifestação final da Senadora Ana Rita diz claramente a razão por que e a necessidade de o lançamento deste movimento ser feito aqui nesta Comissão.

Esta Comissão sempre refletiu este sentimento, e Senadores que a compõem, especialmente aqueles que a presidem, sempre tiveram esse sentimento muito forte em defesa dos direitos humanos. E nós estamos aqui tratando de direitos humanos.

Então, Senadora, nós queremos, mais uma vez, agradecer a oportunidade que o Senado Federal está dando aos auditores fiscais do trabalho, ao Ministério do Trabalho, à OIT, ao Ministério Público do Trabalho, de trazer ao conhecimento da sociedade brasileira este projeto, que, acima de tudo, nós entendemos que vai significar um novo passo no resgate e na inclusão de trabalhadores brasileiros, uma verdadeira cidadania a que todos têm direito.

Obrigada pela atenção de todos. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Rosângela.

Concedo, então, a palavra ao Sr. Valdinei Arruda, para as considerações finais.

**O SR. VALDINEI ARRUDA** – Obrigado. Quero agradecer, de novo, o convite para estar aqui, estar trazendo essa experiência do nosso Estado de Mato Grosso. É preciso refletir, claro, que a experiência tem dado certo no Estado graças ao poder de articulação e às instituições que, ali, foram muito fortalecidas e abertas a esse modelo de trabalho – não só as instituições públicas como a nossa, como o Ministério Público do Trabalho, desempenhando papéis importantes dentro das suas competências, mas também fora da sociedade civil, especialmente, para nossa surpresa, as instituições privadas, as organizações privadas e a abertura que propuseram.

Aqui se encontra o executivo da Associação dos Criadores de Suínos, Sr. Custódio, que está ali. Impressiona muito, pela presidência do Paulo Lucion, como há uma vontade grande de realizações do lado social, uma abertura grande para essas ações, engrossando as carreiras e a vontade de erradicar essa prática nas cadeias produtivas desse segmento.

Quero e preciso dizer que somos muito agradecidos por todos no Estado do Mato Grosso, como o próprio Senai, pela abertura que o Sistema S, Senai-Senar, nos tem ofertado. Essa abertura agora nacional do Sinait e da Organização Internacional do Trabalho e essa proposta da SIT são uma realização. Entendo, pela experiência que temos, que é viável a replicação nessas parcerias, até porque todos os Estados também têm Ministério Público, também têm Sistema S, também têm empresas comprometidas, também têm auditores fiscais. São muitos auditores fiscais comprometidos, e eu me orgulho disso. Sempre digo isso e reflito do orgulho de ser Auditor Fiscal do Trabalho.

E, por último, agradecer cada pessoa lá do meu Estado, da superintendência, em especial aos servidores que ajudaram e vêm ajudando neste projeto: o Wilson, a Eliete, a Rosana, a fiscal do trabalho; o Amarildo que aqui se encontra, Auditor Fiscal do Trabalho, a Mônica Luiza, e aos contratados e coordenadores dentro da Uniselva, de novo: a Alda, a Jane, o Pablo e até os que passaram pela ação.

A ação é uma ação integrada; tem tido sucesso, e esperamos que nós melhoremos e demos maior eficiência, de agora em diante, e, no que depender da nossa ajuda, Secretário, vamos estar à disposição da Secretaria para ajudar no que você entender e no que o Ministério do Trabalho entender que é possível.

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Valdiney.

Concedo, agora, a palavra, à Srª Lais Abramo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, aqui no Brasil.

**A SRª LAIS ABRAMO** – Muito obrigada, Senadora.

Queria me somar às pessoas que me antecederam. Eu acho que este tema realmente toca muito, profundamente, a consciência e os sentimentos de cada um de nós, porque nós estamos falando aqui de liberdade, de dignidade, de humanidade, de cidadãos e cidadãs brasileiras que, em pleno século XXI e num país que é a sexta economia do mundo, ainda são submetidos a essas situações.

Eu acho que o José Divino, esse senhor de 57 anos – não sei se ele já tem um pouco mais agora –, está virando um personagem. Ele também aparece no vídeo que nós fizemos sobre o trabalho decente, o que é absolutamente merecido, porque ele expressa justamente o que foi dito aqui, tanto o lado da violação dos direitos, como o da esperança e da dignidade reconquistada, a partir de uma intervenção dos Poderes Públicos e dos atores sociais, que estão apontando um caminho para a superação desse problema. Eu acho que tudo isso, essa emoção, expressa o compromisso de todos nós com essa luta, e isso tem que ser reiterado a cada momento.

Eu queria parabenizar, mais uma vez, a Senadora pela Presidência da Comissão de Direitos Humanos, por esta iniciativa, por este acolhimento tão importante dessa discussão; parabenizar os atores do Estado do Mato Grosso aqui presentes, a Superintendência Regional do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, os outros auditores fiscais, representantes das associações de empregadores, do Sistema S, que têm sido parceiros fundamentais, pela garra, pela iniciativa e pela criatividade de levar esse tema adiante e dentro do contexto da Agenda Estadual de Trabalho Decente.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª LAIS ABRAMO** – É importante falarmos isso porque, desde 2009, vem se constituindo um processo muito importante de diálogo social no Estado em relação a isso.

Parabenizar aqui o Sinait e o Ministério do Trabalho nesse compromisso da nacionalização do programa e reafirmar o compromisso da OIT com isso.

Eu só queria ressaltar dois temas, muito rapidamente. Quando falamos de integração – e o nome da subcomissão envolve também a questão do tráfico nacional e internacional –, eu acho que essas novas modalidades do trabalho escravo no Brasil, cada vez mais, evidenciam a importância da articulação desses temas, que nem sempre, no País, nos últimos tempos, estiveram sendo trabalhados de forma articulada: o trabalho escravo, o tráfico de pessoas, a migração irregular, que têm se manifestado tão claramente nos casos de trabalho forçado urbano. Então, acho que isso é uma pauta que tem de ser assumida, realmente, com muita decisão por todos nós.

Por último, o dado que foi colocado aí do custo desse programa. É muito baixo! Estamos falando de pouco mais de R\$3 mil para justamente recuperar a dignidade, a liberdade e a humanidade de tantas pessoas.

Fala-se de políticas públicas, fala-se de nacionalização e de transformação disso numa obrigação do Estado brasileiro. Então, eu acho que temos de atentar para esse dado e comparar esse gasto – os ganhos que ele traz para o País e não apenas para essas pessoas – com outros gastos, colocar isso numa balança e ver que é um investimento que realmente vale muito a pena.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Srª Lais.

Concedo a palavra ao Thiago Gurjão Alves Ribeiro, Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região.

**O SR. THIAGO GURJÃO ALVES RIBEIRO** – Obrigada, Senadora. Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer pelo convite formulado e parabenizar pela iniciativa da realização deste evento; parabenizar todos os atores aqui presentes, a equipe executiva do projeto, os componentes desta Mesa, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, o Sinait, a OIT; dizer que o Ministério Público do Trabalho está atento a essa questão e sempre à disposição de qualquer iniciativa que diga respeito à erradicação do trabalho escravo, ao enfrentamento desse problema, sempre em articulação com os nossos importantes parceiros institucionais; e, mais uma vez, parabenizar também pelas palavras e pelos gestos de V. Exª no que diz respeito à Proposta de Emenda à

Constituição nº 57-A, de 1999, que, de fato, é mais um instrumento a respeito do qual a sociedade tem grande expectativa. E as palavras de V. Ex<sup>a</sup> revelam o trabalho que vem sendo desenvolvido, a sensibilidade, a atenção e a dedicação de V. Ex<sup>a</sup> a esse problema, na presidência desta Comissão.

Muito obrigado, mais uma vez. Bom dia a todos. *(Palmas.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Thiago.

Concedo a palavra ao Luiz Felipe Brandão de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui o Ex<sup>mo</sup> Ministro Manoel Dias.

**O SR. LUIZ FELIPE BRANDÃO DE MELLO** – Em nome do Ministro Manoel Dias, gostaria de agradecer a oportunidade e parabenizar a Sr<sup>a</sup> Senadora pelo trabalho.

Queria fazer uma fala final, se me derem liberdade, para os meus colegas auditores, principalmente aqueles que são chefes, em seus Estados, e têm a incumbência da fiscalização.

Não vou dizer que é uma fala de sensibilização, porque acho que entre as pessoas que estão aqui – conheço a grande maioria delas – algumas atuam diretamente nesta questão do trabalho escravo e não precisam ser sensibilizadas, porque já estão nessa luta.

Então, queria colocar para a chefia, como hoje publicamente assumi aqui que a SIT fará todo esforço para entrar nesse projeto, que tudo aquilo que for possível, dentro dos Estados, para aqueles chefes que queiram tocar o projeto, independente de uma participação mais direta da SIT... Vi aqui, por exemplo, que Mato Grosso, pelas próprias pernas, teve uma iniciativa que hoje é um exemplo.

Acho que não é necessário cada Estado ficar dependendo da SIT, do Ministério do Trabalho, do órgão central, para tomar iniciativas. Até porque, como foi dito aqui, isso se dá em uma ação integrada, em uma relação entre várias instituições, e ninguém tem mais possibilidade do que vocês que são os chefes aqui. Na verdade, acho que cada chefe aqui deve dar uma olhadinha para o seu Estado e ver, de tudo que conhecemos hoje, o que pode ser aproveitado no seu Estado. Assim, é mais um passo que é dado em combate a essa chaga no Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Luiz Felipe. Já estamos nos encaminhando para o encerramento, mas quero fazer um registro.

Falamos aqui da PEC nº 57-A, de 1999, e para aqueles que nos acompanham pela TV Senado, faço um esclarecimento. Essa PEC expropria as terras onde for encontrada exploração de trabalho análogo à de escravo, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas. É importante fazer esse esclarecimento, porque, para nós, falar da PEC é tranquilo, mas quem está acompanhando-nos pode não saber o seu teor. Essa PEC é altamente importante em função do seu objetivo, que é fazer que as terras onde for encontrado trabalho análogo ao de escravo sejam expropriadas, tanto na área rural quanto na área urbana.

Agradeço profundamente a presença de todos os nossos convidados e convidadas. Agradeço a presença de todos os auditores fiscais e das demais representações que aqui se encontram.

Dessa forma, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

*(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)*

## SECRETARIA DE COMISSÕES

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

**ATA DA 56<sup>a</sup> REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 7.**

Às dez horas quatro minutos do dia doze de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Fernando Collor, João Capiberibe, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Osvaldo Sobrinho**. O Senador Cristovam Buarque justificou a ausência. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 55<sup>a</sup> reunião, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da pauta. **PRIMEIRA PARTE: Aposição do retrato** do Senador **Fernando Collor** na galeria de Ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Convida o Senador **Fernando Collor** para compor a Mesa. Registra-se a presença do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello. Fazem

uso da palavra os Senhores Senadores **Francisco Dornelles, Osvaldo Sobrinho, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti e Fernando Collor**. O Presidente convida as Senhoras Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e o Senhor Senador Francisco Dornelles a fazerem a posição simbólica do retrato do Senhor Senador Fernando Collor, na galeria de fotos dos Ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A Reunião é suspensa às onze horas por cinco minutos para que o Senhor Senador Fernando Collor receba os cumprimentos dos presentes. A Reunião é reaberta às onze horas e sete minutos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Osvaldo Sobrinho. **SEGUNDA PARTE:** O Presidente convida os Embaixadores **João Luiz de Barros Pereira Pinto e Jorge José Frantz Ramos** a comporem a Mesa e fazerem suas exposições. Tem início a deliberação, em conjunto, das matérias constantes da **PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.” Sabatina Realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.” Sabatina Realizada. É aberto o processo de votação. Os indicados fazem suas exposições. Usam da palavra os Senhores Senadores Luiz Henrique, Ana Amélia e Eduardo Suplicy. Às doze horas e onze minutos, a presidência é assumida pelo Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às doze horas e trinta e oito minutos e reaberta às doze horas e quarenta e dois minutos. Atua como secretária a Senadora Ana Amélia e como escrutinadores os Senadores Luiz Henrique e Ana Amélia. O Presidente comunica a apreciação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. **ITEM 3 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) nº 396, de 2013**, de autoria da Comissão de relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social, assinado em Brasília, em 15 de dezembro de 2011.” O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 4 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) nº 376, de 2013**, de autoria da Comissão de relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.” O Presidente concede a palavra ao relator ad hoc, Senador Eduardo Suplicy, que profere o relatório. Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 113, DE 2013-CRE**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo êxito da nona Conferência Ministerial da OMC, realizada recentemente em Bali Indonésia.” Aprovado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 114, DE 2013-CRE**, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores (CRE), com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para que o Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), possa expor detalhes dos avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da OMC, realizada em Bali, Indonésia, e as perspectivas futuras de normatização do comércio multilateral, principalmente com a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.” Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 115, DE 2013-CRE**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2013, que “Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social, assinado em Brasília, em 15 de dezembro de 2011.” Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 116, DE 2013-CRE**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2013, que “Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.” Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a

presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos iniciar a primeira parte da nossa reunião de hoje, destinada à aposição do retrato de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Fernando Collor na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dando seqüência à tradição das nossas Comissões Permanentes.

Convido, portanto, para fazer parte e compor a Mesa o nosso homenageado de hoje, o Sr. Senador da República, ex-Presidente desta Comissão, o Senador Fernando Collor de Mello.

Convido também S. Ex<sup>a</sup>, que nos honra muito com sua presença, o Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio, para estar conosco à Mesa dos trabalhos.

Passo a palavra à Mestre de Cerimônias, a Sr<sup>a</sup> Lia Passarinho, que estará coordenando o cerimonial da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**A SR<sup>a</sup> MESTRE DE CERIMÔNIAS** – Senhoras e senhores, bom dia.

Tem início a cerimônia de aposição de retrato do Senador Fernando Collor na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

O Senador ocupou a Presidência desta Comissão no biênio 2011/012, período em que realizou o total de 153 reuniões, das quais 81 reuniões foram para realização de audiências públicas, com a participação de 274 autoridades.

Durante sua presidência, o Senador promoveu ciclo de debates onde foram tratados temas como geopolítica e relações internacionais, economia e finanças, defesa nacional, temas da agenda internacional e política externa brasileira. Outros assuntos de destaque também foram discutidos na Comissão, como o Projeto de Lei de Acesso à Informação e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012 e que contou com a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Com a palavra, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É com grande alegria, e tenho certeza de que, para mim e para os nossos colegas Senadores que compartilham conosco dos trabalhos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República, que participo desta cerimônia de aposição de fotografia do Presidente Fernando Collor de Melo na galeria de ex-Presidentes desta Comissão.

Doravante, o Senador Collor associa-se a um conjunto de distintos e relevantes homens públicos que presidiram a Comissão de Relações Exteriores do Senado da República.

Rendo merecida homenagem às personalidades constantes da galeria que ilustra este plenário, na figura marcante do notável Parlamentar, jurista e chanceler Afonso Arinos, Presidente da Comissão nos idos de 1959 a 1960. Fazendo uma referência ao ex-Chanceler Afonso Arinos, ex-Parlamentar e jurista, eu faço uma referência a todos os nossos ex-Presidentes que tiveram a oportunidade de liderar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Durante a gestão do Senador Collor à frente desta Comissão, no biênio 2011/2012 – o Sr. Ministro Marco Aurélio nos honra muito com sua presença –, realizaram-se estimulantes, ousados e ambiciosos ciclos de debates sobre alguns dos principais temas da realidade mundial e da inserção internacional do nosso País. Com ampla participação da sociedade, por meio da TV Senado, e pela qualificação dos debatedores, todos os ciclos conduzidos e liderados pelo Presidente e Senador Collor produziram massa crítica analítica de grande relevância em nossas reflexões sobre o papel do Brasil num mundo em profunda transformação, decerto contribuindo, ademais, para o processo decisório dos formuladores de nossa política externa.

As publicações resultantes daqueles interessantes debates serão fonte significativa para consulta de pesquisadores e estudiosos em geral, sobretudo na antessala da construção do nosso Livro Branco da Política Externa Brasileira, que nada mais é do que um projeto, ou a concepção de um plano estratégico para a política externa brasileira, considerando todo o seu diagnóstico, toda a sua realidade e a nossa história, as nossas escolhas e as consequências que estaremos fazendo em razão dessas escolhas, seguindo, inclusive, a referência do Ministério da Defesa, que já fez o seu *Livro Branco*, já instituiu a sua estratégia de defesa nacional. Essas são políticas que precisam ser compreendidas como políticas de Estado, que vão muito além dos governos que se situam conjuntamente.

Como ex-Presidente da República, aliás, o primeiro a ser eleito diretamente pelo povo brasileiro após o regime militar, há que se reconhecer a presença do Senador Fernando Collor, que torna ainda mais destacada a ilustre galeria de eminentes personalidades de nossa vida política.

V. Ex<sup>a</sup> estará ao lado de um outro também ex-Presidente da República, nosso colega nesta Casa, o Senador José Sarney, que também já presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Há poucos dias, a famosa – julgo famosa, porque considero esse ato um ato de absoluta civilidade republicana – fotografia da Presidente Dilma Rousseff, com todos os seus predecessores vivos no embarque para as exéquias do grande líder Nelson Mandela, terá ensejado a oportunidade para uma reflexão sobre a permanência e a transitoriedade ao longo das nossas vidas. Os Presidentes passam. São transitórios personagens de embates políticos e de suas circunstâncias, delimitados no tempo de sua atuação à frente da República.

Por sua vez, a Presidência, como instituição, tem na perenidade de sua existência a garantia da continuidade republicana, um patrimônio de nossa nacionalidade que faz a nossa história e se projeta no futuro.

Faço essas rápidas observações para destacar o significado desta simples cerimônia, que passa a ostentar entre seus membros a fotografia do ex-Presidente da República e ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, S. Ex<sup>a</sup> o Senador Fernando Collor de Mello.

Uma cerimônia simples, mas acompanhada de sua liturgia pelo respeito ao povo alagoano, que o trouxe aqui para representá-lo e para participar dos debates nacionais aqui no Senado da República, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB - AL. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Fernando Collor de Mello.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco Maioria/PP - RJ. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, o Senador Francisco Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco Maioria/PP - RJ) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa de aposição do retrato do Presidente Collor aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Apenas devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Collor, que não concordo com o título de ex-Presidente. Pelo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> teve na Comissão, estará sempre presente na Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Francisco Dornelles, além de representante do Rio de Janeiro, é o que há de melhor na arte da política mineira, sempre nos ensinando com suas reflexões. Uma vez Presidente, sempre Presidente. É o que V. Ex<sup>a</sup> consagra e tenho certeza de que nós todos compartilhamos dessa reflexão de V. Ex<sup>a</sup>.

Ouçõ com prazer o Senador Osvaldo Sobrinho, depois, o Senador Luiz Henrique e, em seguida, após os nossos colegas que desejarem se manifestar, nós ouviremos V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, o Senador Osvaldo Sobrinho.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, é uma honra tê-lo conosco. Presidente Fernando Collor de Mello, nesta semana, por duas vezes me alegrei e minha alma regozijou por duas coisas que aconteceram, nas duas estava incluído V. Ex<sup>a</sup>.

A história num certo momento foi ingrata com V. Ex<sup>a</sup>; aliás, os momentos foram ruins, mas se começa a resgatar isso. Fico muito feliz porque é bom quando se pode fazer justiça às pessoas enquanto estão vivas.

V. Ex<sup>a</sup> foi, num certo momento da história, hostilizado por pessoas que não entenderam sua luta, seu trabalho, sua dignidade, sua seriedade e seu compromisso. Com a sua juventude – até pela própria impetuosidade da juventude –, mesmo como Presidente, talvez essas coisas se estenderam um pouquinho, mas V. Ex<sup>a</sup> está com o tempo resgatando tudo.

Quando eu vi V. Ex<sup>a</sup> nesta semana embarcar à África com a Presidente Dilma, com o Presidente Sarney e com o Presidente Lula, vi que a história está buscando V. Ex<sup>a</sup> para dizer: “Nós queremos pedir desculpa”, porque V. Ex<sup>a</sup> foi o Presidente da modernidade desde País, jovem, com toda vontade. Eu era Constituinte desta Casa quando V. Ex<sup>a</sup> foi eleito, logo depois, Vice-Governador de Mato Grosso e acompanhei bem a sua luta, quanto V. Ex<sup>a</sup> sofreu talvez por incompreensões do momento. Começamos a fazer esse reencontro. Digo sempre que o tempo é o senhor da razão e V. Ex<sup>a</sup>, ainda em vida, lúcido, preparado, está aqui dizendo: “Olha, estou presente de novo e a minha história valeu, tudo que eu fiz valeu a pena, porque eu consegui balançar este País para que ele acordasse da letargia em que estava vivendo.”

Tenho muito orgulho de V. Ex<sup>a</sup>. Não é só por ser do seu Partido – não tenho grandes amizades com V. Ex<sup>a</sup> na intimidade –, mas o acompanhamento de longe e vejo que V. Ex<sup>a</sup> está correspondendo àquilo que todos nós queríamos. Agora, nesta Comissão colocando sua fotografia é mais uma forma de dizer: “Muito obrigado, Collor,

por você estar vivo, por estar aqui. Nós temos condições de, ainda em vida, agradecer pelo trabalho que faz a este Brasil." Eu tenho orgulho de estar vivendo este momento, porque V. Exª tem sido um companheiro nesta Casa, um grande brasileiro, um homem que às 7 horas está aqui dirigindo a sua Comissão, não tergiversa em momento nenhum, sempre defendendo as razões maiores deste País.

Portanto quero que V. Exª continue assim. Quero que mais mandatos V. Exª tenha aqui nesta Casa e nas casas do Brasil todas, quer seja no Executivo, no Legislativo, para V. Exª provar, mais uma vez – e tem provado para mim e para a população brasileira toda – que V. Exª é uma pessoa digna, séria, respeitável, um homem que na verdade fez o seu tempo e teve coragem de ousar. Ousar é difícil, precisa ter coragem, precisa ter, na verdade, determinação, precisa ter princípios, e V. Exª ousa sempre.

Portanto, tenho orgulho de ser contemporâneo seu e de aqui estar falando. Hoje Deus me dá oportunidade de falar a V. Exª essas palavras, porque estou apenas fazendo justiça. Talvez falando em nome do meu Estado, um Estado pequeno, ainda sem muito conforto econômico, mas um Estado que deve a V. Exª, que agradece a V. Exª principalmente no que fez no campo educacional.

Foi pouco tempo que V. Exª esteve aqui na presidência, mas o que V. Exª fez em termos de educação, levantando a chama da educação, valeu por toda a sua administração. Parabens-o e estou aqui orgulhosamente para colocar o seu retrato ali, na certeza de que a história perenizará V. Exª.

Trago aqui também o meu abraço e o abraço do Senador Jayme Campos, que é o titular da minha cadeira aqui, dizendo ele que também pensa dessa mesma forma e que nós agradecemos por ter existido e estar aqui presenciando este momento em que a história lhe faz justiça.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Luiz Henrique, a palavra é de V. Exª.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Os Senadores Francisco Dornelles, nosso Ministro, e Osvaldo Sobrinho já disseram tudo aquilo que eu gostaria de dizer, o que me permite sintetizar a minha apreciação a respeito do Senador Fernando Collor, nosso ex-Presidente.

Há homens públicos que passam pelas funções públicas. Outros passam e ficam na memória. Senador Fernando Collor, V. Exª pode ter certeza, V. Exª passou e ficará na memória do povo brasileiro.

Parabéns a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy, a quem a concedo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente Senador Ricardo Ferraço, V. Exª exprimiu bem o sentimento de todos nós na justa homenagem ao Presidente Senador Fernando Collor.

Prezado Ministro Marco Aurélio, seja muito bem-vindo aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Presidente Fernando Collor, eu fui presidente entre 2003 e 2004 e procurei realizar o melhor trabalho possível, mas quero aqui dar o meu testemunho: V. Exª foi melhor presidente que eu desta Comissão, nos dois anos que precederam o mandato do Senador Ricardo Ferraço, que tem se saído muito bem. Mas eu gostaria de dar o meu testemunho porque V. Exª imprimiu um ritmo de trabalho, uma disciplina que fez com que inclusive todos nós, membros desta Comissão, realizássemos o trabalho com maior afinco, pontualidade e dedicação.

V. Exª, ao se dedicar tanto ao exercício da Presidência da Comissão de Relações Exteriores, inclusive com as reflexões que fazia semanalmente nas nossas reuniões sobre os principais fatos, acontecimentos do mundo que preocupam a nós brasileiros, sempre procedeu de maneira a manter constante nosso relacionamento com cada um dos embaixadores que aqui foram arguidos e com os Ministros de Relações Exteriores que por aqui passaram – e durante o seu biênio nós tivemos aqui o Ministro Celso Amorim por diversas vezes e depois o Ministro Patriota também, com arguições que exauriram todos os temas de enorme importância.

Eu aqui vou fazer um apelo, Presidente Ricardo Ferraço, porque, tal como o Senador José Sarney... Ontem até fiz a sugestão a ele, mas quem sabe, quando V. Exª aqui agora usar da palavra, possa nos dizer do momento tão significativo e importante que viveu, na última segunda-feira, ao, juntamente com outros ex-Presidentes da República, ter presenciado a cerimônia religiosa de homenagem ao Presidente Nelson Mandela, ali no Soccer Stadium, em Joanesburgo, porque acho que foi um fato de extraordinária repercussão, no planeta Terra, para nós todos.

Como V. Exª viveu aquele momento, se quiser falar uma palavra, inclusive daquilo sobre o qual todos nós ficamos curiosos, mas pode dizer uma breve palavra sobre como foi o diálogo entre os ex-Presidentes, na viagem de ida e volta, porque disseram que conversaram por oito horas, Ministro Marco Aurélio. V. Exª não gostaria de saber pelo menos qual foi o clima dessa conversa? (*Risos.*)

Eu acho que o espírito de Nelson Mandela esteve presente nesse episódio, que eu acho que fará bem a todos nós brasileiros. Então, se o Senador Fernando Collor avaliar como próprio e, neste momento, falar um pouquinho sobre o que aconteceu lá, eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Eduardo Suplicy sempre nos surpreende positivamente.

Ouçó com enorme prazer a estimada Senadora Ana Amélia, que pede a palavra.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Ricardo Ferraço; caro Senador Fernando Collor, ex-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; estimado Ministro Marco Aurélio Mello, a quem eu admiro muito, especialmente como jornalista, pelo seu voto quando examinou a questão de interesse dos jornalistas brasileiros... Foi um voto solitário. Eu queria, então, renovar o agradecimento a isso, por gratidão, pelo ofício que exerço.

Jornalista sou eu, mas quem fez a pergunta foi o Senador Suplicy. (*Risos.*) Então, ele já desempenhou o papel, usurpou do poder da minha atividade. Mas, brincadeira à parte, eu tomo como gancho a referência que faz o Senador Suplicy sobre o fato marcante desses últimos dias, que foi o funeral de Nelson Mandela.

Mandela deixou um legado para a humanidade, não apenas para a classe política, que foi exatamente a tolerância e a capacidade de conviver sem preconceitos, conviver sem ódio com os seus inimigos. Penso que essa grandeza de alma e de atitude é que conferiu a Mandela exatamente o seu tamanho – um tamanho que o mundo todo se curva para reconhecer e homenagear.

Então, nós na política... Se, nas relações humanas, em todos os ambientes, temos que ter tolerância, muito mais na política. Ela é muito mais adversa na prática do mister que temos de representar a população. Quando chegamos ao Parlamento, Senador Fernando Collor, somos todos iguais pela legitimidade que o povo nos confere. Então, aqui, podemos dizer que um Estado é esse ou aquele, mas nós representamos... São três Senadores por Estado. Nem se discute a relevância de um Estado ou outro em relação à Federação. Todos têm a mesma força de representação. E o mandato é a representação popular, a legitimidade que o povo nos confere.

Então, eu penso que, com essa reflexão, eu queria dizer também, associando-me às manifestações dos demais Senadores a respeito da sua atuação, que eu acompanhei, porque, mesmo suplente, trabalhei muito na Comissão de Relações Exteriores... Tenho um grande apreço por esta área. Ela é fundamental para um país que é a sexta economia do mundo. E, como jornalista, tendo acompanhado a sua viagem pelo mundo depois de eleito, com o seu fotógrafo caindo na sua frente, esbarrando na neve, lá na Rússia, eu vivi o momento em que o senhor, em Bonn, deu a declaração que ficou gravada na história: "Os carros brasileiros são carroças." E, a partir daquele momento, houve uma mudança. Hoje, temos um nível de qualidade da produção e o consumidor é beneficiado. E a indústria automobilística brasileira, que frequentemente é beneficiada com redução de imposto, o que é uma coisa importante, está aí para mostrar exatamente aquela verdade, que os carros eram à época carroças. Esse legado, por mais divergências que haja, a sociedade reconhece em relação ao avanço conquistado com a abertura da economia brasileira, que beneficiou os consumidores e a própria indústria brasileira, que se tornou, por isso, mais competitiva.

Então, a oposição aqui da sua foto pode ser um gesto simbólico, mas ele tem também a garantia dessas manifestações em relação à relevância do seu trabalho no comando da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Mozarildo Cavalcanti, a palavra é de V. Exª.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Marco Aurélio, Presidente Collor, Presidente da República e ex-Presidente desta Comissão, quero dizer que me sinto duplamente feliz aqui. Tenho dois filhos que são juízes e me honro muito de ver as posições do Ministro Marco Aurélio, que, segundo ele, em conversa, disse que não tem receio de ser solitário nas decisões dele.

Tem juiz que toma decisões... Vou dar o exemplo de Roraima na questão da emblemática Raposa Serra do Sol. Foi dele o único voto realmente, digamos, divergente, embora o Relator Menezes Direito tenha colocado 19 condicionantes que foram aprovadas por todos. E, mesmo assim, no meu entender, não estão querendo fazer com que essas condicionantes sejam válidas para todas. Mas é uma pessoa que eu admiro muito como membro do Judiciário.

Na época em que o Senador Collor foi Presidente da República eu estava como Deputado licenciado, era Secretário da Saúde em Roraima, mas acompanhei de perto sua trajetória na Presidência.

O Senador Osvaldo Sobrinho falou das incompreensões e até dos movimentos manipulados contra suas ações que redundaram no *impeachment*. E V. Exª poderia ter usado da própria lei para fazer com que a votação daquele *impeachment* fosse secreta e, no entanto, foi votação aberta. V. Exª realmente deixou – não vou julgar

o voto de cada Parlamentar – que, digamos, esses movimentos que foram feitos – e sabemos muito bem de onde foram feitos – pudessem influir na votação do seu *impeachment*.

Lembro-me muito bem de quando V. Ex<sup>a</sup> voltou para cá. Eu era Líder do PTB e tivemos uma longa conversa. Eu fiquei muito impressionado com a sua humildade e capacidade de trabalhar, o que vimos aqui durante o seu mandato. V. Ex<sup>a</sup> tem sido uma pessoa que está constantemente em plenário e discute os temas. Aqui, como Presidente, como foi dito pelos outros colegas, imprimiu realmente uma nova dinâmica na Comissão de Relações Exteriores. Portanto, acho que o Brasil ainda lhe fará mais justiça do que já fez ao trazê-lo de volta ao Senado.

Quero deixar esse testemunho no momento em que a Comissão da qual faço parte lhe presta essa homenagem, aliás mais do que justa.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado da República, ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor de Mello.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB - AL) – Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço; Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e integrante da mais alta Corte de Justiça do País, o Supremo Tribunal de Justiça, Ministro Marco Aurélio Mello; Ex<sup>mos</sup> Srs. Embaixadores presentes, Ex<sup>mos</sup> Chefes das Assessorias Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores e dos Ministérios que compõem as nossas Forças Armadas; Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Henrique; Senador Ministro Francisco Dornelles; Senador Osvaldo Sobrinho; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senadora Ana Amélia; Senador Jarbas Vasconcelos; Senador Cyro Miranda; Senador e grande apreciador das praias de nossa querida Maceió, Senador Aloysio Nunes Ferreira; senhoras e senhores, inicialmente quero agradecer a gentileza de S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ter tido esse gesto de afixar a minha foto como ex-Presidente desta Comissão, cargo que exerci com muita dedicação, com muito senso da responsabilidade que nos cabia a todos naquele momento da vida nacional e que nos trouxe alguns avanços.

Nesse período em que tive a oportunidade, por delegação dos integrantes da Comissão, de presidi-la no biênio 2009/2010, alguns pontos – acredito – merecem ser destacados, mas eu me fixaria apenas em dois deles. Primeiro, o ciclo de audiências públicas que aqui foi realizado para fazermos uma prospecção sobre as questões que estavam sendo debatidas e discutidas naquele momento, naquele instante, e um dos pontos principais era exatamente a questão ambiental.

Recordávamo-nos todos de 1992, quando, exercendo a Presidência da República, o Brasil foi anfitrião da, até aquele momento, maior conferência jamais realizada sob o patrocínio das Nações Unidas, a Conferência mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco 92. Foi um marco na luta ambiental da conciliação, da compatibilização de um modelo sustentável de crescimento que obedecesse não só à necessidade de mantermos o nosso Planeta saudável, mas também à absoluta e imperiosa necessidade de darmos condições de acesso às camadas sociais mais necessitadas.

E foi realizada, a partir dessa ideia, a Conferência Rio+20. Foi aqui votado um requerimento para que pudessemos realizar, em 2012, a Conferência mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conciliando todos os temas que haviam sido tratados e as agendas que haviam sido elencadas como primordiais para que o Planeta e os países, individualmente, pudessem alcançar aquelas metas para fazermos uma reavaliação de tudo aquilo que havia sido conquistado. A conferência foi realizada mercê do trabalho feito pelo Ministério das Relações Exteriores junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas e por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas foi algo que nasceu do Parlamento brasileiro, do Senado Federal. Foi um grande momento que todos nós, integrantes desta Comissão, vivenciamos.

Ao mesmo tempo, nós tivemos a oportunidade de participar de momentos intrigantes nesse período, do que ocorria no mundo. E nenhum de nós, Senadores integrantes desta Comissão, deixou de tratar dessas questões de forma aberta, de forma objetiva, algumas vezes crítica, outras vezes de apoio e solidariedade às ações do Governo, distinguindo a responsabilidade que temos, como integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em relação ao nosso País.

Muitas vezes, aqui, percebi a grandeza de alguns Parlamentares, entendendo que uma decisão específica que estaria por ser tomada teria um reflexo no exterior para o nosso País, para o nosso governo. Então, muitas vezes, superando algumas dificuldades que alguns Senadores tinham naquela referida matéria, entendiam que aquele era o momento de darmos um recado ao mundo de que, naquele tema, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estava apoiando integralmente a decisão tomada pela Presidência da República.

Esses fatos eram demonstrações da maturidade política que o nosso País alcançou, sobretudo da qualidade dos integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relações Exteriores e Defesa

Nacional é o tema do momento. No mundo que conhecemos, extremamente globalizado, em que a guerra deixou de ser medida pela força de quem tem mais armamentos, mas por aquele que tem o *soft power* e a capacidade de exercê-lo, o Brasil vem demonstrando, em todas as suas esferas de negociação, em todas as instâncias, uma extraordinária capacidade.

Recentemente, obtivemos uma grande vitória, depois da vitória alcançada pela eleição do Embaixador Roberto para a direção-geral da Organização Mundial do Comércio. Estávamos com a Rodada Doha paralisada há mais de dez anos, e essa reunião de Bali seria decisiva para salvarmos, ou não, a Rodada Doha. Isso significava dizer o seguinte: se não tivéssemos vencido essa batalha, se não tivéssemos atravessado esse rubicão, a OMC simplesmente deixaria de existir como uma organização; sucumbiria, e deixaríamos ao léu todo o comércio das nações emergentes, que estariam sendo submetidas facilmente às correntes de comércio estabelecidas pelas nações mais desenvolvidas.

Foi graças ao grande esforço e habilidade de negociador do nosso atual Chanceler, nosso Embaixador Figueiredo, que, juntamente com o Embaixador Roberto, trabalhando horas e horas a fio, entrando madrugadas e madrugadas, em três ou quatro dias de trabalho intenso, conseguiram salvar a reunião de Bali e, com isso, consolidar a Rodada Doha, o que trouxe enormes benefícios que serão verificados no decorrer do futuro que se avizinha. Portanto, é esse o *soft power* de que o Brasil hoje dispõe.

Forças Armadas bem aparelhadas é outra preocupação sempre presente desta Comissão, Sr. Presidente. Tenho notado que V. Ex<sup>a</sup> dá muita importância a esse fato. É fundamental que tenhamos também o poder dissuasório, sobretudo nessa região em que estamos incluídos. É importante termos Forças Armadas com seu moral elevado, reequipadas, prontas para uma ação no momento em que temos o nosso pré-sal, uma grande riqueza que temos e que naturalmente desperta cobiça de vários países, em que temos a nossa Amazônia, em que nós temos as nossas riquezas minerais, enfim. E essa busca incessante por esses meios, por essas formas de se buscar desenvolvimento mais sofisticado com base na tecnologia, e o Brasil tendo a sua matéria-prima para isso, exige que nós tenhamos, aliado ao nosso *soft power*, um poder dissuasório que esteja pronto para entrar em ação no momento que for necessário.

Nós tivemos, portanto, oportunidade, nesses dois anos em que presidimos esta reunião, de construirmos uma relação de solidariedade, de amizade, de companheirismo, com todos os Senadores que fizeram ou faziam e ainda fazem parte desta Comissão, e isso nos trouxe muita alegria e nos deu muita satisfação.

Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço, o agradecimento que lhe faço é um agradecimento duplo também, por ser V. Ex<sup>a</sup> representante de um Estado como o Espírito Santo, detentor também de grandes riquezas, detentor de um porto que hoje está sendo visto, a questão dos portos está sendo vista como prioridade por parte não somente do Governo, mas de todos nós. Aí está a nova Lei dos Portos que foi votada depois da edição da medida provisória e que nos garante uma abertura maior dos nossos portos à iniciativa privada. Como Presidente da República, eu tive oportunidade de, por assim dizer, abrir os portos, nossos portos, que estavam fechados, para aumentar o nosso intercâmbio comercial e, com isso, ganharmos em avanços para a nossa sociedade.

V. Ex<sup>a</sup> tem o minério de ferro, V. Ex<sup>a</sup>, no seu Estado, tem, portanto, as condições para fazer com que este Brasil cresça ainda mais. E aqui, no Senado da República, V. Ex<sup>a</sup> vem defendendo com muito fervor e com muita competência não somente aqueles pontos que julga imprescindível serem bem-entendidos por toda a população brasileira, mas também as ações que o Governo Federal deve exercer em relação a esse projeto de desenvolvimento traçado por V. Ex<sup>a</sup> e por aqueles que o acompanham no Estado do Espírito Santo.

Srs e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, na última segunda-feira, tive a oportunidade de, a convite da Presidenta Dilma Rousseff, participar das exéquias do ex-Presidente Nelson Mandela em Joanesburgo.

A Senhora Presidenta Dilma Rousseff convidou os ex-Presidentes deste País vivos, claro: o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente José Sarney e eu próprio.

Estivemos ausentes do País por 36 horas. Nessas 36 horas, 23 horas estivemos voando. Nós quatro e a Presidenta da República sentados no mesmo ambiente, a sós, conversando sobre assuntos os mais variados. Naturalmente, assuntos que, por mim, ninguém jamais ficará sabendo. (*Risos.*)

Mas, aproveitando a honrosa presença do Ministro Marco Aurélio, que me deixa muito orgulhoso e sensibilizado, eu poderia dizer que um dos pontos abordados foi esse momentoso assunto que está sendo tratado no Supremo Tribunal Federal e que deverá ter, hoje, o seu desfecho.

Mas, sobretudo, foi uma conversa, eu diria, de elevado nível, em que nós todos fizemos uma reflexão sobre o que significou Nelson Mandela para o mundo: o último grande herói do século XX. Um homem que, na sua juventude, lutara e conclamara a todos a pegarem em armas, a fazerem uma revolução pelas armas, a tomarem o poder pela força, pelo que foi submetido ao enorme calvário de ficar por 27 anos encarcerado, é o mesmo homem cuja primeira palavra, quando sai do cárcere, é de temperança, de reconciliação em relação

aos seus algozes. Aquele cena, quando ele recebe o Prêmio Nobel da Paz na companhia de um desses algozes, o então Presidente Leclerc, e, segurando o braço de Leclerc, levanta-o junto com o seu, sob os aplausos daqueles que assistiam à cerimônia e, sem dúvida, por todos aqueles que assistiam ao evento pela televisão ou por outros meios de comunicação, foi um recado claro dizendo: eu quero que todos nós estejamos juntos, de braços dados, de mãos entrelaçadas, para construirmos uma nova sociedade na África do Sul. E isso ele conseguiu; foi o grande exemplo que ele nos deixou,

A cerimônia foi carregada de um misto de consternação e de uma alegria do povo sul-africano por ver, ali, reverenciando a saída de cena do seu líder, mais de cem Chefes de Estado e de governo. Foi uma cerimônia pungente, envolta por um clima londrino.

Uma coisa estranha: ali, naquele estádio, eu me lembrei de quando, ainda rapazote, em 1966, na Copa do Mundo que se realizava em Londres, com um clima de *fog*, uma neblina que a tudo cobria, com uma chuva fina e muito frio, eu assistia à partida entre Brasil e Portugal, quando o Brasil foi eliminado do certame por 3x1. Lembrando-me, então, do clima de tristeza que se seguiu àquilo, veio-me à mente também o momento em que ele visitou o Brasil, logo assim que saiu da prisão, em 1991. Então, como Chefe de Estado, eu o recebi e o condecorei com o Grande Colar da Ordem do Rio Branco. Naquela oportunidade, enquanto conversávamos, eu olhava para ele – eu então com 40 anos de idade, vindo de assumir a Presidência, na primeira eleição direta depois de quase 30 anos sem que tivesse sido dado ao povo o direito de eleger o seu presidente –, e ele era, para mim, um ícone. E olhando-o e ouvindo o que ele me dizia, eu não percebia, em momento algum, qualquer traço de remorso, de rancor ou tristeza. O seu olhar era de esperança; o brilho dos seus olhos denotava claramente que ele sabia o caminho que o destino havia traçado para ele. Conversamos bastante, tivemos dois encontros, conversamos muito.

Enfim, eu gostaria de trazer aos senhores um pouco dessa emoção que foi possível, a nós, vivenciarmos quando do convite que nos foi feito pela Presidenta Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, a Presidenta Dilma Rousseff emitiu um sinal claro, que tem muito a ver com a história de Mandela, que é o da conciliação. Afinal, estávamos presentes, durante 23 horas, dentro de um avião, dentro de uma mesma sala, Presidentes que disputaram eleições entre si, que tiveram momentos nas suas relações durante a campanha, no fragor da batalha, tiveram seus momentos de distanciamento, mas estavam todos ali, unidos, em torno da Chefe da Nação brasileira, para levarmos o nosso último tributo a Nelson Mandela.

A simbologia do gesto da Presidenta Dilma Rousseff de convidar os ex-Presidentes para com ela estarmos todos presentes às exéquias do ex-Presidente Nelson Mandela foi percebido com muita clareza pela população brasileira e por aqueles que lá estavam, pelos chefes de Estado que lá estavam, porque foi um gesto que nós somente havíamos visto anteriormente nos Estados Unidos da América, na convivência que têm os ex-presidentes.

Num momento de dificuldade, de consternação, num momento de necessidade de algum aconselhamento é muito importante que estejamos todos juntos. Cada um carrega em si uma experiência de vida, carrega consigo uma experiência de parte da história deste País, e essa troca de ideias de forma aberta, de forma desabrida sem qualquer tipo de freios, realmente, foi extremamente importante – acredito eu – para o futuro das relações políticas neste País.

Portanto, Sr. Presidente Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores integrantes desta Comissão; Srs. Embaixadores; senhores consultores; senhores assessores, eu quero, mais uma vez, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> por esse gesto, também simbólico, de ali afixar o momento em que tive a oportunidade e a honra de presidir a reunião com integrantes de tanta qualidade e de tanto espírito público, como V. Ex<sup>as</sup> o são.

Muito obrigado, Senador Presidente Ricardo Ferraço.

Muito obrigado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a presença de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio, que nos honra muito com a sua presença.

Registramos e agradecemos a presença da Embaixadora da República da Albânia nesta Comissão.

Agradecemos também a presença de S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador da República da Tanzânia, que nos honra com sua presença.

Agradecemos as presenças dos Srs. Embaixadores João Luiz de Barros Pereira, Jorge José Frantz Ramos.

Agradecemos a presença do Embaixador Pedro Borio, representando o Ministério das Relações Exteriores.

Agradecemos a presença do Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita, enfim, agradecemos as presenças das senhoras e dos senhores.

Eu gostaria de convidar as nossas Senadoras, a Senadora Ana Amélia e a Senadora Vanessa Grazziotin, e o nosso decano, o Senador Francisco Dornelles, para que possam acompanhar o nosso ex-Presidente para a fixação da sua fotografia na galeria dos nossos ex-Presidentes na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós também queremos registrar, com enorme prazer, a presença de S. Ex<sup>a</sup> o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Vamos suspender por cinco minutos a reunião, para o ex-Presidente Collor receber os cumprimentos e, em seguida, retomaremos com a sabatina dos nossos embaixadores.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

*(A sessão é suspensa às 11 horas e reaberta às 11 horas e 7 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está reaberta a sessão. Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos passar aos nossos itens de pauta:

#### ITEM 1

##### MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2013

- Não terminativo -

**Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.**

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Mozarildo Cavalcanti

**Relatório:** Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

**Observações:** 1 - Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Vamos submeter a relatoria *ad hoc* ao Senador Flexa Ribeiro:

#### ITEM 2

##### MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2013

- Não terminativo -

**Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.**

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Aloysio Nunes Ferreira

**Relatório:** Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

**Observações:** 1 - Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Convido S.Ex<sup>a</sup> o Sr. Embaixador...

Pela ordem, Senador Jarbas Vasconcelos. A palavra é de V.Ex<sup>a</sup> com prazer, Senador.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (Bloco Maioria/PMDB – PE. *Fora do microfone.*) – Eu estou numa situação de desconforto em relação à questão da Bolívia. Peço vênica a V. Ex<sup>a</sup> por não ter tratado pessoalmente deste assunto com quem sempre trato, V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso, porque eu vou renunciar à relatoria. Quero apenas expor aqui em duas ou três laudas os motivos.

Gostaria de trazer ao conhecimento de V. Exª e dos demais membros desta Comissão os últimos fatos relacionados ao complemento do Requerimento de Informações nº 1.058, de 2013, que requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre as comunicações realizadas entre a Embaixada do Brasil, em La Paz, e o Ministério de Relações Exteriores sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina.

Saiu um ofício daqui errado, tudo indica que da própria Presidência da Casa. Mandaram apenas a metade das questões. Houve um complemento, e o Itamaraty foi ágil e respondeu ao complemento das indagações.

Como informei no Ofício nº 196, de 2013, enviado a esta Comissão, o erro no requerimento foi retificado pelo órgão responsável, e o texto correto foi novamente encaminhado ao Ministro Luiz Alberto Figueiredo.

No último dia 3 de dezembro, recebi o complemento das informações solicitadas ao Ministro Figueiredo. Entretanto, Sr. Presidente, entendi as respostas como superficiais e insatisfatórias, em especial no tocante à questão nº 5, em que pretendia obter informações sobre a atual situação do Ministro Eduardo Saboia.

Alega-se que os direitos do Ministro estão assegurados. No entanto, parece-me que um equívoco está sendo praticado, visto que a sindicância prolonga-se além do estipulado em lei.

Eu quero lembrar ao Plenário que, quando V. Exª fez aquela aparição pública junto com o Senador boliviano, no dia seguinte, a Presidente da República fez uma aparição e declarações altamente desqualificadas, inclusive ameaçando de punição sumária o diplomata Saboia, o que resultou, inclusive, na demissão do Patriota, que hoje se encontra numa função na ONU, nos Estados Unidos. Ao Patriota, segundo a imprensa registrou na época, inclusive um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi solicitado demitir sumariamente o Saboia. Diante da recusa de Patriota, este foi demitido.

Ainda sobre a sindicância, o Ministro Figueiredo declarou ao jornal *Valor Econômico* no dia 20 de novembro – abre aspas –: “Isso está tendo seu curso normal. Vai durar o tempo que a defesa quiser que dure.” Numa demonstração clara de que o processo poderá estar sujeito a irregularidades no que tange a prazos legais e que, em vez de abrigar os direitos legítimos do diplomata, arrisca-se a que esses direitos sejam desconsiderados.

Mais uma vez relembro que V. Exª – é completamente desnecessário, mas é importante deixar isto escrito –, Senador Ricardo Ferraço, em entrevista ao jornalista Josias de Souza, afirmou que – abre aspas –: “O Ministro Eduardo Saboia merece ser condecorado, jamais punido” – fecha aspas.

Dessa forma, Sr. Presidente, sem querer trazer constrangimento, primeiro, a V. Exª e, depois, à própria Comissão e no intuito de não prejudicar o andamento dos trabalhos deste órgão, devolvo a V. Exª a Mensagem nº 77, de 2013, que submete o nome do Sr. Raimundo Santos Rocha Magno para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Bolívia, para que dê o andamento que julgar apropriado. Eu não quero ser apontado responsável por um expediente menor que não faz parte de expedientes da minha vida, nem aqui nem no meu Estado de origem, por estar atrapalhando.

Acho que o Itamaraty não está num momento à altura do que sempre foi o Itamaraty em termos de política externa, de conduta reta, de comportamento transparente. Talvez com receio da Presidente da República, da ameaça explícita que a Presidente da República fez, que redundou, inclusive...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (Bloco Maioria/PMDB - PE) – ... na demissão do Chanceler, na exoneração do Chanceler, tendo sido substituído...

Eu entendo e peço vênia a V. Exª. Não conversei com V. Exª para não receber nenhum apelo para que continuasse com a relatoria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Jarbas Vasconcelos, a vida de V. Exª, não apenas aqui no Senado da República, mas a jornada de V. Exª como homem público, exercendo os mais elevados cargos, vindo de um Estado que é um dos mais destacados deste País, que é o Estado de Pernambuco, me faz ter por V. Exª o natural respeito que todos nós seus colegas e brasileiros precisamos ter. V. Exª é um homem de trincheira, é um homem de luta, não é um homem dado a dissimulação, é um homem franco, claro, transparente, e V. Exª, enfim, faz uma reflexão sobre a impossibilidade de continuar relatando esta matéria por ausência ou insuficiência de informações do Ministério das Relações Exteriores.

V. Exª tem a minha solidariedade. Não farei apelo a V. Exª. Mas quero dizer-lhe que estarei avocando esta matéria e que, se essas informações são insuficientes para V. Exª, também serão insuficientes para mim, na condição de Relator. Esta matéria continuará sobrestada até que o Ministério das Relações Exteriores possa informar detalhadamente tudo o que V. Exª questionou, porque as perguntas que fez ao Ministério das Relações Exteriores não são só de V. Exª; são de todos nós, porque foi uma decisão coletiva desta Comissão. E V. Exª vai levar a solidariedade coletiva desta Comissão.

De modo que eu avoco a matéria, entendendo perfeitamente a justificativa de V. Ex<sup>a</sup>. Na condição de Relator, vou manter a matéria sobrestada, ratificando que, se é insuficiente para V. Ex<sup>a</sup>, é para mim também. Dessa forma, vamos manter a matéria sobrestada.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e reconheço o esforço que fez para que esta matéria fosse tratada, mas lhe faltaram as informações. E a matéria vai continuar sobrestada. V. Ex<sup>a</sup> tem a minha solidariedade, o meu respeito, o meu abraço.

O Senador Osvaldo Sobrinho pede a palavra. Em seguida, o Senador Luiz Henrique.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – Quero parabenizá-lo pela coerência e pela oportunidade. Realmente, concordo plenamente com o Senador Jarbas, é isso que se deve fazer nesta Comissão. E V. Ex<sup>a</sup> entendeu o espírito da coisa e solidarizou. Eu também quero compartilhar com V. Ex<sup>a</sup>. O Senador sempre mereceu todo o respeito, todo o carinho desta Comissão e deste Senado, pela sua postura, pelo seu comportamento, pela forma como faz política. Portanto, a medida de V. Ex<sup>a</sup> é oportuna, é correta e, acima de tudo, é simpática e elegante. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e ouço o Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu tenho orgulho de ser companheiro do Jarbas desde os primórdios do grupo autêntico do MDB, e o Senador Jarbas é um exemplo de retidão, de coerência, de modo que quero exaltar a decisão de S. Ex<sup>a</sup> e a decisão de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Caso persistam as mesmas razões que levaram o Senador Jarbas a declinar dessa relatoria, V. Ex<sup>a</sup> certamente também o fará.

Eu queria me colocar à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para relatar, se não foi distribuído ainda, o acordo sobre ciência e tecnologia celebrado entre Brasil e Romênia. A Comissão de Alto Nível entre Brasil e Romênia até hoje não foi instalada porque falta a ratificação deste acordo, que, infelizmente, ficou dormitando nas mesas, nas gavetas da Câmara dos Deputados. Quero me colocar à inteira disposição para relatar e o farei em 24 horas para que, se for possível, nós possamos aprová-lo na próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós estamos checando, Senador Luiz Henrique, se esse processo já chegou à Comissão.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – A informação que tenho é que já foi enviado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Salvo melhor juízo, já foi enviado, mas não chegou. Chegando à Comissão, nós é que teremos prazer e o privilégio de designar V. Ex<sup>a</sup> Relator dessa matéria, até por conta da *expertise*, da especialidade do mandato que V. Ex<sup>a</sup> faz, devotado à necessidade de o País avançar na inovação, na ciência e tecnologia, por tudo o que pode representar de promoção para o nosso País.

A matéria, chegando aqui, estaremos designando para V. Ex<sup>a</sup>, que é sempre muito célere. E é autor, inclusive, de uma proposta em que estamos militando juntos para que o Senado da República possa alterar o rito de tramitação dos tratados entre os Estados nacionais. Vejam o constrangimento a que nós estamos submetidos...

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nos termos da emenda muito feliz do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vejam o constrangimento por que estamos passando. O Brasil está recebendo...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A matriz é sua, Luiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Somos sócios, coletivamente.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas o meu projeto era natimorto, porque eu previa que o Senado tivesse competência exclusiva. Se outros projetos ficam enterrados nas gavetas da Câmara, imaginem esse.

Quer dizer, por um senso de *realpolitik*, a intervenção do Senador Aloysio foi fundamental para salvar esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Posso garantir aos Srs. Senadores que nós não atravessaremos o ano com qualquer tipo de acordo nos escaninhos da Comissão de Relações Exteriores.

Vejam o constrangimento a que estamos submetidos. O Presidente François Hollande está visitando o Brasil. Nós temos dois tratados com a República da França, que tramitavam por anos no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara dos Deputados. Um chegou semana passada, nós estamos hoje relatando, se tivesse chegado anteriormente, já teríamos feito isso; e outro tramitava na Câmara por mais de cinco anos, que é um tratado do Brasil com a Guiana Francesa. Foi votado agora pela manhã na Câmara Federal. Veio para cá, mas nós poderíamos ter aproveitado a presença de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente François Hollande e ter anunciado a ratificação por parte do Congresso Nacional, oportunidade que não teremos em função dessa letargia, dessa falta de compromisso, eu diria, de responsabilidade mesmo da Câmara Federal em relação à tramitação des-

ses acordos, que não são acordos presidenciais, são acordos entre Estados. Portanto, o Congresso tem que deliberar sobre eles.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, permite-me mais uma intervenção sobre isso? Existe um problema posterior à aprovação pelo Congresso desses tratados. Eu fui informado de que, uma vez aprovados aqui os atos internacionais, a Casa Civil os distribui novamente para os ministérios envolvidos, para que opinem, mais uma vez, se aquele tratado deve ou não ser ratificado.

Vou fazer um requerimento para apresentar na próxima quinta-feira, no sentido de que a Comissão aprove uma moção à Presidenta Dilma Rousseff para que elimine essa fase posterior. Ora, se o projeto vem para cá é porque o Governo está de acordo com ele. Por que submetê-lo, novamente, após a aprovação, ratificação pelo Congresso, aos diversos ministérios, para, então, aí dar seguimento àquele acordo. Eu acho demasiado, uma “burrocracia”, uma “burrocracia” sem sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A moção de V. Ex<sup>a</sup> vai ser absolutamente bem-vinda. Eu quero crer que o Poder Executivo poderá rever os seus procedimentos, que não têm pé e não têm cabeça e só diminuem a relação do nosso Estado com os demais Estados nacionais.

Mas o...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Cyro Miranda pediu a palavra. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigado.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu queria só, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, me irmanar no mesmo sentido do Senador Osvaldo Sobrinho e do Senador Luiz Henrique em relação ao que foi colocado pelo Senador Jarbas Vasconcelos, a quem eu considero um dos Senadores mais probos desta Casa, um Senador extremamente dedicado e sério nas suas atitudes. Ele tem o meu total apoio, como também o de V. Ex<sup>a</sup>, por ter tomado, na mesma direção, também esse apoio. Eu quero, então, também dizer aqui, como V. Ex<sup>a</sup>, que estou irmanado nesse mesmo sentido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Flexa.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, em primeiro lugar, eu gostaria de dar ciência a esta Comissão, já tendo dialogado com V. Ex<sup>a</sup>, de que a Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretária de Direitos Humanos, se dispõe a vir na quinta-feira próxima para atender à solicitação do requerimento aprovado nesta Comissão em 29 de março de 2012 para tratar da situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos tendo em vista a diferença de suporte legal que diversos países adotam sobre essa questão. Ela própria achou muito importante. Na medida em que possamos ter um número considerável de Senadores na próxima quinta-feira, ela se dispõe a vir, no horário normal da Comissão, às 10 horas, conforme já previamente acertado.

Em segundo lugar, eu gostaria de solicitar – até por solicitação do Senador Cristovam Buarque, acredito que ele seja o relator – o PLS nº 376, referente ao acordo Brasil e Estados ibero-americanos sobre educação e cultura. Ainda recentemente, o Ministro Aloizio Mercadante esteve na Espanha e recebeu o apelo para que o Congresso logo apreciasse essa matéria.

E encaminho a V. Ex<sup>a</sup> um requerimento de voto de aplauso ao Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, nosso Diretor-Geral na Organização Mundial do Comércio, pelo êxito da conferência ministerial da OMC realizada em Bali, na Indonésia, que foi referida de maneira tão positiva pelo Presidente Senador Fernando Collor de Mello na exposição que fez há pouco. Encaminho às mãos de V. Ex<sup>a</sup> esse requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicita o Senador Eduardo Suplicy que nós possamos incluir, de forma extrapauta, esse processo que foi designado ao Senador Cristovam Buarque, que já apresentou o seu relatório, mas que não está presente e que nos faz comunicação de que não se importa de ver esse projeto tramitar sem a sua presença. Eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse funcionar como relator *ad hoc*...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com muito prazer. Sim. Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... e nós incluiríamos extrapauta esse processado, esse projeto.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se não estiver em desacordo com nenhuma das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se não houver ninguém que se oponha, nós vamos designar V. Ex<sup>a</sup> para que possa relatar essa importante matéria.

Com relação à audiência pública na próxima quinta-feira, vamos fazer uma consulta aos Srs. Senadores e, havendo, naturalmente, uma presença que possa honrar e justificar a presença aqui da Ministra, faremos a audiência na próxima quinta-feira. Senão, podemos marcar uma outra data.

Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Flexa. Em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores, serei breve. Apenas quero associar-me às manifestações dos Senadores que me antecederam, parabenizando o Senador Jarbas Vasconcelos pela atitude que tomou em devolver a relatoria da indicação do Sr. Embaixador do Brasil na Bolívia. É demonstração, Senador Jarbas, da forma proba, correta como se conduz e da competência de V. Ex<sup>a</sup>, ao longo de sua vida, por inteiro. Nunca foi de deixar de assumir as suas responsabilidades.

Quero também parabenizar o Senador Ricardo Ferraço pela atitude tomada de ratificar as ponderações do Senador Jarbas Vasconcelos, sobrestando o relatório até que as informações sejam devidamente passadas à Comissão de Relações Exteriores. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Jarbas Vasconcelos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. O meu posicionamento não poderia e não deveria ser outro.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Sr. Presidente, além de ser grande admirador, de muitos anos, dessa extraordinária figura política que é o Senador Jarbas Vasconcelos, tenho o privilégio também de ser seu amigo. E, nessa condição, muitas vezes conversei com ele, e ele me honrou em externar as suas preocupações com a relatoria dessa matéria e o seu empenho em obter as informações que fossem suficientes para que ele pudesse emitir o seu voto, o seu parecer com total tranquilidade.

Não tendo conseguido obtê-las, não me espanta, de modo algum, o seu gesto de hoje; um gesto nobre, um gesto altivo de quem não pode prosseguir na execução de uma tarefa que lhe foi cometida pela Presidência da Comissão, mas que, ao mesmo tempo, não quer com isso embarçar o andamento dos nossos trabalhos. Eu não esperaria jamais outra atitude a não ser essa, de grandeza, de inteireza, de retidão e de responsabilidade de V. Ex<sup>a</sup>.

Parabéns, também, meu caro Presidente Ricardo Ferraço, pela sua reação pronta, imediata e coerente diante dessa recusa, justificadíssima, do Senador Jarbas Vasconcelos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os Senadores que o antecederam. São as minhas manifestações a forma firme e determinada com que o Senador Jarbas Vasconcelos conduz não o exercício do seu mandato de Senador, mas todos os exercícios que o trouxeram à vida pública brasileira e pernambucana.

Convido...

Pois não. Pede a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – V. Ex<sup>a</sup> falou sobre outro assunto, há pouco, sobre o tratado com a França. Ontem, houve um pronunciamento muito bonito do Senador Capiberibe falando sobre esse tema, e é um assunto preocupante. Acho que deveríamos aqui tomar medidas, aprovar logo isso, porque causa até constrangimento à população do Amapá e também aos dois países. É um tratado muito bonito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Só não o aprovamos porque não chegou aqui ainda. Não temos como aprovar, se não chegar.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Fisicamente, não chegou. Foi aprovado na Câmara, hoje pela manhã, mas não chegou ainda ao Senado da República.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – E possivelmente não dará para aprovar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E esse tratado tramita na Câmara há mais de cinco anos.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – Eu vi.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É lamentável!

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – É lamentável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Luiz Henrique se coloca à disposição para ser designado relator desse tratado com a Romênia, mas não chegou. Não se encontra ainda no Senado, muito menos nesta Comissão.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – Inclusive, para o Brasil acabar de cumprir. Fizeram a ponte, que está há três anos pronta lá, me parece que faz parte desse acordo, e faltam as cabecei-

ras da ponte. É algo, assim, incompreensível: há mais de três anos está tudo pronto, obra caríssima e que vai atender os dois países.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não haverá, nesta Comissão, qualquer tratado ou qualquer projeto que passará de 2013 para 2014 e que possa causar qualquer embaraço aos termos conduzidos pelo nosso País.

Enfim, convido o Embaixador João Luiz de Barros Pereira, indicado para chefiar a missão diplomática do nosso País junto à República da Guatemala, e o Embaixador Jorge José Frantz Ramos, indicado para conduzir nossa missão diplomática junto à República da Albânia. (*Pausa.*)

Concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador João Luiz de Barros Pereira, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala. A palavra é de V. Ex<sup>a</sup>, em tese, por 15 minutos, mas, se solicitar um tempo adicional, o tempo é aliado e não inimigo.

**O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. É sempre uma grande honra vir a esta augusta Casa.

Queria começar agradecendo à Comissão por analisar a indicação da Senhora Presidenta da República do meu nome para exercer as funções de Embaixador do Brasil na República de Guatemala. Queria agradecer especialmente ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela sua relatoria e ao Senador Flexa Ribeiro por ter lido o relatório que muito me honrou.

A Guatemala é um país com o qual o Brasil tem relações desde 1906, é um país da América Central com uma extensão de 109 mil km<sup>2</sup>, mais ou menos o Estado do Sergipe com a população do Estado do Rio de Janeiro. É um país muito centralizado no sentido de que um terço da população vive na capital ou na região metropolitana da capital.

Durante a colônia espanhola foi capitania geral. É um ano mais velho do que o Brasil em termos de independência. Tornou-se independente em 1821.

Inicialmente fez parte das Províncias Unidas da América Central e, em meados do século XIX, uma guerra interna acabou criando os cinco países da América Central existentes hoje. Lembro que eles consideram o Panamá América do Sul. É uma coisa curiosa.

Em 1871, houve uma reforma liberal que levou ao que, na realidade, se tornou uma ditadura liberal que durou até a década de 50.

Em 1901, instalou-se na Guatemala a companhia americana United Fruit Company que, desde então, aumentou a presença dos Estados Unidos e não deixou também de interferir na política interna guatemalteca, inclusive tendo participado de um golpe de Estado que derrubou um presidente.

No final da década de 50, década de 60, houve o início do processo mais traumático da Guatemala que levou a uma verdadeira guerra civil, conhecido internamente, com eufemismo, de conflito interno. Nesse período, se sucederam diversos governos militares e houve sérias violações aos direitos humanos, período esse que se encerrou em 1995, 1996, com a assinatura de acordos de paz internos e que, a partir de então, levaram ao processo atual em que há uma sucessão de presidentes que foram eleitos democraticamente e sem interrupção dos seus mandatos.

O atual Presidente, Otto Pérez Molina, foi eleito em 2011 e seu mandato vai de 2012 a 2016. Ele iniciou o seu governo com três prioridades: luta contra a fome, proteção da vida e dos bens do guatemaltecos e geração de emprego e fortalecimento das instituições públicas.

Infelizmente o projeto de governo dele foi afetado logo de início com um forte terremoto em 2012, o que, enfim, dada a situação da economia guatemalteca e das finanças do governo, afetou profundamente, porque se estima um custo de reconstrução do país da ordem de US\$210 milhões. Para um país com um PIB muito desigual e sobretudo com uma economia quase estagnada, o impacto será evidentemente muito forte.

A política externa guatemalteca hoje em dia é baseada em dois fatos: o primeiro é o conflito com Belize. Há uma disputa territorial com Belize. A Guatemala reivindica praticamente a metade do território de Belize. E quanto a este *diferendo*, neste ano, em outubro, deveria ter havido um plebiscito conjunto para que os dois povos aceitassem levar a questão à Corte Internacional de Justiça, a Haia, para resolvê-la, mas o governo guatemalteco, depois de uma série de incidentes fronteiriços em que houve vítimas e verificando que a postura da população guatemalteca é na sua maioria contra essa concessão, essa solução de *diferendo* acabou de pedir para que fosse adiado esse plebiscito para o ano que vem. Na realidade, essa questão dificilmente será solucionada ano que vem, porque o governo guatemalteco caiu na armadilha de encontrar uma solução que não levou em consideração a doutrinação da população desde a escola. Os guatemaltecos desde pequenos são inculcados com a ideia que metade de Belize é Guatemala. Enfim, o governo encontrou uma solução, mas a população não concorda com essa solução. Então, provavelmente isso vai gerar um novo adiamento.

O Brasil, nessa questão, está envolvido desde 2013, por integrar um grupo de 21 países que compõem o Grupo de Amigos Belize-Guatemala para tentar ajudar a encontrar uma solução.

As relações entre o Brasil, perdão...

A segunda questão da política externa da Guatemala é a extrema dependência da Guatemala com relação aos Estados Unidos. Os Estados Unidos são responsáveis por 40% das exportações da Guatemala, 38% das importações, há mais de 1 milhão de guatemaltecos nos Estados Unidos, que remetem em torno de US\$4,2 bilhões para a Guatemala, o que significa 9% do PIB da Guatemala. Essa dependência da Guatemala com relação aos Estados Unidos faz que os governos guatemaltecos tenham tentado encontrar alternativas.

Por isso, eles incentivam muito o fortalecimento do Mercado Comum Centro-Americano, do Sistema da Integração Centro-Americana, acordos com a União Europeia, para ver se ampliam os seus horizontes.

Eles ainda são um dos poucos países na América, no continente americano, que têm relações com Taiwan, e não com a China continental. Mas os laços econômicos com a China continental têm aumentado.

Da mesma forma, eles tentam reforçar os laços, sobretudo econômicos, com o México e com o Brasil.

Com o Brasil, as nossas relações politicamente são, no linguajar deles, *inmejorables*, mas nosso comércio representa apenas 1% do comércio guatemalteco. Nos últimos anos, nosso comércio tem estagnado, o bilateral tem estagnado. Há uma gigantesca diferença entre as exportações brasileiras e as importações da Guatemala. A relação é de 97 para 1, o que é ruim, porque, se o comércio é bom para os países, um déficit comercial dessa monta só estrangulará o comércio.

A cooperação política é excelente. Neste biênio 2012-2013, a Guatemala foi membro não permanente do Conselho de Segurança e a cooperação com o Brasil foi extraordinária.

A Guatemala apoia a aspiração brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança e tem apoiado as iniciativas e as propostas brasileiras praticamente em todos os casos.

A cooperação técnica brasileira é muito apreciada. Um dos principais resultados é um centro de formação profissional que foi montado com recursos brasileiros da ordem de US\$2,8 milhões, com forte cooperação do Senai, e que tem servido de modelo para propostas em outros países da América Central. É um dos casos de sucesso da nossa cooperação técnica.

Da mesma forma, em outras áreas, como na parte de ajuda humanitária, o Brasil tem cooperado sobretudo com alimentos. A Guatemala tem sido afetada por vários desastres naturais, tempestades, furacões, erupções vulcânicas e terremotos, e, em todas as ocasiões, o Brasil tem ajudado, principalmente com alimentação.

Fora isso, há a presença de empresas brasileiras, como a OAS e a Odebrecht, que estão construindo estradas na Guatemala.

A Guatemala adotou o padrão de TV digital nipo-brasileiro. Enfim, há grandes perspectivas de cooperação e de aprofundamento das relações bilaterais.

Uma das coisas que, na minha opinião, precisa ser aprofundada é a divulgação da verdadeira imagem do Brasil na Guatemala. Há sempre uma tendência, enfim, a uma imagem que é muitas vezes caricatural. Nós ainda não mostramos o Brasil atual naquela região. Infelizmente, a imagem do Zé Carioca ainda predomina quando se refere ao Brasil naquela região. Está na hora de modernizarmos a nossa imagem na América Central e especificamente na Guatemala.

O potencial de comércio bilateral, por exemplo, é de 18 vezes o que é hoje em dia. Então, muito se pode fazer e eu espero poder cooperar nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador João Luiz de Barros Pereira.

Antes de ouvirmos o nosso Embaixador Jorge José Frantz Ramos, indicado para chefiar nossa missão diplomática na Albânia, eu desejo registrar a presença do Sr. Shane Jett, Deputado estadual pelo Estado de Oklahoma, na nossa Comissão de Relações Exteriores. Seja V. Ex<sup>a</sup> muito bem-vindo e seja muito bem-sucedido na sua candidatura ao Senado pelo Estado de Oklahoma.

Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador Jorge José, indicado pela Presidência da República para chefiar a missão diplomática de nosso País na Albânia. A palavra é de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JORGE JOSÉ FRANTIZ RAMOS** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente; Ex<sup>mo</sup> Sr. Relator; Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores; Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Embaixadora Tatjana Guionaj, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a generosidade das palavras do Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi o Relator do presente requerimento.

É com renovada emoção que eu me encontro hoje perante V. Ex<sup>as</sup>, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Há quase seis anos, aqui eu estava pela primeira vez para ser sabatinado para o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali. Hoje, o propósito é o mesmo. A missão futura, contudo, é algo diversa. Posso, entretanto, assegurar a V. Ex<sup>as</sup> que a emoção e os sentimentos de honra e humildade são os mesmos de então.

Seis anos atrás, a minha missão como Embaixador brasileiro era a de auxiliar o esforço nacional em prol do estreitamento e do adensamento das relações do Brasil com a África. Nesse aspecto, creio que, em boa medida, fui bem-sucedido. Deixo para trás, por exemplo, amplos canais de diálogo com autoridades locais e personalidades de todas as esferas da sociedade maliense. Mas meu maior orgulho foi a oportunidade de conduzir o mais bem-sucedido projeto brasileiro de cooperação técnica no exterior: o Projeto ABC Embrapa, para o melhoramento da cotonicultura nos países do C4, ou seja, o Benin, Burkina Faso, Chade e Mali, que são os quatro principais produtores de algodão na África. Tenho, assim, a satisfação de relatar a V. Ex<sup>as</sup> que o projeto brasileiro angariou amplo reconhecimento internacional por seu sucesso na transferência de tecnologias da agricultura tropical desenvolvidas na Embrapa.

Por seu caráter abrangente e inovador, o Projeto ABC Embrapa e C4 servirá de bases para futuras ações brasileiras de cooperação técnica dentro da dinâmica da Cooperação Sul-Sul. E por seu sucesso e penetração nos países africanos, o projeto brasileiro tem igualmente influenciado e incentivado outros países prestadores de cooperação técnica a repensar os seus modelos tradicionais de cooperação. No caso, poderia citar especificamente Estados Unidos e a própria França.

Após essa breve prestação de contas, eu gostaria de concentrar-me agora no futuro.

Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores e membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, caso venha a merecer a aprovação de V. Ex<sup>as</sup>, terei como encargo, obviamente, as funções clássicas de todo embaixador, ou seja: representar, negociar, informar, proteger e defender os interesses do Brasil e aqueles dos cidadãos brasileiros que moram na Albânia.

Ademais, procurarei dar continuidade ao trabalho iniciado por meu antecessor no que concerne ao adensamento e à ampliação das relações bilaterais.

Há, ademais, um outro desafio a ser encarado, e que eu considero importante: o incremento de nosso comércio internacional. É verdade que o mercado albanês é reduzido, tendo em vista sua população. A Albânia, porém, é signatária de acordos de livre comércio com a Bósnia Herzegovina, com a Croácia, com a Macedônia, com a República Moldava, Montenegro, Sérvia e Turquia. Tais acordos ampliam o mercado à disposição de bens e serviços brasileiros de 3 para 95,5 milhões de consumidores.

Cabe igualmente recordar que a Albânia é candidata a país-membro da União Europeia, tendo já assinado com aquela entidade acordo de estabilização e associação. Esse documento, como o sabem V. Ex<sup>as</sup>, proporciona aos produtos albaneses livre acesso ao mercado comunitário. Isso significa acesso a mais de meio bilhão de consumidores, ou seja, 7% da população mundial, provenientes de 28 diferentes países, os quais, conjuntamente, formam um PIB de US\$ 16 trilhões, ou seja, 20% do PIB mundial.

Estou convencido de que o estreitamento das relações políticas, econômicas e comerciais brasileiras com a Albânia poderá dar-nos uma possibilidade a mais para o escoamento de nossa produção para aquele imprescindível mercado internacional. A própria Albânia considera o Brasil como parceiro comercial com importante potencialidade. Fui informado que Tirana propôs ao Brasil, por exemplo, a utilização da cidade portuária Durrës como um porto livre para os produtos brasileiros.

Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores, a importância de nossas relações com a Albânia ou com qualquer outro Estado não se resume, contudo, na mera contabilidade comercial. Essa contabilidade altamente favorável é desejável, é verdade, mas não deve ser abrangente nem excludente. A maior relevância de mantermos relações bilaterais diretas com vários países, por meio da capilaridade de nosso sistema democrático, é justamente a projeção da imagem internacional do Brasil no exterior. Afinal, não podemos negar que somos – atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos – a terceira maior democracia no mundo e que ocupamos mais de oito milhões de quilômetros quadrados de território, que contamos com 200 milhões de habitantes e que estamos entre a sexta e sétima economia global ou, ainda, que temos uma diáspora estimada em, pelo menos, três milhões de nacionais os quais o Estado brasileiro tem a obrigação de representar, proteger e defender.

Ademais, nossa história mostra que, salvo raríssimas exceções, nossos eventuais conflitos e litígios foram sempre resolvidos em mesas de negociações e não em campos de batalha e, na maioria das vezes, a nosso favor. Recentemente foi, graças à atividade diplomática, que o Brasil obteve importantes vitórias na FAO e na OMC, onde logramos eleger, respectivamente, o Dr. José Graziano e o Embaixador Roberto Azevêdo.

Nesse particular, eu gostaria de salientar que, no caso da eleição do Dr. Graziano, a Albânia votou contra a candidatura espanhola e votou a favor da brasileira. No caso do Embaixador Roberto Ferreira, a Albânia, uma vez mais, foi contra a União Europeia, que tinha fechado com a candidatura mexicana, e votou a favor do Brasil. Eu gostaria de lembrar que o México não tem embaixada em Tirana.

Ex<sup>mos</sup> Srs. Senadores, desculpem-me se fui muito eloquente e tomei muito tempo, mas gostaria de frisar de que estou aqui à inteira disposição de V. Ex<sup>as</sup> para quaisquer perguntas.

Mais uma vez, agradeço a grande honra de estar presente nesta nobre Comissão e espero poder contar, uma vez mais, com o voto de confiança de V. Ex<sup>as</sup>. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós que agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

Antes, porém, queria perguntar a nosso Embaixador José Ramos sobre a integração da Albânia à União Europeia, aos esforços que devem e podem ser empreendidos pelo governo local, essa negociação que está no Parlamento albanês sobre a necessidade de o Estado fazer as reformas para que ele possa, enfim, integrar-se ao Bloco. Em suma, que V. Ex<sup>a</sup> abordasse esse tema, ou seja, as perspectivas da integração da Albânia à União Europeia e as consequências disso, naturalmente, para o povo albanês. Ainda mais: que esforços V. Ex<sup>a</sup> pode empreender na direção de ampliar a corrente de negócios entre o Brasil e a Albânia, que é absolutamente irrelevante – um pouco mais de US\$40 milhões é a corrente de negócios entre o Brasil e a Albânia. Então, que estratégias V. Ex<sup>a</sup>, na condição de nosso Embaixador, empreenderá para intensificação desses esforços.

Em seguida, levantaremos algumas questões relativamente à Guatemala. Antes, porém, quero ouvir o Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Sr. Deputado norte-americano aqui presente, senhores assessores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ontem, pela tarde, tive a oportunidade de receber, em meu gabinete, os ilustres sabatinandos de hoje, os ilustres diplomatas Jorge José Frantz Ramos e João Luiz de Barros Pereira Pinto, com quem dialoguei por mais de uma hora e com quem tivemos já a oportunidade de esclarecer as questões que gostaríamos, seja relativamente à Guatemala, seja relativamente à Albânia.

Contudo, uma questão nos chama a atenção quando se trata da presença da United Fruit na Guatemala e a influência que ela teve, ao longo de décadas, nas questões de política interna daquele país.

Nós tivemos, no Brasil, um fenômeno semelhante, por sinal – e aí faço conexão com o Embaixador Jorge Ramos –, no meu Estado, Santa Catarina. Em Santa Catarina, o Brasil teve o seu maior, mais sangrento e mais demorado conflito social de toda a história, a chamada Guerra do Contestado, que, na verdade não era, em síntese, uma guerra de fronteira entre Santa Catarina e Paraná, mas a luta dos caboclos espoliados por uma decisão infeliz do governo, tomada em favor da empresa norte-americana Lumber Company, que montou, lá na região onde o Embaixador Jorge Ramos nasceu, a maior serraria do mundo, dizimando a floresta de araucárias em toda a região do Planalto Norte e do Meio Oeste de Santa Catarina. Quando não havia mais árvores a serem derrubadas, a empresa simplesmente desmontou aquela serraria e partiu, talvez, para a Malásia, para Cingapura ou para qualquer outra região na época subdesenvolvida.

É importante assinalar que o Governo Federal concedeu à Lumber, que tinha como representante no Brasil o famoso Benjamin Farquhar, o mesmo da Madeira-Mamoré – na época, o advogado de Benjamin Farquhar era o ex-Embaixador Chateaubriand, dono dos Diários Associados –, dos dois lados da ferrovia Rio Grande do Sul-São Paulo – a Senadora Ana Amélia conhece bem esta situação –, 15 quilômetros de cada lado da ferrovia, que eram constituídos de floresta de araucária. Evidentemente, os caboclos foram expulsos dali. Eles viviam ali, eles habitavam aqueles terrenos, e muitos deles foram expulsos por caubóis vindos do Texas, armados de Winchester. Então, ali se protagonizou aquele conflito social, que levou ao esmagamento, depois de quatro anos, do último reduto de caboclos numa localidade chamada Santa Maria, onde eles estão enterrados.

Mas qual é a correlação disso com o Embaixador Jorge Ramos? É que essa serraria era tão importante para a economia norte-americana, que o Presidente Theodore Roosevelt esteve lá e pernitoitou por duas noites na serraria. E lá nasceu um dos astronautas que pisaram a lua, se não me engano Aldrin, cujo pai era um dos engenheiros da serraria.

Então, com essas observações, faço uma correlação entre a presença da The United Fruit na Nicarágua e a presença da Lumber em Santa Catarina. Evidentemente, a Nicarágua herdou vários conflitos sociais e políticos em razão da presença daquela empresa. Aliás, foi muito bem retratada por Gabriel García Márquez em sua Macondo, que era uma caricatura da época. Era um procedimento da época, que, hoje, não tem mais lugar, pois as condições políticas e sociais mudaram.

Como eu disse, as minhas observações em relação aos dois Embaixadores eu já as fiz ontem.

Eu só queria dizer ao Embaixador Jorge Ramos que tive uma surpresa ao visitar a Albânia, a cidade de Sarandi. Temos aqui, no Brasil, uma fotografia caricata da Albânia, talvez semelhante àquela que o Brasil tem na América Central. Eu encontrei em Sarandi uma cidade desenvolvida, próspera, uma cidade com uma infraestrutura turística como a de qualquer país desenvolvido.

Então, quero saudar os dois Embaixadores e lhes dizer que todo posto é importante, mas ambos estão muito acima daqueles postos. Poderíamos sabatiná-los aqui para exercerem funções em qualquer país do Primeiro Mundo, em qualquer um dos países líderes, nos Estados Unidos, na Europa. Por isso, o Brasil está muito bem, porque tem no Itamaraty a sua melhor massa crítica. Toda vez que sabatinamos algum diplomata formado pelo Instituto Rio Branco, sabatinamos alguém com grande bagagem cultural e com grande competência.

O Itamaraty se dá ao luxo desse esbanjamento, ao mandar dois diplomatas dessa qualidade para dois postos que, repito, são importantes como qualquer posto diplomático do Brasil no exterior. Mas eles estão bem acima, como pude perceber na conversa longa que tive ontem, desses dois postos em que vão se estabelecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Senadora Ana amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, eu queria saudar a Embaixadora Tatiana, que nos honra com a sua presença; também o Deputado de Oklahoma.

Duas coisas bem sucintas me chamam a atenção, até pela condição de comunicadora que fui durante muito tempo.

Uma delas é o preconceito, a visão caricata do Brasil na Guatemala, que é um ponto que me parece que será prioridade para o senhor no posto. E isso não se muda de uma hora para a outra. São conceitos arraigados que ficam presos. Há uma série de influências já de cima, do norte, ou da pressão do sul.

Como o senhor pretende fazer esse processo de mudança da imagem do Brasil? É até difícil, porque a nossa relação comercial é muito incipiente e pequena. Dessa forma, o comércio pode ser a ponta de lança no País, seja pela indústria da aviação, seja pela agricultura. Mas, como somos concorrentes – a Guatemala produz banana, produz frutas –, o que o senhor pretende fazer para mudar isso?

Outro ponto que me chamou a atenção diz respeito ao Embaixador Jorge Ramos.

Hoje pela manhã, muito cedo, antes das 8 horas da manhã, estávamos aqui na Comissão de Agricultura e o Senador Blairo Maggi, que é produtor de algodão, fazia referência à relevância da Embrapa nesse campo. Mas ele também chamava a atenção para o fato de que como essa é uma área muito importante – pois o algodão é uma *commodity* –, a Embrapa tem de investir em pessoas muito qualificadas nessa área. E, em relação a isso, ele estava se referindo à questão da sucessão no comando da área Embrapa Algodão, que tem unidades na Paraíba. Eu queria então lhe perguntar.

O senhor frisou bastante o acordo de cooperação que tem sido até, de acordo com palavras do senhor, “um modelo internacional”. Quero saber só um detalhe. Uma vez que o algodão é uma cultura de extensão, para onde vai o algodão que a Albânia produz? É para uma indústria local? Ela exporta matéria prima para que países? Em que pé está essa posição de produção dos investimentos? Há algum grupo brasileiro lá produzindo algodão?

Eram essas as questões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, quero tanto ao Embaixador João Luiz de Barros Pereira Pinto como também ao Embaixador Jorge José Frantz Ramos dar os meus votos de pleno êxito nas suas respectivas missões diplomáticas na Guatemala e na Albânia.

No exame dos dados do relacionamento de ambos os países com o Brasil, nós notamos um progresso, mas um desequilíbrio muito forte em termos de quanto o Brasil exporta em relação ao que nós importamos. Imagino que as autoridades desses países tenham a preocupação de equilibrar esses números e de tentar fazer com que o Brasil se interesse mais – até com o propósito de aumentarem as exportações do Brasil para esses países –, para que possa haver uma contrapartida mais adequada.

Então, eu perguntaria a ambos, porque o problema é comum: o que poderia ser feito na direção de equilibrar melhor as relações de comércio? Na visão dos senhores, isso depende de, eventualmente, o Brasil procurar estimular mais investimentos brasileiros ali nos países? Que alternativas haveria para essa finalidade?

No que diz respeito à Albânia, durante os anos em que era considerada um país do bloco socialista, governada por partido comunista, era inclusive um país que, de alguma forma, tinha uma afinidade com os governos da República Popular da China. Acho que inclusive ao tempo de Mao Tse-tung. Depois houve uma modificação muito significativa e uma aproximação muito forte com os Estados Unidos da América.

Mas eu agradeceria se o Embaixador Jorge José Frantz Ramos pudesse nos dizer daquela época, em que para eles eram importantes os valores do socialismo. De que maneira algo daquela época permanece como importante e em que medida o processo de democratização da Albânia alterou as suas instituições; a natureza da organização das empresas, a definição de propriedade, que, acredito, antes, era mais de propriedade do Estado, sob controle do Estado, mas em que medida restaram algumas empresas como propriedade pública

e em que medida hoje se tem um sistema de livre iniciativa, de funcionamento das instituições de mercado, a exemplo de outros países; e qual é a preocupação das autoridades com respeito a como conciliar, como compatibilizar a democracia com a busca de instituições que possam promover a justiça.

Eu tive a oportunidade de conversar com ambos, com o Embaixador João Luiz de Barros Pereira Pinto, inclusive dei a ambos – mas recentemente eu lhes transmiti –, eu lhes dei cópia da Ley Marco de la Renta Básica, que foi uma proposta para que todos os parlamentos da América Latina e do Caribe venham a considerar. E, na medida em que ambos os países considerarem seriamente essa proposição, eu me coloco à disposição para interagir com ambos os Embaixadores, até para dialogar, seja na Guatemala, seja na Albânia a respeito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Passo a palavra neste instante ao Embaixador João Luiz de Barros Pereira para as suas respostas.

**O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a sua pergunta, Senadora.

Esse é, sem dúvida, um dos temas que sempre acompanho e pelo qual tenho interesse.

Fui durante quase nove anos diretor do Departamento da América do Sul, e essa é uma verdade que não se aplica só à Guatemala. É totalmente também aplicada ao resto da América do Sul.

Nós nos conhecemos muito pouco. As nossas visões mútuas – e não falo só Brasil, hispano-americano, mas entre eles – são muito baseadas em caricaturas, estereótipos que são completamente obsoletos muitas vezes. Certos aspectos da nossa cultura, da nossa realidade se vendem por si só: carnaval, música, futebol, esportes de modo geral. São, enfim, automáticos Não precisa divulgar. Mas nós não somos um país, somos vários países; são várias culturas, são várias realidades. E esta realidade brasileira, esta diversidade de realidades brasileiras não é conhecida no exterior, não é conhecida por nossos vizinhos imediatos e muito menos pelos países da América Central, que têm uma visão muito baseada no eixo Rio-São Paulo.

Muito cedo na minha carreira eu aprendi que comércio é importante, política é importante, mas são temporários. O que fica é a política cultural, a imagem que é transmitida, que é enviada. E ela precisa ser atualizada o tempo todo. Na Embaixada na Guatemala há instalações e um professor de português que é guatemalteco. Ele conhece o português, domina a língua, mas não domina a cultura. E é nessa linha que eu pretendo me esforçar para trabalhar.

A senhora sabe que diplomata é um funcionário muito barato, porque paga um, mas leva um casal. Eu tenho uma colega de trabalho que já me jogou uma carga enorme de propostas do que podemos fazer lá. Nessa linha, vamos tentar divulgar o cinema e a literatura brasileiros, mas, infelizmente, não existe muita tradução boa. A primeira coisa que fiz foi aliciar um diplomata que está realizando um excelente trabalho na área cultural em outro posto e que em junho tem que partir porque terminou o tempo dele. Então, eu vou me concentrar na atualização da verdade, da imagem brasileira na Guatemala, que precisa de um refresco, de uma atualização.

Com relação à pergunta do Senador Suplicy, de fato, o desequilíbrio é brutal, mas a pauta exportadora da Guatemala é muito restrita e muito conflitante. Dois dos principais itens básicos que importamos são chumbo e alguma feita de aço, de ferro, mas o grande problema da Guatemala é a falta de quadros treinados, de mão de obra qualificada. Uma forma de ajudá-los é aumentar o leque da pauta exportadora. Para isso, precisam começar a produzir manufaturados. Onde eu vejo que podemos ajudar é na formação de quadros, na formação de pessoal, profissionalizar a mão de obra. Infelizmente, nos últimos dez anos, nos programas de bolsas de estudo, apenas 37 guatemaltecos vieram ao Brasil para treinamento. O Senai, esse centro de formação profissional que foi criado na Guatemala, é uma ferramenta que pode ajudar nesse sentido.

Outra coisa que eu lhe agradeço é a disposição de ajudar a divulgar esses programas de inserção social, que, de fato, na Guatemala, é uma coisa importante. Os 40% mais pobres respondem por apenas 1% do PIB. Então, é algo que, socialmente, é uma dívida de vários governos que precisa ser resgatada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Concedo a palavra ao Embaixador Jorge José Frantz Ramos para as suas respostas.

**O SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, respondendo a pergunta do Senador Ferraço a respeito da importância e do compromisso da Albânia para entrar na União Europeia, eu me sinto pouco qualificado para responder profundamente essa questão, especialmente porque a própria Embaixadora da Albânia se encontra aqui presente. Mas farei o possível.

Segundo as informações que eu tenho de todos os artigos que tenho disso e da própria conversa, da longa conversa que a Embaixadora Gjonaj teve a gentileza de ter comigo há um mês, mais ou menos, após a virada

do regime, em 1991, a Albânia sempre teve esse desejo de ingressar, assim como os demais países da região, no bloco comunitário. E tem feito todos os esforços possíveis para poder cumprir as exigências comunitárias.

Segundo eu estou informado, recentemente, um dos membros da Comissão Europeia que analisa essa questão deu um voto favorável justamente à Albânia, tendo em vista todos os esforços e reformas que a Albânia tem feito para cumprir todas as exigências comunitárias.

O fluxo de comércio com a Albânia realmente é restrito, até por conta do desequilíbrio em termos de população. Nós somos 200 milhões de habitantes, e a Albânia conta com 3 milhões de habitantes. Mas eu creio que esse fluxo possa ser altamente estimulado, não só do nosso lado – como disse, a Albânia conta com vários acordos de livre comércio com os países da região, que proporcionam, juntando com a Turquia, 95 milhões de habitantes, como também com a própria União Europeia. É o caso de nós aproveitarmos e mostrarmos aos nossos empresários que as oportunidades estão aí. Por outro lado, será importante também nós comprarmos mais da Albânia, porque um comércio equilibrado é um comércio não só mais justo, mas mais estimulante. No momento, nós compramos alumínio e algumas peças de roupa. Seria importante que nós aproveitássemos, por exemplo, a agricultura de produtos mediterrâneos que eles têm, que é forte, assim como o setor de serviços. Estimular, por exemplo, o turismo.

Outra pergunta que V. Ex<sup>as</sup> me fizeram foi a respeito da história da Albânia e como ela tem se adaptado, de acordo com o seu passado de país fechado, com os novos desafios de ingressar na Comunidade Europeia.

Nós temos que nos lembrar que a Albânia, embora seja um país recente, como nação, ela tem pelo menos dois mil anos de idade. Não é verdade, Embaixadora? Ela fez parte do Império Romano, para depois fazer parte do Império Bizantino, que foi transmitido depois ao Império Turco, para, somente em 1912, alcançar a sua independência.

Em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, vários países europeus, nas reuniões do pós-guerra, começaram a colocar em dúvida se haveria realmente alguma vantagem de manter a Albânia como um país independente. E os Estados Unidos foram fortes defensores de manter, sim, a Albânia um país independente. É por isso a ligação afetiva que a Albânia até hoje tem com os Estados Unidos, sem contar a posição que os Estados Unidos têm em relação à questão do Kosovo, que é muito cara para a diplomacia albanesa.

A Albânia, apesar de toda essa história atribulada... Em 1949, os partidários de Enver Hoxha tomaram o poder e ficaram no poder até 1984, quando ele faleceu. Num primeiro momento, Enver Hoxha seguiu uma linha de atuação ligada a Tito, que governava a Iugoslávia, para passar depois para a esfera da União Soviética, sob o domínio de Stalin. Quando Kruschchev resolveu denunciar os abusos cometidos pelo governo de Stalin, Enver Hoxha achou que a Rússia estava se desviando, digamos, de um percurso bom e, então, passou a olhar para a China do então Mao Tsé-Tung, em pleno período da Revolução Cultural, que foi, de certa forma, adaptada à própria Albânia, que fez sua espécie de revolução cultural.

Com a morte de Enver Hoxha, o Presidente que assumiu e governou até 1991 procurou liberalizar, mas é difícil manter o mesmo regime, e liberalizar um país. Isso só foi possível quando caiu a Cortina de Ferro, e todos os países da região abandonaram seus regimes comunistas de origem. A Albânia não foi exceção, e, com isso, eles aproveitaram e puderam, pela primeira vez, abrir as portas e sair pelo mundo.

Senadora Ana Amélia, já que a senhora esteve nessa conversa com o Senador Blairo Maggi, a senhora me perguntou a respeito... Eu sei que o Senador se preocupa muito com a transferência de tecnologias da Embrapa para países africanos, que isso poderia constituir uma perda futura de competitividade nossa. Eu já levei essa questão à Presidente da Embrapa e a vários técnicos. Especialmente há um técnico da Embrapa, o Dr. José Geraldo Di Stefano, que mora conosco para levar à frente esse projeto que eu mencionei, e ele disse que isso não será possível. Não será possível, que eu digo, é o Brasil perder essa competitividade, pelo menos quanto aos países africanos. Os países africanos ainda enfrentam imensos desafios, e a transferência da nossa tecnologia, infelizmente... Quer dizer, nós não podemos transferir a nossa tecnologia de ponta. Nem nós, nem os Estados Unidos, que também a têm, ou qualquer outro país, porque o país não tem condições de absorvê-la. E o modelo brasileiro de agricultura de grandes propriedades e de produção mecanizada também não poderá ser implementado na África, porque lá a agricultura é basicamente feita em pequenas propriedades. No Brasil, a mecanização da agricultura provocou um êxodo rural para as cidades. Apesar de termos um parque industrial importante, ainda assim, não conseguimos absorver toda essa população. Na África, em que não existe esse parque industrial, seria catastrófico. Haveria uma crise social imensa. Então, claro que, com a nossa ajuda, eles poderão melhorar, e muito, a agricultura deles, até porque eles estão com sério problema de desgaste de solo, de empobrecimento de solo, e o plantel genético do algodão, por exemplo, já se esgotou também. E nem todas as sementes brasileiras se adaptam ao solo e às condições climáticas da África, ou pelo menos do Mali – eu posso falar do Mali. Então, um algodão mais sofisticado, de fibra mais assim ou mais assado, não se adapta bem. A produção do algodão maliense é, basicamente, exportada para a França e, atualmente, para a China. E

eles importam, depois, o produto acabado, que seria o damasco, o tecido que eles mais usam. Eles produzem um tipo de tecido que seria como um chitão, que é usado na roupa do dia a dia, mas o bom tecido que eles apreciam para as roupas de festa é o damasco, que eles tingem localmente.

Ou seja, a nossa transferência de tecnologia, certamente, não prejudicará a nossa agricultura, porque nós continuaremos, se continuarmos investindo nos quadros e nas pesquisas como temos feito... Mas, ao mesmo tempo, estaremos ajudando Estados que são realmente muito mais fracos e que necessitam desse tipo de ajuda.

Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Quanto aos desequilíbrios da balança comercial, realmente, como eu havia comentado anteriormente, eles existem e é nosso dever justamente procurar não só incentivar o fluxo comercial do Brasil em direção ao outro país, mas também tornar esse fluxo mais equilibrado, porque, quando as disparidades são muito grandes – V. Ex<sup>as</sup> bem sabem –, criam-se anomalias, criam-se divergências que não são saudáveis numa relação bilateral. Uma relação bilateral saudável justamente é uma relação onde os dois parceiros estão satisfeitos e trabalham em igualdade de condição.

Como incentivar mais investidores brasileiros, por exemplo, a olharem o mercado albanês? Bom, para isso eu teria que trabalhar com a Embaixadora Tatiana Gjonaj, porque o nosso problema é justamente convencer o investidor brasileiro, que tem à sua disposição um mercado de 200 milhões, de que há outras oportunidades lá fora e que, se o mercado é restrito hoje, amanhã ele não será. Amanhã, ele poderá ser muito mais amplo. Mas a hora de se investir é justamente no princípio, não quando o mercado estiver ampliado, porque outros países também estarão lá. É o caso da presença, por exemplo, da China na África. Nós temos grandes dificuldades de atrair empresários para a África porque os empresários acreditam que a potencialidade do mercado é pequena. Não é. E, no futuro, quando essa potencialidade for maior, esse mercado já estará tomado, por exemplo, pela China, o que é natural.

Perguntou-me também o Senador Suplicy como foi essa alteração do regime, como modificou a percepção nacional do país em relação ao seu passado.

Bom, eu acho que houve modificações enormes. Basta verificar que o atual Presidente da Albânia nasceu em 1966, que o Primeiro-Ministro nasceu em 1964 e que o Ministro das Relações Exteriores nasceu em 1977. Ou seja, é uma nação de políticos e quadros extremamente jovens, ou seja, distantes daquela geração que viveu com o Presidente Enver Hoxha. São quadros altamente treinados. Aliás, é bom remarcar que 95% da população da Albânia é alfabetizada. É um país pronto de jovens, um país pronto para assumir desafios, pelo que eu posso... É a percepção que eu tenho agora. Dentro de um ano eu poderei dar justificativas bem mais embasadas, bem mais concretas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta a partir deste momento.

*(Iniciada às 10 horas e 4 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 38 minutos e é reaberta às 12 horas e 41 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – A reunião está reaberta.

Quero cumprimentar os dois Embaixadores, cujos nomes foram aprovados por unanimidade.

Reabrindo a reunião, cumprimento os Embaixadores e lhes desejo todo o êxito à frente das Embaixadas.

Os Embaixadores estão autorizados a se levantarem, para darmos sequência aos nossos trabalhos. Agradecemos a presença deles.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Anteontem, apresentei na Comissão de Assuntos Econômicos um requerimento, que foi aprovado, convidando S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador Roberto Azevêdo para, ao estar no Brasil, ir àquela Comissão. Estou fazendo um requerimento no sentido de que aquela audiência com S. Ex<sup>a</sup> o Embaixador Roberto Azevêdo seja feita em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e desta Comissão.

Pela relevância das informações que o Embaixador Roberto pode nos dar a respeito dos avanços obtidos, dos históricos avanços obtidos na reunião de Bali, acredito até – e vou conversar com o Presidente Renan Calheiros a respeito – que a reunião conjunta das duas comissões possa se realizar no plenário desta Casa, para que todos os Senadores tenham as informações preciosas que S. Ex<sup>a</sup> pode nos dar a respeito desses avanços, que terão repercussões importantes na economia do Brasil e dos demais países emergentes e em desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – A Comissão envidará todos os esforços para atendê-lo com rapidez.

Passamos agora ao item 3.

### ITEM 3

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 396, de 2013

- Não terminativo -

**Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social, assinado em Brasília, em 15 de dezembro de 2011.**

**Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. (CREDN)

**Relatoria:** Senadora Ana Amélia.

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse acordo compreende 40 artigos, estabelecendo regras gerais destinadas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior e oferecer essa mesma proteção aos estrangeiros radicados em nosso País, em matéria de Previdência Social, da qual cabe destacar que, além de estender aos trabalhadores originários do Brasil e da França, residentes no território de outra parte, o acesso ao sistema de previdência local, o Acordo de Previdência Social deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais, na medida em que instituirá mecanismos de cooperação e coordenação.

Conforme estabelece no título das disposições relativas à legislação aplicável a esse acordo, uma pessoa que exerça uma atividade profissional no território de uma parte contratante ficará, no que diz respeito a essa atividade, submetida unicamente à legislação dessa parte contratante, observando-se os dispositivos especiais no tocante a deslocamento de empregado, de pessoal de empresa, de transportes internacionais, de pessoal de navegação marítima, de funcionários e membros de missões diplomáticas e consulares de dependentes do trabalhador.

No tocante à aposentadoria por invalidez e idade, pensão e morte, o acordo estabelece as condições para elegibilidade das prestações como também a totalização dos períodos de seguro. Ainda no tocante à aposentadoria por invalidez, as disposições especiais relativas à legislação brasileira e francesa serão partes do presente, acordo assim como cálculo do montante das prestações de aposentadorias por invalidez, por idade e da pensão por morte.

Os artigos que tratam da prestação de acidentes de trabalho, de doenças profissionais, maternidade e paternidade serão concedidos de conformidade com a legislação da parte contratante.

O novo título, que cuida das Disposições Diversas, estabelece que as autoridades competentes das duas partes contratantes adotarão as medidas exigidas para aplicação do presente acordo, assim como de assistência administrativa recíproca exigida para aplicação desse ato internacional.

A cooperação administrativa das autoridades ou instituições competentes das duas partes é parte integrante das disposições do presente acordo, inclusive no que se refere a contestações, ações e recursos, obedecidos os prazos estipulados pelas partes envolvidas.

Ainda dentro do capítulo das Disposições Diversas, é parte integrante do acordo. A luta contra a fraude e a solução de divergências serão solucionadas na medida do possível pelas autoridades competentes. Nesse ponto, as autoridades competentes poderão reforçar a sua cooperação e desenvolver trocas de boas práticas, de experiências e assistência técnica sobre quaisquer aspectos de seus sistemas de previdência social.

Para finalizar, o título das Disposições Transitórias e finais estabelece que serão preservados os direitos e obrigações para a França de sua condição de membro da União Europeia; e, para o Brasil, de sua condição de membro do Mercosul. O acordo também não criará nenhum direito a prestações relativas a quaisquer períodos anteriores à sua entrada em vigor. Todavia, todos os fatos anteriores à entrada em vigor do acordo serão levados em consideração na determinação dos direitos. Nos termos constantes, a duração do presente acordo é celebrado por prazo indeterminado e poderá ser denunciado por qualquer uma das partes contratantes por via diplomática, mediante aviso prévio de doze meses. As duas partes contratantes notificar-se-ão quanto ao cumprimento de seus respectivos procedimentos constitucionais e legais exigidos para a entrada em vigor do presente acordo, o qual entrará em vigor no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data de recepção da última notificação.

Voto.

Por todo exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2013.

Esse é o voto, Presidente, ao mesmo tempo em que solicito a V. Exª que a Comissão peça urgência para esta matéria, já que é uma matéria que está aguardando a deliberação pelo menos desde 2011. Portanto, seria conveniente,

já que se trata até de preservar interesses sociais de trabalhadores brasileiros que trabalham na França e de trabalhadores franceses que estão no Brasil. Havendo a possibilidade, que entre em regime de urgência no plenário da Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Agora submeto o requerimento da Senadora Ana Amélia de urgência para a referida matéria.

## EXTRAPAUTA

### ITEM 8

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 115, de 2013

**Nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requero urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2013, que “Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social, assinado em Brasília, em 15 de dezembro de 2011.”**

**Autoria:** Senadora Ana Amélia

Se os Srs. Senadores concordam, está aprovado.

Mais um item extrapauta.

## EXTRAPAUTA

### ITEM 4

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 376, de 2013

- Não terminativo -

**Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.**

**Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

**Relatoria:** Cristovam Buarque (Substituído por Ad Hoc)

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

Eu designo como Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2013, aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação (OEI), assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.

O acordo foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 12 de março de 2013, por intermédio da Mensagem Presidencial nº 85, para apreciação do Congresso Nacional, em atendimento ao art. 49, inc. I, e ao art. 84, inc. VIII, da Constituição Federal.

O texto foi aprovado naquela Casa.

De acordo com a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, anexa à Mensagem Presidencial, o referido acordo, simultaneamente às possibilidades de atuação bilateral, “proporcionará igualmente as bases institucionais para a identificação de futuras iniciativas de cooperação trilateral em benefício de outras nações em desenvolvimento”.

O texto do acordo em exame pretende estabelecer as condições básicas sob as quais a OEI prestará cooperação com o Brasil, a pedido deste e a partir de fundos definidos, na implementação de projetos de cooperação para o desenvolvimento nas áreas de educação, ciência, cultura e tecnologia. Igualmente, este acordo poderá fundamentar ações de cooperação técnica envolvendo outros países membros da OEI.

A execução desse tratado será coordenada pelo Escritório da OEI no Brasil e pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

A cooperação técnica será dedicada a seminários, programas de capacitação ou treinamento, grupos de trabalho, projetos, experiências-piloto, pesquisas ou estudos avançados em assuntos e locais de interesse mú-

tu. Igualmente, outro tipo de cooperação poderá ser acordado, como os objetivados à promoção de efetiva transferência de conhecimentos, competências e habilidades a instituições beneficiárias eleitas pelas partes.

É da maior importância, portanto, que possamos aprovar, e manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2013, por sua conveniência e oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o mesmo.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Peço a urgência, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Submeto ao Plenário o requerimento de urgência do Senador Suplicy.

#### EXTRAPAUTA

##### ITEM 9

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

##### NACIONAL Nº 116, de 2013

**Nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requero urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2013, que “Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.”**

**Autoria:** Senador Eduardo Suplicy

Se todos concordam, está aprovada a urgência.

#### EXTRAPAUTA

##### ITEM 5

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

##### NACIONAL Nº 113, de 2013

**Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo êxito da nona Conferência Ministerial da OMC, realizada recentemente em Bali Indonésia.**

**Autoria:** Senador Eduardo Suplicy

Coloco em discussão.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, o Senador Fernando Collor, hoje, fez uma análise tão positiva do que foi o último acordo de Bali, onde o nosso Embaixador Roberto teve uma presença de enorme importância, como o principal diretor da OMC. Então, acho que já está plenamente justificado e peço que considere na íntegra a justificativa aí colocada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Perfeitamente. Será colocada na íntegra como parte integrante do seu requerimento.

Aprovado o requerimento, serão adotadas as providências regimentais.

Último item da pauta.

#### EXTRAPAUTA

##### ITEM 7

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 114, de 2013

**Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores (CRE), com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para que o Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), possa expor detalhes dos avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da OMC, realizada em**

**Bali, Indonésia, e as perspectivas futuras de normatização do comércio multilateral, principalmente com a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.**

**Autoria:** Senador Luiz Henrique

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento...

Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu elaborei um requerimento semelhante ao do Senador Suplicy, mas me foi informado que esse requerimento de regozijo não podia ser colocado aqui na Comissão, que tinha que ser no plenário.

Então, eu estou fazendo o convite para essa reunião conjunta e tenho um requerimento idêntico em plenário. Talvez pudéssemos juntar os dois para que o voto de regozijo fosse feito pelo Plenário do Senado, o que teria efetivamente muito mais força.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Uma vez aprovado aqui, eu acho que pode ser submetido ao Plenário também.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – A informação que eu tive é que eu não poderia apelar esse requerimento aqui. Pelo menos foi a informação dada ao meu assessor.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Inclusive, está aqui devidamente processado. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser, nós o colocamos em votação também.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, juntamos os dois, aprovamos aqui e mandamos a plenário.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Estou de pleno acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – Eu acho que, como a justificativa e o relatório do Senador Suplicy é no mesmo sentido, então, eu submeto à aprovação o requerimento do Senador Luiz Henrique.

**EXTRAPAUTA****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 1461, de 2013**

**Autoria:** Senador Luiz Henrique

**Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais desta Casa voto de aplauso ao Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-Geral da OMC, pelo sucesso na condução das negociações que culminaram com a conclusão da Rodada de Doha, na Conferência de Bali, na Indonésia.**

**Relatório:** Pela aprovação da matéria.

Aprovado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, gostaria de aqui dar as boas-vindas e assinalar que muito nos honra além da presença do Deputado Shane Jett do congresso norte-americano, que representa Oklahoma, estamos recebendo também a visita do Embaixador Jozef Smets da Bélgica, que se encontra aqui acompanhado do Secretário-Geral Gilles Mahieu, do Partido Socialista da Bélgica. Então, queria dar as boas-vindas a eles, por estarem aqui nos visitando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB - RR) – A Presidência endossa as vossas referências e agradece a presença de todos.

Quero apenas completar que o requerimento de autoria do Senador Luiz Henrique tem o nº 1.461, de 2013.

Finalmente, esse último requerimento, que já está considerado aprovado, vai para as providências regimentais.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.)*

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

**ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às dez horas e dezesseis minutos do dia seis de fevereiro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena**. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão **Waldemir Moka**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 11, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, solicitando que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional indique um Senador para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e esclarece que essa indicação será mediante votação secreta do colegiado em data a ser compartilhada e definida coletivamente. Tem início a apreciação da **PAUTA – 1ª PARTE: Audiência Pública** para discutir os rumos da Política Externa brasileira e prestar informações no âmbito de sua competência, em atendimento ao RRE nº 89/2013 – CRE. O Presidente convida a compor a Mesa o Embaixador **Luiz Alberto Figueiredo Machado**, Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. O Presidente registra a presença do Professor Sylvio Luiz Andreozzi e discentes do curso de Relações Exteriores da Universidade Federal de Uberlândia – MG; e, também, das seguintes autoridades: Embaixadora Ana Paula Zacarias, da União Europeia; Embaixador Kees Rade, dos Países Baixos; e diplomatas da Bielorrússia, da Espanha, dos Estados Unidos, da França, dos Países Baixos, da Suécia, da Malásia e do Canadá. O Presidente faz leitura de comunicado referente ao tema desta reunião e concede a palavra ao Ministro para a sua exposição. Usam a palavra a Senhora Senadora Ana Amélia e os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique. O Ministro responde os questionamentos e faz suas considerações finais. O Presidente agradece a presença do ministro e do Secretário-Geral do Itamaraty e, então, passa-se à **PAUTA – 2ª PARTE: Deliberativa, ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro. Considerando-se o anúncio da opção pela aeronave Gripen NG, fabricada pelo grupo sueco Saab, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Ministro da Defesa e o Comandante da Aeronáutica para que sejam feitos os esclarecimentos necessários sobre os reflexos da escolha para o Estado brasileiro.” Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a participação do Governo brasileiro para a construção do Porto de Mariel, a 45 quilômetros de Havana, em Cuba. Para tanto, recomendo a presença do senhor Ministro Fernando Pimentel – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).” Aprovado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, informações sobre o Porto de Mariel, em Cuba, englobando os seguintes aspectos: • Em que condições a contratação foi realizada; • Quais são as garantias oferecidas pelo Governo cubano; • Qual a estimativa de retorno que o Brasil terá com o investimento; • Por que os documentos referentes aos contratos do BNDES com Cuba foram declarados sigilosos.” Em discussão, usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, que sugere que a inclusão de item sobre “o grau de exposição do BNDES em relação a essa operação”. Sugestão aprovada. Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as seguintes informações: • Qual valor total do Porto de Mariel, que está sendo construído em Cuba; • Qual a dimensão física do projeto e o seu cronograma financeiro; • Do valor total, quanto ficou sob a responsabilidade do BNDES - quanto já foi gasto e quanto ainda está previsto; • Quando o contrato foi assinado; • Em que condições a contratação foi realizada; • Quais são as garantias oferecidas pelo Governo cubano; • Qual a estimativa de retorno que o Brasil terá com o investimento; • Qual o impacto desse financiamento para o BNDES.” Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o “Contencioso do algodão com os Estados Unidos na OMC”” Aprovado.

**ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, com o objetivo de debater os rumos do relacionamento do Brasil com o Estados Unidos da América: avaliação da situação atual, rumos e perspectivas, o que pode ser feito

para atingirmos o ponto ótimo nesse relacionamento que só pode ser definido como estratégico.” Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, com o Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, para debater a agenda do Mercosul para o ano de 2014, tendo em vista a desafiadora conjuntura político-econômica que se lhe apresenta.” Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 8, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que consiste de uma série de contratos, baseados em parceria estratégica com a França, por meio dos quais a Marinha do Brasil será dotada de um submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos de propulsão convencional (diesel-elétricos); de uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) e de um complexo de Estaleiro e Base Naval (EBN), onde os cinco submarinos serão construídos, mantidos e apoiados. Toda essa infraestrutura está sendo construída no município de Itaguaí-RJ.” Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 9, DE 2014**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto Estratégico do Exército denominado “Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres – PROTEGER”, destinado à integração de esforços voltados para a proteção das estruturas estratégicas do País, garantindo o funcionamento de serviços essenciais ao desenvolvimento socioeconômico, além de garantir a proteção da sociedade em grandes eventos, suporte à Defesa Civil, proteção ambiental, proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares, proteção contra atentados terroristas e apoio à segurança pública.” Aprovado. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Havendo número legal, cumprimentando os nossos pares, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador Cristovam Buarque, Senador Luiz Henrique, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, demais Senadores que estarão conosco, senhores embaixadores, senhores representantes de missões diplomáticas que nos honram aqui com suas presenças –, declaramos aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicamos às Sras e aos Srs. Senadores, Senador Jorge Viana, Ofício de nº 11, de S. Exª o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, solicitando, nos termos do art. 7º, inciso III, letra “f”, da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional indique um Senador para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Esclareço que essa indicação será mediante votação secreta do colegiado em data a ser compartilhada e definida coletivamente.

O indicado terá mandato de dois anos renováveis para compor essa que é uma comissão mista formada por Senadores e Deputados Federais, visando ao exercício de acompanhamento das atividades de inteligência do Estado brasileiro.

Qualquer dos senhores e das senhoras Senadores evidentemente poderão ser candidatos à vaga, demonstrando seu interesse até a data da realização dessa reunião em que nós estaremos, naturalmente, obviamente, apresentando às Sras e aos Srs. Senadores.

Na presente pauta, esta reunião destina-se a: realização de audiência pública para discussão dos rumos e desafios da política externa brasileira e prestar informações no âmbito da sua competência.

Convido para que tome assento à Mesa S. Exª o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. Com muita honra também nós gostaríamos de convidar o Embaixador e Secretário-Geral do Ministério do Ministério, o Embaixador Eduardo Santos, para que fique ao nosso lado aqui na Mesa de direção dos trabalhos, pela alegria de contar com S. Exª aqui conosco nesta manhã.

Nós gostaríamos de registrar, entre nós, com muita alegria, a presença de S. Sª Embaixadora da União Europeia no Brasil, Ana Paula Zacarias. Eu gostaria que S. Sª ficasse sentada conosco aqui.

De igual forma, o Chefe da Divisão Mercosul da União Europeia, diplomatas da Bielorrússia, Espanha e Estados Unidos, França, Países Baixos, Suécia, Malásia, Canadá. Sejam todos muito bem-vindos à nossa Comissão de Relações Exteriores!

Também gostaríamos de cumprimentar o Prof. Sylvio Luiz Andreozzi e estudantes, discentes do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, que nos honram muito com sua visita à Comissão de Relações Exteriores, na oportunidade em que estamos tendo o prazer e a satisfação de recebermos S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Figueiredo, que fará uma exposição sobre os rumos e os desafios da política externa brasileira.

Também o Embaixador Kees Rade, representante dos Países Baixos, que nos honram com sua presença.

É com grande alegria que recebemos, em audiência pública, na Comissão de Relações Exteriores, S. Ex<sup>a</sup> o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado, que hoje faz, por assim dizer, sua estreia perante esta Comissão como Ministro de Estado das Relações Exteriores, em atendimento à Resolução nº 4.

Como sabemos, essa resolução prevê, a cada início de Sessão Legislativa, a realização de audiência pública com os titulares das pastas de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para que prestem informações relevantes no âmbito das suas respectivas competências.

Nos próximos dias, vamos receber aqui na Comissão S. Ex<sup>a</sup> o Ministro e Embaixador Celso Amorim, que falará sobre os desafios da Defesa brasileira.

O objetivo desta audiência pública, portanto, é discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e das profundas mudanças no sistema internacional a fim de oferecer ao titular da Casa do Rio Branco a oportunidade de compartilhar com o Parlamento sua visão sobre os principais temas da agenda diplomática brasileira, as oportunidades que temos diante de nós e os riscos que devemos evitar.

Diplomata de carreira desde 1980, nosso convidado galgou todos os degraus do serviço público exterior, que todos sabemos ser uma grande escola do mundo e do Brasil. Na Secretaria de Estado, foi Assessor e Chefe de Divisão, Diretor de Departamento e Subsecretário. No exterior, serviu como Secretário da Missão na ONU; na Embaixada em Santiago, foi Conselheiro em Washington e em Ottawa, além de Ministro-Conselheiro na Unesco, em Paris.

Essa rica trajetória, que lhe permitiu acumular experiência bilateral e multilateral nas mais variadas temáticas em alguns dos mais importantes processos negociadores dos nossos tempos, habilita seguramente o Chanceler Figueiredo a cumprir com brilhantismo suas novas e relevantes funções à frente do Ministério das Relações Exteriores, a Casa do Rio Branco.

V. Ex<sup>a</sup> assumiu as rédeas do Itamaraty em crise. Isso nós não podemos negar. Em alguns momentos recentes, pareceu que o Ministério das Relações Exteriores esteve perigosamente desconectado da realidade, como se estivesse distanciado do Brasil real e de seus desafios.

Evoco a afirmação pública do sempre saudoso ex-Presidente Tancredo Neves, quando se preparava para assumir o Governo – aspas: “Sempre defendi a política externa do Itamaraty nas suas linhas gerais e fundamentos. Tenho mesmo dito que se há um ponto na política brasileira que encontrou consenso de todas as correntes, este ponto é realmente a prática externa levada a efeito pelo Itamaraty.” Note-se que Tancredo se referia à política externa praticada pelo regime militar, alçando-a a patamar de legitimidade típico das políticas de Estado, que têm índole permanente; é o mesmo sentimento que se identificava por trás de algumas críticas a que o Itamaraty e sua ação estiveram submetidos em tempos recentes.

Um Itamaraty permanentemente aberto ao diálogo com a sociedade brasileira e com seu Parlamento é o que se reclamava. O que se deseja é que a nossa Chancelaria, respeitada no mundo todo por sua eficiência e qualificação, possa reassumir seu protagonismo, como reconhecimento que já volta a ocorrer, no debate sobre as graves opções de política externa que o Brasil tem diante de si, no contexto de um mundo em rápida e profunda transformação nas relações de poder, na economia e no comércio; na reinvenção de um sistema internacional que seja mais compatível com a emergência de novos atores, com a realidade das novas tecnologias, com as características de um mundo em que as fronteiras nacionais se tornaram porosas e flexíveis.

O grande desafio de nossa geração é não desperdiçar oportunidades para que o Brasil cumpra seu destino de país importante nesse mundo novo cujo redesenho se vai revelando a cada dia. Opções e estratégias equivocadas, quando não irreversíveis, demandarão décadas para serem corrigidas. V. Ex<sup>a</sup> tem a experiência pessoal de lidar com êxito, e em papel protagonista, como Chefe do Ministério das Relações Exteriores, com uma ampla experiência demonstrada ao longo da sua vida profissional, inclusive como negociador principal da Rio+20 e de negociações globais que se travam no presente momento, que são vitais para o futuro.

Portanto, é com muita alegria que nós o recebemos aqui na Comissão de Relações Exteriores, Embaixador Figueiredo, a quem concedo a palavra para sua exposição.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que muito me honram com sua presença aqui, senhoras e senhores embaixadores, representantes diplomáticos, vejo também alguns colegas a quem agradeço muito a presença, senhoras

e senhores membros da imprensa, eu queria dizer, inicialmente, que é com enorme satisfação e com grande sentido de dever democrático que participo desta audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Reconheço no diálogo com esta Comissão uma atividade absolutamente essencial da minha atuação como Ministro de Estado. Esta é uma oportunidade ímpar de expor o que o Itamaraty tem feito e pretende fazer: esclarecer dúvidas de recolher preocupações e expectativas do Senado; é, sobretudo, um canal para aprimorar a atuação externa do Brasil. Durante minha gestão, considero fundamental manter contatos regulares com esta Casa e com o Parlamento como um todo, como prometi desde o meu discurso de posse. O Itamaraty tem que estar sempre aberto à sociedade brasileira, tem que estar muito próximo do Parlamento e tem que poder ouvir os conselhos, as recomendações, as visões, as críticas, enfim, tudo o que é feito em nome de um aprimoramento não só do serviço exterior como da política externa do Brasil. E é dessa forma que vejo e recebo todas as sugestões e comentários.

Fiquei, dentro desse contexto, muito feliz em ter recebido, ainda que muito informalmente, membros desta Comissão no Itamaraty, em setembro passado, pouco tempo depois da minha posse, que foi, digamos, o início de um diálogo que, repito, quero que seja constante, mas que, pela primeira vez, oficialmente, me traz a esta Comissão.

Eu posso lhes dizer, desde o início, que, seguindo orientação da Presidenta Dilma Rousseff, eu buscarei maximizar o papel da política externa como um verdadeiro instrumento do desenvolvimento nacional. Eu não entendo de política externa, a menos que seja um contribuinte de um projeto de desenvolvimento de um país. Esse é o rumo com que quero contribuir para consolidar, e esse é o sentido básico da ação futura nossa.

O Itamaraty é a face externa de um país que tem privilegiado o crescimento econômico, com inclusão social e, ao mesmo tempo, com proteção ambiental, como objetivos fundamentais. Nessas minhas palavras iniciais, pretendo expor em linhas genéricas como vejo alguns dos principais desafios que o Brasil tem diante de si em sua política exterior. Tais desafios estão intimamente relacionados com a realidade interna, do nosso País, sim, sem dúvida, mas também com um contexto internacional desafiador, como bem disse V. Ex<sup>a</sup> em sua introdução – agradeço muito pela densidade e pelo fato de ter permitido um encaminhamento muito mais fácil do que eu vou dizer, já que V. Ex<sup>a</sup> tocou em questões fundamentais.

Esses desafios são tão mais verdade quanto vemos um mundo que tem experimentado grandes transformações, que incidem sobre a própria distribuição do poder mundial. Entre elas, com um papel cada vez mais importante e articulação cada vez mais frequente, estão os chamados países emergentes, como o nosso.

Num mundo multipolar, é natural que haja distribuições novas, configurações novas, e o Brasil tem sido extremamente ativo na participação dessas arquiteturas novas e agrupamentos novos, para obtermos uma inserção internacional que corresponda a, como eu disse, um projeto de desenvolvimento nacional que, necessariamente, tem de se projetar internacionalmente.

Ao longo da última década, pudemos identificar vários exemplos que apontam para essa reorganização do cenário internacional, desse verdadeiro reordenamento multipolar, por exemplo, a substituição do G5 ou do G8 pelo G20, como principal instância internacional de coordenação econômico-financeira. Temos um processo de reforma, ainda que razoavelmente lento, do Fundo Monetário Internacional, dando mais voz, maior peso aos chamados países emergentes. Temos a criação de instâncias novas, às quais já me referi, como o agrupamento BRICS, que realizará sua sexta cúpula em Fortaleza em julho próximo. Temos o foro Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), cujos países atuam juntos na reforma das estruturas de governança global e na implementação de políticas públicas de inclusão social. Ou ainda, temos o próprio fato de que a Organização Mundial de Comércio passa a ser presidida, pela primeira vez em sua história, por um brasileiro cuja principal base de apoio para sua vitória foram, sem dúvida nenhuma, os países em desenvolvimento.

A despeito de todas essas mudanças, temos que ter também muito claro que as estruturas de governança global ainda não refletem plenamente as realidades novas que encontramos no campo internacional. E é natural. As instituições são reformadas sempre *a posteriori*, elas não se adiantam ao processo político. A reforma delas será sempre o resultado do amadurecimento de um processo. O exemplo mais claro é o Conselho de Segurança das Nações Unidas, cujas estruturas e métodos de trabalho remetem a um mundo que não existe mais.

Gosto de dizer sempre: quando foi estabelecido o Conselho de Segurança, em 1945, não só o mundo era outro, mas países como a Índia nem sequer eram países independentes e estruturados. A Alemanha estava destruída com a guerra, o Japão também. Esses países hoje são grandes atores internacionais, mas, à época, não o eram. Portanto, a estrutura do Conselho de Segurança que temos hoje reflete um mundo de 70 anos atrás, e, por isso, buscamos, e buscaremos sempre, mudar a governança, especialmente em uma área tão delicada quanto a da paz e segurança internacional, para que essa governança reflita, sim, as realidades do mundo de hoje.

Seguiremos empenhados, portanto, em promover a atualização dessas instâncias de governança global em benefício de um sistema internacional mais representativo, mais legítimo e eficaz.

As transformações por que tem passado o Brasil são muito significativas, e isso também gera novas oportunidades e desafios para nossa atuação externa. A política externa de um país é, em grande medida, reflexo de sua realidade interna. E tem que ser sempre um reflexo de sua realidade interna.

As mudanças ocorridas no Brasil vão além da ascensão do País à sexta ou sétima economia do mundo. Experimentamos uma expressiva elevação de renda e de emprego. Retiramos da pobreza extrema 36 milhões de brasileiros, fizemos ascender outros 42 milhões à classe média. O Brasil tornou-se – é importante que se tenha plena consciência disto – uma referência mundial em programas de inclusão social e erradicação da pobreza. É visto como exemplo de um país que deu um salto de crescimento com distribuição de renda em contexto democrático e de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. Isso não é fácil.

Sempre que recebo visitantes, há uma curiosidade muito grande, uma busca de compreensão maior acerca de como o Brasil conseguiu o que, há muitas décadas, os economistas diziam que era impossível: crescimento acompanhado simultaneamente da distribuição de renda, da inclusão social. Havia, como os senhores bem sabem e alguns o sabem muito bem porque se insurgiram contra isso ao longo dos anos, uma teoria de que, primeiro, a economia tinha que crescer para, depois, o povo se beneficiar desse crescimento. Nós mostramos que era possível fazer de outra forma. Hoje em dia, há um enorme interesse internacional por olhar o nosso exemplo e compreender como ele pode ser replicado em outros países.

Além disso, além dessas circunstâncias às quais já me referi, o Brasil com a exploração do pré-sal será um dos maiores produtores de petróleo do mundo, tornando-se, em realidade, o único país de dimensões continentais com capacidade de exportação líquida no tripé bens agrícolas, recursos minerais e recursos energéticos.

Por termos adotado e cumprido metas voluntárias de emissões de gases de efeito estufa e liderado as negociações de desenvolvimento sustentável como a Rio+20, o Brasil exerce um papel central na formação da agenda de desenvolvimento pós 2015 das Nações Unidas e também nas negociações sobre mudança do clima. Essas negociações determinarão o futuro do Planeta e o modelo de produção e consumo mundial nas próximas décadas.

A nova configuração das cadeias globais de valor, por sua vez, requer de todos os países estratégias atualizadas de inserção externa do ponto de vista do comércio e dos investimentos. Essa conjunção maior de mudanças internas no Brasil e externas no cenário internacional tem e continuará a ter efeitos significativos e decisivos sobre a formulação e a implementação da política externa brasileira, que tem que estar perfeitamente informada, perfeitamente sintonizada, tanto com as mudanças internas quanto com os novos desafios do cenário internacional.

As transformações aceleradas do mundo e do Brasil exigem uma política externa que seja, e continue a ser, capaz de identificar e aproveitar as novas tendências em âmbito nacional e internacional, sempre tendo em vista que um dos objetivos centrais de política externa de um país como o Brasil é o desenvolvimento econômico, social, político e cultural em benefício do conjunto de sua população.

Atendo-me à questão da política externa, eu vejo duas vertentes, Sr. Presidente, fundamentais de atuação do Brasil. Na primeira vertente, estão os temas que eu chamaria de temas que conformam a agenda clássica de uma política externa. Entre eles, por exemplo, estão questões ligadas à integração regional, todos os relacionamentos políticos bilaterais, a diplomacia econômica e as questões ligadas à paz e à segurança internacional. Na segunda vertente, eu identifico o que eu chamo de novos temas, embora alguns deles sejam novos, outros não tão novos assim, porém assumiram um papel, uma relevância e um especial significado para nós e para o mundo como um todo, como são o combate à fome e à pobreza, o desenvolvimento sustentável, a mudança do clima, a promoção dos direitos humanos ou ainda temas muito novos como a questão da governança na internet.

Abordando inicialmente a chamada agenda clássica. Os termos da diplomacia econômica são absolutamente cruciais na atual etapa do desenvolvimento nacional, em que, entre outros desafios, está o de elevar o nível de competitividade internacional de nossa economia, nossa inserção nos mercados e, portanto, atividades que gerem para nós e para os brasileiros emprego e renda.

Temos aqui várias tarefas, como a de levar adiante e concluir negociações comerciais externas, entre as quais, eu ressalto: o acordo entre o Mercosul e a União Europeia; incrementar o valor agregado ao produto nacional; expandir a qualificação de nossa mão de obra; incentivar a inovação e as parcerias em educação, ciência e tecnologia; assegurar espaço no ordenamento jurídico internacional para a promoção de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento; reformar a governança econômico-financeira global; amparar o empresário brasileiro que exporta e se internacionaliza; e atrair investimentos que auxiliem nosso esforço de desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de uma agenda ampla e diversificada em várias frentes, que deve abranger instâncias bilaterais, regionais e multilaterais de formato variado. É um esforço que requer ação conjunta de várias esferas

do Governo com envolvimento também de distintos segmentos da sociedade, como empresariado, academia, sindicatos e movimentos sociais.

No contexto desse esforço, o nosso compromisso com a integração regional no Mercosul e na América do Sul permanece em primeiro plano. O Mercosul, como bem se sabe, não se resume a um bloco comercial, apesar de ter alcançado importantes resultados nesse campo. O comércio intrabloco multiplicou-se mais de dez vezes em duas décadas, saltando de US\$5,1 bilhões, em 1991, para US\$58,2 bilhões, em 2012.

Os significativos resultados comerciais do Mercosul explicam-se pela adoção de um modelo de negociação e de uma agenda de projetos que privilegiam o desenvolvimento socioeconômico e a diversificação produtiva dos Estados-partes. Como resultado, observou-se, após a criação do bloco, o fortalecimento e a diversificação dos setores industriais nos Estados-partes.

O Mercosul também foi capaz de gerar arranjos de integração produtiva muito significativos, como é o caso de cadeias de produção industrial, especialmente o caso entre a cadeia automotiva Brasil-Argentina, que juntos são hoje o terceiro maior mercado global de automóveis, depois da China e Estados Unidos.

Além disso, o bloco possui uma agenda que vai muito além dos aspectos econômico-comerciais, com iniciativas e políticas comuns que vão da infraestrutura às telecomunicações; da ciência e tecnologia à educação; da agricultura familiar ao meio ambiente; da cooperação fronteiriça ao combate aos ilícitos transnacionais; das políticas de gênero à promoção integral dos direitos humanos.

O Mercosul é, portanto, por todas essas razões, um importante instrumento de promoção da estabilidade política na região e da prosperidade econômica de seus membros.

Em suma, a nossa participação no Mercosul tornou-se uma política de Estado e é primordialmente um projeto de desenvolvimento socioeconômico compartilhado, com o objetivo de ter um impacto direto na vida e no bem-estar das pessoas.

Ainda na agenda clássica da nossa atuação externa, nossos interesses se projetam naturalmente para além da esfera regional. O multilateralismo mantém-se como base permanente de nossa ação externa, inclusive nos temas de paz e segurança internacional, que se revestem, mais do que nunca, de plena relevância e atualidade. Igualmente atual e pleno é o apego do Brasil à solução pacífica de controvérsias, posição que, mais do que tudo, reflete os valores que encarnamos como sociedade.

O mundo que se vai delineando deve recusar o uso ilegal da força e fundar-se no diálogo como método de superação de diferenças. Esse é um caso evidente, por exemplo, no caso da Síria. O fim do conflito e da violência, que continua a ceifar tantas vidas dia a dia, só é possível mediante negociações lideradas pelos próprios sírios com o apoio ativo e constante da comunidade internacional como um todo. Essa foi a mensagem fundamental que o Brasil transmitiu na Conferência de Genebra II e continuamos prontos a dar a nossa contribuição à paz naquela nação irmã, onde tantos brasileiros têm raízes familiares.

Também na Palestina, negociar continua sendo imperativo urgente. É chegada a hora de finalmente tornar a solução dos dois Estados uma realidade. O Brasil mantém firme o seu compromisso de cooperar com a comunidade internacional e com as partes envolvidas para alcançar esse objetivo.

Nessas questões e em outras, estamos plenamente dispostos a desempenhar o papel que cabe ao Brasil. Foi essa mesma determinação que nos motivou e nos mantém à frente da missão das Nações Unidas de estabilização no Haiti.

Sem dúvida nenhuma, como eu já disse, uma parte nuclear da chamada agenda clássica de política externa, é composta por nossas relações bilaterais, que são tradicionais – nossas relações com os países desenvolvidos e nossas relações com os países em desenvolvimento, cada vez mais crescentes e profícuas. Sem dúvida nenhuma, é parte da missão do Itamaraty promover essas relações, torná-las mais densas, mais ágeis e que elas tragam mais benefícios mútuos, tanto ao povo brasileiro, quanto aos povos dos países com os quais mantemos relações.

Digo, como um parêntese aqui, que o Brasil é um dos doze países do mundo que mantém relações diplomáticas com todos os países do mundo. Eu acho isso um dado da maior importância, que mostra, por um lado, a abertura do Brasil ao mundo, e mostra também a nossa capacidade de dialogar com o mundo e a nossa vontade de nos inserir num mundo melhor, mais justo e mais próspero em benefício de todos e do povo brasileiro.

Ao lado dessa agenda que eu chamei de clássica, que é a tradicional da nossa ação diplomática, há um conjunto amplo de novos temas que passam a demandar maior atenção do Brasil e que se relacionam diretamente com as transformações do mundo contemporâneo. Refiro-me especialmente à crescente importância da agenda do desenvolvimento social, à definição de novos paradigmas de desenvolvimento sustentável, aos compromissos internacionais em matérias de direitos humanos, às questões relativas ainda às novas tecnologias de comunicação. E nesse ponto, especialmente, a questão da governança global da internet.

O Brasil está muito bem posicionado para ter um papel importante equivalente à nossa dimensão nas negociações dessa nova agenda internacional. Com uma economia que hoje é maior, com uma sociedade mais justa, com uma diplomacia atuante e respeitada em todos os fóruns de negociações internacionais, o Brasil ganhou mais projeção, mais influência e tornou-se uma referência no tratamento da agenda do desenvolvimento.

Hoje, o Brasil, como eu disse e repito, já é reconhecido externamente, sobretudo por seu progresso econômico e social e por sua disposição e capacidade de compartilhar experiências, como é o caso das tecnologias sociais que nós desenvolvemos. Isso constitui um dos mais importantes ativos diplomáticos que nós temos hoje em dia.

As conquistas econômicas e sociais alcançadas nos últimos anos vieram a somar-se aos recursos e atributos que, em seu conjunto, nos singularizam. Nós somos um país de dimensões continentais, abundância de recursos, ausência de conflitos étnicos ou de movimentos separatistas, democracia sólida e sociedade civil atuante, compromisso com os direitos humanos, consciência ambiental. Somos um país que tem uma capacidade de atuação externa que é admirada pela coerência entre o discurso e a prática.

Nós vivemos numa situação de paz em nossa região e com nossos vizinhos. É importante ressaltar: o Brasil hoje está cercado por vizinhos onde vigem as instituições democráticas, com governantes democraticamente eleitos, o que não ocorria necessariamente em certos casos no passado. Isso é parte de uma construção integradora que, para nós, é fundamental.

Em articulação com os demais órgãos governamentais competentes, o Congresso Nacional e a sociedade civil, eu tenciono valorizar cada vez mais a nossa diplomacia social. Temos que nos preparar para essa agenda nova, de modo a realizar ao máximo seu potencial diplomático. Tenho buscado reforçar o número e a qualificação dos nossos quadros nas áreas do Itamaraty que se ocupam dos temas sociais, inclusive em matérias de direitos humanos.

Em matéria ambiental, já temos um patrimônio diplomático acumulado e uma liderança internacional reconhecida. Na Rio+20, que sediamos em 2012, contribuimos para a consolidação de um conceito renovado de desenvolvimento, com papel destacado ao objetivo da erradicação da pobreza.

O mundo tem agora o desafio de implementar plenamente o desenvolvimento sustentável, integrando de forma efetiva as dimensões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

Nós vamos sempre, até os senhores sabem, por uma questão de formação passada, eu quero que o Itamaraty continue a contribuir ativa e decisivamente no êxito das negociações que teremos daqui para frente na questão da mudança do clima; negociações que estão em curso e que deverão ser concluídas, esperamos todos, em 2015.

As ações do Brasil nessa área são ativas e ambiciosas. Nós acreditamos que a agenda multilateral do clima não apenas tem que ser não remodelada, mas ela tem que ser intensificada.

As discussões sobre o tema têm que ser pautadas por um princípio clássico de não regressão, ou seja, a não aceitação de retrocessos com relação a compromissos assumidos anteriormente. É o mesmo espírito que nos guiará. Tudo que fizemos antes é algo que está adquirido. Não podemos regredir; temos que intensificar daqui para frente, porque fica muito claro, e a Ciência mostra que temos, todos, que atuar de maneira urgente.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – No período recente, o Brasil se transformou, ainda, em País beneficiário, em País prestador de cooperação técnica. Nós temos recebido demandas crescentes de cooperação de países interessados em conhecer mais de perto nossas políticas e nossas tecnologias sociais, que vão desde os bicompostíveis à luta contra a AIDS, passando pelo conjunto de ferramentas que concebemos e adotamos em matéria de desenvolvimento social.

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores é um braço fundamental de nossa atuação diplomática e é responsável, hoje, por centenas de ações de cooperação técnica implementadas em quase cem países em desenvolvimento. É a nossa face solidária, é a nossa face de inserção internacional como País amigo que está presente e não só está presente mais está colaborando com o desenvolvimento de países do chamado Terceiro Mundo.

Ainda nesse campo da nova agenda, eu gostaria de dizer uma palavra especial sobre as questões relativas ao direito à privacidade na era digital, à governança da internet e à segurança da questão cibernética. Esses temas ganharam particular relevância para nós na sequência de notícias divulgadas, a partir de junho do ano passado, de interceptação não autorizada de comunicações e dados de cidadãos brasileiros, empresas, membros do Governo e a própria Presidenta da República.

Desde o início das denúncias de monitoramento, o Governo brasileiro tem empreendido ações em vários âmbitos. É marco nesse processo a aprovação pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro passado, de uma

resolução sobre direito à privacidade na era digital, apresentada em conjunto por Brasil e Alemanha e co-patrocinada por um número expressivo de países e, finalmente, adotada por consenso pela Assembleia Geral da ONU.

Essa convocação de uma discussão pelo Brasil foi feita na esteira do discurso da Presidenta Dilma Rousseff na abertura do último debate geral nas Nações Unidas e nos leva também, como passo adicional, à convocação de uma reunião multissetorial global sobre governança da internet a ser realizada em São Paulo em abril próximo.

O lançamento da reunião de abril – essa que ocorrerá em São Paulo – sinalizou a disposição do Brasil em liderar um movimento em favor do aprofundamento da cooperação internacional voltada para a construção de uma governança na internet. É inédita a decisão da Senhora Presidenta da República de conferir um caráter multissetorial a essa reunião com a participação igualitária de atores governamentais e não governamentais na definição da agenda e no processo decisório. Além de servir de poderoso incentivo para o engajamento de atores não governamentais, sua participação em pé de igualdade conferirá ainda maior legitimidade às decisões a serem alcançadas e será um marco no tratamento internacional de aspectos vinculados à internet sempre e sempre em busca da garantia, da liberdade de expressão na internet e sempre em busca da garantia de proteção dos direitos individuais, dos países e dos povos.

Eu gostaria, além disso, de dimensionar rapidamente o papel que assumiram os megaeventos esportivos em nossa atuação diplomática.

Após a realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007, o Brasil vive o que se poderia chamar de a década do esporte. Nós sediamos os Jogos Mundiais Militares em 2011; a Copa das Confederações em 2013; temos no horizonte próximo a Copa do Mundo da FIFA em 2014; temos os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015; os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, no Rio de Janeiro, e os Jogos Universitários Mundiais em 2019.

Como tem repetido a Senhora Presidenta da República, os megaeventos esportivos devem ter um efeito multifacetado no Brasil e na sociedade brasileira, inclusive, devem ser um poderoso aliado para uma conscientização internacional cada vez maior no combate à discriminação racial, étnica, de gênero, enfim, qualquer tipo de discriminação, e ser um poderoso instrumento de promoção da paz, do diálogo e da cooperação com vistas ao desenvolvimento e à inclusão social.

No caso da Copa do Mundo de 2014, o Itamaraty deverá ter um papel importante durante o evento em termos de organização da cooperação esportiva, vistos, cerimonial, promoção cultural, enfim, e juntamente com outros órgãos o Ministério atuará nas 12 cidades-sede do torneio e nas três capitais que abrigarão centros de treinamento – Aracaju, Maceió e Vitória – em regime de plantão nos centros integrados de comando e controle regionais sendo instalados pelo Governo Federal.

A ideia é de que haja sempre uma unidade do Itamaraty nessas cidades para que sirva de enlace entre as delegações estrangeiras e o Governo, mas também sirva como apoio para eventuais casos de assistência consular que sejam necessários e que são normais num evento desse porte.

Além de medidas já tomadas e com vistas a lidar com o afluxo de pessoas que esperamos será grande, nós estabelecemos a concessão de vistos temporários especiais facilitados, criados exatamente com o objetivo de atender o contingente de torcedores estrangeiros que se deslocarão ao País e que serão emitidos de forma prioritária e gratuita por nossas embaixadas e consulados no exterior.

A propósito, não quero deixar de me referir aos esforços crescentes do Ministério das Relações Exteriores para fazer frente à tarefa de assistência aos brasileiros no exterior. Não é um segredo, ao contrário, é uma nova característica do Brasil o fato de que muitos brasileiros foram viver no exterior nas últimas décadas e isso traz ao Itamaraty um desafio cada vez maior de atender plenamente esses brasileiros que se radicaram no exterior. Mas também é um resultado desse crescimento brasileiro e dessa inclusão social que nosso País atravessa o enorme fluxo de viagens de brasileiros ao exterior. O fluxo de turismo de brasileiros ao exterior também nos traz novos e singulares desafios na área de atendimento aos nossos compatriotas no exterior.

Ainda que muitas vezes os recursos sejam limitados e haja o sacrifício pessoal e o empenho enorme de nossos funcionários nos postos, aos quais eu quero prestar minha homenagem e reconhecer o empenho, os nossos quadros estão, portanto, sempre permanentemente à disposição dos brasileiros no exterior para atender às necessidades do cidadão fora do Território Nacional. O trabalho prestado pelos servidores consulares brasileiros no exterior pode ser, por exemplo, quantificado em números muito impressionantes.

Em 2013, os 182 consulados e setores consulares de embaixadas nossas no exterior processaram mais de 275 mil documentos de viagem, cerca de 550 mil vistos e mais de 800 mil atos notariais e de registro civil. Os números são impressionantes e mostram um crescimento muito grande e, como eu disse, um desafio cada vez maior para os meios que nós temos, mas também mostram que o atendimento está ocorrendo com números bastante altos.

Tenho muito presente a necessidade de aperfeiçoamento constante dos serviços consulares prestados pelo Itamaraty à sociedade brasileira, que tem que dar resposta a esse crescimento da demanda. E esse atendimento é, para nós, por todos os títulos, prioritário. Para tanto, eu espero poder contar sempre com a parceria e o apoio do Congresso Nacional para garantir que sempre haja a disponibilidade dos meios necessários ao cumprimento dessas funções.

Sr. Presidente, eu vejo que me estendi um pouco e eu gostaria de concluir retomando o ponto em que toquei no início da minha intervenção: minha firme determinação e compromisso de ampliar a abertura do Itamaraty à sociedade brasileira. Eu considero fundamental valorizar a interação do Itamaraty com o conjunto do Governo, dos demais Poderes e da sociedade civil.

Os temas de política externa, felizmente, mobilizam cada vez mais o interesse e a atenção dentro do País. Trata-se de um desenvolvimento muito positivo da nossa democracia que ocorre no momento em que se amplia a projeção externa do Brasil e cresce a percepção no plano interno sobre a relevância dos assuntos internacionais e seu impacto sobre a realidade e os destinos nacionais.

Nesse contexto, Sr. Presidente, o Itamaraty iniciará ainda este mês uma série de eventos de diálogo entre Governo, Congresso e sociedade civil sobre temas centrais da política externa brasileira. Além de entidades públicas, os eventos reunirão representantes da academia, da imprensa, dos movimentos sociais, de organizações não governamentais, dos sindicatos e de setores empresariais.

Com isso, nós daremos conteúdo concreto a essa determinação a qual eu me referi, de maior abertura e interação com a sociedade brasileira. Esses eventos, que eu chamo de diálogos sobre política externa, ocorrerão ao longo do mês de março, iniciar-se-ão este mês ainda, como eu disse, no final do mês. Ocorrerão ao longo do mês de março e contribuirão para o aperfeiçoamento desse diálogo.

É óbvio que o diálogo não se esgotará com esse exercício, mas esse exercício abrirá portas e canais para a continuação desse diálogo. E, como resultado desse processo, o Itamaraty elaborará um livro branco da política externa brasileira, que conterà princípios, prioridades e linhas de ação da política externa. A elaboração desse livro branco, que eu acho da maior importância, será, sim, o fruto desse diálogo aberto, arejado, participativo, como necessariamente tem que ser.

Com isso, eu creio que o Itamaraty poderá dar sua modesta contribuição para o aprimoramento, que deve ser permanente, do debate democrático sobre as políticas públicas implementadas no País. É um imperativo que nos mobiliza a todos aqui reunidos e que informará, em caráter prioritário, a minha gestão á frente do Ministério das Relações Exteriores.

Eu queria agradecer sobremaneira a honra do convite, reiterar o meu prazer de estar nesta Casa, que é a Casa do povo brasileiro, e fico, desde já, à disposição de todos para responder a eventuais comentários ou eventuais pedidos de esclarecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a S. Ex<sup>a</sup> o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro Figueiredo, que realmente se alongou, mas foi necessário para que V. Ex<sup>a</sup> pudesse ter a oportunidade de explanar às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores e também aos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, pela Internet, sobre a visão do nosso Ministro em relação aos desafios da política externa brasileira.

Desejo cumprimentar os nossos Embaixadores, Diplomatas do Itamaraty na pessoa do Embaixador Pedro Bório, que sempre está conosco aqui, nesta Comissão, fazendo a interlocução desta Comissão e do Senado com o Ministério das Relações Exteriores.

Sem delongas, passo a palavra à Senadora Ana Amélia; em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy, Senador Cristovam Buarque, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Luiz Henrique e Senador Moka, que estará conosco, assim como o Senador Jorge Viana.

A ideia é fazermos um giro global do conjunto das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores e, posteriormente, passaremos a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o nosso Ministro, para que ele possa responder aos questionamentos das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores.

Com a palavra, S. Ex<sup>a</sup> a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, caro Chanceler Luiz Alberto Figueiredo, caro amigo Embaixador Eduardo Santos, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores que acompanham a transmissão desta audiência pública pela TV Senado.

Prestei bastante atenção, Chanceler, sobretudo nesse enfoque do Mercosul. Sou uma Senadora do Rio Grande, e esses temas são bastante caros para os Senadores do meu Estado.

Neste momento, está havendo essa negociação entre o Mercosul e a União Europeia, referida por V. Ex<sup>a</sup>, mas esse esforço parece naufragar com as recentes tratativas entre Europa e Estados Unidos da criação de uma gigantesca área de livre comércio. O que ganharia o Mercosul nesse acordo com a União Europeia? Desde

quando era jornalista, eu acompanhava isso e já via as dificuldades em função de ser a Europa produtora de produtos agrícolas, portanto, concorrente, com altos subsídios dos respectivos governos. Então, essa resistência está em parte nesse processo. Porém, ao mesmo tempo em que abrimos espaço para ampliação da venda de produtos agrícolas, perdemos terreno para os produtos manufaturados, que é o que temos na relação com os Estados Unidos.

O que lhe pergunto, do ponto de vista estratégico e diante da fragilidade que o Mercosul está enfrentando neste momento, particularmente na relação bilateral de comércio Brasil-Argentina, e levando em conta o que disse V. Ex<sup>a</sup>, ou seja, que um dos objetivos do Itamaraty é amparar o empresariado brasileiro que exporta e se internacionaliza... eu lhe diria que os produtores de calçados do meu Estado não têm nenhum motivo para celebrar porque, no ano passado, a Argentina não permitiu a entrada de 750 mil pares de calçados no mercado argentino, comprados por uma importadora argentina. Passou o Dia das Mães, o Natal e esse calçado não chegou lá.

Esse é um problema grave que impacta socialmente. E, quando se fala do compartilhamento, palavra referida por V. Ex<sup>a</sup>, lembro que, no Mercosul, o objetivo é a promoção da estabilidade política e econômica e a proteção do desenvolvimento compartilhado e do bem-estar das pessoas. O bem-estar, para mim, é a segurança da manutenção do trabalho do setor da indústria calçadista do Rio Grande do Sul.

Portanto, não seria também estratégico que o Brasil buscasse um acordo e um tratado de comércio com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que vá caminhando para isso? A gente olha o cenário na região e vê que a Aliança do Pacífico tem 36% dos habitantes, tem 26% de todos os investimentos diretos estrangeiros e é formada pelos países que integram o bloco Colômbia, México, Chile e Peru. Só para se ter uma ideia, o México tem acordos comerciais com 44 países; a Colômbia, com 30 países; o Chile tem acordos comerciais com 60 países; o Peru só firmou acordos com 50 países. O Mercosul, até este momento, só fez dois acordos de livre comércio: um com o Egito e outro com Israel. Então, nesse aspecto, uma pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Prof<sup>a</sup> Vera Thompson, mostrou exatamente a questão de que é conveniente, sim, um acordo com a União Europeia, porém, se o setor agropecuário será beneficiado, o setor industrial terá algum problema

Ainda quanto à extensão do compartilhamento do bem-estar da população, trabalhamos aqui, chanceler, num acordo de fronteira Brasil-Argentina. O acordo foi aprovado. Nós agilizamos, até a pedido do nosso embaixador, que nos assessorava aqui, e não saiu do papel porque um acordo desses, assinado por dois presidentes, aprovado pela Câmara e pelo Senado, não entra em vigor porque não tem a assinatura de todos os Ministros estão envolvidos nesse processo. Faltam as assinaturas do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde.

Então, como é que se aceita que é uma decisão presidencial? Na execução, ele perde eficácia, por conta disso. Então, as pessoas que moram na fronteira de Uruguaiana, de São Borja, não sentem esse Mercosul que a gente quer, desburocratizado, simplificado, por conta de uma burocracia que não se justifica quando se quer uma aproximação dessas. Então, eu faço isso como Senadora do Rio Grande e cuidando dessas questões.

Essa situação do Mercosul me preocupa muito porque somos muito interligados, especialmente com Uruguai e Argentina, com quem temos uma relação realmente fluida e muito amistosa até. Brigamos no futebol, mas não brigamos nas relações. Agora, esse problema está incomodando muito o Rio Grande do Sul nessa barreira comercial injustificável da Argentina, que está substituindo o produto do Rio Grande do Sul pelo produto chinês. Aí, o compartilhamento da solidariedade do Mercosul não está existindo.

Quero colocar a V. Ex<sup>a</sup> outra questão. A Câmara está tratando do Protocolo de Nagoya, que trata de questões relacionadas ao interesse da produção agrícola, em função da questão. O Ministério das Relações Exteriores, pelas minhas informações, está trabalhando intensamente nisso. Mas sei também que não há, dentro do Governo pelo menos, uma coincidência de pontos de vista em relação a essa matéria. O Protocolo de Nagoya tem também como paralelo o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Eu queria saber de V. Ex<sup>a</sup> a fundo como é que estão essas negociações, com modelos e cláusulas contratuais e a formação de mecanismos de repartição de benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos.

Poderia informar se o Congresso Nacional receberá os resultados dessas tratativas que estão sendo feitas, a fim de subsidiar sua deliberação sobre o Protocolo de Nagoya?

Ainda no espírito de estreitar o fluxo de informações entre o Ministério de Relações Exteriores e o Senado Federal, o senhor poderia encaminhar informação sobre a posição de outros países sobre a interpretação da relação do Protocolo de Nagoya com o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e a Alimentação, denominado TIRFAA, e com recursos fitogenéticos para a agricultura e alimentação não arrolados nesse tratado internacional, que é fundamental para a exportação das *commodities*, visto que o Brasil produzirá 200 milhões de toneladas de grãos.

Queria também saber de V. Ex<sup>a</sup> acerca do impacto eventual da ratificação do Protocolo de Nagoya sobre os setores de produção agrícola e pecuária do Brasil e, por consequência, sobre a economia brasileira. Em

especial, poderia detalhar, nessa exposição, o impacto sobre itens que não fazem parte do TIRFAA, como soja, café, cana-de-açúcar, produtos animais e produtos florestais. E também o efeito desse tratado sobre o material *ex situ* presente no nosso território, a exemplo do acervo de coleções biológicas e de bancos de germoplasmas de produtos exóticos.

Finalmente, eu queria, caro chanceler, saber como ficaram as relações Brasil-Estados Unidos depois do problema da espionagem que aconteceu em relação à agência americana.

Esta é uma Casa democrática. O Senador Suplicy e eu costumamos usar pedidos de entidades. A Conectas Direitos Humanos encaminha pedidos e eu faço questão de transmitir ao senhor. A primeira: em 2014, o Brasil continua como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU? Quais as prioridades do Brasil nesse foro? E a outra, do João Silva, também enviada pela Conectas: Existem perspectivas para ampliar vagas anuais para o concurso de admissão à carreira diplomática?

São as minhas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezado Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; caro Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro das Relações Exteriores, agradeço a sua disposição de dialogar conosco, seja na primeira visita que fizemos, quando V. Ex<sup>a</sup> nos convidou em setembro último, logo após sua designação para termos um primeiro diálogo, que já foi tão produtivo, e, agora, de uma forma ainda mais aprofundada tanto pela sua exposição bastante completa sobre temas como na oportunidade que temos agora de formular perguntas.

Uma questão bastante importante tem preocupado, e nós temos aqui acompanhado, desde quando, em 2004: quando se iniciou a Minustah, missão de paz das Nações Unidas no Haiti, houve como que um compromisso das nações que a formaram – o Brasil era o coordenador daquela missão – de haver uma perspectiva de soberania para o Haiti. Isso tem sido objeto, por vezes, de observações inclusive de parlamentares. Um Senador do Haiti que, por vezes, tem visitado o Brasil nos pergunta: quando é que vai haver a fase de efetiva soberania para o Haiti, o quanto será necessário a permanência da missão nos moldes em que se iniciou; e como tem avançado, quais são os passos que têm sido dados para que, mais e mais, possa o Haiti, com a cooperação do Brasil e de todos os países que fazem parte, tendo inclusive em conta a decisão anunciada no ano passado pelo Presidente Pepe Mujica, do Uruguai, de que iria sair da Minustah, vendo essa perspectiva, justamente, acredito que ele tenha dialogado com a Presidenta Dilma, com V. Ex<sup>a</sup>, a respeito dessa fase de transição prevista.

Então, agradeço muito se V. Ex<sup>a</sup> puder nos informar que perspectiva há, que passos existem. E também será muito interessante que possa nos dar algumas informações sobre o desenvolvimento do Haiti, uma vez que o Brasil, além de colaborar ali para a força de pacificação, tem tido o propósito de colaborar com o desenvolvimento econômico-social do Haiti, que se faz tão necessário. Inclusive, na medida em que for bem-sucedido, claro que isso colaborará para a resolução de outro problema que tem preocupado brasileiros, inclusive o nosso Senador Jorge Viana e o Governador Tião Viana: o número tão grande de haitianos que, muitas vezes, por causa das dificuldades econômico-sociais no Haiti, têm se transferido para outros países, e o Brasil é um dos que mais tem recebido haitianos.

Agradeço também se puder nos dar a informação – se o Senador Jorge Viana estivesse aqui, ele certamente estaria perguntando – sobre como está a questão da receptividade, da legalização e até da assistência aos haitianos, seja ali no Acre, seja em outros Estados do Brasil que os têm recebido, se puder nos dar uma informação a respeito.

Outro tema sobre o qual gostaria de ter informações diz respeito às relações entre Cuba, Estados Unidos e Brasil e o papel que o Brasil naturalmente tem tido, pela proximidade que desenvolveu durante os últimos governos. Isso se deu desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, mas também depois, com o Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff, que recentemente esteve em Cuba com o Presidente Raul Castro e com o Comandante e ex-Presidente Fidel Castro. Tem havido sinais que acredito que o Governo brasileiro tenha até estimulado. Por exemplo, a decisão do Governo cubano, do Parlamento e do Executivo, de proporcionar a nova lei que permitiu aos cidadãos cubanos viajar com maior liberdade para o exterior e que, por exemplo, resultou na visita aqui da blogueira Yoani Sanchez, que teve repercussão grande.

Alguns até protestaram, mas eu fui uma das pessoas que inclusive acharam positivo que ela tivesse nos visitado, com a anuência do Governo brasileiro e do próprio governo cubano, pois isso, no meu entender, significava um sinal positivo de abertura e de expansão das liberdades em Cuba e mais um sinal, dentre outros, de que possam os Estados Unidos finalmente terminar com o embargo em relação a Cuba, seja na área eco-

nômica, seja na área cultural, com a possibilidade de americanos e cubanos se visitarem mutuamente e assim por diante. Parece-me que o Brasil tem tido um papel importante nesse avanço.

Ainda na sua última mensagem Estado da Nação, o Presidente Barack Obama chegou a mencionar a sua disposição em pedir ao Congresso Nacional norte-americano que avançasse na possibilidade de encerrar a prisão de Guantánamo, que é uma das solicitações do governo cubano para que se restabeleçam as relações entre Cuba e os Estados Unidos.

Como o Brasil, de alguma forma, interage tão bem com o governo cubano, agradeço se pudermos ter informações sobre se de fato, sobre esses diálogos que tem havido, inclusive com o Presidente Barack Obama, sobre a perspectiva de ele, ainda neste mandato, encerrar o embargo ou o bloqueio entre Estados Unidos e Cuba, o que fará muito bem às três Américas.

O senhor nos falou um pouco das questões da Síria, do Irã, do Oriente Médio, mas eu farei parte na próxima semana – quero informar ao Presidente Ricardo Ferraço oficialmente –, junto com outros Senadores, Cícero Lucena, Valdir Raupp e de alguns Deputados Federais, de uma missão ao Irã. A Embaixada do Irã tem conversado oficialmente com o Congresso Nacional. Então, trata-se de uma missão oficial. Até nos convidaram por dez dias, mas eu poderei apenas ir no dia 14 e voltar no dia 19, pelas obrigações que temos aqui no Brasil. Não vou ficar todo o tempo, mas ali haverá uma missão de conhecimento.

O Brasil tem colaborado para que, nesses últimos tempos, últimos meses haja um desenvolvimento das relações entre os Estados Unidos, a Rússia, o Irã e outros países. O Brasil colaborou para que isso ocorresse, inclusive no que diz respeito à utilização de eventuais armas nucleares ou da energia nuclear, que agora passa a ser mais bem acompanhada pelos órgãos da ONU como decorrência desse melhor entendimento. Isso vai contribuir para a paz no Oriente Médio.

V. Ex<sup>a</sup> nos informou que o Brasil também tem colaborado para a paz na Síria. E eu quero dizer o quanto importante isso é. V. Ex<sup>a</sup> mencionou para a comunidade brasileira, que tem tantos parentes na Síria. É algo muito importante. Eu acho que todo o esforço que o Itamaraty, o Governo brasileiro puder desenvolver para que, finalmente, se consiga avançar nessa questão da Síria é fundamental.

V. Ex<sup>a</sup> mencionou o desejo de que possa haver melhor entendimento entre Israel e Palestina, e avalio que nós, brasileiros, até por darmos aqui exemplos de entendimento entre toda a comunidade judaica, palestina e árabe, temos tudo para colaborar para esse bom entendimento, inclusive o reconhecimento, conforme salientou, dos dois Estados.

A Senadora Ana Amélia fez algumas perguntas que nos foram sugeridas até pela Conectas. Eu farei também algumas sobre a Síria, propriamente: como o Brasil avalia os resultados da Conferência de Genebra sobre a paz na Síria e em que medida podem avançar melhor.

Sobre a transparência e participação social, no primeiro semestre do ano passado, foi anunciado que até o fim do ano haveria um âmbito formal e permanente de participação da sociedade civil na política externa, do qual participariam diferentes entidades do Governo e da sociedade civil. Como é que está o calendário para implementação dessa iniciativa tão positiva?

Quando o Itamaraty enviará o texto da Arms Trade Treaty, Tratado de Comércio de Armas, aos Ministérios relevantes e à Casa Civil, e quando estima enviar o Tratado ao Congresso Nacional?

Recentemente, foi divulgado pela imprensa que, na Suíça, a Presidenta Dilma iria reunir-se com Joseph Blatter, Presidente da FIFA, e que o designou para que fizesse gestões junto ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, para que fosse lançada uma proposta conjunta Brasil-ONU-FIFA, de paz e contra a discriminação racial. Que encaminhamentos foram dados até agora sobre esse tema?

O Governo brasileiro congratulou-se recentemente com a OEA pela aprovação, em 6 de junho de 2013, em Antigua, na Guatemala, da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, e a Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Mas estas Convenções ainda não foram encaminhadas pela Casa Civil – acho que essa é uma questão, inclusive, de interesse da Ministra Luiza Bairros –, se há alguma previsão para que as convenções sejam encaminhadas ao Congresso Nacional.

Também, como a Senadora Ana Rita colocou, acho que seria muito interessante que V. Ex<sup>a</sup> pudesse, embora já tenha mencionado, desenvolver mais a questão relativa, no meu entender, à compatibilização do melhor desenvolvimento do Mercosul, de nossas relações comerciais com os nossos países da América do Sul, do Mercosul, como compatibilizar isso com o melhor relacionamento também com a União Europeia e os Estados Unidos, o Canadá, o México. Enfim, como será possível combinar, compatibilizar o melhor desenvolvimento do Mercosul com os países não apenas da América do Sul, mas da África e da Ásia em desenvolvimento, que para nós são tão importantes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque; em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um, bom dia especialmente ao Sr. Ministro e a todos que o acompanham.

Quero dizer, Ministro, que fiquei feliz, satisfeito, orgulhoso e o parabênico por sua fala.

Chamo a atenção de dois pontos que me tocaram especialmente: primeiro, é essa constatação de que o Brasil é um dos 12 países com relação ampla no mundo inteiro. Isso realmente deve ser motivo de comemoração e de orgulho para todos nós e um resultado da política de ampliação e da presença do Brasil no mundo nos últimos anos. Ao mesmo tempo, gostei muito da ideia de que o Brasil hoje é um país que fornece assistência aos outros países, conforme a nossa dimensão.

Agora, isso me traz uma preocupação de que haja um retrocesso não por culpa do Itamaraty, mas por culpa de restrição de recursos. Já fiz isso aqui outras vezes, dizendo que o que pudermos fazer para que o Itamaraty não sofra por causa da desvalorização do real, uma vez que o orçamento do Itamaraty é feito em dólar e aqui os recursos em reais não compram mais os dólares necessários.

Quero alertar e saber se, de fato, é correto o fato de que, devido a essas restrições, por exemplo, hoje até cursos de idiomas estrangeiros não estão sendo dados mais aos funcionários. É interessante que, nesse momento de Copa, há cursos para taxistas, o Banco do Brasil está dando curso de inglês para os seus servidores, a Polícia Federal está liberando agentes e delegados para que façam cursos de inglês; e, se isso for verdade, é muito grave! Gostaria de saber como colaboramos com o Itamaraty. Ao mesmo tempo, as informações que temos são de que especialmente as embaixadas nos países considerados C e D estão sofrendo muitos apertos. E, se esse aperto continua, daqui a pouco temo que se faça o que foi feito no começo dos anos 90, que é fechar embaixadas por falta de recursos.

Seria um retrocesso muito grande, até porque, diante do tamanho dos nossos orçamentos, o custo do Itamaraty é pequeno, o custo de uma embaixada é pequeno, comparado com o benefício que traz ter nossa bandeira ali, independentemente do retorno econômico que traga, até porque diplomata não é caixeiro-viajante, ele também tem o papel de promover nossas exportações. Esse não é esse o principal papel, esse é um detalhe dentro do conjunto de suas atividades.

Além disso, gostaria de saber como anda o acordo nuclear do Brasil com a Alemanha. Esse acordo, que já tem mais de 30 anos, hoje está obsoleto, uma vez que a Alemanha abandonou a energia nuclear. Sei que já houve intenção de transformar esse acordo de cooperação nuclear em um acordo de energia em geral, mas quero saber se isso já está em prática, se já foi feita revisão ou não; o mesmo para o Japão, só que aí não houve ainda o acordo, mas havia a intenção de um acordo. Eu creio que, na viagem que a Presidente Dilma faria, o acordo seria assinado. Foram geradas até mobilizações lá, no próprio Japão, contra isso. A Presidenta até anulou cancelando a viagem por causa das mobilizações aqui dentro, que não eram por causa disso, obviamente.

Como é que estão esses dois acordos, que levam o Brasil a continuar sendo um país que recebe tecnologia para energia nuclear, enquanto esses países que nos fornecem assistência estão abandonando a energia nuclear? Além disso – creio que o Senador Suplicy falou, mas não interessa muito – há o tratado sobre o comércio de armas, em que fomos um dos primeiros países a assinar e, parece, está um tanto parado.

Finalmente, uma questão que venho falando aqui diversas vezes e que talvez seja o único ponto que me choca com o Itamaraty. Eu me considero um dos Senadores próximos, mas há uma coisa que me incomoda na política externa.

O senhor mesmo falou da nossa presença no mundo, de sermos um país grande, mas, ao mesmo tempo, da cultura dos países pobres. Eu insisto e lhe consulto se a vantagem política que ganhamos de ter um assento permanente no Conselho de Segurança não é menor do que a força moral que teríamos se fôssemos a favor de acabar com membros permanentes no Conselho de Segurança. Alguns me dizem: “mas isso não se vai conseguir.” Existem lutas que são tão boas que é melhor até que elas não sejam vitoriosas para que a gente continue lutando por elas.

Eu insisto em que estamos pagando um preço alto, do ponto de vista de concessões aqui, de concessões ali, para conseguir um voto a mais, para termos uma cadeira no Conselho de Segurança. E eu, sinceramente, acho que estamos jogando fora a chance de o Brasil ser o principal líder, o que daria uma grande força moral, de um movimento para acabar com essa excrescência, obsolescência de termos membros permanentes com poder de veto. São essas as minhas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Antes de ouvirmos o Senador Aloysio Nunes Ferreira, estamos recebendo aqui um conjunto de perguntas, através da internet, do Alô Senado, e eu vou fazer aqui duas ou três, até para fortalecer e estimular que a sociedade possa participar desses temas.

Da Câmara de Comércio Brasil e Estados Unidos. Algumas fontes avaliam que 50% do comércio internacional se dá entre países que têm acordos de livre comércio. Os países com maior atividade comercial em relação ao PIB têm acordos comerciais com diversos países, como é o caso da Tailândia, Chile, México, para citar alguns. O Brasil tem acordos com poucos países, que representam números muito baixos no comércio global. Quais são os planos do Ministério das Relações Exteriores para avançar na participação do Brasil no comércio global? Como a diplomacia pretende auxiliar nessa maior inserção global?

O estudante Lucas Penha Silas, da Universidade de Uberlândia, pergunta as motivações e os ganhos que o Governo brasileiro poderá ter ou terá com os investimentos feitos no Porto de Mariel, em Havana, Cuba.

Também a Marília Soares Leite, de Uberlândia, pergunta qual foi o momento mais gratificante da longa e exitosa carreira diplomática de V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Ministro, Sr. Embaixador Eduardo dos Santos, eu vou tocar num ponto, Sr. Ministro, que V. Ex<sup>a</sup> elencou como fazendo parte da agenda nova, embora tenha feito a ressalva de que não é tão nova assim. É o ponto dos direitos humanos, que está na agenda internacional, pelo menos, desde 1945, a minha idade.

O Senador Suplicy fez referência à ação do Brasil como facilitador de algum entendimento em crises internacionais. Ele se referiu especificamente à crise da Síria. Eu não sei se o Brasil terá condições de, além da exortação, atuar concretamente nesse sentido. Mas, em todo o caso, Ministro, situações como essa têm como consequência o deslocamento de pessoas, têm por consequência sofrimento de pessoas, que são apanhadas num fogo cruzado de conflitos étnicos, religiosos, políticos – é o caso da Síria –, e o Brasil, sendo um país que tem comunidades originárias desses países, numerosas e influentes, é, seguramente, um ponto de eleição para refugiados.

A legislação brasileira sobre refugiados é inovadora. Ela tem um dispositivo que, aliás, foi sugerido – na época, eu fui Relator desse projeto na Câmara – por um grande brasileiro, que era o representante da ACNUR aqui, na América do Sul, que é o meu saudoso amigo, e amigo, também, do Cristovam Buarque, Guilherme Lustosa da Cunha.

A inovação foi de monta, porque o conceito de refugiado, do objeto da ação de refúgio deixa de ser apenas um indivíduo, Sr. Fulano de Tal, que é perseguido em função da sua crença, da sua religião, da sua opção política, do seu enfrentamento com determinado governo, mas passa a abranger comunidades inteiras. Podem obter o refúgio pessoas que fazem parte de contingentes humanos que são vítimas de perseguições massivas – é o termo que a lei usa.

Eu constatei, Ministro, com tristeza, num noticiário recente a respeito, que essa médica cubana poderia vir a pedir asilo no Brasil, se é que já não pediu, Conare, o Conselho Nacional de Refugiados. A notícia que o Jornal Nacional, da Rede Globo, divulgou é que esse Conselho se reúne uma vez a cada três meses e que tem cerca de 1,5 mil processos pendentes de exame.

Então, eu queria colocar essa questão ao senhor. Embora o assunto não seja da sua Pasta – é do Ministério da Justiça – é um assunto que diz respeito à presença do Brasil no mundo. Penso que é um tema relevante não apenas dar vazão a esses pedidos, mas também ter uma parceria sólida com a representação da ACNUR no Brasil e, também, com entidades da sociedade civil, para que esses refugiados possam ter uma inserção efetiva na comunidade brasileira. Essa é a primeira pergunta.

Também ligada ao tema dos direitos humanos, Ministro, eu vou, aqui, ser o porta-voz de perguntas que foram dirigidas à nossa Comissão pela Conectas, que tem uma interlocução periódica com o Ministério das Relações Exteriores e com a nossa Comissão. A primeira diz respeito a um tema que já foi mencionado aqui, que é o seguinte: no atual contexto de fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em que o Itamaraty celebrou a eleição do futuro comissionado Paulo Vanucchi e o Supremo Tribunal Federal recebeu uma sessão extraordinária da Corte Interamericana, que também conta com um juiz brasileiro, quando o Brasil voltará a indicar um representante permanente junto à OEA e se o País pretende incrementar o seu aporte financeiro a esse sistema, sendo consequente, assim, com o recente avanço no discurso e na participação deste órgão?

Outra questão, Sr. Ministro, é um fato que ocorreu, agora, no começo do ano, também vem da Conectas. Entre 28 e 31 de janeiro, estava previsto para ocorrer no Brasil o terceiro encontro do grupo de especialistas designados para a revisão das regras mínimas para o tratamento de presos das Nações Unidas. Entretanto, esse encontro – eu abrevio – foi cancelado, interrompendo o calendário de um processo de revisão dessas regras que já dura dois anos. A pergunta é por que motivo foi cancelada essa e se há uma nova data prevista para a ocorrência desse encontro.

Outra, Sr. Presidente, e a última, é acerca de um tema que foi abordado, assim, bastante de passagem na intervenção do Senador Cristovam Buarque, que fala do preço político que o Brasil paga para conquistar uma cadeira, no Conselho de Segurança da ONU.

A pergunta é a seguinte: Ministro, a política externa do Governo Lula no que tange aos direitos humanos foi duramente criticada por entidades internacionais, tais como a Anistia Internacional, a Rio Human Right Watch, e Conectas. Basicamente essas entidades acusam a diplomacia brasileira de barganhar apoio político, visando a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em detrimento da defesa dos direitos humanos.

Como exemplo, cita-se a abstenção do Brasil em importantes votações do Conselho de Direitos Humanos da ONU, como a condenação pelo órgão da ação do Sudão em Darfur. O mesmo pode ser visto nos casos de Sri Lanka, Coreia do Norte e do Congo, onde o País evitou tomar posições mais duras na condenação dos crimes cometidos por esses países na esfera dos direitos humanos.

Eu queria acrescentar mais um caso, que é o caso da Geórgia. A Geórgia, como o senhor sabe, é um País que luta há séculos para a afirmação da sua independência. Tem lá uma língua própria, uma cultura própria e um apego muito forte à sua identidade nacional. No entanto ela é vítima de um abraço da Rússia que se estende também à Moldávia, agora à Ucrânia. No caso da Geórgia, a situação é mais grave, porque há lá uma intervenção militar, tomaram um pedaço do território georgiano, e isso levou a um deslocamento de dezenas de milhares de nacionais georgianos, criando um problema típico da esfera dos direitos humanos. A Geórgia já bateu às portas das Nações Unidas e eu gostaria de saber qual é a posição do nosso País diante disso.

Então a pergunta que foi feita por esse cidadão que nos interpela via Conectas, é: em que a diplomacia do Governo Dilma, sob sua chancelaria, se diferencia do Governo anterior quanto ao regime internacional de direitos humanos?

Muito obrigado.

Agradeço também, como os meus colegas, a sua presença e o diálogo nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na linha Sr. Ministro do que ele perguntou, em seguida, passamos a palavra ao Senador Luiz Henrique. Eu pessoalmente estive em uma missão na companhia do Senador Petecão, Senador Abílio e o Senador Jorge Viana, no Acre. Fomos à Epitaciolândia, fomos a Brasília e fomos a Assis Brasil. Fomos pessoalmente à fronteira do Brasil para identificar a complexidade da imigração haitiana. O desafio, o problema enfim da imigração é um problema que está na pauta da agenda, da política externa brasileira e global, tanto que a ONU constituiu organismo próprio para a identificação de estratégias e convivência com esse fenômeno.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Permita-me, Presidente? Não só na pauta da política externa, mas também na pauta do Congresso. Está tramitando no Senado o Projeto de Lei nº 288, de 2013, que promove uma reforma do atual Estatuto do Estrangeiro, como é chamada a atual Lei da Imigração.

E é uma reforma profunda para criar aqui o Estatuto do Imigrante, porque o Estatuto do Estrangeiro sempre dá idéia do *refoulement*: olha, você é fora, você está fora, você é diferente.

Essa proposta já recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais, está hoje na Comissão de Justiça, já tem o parecer favorável do Senador Eduardo Braga e logo mais virá para a nossa Comissão.

Permita-me chamar a atenção do Sr. Ministro, é o Projeto de Lei nº 288, de 2013.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E nesse contexto o nosso País tem uma larga tradição de acolher imigrantes, o que está na nossa Constituição e na nossa formação desde o Brasil Império: imigrantes italianos, imigrantes alemães, pomeranos, libaneses e de tantas outras nacionalidades que aqui encontraram condição de desenvolverem suas vidas e contribuir com o nosso País.

Eu fiquei com a impressão e com uma convicção de que, sendo o Brasil a principal economia da região, há uma carência de uma política pública consistente não apenas do Ministério das Relações Exteriores, porque há uma conexão clara com o Ministério da Justiça. O caso dos haitianos é emblemático, uma migração irrelevante, teoricamente, que, no ano de 2013, recebeu quase 12 mil haitianos, com o agravante da alteração por parte da corte constitucional da República Dominicana de rever vistos de cidadãos haitianos que moram, há muitos anos, na República Dominicana e que podem tomar a direção do Brasil. E está evidente que o Equador, que não tem a tradição de exigência de visto, e até mesmo o Peru estão fazendo uma profunda vista grossa em relação ao que eu poderia chamar de tráfico de pessoas que estão, enfim, alcançando o Brasil.

Fiz contato com o Ministro José Eduardo Cardozo, chamando a atenção para esse problema. Acompanhou-nos nessa missão o Dr. Paulo Abrão, do Ministério da Justiça, mas quero chamar a atenção para a ausência ainda, pelo menos que tenhamos conhecimento oficial por parte do Poder Executivo, do Governo, de quais são as ações que o Governo brasileiro estará adotando para a manutenção da nossa tradicional história de acolhimento de imigrantes. Não basta sermos acolhedores. É preciso que tenhamos políticas públicas para direcionarmos esses seres humanos que vêm para cá na busca de um novo horizonte, de um porto seguro.

Eu quero trazer essa preocupação a V. Exª e ao conjunto da equipe do Ministério das Relações Exteriores. Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, Sr. Diretor-Geral do Itamaraty, Embaixador Eduardo dos Santos, Srs. Embaixadores aqui presentes, senhores membros das equipes do Ministério das Relações Exteriores, que quero saudar nas pessoas dos Embaixadores Sérgio Danese e Pedro Borio. E por que quero saudar em seus nomes? Porque o Embaixador Danese fez, nesta legislatura, e o Embaixador Pedro Borio faz uma ligação perfeita entre o Itamaraty e o Senado, demonstrando quão eficiente é a massa crítica desse Ministério.

Eu vou me ater a um assunto, até porque muitos assuntos relevantes que eu queria tratar já foram, eficientemente, tratados pelos meus companheiros que me antecederam.

Dentro da agenda nova citada por V. Exª, um assunto transcendental é o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente. No novo Código Florestal, Sr. Ministro, do qual fomos Relatores o Senador Jorge Viana e eu – e o Senador Jorge Viana teve que deixar essa Comissão pelas suas atribuições de 1º Vice-Presidente desta Casa –, o Brasil firmou uma política avançada de desenvolvimento sustentável. Aliás, eu lembro que, quando o saudoso Presidente Ulysses Guimarães fez o ato final da Assembleia Nacional Constituinte, leu um documento do Secretário-Geral das Nações Unidas dizendo que o Brasil tinha, a partir daquele momento, em âmbito constitucional, uma das políticas mais avançadas em proteção do meio ambiente em todo o mundo. Foram palavras escritas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. E essa política avançada se consolidou no novo Código.

Não vou detalhar os avanços, porque V. Exª conhece melhor do que nós. V. Exª é um *expert* no assunto. Nós estabelecemos normas de proteção, principalmente dos nossos ecossistemas, dos nossos biomas; estabelecemos, por exemplo, a restrição de reserva legal na Amazônia de 80%, no Cerrado, de 35%; estabelecemos um afastamento dos cursos d'água, a título de área de preservação ambiental, de 30 a 500 metros; estabelecemos um programa, que eu acredito seja inédito, de recomposição florestal, programa de recuperação ambiental; e estabelecemos, no art. 74, que eu passarei a ler, um comando, uma diretriz ao Poder Executivo no sentido de,

em considerando os objetivos e metas nacionais para as florestas, aliás, dando comando à Camex no sentido de: adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira.

Essa foi uma inovação importante que os Srs. Senadores aprovaram no novo Código Florestal.

Eu pergunto a V. Exª se, em entendimento com a Ministra do Meio Ambiente, existe alguma iniciativa do Itamaraty no sentido de promover conferência ou conferências com países que compartilham esses biomas tão importantes que temos no Brasil para que, através de acordos internacionais, respeitando a sua soberania interna, possam ter normas legais simétricas com a nossa, compatíveis com a nossa, porque a proteção do meio ambiente no Brasil torna-se uma política ineficaz se os vizinhos não adotarem os mesmos cuidados com o meio ambiente. A pergunta que eu faço a V. Exª é somente essa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra a S. Exª o Ministro Figueiredo, para que ele possa estabelecer, enfim, esse diálogo com os questionamentos, as contribuições e as reflexões que foram trazidas pelas Srªs e pelos Srs. Senadores.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, inicialmente, agradecer a todos os Srs. Senadores pela riqueza e profundidade dos questionamentos, dos comentários. Sem dúvida nenhuma, tomei copiosas notas, vários delas, enfim, esse conjunto de reflexões servirá muito para o trabalho futuro no Itamaraty, porque refletem preocupações e questões reais que reverberam nesta Casa e que, portanto, serão objeto de total atenção do Itamaraty.

Eu tentarei dar respostas que se dirijam a mais de uma pergunta, porque, muitas vezes, houve coincidências em certos casos, e tenciono a abarcar todas. Por favor, me corrijam caso eu não tenha feito isso.

Inicialmente, trato da questão do entendimento em curso entre o Mercosul e a União Européia. Como a Senadora Ana Amélia bem assinalou, já é algo que vem de muitos anos, que esteve paralisado e que tomou novo impulso a partir de 2010, por iniciativa, naquela época, dos governos, tanto da Argentina quanto da Espanha. E diria que houve uma evolução sensível, internamente, no Brasil, com relação à conveniência e à necessidade desse acordo.

Eu poderia dizer que houve muita reticência, especialmente por parte de setores da indústria brasileira – a senhora sabe bem –, quanto a nos engajarmos plenamente nesse exercício. E devo dizer que, hoje em dia, essas resistências não só foram vencidas, como também, ao contrário, há muito interesse de setores industriais brasileiros nesse acordo.

E há a pendência antiga, como V. Ex<sup>a</sup> bem pôs, com relação à área agrícola, em que buscamos sempre um acesso acrescido de bens agrícolas ao mercado europeu e, portanto, vemos esse acordo como uma via de que isso seja possível.

Tanto Brasil quanto Argentina, Uruguai e Paraguai, estamos firmemente engajados nesse acordo. Vamos ter, nos dias 12 e 13, mais uma reunião técnica, em Caracas, dos membros do Mercosul, para a nossa compatibilização das ofertas. É um exercício muito interessante, que está progredindo muito bem, para que possamos, o mais rapidamente possível, termos, com a parte européia, a troca de ofertas. Aí, então, apenas aí, vamos ver quais são os termos dessas ofertas do outro lado, com a esperança de que poderemos encontrar depois, ao cabo das negociações, um acordo que seja benéfico para o Brasil, para o Mercosul e para os países europeus.

Foi comentada aqui a questão de certas fragilidades, de certas dificuldades comerciais. Enfim, é inegável que haja, numa relação muito estreita, como é a nossa dentro do Mercosul, é natural que haja, a cada passo, algum tipo de dúvida, algum tipo de dificuldade, que tem a ver, muito de perto, com uma conjuntura internacional, que nem sempre...

Desculpe-me, eu achei que tinha desligado. Desculpe-me.

Por exemplo, no caso específico, que foi mencionado, da relação nossa com a Argentina, temos de ver que, por exemplo, há dificuldades pontuais, de fato, ocorreram e ocorrem. Como disse, elas são naturais, há uma relação muito próxima. Tenho certeza. Vejo com colegas europeus aqui, e tenho certeza de que, na Europa, também aconteceu isso. Todo processo de integração é um processo que tem dificuldades, mas essas dificuldades são sanadas. Ainda assim, o comércio Brasil/Argentina, por exemplo, em 2013, melhorou significativamente com relação a 2012. À primeira vista, quer dizer, essa é uma história que não se conta, normalmente, que não se lê nos jornais, mas os dados...

Em 2013, a corrente comercial com a Argentina alcançou o segundo maior volume da história do comércio nosso, atrás, apenas, do que aconteceu em 2011. Foram US\$36 bilhões de fluxo comercial. As nossas vendas para a Argentina, por exemplo, subiram 9% no ano de 2013, quer dizer, com todas as dificuldades que surgem, com todas as questões pontuais que surgem, ainda assim, há uma clareza de que o nosso comércio no âmbito do Mercosul se ampliou tremendamente, que foi uma oportunidade extraordinária para nós e para os parceiros do Mercosul.

Então, sim, nós estamos sempre atentos, e vamos estar sempre atentos, e vamos defender sempre os direitos dos nossos exportadores. Isso não tenha dúvida.

Mesmo no caso dos calçados, tem havido o que o senhora mencionou, tem havido conversas constantes com a parte argentina e esteja certa, e eu acho que todos têm que estar certos, de que nós estamos atentos a tudo que se passa, nós estamos presentes e estamos conversando, buscando a defesa, sempre a defesa do interesse nacional e do interesse, claro, dos produtores que geram para o Brasil renda, emprego e prosperidade.

Há várias outras questões. A Aliança do Pacífico, que foi mencionada: naturalmente, nós temos Chile, Colômbia, Peru, México, que são países com os quais nós temos total interesse em cooperar, total interesse em comerciar.

Nós estamos até propondo, no âmbito do Mercosul, que haja uma aceleração do processo de desgravação das nossas exportações para esses países, porque nós temos acordos com esses países de livre comércio, e há uma tabela de desgravação.

Nós, hoje em dia, já desgravamos quase totalmente o universo dos acordos com Colômbia, com Peru, enfim, mas eles ainda não desgravaram no mesmo ritmo que nós, então, nos interessa acelerar o processo de desgravação deles, porque os acordos foram feitos numa outra época e, hoje em dia, já se torna muito mais óbvio que esse processo pode ser acelerado. Nós estamos, sim, em busca disso, temos conversado com os nossos parceiros para que fique claro que o universo Mercosul não é, absolutamente, excludente nem autorreferente. Ele existe para interação com os demais países da região e com outras regiões, que é o que estamos fazendo no caso do acordo que vamos negociar com os europeus.

A senhora me perguntou, também, V. Ex<sup>a</sup>, sobre a questão do Protocolo de Nagoya, enfim, ao qual estou particularmente ligado porque participei da negociação, juntamente com a Ministra Izabella Teixeira.

O Protocolo de Nagoya tem por objetivo atender a um dos três pilares da Convenção de Diversidade Biológica, que é o pilar do uso sustentável com repartição de benefícios, para que os países de origem do recurso genético possam se beneficiar de eventuais usos que sejam dados.

Para nós que detemos a maior biodiversidade do Planeta, é fundamental ter um acordo internacional que garanta que o fruto do uso de recursos genéticos nossos possa ser, de alguma forma, compartilhado conosco, como país de origem, e com as comunidades brasileiras e com os detentores dos conhecimentos tradicionais. Ora, isso não se confundirá, do nosso ponto de vista, com afetar os interesses dos agricultores brasileiros. Daí porque existe, no âmbito da FAO, como a senhora bem disse, o Tirfa, que é o Tratado Internacional sobre Recur-

os Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, que lida especificamente com o material genético relativo à agricultura, portanto, soja, milho etc. – ou poderia lidar, porque ele tem listas, e as listas podem ser alteradas, portanto, se ele não lida com um, poderá lidar com ele.

É importante que se tenha claro que não é intenção do Itamaraty, nem vai ser, prejudicar o agricultor brasileiro. Ao contrário. Faço até um convite para quem sabe melhorar e aprimorar esse diálogo: quem sabe poderíamos convidar assessores do Senado para reuniões técnicas conosco, exatamente para dirimir dúvidas e ouvir as preocupações, porque para nós é fundamental ouvir as preocupações, para que a nossa ação nessa área possa refletir plenamente toda a gama de interesses que poderiam ser afetados. Nós não queremos jamais que haja um prejuízo inadvertido para a produção agrícola brasileira. Então, vamos, sim, proteger os recursos genéticos brasileiros – sim, vamos –, mas vamos também tomar conta, em equilíbrio, do interesse de um setor importante da nossa economia. Quando se fala num setor importante, muitos pensam: “Ah, é o agronegócio”. Não, são pequenos proprietários, é a agricultura familiar, enfim, são todos aqueles que conformam a comunidade que atua no campo brasileiro. Então...

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ministro, dê-me licença.

Santa Catarina é o quinto produtor de alimentos do País, com 1% do território, sendo que 96% das propriedades não têm mais que dois módulos rurais.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Exatamente. É isso.

Eu quero deixar muito claro que eu estou falando em termos de respeitar e proteger os direitos daqueles brasileiros que estão no campo e que contribuem fortemente com o desenvolvimento deste País.

Eu faço esse convite...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Essa manifestação de V. Exª é perfeita. Estamos abertos a isso e iremos ao encontro dos técnicos do Ministério das Relações Exteriores para esse tema, que é fundamental. Agradeço também a forma como V. Exª coloca essa questão do ponto de vista da prioridade nacional acima de qualquer outro interesse que venha a ser marginal a isso.

Obrigada, Chanceler.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu acho que, em relação a essas preocupações com a agricultura, talvez um comentário do Ministro em relação à nova Farm Bill, que foi aprovada pelo Congresso norte-americano, nos últimos dias: que nível de perspectiva e de ambiente o Ministério das Relações Exteriores tem com relação à aprovação desta lei; se ela, na prática, vai criar realmente uma condição de igualdade na competição e que tipo de consequência isso tem para o arranjo do algodão em nosso Brasil, tendo em vista a decisão da Organização Mundial do Comércio, que não está sendo obedecida pelo Governo norte-americano.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Sobre isso, Sr. Presidente – muito obrigado pela pergunta –, eu estive em Washington, na quinta-feira passada, e me avistei com o negociador americano na área de comércio internacional, Michael Froman. Ele me convidou a esse encontro exatamente para dar uma explicação do ponto de vista do Executivo americano sobre os progressos da chamada Farm Bill, a lei agrícola americana, em relação à disputa que nós temos com os Estados Unidos na área de algodão.

Nós tivemos um intercâmbio de informações. A lei que havia passado na Câmara e deverá passar no Senado esta semana é uma lei bastante copiosa; enfim, ela é quase um código, é bem grande. Nós estamos analisando detalhadamente a lei, no âmbito do governo; estamos fazendo reuniões internas de governo para analisar todos os termos desta lei, para termos a certeza de que, na realidade, ela poderá resolver a pendência que nós temos com os Estados Unidos.

Como os senhores sabem, a Camex se debruçou sobre esse tema e existe sempre a possibilidade de retaliação nossa – ela está autorizada pela OMC –; mas, obviamente, o que nos interessa é resolver a questão; o que nos interessa não é necessariamente ter de retaliar; é resolver a questão em benefício do produtor nacional. Isso, sim.

Então, essa é a análise que nós estamos fazendo. Estamos num processo, portanto, de diálogo com a parte americana, com o objetivo de solucionar isso. Como eu disse, é uma análise interna de governo, do MDIC, do MAPA, nós, enfim, para termos a certeza de que as reformas feitas na lei agrícola se coadunam com o interesse nosso e com os termos do diferendo com os Estados Unidos.

Seguindo, Sr. Presidente, as perguntas do Senador Suplicy, que eu agradeço muito, inicialmente sobre a Minustah, que nós temos lá no Haiti. Este ano, completam dez anos de Haiti, desde 2004. Nós temos lá, hoje em dia, 1.430 soldados e 10 policiais.

O benefício da Minustah para o Haiti tem sido reiteradamente manifestado pelos governantes haitianos e quem vai lá – eu estive lá – vê como as nossas tropas são benquistas, bem recebidas. Há uma interação muito natural entre o soldado brasileiro e a população local.

Eu tive grande alegria em ver como o nome do Brasil está sendo tão bem defendido pela presença nossa lá. Há sempre uma pergunta: quanto tempo o Brasil ficará? Isso depende de várias coisas: depende da vontade dos haitianos, pois nós estamos lá porque eles pediram; e também depende de uma avaliação que as Nações Unidas periodicamente fazem sobre a necessidade da permanência, medindo se os objetivos a que se propôs a Minustah estão sendo ou não atendidos, se foram cumpridos. E já há uma decisão no âmbito das Nações Unidas de uma redução dos efetivos.

Portanto, o que eu posso dizer é que nós estamos em processo de redução de efetivos no Haiti, sempre muito afinados com essa avaliação periódica que a ONU faz e com o desejo do povo haitiano.

V. Ex<sup>a</sup> também perguntou sobre a questão do Irã. Sem dúvida... Ah, bom. Já que eu falo sobre Haiti, eu gostaria de entrar na questão do fluxo de haitianos para olhar o problema como um todo.

**O SR. EDUARDO SUPLYC** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu também perguntei sobre a colaboração do Brasil para o desenvolvimento econômico e social do Haiti, que, uma vez bem-sucedido, terá efeitos sobre oportunidades para os haitianos, seja no Haiti – tudo bem se resolverem ir para outros lugares –, seja aqui no Brasil, onde serão bem recebidos. São temas relacionados.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – São, sim. Muito obrigado pela lembrança.

Nós temos... Especialmente após o terremoto, que, como se sabe, devastou o Haiti – foi uma das maiores tragédias dos últimos muitos anos – e no qual nós perdemos também vidas brasileiras, pessoas que merecem o nosso profundo reconhecimento como D. Zilda Arns – não apenas ela, mas também outros brasileiros que lá morreram nesse enorme desastre –, o país, que já enfrentava grandes dificuldades, ainda teve que enfrentar um processo de reconstrução para o qual vários países colaboraram, inclusive nós. Mas o país ainda se ressentido de um desemprego muito alto – há taxas dramáticas de desemprego. A atividade econômica no país ainda está enfrentando enorme dificuldades, e daí os fluxos migratórios dos haitianos em busca de emprego, em busca de possibilidades.

Nós temos feito a nossa parte ao acolher um contingente importante de haitianos e temos facilitado esse acolhimento, conforme – como foi dito por V. Ex<sup>as</sup> – a nossa melhor tradição de acolhimento – tanto aqueles que entram documentados, como aqueles que infelizmente entram indocumentados.

A nossa embaixada em Porto Príncipe está em um processamento de vistos para haitianos aceleradíssimo. Mesmo com os meios limitados que nós temos e diante do número enorme daqueles que pedem visto, estamos conseguindo, hoje, conceder vistos no prazo de um mês, o que, convenhamos, não é um prazo tão alto. Nós estamos fazendo um enorme esforço para reduzir esse prazo. Por quê? Porque o haitiano que vem com o visto vem com uma passagem aérea e virá para o Brasil sem usar o coioite, sem estar sujeito à exploração e a um drama humano que é o de ter de atravessar vários países até conseguir entrar na nossa fronteira de maneira precária e criar, por que não dizer, dificuldades logísticas.

Nós estamos conversando com o Estado do Acre – eu tive ocasião de estar numa reunião com o Governador Tião Viana – com vistas a diminuir o problema que ocorre naquele Estado devido a esse fluxo desordenado. Para nós o importante é ordenar o fluxo, conceder visto, para que os haitianos possam entrar pelas nossas vias de entrada normais, onde necessariamente há até uma maior capacidade de acolhimento e, portanto, de emprego, enfim.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ministro, permite-me?

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Sim.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nós temos uma experiência surpreendentemente muito bem-sucedida em Santa Catarina. Os empresários que admitiram haitianos não têm cansado de elogiar a disciplina, a dedicação e a qualidade da mão de obra haitiana. Surpreendentemente.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – É verdade. Eu devo lhe dizer – e lhe agradeço muito pelo depoimento – que é um depoimento que temos recolhido no Itamaraty de várias pessoas sobre a qualidade, o empenho, a disciplina do trabalhador haitiano, que está dando uma colaboração real a um País como o nosso, que tem baixa taxa de desemprego e está sempre faminto de mão de obra qualificada.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Inclusive, como nós temos pleno emprego lá, há uma demanda por novos haitianos nas empresas catarinenses. Muitas delas já se reportaram à minha pessoa nesse sentido.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Perfeito.

Então, estamos, sim, empenhados no Itamaraty... Claro, com todas as dificuldades de uma embaixada no Haiti, que não é uma grande embaixada, é uma embaixada modesta, com um número de pessoal que nós já reforçamos; com novos equipamentos que nós já enviamos para lá, a fim de agilizar isso.

O pedido de visto começa por uma marcação por telefone, agenda-se a recepção dessas pessoas e esse prazo todo hoje em dia não passa de um mês, até porque demora às vezes um pouco por dificuldades de documentação da pessoa que vem, que nem sempre tem a documentação correta, enfim.

Nós ainda vamos buscar algumas cooperações. Eu posso até adiantar que nós estamos conversando... Foi mencionada aqui a Organização Mundial de Imigração. Nós vamos começar a conversar para ver de que maneiras uma organização como essa pode nos ajudar na agilização dos trâmites em Porto Príncipe, mas também ao acolhimento desse fluxo migratório no Brasil. Mas nós estamos muito empenhados nisso.

Passando... Eu sei que são muitas coisas, vejo que o nosso horário está um pouco apertado e vou ser mais ágil nas respostas.

A questão do Irã. Eu tive um contato com meu colega, o novo colega do Irã, Chanceler Zarif. Fomos colegas de ONU de outras épocas e nos reencontramos nessa última assembleia geral.

O Irã, sem dúvida alguma, tomou atitudes muito corajosas, e a comunidade internacional também. Essas duas partes souberam ter a responsabilidade de conduzir o processo: no caso, pela comunidade internacional, os P5+1, que eram os cinco membros permanentes do Conselho mais a Alemanha, com a facilitação da União Europeia, como negociadores; e o Governo do Irã.

Foi possível, por conta disso, fechar-se um acordo inicial de que, nos próximos seis meses, iriam se apresentar movimentos das duas partes, ou seja, algo paulatino em que as sanções serão pouco a pouco diminuídas, e as atividades iranianas na área nuclear serão, cada vez mais, objeto de transparência com compromissos restritivos de enriquecimento de urânio.

Então, há uma nova disposição internacional. E nós, que estamos tão envolvidos nessa questão de se promover a paz na região, estamos muito contentes com o fato de todo o trabalho feito pelo Brasil desde então estar tendo frutos num novo momento da relação entre a comunidade internacional e o Irã. Já em 2010, fizemos juntamente com a Turquia um movimento muito semelhante a esse de extensão e de passos concretos para resolver esse dossiê, que trazia um foco de instabilidade com ameaças de ação armada.

No caso da Síria, tivemos finalmente a realização da Conferência de Genebra II, quando foram postos frente a frente numa mesma sala representantes do governo sírio e representantes da oposição síria.

Como se sabe, nem toda oposição síria concordou em se sentar à mesa também, o que para nós é uma causa... Enfim, nós lamentamos isso porque achamos que só o povo sírio, só as diversas correntes de pensamento na Síria, juntas, poderão chegar à paz.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – ... internacional está, como nós estamos, para apoiar, para dar peso político, para garantir que o que for negociado entre os sírios seja cumprido. Esta é a nossa função: facilitar, apoiar e garantir.

É, sem dúvida alguma, um drama humanitário de grandes proporções: mais de 130 mil mortos; milhões de pessoas deslocadas. V. Ex<sup>a</sup> se referiu a isso com muita acuidade. São milhões de refugiados. E, sem dúvida alguma, é um drama de grandes proporções que tem de ser resolvido pela via da paz, pela via da negociação. Não há outra via; não se resolverá militarmente o conflito.

Então, é importante que todas as partes façam movimentos muito claros. E nós apoiamos esse movimento.

V. Ex<sup>a</sup> se referiu à questão de refúgio no Brasil. Eu não precisarei entrar, até porque não temos tempo, na questão específica da médica cubana, porque isso não é o caso e o Ministro da Justiça já deu todos os esclarecimentos. Mas não há dúvida de que o Brasil tem uma tradição de acolhimento. Vários dos haitianos que entram indocumentados entram, sem dúvida, em busca inicialmente de um refúgio. Eles entram, pedem refúgio e a eles é dado, então, o direito de entrar no Brasil, viver no Brasil, trabalhar no Brasil, enquanto o seu processo é examinado pelo Conare.

Aí nós chegamos ao Conare, que não é da minha pasta, é um órgão colegiado, do qual a sociedade...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Exatamente.

Do qual a sociedade civil também faz parte. Mas é importante que se tenha presente que todos esses casos acabam no Conare.

Não são poucos casos. São casos de todos aqueles que entram no Brasil com esse ânimo de encontrar uma vida melhor, enfim, como é o caso dos haitianos, e que o Conare tem que examinar.

Essa é a explicação que eu poderia dar nesse caso.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Eu estou apenas compartilhando com o senhor uma preocupação, porque o aparelhamento, a estruturação de serviço capaz de fazer face a essa demanda que poderá crescer.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Sem dúvida nenhuma. Sem dúvida nenhuma.

E já há passos concretos. Eu não vou adiantar, mas já há contatos importantes entre Itamaraty, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social, enfim, e todos aqueles órgãos que têm a ver com o acolhimento de imigrantes. Exatamente porque a demanda subiu, há necessidade de nos aparelharmos cada vez mais, porque sem dúvida é um desafio que tem que ser enfrentado e está sendo, mas nós queremos sempre aperfeiçoar isso.

Seguindo, Senador Suplicy, a questão da transparência ativa. Eu tive ocasião de, ainda no final do ano passado, ter uma reunião com representantes da sociedade civil num processo com vistas ao estabelecimento de uma espécie de um conselho consultivo sobre política externa, com a participação da sociedade civil, do Itamaraty, enfim, da ideia de uma transparência, de um debate, de um arejamento de ideias, de um intercâmbio, que, como eu disse, são fundamentais na minha gestão.

Houve uma troca de... Bom, enfim, nós discutimos os termos de referência desse órgão que vai ser criado e nós enviamos à sociedade civil uma proposta inicial em termos de referência. Eles reagiram e nós estamos num processo de encontrar um melhor caminho, mas não há dúvida de que isso vai ser feito e, para mim, é fundamental que isso seja feito como parte desse processo mais amplo de interação do Itamaraty com a sociedade civil.

A Convenção sobre Armas Leves também foi mencionada. Eu quero dizer que para nós foi uma grande vitória ter chegado a essa convenção no ano passado. Como toda convenção internacional importante, ela nunca é aprovada no idioma português. Nós temos, portanto, que fazer uma tradução da Convenção. E eu me recordo de que, na Convenção de Direito do Mar de 1982, houve um processo que durou anos para o estabelecimento da versão portuguesa da Convenção de Direito do Mar.

Claro que nós não vamos levar anos no caso desta Convenção, mas é importante explicar que o processo de tradução e revisão de uma conferência, de uma convenção internacional que não foi negociada em português é complexo, porque nós temos que adaptar o que está escrito numa outra língua à linguagem jurídica brasileira, para podermos enviar ao Congresso Nacional um texto que faça sentido, não um texto que não guarde nenhum tipo de semelhança com os textos legislativos brasileiros. Então, é um processo complexo que está acabando. Nós estamos já na última fase disso. Mas tão pronto possível será encaminhado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me, Sr. Ministro, refletir com V. Ex<sup>a</sup> uma preocupação desta Comissão e de um conjunto de Senadores, que é alvo, inclusive, de uma proposta de lei do Senador Luiz Henrique para melhorarmos a celeridade de acordos de Estado que o nosso País consolida com outros Estados.

Na Comissão de Relações Exteriores do Senado, temos sido muito céleres em relação a isso. Parece-me que falta empenho do Governo em identificar com a Câmara dos Deputados um formato mais célere, porque nós falamos depois que a Câmara fala e, invariavelmente, estamos aqui a discutir acordos com cinco, seis, sete, oito anos, que já foram feitos e ali quem faz não são os presidentes, mas os Estados nacionais, que estabelecem aqueles compromissos. E me parece que, mesmo depois de o Congresso falar, ainda assim os ministérios específicos do Governo são ouvidos novamente, o que torna esse processo – me permita – completamente caduco em relação à velocidade das coisas.

Quero trazer a V. Ex<sup>a</sup> essa preocupação para ver se juntos podemos somar esforços para encontrarmos um caminho mais adequado para a consolidação dos acordos que os Estados nacionais firmam.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, eu poderia aditar?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – A proposição que apresentei é no sentido de que essa competência coubesse exclusivamente ao Senado. Isso já eliminaria uma instância, que é a Câmara, e que normalmente tem sido a instância morosa, onde os tratados internacionais ficam durante anos.

Evidentemente que acolhi a ponderação dos colegas. Não adiantaria aprovarmos isso aqui, porque a Câmara não aprovaria. Então, houve uma emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira que deu equação ao processo no sentido de que todo ato internacional que vier ao Congresso deveria vir em regime de urgência, porque aí teríamos até 120 dias para aprovar. Essa seria uma norma de *fast track*.

A segunda norma é, no âmbito do Executivo, primeiro: tornar mais ágil o envio para o Congresso, desde que a Casa Civil recebe do Itamaraty; e, segundo: eliminar esse novo exame de cada pasta do ato já aprovado pelo Congresso, porque isso também causa uma grande morosidade.

Se V. Ex<sup>a</sup> pudesse, junto ao novo ministro da Casa Civil, que é um homem prático, um homem pragmático, ex-Parlamentar oriundo desta Casa, ter uma tratativa para, primeiro, o Governo, independentemente da lei, que ainda vai à Câmara, puder adotar a rubrica de regime de urgência para os projetos de aprovação e deliberação sobre atos internacionais e eliminar essa última fase posterior, quer dizer: a Câmara examina, o Senado examina e, depois, o Governo envia para os Ministérios, que não são ágeis na devolução de seu parecer. Então, o Executivo praticou um ato; o Legislativo aprovou, por que esse reexame? Parece-me aquilo a que os mexicanos chamam de *una tontería*.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Alternativa diferente dessa que o Senador Luiz Henrique acrescentou, enriquecida com a colaboração do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Se houver reação da Câmara, que, pelo menos, assim como acontece no Senado, somente a Comissão de Relações Exteriores da Câmara pudesse opinar, porque, diferentemente do Senado, lá passa por n comissões temáticas que acabam não tendo compromisso com a celeridade desses atos que são assinados pelos Estados Nacionais.

Parece-me haver a necessidade de um esforço conjunto do Governo para que essa matéria pudesse ter a celeridade possível. Imagino o constrangimento que nossos embaixadores, que nosso corpo diplomático, que nossos Ministros fiquem, eventualmente, por circunstâncias nas quais os tratados são assinados e não são efetivados.

Então, é a contribuição que nós queríamos fazer a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Eu agradeço muitíssimo a V. Ex<sup>as</sup> pela observação. Eu me comprometo a levar o tema ao Ministro Aloysio Mercadante, da Casa Civil, para encontrarmos maneiras de aceleração dos procedimentos. Muito obrigado pelas sugestões. Elas estão todas absolutamente registradas, e eu vou levar o tema ao Governo.

Continuando, Senador Cristovam Buarque, meu professor, fala sobre várias questões. Em primeiro lugar, eu agradeço, em meu nome e em nome do Itamaraty, sua disposição permanente de ouvir as necessidades da instituição e em acolhê-las e ajudar sempre que possível.

Concordo completamente com V. Ex<sup>a</sup> de que não pode haver retrocesso em nossa presença internacional; ao contrário, um País como o nosso, sétima ou sexta economia do mundo, tem de expandir sua presença. Também tem de expandir a questão da cooperação internacional que hoje podemos prestar. Como eu disse, ela atinge quase 100 países em desenvolvimento. Com recursos que não sobram, são recursos limitados, porém, ainda assim, com grande eficiência e grande empenho. Claro que a cooperação dada pelo Brasil não é apenas a do Itamaraty, mas de vários Ministérios e órgãos de Governo que prestam essa cooperação, mas nós coordenamos, de certa forma, canalizamos e ajudamos. A capilaridade que o Itamaraty tem no mundo inteiro com nossas embaixadas, especialmente, nos permite muita agilidade nessa prestação de cooperação. Também, respondendo uma outra questão, ela nos permite grande contribuição na área de promoção comercial, dos interesses de empresas brasileiras no exterior. Essa nossa capilaridade é o que nos permite ter, como eu disse, uma ação muito ágil.

Respondendo, em parte a outra pergunta feita, creio que pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos de que nós temos um comércio internacional razoavelmente pequeno em comparação com outros países, não é bem assim. Historicamente, não é uma coisa de hoje, o Brasil não teve uma vocação de comércio internacional como outros países tiveram. Um país como o nosso, grande, com um mercado interno cada vez maior, não necessariamente atrai a exportação, e, sim, atrai o atendimento do mercado interno.

Em outros casos, de outros países que têm um mercado interno proporcionalmente menor, a exportação é a saída necessária. Só mais recentemente, nas últimas décadas, é que o Brasil e os empresários brasileiros começaram a se abrir muito mais para o exterior, e nós acompanhamos esse movimento com a criação, no Itamaraty, há décadas também, de um departamento específico de promoção comercial para dar esse apoio constante ao empresário brasileiro que queira se aventurar no mundo e que queira também se internacionalizar.

Hoje em dia, nós temos um outro quadro. Em várias empresas nossas, nós temos multinacionais, quer dizer, nós temos várias empresas nossas que já têm sede em vários países, com uma atuação mesmo em países desenvolvidos, o que mostra uma nova dinâmica do empresariado brasileiro e uma nova maturidade desse empresariado. O Itamaraty aí está e estará sempre para facilitar no que estiver em nosso alcance esse movimento, até porque, como eu disse, nós temos uma grande capilaridade que também serve para isso.

Eu tenho ainda algumas perguntas. Vou tentar atender ao máximo possível.

À questão, portanto, não retrocederemos.

Quanto aos nossos postos C e D, temos, sim, uma preocupação de lotação desses postos. Nem sempre é fácil. Em muitos casos são lugares em que viver representa, muitas vezes, enfrentar uma série de desafios para os quais nem todos estão prontos ou estão em situação familiar que permita esse enfrentamento, enfim.

Conselhos de segurança, se nós pagamos um preço alto. Não, nós não pagamos um preço alto. Na verdade, nós estamos num processo reativado na ONU e eu digo sempre que a ONU está discutindo isso. Não é o Brasil que está querendo que isso se discuta. Não. A ONU está ativamente rediscutindo a reforma do Conselho de Segurança. Nesse novo período da Assembleia Geral da ONU, o Presidente da Assembleia Geral, John Ashe, determinou a aceleração dos debates em torno da reforma do Conselho, determinou a criação de um grupo consultivo que ajude a fazer mover essa reforma e convidou o Brasil para ser membro desse pequeno grupo consultivo – acho que são cinco países –, o que mostra que, na verdade, há uma plena consciência dentro da ONU da importância que nós temos no processo e da importância que há em contar com a voz brasileira no processo por todos os títulos que fazem do Brasil o país que é.

Então, não é que nós estamos gastando capital diplomático nisso. Não. Nós estamos participando de um processo em que é natural que o Brasil esteja. Estranho seria o Brasil se omitir. Ai, sim, acho que haveria críticas importantes de como um país do peso e do porte do Brasil se omite numa hora em que ONU está empenhada no debate.

Serão realizadas, neste ano, oito reuniões, ao longo do ano, em Nova York, para o debate desse tema. Quer dizer, é um processo que ganha uma dinâmica nova. Não é fácil. É um processo muito difícil.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O problema não é o Brasil; é Índia, Alemanha e Japão.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Enfim... Todo o processo é difícil. Existe a questão do veto, o que fazer com a questão do veto; existe a questão de onde ampliar – nós dizemos que entre os permanentes e os não permanentes, quantos seriam, ou seja, que dimensão teria essa ampliação; quais seriam os países. Enfim, há todo um debate que é extremamente complexo, mas que é muito rico, hoje em dia. Até porque, como eu até disse na minha introdução, o Conselho de Segurança, hoje, reflete uma realidade de 70 anos atrás ou quase isso, e o mundo mudou completamente. O número de países é outro, a representatividade hoje em dia do Conselho não satisfaz mais.

Então, eu quero assegurar que, mais do que gastar um capital diplomático, nós estamos ativamente participando e promovendo uma discussão da qual nós não podemos nos ausentar.

Consciente da exiguidade de tempo, quero tentar... Senador Luiz Henrique e Senador Aloysio Nunes, creio que pude tocar em vários pontos das suas indagações, mas estou pronto, depois, para estar às suas ordens para qualquer outro esclarecimento.

Mas, Senador Luiz Henrique, há a questão do desenvolvimento sustentável. V. Ex<sup>a</sup> pergunta se há entendimentos nossos com países que compartilham conosco o mesmo tipo de bioma. O senhor disse, com grande generosidade, que eu conheço mais a questão florestal do que o senhor; ao contrário, eu jamais poderia conhecer mais do que quem relatou o Código. Portanto, eu lhe agradeço o elogio, mas acho que o senhor está sendo de uma generosidade ímpar. O senhor, sim, conhece esse tema como ninguém.

Eu queria dizer que nós, sim, temos contato constante com os membros da organização, da ótica do Tratado de Cooperação Amazônica, e temos, no âmbito do tratado, tido movimentos constantes, negociações constantes de busca de meios e maneiras de cooperação acrescida para a proteção coletiva do bioma amazônico, seja com a facilitação de imagens de satélites, que nós já oferecemos aos nossos parceiros da região, seja com cooperação na área de conservação da biodiversidade e de coleções de biodiversidade nos países. Enfim, há um diálogo constante, muito profícuo nessa área, que é nosso interesse, sem dúvida nenhuma, cada vez mais incrementar porque, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, não faz sentido que a proteção seja só em parte do bioma, temos que ter uma visão muito mais holística de ecossistema e promover sempre a proteção do bioma em todas as áreas em que ele ocorra. De modo que sim, é uma preocupação do Itamaraty e do MMA, eu posso falar pela Ministra Izabella Teixeira neste caso porque nós temos trabalhado em grande sintonia nessa área.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estou um pouco preocupado com o horário, são 13h15, temos ainda sete requerimentos para serem deliberados. Eu queria solicitar a gentileza de que pudéssemos concluir. Estamos aqui desde as 10h.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É muito breve, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Geralmente V. Ex<sup>a</sup> costuma ser muito breve.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sobre as Convenções Interamericanas contra as formas de discriminação e intolerância que estariam por ser encaminhadas ao Congresso Nacional.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Eu me comprometo a agilizar, dentro desse processo sobre o qual já conversamos, todos os procedimentos para resolver essas pendências.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, também muito rapidamente, eu gostaria de ter tempo aqui, mas não tenho, de debater esse aspecto do *soft power versus political power*.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Sim, sem dúvida.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tenho a posição de que seria melhor a gente ter a força moral. Mas não vamos discutir agora.

Porém, eu queria ver a resposta a minha pergunta sobre os acordos nucleares com a Alemanha e o que está em discussão com o Japão.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Tendo em conta o tempo, eu gostaria de poder lhe transmitir isso, pedindo vênua para fazê-lo bilateralmente, fazendo chegar-lhe todas as informações que serão necessariamente mais completas do que eu possa dar agora.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estamos, enfim, chegando ao fim da nossa audiência pública com S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Figueiredo, das Relações Exteriores, ao qual queremos agradecer pela presença.

V. Ex<sup>a</sup>, por suas características, por sua personalidade, traz efetivamente uma nova luz nesse estreito relacionamento que nós precisamos ter, já estamos tendo e vamos intensificar, tendo em vista as agendas comuns desta Comissão com as atividades de V. Ex<sup>a</sup>.

Agradeço muito a presença de V. Ex<sup>a</sup>, do Secretário-Geral, Embaixador Eduardo dos Santos, presente aqui conosco, da sua equipe, dos senhores embaixadores.

Passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para as conclusões.

**O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nada mais me resta do que agradecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e ao seu Presidente a grande oportunidade que tive de poder dialogar com os membros desta Comissão.

Como disse no início, para mim é fundamental esse diálogo, é fundamental ter esse interação. Eu me comprometo, Sr. Presidente, a perseguir esse diálogo sempre, em outras ocasiões. Estou à disposição da Comissão sempre, permanentemente, para o que for necessário porque, como eu disse, é para mim fundamental, à frente do Itamaraty, esta interação. Sou muito grato a V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Ministro.

Comunico que as mensagens todas que nos foram enviadas, que não houve oportunidade de responder por parte do Sr. Ministro, estaremos encaminhando para ao gabinete de S. Ex<sup>a</sup> para que possa responder aos brasileiros que nos acessaram através do Portal do Senado, do Alô Senado, do e-Cidadania e assim por diante. Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu gostaria de agradecer ao Itamaraty, ao Ministro Figueiredo Machado pela atenção com que sempre, no caso, por exemplo, o Embaixador Norton de Andrade Mello Rapestta e o Paulo Cesar de Oliveira Campos, respectivamente na Finlândia e na Espanha, me receberam com toda a atenção por ocasião das últimas duas semanas do Simpósio Internacional sobre a Renda Básica. Eu gostaria de encaminhar a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ricardo Ferraço, Presidente, o texto da palestra que formulei nos dois encontros (Finlândia e Espanha) e que também farei no Irã, na próxima semana. Faço isso para registro e também como um relatório de minhas atividades em viagem oficial pelo Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Deixo à vontade o Sr. Ministro para, se quiser, continuar conosco. Será um prazer. Mas, considerando seus afazeres, deixo V. Ex<sup>a</sup> à vontade.

Muito obrigado Sr. Ministro.

## ITEM 1

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2014

**Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro. Considerando-se o anúncio da opção pela aeronave Gripen NG, fabricada pelo grupo sueco Saab, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Ministro da Defesa e**

**o Comandante da Aeronáutica para que sejam feitos os esclarecimentos necessários sobre os reflexos da escolha para o Estado brasileiro.**

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Se quiserem, podem discutir. A ideia é que possamos ter aqui não apenas o nosso Comandante da Aeronáutica como também, evidentemente, o Ministro da Defesa que, ao fim e ao cabo, teve a responsabilidade de fazer esse anúncio ao País. A ideia é que pudéssemos fazer um debate para conhecer os fundamentos que levaram o Governo a se decidir, considerando o longo período de reflexão que teve o Governo Federal.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**ITEM 2****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, de 2014**

**Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a participação do Governo brasileiro para a construção do Porto de Mariel, a 45 quilômetros de Havana, em Cuba. Para tanto, recomendo a presença do senhor Ministro Fernando Pimentel – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).**

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

Em discussão.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores podem discutir.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, de 2014**

**Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, informações sobre o Porto de Mariel, em Cuba, englobando os seguintes aspectos:**

- *Em que condições a contratação foi realizada;*
- *Quais são as garantias oferecidas pelo Governo cubano;*
- *Qual a estimativa de retorno que o Brasil terá com o investimento;*
- *Por que os documentos referentes aos contratos do BNDES com Cuba foram declarados sigilosos.*

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sou totalmente, mas queria acrescentar algo: o grau de exposição do BNDES nesse empréstimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos associar a pergunta de V. Ex<sup>a</sup>. Solicito à assessoria que incorpore o questionamento feito pelo Senador Cristovam, relacionada ao grau de exposição do BNDES em relação a essa operação. Isso tem a ver com as garantias naturais que devem ter sido oferecidas à operação de crédito.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – V. Ex<sup>a</sup> mencionou diversos requerimentos sem ter ainda mencionado os seus respectivos autores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – São todos de minha autoria, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ah, muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Começamos o ano incorporando uma agenda conjuntural dos termos desta Comissão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Parabéns pela iniciativa, grande iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado.

**ITEM 4**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, de 2014**

**Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as seguintes informações:**

- Qual valor total do Porto de Mariel, que está sendo construído em Cuba;
- Qual a dimensão física do projeto e o seu cronograma financeiro;
- Do valor total, quanto ficou sob a responsabilidade do BNDES - quanto já foi gasto e quanto ainda está previsto;
- Quando o contrato foi assinado;
- Em que condições a contratação foi realizada;
- Quais são as garantias oferecidas pelo Governo cubano;
- Qual a estimativa de retorno que o Brasil terá com o investimento;
- Qual o impacto desse financiamento para o BNDES.

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

Estamos convidando o Ministro Pimentel e estamos, coletivamente, ao aprovarmos, se aprovamos, o requerimento, remetendo pedido de informações diretamente ao BNDES e ao Ministério, para que eles possam informar à nossa Comissão os critérios que passo a detalhar:

Fizemos ao Ministro Pimentel e agora ao Diretor-Presidente do BNDES.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**EXTRAPAUTA**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, de 2014**

**Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o “Contencioso do algodão com os Estados Unidos na OMC” [inclusive em parceria com a Comissão de Agricultura do Senado Federal à luz da nova lei agrícola que foi aprovada pelo Congresso norte-americano.]**

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**EXTRAPAUTA**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, de 2014**

**Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater os rumos do relacionamento do Brasil com o Estados Unidos da América: avaliação da situação atual, rumos e perspectivas, o que pode ser feito para atingirmos o ponto ótimo nesse relacionamento que só pode ser definido como estratégico.**

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**EXTRAPAUTA****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, de 2014**

**Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), para debater a agenda do Mercosul para o ano de 2014, tendo em vista a desafiadora conjuntura político-econômica que se lhe apresenta.**

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**EXTRAPAUTA****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, de 2014**

**Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que consiste de uma série de contratos, baseados em parceria estratégica com a França, por meio dos quais a Marinha do Brasil será dotada de um submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos de propulsão convencional (diesel-elétricos); de uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) e de um complexo de Estaleiro e Base Naval (EBN), onde os cinco submarinos serão construídos, mantidos e apoiados. Toda essa infraestrutura está sendo construída no Município de Itaguaí-RJ.**

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**EXTRAPAUTA****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2014**

**Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto Estratégico do Exército denominado "Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres – PROTEGER", destinado à integração de esforços voltados para a proteção das estruturas estratégicas do País, garantindo o funcionamento de serviços essenciais ao desenvolvimento socioeconômico, além de garantir a proteção da sociedade em grandes eventos, suporte à Defesa Civil, proteção ambiental, proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares, proteção contra atentados terroristas e apoio à segurança pública.**

**Autoria:** Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Após a votação desse conjunto de requerimentos que darão curso às nossas audiências e à nossa rotina de trabalho aqui nesta Comissão, nós queremos agradecer a presença, a colaboração de todos os nossos Senadores, especialmente do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Aloysio Nunes, enfim, que estão conosco até o encerramento desta reunião.

V. Ex<sup>a</sup> quer a palavra, Senador Eduardo Suplicy? *(Pausa.)*

Está encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)*

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL****ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às dez horas e dez minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública** para “tratar do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que consiste de uma série de contratos, baseados em parceria estratégica com a França, por meio dos quais a Marinha do Brasil será dotada de um submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos de propulsão convencional (diesel-elétricos); de uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) e de um complexo de Estaleiro e Base Naval (EBN), onde os cinco submarinos serão construídos, mantidos e apoiados. Toda essa infraestrutura está sendo construída no município de Itaguaí-RJ”; em atendimento ao RRE nº 8/2014 – CRE. O Presidente convida a compor a Mesa o Senhor Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministério da Defesa; e o Almirante-de-Esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld, Coordenador-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear da Marinha do Brasil. O Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Vice-Almirante Cesar PINTO CORRÊA, Vice-Almirante Wagner Lopes de Moraes ZAMITH, Contra-Almirante Sydney dos Santos NEVES, Contra-Almirante NEWTON de Almeida Costa Neto, Contra-Almirante ALAN Paes Leme Arthou e Contra-Almirante FRANCISCO José de ARAÚJO. O Presidente faz pronunciamento referente ao tema desta reunião e concede a palavra ao expositor Almirante Max. Em seguida, usam a palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy e a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin. O expositor responde os questionamentos, com participação do Contra-Almirante ALAN Paes Leme Arthou e do Contra-Almirante Sydney dos Santos NEVES. O Presidente concede a palavra ao Senhor Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministério da Defesa. O Presidente concede a palavra ao expositor para suas considerações finais. O Presidente agradece a presença do convidado e demais autoridades presentes. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e um minuto, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), projeto estratégico da Marinha do Brasil e do Estado brasileiro, em atendimento a requerimento que foi deliberado nesta Comissão.

Para participar desta reunião, foram convidados o Almirante de Esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld, Coordenador-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear, assim como o Dr. André Amaro, Diretor Executivo da Odebrecht Defesa e Tecnologia, que, em parceria, com a francesa DCNS, é a condutora por parte do setor privado desse importante projeto. Ele, formalmente, lamentou sua ausência em razão de agendas anteriores.

Convido para estar à Mesa conosco o Dr. Ari Matos, Secretário-Geral do Ministério da Defesa, assim como o Almirante Max. Convido-os a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Registro ainda, com enorme alegria, a presença do Vice-Almirante César Pinto Corrêa, do Vice-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith, do Contra-Almirante Sydney dos Santos Neves, do Contra-Almirante Newton de Almeida Costa Neto, do Contra-Almirante Alan Paes Leme e do Contra-Almirante Francisco José de Araújo. Sejam S. Ex<sup>as</sup> muito bem-vindos à Comissão de Defesa do Senado da República!

Nosso objetivo na reunião de hoje é discutir o maior programa de capacitação industrial e tecnológica da história da indústria da Defesa brasileira. Quero crer que é um dos maiores programas desenvolvidos, inclusive, neste momento, em todo o mundo. É um programa estimado em aproximadamente R\$21 bilhões. É estratégico não apenas para a Marinha do Brasil e para a defesa do nosso espaço marítimo, mas também para o fortalecimento da nossa indústria de Defesa e para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País.

Os cidadãos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado poderão ponderar se faz algum sentido gastar bilhões com um programa dessa dimensão ou mesmo com qualquer outro programa de Defesa num País com tantos desafios em tantas áreas, no campo da infraestrutura, no campo da emancipação social de milhões de brasileiros. O senso comum associa as Forças Armadas apenas ao combate e à defesa do País em

tempos de conflito, ignorando o impacto do trabalho dessas mesmas Forças em tempos de paz na proteção de interesses nacionais e no dia a dia do povo brasileiro.

Investir em Defesa é investir na vigilância de nossas fronteiras e no combate sistemático ao narcotráfico; é investir na proteção do nosso patrimônio genético, em segurança cibernética, no desenvolvimento, enfim, da indústria nacional de Defesa; é investir em capacitação tecnológica e até em energia e em saúde.

Para aqueles que, eventualmente, não estejam atentos ao tema, vale explicar que o Programa Nuclear da Marinha não prevê apenas propulsão nuclear de submarino. A capacidade já alcançada de enriquecimento de urânio também vai ser explorada para a produção de eletricidade e outros usos medicinais.

Voltemos, portanto, ao Prosub, um programa de porte muito maior que o da compra, por exemplo, dos caças para a Força Aérea Brasileira, o programa FX-2, que foi orçado em US\$4,5 bilhões e teve tanta repercussão, recentemente, na mídia nacional, em razão da decisão do Governo Federal.

Desenvolvido em parceria com a França, o Prosub prevê a construção e operação de um submarino à propulsão nuclear, quatro submarinos convencionais, uma unidade de fabricação de estruturas metálicas, um complexo de estaleiro e uma base naval. Não se trata, simplesmente, como historicamente fizemos, de comprar ou adquirir esses equipamentos, de montar essa infraestrutura. A pedra de toque é a transferência de tecnologia que dará ao nosso País plena capacidade de operar os submarinos e de impulsionar, de forma decisiva, nossa indústria de Defesa. É bom frisar que esse é um setor da indústria que multiplica conhecimento, gera renda, emprego e desenvolvimento. Aliás, em muitos dos países desenvolvidos, a indústria de Defesa responde por parcela considerável do Produto Interno Bruto. É o caso da França, que tem uma larga tradição nessa questão, em que essa indústria chega a representar, dependendo, enfim, do ano, de 15% a 18% do Produto Interno Bruto. É, portanto, ferramenta e alavanca de desenvolvimento.

O Prosub também vai permitir ao País integrar o grupo seletivo de países que hoje têm capacidade para construir submarinos de propulsão nuclear. A tecnologia hoje é dominada por poucos: pela China, pela França, pelos Estados Unidos, Inglaterra e Rússia.

Mais uma vez, podemos nos perguntar sobre a necessidade do desenvolvimento de algo tão sofisticado como um submarino à propulsão nuclear. Não é só uma questão de prestígio internacional. Um submarino à propulsão nuclear vai nos dar, com certeza, a retaguarda e poder de dissuasão em águas profundas. Vai nos permitir também disputar em melhores condições um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Mas é preciso destacar, de fato, a importância do Prosub no patrulhamento e proteção da chamada Amazônia Azul, ou seja, do nosso mar territorial, com todas as suas enormes riquezas naturais, inclusive o petróleo e o gás do pré-sal.

O programa também vai responder por uma geração expressiva de empregos e benefícios sociais no Município fluminense de Itaguaí, onde está sendo instalada a infraestrutura industrial. Até 2025, no auge da sua atividade, o Prosub deverá gerar 9 mil empregos diretos e outros 32 mil empregos e oportunidades indiretos.

Convém destacar ainda o peso da parceria entre o Brasil e a França, que vem recebendo grande impulso nos últimos anos, sobretudo na área militar. Detalhe fundamental: a garantia de transferência tecnológica é requisito indispensável. É premissa, portanto, para as aquisições na área de Defesa. No caso do Prosub, essa transferência se dá em grandes proporções, em áreas como concepção, projeto, fabricação e manutenção de submarinos convencionais e nucleares com reflexos significativos para o nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

Como sabemos, o Brasil detém tecnologia necessária ao enriquecimento de urânio e vai ser responsável pela construção do reator de propulsão nuclear do submarino, mas vamos ter que contar com a *expertise* da Marinha francesa, nossa aliada, desde sempre, para desenvolver um casco capaz de suportar profundidades elevadas. Foi por conta desse *know-how* que fechamos a parceria com a França, quando, no passado, já tivemos um acordo com a Alemanha para a construção de submarinos.

Seria importante também, Almirante, que V. Ex<sup>a</sup> pudesse falar dos motivos que moveram o Governo brasileiro, a Marinha brasileira a fazer a opção por essa aliança com a França, pela DCNS, em razão, inclusive, de uma parceria histórica que tínhamos até então com os submarinos que foram adquiridos junto à Alemanha.

Em outubro passado, pessoalmente, tive oportunidade de conhecer de perto as instalações da DCNS, a empresa estatal francesa que se associou à brasileira Norberto Odebrecht no Prosub. A visita às instalações de Cherbourg, Lorient e Toulon, a convite do governo francês, reforçou minha convicção de que o programa é um marco na Defesa nacional, com extraordinárias consequências para o nosso País.

Embora não haja dúvidas, pelo menos de minha parte – de nossa parte, quero crer –, da importância estratégica do Prosub para os interesses nacionais, creio ser necessário esclarecer melhor, por exemplo, os motivos que levaram à priorização de um investimento desse porte, tendo em vista as necessidades de reforçar,

por exemplo, a frota de superfície da Marinha do Brasil e outros programas da Marinha, que vive e enfrenta desafios, assim como as demais Forças – o Exército e a Aeronáutica.

No contexto, enfim, de enormes desafios representados por um programa da dimensão do Prosub, é essencial que os recursos financeiros necessários para a sua implantação possam ser assegurados, e que esse programa não tenha solução de continuidade, dadas suas consequências e os seus impactos positivos para o nosso País. Vale ressaltar que, embora incluído no PAC, o Prosub não foi contemplado com suas necessidades integrais na proposta de Lei Orçamentária para 2014, que estivemos aqui discutindo. Portanto, seria muito importante que V. Ex<sup>a</sup>, Almirante Max, destacasse os desafios para 2014 no enfrentamento e no desdobramento desse importante projeto.

Com essas considerações, queremos dar boas-vindas a V. Ex<sup>a</sup> e ao Dr. Ari Matos, Secretário Executivo do Ministério da Defesa. Daqui a alguns dias, teremos a presença de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Defesa, Celso Amorim, cumprindo resolução desta Comissão de que todo início de ano o Ministro estará conosco nesta Comissão para fazer uma prestação de contas do ano que se passou e apresentar os mais importantes desafios e cenários para a Defesa brasileira.

Portanto, feitas essas considerações e sem mais delongas, nós queremos passar a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Almirante Max, Coordenador do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear, da nossa sempre honrosa Marinha do Brasil.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Na pessoa do Senador Ferraço cumprimento todos aqui presentes.

Quero dizer aos senhores da minha satisfação e agradecer ao Senador a oportunidade de estarmos aqui mostrando um pouco o que é o Prosub.

Vou fazer uma apresentação de cerca de 20, 25 minutos, espero que não passe disso, em que procurarei mostrar o que é o Prosub e o porquê do Prosub, e muito em função de uma série de perguntas normalmente feitas a nós pela imprensa ou por outros órgãos de interesse.

Por favor.

Vou seguir esse sumário. Eu vou, primeiro, contextualizar o Brasil no mundo. Os senhores rapidamente vão verificar a importância desse grande projeto.

Por favor.

Nós sabemos que estes números percentuais, se não forem corretos, são próximos disso. Não fogem muito.

O Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Isso significa 5,7%, é o quinto país em extensão mundialmente. Em termos de América do Sul, 47%. Em termos de população, nós já estamos com cerca de 203 milhões a 205 milhões de pessoas. Em relação ao mundo, 3,2%, 3,3%, também o quinto país. Em relação à América do Sul, 50%. Nós temos 12% de reservas de água doce em relação ao mundo. Em relação à América do Sul, 48%. Terras agricultáveis, 45%. Energia renovável e não renovável. Petróleo, 90%, como os senhores sabem, extraído do mar. Comércio exterior, 95%, pelo mar.

Não poderia deixar de falar aqui, sendo da Marinha, da Amazônia Azul, de que os senhores têm pleno conhecimento. São cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados sob responsabilidade do nosso País.

Esses dados, no meu entender, já mostram a importância de se ter – eu vou falar inicialmente, especificamente, do Prosub – não só o Prosub, mas uma Força Armada forte.

Nós não sabemos o que vai acontecer daqui a 50 anos, 100 anos, no mundo. A maioria de nós aqui presentes não estaremos vivos para ver. Então, é uma responsabilidade nossa ter uma Força Armada forte, não para entrar em guerra; pelo contrário, é exatamente para ter o poder de dissuasão, como foi comentado aqui pelo Senador. Esse é o grande motivo de um submarino de propulsão nuclear.

Perguntam sempre o porquê de um submarino de propulsão nuclear. Porque ele é considerado uma arma; ele é a arma, como os senhores verão, de maior dissuasão que existe. Um submarino de propulsão nuclear, por si só, é uma arma de dissuasão.

Eu vou continuar, por favor, e aí eu vou mostrando.

Um outro dado importante saiu recentemente. Os senhores vejam o seguinte: o Brasil, os Estados Unidos, a Rússia, a Índia, não contando a União Europeia, somos os dez maiores em área, junto com Canadá, Austrália, Argentina, Cazaquistão e Argélia, mais os que eu já citei, dez maiores economias do mundo, dez maiores populações do mundo, e o Brasil está presente em todos. Esse é um gráfico interessante, esse mostrado aí.

Nós vemos que o Brasil está bem central, junto com a Rússia, Índia, China e Estados Unidos. Então, um país que quer ser grande não pode ser grande somente em economia, somente na área social, tudo isso é importante, mas também tem que ser grande em termos de Defesa.

Pode passar, por favor.

Como foi criado o Prosub?

Por favor.

A Estratégia Nacional de Defesa de 2008 estabelece atribuições, responsabilidades no que diz respeito a energia nuclear, que são essas que estão listadas aí, algumas delas. E, no que diz respeito à Marinha do Brasil, ela diz o seguinte: "O Brasil contará com força naval composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear, capacidade de projetar e de fabricar." "Projetar" é a palavra-chave. Até hoje, nós já construímos muitos submarinos, construímos navios de superfície aqui no Brasil, mas nunca projetamos. Então, este é um ponto específico no que diz respeito ao Prosub: aprender e estar pronto a projetar sozinho submarinos, com investimento e parceria necessários.

Por favor.

No mundo, como o Senador citou, China, Inglaterra, Estados Unidos, Rússia e França são os países que têm submarinos com propulsão nuclear, alguns deles com armamento nuclear ou não. O nosso não tem armamento nuclear. Isso é importante que se saiba. Mas somente dois países naquele momento, em 2008, 2009, construíam submarino com propulsão nuclear e submarino convencional, que são exatamente esses dois países que estão citados: Rússia e França.

No que diz respeito – e se foi a todos esses países – a esses dois países, por que a escolha pela França? Porque a França foi aquela que nos ofereceu, nos permitiu ter uma melhor transferência de tecnologia, esse é o motivo real.

A França não tem mais submarino convencional, mas ela continua construindo. Ela construiu para a Índia, para a Malásia, para o Chile. Ela não perdeu o *push* de construção de submarino convencional, essa é a verdade. E ela constrói também submarinos de propulsão nuclear. Então, a França foi escolhida por isso.

Pode passar, por favor.

Como nós sabemos também, o objeto final desse grande programa, desse grande projeto é a obtenção do submarino com propulsão nuclear, esse é o cerne da questão. E para isso várias etapas serão cumpridas, como os senhores verão.

Nós temos, na Marinha, duas grandes vertentes, que é o Programa Nuclear da Marinha, situado em São Paulo, e o Prosub, que é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos com Propulsão Nuclear.

Então, nós temos essas grandes vertentes.

O Programa Nuclear da Marinha já vem desde a década de 70 e ele é o responsável pela construção do reator nuclear. Ele é o responsável pelo protótipo do reator nuclear, porque nós não faremos um reator nuclear para o submarino sem antes termos aprendido em terra como se fazer com toda a segurança. No tocante a essa parte nuclear – é uma coisa interessante –, a cada passo avante que se dá, dão-se dois passos atrás em termos de segurança. Esta é uma imagem que eu faço, porque a segurança está acima de tudo.

Por favor.

Como eu disse, em São Paulo, nós temos o desenvolvimento do enriquecimento do combustível, o protótipo do reator e a infraestrutura. É onde estão, nos dias de hoje, os nossos projetistas.

O Prosub fica em Itajaí, e eu convido os senhores a visitá-lo desde já; já falei com o Senador e digo também para os que o desejarem, pois acho que é uma obra grandiosa, que vale a pena conhecer. E todos nós vamos sentir orgulho do que nós vimos lá, como brasileiros; todos nós. Tenho certeza de que a visita nos dá orgulho do que vemos lá em termos de construção.

Estaleiro de construção e manutenção dos submarinos, os quatro convencionais e o de propulsão nuclear, e a base propriamente dita.

Por favor.

Aqui já vem uma diferença... Eu queria dizer aos senhores também uma coisa: quando eu falei que só dois países construíam o convencional e o nuclear, eu queria dizer o seguinte: alguns países do primeiro mundo já se questionam porque eles terminaram com os submarinos convencionais. Alguns deles já começam a pensar em ter de novo submarinos convencionais. Por quê? Por causa do emprego.

A principal característica do submarino é a ocultação. Ali eu botei um quadro comparativo. Quanto à propulsão, uma é diesel-elétrica, a outra é da planta nuclear propriamente dita. O convencional depende de renovação do ar para as pessoas respirarem. Depois de determinado tempo, o que acontece? O submarino precisa – nós chamamos de *snorkel* – botar um mastro para receber ar e renovar o ar. O submarino de propulsão nuclear não precisa. Ele tem grande tempo, ele independe do ar atmosférico, ele mesmo se renova internamente.

O submarino convencional tem pouca velocidade. Essa é uma das grandes vantagens do submarino de propulsão nuclear.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Qual é a velocidade?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Pouca velocidade, ele fica entre 6 e 10 nós, 6 a 10 milhas horárias, que é muito pouco. Eles são para emprego próximo à costa e emprego em pontos que nós chamamos de pontos focais.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – O nuclear, não: ele pode ser empregado afastado da costa, pela velocidade dele. A velocidade do submarino nuclear varia entre 20 e 30 milhas horárias.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Contra 6 ou 7 milhas horárias. São dados muito genéricos propositais.

Então, como nós estamos vendo – coloquei em amarelo ali –, é a capacidade de mobilidade.

Essas características todas do submarino nuclear resultam em quê? Na grande capacidade de dissuasão. Isso é que é importante que tenhamos em mente. Como eu disse inicialmente, é uma grande arma dissuasória. Por favor.

Como é que foi feito esse acordo?

Nos países desenvolvidos... Nos países de maneira geral, qualquer tecnologia sensível é de responsabilidade do Estado. O Estado é que controla tecnologias sensíveis. Nesse contexto, foi feita uma parceria estratégica entre os dois Estados, entre os dois Presidentes à época, o Presidente Sarkozy e o Presidente Lula. Daí saiu o acordo de cooperação entre os Ministros da Defesa. Em seguida, foi feito um arranjo técnico entre os comandantes de Marinha – brasileira e francesa –, e daí resultaram sete contratos comerciais, que são esses que estão aí.

Um primeiro contrato...

Os senhores podem ver que pula o sétimo. Depois eu vou explicar o porquê.

O primeiro é de submarinos convencionais, aqueles cujas características eu já descrevi.

O Contrato 2 é de submarino nuclear. É um submarino de propulsão nuclear. E esse contrato foi subdividido em de equipamentos e de construção propriamente dita.

O Contrato 3 é para fornecimento de torpedos. Aqui há uma característica interessante, para os senhores saberem. Esse torpedo é francês, mas ele somente será adquirido pela Marinha brasileira, se for aprovado, se a Marinha francesa o empregar. Ou seja, nós não teremos um armamento de protótipo. Não será protótipo. Sendo aprovado pela Marinha francesa, nós também compraremos. Se não, não compraremos. E 50 despistadores de torpedo, chamados Canto, já empregados no mundo.

O Contrato 4 trata do projeto e da construção do estaleiro, de uma base naval e de uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), que já está pronta, como os senhores verão a seguir.

O Contrato 5 é um grande administrador dos demais contratos.

O Contrato 6 é a transferência de tecnologia, que é dividida em três áreas: a construção propriamente dita, o projeto de submarinos e o projeto de construção da base e do estaleiro.

E o Contrato 8 trata de *offset*.

Esses são os contratos. E na administração disso tudo nós temos dois grandes parceiros – essa é que é a verdade –, que são o TCU e a AGU. O TCU e a AGU são nossos parceiros, porque é muito bom ser fiscalizado. Então, para nós, é muito bom, a cada passo, nós termos prestação de contas, com novas sugestões de administração. Para nós, isso é muito bom.

Por favor.

Como foi feito? Foi criado o Consórcio Baía de Sepetiba, feito pela DCNS, estatal francesa, e pela CNO, Construtora Norberto Odebrecht.

Esse é o Consórcio Baía de Sepetiba, responsável por aquele Contrato 5, de coordenação. E a Sociedade de Propósito Específico. São essas duas empresas. Foi criada a ICN, Itaguaí Construções Navais, responsável pela construção dos quatro submarinos e do nuclear, e agora a Marinha, através da Emgepron, tem o *golden share* desse contrato.

Pode passar, por favor.

Como nós nos estruturamos para isso? Os almirantes citados aqui inicialmente são os gerentes desses empreendimentos, um tratando da infraestrutura, um tratando dos quatro submarinos, outro tratando do nuclear e outro tratando da parte financeira, que é a GAF ali.

Agora, como eu disse, o programa é alicerçado em transferência de tecnologia, nacionalização e capacitação de pessoal. Se nós não conseguirmos absorver e estar prontos para desenvolver outros projetos, nós não podemos... Esse Prosub é muito caro para nós perdermos o conhecimento. Nós não podemos perder o conhecimento. Essa é que é a verdade. Eu acho que o conhecimento que nós estamos adquirindo é o fator

primordial desse programa. E esse programa tem que continuar depois, no nosso entender. Não é fazer isso e dizer “não, está pronto, já tem um submarino de propulsão nuclear, já tem os quatro submarinos, não preciso mais”. Precisa sim. Precisa, porque nós não podemos perder esse conhecimento. A nossa indústria, não só a de Defesa, a indústria de maneira geral não pode perder a capacidade que é adquirida com esse programa. Esta é, pelo menos, a minha opinião.

Por favor.

Aqui estão os prazos. A pergunta normalmente é quando vai ser o primeiro. O primeiro submarino sairá em 2017. A partir daí, 18 meses depois é que sairão os seguintes. Como os senhores veem aí, o nuclear sairá em 2023. O início da construção deverá ser em torno de 2016 ou 2017. No pico da construção – eu vou falar posteriormente – nós teremos 400 engenheiros lá, entre engenheiros e técnicos.

Então, essas são as datas previstas. Nós já temos ali a Ufem, que já ficou pronta. No ano passado, a nossa Presidenta inaugurou a Ufem (Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas). Agora, em novembro, o *main hall* do estaleiro de construção estará pronto. Esses marcos, nós buscamos chegar, nós não... Como há um acompanhamento de toda a evolução do programa, a cada marco que vemos que está atrasado, nós mitigamos, tomamos medidas mitigadoras de forma a conseguirmos atingir essas datas.

Por favor.

Vou falar um pouco dos diversos empreendimentos modulares, no que diz respeito à transferência de tecnologia na parte da infraestrutura industrial. Por quê? Porque ali vão ser construídos submarinos convencionais, franceses – estão modificados, eu vou mostrar, mas a autoridade do projeto é dos franceses, então eles dão uma assistência técnica da construção do estaleiro, da base, da Ufem, etc.

Por favor.

Os senhores veem que a nossa Ufem é junto da Nuclep. Uma exigência nossa foi integrar a Nuclep nesse sistema de construção. A Nuclep é nossa. A Nuclep já tinha experiência com outros submarinos que construímos. Então, da Nuclep passa para aquela Ufem. E essa área já está em operação.

Construímos um túnel que também está em operação. Tudo em Itaguaí.

A base norte é onde vai ter a base propriamente dita na questão de apoio. E a base sul é o estaleiro de construção e de manutenção, onde vão ficar os submarinos.

Por favor.

Aqui é só uma visão. São 45 edificações, 92 mil metros quadrados, dos quais são edificáveis 75. Isso foi feito em dois anos e quatro meses. Essa é a Ufem. Por isso que eu digo que é interessante fazer uma visita lá porque se tem ideia da grandiosidade, da capacidade nossa.

Pode passar, por favor.

Aqui está uma visão interna das diversas oficinas. Esse piso parece simples, mas é um piso que aguenta dez toneladas por metro quadrado. Então não é simples, é uma coisa tecnologicamente avançada, muito cara. Por isso que eu digo que nós não podemos perder essa tecnologia.

Por favor.

Aqui é uma visão, a última de fotografia, de como estão lá as coisas.

Por favor.

Aqui os benefícios para o Brasil: tecnologia usada na construção do Ufem e da EBN (Estaleiro e Base Naval); priorização de empregos, equipamentos, máquinas na indústria brasileira. Repito: 95% foi de indústria brasileira.

Por favor.

Ali está: 600 empresas foram visitadas, 600 empresas estão envolvidas com o projeto de EBN – isso é interessante que se saiba –, das quais, 190 como principais.

Tivemos na Ufem 95% de utilização de produtos nacionais. Foi injetado na indústria nacional cerca de R\$240 milhões. Esperemos mais R\$1 bilhão para a construção de EBN, injetar na indústria nacional.

Pode passar, por favor.

Nós teremos, ao final, 75 milhões de homens-horas de mão de obra direta, cerca de R\$850 milhões de impostos municipais e federais. O Município de Itaguaí está ganhando muito imposto. Essa é que é a verdade. É muito dinheiro. Cerca de quatro mil equipamentos industriais.

Eu tirei só aqueles que estão em azul ali. Está à disposição dos senhores toda a apresentação.

Por favor.

O processo de construção do submarino convencional. Foram feitas duas sessões. O submarino tem quatro sessões. Duas sessões foram feitas na França com o nosso pessoal participando. O senhor esteve em Luxemburgo, o senhor viu.

Então, o nosso pessoal aprendeu por que a solda é especial, o fresador, tudo. Mandamos operários nossos da Nuclep, da ICN e da Marinha. Nós mandamos para aprender como fazer. Então, fizeram junto com os fran-

ceses evidentemente, absorvendo essa tecnologia. Fizemos duas sessões. As duas outras sessões estão sendo feitas aqui, parte na Nuclep e parte na ICN.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Significa dizer, na prática, nós, brasileiros, tivemos acesso, se é que pode se afirmar assim, ao código-fonte?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Nós vamos chegar ao que diz respeito... Aí é na construção propriamente dita. Mas no que diz respeito ao projeto propriamente dito. Agora, no projeto dos diversos sistemas, sistema de combate, que é o cerne da questão, e sistema de controle, nós estamos tendo acesso, e há sempre uma discussão, e vou falar um pouquinho disso, mas nós estamos tendo acesso aos códigos-fonte sim.

O início do aprendizado do projeto começou no próprio Scorpène, que não é o mesmo do francês. Nós acrescentamos essa seção intermediária. Então, ele aumentou de 66 metros para 71. Isso já foi feito pelos nossos projetistas que tiveram curso na França. Eu vou mostrar a seguir.

Pode passar, por favor.

No que diz respeito ao *offset*, àquele contrato no valor de R\$400 milhões para capacitação de nossas empresas e que resulta em encomenda física para os quatro submarinos de propulsão convencional e R\$100 milhões em equipamentos, são 92 subprojetos; 17 já estão em execução. E há um procedimento para nacionalizar isso tudo, que eu vou mostrar aos senhores.

Por favor, pode passar.

Como é que se nacionaliza? Essa é uma pergunta interessante e sobre a qual eu não tinha muita ideia. Eu estou desde abril – vou fazer ainda um ano – nessa coordenadoria, com muito orgulho, diga-se de passagem, em poder participar desse processo. Mas como é que se nacionaliza? Primeiro, identifica-se qual o produto dentro daqueles 92 subprojetos; o que é que nós queremos, que é importante. Mas nós não queremos nacionalizar um parafuso ou uma folha de papel. Nós queremos saber o conteúdo dos diversos equipamentos. Para nós não adianta nacionalizar um painel. Isso a gente já sabe. Eu quero nacionalizar o que está dentro do painel. Essa é que é a nossa discussão constante e que está bastante satisfatória.

Seleção de empresas candidatas. Há uma negociação com as empresas e com a DCNS. Há uma decisão e depois um acompanhamento. Esse é o processo. É um processo que não é rápido, é demorado, mas é um processo que é feito com muita fiscalização, com muita... E a surpresa nossa – isso é que dá satisfação – é vermos o empresariado brasileiro se engajar nesse programa. Nós sempre dizemos: o empresário só quer saber de lucro. E a gente observa que não é isso. Não é isso, nem sempre é isso. Como há empresários que realmente chegam junto, acreditam no programa, querem participar do programa sem grandes lucros. Eles querem participar do programa, também porque, diga-se de passagem, muita coisa é dual, existe muita dualidade nesse processo, pode empregar dualmente.

Por favor.

No que diz respeito ao nuclear, como eu disse, o projeto e a construção são nossos, a autoridade do projeto está ali presente, é o Almirante Pinto Correa, que é o Secretário Executivo. No projeto do Scorpène, a autoridade do projeto é o francês, porque o projeto é dele, mas esse projeto é nosso, esse é nosso. No que diz respeito à transferência de tecnologia esse é nosso. Não existe nenhuma transferência – nem queremos – da parte do francês e de ninguém. É tudo desenvolvido por nós. Isso é bom que se diga aqui.

Engloba a nacionalização de sistemas e equipamentos. E aí é que vem, Senador, aquilo que diz respeito aos códigos-fonte, à discussão dos códigos-fonte. Nós temos uma empresa... Eu vou falar um pouco disso só para não perder a frase. Engloba a nacionalização de sistemas e equipamentos e a conclusão de Laboratório de Geração (LABGENE), como eu mostrei, que é o laboratório, é o reator nuclear que está sendo feito em Sorocaba, para depois ir um igual para o submarino, pelo CTMSP (Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo), incluindo todos os testes e licenciamento pela CNEN. A CNEN é outra parceira. A CNEN também está começando. Uma coisa é Angra 1, Angra 2; outra coisa é um submarino, que tem um reator móvel, ele anda. Então, está-se aprendendo muito juntamente com a CNEN.

Por favor.

Para os senhores terem uma ideia de homem-hora trabalhando, o nosso submarino está naquela faixa de 6 mil toneladas. O de 6.900 toneladas, quer dizer, um pouco mais, são 950 mil componentes, 8 milhões de homens-horas, é o que se demora. Vejam a diferença para um avião: são 50 mil homens-horas para se fazer um Boeing. Para o submarino de propulsão nuclear são 8 milhões de homens-horas. Os senhores imaginem o que significa isso de absorção de conhecimentos e multiplicação desse conhecimento. Eu sempre bato nisso porque realmente nós não podemos perder o conhecimento que nós estamos adquirindo. O investimento é muito alto para isso. Não temos esse direito.

Por favor, pode passar.

Aí é a fase em que está o submarino. São três fases, e nós estamos na fase iniciada em agosto de 2013, vai até 2017, que é a fase conceitual propriamente dita. Estamos, atualmente, com cerca de 100 engenheiros em São Paulo, vão chegar 300 ou 400 engenheiros. Os períodos são esses. A fase de detalhamento, chamada também de fase de construção, iniciará em 2016, 2017.

Pode passar.

A nacionalização do SNBR, do nuclear, é um pouco diferente, de maior magnitude. O processo é o mesmo, praticamente, mas tem maior magnitude, é bem maior. No SNBR, as empresas nacionais atuam fornecendo diversos componentes, incluindo os de alta tecnologia e prestando serviço de engenharia e gerenciamento industrial nas áreas não nucleares, em que há assistência técnica da DCNS, e na área nuclear, de responsabilidade somente da Marinha.

Eu queria citar que os institutos de pesquisa das universidades estarão incluídos aí. Isso é importante, as universidades têm que estar incluídas em todo o processo, e estão sendo incluídas.

Pode passar, por favor.

Para se ter uma ideia do que já mandamos de pessoas para fora para absorver conhecimento e servir de vetor naquela área, gente da Nuclep e da ICN em Cherbourg, onde está sendo feita a transferência para a construção, 179; em Lorient, que foi a faculdade que foi feita de construção, 31 oficiais, e todos eles são multiplicadores de conhecimento. Então, os senhores veem que há uma empresa, a Ezute... A Marinha é o *backup*, toda a transferência de tecnologia, a importância para nós é que seja transferida para as empresas e para as universidades. Isso é que é importante. E nós também reteremos tudo.

Então, essa é a forma como estamos adquirindo essa tecnologia.

Por favor.

No que diz respeito à responsabilidade social, temos diversos programas: Agricultura Familiar; Caia na Rede; Inglês num Clique; Centro de Atendimento ao Público; e Programa Acreditar, que é um programa já existente na Odebrecht que agora compramos e fizemos parceria com a Odebrecht no que diz respeito à qualificação profissional em Itaguaí.

Tenho vários eslaides sobre isso, não vou passar por causa do tempo, mas, com certeza, está na própria apresentação. Cada um desses programas é bastante interessante.

Pode passar, por favor.

Para os senhores terem uma ideia, em termos de empregos diretos, são 9 mil – estou falando só da construção da base – e cerca de 32 mil indiretos. Do S-BR, 2 mil diretos e 8 mil indiretos; o projeto, propriamente, 2.150 diretos; e a construção do SNBR, 1.500 empregos diretos e 6 mil indiretos. Então, também, ele gera bastante emprego.

Pode passar, por favor.

No que diz respeito à gestão ambiental, é importante a gente citar que, por ocasião da dragagem – isso foi exigência do Ibama –, nós fizemos uma dragagem muito grande, muito forte, e a exigência foi tirar a água que estava contaminada por metais pesados de uma empresa que esteve lá anteriormente e foi à falência, deixou a água, levou tudo, e nós tiramos 298.165 m<sup>3</sup> (equivalente a 20 mil caminhões carregados) de cádmio, chumbo, cobre e níquel. Hoje em dia, quando se vai lá, os senhores visitarão, a água é transparente, dá prazer, e a pesca voltou ao local. Isso é importante que se saiba também.

Essas são as manchas dos resíduos do fundo, foram todas colocadas em Geotubes, que estão ali, e foram enterradas a mais de sete metros, como foi usado no Rio de Janeiro, na Ilha do Governador. Existem esses programas, esses projetos, no que diz respeito à gestão ambiental.

Pode passar, por favor.

Campanhas de educação ambiental, evidentemente.

Gerenciamento de riscos, isso é bastante importante.

Pode passar.

Área plantada. Foi criada uma cooperativa. Muitas coisas que se comem lá são de áreas plantadas provenientes desse plano para o ambiente que nós fizemos para o Ibama.

Por favor.

Finalmente, eu gostaria de dizer aos senhores o seguinte: a execução do programa resultará, entre outras coisas, em um salto tecnológico a ser vivido pelo País. O arrasto tecnológico desse programa é imenso, tenho certeza disso, decorrente de um grande processo de transferência de tecnologia, do fortalecimento da indústria nacional, em especial de Defesa, e da melhoria de qualificação técnico-profissional de brasileiros.

Então, isso é o que eu queria dizer aos senhores e vou reforçar o que eu falei sobre a nossa responsabilidade de ter uma Força forte. Nós não sabemos o que vai acontecer no mundo daqui a 50, 100 anos e nós temos que ter uma Força Armada forte com capacidade de dissuasão, cada uma das Forças com seus programas es-

tratégicos, todos eles contribuindo para o bem do País. Esta que é a verdade. O Brasil, como eu mostrei inicialmente, é foco de ambição de muitos, tendo em vista suas riquezas, sua capacidade. Portanto, nós precisamos que esse programa não pare por aí, porque nós não temos o direito de perder a capacidade de investimento de cerca de 6,7 bilhões de euros. Nós temos o direito de não levar esse conhecimento às nossas universidades e à nossa população.

Eu pediria ao senhor, Senador, como Presidente da CRE, a todos os senhores, como representantes legítimos, que nos ajudassem exatamente a transmitir isso, porque o convencimento das pessoas fará com que o orçamento venha naturalmente, porque é difícil as pessoas se convencerem. Entendo perfeitamente a divisão entre a parte social e a parte de Defesa.

O senhor me disse que a LOA de 2014 não está condizente com as necessidades. Nós sabemos disso, mas nós temos certeza de que as suplementações necessárias, assim que se fizerem necessárias, chegarão ao que diz respeito ao PAC propriamente dito.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de fazer esta apresentação. Estou à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Almirante Max, coordenador do Programa de Desenvolvimento Prosub.

Nós gostaríamos de comunicar a todos os que nos acompanham pela TV Senado que esta apresentação estará disponibilizada no *site* da Comissão de Relações Exteriores para que os brasileiros que desejarem ter acesso a essa informação com este nível de detalhes possam acessá-la, considerando o elevado emprego de recursos públicos. Portanto, há necessidade de nós acompanharmos o desenvolvimento deste projeto.

Tenho uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup> e obviamente socializo a palavra com os nossos Senadores Cristovam, Eduardo Suplicy. Um dos grandes desafios num programa como este é seguramente a capacitação das pessoas que estarão envolvidas no desenvolvimento deste projeto. Eu não saberia dizer o que é mais importante, se o *hardware* ou o *software*, mas o domínio dos sistemas e subsistemas é algo fundamental. Muitos brasileiros foram habilitados, escolhidos para contribuir na construção deste extraordinário projeto. Eu mesmo pude pessoalmente ver, nas bases de Cherbourg e Toulon, um conjunto de brasileiros que para lá foram para o domínio dessas informações. Quer dizer, parece-me que um conjunto de mais de 200 brasileiros foram direcionados para essas bases para que lá pudessem se apropriar de todo esse conhecimento. A pergunta é a seguinte: que tipo de compromisso esses brasileiros... ou que tipo de memória a Marinha ou o Governo brasileiro ou o Ministério da Defesa está se apropriando para além das pessoas? De que maneira essas informações são institucionalizadas, para que elas se transformem em informações estratégicas do Estado brasileiro, para além do conhecimento específico e pontual que esses brasileiros, da Marinha ou não, obtiveram?

Eu pergunto isso porque, nos últimos anos, estamos vendo o esforço das Forças Armadas, no caso específico, o da Marinha, para a manutenção dos seus quadros. O mercado está, todo momento, no bom sentido da palavra, a assediar e conseguir subtrair das Forças Armadas e da Marinha profissionais que foram capacitados. O que V. Ex<sup>a</sup> pode falar a respeito desse tema?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a pergunta, porque me dá a possibilidade de expandir um pouco sobre toda essa transferência, toda a absorção, que não fica somente nas empresas. No caso, vou falar de sistemas e subsistemas, que é a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> – muito justa, que é o principal, realmente. A Marinha está com um grupo lá. Ela capacita, primeiro, as pessoas aqui, ela prepara, e eles vão para lá, para receber, através de treinamento, através de acompanhamento de integração, através de testes que são feitos, através de absorção de códigos-fontes, que é uma discussão constante, evidentemente, e é natural que seja. E eles preparam.

Então, agora, atualmente, por três anos, lá, existe um grupo de sete ou oito militares, e há a Fundação Ezute, que foi a empresa escolhida para receber essa tecnologia – estou dando como exemplo. Eles virão para cá e, aqui, essa tecnologia toda absorvida ficará na Marinha. E temos uma empresa também, tudo com assinatura de grau de confidencialidade, etc., todos esses procedimentos que são feitos; ficará na Marinha, a Marinha não pode perder isso.

Aqui, esses irradiam para as outras pessoas, outros militares. Muito bem. Mas há um detalhe que V. Ex<sup>a</sup> falou que é muito importante, que é a absorção das pessoas envolvidas no projeto – por isso, foi criada a Amazul. Com a Amazul, em tudo o que diz respeito a projeto e a sistema nuclear, nós temos condições de, nos dias de hoje, por assim dizer, contratar pessoas no nível salarial de acordo com o mercado para isso.

Então, desse conhecimento todo, a Marinha é o *backup*, de tudo. A Marinha armazena toda essa memória, como instituição do Estado. E assim é feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A França é o único país que detém domínio tecnológico deste tipo de equipamento à produção nuclear que se disponibilizou para a transferência de tecnologia? Os outros todos, os outros quatro ou cinco países que detêm o domínio não disponibilizaram?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – À exceção da parte nuclear, em que não existe nenhuma transferência de tecnologia, daqueles países que constroem nuclear e convencional, só havia França e Rússia, como mostrei. A Rússia não se dispôs a transferir a tecnologia que queríamos, no nível que queríamos. Então, a França foi escolhida, e temos um contrato específico para a transferência de tecnologia, em que há discussões com esse grupo. O senhor ouviu esse grupo em Toulon, especialmente sobre o sistema de combate. Existem discussões, e poderíamos dizer que, nos dias de hoje, está bastante satisfatória essa transferência de tecnologia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E V. Ex<sup>a</sup> considera que o cronograma físico-financeiro para o desenvolvimento do projeto está adequado?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Até o momento, ele está apropriado, até o momento está adequado. Como V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse, na LOA agora de 2014, houve duas ações que dizem respeito aos submarinos, duas ações governamentais que receberam menos do que foi subsidiado. Não posso dizer que tenho a certeza, mas eu tenho grande esperança – quase certeza – de que, ao pedir suplementação, na medida da necessidade, por estar no PAC, inclusive, receberemos esses recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A Alemanha não dispõe de domínio tecnológico para esse tipo de projeto?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Não, a Alemanha nunca construiu um submarino de propulsão nuclear, ela não tem. Foi um dos motivos... Entre aqueles cinco países que mostrei, ela não estava; ali é quem construía os nucleares. Mas a Alemanha nunca construiu um submarino de propulsão nuclear.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mesmo tendo o domínio do enriquecimento do urânio?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Mas ela nunca construiu um submarino nuclear. Ela não tem o domínio tecnológico... Ela pode ter o domínio tecnológico, mas ela nunca construiu. E uma das condições era que nós não queríamos ser protótipo para ninguém, essa é que é a verdade. Nós queríamos ser protótipo nosso. Então é por isso que foi escolhida a França.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Cristovam Buarque, a palavra é de V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy e, posteriormente, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Sr. Almirante, Sr. Secretário, eu creio que o que se passa com a falta de apoio total nosso, de uma maneira mais enfática, ao longo dos anos, para o Programa Nuclear da Marinha são duas coisas. Uma é uma conspiração contra o conhecimento, da qual o Brasil é vítima. E a segunda é um certo descuido com a defesa, do qual o Brasil é vítima.

A conspiração contra o conhecimento, a gente vê começar num país que tem treze milhões de analfabetos. Isso é um descuido com o conhecimento. Um país onde apenas dois terços da população termina o ensino médio. É um descuido. A situação das nossas universidades, que, por exemplo, não se relacionam com o setor privado, que é um dos lugares onde o conhecimento é criado também. E um setor empresarial que despreza a universidade, prefere buscar tecnologia fora, em vez de desenvolver aqui dentro. Não aceita investir. Os universitários, professores, alunos, têm medo de ser contaminados pelo setor empresarial. E o setor empresarial ri do setor universitário. A cada tanto tempo, uma greve. As pesquisas são desfeitas, e quando isso não acontece, o pesquisador nunca sabe se no ano seguinte vai ter o dinheiro para fazer suas pesquisas. A gente vive numa incerteza completa, o setor de geração de conhecimento no Brasil.

Por isso é tão estimulante ver entidades como o ITA, que consegue sobreviver de uma maneira estável, desenvolvendo tecnologia ao ponto de termos a Embraer. Aliás, acabo de saber, hoje de manhã, que fecharam um acordo de 2,3 bilhões com a Índia, para vender aviões. Fruto da continuidade na produção do conhecimento. E também o Projeto Nuclear da Marinha, que preenche, quebra um pouco essa cadeia da conspiração contra o conhecimento. E também, ao mesmo tempo, ajuda na superação do descuido com a segurança. Um país que tem o nosso litoral, e o nosso litoral com a riqueza que ele tem, não ter desenvolvido plenamente uma Marinha como nós devemos ter, nos padrões da China, da Índia, dos Estados Unidos, dos países com os quais a gente deve se comparar...

Eu sou por isso um entusiasta do trabalho do Programa Nuclear da Marinha, voltado para a defesa e com os cuidados necessários, que sempre se tem na produção de submarinos, tanto no Brasil como fora.

O que eu realmente sou preocupado é com o uso da energia nuclear. Primeiro porque creio que o Brasil não precisa disso. Nós temos apenas 3%, não é como a França, que tem quase 80%. A gente pode sobreviver sem aquelas duas centrais nucleares que estão ali em Angra. E me preocupa que a gente esteja cons-

truindo mais duas, para fazer chegar a 5%, ao risco de qualquer catástrofe que possa ocorrer ali, e nenhuma central nuclear está livre disso.

Mas o que eu defendo é pesquisa relacionada com energia nuclear. Eu defendo que ao longo dos próximos anos, a gente invista muito para conseguir construir centrais nucleares resistentes, do ponto de vista da engenharia civil, a qualquer catástrofe, como a que aconteceu em Fukushima, e também que saiba trabalhar os resíduos nucleares de uma maneira que acabe com a necessidade desses depósitos por centenas e até milhares de anos. Eu defendo que o Brasil deve determinar uma moratória de centrais nucleares investindo muito nas pesquisas relacionadas com energia nuclear. Ou seja, não é nenhuma aversão à energia nuclear. É uma aversão ao risco que a energia nuclear hoje ainda impõe.

Mas, voltando à pesquisa da Marinha, eu sou francamente favorável porque ajuda a quebrar essa conspiração do conhecimento e o desprezo pela defesa.

Por isso, como Senador, eu quero me colocar à disposição. Também gostaria de sugerir ao Presidente para organizarmos uma visita para conhecer no local. Há anos que eu penso nisso, sempre não consigo, adio, mas eu acho que indo com um grupo de Senadores seria muito positivo para vermos o que está sendo feito ali.

Parabenizo esse trabalho, que é um trabalho de Estado, um dos poucos no Brasil que a gente pode dizer que é um trabalho de Estado, não de governo. Entra governo e sai governo, mas o trabalho continua e merece todo o nosso apoio no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a consideração de V. Ex<sup>a</sup> e vamos, publicamente, solicitar ao Almirante Max que ele possa organizar uma visita nossa às instalações, no Município de Itaguaí, para que possamos, pessoalmente, *in loco*, identificar a evolução dos trabalhos.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – O senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, Senador, e gostaria de dizer que eu sou um entusiasta, sou o coordenador, mas não é por ser o coordenador não, eu sou um entusiasta, eu acho que vale a pena visitar. Eu já havia combinado aqui com o Senador, já havia feito o convite, é uma questão de agenda dos senhores para nós irmos lá. Quem chega lá se sente orgulhoso, V. Ex<sup>a</sup> não tenha dúvida disso, sente-se orgulhoso do que vai ver. É um orgulho, para nós, vermos a nossa capacidade.

E, como V. Ex<sup>a</sup> bem frisou, é um programa de Estado, hoje em dia não tem volta; é um programa de Estado realmente.

No que diz respeito às universidades, eu só queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que é uma preocupação nossa, lá da Coordenadoria da Prosub, da Marinha, cada vez mais nos aproximar desse tipo de pesquisa. Quando nós temos uma dúvida de alguma coisa, nós temos ido às universidades. Nós temos parceiros não só em São Paulo, mas também aqui no Rio de Janeiro, a UFF, a UFRJ; em São Paulo, a USP, em Campinas, nós temos ido. Nós temos ido a diversos Estados transmitir esse programa para o empresariado, para as universidades.

E é isso que eu pedi ao final das minhas palavras, que V. Ex<sup>as</sup> nos ajudassem a isso: a multiplicar esses conhecimentos do Prosub, que, como V. Ex<sup>a</sup> disse, é um programa de Estado e, como V. Ex<sup>a</sup> falou, que reputava como um dos maiores que existissem até no mundo, e eu não tenho dúvida disso não. É realmente grandioso, dá prazer em ver os brasileiros, dá prazer em ver, V. Ex<sup>a</sup> esteve lá e viu os nossos técnicos, os nossos soldados, os nossos fresadores, o conhecimento adquirido. Dá prazer, como brasileiro! Dá prazer, essa é que é a verdade!

Muito obrigado pelas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Suplicy, a palavra é de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Prezado Sr. Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministério da Defesa, prezado Almirante de Esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld – pronunciei adequadamente? –, quero cumprimentá-lo e agradecer a exposição sobre o Programa de Desenvolvimento de Submarinos tanto de propulsão nuclear quanto de não propulsão nuclear.

Eu até queria confirmar e informar oficialmente, Presidente Ricardo Ferraço, que eu, nesta madrugada, às cinco da manhã, sigo, com os Senadores Valdir Raupp e Cícero Lucena – também irão os Deputados Ivan Valente e outro do RJ –, para o Irã. Por acaso, ontem à noite, na cerimônia em que o Embaixador do Irã nos recebeu para a comemoração dos 34 anos da revolução iraniana em um jantar, havia ali inúmeros Almirantes da Marinha brasileira assim uniformizados. Portanto, eu percebi que há, sim, uma interação. E o propósito desta visita, entre outros, é justamente trocar ideias na área do desenvolvimento tecnológico, trocar experiências.

Eu noto que houve um avanço muito significativo nos últimos meses – e até de semanas – com respeito ao entendimento entre países, como os Estados Unidos, a Rússia e o Irã. Acho que o Itamaraty teve um papel importante nesse diálogo todo para se assegurar que o Irã, tal como o Brasil, utilize a energia nuclear apenas para fins pacíficos.

Acredito que V. Ex<sup>a</sup>, aqui, está nos dando um exemplo de como o Brasil procura avançar significativamente na área da construção de submarino convencional, mas também com propulsão nuclear.

Eu gostaria que o senhor pudesse nos esclarecer melhor se essa parceria que foi escolhida com a França, justamente porque a França se dispôs a transferir tecnologia para o Brasil, refere-se à parte de submarino convencional ou também à parte eventual de propulsão nuclear?

Acho muito importante essas informações que o senhor nos dá, inclusive inaugurada pela Presidente da República, em março de 2013 – portanto muito recentemente –, essa unidade de fabricação de estruturas metálicas, que acredito, então, que será para a construção do submarino, se assim compreendi bem. E isso está, então, no litoral do Rio de Janeiro... O senhor mencionou, acho que Ingá, é isso?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Itaguaí.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Itaguaí. Isso está no litoral norte do Rio de Janeiro, é isso? Ou mais ao sul?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – mais ao sul.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito bem.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – É caminho para Angra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – No caminho para Angra dos Reis. Então, na Rio-Santos.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Exatamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito bem. Eu conheço aquela área, mas não tão bem. Mas já percorri algumas vezes ali.

De maneira que quero cumprimentá-lo por obter esse esclarecimento e cumprimentar a Marinha, tendo em conta o extraordinário tamanho da área disponível, defronte ao Brasil, do Oceano Atlântico e o quão importante é termos a necessidade de estudarmos melhor a riqueza marítima, inclusive, toda a área do pré-sal. E, também, para efeito de defesa e de cuidados com toda a área marítima brasileira, acho que essa decisão de construção desses submarinos é de extraordinária relevância.

Meus cumprimentos.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Muito obrigado, Senador, pelas palavras.

Eu vou tentar dar... Primeiro, a questão de o porquê de ser a França. Eu queria só deixar bem claro para toda a plateia que a parte nuclear não existe transferência de tecnologia. A parte nuclear é brasileira, desenvolvida e pesquisada por nós brasileiros. É importante que nós tenhamos sempre em mente os diversos elementos que compõem essa planta nuclear – há universidades incluídas, há o CTMSP (Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo). Só para frisar.

No que diz respeito ao submarino nuclear, qual é a transferência? Qual é a assessoria técnica? Essa interface é uma das coisas que são discutidas entre o nuclear e o não nuclear. E um dos grandes objetivos, para nós, é aprender a projetar o submarino, porque nós construímos já submarinos. Nós já construímos navios de superfície, mas nós nunca projetamos. Então, esse conhecimento é que é muito importante no que diz respeito ao nuclear. Eles são assessores técnicos. A autoridade de projeto, como eu disse, está ali presente, o Almirante Pinto Corrêa, que é o meu Secretário Executivo, Engenheiro Naval, ele é autoridade de projeto, ele é o responsável.

Está ali o Almirante Alan, também, que é o encarregado, é o gerente do empreendimento de submarino nuclear. Nós temos o Almirante Nilton, que é do estaleiro, e o Almirante Neves, dos quatro submarinos. E o Almirante Francisco Araújo, que é o homem do dinheiro, é aquele homem que todos nós corremos atrás. Bom, então, foi por isso, e a França construía os dois ao mesmo tempo.

Agora, o senhor me permita: a UFEN, como eu mostrei, é feita onde estão sendo feitas as sessões dos submarinos, aonde vão se juntar, e depois ela vai para o estaleiro de construção propriamente dito, que é onde, realmente, se tem todo o submarino, com todos os cabos, todo o sistema, equipamentos etc.

Mas eu gostaria de frisar, também, uma coisa aqui que o senhor citou, nosso emprego pela paz. O submarino – não vou precisar corretamente –, em termos de enriquecimento, é entre 6% e 8%, entende?

O Brasil, como o senhor sabe, está autorizado a 20% por cada parte, como o senhor citou, a parte de medicina, outros empregos, e não para fazer armamento nuclear.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Fins pacíficos.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Fins pacíficos, realmente. O submarino não passará de 8%. Isso é um dado que, às vezes, as pessoas não têm... Porque eu tenho visto, à medida que o nosso projeto avança, essa que é a verdade, nós notamos a comunidade internacional, cada vez mais, como disse o Senador Cristovam, cada vez, com artigos. Mas “Não, porque vamos fazer isso, vamos fazer...” Nada disso. É entre 6% e 8%.

Os *experts* mundiais começam, cada vez mais, a terem artigos, porque eles, agora, acreditam que nós vamos fazer.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – O senhor permite uma indagação de quem não tem vivência, nem conhecimento de submarinos nucleares? Em relação ao submarino comum, de que tamanho é o nuclear? Qual é a diferença entre um submarino de não propulsão nuclear e um de propulsão nuclear no que diz respeito ao tamanho, no que diz respeito à velocidade com que pode navegar no oceano, da plataforma marítima, e se há, também, diferenças, digamos, de profundidade aonde ele pode chegar, e, portanto, que qualidades adicionais têm submarinos à propulsão nuclear em relação a um submarino normal?

Quero dizer que eu também não sou especialista nem no submarino normal. Então, se o senhor puder dizer uma e outra, eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Me permita, Almirante. Talvez fosse importante que V. Ex<sup>a</sup> pudesse falar um pouco do emprego operacional, das diferenças de eficiência de um submarino de propulsão nuclear para um submarino convencional, por assim dizer, diesel-elétrico, enfim, o emprego é mais *offshore*.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O tipo de velocidade, quer dizer, o emprego que ele terá na costa brasileira, que tipo de eficiência e resultados ele estará produzindo ao nosso País.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Exatamente. Então, eu vou...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Quem sabe, quando estiver pronto, os Senadores podem ser convidados a dar uma volta no submarino?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Com certeza. Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex<sup>a</sup> quer pilotar um submarino também? (*Risos.*)

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Ali, eu retrato bem a diferença de um convencional para um nuclear. Eu vou dar alguns números: o convencional ele está em torno de três mil toneladas de deslocamento e o nuclear, o nuclear tático, que é o caso do nosso, não é o estratégico, que é bem mais, 20 e poucas mil toneladas. O nosso está em torno de 6 mil, 6,5 mil toneladas, isso em deslocamento.

Em termos de tamanho, um é em torno de 70 metros, o outro, em torno de 100 metros, o nosso vai ser em torno disso. Só para se ter uma ideia da diferença.

Um é com instalação com diesel-elétrico, o outro é planta nuclear. Qual uma das vantagens do emprego, como o senhor disse, Senador? É que o nuclear não precisa renovar o ar. O convencional, de tempos em tempos, ele tem que vir à superfície, o que nós chamamos de “*esnornear*”, ou seja, renovar o ar para as pessoas. O nuclear não precisa. Então, ele fica mais tempo. A capacidade de ocultação dele, que é a característica principal, uma das principais do submarino, ela é bem maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Qual é o limite de submersão de um submarino de propulsão nuclear?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Eu acho que ele é cerceado muito pela capacidade das pessoas ficarem mergulhadas, entende?

Eu não sei... Talvez, se o senhor me permite, Alan é o *expert*.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por favor.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Acho que ficar mergulhado por três meses... Depende muito das pessoas, porque ficar mergulhado, o senhor há de convir comigo, que ficar mergulhado três meses eu acho que não é...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Historicamente, que registro temos desse tipo de submersão e se um submarino de propulsão nuclear pode varrer a costa brasileira com que tempo, do Rio até Manaus e qual a diferença...

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Até Belém.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... até Belém, desculpe-me, fazer esse percurso no submarino convencional com o submarino de propulsão nuclear?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Do ponto de vista propulsão, não tem limite. O nosso combustível dura cinco anos; o combustível dos Estados Unidos, por exemplo, que enriquece a 90% o reator, ele dura a vida toda do submarino, não precisa trocar. Do ponto de vista de renovação de ar, também não tem limite. O problema se limita à quantidade de comida que ele leva e ao estresse da guarnição. Então, não precisa levar muito mais comida do que aquilo que é o limite do estresse da guarnição.

Eu costumo sempre dizer, para dar uma ideia, que um submarino é um grande Big Brother, só que não tem mulher, não tem piscina e não tem sol. Então, estressa, estressa muito. Depois de três meses, noventa dias, o nível de estresse já está provocando erros na guarnição. Então, é hora de voltar antes que aconteça alguma coisa.

Agora, de qualquer maneira, o recorde hoje é americano, noventa. Os submarinos americanos são projetados para 90 dias. Os submarinos russos, alguns deles, os maiores, Typhoons, são projetados para 120 dias; o nosso está sendo projetado para 90 dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em quanto tempo nós poderíamos percorrer a costa brasileira, por exemplo, do Rio de Janeiro até a cidade de Belém?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Quanto tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim. E qual a diferença desse tipo de emprego operacional de um submarino de propulsão nuclear para um submarino diesel-elétrico convencional?

**O ALAN PAES LEME ARTHOU** – Sim, ele consegue dar os 20 nós direto, só que, a 20 nós, a uma velocidade de 20 nós ou 25 nós, ele não “ouve” muito bem. Então, se ele tem alguma ameaça, ele tem que, de vez em quando, dar uma parada no meio do caminho para poder ouvir o que está à volta dele. O submarino convencional tem uma limitação séria, que é o problema de recarregar a bateria. Para recarregar a bateria ele tem que vir próximo à superfície.

Uma das coisas que o Senador Suplicy comentou e que vale a pena ressaltar é o que o Almirante Max falou do problema da renovação do ar. O maior problema da renovação do ar, é ter que renovar o ar e ter que recarregar a bateria, porque sem ar da superfície ele não consegue carregar a bateria. Se ele tiver trabalhando em velocidade baixa, em dois ou três nós, velocidade patrulha, ele, em dois dias no máximo, um dia e meio ou dois dias, tem que vir à superfície. Isso aí causa, na superfície, mesmo só com o *snorkel*, qualquer coisa no mundo é detectável por satélite, principalmente quando ele está “esnorqueando”, porque altera e provoca um gradiente de temperatura na água do mar, e os sensores infravermelhos conseguem detectar isso. Então, ele é detectável. Hoje em dia qualquer coisa detectável é destrutível. Já o submarino nuclear não precisa, ele fica o tempo todo embaixo d’água. Então, o grande problema da renovação do ar, o grande problema de ter que recarregar a bateria é que o outro é vulnerável e o nuclear não é tão vulnerável.

Nós temos uma coisa chamada de taxa de indiscrição. Quão indiscreto um submarino é? No submarino convencional existe uma taxa de indiscrição. O submarino nuclear é zero, ele não é indiscreto, ele não aparece.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E esse tipo de tecnologia pode ser usada em que outros tipos de atividade humana?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – O de propulsão nuclear, hoje em dia, a Rússia está fabricando, está pensando, está construindo já balsas com reatores, igual a submarinos, que conseguem suportar joga da balsa e tudo mais para alimentar áreas da exploração de petróleo ou populacional na Sibéria ou nas regiões mais frias. Essas balsas podem ser usadas para qualquer situação de emergência, em qualquer lugar, para suprir energia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – São embarcações de *supply boat*? Algo do tipo?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Não, são balsas mesmo. Têm que ser rebocadas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas, Contra-Almirante Alan, eu fiquei preocupado porque existe alguma proibição de mulher andar no submarino?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Não.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Porque eu fiquei pensando que, do ponto de vista da diminuição do estresse, se puder o Almirante ser acompanhado da companheira, poderá ficar mais tempo sem ter tanto estresse.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Senador, Senador, só sendo mais...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Há alguma proibição?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Até o momento, nós não temos ainda – o senhor viu que eu falei ainda – mulheres no submarino.

Realmente, o que restringe o tempo, como foi dito, é a questão do mantimento e a questão do estresse. Eu, particularmente, sou só de superfície, não sou de submarino. Como o senhor disse “vamos dar uma volta no submarino”, eu digo: “mas é ir e voltar”, porque, para dormir, eu já não me sinto muito confortável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas quantos dias um submarino convencional levaria do Rio até Belém? E quantos dias um submarino à propulsão levaria do Rio até Belém, para fazer o emprego operacional?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Eu nunca fiz essa conta, mas são 40 km/h no submarino nuclear e, no convencional, ele vai ter de andar na faixa de seis ou sete nós em média.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – No máximo 10.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, quando ele tem que submergir para fazer...

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Ele continua andando.

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Ele anda a sete nós e recarrega a bateria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Cristovam.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tenho uma curiosidade técnica. Como é feita essa renovação do ar sem vir lá fora? É uma curiosidade que eu tenho.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – É o *snorkel*. Trata-se de um mastro que ele tem e aí... Faz favor.

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Eu acho que o senhor está perguntando do nuclear, não é?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso.

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – No caso do convencional, ele puxa o ar...

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Ele bota o mastro para fora.

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – ...liga os motores, o ar é puxado pelo motor e varre todo o submarino. No nuclear, primeiro, tem de se gerar oxigênio.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ele gera?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – Ele gera oxigênio a partir da eletrólise da água do mar. Ele admite água do mar, ele tem sobra de energia do reator e, então, ele provoca eletrólise da água do mar. Mas, na eletrólise da água do mar, tem de se eliminar hidrogênio. Hidrogênio é perigoso, é explosivo. Então, tem de se pegar o hidrogênio e colocar de volta no oceano. Tem de se eliminar o CO<sub>2</sub>, tem de se eliminar o CO, que é diferente de eliminar o CO<sub>2</sub>. Então, há todos esses processos químicos para fazer essa eliminação. Existem vários gases tóxicos a bordo, inclusive provenientes de pinturas, de materiais, de óleos que aquecem e começam a se misturar às partículas, que têm de ser eliminados. Isso tudo é feito por processo químico. Então, há todo um sistema de monitoramento capaz de fazer isso.

Só completando o que o Senador Suplicy falou sobre mulher, a Inglaterra está testando colocar mulheres nos submarinos, mas o nível de CO<sub>2</sub> que normalmente é admitido nos submarino, se a mulher estiver grávida, provoca problemas na gestação do bebê. Então, na Inglaterra, a mulher só entra numa missão de submarino, se fizer um teste de gravidez.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eles operam a que profundidade?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – A profundidade, normalmente, é mantida em segredo, mas ela não é muito mais que a profundidade do submarino convencional. Eu diria ao senhor o seguinte: a nossa plataforma continental não vai a mais de 300 metros, depois da plataforma continental, há uma região abissal. Se se tentar colocar a mais de 300... Só para ter uma ideia, o peso do aço num submarino nuclear, para suportar 300m... Não são apenas 300; 300 metros para ele operar; ele tem de suportar muito mais que isso. O peso do aço é metade do peso do submarino. Das 6 mil toneladas, 3 mil são só aço. Então, se se tentar botar a profundidades maiores, vai ter de aumentar e muito a quantidade de aço, ficando inviável a execução do submarino. É diferente de um submarino científico. Esse, sim, pode ser feito com chapas mais espessas e tudo mais e botar fluabilidade através de microesferas e tudo o mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Cristovam.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Outra pergunta, talvez uma especulação. O senhor disse que qualquer coisa na superfície é identificável por satélite.

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – É verdade.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quantos anos ainda vamos demorar para que eles detectem algo a 100 metros de profundidade?

**O SR. ALAN PAES LEME ARTHOU** – A detecção, quase sempre, é feita ou por infravermelho ou por ondas eletromagnéticas. A onda eletromagnética não penetra na água salgada. Então, a única maneira é através do som, e é do som gerado pelo submarino. Então, ele tem de colocar um navio... Isso, normalmente, é conseguido a distância muito curta. Ele tem de botar vários navios em posições para conseguir detectar um som. Só que, na superfície, por causa do movimento do navio nas ondas e tudo mais, ele gera muito mais ruído que o submarino submerso. Então, o submarino sempre detecta, antes de ser detectado. E ele pode contar também com um fenômeno chamado inversão térmica, que é fácil encontrar nos oceanos. E, quando há inversão térmica, o sonar do navio que está tentando detectar o submarino, o som é difratado, aí ele muda de direção. Então, eles sabem que há alguma coisa, mas não conseguem detectar onde está.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Senador, o senhor me permite só complementar? O submarino convencional normalmente é empregado numa determinada área chamada ponto focal. Essa detecção pode vir, sim, porque uma aeronave, seja helicóptero ou de asa fixa, tem equipamentos para detectar o submarino mergulhado. Então, não é que ele seja indetectável. Não, não. Ele pode ser... Tudo depende da situação,

de onde se vão largar os aviões, de onde se vão largar os navios de superfície, de onde se vão largar... Essa característica... O submarino convencional é muito mais facilmente detectável do que o submarino nuclear. Essa é uma das grandes características, a ocultação. O que permite uma maior ocultação do submarino nuclear? É exatamente essa mobilidade.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agora, não é uma pergunta minha, mas recebi aqui uma mensagem com algumas perguntas indiscretas, talvez, mas que me sinto na obrigação de fazer. Aliás, fiquei curioso também.

São feitas – não me foi pedido sigilo do nome – pelo Sr. João Carlos Moreira. Creio que deve ter alguma relação com o trabalho.

Ele pergunta: “Prezado Senador Cristovam, a Marinha vai gastar 21 bilhões com o Prosub, para construir submarinos nucleares e mais uma nave, em uma nova base naval em Itaguaí.”

Aí ele faz a seguinte pergunta – essa primeira, acho que o senhor já respondeu –: “Por que a escolha da empresa francesa com preço mais caro do que a alemã, sem licitação?” Essa o senhor respondeu, dizendo que a Alemanha não tem tecnologia, não é isso?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Nunca construiu...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nunca construiu?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – A Alemanha nunca construiu um submarino nuclear.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu achava que até hoje ela era proibida de construir submarinos.

Segundo, a escolha da empresa Odebrecht em construção civil sem a experiência em construção naval e sem licitação.

Quer que eu faça todas as perguntas.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Eu posso responder logo essa, que é fácil. Tem que perguntar para DACNS, porque a escolha não foi da Marinha do Brasil, foi da DACNS.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Terceiro, compra de quatro submarinos da classe Scorpène por preços mais caros do que pagam a Índia e o Chile.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Eu não sei qual é o preço da Índia.

São contratos totalmente diferentes.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É, são contratos diferentes. Não tem nada a ver com vocês.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Não. Os contratos são totalmente diferentes.

O contrato de transferência de tecnologia é aquilo que disse... E o conhecimento, e os contratos com a Índia e o Chile são diferentes dos nossos. Não tem nada a ver com o nosso contrato.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nada a ver.

Quarto – Construção de uma nova base naval em Itaguaí, quando a Marinha do Brasil já tem arsenal da Marinha preparado e aparelhado para a construção naval.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Olha, eu vou dizer... Esse senhor que está perguntando é um ex-oficial de Marinha, engenheiro, e não vou tecer nenhum comentário sobre a pessoa, mas o arsenal de Marinha não comporta. Como é que nós íamos atracar no Rio de Janeiro um submarino de propulsão nuclear. O senhor imaginou isso? Entrar no Rio de Janeiro, ficar lá constantemente, um submarino com propulsão nuclear atracado, sem as condições de segurança suficiente. Itaguaí foi escolhida exatamente pelas condições de segurança naturais que tem; ela tem grande profundidade, tem proteção, ela tem uma série de coisas para haver sido escolhida... Não foi assim: “Eu vou para Itaguaí”. Foi depois de estudos. Aqui eu tenho alguns colegas meus de turma, quando nós fizemos, como Capitães de Corveta, o curso para Escola de Guerra Naval, um dos exercícios era escolher um navio para ser uma base, isso desde aquela época. Então, eu estou falando já de algum tempo, 1984, 1985, e desde aquela época todos os trabalhos convergiam para essa área. Então, por isso, não era um arsenal, porque nós não vamos colocar um submarino nuclear.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Penúltima pergunta:

Escolha do local da nova Base Naval adjacente a um terminal da Petrobras, colocando em risco a segurança ambiental.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Absolutamente. O senhor viu a preocupação ambiental como eu apresentei certo? Qualquer lugar que seja e que esteja, obviamente que a segurança ambiental – não só a segurança ambiental, vamos chamar de segurança de uma maneira geral, tem que ser objeto de todos os passos que nós damos para qualquer coisa. E nós temos essa preocupação. Estamos cumprindo plenamente o plano determinado pelo Ibama. Nós temos o licenciamento e nós nos preocupamos muito com isso, nós nos preocupamos muito com parte ambiental de uma maneira geral e não é só lá em Itaguaí, em qualquer base

que o senhor for, em qualquer lugar que o senhor for, o senhor conhece a Marinha, já visitou algumas vezes, o senhor sabe que nós temos sempre essa preocupação.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E a última, eu não sabia disso, preterição da Nuclep para participar do Prosub.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Preterição?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – A Nuclep é encarregada do casco rígido. Então, o senhor vê que não porta muito... *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, a palavra é de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex<sup>a</sup> quer embarcar no submarino também, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Quando ficar pronto esse de propulsão atômica, se ele não balançar tanto quanto o outro.

A Marinha não gosta de mim não, porque para todos com quem eu falo eu digo que não há nada pior do que andar em um submarino.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu não acredito que a Marinha não goste de V. Ex<sup>a</sup>. *(Risos.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Porque eu faço campanha negativa, propaganda negativa.

Mas, olha, não sei se foi um infortúnio nosso, mas quando fomos conhecer o submarino da Marinha, alguns Senadores, à época eu era Deputada Federal, não teve um que parou em pé, todos arriaram. Imagina, descendo e subindo. A gente achou que acabou a descida, melhorou, na subida foi pior ainda.

Por incrível que pareça, o Senador Jonas Pinheiro, à época era o mais idoso de todos, foi o que melhor suportou e mesmo assim arriou.

Mas, enfim, não vou fazer pergunta técnica porque quando aqui cheguei já havia começado, mas cheguei a tempo de assistir a recapitulação da exposição por solicitação do Senador Suplicy, o que é sempre muito bom.

Eu só gostaria de acrescentar ao que já foi questionado algumas perguntas do ponto de vista financeiro. É um projeto... Rememorando, porque no final do ano passado tivemos, na Marinha – não foi, Senador? –, membros desta Casa, Câmara dos Deputados também, que nos foi solicitado apoio para o orçamento, para a composição dos custos e da demanda e previsão no orçamento, na LOA deste ano de 2014.

O projeto todo é audacioso. Muito. Não é? O projeto de €7 bilhões – fui informada aqui –, de 27, 28 bilhões, mas num prazo de 15 anos.

Agora, é isto: acho que uma das demonstrações de aonde o Brasil se localiza no cenário mundial. Nós somos a sétima economia, um dos países mais extensos territorialmente, um dos maiores, do ponto de vista populacional, portanto, precisamos construir esta Nação. A nossa diferença em relação aos outros é que somos uma Nação em construção ainda, e que não só tem um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, mas tem o território mais rico do Planeta, na superfície e abaixo da superfície, é o mais rico do Planeta.

Portanto, creio, tenho absoluta convicção, o mais cobiçado também. Então, é óbvio, esse é um programa de Estado.

Neste ano são 2,6 bilhões. Está indo tudo bem? Os repasses, as liberações?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Nós estamos necessitando um pouco de fluxo, estamos tendo dificuldade em fluxo de caixa.

Como eu disse, a LOA, realmente, do EBN, não devemos ter nenhum tipo de problema, mas para as duas outras ações, que é a do submarino convencional e a do submarino nuclear, está previsto bem menos do que foi subsidiado, mas também com a promessa, estando no PAC, de nós, ao pedirmos suplementação, conseguirmos.

Até o momento nós temos tido algum problema no que diz respeito a fluxo de caixa.

Agora, a senhora me permite.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Claro, claro.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Como a senhora disse, como nós falamos, 21 bilhões, 7 bilhões, 7,8 para EBN, quatro bilhões e pouco para os submarinos, os números são grandes, mas eu acho que o projeto é muito maior do que esses números.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E isso vai capacitar o Brasil para que possa ser construtor e comercializador de submarinos?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Exatamente. A quantidade de empresas que... O fator multiplicador disso, do conhecimento... Nós, ao término desse programa, não tenha dúvida nenhuma, Senadora, estaremos em outro patamar em relação ao mundo. Eu não tenho dúvida alguma.

Eu não estou falando isso por ser oficial de Marinha ou por ser coordenador. Não. Eu tenho certeza, eu tenho convicção disso. Nós estaremos em outro patamar. Como a senhora citou, o valor assusta, apesar de serem 15 anos. "Poxa, tem tanta coisa!" Mas nós estaremos em outro patamar.

Um projeto desses não deve ser medido pelo valor financeiro, mas, sim, pelo valor que ele traz de benefício para o País.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E não é um projeto de um equipamento em si, é um projeto que envolve ciência, tecnologia, desenvolvimento.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Pesquisa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, só o fato de nós termos a parte nuclear desenvolvida aqui, isso não se conseguiu hoje. Quantos anos de pesquisa disso tudo? Agregar a isso também outros conhecimentos, outras capacidades.

Então, acho que era isso.

Queria dizer, Sr. Presidente, que, apesar de ser lá no Rio de Janeiro, também quero... Acho que seria importante, porque uma obra daquela dimensão, daquele tamanho, feita em dois anos, dois anos e pouquíssimos meses...

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – A Ufem. Em dois anos e quatro meses, a Ufem inteira...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Era interessante. E é isso. Acho que é uma obra onde se constrói, onde se estuda e onde se pesquisa. Então, tenho mais é que aplaudir. Sabemos que qualquer engenheiro brasileiro, militar ou não, que queira qualquer lugar na indústria, em qualquer indústria, em qualquer lugar do Brasil e do mundo, tenho certeza de que, do ponto de vista econômico, estará muito melhor, mas prefere ficar aqui. Acho que é isso. Essa nossa manifestação, a manifestação dos senhores todos de patriotismo é que nos anima a continuar acreditando que não só somos grandes em tamanho; somos grandes em capacidade. E os próximos anos serão muito melhores do que este que estamos vivendo.

Então, quero cumprimentar os senhores todos que aqui estão e as senhoras também.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Almirante Max, um dos elementos importantes na consolidação de um empreendimento como esse é a figura do *offset*, que é a fase de compensação pelo investimento.

Eu gostaria que V. Sª falasse, com um pouco mais de detalhes, sobre o Contrato nº 8: como se dimensiona, como se deram essas negociações, qual o limite, qual o valor e como está detalhado? Fala-se em uma compensação, em um *offset* superior a 4 bilhões, inclusive...

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – São 400 milhões de *offset* e €100 milhões em equipamentos. Posso passar a palavra para o Almirante Neves?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por favor.

**O SR. SYDNEY DOS SANTOS NEVES** – O contrato de *offset* é na ordem de €4,88 bilhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Só de compensação, de *offset*?

**O SR. SYDNEY DOS SANTOS NEVES** – Só de compensação. Corresponde, exatamente, à parte financiada do projeto. Esse foi um projeto de financiamento internacional, que tem vários, vários eventos. São 21 eventos, desde a criação de uma empresa nacional para construir os submarinos aqui no Brasil, que é uma sociedade com propósito específico, a ICN; a parte de nacionalização, uma parte do *offset*; a parte de projeto, outra parte do *offset*; a parte de constituição de uma empresa, a introdução de uma empresa na área de sistemas, a Fundação Ezute, também há um *offset*; temos *offset* de remodelação de algumas áreas do Arsenal de Marinha; temos outros *offsets* não ligados, propriamente, ao Prosub, mas que interessam à Marinha, que é a assistência técnica para um navio-aeródromo São Paulo, que é um navio francês; temos *offset* também em diversas áreas, em diversos equipamentos.

Na verdade, como foi priorizado isso? Em função da necessidade e do valor tecnológico. Os *offsets* que tinham mais valor tecnológico agregado foram aqueles que foram prioritários e tiveram fator de compensação maior do que aqueles mais elementares.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O *offset* não é uma transferência financeira; é uma transferência de sistemas, de tecnologias?

**O SR. SYDNEY DOS SANTOS NEVES** – Exato. Não obedece a um valor de pagamento, é um valor contábil. Normalmente, aquilo que a empresa tem de melhor habilidade ela transfere, e aquele valor contábil é compensado. No caso, por exemplo, dos sistemas de combate, de que a empresa Ezute está participando, ela levou cerca de oito ou nove engenheiros da Ezute para a França, treinou-os, integrou esses engenheiros à

equipe dele, da própria DCNS, e lá eles produziram alguns códigos-fonte e estão trabalhando em um sistema de combate. Quer dizer, não houve um valor financeiro agregado a isso, mas ela integrou – isso tem um valor, um valor grande – a equipe dela para fazer isso. No caso da empresa também de fabricação, a ICN, foi exatamente a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – No caso do dimensionamento dos valores envolvidos no desenvolvimento desse projeto, ficou evidente que somente a França se disponibilizou a transferir tecnologia no limite em que nós precisamos.

Que tipo de providência ou de iniciativa a Marinha ou o Governo brasileiro, enfim, adotou, para fazer uma comparação desses preços e referências de mercado, porque foi uma espécie de... Não houve uma concorrência para se fazer essa aliança, e os preços foram naturalmente apresentados pelo governo francês, pela estatal francesa DCNS. Mas foi feito algum tipo de comparação desses valores com outros valores, com outras empresas e outros países que, eventualmente...?

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Vou iniciar a resposta e ele complementar.

Inicialmente, na ocasião dos acordos assinados, tudo eram projetos, projetos, projetos; não se tinha realmente o detalhamento das coisas. E, à medida que vai acontecendo, essas coisas são discutidas constantemente. A cada item, a cada evento, temos diversos marcos a serem cumpridos, a cada evento eles são discutidos.

Vou pedir para o Almirante Neves também complementar a resposta.

**O SR. SYDNEY DOS SANTOS NEVES** – O Prosub é basicamente dividido em três grandes áreas: área de construção civil...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O nosso Secretário Executivo do Ministério da Defesa, em função de outras agendas, se retirará, mas gostaria que ele pudesse somente fazer uma palavra para justificar sua presença aqui conosco; em seguida, devolveremos a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARI MATOS CARDOSO** – Dizer da nossa satisfação, pois é sempre um prazer renovado, voltar a esta Casa, quando se tem oportunidade de mostrar aquilo que a Defesa está fazendo.

Evidentemente que o Prosub não é um projeto isolado de orientação geral da área de defesa. O Prosub decorre de uma decisão estratégica, em 2008, quando foi aprovada a Estratégia Nacional de Defesa. Além do Prosub, temos outros projetos, como o KC-390, que é cargueiro; temos o HX; temos os blindados Guaranis; temos navio-patrolha. Quer dizer, todo e qualquer país do mundo depende muito da área de defesa para o desenvolvimento da sua indústria.

Acho que de 2008 para cá aconteceram alguns fatos que foram marcantes no trabalho que culmina com um projeto dessa dimensão e dessa natureza. Eu citaria a Estratégia Nacional de Defesa, citaria a Política Nacional de Defesa; citaria o Livro Branco, em que o Congresso teve uma participação marcante e é um dos grandes responsáveis por tudo que está acontecendo em termos de transformação da área de defesa. E dizer que está em plena fase de preparação, de elaboração, até faz parte do próprio Livro Branco, o Plano Nacional de Articulação e Equipamento de Defesa, que projeta as necessidades da área de defesa para os próprios 20 anos.

Então, é a primeira vez que a Defesa se apresenta com a definição de projetos, com a definição de prioridades, para viabilizar esse recurso – evidentemente levando a área econômica com essa projeção –, para que realmente seja assegurado, além do recurso que é necessário, a regularidade desse recurso que é tão importante quanto os acréscimos.

De qualquer maneira, eu diria que temos duas fases: na fase de 2003 até 2007, antes da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, as nossas necessidades foram atendidas, entre aquilo que se pede e aquilo que se recebe, em termos de 35%; no período de 2008 a 2013, estes 35% foram elevados para 65%. Está longe do que precisamos? Está. Mas evidencia um esforço realmente do Governo, um esforço, uma participação do Congresso, que tem incentivado, que tem apoiado, que tem demonstrado a importância da Defesa, que levou a esse percentual. Tenho certeza de que, uma vez concluído o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa, do Ministério da Defesa, com essa projeção de necessidade, com definição de prioridade, com consistência de dados, é possível certamente se negociar com a área econômica com a possibilidade de viabilização de recurso, evidentemente tendo o cuidado de não impactar muito, porque sabemos que os compromissos da União são muito grandes, mas há mecanismos, há formas de atenuar isso com financiamento de médio e longo prazo para aqueles projetos, como é exemplo o Prosub, é um projeto de 20 anos.

Quero dizer da minha satisfação e parabenizar o nosso Almirante Max pela apresentação. Agradecer ao Presidente Ricardo Ferraço, que é um conhecedor da área de defesa, um grande estimulador dessa nossa participação. E sempre, reitero, é um prazer muito grande voltarmos a esta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós que agradecemos a presença de S. Ex<sup>a</sup> conosco.

Almirante Neves, a pergunta é mais ou menos assim: esses valores foram estimados no p zero do projeto ou eles foram sendo organizados e consolidados ao longo do seu exercício?

Não houve, por assim dizer, uma concorrência internacional para que nós pudéssemos ter bases, marcos e referências para fazer a opção por essa aliança em razão da qualidade ou em razão do preço. Como esses preços, como esses valores podem ser referenciados, para que nós tenhamos a consciência e a certeza de que nós estamos observando a melhor economia possível para o contribuinte brasileiro?

**O SR. SYDNEY DOS SANTOS NEVES** – O Prosub pode ser organizado em três grandes blocos. O primeiro bloco é a área de construção civil – estaleiro e base naval. O segundo bloco, que é a construção dos submarinos convencionais. E o terceiro bloco, que é o submarino nuclear. Vamos por blocos.

Quanto a estaleiro e base naval. Foi feito o projeto conceitual, que se desdobrou no projeto básico. O valor é sabido, é aquele que é praticado normalmente no mercado.

Quanto ao submarino convencional. Existe um valor de comparação, sim. Antes da contratação dos franceses, nós negociamos longamente com outras nações, como a Alemanha, por exemplo. Eu tenho os valores de referência das outras negociações e posso lhe afirmar que, no caso dos submarinos convencionais, os preços são bem semelhantes.

Quanto ao submarino nuclear. É um projeto em desenvolvimento, como o senhor bem falou. O valor foi estabelecido numa estimativa dos requisitos brasileiros.

Então, para a parte de obras civis e submarino convencional, os valores são apropriados, e a gente pode mostrar isso. No caso de desenvolvimento – a palavra de desenvolvimento –, foi baseado em estimativas em cima de projetos e requisitos que a gente tinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V.Exª pelos esclarecimentos e devolvo a palavra ao Almirante Max para os seus encaminhamentos finais.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Senador, mais uma vez lhe agradeço, realmente, a oportunidade de estar presente. Agradeço aos Senadores que aqui estiveram e aos questionamentos.

Eu queria dizer aos senhores o seguinte: eu não tenho dúvida nenhuma, não como coordenador desse programa, nem como oficial de Marinha, mas como brasileiro, que, ao término desse programa, nós, como já disse – o arrasto tecnológico e conhecimento são tão grandes –, nós estaremos em outro patamar. Eu não tenho dúvida de que o nosso País estará em outro patamar, de que o nosso País será visto com maior respeitabilidade.

Como o senhor disse nas suas palavras iniciais, existem grandes oportunidades que advirão do submarino nuclear. Uma delas, inclusive, contribuirá de alguma forma para o assento no Conselho de Segurança, como o senhor mesmo frisou. Eu acredito também nisso, porque nós faremos parte de um seleto grupo de nações que têm capacidade de construir, como nós vimos, um dos equipamentos mais difíceis de fazer – projetar e construir.

Essa é a minha esperança, assim como eu tenho esperança também de que nós não podemos parar de fazer. Eu não estou considerando parar esse programa, não, mas continuar com outros programas. Por exemplo, se eu disser que vou construir esse primeiro submarino nuclear e parar, eu vou perder o conhecimento.

Então, a partir de 2017, nós temos que começar a encaminhar; temos que começar a tomar ações para construir o segundo. Essa é que é a verdade, porque nós não temos o direito de, com um programa dessa envergadura, perdermos esse conhecimento por falta de continuidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós poderíamos ter optado, simplesmente, pela aquisição desses equipamentos. Ir à prateleira e comprar.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Ir à prateleira e comprar. Não é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Essa não foi a opção que o Estado brasileiro fez.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, nós estamos condenados, no bom sentido da palavra, à continuidade.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – À continuidade, exatamente.

Muito obrigado, e aguardo o senhor e toda a sua equipe lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço.

Vamos ao final, então, combinar com a assessoria de V.Exª uma visita de alguns Senadores que desejem pessoalmente identificar o estado da arte e o desenvolvimento dos projetos nos três blocos, como foi dito aqui pelo Contra-Almirante Neves.

Agradeço a V. Exª, assim como agradeço ao Vice-Almirante César Pinto Corrêa, por sua presença conosco; ao Vice-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith; do Contra-Almirante Sydney dos Santos Neves; do Contra-Almirante Newton de Almeida Costa Neto; do Contra-Almirante Alan Paes Leme; e do Contra-Almirante Fran-

cisco José de Araújo, que nos honraram com suas presenças, dando os detalhamentos e os devidos esclarecimentos, relacionados ao desenvolvimento desse importante projeto para o nosso País.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Gostaria de registrar a presença do Almirante Ridsen, aquele barbado ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não.

**O SR. GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD** – Esse é o dono do dinheiro da Marinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Peço desculpa a V. Ex<sup>a</sup>, o nome não me foi registrado, mas sendo V. Ex<sup>a</sup> o dono do dinheiro, deveria ter sido o primeiro a ser lembrado pelo Almirante Max, depois V. Ex<sup>a</sup> acerta as pontas com ele. *(Risos)*

Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Para quando está previsto o submarino pronto? O primeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para 2017.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – O nuclear em 2023?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O convencional em 2017 e o à propulsão nuclear 2023/2024.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Então, 2015 mais oito anos dá 2023.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Como?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É que 2015 mais oito dão 2023. Portanto, se eu quiser ser convidado como o Senador para dar uma volta no submarino eu tenho que ser eleito outra vez. *(Risos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex<sup>as</sup>.

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.)*

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

### ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Gleisi Hoffmann, João Capiberibe, Roberto Requião, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. A Presidente faz comunicado sobre a agenda da Comissão e pronunciamento referente à manchete do jornal Correio Braziliense sobre a Venezuela. Tem início a apreciação da PAUTA. Usa a palavra o Senador Cyro Miranda que solicita inversão de pauta para deliberação do item 4. Solicitação aprovada. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, que faz leitura de carta referente a falecimento, no exterior, de servidor aposentado desta Casa e atuação eficiente da Embaixada do Brasil na Indonésia. ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 590, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas

portadoras de hemofilia.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, de 2008, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a ferramentas diversas.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de motocicletas com cilindrada até 125 cm<sup>3</sup>, no mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2010, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência físicas, e dá outras providências.” – TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, que faz a leitura do Relatório. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita vista coletiva. É concedida vista coletiva. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Dispensa o visto de turistas estrangeiros para visita à Região Amazônica e ao Pantanal.” Retirado de pauta para reexame da Relatora. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012, de autoria do Deputado Mauro Mariani, que “Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo.” A Presidente designa Relator ad hoc o Senador Jorge Viana, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Dá nova redação à alínea a do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares e revoga o art. 13 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, para disciplinar a prerrogativa de foro dos oficiais gerais.” A

Presidente designa Relator ad hoc o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório pela rejeição da Matéria. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório pela rejeição da Matéria. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Concede pensão especial aos ex-integrantes do “Batalhão Suez”.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Usa a palavra o Senador Cyro Miranda que pede vista. Vista concedida ao Senador Cyro Miranda. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, que profere o Relatório. Usam a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Cristovam Buarque. Concedida vista coletiva, solicitada pelo Senador Cristovam Buarque e apoiada pelo Senador Cyro Miranda. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.” A Presidente designa Relator ad hoc o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório pela rejeição do Projeto. ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 318, de 2013, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011.” A Presidente designa Relatora ad hoc a Senadora Vanessa Grazziotin, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 10 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 39, de 2012, de autoria do Senador Gim, que “Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia e dá outras providências.” A Presidente designa Relator ad hoc o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 11 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui o Grupo Parlamentar de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas e dá outras providências.” A Presidente concede a palavra ao Relator o Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 12 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – AVISO Nº 51, de 2008, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 2.045/2008, proferido nos autos do processo nº TC-018.303/2007-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Representação em face a notícias veiculadas na imprensa, acerca de possíveis irregularidades envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica, sem o atendimento dos requisitos legais pertinentes, e o aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas.” – TRAMITA EM CONJUNTO – AVISO Nº 14, de 2010, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 111, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica e ao aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas (TC 018.303/2007-6).” A Presidente concede a palavra ao Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o Relatório. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Aprovado. Às onze horas e quarenta e três minutos, assume a presidência a Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 65, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requer, nos termos do arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 2nd Globe Climate Legislation Summit, a convite da Globe International Secretariat, no período de 25 de fevereiro a 4 de março de 2014, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.” A Presidente concede a palavra à Relatora a Senadora Ana Amélia, que profere o Relatório. Aprovado. Às onze horas e quarenta e oito minutos reassume-a a Senadora Ana Amélia. ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 1339, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade à Ministra da Justiça da França Christiane Taubira pelas acusações de racismo e de injúrias públicas sofridas, especialmente no momento em que os ataques se intensificaram, depois que ela bancou a lei que proíbe todo o tipo de discriminação.” A Presidente concede a palavra ao Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 15 – REQUERIMENTO Nº 1490, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso a Michelle Bachelet, eleita presidente do Chile.” A Presidente concede a palavra ao Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que profere o Relatório. Usam a palavra o Senador Anibal Diniz e a Senadora Vanessa Grazziotin. Aprovado. E, a Comissão aprova o apensamento do Requerimento nº 1494, de 2013, ao Requerimento nº 1490, de 2013, por se tra-

tar de Matéria com idêntico conteúdo. O Senador Anibal Diniz usa a palavra para fazer comunicados. ITEM 16 – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2014, de autoria do Senador João Capiberibe e Senador Randolfe Rodrigues, que “Em aditamento ao RRE nº91 de 2013, aprovado pelo plenário dessa Comissão e conforme o Requerimento inicial nº 102 de 2013, requeremos que os temas relativos à exploração do gás e do petróleo na plataforma continental do Amapá e da Guiana Francesa sejam incluídos aos demais assuntos que serão tratados no seminário sobre a cooperação transfronteiriça entre o Brasil e a França, a ser realizado no Município de Oiapoque, Amapá, acrescentando os seguintes convidados para tratar desse assunto: • Sr. Fabien Canavy - 1º Vice-Presidente do Conseil Général do Departamento da Guiana Francesa (assembleia deliberante); • Sr. Aluizio Silva - Representante do Instituto Internacional Amazônico de Desenvolvimento Humano IIADA, Macapá/AP.” Aprovado. ITEM 17 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2014, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. José Elito Carvalho Siqueira, a respeito do monitoramento de partidos e organizações populares realizado pela Agência Brasileira de Informações – ABIN, com a finalidade de coletar informações à respeito das manifestações populares que estão ocorrendo em todo o país.” Usa a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, que solicita que o presente Requerimento seja convertido em requerimento de informações sobre manifestações populares no País. Aprovado e substituído por Requerimento de Informação. EXTRAPAUTA: ITEM 18 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, “Em aditamento ao Requerimento nº 114, de 2013, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, com a presença do Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-Geral daquela Instituição Internacional.” Aprovado. ITEM 19 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Em aditamento ao Requerimento nº 5, de 2014, destinado à realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater o “Contencioso do algodão com os Estados Unidos na OMC”, requeiro que seja feita conjuntamente com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.” Aprovado. ITEM 20 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Em aditamento ao RRE nº 1 de 2014, aprovado pelo plenário dessa Comissão, requeiro que a Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, seja realizada com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.” Aprovado. ITEM 21 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, de 2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de solidariedade ao Mercosul e à Unasul por seus recentes pronunciamentos em defesa da ordem democrática na República Bolivariana da Venezuela.” Aprovado. Usa a palavra o Senador Roberto Requião, que sugere anexar Nota da Unasul sobre o tema. Sugestão aprovada pela Comissão. ITEM 22 – REQUERIMENTO Nº 98, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requer, nos termos do artigo 40, observado o disposto no art. 13, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar de uma mesa de debates, promovida pelo Parlamento Russo, com a finalidade de compor uma análise sobre os trabalhos dos parlamentares e as atividades dos partidos políticos, em Moscou - Rússia, no período de 11 a 16 de março de 2014. Comunica, ainda, a ausência do País no período mencionado.” A Presidente designa Relator o Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 23 – REQUERIMENTO Nº 95, de 2014, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Requer, com fundamento nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, e na condição de membro do Conselho de Administração do ParlAmericas, licença para representar o Senado Federal, em missão no exterior, na 33ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas a ser realizada nos dias 20 e 21 de março de 2014. Comunica, ainda, que se ausentará do País no período de 19 a 22 de março, incluindo os dias necessários para deslocamento.” A Presidente designa Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 24 – REQUERIMENTO Nº 101, de 2014, de autoria do Senador Roberto Requião, que “Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, e na qualidade de membro da delegação externa para a EUROLAT, licença dos trabalhos da Casa entre os dias 25 a 30 de março de 2014, com o fim de participar da próxima Sessão Plenária da Assembleia da EUROLAT, a realizar-se entre os dias 27 e 29 do referido mês, em Atenas, Grécia. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 25 e 30 de março de 2014.” A Presidente designa Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que profere o Relatório.

Aprovado. ITEM 25 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, de 2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar do seguinte tema: “A Extensão da Plataforma Marítima de Exploração Econômica Pacífica dos Países Lusófonos”, para um primeiro colóquio defendendo o reconhecimento internacional da extensão da soberania de exploração dos recursos minerais e petrolíferos nas plataformas continentais oceânicas dos países de língua portuguesa, com limites a serem fixados com os vizinhos e aceitos pela organização das Nações Unidas.” Aprovado. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em seguida eu darei, Presidente.

Comunicado.

Comunico a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça com a presença do Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar, Juniti Saito, no dia 27 de fevereiro, próxima quinta-feira, às 10 horas, neste Plenário.

A reunião será interativa, com a participação popular pelo *e-cidadania*, acessando a página do Senado Federal na Internet, transmitida ao vivo pela TV Senado.

Eu penso que esta Comissão poderia, e eu proporei ao Presidente, Ricardo Ferraço, através de requerimento, já que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara tem igual convite ao comandante e, dadas as responsabilidades, fazer uma reunião conjunta das duas Comissões, o que daria, eu diria, mais peso à iniciativa parlamentar, já que somos um Congresso bicameral e uma interação das duas Casas seria, penso, bastante produtiva do ponto de vista da economicidade, tanto para a Câmara como para esta Comissão de Relações Exteriores.

Eu pediria ao Alexandre que providenciasse então, por gentileza, um adendo à solicitação para que o Presidente possa comunicá-la.

Informa-me aqui o Alexandre que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara ainda não elegeu o seu Presidente, mas a gente pode tentar, até lá, ver se há possibilidade de viabilizar a realização dessa reunião conjunta.

Eu queria, antes de passar à Ordem do Dia, fazer uma leitura rápida aqui. Eu penso que a Comissão de Relações Exteriores e todos os seus membros acompanham, com apreensão, o que está acontecendo na longínqua Ucrânia, que são mobilizações populares no enfrentamento com o sistema de governo, mas temos aqui perto, na parceira do Mercosul, a Venezuela, também um país dividido.

Faço, apenas, a leitura de uma emblemática manchete de hoje do jornal *Correio Braziliense*:

Um tiro na liberdade de protestar. Um dia depois da prisão do líder opositor Leopoldo López, a morte da miss e modelo profissional Génesis Carmona, de 22 anos, acirrou, ainda mais, os ânimos na Venezuela. Estudante de ciências sociais, a jovem participava de manifestação pacífica contra o governo, na terça-feira, quando foi baleada na nuca por milicianos. Chegou a ser socorrida e levada de moto para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos. É a quarta pessoa a morrer vítima da forte repressão aos protestos de rua na Venezuela. A oposição convocou nova marcha para sábado e pediu à sociedade para não reagir a provocações de chavistas.

O Mercosul já emitiu uma nota de não intervenção nos assuntos internos da Venezuela, mas isso não dispensa que tenhamos atenção redobrada sobre este problema, uma vez que a Venezuela agora, como membro efetivo do Mercosul, deve estar sujeita às determinações de defesa da democracia e, sobretudo, da liberdade de expressão e de manifestação.

Na Ordem do Dia de hoje, temos algumas matérias.

Queria conceder a palavra, agora, pela ordem, ao Senador Cyro Miranda, que já havia solicitado. Então, pela ordem, Senador Cyro Miranda e, em seguida, Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Pediria, se fosse possível, por meio de consulta ao Plenário, uma inversão de ordem, dada a audiência que tenho fora do Senado, do item nº 4 e do item nº 6 – o

item nº 6 é muito rápido e o item nº 4 é um pouquinho mais extenso. Então, se pudéssemos começar pelo item nº 4, até porque, como Relator, acho que sou o único presente.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Consulto o Plenário sobre a inversão de pauta solicitada pelo Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, vamos para a inversão de pauta.

Item nº 4.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Só que, antes, Srª Presidente, solicitei a V. Exª, pela ordem.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Desculpe. Pela ordem.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Quero pedir a compreensão de V. Exª e dos meus pares, porque uma amiga minha e também servidora desta Casa encaminhou ao Senador Ricardo Ferraço, Presidente desta Comissão, uma carta que considero importante ser publicizada, Presidente. Na realidade, quem encaminhou foi não apenas a servidora da Casa, mas também sua mãe, Dona Dirce Amorelli Ribeiro Pereira. Se V. Exª permite, é uma carta bem sintética, mas gostaria muito de ler.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Trata-se do falecimento de um servidor aposentado da Casa. Já encaminhei um voto de pesar, mas é uma carta que me tocou muito, e acho que é importante que, quando pessoas são ajudadas, principalmente quando estão fora do País, os registros sejam devidamente feitos e publicizados.

Então, diz o seguinte:

Sr. Presidente, no último dia 28 de janeiro, nossa família foi abalada pelo falecimento de seu chefe, Alaylson Ribeiro Pereira, na cidade de Jacarta, na Indonésia, onde passava a temporada de férias. Ele, consultor legislativo, desde 1970, foi o primeiro servidor concursado do Senado Federal e aposentado.

Meu pai [diz Solange] nos visitava e sofreu um inesperado infarto, já que não apresentava quaisquer alterações de natureza cardiovascular.

Trata-se de um caso particular, mas que trago ao conhecimento de V. Exª, em face de inevitável transcurso que nos ocorreria não fosse a diligente atuação da Diplomata Leila Maria Serafim Pacheco, nos trâmites destinados à liberação e ao consequente traslado do corpo de meu pai ao Brasil.

Graças ao profissionalismo e ao empenho pessoal e humanitário da referida diplomata, nosso trauma emocional pôde ser minimizado, pois que todo o envolvimento burocrático que envolve tais procedimentos, ainda mais num país estrangeiro, foi prontamente e eficientemente equacionado, o que vem enaltecer o trabalho do serviço exterior brasileiro, representado, nesse evento, por aquela servidora.

Nesse sentido, Sr. Presidente, vimos eu e minha mãe, em nome da nossa família, encarecer de V. Exª dar conhecimento ao Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do teor desta correspondência em que ressalto o excelente padrão de atuação da Vice-Cônsul Leila Maria Pacheco.

Ainda por essas razões, tomo a liberdade de também solicitar desta Presidência oficial ao Ministério das Relações Exteriores, no sentido de que faça constar dos assentamentos funcionais daquela servidora o nosso elogio e o nosso agradecimento pela eficiência no atendimento às nossas necessidades numa hora de grande e amargo momento por que passamos.

Respeitosamente, [assinam] Solange Ribeiro Pereira, filha do Sr. Alaylson, [que é servidora da Casa também], e sua mãe Dirce Amorelli Ribeiro Pereira.

Eu vou encaminhar o voto de pesar ao Plenário e de aplausos à Embaixada do Brasil na Indonésia, Presidente, porque não é simples uma pessoa falecer fora do País – fora da sua cidade e dentro do País já é difícil, imagine fora do País!

Então, com a ausência do nosso Presidente, eu pediria que V. Exª tomasse as providências.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria cumprimentá-la, Senadora Vanessa, pela iniciativa e dizer que também sou testemunha da atenção que a diplomacia brasileira, especialmente a área consular, tem dado nesses casos. Também já tive casos de morte de pessoas conhecidas no exterior, em que houve total empenho quando o gabinete solicita apoio especial, porque, às vezes, são pessoas que, como ela, não tinham um relacionamento. Mas isso é relevante e confirma o conceito que nós temos sobre a eficiência da nossa diplomacia, especialmente na área consular.

Eu tomaria a liberdade, através da Secretaria desta Comissão, de encaminhar ao Embaixador Pedro Borio, que é o Assessor Parlamentar do Itamaraty, a carta de V. Exª para conhecimento das autoridades diplomáticas e também da nossa chancelaria.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então eu a cumprimento pela iniciativa e, atendendo à solicitação do Senador Cyro Miranda, vamos ao item 4 da pauta de hoje.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Em primeiro lugar, eu queria hoje, aqui, dar o meu grande abraço no Senador Cristovam, meu amigo aquariano que hoje aniversaria, provavelmente entrando na faixa dos 50 anos.

Vida longa, Cristovam Buarque! Vida longa, amigo. Estrada bem pavimentada. Nas nossas estradas tem sempre quebra-molas, mas você já passou por vários e vai continuar passando. Que Deus o proteja sempre, Cristovam!

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Com licença. Eu também me associo ao nosso combativo e sempre jovem Senador, nosso mestre Cristovam Buarque.

Eu queria antes fazer a explicitação da matéria que V. Exª vai relatar.

#### **ITEM 4**

### **TRAMITAÇÃO CONJUNTA**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2007**

**- Não Terminativo -**

**Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.**

**Autoria:** Senador Alvaro Dias

### **TRAMITA EM CONJUNTO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, de 2007**

**- Não Terminativo -**

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.**

**Autoria:** Senador Marcelo Crivella

### **TRAMITA EM CONJUNTO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 590, de 2007**

**- Não Terminativo -**

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica.**

**Autoria:** Senador Marcelo Crivella

### **TRAMITA EM CONJUNTO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2008**

**- Não Terminativo -**

**Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim

### **TRAMITA EM CONJUNTO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2008**

**- Não Terminativo -**

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona.**

**Autoria:** Senador Renato Casagrande

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2008  
- Não Terminativo -**

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.**  
**Autoria:** Senador Alvaro Dias

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, de 2008  
- Não Terminativo -**

**Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.**  
**Autoria:** Senador Francisco Dornelles

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2008  
- Não Terminativo -**

**Altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal.**  
**Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2009  
- Não Terminativo -**

**Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência.**  
**Autoria:** Senador Flávio Arns

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2009  
- Não Terminativo -**

**Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição.**  
**Autoria:** Senador Flávio Arns

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2009  
- Não Terminativo -**

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a ferramentas diversas.**  
**Autoria:** Senador Raimundo Colombo

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2009  
- Não Terminativo -**

**Estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.**

**Autoria:** Senador Raimundo Colombo

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2009  
- Não Terminativo -**

**Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.**

**Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2010  
- Não Terminativo -**

**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de motocicletas com cilindrada até 125 cm<sup>3</sup>, no mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas.**

**Autoria:** Senador Flexa Ribeiro

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2010  
- Não Terminativo -**

**Acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência físicas, e dá outras providências.**

**Autoria:** Senador Romeu Tuma

**TRAMITA EM CONJUNTO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2011  
- Não Terminativo -**

**Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.**

**Autoria:** Senador Pedro Taques

**Relatoria:** Senador Cyro Miranda

**Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma do Substitutivo da CE, com apresentação de subemenda, e pela rejeição dos demais PLS de nºs 589/07, 590/07, 174/08, 181/08, 240/08, 449/08, 463/08, 45/09, 277/09, 305/09, 347/09, 380/09, 160/10, 197/10 e 130/11.

**Observações:** 1) Em 11/09/2012, a Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CE (Substitutivo), e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senados nºs 589, e 590 de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463 de 2008; 45, 277, 305, 347, e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010 e 130, de 2011.

2) A Matéria vai à Comissão de Infraestrutura, de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.

3) A Senadora Vanessa Grazziotin apresentou Voto em Separado pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma da emenda substitutiva apresentada, e pela rejeição dos demais projetos apensados (PLS nºs 589/07, 590/07, 174/08, 181/08, 240/08, 449/08, 463/08, 45/09, 277/09, 305/09, 347/09, 380/09, 160/10, 197/10 e 130/11).

O Relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma de Emenda nº 1 desta Comissão, Substitutivo, com a apresentação de uma subemenda e pela rejeição dos demais Projetos de Lei do Senado.

Observação: no dia 8/8/2013 é lido o relatório do Senador Cyro Miranda e concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin. Em 15/10/2013 a Senadora Vanessa Grazziotin apresentou voto em separado pela aprovação do Projeto Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma de emenda substitutiva apresentada e pela rejeição dos demais projetos. Em 19 de fevereiro deste ano, o Senador Cyro Miranda apresentou novo relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma do Substitutivo e pela rejeição dos demais projetos.

A matéria será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo a última e definitiva decisão à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, para a leitura do novo relatório apresentado.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Srª Presidente desta reunião, Senadora Ana Amélia.

Srªs e Srs. Senadores, o PLS, de autoria do Senador Alvaro Dias, modifica a legislação tributária federal para isentar do IPI as operações que envolvem máquinas, equipamentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, caso adquiridos com a finalidade de produção de leite.

Em 2011, foi apresentado o Requerimento nº 545, do Senador Romero Jucá, pela tramitação conjunta dos PLSs já elencados por V. Exª, que, na verdade, são onze, e passo a comentar um por um.

Posteriormente, apresentamos o Requerimento nº 846, de nossa autoria, pelo apensamento do PLS nº 510, que foi aprovado pelo Plenário.

Em fevereiro de 2012, também foram aprovados os outros requerimentos. Então, são todos apensados. Vou à análise, Srª Presidente.

Entre todos os projetos de lei apensados, somente o de nº 463, de 2008, havia sido despachado, antes da tramitação em conjunto, para a Comissão de Relações Exteriores, que já aprovava o seu conteúdo, em 6 de agosto de 2009. A matéria contida nesse PLS foi incorporada ao art. 11 do substitutivo aprovado pela CE. Portanto, a análise da iniciativa que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, seria restrita ao conteúdo desse projeto de lei.

No entanto, em consideração ao voto bem preparado e em separado apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin, serão analisados todos os projetos apensados.

Como já analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, não há vícios de competência nem de legitimidade na proposição.

O Substitutivo aprovado pela CE refere-se à concessão de benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), à Cofins e à contribuição sobre lucro para o Pis/Pasep, cuja competência para disciplinar é da União, a teor dos arts. 149 e 153, inciso IV, da Constituição Federal. Desse modo, a lei federal pode regular o assunto e, conforme previsto nos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional disciplinar matéria relativa a Direito Tributário e ao Sistema Tributário.

No que concerne à iniciativa, o objetivo da proposta não se encontra entre aqueles reservados, de modo que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional.

Os ajustes são necessários para a obtenção de precisão, permitindo que o texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance normativo, visto que a discriminação dos produtos sujeitos à isenção (incisos IV a VII acrescentados ao art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997) está ampla e genérica, o que não corresponde à necessidade de especificação presente na Tabela de Incidência do IPI.

Em relação ao art. 1 do Substitutivo-CE, deveria ser inserida a referência à CSLL, haja vista a previsão contida no art. 13 do próprio substitutivo.

No que se refere aos arts. 2º e 3º do Substitutivo-CE, poderiam ser unificados em um único dispositivo.

A fim de melhorar a redação dos arts. 4º e 6º do Substitutivo-CE, sugere-se o desmembramento dos itens em incisos, individualizando cada um dos produtos isentos.

Em relação ao art. 5 do Substitutivo, no momento em que o produto sai da fábrica com destino ao comerciante, não é possível saber quem será o consumidor final para isentar a operação do IPI. Por isso, para que esse tipo de isenção se efetive, é necessário que a aquisição ocorra diretamente com o fabricante. Dessa maneira, deverá a Secretaria da Receita Federal do Brasil normatizar o procedimento para que a isenção seja reconhecida.

Deve ser excluída a modificação introduzida pelo art. 10 do Substitutivo-CE no que se refere ao art. 2º da Lei nº 8.989, de 1995.

Superada essa análise formal, passa-se à análise do conteúdo da iniciativa. Nesse sentido, verifica-se que não há incompatibilidade material na proposta, na medida em que o projeto corrige distorções do sistema jurídico ao estender a isenção do IPI para as Casas e Gabinetes Militares.

No âmbito federal, a Casa Militar da Presidência da República foi sucedida pelo Gabinete de Segurança Institucional. Esse órgão possui, entre suas atribuições (art. 6º da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998), a de zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República, e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem assim pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República.

Por seu turno, as Casas Militares dos Estados e do Distrito Federal têm, como uma de suas principais funções, a segurança pessoal dos Governadores e seus familiares.

Dessa forma, esses órgãos também exercem atividade de segurança institucional, não sendo razoável a ausência de extensão do benefício fiscal, que, atualmente, é reconhecido apenas aos órgãos de segurança pública. Afinal, a isonomia tributária, prevista no art. 150, inciso II, da Constituição Federal, garante aos contribuintes que se encontrem em situações similares tratamento semelhante.

Além da extensão para as Casas e Gabinetes Militares, o projeto de lei amplia o rol de equipamentos com direito à isenção do IPI, se adquiridos pelos órgãos de segurança pública.

Atualmente, estão isentas do IPI apenas as aquisições de aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia; veículos para patrulhamento policial e as armas e munições. A proposição inclui os equipamentos de inteligência policial, de informática e de sinalização acústica e visual veicular. Ou seja, nós estamos aqui isentando apenas para as Casas Militares, Exército e Segurança Pública.

Financeiramente, a isenção proposta é vantajosa para a União, pois a eventual queda da arrecadação do IPI é compensada com a economia do imposto na aquisição dos produtos pelos órgãos federais, pois somente eles serão beneficiados. Não se pode esquecer que, do montante arrecadado com o IPI, a União só fica com 42% do total, em virtude de a arrecadação do imposto compor os Fundos de Participação (FPE, FPM e Fundos Regionais) e o Fundo de Compensação de Exportações (FPEX). Para os Estados e o DF também é vantajosa a isenção, pois, embora haja redução do repasse de recursos dos fundos constitucionais, a economia com o IPI será maior, haja vista a diminuição no preço dos produtos adquiridos. Então, essas Secretarias de Segurança terão essas vantagens.

O argumento apresentado no voto em separado da Senadora fundamenta-se no risco à Zona Franca de Manaus. No entanto, a isenção está limitada à venda para as Forças e Segurança e Forças Armadas, não abrangendo todo e qualquer produto fabricado.

Senadora Grazziotin, tomei essa preocupação, para não haver interferência na Zona Franca. A preocupação de V. Exª é legítima.

Conforme expressamente consignado na emenda apresentada, estará isenta de IPI somente a aquisição pelos órgãos de Segurança Pública, Casas e Gabinetes Militares ou órgãos correspondentes da União, dos Estados e do Distrito Federal. Considerando que a parcela fabricada de produtos eletrônicos destinada às forças de segurança é ínfima, não há risco apontado no voto divergente.

Em virtude da não cumulatividade do IPI, em que o valor pago em uma operação é compensado com o valor devido na operação seguinte, seria necessária a inclusão de dispositivo para garantir a manutenção do crédito relativo às operações anteriores, sob pena de o benefício não ter efetividade em determinadas situações.

É bem verdade que o art. 11 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, permite que o saldo credor do IPI decorrente de aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, aplicados na industrialização, inclusive de produto isento ou tributado à alíquota zero, que não puder ser compensado com o IPI devido na saída de outros produtos, poderá sê-lo com outros tributos devidos pelo contribuinte. Entretanto, esse dispositivo não contempla os produtos finais fabricados nos outros países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Por isso, é necessária a inclusão do parágrafo único no art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997, a fim de garantir o direito ao crédito.

Em relação ao PLS nº 589, de 2007, não deve prosperar o entendimento proferido no voto em separado. Não há dúvida de que a agricultura familiar deve ser incentivada. O problema é que a forma escolhida para isenção de IPI sobre os veículos, automóveis para transporte de mercadorias de fabricação em países integrantes do Mercosul, quando adquiridos por agricultores familiares, por suas cooperativas ou associações, não se mostra adequada a esse desiderato. O que isso quer dizer é o seguinte: pode haver uma evasão de receita com outros fins. Não se define o que é equipamento, o que é agricultura familiar.

Além do mais, o custo da operacionalização da medida é demasiadamente oneroso, pois as operações tributadas pelo IPI são somente aquelas nas quais, em um dos polos do contrato de compra e venda figura o industrial ou o equiparado. Dessa forma, no momento em que o produto sai da fábrica com destino ao comerciante, não é possível saber quem será o consumidor final para isentar a operação de IPI.

Não bastasse, o PLS nº 589, de 2007, não define o que se entende por veículo de transporte de mercadoria nem define o agricultor familiar, de modo que há risco de a isenção ser estendida de forma indevida.

No que se refere ao PLS nº 240, de 2008, o seu objetivo está contemplado pela concessão de benefício fiscal em decorrência do art. 6º da Lei 11.727. Dessa forma, não há interesse na modificação da legislação em vigor, devendo ser rejeitado o PLS. Em Voto em Separado, também se pede isso.

Em relação ao PLS nº 277, de 2009, e ao PLS nº 130, de 2011, já houve redução de alíquota de IPI nas contribuições (PIS/PASEP e COFINS). O conteúdo desse projeto, que foi incorporado aos arts. 7º e 12º do Substitutivo aprovado pela CE, isenta do Imposto sobre Importação, do IPI e das Contribuições Sociais as aquisições, por pessoa com deficiência, de cadeiras de rodas, suas partes e acessórios, classificados, já, nos códigos 87.13 e 8714.

De fato, a Lei nº 12.469 reduziu a zero as alíquotas de Cofins-Importação dos produtos classificados, ou seja, já está sendo contemplado; essa parte de cadeira de rodas já tem essa isenção.

No que concerne ao IPI, a alíquota foi zerada conforme disposto no Decreto nº 7.660. Em função da tributação atual – alíquota zero –, esse imposto não repercute nos preços de venda ao consumidor final, não havendo interesse na alteração legislativa para deduzi-lo.

Desse modo, o único tributo federal que restaria apresentar é o Imposto sobre a Importação, de forma que está sendo sugerida nova redação para o Substitutivo–CE.

Em relação ao incentivo para as instituições financeiras, não deve prosperar o entendimento apresentado no voto em separado. O art. 13 do Substitutivo aprovado pela CE concede como incentivo às instituições financeiras que oferecerem linhas de crédito especiais para aquisição de cadeiras de rodas o abatimento no montante devido a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Por sua vez, a Lei nº 12.613 autorizou a União a conceder a subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos. Então, também já está completado. Desse modo, os incentivos fiscais são distintos, por isso é justificável a permanência da redação do Substitutivo.

Ao contrário do afirmado no voto em separado, a manutenção do PLS nº 347, de 2009, não se trata de estímulo à criação de frotas de veículos oficiais, mas, sim, da redução de encargos incidentes. Ou seja, nesse PLS nº 347, pede-se a isenção de impostos federais na aquisição de veículos por governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e traz outras providências.

Nós achamos procedente essa isenção, porque são para viaturas da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e ambulâncias. Barateando, não tendo esse IPI, só nesses casos, a União tem esse direito, vai sobrar verba para se comprar mais equipamentos. Não é, como diz no voto em separado, um aumento de frota, mas, sim, para reduzir para o próprio Governo, e só para o Governo, na aquisição desses veículos. Então, com isso, nós teríamos condição de ter ampliados os veículos para segurança e esses outros que já foram citados.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma do Substitutivo a seguir, e pela rejeição dos demais PLS de nºs 589/07, 590/07, 174/08, 181/08, 240/08, 449/08, 463/08, 45/09, 277/09, 305/09, 380/09, 160/10, 197/10 e 130/11.

EMENDA Nº – CRE (SUBSTITUTIVO)

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007**

**Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados (EPI), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Importação, e dá outras providências.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei concede benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ao Imposto sobre a Importação, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no concernente às operações nela especificadas.

Art. 2º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos classificados nas posições 87.01 a 87.05 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), quando adquiridos por Governo de Estado, do Distrito Federal ou por Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Não se aplicará a isenção prevista neste artigo sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos de série ou originais do veículo adquirido.

Art. 3ª Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os seguintes produtos, identificados pelos respectivos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011 [são os artesanais e não os industrializados]:

I - pás, 8201.10.00;

II - alviões, picaretas, enxadas, sachos, ancinhos e raspadeiras, 8201.30.00;

III - machados, podões e ferramentas semelhantes com gume, 8201.40.00,

IV - serras manuais, folhas de serras de todos os tipos (incluídas as fresas-serras e as folhas não dentadas para serrar), 82.02;

V - limas, grosas, alicates (mesmo cortantes), tenazes, pinças, cisalhas para metais, corta-tubos, corta-pinos, saca-bocados e ferramentas semelhantes, manuais, 82.03;

VI - chaves de porcas, manuais (incluídas as chaves dinamométricas); chaves de caixa intercambiáveis, mesmo com cabos, 82.04;

VII - ferramentas manuais [incluídos os corta-vidros (diamantes de vidracetro)] não especificadas nem compreendidas em outras posições, lamparinas ou lâmpadas, de soldar (maçaricos) e semelhantes; tornos de apertar, sargentos e semelhantes, exceto os acessórios ou partes de máquinas ferramentas; bigornas; forjas portáteis; mós com armação, manuais ou de pedal, 82.05.

Art. 4º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os insumos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, quando adquiridos com a finalidade de produção de leite.

§ 1º Os produtos de que trata este artigo serão discriminados em ato regulamentar do Poder Executivo.

§ 2º A isenção de que trata este artigo será reconhecida na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos alimentícios dietéticos, assim definidos pelo art. 2º, V, do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e referidos nas seguintes Notas da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

I - de Subposições nº 1 do Capítulo 16 (Subposição 1602.10);

II - nº 1 e nº 2 do Capítulo 20 (Subposições 2005.10 e 2007.10, respectivamente);

III - nº 3 do Capítulo 21 (Posição 2104).

Art. 6º Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo:

I - às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nos arts. 2º, 3º, 4º e 5º desta Lei; e

II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente aos produtos originários e procedentes de países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante dos produtos com a isenção de que trata os arts. 2º, 3º, 4º e 5º desta Lei.

Art. 7º Ficam isentas do Imposto de Importação as aquisições, por pessoa com deficiência, de cadeiras de rodas, suas partes e acessórios, classificados nos códigos 87.13 e 8714.20.00 da Tabela de Incidência do IPI (TJQPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Art. 8º A ementa da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo, bem como os adquiridos por pessoas portadoras dos agravos à saúde que especifica.”*

[Esse é um projeto que já existe. Apenas a promulgação, a lei vai até 2016].

Art. 9º A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....  
 .....  
 IV - pessoas com deficiência, assim definidas na forma da legislação vigente, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

.....  
 VI - pessoas portadoras de hemofilia.

.....  
 § 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, não se aplica aos portadores dos agravos à saúde de que trata o inciso IV.

§ 7º No caso da pessoa portadora de hemofilia, a isenção de que trata este artigo será concedida para a aquisição de automóveis com equipamentos ou dispositivos de segurança opcionais definidos em regulamento.” (NR)

Art. 10 O art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública, Casas e Gabinetes Militares ou órgãos correspondentes, da União, dos Estados e do Distrito Federal:

.....  
 IV - os equipamentos de proteção individual;

V - os instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som, e suas partes e acessórios;

VI - as máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; e

VII - os aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização visual e de sinalização acústica para veículos.

Parágrafo único. Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo:

I - às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos neste artigo; e

II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente aos produtos originários e procedentes de países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante dos produtos com a isenção de que trata este artigo.” (NR)

Art. 11 O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
 .....  
 XLIII - veículos classificados nas posições 87.01 a 87.05 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), quando adquiridos por Governo de Estado, do Distrito Federal ou por Prefeitura Municipal;

XLIV - os produtos alimentícios dietéticos, assim definidos pelo art. 2º, V, do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e referidos nas seguintes Notas da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011:

a) de Subposições nº 1 do Capítulo 16 (Subposição 1602.10);

b) nº 1 e nº 2 do Capítulo 20 (Subposições 2005.10 e 2007.10, respectivamente);

c) nº 3 do Capítulo 21 (Posição 2104).

..... (NR)”

“Art. 12º As instituições financeiras que oferecerem linhas de crédito especiais para a aquisição de cadeira de rodas poderão abater integralmente do montante devido a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) o valor resultante da aplicação, ao total dos empréstimos efetivamente concedidos, da diferença entre o dobro da taxa e a paga pelos tomadores desses empréstimos [também regulamentado por outra lei que beneficia sem a necessidade de nós estarmos, como nós estamos, adequando a redação].

§ 1º Os contratos de financiamento previstos no caput deste artigo terão taxas de juros equivalentes à metade da taxa Selic, vedada a cobrança de tarifa de abertura de crédito ou quaisquer outras tarifas.

§ 2º O prazo para amortização não poderá ser superior a sessenta meses.

§ 3º Não será permitida a concessão de mais de um financiamento, ao mesmo tempo, à pessoa física ou jurídica, nem a aquisição de novo financiamento, enquanto o anterior não for liquidado.

§ 4º As linhas de crédito de que trata o caput deste artigo ficarão isentas do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF).

*§ 5º As instituições financeiras poderão condicionar a liberação dos recursos relativos à linha de crédito especial de que trata este artigo à apresentação de garantia pelo mutuário.*

*Art. 13 Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante de renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias da publicação desta Lei.*

*Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 13.*

Esse é o relatório, Srª Presidente, Srs. e Srªs Senadoras.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin se ela mantém o voto em separado.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Srª Presidente, eu até já conversei. Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Cyro Miranda pela dedicação que teve ao projeto. Ele apresentou um primeiro relatório, eu encaminhei um voto em separado, ele apresenta hoje um novo relatório de uma matéria que não é simples, são 16 matérias.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Aliás, não é matéria, é um tratado.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É um tratado, são 16 matérias. Então, é um assunto extremamente delicado. Eu já havia – antes de ele fazer a leitura do seu relatório, que foi disponibilizado somente no dia de ontem, já bem tarde – solicitado a ele a possibilidade de eu pedir novamente vista para que a gente possa analisar, em decorrência das minúcias do teor do que nós estamos tratando, e votar na próxima reunião, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É um direito regimental, Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, eu peço vista.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Pedido de vista.

Eu tenho que lembrar também aos Srs. Senadores e à Srª Senadora que esta matéria ainda vai ser submetida a cinco Comissões, e a terminativa será a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, haverá bastante tempo, mas é regimental a solicitação de V. Exª.

A Senadora solicita vista.

Queria consultar se quer vista coletiva para a matéria.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, aprovada vista coletiva, Senador Flexa Ribeiro.

A matéria será apreciada na próxima sessão.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Eu queria pedir a V. Exª que retirasse de pauta o item 7, do qual eu sou autor, para fazer um reexame desse projeto, porque tem implicações bilaterais, e eu gostaria de examinar com mais calma.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A solicitação de V. Exª será atendida regimentalmente.

Solicito à secretaria da Comissão.

Sim, Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É porque o item 7 eu relato, essa matéria. Eu acho que é interessante...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Pois é. Estou pedindo para retirar de pauta.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente, porque o meu parecer, como o Senador percebe, é contrário, não pela intenção. O que nós talvez... Eu posso até tentar, enfim, abrir um debate, para ver quais os caminhos para alcançar os objetivos, que são nobres.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Na verdade, a competência para retirada é da Relatora.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Peço para retirar para reexaminar a matéria, em função dos argumentos que ela apresenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A Relatora concorda. Ela aquiesceu à solicitação de V. Exª e o item 7 será retirado de pauta, Senador Mozarildo Cavalcanti.

(É o seguinte o item retirado.)

#### ITEM 7

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2011

- Terminativo -

**Dispensa o visto de turistas estrangeiros para visita à Região Amazônica e ao Pantanal.**

**Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti

**Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto)

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Presidente, eu queria pedir a V. Exª, como já sabe que um membro da comissão de deputados americanos estará aqui amanhã, às 12 horas, neste plenário, e eu fiz o contato com eles...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A interface com eles.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – É. Eu estou convidando todos os Senadores e Senadoras para, se puderem, amanhã, às 12 horas, termos um encontro com esses parlamentares.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Amanhã, sexta-feira, às 12 horas, nesta Comissão, o Senador Mozarildo Cavalcanti está convidando os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para uma recepção a um grupo de parlamentares dos Estados Unidos de que ele é o anfitrião.

Então, bem-vindos.

Eu peço também ao Alexandre, que é o Secretário da Comissão, que dê todo o apoio necessário para uma boa acolhida aos visitantes, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passamos, então, à Ordem do Dia, seguindo agora, porque houve uma inversão a pedido do Senador Cyro Miranda, com aquiescência do Plenário, do item 1 da pauta.

#### ITEM 1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012

- Não terminativo -

**Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo.**

**Autoria:** Mauro Mariani.

**Relatoria:** Luiz Henrique.

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:** 1- A Matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

A relatoria *ad hoc* é do Senador Jorge Viana.

Em 08/08/2013, a matéria constou da pauta da reunião.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc* para a leitura do seu relatório, o Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Em respeito ao Senador Luiz Henrique, Relator, acolhendo indicação de V. Exª, faço a leitura do relatório do item 1 da pauta.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 95, de 2012 (PL nº 4.530, de 2008, na origem), do Deputado Mauro Mariani, que altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo.

Isso é uma situação...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É uma situação que é real. Muitos brasileiros... Recentemente, numa viagem, encontrei um amigo que se empenhou em tirar uma carteira internacional...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E não precisou.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e, chegando aos Estados Unidos, tinha de usar a carteira nacional, porque aquela internacional não valia.

Eu penso que é muito importante que façamos a melhor adequação do nosso Código aos tratados internacionais.

Do relatório.

O projeto de lei, originário da Câmara dos Deputados, altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) delegar, além dos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal, também à associação habilitada a este efeito pelo Poder Público federal, a expedição da permissão internacional para conduzir veículo e o certificado de passagem nas alfândegas.

Não se está tirando – e aí é bom que se diga que o relatório do Senador Luiz Henrique é neste sentido – autonomia dos Estados e do Distrito Federal de fazer essa expedição. O que se está fazendo é acrescentando a possibilidade de instituições delegadas pelo Denatran terem a mesma atribuição.

Atualmente, o art. 19, XX, do Código de Trânsito, que ora se pretende modificar, somente permite tal delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal, hipótese que o presente projeto de lei não descarta, apenas acrescenta outra, como mencionamos.

O Projeto de Lei original nº 4.530, de 2008, do Deputado Mauro Mariani, restringia a nova possibilidade de delegação à associação automobilística nacional filiada à Federação Internacional de Automóveis (FIA). Contudo, por emenda do Deputado Hugo Leal, na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, a novel delegação é prevista para a associação habilitada a esse efeito pelo Poder Público federal, sem referência à FIA.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada com emenda na Comissão de Viação e Transportes (CVT), confirmada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Aprovado na comissão de modo terminativo, o substitutivo da CVT foi encaminhado à apreciação do Senado Federal e está ora aqui, nesta Comissão, nesta Casa.

O projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a nossa Comissão, e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Portanto, o projeto não é terminativo.

O presente projeto tem por inspiração a implementação de um tratado, tarefa na qual o Congresso Nacional tem papel fundamental e, por vezes, exclusivo. Então, estamos aqui dentro das premissas que estabelecem o trabalho desta Comissão.

Contudo, o art. 1º do Decreto nº 86.714, de 1981, registra que o Brasil fez reservas ao art. 41, parágrafo 1º, alínea “c”, entre outros dispositivos da Convenção sobre Trânsito Viário. Quando o Congresso Nacional aprovou essa convenção, por meio do Decreto nº 33, de 1980, não constava explicitamente essas reservas. Todavia, como essa pretensão estava na mensagem presidencial que enviou esse tratado ao Parlamento, assim que questionado por ofício do Ministério das Relações Internacionais se o Parlamento havia aprovado o tratado com tais reservas, o então Presidente do Senado Federal enviou confirmação da aprovação legislativa com as reservas, por ofício de 1º de agosto de 1980.

Eu vou resumir, Srª Presidenta, para ajudar no encaminhamento dos trabalhos da Comissão.

Não há ofensa, então, aos compromissos internacionais. Ao contrário, quando nos vinculamos por lei interna a uma regra de tratado que fora ressalvada no momento da ratificação, na realidade reforçamos a ideia original desse tratado.

Por esses motivos, consideramos positiva a iniciativa da Câmara dos Deputados no sentido de ampliar a delegação de expedição de permissão internacional para conduzir veículos no Brasil, em especial se reconhecendo a validade de documentos similares emitidos pelos demais Estados Partes da Convenção de Trânsito Viário. Assim, apontamos a aprovação desse projeto como fator para levantar todas as reservas feitas às alíneas do §1º do art. 41 da Convenção de Trânsito Viário.

O voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2012, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jorge Viana, Relator *ad hoc*, ao Projeto da relatoria do Senador Luiz Henrique, sobre essa matéria.

Eu apenas tenho uma dúvida. Na verdade, pareceu-me na sua leitura que ele tem dois aspectos. Um é a questão de observar regras de acordos internacionais do Brasil com os Estados Unidos, por exemplo, na área específica de trânsito. Então, os órgãos que concedem a habilitação para os motoristas brasileiros estariam habilitados a conceder também uma habilitação de validade no território americano. É isso, Senador Jorge Viana?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Bom, a pergunta é: como isso será feito então? O motorista, o interessado que talvez viaje tem que solicitar uma carteira especial, uma habilitação especial ou é a mesma habilitação para dirigir no Brasil que terá validade para as duas coisas? E a nossa habilitação de

hoje, quando atualizada dentro do que prevê essa lei, se implementada e aprovada na CCJ, valerá, essa carteira que será emitida daqui a algum tempo em todo o território americano, por exemplo? É isso?

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não há nenhuma alteração nas regras que se têm hoje na expedição de carteira e nem nas exigências para que se dirija, que se tenha condução de veículo seja aqui, seja fora.

O que o projeto está fazendo? Ele está aperfeiçoando um tratado em que, de certa maneira, por desconhecimento de entendimento entre o Congresso e o próprio Executivo, ficou com uma lacuna. E o Brasil... Como diz aqui, a razão do Executivo, na época, por reserva ao art. 41, do §1º, da convenção em tela, era a de que os motoristas que tinham carteira de habilitação proveniente de países que conduziam veículos com o volante à direita não poderiam dirigir no Brasil antes de fazer testes de estradas para condução com volante à esquerda.

Assim, o dispositivo internacional que se pretende implementar, na realidade, não é válido no Brasil, o que passou despercebido pelo autor durante toda a tramitação legislativa na Câmara dos Deputados. Entretanto, nada nos impede de aprovar o presente projeto de lei, inclusive demonstrando com esse gesto que o Brasil deveria retirar as reservas feitas ao art. 41, §1º, alínea "a", "b" e "c" da mencionada convenção, que foram motivadas por discriminação a quem se habilitou a dirigir pela esquerda, na chamada mão inglesa, como o praticado no Reino Unido, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Paquistão, Japão, Timor Leste, entre outros. Inclusive, cabe mencionar que nossos vizinhos da Guiné Bissau e do Suriname dirigem também pela esquerda.

A adaptação de outro tipo de condução não requer maior habilidade, além disso, devia vigorar esse aspecto no princípio da reciprocidade; afinal, os motoristas brasileiros não são barrados no Reino Unido, podendo usar, por um ano, sua Carteira Nacional de Habilitação para lá conduzirem veículos para os quais estão habilitados.

No fundo, nós estamos autorizando que, além dos Estados e do Distrito Federal, o Denatran possa delegar, nas alfândegas e nas áreas de fronteira, a órgãos habilitados a resolução de pendências que há nos tratados internacionais sobre motoristas de outros países dirigirem em nosso País e os nossos dirigirem em outros países.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito bons seus esclarecimentos, Senador Jorge Viana. Agradeço-lhe.

Está em discussão projeto relatado *ad hoc* pelo Senador Jorge Viana, com relatório de autoria do Senador Luiz Henrique. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, as Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Item 2:

**ITEM 2**

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2012** **- Não Terminativo -**

**Dá nova redação à alínea a do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares e revoga o art. 13 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, para disciplinar a prerrogativa de foro dos oficiais generais.**

**Autoria:** Senador Pedro Taques

**Relatoria:** Senador Luiz Henrique

**Relatório:** Contrário ao Projeto.

**Observações:** 1- A Matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Convido o Senador Mozarildo Cavalcanti para a leitura do relatório, que é contrário à iniciativa.

Com a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Srª Presidente; Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o relatório do Senador Luiz Henrique é muito objetivo, tanto que vou passar direto para a análise deste relatório.

Análise.

Nesta Comissão convém que seja feita a avaliação do projeto sob a ótica da Defesa Nacional. Demais aspectos de mérito serão tratados na Comissão de Constituição e Justiça. No que concerne à matéria de competência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, assinalamos a extremamente louvável iniciativa do Senador. Afinal, convém que sejam discutidas as prerrogativas de foro de autoridades públicas, civis e militares.

Não obstante o valor do projeto e da intenção republicana do nobre Senador, entendemos que os procedimentos relacionados aos cargos de funcionários civis de forma alguma podem ser aplicados aos postos militares. Com efeito, não se deve confundir prerrogativa de foro em virtude de cargo ou função com juízo em função do grau hierárquico dos oficiais gerais, juízo esse garantido, constitucionalmente, pelo art. 142 da Constituição Federal. A prerrogativa de foro é atrelada ao cargo e apenas transitoriamente ao seu ocupante enquanto o exerce. Cessa, para tal pessoa, no momento em que deixa de exercer o cargo que evoca aquela proteção.

No que concerne aos oficiais gerais, a competência do Superior Tribunal Militar, estabelecido em nosso ordenamento jurídico, não decorre do cargo que ele ocupa, mas de sua patente, a qual não o abandona nem na transferência de cargo nem na passagem para a inatividade, conforme previsto na Constituição Federal. Por conta dessa condição, a Justiça Militar, em espelho à Constituição Federal, aplica aos militares o princípio do juízo hierárquico, princípio esse formador da posição dos Conselhos de Justiça, que são órgãos colegiados da Justiça Militar brasileira. Um oficial-general sempre o será independentemente de estar ou não na ativa; seu posto somente será perdido após sentença transitada em julgado junto à instância competente para fazê-lo; no caso, o Superior Tribunal Militar.

Portanto, o foro do STM, atribuído aos oficiais-generais não é prerrogativa nem da pessoa nem do cargo, mas é consequência do grau hierárquico daqueles oficiais, atestada na patente que possuem, sendo essa assegurada em plenitude na Constituição brasileira. Assim, a razão que deu origem a esse foro continua a existir na inatividade. Desse modo, não há sentido em concedê-lo na ativa e retirá-lo posteriormente.

Não vemos, portanto, como semelhante medida possa prosperar em afronta a um direito essencial garantido na Carta Magna em um princípio fundamental da vida castrense.

Por consequência, o voto, ante o exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2012.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão, o projeto relatado pelo Senador Mozarildo, como Relator *ad hoc*.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório *ad hoc* do Senador Mozarildo, de autoria do Senador Luiz Henrique, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, pela rejeição da matéria

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Eu queria consultar o Plenário, já que nós temos quórum, Senador Eduardo Suplicy.

Nós temos só duas matérias terminativas: o item 6 e o item 8, porque o item 7 foi retirado de pauta por iniciativa do autor e da Relatora.

Não havendo objeção, passamos ao item 6 e, depois, ao item 8, porque são matérias terminativas e temos quórum.

Aproveito também a presença dos Senadores da Casa para cumprimentar, pelo aniversário, nosso colega Cristovam Buarque.

Cumprimento-o, Senador, nosso jovem Senador, sempre mestre. Ao mestre com carinho.

Então, da Presidência o Senador Cyro Miranda já havia feito o registro, mas fazemos questão, com a sua presença aqui nesta Comissão, de festejar esta data tão relevante. Parabéns, Senador Cristovam!

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

## **ITEM 6**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2010**

#### **- Terminativo -**

#### **Dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim

**Relatoria:** Senador Cyro Miranda

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto.

**Observação:** - Em 25/04/2013, a Matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer contrário.

Em 05/09/2013, a Matéria constou da pauta da reunião.

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto, como disse, é terminativo e exige quórum qualificado.

Por isso, concedo agora a palavra ao Senador Cyro Miranda, para apresentar o seu relatório.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Presidente desta reunião, Ana Amélia, e Srs e Srs. Senadores.

Receber os parabéns ao vivo, transmitidos pela TV Senado, é outra coisa, não é, Senadora?

Srs e Srs. Senadores, vou direto à análise.

A análise da proposição em tela, por esta Comissão, se faz sob o permissivo do art. 103, V, do Regimento Interno desta Casa.

Secundando o parecer exarado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da inconstitucionalidade formal do projeto por insanável vício de iniciativa, cabe assinalar que essa matéria é privativamente atribuída, pela ordem constitucional em vigor, ao Presidente da República, principalmente em virtude de sua condição de autoridade suprema das Forças Armadas, faltando aos membros do Parlamento Nacional, portanto, além da competência para provocar o processo legislativo, também a ciência dos elementos necessários e bastantes a sustentar a providência percorrida e seus efeitos sobre o corpo militar e sobre as regras de disciplina e hierarquia internas que regem as corporações militares.

Demais disso, é de se dar ênfase ao caráter extraordinário, especial e, sobretudo, retroativo das promoções pretendidas, com potencial para gerar instabilidade, insegurança e expectativas insustentáveis entre os militares envolvidos e os demais membros do Exército.

Novamente aproveitando argumentos já percorridos pelo parecer da Comissão que nos antecedeu no exame da matéria, deve ser considerada com especial seriedade a questão da previsão de promoção retroativa ao cargo de Terceiro-Sargento e de Subtenente à míngua de ingresso em escola preparatória pela via legal e da frequência com aproveitamento nos cursos respectivos.

O conjunto desses elementos desaconselha inteiramente a manifestação favorável desta Comissão.

Do voto.

Por todo o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, nesta Comissão.

Este é o relatório, principalmente pela inconstitucionalidade.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos direto à votação, em decisão terminativa.

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo, portanto, exige quórum qualificado.

Quem vota com o Relator vota “não” ao projeto do Senador Paulo Paim, relatado pelo Senador Cyro Miranda.

Como vota o Senador Jorge Viana?

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como vota o aniversariante, Senador Cristovam Buarque?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Acompanhando o Relator e jovem aniversariante de hoje, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como vota o Senador José Agripino?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoria/DEM - RN) – “Não”, com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Com o Relator.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Está rejeitado o projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Vamos então ao item 8, também terminativo.

**ITEM 8****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011  
- Terminativo -****Concede pensão especial aos ex-integrantes do “Batalhão Suez”.****Autoria:** Humberto Costa**Relatoria:** Eduardo Suplicy**Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas

Lembro aos Srs. Senadores e Senadoras que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

Teremos também alguns requerimentos extrapauta de que farei apresentação.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

Vamos aproveitar o quórum.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Agradeço a Srª Presidenta, Ana Amélia, porque, de fato, encaminhei o requerimento sobre a situação da Venezuela e acredito que seja importante pelo menos seja lido e, na forma regimental, seja considerado. Se a Comissão considerar que pode até ser apreciado hoje, tudo bem.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Vamos fazê-lo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2011, que “assegura o pagamento de pensão especial vitalícia, no valor de R\$600 mensais, aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez”.

Projeto de Lei do Senador Humberto Costa, a matéria foi distribuída em junho de 2011 e deve ser examinada em decisão terminativa por esta Comissão.

A proposição em seu art. 1º, §1º, restringe o benefício ao ex-integrante que comprove renda mensal não superior a dois salários mínimos, ou que não possua meios para prover sua subsistência e de sua família. É importante assinalar que, segundo o §2º do mesmo artigo, o benefício é transferível somente à viúva e aos filhos do ex-integrante, desde que comprovem não possuir meios de subsistência.

O art. 5º estabelece reajuste do valor da pensão especial a ser realizado sempre no mês de janeiro, de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; e seu §2º veda a acumulação do benefício com quaisquer outros recebidos dos cofres públicos, ressalvados os cargos públicos que admitem acumulação remunerada e desde que a remuneração não ultrapasse dois salários mínimos.

Estabelece, finalmente, que as despesas decorrentes do disposto na presente proposição correrão à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União e que o Ministério da Previdência Social baixará as instruções necessárias à execução da Lei no prazo de sessenta dias.

Compete a esta Comissão emitir parecer sobre assuntos afetos às Forças Armadas.

Os ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como Batalhão Suez tomaram parte na Força Internacional de Emergência, constituída mediante Resolução da ONU, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais na região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e Egito fixada na mesma resolução.

No mérito, o projeto de lei em exame é altamente oportuno. Com efeito, os ex-integrantes do Batalhão Suez expuseram-se aos grandes perigos existentes em área de conflito armado, sofreram as conseqüentes sequelas físicas e psicológicas e foram tratados de modo injusto e desonroso em seu retorno conforme esclarece a justificativa:

Apesar disso, esses homens foram excluídos do Exército sem exame de junta médica e sem quarentena, mesmo tendo permanecido mais de um ano, quase todos, em uma das regiões mais violentas e endêmicas do mundo.

Obtiveram, finalmente, reconhecimento internacional ao receberem o Prêmio Nobel da Paz, em 1988, e a Medalha da Força de Emergência das Nações Unidas, outorgada pelo Secretário-Geral da ONU, e, finalmente, receberam o reconhecimento nacional, oficializado pelo Decreto nº 43.800, de 23 de maio de 1958, que considera a referida missão serviço nacional relevante.

Não seria justo que os ex-integrantes do Batalhão Suez ficassem à míngua de qualquer compensação pecuniária, o que constitui o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer para resgatar moral e materialmente a sua dívida com esses verdadeiros heróis nacionais.

Com a finalidade de aperfeiçoar a matéria, apresentamos duas emendas. A primeira suprime os §§ 2º e 3º do art. 1º, para evitar que o benefício pessoal seja estendido a terceiros. A segunda determina que o reajuste anual do benefício seja realizado sob o mesmo índice que é utilizado pelo INSS para as suas aposentadorias.

Cumpramos ressaltar que as despesas decorrentes do disposto neste projeto de lei correrão sob as expensas do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União, sendo que o Ministério da Previdência Social deverá baixar as instruções necessárias à execução da lei no prazo de sessenta dias.

Com base no exposto e considerando ser a presente proposição conveniente e justa ao reparar uma dívida do País para com os nossos ex-combatentes e uma vez que atende aos requisitos da boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2011, com as seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº - CRE**

Suprimam-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 332, de 2011, os parágrafos 2º e 3º do artigo 1º, renomeando-se o remanescente para 'Parágrafo único'.

#### **EMENDA Nº - CRE**

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 332, de 2011, a seguinte redação:

*'Art. 5º O valor da pensão especial instituída por esta Lei será reajustado sempre no mês de janeiro, de acordo com a variação anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou de índice que reaja justa as aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).'*

É o parecer, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Com o devido respeito, eu peço vista desse projeto, uma vez que eu gostaria de analisar o impacto orçamentário. Então, como é regimental, eu peço vista.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Regimentalmente, V. Exª está abrigado pelo Regimento. Consulto se a vista é coletiva ou não.

Então, vista solicitada pelo Senador Cyro Miranda. A matéria será apreciada na próxima.

Voltamos agora ao item 3 da nossa pauta de hoje.

#### **ITEM 3**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, de 2011**

**- Não terminativo -**

**Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda à Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.**

**Autoria:** Vanessa Grazziotin

**Relatoria:** Flexa Ribeiro

**Relatório:** Contrário ao Projeto.

**Observações:** 1 - Em 14/12/2011, a matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável.

2- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para proferir o seu relatório.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, com relação ao Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, quanto ao mérito, não há o que discutir.

O projeto propõe autorizar o Poder Executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda à Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.

Perfeito. Nós temos dificuldades enormes na Amazônia no setor das comunicações. Se houver um satélite que possa vir a suprir essa necessidade, é tudo do que nós precisamos.

Então, quanto ao mérito, nada a discutir. E eu gostaria de elogiar a Senadora Vanessa pela sua atitude.

Porém, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, a Comissão de Constituição e Justiça, em 15 de junho de 2011, ao examinar o Requerimento nº 3, de 2011, da Comissão de Educação, definiu que devem ser declarados

inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder (projetos de lei autorizativa), que é exatamente o projeto da Senadora Vanessa.

Como a Comissão de Constituição e Justiça já definiu, já pacificou que esses projetos autorizativos não vão ter sequência, em função disso, o meu voto é pela prejudicialidade do projeto da Senadora Vanessa.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Srª Presidente, na realidade, é polêmica ...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Desculpe-me.

Está em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, a Senadora Vanessa, para discutir a matéria.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – De fato, há muita polêmica, Srª Presidente, em torno de projetos autorizativos, que apenas autorizam, nem obrigam, e discutimos qual a eficácia.

O objetivo de eu ter apresentado esse projeto parte, primeiro, da necessidade de protegermos, talvez, a área mais importante, por ser a mais rica de todo o planeta, que é a Amazônia. E que façamos isso de uma forma integrada.

Já há um organismo internacional, que é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, e o Brasil, através dessa Organização, e junto com todos os outros países amazônicos, desenvolvem projetos importantes, como, por exemplo, o monitoramento do desmatamento das florestas, que foi o primeiro projeto internacional aprovado no âmbito do Fundo Amazônia, que é coordenado pelo BNDES.

Então, o objetivo é este: chamar a atenção da necessidade de que o Brasil se junte com outras nações, para disseminar e compartilhar informações, conhecimentos e tudo o mais.

E, de fato, o Brasil vem fazendo isso. Creio que de todos esses episódios que aconteceram de denúncias de como nós somos alvo de espionagem, não só de norte-americanos, mas, sobretudo, dos norte-americanos e de outros países, o Brasil já dava atenção, mas vem reforçando suas atenções no sentido de buscar as parcerias e dotar e implementar o País projetos que são importantes, seja para pesquisa, seja para comunicação ou para a segurança.

Então, o projeto é de minha autoria. Há um parecer contrário. Senador Flexa, quero dizer que compreendo V. Exª como Relator e vou, aqui, ficar, apenas vendo e assistindo essa sessão de votação.

Era isso, Presidente.

Obrigada.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Senador Cristovam e, depois, Senador Flexa Ribeiro.

Por favor, assessoria ao Senador Cristovam.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiro, eu quero dizer que, a partir de hoje, a lei me dá o direito de não votar mais. Mesmo assim, eu quero votar nessa proposta da Senadora. Mas eu gostaria de provocar o debate, porque isso é tão importante, esse tema merece tanta atenção que, se for possível, eu quero pedir vistas para elaborar uma proposta e provocar o debate.

Não é possível o Brasil continuar tão atrasado no que se refere às pesquisas aeroespaciais. Não é possível!

Alguns anos atrás, há décadas, o Brasil estava entre os melhores fóruns grandes, que eram dois, três. Hoje, nós estamos atrás, até, da Coreia do Norte, Coreia do Sul, Paquistão, Irã, Índia. A Índia já mandou um satélite, uma nave para Marte. Pouca gente fala nisso, está indo para lá. A China já pousou na lua. Nós não conseguimos colocar um satélite. A Argentina está lançando, agora, o seu próprio satélite, provavelmente no mês de outubro.

Então, eu quero apresentar um parecer... Não um parecer, é minha posição sobre o assunto.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Sim.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por isso, eu peço vista do projeto.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu entendo, apenas esclarecendo que a natureza desse projeto é diferente. Apenas, trata de executar e instalar na Amazônia o satélite...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu sei.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É até a razão para o Senador autorizar.

O Senador Flexa deu uma boa argumentação e encaminhou pelo lado da constitucionalidade, mas a solicitação de V. Exª, Senador Cristovam, entra num outro campo, que é perfeitamente abrigável, que é a questão da pesquisa em uma área estratégica. E essa é uma área estratégica, não só de defesa, mas, sobretudo, de uma região que é cobijada pelo mundo inteiro, que é a Região Amazônica.

Então, eu concedo vista, solicitada pelo Senador Cristovam Buarque. Será vista coletiva, com apoio do Senador Cyro Miranda.

Então, a matéria já está vencida.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Só para agradecer ao Senador Cristovam e ao Senador Cyro, que pediram vista coletiva, na tentativa de se encontrar uma solução para esse projeto que, repito, é da maior importância. Ao fazer o meu relatório, disse que é da maior importância para o Brasil e para a Amazônia.

Talvez, Senador Cristovam, hoje, V. Ex<sup>a</sup>, no dia do seu aniversário possa achar um caminho para salvarmos o projeto. O que tem sido, por exemplo, na autorização de criação de universidade encaminhar uma correspondência ao Presidente da República – no caso, aqui pode ser o Ministro de Ciência e Tecnologia – no sentido de eles tomarem a iniciativa, Senadora Vanessa, pela importância que tem o seu projeto.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioridade/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Então, concedida vista. Eu acho que vai ser uma enriquecedora contribuição em relação a essa matéria.

Eu queria consultar o Senador Mozarildo sobre relatoria do item 5.

Essa matéria é uma matéria muito simples, Senador. Já foi rejeitada em várias comissões. E eu a apresentaria até pelas razões...

Eu vou até fazer a leitura da questão, porque nós já temos um projeto do Senador Romero Jucá na pauta de discussão do Senado Federal.

#### ITEM 5

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011

- Não Terminativo -

**Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.**

**Autoria:** Senador Marcelo Crivella

**Relatoria:** Senador Magno Malta

**Relatório:** Contrário ao Projeto.

**Observações:** 1 - Em 04/06/2013, a Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, com parecer favorável com emendas 1 a 5 - CE.

2 - Em 03/07/2013, a Matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer pela prejudicialidade.

3 - Em 11/09/2013, a Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer pelo arquivamento.

4- A Matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Essa matéria, como se sabe, já está vencida. Por iniciativa do Poder Executivo, em alguma medida. Hoje há informações de que a Presidente vai, se necessário, convocar as Forças Armadas para garantir as delegações estrangeiras e também a própria população interessada nisso. E há um projeto do Senador Jucá, tratando de outras matérias correlatas em alguma medida.

Esse projeto é originário do Senador Marcelo Crivella. Quando ele foi apresentado, Senador Mozarildo, o Senador Walter Pinheiro e eu apoiamos a iniciativa dele apenas para facilitar a tramitação, mas a autoria do texto foi toda do Senador Crivella. O relatório do Senador Magno Malta é contrário ao projeto, como já aconteceu.

Concedo a palavra, então, ao Senador Mozarildo para a leitura do relatório. Se for ao final, ao voto, já seria mais fácil, porque esta matéria já está bastante vencida.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Perfeitamente, Presidente.

V. Ex<sup>a</sup> já deu explicações suficientes e eu posso ir diretamente ao voto.

Por prejudicado e inoportuno, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 728, de 2011.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioridade/PP - RS) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu peço que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, pela rejeição do projeto 728, de 2011, não terminativo.

Será terminativo na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Então, essa é a deliberação.

Agora o item 9 agora, porque já vencemos o item 6, que era terminativo. Vamos para o item 9, porque também o item 8 já foi vencido.

#### ITEM 9

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 318, de 2013

- Não terminativo -

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011.**

**Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

**Relatoria:** Francisco Dornelles.

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin em relação à relatoria *ad hoc* desse projeto.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não, Srª Presidente.

O relatório é bem curto.

O acordo é versado em oito artigos, os quais cumprem essencialmente garantir aos nacionais das partes, portadores de passaporte válido, isenção de visto para entrar, transitar, permanecer e sair do território nacional para fins de turismo e negócio pelo período máximo de 90 dias, renovável pelo período adicional também de 90 dias.

Por “fins de negócio” mencionado no acordo, para isenção de visto, excetuam-se as atividades que caracterizam trabalho remunerado ou emprego no território de uma ou outra parte.

O acordo não restringe o direito de cada parte em recusar a entrada ou cancelar a permanência de cidadãos do Estado da outra parte considerados indesejáveis ou, por razões de segurança pública, de ordem pública ou de saúde pública, suspender total ou parcialmente a aplicação desse acordo.

As demais cláusulas são de vigência e de cooperação na troca de informações.

A análise.

O acordo em tela, totalmente afinado com a prática internacional, vem contribuir para o melhoramento do intercâmbio turístico e de negócios, facilitando e estimulando o mútuo conhecimento de nossos povos e os negócios internacionais.

A pouca densidade das relações entre Brasil e Seicheles reforça o benefício trazido pelo acordo. A necessidade de ampliação do conhecimento entre as nações e do aprofundamento das relações bilaterais sugere que a facilitação do trânsito de pessoas será o catalisador de uma mudança qualitativa nas relações bilaterais.

Pelo exposto e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, a conveniência e a oportunidade, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2013.

É o relatório, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora *ad hoc*, substituindo o Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, as Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

#### ITEM 10

### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 39, de 2012

- Não terminativo -

**Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia e dá outras providências.**

**Autoria:** Gim.

**Relatoria:** Lídice da Mata.

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:** 1 - A Matéria vai a Comissão Diretora.

Em 08/08/2013, a matéria constou da pauta da reunião.

Eu queria consultar o Senador Mozarildo para a leitura deste relatório da Senadora Lídice da Mata, que é pequeno, para que ele proceda como relator *ad hoc*.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, vou partir para a análise.

A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par desta tendência, é possível identificar também um interesse maior entre os parlamentares pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vêm produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

Cumprindo ainda ressaltar que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Por todo o exposto, o voto é favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2012.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório *ad hoc* do Senador Mozarildo Cavalcanti, cuja relatoria foi da Senadora Lídice da Mata ao projeto que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia, de autoria do Senador Gim Argello. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

#### ITEM 11

### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, de 2013

- Não terminativo -

**Institui o Grupo Parlamentar de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas e dá outras providências.**

**Autoria:** Cristovam Buarque

**Relatoria:** Eduardo Suplicy

**Relatório:** Favorável ao Projeto.

**Observações:** 1 - A Matéria vai a Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao relator, Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

Espero que seja um presente para o autor.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com certeza, o querido Senador Cristovam Buarque merece toda a nossa atenção pela iniciativa tão positiva para instituir o Grupo Parlamentar de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas e que foi distribuído a este órgão.

A proposição institui, como Serviço de Cooperação Interparlamentar, o Grupo Parlamentar de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações entre o Congresso Nacional brasileiro com a ONU, envolvendo aí todas as suas instâncias e agências, principalmente quando as atividades envolverem a dimensão parlamentar e a representação popular.

O art. 3º dispõe que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regimento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

O autor destaca que a ONU sempre se dedicou aos contatos com as instituições parlamentares de seus países membros, e que suas assembleias gerais anuais são sempre momentos de intercâmbio de experiências e de difusão dos princípios das Nações Unidas.

Assinala que os eventos setoriais, as conferências de partes dos principais regimes internacionais patrocinados pelas Nações Unidas também têm privilegiado a dimensão parlamentar, conscientes que são da necessidade de internalização nacional das normas ali negociadas multilateralmente.

A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como o Parlamento do Mercosul, a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par desta tendência, é possível identificar também um interesse maior, entre os Parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. As decisões concernentes à política internacional vêm produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações e com as organizações internacionais promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

No ápice do sistema internacional está a Organização das Nações Unidas, ideal de harmonia e paz da humanidade, sem deixar de lado uma visão realista das relações entre os Estados. No âmbito da ONU, nunca se olvidou a dimensão parlamentar, tanto que, anualmente, são convidados numerosos parlamentares de todos os países para compartilhar as discussões travadas ao longo de sua Assembleia Geral.

Como bem ressaltado pelo Senador Cristovam Buarque, não são apenas as estadas periódicas de parlamentares na sede da ONU em Nova York que caracterizam a atenção das Nações Unidas ao trabalho parlamentar. A ONU é patrocinadora de muitos regimes internacionais, espaços de deliberação que geram normas vinculantes e que necessitam ser incorporadas à normativa nacional de cada país.

Há, assim, o regime da biodiversidade, do clima, do ozônio, das armas nucleares, do mar, entre outros. Em todos esses sistemas, procura-se envolver atores parlamentares, até com organismos específicos para eles, tendo em vista a necessidade da posterior inclusão do dispositivo acordado na legislação nacional.

Eis que, portanto, nada mais adequado que institucionalizar, na forma regimentalmente possível do Grupo Parlamentar, o relacionamento do Congresso com a ONU, posto que se evidencia uma possibilidade de rica convivência, para benefício do Brasil e do sistema internacional.

Do ponto de vista regimental, não há nada que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao projeto referido, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento e tramitação.

Vamos para o item 12.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, desculpe-me, só para agradecer o belo parecer do Senador. A meu ver, essa minha sugestão pode ficar como sendo minha e do Senador Suplicy, porque o parecer dele acrescentou muito à justificativa para criar esse grupo.

É inacreditável que nós tenhamos dezenas de grupos de amizade entre Brasil e outros países e não tenhamos um, ou não temos ainda até ser aprovado, com as Nações Unidas.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Cumprimento o Senador Cristovam. Esse foi o presente que o Senador lhe deu hoje no dia do aniversário.

**ITEM 12**

## TRAMITAÇÃO CONJUNTA

**AVISO Nº 51, de 2008**

**- Não Terminativo -**

**Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 2.045/2008, proferido nos autos do processo nº TC-018.303/2007-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à Representação em face a notícias veiculadas na imprensa, acerca de possíveis irregularidades envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica, sem o atendimento dos requisitos legais pertinentes, e o aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas.**

**Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União

**TRAMITA EM CONJUNTO****AVISO Nº 14, de 2010  
- Não Terminativo -**

**Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 111, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica e ao aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas (TC 018.303/2007-6).**

**Autoria:** Tribunal de Contas da União

**Relatório:** Pelo arquivamento dos Avisos 51, de 2008 e 14, de 2010

**Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti

Concedo a palavra ao Relator, Mozarildo Cavalcanti, para proferir seu relatório.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Vou à análise final, Presidente.

OTCU determina ao Incra que informe aos cartórios de registro de imóveis que passem a observar o registro de cadastro especial, nos termos dos arts. 10 e 11 da Lei nº 5.709, de 1971, bem como dos arts. 15 e 16 do Decreto nº 74.965, de 1974, nas aquisições de imóveis rurais por empresas nacionais com capital predominantemente estrangeiro.

Em resposta à posição do TCU, o Advogado-Geral da União argui que aquele Tribunal não possui competência para se pronunciar sobre “atividade de cunho privado sem qualquer repercussão, direta ou indireta, na gestão da Administração Pública, ou no uso de bens, ou valores públicos”, como é o caso da aquisição de imóvel rural brasileiro por estrangeiros. No mesmo diapasão, o Incra questiona a competência do TCU para realizar recomendações aos cartórios e exercer fiscalização ambiental em assentamentos.

A resposta do TCU a esses questionamentos é justamente o teor do Aviso nº 14, de 2010, mediante o qual reconhece os argumentos de reexame do Acórdão 2.045/2008-Plenário e, por via de consequência, sua incompetência para versar sobre a matéria.

O mérito, assim, não foi analisado.

O voto é pelo arquivamento dos Avisos nºs 51 e 14, respectivamente de 2008 e de 2010, ambos do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que os acompanham.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Srª Presidenta, de fato esse assunto... Eu até tomei algumas providências à época. Essa providência, cujo relatório acaba de ser lido pelo Senador Mozarildo, foi tomada pelo então Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima. O fato foi grave, porque a notícia era de grilagem de terra por empresa estrangeira, ferindo lei.

Acredito que seria importante, Senador Mozarildo – o Tribunal, no mérito, pelo que entendi, encaminha pelo arquivamento; não chegou a fazer a análise – seria interessante que nós, que somos da Amazônia – fizemos muitas denúncias à época e tudo indica que o encaminhamento era para o cancelamento da titulação de uma área importante de mais de 160 mil hectares no sul da Amazônia –, fizéssemos um requerimento de informações desta Comissão de Relações Exteriores a todos os órgãos envolvidos no caso, para que a gente pudesse ter informações atualizadas sobre isso.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco União e Força/PTB - RR) – Concordo plenamente, Senadora Vanessa. Além de também apoiar o pedido de informações, talvez formar uma comissão temporária externa desta Comissão para verificar essas questões *in loco* porque, realmente, é muito sério o assunto. Embora o TCU tenha reconhecido a não competência para julgar, o tema é realmente importante e tem a ver com a soberania nacional.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu consulto o Relator: nós vamos votar seu relatório e seria uma segunda iniciativa o requerimento para a criação de uma comissão especial para fazer a visita, conforme a proposta da Senadora Vanessa? *(Pausa.)*

Em discussão o relatório do Senador Mozarildo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerramos a votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

E, na sequência, eu queria que a Senadora assumisse a Presidência, porque sou Relatora de um requerimento da própria Senadora Vanessa. Então, ela assume a Presidência e eu faço o relatório.

A Senadora Vanessa está na Presidência.

### ITEM 13

#### REQUERIMENTO Nº 65, de 2014

**Requer, nos termos do arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 2nd Globe Climate Legislation Summit, a convite da Globe International Secretariat, no período de 25 de fevereiro a 4 de março de 2014, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.**

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

**Relatoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatório:** Favorável à Matéria

Esse, praticamente, é o resumo do relatório. O pedido será com ônus para o Senado Federal.

O relatório versa sobre o afastamento da Senadora para essa importante reunião que tratará da questão climática, pois ela sempre esteve envolvida com essa matéria.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. Estamos aqui em uma pequena confusão: para quem relata, para quem fala, para quem discute ou para quem dirige.

Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo, portanto, a direção dos trabalhos à Senadora Ana Amélia.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Vencido o item 13, vamos ao item 14.

### ITEM 14

#### REQUERIMENTO Nº 1339, de 2013

**Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade à Ministra da Justiça da França Christiane Taubira pelas acusações de racismo e de injúrias públicas sofridas, especialmente no momento em que os ataques se intensificaram, depois que ela bancou a lei que proíbe todo o tipo de discriminação.**

**Autoria:** Senador Paulo Paim

**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues

**Relatório:** Favorável a Matéria.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para proferir seu relatório.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, o objeto do requerimento já foi objeto dito por V. Exª.

O art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, dispõe que o requerimento de voto e aplauso, regozijo, louvor e solidariedade e congratulações só será admitido quando diga respeito a ato público. É louvável e oportuna a iniciativa do nobre Senador Paulo Paim de requerer voto de solidariedade à Ministra da Justiça da França por sua disposição de promover os direitos humanos.

Por todo exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Requerimento do Senado Federal de nº 1339/2013. O parecer é pelo voto favorável, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Randolfe Rodrigues.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação, com o apoio da Presidência desta Comissão, temporária e, tenho certeza também, com o apoio do Presidente Ricardo Ferraço.

### ITEM 15

#### REQUERIMENTO Nº 1490, de 2013

**Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso a Michelle Bachelet, eleita presidente do Chile.**

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin  
**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues  
**Relatório:** Favorável a Matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, o art. 222 do Regimento Interno dispõe que o requerimento de voto de aplauso é uma das prerrogativas desta Comissão. O caso em análise é de mérito notório. O Chile já é reconhecido por seus altos índices educacionais e pelo elevado padrão de vida. O Chile é e tem se firmado como exemplo positivo na América Latina, referência de justiça social e estabilidade institucional. A recondução da Presidente Michelle Bachelet é uma prova disso.

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Requerimento do Senado Federal nº 1.490, de 2013.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Randolfe Rodrigues.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu só queria, Srª Presidente, se me permite, cumprimentar o Senador Randolfe (*Fora do microfone.*) pelo relatório e dizer que, quando a Presidente ficou fora da Presidência da República, porque lá não se permite reeleição – ela foi Presidente do Chile, saiu e volta agora, depois de um período fora –, nesse período em que esteve fora conduziu...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Nas Nações Unidas.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente, com muita competência a ONU Mulheres.

Então, por tudo isso, por ser uma das primeiras mulheres a presidir um país em nosso continente é que apresentamos esse voto. Agradecemos antecipadamente pelo apoio.

Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Associo-me. Orgulha muito as mulheres a competência e a capacidade da Presidente Michelle Bachelet.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estamos em regime de votação?

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já, sim. Estamos em discussão.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só quero declarar meu voto favorável.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como ele não é terminativo, há manifestação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Há mais um registro reforçando, com a palavra do Senador Anibal Diniz, a oportunidade dessa manifestação de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Está aprovado o requerimento.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento e tramitação.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, estou fazendo uma manifestação aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores para fazer um apelo aos nossos Senadores amazônicos que estão aqui: Senador Mozarildo, Senador Randolfe, Senadora Vanessa Grazziotin. Eu concluí o relatório da PEC 61, que é a PEC que atualiza a PEC do soldado da borracha. É uma proposição da Senadora Vanessa Grazziotin, que tramitou durante muito tempo na Câmara e, por último, teve uma proposição acordada na Câmara com a equipe do Governo.

Essa PEC foi aprovada na Câmara, veio ao Senado e ficou sob a minha relatoria. Então, eu já apresentei o relatório, está registrado na Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça, e eu gostaria de fazer um apelo, uma mobilização aqui do Senador Randolfe, da Senadora Vanessa e do Senador Mozarildo para que possamos estar juntos, na próxima quarta-feira, para apreciarmos essa matéria, porque é uma matéria que tem a máxima urgência e ela não é exatamente do jeito que o Governo gostaria, mas é necessário que seja feito dessa forma.

Na proposição que veio da Câmara, o Governo autorizou um bônus, um prêmio, uma indenização de R\$25 mil para cada soldado da borracha vivo ou para seu familiar dependente. Além disso, fez uma modificação na pensão vitalícia, que era de dois salários mínimos, transformou essa pensão em R\$1,5 mil, com reajuste pelo índice previdenciário. Só que esse índice está sempre abaixo do índice de reajuste do salário mínimo. Por isso, houve uma grande grita dos beneficiários, que pedem a manutenção do vínculo ao salário mínimo. A equipe do Governo disse que isso é inconstitucional. Mas como pode ser inconstitucional algo que está já presente na

Constituição de 1988, no seu art. 54, das Disposições Transitórias? Ali, da mesma forma que foram reconhecidos os pracinhas que foram para a Itália, foram reconhecidos os soldados da borracha. Só que aos pracinhas foi concedida uma pensão equivalente à de Segundo-Tenente das Forças Armadas, e aos soldados da borracha apenas dois salários mínimos. A Senadora Vanessa Grazziotin, tentando fazer justiça e tentando repor o prejuízo desses nossos heróis nacionais – porque já são reconhecidos como heróis nacionais –, apresentou sua PEC no sentido de equiparar os proventos dos pracinhas com os dos soldados da borracha. Essa discussão vem sendo discutida ao longo de muitos anos. Então, a proposição que eu estou apresentando e que busca uma saída intermediária é justamente no sentido de que, se não se mantiver o vínculo do salário mínimo, que pelo menos os R\$1.500,00 não sejam R\$1.500,00, mas que tenham um valor a mais exatamente para compensar as perdas futuras que terão.

Nesse sentido, eu gostaria de pedir a todos os Senadores amazônicos que nos ajudem na apreciação dessa matéria, ainda que ela precise de ajustes, digamos assim, mas que possamos avançar na sua discussão e aprovação, porque se trata de uma PEC. Vamos precisar de cinco aprovações em plenário. Então, precisamos passar rapidamente na CCJ, para levarmos essa matéria a plenário.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Bom, o seu convite é para quarta-feira, na CCJ?

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quarta-feira, na CCJ.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, está feito o convite.

Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu considero oportuna essa intervenção do Senador, aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque a história ele já resumiu. Soldados da borracha foram mobilizados, numa ação conjunta entre governo brasileiro e governo norte-americano, para se expandir a produção, que estava escassa no mundo, visto que a Malásia, o outro país produtor, estava não do lado dos aliados, mas de outro lado.

O governo Getúlio Vargas baixou um decreto. Da mesma forma como convocava homens brasileiros para ir ao *front* de guerra, convocava outros homens brasileiros para ir à Amazônia trabalhar na extração da borracha. A grande maioria foi de nordestinos e uma grande parcela de cearenses. Tanto que nós que vivemos na Amazônia...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foi a chamada Batalha da Borracha.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A Batalha da Borracha. Nós, Senadora, que vivemos lá há muito tempo – eu lá não nasci, mas vivo a minha vida toda, o Senador Anibal também –, já temos os nossos laços com essa história. O sobrenome de minha filha é Bezerra, e o sobrenome de minha filha que nasceu lá no Amazonas é Bezerra por conta dos nordestinos do Ceará, que foram para a região na época dos soldados da borracha. Então, é uma história bonita, pouco conhecida no Brasil e de quase nenhum reconhecimento.

Em 1988, houve até uma CPI no Senado, logo depois da guerra. A CPI chegou à conclusão de que eles estavam abandonados pelo Estado brasileiro, apresentou muitas sugestões, e nada foi cumprido.

O resgate começou em 1988, quando da Assembleia Nacional Constituinte, porque foi incluído. Por isso uma PEC, porque está na Constituição que eles terão direito. Hoje, recebem dois salários mínimos. Eles ou as suas pensionistas. O meu projeto foi para resgatar a história, porque, do ponto de vista do direito, eles teriam direito à equiparação com os pracinhas.

Foi feito um acordo, o Senador Anibal apresentou um relatório que, aparentemente, é usado, mas não é, é bom que se diga isso. É um relatório importante. O Governo propõe a eles uma indenização. Eu já fiz várias reuniões no meu Estado com eles. Sei que no Acre está havendo muitas reuniões e também grandes mobilizações. Eles querem, aceitam essa indenização. Agora, não podemos permitir que, num espaço visível, eles tenham perda nas suas questões. Então, corretíssimo.

Eu só queria reforçar e registrar o trabalho importante que o Senador vem fazendo aqui e reforçar a mobilização, Senador.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Obrigado ao Senador Anibal Diniz.

Passo ao item 16.

## **ITEM 16**

### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA**

#### **NACIONAL Nº 10, de 2014**

**Em aditamento ao RRE nº91 de 2013, aprovado pelo plenário dessa Comissão e conforme o Requerimento inicial nº 102 de 2013, requeremos que os temas relativos à exploração do gás e do petróleo na plataforma continental do Amapá e da Guiana Francesa sejam incluídos aos**

**demais assuntos que serão tratados no seminário sobre a cooperação transfronteiriça entre o Brasil e a França, a ser realizado no Município de Oiapoque, Amapá, acrescentando os seguintes convidados para tratar desse assunto:**

- Sr. Fabien Canavy - 1º Vice-Presidente do Conseil Général do Departamento da Guiana Francesa (assembleia deliberante);
- Sr. Aluizio Silva - Representante do Instituto Internacional Amazônico de Desenvolvimento Humano IIADA, Macapá/AP.

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

É este o nome do instituto de Macapá, Senador Randolfe?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perfeitamente, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada. De Macapá, no Amapá.

A autoria, como eu disse, é do Senador Capiberibe e do Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão o requerimento dos dois Senadores. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 17, e esse é o último item da pauta, porque temos extrapauta também.

## ITEM 17

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

#### NACIONAL Nº 11, de 2014

**Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito Carvalho Siqueira, a respeito do monitoramento de partidos e organizações populares realizado pela Agência Brasileira de Informações (Abin), com a finalidade de coletar informações a respeito das manifestações populares que estão ocorrendo em todo o País.**

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão o requerimento.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Srª Presidente, para discutir.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Para discutir, Senador Randolfe Rodrigues, o autor do requerimento.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, causou-me espécie quando vi, na semana passada, no jornal *O Estado de S. Paulo*, a notícia sobre matéria que vinha com o seguinte título, de acordo com reportagem daquele jornal:

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) está acompanhando as manifestações no Rio e em outras cidades brasileiras para avaliar o risco de intensificação dos protestos, especialmente mais perto da Copa do Mundo.

A reportagem afirma, para tanto, que:

A [referida] agência está acompanhando a [abro aspas]“temperatura” [fecho aspas] das manifestações e a possibilidade de crescimento usando o que chama de fontes abertas: redes sociais como Facebook e Twitter, depoimentos policiais e [grifo nosso] acompanhamento de partidos e outras organizações. A intenção é verificar riscos, [...] infiltrações de partidos políticos e financiamento dos protestos.

Causa-me espécie porque a máxima é que “gato escaldado tem medo de água fria”, e o gato escaldado, no caso, aqui, é um País, que, neste ano, completa 50 anos – e aí o nome não é celebra, mas lembra –, 50 anos da interrupção de um processo democrático em um país que estava dando certo. Então, por isso o gato escaldado, neste caso, é uma sociedade que está traumatizada por ter tido há 50 anos a sua vida democrática interrompida. Por isso, toda vez que partidos ou organizações da sociedade civil são monitorados, eu fico preocupado.

Mas eu fui abordado pela Assessoria da Agência Brasileira de Inteligência e, preocupado com o requerimento, disseram que essas minhas preocupações poderiam ser contempladas em um requerimento de informações e, caso o requerimento de informações não respondesse, aí o General José Elito poderia vir aqui para prestar as explicações que nós estamos solicitando. Então, como estou afeito a toda tolerância possível, converto este meu requerimento em um requerimento de informações e espero que as informações venham, porque não a considero... E acho e espero que as informações sejam suficientes porque não considero ade-

quando em um Estado democrático de direito o monitoramento de partido político e de organizações sociais, em virtude de Copa do Mundo, principalmente por ser em decorrência e em virtude de Copa do Mundo. Não considero adequado, justo monitorar partido e organização social por conta de protestos e em decorrência de Copa do Mundo.

Um dia desses estavam querendo apresentar aqui uma lei antiterrorismo por conta das manifestações. Agora, vem monitoramento, por conta de protestos. Um pouco devagar com o andar, o santo é de barro. E tudo isso coincidindo com os 50 anos da interrupção da vida democrática em nosso País.

Portanto, o gato escaldado aqui que tem medo de água fria, o gato a que se refere aqui, não é o cidadão; o gato é a sociedade democrática brasileira, que há 50 anos teve a sua experiência democrática interrompida.

Converto o requerimento, Sr<sup>a</sup> Presidente, em requerimento de informações. Espero que as informações sejam prestadas no sentido de dizer que esse monitoramento não seja na espécie que me causou espanto, conforme foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Randolfe, V. Ex<sup>a</sup> usou a expressão “gato escaldado tem medo de água fria”, e como diz o ditado também, “cautela, prudência e caldo de galinha também não fazem mal a ninguém”. Então, esse é o espírito da sua iniciativa.

Em discussão, o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, que pede informações – não a presença aqui, mas informações – a respeito das manifestações populares que estão acontecendo no País. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos aos demais requerimentos.

EXTRAPAUTA

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

### NACIONAL Nº 12, de 2014

**Em aditamento ao Requerimento nº 114, de 2013, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, com a presença do Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-Geral daquela Instituição Internacional.**

**Autoria:** Senadora Ana Amélia.

Esse meu requerimento é porque sou da Comissão de Agricultura e penso que a temática de subsídios da questão agrícola internacional tem tudo a ver com o interesse brasileiro. Por isso entendi que seria bom, na audiência que será feita com o Diretor-Geral Roberto Azevedo, com a CAE e a CRE, acrescentar a Comissão de Agricultura, por conta do peso que tem esse contencioso agrícola no setor.

Submeto aos Srs. Senadores essa minha sugestão de fazer três comissões nesse evento.

Com a palavra, o Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – De pleno acordo e de bom senso. Cabe de fato o interesse das três comissões mencionadas.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

Está aprovado esse requerimento.

Há outra questão, também de minha autoria, relacionada.

EXTRAPAUTA

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

### NACIONAL Nº 13, de 2014

**Em aditamento ao Requerimento nº 5, de 2014, destinado à realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater o “Contencioso do algodão com os Estados Unidos na OMC”, requeiro que seja feita conjuntamente com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.**

**Autoria:** Senadora Ana Amélia.

Porque vai se debater na CRE a questão do contencioso do algodão, que também tem tudo a ver. Submeto à apreciação dos Srs. Senadores e Senadoras este requerimento. *(Pausa.)*  
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.  
As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*  
Aprovado o requerimento.

### EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

##### NACIONAL Nº 14, de 2014

**Em aditamento ao RRE nº 1 de 2014, aprovado pelo plenário dessa Comissão, requeiro que a Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, seja realizada com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Aatoria: Senadora Ana Amélia.**

Trata-se da questão que mencionei no início. Isso dá uma economicidade porque o Comandante Juniti Saito viria aqui uma vez só, para maximizar o trabalho parlamentar, já que o nosso Congresso é bicameral. Então, é a minha preocupação.

Em votação.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Roberto Requião. Sabia que V. Ex<sup>a</sup> daria esse apoio.

Então, aprovado, para as providências.

Outro requerimento, agora.

### EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

##### NACIONAL Nº 15, de 2014

**Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de solidariedade ao Mercosul e à Unasul por seus recentes pronunciamentos em defesa da ordem democrática na República Bolivariana da Venezuela.**

**Autoria:** Senador Eduardo Suplicy.

Senador, V. Ex<sup>a</sup> quer dar alguma esclarecimento?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr<sup>a</sup> Presidenta Ana Amélia, em razão dos recentes e muito preocupantes acontecimentos que ocorrem na República Bolivariana da Venezuela, nação vizinha e integrante do Mercosul e da Unasul, os países membros desses blocos regionais emitiram eloquentes manifestações em defesa da ordem democrática venezuelana.

O Mercosul assim se manifestou, no último dia 16, sobre os acontecimentos na Venezuela:

Os Estados membros do Mercosul, diante dos recentes atos violentos da irmã República Bolivariana da Venezuela e das tentativas de desestabilizar a ordem democrática, repudiam todo tipo de violência e intolerância que busque atentar contra a democracia e suas instituições, qualquer que seja a sua origem; reiteram seu compromisso com a plena vigência das instituições democráticas e, nesse contexto, rejeitam as ações criminosas de grupos violentos que querem espalhar a intolerância e o ódio na República Bolivariana da Venezuela como uma ferramenta política; expressam o seu mais forte rechaço às ameaças de ruptura da ordem democrática legitimamente constituída pelo voto popular; reiteram a sua posição firme na defesa e preservação das instituições democráticas, de acordo com o Protocolo de Ushuaia sobre o compromisso democrático no Mercosul; sugerem que as partes continuem a aprofundar os diálogos sobre as questões nacionais dentro do quadro das instituições democráticas e de Estado de direito, bem como tem sido promovido pelo Presidente Nicolas Maduro, nas últimas semanas, com todos os setores da sociedade, incluindo parlamentares, prefeitos e governadores de todos os partidos políticos representados; finalmente, expressam suas sinceras condolências

às famílias das vítimas fatais, resultados dos graves distúrbios causados, e confiam totalmente que o governo venezuelano não descansará no esforço para manter a paz e as plenas garantias para todos os cidadãos.

Da mesma forma, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) assim se expressou sobre o mesmo assunto:

Os Estados membros da Unasul manifestam o seu firme repúdio aos recentes atos violentos na República Bolivariana da Venezuela e à tentativa de desestabilizar a ordem democrática constituída legitimamente pelo voto popular. Ao expressar sua solidariedade às famílias das vítimas dos acontecimentos, fazem um chamado à paz e à tranquilidade no país e reafirmam o seu compromisso com a preservação da institucionalidade democrática como pilar fundamental do processo de integração regional. Os membros da Unasul repudiam as tentativas de rompimento do Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela e ressaltam, outrossim, a convicção de que qualquer demanda deve ser canalizada pela via democrática. Nesse sentido, exortam todas as forças políticas e sociais do país a priorizar e buscar o diálogo para a solução pacífica de suas diferenças dentro do ordenamento jurídico constitucional.

Em nosso entendimento, esses pronunciamentos do Mercosul e da Unasul estão no tom adequado e são necessários para coibir e desestimular a violência política em curso, destinados a reverter as legítimas manifestações das urnas e desestabilizar a ordem democrática venezuelana. É bom lembrar que a Venezuela, por ser um membro pleno do Mercosul e da Unasul, está obrigada a cumprir com as cláusulas democráticas inscritas nos Protocolos de Ushuaia I e II, do Mercosul, e no Protocolo Adicional do Tratado Constitutivo da Unasul sobre o compromisso com a democracia.

Salientamos que o art. 6º do Protocolo de Montevideu sobre o compromisso com a democracia no Mercosul prevê para os Estados que descumprem a cláusula democrática as seguintes sanções:

- *suspender o direito de participar dos diferentes órgãos da estrutura institucional do Mercosul;*
- *fechar de forma total ou parcial as fronteiras terrestres;*
- *suspender ou limitar o comércio e o tráfego aéreo e marítimo, as comunicações e o fornecimento de energia, serviços e abastecimentos;*
- *suspender a parte afetada do gozo dos direitos e benefícios emergentes do Tratado de Assunção e seus protocolos e dos acordos de integração celebrados entre as partes conforme couber;*
- *promover a suspensão da parte afetada no âmbito de outras organizações regionais e internacionais;*
- *promover junto a terceiros países ou grupos de países a suspensão na parte afetada de direitos ou benefícios derivados de acordos de cooperação dos quais seja parte;*
- *respaldar os esforços regionais e internacionais, em particular no âmbito das Nações Unidas, encaminhados a resolver e a encontrar uma solução pacífica e democrática para a situação ocorrida na parte afetada;*
- *adotar sanções políticas e diplomáticas adicionais.*

O Senado do Brasil tem também de pronunciar-se nessa hora difícil para a ordem democrática regional. A manutenção da ordem democrática na Venezuela é do interesse do Brasil, que se beneficia muito dos processos de integração regional e da estabilidade democrática em nossos vizinhos.

Assim, precisamos condenar, com a veemência necessária, quaisquer tentativas de substituir a legitimidade das urnas pela violência antidemocrática.

Em vista do exposto, instamos os nobres pares a votarem favoravelmente a esta importante propositura.

Quero salientar, Srª Presidente, que o Senador Roberto Requião sugeriu que pudéssemos acrescentar às notas já mencionadas também a nota referente ao...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ao Parlamento do Mercosul.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ... ao Parlasul, que tem conteúdo muito próximo daquele das notas que já assinalamos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Está em discussão o requerimento do Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senadora Ana Amélia, o que nós estamos vendo na Venezuela, na verdade, é um conflito da oposição com a própria oposição.

Nós tivemos, há muito pouco tempo, uma eleição na Venezuela, 27 Estados se submeteram às urnas. O ex-opositor do Maduro, o Capriles, inclusive, é hoje governador de um dos Estados, de uma das províncias, na divisão venezuelana. E ganhou a eleição por muito pouco, numa eleição bem dividida. Mas o governo, em 23 Estados que se submeteram à eleição, foi vitorioso, se não me engano, em 20 ou 21. Ele perdeu em dois ou três Estados.

Então, a Venezuela sai de um processo eleitoral.

O Capriles está, absolutamente, contra as manifestações do “Fora Maduro”, porque o Capriles está, naturalmente, contando com a possibilidade do seu grupo se eleger no próximo processo eleitoral.

A Venezuela está sofrendo um ataque de corte de abastecimento e um ataque cambial. O Capriles, naturalmente, conta com isso para transformar a sua apertada derrota provavelmente numa vitória – apertada ou não, mas numa vitória. E o López disputa com o Capriles a liderança da oposição, e está tentando avançar com o “Fora Maduro”.

Então, nós estamos vendo um conflito da oposição cantado em prosa e verso pela mídia.

De qualquer forma, parece-me que essa posição da moção do Senador Suplicy é semelhante à da Unasul e semelhante a do nosso Parlasul. Nós temos é que cobrar a pacificidade da disputa interna, que, num regime democrático, as questões sejam resolvidas por via eleitoral.

Então, eu me somo e sugeri que se colocasse junto com essa nota a nota do Parlasul, que, como eu já disse no Plenário, surpreendeu a todos, porque teve o apoio do Paraguai, que não queria a entrada da Venezuela no Parlasul – apoio entusiasmado do Paraguai –, e foi originada de uma proposta do Deputado Borsari – eu chamei o Borsari de Senador, no plenário; foi um equívoco meu, é Deputado Borsari –, que é um dos líderes da oposição do Uruguai, sempre se colocando também contra a participação da Venezuela. Mas eles tomaram a iniciativa da manifestação do Parlasul pelo apoio.

Então, acho natural que a nossa Comissão aqui subscreva a moção do Senador Suplicy e acrescente a do Parlasul, numa forma meramente informativa.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidente, se me permitir.

Vou solicitar à assessoria que encaminhe também a nota do Parlasul, que é muito semelhante às citadas, para que seja anexada...

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ficará anexada, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – A Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Roberto Requião também assinaram este requerimento. Então, é de todos nós.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Será anexada, conforme a solicitação de V. Exª. Está em votação, não havendo mais quem queira discutir, o requerimento do Senador Suplicy.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Está aprovado o requerimento do Senador Suplicy.

Eu queria, a propósito disso, fazer um registro, Senador Requião, porque vi declarações do Henrique Capriles em que faz uma manifestação de cautela e moderação. Ele não está, aparentemente ou pelo noticiário, defendendo as ações, digamos, mais radicalizadas da outra parte da oposição. Ele deu uma declaração que me pareceu, do ponto de vista político e do ponto de vista institucional, de muita responsabilidade: “Poder só se toma pelo voto”. Então é pela decisão soberana do povo venezuelano, pelo voto, que o poder será retomado, e não à força, como possivelmente querem alguns grupos.

Mas eu, como jornalista, Senador, não posso me furtar de fazer um registro sobre o cerceamento à liberdade de imprensa que está havendo nesse caso da Venezuela. E o jornal *Correio Braziliense* de hoje traz uma matéria cuja manchete diz tudo: “Um tiro na liberdade de protestar”.

Agora há pouco, nós também aprovamos aqui um pedido de informações do Senador Randolfe Rodrigues, sobre a questão dos órgãos de segurança e de informação e de como estão atuando nas manifestações e nos movimentos sociais. Isso também tem a ver com o direito de protestar.

O Senador Randolfe estava dizendo que os movimento sociais... Se nós temos o direito de protestar, essa é a essência do regime democrático, a livre manifestação.

Essa foto que saiu hoje no *Correio Braziliense* é muito expressiva, mas sobretudo o título: “Um tiro na liberdade de protestar”, ou na liberdade de expressão. É a morte da jovem, e aqui como ela foi socorrida, numa moto em que o próprio socorrista levou essa jovem, que é uma pessoa muito conhecida na Venezuela, a Génesis Carmona, de 22 anos, estudante de Ciências Sociais. Ela estava, pacificamente, participando dessa manifestação. Como ela era manifestante, diferente do Santiago Andrade, o cinegrafista daqui do Brasil, ela estava lá, participando pacificamente. Não é possível que uma jovem dessas... E ela, por ser uma pessoa, digamos, muito conhecida... Vi uma foto, inclusive, do Nicolás Maduro, Presidente, dando as mãos ao Henrique Capriles no ato em que estavam numa visita ao hospital. Então há, digamos, um caminho.

Agora, eu, como jornalista, fico muito preocupada, porque houve a suspensão da compra de papel-jornal para a imprensa na Venezuela. Esse é um processo que tem que também ser visto sob esses aspectos, porque a democracia não é completa sem que a liberdade de expressão seja assegurada aos opositores ou aos defensores do governo de Nicolás Maduro.

Eu penso que também é necessária essa observação.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senadora, a sua observação é absolutamente legítima, mas há uma tendência dos governos em refrear qualquer manifestação de minoria. Eu vejo isso aqui no Senado.

Ontem, por exemplo, o Senador Líder do PT, Senador Humberto Costa, entra com uma questão de ordem, tentando impedir a CPI dos Transportes.

O Senador não entendeu ainda que uma CPI é um direito da Minoria, que não pode ser objeto de deliberação da mesa e muito menos do Plenário. E essa questão já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal várias vezes. Agora, o Senador me diz: "Requião..." Ele estava extremamente constrangido pela pressão que sofreu para entrar com a questão de ordem na Mesa diretiva dos trabalhos do Senado. Extremamente constrangido. Mas é um absurdo total! Agora parece que a Copa passou a governar o Brasil. Não é mais a Dilma. É o pessoal da Fifa que comanda.

Não pode haver a CPI dos Transportes, que vai examinar... Afinal, de que lado está o PT? É o lado dos empresários de transporte?

Uma CPI feita com 28 assinaturas tem que ser garantida pela Mesa. E, se não for garantida pela Mesa, o será pelo Supremo Tribunal Federal. Então, ao invés de recorrer à Mesa, ao meu colega de Partido Presidente Renan Calheiros, eu vou ter que reclamar com o Barbosa? Eu e os 28 Senadores que subscreveram a CPI.

Então essa tentação de cerceamento parece que é universal. Como já se disse no passado, no Brasil, "Nada mais se parece a um saquarema do que um luzia no poder".

Os luzias eram os portugueses de Luziânia, os liberais, e os saquaremas eram os reinóis conservadores. Mas, no poder, tudo se confunde. Eu não consigo entender por que o PT, oficialmente, quer impedir uma CPI construtiva, que pretende oferecer uma solução e uma análise desse escândalo que é o transporte brasileiro. É, realmente, complicado isso, mas a defesa da liberdade e da democracia é que tem de ser absoluta.

Eu acredito que o conflito na Venezuela é um conflito das oposições. Já levantei, no plenário, num aparte a V. Ex<sup>a</sup>, a observação de que, no passado, franco-atiradores já fuzilaram membros dos dois lados internos do conflito, no intuito de tomar conta do petróleo. Antes de Chávez, custava US\$4 o barril para os Estados Unidos, enquanto, no mercado internacional, o preço do barril passava de US\$100. Então, nós temos interesses muito grandes nisso.

Mas parece que essa tentação de oprimir, de liquidar o debate é universal. Nós temos agora a liderança luzia do PT transformada na liderança saquarema do PSDB, querendo impedir qualquer tipo de debate e de investigação.

Ou será que há uma relação especial do PT com o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo nas cidades brasileiras? Será que temos financiamento de campanha? Será que eu, que apoiei o PT por seis vezes consecutivas, vou ter de dizer, como o Barbosa, que tenho uma grande simpatia pelo PT, mas pelo PT de antes, não pelo de agora?

Espero que essa pressão absolutamente insequente cesse.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – As coisas se inter-relacionam, Senador Roberto Requião. Agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

É claro que a Justiça, do outro lado da Praça dos Três Poderes, quando a gente não encontra guarida aqui, é o caminho e a solução.

Já houve, na história recente do País, manifestação quando as minorias pediram a indicação de nomes. Não basta só ser instalada a CPI, mas é preciso que os partidos indiquem os nomes. E havia uma demora, se não me engano, quando da questão das empreiteiras, em que houve uma manifestação e em que o Supremo determinou que a CPI fosse instalada e que os partidos indicassem os membros daquela CPI.

Então, V. Ex<sup>a</sup> vai tomar um caminho que já houve no passado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – O fundamental é que a Mesa não tem de se manifestar. Instalada a CPI, com a assinatura dos 28 Senadores... Eram 44 Senadores, mas alguns foram pressionados e retiraram as assinaturas na última hora. Eu vi coisas inusitadas. Eu vi o Collor pintando o rosto de verde e amarelo e dizendo: "Eu garanto a CPI." E vi o Lindbergh Farias retirando a assinatura! Meu Deus, que mudança extraordinária de comportamento existe com as pressões do poder!

Mas acho que vamos instalá-la. Espero não ter de trocar o Renan Calheiros, do meu Partido, pelo Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senador Roberto Requião.

Com a palavra, o Senador Suplicy, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu quero expressar minha solidariedade à manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia, em defesa da liberdade de expressão, de imprensa.

Sou solidário também à manifestação de pesar que V. Ex<sup>a</sup> faz com respeito a essa jovem de 22 anos que foi morta, como disse V. Ex<sup>a</sup>, na manifestação ocorrida ontem.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ela morreu. Na manifestação, ela levou um tiro na cabeça.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Então, sou solidário à sua manifestação.

Compreendi quando o Senador Roberto Requião expressou que faria uma CPI de forma isenta e séria e, por isso, assinei o requerimento por ele mencionado, sou um dos signatários do requerimento.

Obrigado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – O Senador Paulo Paim também o assinou.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Senador Paulo Paim também o assinou.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – O PT do passado o assinou.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senador Suplicy, pelo esclarecimento.

Só para encerrarmos a nossa agenda de hoje, eu queria dizer que o Senador Suplicy apresentou um requerimento muito semelhante ao da Senadora Vanessa, que já aprovamos, de voto de aplauso à Presidente do Chile, Michelle Bachelet, pelo êxito nas eleições.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Está certo.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, nós vamos anexar e enviar os cumprimentos por parte da Comissão.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sou inteiramente solidário à manifestação dela, e o meu requerimento é no mesmo sentido.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Constarão os nomes da Senadora Vanessa e do Senador Suplicy. Cumprimos os dois pela iniciativa.

Há mais dois requerimentos, Senadores.

#### EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO Nº 98, DE 2014

- Não terminativo -

**Requer, nos termos do artigo 40, observado o disposto no art. 13, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar de uma mesa de debates, promovida pelo Parlamento Russo, com a finalidade de compor uma análise sobre os trabalhos dos parlamentares e as atividades dos partidos políticos, em Moscou - Rússia, no período de 11 a 16 de março de 2014. Comunica, ainda, a ausência do País no período mencionado.**

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin.

Designo o Senador Suplicy para relatar essa matéria.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Trata-se de uma missão importante da Senadora Vanessa Grazziotin para realizar uma visita à Rússia. Certamente disso advirá algo muito positivo para as nossas relações bilaterais entre Rússia e Brasil.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

#### EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 95, de 2014

- Não terminativo -

**Requer, com fundamento nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, e na condição de membro do Conselho de Administração do ParlAmericas, licença para representar o Senado Federal, em missão no exterior, na 33ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, a ser realizada nos dias 20 e 21 de março de 2014. Comunica ainda que se ausentará do País no período de 19 a 22 de março, incluindo os dias necessários para deslocamento.**

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

Em discussão o requerimento do Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Desculpem. Eu queria designar como Relatora – é porque está tão claro esse requerimento dele! – a Senadora Vanessa Grazziotin, para o requerimento. Já foi lido aqui o *caput*, que explica tudo o que o Senador Humberto Costa quer. Ele está viajando para a reunião que se vai realizar em março.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu sinto um prazer e uma alegria muito grande, Presidente, que V. Exª me peça para ler o relatório, mesmo porque o Senador Humberto Costa representa o Brasil, hoje, no ParlAmericas em decorrência de uma atividade da qual participamos, eu e a Deputada Elcione.

Candidatamos o Brasil, Senadora Ana Amélia. O Brasil ganhou, e indicamos o Senador Humberto Costa para nos representar.

O relatório que vem a exame, nº 95, que passo a ler, é de autoria do Senador Humberto Costa, que requer, como V. Exª disse, a ausência para participar da reunião do ParlAmericas, que acontecerá em Santo Domingo, na República Dominicana, no período de 19 a 22.

Aqui está a justificativa e o voto, Srª Presidente, baseado no art. 40, ônus para o Senado; e o voto, pela importância da reunião, é pela aprovação do Requerimento nº 95, de 2014.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Em discussão o requerimento lido pela Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O último requerimento da pauta de hoje. A autoria está aqui, o Senador Roberto Requião.

#### EXTRAPAUTA

#### REQUERIMENTO Nº 101, de 2014

- Não terminativo -

**Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, §2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, e na qualidade de membro da delegação externa para a Eurolat, licença dos trabalhos da Casa entre os dias 25 a 30 de março de 2014, com o fim de participar da próxima sessão plenária da assembleia da Eurolat, a realizar-se entre os dias 27 e 29 do referido mês, em Atenas, Grécia. Comunica ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 25 e 30 de março de 2014.**

**Autoria:** Senador Roberto Requião.

Eu queria pedir à Senadora Vanessa que faça a apresentação, já que o autor não pode fazê-la. Aí encerramos, agradecendo muito a sua colaboração valiosa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Imagine, Srª Presidente! V. Exª é que está dirigindo esta reunião com muita competência. São 12h30, e estamos aqui votando toda a pauta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – As mulheres são disciplinadas, Senadora!

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Como V. Exª disse, trata-se do Requerimento nº 101, de 2014, de autoria do Senador Roberto Requião, que também é um representante do Parlamento brasileiro no Eurolat, que é o Parlamento Latino-Americano com o Parlamento Europeu, um fórum da mais extrema importância, porque, pelo lado brasileiro, entra o Parlatino, e o próprio Parlamento Europeu pelo lado da Europa.

S. Exª, com objetivo de participar dessa importante reunião, pede, portanto, licença para se ausentar, de acordo com o art. 13 do Regimento Interno e com o disposto no art. 40 do Ato da Mesa.

O pedido está em consonância com os arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado. Portanto, diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 101, de 2014, lembrando apenas que a licença se dará no período que compreende os dias 27 a 29 do referido mês. S. Exª irá para a Grécia.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Finalmente...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr<sup>a</sup> Presidente, só para fazer uma correção.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senadora...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É de 25 a 29.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – De 25 a 30.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – De 25 a 30. Está no requerimento.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Peço desculpas. Eu que li errado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Sim, está no requerimento. É que são duas datas, incluindo... Não se pode contar...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Inclui a viagem.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Há a viagem, pois para chegar lá demora bastante, Senador.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senadora...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, eu só lhe peço um minuto. É que há aqui um requerimento que não depende de relatoria, em homenagem ao aniversariante do dia, o Senador Cristovam Buarque.

## EXTRAPAUTA

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, de 2014

#### - Terminativo -

**Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para tratar do seguinte tema: “A Extensão da Plataforma Marítima de Exploração Econômica Pacífica dos Países Lusófonos”, para um primeiro colóquio defendendo o reconhecimento internacional da extensão da soberania de exploração dos recursos minerais e petrolíferos nas plataformas continentais oceânicas dos países de língua portuguesa, com limites a serem fixados com os vizinhos e aceitos pela Organização das Nações Unidas.**

**Autoria:** Senador Cristovam Buarque.

Como é autoexplicativo, penso que não há necessidade de ler a justificativa dessa audiência pública, que, claro, vai depender também da agenda da Comissão para a realização da mesma. Ele sugere a audiência com autoridades do setor, e certamente a Comissão abrigará.

Em votação o requerimento do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

O aniversariante merece, já está aprovado para os procedimentos.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É só uma complementação, Senadora. Eu assumi a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Parlamento Europeu Latino-Americano. Então, essa viagem à Grécia se destina exatamente a comandar o processo de discussão do Parlamento no que diz respeito ao desenvolvimento econômico.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Cumprimento e desejo a V. Ex<sup>a</sup>, em nome do nosso Presidente Ricardo Ferraço, um profícuo trabalho. Sei que a sua representação proporcionará orgulho a esta Casa e à Comissão de Relações Exteriores, Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – E inclusive, Presidente, eu trago aqui, publicamente, o cumprimento do nosso Presidente da EuroLat, o Senador espanhol Salafranca, dirigido especificamente à Senadora Vanessa Grazziotin, que é muito apreciada no Parlamento.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Quanto a isso, não há dúvida. Não só lá, mas especialmente aqui também.

Está encerrada a reunião da Comissão de Relações Exteriores.

*(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)*

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL****ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores **Cristovam Buarque** e **Mozarildo Cavalcanti** e a Senadora **Vanessa Grazziotin**. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública** para “tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro.”; em atendimento ao RRE nº 1/2014–CRE e ao RRE nº 14/2014–CRE. O Presidente convida a comporem a Mesa os Senadores Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e a Senadora Ana Amélia; convida também a ocupar a bancada o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica – FAB; e o Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi Affonso, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema desta reunião. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. O Presidente concede a palavra ao Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; e em seguida ao Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi Affonso, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC. Em seguida, usam a palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia e Eduardo Suplicy; e os expositores respondem os questionamentos apresentados. O Presidente agradece a presença das autoridades. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Informo às senhoras e aos senhores que esta reunião tem a participação de membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, para debatermos o Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro.

Convido o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Jorge Viana para compartilharem da Mesa, porque os nossos convidados estarão sentados em nossa bancada.

Considerando-se a opção pela aeronave Gripen NG, fabricada pelo grupo sueco Saab, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebe, nesta manhã, o Brigadeiro Saito, Comandante da Aeronáutica, para que sejam feitas as manifestações, as motivações que levaram o Governo brasileiro a fazer a opção por esse equipamento, considerando, sobretudo, o longo curso que teve o Governo brasileiro, o Poder Executivo para essas conclusões.

Convido, portanto, o Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, para que possa estar conosco, e, de igual forma, o Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi Affonso, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Aeronave de Combate, o Copac. *(Pausa.)*

Os projetos estratégicos das Formas Armadas constituem vetores altamente relevantes, não só para o fortalecimento da defesa nacional, possibilitando uma melhor inserção internacional do Brasil, mas também para capacitação de setores de nossa indústria, entre outros inúmeros dividendos.

Recentemente, tratamos, nesta Comissão, do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil. Hoje, estaremos abordando o Projeto FX-2 da Força Aérea Brasileira.

O processo de aquisição de caças de superioridade aérea para a Força Aérea Brasileira, denominado FX-2, iniciou-se em 2001, mas sofreu uma série de contratempos e adiamentos ao longo do seu percurso. Só veio a ser definido no último 18 de dezembro do ano passado, quando o anúncio foi feito pelo Governo brasileiro, fazendo a opção pelo Gripen NG, baseado, sobretudo, em critérios que foram apresentados pela Força Aérea Brasileira, sustentado, sobretudo, em três pilares: *performance*, preço e transferência de tecnologia.

Ainda no ano de 2008, depois de acurado processo, a Aeronáutica concluiu o relatório que selecionou as aeronaves Boeing F-18, da Boeing norte-americana, o Rafale, da Dassault Francesa, e o Gripen NG, da Saab

sueca, para a fase seguinte do Projeto FX-2. Entretanto, novos adiamentos retardaram a decisão para o final para o final de 2013, quando então foi anunciada a escolha do caça sueco como a plataforma de múltiplo emprego, prevista para ser a espinha dorsal da aviação de caça brasileira.

São 36 aeronaves com investimentos previstos da ordem de US\$4,5 bilhões a serem desembolsados até 2023. As negociações do contrato deverão demandar um ano, ou seja, todo o ano de 2014, com previsão de assinatura desse contrato em dezembro de 2014.

A indústria sueca já está presente com mais de 220 empresas no Brasil, empregando mais de 60 mil pessoas, sendo aquele país um antigo colaborador das Forças Armadas do Brasil. O fornecimento, pelo grupo Saab, de sistemas de alerta antecipado para os aviões Embraer E-99, do Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam, por exemplo, foi uma etapa significativa que antecedeu a essa decisão do Governo brasileiro.

Cumprir registrar que, a convite do Governo da Suécia, integrei uma delegação de Parlamentares brasileiros em visita àquele país em setembro do ano passado. Lá pudemos testemunhar toda a determinação da Saab, do Parlamento da Suécia, do Governo da Suécia na consolidação dessa importante e aguardada aquisição por parte do Governo brasileiro.

Portanto, para falar sobre os fundamentos que levaram o Governo brasileiro a decisão tão importante como essa, nós estamos recebendo esta manhã o Tenente-Brigadeiro do Ar Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e também o Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate.

V. Ex<sup>as</sup> são muito bem-vindos a esta Comissão. Nosso intuito é que possamos fazer um debate aberto, democrático, transparente, para que possamos conhecer os fundamentos que presidiu e que moveu o Governo brasileiro, a nossa Aeronáutica na nossa decisão. De modo que é com muita alegria e muito honra que nós recebemos aqui dois honrados oficiais da Força Aérea Brasileira, oficiais com currículos impecáveis na construção de suas jornadas.

É com prazer e alegria que passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito. Em seguida, parece-me que também o Brigadeiro do Ar José Augusto Crepaldi Affonso estará contribuindo e colaborando. V. Ex<sup>as</sup> terão o tempo necessário para que possamos fazer o nosso debate aqui na Comissão de defesa.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem o Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pedindo mil desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, eu tenho um voo daqui a pouco para o Acre, que está vivendo um momento de extrema dificuldade em virtude da cheia do Rio Madeira e criando isolamento, eu vou ouvir obviamente o Comandante Saito, queria cumprimentar também o Brigadeiro José Augusto, mas, em algum momento, eu vou ter que sair por causa do horário do voo.

Porém eu não poderia deixar de me manifestar agora, primeiro, para agradecer, em nome do povo Acre – estou fazendo isso nas redes sociais –, em nome do Governador Tião Viana e também do povo de Rondônia, onde estive com o Ministro da Integração, o apoio que o Ministério da Defesa, que a Aeronáutica, o Exército e Marinha, mas especialmente a Aeronáutica, têm dado neste momento de grande sofrimento. É um Estado inteiro que está isolado, o rio encheu mais ainda, a BR-364 está submersa e as dificuldades são enormes. O Governador Tião Viana tem adotado todas as medidas necessárias.

Eu queria fazer esse agradecimento e, ao mesmo tempo, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela condução equilibrada, correta que dá a essa pasta tão importante, que é a Aeronáutica. Eu sei que esse projeto que o nosso Presidente põe em debate tem a atenção de jornalistas especializados que nem aparecem aqui no Senado, mas hoje os estou vendo, porque se trata de um assunto estratégico para o País. Acho que não foi a condução, mas foi a melhor condução dada por V. Ex<sup>a</sup>. Eu sei do papel que V. Ex<sup>a</sup> tem e teve. Eu mesmo tive o privilégio, antes de ser Senador e depois de ser Governador, de trabalhar também nessa área de defesa, e sei da seriedade: sempre colocamos o interesse do País em primeiro lugar, diante das empresas e dos outros países.

Essa é a ressalva que eu faria, primeiro para agradecer o apoio que tem dado ao povo do Acre, ao povo de Rondônia e, em segundo, cumprimentá-lo também por estar aqui. Certamente trará esclarecimentos que são tão fundamentais para que o Brasil entenda a importância desse projeto para agora e para o futuro.

O nosso País não pode deixar de ter um bom orçamento, de ter nesse orçamento uma grande prioridade, não pode fazer cortes na área de defesa.

Se nós disputamos o mundo, se nós temos uma posição estratégica, se nós temos o pré-sal, se nós temos a Amazônia, se nós temos o povo brasileiro, um país de dimensão continental, nós precisamos tratá-lo com o tamanho adequado, com o orçamento adequado.

O Presidente Ricardo Ferraço, ontem, fez um discurso histórico. Antes de começar a sessão, eu pedi cópia e iria fazer um pronunciamento para ler o discurso de um colega Senador, pelo orgulho que ele me deu como Presidente da Comissão, abrindo a sessão de diálogos que o Itamaraty, que o Ministro Figueiredo está propondo. Havia lá uma série de Ministros e Diplomatas. É uma agenda fantástica que o Itamaraty...

E o Presidente desta Comissão, Ricardo Ferraço, meu colega Senador, fez uma fala e apresentou essa fala num discurso que realmente é uma peça que deve compor o livro branco da diplomacia brasileira que o Ministro Figueiredo quer construir. Então foi muito importante.

Faço este registro aqui, parabenizando o colega Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço.

Espero que hoje ele ocupe a tribuna do Senado e que possa, através da Rádio, da TV Senado e da nossa tribuna ler esse discurso, compartilhar com o Brasil inteiro esse discurso.

Semana que vem, após o carnaval, já pedi autorização dele para também fazer um pronunciamento e comentar o ambiente que ele conseguiu criar, de altíssimo nível, no debate de ontem, no Itamaraty, que vai se seguir ao longo dos próximos meses, a partir de um discurso estudado, muito bem feito, que é uma tradução do País que nós precisamos ter nas relações exteriores.

Então eu o cumprimento e peço desculpas por ter rompido o protocolo da Comissão, mas tendo em vista esse desastre ambiental que estamos enfrentando na Amazônia, especialmente no Acre e em Rondônia, uma vez que sou Senador da Amazônia, além do Acre e vou ter que me retirar daqui a pouco.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> as generosas palavras a respeito dessa oportunidade que tivemos, coletivamente, de compartilhar dessa importante iniciativa do Ministério das Relações Exteriores ao lançar o plano estratégico da política externa brasileira.

Durante 60 dias, o Itamaraty debaterá com a academia e a sociedade civil os rumos e os principais desafios da política externa brasileira. E foi de fato uma oportunidade singular para o Senado e para a Comissão de Relações Exteriores, que é uma protagonista permanente dessa construção, em razão das suas prerrogativas aqui no Senado.

Sem mais delongas, passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito.

**O SR. JUNITI SAITO** – Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço, Senador Jorge Viana, Senador Eduardo Suplicy, para nós, da Aeronáutica, eu diria que é um prazer e um dever estar aqui para esclarecer e prestar informações acerca do nosso Projeto FX-2.

Quando fui promovido a Oficial General, em 95, iniciei uma participação junto ao Estado-Maior para recompor a nossa frota de aeronaves de combate. E, naquela época, chamava-se Projeto Fênix.

Como V. Ex<sup>a</sup> mencionou, o Projeto FX começou em 2001. Foi encerrado. Em 2008, nós o reiniciamos como Projeto FX-2, tendo em vista esse lapso de tempo em que precisaríamos atualizar os nossos requisitos. E esses requisitos que foram colocados no Projeto FX-2 contemplam inclusive o que está na nossa estratégia nacional de defesa.

Nós não queremos comprar simplesmente uma aeronave de prateleira, mas, sim, uma aeronave com que nós possamos desenvolver nossa tecnologia e fortalecer nossa indústria aeroespacial. Então, com esses critérios, foram colocados os requisitos de transferência de tecnologia e de cooperação industrial.

Para falar sobre esse projeto, nada melhor do que o nosso Brigadeiro Crepaldi, que é o Presidente da Comissão que, inclusive, está tratando do contrato, de tal maneira que possamos, no final deste ano, assinar esse contrato.

Portanto, passo a palavra ao Brigadeiro Crepaldi, para ele discorrer sobre o Projeto FX-2.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Senhores, bom dia!

Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Jorge Viana; Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo, em nome de quem cumprimento os demais Parlamentares; senhoras e senhores, vou pedir autorização ao Brigadeiro Saito para, de novo, agradecer, em nome da Força Aérea Brasileira, esta oportunidade ímpar que temos aqui de prestar contas para o povo brasileiro, para o contribuinte brasileiro, sobre o andamento do Projeto FX-2. A gente sabe o impacto disso para a sociedade brasileira em termos de expectativa. Então, o objetivo maior hoje da presença da Força Aérea aqui é justamente este: tentar esclarecer, o máximo possível, para os senhores sobre o andamento do Projeto FX-2.

Vou me permitir fazer uma apresentação de cerca de 20 minutos, para mostrar alguns detalhes do projeto. Em seguida, estaremos à disposição dos senhores para responder a qualquer tipo de pergunta. O objetivo é apresentar para os senhores as principais características do Projeto FX-2.

Vou me permitir colocar essa imagem para os senhores. Essa imagem é icônica para mim, particularmente, em relação à minha profissão, e é icônica também para a indústria nacional. Hoje, para que os senhores tenham uma ideia, nessa aeronave que foi desenvolvida, projetada e fabricada no Brasil, voaram todos os oficiais-generais da Força Aérea Brasileira, incluindo o Brigadeiro Saito. Não faço referência ao tempo, Brigadeiro Saito. Mas o Brigadeiro Saito também voou nessa aeronave. Os oficiais-generais com no mínimo 35 anos de serviço voaram nessa aeronave.

Por que ela é icônica? Para mim, ela é icônica porque foi a primeira aeronave em que fiz um voo solo. E é icônica também para a indústria porque ela, desde já, sinaliza a preocupação da Força Aérea Brasileira com a indústria nacional. Então, em todos os seus momentos, a Força Aérea Brasileira, apesar de suas necessidades operacionais, sempre levou em conta – os seus líderes sempre tiveram isto em suas mentes – que não haveria defesa nacional eficiente sem a participação eficaz da indústria nacional. Então, essa imagem é icônica por esse fato.

Aqui também, é muito interessante dizer para os senhores que, hoje em dia, o nosso piloto começa voando numa aeronave desenvolvida e fabricada no Brasil. Ele faz seu voo avançado na Academia da Força Aérea numa aeronave desenvolvida e fabricada no Brasil. Ele, depois de formado, segue para Natal, onde ele voa, na sua progressão operacional, nas aplicações táticas das aeronaves, numa aeronave desenvolvida e fabricada no Brasil. Por outro lado, quem vai para a aviação de transporte também faz sua progressão operacional numa aeronave desenvolvida e fabricada no Brasil. E sua carreira operacional plena é feita em aeronaves desenvolvidas e fabricadas no Brasil. Hoje, podemos ter o orgulho de dizer que nossas autoridades maiores e a Presidenta da República voam numa aeronave desenvolvida e fabricada no Brasil.

Então, esse estágio da indústria nacional não foi conseguido simplesmente de uma hora para outra. Isso é fruto de uma visão estratégica, de um planejamento de longo prazo e de investimentos, como o Senador Jorge Viana colocou aqui, necessários para manter essa indústria nacional.

Para tentar entender um pouco o FX-2, falaremos da Estratégia Nacional de Defesa (END), da missão da Aeronáutica, do processo de seleção, do Projeto FX-2. Depois, faremos as considerações finais, quando colocaremos alguns pontos relacionados ao cronograma de ações desenvolvidas hoje pela Força Aérea.

Como o Brigadeiro Saito já colocou, a Estratégia Nacional de Defesa foi um documento que partiu do Congresso Nacional. Hoje, ele é o guia maior para as Forças Armadas Brasileiras no que se refere a preparo e a emprego e no que se refere à nossa indústria.

Então, a nossa END deixa claro: “O Brasil é um país pacífico por tradição e por convicção. Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças.”

Os três eixos estruturantes da END são: reorganização da Forças Armadas, composição dos efetivos das Forças Armadas e reestruturação da indústria de defesa.

O que diz a Estratégia Nacional de Defesa? Ela tem um capítulo particularmente dedicado ao projeto FX-2. Ela já traz ali uma orientação maior para o projeto FX-2, que foi plenamente atendida quando fizemos nossos pedidos de oferta. E o Item 22 também é claro: “Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologia, indispensável à defesa.”

Dentro dos objetivos estratégicos para a Força Aérea Brasileira, o poder para assegurar a superioridade local, claramente dizendo: “adequação da frota de vetores de combate de 2015 a 2025”, é onde está incluído hoje o projeto FX-2.

Ainda o Livro Branco de Defesa, que é outro instrumento da sociedade para controlar, exigir e ter a certeza de que as Forças Armadas estão cumprindo o seu papel. Diz muito claro o seu Capítulo 5, no Plano de Articulação, Equipamentos e Defesa. Está lá sublinhado: “Projeto Capacitação Operacional da Força Aérea. Subprojeto Aeronave de Caça Multimissão FX-2.”

Então, como os senhores veem, o projeto FX-2 está muito claro. Já foi decidido no seio desta Casa. Seria um projeto estratégico não só para a Força Aérea Brasileira como para a indústria nacional e a sociedade brasileira.

Por fim, o que é mais importante para nós, em termos de operacionalidade: cumprir a missão da Aeronáutica, qual seja, “manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria”. Isso é o que prescreve a nossa Constituição.

Dentro dessa missão da Força Aérea, para os senhores terem uma ideia, hoje cabe à Força Aérea defender a superioridade aérea, numa área de 22 milhões de quilômetros quadrados, além de prestar serviço de busca e salvamento por meio de acordos internacionais de toda esta área aqui. É o que a gente chama hoje na Força Aérea de Dimensão 22.

O processo de seleção.

Eu mostrei para os senhores, pela foto icônica daquela aeronave, a Aerotec T-23 Uirapuru, que já foi desativada em 1983, que a Força Aérea, quando faz aquisição de um sistema, a preocupação dela é com o tempo. Por ser um país com restrições orçamentárias em função das suas prioridades sociais ou outras julgadas pertinentes pelo Governo, nós temos que levar em conta os custos; nós temos que levar em conta quanto tempo vamos voar, quanto tempo vai durar. Então, essa análise do tempo de vida desse objeto é muito importante para a gente. Para isso, nós aplicamos um conceito chamado ciclo de vida, em que se analisa desde a concepção daquele sistema, o que devemos comprar, o que precisamos adquirir, se vamos desenvolver, se vamos

modernizar, se vamos fazer uma simples compra de prateleira. E isso é feito através de quê? De estudos de viabilidade, de definições do que vai se fazer. Partimos para o desenvolvimento e aquisição, produção do bem e implantação. A implantação de um sistema novo requer recursos também: novos hangares, novas tecnologias, novos treinamentos; a utilização do bem, uma eventual revitalização e, por fim, a desativação.

O conceito mundial hoje desse tempo é de cerca de 30 anos, mas hoje a gente tem conseguido, por meio de manutenção aplicada, uso adequado dos sistemas, estender a até 40, 50 anos os nossos vetores.

O processo de seleção. Como é feito esse processo de seleção por parte da Força Aérea e dos seus sistemas – e foi o caso do projeto FX-2 –? Foram enviadas ofertas para as empresas. O que nós avaliamos nessas ofertas? Os riscos inerentes a cada uma das ofertas, avaliamos os requisitos técnicos, logísticos e industriais, avaliamos logicamente os custos, avaliamos as transferências de tecnologia. A partir dessa primeira análise, foi emitido um relatório preliminar. Esse relatório preliminar continha logicamente as primeiras avaliações acerca de todos esses itens. A partir disso, chamamos todas as empresas para as clarificações, que chamamos. Tanto as empresas quanto nós sentamos, e cada um tem direito de perguntar o que quer que seja em relação à oferta. Essas clarificações são estendidas a todas as outras ofertantes.

Em seguida, são feitas visitas técnicas ao fabricante para se comprovar a capacidade industrial, a capacidade de certificação e a capacidade de qualidade.

São feitas reuniões, que chamamos face a face, em que de um lado da mesa está a comissão e de outro lado da mesa, as empresas. E também são dirimidas todas as dúvidas no sentido de que não paire nenhuma dúvida de todo o processo.

Fazemos voos de avaliação com os nossos pilotos operacionais, nossos pilotos de ensaio ou nossos pilotos de prova.

A partir dessas reuniões, as empresas fazem uma nova oferta, o que chamamos de ofertas revisadas. Da mesma maneira, é feita uma nova avaliação da oferta revisada. Esse relatório é comunicado para o órgão superior e, em seguida, informamos as empresas: “É hora de vocês fazerem a melhor e última oferta”. É quando as empresas apresentam sua oferta final. É feita uma nova avaliação e, em seguida, um relatório final, que é apresentado para a autoridade decisora.

O FX-2 seguiu todos esses passos. Foram quase dois anos de negociações e de reuniões, cerca de 30 mil páginas de documentos, mais de 20 mil horas. E no dia 5 de janeiro de 2010, o Comando da Aeronáutica encaminhou esse relatório para o Ministério da Defesa, quando então ficou para a análise da autoridade decisora.

O Projeto FX-2. Já em 2008, uma diretoria do Brigadeiro Saito. Qual era a diretoria do Projeto FX-2? Selecionar uma aeronave multiemprego para substituir, no curto prazo, os aviões Mirage F-2000 e, no longo prazo, as aeronaves F-5, a fim de modernizar e padronizar a frota da Força Aérea, com vistas ao cumprimento da missão constitucional, possibilitando o desenvolvimento da indústria de defesa com foco na transferência de tecnologia.

Cronograma de eventos. Só para os senhores se situarem, a emissão do requisito operacional se deu em 1995 – o Brigadeiro Saito já comentou alguma coisa em relação aos prazos –, e finalmente, no dia 18 de dezembro de 2013, tivemos a decisão do Projeto FX-2.

As áreas que foram avaliadas. No processo, os requisitos, que foram cerca de 1,2 mil, recaíram sobre estas áreas: área técnico operacional, área logística, área industrial, área comercial e área de contrapartidas, que são as transferências de tecnologias. E fizemos uma análise de risco de cada uma das áreas relacionadas.

Da técnica operacional, o que levamos em conta? Características técnico-operacionais da aeronave, capacidade de sobrevivência, tecnologias embarcadas, potencial de crescimento da aeronave e de suas tecnologias e o desempenho em voo.

Na parte logística: plano de apoio logístico integrado, confiabilidade, manutenibilidade e disponibilidade, desdobrabilidade, suporte ao armamento e suporte ao simulador de voo.

Na parte industrial: plano de certificação, plano de adequação, plano de produção, gerenciamento de configuração e plano de qualidade.

Na parte comercial, analisamos os custos referentes à aquisição da plataforma e operação e suporte.

Como eu falei para os senhores, essa análise foi feita para voar 30 anos.

No risco, como eu disse aos senhores, analisamos as incertezas em cada área: na técnico operacional, na logística, custos e preços, a incerteza industrial, a incerteza das contrapartidas industrial e tecnológica e a incerteza contratual.

A aeronave escolhida: o Gripen-NG.

Um pouco da aeronave. As características da aeronave. O raio de ação está na versão para a configuração ar-ar, eu já resalto aqui. O que é importante dizer em relação à autonomia? Os requisitos operacionais determinavam que as aeronaves fossem capazes de cumprir, numa versão ar-ar, um raio de ação de 300 milhas náuticas e, num raio de ação ar-solo, de 500 milhas náuticas. Dessa maneira, todas as aeronaves, todas as

ofertantes cumpriram os requisitos. Então, uma aeronave com 22 mil libras de empuxo, cerca de 10 toneladas de empuxo motor, radar com 70 milhas de alcance – isso é importante, porque hoje, na guerra moderna, quem vê primeiro atira primeiro; é importante não só plataforma como sistemas embarcados – e capacidade de carga externa de 5,2 mil quilos.

Mais um pouco de características das aeronaves: comprimento de 15 metros – essa é uma aeronave pequena –; envergadura 8 metros; peso máximo de decolagem 16,5 mil quilos; empuxo 22 toneladas; e limite de força-G, quer dizer, que permite o piloto explorar o máximo as capacidades de manobrabilidade do avião, de -3G a +9G.

Essa aqui é uma visão geral dos sistemas embarcados, para os senhores terem uma ideia.

Quais são os pontos fortes da oferta, já detalhando um pouco?

*– Lançamentos de mísseis com sensores em modo passivo. Permitam-me; são termos mais técnicos, mas é importante colocar para os senhores, porque é isso que realça a oferta.*

*– Reduzida quantidade de equipamentos de apoio e mão de obra. Isso significa que o custo logístico é menor. Eu não tenho que comprar tanta escada, eu não tenho que comprar tanta fonte de força, eu não tenho que comprar tanta ferramenta. Então, isso é interessante no ciclo de vida.*

*– Menor rastro logístico e melhor capacidade de operação desdobrada.*

*– Motor com menor custo operacional.*

*– Motor com melhor manutenibilidade e confiabilidade.*

*– Menor impacto de implantação na infraestrutura atual da FAB. Justamente por ser um avião pequeno, ele não demanda atualização de tamanho de hangares.*

*– Participação na certificação e no desenvolvimento. Isso é muito importante para a indústria nacional porque vai capacitá-la a entender as nuances do desenvolvimento e certificação de uma aeronave em voo supersônico, uma tecnologia que nós não temos hoje no Brasil.*

*– Participação potencial industrial da empresa.*

*– Menor risco contratual.*

*– Menor custo operacional e montagem da aeronave no Brasil.*

Em relação aos projetos oferecidos pela ofertante Saab: desenvolvimento de sistemas aviônicos e integração de *software*; comunicação e desenvolvimento de *datalink*; integração de armamento; projetos de capacitação para aeronaves de quinta geração; sistema de controle de aerodinâmica de voo; projeto conceitual de aeronave de caça; verificação, validação e testes; verificação final de montagem da aeronave; desenvolvimento de produção de estrutura; desenvolvimento do Gripen NG; participação total no desenvolvimento dos projetos da versão Gripen NG.

Dando um pouco mais de atenção à área de transferência de tecnologia, qual foi o enfoque dado ao projeto FX-2? Ele foi dividido em duas áreas, senhores: transferência de tecnologia e cooperação industrial.

A transferência de tecnologia dizia respeito a quê? Ela dizia respeito a capacitar a indústria nacional, o parque aeroespacial brasileiro no que se refere às tecnologias para o que se chama hoje de caça de quinta geração.

E como foi feito isso? A Força Aérea Brasileira, em coordenação com as indústrias nacionais, nós determinamos quais seriam as tecnologias a serem absorvidas, a serem demandadas de cada um dos ofertantes; isso é o que foi feito. Por outro lado, pensando na autonomia que teríamos que ter em relação ao nosso equipamento, para termos independência em relação aos fornecedores estrangeiros, solicitamos, na área de cooperação industrial, que a nossa indústria fosse capaz de fazer a manutenção daqueles itens principais, de itens estratégicos da nossa aeronave no Brasil.

Então, o que foi demandado das indústrias no que se refere a *offset*? Foi transferência de tecnologia para um caça de quinta geração e cooperação industrial no que se refere à capacidade de a indústria nacional manter essa aeronave.

Como é que isso foi raciocinado? É o que chamamos de processo de absorção de domínios tecnológicos. É um processo dinâmico de ensino e aprendizagem que deve englobar não só as competências, mas também as habilidades necessárias para sua efetiva realização.

Então, o que a gente pensou quando visualizou a estrutura do FX-2? Não adianta eu aprender, não adianta eu simplesmente fazer um curso, não adianta simplesmente eu fazer um doutorado numa área crítica: eu tenho que efetivamente me sentar ao lado e participar desse projeto. Isso foi levado em conta no processo de seleção.

O que solicitamos no nosso pedido de oferta? Que fossem declaradas e garantidas as competências a serem transferidas e as habilidades a serem absorvidas; para quê? Para que houvesse uma efetiva absorção e transferência de tecnologia e que, a partir das habilidades absorvidas, a nossa indústria fosse capaz de fazer a manutenção dos itens no Brasil.

Então, esse é o quadro, essa é a filosofia que guiou a comissão de seleção e a Força Aérea no que se refere à cooperação industrial e transferência de tecnologia.

Para que os senhores tenham uma ideia, o que seria necessário para o Brasil, conforme determina a Estratégia Nacional de Defesa, produzir um caça de quinta geração? Isso foi perguntado para nossas indústrias. As nossas indústrias disseram para a Força Aérea: "Nós precisamos dessa tecnologia". Por que, senhores? Hoje, o Brasil, em termos de transferência de tecnologia, já passou a ser um ator em que ele precisa de tecnologia selecionada. Hoje, a indústria brasileira é a terceira indústria aeronáutica no mundo. Então, a indústria nacional passa a ser seletiva nos seus processos de transferência de tecnologia para não perdermos essa oportunidade. Quem melhor sabe disso do que a própria indústria nacional?

Cada um desses itens que os senhores veem aqui foi uma demanda da indústria nacional no sentido de que, se essas demandas fossem atingidas, a nossa indústria seria capaz de cumprir, de sanar aquele *gap* tecnológico e partir para o desenvolvimento de um caça de quinta geração.

Da mesma maneira, o que seria necessário para a gente garantir a autonomia no que se refere à manutenção da aeronave, em relação aos componentes da aeronave? Foram licitadas as áreas que demandaríamos no que se refere à cooperação industrial, ao que a minha indústria tinha que ser capaz de manter. São esses sistemas.

Aqui estão um pouco mais detalhadas cada uma das áreas, para os senhores terem uma ideia. Eu não vou me deter aqui, não vou tomar o tempo dos senhores no tocante a cada uma das áreas. Mas é um detalhamento que vai ficar à disposição para consulta no que se refere à tecnologia.

Hoje nós já temos uma estrutura de gerenciamento de como vai ser feita essa transferência. Estamos em discussão nesse processo de transferência. A Força Aérea tem grande experiência nesses processos, experiências de sucesso relativas à aplicação do *offset*. Então, estamos aplicando toda essa experiência no sentido de garantir para a sociedade brasileira que o que foi prometido seja entregue.

Resultados esperados.

Da oferta SAAB, destacam-se alguns dos projetos. Um dos projetos mais importantes no que se refere à transferência de tecnologia e desenvolvimento conjunto é o Gripen Design and Development Network (Centro de desenvolvimento, integração e simulação no Brasil). Esse Centro, que teria a Embraer como seu centro, seu *hub*, é conectado diretamente ao desenvolvedor na Suécia, e os dados são compartilhados entre o desenvolvedor sueco e o desenvolvedor brasileiro, em tempo real, por meio de um *link* criptografado e dedicado. E estariam conectados, por meio da Embraer, todos os grandes parceiros da indústria nacional no Projeto FX-2.

O que está previsto na Oferta SAAB – Gripen?

- *Compartilhamento da Propriedade Intelectual (IPR) do Gripen NG, com a FAB e a indústria brasileira;*
- *projeto de estruturas e testes;*
- *desenvolvimento de sistemas;*
- *engenharia de produção e industrialização;*
- *manutenção de aeronaves.*
- *desenvolvimento e produção, compartilhados com Embraer e outros parceiros;*
- *marketing na América do Sul;*
- *equipamentos aviônicos produzidos no Brasil (na empresa AEL Sistemas, em Porto Alegre);*
- *97% da manutenção dos aviônicos na empresa AEL Sistemas, em Porto Alegre;*
- *fabricação de até 80% de partes estruturais no Complexo São Bernardo Tecnologia Aeroespacial;*
- *projetos de capacitação;*
- *participação total brasileira no desenvolvimento dos projetos da versão Gripen NG e Sea Gripen – é uma possibilidade de uma versão naval;*
- *direito de uso da propriedade intelectual para os Gripen de versões anteriores; participação da Empresa Aeroeletrônica no fornecimento de nova concepção de painel para a versão brasileira aeronave Gripen NG – é o que chamamos de Large Area Display, e há uma foto aqui para os senhores terem uma ideia; é uma tela de 19 polegadas, touch screen.*

Há outras ofertas ainda a serem discutidas: implantação do Centro de Inovações e Estudos no Brasil, já em andamento; participação em *pool* internacional de suprimento; intenção de compra pelo governo sueco de aeronave Super Tucano; intenção de compra pelo governo sueco de aeronaves KC-390, em desenvolvimento pela Embraer, com o voo do protótipo previsto para outubro deste ano.

A empresa Saab confirma que os futuros projetos Erieye, aquela aeronave-radar, serão executados exclusivamente com aeronaves da Embraer.

Em relação à produção e à montagem final, hoje o que se visualiza? A produção no Brasil estaria dentro daqueles 80% da estrutura da aeronave que apresentei aos senhores. A fuselagem traseira, asas, portas, trens de pouso e outras partes, tudo isso seria fabricado no Brasil. Além de serem produzidos para as aeronaves brasileiras, seriam produzidos também para toda a frota de aeronaves Gripen a serem vendidas no mundo inteiro. É o que a gente chama de fonte única, *sole source*. Nesse processo de produção desses itens, logicamente, haveria subcontratos com subfornecedores no parque industrial brasileiro.

Estão previstas duas linhas de montagem final, uma no Brasil e uma na América do Sul, ou melhor, uma no Brasil e uma na Suécia. Perdão! Essa linha do Brasil seria para todos os clientes possíveis dentro do acordo de *marketing* com a Saab, ou seja, com toda a América do Sul e com a área de influência do Brasil, incluindo a África. Vamos às considerações finais.

A partir do momento da decisão no dia 18 de dezembro, a Força Aérea iniciou a tratativa necessária com a empresa. Estamos trabalhando desde o dia 20 de dezembro. Temos um calendário apertado, mas exequível, dentro do planejado, dentro do ciclo de vida que a Força Aérea aplica, para que, como colocou o Brigadeiro Saito, a assinatura se dê na segunda quinzena do mês de dezembro deste ano.

Então, estão muito claros os cronogramas. Há várias reuniões com as indústrias nacionais. Faremos cerca de três a quatro reuniões nesse período com a indústria nacional, para deixar muito claro o que a empresa está oferecendo e se isso é exequível.

Então, está aqui para os senhores todo o cronograma de ação do Projeto FX-2.

Aqui, está o cronograma de entrega das aeronaves, das versões. Então, a previsão é a de que, no final de 2018, receberemos as primeiras aeronaves. O cronograma está muito claro para os senhores.

Quanto à consideração final, eu coloquei aquela aeronave para os senhores, aquela que carinhosamente nós chamávamos de Zarapa, o T-23. Todo piloto começou a sua carreira lá.

O que eu queria mostrar para os senhores aqui é muito claro. Dentro daquela visão da Força Aérea, dentro daquela preocupação que a Força Aérea sempre teve, dentro daquela visão estratégica no sentido de incentivar e fomentar a indústria nacional, vou mostrar aqui a história da Embraer para os senhores.

A Embraer foi criada em 1969. Em 1970, os primeiros contratos com a Embraer foram firmados. Digo de contratos de aquisições militares, que geraram, logicamente, um *spin-off* civil para a indústria de aviação civil. Mas, para cada contrato firmado pelo Governo brasileiro, pela Força Aérea Brasileira, a Embraer foi dando um salto no que se refere à tecnologia. Para cada um deles, ela foi adquirindo uma tecnologia que permitiu que ela dominasse um segmento de mercado. E assim vai para cada um dos contratos, finalizando com o nosso Embraer 190, que é um sucesso comercial e que, hoje, é a aeronave de transporte presidencial. Então, para cada um deles, nós fomos galgando isso. E, atrás de cada salto tecnológico, existe efetivamente um contrato de defesa colocado pelo Governo brasileiro.

Isso pode ser hoje traduzido nessa aeronave, que, não temos dúvida, será um total sucesso comercial, que é o desenvolvimento do KC-390. Como eu falei para os senhores, ele vai voar agora, em outubro de 2014. E só foi possível o desenvolvimento desta aeronave a partir de cada um desses contratos ao longo do tempo, essa visão estratégica, com muita paciência e persistência, para chegar a esse estágio de desenvolvimento da indústria aeroespacial brasileira.

Senhores, colocamos também à disposição o *site* da Força Aérea Brasileira para o Gripen. Peço aos senhores que o acessem. Ele é também uma ferramenta de prestação de contas, que atualizaremos com todas as informações necessárias.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Comandante, Sr. Brigadeiro, V. Sa acaba de afirmar que os primeiros equipamentos começam a chegar em 2018. Nós estamos em 2014. Até lá, como a Força Aérea Brasileira pretende responder aos desafios das fragilidades, que são evidentes, nas prerrogativas da FAB? Qual é o programa? Qual é o plano de transição da Força Aérea Brasileira entre 2014 e 2018, considerando esse *gap* de tempo, sobretudo em razão dos desafios e prerrogativas da Força Aérea Brasileira?

**O SR. JUNITI SAITO** – Obrigado, Senador.

Na vez passada em que estive aqui, nós dissemos que, com a desativação dos Mirage 2000, nós cumpriríamos a defesa aérea com aeronaves F5. Naturalmente, não seria uma aeronave ideal, mas nós cumpriríamos da melhor maneira possível.

Com essa decisão do FX, nós estamos conversando com a Força Aérea Sueca, que tem aquela versão C/D, uma aeronave de quarta geração. O comandante já esteve aqui no Brasil e ofereceu essa perspectiva de empréstimo dessa aeronave ao País para, provavelmente, a partir do segundo semestre ou início do primeiro semestre de 2016; será algo entre dez e doze aeronaves desse tipo, para suprir essa demanda, digamos assim, de defesa aérea no País. Porque, na verdade, as primeiras aeronaves virão no final de 2018. Mas só poderemos

estruturar um esquadrão a partir de 2019 ou 2020. Então, nesse período, nós supriríamos a nossa necessidade com esse Gripen C/D, que está voando em vários países.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas isso já é uma realidade? Já há um compromisso firmado com relação ao número de aeronaves?

**O SR. JUNITI SAITO** – Já há um compromisso do comandante da Força Aérea e do ministério da defesa sueco em proporcionar esse tipo de apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. S<sup>a</sup> considera, então, que, com essas iniciativas, a Força Aérea Brasileira assegurará as suas prerrogativas e as suas responsabilidades face à Nação brasileira?

**O SR. JUNITI SAITO** – Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Há algumas questões que nós vamos fazer e compartilharemos com os Senadores.

Fica evidente, após a demonstração do Brigadeiro Crepaldi, o critério adotado pela Aeronáutica, ao longo desse processo, para fazer a sua escolha. Ainda assim, há algumas questões que nós gostaríamos de ver confirmadas.

Uma das questões diz respeito à escolha do caça sueco, diz respeito à confirmação ou não de que um conjunto muito relevante de sistemas e componentes para a fabricação dessa aeronave é de outros países que não a Suécia.

O que, efetivamente, dessa aeronave é sueco e é de outros países? E essa dependência de outros países poderia nos levar àquilo que se chama o fantasma do embargo? Porque há embutida nessa proposta uma transferência de tecnologia muito firme e muito forte. Foi falado aqui que 80% de alguns componentes serão construídos no Brasil. Mas são componentes que me parecem *commodities*, são componentes que não têm grande grau de complexidade, que são os elementos da estrutura do Gripen.

Há algumas afirmações de que grande parte dos equipamentos e sistemas do Gripen tem como origem os Estados Unidos da América. Os americanos são quem fornecem os sistemas fundamentais da aeronave – como motor, aviônica, armamentos –, o que tem impacto sobre a transferência de tecnologia e, até mesmo, sobre a transferência e o fornecimento do código-fonte para o nosso País.

Essa dependência com relação aos Estados Unidos reduz a autonomia nas transferências de tecnologia, na entrada em operação desta aeronave e na sua manutenção? Como a Força Aérea Brasileira encara esse tipo de afirmação? Se ela procede. Quanto ao nível de dependência, que nível de percentual... Há quem afirme que 40% desse equipamento não é de produção sueca. Nós gostaríamos que V. S<sup>a</sup> pudesse falar a respeito dessas afirmações – se elas são procedentes e como a Aeronáutica tecnicamente debateu esses temas.

**O SR. JUNITI SAITO** – O Brigadeiro Crepaldi disse que nós visamos dois aspectos: transferência de tecnologia e cooperação industrial.

No que tange ao equipamento de um avião, hoje em dia, ninguém fabrica totalmente todos os equipamentos pertencentes a sua indústria no país. No caso do Gripen, por exemplo, a maior parte que nós temos do equipamento americano seria o motor. Mas lembre-se de que o motor é uma coisa mecânica. Na hora em que nós adquirimos os aviões, os motores virão juntos. E, além disso, nós compraremos mais motores sobressalentes. Quanto à revisão desses motores, ela está garantida por essa cooperação industrial de manutenibilidade desses equipamentos ao longo do ciclo de vida.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP. Fora do microfone.) – Nós podemos fabricar esses motores também?

**O SR. JUNITI SAITO** – Senador, boa pergunta. Eu diria que hoje nós temos quatro ou cinco fabricantes de motores no mundo inteiro. É uma tecnologia bastante avançada. Além de ter essa tecnologia, é preciso ter credibilidade, então é preciso ter muita quilometragem rodada para se conseguir desenvolver economicamente um motor desse tipo.

Nós estamos iniciando agora o desenvolvimento de motor de turbina estática para geração de energia. Seria o primeiro passo para, no futuro, nós termos capacitação para desenvolver o motor aeronáutico, que é muito mais complicado.

Então, todos esses fatores levam a crer que os sistemas embarcados... Muitas coisas serão feitas aqui no Brasil – de alta tecnologia, como ele descreveu aqui. O sistema de aviônica, por exemplo, será feito aqui no Brasil.

O código-fonte, nós teremos total acesso ao código-fonte, porque nós vamos trabalhar junto no desenvolvimento. É importantíssimo código-fonte, como o senhor falou, Senador, porque é como nós buscamos integrar os nossos armamentos. E a indústria de armamento no Brasil é uma indústria que já fabrica bombas, fabrica mísseis. Então, são esses armamentos que nós queremos integrar no avião.

Eu não sei se o Brigadeiro Crepaldi tem alguma coisa a acrescentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Procede a informação de que, no conjunto, esse equipamento é um equipamento em torno daquilo que é fundamental, dos seus sistemas da aviãoica, são 40% norte-americanos?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Só complementando o Brigadeiro Saito colocou. Na questão do motor, realmente, o motor é de origem norte-americana.

O Brigadeiro Saito colocou que a indústria nacional hoje se preocupou nessa área aeroespacial, no que se refere a estruturas, e na área de armamento. Então, como o senhor colocou, armamento. Hoje eu tenho a possibilidade de integrar armamento, seja norte-americano, seja israelense, seja europeu, e, principalmente, nacional.

Então, o que é importante para gente no domínio hoje? É a capacidade de fazer integração disso. A estrutura, por si, é alcançável de maneira mais fácil. Agora, o que a gente busca, como o Brigadeiro Saito colocou aqui, é a capacidade de desenvolver e de dominar o *software* no que se refere à integração.

Agora, sobre os motores, hoje, como o Brigadeiro Saito colocou, o senhor conta nos dedos hoje os fabricantes de motores no mundo. O senhor conta nos dedos. Há fabricantes norte-americanos, há fabricantes russos, fabricantes canadenses, fabricantes franceses, fabricantes ingleses e fabricantes alemães. São pouquíssimos fabricantes. Qualquer que fosse a escolha, o motor ainda continuaria sem essa desejada autonomia.

O que se buscou para se mitigar isso, nas três ofertas? Foi garantir que a autonomia no que se refere ao ciclo de vida fosse mantido – como disse o Brigadeiro – com lote de sobressalentes e com uma estrutura da indústria brasileira capaz de fazer frente a esse ciclo de vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na parte de aviãoica, na parte de sistemas?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Aviãoica. Hoje a aviãoica é americana, Rockwell Collins, com a possibilidade, que mostrei para o senhor, de ser a AEL Sistemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, além do motor, além das turbinas, também aviãoica norte-americana?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Aviãoica também.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E essa transferência de tecnologia é assegurada?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – É assegurada. Como eu coloquei ali para o senhor, por exemplo...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas como assegurar essa transferência se ela não é de domínio da Suécia e é de domínio dos Estados Unidos? E se, em algum momento, os Estados Unidos fizerem algum tipo de embargo? Como assegurar isso?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Ele é assegurado por meio do ciclo de vida. A gente está montando uma transferência que garanta para a empresa nacional que ela faça a manutenção no Brasil. Então, vendido o item, item no estoque com um nível razoável, eu consigo manter esse item.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Os senhores estão seguros disso?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para o desenvolvimento de uma aeronave, principalmente de um caça, de elevada sensibilidade e tecnologia, há um caminho a ser trilhado de grande complexidade, com relação aos aspectos técnicos, calendário, sobretudo com relação ao aspecto econômico. Há informações de que, no tocante a outros projetos, a exemplo desse que o Brasil desenvolve, houve muitos custos adicionais. Os custos iniciais foram uns, e os custos finais foram outros – experiências na África do Sul e outras mais.

Esses aspectos estão sendo observados?

De que maneira isso poderá ser mitigado, para que essa proposta inicial, que é de US\$4,5 bilhões, ao final, não se transforme em custos adicionais para o contribuinte brasileiro?

Isso estará assegurado em contrato, com limites?

**O SR. JUNITI SAITO** – O Brigadeiro Crepaldi poderá complementar, mas, na verdade, esses aspectos é que estão sendo discutidos neste momento contratual. Em termos de custo final desse projeto, a oferta está em US\$4,5 bilhões, mas, como o senhor disse, pode ser para menos ou para mais – um pouquinho menos, um pouquinho mais. Esse tipo de discussão é que está ocorrendo hoje junto à empresa e junto aos nossos fabricantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e, oportunamente, retorno.

A palavra é de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoridade/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, eu penso que o Senador Ricardo Ferraço, nas suas indagações, colocou algumas questões centrais que também seriam objeto da minha intervenção. Mas eu quero voltar a algumas delas.

Eu li, Comandante, numa edição do jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 14 de janeiro de 2014, um artigo do Prof. Oliveiros Ferreira, professor aposentado da Universidade de São Paulo e também da PUC. Ele foi meu professor nos anos 60, tempo longínquo já. Pela primeira vez, num curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia de São Paulo, ele colocava a importância da defesa nacional, num momento em que esse tema era muito contaminado por questões ideológicas do mundo polarizado. E ele colocava isso como algo permanente, mostrando que o poder nacional é uma afirmação da soberania nacional, uma projeção da soberania nacional, e, se tinha vigência na época da Guerra Fria, onde o mundo era mais disciplinado pelas duas superpotências, quanto mais hoje, que o mundo está mais difícil, mais anárquico, mais multipolarizado. E no caso da defesa, da indústria da defesa e dos investimentos em defesa, é possível conjugar a aspiração de um país de ter poder – e, no caso brasileiro, não se trata de um poder para agredir os outros, mas de nos defendermos contra ameaças e contra agressões –, mas a isso se junta também um, digamos assim, imperativo do desenvolvimento nacional, que é a nossa capacitação tecnológica, que é fortalecimento da indústria nacional, que é a possibilidade de nos inserirmos no mundo em que a habilidade, o domínio da tecnologia mais avançada é decisivo para o bem-estar.

Bem, isso para mim, hoje, é pacífico. Eu não fico confrontando o que se gasta em defesa e quanto se gasta em saúde. Acho que as duas coisas são muito importantes. A saúde, evidentemente, tem uma dimensão do indivíduo, mas a defesa, pela sua projeção no mundo civil, também tem, pela capacidade que ela tem de gerar empregos, de fortalecer a indústria nacional, enfim. Para mim, esse não é o problema.

O Prof. Oliveiros Ferreira, nesse artigo a que me refiro, que se chama “Os caças suecos e a lógica de supermercado”, diz: “Olha, não se compra avião de caça como quem vai ao supermercado”. É claro que é uma decisão muito delicada. Mas ele aponta o seguinte fato: a demora excessiva que nós tivemos, que o Brasil teve para tomar essa decisão. E aí eu não me refiro ao Governo PT, que está aí há 11 anos, mas também no caso do governo Fernando Henrique, nós tomamos a decisão de comprar aqueles Mirages que já haviam sido desativados pela *Armée de L’Air*, a aeronáutica francesa e a escolha da nova aeronave, do novo caça se arrastou.

Em 2009, o Presidente Lula chegou a anunciar a compra dos aviões da Dassault. Depois, não se sabe por que, voltaram atrás. Eu queria saber um pouco sobre este episódio: por que anunciou e depois voltou atrás? Eu não estou questionando a escolha do avião sueco. Pelo que me foi dito pelos senhores e pelo que li, parece-me um avião mais adequado para a realidade brasileira, para as nossas necessidades, embora eu seja absolutamente leigo e tenha medo de avião. Mas, pelo que vi, penso que os franceses levavam em conta muito mais as necessidades deles, de vendedores, do que a nossa, de compradores. Essa é uma análise, inclusive, que eu vi em articulistas da imprensa francesa.

Bom, mas o fato é que a demora foi muito longa. E nós nos encontramos hoje numa situação preocupante – e que foi levantada já na intervenção do Senador Ferraço –, que é esse intervalo. O que vai acontecer durante o período em que nós ficaremos sem aviões de caça para a proteção do nosso espaço aéreo.

Bom, a Suécia, evidentemente, não rejeitará um pedido de empréstimo. Ela tem interesse em alugar ou emprestar. Mas por quanto tempo? Por um ano, dois anos ou até que cheguem os caças novos? Farão isso antes que o contrato de compra esteja formalizado, assinado? São perguntas que o professor faz no seu artigo.

Bom, e os pilotos nossos têm treinamento para pilotar esses aviões? Não serão aviões da mesma geração que os Gripen que nós vamos adquirir. Eles estarão capacitados para operar esses aviões que serão emprestados? Quanto tempo de treinamento será necessário? Temos orçamento para isso, para esse período de treinamento?

Então, são questões eu gostaria de colocar, e já foram colocadas pelo nosso Presidente Ricardo Ferraço, mas eu gostaria de insistir.

Quanto ao problema do chamado embargo, da possibilidade de embargo de componentes por parte de terceiros países, concordo com o Brigadeiro José Augusto Crepaldi Affonso, ou seja, que esse é um problema que poderá ocorrer, qualquer que seja a escolha. Aí o problema é nosso e nós é que temos que ter condições de fabricar os motores, desenvolver a nossa tecnologia.

Aí se coloca uma questão que não é específica desse tema, que é a questão da continuidade dos nossos programas de capacitação, a continuidade dos investimentos na nossa defesa, na nossa indústria de defesa. O que eu vejo é que a questão da defesa nacional é muito mal tratada pelo mundo político. Nós não temos aqui entre nós uma compreensão de que programas que levem à capacitação do nosso País para sua defesa e que gerem também subprodutos vitais para o desenvolvimento do mundo civil, digamos assim, exigem tempo, exigem continuidade, exigem equipes que se capacitem ao longo do tempo; e não se faz isso de uma hora para outra. Aí a descontinuidade orçamentária é uma coisa dramática. Isso vale para o motor, vale para o avião, vale para o que for.

Essa é uma questão, meu caro Senador Ferraço, o senhor ainda vai ter este ano pela frente na Comissão, que tinha que ser objeto de um grande acordo, um grande pacto nacional político. Nós não podemos permitir

que esse setor, assim como outros, mas alguns setores vitais para a vida brasileira fiquem sujeitos a esse tipo de oscilação. Nós não podemos viver de expediente dessa matéria.

Agora voltando ao nosso caça, queria fazer algumas perguntas específicas. São 36 caças, se não me engano, que serão adquiridos. Eles são suficientes, na opinião dos senhores, para a dimensão de um país continental como o nosso?

O problema da autonomia de vôo, eu vi, perdoem-me mas se disseram não registrei, que há crítica sobre a baixa autonomia de voo dessa aeronave. É possível compensar essa desvantagem, se desvantagem é real, diante da nossa dimensão continental? Procede a informação de que nos novos caças não pousam em porta-aviões – refiro ao nosso São Paulo. Sobre o Gripen, outra questão que já foi aliás respondida por um executivo sueco nas páginas amarelas, mas gostaria que os senhores pudessem dar mais elementos.

O fato de que o Gripen NG nunca participou de combate real e isso foi apontado como uma desvantagem dessa aeronave. É ou não é uma desvantagem, como se compensaria isso?

São essas as perguntas que gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Adicionando às questões aqui apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, a pergunta é a seguinte: o Gripen é um projeto ou já é uma realidade? É um projeto, é uma realidade e, em sendo uma realidade, com experiência em países da dimensão do país, porque há informação de uma operação em países com dimensão muito inferior à dimensão continental do nosso País. Isso tem a ver com o raio de alcance, com autonomia, com a necessidade e possibilidade desses equipamentos serem reabastecidos em voo.

Então, todas essas características asseguram à Força Aérea Brasileira a credibilidade e a reputação que a Força Aérea Brasileira está colocando nessa decisão. Existem questões do tipo: “O novo modelo deve alcançar um raio de combate de 1.300km quando armado com mísseis e tanque externo contra 800km originais do atual Gripen CD, que é um avião de quarta geração e o Gripen NG seria um avião de quinta geração.”

De modo paralelo, o alcance do translado, aeronave desarmada, passaria de 3.200km para 4.000km. Sendo assim, especialistas opinam que esse alcance operacional seria inadequado para as dimensões continentais do Brasil. Especula-se mesmo que o foco dessa área seria atender países como o Brasil que, em razão de orçamentos militares pouco generosos, tenderiam privilegiar soluções mais baratas, ainda que menos dissuasórias. Como V. S<sup>as</sup> encaram essas avaliações de determinados segmentos?

**O SR. JUNITI SAITO** – Quanto ao raio de ação, foi falado aqui, sobre raio de ação, o mínimo que pedimos foi de 300 milhas náuticas e raio de ação ataque ao solo em torno de 500 milhas náuticas.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Quanto vale uma milha náutica?

**O SR. JUNITI SAITO** – Equivale a 1,8km. Então, todas as três ofertantes atenderam a esse requisito. Quanto à capacidade de longo alcance, muito mais do que isso, só com reabastecedor aéreo. Podemos penetrar, podemos fazer uma missão de ataque ao solo a mais de 1.500 milhas com reabastecimento. Isso acontece com quase todos os aviões hoje em dia no mundo inteiro.

Só aumenta o raio de ação através do reabastecedor. Para isso mesmo que estamos empenhados nesse KC-390 como tático e também o outro reabastecedor estratégico que vamos chamar de KC-X2 que já está andando.

O Senador perguntou sobre essa decisão prolongada. Realmente, em 2002, tínhamos decisão já pronta e que não foi tomada, estava na mudança do governo. Em 2009, realmente, o Presidente chegou a anunciar em setembro, mas nós alertamos o Presidente de que o processo não estava encerrado ainda. Tanto é que o relatório só saiu em janeiro de 2010. Por quê? Diante disso, foi dado mais prazo para todos os três participantes apresentarem outras propostas, digamos assim, até uma data X, que acho foi em novembro.

Quando a Presidenta assumiu, também prometeu tomar a decisão o mais breve possível, só que ela tomou agora em 2013. Dentro de um processo desse tipo, seria interessante, como V. Ex<sup>a</sup> falou, que as decisões viessem mais cedo, mas, por questões econômicas, por questões de prioridade, foi atrasando.

Quanto ao número de aviões que temos, temos hoje 43 aeronaves A1 de ataque ao solo, de extrema precisão; temos 57 F5, para fazer a defesa aérea de todo o território, modernizados e equipados com equipamentos modernos...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Ainda temos tempo pela frente.

**O SR. JUNITI SAITO** – Tem tempo. Esse F5, por exemplo, ainda vamos pensar em desativar a partir de 2025 e o A1 a partir de 2030. Então, o ciclo de vida está assim delimitado.

Vamos adquirir agora 36 aeronaves e, com certeza, outras virão depois, para substituir F5 e A1, que serão desativados ao longo dos próximos 15 anos.

Quanto à vinda da aeronave sueca de quarta geração, que é o A, C e D, os pilotos não terão dificuldade, absolutamente.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Pegar e sair.

**O SR. JUNITI SAITO** – Não é bem pegar e sair. É preciso fazer um curso, ter um mínimo de horas de voo, para ter uma capacidade operacional para operar esses aviões, porque não é simplesmente voar, é preciso aplicar a plataforma como a plataforma de armas, mas isso não vai levar mais de um ano. Já nesse ano...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Não há problema orçamentário para isso?

**O SR. JUNITI SAITO** – Então, já neste ano, o comando da força aérea sueca, embora o contrato ainda não esteja finalizado, ofereceu para que dois pilotos fossem agora em agosto e já começassem a fazer treinamento no Gripen.

Então, quanto a isso o senhor pode ficar tranquilo porque temos soluções, digamos assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com relação aos equipamentos reabastecedores, o cronograma está combinado com aquisição, de modo que em 2018, quando os aviões começarem a ser distribuídos...

**O SR. JUNITI SAITO** – O que aconteceu? Temos 130 reabastecedores e tínhamos também o 707 reabastecedor cargueiro, só que em 2013 desativamos esse reabastecedor 707, por problema de segurança.

Então, imediatamente, iniciamos um processo para aquisição do reabastecedor estratégico, tanto transporte de tropa, como carga e reabastecedor. Duas empresas participaram, a Airbus com o A330, e também... A Boeing não quis participar, participou uma empresa israelense chamada IAI, para transformar o 767 em reabastecedor.

Concluimos a escolha e quem ganhou foi a IAI, com o 767. Estamos aguardando uma ordem do Governo para assinar o contrato.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A expectativa é de que, com a chegada dos Gripen NG, esses equipamentos reabastecedores fundamentais para que eles possam cumprir as suas missões com autonomia, estejam também disponíveis?

**O SR. JUNITI SAITO** – Exatamente. E também KC 390, que a nossa Embraer está fabricando e que, em 2016, deverá entrar na linha de produção.

Esse terá uma capacidade de carga, transporte de pessoas, e também de reabastecimento no ar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Gripen NG pode ser reabastecido no ar?

**O SR. JUNITI SAITO** – Pode ser reabastecido nessas aeronaves.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeito.

**O SR. JUNITI SAITO** – Não sei se respondi todas as questões...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Ana Amélia, a palavra é de V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida o Senador Eduardo Suplicy.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu, depois de dois especialistas, quase engenheiros aeronáuticos, o nosso Presidente Ricardo Ferraço e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, restam-me poucas questões a fazer. Eu, como o Senador Aloysio e acho que outros Srs. Senadores, também, li a entrevista do Presidente da Saab. E queria, Comandante, caro Brigadeiro, fazer um registro de que, como nós gaúchos somos muito bairristas e temos lá duas bases aéreas, Santa Maria e Canoas, e para a minha alegria a Embaixadora do Brasil na Suécia é a Embaixadora muito competente Leda Lúcia Camargo. Ela teve envolvida, do ponto de vista da representação diplomática, no acompanhamento dos contatos do governo Sueco, da Força Aérea Sueca, da Defesa Sueca, com a Força Aérea Brasileira.

Então era o registro que eu queria fazer.

E também queria fazer o registro de que um piloto gaúcho também de uma ONG, ou de uma agência de avaliação de aeronaves, da DefesaNet, Vianney Júnior, pilotou esse avião, esteve lá na Suécia fazendo esse teste e até me fez algumas sugestões que eu vou abordar.

Mas eu antes, em homenagem à Força Aérea Brasileira, e em função daquilo que o Senador Aloysio Nunes Ferreira mencionou aqui sobre a questão orçamentária, Senador Suplicy, nós estamos num ousado projeto que não é apenas de defesa. Penso que a absorção tecnológica numa área tão refinada e tão especializada quanto essa dá ao Brasil um salto de qualidade e de acesso à tecnologia no desenvolvimento industrial e econômico do País que é incalculável.

Nós não temos a dimensão ainda de quando esse projeto estiver plenamente em execução.

Então o ganho para a economia brasileira, para a tecnologia e a ciência brasileira, são incalculáveis neste momento.

Então, penso que não podemos encarar apenas a questão da defesa, de o avião perseguir o inimigo ou se defender, ele tem que ser visto num conjunto do programa e da estratégia brasileira de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Mas, em homenagem à Força Aérea Brasileira, eu vou ler aqui apenas uma resposta que deu o Hakan Buskhe, que é o Presidente da Saab, um executivo de apenas 50 anos. Ele disse o seguinte, indagado depois do que aconteceu em 2009, que devia ser o Rafale: "O senhor diria que o Governo da Presidente Dilma Rousseff adotou outra abordagem no que diz respeito à compras dos caças?"

A resposta dele – e aí por isso faço o registro textual da declaração dele:

Só posso afirmar que a Força Aérea Brasileira sempre se comportou como uma organização extremamente profissional. Jamais deixou de mostrar transparência e isenção nas nossas trocas de informações. Ainda que o processo de escolha tenha sido longo, em nenhum momento, por exemplo, nós percebemos que éramos o número um ou número três na preferência dos oficiais, e eles fizeram um belo trabalho em não deixar vazarem informações como essas.

Notamos, é claro, que tínhamos uma boa avaliação, mas a condição de favoritos não veio à tona até a escolha final ser feita. A Força Aérea do seu País foi muito habilidosa.

Então, faço esse registro aqui como Senadora que tem pela instituição um grande respeito pelo seu profissionalismo.

Agora, vou à questão, aqui usando a contribuição Vianney Jr., que é o Editor-Chefe da Avaliação de Aeronaves, que esteve em Estocolmo, na unidade da Gripen. Disse ele que a produção das 36 aeronaves a serem compradas pelo Brasil dar-se-á com a participação de várias empresas brasileiras, em tese, 80% do avião construído aqui.

A confecção do contrato vai ser finalizada no dia 18 de dezembro de 2014 e vai exigir um criterioso processo e uma sábia condução. Muito há de ser discutido no momento em que o foi oferecido nas propostas possa migrar de forma real e concreta para um contrato que resguarde os interesses nacionais e respeite prazos e qualidades prometidos.

É razoável compreender a natural competição [e aí falo de novo como gaúcha] entre os Municípios presentes ao redor da conclusão do processo contratual onde algumas cidades pleiteiam a instalação das partes de linha de montagem e/ou a produção em suas municipalidades, busca da criação de postos qualificados de empregos e geração de renda.

Então, quero dizer que o Rio Grande do Sul está inscrito nesse programa aí. Quero uma atenção e gostaria de recebê-la.

Qual é, efetivamente, Comandante, o plano de desenvolvimento do Gripen NG? Já foi explicado aqui, eu queria até pedir desculpas aos senhores por não haver chegado no começo, porque eu estava presidindo a Comissão de Agricultura que tratava de matéria séria, que fiquei muito preocupada em relação à questão do apagão de energia que está afetando pesadamente o setor agropecuário brasileiro. Então, por isso o meu atraso.

Repito: qual é efetivamente o plano de desenvolvimento do Gripen NG?

Nós teremos as primeiras unidades montadas na Europa, com a participação de técnicos brasileiros, ou serão montadas desde o início aqui no Brasil com o desenvolvimento de uma estrutura para isso em território brasileiro?

Quais as expectativas orçamentárias, a que o Senador Aloysio já abordou, para esta tarefa?

Outra questão: por ser o menor entre os três concorrentes finais – aqui já se abordou também um pouco da questão da autonomia de voo –, o único moto turbinado, o Gripen teria capacidade de carga menor em quantidade de combustível na aeronave, o que poderia comprometer a autonomia – já referida aqui nas duas perguntas dos dois Senadores –, como será concebida essa capacidade de combustível diante – também já referida aqui – da dimensão continental do Brasil bem distintas das da Suécia, que é um país pequeno territorialmente falando? Para alcançar todo o território nacional seria necessário o reabastecimento em voo, também já mencionado. Como é o planejamento da Força Aérea Brasileira no que concerne a essa particularidade operacional?

A outra questão é: há expectativa de produção de uma versão naval? Também se falou aqui do Gripen NG. O Projeto FX-2 englobaria também essa necessidade ou será preciso um novo acordo ou um novo contato para concepção e a produção de aeronave – o Senador Aloysio falou isso – para o nosso navio Aeródromo São Paulo e para a aviação naval em geral?

Uma vez que se pretende montar as unidades do Gripen NG em território brasileiro, há expectativa de produção aqui para exportação, por exemplo, a países sul-americanos? Quais seriam os mercados mais imediatamente interessados nessa...? Porque é também uma aposta da própria sueca que detém a tecnologia.

O Gripen NG será uma aeronave capaz de concorrer internacionalmente, dado todas as características que aqui foram expostas pelos senhores?

Quais mercados poderiam ser alcançados para exportação de aeronaves brasileiras, exceto a região latino-americana?

Muito obrigada.

**O SR. JUNITI SAITO** – Eu anotei aqui as perguntas, mas não sei se eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ficou aqui no caminho, Brigadeiro, me permita a interrupção, o Gripen NG é um projeto? É um protótipo? Já é uma realidade? Ele atua em algum país da dimensão continental do nosso País? Essa pergunta ficou, e eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse abordar esse tema.

**O SR. JUNITI SAITO** – Pois não. Vou responder aqui.

O Gripen NG tem só uma prova conceitual. Eles pegaram o Gripen D biplace e o transformaram da seguinte forma: trocaram a posição do trem de pouso – o Gripen D recolhe na fuselagem. O Gripen NG conceitual recolhe na asa. No espaço onde estava o trem de pouso, eles aumentaram, colocaram mais tanque de combustível e reforçaram a estrutura do trem. Então, ele está voando. Já tem quase 250 horas de voo.

O que eu quero dizer é que o Gripen NG vai sair o protótipo ainda, provavelmente no ano que vem. Porém, o Gripen NG é um derivativo do Gripen C e D. É igual o Super Hornet. O Super Hornet é um avião que derivou do F-18 Hornet.

Então, quanto ao gargalo tecnológico, isso praticamente não existe. Eles trocaram o motor, deram mais potência. A senhora disse que o nosso companheiro voou o Gripen; eu também voei o Gripen. Mas isso foi em 1997. Eu voei o Gripen B, lá.

Então, quanto a essa preocupação de o avião não ter e ser desenvolvido, eu acho que não é problema e sim solução para um País que quer se capacitar como o Brasil é uma solução desenvolvermos junto com eles, aprendermos e recebermos transferência de tecnologia, fazendo juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E quanto à questão de ele ser um equipamento adequado e apropriado para países com pequena dimensão territorial, diferentemente da nossa realidade?

**O SR. JUNITI SAITO** – Não tenha dúvida, Senador, de que tudo isso foi analisado. Os três aviões atenderam ao nosso requisito, que foi feito pelo Estado Maior. De maneira que atende plenamente as nossas necessidades.

Agora, a versão naval.

Existe, sim, a preocupação da Marinha em tentar, com essa decisão do Governo de comprar o Gripen NG, desenvolver uma versão naval, que necessita de alguns reforços no Gripen normal, como o trem de pouso para pouso em porta-aviões, com uma estrutura mais robusta. Há aquela posição de gancho que tem de ser reforçada a estrutura do avião. Mas os suecos dizem que pode colaborar também no desenvolvimento desse tipo de versão naval.

De maneira que a Marinha está sendo convidada a participar, juntamente com a comissão para tentar discutir esse assunto também.

Quanto ao mercado. Isso está na proposta. O mercado sul-americano e outros mercados, como a África e também nos lugares em que o Brasil tem penetração.

Isso está na proposta da Saab. Quarenta por cento de todo desenvolvimento é do Brasil, sendo que 80% da estrutura, inclusive com material composto, serão fabricados aqui no Brasil.

No fato de ser monoturbina, há vantagens e desvantagens. As vantagens, do ponto de vista de alvo, é que seria menos detectável. Com só uma turbina seria menos detectável.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – A rastreabilidade pelo inimigo?

**O SR. JUNITI SAITO** – Isso.

As desvantagens seria ter uma só turbina. Se perder uma turbina o piloto tem de se ejetar. Mas para isso o Gripen tem vários equipamentos de guerra eletrônica, que faz com que...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Compensa essa deficiência.

**O SR. JUNITI SAITO** – Compensa isso.

Ele não é uma aeronave de 5ª Geração, como todos pensam. É uma aeronave, como diz o nosso Brigadeiro Crepaldi, com todas essas inovações tecnológicas poderia ser considerada uma aeronave 4.6 em termos de geração.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O senhor poderia explicar melhor o que é essa questão de 4ª Geração, 5ª Geração e 4.6?

**O SR. JUNITI SAITO** – O.k. Para chegar à 5ª Geração hoje, considerando a aeronave de 5ª Geração, só quem tem essa aeronave hoje, voando efetivamente, são os Estados Unidos. Eles têm um avião chamado F-22,

em que o radar não pega esse avião por geometria, por pintura... Mas os Estados Unidos não vendem para ninguém esse avião.

Há um outro avião que saiu agora, esse é para mercado internacional, que é o F-35, um avião menor ainda, que tem essa capacidade; é americano também. Eu soube que os russos também estão desenvolvendo uma aeronave de 5ª Geração. É uma tecnologia muito avançada, que depende mais uma decisão política de um país do que, eu diria, ganho tecnológico, porque é uma aeronave bastante sofisticada.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – E como é que está a China nessa competição da alta tecnologia?

**O SR. JUNITI SAITO** – A China também está pretendendo desenvolver uma aeronave de 5ª Geração.

Não sei se eu respondi a todas as perguntas, nobre Senadora. Quanto ao Orçamento, realmente é importante que haja uma cronologia de desembolsos. No caso, por exemplo, do KC-390, que está em desenvolvimento e que precisa cumprir o cronograma, porque no mercado externo tem muita gente querendo entrar nesse tipo de avião, então, o Governo tem mantido, através do PAC, desembolsos regularmente.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Comandante, a minha preocupação orçamentária é porque esse projeto é um contrato internacional e aí não há possibilidade de fazer contingenciamento. Então, a minha preocupação é com o orçamento hoje do custeio dos investimentos do orçamento anual que tem a Força Aérea Brasileira, como o Exército e também a Marinha. Por isso, preocupa-me, porque há projetos muito importantes que desenvolvemos, como o Sisfron, Sivam, e todos os outros que precisam e não podem ficar descobertos, e orçamento é essencial.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agora, não há necessidade de desembolso financeiro para aquisição desses equipamentos tanto no Orçamento de 2014, como no de 2015 e de 2016. Procede a informação de que, assim que nós recebermos o último equipamento, portanto, o trigésimo sexto, é que nós, Governo brasileiro, iniciemos o pagamento? Então, esse pagamento está programado para ser iniciado quando? Para deixar um pouco clara a preocupação desta Comissão com relação à continuidade deste importante projeto, não apenas do ponto de vista da defesa, mas, sobretudo, do ponto de vista também tão importante da transferência de tecnologia, até considerando que a incorporação de tecnologia nesse campo é dual, ele terá ganhos nessa área, mas terá ganhos também em um campo muito vasto do relacionamento humano, nunca se esquecendo que tecnologias como a da internet saíram da indústria da defesa e que, ao longo desse processo, muitos ganhos podem ser incorporados.

Como é que V.Exª poderia nos assegurar que esse tipo de projeto não tem solução de continuidade em relação aos constantes contingenciamentos a que nós assistimos no Orçamento público brasileiro, podendo colocar em risco programas, como disse aqui a Senadora Ana Amélia, que têm dimensão internacional?

**O SR. JUNITI SAITO** – Bom, nós estávamos agora discutindo o contrato...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB - SP) – Depende um pouquinho de nós também, não é. Porque, aqui, o Congresso se mobilizou febrilmente para impor uma regra constitucional no Orçamento impositivo nas emendas parlamentares individuais. Então, depende muito também da ressonância desse tema no mundo político, e aí a nossa Comissão tem um papel primordial.

**O SR. JUNITI SAITO** – Esse aspecto da cronologia do desembolso neste momento está sendo discutido no contrato, porque nós podemos ter duas opções: há o financiamento, a FAB já ofereceu o financiamento, e tem-se que conversar com o Tesouro, com a Fazenda e com o Planejamento para ver se eles querem colocar no financiamento externo ou querem bancar através de fonte sendo o Tesouro Nacional.

Então, tudo isso está sendo discutido neste momento de tal maneira que o desembolso de recursos seja compatível com o nosso orçamento também.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o desembolso está previsto para começar a acontecer em que exercício orçamentário?

**O SR. JUNITI SAITO** – Dentro do financiamento proposto, nosso desembolso mesmo, em moeda, seria depois de receber a última aeronave.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em 2023.

**O SR. JUNITI SAITO** – Seis meses depois, oito meses depois dessa última aeronave, nós teríamos que pagar o financiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeito.

Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Prezado Comandante da Aeronáutica Juniti Saito e Brigadeiro do Ar José Augusto Crepaldi Affonso, os meus colegas Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes e Ana Amélia já fizeram tantas perguntas, inclusive grande parte do que eu também iria perguntar, mas quero,

primeiro, enaltecer a maneira como a Aeronáutica e o Ministério da Defesa, nos seus procedimentos aqui se colocaram sempre com tanta transparência.

Certamente acredito que as três grandes empresas internacionais que participaram desse processo de licitação longo respeitaram muito a decisão que foi tomada pelo Governo e a maneira como tudo aconteceu.

Na exposição do Brigadeiro José Augusto Crepaldi Affonso, ele começou com um primeiro modelo inicial, mas quis poupar o Brigadeiro Saito de dizer quando começou. Mas eu acho que seria interessante para nós se pudesse informar qual foi o modelo e qual foi o ano em que começou a existir aquele modelo? Acho que é uma informação relevante para todos nós.

No início da apresentação, ele mostrou o primeiro modelo construído e desenvolvido no Brasil, mas eu queria que ele falasse qual o nome do modelo e qual foi aquele ano em que, pela primeira vez... Não sei se foi o primeiro ano em que o Brigadeiro Saito pilotou o avião...

**O SR. JUNITI SAITO** – Senador, posso responder agora. Então, no ano de 1970, eu era Tenente e saí de Porto Alegre para dar instrução em Natal. Naquela época, a instrução, lá em Natal, estava sendo feita pelo T-23, que chamávamos de Uirapuru.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Uirapuru.

**O SR. JUNITI SAITO** – Era o avião básico para começar a aprender a pilotagem mesmo. Eu fiz o curso rapidamente, porque eu já tinha bastante experiência de voo, e fui ser instrutor dessa máquina, lá, em 1970.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito bem!

Também fiquei curioso de como se chega aos 22 milhões de quilômetros quadrados sob a responsabilidade da Aeronáutica, porque, afinal, a área do Brasil é de aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Então, estes 22 milhões abrangem que áreas, sejam dos nossos vizinhos por área doméstica, seja do Oceano Atlântico?

Eu lhe agradeço por nos informar.

**O SR. JUNITI SAITO** – Posso responder, Senador. São 8,5 milhões de quilômetros quadrados do nosso território, mais 4,5 milhões de quilômetros quadrados da nossa zona exclusiva, econômica nossa e nós vamos até o meridiano 10º para efeito do controle do espaço aéreo, prestação de serviço de controle e também de busca e salvamento. Esse é um acordo internacional que nós temos, que o Governo brasileiro firmou junto aos organismos internacionais, como a Ical.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Poderia só explicar como é que se... Por exemplo, no Oceano Atlântico vai a quantas milhas ou quilômetros aproximadamente?

**O SR. JUNITI SAITO** – Bom, eu sei que nós fazemos essas buscas com C-130. E também agora com a vinda do P-3, que está sediado na Base Aérea de Natal, que tem 16 horas de autonomia, nós fazemos esse apoio de busca e salvamento.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pois não.

Com respeito à questão do emprego, se puder nos dizer acerca desse projeto que, conforme explicaram, vai gerar possibilidade de produção com grande desenvolvimento tecnológico no Brasil, está-se prevendo uma geração de empregos, seja na Embraer, seja em São Bernardo do Campo, seja lá em Porto Alegre. Então, se puder nos dizer qual a possibilidade de geração de empregos, e, relacionado a isso, em que medida vai-se fazer necessário o treinamento das pessoas que vão trabalhar nessa área, sejam aquelas que serão engenheiros, que serão trabalhadores especializados. Se puder nos dar uma informação a respeito disso, acho que é muito relevante, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Antes da pergunta que faz o Senador Eduardo Suplicy, que tem a ver com essa pergunta, eu gostaria muito de ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup>. Sabe-se que a Embraer, principal indústria aeronáutica do País, assinou acordo de cooperação com as três finalistas do processo de seleção do projeto FX-2. No caso da opção pelo Gripen NG, deduz-se que a Embraer seja, portanto, natural, a principal parceira da Saab no fornecimento e na construção desses caças.

Entretanto, não se sabe o grau de magnitude dessa parceria. Existem especulações sobre o papel que poderá ter a planta industrial prevista pela empresa sueca em São Bernardo do Campo, onde sugeriria um novo polo aeroespacial semelhante ao polo de São José dos Campos. Foi noticiado inclusive que a planta do ABC Paulista, orçada em US\$150 milhões poderá fabricar aeroestruturas de caça que depois seriam enviadas para montagem na unidade da Embraer, em Gavião Peixoto.

Como se dá na visão de V. Ex<sup>as</sup> essa diversificação? Por que não concentrar tudo em Gavião Peixoto? Essa diversificação é necessária? É importante? Isso significa dispersão de energia? Isso significa influência política numa decisão como essa? Qual é a avaliação de V. Ex<sup>a</sup> sobre essas decisões que são da Embraer, naturalmente, com a Saab? Mas a avaliação de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. JUNITI SAITO** – Bem, Senador, quanto a isso, a Saab, juntamente com outras indústrias brasileiras, vai colocar em São Bernardo fábricas de estruturas, não é para pegar essa estrutura e montar um avião lá em São Bernardo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não seria mais prático montar isso em Gavião Peixoto, onde a Embraer já tem as suas instalações?

**O SR. JUNITI SAITO** – Não, mas ali é há, é só... Em Gavião Peixoto não há fábricas de estruturas. São vários componentes que chegam de vários lugares, a Embraer monta e integra todo o sistema lá em Gavião Peixoto de aeronaves militares; de aeronaves civis, em São José dos Campos.

Então, há muita especulação sobre isso, mas posso garantir ao senhor que São Bernardo fabricará componentes, isto é, estruturas de avião, e a Embraer vai montar essas estruturas em Gavião Peixoto, não só estrutura, mas toda parte de aviônica e todos componentes do avião...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para integrar todos os...

**O SR. JUNITI SAITO** – Integrar tudo lá em Gavião Peixoto. Então, isso é o que está sendo... Não é nem imposto, isso é natural. Não vamos colocar uma outra fábrica de aviões em Gavião Peixoto.

Quanto ao problema que o nosso Senador perguntou sobre...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Os empregos e a formação das pessoas.

**O SR. JUNITI SAITO** – Esses dados foram colhidos junto às empresas da indústria aeroespacial.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sim.

**O SR. JUNITI SAITO** – Então, há uma perspectiva de criação entre 2 e 3 mil postos de empregos diretos e algo em torno de 22 mil empregos indiretos. Esses são os números que temos, fornecidos pelas indústrias aeroespaciais.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E se teria a ideia da necessidade de formação especializada para essas pessoas que vão trabalhar e em que níveis?

**O SR. JUNITI SAITO** – Sim, há pessoas especializadas e há pessoas que serão especializadas. Naturalmente, é um projeto novo, mas são pessoas que já têm experiência nessa área.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu agradeço também se puder nos informar, foi referida a questão da importância no orçamento... Qual seria o valor do projeto da construção dos 36 aviões Gripen em relação ao orçamento total da Aeronáutica e da Defesa para que tenhamos uma ideia disso no orçamento brasileiro.

**O SR. JUNITI SAITO** – Essa é uma discussão que está sendo feita para escalonamento de pagamento desse negócio. Mas acredito que fica em torno de R\$500 milhões por ano o desembolso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ao longo de quantos anos?

**O SR. JUNITI SAITO** – Ao longo de seis, sete, nove anos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E isso em relação ao valor dos gastos anuais, por exemplo, do orçamento da Aeronáutica, só para ter uma ideia?

**O SR. JUNITI SAITO** – Isso representaria, digamos, em percentual, menos de 10%.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre algo que o Senador Jorge Viana comentou aqui antes de sair. Ainda hoje cedo, pela Rádio CBN, ouvi que aviões da FAB, não sei se um ou mais, estão se deslocando para Rondônia e Acre. Os Senadores de Rondônia e Acre não estão aqui neste momento, muitos se preocupando lá com a situação. Eu gostaria de fazer uma pergunta, inclusive enaltecer a contribuição da FAB nesse esforço, diante daquilo que nos falou o Senador Jorge Viana sobre as inundações e dificuldades que estão havendo ali naqueles dois Estados, que merecem a solidariedade de todos nós. Portanto, se puder nos falar uma palavra de como a FAB está se mobilizando para agir em atenção à população daqueles Estados tão atingidos pelas fortes chuvas, acho que seria importante.

**O SR. JUNITI SAITO** – Nós temos um C-130 na área, lá em Porto Velho, mas a estrada não está totalmente bloqueada ainda. Agora mesmo a Defesa Civil de Rondônia pediu para transportar barracas do Rio de Janeiro para lá. Então, estão mobilizando aeronaves para isso. E também levamos, aqui de Brasília, em torno de 30 a 40 bombeiros para ajudar a Defesa Civil lá em Rondônia, em Porto Velho.

Essas são ajudas que no momento parece que estão adequadas, digamos assim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Brigadeiro, do ponto de vista objetivo, o que foi oferecido pela Saab em termos de transferência de tecnologia que não foi oferecido pelas concorrentes que na avaliação da Força Aérea Brasileira foi decisivo? O que foi oferecido pela Saab que não foi oferecido pelas demais?

**O SR. JUNITI SAITO** – O Brigadeiro Crepaldi tem a informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Quais são as diferenças básicas e fundamentais das propostas em que pese a transferência de tecnologia?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Não sei se o senhor se lembra de um eslaide que colocamos sobre aquela filosofia de domínio do conhecimento tecnológico. Então, essa oferta da Saab, considerando a possibilidade de participação no desenvolvimento – porque nós dividimos as competências e a capacidade de aplicar aquelas competências, os conhecimentos –, dentro dessa filosofia, era interessante, porque eu teria os conhecimentos – e complemento um pouco a pergunta do Senador Eduardo Suplicy no que se refere a treinamento de pessoal e de capacitação – naquelas áreas específicas em que a indústria nacional determinou que precisaria haver conhecimento e aplicar aquilo. Então esse seria o grande diferencial.

Além disso, o acesso irrestrito aos dados das versões anteriores da aeronave. Quer dizer, o senhor tem a possibilidade de acessar esses dados para efeito de conhecimento tecnológico e aplicação dessas competências, e, por último, a garantia contratual da propriedade intelectual. No último estágio, se o senhor detém a propriedade intelectual, o senhor faz o que o senhor quer com o seu projeto. E é isso o que o Brigadeiro Saito já colocou: a capacidade de eu atuar no *software* da aeronave. Hoje a gente acompanha essa questão da defesa cibernética que, a cada dia, vai tomando uma proporção, seja em que aspecto o senhor considere. Então, a gente deter essa capacidade do *software* é muito importante.

Agora, as outras ofertas também eram muito boas, e acho que se tem que deixar claro.

E vou pedir autorização para o senhor, eu digo para o senhor: as duas outras ofertas eram excelentes também. Elas cumpriam os requisitos. Como eles participam de outros processos pelo mundo afora, o que ofereceram especificamente – eu prefiro, para não prejudicar essas outras empresas –, eu posso dizer para o senhor, também atendia. Agora, o diferencial foi basicamente isso que eu coloquei para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Basicamente, o acesso ao código-fonte.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que significa dizer que, se nós, brasileiros, no tempo, nos apropriarmos de tecnologia, nós podemos entrar na estrutura do desenvolvimento desse equipamento e agregar *expertise*, especialidades, coisas que possam atender a nossa realidade. É isso?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Isso não foi oferecido pelos concorrentes da Saab.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Foi oferecido, mas um grau um pouco menor no que se refere...

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu vou fazer uma pergunta objetiva, me permita.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A Saab ofereceu acesso ao código-fonte.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A Boeing e a Dassault ofereceram esse mesmo nível de acesso?

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Não. O mesmo nível, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O.k.

Eu acho que é basicamente isso. Quero consultar aqui os meus colegas, o Senador Aloysio, o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Ana Amélia. Algum questionamento? Alguma pergunta? (*Pausa.*)

Queremos agradecer muito as presenças do Tenente-Brigadeiro do Ar, o Comandante da Aeronáutica, o honrado oficial da Força Aérea Brasileira Juniti Saito; de igual forma, o Brigadeiro Crepaldi, pela presença, pela honra de terem compartilhado com a Comissão de Defesa do Senado Federal essas indagações, esses questionamentos que fazem parte do nosso ofício, do nosso trabalho.

Evidentemente, entre o anúncio e a consolidação da assinatura do contrato, existe uma distância grande. Existem promessas que nós queremos ver cumpridas na assinatura do contrato relacionadas a essas questões de transferência de tecnologia, e não apenas isso, também as chamadas compensações, que são o *offset* direto ou o indireto.

A última pergunta que faço, para terminar, é a seguinte: quais foram as diferenças fundamentais do *offset* da Saab para as concorrentes? O que ofereceu, sendo o *offset* uma compensação natural que tem um peso – creio – importante numa decisão como essa, qual foi a diferença básica?

**O SR. JUNITI SAITO** – Eu posso dizer, Senador, o que a Saab ofereceu: 170% de *offset* do valor do contrato.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Poderia dizer o que é *offset*?

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – São compensações pela decisão que o país adota em relação àquele equipamento. Então, em relação à aquisição do equipamento, a empresa oferece um conjunto de compensações, que o nosso Comandante está definindo como 170% sobre os US\$4,5 bilhões. E como se define, como se desdobra – porque 170% de US\$4,5 bilhões são outros US\$6 bilhões – a aplicação desses US\$6 bilhões?

**O SR. JUNITI SAITO** – Esse *offset* naturalmente depende do peso da transferência de tecnologia de um determinado componente. Isso é calculado de acordo com os critérios que a comissão tem lá, você poderia explicar melhor, mas vamos supor: esse item vale 500, então, é 500. Não. Esse item vale 500, mas dada a importância dessa tecnologia, tem que ter um peso de quatro. Então, é assim que é calculado.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Só para explicar para o Senador Aloysio Nunes Ferreira, existe a Portaria nº 764, do Ministério da Defesa, que determina que toda importação de bem ou serviço de natureza de defesa demanda uma compensação em função dessa importação desse bem ou serviço, seja compensação comercial, industrial ou tecnológica. A Força Aérea, por tradição, se força na compensação tecnológica e industrial.

Então, foi isso que o Senador perguntou. Da mesma maneira, quando a gente colocou o pedido de oferta, foram muito claros os critérios: eu quero projetos de *offset* na área de transferência de tecnologia e de co-opeção industrial, nas áreas seguintes. E, para cada área daquela, a gente valora: é importante para mim ter uma tecnologia no que se refere à fibra de carbono. Então, aquela valoração, naquele projeto, passa a ter um valor cinco, que foi a que o Brigadeiro fez referência.

Então, computando depois todos os projetos, a partir dessa avaliação numérica, chegamos a esse número de cento e tantos por cento, que o Brigadeiro Saito informou ao Senador Ricardo Ferraço, que é um acordo em separado, que, para nós, é tratado como um contrato administrativo e é cobrado exatamente como contrato administrativo, com as penalidades previstas na lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ou seja, toda configuração do *offset* é contratual.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO** – Sim, senhor, é um contrato administrativo com garantia financeira, nos moldes da Lei nº 866, e com sanções administrativas, conforme os artigos da 866. Então, é uma ferramenta, nós aplicamos isso já há muito tempo, porque se a empresa não cumpre o *offset*, ela é penalizada financeiramente em seu não cumprimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Evidentemente que a nossa energia e as nossas preocupações estarão depositadas agora em cima das tratativas que a Força Aérea Brasileira, que o Comando da Aeronáutica, estará fazendo com a empresa vencedora para que tudo que foi anunciado possa estar efetivamente detalhado e formalizado no contrato. O que vale é o contrato. De modo objetivo é isso, preto no branco, como diz aqui o Senador Aloysio Nunes Ferreira, e a Comissão, evidentemente, continuará acompanhando e contando com os préstimos, a boa vontade e a frequente disponibilidade da Força Aérea Brasileira, para que nós possamos somar esforços na direção de ver esse projeto e oferecer os melhores resultados para a Força Aérea, o que significa oferecer os melhores resultados para a população brasileira.

Passo a palavra a V. S<sup>a</sup> para a manifestação final.

**O SR. JUNITI SAITO** – Sr. Presidente, só tenho palavra de agradecimento por esta oportunidade de expor um assunto tão importante para a Força Aérea, mas também para a sociedade brasileira e principalmente para nossos Parlamentares. A maneira como o senhor conduziu deixou bem claro, acho que nós podemos expor com bastante transparência tudo aquilo que envolve esse programa.

Quero só finalizar dizendo o seguinte, que as três empresas sempre elogiaram a maneira profissional, transparente e ética com que a nossa Comissão conduziu esse assunto ao longo desses anos aí. É um motivo de orgulho, inclusive a Senadora Ana Amélia mencionou as palavras do presidente da Saab, é exatamente como o nosso pessoal procedeu nesse assunto. E quero deixar claro e ao dispor da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no momento em que for preciso algum esclarecimento, estaremos prontos a esclarecer, ao longo do ano, durante a discussão do contrato. O senhor pode estar certo de que o nosso pessoal é muito competente, há pessoas extremamente competentes e que vamos cobrar cada linha do que foi proposto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós agradecemos muito a V. Ex<sup>a</sup> e o cumprimentamos pelo trabalho exitoso e extraordinário que faz frente da nossa Aeronáutica.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Antes de encerrar a reunião, pela ordem, Senador Eduardo Supply.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Quero entregar o relatório da viagem que o Senador Valdir Raupp e os Deputados Ivan Valente e Edson Santos fizemos ao Irã semana passada. Agradeceria se depois puder verificar a possibilidade de marcar audiência com a Ministra Maria do Rosário, se possível em março, em consonância com a Senadora Ana Rita, Presidente da CDH, que disse que está disposta a marcar.

É só.

**O SR. PRESIDENTE** (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Ex<sup>as</sup>. Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)*

**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, e Vital do Rêgo. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e João Ribeiro. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 40/2013-CDR, aditado pelo requerimento 41/2013-CDR, ambos, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para debater um novo modelo de gestão para a EMBRATUR, na perspectiva de elevar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Flávio Dino, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR; Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas - ABEAR; Sr. Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaus; e Sra. Flávia Matos, Diretora Executiva do Fórum de Operadores Hoteleiros - FOHB, representando o Sr. Roberto Rotter, Presidente do FOHB. No decorrer da reunião, às nove horas e trinta minutos, o Presidente passa a presidência dos trabalhos à Senadora Ana Amélia. Às nove horas e cinquenta minutos, assume a presidência o Senador Ruben Figueiró, que a devolve ao Senador Antonio Carlos Valadares, às dez horas e vinte e quatro minutos. Às onze horas e dezenove minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares solicita ao Vice-Presidente Senador Inácio Arruda que assumira a Presidência. Após exposição dos convidados, fazem uso da palavra a Senadora Lídice da Mata, o Senador Ruben Figueiró e o Senador Osvaldo Sobrinho. Antes de encerrar a reunião, a Comissão aprova (EXTRAPAUTA) - ITEM ÚNICO - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 52 de 2013-CDR, que requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, Seminário e Simpósio, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, e dos países integrantes da União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, para debater o turismo brasileiro e dos países que integram UNASUL. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às onze e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa Carvalho, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

*(Texto com revisão.)*

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2013, aditado pelo Requerimento nº 41, para debater um novo modelo de gestão para a Embratur na perspectiva de elevar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada.

Encontram-se presentes o Dr. Flavio Dino, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear); Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, e Flávia Matos, Diretora Executiva do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB), em representação ao Sr. Roberto Rotter, Presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil.

Em conformidade com o art. 94º, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação. Os Senadores inscritos terão direito a três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de convidar os palestrantes, eu gostaria de fazer um resumo do “Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte – Inclusão Social e Promoção do Brasil no Exterior”, realizado no dia 13 de dezembro de 2013 na cidade de Aracaju.

Esta Comissão promoveu, no dia 13 de dezembro, o “Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte – Inclusão Social e Promoção do Brasil no Exterior” em conjunto com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados.

O evento contou com a participação do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, do Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo, Flavio Dino, e do Governador do Sergipe, Jackson Barreto, além de Deputados, autoridades estaduais, representantes de associações de turismo e de entidades de administração de desporto nacional.

Dividido em três momentos, foi realizada uma abertura, em que as várias autoridades trataram de introduzir a relevância das discussões nesse período que antecede a Copa do Mundo FIFA 2014. E, na programação do seminário, foram realizados dois painéis, tendo como moderador o Deputado Federal Valadares Filho, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados.

No primeiro, debateu-se a importância dos eventos desportivos para o desenvolvimento do esporte. Nele, o Ministro Aldo Rebelo ressaltou como os eventos esportivos que se aproximam trazem benefícios para o esporte nacional, e, também, o Dr. Flavio Dino falou sobre as ações de promoções no exterior para os mega-eventos esportivos.

Participaram, também, o Secretário de Turismo de Sergipe, Elber Batalha; o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Enrico Fermi, e o Vice-Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos. Esta Comissão se fez representar através de servidores do Senado Federal; eu não estava presente em virtude de uma missão oficial que tive que empreender em Nova York junto à ONU.

Eu quero, então, convidar Flavio Dino, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo; Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas; Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; e Flávia Matos, Diretora Executiva do Fórum de Operadores Hoteleiros.

Sejam bem-vindos.

Em virtude da assinatura de um ato do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do Governo de Sergipe, daqui a pouco, em que o Governo de Sergipe será beneficiado com recursos para o turismo, através do Prodetur, da ordem de US\$100 milhões, eu deverei estar presente a essa solenidade, mas logo em seguida voltarei.

Para assumir no meu lugar a Presidência, tenho o prazer de convidar a nossa companheira de trabalho, grande Senadora do Rio Grande do Sul, Ana Amélia, para iniciar os trabalhos desta audiência pública. Em seguida, voltarei, após a realização do evento.

Agradeço.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Sentem-se, por favor.

Aqui nós temos que, como diz o ditado bem brasileiro, assobiar e chupar cana. Na outra sala, sou membro da Comissão de Assuntos Sociais e sou relatora de dois projetos e autora de outro. Então, temos de compartilhar e ainda temos uma sessão plenária.

Digo isso apenas para compartilhar com os distintos convidados, especialmente o nosso Presidente da Embratur – e o senhor sabe bem disso, como Deputado, Parlamentar com grande experiência –, os nossos dilemas de compatibilizar tantas atribuições.

Mas, com muita alegria, eu queria dar prosseguimento ao que anunciou o nosso Presidente Valadares, convidando o Presidente da Embratur para fazer a sua manifestação. Diante da iminência que temos, eventualmente, de uma sessão plenária – e o senhor sabe que o plenário tem força maior, tem prioridade –, que possamos sintetizar, no tempo mínimo possível, de oito a dez minutos, porque aí poderemos fazer um debate maior.

Com a palavra, o Presidente da Embratur, Flavio Dino.

Agradeço também a presença dos demais convidados.

**O SR. FLAVIO DINO** – Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Amélia, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui, novamente, nesta Comissão, sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer da alegria de compartilhar a mesa com todos os convidados, todos que aqui estão.

Sei, Senadora Ana Amélia, que é um dia especialmente complexo, porque houve sessão “corujão”, até tarde da noite, para votar o Orçamento, madrugada adentro – acompanhei pelas redes sociais –, e sei também que a última semana dá uma sensação de “Trem das Onze”, da música de Adoniran Barbosa.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Gostei da sua comparação.

**O SR. FLAVIO DINO** – “Quem perder esse trem (...) só amanhã de manhã.” Então, dá uma sensação de que tudo é prioridade. Enfim, já vivi essa experiência. E por isso, Senadora, é claro que, assim como V. Ex<sup>a</sup>, os nobres integrantes desta Comissão têm toda a nossa concordância com a brevidade. Então, irei direto ao ponto.

Assinalo duas questões que me parecem prioritárias no que tange à promoção internacional. Primeiro, esse debate da natureza jurídica, sem dúvida, é relevante, mas a principal questão hoje para que haja uma promoção internacional mais forte e vigorosa, como o Brasil demanda, é a questão da alocação orçamentária. Nós temos, nos últimos anos, uma execução orçamentária em atividade finalística girando em torno de US\$75 milhões. São US\$75 milhões/ano para atuarmos em 18 mercados prioritários e mais outros tantos mercados, que seriam de tanta importância quanto e que demandam algum tipo de atuação da Embratur.

O problema é que, na votação do Orçamento, exatamente nesta madrugada, como fomos diretamente impactados pela desvalorização do real frente ao dólar, porque nossas atividades são no exterior e, é claro, na medida em que o real se enfraquece, isso significa que a mesma quantidade de recursos em real tem de dar conta das tarefas, isso gera uma depreciação do valor real do nosso orçamento.

Então, eu trouxe a V. Ex<sup>a</sup> e, por extensão aos nobres pares da Comissão, um gráfico que ilustra a depreciação real do valor do orçamento da Embratur nos últimos anos. Quer dizer, conseguimos crescer e depois viemos caindo até chegarmos em 2014 para algo aproximado a US\$60 milhões.

Se compararmos isso com a verba de publicidade de qualquer empresa de porte médio no Brasil, veremos quão irrisória é essa quantia e quão esforçada é nossa equipe no sentido de dar conta de tantas tarefas – eventos, ações de relações públicas, mídia digital, publicidade, feiras, enfim – com a alocação desses recursos. Deixo a V. Ex<sup>a</sup> para uma reflexão da Comissão em outro momento. Essa é a primeira questão que gostaria de apontar, que me parece a principal.

E a segunda, também em nome da brevidade reivindicada por V. Ex<sup>a</sup>, é dizer que estamos com um anteprojeto de lei, em consulta pública – inclusive para as entidades do *trade* e para a sociedade que nos assiste e para nossos servidores também –, que pretende exatamente redesenhar a Embratur. E, sinteticamente, quais são os dois traços principais dessa proposta que colocamos em consulta pública e depois vamos, em algum momento, discutir internamente no Ministério do Turismo, na Casa Civil para que, enfim, chegue a esse Congresso? O primeiro ponto seria a transformação da Embratur, ainda que mantendo a denominação, a sigla, na Agência de Promoção do Turismo Brasileiro, ou seja, condensando todas as tarefas promocionais na Embratur, não só aquelas relativas à promoção internacional, mas também as relativas à promoção nacional, a fim de garantir unidade de mensagem, estratégia de comunicação.

Hoje, quando V. Ex<sup>a</sup> desembarca num aeroporto brasileiro, a senhora encontra uma placa onde há a marca Brasil no canto superior esquerdo e não há congruência necessária entre essa mensagem, que é transmitida por campanhas do Ministério do Turismo, com aquilo que a Embratur faz no exterior, e o turista é o mesmo. O turista estrangeiro que é impactado de algum modo por nossa mensagem fora do Brasil e quando chega ao Brasil é o mesmo cidadão, e é preciso, portanto, ter unidade de meios e estratégias e garantir, com isso, uma otimização dos recursos públicos.

Então, estamos propondo a migração das atividades de promoção nacional para a Embratur; todas as demais atividades que são hoje desenvolvidas pela Embratur, inclusive aquelas atinentes à competitividade e a outros temas que normativamente competem à Embratur, migrarem para o Ministério do Turismo; ele tem o reforço das suas competências e, com isso, podemos usar melhor os recursos da Nação nessa atividade de promoção do turismo brasileiro. E aí, nós elencamos as competências.

E o segundo traço, finalmente, desse anteprojeto que me parece muito importante é exatamente a institucionalização dos mecanismos de parceria com o setor privado. A promoção internacional não compete

apenas ao Governo Federal, tampouco apenas aos governos estaduais e às prefeituras, é algo que é desempenhado em parceria com o setor privado em vários países e estamos propondo que haja institucionalização de algumas formas jurídicas que hoje adaptamos – por exemplo, as ações de patrocínio que são diretamente dirigidas ao setor privado, hoje temos inclusive um edital em curso visando ao patrocínio de atividades do setor privado, há uma linha de trabalho que estamos consolidando, exatamente para fazer com que o *trade* caminhe conosco mais proximamente –, a institucionalização das parcerias dos termos de cooperação para as entidades representativas do setor turístico sem transferência de recursos, e, finalmente, o que estamos chamando de parceria de promoção internacional com Estados e Municípios, prevendo valores, contrapartidas, de modo que esteja no âmago mesmo da constituição da Embratur a parceria com as entidades, com as empresas e com os entes federados subnacionais.

E, claro, que esse redesenho de competências deve levar a uma definição do quadro de pessoal, das carreiras – assim como foi feito com outras agências – e isso é um tema que será debatido com nossos servidores, inclusive, para que possamos ter uma maior profissionalização, que buscamos desde o primeiro dia com a nomeação dos servidores concursados e a ampliação do nosso quadro funcional, de modo que haja uma burocracia mais estável e permanente, que garanta a execução dessas tarefas que têm caráter estratégico e que são, na verdade, supragovernamentais, não competem apenas a um governo.

Então, sinteticamente, Sr<sup>a</sup> Senadora, estamos com esse anteprojeto em consulta pública até meados de fevereiro e vamos fazer o diálogo com o setor, o *trade* turístico e os profissionais da área.

Finalmente, esperamos que, em algum momento do próximo ano, do ano vindouro, seja possível à Senhora Presidenta da República enviar esse projeto ao Congresso Nacional e, com isso, termos uma nova forma jurídica, levando a uma potencialização dos nossos meios, para que haja, enfim, uma sensibilização do Congresso Nacional e do próprio Governo – é importante ser dito – quanto à necessidade de recomposição do nosso orçamento, tendo vista, inclusive, que 2014 é um ano de realização da Copa do Mundo. Nós não devemos ter como *case* analisado no mundo acadêmico do segmento no próximo ano sermos um país que, no ano de realização da Copa, diminuiu os recursos de promoção internacional, o que seria seguramente algo inédito.

Então, sinteticamente, eram essas as considerações.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, assim como a esta Comissão.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Presidente Flavio Dino, a sua frase final foi a conclusão a que cheguei na sua exposição competente e breve, de que 2014 é o grande desafio para um evento da magnitude de uma Copa do Mundo de futebol. Exatamente foi o mais baixo nível de orçamento para a Embratur. Então, isso, realmente, digamos, não condiz com a necessidade dos investimentos.

Por outro lado, embora esse projeto não tenha condição de já estar em vigor em 2014, porque o senhor conhece bem o rito, de qualquer modo, quando o cobertor é curto, no caso da escassez de recursos orçamentários, a inteligente proposta no sentido de parceria com o setor privado, com os protagonistas do processo do turismo e também com entes federativos, Estados e Municípios, parece uma solução criativa para esse gravíssimo problema que nós temos, que é o do orçamento.

Mas é exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> concluiu nessa sua exposição, bem sucinta, mas absolutamente completa, pela qual todos puderam entender perfeitamente o espírito do processo.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Sanovicz, que representa aqui as companhias aéreas.

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Bom dia, Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Amélia, senhores componentes da mesa.

É uma honra e um prazer estar de volta ao Senado da República, compartilhando com todos um debate sobre este tema. E, particularmente para mim, é emocionante por estar novamente diante de vários companheiros que comigo fizeram parte de um momento creio que bastante interessante do turismo brasileiro. E sobre isso gostaria de fazer rapidamente alguns comentários.

Primeiro, ao longo de sua história, a Embratur teve diversas funções e diversos papéis. São pouco mais de 50 anos olhando e atuando em diversos temas ligados ao turismo brasileiro, Sr<sup>a</sup> Senadora: campanhas internacionais, campanhas nacionais, promoção interna, externa, momentos particularmente pouco produtivos, como classificar quartos de hotel ou qualidade de serviço de ônibus. Enfim, são 50 anos que envolveram um conjunto importante de profissionais do turismo brasileiro com resultados interessantes, e grandes profissionais passaram pela organização.

Nos anos 90, o turismo em todo o planeta passou a debater que modelos de gestão deveriam ser construídos para as instituições de promoção, de gestão e de planejamento que dessem conta das complexidades dos novos tempos. Momento econômico diferente, cenário profissional diferente, inclusive outro grau de consciência a respeito de como produzir e de como consumir turismo.

Sendo bem objetivo, havia a constatação, já em final dos anos 90 – em 1995/1997, nós começamos a debater isso na Universidade de São Paulo e em outras universidades, mas eu particularmente na USP –, de que

o modelo de promoção, de gestão e de planejamento protagonizado exclusivamente de forma isolada pelo setor público estava esgotado. Isso não é uma constatação recente. Constatou-se há 20 anos.

Nesse sentido uma série de países e uma série de destinações turísticas diferentes começaram a buscar soluções para esse dilema. Em vários países ocorre o crescimento da instalação dos Conventions Bureaux – o meu companheiro Márcio aqui vai com certeza falar melhor sobre isso. No Brasil, o primeiro Convention Bureau é de 1983, de São Paulo, que tive a honra de dirigir nos anos 90.

E os Conventions são o primeiro instrumento que mostram como a gente podia dar corpo às parcerias público-privadas.

Em 2002, era candidato a Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pede ao *trade* turístico que discuta, debata, formule e entregue a ele uma proposta de governo para o turismo. E eu tive a honra de ser convidado para coordenar esse debate. Entregamos a ele, em 2002, uma proposta que defendia a criação do Ministério do Turismo e defendia a transformação da Embratur na unidade de promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. O programa obviamente era maior, mas eu vou respeitar o tempo que foi colocado aqui.

Essas duas questões centrais foram apresentadas, debatidas em campanha. O Presidente é eleito; toma posse; em 2003, cumpre com essas duas demandas do setor.

O que acontece? Entre 2003 e 2006 – eu posso responder por esse período que ficou conhecido de maneira muito charmosa e positiva como o “período da aldeia gaulesa”, e há vários gauleses aqui presentes, e eu me orgulho muito de ter sido um deles, só na mesa temos dois –, o que nós procuramos construir foi exatamente a melhor forma de dar essa resposta.

Ao final desse período, já em 2006, como fruto dos debates extremamente profundos, profícuos e constantes que essa equipe tinha dentro da Embratur, em seminários periódicos, e da Embratur com o conjunto da sociedade, com o setor turístico organizado, surge, finalmente amadurece, coletivamente, a proposta de criar um novo modelo de gestão. Nós escrevemos esse projeto – e eu quero aqui registrar que não escrevi sozinho; escrevi conjuntamente com o Walter, que está sentado aqui e que é um dos mais antigos e clássicos servidores do quadro da Embratur – e apresentamos aquilo que passamos a considerar o novo modelo de gestão turística possível. Esse modelo previa algumas linhas gerais importantes.

Primeiro, a criação de um conselho gestor paritário entre o setor público e o setor privado, e que também não era a invenção da roda. Nós tirávamos isso do conceito que norteou a criação da Turisme de Barcelona, em 1983. Todos sabem, aqueles que estudam e conhecem um pouco de turismo, todos sabem que eu trabalhei e vivi em Barcelona, trabalhei nesse modelo de gestão e foi muito inspirado nele que nós construímos o Plano Aquarela, construímos a Marca Brasil, construímos uma série de programas que ainda hoje estão em vigor na Embratur. Então, primeiro, previa essa participação paritária e qualificada por meio do conselho.

Segundo, criava um instrumento por meio do qual cada projeto que chegasse, quer fosse de iniciativa interna das equipes da Embratur, quer fosse por conta de iniciativa externa do setor privado, teria um instrumento de acompanhamento de gestão e execução que legalmente permitisse a utilização de recursos públicos ou privados. Terceiro, esse modelo criava um instrumento de gestão permanente à medida que essa instituição passa a ser uma instituição de Estado, qual seja, uma instituição com tempos de programas e projetos bastante perenes e capazes de, enfim, cumprir objetivos de médio e longo prazo.

E por fim, um tema bastante importante, é que propúnhamos que, naquele momento, tendo sido aumentado o IOF sobre o uso dos cartões de crédito no exterior e esse IOF vindo para o Tesouro, um pedaço desse IOF fosse designado proporcionalmente – nós tínhamos uma fórmula – para a utilização no orçamento da Embratur, blindando, dessa forma, o orçamento de flutuações que não fossem determinadas pelo próprio avanço da economia. E a forma de pactuar a gestão desse instrumento novo de gestão com o Governo seria um contrato de gestão. Esse processo passou por debates no Ministério do Planejamento, no Turismo, etc. E quando eu deixei a presidência da Embratur e retornei a São Paulo, para a universidade, para a minha atividade anterior, ele acaba por ser encaminhado, se não me engano, ao Congresso, pouco tempo depois. E aí, por uma decisão interna, acaba sendo juntado com projeto de saúde, não andou mais nada porque não havia consenso com os projetos de saúde. Esse projeto, um estava apensado no outro e não andou.

Vejo que agora o projeto volta com alguns ajustes. Não é o mesmo projeto, mas há um fato novo colocado, e eu queria, a título de contribuição, dizer que a mim, pessoalmente, intelectualmente, conceitualmente – eu brinco que quando comecei no turismo eu tinha mais cabelo e menos barriga –, então, posso ter ficado mais velho e, talvez, menos tolerante. Mas quero dizer que estou absolutamente disposto, como sempre, a ser convencido do contrário, mas, a princípio, não me agrada... Não sei quem são os colegas, os companheiros que idealizaram e redigiram esse novo termo, mas não me agrada retornar a um cenário de dez anos atrás, quando

a promoção nacional se articulava com a promoção nacional. Por quê? Porque o agente de viagem francês, o operador de turismo alemão ou a companhia aérea sueca...

(Soa a campanha.)

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – ... não virão ao Brasil demandar que o Brasil faça promoção e dispute mercado no exterior. Agora, toda a demanda nacional está na porta do Presidente da Embratur todo dia, a partir do momento em que esse projeto for colocado. Então, conceitualmente, merece uma análise bastante aprofundada essa proposta de retomar um conceito antigo. Repito: não vou aqui levantar bandeiras a favor ou contra um ponto, mas eu gostaria, na sequência do debate, Presidente e colegas que aqui estão, de aprofundar o debate nesse ponto. Tenho sérias dúvidas sobre isso. Quanto aos demais itens do projeto, creio que respeitam e reproduzem os conceitos originais colocados.

Muito obrigado pela atenção e pela gentileza.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada a Eduardo Sanovicz, que apresenta aqui as companhias aéreas. De fato, a relevância de uma audiência pública é exatamente estabelecer o contraditório, o debate para aperfeiçoar uma iniciativa que pode ser melhorada, que pode ser debatida. É a missão da audiência pública, da consulta pública que se faz no debate do tema. Então, já está dando resultado essa divergência, essa diferença de pontos de vista em torno do tema da filosofia ou do planejamento estratégico que a Embratur terá daqui para diante, com esse conceito novo que está sendo apresentado.

Convido para fazer uso da palavra o Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureau, Márcio Santiago de Oliveira.

**O SR. MÁRCIO SANTIAGO DE OLIVEIRA** – Bom dia, Senadora, bom dia, Senadora Lídice, nossa fiel escudeira na questão de orçamento, que é o problema único que enfrentamos aqui, que é recorrente, pelo que o Flavio Dino comentou, que vem a todo tempo diminuindo. Bom dia a todos. Bom dia, Eduardo Sanovicz, Flavinha, Presidente.

Eu fiz uma transparência rápida para respeitar a questão do nosso tempo. Eu diria o seguinte: sobre a questão dos grupos de trabalho, acho que falta uma maior integração dos processos. A gente sabe que há necessidade premente de que a gente faça constantes análises do mercado internacional, dos países em maior desenvolvimento, que estão com a receita, em que a população está com recursos para gastar. Imaginar a Espanha, hoje, com um índice de desemprego de 25%, 26%, fatalmente não vai ser o país que vai ter saída de turistas para o exterior. Então, há necessidade de que a gente tenha uma equipe trabalhando constantemente nisso. Também psicólogos, o que aquele cidadão daquele país deseja, o que ele pretende visitar. Eles não vêm para cá por causa de praia. A Embratur fez uma pesquisa, nós sabemos disso, eles vêm para cá por conta do brasileiro, que é realmente o seu grande... Nós somos os grandes vendedores do nosso País. Praias bonitas, praias despovoadas, sem trombadinha, eles têm lá. Eles vêm para cá por conta de algum diferencial. Então, há necessidade de que uma equipe de psicólogos fique estudando, não só psicólogos brasileiros, mas de fora do País também, contratados para fazer análise do perfil do turista, o que eles estão procurando. Então, há necessidade desse grupo de trabalho.

Esse trabalho passa por *marketing*, que vai desenvolver os seus trabalhos. A promoção, como falamos há pouco, o Eduardo falou sobre os Conventions Bureaux, a partir de um tratamento bem-sucedido da criação do Ministério do Turismo. Só para vocês terem ideia, de Conventions Bureaux a partir de 1983, quando havia o Convention de São Paulo e, depois, do Rio de Janeiro, hoje nós temos 115 Conventions Bureaux operando na promoção internacional, que procuram e que fazem com que o nosso *ranking* na ICA – está aqui a Maria, que é escudeira também nesse processo –, que procura compilar todos os principais eventos itinerantes internacionais, mediante pesquisas que a Embratur faz – o Lomanto faz, a Katia também faz aval na área de saúde, são funcionários exemplares. Sempre que a gente fala de orçamento, eles choram porque sabem que muitas ideias a gente tem, mas faltam recursos.

Da questão da promoção, entregaria esse trabalho para as Conventions Bureau, para a iniciativa privada. Há necessidade, sim, sem falta, de que haja uma interação maior entre o Poder Público e a iniciativa privada.

Acho também que a questão do orçamento não deve ser diminuído, deve aumentar, a exemplo do que acontece nos outros segmentos. Na agricultura, por exemplo, ninguém fala em diminuir orçamento, captar recursos na iniciativa privada. Ao contrário, a agricultura está sempre aumentando, a saúde está sempre aumentando, e o turismo, que tem uma agenda positiva que, se aplicada de forma adequada, diminui gastos na saúde, diminui gasto em outros segmentos da economia, no entanto, é o segmento que mais é prejudicado na hora de repartir o bolo. A reclamação do Flavio é extremamente procedente. Aliás, isso é recorrente desde a época do Edu, de outras pessoas que passaram por lá, da Jeanine. O orçamento, a cada ano, vai diminuindo.

Vamos passar para as vendas. A questão de vendas tem que ser uma ação constante.

E os recursos financeiros e articulação política. Sempre temos esta dificuldade.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MÁRCIO SANTIAGO DE OLIVEIRA** – Senador Figueiró, obrigado.

A gente observa que a Senadora Lídice da Mata é, no Senado, uma das únicas que levanta essa bandeira na questão de recursos para o turismo. A gente não encontra muito eco. Não é a primeira que venho aqui. Esse assunto do orçamento é sempre muito recorrente. O que acho que talvez falte para nós, do setor privado, é que todo mundo reclama, mas a participação é sempre muito pífia. Na hora de discutir o orçamento, ninguém participa e, obviamente, isso reflete no orçamento da Embratur e do Ministério do Turismo, que também se ressentem desta questão.

Esta é uma questão bastante séria na articulação política, e não só dos assessores, Parlamentares, mas também do próprio segmento privado. Tem que haver uma interação maior.

Dando sequência, quanto a essa questão da Copa, que é o assunto do momento, isso vai catapultar uma série de turistas para o Brasil, e a gente vai enfrentar uma situação em 2014, em que o orçamento diminuiu, para nossa tristeza. Quer dizer, o Brasil deveria aproveitar o momento atual da Copa do Mundo, dos grandes eventos que vão acontecer em 2014 e em 2016. No entanto, acabamos tendo um orçamento minúsculo, que complica todo o planejamento estratégico, porque começamos a trabalhar com o Brasil desde 2007, com o Presidente Lula, para trazer a Copa do Mundo para o Brasil, e os recursos agora ficam pífios. Quer dizer, acabamos não desenvolvendo, nem aplicando todas aquelas ações que nós gostaríamos, que o setor e que o Brasil gostariam.

Eu não acredito que 600 mil turistas virão por conta dessa situação pequena na promoção. Agora estamos retomando a questão dos escritórios brasileiros, dos EBTs, o que é também uma dificuldade grande na continuidade dos processos. O Brasil é cheio de leis, e não creio que lei é o que vai resolver o nosso problema porque lei nós já temos bastante. O que falta é comprometimento, o que falta é articulação política de nós empresários atuarmos nas nossas bases para que eles façam uma atuação mais eficaz, para que, na hora em que for discutir o orçamento, o orçamento chegue na altura das nossas ideias.

O brasileiro é rico de ideias, tem uma série de ações que são favoráveis, que conseguiríamos colocar em prática, mas, às vezes por recursos financeiros, a gente acaba cortando orçamento, estica para cá, estica para lá, o que acaba redundando numa entrada de divisas e entrada de turistas também indesejável.

Quer dizer, nós estamos com o tempo rápido, mas eu acho que isso é o que eu gostaria de deixar registrado aqui, essa posição. A Senadora saiu, mas eu queria retomar uma fala, embora o Quirino com certeza vá retomar, Senadora, porque a senhora é a única Senadora que fala do turismo, a gente acompanha o seu trabalho e graças a Deus nós temos a senhora lá que ainda nos defende. Mas precisaríamos ter mais Senadores, mais Deputados Federais para defender o nosso turismo. A gente fica sempre nessa questão do orçamento sempre pequeno, estica o cobertor para cá, para lá e nunca dá, sempre falta. O Flavio chega lá com a caneta e tira e põe, estica para cá, estica para lá. Quer dizer, milagre não dá para fazer. A gente consegue fazer muita coisa mas milagre é difícil, não chegamos a esse poder ainda.

Então, Senador, era o que eu tinha para registrar inicialmente. Agradeço a presença de todos e agradeço também pelo convite. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Se o senhor desejar mais cinco minutos, concederei o tempo.

**O SR. MÁRCIO SANTIAGO DE OLIVEIRA** – É um privilégio.

Eu vou falar um minutinho porque eu queria que depois a gente discutisse os procedimentos. Eu vou voltar, então, alguma coisa que eu acho que seria relevante, na questão da promoção e da iniciativa privada, que eu acho que é fundamental. Nós conseguimos muito sucesso a partir de 2002, 2003, com a colocação da Embratur, e o Edu estava dizendo agora há pouco disso que foi também um pleito dele. Nós percebemos o quanto o Brasil avançou. Tivemos muitas falhas, não vamos dizer que foi tudo um mar de rosas não. Mas tivemos muitos espinhos também, e isso faz parte do próprio aprendizado. Erramos muito, mas também acertamos muito. Quer dizer, não adianta você não ter nenhuma derrota, mas também não ter nenhuma vitória. Nós tivemos muitas vitórias. Tivemos algumas falhas que eu acho que precisam ser revistas, que precisariam ser retomadas, mas o processo tem que avançar, e não andar para trás. Nós temos que buscar novos exemplos, o que é que o mundo está fazendo, o que é que o Brasil precisa fazer. Nós temos algumas dificuldades na parte aérea. Não quero entrar na seara do Edu que hoje está na Abear, mas nós temos dificuldades de transporte local; a taxa, tributação do setor aéreo; é um absurdo o que acontece com o setor aéreo no País. A tributação é uma coisa que inviabiliza o turismo doméstico, apesar de termos alcançado alguns benefícios, mas acho que isso é um fator que nós precisamos retomar.

E aí, voltando um pouquinho na questão dos Conventions Bureau, a partir daquele momento em que se instituiu uma promoção internacional através da Embratur, o setor reagiu e automaticamente nós passamos de 15, 20 Conventions Bureau para 115 Conventions Bureau, mostrando que a iniciativa privada está atenta, está atuante; enquanto ela tem o respaldo do Governo, ela age e procura fazer a sua parte. Agora, todos nós precisamos também fazer o dever de casa e ficar atentos com a continuidade das propostas. Aquilo que for bom continua, aquilo que é ruim ou melhora ou encerra. O que não pode é parar tudo e começar tudo de novo, aí troca todo o processo, e isso é uma tristeza porque você exclui as pautas exitosas e acaba retomando, começando errado de novo e talvez em coisas antigas. Vamos errar em coisas novas, não em coisas antigas.

Senador, eu acho que é isso. Eu queria deixar para as pessoas também poderem retomar e ter mais tempo para expor suas ideias.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Meus cumprimentos, Sr. Márcio Santiago de Oliveira, pela sua explicação

Desejo cumprimentar os demais depoentes, S. Ex<sup>a</sup> a Senadora Lídice da Mata e todos os presentes.

Falará, agora, a Sr<sup>a</sup> Flávia Matos, Diretora Executiva do Fórum de Operadores Hoteleiros, representando o Sr. Roberto Rotter, Presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil.

V. S<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para a sua manifestação, prorrogáveis por mais quinze se assim o desejar.

Tem V. S<sup>a</sup> a palavra.

**A SR<sup>a</sup> FLÁVIA MATOS** – Muito obrigada, Senador.

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer pela oportunidade de participar de uma mesa assim tão distinta.

Saúdo o eterno Presidente da Embratur, Edu; o grande companheiro Márcio; o Sr. Presidente.

Estive na Embratur, trabalhei em projetos da Embratur e propriamente na Embratur no período de 2004 a 2010, e, hoje, estou na iniciativa privada, atuando diretamente com as redes hoteleiras do Brasil, que representam 28% do mercado em termos de apartamentos, quartos, ou, como chamamos, de unidades habitacionais.

É com essa experiência que gostaríamos de propor aqui uma reflexão bem importante: quando estamos na gestão da Embratur, não temos clareza dos impactos que a gestão de um ente governamental tem na iniciativa privada. Só quando temos a experiência de ter estado nos dois lados, de fato compreendemos que impacto isso pode ter.

É nesse sentido que – e isso já foi falado aqui tanto pelo Eduardo Sanovicz como pelo Márcio Santiago – que precisamos participar, a iniciativa privada precisa participar da gestão do turismo brasileiro, sobretudo no que se refere à promoção turística. Sofremos diretamente os impactos de cada gestão. Então, não podemos mais correr o risco de termos, na gestão da Embratur, lideranças que se ocupem de tratar da iniciativa privada de forma equivocada. Nós precisamos ter algum poder de votar ou de contribuir para esse processo de planejamento das ações de priorização do uso dos recursos.

Os recursos são escassos? Sim, sabemos que os recursos são escassos. Na iniciativa privada, eles são escassos da mesma forma; porém, como a iniciativa privada lida com isso? Priorizando.

Então, temos de trazer um pouco dessa experiência de gestão da iniciativa privada para que os impactos da promoção turística sejam efetivos para que a iniciativa privada possa se beneficiar, uma vez que, como bem disse a Senadora Ana Amélia, nós somos os protagonistas do turismo brasileiro. Então, nós precisamos ter voz nas decisões que são tomadas e que produzem impactos diretos na nossa atividade.

Era só essa a nossa contribuição. Eu gostaria de ouvi-los mais a respeito desse nosso pedido, dessa nossa necessidade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Nós gostaríamos de ouvi-la mais, mas foi o suficiente – não é?

**A SR<sup>a</sup> FLÁVIA MATOS** (*Fora do microfone.*) – A gente aprende a ser sucinta. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Passemos, agora, ao período de debates. Eu consulto a eminente Senadora Lídice da Mata se deseja fazer algumas indagações. (*Pausa.*)

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Bom dia a todos!

Peço que me desculpem o entra e sai, uma coisa típica da atividade parlamentar, embora estranha àqueles que nos visitam. Hoje, nós temos três Comissões funcionando neste mesmo horário, e eu tinha o compromisso de dar presença e, se possível, participar de uma votação na Comissão de Direitos Humanos, além de uma gravação para um colega que está se afastando do Senado. Contudo, tive a oportunidade de ouvir os depoimentos, tanto pelos meios de comunicação da Casa como aqui, presencialmente. Sinto muito não ter podido

ouvir no conjunto. Mas do que ouvi, principalmente da exposição de Márcio, que peguei os pontos que ele destacou, fui a mais prejudicada em relação à fala do nosso Presidente Flavio Dino, que, com essa experiência que já adquiriu na Embratur sobre turismo, sobre promoção do turismo, certamente poderá desenvolver todas as potencialidades do seu Estado do Maranhão nessa área, que ainda é muito pouco explorada.

Mas eu queria destacar umas coisas, porque andei conversando também nessa área nossa, do turismo... Aliás, semana passada, participei da posse da nova diretoria da ABIH, na Bahia, e lá voltamos a tratar de um assunto que eu acho que é importante que possamos tratar novamente e sempre, que é a relação do mundo empresarial, do chamado *trade* turístico, com a política, a sua articulação com o Congresso Nacional. E aí, naquela tabelazinha, naquela exposição de Márcio, ele destaca recursos financeiros e articulação política no mesmo item. E acho que está muito bem colocado, porque eles andam juntos.

Você não pode, num orçamento de uma Nação, exercer uma pressão numa disputa, que é uma disputa de prioridades, uma disputa de louco, cada setor puxando para um lado, a necessidade de cada área, sem que nós estejamos organizados, organizados e articulados. E eu acho que o *trade* turístico também tem pecado muito nessa discussão.

Havia, algum tempo atrás, que resultou na criação do Ministério do Turismo, uma articulação forte com a Câmara, com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, que fazia, todos os anos, um encontro, Senador Ruben Figueiró, que era o Sebratur. Dessa organização do Sebratur, que era um encontro anual da Câmara dos Deputados com o *trade* turístico, tendo uma destacada articulação da CNC, resultou a criação do Ministério do Turismo, a presença forte do mundo político, dos candidatos, o compromisso dos candidatos com a estruturação do Ministério do Turismo.

Ora, nós precisamos fazer com que isso avance, e não dar um passo atrás, e nós demos um passo atrás. Com "nós" quero me referir ao conjunto das articulações empresariais em torno disso e à própria Câmara, porque no ano passado já não tivemos condição, este ano já não tivemos condição de realizar o Sebratur. Isso é um dado do nosso enfraquecimento, porque ele não foi superado por uma articulação maior na área do turismo, que nos levasse a ganhos, a conquistas maiores, a conquistas, inclusive, de novo orçamento. E isso tudo está centrado na falta de articulação. É muito difícil para um Ministro só, de uma pasta que tem um pequeno recurso, sustentar a pressão de um Ministério do Transporte, num País que tem como prioridade o investimento na infraestrutura logística, tendo até como pano de fundo também o discurso do turismo, mas o discurso em geral da melhoria das condições da sua produção; num país que tem um grande déficit na área de saúde e uma pressão extraordinária – inclusive faço parte desta, todos nós fazemos parte desta – de aumento de recursos para a área da saúde; com o déficit que temos na área de educação. Então, se nós não colocarmos o turismo como prioridade, ninguém o fará.

E, se os agentes, se o mundo empresarial não compreender que o orçamento da Embratur, o orçamento do Ministério do Turismo é fundamental para também ativar a parceria com esse mundo empresarial, nós não conseguiremos! Isso é um jogo de forças.

Eu me queixava muito, quando era Presidente da Comissão de Turismo e pude iniciar essa relação mais aprofundada no setor, Flávio – a Abav é um congresso internacional, de toda a América do Sul, com uma força extraordinária –, que nós entrávamos e saíamos da Abav sem nenhuma grande reivindicação, sem nenhuma grande conquista. Era o momento da presidência da Abav... Estou dizendo a Quirino, aqui, porque já disse a ele, inclusive, de maneira forte, quando ele participava daquela diretoria. Nós íamos para lá, às vezes, mobilizávamos ministros, Senadores, Deputados, e apresentávamos uma agenda totalmente internalizada do setor, e, em geral, com ataques fortes à política e a um político. O que é isso? Qual é o chamado de articulação que nós podemos fazer com isso?

Há uns dois anos, face à crise que estávamos vivendo, fizemos umas articulações com a rede das grandes hotelarias de bandeira internacional, a ABIH faz seu esforço... Na verdade, hoje, há uma disputa na formação da Confederação do Turismo. Então, em vez de estarmos nos articulando mais, estamos nos desagregando mais e tendo menos uma proposta, uma bandeira em torno do turismo.

Nós discutimos aqui algumas vezes. O Presidente Flavio Dino, que hoje falou, novamente, da dotação orçamentária aprovada na LDO para 2014 fica falando sozinho. Os empresários – grande prazer ter aqui o nosso Presidente – do setor, eu não os vejo dar uma palavra de apoio a uma reivindicação que só pode ajudá-los, que se trata da promoção do Brasil no exterior.

Nós temos discutido em todo debate que há aqui com relação ao turismo – e quem assiste já deve estar chateado com a minha fala, porque toda vez eu digo o mesmo – que o Brasil está errando na definição da sua política de promoção, conforme, inclusive, a opinião de todos vocês. Nós estamos com um grupo gestor relacionado com o Ministério do Esporte que nada tem a ver com a Embratur, que é a empresa que tem conhecimento acumulado nisto que hoje está na moda dizer *expertise*. O setor não se reúne para pedir uma audiência à

Presidente da República ou à Ministra da Casa Civil para dizer: "Olha, o setor discorda. O setor acha que deveria ser desse jeito." Pode não ser ouvido, mas se mobiliza e se coloca.

Então, eu acho que é preciso sair de uma posição de queixa do empresariado na área do turismo para uma posição de mobilização organizada.

Eu me lembro de que aquele encontro que acontece todo ano em São Paulo, que é feito por uma das nossas mídias, o Panrotas – lembra meu querido amigo Guilherme – faz um esforço de colocar o político para participar daquilo, de envolver, de convidar sempre... É um esforço, mas há uma grande dificuldade no segmento como um todo de entender a relação disso. No orçamento, quando chega perto do período orçamentário, você só vê os grandes empresários deste País se mobilizando em torno dos projetos macros do seu setor, para articularem-se com os segmentos políticos, com os Deputados, com a Câmara dos Deputados, as Bancadas estaduais, para verem o investimento nos seus Estados. Isso nós não ouvimos nem vemos na área do turismo.

Eu sempre digo: todas as vezes que fui defender uma emenda de Bancada para promoção turística na Bahia... E digo na Bahia, que é um Estado considerado por todos que compreende a importância do turismo, e isso não corresponde à verdade. Quem compreende a importância do turismo é o governador, é o secretário, são alguns segmentos minoritários no Governo. Você tem uma dificuldade enorme de fazer com que o conjunto do Governo, o planejamento do Governo leve em conta isso. E a Bancada de Parlamentar compreende isso à medida que está posta com prioridade ou não. Então, também tende a não compreender. Então, se nós não colocarmos... Nós nunca aprovamos uma emenda de Bancada para promoção do turismo na Bahia, que é um emenda de R\$10 milhões. Todas as vezes que propus, e propus como Deputada nos quatro anos, todas as vezes foi considerada que não era um questão prioritária. Era mais importante investir... Quando chegava na época do São João, aí enlouqueciam todos os Deputados atrás do Governo para ver de onde é que tirava esse dinheiro de promoção para poder viabilizar. Sem falar no preconceito existente na mídia do Sul e Sudeste com a promoção turística, com a promoção do São João do Nordeste, considerado pela mídia uma coisa absurda. Já vi a mídia atacar o Ministério do Turismo diversas vezes pelos recursos gastos em promoção do São João do Nordeste. Eles só não sabem que o São João do Nordeste promove uma mobilização da economia dos Estados nordestinos extraordinária. Fala-se do carnaval da Bahia como se fosse a festa que mais produz e movimenta a economia da Bahia. Não é verdade. É a que mais movimenta a economia de Salvador. A economia da Bahia é movimentada no contexto do entretenimento pelo São João, pelo São João, que existe e que acontece nos 417 Municípios do Estado. Do início de junho até julho, você tem os festejos juninos concentrados. É assim provavelmente em Sergipe e em alguns outros Estados do Nordeste. Então, a promoção tem mais preconceito ainda do que a infraestrutura turística, porque a infraestrutura turística virou pretexto para tudo.

O próprio Ministério do Turismo. Quando não há no Ministério do Turismo uma definição mais clara de onde investir na infraestrutura turística, fica mais fácil ainda. Então, o Deputado acha assim: eu conheço alguém no Ministério do Turismo, vai ser mais fácil eu liberar a minha emenda no Ministério do Turismo. Ai, põe uma emenda lá de R\$250 mil, que agora é o mínimo que se pode colocar para uma infraestrutura, numa cidadezinha que não tem grande potencial turístico e pronto. E aquilo vai se somando, somando aos recursos do Ministério do Turismo, e se passa a impressão de que se está investindo em infraestrutura turística no Brasil, o que não é verdade.

Ontem, nós estivemos com o Ministro Gastão, e eu pude estar com um consórcio que se formou na Chapada Diamantina, da Bahia, que é uma área belíssima, todos conhecem, de nove prefeituras em torno... É o consórcio, na verdade, do caminho do garimpo. O consórcio daquelas cidades que antes tiveram a atividade do garimpo e que hoje são todas cidades com grande potencial turístico no nosso Estado pela sua riqueza natural, pelas suas belezas naturais. E eu ouvi com satisfação do Ministro que ele vai priorizar, a partir do próximo ano, o investimento em infraestrutura turística naqueles consórcios... Primeiro, em consórcios; segundo, nos consórcios que apresentarem, que tiverem plano diretor do turismo daquele consórcio. Já é alguma coisa, já é muito melhor, já é muito bom que possa ser assim, que a gente possa... Já com um orçamento tão pequeno, nos damos ao luxo de picotar o orçamento ao bel-prazer.

Então, prioridade é uma palavra que não existe, porque não tem foco. Não há um foco para o plano de turismo no Brasil. Se houvesse esse foco, nós teríamos que, a Presidente da República saber qual é esse foco, o Ministro do Planejamento saber qual é esse foco, o Congresso Nacional saber qual é esse foco, todos sabermos qual é o foco no investimento da infraestrutura e no investimento da promoção de turismo, o que não há, o que ninguém sabe. E não é uma culpa dos gestores, dos Ministros ou do Presidente da Embratur, é do conceito, da concepção e da nossa desarticulação, também do setor, porque nenhum setor, também, puxa esse foco.

Quem está nos dando foco é a Copa. A Copa está dando esse foco, e ela tem esse objetivo. É por isso que ela tem importância, exatamente porque pode dirigir, mas ela dirige para um momento. Nós precisamos redefinir.

Eu, particularmente, acho a FIFA uma antipatia. Se se discutisse, se se fizesse um estudo de imagem da FIFA, eu acho que a FIFA devia sentar no divã da psicanálise, porque ela está completamente dissociada, digamos assim, da opinião pública e imagino que do Brasil e do mundo, porque não pode existir alguém que goste que o outro chegue e atue como um interventor no local. Quer dizer, a política de relacionamentos de que o empresariado tanto fala não existe na FIFA. A FIFA atua como uma delegação de colonizadores, que chega num determinado país com suas opiniões e faz uma intervenção.

Nós vamos ter, digamos assim, os resultados da Copa muito mais pelo trabalho do setor do empresariado, do povo brasileiro, do Governo brasileiro, dos governos diversos atuando na mediação do que pela FIFA. Se fosse pela FIFA, o povo brasileiro ia sair com ódio do certame da Copa do Mundo, sem falar que alguns segmentos já expressaram a sua rejeição a esse tipo de participação.

Então, eu acho que está chegada a hora de nós buscarmos organizar e esse é um desafio que o empresariado brasileiro tem, também – os Conventions, com tudo que fazem, as organizações, a hotelaria, as agências de viagem: o de sentar e ter uma proposta, uma agenda do turismo nacional.

Este é o momento, porque é o momento da Copa do Mundo, em transição para as Olimpíadas, que, mesmo que mais concentradas, também têm a sua importância geral.

Eu acho que é preciso que a gente mantenha uma posição de debate mais aprofundado com o Parlamento brasileiro e que seja uma busca do empresariado, do setor organizado do turismo, e não apenas do Parlamento, como, eventualmente, ocorre com essas audiências que fazemos aqui, etc.

É claro que tem contradições, é claro que vocês reivindicam uma menor taxaço do setor aéreo e nós reivindicamos um preço de passagem menor. Onde é que nós vamos encontrar o ponto de equilíbrio?

É preciso encontrar um ponto de equilíbrio, porque só no jogo do ganha-ganha é que a gente pode caminhar. Um perde-ganha não é bom nem para um, nem para outro.

Então, nós precisamos fazer isso.

Eu acho que há um esforço, agora, do desenvolvimento da aviação regional. Há um esforço de fazer isso. Há um esforço com a Copa, também, de qualificar melhor os aeroportos brasileiros.

*(Soa a campainha.)*

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Já finalizo.

Eu tenho destacado, até, a minha satisfação em ver como o aeroporto de Brasília está caminhando rapidamente a sua mudança, não tenho dúvida de que está caminhando. E me preocupa... Já tive audiência com o Presidente da Infraero, e me preocupa a situação do aeroporto de Salvador, porque, lá, a obra anda a passos de cágado – a passos de cágado. Aquilo é um absurdo, o que se está fazendo com a Bahia, o que a Infraero está fazendo com a Bahia, e estou dizendo aqui, porque já disse lá, já procurei, não é possível isso! E, quando a gente procura saber, é falta de infraestrutura. Isso é contra a Infraero. Eu fico achando que é uma sabotagem de alguns para, logo depois, viabilizar, “ah, vamos também abrir a privatização”, porque não é possível que uma obra em Brasília, que tem um aeroporto com uma concessão, e uma obra na Bahia, a diferença seja tão grande, tão extraordinária.

Eu, ainda, não tive tempo de fazer uma visita aos outros aeroportos que estão sendo modificados, reformados pela Infraero e pelas outras empresas, também, para ver o ritmo. Há muito tempo que eu não tenho ido a Guarulhos, mas eu não tenho dúvida. Toda semana, eu viajo para Salvador e para Brasília, e a diferença de ritmo desses dois é impressionante – é impressionante! E não é possível continuar assim.

Não é possível que a Infraero não tome providências para dar ritmo às obras dos aeroportos, especialmente o de Salvador, que é um dos principais aeroportos do Brasil. Não dá! Não dá.

Então, pensar em Copa, ter meta para a Copa e não estar em cima disso, não é possível admitir-se.

Então, o esforço de fazer o investimento em promoção, em atrair o turista se reverte num esforço negativo, porque aqui o turista chega e vai encontrar uma situação decepcionante.

Eu não quero uma situação decepcionante para o turista por uma simples razão, porque eu quero que ele volte, mas o que eu não quero mesmo é uma situação decepcionante para os brasileiros, que são aqueles que estão pagando os investimentos nesta Copa, que estão pagando os investimentos nos aeroportos, seja nos aeroportos diretamente pagos pelos recursos do povo brasileiro, orçamentários do povo brasileiro, sejam os recursos emprestados pelo povo brasileiro, através do Banco de Desenvolvimento ou outros, para que essas obras se desenvolvam.

Então, é preciso outra postura em relação às metas que nós definimos para a Copa, não as metas que a FIFA definiu, o que é que ela vende, o que é que deixa de vender, mas as metas que o Governo brasileiro definiu para preparar o Brasil para a Copa para que os brasileiros possam viver melhor no Brasil após a Copa.

Posso entender que essa Copa significou alguma coisa para nós por conta disso – por conta disso –, e não da arrogância da FIFA.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata, por sua contribuição inestimável ao debate em torno das questões que culminaram com a realização dessa audiência pública.

V. Ex<sup>a</sup>, como ex-Prefeita de Salvador e uma das mais proeminentes Senadoras desta Casa, conhecedora profunda da economia nordestina, com enfoque especial para o turismo, já que V. Ex<sup>a</sup> é de Salvador, deu uma verdadeira aula de conhecimento e de grande identificação com esse problema do turismo nacional.

Eu gostaria de conceder a palavra aos inscritos, o Senador Ruben Figueiró, o Senador Osvaldo. Naturalmente, que o Senador Inácio Arruda, que é um grande debatedor, vai se habilitar, também, para falar, mas eu queria anunciar e registrar a presença honrosa aqui do Presidente da Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados, o Deputado Valadares Filho.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Muito honrosa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É uma coincidência – o nosso Flavio Dino sabe –: pela primeira vez na história deste País, o Presidente da Comissão de Turismo do Senado é um Senador que tem o sobrenome Valadares e igualmente um sobrenome Valadares preside a Comissão de Turismo e Esporte...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E não é nenhum caso de nepotismo. São casas distintas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Não há, de vez que fomos eleitos...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Pelo voto popular.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Fomos eleitos pelo povo de Sergipe, ele como Deputado e eu como Senador pela terceira vez, como eleitos pelos nossos nobres pares...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E esse não é o caso do “três, três passará”. (Risos.) Pelo contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado.

O Presidente Flavio Dino gostaria de falar. Eu sugiro o seguinte: vamos ouvir os inscritos e, em seguida, todos os membros da mesa farão seus pronunciamentos individualmente.

Senador Ruben Figueiró, agradeço pela prestimosidade de ter comparecido para presidir enquanto eu estava em outro evento em benefício do turismo de Sergipe: a assinatura de um ato histórico de mais de U\$S60 milhões em benefício do turismo sergipano. Também está presente aqui o nosso Secretário de Turismo do Estado, Elber Batalha...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Isso. É mais infraestrutura turística, não é?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Capacitação profissional. Também está presente o Presidente da Emsetur, Paulo Henrique, do Estado de Sergipe.

Senador Ruben Figueiró, com a palavra. Se pudermos abreviar um pouco, pelo seguinte: eu sou relator da lei antidrogas e vou ter de ir para a Comissão de Justiça, mas se...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Nós dois, não é?

Mas, se eu tiver de sair logo, eu, desde logo, convoco o nobre Senador Ruben Figueiró para assumir a presidência daqui a pouco.

Com a palavra, Senador.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, quero lhe dizer que é uma satisfação sempre renovada substituí-lo na Presidência desta Comissão.

Eu gostaria de saudar todos os depoentes, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lídice da Mata, o Deputado Antonio Valadares Júnior.

Quero dizer também que a minha família tem Valadares. Não sei se é da mesma origem. Parece que são dos Açores os Valadares. Eu não assino Valadares, porque veio da minha esposa o Valadares. Carvalho Valadares.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Asseguro que é uma família só.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Agora que ele anunciou que é de Açores e Carvalho, só pode ser uma família só.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agora, nós somos parentes. Já há dois Valadares aqui, no Senado.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – E a minha saudação aos Senadores Osvaldo Sobrinho e Inácio Arruda.

Eu gostaria de me dirigir, primeiramente, ao Deputado Flavio Dino. Digo Deputado, porque vejo que, na sua lapela, há o distintivo de Deputado. Realmente, o senhor preza muito as funções que exerceu durante tantos anos na Câmara dos Deputados. Então, o meu tratamento será de V. Ex<sup>a</sup>.

Para ser breve e atender o Presidente, eu vou ler o que eu pedi à minha assessoria que preparasse, para ser mais conciso nas minhas perguntas.

Mato Grosso do Sul, Sr. Deputado Flavio Dino, tem várias atrações com grande potencial turístico, mesmo correndo o risco de não mencionar algumas delas: o Pantanal, a Serra da Bodoquena, o Vale das Águas, entre outras tantas belezas naturais. No entanto, Mato Grosso do Sul recebe apenas 1,4% de turistas nacionais, conforme estudo do Ministério do Turismo. Em função de recebermos poucos turistas, o Mato Grosso do Sul recebe apenas 1,6% dos gastos com turismo doméstico feitos no Brasil. Isso é muito pouco. Tendo em vista as importantes atrações turísticas de meu Estado, certamente, há potencial para melhorar nossos indicadores, de modo que o turismo possa contribuir para o desenvolvimento sul-mato-grossense, da Região Centro-Oeste, em resumo, do Brasil.

Diante disso, gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup>: a Embratur tem algum diagnóstico das causas do baixo aproveitamento do potencial turístico em Mato Grosso do Sul? Que medidas a Embratur pode tomar para estimular esse setor que tanto pode contribuir para a economia estadual e nacional?

Essas são as perguntas que dirijo a V. Ex<sup>a</sup>.

Agora quero me dirigir ao Dr. Eduardo Sanovicz, da Associação Brasileira de Empresas Aéreas.

A primeira pergunta é a mais polêmica. Nós estamos ameaçados de ter uma greve a partir das seis horas de sexta-feira, promovida pelos aeronautas e pelos aeroviários. Isso é de grande apreensão para todos que estão aqui presentes.

Eu gostaria que V. S<sup>a</sup> nos desse uma posição clara com relação ao lado patronal e à disposição dos aeronautas e aeroviários em aceitar ou chegar a uma conciliação que interesse às duas partes e não prejudique a população brasileira que deseja viajar.

Outra pergunta: suspeita-se que uma das causas do baixo influxo de turistas em Mato Grosso do Sul seja a dificuldade de acesso, já que nossas atrações turísticas estão distantes dos grandes centros do País. Para mitigar esse problema, a aviação regional deve ser estimulada. Nesse sentido, eu gostaria de saber o que as empresas aéreas têm feito para integrar meu Estado a outros em seus planos de negócios, companhias e campanhas de divulgação, a fim de estimular o turismo nacional.

As perguntas seguintes são dirigidas a todos os depoentes.

Os gastos de turistas brasileiros no exterior não param de crescer. Os gastos de brasileiros que foram ao exterior em 2013 foram de cerca de US\$2,3 bilhões. Em 2012, esse número chegou a mais de US\$22 bilhões. Fala-se que o culpado disso era a taxa de câmbio valorizado. No entanto, este ano o real sofreu forte desvalorização e até outubro os gastos dos brasileiros em viagens internacionais superaram em US\$21 bilhões. Portanto, culpar o câmbio pelos crescentes gastos de turistas brasileiros no exterior não me parece correto.

Eu gostaria de ouvir as opiniões dos senhores sobre as causas desse quadro. O que impele os brasileiros ao exterior? A infraestrutura desgastada de nosso País, fruto de uma década com investimentos insuficientes? Os nossos preços altos quando comparados aos preços do exterior, resultado de uma inflação alta? Uma rede hoteleira deficiente? Uma malha aérea que não possibilita o turismo alcançar as principais atrações do País?

Enfim, o Brasil tem atrações turísticas, belezas naturais de primeira linha. O que falta ao País fazer para estimular o turismo nacional de forma que ele alcance a importância que o setor merece?

Outras questões que eu reputo importantes. Esta audiência de iniciativa do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, julgo ser uma das mais relevantes acontecidas nesta Comissão e neste ano, sem desprezar outras. Digo isso, pois aqui estão presentes representantes de diversas áreas do *trade* turístico nacional, inclusive o dos consumidores do turismo.

São relevantes para discussão do projeto em tela as diferentes visões apresentadas. Gostaria de perguntar de início se a proposição, como apresentada, traz mais benefícios ou prejuízos para os meios de hospedagem das regiões periféricas, como o nosso Centro-Oeste. Pergunto isso, pois todos sabem da importância do turismo para, por exemplo, o meu Estado – desculpe o companheiro do Mato Grosso –, o belo Mato Grosso do Sul, onde nasci e tenho orgulho de representar.

Aproveitando todos os senhores representantes aqui presentes, me desviando apenas um pouco da pauta da audiência, pergunto: dentro de suas áreas, como os senhores e as senhoras veem a situação do turismo em Mato Grosso do Sul, no qual posso destacar, repito, o Pantanal, a Serra da Bodoquena, o Vale das Águas, entre outras tantas belezas naturais? O que deve evoluir para que meu Estado possa contribuir mais com o PIB do turismo nacional?

Por fim, as redes hoteleiras, agências de viagem, as empresas aéreas têm integrado o meu Estado e outros Estados não litorâneos em seus planos de negócio e campanhas de divulgação, a fim de que o turismo nacional não fique preso somente ao belo litoral brasileiro. E que não façamos e atendamos aquela célebre advertência de Frei Vicente do Salvador quando, no século XVI, dirigia os colonos portugueses, os Valadares e os Carvalhos, os Oliveiras e tantos outros, no sentido de que não se deve continuar arranhando as areias do litoral, tem que se adentrar o interior. E as belezas do nosso País não estão tão somente no litoral, estão, sobretudo, no nosso interior.

Essas são as indagações que me permito fazer a V. S<sup>as</sup>, com as minhas saudações e um voto de um feliz Natal e um ano novo que sirva para o turismo com uma expressão maior da nossa economia.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço, Senador Ruben Figueiró, por sua participação.

Senador Osvaldo Sobrinho é o próximo inscrito.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – Senador Antonio Carlos Valadares, que, com maestria, competência e conhecimento de causa, comanda esta Comissão, em todas as reuniões que aqui temos, V. Ex<sup>a</sup> dá a todos nós a certeza de que estamos sob a liderança firme, forte, responsável e conhecedora dos problemas do turismo brasileiro.

Quero cumprimentar o Senador Ruben Figueiró, que tem, no seu Estado, um turismo que poderia ser mais bem apresentado. Eles têm Bonito, e nós temos o fantástico; Mato Grosso tem o fantástico, tem quatro ecossistemas, Pantanal, praias no Araguaia, florestas, Cerrado, temos um clima espetacular.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Deixe-me fazer uma observação. Dois terços do Pantanal estão no Mato Grosso do Sul.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – É verdade.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – É verdade, é verdade. Muito obrigado, Dr. Flavio. Mas não brigamos muito, porque, na verdade, somos dois Senadores daqui da Casa que somam os dois Estados. Eu estou em Cuiabá já há 45 anos, mas sou de Fátima do Sul, Mato Grosso do Sul, e o Ruben é de Campo Grande, mas ficou em Cuiabá muito tempo como líder do governo Garcia Neto, na Assembleia Legislativa. Então, brigamos um pouquinho, mas achamos que os dois realmente têm méritos.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Meus antecedentes são de Nossa Senhora do Livramento, os chamados papa-bananas.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – E os parentes dele em Mato Grosso são meus cabos eleitorais, portanto estamos em casa. *(Risos.)*

Mas, então, é uma constatação do que vimos de Mato Grosso, é um potencial espetacular. Gosto muito de viajar, quando sobra alguma coisinha eu viajo e conheço grandes lugares do mundo, mas quando você sai do exterior e volta para cá, não tem país igual a este, não existe, em todos os sentidos. Temos aqui mais de 8 mil quilômetros de praias, de costa marítima, praias fluviais. Mato Grosso tem praias no Araguaia que são espetaculares, em Teles Pires. Na verdade, na época de veraneio, fica lotado. O pessoal gosta, vai. Temos o Pantanal que é um espetáculo, a natureza viva. Águas quentes, águas termais em Barra do Garça, em Juscimeira, em Cuiabá.

Temos tudo, mas, lastimavelmente, não estamos sabendo aproveitar, nós mesmos estamos destruindo o que temos, estamos destruindo. O que o mundo faz e aproveita... Estive na Guatemala há poucos dias, 40% do PIB deles é do turismo. E não tem nada como nós temos aqui. O que precisamos é ter criatividade para essa indústria que está aí *in natura*, à nossa disposição e que não aproveitamos. Aproveitamos muito pouco ou quase nada, o que podia ajudar a colaborar para entrar nesse processo todo.

Estamos destruindo também nosso patrimônio histórico, os grandes casarões de Cuiabá estão sendo destruídos. O IPHAN foi lá: aqui, ninguém pode mexer. Eles também não mexem e cai. É um espetáculo aqui-

lo ali, essa política do IPHAN é um negócio fora de série. Eles conseguem destruir tudo que estava bom, onde eles botam a mão acaba. Nossos casarões lá de 300 anos de Cuiabá estão caindo. Fala-se que está preservado, é histórico, e de repente ninguém faz nada, não tem linha de financiamento, não tem ajuda, não tem incentivo fiscal, não tem nada, e cai o casarão. Aí coloca um tapume na frente para ajudar a destruir por dentro, para aproveitar bem o terreno. E, com isso, tudo está acabando.

Lá, nós somos sede da Copa. Cidade histórica, Cuiabá tem mais de 300 anos, e lá nós vemos aquela destruição todos os dias, mas praticamente ninguém fala nada. Ontem mesmo, uma reportagem da televisão de Cuiabá falava sobre todos os casarões que estão lá no centro. Todos cheios de gente consumindo drogas, aquele rolo todo! A marginália toda lá dentro quebrando, destruindo, fazendo fogo. É algo espetacular, para quem gosta do que não presta está excelente.

E somos sede da Copa!

O que temos de fazer é começar a pensar. O Ministro Walfrido começou a fazer um grande trabalho. Deu uma grande arrancada, tirou a situação de um patamar e colocou-a em um bem superior. Mas depois as coisas patinaram, porque, na verdade, parece-me que essas coisas não são prioridade para o Brasil.

Explorar nossas riquezas naturais sem fazer fumaça não é prioridade para nós. Nós acreditamos na riqueza que faz fumaça, que vai sujar tudo, que empoeira. É a riqueza suja! Essa não nos interessa. Podemos receber grandes divisas, trazendo gente do mundo todo para cá para ver esse paraíso que é o Brasil. Paraíso! Temos sol todos os dias. Se eu não quero chuva, vou para o Nordeste onde tenho praias a minha disposição; se quero frio, vou para o Rio Grande do Sul; se quero um clima mais ou menos vou para Cuiabá, Mato Grosso, onde é quente embaixo e, na chapada, a 30, 70 quilômetros, é frio.

Isso é o paraíso, isso é o céu!

Mas nós não estamos sabendo...

Isso é igual àquele cidadão que foi procurar riqueza, ouro e, de repente, já cansado, quase morrendo, mesmo querendo andar mais cem quilômetros, deitou-se e, quando acordou, estava deitado em cima de um filão de ouro. Ele não sabia e morreu ali, porque não tinha água e mais nada. Não adiantou nada a riqueza.

Estamos destruindo para daqui a pouco querer recuperar, quando já não há mais possibilidade de recuperação. Não tem mais recuperação.

Hoje, em Mato Grosso, não temos mais o Cerrado, que era uma riqueza espetacular. Nem as partes "para testemunha" estamos deixando mais, porque temos de "ganhar dinheiro". E temos de ganhar dinheiro derrubando as matas, promovendo a erosão do solo, acabando com os rios! É assim que temos de ganhar dinheiro.

Não queremos ganhar dinheiro com praias; com o patrimônio histórico; não queremos ganhar dinheiro com as nossas terras. Não! Encontramos um caminho mais difícil para percorrer. Sempre o caminho mais difícil! Vivemos em cima do ouro, da riqueza, mas produzimos a miséria.

Eu acredito, meu Presidente Flavio, que temos de começar a repensar o Brasil por dentro. Se não fizermos isso, não adianta. É uma emenda de um Deputado aqui, é outra emenda de um Senador ali. Isso não vira nada, pulveriza tudo. Com isso não chegamos a lugar algum!

Então, fica aqui o meu protesto, mas na certeza de que homens como os senhores poderão ajudar a fazer o melhor. E se nós começarmos a pensar nisso, as futuras gerações serão induzidas a isso. Mas se nos acalmarmos e ficarmos aqui, nada conseguiremos.

O Senador Antonio Carlos Valadares esteve há algum tempo no Pantanal, levando um simpósio como esse, fui convidado, mas eu estava na Venezuela, também em um trabalho desta Casa, e não pude estar presente. S. Ex<sup>a</sup> tem sido uma voz isolada, praticamente, mas tem feito o que pode fazer. Se nós todos nos unirmos nessa linha, vamos transformar o Brasil e divisas virão para cá. Está sobrando dinheiro no mundo! Falta mostrarmos: "Veja, é aqui que você pode gastar o seu dinheiro. Venha para cá!"

Temos a Copa do Mundo, que está chegando. Concordo com a Senadora Lídice quanto à morosidade e quanto à péssima qualidade das horas. É um desastre o que está acontecendo.

Nós, líderes e políticos, temos que melhorar. Se não melhorarmos, o povo vai melhorar sem nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho, pelo desabafo e pela contribuição que deu ao debate. Sabemos que o Brasil realmente é um país que tem um grande potencial turístico a ser explorado, não só no litoral como no interior, como referiram V. Ex<sup>as</sup>, e a Embratur, sem dúvida, que é um dos componentes da infraestrutura da gestão administrativa federal, pode dar uma contribuição enorme à melhoria da exploração turística em nosso País.

Entretanto, temos que ser realistas. O próprio orçamento da Embratur, ao longo dos anos, tem se enfraquecido; tem se fragilizado. As dotações orçamentárias disponibilizadas para a Embratur poderiam, sem dúvida alguma, alcançar nível mundial através da publicidade. Essa potencialidade lamentavelmente não pode

acontecer devido justamente a isto: a essa falta de sensibilidade de se colocar no orçamento recursos financeiros adequados visando ao fortalecimento ainda maior da Embratur. Porque ideias e compromissos não faltam àqueles que fazem parte do Ministério do Turismo e também da Embratur.

E, como aqui se referiu, não bastam as obras, as pequenas obras de infraestrutura, que sejam traduzidas em termos de infraestrutura turística, para resolver o problema do Brasil.

Aqui mesmo, o Presidente da Embratur me mostrou um orçamento que traduz essa realidade. Nós chegamos a ter mais de US\$100 milhões no orçamento da Embratur. Hoje, estamos reduzidos a US\$70 milhões, quando deveríamos aumentar o orçamento para divulgar lá fora todas as nossas riquezas, que temos, tanto no litoral como no interior. Lamentavelmente, é essa a situação que estamos vivendo em relação à Embratur.

Eu gostaria, então, agora, de conceder a palavra aos participantes da mesa, a fim de que respondam, na medida do possível, em cinco minutos para cada um com mais três minutos de tolerância, as perguntas aqui formuladas pelos diversos Senadores.

Em primeiro lugar, a Dr. Flávia Matos tem interesse em participar respondendo alguma pergunta? Em seguida, o Dr. Flavio Dino.

**A SRª FLÁVIA MATOS** – Senadora Lídice, é bem importante que a gente até pontue aqui que foi a senhora que motivou o nosso apoio à realização desta audiência pública. Foi a partir de uma fala sua em outra audiência pública, que tratava da Copa do Mundo, nesta mesma Comissão, que nós nos sentimos absolutamente motivados para propor a reflexão e o debate sobre esse assunto.

Nós concordamos com a sua fala de desarticulação setorial. E, nesse sentido, a novidade que a gente conta é que, hoje, existe um grupo de lideranças empresariais que já consolidou um material que trata de cinco pleitos específicos do setor – que inclui as agências de viagem, as operadoras, as aéreas, a hotelaria, o setor de eventos. E já, inclusive, até nos reunimos com o Deputado Valadares e apresentamos uma minuta do que será esse material. Então, a gente gostaria até de contar com o apoio desta Casa, com o apoio desta Comissão, para que nós pudéssemos apresentar esse material aqui.

Senador Figueiró, no que se refere às redes hoteleiras, é importante que a gente esclareça como se dá o investimento de um hotel, sobretudo, no âmbito das redes hoteleiras. As redes hoteleiras operam, administram empreendimentos; elas não são donas de empreendimentos – na esmagadora maioria. O investidor daquele empreendimento, na realidade, é um conjunto de pequenos poupadores.

Então, uma empreendedora resolve construir um prédio e cotizar a venda daquele prédio em unidades habitacionais. A partir, então, da operação hoteleira daquele empreendimento é que o investidor consegue obter retorno daquele investimento que ele realizou. Ou seja, em vez de ele fazer um investimento, em vez de ele deixar o dinheiro dele na poupança ou, enfim, comprar ações e tal, ele faz um investimento em uma unidade habitacional e obtém retorno a partir do resultado que aquela unidade habitacional der a partir da gestão hoteleira.

Portanto, a operadora hoteleira não tem como ir para um destino em que ainda não haja demanda, porque ela precisa garantir rentabilidade para o investidor. Então, é preciso, primeiramente, que se crie demanda para que uma operadora hoteleira se comprometa a administrar um empreendimento em um determinado destino.

Por isso – enfim, essa é a nossa resposta à sua pergunta –, a nossa experiência é de que é sempre uma questão, realmente, de demanda.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço à Drª Flávia Matos. Em seguida, Dr. Flavio Dino, Presidente do Instituto Brasileiro, para suas considerações.

**O SR. FLAVIO DINO** – Eminentíssimos Senadores, quero agradecer todas as questões que foram colocadas e, em primeiro lugar, dirigir-me àquelas levantadas pela Senadora Lídice da Mata, que, a meu ver, teceu importantes considerações sobre o papel da política no que se refere à economia do turismo.

Acho que é uma reflexão bastante aguda e profunda, inclusive para os meus companheiros e colegas de Embratur que aqui estão, porque, de fato, na verdade, o objetivo principal da gestão que ora finda na Embratur foi exatamente redimensionar a relação do público com o privado e deixar muito claro qual é o papel de cada um. E isso gera, naturalmente, alguns estranhamentos, até por uma certa falta de cultura democrática, em alguns segmentos da atividade empresarial, o que é normal que aconteça em um país de democracia recente.

E nós procuramos, exatamente, reconstruir essa relação entre o público e o privado em torno de duas questões centrais: primeiro, a questão do financiamento. Na verdade, tivemos um colapso na relação do público com o privado no modelo que foi tradicionalmente erigido. Esse modelo desabou por uma série de razões. O modelo que foi construído, ao tempo do nascimento dessa nova Embratur, era baseado em convênios discricionários com entidades do setor, mesmo com empresas. Houve um tempo em que a montagem de estandes de feira na Embratur era feito por convênio; que os ABTs eram feitos por convênio. Hoje, isso não é mais juridicamente possível. E há gente do setor que demorou a entender que isso não era mais possível ser feito.

Então, nós substituímos um financiamento, na relação público-privada, baseado em convênios discricionários por um tripé, e, às vezes, há dificuldades na adaptação a este tripé: chamamentos públicos, infelizmente com baixíssima participação, do setor inclusive, público e privado; editais – inauguramos o primeiro edital de patrocínio agora, aberto até o dia 10 de janeiro, e espero que haja muitas propostas –; e licitação. Isso gera um novo modelo político e jurídico, em que se procura, exatamente, garantir o fluxo de recursos públicos para o setor privado em novas bases, porque, juridicamente, era necessário. Não era uma opção política apenas. Houve novas leis, houve novas normas, e tínhamos de nos adaptar a isso. Espero que, a partir da construção desse novo edifício institucional, seja possível restabelecer as parcerias com o setor privado, repito, em novas bases.

O segundo pilar, Senador Valadares, Senadora Lídice, dessa relação política entre o público e o privado é exatamente a questão da governança. E, na questão da governança, há duas questões que são fundamentais para a reflexão do setor privado: primeiro, impressionou-me o alto nível de preconceito do setor privado do turismo com a política, como a Senadora Lídice, inclusive, sublinhou.

Quando fui nomeado Presidente da Embratur, o primeiro choque que havia era: “Mas como um político será Presidente da Embratur?” Lembro que respondi...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Todos foram.

**O SR. FLAVIO DINO** – Primeiro que todos foram.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Isso aí deve ter sido de outra natureza.

**O SR. FLAVIO DINO** – É, todos foram. Segundo, eu disse: “Bom, turismo não é ciência oculta, não é numerologia, não é astrologia, não é astronomia, não é algo assim insondável.” De modo que alguém que ocupou uma função no Congresso Nacional, enfim, pode exercê-la legitimamente.

E me impressionou essa reação: “Mas como um político...” E essa reação aparece até hoje. Aparece até hoje, como foi narrado pela Senadora Lídice, é como se houvesse uma relação puramente instrumental com a política.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO DINO** – A política só serve se for para atender aos interesses do setor privado, aí a política serve, mas, se a política confronta com o setor privado, está no lugar errado.

Acho que essa reflexão que a Senadora Lídice traz é extremamente importante, finalmente, para compreendermos como se constrói uma política pública. Uma política pública não é construída a partir dos interesses das empresas, se fosse isso estaria errado. Não é democrático! É preciso que as empresas participem, e têm participado. Existe o Conselho Nacional de Turismo, participo de toda reunião. Quais são as propostas que de lá saíram? O setor privado está ali.

Existem, portanto, mecanismos de participação. Nunca neguei um pleito do setor privado ou do setor público na Embratur. Nunca! Pleito de parceria, de relação com empresas aéreas, com hotéis, etc. Nunca! Todos que foram formulados. Agora, a política pública de turismo deve levar em conta os interesses das empresas, mas o interesse dos turistas também. E, sobretudo, os interesses do povo, de D. Maria, que não é nem empresa nem turista, porque é política de Estado; se fosse apenas para alocar recursos públicos de acordo com os interesses das empresas, não era política pública, e é por isso, sim, que a Embratur não só pode como deve, quando necessário, confrontar com o setor privado, mesmo que isso gere antipatia.

Exercer uma função pública não é ser candidato a Mr. Simpatia. Nunca me interessei em fazer um subcolunismo social na minha função, posar. É uma função pública e devo prestar contas à Nação, que paga o meu salário e o salário de todo mundo da Embratur que está aqui e do Ministério do Turismo.

Por que digo isso com toda a clareza e franqueza, como uma espécie de memória desse período? Porque, quando colocamos a temática dos preços dos serviços turísticos, isso gera um incômodo muito grande. Quero dizer aos companheiros e companheiras que é uma obrigação, porque essa é uma questão central para o turismo brasileiro hoje. E quem está dizendo? Os turistas internacionais, os turistas nacionais. Por que os brasileiros viajam hoje tanto para o exterior? Há questões de competitividade geral da economia? Claro que há! Viajam para comprar tênis – claro que sim. Mas há questões relativas ao setor, há questões relativas aos preços das passagens aéreas, há questões relativas à hotelaria, afinal as pessoas fazem conta.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO DINO** – As pessoas veem quanto custa uma passagem aérea para viajar ao exterior, quanto custa pelo Brasil; quanto custa se hospedar num hotel fora e aqui no Brasil. E a resposta do setor até hoje para essas questões agudas e profundas da sociedade: carga tributária. Em dois anos, nunca vi – com exceção do setor aéreo, crises –, nunca vi uma demonstração cabal e plena, comparando, por exemplo, no tocante à hotelaria, quanto custa a carga tributária num hotel em Londres e quanto custa no Rio de Janeiro. Quanto custa? Quanto custa o solo urbano em Londres e no Rio de Janeiro? Quanto custa os recursos humanos em Londres e

no Rio de Janeiro? Essa é uma questão aguda, profunda e séria, que, enquanto não for enfrentada, vamos ficar no terreno dos preconceitos apenas. Temos que debater as coisas como elas são, na sua essência, e não na sua aparência, na retórica. Qual é a essência hoje do problema do turismo no Brasil?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO DINO** – Competitividade. Envolve o Governo? Claro que envolve. Envolve questões promocionais? Claro que envolve. Envolve questões regulatórias? É claro que envolve! Mas envolve também uma reflexão – e é preciso que as empresas compreendam a legitimidade – sobre as práticas empresariais, e isso não é criminoso, não é delituoso e não significa que não se entenda do setor, como, às vezes, é dito. Isso significa que, talvez, se entenda um pouco mais do que as empresas gostariam que fosse entendido acerca do plano de negócios, de como se dão os investimentos e a recuperação dos investimentos, zelando pelo interesse daqueles que não estão representados no Conselho Nacional de Turismo, que é o vendedor de coco da praia, que é o vendedor de artesanato, que é o guia turístico informal. Quanto a estes, é papel também da Embratur e do Ministério do Turismo cuidar dos interesses deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Dos taxistas.

**O SR. FLAVIO DINO** – Dos taxistas. Essa longa cadeia produtiva precisa também ser enxergada nas questões que dizem respeito à política de turismo.

Finalmente, Sr. Presidente – estou sendo um pouco mais longo do que fui na primeira intervenção, em que fui extremamente econômico –, quero dizer que as questões colocadas pela Senadora Lídice são, de fato, desafiadoras, porque vão ao ponto principal da reflexão política sobre o turismo, para não ficarmos nessa sazonalidade de reflexões, o que não conduz a uma continuidade produtiva de uma relação democrática em que se respeitem as autonomias do setor público e do setor privado, em que os servidores públicos não sejam vistos como agentes de interesses privados. É importante entender isso muito claramente.

E, por isso, há o nosso empenho de recompor o quadro funcional da Embratur, exatamente para que haja estabilidade, autonomia, profissionalização, para que não haja a chamada porta giratória, em que, hoje, o sujeito é do setor público e, amanhã, é do setor privado, voltando, depois, a ser do setor público, para, posteriormente, ser do setor privado, e, com isso, ninguém sabe, ao fim, se ele é do setor público ou do setor privado e como ele raciocina sobre como deve se estruturar a política pública do turismo, que é extremamente séria.

Em relação às considerações feitas pelo ilustre Senador Ruben Figueiró sobre o Mato Grosso do Sul, como eu disse há pouco, em nenhum Estado – e a Secretária de Turismo do seu Estado é muito ativa, protagonista, uma grande liderança do setor, que tem o respeito de todos nós, independentemente da posição política dela –, houve recusa de parceria por parte da Embratur. O Secretário de Sergipe está aqui e sabe disso. Isso se dá em todos os Estados, inclusive no seu Estado. Todos os projetos que o Mato Grosso do Sul levou foram aprovados.

Eu gostaria de destacar especialmente, na linha exatamente do que o senhor apresentou – e o senhor tem inteira razão –, o Plano Aquarela, que foi construído sob a gestão do nosso companheiro Eduardo Sanovicz e que foi confirmado e reiterado pela Jeanine e por todos os presidentes que se seguiram. Uma das preocupações centrais se dá exatamente com relação à diversidade, como o senhor abordou. O turismo de sol e praia é importante, como também o ecoturismo, o turismo de aventura, de negócios e de eventos, o turismo cultural e esportivo, que são os cinco segmentos do Plano Aquarela, que, até 2020, norteará a política de investimentos da Embratur.

Exatamente em razão do que o senhor colocou, nós temos uma linha de trabalho muito forte com Mato Grosso do Sul atinente à sua promoção como destino de ecoturismo. Por isso, Bonito vai sediar agora, em 2014, com nosso apoio na captação e na realização do evento, o maior evento internacional do segmento de ecoturismo do mundo. Esse evento será realizado em Bonito, em abril de 2014, com o nosso apoio, exatamente com a preocupação de garantir essa diversidade que V. Ex<sup>a</sup> reivindica.

Nós e nossa equipe estamos à inteira disposição de V. Ex<sup>a</sup> como legítimo representante do Estado, para ampliar, inclusive, o que for necessário, para que Bonito e outros atrativos turísticos de Mato Grosso do Sul possam ser promovidos, com a preocupação levantada pelo senhor: o Brasil é muito grande, é muito plural, e é preciso haver uma política descentralizada, inclusive para enfrentar as desigualdades regionais.

O turismo é uma ferramenta muito importante, pela sua capilaridade, por seu caráter democrático e pelo baixo índice de monopolização, o que permite exatamente uma cadeia de negócios mais saudável, inclusive, para Estados que hoje estão fora dos grandes fluxos turísticos, como o seu Estado e como o meu Estado, que, infelizmente, não têm o privilégio de serem o Ceará, do Senador Inácio Arruda. Mas precisamos chegar lá, a esse patamar mais alto.

Da Bahia, eu já nem falo, porque a Embratur já é dominada pelos baianos. Se eu pedir para quem é baiano levantar a mão aqui, vou ver que a metade da Embratur é baiana. Então, eu não falo mais da Bahia. Inclusive, isso se dá na diretoria.

Finalmente, eu queria corroborar as considerações feitas pelo Senador Osvaldo Sobrinho. Nós temos uma linha de trabalho no patrimônio cultural.

Concordo plenamente que a atividade turística é muito importante para a geração de divisas. Faço questão de lembrar que, neste ano, que é o melhor ano do turismo na história do Brasil, seja no turismo doméstico, seja no turismo internacional, o ingresso de divisas oriundo do turismo receptivo internacional equivale, por exemplo, a quase o ingresso de divisas oriundo da exportação de automóveis e da exportação de papel e celulose, e isso não é visto, Senadora Lídice. A quantidade de divisas...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O ingresso...

**O SR. FLAVIO DINO** – Falo do ingresso de divisas não em termos econômicos.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É claro, é claro!

**O SR. FLAVIO DINO** – É claro que a participação no PIB da indústria automobilística, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe – e conhece a história muito mais do que eu –, em razão dos investimentos que foram feitos em estradas e em automóveis a partir dos anos 50, é muito maior. Mas, falando em termos justamente de ingresso de divisas, o ingresso de divisas oriundo do turismo receptivo internacional equivale, hoje – está aqui o nosso assessor econômico Leandro, que pode confirmar isto –, quase à geração de divisas proveniente da exportação de automóveis e da exportação de papel e celulose, com a vantagem de que não há logística, não há externalidades negativas, não há impacto ambiental quase nenhum.

É simples: cada cidadão que compra um refrigerante – eu ia falar cerveja, mas isso seria politicamente incorreto... *(Risos.)*

Eu lembrei que...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O melhor é o suco natural de caju, a cajuína.

**O SR. FLAVIO DINO** – Eu lembrei que o Eduardo não bebe e pensei que, se usasse o termo “cerveja”, ele poderia se ofender.

Então, vamos atender ao Senador Inácio: se a cajuína é comprada por um turista que está na Volta da Jurema, que visitou a feirinha e que, depois, vai aos bares de Iracema e, no dia seguinte, ao Beach Park e, no terceiro dia, vai ao Centro de Convenções – fiz um comercial bacana do Ceará agora –, isso equivale à exportação de uma garrafinha de cajuína, sem que haja...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E, se ele for parar em Lençóis, no Maranhão, então, está feito!

**O SR. FLAVIO DINO** – Eu agradeço a reciprocidade de V. Ex<sup>a</sup>.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO DINO** – Eu estava esperando que V. Ex<sup>a</sup> chegasse aí.

Então, é muito importante que o Senador Osvaldo Sobrinho levante essa questão.

Eu queria, finalmente, Senador Valadares – imagino que esta seja a minha última intervenção, porque findará a audiência pública –, agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente desta Comissão, o grande trabalho que fez.

Quero agradecer aos Senadores da CDR pela possibilidade de vir aqui e à Câmara dos Deputados, porque acredito que o Congresso Nacional tem um papel fundamental nessa revalorização permanente da política do turismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Antes de deixar esta Comissão, uma vez que sou o Relator na Comissão de Justiça de um projeto muito importante, que é a Lei Antidrogas, e tenho de fazer pelo menos a leitura do parecer, eu queria fazer um agradecimento a todos os participantes desta audiência pública.

O Dr. Flavio Dino está se despedindo. Certamente, no início do próximo ano, em face de compromissos políticos, ele terá de voltar ao seu Estado, deixando a Embratur. Tenho a certeza absoluta de que o povo brasileiro acompanhou o seu trabalho durante os últimos anos, um trabalho profícuo, que redundou em benefícios muito importantes, sem dúvida alguma, para o setor turístico nacional, projetando o nosso Brasil internacionalmente, com a sua palavra de fé, de orgulho e, acima de tudo, de confiança de que o Brasil, com o potencial que tem, pode se ombrear – por que não? – às maiores nações do mundo. O continente europeu, até pela própria idade, é um continente envelhecido, e todas as suas potencialidades já foram devidamente exploradas. No Brasil, há uma fronteira ainda a ser explorada nesse setor.

Fique certo, Flavio Dino, de que V. Ex<sup>a</sup> deixou um marco na sua passagem pela Embratur, deu um exemplo de trabalho e de eficiência, fez uma verdadeira revolução. É respeitado em todo o Brasil pelos Secretários.

Aqui mesmo, está o Secretário de Turismo do Estado de Sergipe, que tem uma admiração e um respeito muito grandes pelo seu trabalho, pela sua palavra sempre pujante de confiança nos destinos do nosso País.

Este é o agradecimento desta Comissão à Embratur, por tudo que fez pelo nosso País, por tudo que fez pelo turismo nacional, dando um lugar de destaque ao nosso Brasil.

Convido o nosso Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, a assumir a presidência dos trabalhos.

Meus agradecimentos à Flávia Matos, ao Márcio Santiago de Oliveira e ao Eduardo Sanovicz, pela participação tão grandiosa neste debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vamos passar, de imediato, a palavra ao Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas.

V. Exª tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Vou procurar, Sr. Senador Inácio Arruda – saúdo-o na sua chegada, é sempre um prazer estar com V. Exª –, ser bem objetivo aqui. Há oito perguntas em cima da mesa. Então, vou ser bem objetivo.

Senadora Lídice, a obra do aeroporto de Salvador é uma tortura. Para a senhora ter uma ideia, nós, como associação, discutimos periodicamente com a Infraero todo o planejamento de todas as obras em todos os aeroportos. Cada vez que uma obra é marcada, emite-se pelo Controle do Espaço Aéreo um documento chamado NOTAM, uma sigla em inglês que significa Notice to Airmen, Aviso aos Pilotos. Esse aviso roda o planeta, porque, se por acaso alguém decolar do Cazaquistão e quiser descer em Salvador, ele precisa saber que, naquele determinado horário, a pista está interrompida por causa de obras. Isso é planetariamente divulgado. É uma norma internacional.

Nós já tivemos de emitir e desemitir sete vezes essa notificação em relação a Salvador por conta das questões internas da Infraero. E o mais complicado é que, cada vez que a NOTAM é emitida, todo voo naquele horário tem de ser cancelado e remarcado. Isso já afetou quase 15 mil passageiros que deixavam Salvador ou que chegavam a Salvador. E isso tem sido objeto de frequentes debates até acalorados entre o setor, a Infraero, o Ministro Moreira Franco.

Então, fico feliz ao ver que a senhora, como representante da Bahia, mais uma vez, mostra uma profunda atenção às questões da sua terra. Estamos à sua disposição para expor maiores detalhes.

Quanto à pergunta do Senador em relação ao dia 20, quero dizer que, ontem, à noite, nós reabrimos o processo de debate com os aeronautas. São três grupos sindicais. São dois grupos de sindicatos aeroviários e um grupo de sindicatos de aeronautas. Um dos sindicatos dos aeroviários já fechou e assinou o acordo agora, na segunda-feira. O segundo sindicato tem reunião marcada agora, às 14h30, e os aeronautas voltam para a mesa de negociação agora à tarde, porque o que as empresas ofereceram foi a reposição integral do INPC mais 88 cláusulas sociais, sendo 78 renovadas e 10 ou 12 novas. Ontem, colocamos mais algumas sobre a mesa. Então, o sindicato volta para a negociação.

O nosso cenário, dadas as reações ontem à noite do presidente do sindicato e de sua equipe mais direta, é o de que devemos chegar a um acordo agora, à tarde. Não devemos ter problema algum. Para nós, isso é fundamental. É claro que o sindicato está cumprindo o papel dele! Não temos de discutir o papel dele. Ele está fazendo o que tem de fazer.

O dia 20, para nós, é extremamente preocupante. Quero compartilhar com o Senado uma informação: o dia 20 de dezembro será o dia de maior volume de tráfego aéreo na história da República. Para os senhores terem uma ideia disso, o número de passageiros previstos para serem transportados por ar neste País no dia 20 é um número histórico. Então, todas as equipes estão trabalhando. Enfim, é um dia que será acompanhado no detalhe.

Quanto ao assunto da aviação regional, nós somos favoráveis ao programa do Governo de implementação de aviação regional. Nesta Comissão, em algumas reuniões feitas anteriormente, eu tive a oportunidade – creio que a Senadora Lídice estava aqui – de colocar que, da lista de 270 novos aeroportos apresentados pelo Governo Federal em dezembro, 71 são aeroportos que nós indicamos como aeroportos prioritários, dizendo o seguinte: nesses 71 aeroportos, à demanda colocada, em havendo a infraestrutura instalada necessária, com todas as suas questões, nós, em quatro ou cinco meses, estaremos colocando os aviões.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Eu não consigo lembrar aqui de cabeça quais são no Mato Grosso do Sul, mas o material está aqui, nesta Casa, com certeza à disposição de todos os Senadores.

Os gastos no exterior têm um lado bom e um lado ruim. O lado bom mostra que a população brasileira está ganhando mais, tem mais renda, é capaz de gastar mais. O lado ruim é que, em parte, são gerados pelos custos internos de uma série de atividades no País, frutos de problemas ligados à tributação e à infraestrutura.

E, como bem disse o Presidente Dino, é parte do debate democrático estarmos sempre aqui debatendo essas questões. Tenho certeza de que o Senado tem sido não apenas um parceiro atento, como os Srs. Senadores têm a capacidade de formular propostas de equacionamento e solução para isso.

Especificamente quanto ao Mato Grosso do Sul, eu sou suspeito, mas até hoje sou fã de uma antiga ideia de usar o codinome “Estado do Pantanal” como um instrumento de promoção. Eu creio que os programas de promoção do Mato Grosso do Sul têm muita qualidade. Eu tive o prazer de, quando Presidente da Embratur, conviver com a Nilde e com a equipe dela, que segue à frente da Secretaria de Turismo do Estado. Eu dizia muito isto, que a promoção e o *marketing* sempre se fazem pelo que há de singular e único em cada região. O que há de singular e único no Mato Grosso do Sul, do ponto de vista internacional, é o Pantanal. Creio que esse é um eixo importante.

Eu queria, já concluindo, registrar algumas coisas.

Quando assumi a Embratur, nós tínhamos 3,1 milhões de turistas estrangeiros chegando a este País. Quando deixei-a, eram 5,4, se não me engano. O ingresso de recursos estava em torno de US\$1,5 bilhão. Em 2006, já no terceiro ano, com Plano Aquarela, Marca Brasil e tal, nós estávamos com 5,2, 5,3.

Com isso, quero aqui fazer dois cumprimentos: primeiro, ao Presidente Flavio Dino – não vou quebrar o protocolo, porque o Presidente Valadares já o colocou. O Presidente que deixa a Embratur – essa equipe –, entre outras coisas, superou uma marca que eu tinha, que era o número de passageiros chegando a 6 milhões de turistas, cumprimentando essa turista argentina, se não me engano, no Rio de Janeiro, eu vi pela mídia. Então, eu queria, cumprimentando-o por isso, desejar absoluto sucesso nessa empreitada que o senhor está para enfrentar. E, fazendo aqui uma blague, mas no sentido mais positivo da palavra, espero ter a honra de marcar uma audiência no Palácio dos Leões para discutir tributação do setor aéreo em janeiro do ano que vem, particularmente o ICMS.

**O SR. FLAVIO DINO** – Para sua reflexão: mais voos é igual a menos impostos.

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Pronto. Está aceito, então.

**O SR. FLAVIO DINO** – Agora, sem mais voos, não se discute menos impostos. É isso.

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – O primeiro compromisso público assumido pelo candidato a governador do Maranhão. Quero dizer que, do ponto de vista do setor aéreo, está aceito. Já firmamos de saída.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Já temos uma meta aí.

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Depois, quero fazer aqui um cumprimento muito carinhoso e muito específico a toda a equipe da Embratur. Eu sei que vários de vocês trabalham na Embratur. Eu não tive o privilégio nem a honra de conviver com a maioria dos que estão aqui, mas quero dizer que foi um dos períodos mais interessantes, mais desafiadores e mais excitantes de toda a minha carreira profissional. Eu espero que vocês tenham a possibilidade de enfrentar programas e desafios da mesma qualidade, da mesma envergadura que nós enfrentamos, que foi a implantação de uma Embratur, de um plano, de um projeto, de uma marca, da construção de um conjunto de metas e, principalmente, do que há de mais importante, que eu creio que foi um ativo que nós deixamos, que é a construção de uma equipe. Quer dizer, não há como se conduzir um programa de trabalho consistente em Brasília, com a estrutura que nós temos, sem que a gente construa, de maneira adequada, um espírito de equipe. Esse espírito se constrói com direção, com meta, com respeito, com resultado, com programa de trabalho, com debate periódico. Foi muito difícil construí-lo, mas vocês têm essa herança no DNA de vocês, e eu tenho certeza de que vão saber conduzi-la da melhor maneira possível. Levem com isso todo o meu apoio, todo o meu empenho, e reafirmo que estou sempre à disposição para retomar esse debate.

Eu queria acabar voltando a outra questão que a Senadora colocou, que é a questão sobre a política.

Primeiro, quero colocar aqui uma questão de forma bem clara, reafirmando o que disse o Flavio: todos os Presidentes da Embratur foram fruto de indicação política. Todos, sem exceção. Eu inclusive. Eu fui Presidente da Embratur por uma decisão do Presidente Lula, do Ministro Mares Guia, e todas as decisões que tomamos foram fruto de reflexões políticas e de compreensão do movimento político. Ora, a compreensão e a reflexão sobre a política são, portanto, resultados da reconstrução da democracia neste País, logo depois do fim da ditadura, em 1985, da Constituição democrática de 1988. E o desafio que enfrentamos agora é isso novamente. Concordo com o Flavio: é um desafio de visões políticas.

Eu creio – este é o tema desta audiência – que a construção de um novo modelo de gestão da Embratur tem que enfrentar o século XXI rigorosamente à luz dos interesses nacionais, dos interesses da sociedade. Agora, estou absolutamente convencido de que esses interesses só se expressam na razão direta da possibilidade de voz, organização, participação, etc., colocados a todos esses setores.

Portanto, eu queria aqui, rigorosamente no âmbito desta audiência, Senador Arruda, e concluindo minha fala, colocar que é fundamental que, se esse projeto for avançar, nós deveríamos ter mais três, quatro, cinco, quantas audiências forem necessárias para discutir algumas questões de fundo, que são: primeiro, como se

constrói um modelo de gestão que tenha a perspectiva de Estado e de financiamento perene; segundo, como se constrói um modelo de gestão que, respeitados os interesses estratégicos da Nação, consiga incorporar e ouvir o conjunto dos seus agentes políticos, econômicos e regionais; terceiro, como construir um modelo que, a meu juízo – e, desde já, assumo o contraditório aqui –, não volte atrás em temas que são absolutamente ingovernáveis. Não há estrutura neste País capaz de dar conta sozinha de toda a sua complexidade municipal, regional, temática, semântica, segmentada no turismo. Com isso, nós temos meio século de literatura turística, construída na academia, no mercado e fora dela para colocar.

Portanto, eu creio, concluindo, que esse é um momento importante e histórico. É possível retomar esse debate. É importante colocá-lo.

Desde já, quero dizer que sou favorável a 90% do que foi descrito aqui em relação a esse projeto. Tenho uma divergência que gostaria de ver debatida.

Por fim, quero dizer que, para mim, sempre é muito mais do que um prazer, é uma honra debater temas ligados ao turismo, debater temas ligados à Embratur e estar no Senado da República, que, afinal, é a Casa que, por si só, tem um papel importante na condução desse processo.

Muito obrigado a todos pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nós que agradecemos, Eduardo. É um grande prazer poder contar com V. S<sup>a</sup> nesta audiência, com toda a sua experiência e trajetória no setor do turismo brasileiro, mais ainda por sublinhar essa questão tão relevante na conquista democrática, que é o fazer política, porque sempre se confunde a política com quem exerceu um mandato eletivo. E a política é: “Por favor, não façam isso com o povo brasileiro.” A política é esse conjunto de ações dos homens aqui do nosso País, especialmente que viveram um período tão longo de ausência de democracia.

Figueiró.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoridade/PSDB - MS) – A pergunta é ao Sr. Eduardo Sanovicz.

Eu, talvez, tenha me esquecido, mas é um assunto também palpitante. É a questão do preço das passagens aéreas, essa variação que acontece, sobretudo em vésperas de feriado. Também, quando você adquire a passagem três ou quatro dias antes da viagem, há uma alteração substancial no preço dela. O que justifica isso?

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** (*Fora do microfone.*) – O modelo de precificação...

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Dá dor de cabeça!

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Para explicar isso direito, talvez eu tome um pouco mais de tempo do que devia, mas, sendo supersintético: até 2002, o preço de passagem aérea era regulado. Portanto, não se definia livremente o preço. O governo determinava o preço, pelo antigo DAC, e praticavam-se preços extremamente superiores aos preços de hoje. Em 2002, houve a liberalização das tarifas, e, de lá para cá, as tarifas caíram 57%. Em valores reais, hoje, uma tarifa aérea, em média, é a metade do que era há dez anos.

Nesse modelo novo de precificação, você tem uma variação que é feita de acordo com oferta e demanda, qual seja, quanto mais antecipada a compra da passagem aérea e mais planejada essa compra, o passageiro, comprando um mês, dois, três meses antes, vinte dias antes, consegue preço de R\$70,00, R\$90,00 R\$120,00. Quanto mais próximo, à medida que o avião vai enchendo, você vai fazendo uma conta de quanto custa aquele voo. Então, de fato, as últimas passagens compradas acabam compensando as primeiras passagens vendidas. Por que é assim esse equilíbrio? Porque, se a gente fizesse uma coisa tipo preço médio, você estaria excluindo do modal aéreo um conjunto imenso de passageiros que hoje compra pelo preço mais baixo. Então, acaba sendo um pouco uma política Robin Hood, mas essa é a razão.

Eu gostaria – e fico à disposição do senhor, Senador – de explicar isso com bastante calma. Nós tivemos um debate aqui, nesta Comissão, há um mês e meio, um mês, em que debatemos inclusive esse tema. Mas é claro que, sendo o senhor um Senador da República, absolutamente na hora em que o senhor quiser, mesmo no seu gabinete – não precisa ser uma comissão –, a gente pode voltar, e posso detalhar para o senhor esse tema, que envolve como se pode fazer para baratear, como barateia mais, como aumenta voo em determinado Estado, como diminui, por que cresce. Eu fico à disposição para o senhor me convocar ao seu gabinete para debatermos esse assunto com calma.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vamos fazer uma audiência particular.

Figueiró.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoridade/PSDB - MS) – Eu gostaria que isso fosse bem-explicado à população.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro!

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoridade/PSDB - MS) – Porque há uma estranheza generalizada. Acho que a opinião pública precisava de uma explicação ampla por parte das empresas aéreas.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vamos fazer.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoría/PSDB - MS) – Aqui nós já estamos esclarecidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Se for o caso, nós podemos trazer de volta o Eduardo, juntamente com o Flavio Dino, para começar o ano com o preço de passagem. Pode ser que elas tenham caído. Só que vai ser antes do carnaval, porque o carnaval só começa em março. Talvez os preços ainda estejam nas alturas. Talvez o melhor momento de discutir é quando o preço está alto mesmo.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoría/PSDB - MS) – Presidente, o que eu gostaria é que o preço se mantivesse o mesmo durante todo o período. Eu verifico pelas viagens que faço ao meu Estado quase que semanalmente. Se eu compro a passagem uma semana antes, é um preço. Se eu compro na véspera, como hoje fui obrigado a adquirir, porque estou com receio de que haja um movimento grevista no próximo dia 20, eu pago o dobro ou o triplo disso. Isso, para mim, é estranho, que dirá para aqueles que não têm a oportunidade de ouvir a explicação do Dr. Eduardo Sanovicz.

Mas gostaria que essa explicação, pelo espírito público, republicano, democrático que ele demonstrou aqui, na sua exposição, que ele, como presidente da entidade, desse uma explicação para a população, sobretudo para aqueles que utilizam as empresas aéreas justamente em ocasiões, em eventos tão importantes como esses de fim de ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sem prejuízo de eventuais novas audiências públicas para tratar especificamente do tema, vamos dar mais um minuto para o Eduardo dar uma explicação definitiva. Para hoje.

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Primeiro, está aceita a sua recomendação. Eu queria convidar todos. Sei que há colegas de mídia, de imprensa aqui. Todos que quiserem acesso mais detalhado a essas informações é só entrar no nosso *site*: [www.abear.com.br](http://www.abear.com.br). Lá nós temos uma série de apresentações, documentos e materiais detalhando esse tema.

Desde já, reafirmo que ficamos à disposição para voltar ao tema.

Só é importante sempre ressaltar o seguinte, Senador: nesta década, nós viemos de 30 para 100 milhões de passageiros/ano. Em 2002, transportávamos 30 milhões. Fechamos no ano passado com 102 milhões de passageiros a bordo. Por quê? Por duas questões: aumentou a renda da população, emprego e renda, isso é público; e, segundo, os preços caíram muito. Agora, para continuarmos um movimento de queda de preço, que é o nosso desejo – nossa meta para 2020 é transportar 200 milhões de passageiros –, é necessário entrar na parte chata do debate, como bem apontou o Presidente Flávio: como é a política tributária, como é a política de precificação, como são as questões ligadas à infraestrutura e como isso impacta no preço para o bem e para o mal.

Nesse sentido, quero reafirmar que o Senado da República tem um papel decisivo, na medida em que um tema caríssimo a nós, que é o ICMS, é um dos únicos temas da Federação que pode ser debatido no Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sem falar do câmbio, que é outro tema, mas...

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Se nós não temos governabilidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro. Quer dizer, temos sim, mas precisa de outra política para ter governabilidade sobre câmbio.

**O SR. EDUARDO SANOVICZ** – Nesse nós não temos.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Mas é um tema importante, de que devemos tratar mais adiante.

Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention.

O senhor tem o mesmo tempo que os demais colegas para responder às indagações.

**O SR. MÁRCIO SANTIAGO DE OLIVEIRA** – Obrigado, Senador.

Todos sabem como é importante a democracia. Vamos evoluindo, vamos aprendendo, e temos de estar receptivos para ouvir novas ideias. Eu me sinto muito à vontade e feliz de ver que o discurso e as coisas vão se aperfeiçoando e as pessoas vão evoluindo graças ao processo do contraditório. Temos que aprender a conviver com isso. E isso é muito importante porque nos faz crescer.

Observamos, por exemplo, que, de 2002 para cá... Vamos falar de mais tempo, de 2000 para cá, quanta coisa melhorou e quantos desafios ainda temos pela frente. Eu me recordo que, quando o Ministro Walfrido assumiu, criou-se uma expectativa. É claro, Flavio, que isso não é recorrente nem é generalizado, entendeu? Mas existe uma certa preocupação. Eu não queria rotular: ou é político ou é empresário. É todo mundo. Na verdade, todos nós somos brasileiros, estamos todos no mesmo barco. O turismo é um bichinho que vai nos picando e nos contaminando, e por quem vamos nos apaixonando cada vez mais. Eu acho que o Walfrido praticamente afastou – as pessoas que têm um pouco mais de percepção sabem disso – qualquer tipo de preconceito que poderia haver com relação à gestão, etc. Ele deu um baile, e nós sabemos o quanto ele foi importante para o

turismo. Então, se existe alguém que tem algum preconceito, eu acho que não é generalizado. Mas preconceitos existem com relação às próprias entidades. Existem preconceitos em relação a empresários que assumem um cargo e que sabemos que não têm competência e nem experiência para exercê-lo, e eles às vezes nos surpreendem e fazem um trabalho exemplar.

Mas eu acho que a democracia é fantástica sob esse aspecto. E foi uma conquista, Senador, da qual o senhor participou ativamente, o Eduardo também. Agradecemos todo o trabalho de vocês nessa conquista, que hoje nos permite exteriorizar tudo aquilo que gostaríamos de registrar de forma madura.

Senadora, a senhora falou sobre os investimentos. Hoje, existe uma preocupação – me corrija se estiver alguém do Ministério do Turismo aqui – com relação a financiamentos de infraestrutura. Sabemos que já existe um orçamento voltado para a infraestrutura no Ministério das Cidades. E ficávamos um pouco preocupados porque os recursos carreados para a promoção ficavam prejudicados. “Ah, mas foi para turismo”, e foi para fazer uma infraestrutura que tinha orçamento previsto em outros ministérios. E o Ministério do Turismo e a Embratur ficavam sem recursos, às vezes – a Katia está aqui, sabe disso. Nós lutávamos para ter mais recursos e não conseguíamos porque os recursos às vezes iam para uma infraestrutura que outro ministério poderia fazer.

A senhora abordou também a questão do esporte. Eu acho que a promoção nacional é uma prerrogativa da Embratur, mas às vezes se coloca no Ministério do Esporte. Nada contra, mas também nada a favor. Essa deveria ser, sim, uma atribuição exclusiva da Embratur, que tem, como a senhora disse, de uma forma moderna, *expertise* nesse processo.

Cito o exemplo de São Paulo, em que existe um órgão chamado Dade, na questão da infraestrutura, e uma legislação que foi criada pelo Governador Orestes Quéricia, na época. Muitos recursos são destinados a uma cidade que às vezes não tem a menor condição, o prefeito asfalta a mesma rua dez vezes porque não tem outra coisa para fazer, e outros setores da promoção e outras cidades que teriam condições ficam alijados desse processo.

Nós, Senadora, temos defeitos. E temos procurado arrumar a casa, do ponto de vista empresarial.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO SANTIAGO DE OLIVEIRA** – Hoje, nós criamos um novo mecanismo, um fórum que congrega 16 entidades na área de organização de eventos, que tem feito um trabalho muito bom. Estamos crescendo nesse processo.

Senador, o senhor falou sobre o gasto internacional. Eu gostaria de dizer que o Convention Bureau trabalha muito com a promoção e com a intenção de trazer turistas para cá. Eu estava em Milão, em uma das feiras que nós fazíamos no passado, e fui abordado por turistas que gostariam de saber onde ficava Bonito. Eu estava em Milão e várias pessoas me procuraram para saber sobre Bonito. Então, o senhor fique tranquilo, o Estado é maravilhoso, embora tenha só dois terços ainda do Pantanal, mas é maravilhoso. A Secretária Nilde faz um trabalho muito bom lá em Mato Grosso do Sul. Fique tranquilo porque é um Estado maravilhoso e procuramos divulgá-lo sim. O Marco Antônio Lemos, que é Presidente da Confederação de Convention Bureau de Mato Grosso do Sul sempre o defende com unhas e dentes, como o senhor registrou aqui, e tão bem.

Com relação à evasão de divisas, eu chegava ao aeroporto aqui e vi muitas pessoas descendo com malas e malas e malas. Ficamos preocupados com brasileiro gastando muito no exterior. O senhor mencionou números que eu não vou mencionar novamente, mas existe essa preocupação. E fui reclamar isso com a Polícia Federal, porque eu também fui pego ao passar com as minhas coisas. Eu falei: “Gente, mas é muito dinheiro que o Brasil está perdendo. Lutamos tanto para trazer e o brasileiro está indo lá e está gastando.” Eu achei engraçado o que o policial da Polícia Federal me disse. Ele disse: “Márcio, o que acontece? Isso é importante porque eles nunca tiveram essa oportunidade. A economia está indo bem, sinal de que eles estão indo lá e estão conhecendo coisas novas. E estão, de alguma forma, contribuindo para o fortalecimento da opinião pública para aquilo que não existe aqui, como na área de segurança.” Então, eles vão lá, retornam e vão impregnar isso em suas cidades: “Olha, eu viajei, fui para a Europa, fui para os Estados Unidos, fui para cá e para lá, e não fui assaltado. Andei tranquilo, com o meu relógio, com a minha máquina, e não fui molestado.” Ele passa a ser um colaborador na cobrança de ações que temos de fazer. Todos nós. Isso não é apenas com relação ao Governo ou à iniciativa privada. Todo mundo é responsável. Se ocorrem inundações, muitas vezes é porque as pessoas jogam lixo no chão e acabam poluindo sua própria cidade. Esse é um processo de educação que todos nós temos que amadurecer. Está aí a importância da nossa democracia.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês novamente. Desejo a todos um bom Natal e Ano Novo, e que o turismo cresça cada vez mais.

Senador, muito obrigado. Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nós é que agradecemos a V. Sa pela presença e pelas informações que trouxe à nossa audiência pública.

Antes de encerrar a nossa audiência, indago aos Srs. Senadores sobre a possibilidade de abriremos uma segunda parte da nossa reunião, deliberativa, para que possamos apresentar requerimento – dialoguei com o nosso Presidente, e ele considera pertinente – para tratarmos do turismo de integração na América do Sul. Considero muito importante, é uma área em que temos que ampliar a nossa presença, não só indo visitá-los, mas sobretudo convidando-os para que venham ao Brasil.

Se não houver objeção, eu gostaria de já abrir essa possibilidade e apresentar o requerimento, de forma oral, que vamos depois transformar em texto.

Requeiro que possamos realizar, na nossa Comissão, audiências públicas, seminários, simpósios, aqui em Brasília e fora de Brasília, com o objetivo de ampliar a nossa integração com os países da América do Sul em relação ao turismo.

Se houver concordância de todos, eu considero o requerimento aprovado.

(É o seguinte o requerimento apreciado:

EXTRAPAUTA

### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**

#### **Nº 52, de 2013**

**Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, Seminário e Simpósio, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e dos países integrantes da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL, para debater o turismo brasileiro e dos países que integram UNASUL.**

**Autoria:** Senador Inácio Arruda.)

Quero agradecer, meu caro Flavio Dino, a você, pelo trabalho que considero extraordinário, num curto espaço de tempo, porque o senhor assumiu essa responsabilidade creio que em 2011. É um período que considero curto. E, nesse espaço curto, fez um trabalho excepcional, dando sequência ao esforço que a Embratur vem desenvolvendo. E nisso o Eduardo teve grande responsabilidade, assim como o Ministro do Turismo à época.

Há um conjunto em movimento muito forte no Brasil. Muitas ações estão sendo desenvolvidas simultaneamente. Grandes eventos serão realizados no Brasil. Podemos citar, no próximo ano, a Copa do Mundo. E é importante citar também a reunião dos BRICS aqui no Brasil, que vai movimentar intensamente e dar visibilidade ao País. Então, nós temos que estar mais preparados. E a Embratur tem uma grande responsabilidade porque ela se posiciona nesses eventos, que têm uma capacidade de atração gigantesca. Então, teremos a Copa do Mundo e a reunião do BRICS, além de eventos extraordinários, como esse evento em Bonito, especialíssimo, de turismo. Esta é uma parte do Brasil que nós mesmos, brasileiros, ainda não exploramos: Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Eu falava com o Flavio Dino que os jogadores de futebol do Ceará adoram a região mais ao norte de Mato Grosso, em que fica Lucas do Rio Verde. Nós estamos na segunda, terceira e quarta divisões, infelizmente, por enquanto. Ainda estamos percorrendo e conhecendo mais o Brasil do que os outros. Os da primeira divisão conhecem pouquíssimo. Só vão a capitais, a meia dúzia de capitais. Nós não. Por sorte, a situação de dificuldade do nosso futebol tem levado o meu Estado a conhecer mais o Brasil do que outros. Então, eu acho que é uma grande possibilidade, e existe uma riqueza muito grande.

Olha, nós conhecemos muito pouco o nosso País ainda. Descer hoje no Aeroporto Internacional de Petrolina não é mole, amigo. E dali você entra na Bahia, direto em Juazeiro, uma área em grande expansão, em grande transformação, de riqueza. Lá está o polo vinícola e de frutas, que são exportadas para a Europa e para os Estados Unidos. Descer aqui em Brasília e pegar um avião para Lucas do Rio Verde, para Corumbá, para Bonito, visitar nossas capitais...

Eu conheço brasileiros que fazem turismo todo ano, tiram férias para viajar. Eles viajavam sempre para o exterior. Hoje, querem viajar para Mato Grosso, querem ir para o Pantanal, querem conhecer a Amazônia. Então, veja a riqueza extraordinária do nosso País. E se nós fizermos isso interligados, aqui na América do Sul, então, eu acredito que temos capacidade de crescer de forma mais vertiginosa. Os dados são impactantes. O ingresso de divisas é mais ou menos igual ao ingresso relativo à exportação de automóveis, papel e celulose. Esse é um peso muito grande, mostrando que temos que nos preparar ainda mais, que a nossa infraestrutura tem que ser melhor. Não podem ocorrer episódios como o que o Eduardo citou aqui, de que notificações sobre

obstrução de pistas se repetem, criando dificuldades. Isso causa irritação no passageiro e na empresa, todos ficam estressados. Esse é um problema.

Portanto, Flavio, você é uma espécie de comandante em chefe desse “Estado Maior do Turismo” no Brasil, sobretudo em relação a buscar captar o turista da América do Sul e do mundo para o Brasil. Eu prevejo que podemos bater mais recordes à frente, com você e com quem sucedê-lo. E tenho certeza que, alcançando uma vitória popular no Estado do Maranhão, V. Exª e Sª, ao mesmo tempo, vai concordar

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco União e Força/PTB - MT) – V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – V. Exª com certeza – duplamente, porque é excelência aqui e excelência lá. Claro que é uma batalha sempre muito difícil porque voto é algo muito difícil, é uma luta muito grande, mas eu considero que há condições, sim, de nós termos uma pessoa com uma relação muito forte com o turismo governando um Estado. Eu acho que isso vai ajudar muito. E vai haver esta concordância, quer dizer, menos ICMS e mais voos. A exemplo do que o Ceará faz hoje, Flavio. Nós já abrimos essa porta de menos ICMS e mais voos, e eu tenho certeza de que as empresas vão responder, sim, com mais voos, porque é uma oportunidade também de negócio para elas.

Então, eu queria agradecer também a você, Eduardo, ao Márcio, à Flávia, por essa oportunidade de ouvi-la e de ouvi-los aqui na nossa Comissão. Com certeza, vocês serão convidados outras vezes.

E quero – esta é a nossa última reunião – agradecer-lhes e agradecer a todos os nossos colaboradores que aqui estão, especialmente os funcionários do Senado, das nossas assessorias, o trabalho, o esforço que realizaram durante todo este ano de 2013. E desejo a todos boas festas e que, no dia 20, dê tudo certo, que seja tudo tranquilo, que a gente consiga chegar a um bom acordo positivo para todos. E desejo a todos nós que o ano de 2014 seja de muita felicidade, de muitas realizações e, se Deus quiser, com uma quarta vitória do povo no processo político eleitoral de 2014.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

Declaro encerrada a reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)*

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.**

Às onze horas e quatro minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e quatorze, na sala de Reuniões número 13 (treze) da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, João Alberto Souza e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes e Armando Monteiro. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Trigésima Quinta Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em dezoito de dezembro de 2013, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que conforme pauta previamente distribuída a presente reunião destina-se a deliberação de proposições. ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 01, de 2014 - CDR, que “Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com o objetivo de promover um debate sobre a importância da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o aproveitamento industrial da carnalita em Sergipe, com os seguintes convidados: Governador Jackson Barreto, do Estado de Sergipe; Murilo Ferreira, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce; Ezequiel Ferreira, Prefeito do Município de Capela/SE; Hélio Sobral, Prefeito do Município de Japaratuba/SE; e Bruno Teixeira Moisinho, advogado tributarista. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA - ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 02, de 2014 - CDR, que “Nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater as obras dos aeroportos do Brasil, com as presenças do Excelentíssimo Senhor Ministro Wellington Moreira Franco, Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e do Senhor Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO”. Resultado: Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião deliberativa é destinada à apreciação de requerimento de minha autoria.

O requerimento é vazado nos seguintes termos:

### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

#### **E TURISMO Nº 1, DE 2014**

**Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com o objetivo de promover um debate sobre a importância da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o aproveitamento industrial da carnalita em Sergipe, com os seguintes convidados: 1. Governador Jackson Barreto, do Estado de Sergipe; 2. Murilo Ferreira, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce; 3. Ezequiel Ferreira, Prefeito do Município de Capela/SE; 4. Hélio Sobral, Prefeito do Município de Japaratuba/SE; 5. Bruno Teixeira Moisinho, advogado tributarista.**

**Autor:** Senador Antonio Carlos Valadares

Esta reunião tem como principal finalidade fazer um debate profundo sobre a situação atuação exploratória dos minérios em Sergipe, notadamente a produção de potássio, através da silvinita e da carnalita.

Ultimamente, a Presidência da República, em entendimento com a Vale do Rio Doce, promoveu a aceleração de um processo de aproveitamento industrial da carnalita, que é o cloreto de potássio, existente no Estado de Sergipe, entre os Municípios de Capela e Japaratuba.

Houve, no Estado de Sergipe, com a presença da Presidenta Dilma, do então Governo Marcelo Déda, tão precocemente desaparecido do nosso meio, a quem rendo minhas homenagens por sua luta em favor desse projeto, do Ministro de Minas e Energia Edison Lobão, parlamentares, prefeitos municipais, um ato de consagração visando a instalação dessa indústria, dessa usina de fertilizantes potássicos no Estado de Sergipe.

Nós sabemos que o nosso Brasil está numa situação deficitária em relação à produção de potássio.

Somos um grande produtor de potássio. Existe potássio em Sergipe; existe potássio na Amazônia já em condições inadequadas e, do ponto de vista tecnológico, com o seu aproveitamento mais complexo. Mas, no Estado de Sergipe, a situação é bastante facilitada pela própria natureza, onde o potássio está quase à flor da pele, isto é, em profundidades menores que as encontradas na Amazônia.

De todo o potássio de que precisamos para a nossa agricultura, para impulsionar a nossa agricultura – o nosso sistema agrícola vem crescendo ano a ano –, nós importamos mais de 90% do Canadá e da Rússia. Então, a instalação dessa fábrica é de grande importância para o desenvolvimento da nossa agricultura, para a economia de divisas, para o desenvolvimento do nosso País, e para a implantação de um complexo industrial que venha favorecer o nosso Estado, gerando emprego, renda e, sem dúvida alguma, colocando o Estado de Sergipe na dianteira em toda a América Latina na produção de potássio. Por isso, é de vital importância a realização, Senadora Lídice da Mata, deste encontro aqui na nossa Comissão, com a CMA, tendo em vista que se criou um impasse para a implantação da fábrica de potássio no Estado de Sergipe. A Vale do Rio Doce escolheu como sede da empresa o Município de Japaratuba, sendo que 80% do minério se encontram no Município de Capela, vizinho a Japaratuba.

Para a instalação desse empreendimento, é necessária a licença social da prefeitura municipal, para uso do solo. O subsolo é da União, mas o solo... Inclusive, para a instalação dos poços – são oito poços em Capela e dois em Japarutuba –, é necessário que o prefeito se pronuncie sobre isso. O prefeito está reagindo, está relutando e achando que o Município de Capela vai perder, na sua arrecadação, se a boca da mina ficar no Município de Japarutuba.

A presença, então, do Presidente Murilo Ferreira, da CVRD, aqui nesta Comissão, com a CMA, visa, portanto, a fazer todos os esclarecimentos necessários: o porquê da escolha de Japarutuba para sede da fábrica; se há alguma saída, alguma flexibilidade, para que possa uma parte dessa fábrica ficar no Município de Capela; como será a divisão dos impostos; como se dará a implantação de centros de distribuição da empresa, visando justamente a colocar no mercado o potássio produzido nos dois Municípios.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, com muito prazer.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, para concordar integralmente com a sua iniciativa, um Senador completamente antenado com os interesses do seu Estado e com os interesses do Brasil. Essa é uma questão, inclusive, do interesse do Estado de Sergipe, mas também, obviamente, de todos os brasileiros e do Brasil.

Então, quero parabenizar V. Exª. E quero solicitar a possibilidade fazer um requerimento oral e complementar, depois, com a entrega à nossa secretaria, porque estamos assistindo a uma movimentação grande de preparação do Brasil para a Copa e satisfeitos com as obras dos estádios, que temos acompanhado – o próprio Estado da Fonte Nova, na minha terra. Mas estamos muito preocupados com o desenvolvimento das obras nos aeroportos.

Nesse ano, vim aqui, falei disso muitas vezes. Aqui, pedi audiência com a Infraero, estive na Infraero mais de uma vez, falando sobre a situação do aeroporto de Salvador, cuja obra, claramente, vem andando a passos de tartaruga. Tive contato com a Infraero regional que me demonstrou interesse e todas as solicitações para a Infraero nacional, de mais engenheiros, mais infraestrutura, recursos para que a obra pudesse ganhar força. Lá é uma obra da Infraero.

E nós somos Senadores e acompanhamos o ritmo da obra feita num aeroporto de concessão privada, que é o aeroporto de Brasília. É um ritmo de obra bastante mais elevado do que o nosso.

Cheguei a dizer aos companheiros da Bahia: “O que está havendo? Uma incapacidade da Infraero em atender os nossos interesses reais? Ou é uma sabotagem de alguns para comprovar a tese de que os aeroportos brasileiros têm de ser os lucrativos – devem ser todos privatizados ou colocados para concessão privada?”

Não sei, mas sei que a obra permaneceu em ritmo de tartaruga, e culminou esse processo com a visita do Ministro da Aviação à Bahia, no mês passado, para concluir que o aeroporto não terá sua obra completa. Completadas as duas fases da obra, será feita apenas uma fase, porque agora, quando se pretende entregar a obra, em março, seria, na verdade, a obra completa. Não há nenhuma possibilidade de fazer a obra completa; vai ser entregue a obra da primeira etapa para o carnaval. A partir daí, não será feita mais obra alguma.

Então, eu não posso imaginar que isso possa ser feito sem que o Governo preste contas à população do que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Ainda teríamos três meses, pelo menos, depois do carnaval.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Exatamente.

Então, nessa situação, Sr. Presidente... Se fosse só o da Bahia, eu faria esse requerimento, confesso, porque a mim cabe defender os interesses do meu Estado, mas também do Brasil. Nós estamos acompanhando em toda a mídia e vimos que essa é também uma realidade que acontece em outros Estados do Brasil. Também, nesta semana, o Ministro publicou um artigo pedindo calma à população em relação aos aeroportos.

Então, como eu quero entender o que está se passando, eu gostaria de solicitar a presença tanto do presidente da Infraero, para prestar contas sobre a situação das obras aeroportuárias no Brasil, quanto do Ministro, para que ele se posicione sobre essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senadora Lídice da Mata, acho inteiramente factível esse requerimento de V. Exª, notadamente porque estamos às vésperas de um acontecimento mundial, que é a realização da Copa do Mundo em nosso País, que deveria estar integralmente preparado para a realização desse evento futebolístico.

Na próxima quarta-feira, dia 12, se V. Exª nos ajudar, poderemos fazer essa audiência pública, aprovando o requerimento agora. Na outra quarta-feira, será a audiência da carnalita, com o presidente da Vale, Dr. Murilo Ferreira. Mas, na próxima quarta-feira, podemos agir, de forma mais rápida, com a sua ajuda naturalmente, para fazer os devidos convites e, quem sabe, a confirmação das presenças deles nessa audiência pública.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sim. Dia 12, nós teríamos a audiência ...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A audiência que V. Ex<sup>a</sup> está propondo; e, no dia 19, seria a da carnalita.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Eu gostaria muito, Sr. Presidente, mas eu não tenho como garantir.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Está muito em cima, não é?

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, vamos aprovar o requerimento. Depois, V. Ex<sup>a</sup> o apresenta – nós já sabemos do que se trata. O requerimento de V. Ex<sup>a</sup> diz respeito a uma audiência pública, visando a debater a construção dos aeroportos no Brasil, com as presenças...

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – A reforma dos aeroportos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A construção e a reforma dos aeroportos em todo o Brasil, com a presenças do Ministro da Aviação e do presidente a Infraero.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Se pudermos, poderíamos realizá-la no dia 26 de fevereiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Não vamos marcar a data, porque a Comissão ainda vai entrar em contato com os convidados.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Está certo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> está submetido à votação. *(Pausa.)*

Como não há manifestação contrária, submeto-o à votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Peça a V. Ex<sup>a</sup>, então, que redija o requerimento e o entregue à Mesa para o registro dessa aprovação.

Ontem, Senadora Lídice da Mata, estivemos no Ministério de Minas e Energia, em reunião que fora coordenada por mim – eu sou o coordenador da Bancada de Sergipe –, e lá estavam presentes o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o Governador Jackson Barreto, o Senador Eduardo Amorim, a Senadora Maria do Carmo e eu próprio, como também os Deputados Federais. Ali, depois de uma discussão intensa, depois de vários debates, chegou-se à conclusão de que o impasse continuava em relação à licença para a implantação da mina de potássio em Sergipe. E só com um debate público, transparente, realizado no Senado Federal, quem sabe, poderíamos encontrar a solução mais adequada, com a presença daquele que é o maior responsável pela construção da fábrica e que tem uma concessão de 30 anos, que é o Dr. Murilo Ferreira, presidente da Vale do Rio Doce.

Encarregado por esse grupo, pelo próprio Governo de Sergipe e parlamentares, eu entrei em contato hoje pela manhã com a Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro. O Dr. Murilo Ferreira, presidente, está viajando para o Canadá. Vai passar lá entre oito e dez dias. No seu retorno, nós vamos confirmar a sua presença aqui nesta Comissão, com a CMA, que é presidida pelo Senador Blairo Maggi, tendo como Vice-Presidente o Senador Eduardo Amorim, do Estado de Sergipe. E vamos confirmar, então, na volta do presidente Murilo Ferreira, a sua presença nesta Comissão para debater assunto tão importante, que vem chamando a atenção não só do Governo Federal, que está empenhadíssimo na implantação dessa empresa ou dessa fábrica, dessa usina, como o Estado de Sergipe, que está mobilizado para não perder R\$4,8 bilhões de investimentos, milhares de empregos durante a construção – mais de cinco mil empregos que serão gerados durante a realização desse empreendimento. Além disso, proporcionando a exploração industrial de uma riqueza que está dormindo no nosso subsolo, que pode ser de utilidade importante para o desenvolvimento da agricultura em nosso País.

Submeto à votação o Requerimento nº 1, de 2014, nesta reunião extraordinária, de convite ao Governador Jackson Barreto, do Estado de Sergipe; Murilo Ferreira, presidente da Companhia Vale do Rio Doce; Ezequiel Ferreira, Prefeito do Município de Capela; Hélio Sobral, Prefeito do Município de Japaratuba; Dr. Bruno Teixeira Moisinho, advogado tributarista. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerrada a reunião. Convocada outra para de hoje a oito.

Obrigado a todos.

*(Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)*

**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (2ª REUNIÃO), E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (4ª REUNIÃO), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e dez minutos do dia dezanove de fevereiro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da CDR e do Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da CMA, reúnem-se as referidas Comissões com a presença dos Senadores: Ana Rita, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, João Durval, José Agripino, Maria do Carmo Alves, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Vital do Rêgo. Deixam de comparecer os Senadores: Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Ana Amélia, Aníbal Diniz, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Fernando Collor, Garibaldi Alves, Gim, Humberto Costa, Ivo Cassol, João Alberto Souza, João Capiberibe, Jorge Viana, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Wilder Moraes e Zezé Perrella. Comparecem à Reunião os Deputados Federais: Mário Negro monte, Eduardo Francisco Sciarra, Luiz Fernando Faria, Marcos Montes, Arnaldo Jardim, Guilherme Campos, Fábio Reis, José Almeida Lima, Mendonça Prado, Luiz Argolo, Valadares Filho, Márcio Macedo, João Carlos Bacilar, e o Deputado Estadual Samuel Alves Barreto. A Presidência esclarece que conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião Conjunta destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs RQR nº 01/2014 – CDR e RQR nº 02/2014 – CMA, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Eduardo Amorim, respectivamente, para discutir e debater a importância da Vale S.A. na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o aproveitamento industrial da carnalita no Estado de Sergipe, com a presença dos seguintes convidados: o Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto, o Presidente da Companhia Vale S.A, Murilo Ferreira, o Prefeito do Município de Capela/SE, Ezequiel Ferreira e o Prefeito do Município de Japaratuba/SE, Hélio Sobral. Após a exposição dos convidados, o Presidente franqueia a palavra aos senhores: Francisco Cisne, Diretor da Vale S.A, Otávio Bulcão, Advogado Tributarista da Vale S.A., André Moura e Mendonça Prado, Deputados Federais, Jefferson Dantas Passos. Secretário da Fazenda de Sergipe (SEFAZ), e João Alves, Prefeito de Aracajú/SE. Nada mais havendo a tratar, é aprovada a Ata desta Reunião Conjunta. Às onze horas e trinta e três minutos é encerrada a presente Audiência Pública, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo a presente Ata, que será assinada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da CDR e pelo Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da CMA, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador **Eduardo Amorim** Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Tenho a honra de informar à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que o Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, passa a compor nosso Colegiado pelo Bloco União e Força, conforme noticia o Ofício nº 9, remetido ao Plenário do Senado Federal pelo seu Líder.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2014, da CDR, de autoria deste Presidente, e ao Requerimento de autoria do Senador Eduardo Amorim, para promover debate sobre a importância da Vale na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o aproveitamento industrial da carnalita em Sergipe.

Tenho o prazer de anunciar que já se encontram aqui presentes o nosso Governador de Sergipe, Jackson Barreto, e os Deputados Federais Mário Negromonte, Luiz Fernando Faria, Marcos Montes, Arnaldo Jardim e Guilherme Campos. Quero também destacar a presença, nesta reunião, dos Senadores Ciro Nogueira e Rodrigo Rollemberg, Líder do nosso Partido.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o nosso Governador, que já está aqui ao nosso lado; o Presidente da Vale, Dr. Murilo Ferreira; o Prefeito do Município de Capela, Ezequiel Ferreira. Como representante da Assembleia Legislativa, está aqui o Deputado Augusto Bezerra.

O Prefeito do Município de Japarutuba, Hélio Sobral, já chegou também?

Antes de conceder a palavra ao Vice-Presidente da CMA, Senador Eduardo Amorim, eu gostaria de fazer uma introdução, dizendo que a CDR se sente muito feliz em receber o Governador Jackson Barreto, do Estado de Sergipe, que, sucedendo o saudoso Marcelo Déda, dá continuidade ao trabalho da implantação de indústrias visando ao desenvolvimento de nosso Estado. E, como não poderia deixar de ser, o aproveitamento dos nossos minérios é prioridade no Governo estadual, uma vez que o Estado de Sergipe se situa, em relação aos Estados brasileiros, numa posição privilegiada, já que é uma província mineral e tem a única fábrica da América Latina de produção, através do aproveitamento industrial da silvinita, de potássio. E agora a luta é para a execução de um trabalho com o objetivo da industrialização da carnalita entre os Municípios de Capela e Japarutuba.

Esses trabalhos de articulação visando à implantação dessa indústria foram iniciados pelo então Governador Marcelo Déda, seguidos pelo Governador Jackson Barreto, com o Presidente da Vale, Murilo Ferreira, que tem demonstrado toda boa vontade em se engajar ao processo de desenvolvimento do Estado, notadamente quanto à exploração dos minérios que produzem potássio, tão essencial ao desenvolvimento da nossa agricultura brasileira, de vez que quase 100% das necessidades de potássio, que é um fertilizante importante, são importados. Não fosse a fábrica de Rosário, que retira a silvinita de Capela e de Rosário, naturalmente essa importação seria de 100%.

Agora, nós sabemos que não só nesses Municípios há ocorrências de potássio. A natureza nos privilegiou com ocorrências desse mineral não só em Capela, como em Japarutuba, também em Socorro, em São Cristóvão, em Maruim. Lá em São Cristóvão, por exemplo, a exploração, se vier a ser feita e será feita, ficará a cargo da Rio Verde, que é uma empresa canadense. Quanto à exploração da carnalita em Japarutuba e em Capela, fica a cargo da Vale, que tem uma concessão de 30 anos, da União.

O que vamos discutir aqui, meus amigos e minhas amigas, é a importância dessa fábrica no nosso Estado, que, somente na sua implantação, vai gerar mais de quatro mil empregos; os dois Municípios serão beneficiados com o compartilhamento do ICMS, do ISS, haverá geração de emprego e a população de Sergipe, de um modo geral, não só desses Municípios, vai se beneficiar com essa riqueza que se encontra ainda adormecida no subsolo sergipano nesses dois Municípios.

Portanto, a exploração é vital não só para Sergipe, mas também para todo o Brasil. O sistema NPK precisa ser fortalecido: nitrogênio, fósforo e potássio. Isso está a depender das ações que venham a ser desenvolvidas em Sergipe pelas empresas que detêm a concessão da União.

Eu tenho um vídeo, não sei se já está pronto.

Prefeito Hélio Sobral, por favor, ocupe aqui a mesa.

Quando o vídeo estiver pronto, por favor. É só para relembrar o interesse que o Estado de Sergipe tem pelo aproveitamento de seus minérios e matar a saudade do Governador Marcelo Déda.

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

Bom, a silvinita já está sendo aproveitada lá, como eu disse, entre Rosário e Capela, e agora resta a execução de um novo projeto, que é a produção de potássio através da carnalita, que é outro minério existente lá no Estado de Sergipe.

O vídeo mostrou o grande potencial do nosso Estado de Sergipe, um Estado privilegiado com a produção de petróleo e, agora, de potássio.

Eu concedo a palavra, antes de dar ao Presidente Murilo Ferreira a oportunidade de fazer sua explanação, ao Vice-Presidente da CMA, o Senador Eduardo Amorim, do PSC do Estado de Sergipe.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom dia a todos, colegas Parlamentares, Deputados e Senadores aqui presentes todos já nominados; Senador Valadares; Governador Jackson Barreto; Sr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale; Hélio Sobral, Prefeito de Japarutuba; Ezequiel, Prefeito de Capela. Mais uma vez, bom dia a todos aqui presentes, aos telespectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, aos que nos acompanham pelas redes sociais.

Esta audiência pública que ora se inicia é de incontestável importância não apenas para o Estado de Sergipe, mas para o Brasil.

Somos um País agrícola. Até 2020, espera-se que o Brasil seja o maior produtor mundial de alimentos, ou seja, os ponha sobre quase todas as mesas do mundo, alimentando muitos bilhões de pessoas pelo mundo, milhões e milhões de famílias.

A nossa produção de cereais, leguminosas e oleaginosas bateu o recorde em 2013, ao registrar um aumento de 16,2% em relação a 2012. Foram colhidos, no ano passado, cerca de 188,2 milhões de toneladas de

grãos, mais do que o recorde anterior, que era de 161,9 milhões de toneladas, em 2012, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, importamos em média 70% do nitrogênio, do fósforo e do potássio que o Brasil consome em fertilizantes, de acordo com os dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), e, dos três insumos, a dependência maior de importação é de potássio, que beira os 93%.

Com isso, quero dizer, senhores e senhoras, da importância desta reunião de hoje, de garantirmos a exploração da carnalita. Como o engenheiro prussiano Rudolf von Carnall, no ano de 1806, quando descobriu essas apresentações do potássio, desse mineral na natureza... Como sabemos, é o mineral de onde é extraído o potássio. Todos nós concordamos, naturalmente, acerca da importância estratégica do Projeto Carnalita para o desenvolvimento econômico e social não só do Estado de Sergipe, mas também do Brasil. E digo mais, é até uma questão de segurança nacional, porque, no dia em que esses países que nos vendem esse produto deixarem de vendê-lo... É fundamental que a gente busque também autossuficiência, como o fizemos em outros setores, como energia, por exemplo.

Para Sergipe, a dimensão da exploração da carnalita e sua conseqüente produção de potássio só encontram paralelo na descoberta e exploração de petróleo no Município de Carmópolis, no início da década de 60.

Para o Brasil, o Projeto Carnalita é igualmente importante e estratégico. Reduz a nossa dependência na pauta de importações de fertilizantes e aumenta consideravelmente a produtividade de alimentos no campo. Além disso, não é toda hora nem em todo lugar do mundo que ocorre um empreendimento industrial desse porte, no valor de quase US\$4 bilhões, com a criação de cerca de cinco mil empregos e a produção de até 2,7 milhões de toneladas de sais potássicos. Por isso, antes de qualquer outro aspecto, devemos considerar e priorizar a natureza especial e superior do interesse público, representado pelo desenvolvimento do Projeto Carnalita no Estado de Sergipe.

Essa é, portanto, a hora em que todos nós, sem exceção, devemos agir com altivez, com patriotismo, pensando não só nas novas gerações e não apenas nas próximas eleições. Precisamos pensar nas próximas gerações.

Sabemos que a Vale é uma das maiores mineradoras do mundo, cuja missão de transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável tem sido cumprida no Brasil e em mais de 30 países. Trata-se de uma empresa que se transformou em motivo de orgulho para o povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Murilo Ferreira, os sergipanos confiam plenamente na Vale, como nós confiamos na política de atuação da empresa, nos seus dirigentes e em seus bravos trabalhadores. Estão prontos para colaborar em tudo o que for necessário para que o Projeto Carnalita seja plenamente viabilizado.

Os Municípios de Capela e Japarutuba, naturalmente, defendem os seus legítimos interesses fiscais, buscam ajuste da remuneração dos seus imensos recursos minerais depositados pela natureza em suas terras, mas sabem também que sem o investimento e o trabalho da Vale essa riqueza jamais poderá ser transformada em crescimento econômico para a região e em benefícios sociais e concretos, efetivos para todo o seu povo, ou seja, na dignidade merecida.

Compreendo, entretanto, que há uma legitimidade na questão do percentual do minério existente no solo das duas cidades coirmãs, que naturalmente deve ser levada em conta no desdobramento desta reunião.

Tenho certeza de que V. S<sup>a</sup>, com a compreensão e a colaboração de todas as partes envolvidas no Projeto Carnalita, encontrará um ponto de entendimento, de equilíbrio, justo e satisfatório para todos.

Tudo aqui pode acontecer, é verdade. O que não pode acontecer aqui, de forma alguma, é o cancelamento e a suspensão ou mesmo o simples adiamento do início da execução do projeto.

Volto a dizer, Sr. Presidente, sou brasileiro e tenho muito orgulho dessa empresa, que pertence não somente aos seus acionistas; pertence ao orgulho, à autoestima do povo brasileiro. Ela, como já disse, se encontra em mais de 30 países, levando o sentimento, a paixão, a responsabilidade do povo brasileiro e é tão bem conduzida pelo senhor e por toda a sua equipe.

Sergipe e o Brasil têm pressa. E o povo sergipano, que tanto sonha com essa produção do potássio, não pode, com certeza, mais esperar. Devemos, sim, buscar a nossa autossuficiência, e mais: independência neste caso dos fertilizantes, o que é extremamente necessário.

Obrigado, Sr. Presidente e que tenhamos todos uma excelente reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Senador Eduardo Amorim.

Gostaria de registrar a presença da Senadora Maria do Carmo Alves, integrante desta Comissão; do Prefeito de Aracaju, a capital, e ex-Governador, Dr. João Alves Filho; dos Deputados Federais Fábio Reis e Almeida Lima; do Deputado estadual Capitão Samuel; do Deputado Federal Mendonça Prado, que aqui se encontra presente; do secretário Zezinho Sobral, da Casa Civil do Governo do Estado de Sergipe; do assessor especial do Governo do Estado, ex-secretário do Planejamento, meu amigo Oliveira Júnior.

Eu gostaria de, mais uma vez, enfatizar a importância desta reunião, que espero seja definidora da exploração da nossa carnalita no Estado de Sergipe.

Os impasses existem para ser resolvidos por pessoas sensatas, equilibradas, que pensam no melhor para a sua comunidade, para a população, para a sociedade sergipana. O Estado de Sergipe, como eu disse, é privilegiado pela natureza. A cabeça do povo sergipano está voltada para o aproveitamento de suas riquezas. Todo líder que estiver sintonizado com as aspirações e os sonhos do povo sergipano e de acordo com o crescimento da nossa economia e a preparação do nosso futuro deve situar-se nessa direção. O entendimento tem de haver.

Naturalmente, todas as condições, todos os direitos dos Municípios têm de ser assegurados, e esses direitos estão na Constituição e nas leis instituídas no nosso País. E, para assegurar esses direitos, existe a boa vontade de todos que participam da política e do Governo no Estado de Sergipe, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado. Não há possibilidade de que, diante desse fato concreto de que uma fábrica ficará entre dois Municípios, será instalada entre dois Municípios, não há possibilidade alguma de que o Município de Capela ou o Município de Japarutuba seja prejudicado nessa ação empreendedora da Vale no Estado de Sergipe.

Por isso, concedo a palavra, para fazer a sua explanação, a esse homem público que tem o respeito da Nação brasileira pelo dinamismo que vem mostrando ao dirigir a segunda maior empresa do Brasil, que é a Vale, explorando minérios e fazendo uma exploração que é concessão da União, ou seja, do povo brasileiro, para o fortalecimento da nossa agricultura e a geração de empregos e a preparação do futuro do nosso País.

Concedo a palavra ao Dr. Murilo Ferreira, com muito prazer.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Bom dia a todos.

Meu caro Presidente da Comissão, Valadares, Governador Jackson Barreto, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Prefeitos Hélio e Ezequiel, autoridades, sergipanos, imprensa, colegas da Vale, acho que todos acompanham o que temos vivido na economia mundial, o grau de incerteza que se tem mostrado. Muitas vezes as pessoas pensam que é exclusivamente no Brasil. Estão profundamente enganadas. Basta observar o dado divulgado pela Alemanha – que ninguém tem dúvida de que é a economia mais forte da Europa – esta semana: o índice de expectativas caiu de 61%, em janeiro, para 55%, agora, este mês, na pesquisa realizada, que terminou em fevereiro. Ora, se isso está acontecendo na Alemanha, não tenho dúvida alguma de que estamos pegando uma nova ressaca da crise de 2008/2009, uma nova ressaca da crise da dívida europeia do ano de 2011.

Apesar disso, eu gostaria de celebrar o fato de que, segundo anunciado esses dias pelo IBGE, o desemprego brasileiro ficou em 4,3%, sendo que a renda teve um aumento real, em bases anuais, de 3,2%. Todos nós sabemos que o cenário poderia ser melhor. Nós temos um cenário de juros mais altos, um cenário de confiança menor – os índices estão demonstrando isso –, tivemos um processo de ajuste de estoques, a produção industrial caiu 3,5% em dezembro – parece-me que ela está se recuperando fortemente no primeiro mês do ano –, mas, de qualquer forma, mesmo onde o Brasil tem encontrado as suas maiores dificuldades, que é no financiamento do seu déficit de conta corrente, que é 3,7% do PIB, nós temos que lembrar a quem teve a desesperança de viver na minha geração, quando nós não sabíamos como financiar o déficit em conta corrente do País, que nós tivemos um financiamento de 2,9%, dos 3,7% de déficit, com investimentos diretos. Quer dizer, alguém está investindo no Brasil para financiar esse déficit em conta corrente que é tão alardeado. Então, isso traz muita esperança para nós e confirma a vocação da Vale de ser a empresa privada que mais confia no Brasil, que mais investe no Brasil.

Eu devo lembrar que eu tenho muito orgulho, e os meus colegas da Vale também o têm, porque nós estamos implantando o maior projeto já feito no Brasil por uma empresa privada. São US\$19,5 bilhões. Nós estamos falando de aproximadamente R\$50 bilhões em três anos, que nós estamos investindo na Serra Sul, projeto S11D, no Estado do Pará. Mas nós não estamos fazendo só isso. Nós estamos fazendo a duplicação da ferrovia de Carajás e fazendo ainda um ramal. São mais 700 quilômetros. E estamos fazendo mais um porto. Essa ferrovia é essencial para o nosso negócio, mas não é só para o nosso negócio. A Vale contribui de uma forma ostensiva para o superávit, a parte positiva da balança comercial brasileira.

Os nossos amigos, um grupo de empresários, inclusive o Josué, filho do nosso saudoso Vice-Presidente José Alencar, estão construindo mais um porto lá em São Luís, e a nossa ferrovia vai carregar os grãos do Maranhão, do Piauí, de Tocantins, de Goiás, com a eficiência que a Vale tem, através da estrada de ferro Vitória-Minas e da estrada de ferro Carajás.

Nós estamos participando do maior projeto de infraestrutura já realizado no Brasil da VLI, em que eu, pessoalmente, me empenhei. Trouxemos sócios japoneses e sócios canadenses e vamos investir R\$9 bilhões. Estamos contratando, e a maior parte já foi feita, 210 locomotivas e 7.500 vagões.

Aquilo que, na maioria das vezes, eu ouço sobre problemas na infraestrutura brasileira e de críticas, nós, como empresários, enxergamos como uma oportunidade, porque a taxa de retorno vai ser boa, já que existe uma demanda.

Então, é esta a nossa visão do Brasil: uma visão positiva, longe do viés de desânimo. Nós reconhecemos, talvez por estarmos em 30 países, talvez porque eu viaje alucinadamente visitando as nossas operações, visitando os nossos clientes, que temos um processo muito difícil mundialmente.

Eu queria compartilhar com vocês que, apesar desse cenário de tantas incertezas, como eu disse inicialmente, nós continuamos confiando muito no Brasil. Temos, no Brasil, a nossa principal base de operações dentre esses 30 países – e olha que nós trabalhamos em países com grande tradição mineral, como é o caso do Canadá, que é a maior província explorada em mineração do mundo! E nós temos orgulho quando o Presidente diz que nós somos a segunda mineradora, porque isso foi construído por gerações de valerianos, gerações de mineiros, capixabas, paraenses, maranhenses que lutaram muito para que nós chegássemos a essa posição. Então, nós temos muito orgulho disso.

E nós consideramos que, quando entramos em um negócio de fertilizantes, nós também poderíamos dar a nossa contribuição. Poderíamos dar a nossa contribuição, porque os fertilizantes têm uma característica muito importante dentro do agronegócio brasileiro, ele precisa ser muito bem distribuído. O seu canal de distribuição precisa ser muito afetivo, ele precisa estar no produtor rural no momento necessário e a Vale conhece bem logística.

Eu vou dizer para vocês o seguinte, eu tenho muito orgulho disto: a Vale, no ano passado, fez 17 milhões de quilômetros sem um acidente importante que significasse a interrupção das suas atividades, o que significou o primeiro lugar no mundo entre a eficiência de ferrovia na estrada de ferro de Carajás. O segundo foi 16,4 milhões sem um acidente com afastamento das operações.

Então, nós, de novo, estamos investindo mais em logística e vamos investir com outros, o que será essencial esse projeto. Por isso que nós decidimos entrar no negócio de fertilizantes.

Quem ouviu o meu primeiro discurso como Presidente da Vale deve se lembrar de que eu citei as minhas origens mineiras de Uberaba, quando eu disse que eu não faria qualquer movimento em mineração onde eu não fosse bem-vindo. Na minha terra, quando nós íamos visitar os vizinhos, os amigos, naquela época era uma cidade mais calma, nós chegávamos, batíamos na porta e perguntávamos: posso entrar? Foi assim que eu disse no meu primeiro discurso. Quando a dona da casa ou o dono da casa fala: “Pode entrar, Murilo, vem cá, tem um café, tem uma água, tem um refrigerante, um suco!”, nós entrávamos. Quando ninguém respondia, eu fechava o portão e ia embora.

Eu, então, queria dizer para vocês que esta é a nossa visão do nosso trabalho: é um trabalho muito difícil, porque nós precisamos alinhar exploração mineral, nós precisamos desenvolver um projeto, nós precisamos implantar um projeto, nós precisamos treinar gente, nós precisamos respeitar o meio ambiente e, nessa situação toda, nós precisamos de um grande alinhamento. Se não houver esse alinhamento, as coisas ficam muito difíceis. Como nós não temos em Minas, Nova York, Londres, Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, nós vamos fazer onde a reserva mineral estiver. E nós temos que fazer da forma mais eficiente possível, mas, de novo, que sejamos bem recebidos onde nós batermos à porta.

Se o Sr. Presidente me permitir, porque eu acho importante nós falarmos um pouco do projeto, eu queria pedir ao **Francisco Cisne** que fizesse uma pequena apresentação, um resumo sobre o que significa o Projeto Carnalita para que uma audiência tão qualificada como esta possa entender em rápidas palavras do que se trata.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, antes da fala do nosso Chico Cisne, que é representante da Vale lá no Estado de Sergipe, **eu gostaria de registrar, para nossa alegria, também a presença do Diretor de Assuntos Fiscais da Vale, Dr. Octávio Bulcão e da Dra Salma Ferrari, Diretora de Relações Institucionais, assim como a presença do ex-Prefeito de Poço Verde, presidente de uma das instituições ligadas aos Municípios de Sergipe, Antônio Dória; do Deputado Federal Valadares Filho e também do Deputado Federal Luiz Argôlo. Agora acaba de chegar o nosso querido Deputado Márcio Macêdo, do Estado de Sergipe, que nos honra com a sua presença, e o Senador Roberto Requião.**

Sergipe se sente muito honrado, porque V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Requião, tem origens no nosso Estado. Sua família é lá de Divina Pastora...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Laranjeiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Laranjeiras. Divina Pastora é por ali.

Concedo a palavra, conforme foi solicitado pelo Presidente da Vale, ao Dr. Francisco Cisne, Diretor de Operações Potássio.

Com a palavra V. S<sup>a</sup>.

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Srs. Senadores, Governador, Prefeitos, Deputados e demais autoridades aqui presentes, bom dia.

Eu tinha me preparado para falar sobre a importância dos fertilizantes e da dependência brasileira. Eu acho que, por tudo que já foi falado aqui, vou passar essa parte e entrar diretamente no projeto, descrevendo-o e, também, da questão de por que nós escolhemos aquela área...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O senhor fique à vontade. Estas duas Comissões querem ouvi-lo, com muito prazer.

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Muito obrigado, muito obrigado.

Bom, aqui estão a missão, visão e, principalmente, os valores da Vale, que é o que rege a nossa conduta. Eu queria enfatizar que uma das coisas que a gente muito pregou no projeto foi cuidar do nosso Planeta, ou seja, realmente, o respeito pelo nosso meio ambiente.

No setor de fertilizantes, nós temos um desafio, e um desafio mundial, porque temos mais pessoas no mundo, mais renda nos países emergentes, melhor dieta alimentar e menos área *per capita* pelo crescimento populacional. Com isso há uma maior necessidade de fertilizantes, já que o fertilizante realmente alavanca a produtividade.

Como já foi falado, os principais nutrientes são nitrogênio, fósforo e potássio. E há dependência nacional. O que chama a atenção, realmente, embora sejamos dependentes de todos os macronutrientes, é a questão do potássio, que é produzido pela mina de Taquari-Vassouras, que está com uma produção ao redor de 500 mil toneladas.

Esse é o nosso fluxo mundial de cloreto de potássio. Nós temos os grandes produtores, que, na realidade, são nossos concorrentes também, principalmente Canadá, Bielorrússia, Rússia, Alemanha e Oriente Médio, composto por Jordânia e Israel. Esses são os principais que aportam o produto para o Brasil. Em termos de consumo, os maiores consumidores são o Brasil, como importador, Estados Unidos e Ásia.

Vejam os volumes, nós estamos falando de um projeto de carnalita: para a mina de Taquari-Vassouras, 500 mil; o projeto carnalita, 1,35 milhão, e não 350. Na realidade, nosso consumo é bem mais elevado que esse.

Aproveitando o tema, a única mina produtora de cloreto de potássio a partir da carnalita hoje no mundo encontra-se na Alemanha e, mesmo assim, só produz 100 mil toneladas. Nós tentamos, em uma época passada, aproveitar a tecnologia deles, mas não foi viável e tivemos que desenvolver essa tecnologia que vamos apresentar aqui agora.

Mesmo assim, com essa importação, a importância do agronegócio na balança comercial brasileira é extraordinária, de 83, muito superior ao minério de ferro.

Agora vamos falar um pouco do projeto carnalita. A carnalita é um sal duplo de cloreto de magnésio e cloreto de potássio, que ocorre na natureza normalmente associado a cloreto de sódio, o sal de cozinha, que nós chamamos de salitre. Isso baixa o teor ao redor de 12%. Esse é o conteúdo de cloreto de potássio que há no minério. Se a gente comparar com a silvinita – a maior parte daquilo que eu mostrei que nossos concorrentes produzem é a partir de silvinita –, está com teor entre 25% e 40%, ou seja, o esforço de concentração é muito maior, porque o produto final tem o mesmo conteúdo: 95% de KCl. Então, sair de 40% ou de 25% é muito diferente do que sair de 12%. Nós temos um esforço energético muito maior no caso da carnalita, por isso muitas vezes o chamam de minério secundário para a produção de potássio.

Nosso projeto, como falei anteriormente, visa à produção de 1,35 milhão de toneladas/ano, em sua capacidade máxima, de cloreto de potássio. Está localizada nos Municípios de Capela e Japarutuba, mais ou menos 50km ao norte de Aracaju. Obviamente, pela dependência brasileira, 100% está no mercado nacional. Tem uma logística bastante favorável, próximo ao mercado consumidor, o Nordeste, e estamos muito próximos da rodovia BR-101, a 1,5km, praticamente, da ferrovia, e a 40km do porto.

Em linhas gerais, nosso projeto compreende uma mina. Inicialmente, para estartar a planta, nós já temos de ter 75 postos prontos, embora falemos que, na vida útil do projeto, serão 528 postos. Por que postos direcionais? Porque, na realidade, por preocupação com o meio ambiente, temos de fazer, em única base, no mínimo seis postos, em média seis postos para agredir menos a superfície. Então, em uma só base, a gente consegue fazer seis postos para agredir menos a superfície. Temos a usina de beneficiamento, a adutora e o salmourado, mais ou menos 40km.

Aqui outra preocupação com o meio ambiente desde o início, quando o projeto foi concebido. Como nós temos a necessidade muito grande de água para a indústria, seja para a mina ou usina, cerca de 2 mil metros cúbicos, o projeto já foi concebido para não utilizar água doce nessa fase, mas sim buscar água do mar para essa aplicação, ou seja, não se usa água doce no processo industrial, apenas água de serviço, refrigeração de equipamentos etc. Obviamente, necessitamos da linha de transmissão elétrica e será instalada uma planta de cogeração de 60MW, gerando 330 toneladas de vapor.

O que eu queria ressaltar, já que estamos falando em Japarutuba e Capela nesse projeto, é que, na realidade, na sub-bacia de Taquari-Vassouras, que está neste limite, nós temos a ocorrência de carnalita em toda

essa área. Inclusive, a planta-piloto, que teve seu início de implantação em 2006, encontra-se aqui em Maruim e está operando até hoje. Então, toda esta área aqui contém carnalita e essas outras duas áreas são potenciais para futura pesquisa.

Por que nós nos limitamos a essa área? Porque, na realidade, nós temos interferências. Nesse lado claro, é a própria mina de Taquari-Vassouras. Nós não podemos lavar a carnalita que está embaixo tendo uma mineração convencional de silvinita um nível acima.

Nessa outra porção, nós temos interferência com produção de petróleo. No futuro, toda essa interferência vai se extinguir.

Nós temos, então, carnalita em Rosário, Maruim, Carmópolis, Japarutuba, Capela e talvez até em Pirambu. Isso são áreas que já conhecemos.

Aqui, basicamente é um fluxograma rápido para descrever o processo. Na realidade, há uma perfuração, uma sonda em um poço de 12 e 1/4. Injetam-se nesse poço três tubos concêntricos em que por um se injeta água quente; pelo outro, sai a salmoura; e, pelo terceiro anular, se injeta um *blanket*, porque a dissolução preferencialmente é na vertical, tende a ser para cima.

Para que tenha o crescimento lateral, é necessário que a gente injete alguma coisa que seja imiscível na água e com a densidade menor do que a água. Não sei, poderia ser um óleo, um gás, etc. Mais uma vez, por respeito ao meio ambiente, nós optamos por injetar nitrogênio, já que 70% do ar é composto por nitrogênio e não tem nenhum impacto.

Então, dessa etapa, nós produzimos a salmoura. A salmoura vai para o processo de evaporação, contando com o vapor e a energia elétrica produzidos pela cogeração. Durante essa evaporação, precipita o cloreto de sódio, ou seja, o sal de cozinha, e o cloreto de potássio permanece em solução, porque ele é sensível à temperatura: quanto mais alta a temperatura, maior a solubilidade do cloreto de potássio.

Na etapa seguinte, nós temos, então, a cristalização adiabática, ou seja, o resfriamento, em que se precipita o cloreto de potássio. E nós temos uma salmoura que é destinada ao salmouróduto; é uma salmoura rica em cloreto de magnésio. Infelizmente, hoje, nós não temos mercado para o cloreto de magnésio, mas estaria disponível aí se o mercado vier a ocorrer.

Depois dessa cristalização, o cloreto de potássio é seco para perder umidade e é compactado para adequar a granulometria necessária ao mercado, entre 1 mm e 4 mm. A partir daí, ele está pronto para a comercialização.

Os principais insumos: energia elétrica, 53MW aproximadamente; gás natural, 760.000Nm<sup>3</sup>/dia, ou seja, seguramente o maior consumidor do Estado de Sergipe. Aqui eu peço desculpas por um equívoco. Na realidade, a água do mar são 2.000m<sup>3</sup>/hora, e não dia; e água doce.

Isso aqui é só uma curiosidade. É exatamente a configuração da caverna-piloto, que está feita em Maruim. Ou seja, nós temos total controle do que está acontecendo no subsolo. Isso é realizado por sonar no subsolo, com direção, volume, todo o desenho espacial da caverna, como ela ficou.

Do processo, eu já falei. Na realidade, nós precisamos de 75 poços operando simultaneamente, que produzem aproximadamente 100g/l.

Eu só queria ressaltar, neste eslaide, que, entre cavernas, é preciso deixar entre 110m e 170m de pilar, exatamente para não ter nenhum problema de subsidência na superfície. Ou seja, é um processo totalmente seguro, para que não tenha nenhuma... Isso obviamente tem uma contrapartida: nós só conseguimos extrair 25% do minério contido no depósito.

Aqui está um mapa do plano de lavra, onde estariam os poços: no Município de Capela e no Município de Japarutuba, segundo a linha do IBGE. Aqui estaria exatamente a usina de beneficiamento. É óbvio que são estimativas, porque, na realidade, todo o recurso foi baseado em 28 poços. Então, é uma coisa estatística. Como nós vamos perfurar 528, obviamente que, com as informações adicionais, esse desenho pode, ao longo do tempo, mudar.

Aqui aparece a adutora, a ferrovia e a BR, todos bastante próximos.

Há uma pequena animação de como é feita a dissolução, o que eu já adiantei bastante. Em primeiro lugar, se faz na halita, que é o cloreto de sódio basal, o desenvolvimento de um pequeno sumidouro, digamos assim, para depositar os resíduos dissolúveis. E aí sucessivamente nós vamos minerando as camadas superiores, sempre com controle do *blanket*, como eu falei, que é o controle do nitrogênio. Na maioria da área, nós temos duas camadas. Então, nós podemos lavar duas camadas sequencialmente e podemos, então, seguir da mesma forma, na camada superior. Em linhas gerais, esse é o processo.

Não sei se fui muito rápido.

Se tiverem alguma pergunta e quiserem interromper, sintam-se, por favor, à vontade.

Com relação à localização da planta industrial... Esse é um desenho da planta. Aqui estão os tanques de salmoura, como falei; os tanques de água e os tanques de salmoura; a parte da cristalização e evaporação; a

parte de secagem; a parte de granulação e cogeração; e o galpão de produto acabado. Na parte superior, os prédios administrativos. Na realidade, se olharmos, naquele mapa, aquela linha divisória dos Municípios, ela passa mais ou menos aqui, ou seja, há uma saída para o Município de Capela, que, por sua vez...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, essa planta fica localizada entre os dois Municípios.

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Entre os dois Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É uma área ocupada que abrange os dois Municípios?

**O SR. FRANCISCO CISNE** – Sim. A linha divisória passa mais ou menos por aqui, como vimos nos mapas. A saída seria por aqui, e retorna nessa posição.

Os critérios para a escolha dessa localização normalmente utilizados são: que ela não esteja sobre a jazida, porque se perde minério; que tenha o menor impacto ambiental possível; que a distância total das tubulações necessárias para a alimentação e produção de salmoura... Lembrem que temos que injetar água quente e receber, na planta, água quente, porque, se a salmoura esfriar no retorno, temos o problema de precipitação do cloreto de potássio, o que vai entupir todas as tubulações. Por outro lado, também não podemos injetar com temperatura muito alta, porque a temperatura lá embaixo é a do depósito, que normalmente é 55 graus. Como o tempo de residência na caverna, o tempo em que ela fica dentro da caverna, a salmoura, é muito grande, vai voltar aos 55 graus. Então, não tem como aumentar muito a salmoura para ela voltar mais quente. Esse é um ponto muito importante para nós. Além disso, estamos falando, na vida útil do projeto, de mais de 500km de tubulação. No início, é algo em torno de 77km, mas, ao longo da vida útil, são mais de 500km de tubulação.

Ter condições logísticas favoráveis, proximidade de estradas, ferrovia e porto; facilidade de fornecimento de insumos; caminhamento da adutora e salmouraduto, que são 40km, e, além disso, tubos de grande diâmetro, 42 polegadas, 36 polegadas; condições de terraplanagem do solo e características geotécnicas e geológicas; e menor interferência com outras atividades econômicas, inclusive com a nossa própria atividade econômica, a silvinita, e outras atividades econômicas, como a indústria do petróleo, a indústria canavieira, porque, quando a gente está falando de 500km aqui, o ideal é que a gente também possa deixar tubo na superfície, que não fiquem todos enterrados, porque há uma ideia de que a gente vá recuperando para ir montando os seguintes, senão o investimento sai muito caro.

A metodologia adotada foi baseada naqueles critérios vistos de forma conjunta. Primeiro, a nossa equipe fez mais de 20 visitas à área e mapeou seis áreas potenciais na região: uma em Rosário, próximo à mina de Taquari-Vassouras; outra em Capela, próximo à Usina Taquari; essa entre Japarutuba e Capela; uma em Patioba, que é em Carmópolis; uma em Santa Bárbara, que é em Rosário... Fomos também estudar até o porto pelas questões de transportes de produto, etc. As três últimas foram descartadas e ficaram apenas as três primeiras. Chamamos de Sirizinho, mas, na realidade, é a SE-206, próximo à mina de Taquari. A área próxima à Usina Taquari, em Capela, e essa última que é a área entre Capela e Japarutuba. A partir daí, foi contratada uma empresa de engenharia que descartou qualitativamente as três últimas. Foram realizados estudos quantitativos, inclusive socioambientais, das três últimas opções, portanto, sob o ponto de vista de investimentos e de custos operacionais ao longo da vida do projeto.

Depois dessa seleção, a área selecionada também foi submetida a uma empresa especializada em meio ambiente para validação das condições ambientais.

Então, a conclusão desse estudo técnico-econômico finalizado em 2009 é de que a opção mais adequada era exatamente a área situada entre os limites dos Municípios de Japarutuba e Capela.

Em termos econômicos a área de Rosário do Catete ficou muito equivalente, com uma diferença apenas de 3%, mas foi descartada por uma questão ambiental, por se tratar de uma APP (Área de Preservação Permanente), estava muito próxima dessa área. A área próxima à Usina Taquari foi descartada por apresentar um custo 37,5% maior do que a área selecionada e não ter nenhum impacto ambiental, não ter a mata primária, secundária, nada disso.

Então, o *status* atual do projeto. Em 2013, agora em dezembro, foi concluída a engenharia básica e o projeto já tem as licenças de instalação de 2011 e tem protocolado as outras licenças da mina.

Bom, aqui só um detalhe, um mapa mais claro exatamente da posição da área escolhida aqui, exatamente entre os Municípios de Capela e Japarutuba.

Bom, era isso que eu gostaria de apresentar.

Muitíssimo obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Continuando, Dr. Chico. Muito obrigado, Francisco Cisne.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Senador Valadares e Senador Amorim, somos muito gratos ao Governador Jackson, que nos atendeu sempre com muita gentileza, tentando entender o melhor desenvolvimento do projeto. Somos muito gratos por tudo que recebemos durante essa fase de estudos no Sergipe. Estamos aqui para quaisquer perguntas de viés econômico e técnico, para que possam ser respondidas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Presidente Murilo Ferreira, por sua contribuição a este debate que estava sendo ansiosamente esperado pelo Senado e pela comunidade sergipana.

Eu quero registrar as presenças honrosas do Deputado Federal Eduardo Sciarra, Senador José Agripino, Deputado Venâncio Fonseca, Deputado Federal João Carlos Bacelar e Deputado Estadual Pastor Antônio. Acaba de chegar também o Senador Romero Jucá.

Eu gostaria de indagar se o Governador Jackson Barreto deseja se pronunciar. Seria uma alegria para nós se V. Ex<sup>a</sup> pudesse dar alguma palavrinha nesta reunião histórica. Sua presença nos honra, Governador.

**O SR. JACKSON BARRETO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente da Comissão CDR.

**O SR. JACKSON BARRETO** – Quero aproveitar a oportunidade para fazer aqui uma saudação ao nosso Senador Valadares, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional; da mesma forma ao Senador Amorim; ao Prefeito de Aracaju, Dr. João; a todos Parlamentares que estão aqui, sergipanos e de outros Estados. De forma especial saúdo aqui o Dr. Murilo Ferreira, nosso Presidente da Vale, um homem que aprendemos a admirar e respeitar, acima de tudo pelo amor que ele tem por nosso País, pela sua visão e pela sua capacidade e competência. Não há necessidade aqui de um governador do Estado de Sergipe falar do trabalho da Vale no Brasil e fora do Brasil. Da mesma forma, quero saudar o nosso gerente do Projeto Carnalita, o nosso Dr. Francisco Cisne, o Prefeito Ezequiel, de Capela, e o Prefeito Hélio Sobral, de Japaratuba.

Acho que nós estamos aqui muito mais para ouvir do que para falar da importância da carnalita para Sergipe, da exploração desse potássio que vai garantir uma grande parcela do futuro do Estado de Sergipe. Todos nós sergipanos e brasileiros temos consciência da importância do potássio para a nossa agricultura. É aquilo que falou o Governador Marcelo Déda, se estivermos pensando na independência e na soberania nacional, devemos diminuir a importação de potássio, porque nós somos um país continental. Nós somos um país agrícola, nós necessitamos do potássio para a indústria de fertilizantes. Nós não vamos fazer essas discussões aqui mais porque todos nós que estamos aqui temos consciência de tudo isso que estamos falando.

Nós temos consciência de que esta é uma oportunidade que Sergipe não pode perder, que o Brasil não pode perder. Quando Sergipe vai ter oportunidade de ver um investimento da ordem de US\$2 bilhões para gerar 4 mil empregos diretos e quase 10 mil empregos indiretos? Que resposta nós vamos dar aos sergipanos, às futuras gerações, se não formos capazes de resolver impasses que na verdade dependem mais de análises técnicas do que de vontade pessoal?

Não me move nenhum sentimento de ordem político-partidária a não ser o amor ao meu Estado e a preocupação com a juventude, com as novas gerações e a garantia de que esse projeto vai dar emprego a Capela, a Japaratuba, a Sergipe como um todo.

Nós estamos aqui todos conscientes disso. Acho que neste momento precisamos abrir esse processo de discussão. Porque aqui neste momento está presente o Dr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale, e ninguém melhor do que ele que acompanhou com o Dr. Francisco Cisne, nosso gerente do Projeto Carnalita, toda essa luta do Governador Marcelo Déda, ao lado da Presidente Dilma Rousseff, para implantação deste projeto que é importante, que é fundamental para o nosso Estado. E o Dr. Murilo sabe do compromisso que a Vale tem com Sergipe, com o Brasil, com a Presidente Dilma Rousseff. Estamos querendo aqui neste momento apenas compreensão, porque um projeto dessa magnitude não pode ser atrasado, colocado de lado, por discussões que não levem em conta o compromisso com Sergipe, com o futuro do nosso Estado, com os sergipanos e com o nosso País.

Cabe a mim neste momento ouvir mais em nome do povo sergipano e dizer ao Dr. Murilo Ferreira que nós, sergipanos, não podemos abrir mão desse projeto, que o Brasil precisa desse projeto, que nós confiamos e acreditamos na Vale. Nós não estamos aqui, nem aqui nem em outro local, porque nunca fizemos isso, e o senhor é a melhor testemunha do papel do Governo do Estado.

O Dr. Cisne anunciou aqui que a licença prévia foi estabelecida em 2010 e a licença de instalação em 2011, e a Presidente Dilma Rousseff esteve em Sergipe em abril de 2012; e nós assumimos o Governo, por ocasião da doença do Governador Marcelo Déda, em 27 de maio de 2013, o que significa dizer que este Governador que está aqui nunca procurou interferir nas decisões de ordem técnica da Vale para a localização da mina, nem

queremos, em hipótese alguma, que isso seja motivo de que se adie, atrase a implantação desse projeto tão fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Nós queremos dizer ao prefeito de Capela que este Governador nunca deu um passo contra os interesses de Capela, que este Governador nunca deu um passo para defender Japaratuba contra o Município de Capela. Nós estamos aqui para defender os interesses do Estado de Sergipe, o futuro do povo sergipano. Estamos aqui para defender os interesses do País. Essa é uma questão de segurança nacional. Essa é uma questão de soberania nacional. Essa é uma questão de independência. E nós não podemos transformar um pequeno problema num problema maior que não seja os interesses do nosso povo, do nosso Estado e do nosso País.

Por isso eu quero concluir dizendo: Dr. Murilo, a Vale é muito bem recebida pelo povo sergipano. Nós queremos a Vale em nosso Estado. Nós queremos, precisamos implantar o projeto Carnalita já! Nós precisamos garantir empregos para o nosso povo. Nós queremos que amanhã Capela vá receber os seus impostos que são devidos, seja 70%, 75%, ou 80% daquilo que foi extraído. Dê-se a Capela o que for de Capela. A César o que é de César, a Deus o que for de Deus.

Se a Japaratuba cabem 20% – este Governador está aqui, aqui há Deputados Estaduais –, os mecanismos poderemos encontrar, porque fizemos uma estimativa. Para concluir as minhas palavras, se chegarmos a um consenso e definirmos essa questão da localização, da forma como o projeto foi apresentado, nós não iremos advogar nunca contra os interesses de Capela, nem contra os interesses de Japaratuba. Nós estamos aqui em nome do povo sergipano. Então, nessa avaliação, nos primeiros dez anos, a exploração de carnalita se dará no Município de Capela. Ao longo dos 29 anos de duração do projeto, na estimativa que nós fizemos, caberá a Capela receber de impostos R\$920 milhões, valores atuais. E caberá a Capela anualmente R\$53 milhões, cabendo a Japaratuba R\$18 milhões. Essa foi a estimativa que nós fizemos, nunca para ir de encontro aos interesses de qualquer Município.

Agora, o que nós não podemos é achar... Dr. Murilo, como o senhor colocou aqui no velho estilo mineiro, que eu conheço profundamente e sei, nós só podemos entrar numa casa quando somos bem recebidos. Eu quero lhe dizer que o Estado de Sergipe está de braços abertos para recebê-lo. Seja bem-vindo, Dr. Murilo. Seja bem-vinda a Vale. Falo em nome do povo sergipano. Sergipe, o Brasil espera a implantação desse projeto, e nós sabemos que o senhor tem um compromisso com a Presidente Dilma Rousseff. E, em nome da memória do Governador Marcelo Déda, que era um entusiasta desse projeto, que lutou ao lado da Presidente para, no entendimento, trazendo a Vale como peça fundamental nessa decisão, fazermos, então, a exploração do projeto Carnalita – e, festivamente, estivemos ao seu lado, ao lado do Marcelo Déda e ao lado da Presidente Dilma Rousseff, em abril de 2012, no Estado de Sergipe.

Em nome de toda essa história e de toda essa luta, encerro, dizendo que seja bem-vindo! O povo sergipano recebe a Vale de braços abertos.

Queremos a Vale. Queremos esse investimento. Queremos os empregos. Queremos o projeto. Queremos o bem de Sergipe e do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço as palavras do Governador Jackson Barreto, que demonstra seu compromisso com o Estado de Sergipe, reavivando a memória de todos nós sobre o trabalho edificante que foi feito pelo Governador saudoso Marcelo Déda.

Eu gostaria, até para um esclarecimento às pessoas que chegaram depois, que o Presidente da Vale nos informasse novamente sobre a localização, que é o ponto crucial da discussão e do debate que têm sido travados no Estado de Sergipe.

A parte física da fábrica, os equipamentos da fábrica, eles vão ficar instalados entre os dois Municípios, dividindo a fronteira entre os Municípios. Ou seja, uma parte da fábrica vai ficar no Município de Capela; e outra parte vai ficar no Município de Japaratuba.

Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> confirmasse esta informação que nos foi dada pelo Dr. Francisco Cisne. Depois, eu farei outra pergunta, para esclarecer melhor, dar maior nitidez ao debate.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Sr. Senador, eu devo dizer o seguinte: os estudos do EIA/RIMA foram apresentados no ano de 2009. Esses estudos já contemplavam exatamente a decisão que foi dita aqui, a localização nos dois Municípios, conforme afirmado pelo Francisco Cisne na apresentação e no mapa que ele apresentou.

Então, isso é uma decisão que foi costurada pelas equipes técnicas, sem observar posições geográficas, políticas. Nenhuma posição é tomada, em um empreendimento desse porte, que não possa trazer o melhor benefício para o conjunto da sociedade e para os acionistas da Vale.

Então, esse projeto já passou todo tipo de dificuldade, e devo dizer a vocês e para aqueles que acompanharam pelos jornais que, se não fosse a determinação da Presidenta Dilma e – deixa a família do Governador Déda que eu brinque um pouco – se não fosse o Déda tão impertinente de ficar cobrando por uma solução da

Petrobras... Porque vocês sabem que é uma área arrendada da Petrobras, e o Governador Déda pegou no pé da Graça para que esse assunto fosse resolvido. A gente tem que louvar a memória dele. Ele procurava o tempo todo a Presidenta Dilma para que esse assunto do arrendamento fosse resolvido – não é isso, Chico? Se não fosse essa insistência política enorme, nós não teríamos chegado ao estágio que não chegamos do projeto.

Então, é preciso fazer essa ressalva.

E nunca foi discutido nem no EIA/RIMA nem agora, nesse arrendamento da área da Petrobras, que a gente deva lembrar que essa área que foi apresentada no mapa pode ter posições onde há ocorrências de óleo. Nesses lugares onde houver a ocorrência de óleo, nós não vamos desenvolver a carnalita, pelo menos nesse momento. No futuro, pode ser que venha. E aquelas áreas que a Petrobras for pesquisando – e assim foi o acordo que nós fizemos com a Petrobras –, aquelas áreas em que não for encontrado óleo, nós já vamos caminhar para a carnalita.

Até chegarmos a esse acordo e por ser um ambiente altamente técnico – vocês imaginam o grau de precisão que nós precisamos ter nessas pesquisas –, esse processo acabou demorando, trazendo essa grande inquietação para o Governador Déda. Mas, resolvido isso, nós encontramos essa situação de impasse. **Estou desmobilizando a equipe toda dia 28, agora, do mês de fevereiro; toda a minha equipe do projeto está sendo desmobilizada, para que possamos aguardar uma solução.**

E quero dizer o seguinte: a Vale não fará nenhum movimento que seja prejudicial ao Estado de Sergipe. **Não havendo uma solução política para esse fato, nós daremos o mandato para um banco para que ele possa vender, para que possamos vender o projeto e algum interessado possa desenvolvê-lo. Vamos vender a tecnologia e os nossos direitos do projeto.**

Então, não temos... Não existe nenhuma possibilidade de criarmos algum obstáculo para o Estado de Sergipe. **Entendemos que, se não formos capazes de chegarmos às autoridades e convencê-las no sentido de uma otimização do lado fiscal, nós não queremos parar o projeto, interromper o projeto,** a perspectiva de empregos e tudo mais. É muito importante deixarmos essa mensagem. É uma mensagem construtiva, no sentido de que, se não for possível esse acordo, **se os Municípios, por qualquer razão, não forem capazes de chegar a esse acordo, nós não queremos ser obstáculo em relação ao desenvolvimento.** Estaremos, inclusive, dispostos a ceder a tecnologia que foi objeto de estudos durante décadas. Essa tecnologia não é uma tecnologia que sai do nada, e é uma tecnologia em que temos tanta confiança, que fizemos direito de patentes mundialmente. Essa tecnologia está registrada nos Estados Unidos da América, onde vocês sabem que o processo de registro de patentes corre muito mais rápido.

Portanto, não queremos de forma alguma criar empecilho algum em relação ao desenvolvimento do projeto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Ratificando as palavras do Governador – e tenho certeza de que as palavras do Governador são as mesmas daqueles que têm autoridade política no Estado de Sergipe – no sentido de que V. Ex<sup>a</sup> e sua empresa são bem-vindos ao Estado de Sergipe. Qualquer Estado brasileiro recebe a sua empresa com muito orgulho, porque se trata de uma empresa que traz emprego, que traz renda para nosso País e, acima de tudo, desenvolvimento econômico e social.

Nós fizemos uma pergunta baseada numa preocupação que envolve os Municípios. **A pergunta que eu fiz diz respeito à localização do empreendimento. Pelo que ouvi na explanação do Dr. Francisco Cisne, aqueles equipamentos que vão redundar no aproveitamento industrial, na separação do minério para o cloreto de potássio, esta fábrica vai ficar localizada em cima da linha divisória entre os dois Municípios. Isso significa que a Vale poderia fazer uma inscrição, um CGC no Município de Capela para dar a Capela o que ela tem direito com relação ao recebimento do ICMS, do seu ISS, e em Japaratuba a mesma coisa, de forma proporcional. Eu gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> se, com a localização física da fábrica entre os dois Municípios, há possibilidade de a empresa Vale colocar duas inscrições estaduais. Quer dizer, não podemos dizer hoje que a fábrica, pelo que foi dito pelo Dr. Francisco, vai ficar localizada em Japaratuba. Vai ficar entre os dois Municípios.** Vai ocupar área dos dois Municípios. O corpo da fábrica, uma parte do corpo vai ficar em Japaratuba e a outra parte do corpo da fábrica vai ficar em Capela.

Em razão disso, eu pergunto. **A empresa, para efeito fiscal – porque o fato gerador é a circulação de mercadoria, de bem –, irá fazer dois CGCs – a inscrição estadual para efeitos fiscais –? Um em Capela e outro em Japaratuba? Essa resposta é fundamental, até para acalmar a preocupação daqueles que acham que Capela poderá tomar prejuízo com relação aos impostos. E nós queremos garantir que isso não venha a acontecer. Nós queremos que nenhum município saia perdendo nessa questão e, principalmente, queremos que V. S<sup>a</sup>, com a sua fábrica, fique lá no nosso Estado.**

Nós os abraçamos de coração.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Senador, nós estamos abertos a qualquer solução.

Evidentemente, mesmo a solução, gostaríamos muito de que fosse sancionada pelo Poder Legislativo de ambas as cidades, que fosse sancionada pelo Poder Legislativo do Estado. A gente pode apresentar até às autoridades brasileiras o acordo para que ele seja homologado.

Eu não posso levar nenhum risco fiscal, nenhuma pendência fiscal, nada que no futuro possa ser considerado algum risco. Eu acabei de sair de uma encrenca milionária, os jornais noticiaram isso enormemente. Nós ingressamos no Refis e fizemos um pagamento de R\$6 bilhões, agora, no mês de novembro. Então acho que cada um de nós aqui sabemos que eu não tenho vontade nenhuma de entrar em outra encrenca.

**Nós estamos dispostos a acordos que sejam viáveis. Os nossos advogados tributaristas – o Otávio está aqui – podem nos ajudar a fazer acordo. Mas eu gostaria que isso fosse sancionado, qualquer situação não comum fosse sancionada pelo Poder Legislativo das duas cidades, do Sergipe, e pelo Poder Judiciário, porque não posso impor aos nossos acionistas o desassossego, uma aflição em relação à imprudência fiscal.**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu poderia convidar o seu advogado a se pronunciar sobre essa pergunta de forma objetiva? Gostaríamos de ouvi-lo.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Sim.

O senhor está pedindo uma situação um pouco impossível. Advogado ser tão objetivo assim é um... (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Mas aqui, esta reunião é tão importante. Se nós passarmos dois dias ainda é pouco.

É um prazer muito grande.

**O SR. MURILO FERREIRA** – É brincadeira.

O Otávio é um advogado notável da nossa equipe, ele tem uma capacidade de agregar as soluções e de sintetizar para todos nós.

Mas nós não podemos perder uma piada de advogado. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito obrigado.

Dr. Otávio, com a palavra.

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – Bom dia a todos.

Eu acho que para ajudar no debate, contribuir no exame da questão fiscal, exame *stricto sensu*, a ideia é colocar uma lembrança, que todos sabem, de que a tributação deve acompanhar naturalmente o desenvolvimento da atividade econômica. Subverter essa lógica é perigoso porque pode criar distorções e até situações que não condigam com a realidade e se ter inseguranças jurídicas maiores.

O que nós aqui colocamos é que estamos dispostos a examinar situações em que o fato gerador do ICMS seja preservado, um estabelecimento seja feito em Capela e outro em Japaratuba, mantido o fato gerador de transferência, e aí a comercialização, etapa seguinte, se dando por Japaratuba, que foi uma proposta feita pelo próprio Governo. Quer dizer, a gente tem que lembrar sempre que a Vale é destinatária das normas editadas pelo Estado. A Vale tem aí um efeito neutro nessa composição. O fato gerador é relacionado com o Estado e a repartição de receitas é um fato que tem que ter neutralidade, não pode haver reflexo nem para mais nem para menos.

Então, dentro da proposta que puder vir pelo Governo do Estado, sancionada pelas respectivas câmaras municipais, em que haja uma transferência e o fato gerador ocorrendo, e, ali, eventualmente, até um valor agregado nessa compra e venda, a isso a Vale não teria objeção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Bom, então, em resumo, o que está na Constituição que garante aos Municípios a participação ao valor adicionado – para tirar qualquer dúvida – as câmaras municipais poderão dispor sobre esse assunto, como também a própria assembleia legislativa, se for o caso. Agora, o Governo do Estado garantiria, sem dúvida alguma, a divisão equitativa do valor adicionado e da produção mineral nos dois Municípios.

**O SR. JACKSON BARRETO** (*Fora do microfone.*) – Proporcional.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Divisão proporcional. Equilibrado e proporcional. Não é isso aí, Doutor?

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – É definido na lei. A Vale como destinatária cumpriria, se adequaria à lei e não teria objeção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Não teria objeção sobre o que falei, daquelas duas inscrições estaduais, dois centros de distribuição...

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – A legislação pode, inclusive, prever essa possibilidade de abertura de duas inscrições em áreas contíguas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, com isso, o fato gerador estaria garantido, na proporção em que Capela vai produzir cerca de 80% do minério, então o valor adicionado garantiria ao governo do Estado a distribuição equitativa e proporcional aos dois Municípios.

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – Com a premissa de que o fato gerador se dá na transferência, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Correto.

Agora, gostaria de passar a palavra aos dois Prefeitos Municipais. Hélio Sobral é o Prefeito de Japaratuba. Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, amigo Hélio Sobral.

**O SR. HÉLIO SOBRAL** – Presidente Senador Valadares, Governador Jackson Barreto, Senador Amorim, Prefeito Dr. João Alves Filho; colega Prefeito Ezequiel, da minha cidade vizinha de Capela; Dr. Murilo Ferreira, Deputados Federais de Sergipe, aos quais saúdo em nome do nosso Deputado Fábio Reis; Senadora Maria do Carmo, aqui presente também; Srs. Deputados Estaduais sergipanos.

Depois de ouvirmos as palavras técnicas do Dr. Cisne e do Dr. Murilo Ferreira, eu, como representante do Município de Japaratuba, tenho apenas que aguardar o bom senso do nosso colega Ezequiel e dizer a ele que Japaratuba, Sergipe, Capela e o Brasil não podem perder o investimento da ordem de R\$4 bilhões, o equivalente, Dr. Murilo, à instalação ou à implantação de duas indústrias da Fiat.

Recebo todos os dias no meu gabinete mais de 60 pessoas; e 50 estão atrás de empregos. Serão gerados, naqueles Municípios, quatro mil empregos diretos na fase de implantação; e vejo a ansiedade do povo, principalmente dos mais jovens atrás de emprego, e não temos a perspectiva de arranjar emprego, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal nos obriga a só gastar com folha até 50%, não temos como gastar mais de 50% com folha de pessoal, e o nosso desejo é que esse impasse seja resolvido, porque quem vai ganhar não é o prefeito Hélio Sobral, porque sou passageiro – daqui a três anos estamos nos afastando, como também o Prefeito Ezequiel –, quem vai ganhar com isso é o povo de Sergipe, o povo de Japaratuba e o povo de Capela.

Eram essas as minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Antes de conceder a palavra ao Prefeito de Capela, Ezequiel, quero **registrar, com muito prazer, que estão presentes também nesta reunião o Deputado André Moura, Líder do PSC na Câmara dos Deputados; o Senador Valdir Raupp; Heleno Silva, Prefeito de Canindé de São Francisco; o Presidente da Câmara Municipal de Japaratuba, Luciano Acciole; Saulo Brito, Secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Japaratuba.**

Com a palavra Ezequiel Ferreira, Prefeito Municipal de Capela.

**O SR. EZEQUIEL FERREIRA LEITE NETO** – Bom dia a todos. Agradeço essa audiência pública aqui para prestar alguns esclarecimentos. Queria cumprimentar, primeiro, todos os Deputados Federais lá da nossa querida Sergipe, em nome do meu amigo André Moura; os Senadores aqui. Obrigado pelo convite, Senador Valadares; Eduardo Amorim; D. Maria; meu colega Prefeito João Alves, pelo qual cumprimento todos os demais Prefeitos aqui de Sergipe; Governador do Estado, Jackson Barreto. Tive a felicidade de descobrir por uma emissora de rádio que, segundo ele – e até constatei com a minha mãe –, é também um parente, meio longe, mas parente. Eu queria também agradecer a presença aqui do Movimento Carnalita, lá no nosso Município. Prof. Jota, muito obrigado pela sua presença aqui. Pessoal que nos assessora também sobre essa parte técnica. Os Deputados estaduais aqui presentes, em nome do meu amigo Venâncio Fonseca. Demais Senadores, amigos, Prefeito Hélio Sobral.

Bom, amigos, a carnalita vem sendo amplamente divulgada nesses últimos meses, e o nosso Município, o Município de Capela, já tem um minério muito importante, que é a silvinita.

Há mais de vinte anos, a ideia era de que quando a silvinita fosse instalada no Município de Rosário do Catete, onde fica a boca da mina, grande parte dos problemas sociais de toda aquela macrorregião seria resolvida, do mesmo jeito como está sendo anunciado agora. Depois da implantação, de muitos funcionários, chegamos a 800 funcionários, que é o que tem hoje a Vale do Rio Doce explorando a silvinita. Por coincidência, toda a área de expansão dessa silvinita é explorada embaixo do nosso subsolo; o subsolo capelense.

Eu, como Prefeito, estive lá, desci na mina. Quem tem claustrofobia não desce, porque é complicado lá – uns quatro ou cinco minutos no elevador grande, com sessenta homens. Pedi ao chefe da mina para me levar até o Município de Capela. Vi aquelas máquinas que nunca imaginei que o homem tivesse capacidade de fazer, furando a rocha a quinhentos, seiscentos, oitocentos, até novecentos metros de profundidade, lá extraindo todo o minério do nosso Município, levando naquelas esteiras imensas, e saindo na boca da mina, em Rosário do Catete. Capela ganha cerca de R\$40 mil, R\$44 mil reais pela extração de todo esse minério. São R\$44 mil de CFEM. Então, a gente já é um exportador de riqueza para Municípios vizinhos. Nós não vamos ser reincidentes quanto a isso. Nós já temos experiência das receitas que isso dá.

Recentemente, numa decisão do STJ, nós perdemos uma ação. Capela empobreceu ainda mais, R\$1,5 milhão por mês por uma barbearagem jurídica do antigo gestor. Nós perdemos de receita R\$21 milhões no

ano de 2013, em relação ao ano de 2012. Essa decisão já está consolidada no STJ. Nós recorremos. A chance de ganharmos é muito pequena.

Então, toda essa riqueza, todos aqueles 430 quilômetros de estradas embaixo do nosso subsolo e de outros Municípios, também é retirada a cada momento. Nós estamos aqui e estão lá aquelas máquinas, perfurando o nosso subsolo, tirando esse minério, que representa hoje 10% de todo o potássio produzido no Brasil.

Coincidentemente, Nosso Senhor foi tão bom com a gente que nos concedeu, além da silvinita, que está sendo explorada agora, a carnalita – há um mar de carnalita lá. Segundo a Vale, quase a sua totalidade fica em nosso Município. Por felicidade nossa, Deus foi muito generoso com o nosso subsolo.

Também na questão da reincidência, há seis anos, uma usina de cana de açúcar, que o nosso Município produz bastante, preferiu fazer a usina de cana de açúcar a 30 metros da divisa. Então, eles procuraram saber onde acaba o Município de Capela: “O Município acaba aqui. Contamos 30 passos e, então, vamos construir do outro lado.” Perdemos, também, 3.500 empregos, fora a receita.

Todo mundo sabe que onde está a fábrica é onde ficam as receitas. É assim que acontece lá no nosso Município, no nosso Estado. Por exemplo, o Município de Estância é o que mais arrecada impostos com a extração e a industrialização da laranja, do suco de laranja, exportando para outros países. Aqueles Municípios que mais produzem – Pedrinhas, Arauá, Boquim – não têm a mesma receita, porque a fábrica fica no Município de Estância. Em Capela está acontecendo agora a mesma coisa, a mesma reincidência. Onde acaba o Município de Capela? Como disse muito tem o Dr. Francisco Cisne, acaba aqui. Então, vamos fazer a dez metros de distância. Por que isso novamente com a gente? Capela é um Município muito pobre, não tem a mesma riqueza que o Município de Japarutuba tem, que é o Município que mais recebe *royalties* no Estado de Sergipe. Oito milhões de *royalties* para uma população de 14 mil habitantes. É uma per capita, é um dos Municípios mais ricos do Estado de Sergipe. Querem transformar o Município de Japarutuba numa Camaçari da vida e o Município de Capela numa Serra Pelada.

O povo capelense se organizou, o povo capelense, muito pobre. Sessenta e quatro por cento da nossa população é pobre. É a única chance que a gente tem, Governador, de sair dessa miséria. É única chance que a gente tem, porque esses minérios estão lá embaixo do nosso subsolo. Se fosse uma distância longa, se houvesse uma explicação técnica, convincente: olha, o nosso subsolo não presta. Há problemas pedológicos, há problemas de construção. Há muitas vibrações na montagem dessa caldeira. Se fosse alguma explicação técnica de que não pode. E qualquer casa, qualquer planta, qualquer piscina, qualquer indústria pode ser deslocada 10 metros. Ela pode, sim. A não ser que haja um abismo muito grande, aquela areia movediça, quando a gente assistia àqueles filmes de Tarzan: olha, aqui não pode, porque vai afundar tudo. Não é lá o caso nosso.

Nós temos um solo tão bom, com todas as condições, próximos dez metros de distância. Uma área plana, uma área perfeitamente que dá para suportar toda essa fábrica. Melhor ainda: fica mais próximo da mina. Fica mais próximo de retirar a carnalita. Então, economicamente, é bem melhor a instalação no nosso Município.

Hoje nós temos lá uma rede hoteleira que suportaria todo esse contingente de engenheiros que viriam para cá, já Paratuba não tem um hotel, não tem um restaurante para você almoçar. Nós temos casas. A cidade está expandindo. É a maior cidade daquela região. No entanto, com tanta riqueza, querem transformar Capela numa Serra Pelada.

Então, a gente apela. Lá as portas, Dr. Murilo Ferreira, estão abertas. Entre até a cozinha. Vamos comer lá um cuscuz. Lá no Nordeste, a gente gosta muito de cuscuz com macaxeira e carne de sol. A gente sabe da importância desse empreendimento. Nós não somos contra isso. A gente só quer que se faça justiça.

Eu, como representante do povo capelense, com o movimento sem terra lá, a população de 33 mil habitantes. Não há uma pessoa, um capelense sequer que diga que isso tem que sair de lá do nosso Município e ir para o Município vizinho.

Eu tenho responsabilidade, como gestor, e fiz esta mesma pergunta ao Governador do Estado, num almoço que ele me ofereceu: Governador, se fosse entre Sergipe e Bahia, e Sergipe tivesse 80% desse minério, e a Bahia tivesse 20%, onde o senhor acha que deveria ser instalada a fábrica? Ele disse: eu iria defender o meu Estado. E eu estou aqui defendendo o meu Município.

**Eu queria uma explicação técnica**, primeiro, para saber por que o nosso subsolo é imprestável, porque não presta a instalação da fábrica ali no nosso subsolo. Depois de uma explicação tranquila, para eu dizer ao povo capelense, a gente vai ver as questões das divisões. Por exemplo, qual é o preço de transferência entre os estabelecimentos da mesma empresa? Nós temos lá no nosso Município apenas quatro fontes de receita, que é o FPM, o ISS, o Índice de Cota-Parte do ICMS e a CFEM. Esses são os únicos impostos que temos para sobreviver e manter o nosso Município funcionando precariamente. É um Município grande, está crescendo. E nós não vamos admitir ser um bolsão de pobreza enquanto Municípios vizinhos... Nós exportamos riqueza para os Municípios vizinhos e a gente fica sem nenhum tipo de riqueza, sem nenhuma explicação palpável.

Eu gosto muito de analisar papel. Estou me debruçando sobre esse assunto, na parte fiscal. Estamos abertos para conversar com o Dr. Octavio Bulcão, ver as questões para minimizar o sofrimento do povo capelense. A gente pode, Doutor, dividir dinheiro, mas o passivo ambiental fica com a gente! Os quinhentos e tantos poços que vão ser perfurados não se dividem. Esses ficam só com a gente. O dinheiro a gente pode dividir, estamos dispostos, não queremos atrasar o desenvolvimento de Sergipe, pelo contrário, a gente só quer que se faça justiça. Eu estaria sendo injusto se aceitasse essa condição; o povo capelense me colocaria na força.

Eu fui eleito para defender os interesses do meu Município e assim estou fazendo. Desculpem aqui, porque muita gente está dizendo: “Esse prefeito é um chato.” Não tem nada de chato aqui. A gente está defendendo os interesses e queremos justiça. A Vale ou a parte técnica mostrem e digam: Olha, não pode por causa disso, disso e disso. Agora só dizem que a decisão é técnica sem uma explicação lógica. Nós não vamos aceitar, nós vamos nos debruçar...

Temos consultoria para também nos auxiliar nesse ponto. Eu não sou um especialista nisto, mas estou aqui defendendo os interesses do meu Município. Estou disposto ao diálogo, principalmente com a Vale do Rio Doce, para discutirmos tecnicamente por que a fábrica não pode ser instalada a dez metros de distância? E também se disserem que não pode, vamos fazer a compensação financeira, porque não podemos continuar sendo apenas um exportador de riqueza para Municípios vizinhos. Não queremos. Capela não aceita ser uma serra pelada sergipana.

Era isso que eu tinha a dizer e agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Prefeito Ezequiel.

Olha, eu gostaria de ouvir, neste momento, até para fortalecer esclarecimentos que aqui foram dados anteriormente, o **Secretário de Estado da Fazenda de Sergipe, Secretário Jeferson Passos**, porque pela informação que aqui foi dada a fábrica não ficará em Capela e não ficará em Japaratuba, ficará entre os dois Municípios, sobre a fronteira dos dois Municípios.

**Então, do ponto de vista fiscal, qual garantia Capela tem? Qual garantia Japaratuba tem? De que os dois Municípios terão assegurados o ICMS que é devido aos dois Municípios.**

Está é a pergunta fundamental que nós gostaríamos de ouvir de V. Ex<sup>a</sup>, Dr. Jeferson Passos. E já lhe agradeço.

**O SR. JEFERSON PASSOS** – Bom dia a todos.

Bom Senador, essa discussão acerca da repartição dos tributos já vem há algum tempo e algumas situações foram estudadas anteriormente; situações que previam alteração da legislação estadual do ICMS. Mas no entender do Município de Capela, essas alterações inicialmente propostas não davam necessária segurança jurídica.

Então, em conjunto com a Vale, nós discutimos a possibilidade de estabelecer comercialização do produto extraído em cada um dos Municípios no próprio Município. E por que isso? No intuito de assegurar que o fato gerador do ICMS, que é a comercialização do produto, ocorra no Município onde ele foi extraído, produzido. Então, a carnalita extraída em Capela seria beneficiada na unidade industrial e comercializada no centro de distribuição localizado em Capela.

Como bem o Senhor falou, a planta está na divisa dos Municípios. A Vale não teria dificuldade em adequar a sua estrutura física de comercialização – os galpões de comprar, dessa comercialização – e segregar essa produção, até porque o volume produzido é base para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Então, é possível perfeitamente, sem maiores problemas, saber o quanto foi extraído, o quanto foi produzido e comercializado naquele centro de distribuição de Capela. Então, o valor adicionado gerado nessa comercialização iria para o Município de Capela. Da mesma forma no caso do Município de Japaratuba. Como as projeções apresentadas pela Vale ao Estado indicam que 71% da carnalita estão em Capela e 29% em Japaratuba, esse mecanismo garante essa proporcionalidade na divisão do ICMS.

O Governo do Estado, os técnicos da Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Fazenda se colocam à disposição para, havendo entendimento do Município de Capela, havendo entendimento da Vale, adequar a legislação para dar a necessária segurança jurídica, para evitar passivos fiscais, para assegurar os mecanismos de preços de transferência, como o Prefeito falou aqui. É importante ressaltar que essa transferência interna não pode gerar uma tributação adicional para a Vale. O empreendimento terá carga tributária normal, e o fato de essa mercadoria transitar de uma indústria para um centro de distribuição não poderia gerar uma nova tributação. Então, a garantia do Município de Capela de que irá receber o ICMS proporcional ao minério extraído no seu subsolo é a existência do centro de distribuição e a adoção do mecanismo de preço de transferência, que é um mecanismo que já existe na legislação estadual, mas, se houver entendimento dos tributaristas, das assessorias tanto da Vale quanto dos Municípios em relação à necessidade de adequação, o Governo do Estado está disposto a fazê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> os esclarecimentos.

Diante do esclarecimento do nosso Secretário da Fazenda, o Prefeito tem algo a acrescentar?

**O SR. EZEQUIEL FERREIRA** – Gostaríamos de marcar uma visita com os técnicos que são especialistas em direito tributário para ver... Certeza absoluta ninguém tem, porque cabeça de juiz... Às vezes, mudamos muito isso, mas pelo menos ter uma garantia de que os capelenses não vão ficar apenas com o passivo ambiental. Como está hoje consolidado, como está hoje posto, nós não vamos ficar com absolutamente nada ou com um quase nada, apenas com o passivo ambiental. Então, é importante que nós nos debrucemos. Não podemos tomar uma decisão assim rápida com uma coisa tão séria, uma coisa que é muito importante para o nosso Município.

**Há pessoas que têm condições de debater muito bem com o Dr. Jeferson aqui ou em Aracaju, para minimizar todas essas pendências jurídicas, fiscais, tributárias.**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem.

**O Deputado Mendonça Prado revelou interesse em falar.** Pode ser agora.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Vou franquear a palavra aos demais, claro.

Rapidamente. V. Ex<sup>a</sup> tem três minutos, com muito prazer.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, demais Senadores, Sr. Governador, Srs. Prefeitos, Sr. Presidente da Vale, primeiro, eu quero dizer que, como sergipano, também defendo a implantação da Vale, e nós queremos que V. S<sup>a</sup> e todos aqueles que fazem a Vale participem do desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado. Nós queremos recebê-los de braços abertos.

Quanto à implantação e à localização, eu tenho dito que essas discussões têm se dado de forma infrutífera, porque os aspectos técnicos que estão sendo aqui mencionados o foram em outras vezes, e nenhum dado novo chegou, como esse da ocorrência do fato gerador da arrecadação dos tributos. Isso já foi dito pelo Governador Jackson Barreto. E eu quero parabenizar o Governador Jackson Barreto, porque, desde o primeiro instante, ele tentou resolver essa contenda apresentando propostas para que haja proporcionalidade na distribuição dos recursos. E o advogado da Vale aqui, quando falou sobre fato gerador, disse claramente que a ocorrência se dá na distribuição, ou seja, no início da circulação da mercadoria. Talvez Capela esteja brigando por aquilo que não dá o dinheiro, talvez Capela esteja brigando aqui por aquilo que vai dar dinheiro ao Governo Federal, por ser indústria e pagar tributos ao Governo Federal. Os recursos do valor adicionado do ICMS estão na distribuição, Prefeito, como disse aqui o advogado tributarista. Ou eu estou equivocado? V. Ex<sup>a</sup> disse que a ocorrência do fato gerador se dá na transferência, ou seja, quando iniciar a circulação da mercadoria. Não é exatamente isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quando o bem circula, é que se dá o fato gerador.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Então, quando circula a mercadoria, ou seja, na circulação da mercadoria.

Quanto à degradação ambiental, parece-me que essa proporcionalidade também se dá...

Pois, não.

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – Entre os dois estabelecimentos, haveria, segundo o regulamento e a legislação, um fato gerador também. Entre estabelecimentos do mesmo titular.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Do mesmo titular. Mas a circulação de mercadoria se dá na distribuição. É quando vai haver um novo proprietário...

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – São dois fatos geradores. A legislação permite que haja uma tributação no mesmo titular, entre dois estabelecimentos.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Portanto, quem tiver a distribuição vai ter a arrecadação do adicional...

**O SR. OCTAVIO BULCÃO** – Se você colocar um valor adicional na transferência entre Capela e Japarutuba, esse valor seria capturado para fins de distribuição.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Exatamente. É isso que eu estou falando. Veio para corroborar a nossa tese.

O Prefeito contesta e eu sou um defensor de Capela, até porque fui votado por Capela. Mas eu não posso deixar de defender o Estado de Sergipe, porque eu estou preocupado com o que foi dito aqui pelo Presidente da Vale de retirar esse investimento do nosso Estado. E nós não podemos pagar essa conta. Eu não sei se fico

aqui feliz ou se fico triste com essa reunião que nós estamos criando. Acho até que isso deveria ter sido resolvido entre nós, no nosso Estado.

Agora, nós não podemos ficar de reunião em reunião, sem saber exatamente o que o Prefeito de Capela... Desculpe-me Ezequiel, eu estou do seu lado, mas não estou entendendo o que V. Exª pretende.

Na verdade, a riqueza do subsolo é da União. V. Exª está correto. Se há uma degradação de 70%, Capela será destinatária de 70%, porque é uma degradação ambiental e os *royalties* devem ir. É como acontece com o nosso petróleo. Sergipe explora petróleo e quem ganha dinheiro é quem tem a refinaria lá – a Bahia, Pernambuco, onde vai ter a refinaria. Mas nós não podemos impedir a Petrobras de se instalar no Estado de Sergipe, porque ela não está em Maruim, não está em Santo Amaro, não está em São Cristóvão, não está em Canindé do São Francisco.

Estou agora sem compreender essa situação, porque não podemos perder a Vale, não!

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Precisamos que Capela receba proporcionalmente. O Governador está fazendo essa proposta e eu quero entender agora o que Capela está perdendo nessa situação. Acho que está perdendo se perder o centro distribuidor. Aí Capela vai perder, porque não vai ter o ICMS. E Capela perderá se não tiver a indenização em função da degradação ambiental – e o senhor está corretíssimo –, como todos nós temos no Estado, em função da exploração do petróleo. Nós não recebemos os *royalties*?

E o que é mais grave, quanto à distribuição dos *royalties*, a Câmara e o Senado já aprovaram que agora será uma distribuição igualitária para o Brasil inteiro, o que deverá acontecer com os outros minérios em breve.

Então, acho que temos de fazer uma política inteligente para não perder o investimento para o nosso Estado como um todo. Essa alteração de legislação pode acontecer a qualquer momento.

Sobre o ISS, são os dois Municípios que legislam; sobre o ICMS, é o Confaz e o Estado que legisla. O Governador está aqui se comprometendo.

E eu realmente gostaria muito que fosse instalado tudo no Município de Capela...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – ...porque sou votado lá.

Mas nós temos que analisar os aspectos técnicos.

Eu queria saber, Senador Antonio Carlos Valadares, o que é exatamente que o Prefeito Ezequiel quer. Ele tem de dizer “Eu quero isso: que a ocorrência do fato gerador se dê em determinado lugar.” Eu quero um esclarecimento!

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Para esclarecer.

Eu gostaria de dizer a todos que existe a Súmula de nº 166, do STJ, que diz o seguinte: “Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.”

Isso significa dizer que, à luz dessas regras, temos, no caso concreto, que, havendo extração mineral no território do Município de Capela, seguida, por exemplo, de transporte, portanto de circulação de produto para fora do Município, haverá fato gerador do ICMS.

Sim.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Essa decisão eu acho que é do Ministro Fux, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Aqui não diz. É do STJ.

Então, na verdade, o seguinte...

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – A ocorrência do fato gerador do ICMS.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O ICMS. Veja, se o minério é produzido no Município de Capela, tem lá um centro de distribuição. Se ele for para qualquer outro lugar, já houve o fato gerador e Capela não será prejudicada.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Sr. Senador, permita-me. Acho que está havendo um equívoco na interpretação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu gostaria de ouvir o Secretário da Fazenda, para que ele interprete, à luz do direito, o que disse aqui o STJ.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Um momento, Deputado.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Está equivocado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu gostaria de ouvir, do Secretário da Fazenda, sobre: “Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.”

**O SR. JEFERSON PASSOS** – Sr. Presidente, temos duas questões envolvidas, em relação a ICMS, é importante que se entenda. Temos uma relativa ao pagamento do tributo, que esse é o pagamento que será feito pela Vale, a Vale vai pagar o ICMS sobre o minério que ela comercializar. E é importante que, qualquer que seja a solução que venha a ser encontrada do Estado junto com os Municípios, essa carga tributária não aumente, e permaneça a carga tributária atual, ou seja, não vamos onerar o empreendimento com a solução.

O segundo aspecto é o do valor adicionado, que não é imposto, é o valor adicionado que o Município recebe e que serve para a definição do índice de participação dele no ICMS do Estado. O advogado da Vale citou aqui a questão do preço de transferência, e é essa a confusão. Existe a possibilidade de cobrar o ICMS pela transferência interna – existe a possibilidade –, e aí teríamos um fato gerador e uma cobrança de imposto.

O que estamos dizendo é que, nessa situação da Vale, o Governo do Estado de Sergipe, a legislação do Estado de Sergipe, o regulamento do ICMS prevê a possibilidade da isenção no preço de transferência, de não cobrança do tributo, numa operação interna do mesmo contribuinte, ou seja, a Vale, ao transferir o potássio da mina para o centro de distribuição, não pagará imposto. Então, estamos falando do pagamento do imposto, e a não cobrança do ICMS, na transferência interna de estabelecimento de um mesmo produtor, Vale do Rio Doce, no caso, não sofrerá a tributação. No entanto, essa transferência gera valor adicionado.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Isso, isso que eu queria que ele explicasse.

**O SR. JEFERSON PASSOS** – Porque a distribuição vai ser feita por Municípios. Então, não gerará imposto, mas gerará valor adicionado. Ou seja, o Município que comercializar potássio...

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Não gera bitributação, isso é que eu queria que o nosso Secretário explicasse.

**O SR. JEFERSON PASSOS** – O importante é que Capela receberá o valor adicionado da comercialização de 71% da carnalita produzida, extraída do seu subsolo. E Japaratuba, 29%.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, meu Secretário. Agora, o nosso Presidente da Vale, Murilo Ferreira, tem uma viagem marcada para um compromisso inadiável, no Rio de Janeiro, mas, antes, ele gostaria de se despedir e afirmar que os técnicos da Vale vão ficar aqui conosco. Daqui a pouco, vamos, depois dos debates, encerrar esta reunião e, certamente, o Governador marcará outra com os prefeitos municipais visando à preparação de toda uma documentação, para dar segurança jurídica do recebimento, por cada Município, do ICMS devido. Isso é que precisa ser garantido.

Esta reunião foi muito boa, porque discutimos os vários aspectos da instalação da fábrica, da localização, e uma coisa nova aconteceu aqui: é que a fábrica não está localizada unicamente em Japaratuba, como eu pensava – acho que o Prefeito também pensava assim, o Governador já sabia.

**O SR. EZEQUIEL FERREIRA LEITE NETO** – Eu não ouvi isso da Vale, não. Eu não ouvi isso da Vale.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Aqui foi demonstrado, através de um mapa fornecido por uma instituição representativa da União, do IBGE, que demonstra, por a mais b, que a localização da fábrica não é em Japaratuba, é nos dois Municípios. Então, surgiu um fato novo que vai estimular o entendimento e um acordo, e isso só pode ser feito no Estado de Sergipe, não é aqui.

**O SR. MENDONÇA PRADO** (DEM - SE) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Vai ser feito no Estado de Sergipe, com a participação do Secretário da Fazenda, do Governador – e dos secretários que ele governar – e dos Prefeitos municipais. E a Vale está ali para fazer a produção do potássio, do minério para a produção de potássio. E os Municípios querem receber o ICMS. Isso é o que precisa ficar garantido.

Com a palavra, nosso Presidente.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Senador, eu queria agradecer imensamente a forma como fui recebido aqui. Sou muito grato pela forma tão carinhosa e as manifestações à Vale e aos meus colegas da Vale, a todo o corpo funcional da Vale, pessoas que investiram tanto na construção dessa tecnologia. Nossos pesquisadores que trabalharam tanto para termos essa tecnologia.

Antes de deixar a reunião, gostaria de dizer que foram mencionados os problemas sociais, os passivos sociais. Eu participei de uma geração que passou muitos problemas em meu País, mas tive uma grande felicidade que foi o dia em que as pessoas elegeram os Constituintes, aqueles que fizeram a Constituição a partir do voto, exclusivamente com esse objetivo. Eu carrego a Constituição no meu coração, antes de no meu bolso. Lembro-me muito bem do esforço que foi feito para que o Estado não privatizasse a educação, a saúde, a segurança pública. Portanto, quero lembrar que passivos sociais são de responsabilidade do Estado e foram definidos pelos próprios Constituintes que assim o fosse. Mas nós temos nossas responsabilidades como empresa privada.

Tenho muito orgulho de passar a informação que darei a vocês. Em Minas Gerais, dos dez Municípios com melhor IDH (não estou falando índice que represente concentração de riqueza, mas falo de IDH), oito são Municípios mineradores. Oito! Então, como falar em passivos sociais se um número como esse é tão contundente. Alguém talvez conheça, no Estado do Pará, Parauapebas, e sabe o que virou aquela cidade com o desenvolvimento da mina de Carajás.

Também causou-me perplexidade ouvir sobre passivos ambientais, quando o próprio Chico Cisne falou aqui que nós vamos injetar – pretendíamos, no passado, é bom deixar claro – nitrogênio exatamente para não usar óleo e obter uma poluição nula em termos de passivos ambientais. Mas isso foi ignorado.

Espero que os técnicos e as pessoas consigam terminar esse diálogo da forma mais apropriada possível, inclusive nos aspectos fiscais. Lamento que nós tenhamos chegado a esse impasse, mas eu quero assegurar aos sergipanos: A Vale não será obstáculo. A Vale teve muito prazer em desenvolver essa tecnologia para que o povo de Sergipe possa dela usufruir, no futuro, quando assim for decidido pelas autoridades.

Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Presidente.

O Governador Jackson Barreto deseja dar uma palavrinha.

**O SR. JACKSON BARRETO** – Dr. Murilo, antes de sua saída, eu gostaria de reiterar aqui nosso apelo. Sei e consigo avaliar o sentimento que o move neste momento. Mas eu quero reafirmar esse compromisso e essa vontade expressa do povo sergipano. Nós vamos encontrar uma saída e eu espero a compreensão do Prefeito Ezequiel e faço e renovo um apelo. Sua última frase é de que, no dia 28 de fevereiro, estaria desmobilizando o projeto. Eu lhe faço apelo em nome de Sergipe e do Brasil. Nós encontraremos, até lá, essa solução, com as análises técnicas, com a paciência que nós temos, com a boa vontade de todos, porque nós, homens públicos de Sergipe, não podemos passar um atestado de incompetência de nos darmos ao luxo de um Estado pobre como Sergipe perder um investimento desse tamanho, e de contribuir para não ver desenvolvido nosso Estado e obtida a nossa independência nacional.

Peço ao senhor, apesar de toda essa discussão, que saia daqui não com a imagem totalmente negativa dessa busca empreendida pelo Senador Valadares para o entendimento.

Eu acredito que esse entendimento sairá, que a Vale continuará o projeto Carnalita e que Sergipe não perderá essa oportunidade.

Desejo-lhe uma feliz viagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Senador Eduardo Amorim deseja fazer uma homenagem ao nosso Presidente Murilo Ferreira.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes de o Presidente sair, eu conversava, de vez em quando, aqui, com o Presidente, fazia alguns questionamentos. Volto a reiterar, a reforçar: essa empresa, Presidente, não é só dos acionistas, é orgulho nacional.

Sei que o senhor também enfrenta muitas outras questões, dificuldades. Isso é comum. Isso é normal, mas não podemos, de forma nenhuma, perder um projeto como esse – não só Sergipe, mas também o Brasil.

O que a Vale fez buscando outra tecnologia foi uma ousadia mundial, ou seja, desenvolveu um projeto buscando outra apresentação do mineral, do potássio da natureza, que é a forma carnalita e não o cloreto simplesmente, uma forma mais difícil, menos econômica, para transformar isso em algo altamente comercial e econômico.

Digo que estou sensibilizado – conversava aqui com o senhor – com suas palavras. E volto a dizer, a reforçar o pedido que o Sr. Governador Jackson fez: não desmobilize.

Espero que realmente se busque aqui o consenso, uma ideia, que se façam as compensações fiscais necessárias. Isso é normal, não é a primeira dificuldade que o senhor vai encontrar – também, não é todo dia que se encontra, realmente, uma fábrica entre os dois limites de cada Município. Mas esse projeto direciona o nosso País – ainda um País agrícola, como o senhor bem apresentou ali. Mais do que o minério de ferro, a agricultura é forte na nossa economia, sobretudo no setor exportador.

Isso também me orgulha. O povo brasileiro vai alimentar o mundo inteiro, praticamente. E isso passa, realmente, pelas mãos dos operários da Vale, na sua expressão do fertilizante, do potássio e de outros ingredientes.

Então, Presidente, esse é um projeto que, com certeza, vai na direção de buscarmos a autossuficiência, a independência proclamada há quase 200 anos. O nosso País está, agora, realmente, no caminho da produção de alimentos e de fertilizantes.

Então, mais uma vez, não podemos desistir disso. Não desmobilize. Não podemos desmobilizar. E não queremos a tecnologia, não. A tecnologia tem de ficar com a Vale, porque hoje, realmente, é uma tecnologia em que a Vale gastou e investiu, para chegar a esse caminho.

Queremos, sim, que a Vale explore e busque; e que ajude o povo brasileiro a buscar essa autossuficiência, que – volto a dizer – é uma questão até de segurança nacional.

Obrigado, Presidente, por sua presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu queria...

Agradeço a V. Exª, Vice-Presidente.

**Presidente, um minuto. Eu gostaria de anunciar o seguinte, logo após o término desta reunião, antes da reunião que vai ser feita em Sergipe, definidora dos compromissos do Governo do Estado com o Prefeito de Capela e com o Prefeito de Japaratuba, vamos fazer uma reunião privada, aqui, daqui a pouco, com o Governador, com os Secretários do Governador, com os dois representantes da Vale e também com os assessores do Prefeito. É uma reunião, na verdade, que vai ser preparatória para as definições que vão acontecer no Estado de Sergipe.**

Concedo a palavra rapidamente ao **Deputado Federal Márcio Macedo** e, em seguida, a João Alves, para fazer uma saudação ao Presidente.

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (PT - SE) – Quero abraçar o Senador Valadares...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero que o Presidente saia daqui

### **PARTE 3**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero que o presidente saia daqui certo de que, nas nossas comissões, os nossos Deputados e Senadores consideram V. Sª, a sua empresa. O povo sergipano ama a Vale. E V. Sª pode dizer o seguinte: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”.

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (PT - SE) – Quero cumprimentar o Senador Valadares, o Governador Jackson e, em nome deles, abraçar todos os companheiros e amigos de Sergipe que aqui estão.

Presidente, eu queria me dirigir a V. Sª, porque eu fui um daqueles que acompanhou esse processo do início e o esforço do Governador Marcelo Déda para que esse projeto virasse uma realidade. E tenho acompanhado o esforço de toda a bancada de Sergipe e, em especial, do Governador Jackson para que esse projeto possa ser viabilizado.

Quero dizer a V. Sª que esse projeto é fundamental para o presente e, sobretudo, para o futuro de Sergipe, para o nosso povo e para a nossa gente. A geração de emprego, o desenvolvimento, o polo que se vai gerar naquela região é fundamental para Sergipe, em especial para o povo de Japaratuba e para o povo de Capela.

Estamos aqui, todos nós, fazendo um apelo para que V. Sª possa aguardar um pouco mais, até o dia 28, para que o Estado de Sergipe possa tomar essa decisão de receber a Vale. V. Sª é muito bem-vindo ao nosso Estado com a Vale, porque nós sabemos da importância desse projeto para o nosso Estado e para a nossa gente.

Queria dizer também que esta reunião foi bastante esclarecedora. As dúvidas que eu tinha todas foram tiradas aqui, as lacunas foram preenchidas. Por quê? Foi colocado aqui, objetivamente, mostrando no mapa, que a planta ficará nos dois Municípios; será do Brasil, de Sergipe, e de Capela e Japaratuba. Foi dada a garantia, aqui, da assessoria jurídica da Vale, de que vai cumprir, juridicamente, a política da pró-personalidade, definida pela legislação. O Governador Jackson fez um apelo aos Deputados Estaduais aqui presentes de que quer buscar, junto com a Assembleia Legislativa, a segurança jurídica necessária para que os Prefeitos Ezequiel e Hélio possam ter tranquilidade para dialogar com a sua gente.

Então, acho que a única coisa que podemos perder agora, Ezequiel, aqui, é a oportunidade de escrever um capítulo importante da história de Sergipe e da história do Brasil. Então, espero que possamos botar a mão na consciência e resolver esse problema, que é bom para Sergipe e bom para o Brasil.

**O SR. MURILO FERREIRA** – Só para responder ao Governador, ao Senador, ao senhor, vou aguardar o resultado dessa reunião que vocês terão posteriormente, que foi anunciada, e vamos, então, ser atualizados disso para ver quais os próximos passos.

Muito obrigado pela atenção de vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Prefeito João Alves.

Prefeito João Alves, antes de V. Exª... Foi governador do Estado, trabalhou pelos minérios, como nós trabalhamos. Augusto Franco, João Alves, Valadares, trabalhamos muito juntos pela exploração dos nossos minérios.

Com a palavra o Prefeito João Alves.

**O SR. JOÃO ALVES** – Eu gostaria de saudar o Governador Jackson Barreto; o Senador Valadares, e, saudando-o, estou saudando a todos os Parlamentares – peço permissão –; e saudar os dois prefeitos aqui, o de Japaratuba e o de Capela.

Eu queria apenas fazer uma ponderação, presidente. O Senador Valadares, gentilmente, pediu-me para fazer uma saudação. Eu prefiro, se V. Sª não se importunar, contar o seguinte: conheço profundamente a his-

tória da Vale no meu Estado. Por quê? Porque houve um fato importante, de definição para a Vale e para explorar a silvinita.

O presidente da Vale, na época, estava estudando, porque havia uma ameaça do Presidente que tinha tomado posse de fechar a Vale. Fechar a Vale, não; fechar a mina de silvinita. Era explorada pela Petromisa, e ele dizia, o Presidente de então – prometeu na campanha –, que ia transformar o acesso ao túnel, e isso traumatizou todos nós. Quando o Presidente assumiu, eu fui, com o Senador Albano, o então Senador Albano Franco, porque, levando em conta, primeiro, que eu tinha uma aproximação muito grande com o presidente, pessoal, de amizade, e o Senador Albano Franco também o tinha, então, chamei-o, para nós, juntos, falarmos com ele.

Foi um momento difícil porque a Vale já estava, informalmente – naquela época era estatal – trabalhando em Sergipe e chegou à conclusão de que a silvinita e a mina que estava lá eram altamente viáveis, e ele assegurava isso. Mas ele não queria, ele não tinha condições políticas de tratar com o presidente, até pela intransigência dele.

Bom, fomos eu e o Senador Albano Franco, conversamos com o Senador – isso foi um obstáculo enorme para a ida da Vale, que impossibilitava –, conversamos com o Presidente, e foi uma conversa difícil porque ele estava defendendo a privatização e tamponar a mina da fábrica, “o que é um absurdo”, e ele tinha pregado isso na campanha.

Então, depois de uma conversa muito difícil – lembro-me bem, ele com um charutão –, nós conseguimos que ele aceitasse que a Vale... Para ele, ele quebrou um pacto imenso, que era permitir que a Petromisa fosse absorvida pela Vale. Isso fomos nós.

Mas, permita-me, porque isso é importante, mostrando que não é a primeira vez que a Vale enfrenta problema lá. Conseguimos isso, a Vale se instalou em Sergipe, conseguiu incorporar a mina de Petromisa, que não fechou, e aí começa a exploração, que foi muito bem-sucedida.

Chegou a um determinado ano, quando, no meio das...

Não, eu queria mostrar que não é a primeira dificuldade que a Vale encontra lá e vence, com a ajuda dos sergipanos.

Vem a questão, posteriormente, da possibilidade de a Vale gerir o porto de Sergipe. O Presidente Sarney colocou, assim, de forma excepcional, porque não havia precedente àquela época, que a concessão seria do Governo de Sergipe, não da Portobras. Enfrentamos manifestações. O meu enterro foi feito.

Presidente, o senhor me desculpe, mas nunca estive – fui governador três vezes – numa reunião em que estivessem tantas autoridades de Sergipe, porque isso é vital para Sergipe.

Então, outra luta. A Portobras não se curvou e trouxe manifestantes do Brasil inteiro – o Senador Valadares deve se lembrar disso –, manifestantes do Brasil inteiro para proibir aqui. E eu me mantive firme.

No dia, a inauguração do porto foi precedida, devido a uma afirmação da Portobras, por centenas de manifestantes. Queriam impedir e eu tive que usar, naquele momento, o poder do Governo: eu fiz uma fila polonesa de soldados para proibir, independentemente de ficar mal com os sindicatos. Conseguimos. Inauguramos e não houve um incidente.

Vem aí uma terceira dificuldade, um terceiro fato – eu estou contando isso porque é importante –, a carnalita. Senador Valadares, Governador Jackson Barreto, a Vale não tinha ainda o *know-how* – era importante esse *know-how* –, mas a pesquisa inicial, que mostrou que a exploração da carnalita era viável em laboratório, foi feita pelos técnicos da Codise. E, aí, eu levei, claro, procurei o presidente da Vale e disse: “Olha, nós não temos nenhuma condição de fazer a exploração em campo: não temos capital nem temos *know-how*; então, queremos disponibilizar.”

Disponibilizamos e acompanhamos.

Então, essa dificuldade que nós estamos tendo agora, todos nós que somos políticos, interessados em Sergipe – interessadíssimos –, está próxima de uma solução. O senhor é o técnico e naturalmente gosta, como um bom empresário, das soluções bem objetivas. Esse empresário resolveria essa discussão em uma hora. Agora, eu tenho certeza, por todos os indícios aqui, que vão chegar a uma conclusão. O prefeito de Capela não vai querer levar o ônus de ter prejudicado o Estado de Sergipe, porque não há um investimento mais alto, com exceção da Petrobras, do que esse empreendimento de que estamos falando agora.

Então, o prefeito de Capela, também um empresário, um empresário vitorioso, está defendendo o seu Município, mas eu acho que aqui foram colocadas posições que podem nos levar a uma solução rápida, especialmente porque o Governador Jackson Barreto já colocou tudo o que pode fazer, já com a Assembleia Legislativa e a equalização da distribuição dos impostos. Então, vamos chegar a um entendimento. Então, eu faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez, porque eu participei de três momentos cruciais da Vale. Consegui viabilizar a ida da Vale, como governador. Consegui viabilizar o porto de Sergipe para a Vale, com todos os obstáculos que queriam. E conseguimos, não fui eu, os técnicos da Codise, encontrar uma fórmula em nível de laboratório de

viabilizar a carnalita. Em nível de laboratório. Nós não tínhamos condição nenhuma de campo. Levamos para a Vale. Houve uma certa resistência dos técnicos, porque era aquela solução. Não tinha sido testada no campo. Foi aí que iniciou a aprovação da carnalita. Então, chega um momento desse: nós vamos perder a carnalita? Não, Presidente. Da mesma forma que nós vencemos outros obstáculos difíceis para a Vale, vamos vencer esse, porque, da mesma forma, os sergipanos estão unidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Prefeito. Obrigado por sua participação. O Presidente deseja se locomover para o Rio de Janeiro.

Eu gostaria de **anunciar aqui que se encontram presentes também Gláucia Amélia Andrade, diretora da Anadep, defensora pública; Nitinho, secretário do Município; Zezinho Guimarães, nosso Deputado Estadual; José Arinaldo, prefeito de Frei Paulo; e o advogado Manoel Cacho, grande homem público de Sergipe.**

Se eu esqueci alguém, por favor me perdoem. Agora, vamos encerrar a reunião. E vamos fazer, com a presença do Governador, aqui ao lado, uma reunião com a participação dos representantes da Vale, o Dr. Chico Cisne. A Dr<sup>a</sup> Selma está aí? Já foi. E o advogado, Dr. Otávio Cisne, presente. Os dois prefeitos municipais envolvidos nessa questão, os secretários do governo, Zezinho Sobral e o secretário Jeferson Passos. Pelo menos um representante da Assembleia Legislativa, não é? Vocês aí se reúnam. O mais velho, quem é? O mais velho é Venâncio, representante da Assembleia Legislativa, participando desta reunião. E pelo menos um Deputado Federal. Os dois Senadores.

Encerrada a reunião...

Antes de encerrar, quero agradecer a todos. Foi uma reunião construtiva, produtiva, vai dar resultados altamente favoráveis.

Os Senadores e Senadoras que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Encerrada a reunião e convocada outra para a próxima semana, na hora regimental.

*(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)*

## SECRETARIA DE COMISSÕES

### COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2014.**

Às sete horas e cinquenta e seis minutos do dia 13 de fevereiro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **BENEDITO DE LIRA e ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL, CLÉSIO ANDRADE, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA e BLAIRO MAGGI** e do Deputado **VALDIR COLATTO (PMDB/SC)**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, comunica o recebimento do Ofício nº 35, de 2014, subscrito pela Sr<sup>a</sup> Edwiges de Oliveira Cardoso, Chefe de Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, pelo qual encaminha mensagem do Sr. Dykson Henrique Silva, sobre a questão agrícola da Nova Zelândia; e traz ao conhecimento da Comissão sobre a questão que tem prejudicado muito as atividades cotidianas dos agricultores de Rondônia: a restrição ao uso de veículos conhecidos como jericos no meio rural do Estado. O Senador Acir Gurgacz passa a presidência da reunião ao Senador Benedito de Lira que dá início à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 2, de 2014, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 06.02.2014, com a finalidade de debater as providências e encaminhamentos visando à implantação do Sistema Nacional Cadastro Ambiental Rural, a integração entre o Governo Federal e os Estados para a aplicação deste instrumento de registro de informações ambientais previsto no Código Florestal Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Paulo Guilherme Francisco Cabral** - Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; Sr. **João Cruz Reis Filho** - Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento– **MAPA**; Sr. **Gilman Viana Rodrigues** - Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; Sr. **Marco**

**Olívio Morato de Oliveira** - Analista Técnico Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras – **OCB**; Sr. **Arquimedes Ernesto Longo** - Coordenador da Coordenadoria de Geociências da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental do Governo de Rondônia - **SEDAM**. Após a exposição dos senhores convidados, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Jayme Campos e Ruben Figueiró e o Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC). O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, acolhe a sugestão do Senador Waldemir Moka de agendamento de audiência com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico o recebimento do Ofício nº 35, de 2014, datado de 3 de fevereiro do corrente ano, subscrito pela Srª Edwiges de Oliveira Cardoso, Chefe de Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, que encaminha mensagem do Sr. Dykson Henrique Silva, que passo a ler, saudando e cumprimentando a nossa colega, sempre cedo na nossa Comissão, Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS. Fora do microfone.) – Solidária aos produtores de leite.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com certeza, aos agricultores em geral, Senadora.

O ofício diz o seguinte:

A S. Exª Sr. Eduardo Suplicy, Senador da República.

Ex<sup>mo</sup> Senador, volto a escrever ao senhor, pois é um Senador atuante na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Então, gostaria de sugerir alguns pontos que me chamam muita atenção no que diz respeito à questão agrícola da Nova Zelândia.

Há certo tempo enviei uma correspondência à Embaixada da Nova Zelândia, uma carta, e, gentilmente, os servidores me enviaram material sobre o país. Fiquei muito surpreso e entusiasmado com a excelência do país no quesito inovação e na agricultura. Gostaria de expor alguns pontos que me chamaram a atenção.

Um dos pontos fortes da Nova Zelândia é sua tecnologia agrícola, particularmente em sistemas de pasto, horticultura e produção de vinho. Existem consideráveis oportunidades para uma parceria entre inovação tecnológica da Nova Zelândia e a tecnologia e capacidade produtiva do Brasil, com potencial para gerar melhores resultados para ambos os países. Trabalhando com parceiros internacionais como o Brasil, a Nova Zelândia pode agregar valor substancial a sistemas de produção e cadeias produtivas, incluindo áreas como armazenamento, transporte, controle de qualidade, tecnologia ambiental e comercialização.

O Brasil e a Nova Zelândia têm muito o que aprender um com o outro em termos de expertise agrícola, envolvendo pesquisa, treinamento técnico e desenvolvimento comercial.

A Nova Zelândia oferece tecnologia de alto nível, por exemplo, por meio da venda de equipamentos de rádios criptografados para vários departamentos policiais e outros organismos governamentais brasileiros, além de outras soluções industriais e inovação.

Além disso, empresas brasileiras já demonstraram interesse em investir na Nova Zelândia. Em junho, de 2010, a Nova Zelândia concedeu à Petrobras uma permissão de cinco anos para prospecção de petróleo na costa leste da Ilha no Norte do país, em uma região de 12.333 quilômetros quadrados. O investimento que a Petrobras fará no local leva as relações econômicas entre Nova Zelândia e Brasil a um novo patamar.

O estabelecimento de relações estratégicas de longo prazo entre empresas neozelandesas e brasileiras em tecnologia agrícola e no agronegócio pode-se tornar vital para que possamos vencer o desafio de alimentar a crescente população global. Estima-se que a produção mundial de alimentos terá de crescer 50% até 2030.

Diante do exposto, Ex<sup>mo</sup> Senador, sugeriria que o Senado Federal encaminhasse ou iniciasse debate sobre os temas expostos. [...]

Seria de muita valia se o Senado Federal discutisse essas questões. Assim, como se esse debate ocorre, gostaria de participar. Por esse motivo, envio esta carta a V. Ex<sup>a</sup>. [...]

Dykson Henrique do Nascimento Silva

Agradeço a carta enviada pelo Dykson.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, agradeço a oportunidade dada pelo nosso Presidente Benedito de Lira.

Faço uma menção, senhoras e senhores, sobre a questão que tem prejudicado muito as atividades cotidianas dos agricultores de Rondônia: a restrição ao uso de veículos conhecidos como jericos no meio rural do nosso Estado.

Esses jericos são veículos de construção artesanal dos nossos agricultores, com motor estacionário, usado no transporte, mas também na irrigação, na trilhagem de mantimentos e na geração de energia elétrica. É um veículo adaptado para o serviço bruto na lavoura e já se tornou tradicional em Rondônia, a ponto de termos em Alto Paraíso, Município da região do Vale do Jamari, a Corrida Nacional de Jericos.

No início desta semana, estive no Denatran solicitando o enquadramento do jericico como veículo artesanal agrícola, para que ele possa ser enquadrado em normas que possibilitem o livre trânsito e a utilização desses veículos nas áreas rurais e nos Municípios rurais. Nosso pleito foi atendido pelo Coordenador de Infraestrutura do Denatran, Dr. Milton Walter Frantz, que se comprometeu a encaminhar uma solução para esse problema dos nossos agricultores, com o devido enquadramento do jericico como equipamento agrícola.

Com isso, pretendemos que os nossos agricultores circulem pela área rural e ruas de nossas cidades rurais, bem como possam continuar praticando ou participando legalmente da Corrida Nacional de Jericos em Alto Paraíso.

Essa competição, que ocorre pelo 13º ano consecutivo, reúne agricultores de toda Amazônia e da região central, do Centro-Oeste, visto que, nos últimos anos, recebemos também agricultores competidores do Mato Grosso, de Goiás e do Tocantins, que participam dessa corrida que já ficou conhecida como a Fórmula 1 da Amazônia, visto que é disputada pelos jericos em pista de terra e com muita lama.

Este ano, a competição e a Festa do Jerico ocorrem neste final de semana, em Alto Paraíso. A abertura da festa ocorre hoje, dia 13, e as competições ocorrem no sábado e no domingo. Este ano, além da competição, os organizadores prepararam uma agenda cultural e algumas atividades sociais para mostrar o potencial econômico do Município e da região, que possuem na agricultura a principal atividade.

Fica aqui o meu abraço ao Prefeito Alan Gonçalves Barbosa e a toda população de Alto Paraíso e região, que comemora hoje, dia 13 de fevereiro, 22 anos de emancipação político-administrativa, com quem terei oportunidade de confraternizar neste domingo. Fica aqui também o convite para que todos os rondonienses possam participar desta grandiosa festa, a Festa do Jerico, em Alto Paraíso.

Convido o Presidente Benedito de Lira para assumir o seu posto e iniciar a nossa audiência pública, que será sobre o Cadastro Ambiental Rural, o CAR, uma audiência da maior importância para os nossos agricultores.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado.

Dando continuidade à reunião de hoje, informo que esta reunião tem como finalidade realizar audiência pública para debater as providências e encaminhamentos visando à implantação do Sistema Nacional Cadastro Ambiental Rural, a integração entre o Governo Federal e os Estados para a aplicação deste instrumento de registro de informações ambientais previsto no Código Florestal Brasileiro.

O requerimento para a realização desta audiência é de autoria de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Acir Gurgacz.

Bom dia, Senador Moka!

Passamos a chamar os nossos convidados para tomarem assento à mesa.

Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Sr. João Cruz Reis Filho, Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil; Sr. Marco Olivio Morato de Oliveira, Analista Técnico Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras; e Arquimedes Ernesto Longo, Coordenador de Geociências da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia.

Composta a Mesa, vamos estabelecer o tempo para cada um dos nossos convidados, para que façam as suas apresentações. O prazo será de 15 minutos. Logo após, abriremos o debate.

Concedo a palavra, para sua apresentação e palestra, para que dê as informações de que a Comissão necessita, ao Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Obrigado, Senador. Agradeço o convite e parabênizo o Senado, a Comissão de Agricultura por estar promovendo este evento, especialmente o Senador Acir Gurgacz.

cz, autor desse pedido. Acredito que será uma oportunidade muito boa, como têm sido todos os diálogos em que o Senado e a Câmara Federal nos convidam para vir apresentar e discutir temas relativos à implementação do Código Florestal, especialmente o Cadastro Ambiental Rural.

Parte da atribuição dada ao Ministério do Meio Ambiente é exercida pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, junto com outros órgãos do próprio Ministério e do Ibama, o que é feito também de forma compartilhada com outros Ministérios, especialmente o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. É uma oportunidade, então, para a gente esclarecer a situação atual da implementação do cadastro e para ficar à disposição dos Srs. Senadores e da Senadora Ana Amélia para discutir os temas aqui colocados.

Vou-me ater especificamente ao tema desta audiência, que é discutir exatamente a implementação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural e a integração entre o Governo Federal e os demais entes federados, os Estados.

Como é sabido, foi estabelecido pela Lei nº 2.651 que a atribuição, a competência para implementar o Cadastro Ambiental Rural, foi confiada aos Estados e Municípios preferencialmente. Foi essa a palavra que a lei trouxe. E cabe à União dar todo o apoio e fazer a integração dessas informações para ter um banco de dados, um sistema nacional, que é o que estamos de fato implementando.

Para começar, todos os que conhecem bem a realidade da agricultura brasileira sabem o tamanho do desafio que é o cadastramento em dois anos, como foi estabelecido por lei, para mais de 2 milhões de imóveis rurais. Esse número, inclusive, o próprio Cadastro Ambiental Rural é quem vai confirmar, porque nós estamos tratando aqui tanto de imóveis regularizados como também de postos rurais, de forma que, a partir de uma imagem de satélite de cobertura nacional, nós teremos condições exatas de precisar onde está cada um desses imóveis, qual é a situação. Isso trará um benefício muito grande ao produtor, segurança jurídica, porque ele terá confirmada a regularidade ou seu processo de regularização ambiental do seu imóvel.

Aqui está um desenho esquemático que a minha equipe da Secretaria desenvolveu, que é por onde eu vou apresentar os temas aqui colocados. Nós temos várias áreas, vários temas aí relacionados, um arranjo muito grande de ações, de iniciativas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Governo e também nos Governos estaduais para dar conta de todo esse processo. Isso passa pelo próprio desenvolvimento do sistema, aquisição e disponibilização de imagem de satélite, capacitação de servidores, de produtores, pelo próprio arranjo institucional, que também foi um passo fundamental para aproximar e comprometer todos os envolvidos.

Durante esse período inicial de implementação do Código Florestal, nós nos debruçamos muito nisto, Senador Moka: em estar, de fato, criando uma parceria efetiva tanto com os órgãos de Governo, o que já deveria existir, mas é uma necessidade premente por conta da implementação do Código, como também com os produtores. Hoje temos um diálogo efetivo, próximo com os produtores para tratar da implementação do cadastro e dos outros dispositivos, dos outros artigos dispostos no Código, tanto que amanhã, por exemplo, nós temos uma reunião, mais uma reunião do grupo de trabalho de acompanhamento da implementação do Código Florestal, que foi criado pela Ministra Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, com participação ampla de setores do Governo, tanto federal quanto estadual, e também dos produtores.

Nós temos uma situação inovadora nesse grupo de trabalho: dois terços desse grupo são da sociedade, representada pelos diversos setores produtivos, e um terço é do Governo. Isso demonstra a necessidade e a importância de, de fato, os produtores estarem acompanhando todo esse processo, saberem como implementar o cadastro e os outros dispositivos do Código. E esta audiência vem reforçar, vem contribuir, certamente, com todo esse processo.

Iniciando, para dar um panorama inicial, vou-me ater, então, a esses aspectos da audiência. Trouxe aqui uma cartilha, Senador, que, depois, se V. Ex<sup>a</sup> entender como correto, vou entregar aos demais Senadores, porque traz umas informações mais específicas sobre o sistema em si, como fazer o cadastro. Aqui vou-me ater aos aspectos mais gerais, porque acho que é a intenção do Senador ter essa compreensão dessa integração do processo como um todo.

As iniciativas para a implementação do cadastro, como disse no início, têm como primeira necessidade desenvolver e disponibilizar o próprio sistema. O Ministério do Meio Ambiente tomou a iniciativa de desenvolver um *software*, um sistema eletrônico que permite o cadastramento de forma simplificada, ágil, a distância, para dar conta desse desafio de 5 milhões de imóveis rurais em apenas dois anos. E esse sistema foi disponibilizado aos Estados, àqueles que quisessem. Nós sabemos que alguns Estados, inclusive de forma gloriosa, como os da Amazônia, Rondônia, por exemplo, já tinham tomado essa iniciativa antes mesmo do processo atual de discussão da atualização do Código Florestal. Então, Rondônia, Mato Grosso, Pará são Estados que já tinham se lançado à frente lá atrás, têm seus próprios sistemas, já vinham cadastrando seus produtores. Isso não será perdido, será aproveitado, será integrada toda essa base de informação dentro de um sistema nacional. Inclusive,

essa experiência que os Estados tiveram, é o caso, inclusive, de Rondônia, nos permitiu aperfeiçoar o trabalho para que pudéssemos fazê-lo a partir de algo vivido, realizado.

Segundo, estabelecer e monitorar os acordos de cooperação que nós fizemos tanto com órgãos de Governo quanto com a sociedade. Fizemos parcerias com os órgãos diretamente envolvidos, como é o caso do MDA, do Mapa, do Incra, de outros Ministérios envolvidos, do IBGE, dos bancos, inclusive. Banco não vai fazer cadastro ambiental, mas pode orientar corretamente o produtor. Como a gente sabe também, há um dispositivo na lei segundo o qual, a partir de 2017, o produtor que não tiver o cadastro terá restrição ao crédito. Então, é também responsabilidade do banco ter essa informação e orientar corretamente o produtor. Nós tomamos essa iniciativa também, conversamos, buscamos estabelecer parceria tanto com os bancos públicos quanto com os privados.

Apoiar a implementação do cadastro nos Estados. É o que estamos fazendo, capacitando as equipes, inclusive as das EMATERs. Nós sabemos que o extensionista rural tem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável no País e é ele que tem maior confiança, maior diálogo com o produtor. Então, nós estamos com uma atenção muito grande em relação a esses órgãos.

Devemos apoiar também a implementação em regiões que nós consideramos que terão maior dificuldade, onde há necessidade ou interesse ambiental, como a lei assegura, o que deve ser cuidado. Então, nós estamos, inclusive, buscando recursos. Depois detalho mais essa frente para as regiões da Amazônia, do Cerrado, das unidades de conservação e os polos e comunidades tradicionais.

Essa estratégia envolve ainda elaborar e difundir campanha de comunicação, que é uma das preocupações que os Senadores têm externado. Nós avançamos nisso, juntamente com a nossa assessoria de comunicação, tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto os parceiros do MAPA, do MDA e também a própria Secretaria de Comunicação (Secom).

Mobilizar o setor produtivo. Aí é uma grata satisfação que nós temos poder dialogar desde com a CNA até com o MST. Todos os produtores, todas as organizações estão sendo chamadas, estão sendo ouvidas. Nós não temos restrição político-ideológica com ninguém. Inclusive temos recebido também, de forma muito proveitosa, esse retorno, essa confirmação de que o produtor, de fato, quer fazer o seu cadastro para exatamente ter tranquilidade em relação à legislação colocada.

Capacitar facilitadores. Nós iniciamos com os multiplicadores, que são aqueles que, internamente em seus respectivos órgãos, vão desdobrar essa informação para que possamos capilarizá-la em todo o País. Também estamos nos preparando para começar, em breve, uma capacitação massiva, para chegarmos à ordem de 30 mil capacitados, através de recurso tecnológico avançado, que é a educação a distância.

Adquirir imagem de satélite. Nós já adquirimos por dois anos seguidos. Pretendemos estudar para podermos adquirir de melhor resolução ainda, porque sabemos que algumas regiões do País ainda requerem, principalmente da Amazônia e do Nordeste, pela maior quantidade de nuvens, outro tipo de tecnologia. Então, nós sabemos que isso não para; temos que aperfeiçoar o trabalho constantemente.

Depois vamos chegar aonde todos nós queremos: promover a recuperação ambiental dos imóveis rurais. Ou seja, apoiar o produtor, especialmente como a lei define, em até quatro módulos fiscais, para que eles tenham condições de recuperar as suas áreas e aí também não só com o olhar ambiental, mas também com a visão econômica. O produtor precisa ganhar dinheiro com a recuperação ambiental. Nós acreditamos que ele já ganha com a maior eficiência ecológica dessas áreas. Segurar água na propriedade é um fator fundamental para garantir maior produtividade. E ele pode avançar mais com isso se ele plantar uma espécie vegetal que tenha interesse econômico.

Vejam, esse é o sistema que eu distribuí na cartilha, para os Srs. Senadores, que tem informação de como será executado o cadastro ambiental. Todas aquelas bandeirinhas ali são portas de entrada para os Estados. Alguns Estados, nove Estados, como eu disse, preferiram manter os seus sistemas atuais que vinham desenvolvendo, sem problema algum, eles têm toda a liberdade para isso, e 18 Estados preferiram aderir ao sistema que nós disponibilizamos. O acesso é no endereço [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br).

Apenas para ilustrar, porque a cartilha explica bem essas informações, algumas informações são textuais, como mostra a sequência: o cadastrante, o imóvel, o domínio desse imóvel, a citação da documentação, o georreferenciamento, a caracterização da imagem dessa propriedade, desse imóvel e outras informações que são solicitadas em relação ao atendimento à Lei nº 2.651.

Aqui temos uma imagem de satélite já identificada. Ele desenhou, reconheceu, ali, um curso d'água, uma nascente. Automaticamente o sistema desenha a conhecida escadinha, que é a variação da área de preservação permanente na margem dos rios a partir do tamanho do imóvel. Então, isso, o sistema, automaticamente, calcula, dando maior precisão e maior agilidade para o produtor na hora de fazer.

Nós sabemos que o produtor precisa ser assistido, ele precisa ter ao seu lado alguém em quem ele confie, seja da cooperativa, seja do sindicato, seja da assistência técnica, para orientá-lo. Outros produtores já têm completo domínio dessa tecnologia ou o seu assistente técnico o tem.

Votando, então, à capacitação, nós já realizamos capacitação com todos os Estados. Todos os Estados conhecem esse sistema, mesmo aqueles que não vão utilizar. A esse grupo de trabalho que eu mencionei inicialmente, que acompanha a implementação do Código, já foi demonstrado o sistema, isso já vem sendo debatido lá. Então, todos esses Estados aportaram técnicos para serem capacitados. Esses são os multiplicadores que vão, em seu respectivo órgão, fazer essa explicação. Além do mais, o sistema é autoinformativo. Cada campo daquele tem um ponto de interrogação, uma ajuda, em que o técnico pode buscar, lá, informação precisa de como preencher aquele campo.

Então, essa capacitação está em curso. Nós fizemos uma parceria, inclusive destaquei a importância da extensão rural – Ministério do Meio Ambiente, Mapa e MDA – para capacitar os escritórios estaduais de extensão rural. É uma parceria em que queremos investir, porque sabemos que o extensionista tem um papel muito importante nesse processo de cadastramento.

Aí estão as entidades dos produtores. Nós já nos antecipamos, já nos adiantamos, fizemos parcerias com estas 10 instituições: a Abrapa, que é a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão; Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja); Assomogi (Associação dos Produtores de Cana do Vale do Mogi), São Paulo, que também nos procurou para fazermos essa parceria; o Banco do Brasil, como mencionei, ainda o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia; a CNA; a Contag; o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável – a pecuária também tem interesse em ter regularizada a sua situação, então, já temos uma parceria, pois este grupo envolve toda a cadeia produtiva, desde o produtor, a indústria, o setor financeiro que trabalha com a pecuária –; o Movimento dos Pequenos Agricultores; o MST e a OCB – também temos uma expectativa muito grande dada a existência, em cada cooperativa, de um departamento técnico especializado, que conhece o produtor e que também tem interesse econômico em que o produtor esteja regularizado para que ele não tenha nenhuma restrição de mercado em função de não ter regularidade ambiental.

Essa capacitação também está sendo feita pelo Incra, que tem a responsabilidade de fazer o cadastramento dos assentamentos. Então, um grande número de assentados depende desse trabalho do Incra, que já é nosso parceiro, desde o momento da aquisição de imagens que vem colaborando com recursos.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é um dos nossos parceiros no desenvolvimento do sistema e é com ela que nós estamos desenvolvendo, como mencionei, a educação a distância, para que possamos alcançar, com bastante brevidade, todo esse processo de capacitação.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Aqui temos alguns recursos que estamos mobilizando para apoio dos produtores, recursos voltados principalmente para aquelas regiões que terão maiores dificuldades na obtenção desses recursos. Isso é feito tanto por nós como também com a participação de outros parceiros, como a TNC, que já tem feito esse trabalho junto a alguns Municípios.

Aqui está um mapa mais sintético para mostrar onde isso já vem acontecendo, Municípios que já têm essa experiência. Então, isso também nos anima, porque já foi colocado na prática, já foi colocado no campo e temos visto que dá certo.

Esse é um projeto de busca de recurso de capitação internacional, é um recurso, para o Ministério do Meio Ambiente, oneroso, que se soma depois com outros recursos que estão sendo aplicados pelo Mapa, como o caso do Plano ABC, em que está sendo feito também o inventário florestal de todo o País pelo Serviço Florestal Brasileiro. Há também uma ação sobre incêndios florestais que está sendo desenvolvida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, enfim, um conjunto de parcerias que estamos desenvolvendo para apoiarmos o produtor.

Esse também é um trabalho de captação de recurso junto ao governo do Reino Unido para apoiar também a realização do cadastro ambiental.

Aqui outra fonte de recurso, do governo alemão para essa faixa de transição entra a Amazônia e o Cerrado. Também estamos buscando recurso para esse tipo de apoio.

É outra ação também de monitoramento da biodiversidade da Mata Atlântica, desenvolvida com o banco alemão KFW para esse tipo de apoio.

Estou seguindo mais rapidamente, Senador Benedito de Lira, porque já tocou a campanha. Entendi que foi para mim, então, vou acelerar um pouco para dar oportunidade aos meus colegas de Mesa de poderem falar.

Aí esse trabalho com a EMATER, que já está sendo desenvolvido no entorno de Altamira, uma região que sofre influência grande da dinamização econômica levada pela usina Belo Monte. Então, tomando esse

cuidado, nós estamos fazendo o cadastro em todos os Municípios, são 11 Municípios na região. Isso está sendo realizado pela EMATER do Pará.

Aí também o mapa de ações que estão sendo desenvolvidas em cada uma dessas regiões.

Finalizo, então, colocando-me à disposição dos Senadores caso queiram algum detalhamento ou alguma contribuição em relação ao que foi apresentado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Sr. Paulo Guilherme, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. João Cruz Reis Filho, Chefe de Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura.

Tem a palavra V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CRUZ REIS FILHO** – Bom dia, Presidente!

Bom dia, Senadora Ana Amélia e Senador Moka!

Senador Acir Gurgacz, parabéns pela iniciativa. O Ministério da Agricultura reconhece que esse é um assunto que merece ser debatido por ser do interesse da agricultura brasileira.

Trago aqui o abraço do nosso Ministro Antônio Andrade aos senhores. Ele me incumbiu de representá-lo.

Cumprimento a Mesa; o nosso amigo Gilman, da CNA de Minas Gerais; o Arquimedes; o Dr. Paulo, representante do Ministério do Meio Ambiente; e o companheiro Marco, da OCB, que, juntamente conosco, também faz parte do GT já citado pelo Dr. Paulo Guilherme.

Bom; para privilegiar o debate, nós não trouxemos uma apresentação; nós vamos falar, em linhas gerais, sobre o que o Ministério da Agricultura pensa a respeito disso, mas vamos dar ênfase ao debate, que é onde, a meu ver, a sociedade ganha mais.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura tem um papel, que estamos procurando cumprir, de apoiar o Ministério do Meio Ambiente na regulamentação complementar do Código Florestal, desde decretos até as instruções normativas que decorrem disso. Temos trabalhado fortemente com o Ministério do Meio Ambiente também nessa capacitação conforme foi falado. Tanto assim que o treinamento citado anteriormente pelo Dr. Paulo ocorreu no Ministério da Agricultura. Nós também preparamos um material de divulgação do Código Florestal, uma cartilha, que encaminhamos para as entidades avaliarem e, depois, nos darem um *feedback*. O Dr. Gilman teve acesso a ela também. E o Ministério da Agricultura, reconhecendo a importância do Código Florestal para os mais de cinco milhões de produtores rurais do Brasil, tem procurado fazer esse trabalho de uma maneira muito responsável, muito consciente, apoiando o Ministério do Meio Ambiente, ouvindo o setor produtivo, as entidades, porque achamos que é assim que funciona.

Nós também temos desenvolvido alguns projetos-piloto para apoiar os produtores na implementação das obrigações do Código Florestal, também com recursos do Defra, tal como citado, por intermédio do MMA. Nós temos um projeto de R\$80 milhões, captado nesse fundo britânico, que está sendo implementado pelo BID em sete Estados da Federação, em 70 Municípios, com vistas a beneficiar mais de três mil produtores rurais. Nós temos a expectativa de ver como é que vão funcionar os pagamentos por serviços ambientais, que é onde o projeto pretende chegar.

Dito isso, coloco-me à disposição dos senhores para dar ênfase ao debate.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Sr. Gilman Vieira Rodrigues, Presidente da Comissão Nacional do Meio Ambiente da CNA.

**O SR. GILMAN VIEIRA RODRIGUES** – Bom dia!

Obrigado, Senador Benedito de Lira e caros Senadores Ana Amélia, Waldemir Moka e Acir Gurgacz. Meus cumprimentos pessoais a cada um.

Demais convidados, companheiros da mesa, a Confederação Nacional da Agricultura se alia à proposta de inovação e se agrega também ao processo de regularização do meio produtivo rural. É necessário que haja, portanto, uma horizontalização da regra que vá monitorar os procedimentos. Isso se chama instrução normativa da aplicação do CAR e se chama também decreto de regulamentação do Plano de Regularização Ambiental (PRA). Por quê? Porque na medida em que nós não tenhamos acesso a esse marco regulatório, corre-se o risco da adoção de procedimentos semelhantes, mas não iguais, por diversas instituições regionais e até mesmo estaduais.

É preciso, pois, que haja uma aceleração, Dr. Paulo Guilherme, na divulgação da instrução normativa do CAR, bem como no decreto de regulamentação do PRA, a fim de se criar um balizamento nacional de procedimentos formais.

A Confederação Nacional da Agricultura já reuniu todas as federações estaduais para motivar a preparação de técnicos multiplicadores, através do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), mas precisamos do roteiro legal. Se nós não tivermos o roteiro legal, nós corremos o risco de ensinar  $a+b=ab$ , e, pela norma,  $a+b=abc$ . Então, é preciso que tenhamos prudência na instituição do caminho a seguir para que todos sigam o mesmo caminho. Isso é importante! Não dá para, eventualmente, um Estado ter um padrão de CAR parecido com o do Estado vizinho, mas não igual. Pensamos que, sendo brasileiro, deveria ser igual. Está certo?

Muito bem; essa demanda está levando a uma situação, Dr. Paulo, que eu gostaria que o senhor examinasse: a lei determina que o CAR tem que ser implantado até dois anos após a promulgação da lei, e nós estamos vendo que será após a instituição do CAR. O produtor terá um ano de prazo prorrogável por mais um ano. É preciso esclarecer esse conteúdo.

Também há o problema do bloqueio do crédito rural. Após cinco anos de instituído o CAR, não tendo o produtor se adequadado, se ajustado, se inscrito no CAR, ele não terá acesso ao crédito rural. Só que a lei fala que é a partir da promulgação da lei, quando o produtor rural não tem ainda a obrigação de fazer o CAR porque não foi divulgada a regra. Então está lá escrito. Se sair hoje a divulgação da instrução normativa do CAR, daqui a três anos, o produtor rural que não fizer o CAR não poderá ter acesso ao crédito. É preciso ajustar isso à vida real.

Os senhores sabem o quanto o crédito rural é a alavanca que interessa ao Brasil; não interessa só ao produtor rural, não. Sem produção agrícola, o Brasil não teria a salvação que está tendo na balança comercial internacional. E, sem crédito, não se tem produção. E o crédito rural é o crédito de mais curto prazo que existe na economia brasileira, aliás, na economia do mundo. Ele tem que ser permanente, consistente e compreensível. Uma das compreensibilidades do crédito rural é a segurança de acesso. Se nós não tivermos segurança de acesso ao crédito rural por uma ameaça de um cadastro que não foi feito porque a regra do cadastro não saiu publicada na época adequada ou em uma época qualquer, a vigência terá que ser a partir da existência da regra do cadastro.

A CNA está preparada. A CNA tem cerca de cinco milhões de produtores rurais associados a dois mil sindicatos rurais no País. Todas as federações lideram a articulação econômica, social e política desses sindicatos e têm um poder multiplicador fantástico com o Senar. O Senar é a arma educacional do sistema sindical brasileiro. Sendo isso claro, nós estamos absolutamente dispostos a ser agentes da mudança da compreensão ambiental do meio rural. Eu diria até, não bem da mudança, mas da aplicação da mudança já compreendida, porque o produtor rural tem sensibilidade para o bom convívio na preservação ambiental. Ele quer ter segurança de que, ao investir nisso, ele não está investindo em uma mão só. Ele precisa ser tratado como ente que trafega em mão dupla: se dedica e tem resultado, tem resultado porque se dedicou. E, para isso, as regras precisam ser disponibilizadas com toda a amplitude, com toda a clareza. E a CNA tem um registro claro nesse ponto. No lançamento do projeto do CAR, a CNA firmou acordo de cooperação com o MMA para implantar o CAR, para implantar o PRA, certo? Estamos agora, Dr. Paulo, precisando das rotas que iremos seguir.

O interior do Brasil, o interior agrícola brasileiro passa pela percepção desenvolvimentista do produtor rural. Se ele é grande, é empresário; se é pequeno, é um empreendedor que precisa ser monitorado, que precisa ser auxiliado, mas é gente como os outros e precisa, portanto, ser valorizado pela colaboração que ele dá. Há três fatores importantíssimos: um, a economia; o outro, o meio ambiente; e esse meio ambiente precisa capacitar. Essa capacitação da formatação do cadastro é um item, mas é preciso capacitar na realização do ato ambiental depois de feito o cadastro. Como você pode ser remunerado por estar agregado a um comportamento ambiental adequado?

Então, é preciso ter um cômputo amplo de capacitação de pessoas, não só para cumprir obrigações, mas para ter resultado. Um resultado importante, que é o resultado que todo empreendedor precisa, é ficar alegre porque o seu trabalho gerou resultado. E só gera resultado através do conhecimento. O conhecimento ditado, só imigrado, não constrói. Só constrói o ensinamento assimilado. É preciso, portanto, que, ao transmitir a informação, o conhecimento a quem quer que aprenda, é preciso que o conteúdo convença, é preciso que o conteúdo seja claro, seja pedagógico, para que a pessoa se torne um cidadão novo na mudança do tempo. Nós não podemos permitir que o tempo mude, e as pessoas não mudem. E as pessoas só mudarão se elas tiverem oportunidade de se capacitar com cultura social, econômica e ambiental.

Nessa direção, Dr. Paulo, Senador Benedito, eu coloco e reafirmo: não é a primeira vez que a CNA está solidária e à disposição para a implantação não só do cadastro, mas dos comportamentos de preservação ambiental e revolução ambiental no Brasil. Mas precisamos ter o marco de partida, que é a clareza e a difusão da orientação regulatória para que tenhamos um lema a seguir, inclusive exemplos a demonstrar.

Há um negócio importante nessa estrada, Dr. Paulo, que são visitas futuras a propriedades que se cadastraram e tiveram resultado. Como vamos fazer isso se não sabemos qual regra foi implantada, não é verdade?

Então, é urgente que se esclareçam os marcos para que sejamos cúmplices na adoção desses marcos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Dr. Gilman.

Na sequência, concedo a palavra ao representante Sr. Marco Olivio Morato de Oliveira, Analista Técnico Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras.

**O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA** – Senador Benedito de Lira, gostaria, em nome do Presidente da OCB, de agradecer a oportunidade de estar mais uma vez falando sobre o Código Florestal, sobre o Cadastro Ambiental Rural no Senado Federal. Agradeço também a presença dos Senadores Waldemir Moka, da nossa Frencoop, do Senador Acir Gurgacz e da Senadora Ana Amélia, sempre presente na luta em prol da infraestrutura, do meio ambiente. Agradeço a todos os presentes também por esta oportunidade.

Vou falar um pouquinho do que a OCB vem fazendo em relação à implantação do Código Florestal. Inicialmente, vou fazer um compilado. A nossa preocupação maior neste momento, da OCB, é a urgência também da regulação. A gente precisa que esses marcos regulatórios, que a instrução normativa e o decreto sejam publicados. A partir disso, a gente consegue fazer um trabalho de qualidade na orientação dos produtores rurais; ou seja, o elo de confiança depende desses normativos. Então, a gente pede... Eu ia falar isso por último, mas isso é urgente. É urgente que a gente tenha o normativo para fazer esse elo de confiança para o produtor fazer o cadastro realmente.

Vou falar um pouquinho do ramo agropecuário da OCB. A gente tem um pouco mais de um milhão de cooperados que são produtores rurais. A gente tem uma participação de 48% na produção, ou seja, 48% da produção agropecuária brasileira passam pelo sistema cooperativista ou pelo cooperado, ou por suas cooperativas, através de processamento.

Uma coisa importante: o Código Florestal traz benefícios nítidos para pequenos produtores rurais, ou seja, para aqueles produtores rurais que tenham menos de quatro módulos fiscais. A dispersão: 84% dos pequenos agricultores são cooperados, segundo dados do IBGE, de 2006.

Este é um extrato da produção que passa nas cooperativas. Ou seja, 74% do trigo brasileiro passam pela cooperativa, 57% da soja passam por cooperativa, 48% do café, 44% do algodão, 33% do milho, 35% do arroz, 18% do feijão, 48% no total. E isso majoritariamente de pequenos produtores rurais.

Aí são alguns benefícios do sistema cooperativista, do cooperativismo, para a agricultura, para a agropecuária brasileira. Prestação de serviços de tecnologia aos produtores. Esse é um ponto-chave para facilitar a implantação do CAR. Ou seja, qual é o nosso desafio? Mostrar para as cooperativas que elas têm a capacidade de ajudar os seus cooperados a realizarem o Cadastro Ambiental Rural. A tomada de decisão de como vai ser feito esse cadastro depende da cooperativa, da unidade estadual do nosso sistema OCB. Mas estamos dispostos e abertos a ajudar, a passar informação de qualidade sobre o cadastro rural. Então, temos agregação de valor na cadeia produtiva, economia de escala para o pequeno produtor e acesso ao mercado para esses produtores pequenos.

Agora, focando na lei mesmo, no novo Código Florestal, ou seja, na Lei nº 12.651, alguns pontos principais dessa lei: a desoneração na regularização ambiental. Do que estamos falando aqui? O CAR vem substituir um processo oneroso antigamente, que era a necessidade do licenciamento para aprovar a área. Aprovada a área, você faria o georreferenciamento daquela propriedade e averbaria no cartório. O custo dessa regularização no modelo antigo, na legislação antiga era em torno de R\$10 mil a R\$15 mil para uma propriedade de 10 hectares, por exemplo. Hoje, em teoria, o Cadastro Ambiental Rural é gratuito. Então, esse é um benefício que o cadastro dá e está presente na nova lei.

Outro ponto é o conceito de áreas consolidadas, que permitiu a flexibilização da recomposição de áreas de proteção, como reserva legal e APP.

E o mais importante, para garantir que essa seja uma legislação ambientalmente correta, ele mantém os instrumentos de produção, ou seja, foram mantidas a reserva legal e a APP nos níveis anteriores. Os instrumentos que beneficiam o produtor rural são nitidamente só para recomposição, ou seja, onde não existe a vegetação ela será recomposta em alguns casos.

Qual é o foco do sistema OCB hoje? Disseminar o conhecimento estabelecido no Código. Com isso, buscar informar o público cooperativista sobre os novos instrumentos. Quando você tem o conhecimento, aumenta a confiança e tem a tomada de decisão na sua mão. Você pode fazer o Cadastro Ambiental Rural ou não, você pode arguir. Vale lembrar que o Cadastro Ambiental Rural está previsto na lei e é obrigatório para todas as propriedades rurais. Esse processo seria a tomada de decisão sobre como fazer o cadastro.

Outro foco do sistema OCB é a atenção especial nos Programas de Regularização Ambiental, ou seja, os PRAs dos Estados. Vemos que alguns Estados saíram na frente e já receberam a lei federal, outros ainda não. E este é o nosso maior desafio: passar esse conhecimento, esse acordo, essa boa intenção do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura para o Judiciário para dar segurança para o produtor rural e facilitar o entendimento dessa lei nos Estados também. Hoje, o produtor rural enfrenta grandes dificuldades

com o Ministério Público e, em alguns casos, com o Poder Judiciário pela não interpretação da nova lei, dos conceitos estabelecidos na nova lei.

Nesse contexto, a OCB tem algumas ações principais. A OCB firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente. Com esse acordo, além de conseguir a OCB colaborar para o aprimoramento da ferramenta que os senhores viram hoje, pois tivemos oportunidade de participar de diversos treinamentos nas diferentes fases de elaboração dessa ferramenta CAR, fizemos sugestões que foram acatadas pelo Ministério do Meio Ambiente, o que facilitou. Essa demora é ruim para o produtor, mas deu robustez ao sistema apresentado aqui.

Outra ação que temos é o acompanhamento legal junto aos Poderes Executivo e Legislativo dos desdobramentos do tema do Código Florestal e sua implementação.

Uma fase interna no sistema OCB: fazemos a gestão da informação e a construção do conhecimento, ou seja, nosso posicionamento em relação ao que nos é apresentado, ao que é a realidade do produtor rural.

Qual foi o fato motivador para abraçar o CAR ou essa ideia do CAR? Feito o CAR, o produtor rural teria segurança jurídica para continuar a produzir. Os produtores que não tiverem passivos, fazendo o CAR, serão regularizados sem custo nenhum. Nesse processo do CAR, se ele fez o CAR, está apto a receber o crédito rural. E uma coisa importante: a suspensão das multas. Se fizerem o cadastramento e, posteriormente, na nota do cadastramento, forem constatados passivos ambientais, quando forem recepcionados pelo PRA, alguns deles poderão ter as multas convertidas em pagamentos por serviços ambientais. Isso resulta num menor custo da regularização ambiental da propriedade. Então, esses foram os fatores que motivaram o sistema OCB a abraçar o cadastro ambiental e a nova legislação federal.

Aí, o conceito do CAR. Já comentei um pouco antes que ele vem substituir processos burocráticos da legislação anterior. É simples, o conceito dele é muito simples. Embora o produtor rural tenha dificuldade, com a ajuda de um técnico, em meia hora, se faz o cadastro. Isso não quer dizer que todo cadastro vá ser concluído em meia hora; tem toda uma ação preparatória, documental, você tem que fazer o levantamento para, ao chegar a hora de lançar, ter tudo pronto. Em 20 minutos, meia hora, você lança, faz o cadastro nesse novo sistema, no sistema que foi apresentado aos senhores.

Aí está um pouquinho do acordo de cooperação que foi feito. O objetivo é fornecer acesso às cooperativas e aos seus cooperados a informações de qualidade sobre a nova legislação e os processos e procedimentos de regularização.

Público-alvo são os cooperados e empregados do sistema OCB, das cooperativas do sistema OCB, e os beneficiários são os mesmos: as unidades estaduais, suas cooperativas e os cooperados.

Os produtos que vimos elaborando nesse acordo de cooperação são a cartilha... Não é essa que distribuíram para os senhores, mas uma outra, porque estamos esperando os normativos para incorporar, dar contornos finais para a cartilha, que é feita em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Qual é a ideia nossa? Fortalecer o conceito que está na lei. Há necessidade de fortalecer esse conceito. Para quê? Para que tenhamos maior força e maior poder de sensibilização quanto ao Judiciário, ao Ministério Público. É o entendimento de que é uma lei nova, que tem que ser entendida, compreendida como um novo modelo de gestão ambiental, agroambiental da propriedade. Então, temos essa cartilha.

As oficinas. Eram quatro no ano passado, mas, na verdade, só conseguimos realizar três, tivemos um problema de deslocamento, mas foram capacitados nessas três 200 cooperados, 200 representantes de cooperativas. Essas oficinas contam com a participação de um representante do sistema OCB, um representante do Ibama e um representante do Ministério do Meio Ambiente. E também elaboramos sempre materiais didáticos e de apoio à disseminação da nova lei ambiental.

Os desafios da regulamentação são cruciais, urgentes. Reforçando o que coloquei no começo, é urgente a publicação dos normativos necessários para a instalação. É esse o único gargalo que temos agora, é o maior; depois, há outros problemas, mas haverá tempo para resolver.

Nessa regulação, temos alguns pontos que achamos interessantes. O que está previsto no art. 42, ou seja, implantar um programa de conversão de multas; que ele esteja presente nessa regulamentação, porque é necessário que os produtores rurais tenham essa segurança e esse incentivo garantidos para fazer o seu processo de regularização, o seu cadastramento no CAR.

Outro ponto principal é que o conceito estabelecido no art. 61-B, referente aos limites para recomposição da APP para pequenas propriedades rurais, também seja contemplado nessa regulação e garantido. Fica claro.

No art. 67, o mesmo conceito, ou seja, garantir que as propriedades rurais até quatro módulos fiscais que não possuam nenhum remanescente florestal não necessitem recompor uma reserva legal que não existe. Em alguns Estados, os Procuradores estão entendendo que, se você não tem nada, tem que ter tudo. Isso não é de bom senso, não é isso que está na lei.

O art. 68 vem conferir aquela temporariedade da lei, ou seja, aquelas propriedades que foram abertas na legislação da época, ou seja, em 1930, 1940, 1960, que elas respeitem e tenham mecanismos para que permitam a consolidação dessas áreas; é esse o conceito que está no Código Florestal.

Então, esses são pontos que a gente vê como necessários para a regulamentação.

Bom, senhores, era isso que eu gostaria de compartilhar.

Permaneço à disposição para o debate, para uma conversa.

Agradeço a oportunidade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Sr. Marco Olivio.

Concedo a palavra, dando sequência, ao Sr. Arquimedes Ernesto Longo, Coordenador de Ciências da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Bom dia, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, Senador Acir Gurgacz, representante do nosso povo de Rondônia, a quem gostaria de convidar para que fizesse uma visita à nossa Secretaria para ver como são nossos trabalhos.

Sr. Presidente, em nome da Secretaria e da Secretária, agradecemos o convite. Espero que possamos apresentar o nosso trabalho, como está sendo feito, e também ouvir sugestões para que possamos melhorar.

Eu preparei uma apresentação exatamente sobre a execução do CAR, como um produtor deve fazer, como fazemos no Estado de Rondônia. Vou procurar fazê-la rapidamente, até porque depois, nos questionamentos, eu poderei voltar e discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Senador Acir Gurgacz, V. Ex<sup>a</sup>. tem a palavra enquanto o representante do seu Estado regula as máquinas para a apresentação do trabalho.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço e cumprimento também pela presença o Paulo Guilherme, o Marco Olívio de Oliveira, o João Cruz Reis Filho e o Gilman Viana Rodrigues.

Depois de debatermos amplamente aqui durante o Código Florestal, nós entendemos que o CAR é de fato importante para os nossos agricultores. O que nos preocupa é exatamente a confiança que falta hoje ao agricultor em fazer o CAR, iniciar todo esse processo. Essa confiança só virá com a normatização. Nós dizíamos, na época, que o governo poderia atrasar todo o processo exatamente – não vou dizer ineficiência, porque a palavra não é essa – pela sua lentidão em dar o desdobramento a Código Florestal Brasileiro.

Então, a normatização é um ponto fundamental para que o CAR possa ter início, na verdade. Nós estamos vendo que alguns Estados, como o nosso Estado de Rondônia, estão bem à frente dos próprios Ministérios do Governo Federal no sentido de implantar o CAR. E estão fazendo isso mesmo sem ter a normatização. Ou seja, os agricultores querem fazer o CAR, mas não têm a normatização. Portanto, isso dificulta todo o trabalho e está atrasando todo um processo que é da maior importância.

Então, essa é um das nossas colocações.

Volto a palavra ao nosso Presidente para dar continuidade à nossa Audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – O.k.

Obrigado.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Houve uma falha aqui na hora de montar o fluxo. Mas no decorrer da apresentação eu vou explicando um por um.

Nós temos um cadastrador. Lá faltou uma parte do sistema. Esse cadastrador acessa o sistema, faz um pré-cadastro; recebe um *login*, uma senha. Aí, ele passa a fazer o cadastro de qualquer produtor. Ele vai cadastrar uma pessoa; depois vai cadastrar o empreendimento; cadastra um projeto digital. A partir daí, ele vai gerar um projeto digital; gerado esse projeto, ele o envia para o sistema. Quando ele o envia para o sistema, ele já recebe um recibo do CAR, inclusive, com uma carta e imagem da sua propriedade.

Depois, dando continuidade ao fluxo, no sistema, nós importáramos esse CAR; é feita uma análise documental; aprovada a análise documental, ele vai para a análise vetorial. Se for reprovado na parte documental, ele volta para o sistema; o técnico visualiza isso; corrige; e manda novamente. Na parte vetorial, também isso também é analisado. Se estiver tudo o.k, é aprovado e fica como aprovado no sistema. Se houver algum problema vetorial, ele fica reprovado; volta para o sistema; o técnico puxa de volta o projeto; corrige-o; manda-o novamente; e ele passa por toda a análise.

Na parte vetorial, ele pode ser aprovado com o quesito de adesão ao PRA, se ele quiser ou não.

Bom, a primeira etapa seria o proprietário, ciente de suas vantagens em fazer o CAR – e se for o caso, aderir ao PRA –, procurar um técnico ambiental para executar o cadastramento. No caso do pequeno produtor, ele pode procurar a Sedam ou um órgão parceiro, aqueles que nós já treinamos: as prefeituras, a EMATER, o Inbra

e os sindicatos. Ele vai levar a sua documentação. O técnico vai escanear essa documentação e enviá-la para o sistema – documentos do proprietário e da propriedade. Ele vai acessar isso através de um *login* e de uma senha.

Nós disponibilizamos no sistema uma cartilha para o técnico que seja treinado, um passo a passo de como ele pode fazer cada uma das inserções dos dados, tanto da pessoa quanto da propriedade. Então, o cadastro da pessoa física, o cadastro do empreendimento, passo a passo, tudo como pode ser feito.

A mesma coisa com o projeto digital, que é a etapa seguinte. Há todo um passo a passo.

Nós já tínhamos um sistema de licenciamento que era bastante arcaico e demorado. Em oito anos nós conseguimos fazer o licenciamento de duas mil propriedades. Em janeiro do ano passado, a Secretária me chamou e pediu que procurássemos um sistema que fosse mais ágil; senão, nem em vinte anos nós conseguiríamos fazer todos os cadastros. Aí entramos em contato com a empresa que presta serviços para o Estado na parte de geotecnologia, e desenvolvemos um novo sistema. Desenvolvemos, não; fomos adequando o que nós já tínhamos.

Então, antigamente só era possível fazer *off-line*. O técnico cadastrava a pessoa, cadastrava a propriedade, e enviava isso para o sistema. O sistema, por sua vez, devolvia para o técnico uma base cartográfica e uma carta imagem da sua região. A partir disso, com o uso do SoftGIS, o técnico elaborava todas as peças técnicas, inclusive com memorial descritivo e enviava para o sistema. Então, era um processo muito moroso, demorado, e o técnico tinha de ter um conhecimento bom de giz, o que dificultava muito.

A partir do novo sistema, se vocês observarem, nós inserimos uma figura chamada desenhador. Esse desenhador é uma base única *on-line*. Então, onde há internet, o técnico pode acessar e fazer o CAR do proprietário *on-line*. Tendo os documentos, as coordenadas da propriedade, através do desenhador, ele faz, inclusive já verificando as propriedades do seu vizinho do lado, se está dando sobreposição ou não. Inclusive, ele pode “snappear”, pode copiar as linhas do proprietário ao lado.

Aqui eu já expliquei: quando ele envia, se fizer do modo *off-line*, envia o arquivo das coordenadas do imóvel, recebe uma base cartográfica, recebe as imagens e com o uso do SoftGIS, faz o CAR e envia para o sistema da Sedam.

Quando ele acessa para fazer o processo digital utilizando o desenhador, também nós disponibilizamos lá um manual para uso dessa ferramenta desenhador. Aí está a ferramenta desenhador, todos os imóveis da região desse proprietário, demarcação da reserva legal. Lá em cima temos um *menu* bastante simples e simplificado, em que o técnico ou o produtor que tem um pouco de conhecimento do processamento, consegue fazer o seu CAR.

Tanto pelo modo *off-line* como pelo desenhador, ao enviar para o sistema, ele recebe de volta o comprovante de inscrição no CAR, quem fez, o número de inscrição, os dizeres, que não se caracterizam como reconhecimento da propriedade, e assim por diante. Ele recebe uma carta-imagem do seu imóvel, demonstrando onde tem hidrografia, onde tem APP, onde tem reserva legal, embaixo com um quadro de áreas, demonstrando todas as áreas que ele possui, inclusive o que ele precisa recuperar.

No desenhador, também, ele já tem um sistema de escadinha. O técnico só desenha o rio e informa a largura dele. Também vai informar se esse rio é de linha dupla ou linha simples, e o próprio sistema já gera a APP e já faz o cruzamento se tem APP a recuperar. Existe o mapa temático também do que ele tem.

A partir de segunda-feira, o sistema tornará obrigatório ao produtor informar o que tem no seu setor produtivo: se ele tem cana de açúcar, se tem café, se tem boi, justamente para que a gente crie um banco de dados, tanto para o planejamento do Estado como para a gente saber ambientalmente como está o uso das propriedades.

Concluindo, o técnico vai enviar, vai formalizar um processo, faz-se uma conferência, vai para análise, como já falei inicialmente. O técnico abre lá no desenhador, que facilitou muito o modo de análise, porque o técnico vai abrir já em cima da imagem e rapidamente ele vai poder analisar.

A partir do CAR, ele fica no sistema, pode ser feita uma consulta pública; o banco, o sindicato, o Ministério Público, qualquer pessoa pode fazer essa pesquisa no módulo público. Quando ele tem alguma pendência, aparece no módulo público qual o tipo de pendência que ele tem, se é documental, se é problema vetorial, se é porque ele tem que aderir ao PRA. Então, a qualquer momento qualquer pessoa pode consultar, de modo que ele não precisa mais levar o seu cadastro ao órgão que precisar; o próprio órgão pode fazer a consulta *on-line* e já deferir o CAR do proprietário.

Hoje temos em torno de 19 mil CARs prontos, feitos. Desses 19 mil, 10% são de propriedades acima de 240 hectares, que são quatro módulos. Os imóveis abaixo de 240 hectares representam 70% dos imóveis já cadastrados e apenas 30% do território. Os outros 10% de imóveis, acima de 240 hectares, representam 70% do território já cadastrado. Então, vemos que os grandes já estão correndo atrás, até mesmo porque os próprios

frigoríficos e as empresas que compram pressionam. E muitos desses grandes proprietários já tinham o seu cadastro ambiental pronto, só migraram para o CAR. Foi bastante simples.

As dificuldades que nós estamos encontrando: os órgãos parceiros não são realmente parceiros. Muito difícil. Por quê? Normalmente é um técnico que também quer ganhar – e muito.

Nós já treinamos mais de 320 pessoas. Fizemos 30 cursos. Então, se nós imaginarmos que nós só temos 19 mil CAR de abril do ano passado, quando nós implantamos esse sistema, até agora, significa que, nas consultas que nós fazemos ao sistema, verifica-se que os técnicos dos órgãos parceiros realmente não contribuem. Então, nós estamos partindo para uma nova estratégia de trazer os sindicatos, as associações de produtores para que elas contratem algum técnico, a gente dá o treinamento – foram feitos mais de 30 treinamentos durante um ano; 320 pessoas treinadas. Portanto, realmente a dificuldade está nos órgãos parceiros. A Secretaria dispõe de muito poucas pessoas, que, na realidade, teriam que ficar no monitoramento, fazendo avaliação e monitoramento. Nós precisamos que os parceiros façam o CAR para nós monitorarmos.

O que eu tinha a apresentar era isso. Eu estou na ponta do sistema. Faço tanto a parte do sistema quanto a parte de avaliação de campo. Estou à disposição para os questionamentos.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço a apresentação do Sr. Arquimedes.

Agora, então, abrimos o debate para que os Srs. Senadores possam fazer as indagações que acharem convenientes.

Com a palavra, o Sr. Acir Gurgacz, não só como primeiro inscrito, mas como autor do requerimento.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero, mais uma vez, agradecer ao Arquimedes por sua presença aqui conosco. Veio de Rondônia. Deve ter chegado esta noite, não é Arquimedes? Fez uma viagem longa e cansativa. É importante a sua presença aqui.

Cumprimento a toda a equipe da Secretaria pelo trabalho que tem feito com relação ao CAR. De fato, Rondônia está à frente. Começou esse trabalho já no passado. Logo que foi concluído o processo do Código Florestal, Rondônia já se organizou na questão de fazer o CAR.

De fato, eu entendo também que, se nós não envolvermos as cooperativas e as associações, nós vamos ter muitas dificuldades. Como bem disse o Arquimedes e também me dizia o Senador Jayme, é fato que os técnicos querem ganhar, e os pequenos agricultores não têm essa capacidade financeira para pagar os escritórios técnicos para poderem fazer o CAR. Então, se nós não envolvermos as associações, as cooperativas, nós vamos ter muitas dificuldades.

Mas a questão, Paulo, é a regulamentação. Dizia-me o Senador Moka, que depois vai falar, que o MMA já mandou para a Casa Civil, falta o parecer do Mapa e do MDA. Mas isso tudo é Governo. Para o agricultor, não importa se está na Casa Civil, se o Ministério do Meio Ambiente já mandou ou não; a questão é que o agricultor tenha essa garantia. Nós sabemos que não há preocupação nesse sentido, mas o agricultor, ao não estar clara todas as regras do jogo, tem a preocupação de que ele possa passar essas informações e elas se voltarem contra ele. Nós sabemos que não é essa a intenção, mas, enquanto não estiverem claras as regras, essa dúvida persistirá, e nós não podemos deixar essa dúvida para o nosso agricultor. É uma das preocupações que existem.

Eu, com todos os segmentos que estão juntos, não vi o Ibama. Pois é, mas você não escreveu Ibama em nenhum momento. O Ibama precisa estar ciente do que está sendo feito. Ele não quer saber do CAR, de Código Florestal. Ele vai para cima do agricultor, ainda montando, mesmo com o Código Florestal aprovado. Essa é uma preocupação. E multa é impagável, não é Presidente?

Não podemos penalizar os nossos agricultores com relação a essas questões que já foram discutidas. Já há regras claras para isso. É um departamento que está abaixo do Ministério do Meio Ambiente, mas que parece que não está concatenado ainda.

Então, sugiro, peço que haja uma informação e um debate claro entre os departamentos do Governo Federal, inicialmente, e, depois, com os Estados também e os Municípios, para que possamos ter uma linha de ação única. Não podemos deixar nenhuma desconfiança, para que o agricultor possa, realmente, fazer o seu cadastro para regularizar as suas áreas.

Uma pergunta: como será tratada a questão da temporalidade, na definição da reserva legal, uma vez que o agricultor pode declarar que está isento da reserva legal, pois realizou a transformação em sua propriedade, ao longo do tempo, sob várias normativas?

E como será a checagem dessa questão da temporalidade? Temporalidade ao tempo em que ele fez o seu desmatamento, como aprovamos aqui: aquele que fez o desmatamento, à época em que valia a lei, tem que ser respeitado. Mas como é que vai ser feita a checagem disso tudo? Se for manual, vão-se passar cem anos e, em cada propriedade, se tiver que ir alguém do Governo municipal, estadual ou Federal, para fazer uma checagem dessa informação, isso não vai adiantar de nada. Vamos ficar patinando, e não vai acontecer.

Então, eram essas as questões. E gostaria de pedir a normatização dessa questão do CAR e cumprimentar, mais uma vez, o nosso amigo Arquimedes – que leve um abraço a toda a equipe, pelo belo trabalho que vem fazendo, já se adiantando, antecipando-se a essa questão do CAR! Eram essas as colocações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Sr. Paulo, para responder à indagação do Senador Acir Gurgacz. Ou melhor, gostaria de fazer uma observação, por uma sugestão pertinente do Senador Moka.

Vamos ouvir os três Senadores que estão inscritos – o Senador Jayme Campos vai também participar – e, após as indagações dos Srs. Senadores, a quem forem endereçadas as perguntas passará a respondê-las.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Benedito de Lira, muito obrigada. Queria cumprimentar a iniciativa do Senador Acir Gurgacz de ter proposto esta audiência pública e, especialmente, todos que estão aqui convidados, que vieram oferecer a sua contribuição valiosa, com informações a respeito de um tema que é crucial para um país que deve produzir – espero que São Pedro ajude! – 200 milhões toneladas de grãos. É hoje, talvez, o maior exportador, o maior produtor de soja do mundo, superando até os Estados Unidos. Então, é um tema crucial para o motor da economia brasileira, é só olhar a nossa balança comercial. Então, ignorar a necessidade de agilizar, facilitar, a legalização dos agricultores em relação a isso...

Foi muito oportuno que, no jornal *Valor Econômico* de hoje – fico feliz, porque são três mulheres; não as conheço, mas são três mulheres advogadas, especialistas em Direito Ambiental, e elas escreveram um artigo de poucas linhas, que vou transcrever, porque, praticamente, resume o que o Senador Acir já falou e, certamente, o que os demais Senadores falaram. E eu acrescentaria apenas, porque o Arquimedes falou da relação do Estado com o programa que vem fazendo. Para um Estado como Rondônia, com 52 Municípios, na relação com o Estado, fica relativamente fácil fazer a interlocução, mas para o meu Estado, o Rio Grande do Sul, que tem quase 500 Municípios – alguns pequenos, que têm dificuldade de acesso à informação, de recursos, as prefeituras estão, digo, à míngua financeiramente falando – fica mais difícil. Como o Governo pode trabalhar para que isso aconteça? Todos querem a legalização; o problema, a indefinição gera insegurança jurídica. Esse é o grave problema que estamos enfrentando hoje, caro Paulo Guilherme.

Elas dizem o seguinte:

Ainda que previsto no novo Código Florestal, que vige há mais de um ano e meio, o sistema nacional Cadastro Ambiental Rural (CAR) não foi implantado na maioria dos Estados, o que vem gerando muita discussão e controvérsia acerca do tema, envolvendo juízes, promotores públicos, Ministério do Meio Ambiente e, sobretudo, os proprietários rurais.

Criado pela Lei nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal), o CAR é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais das propriedades. O CAR integra o Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (Sinima), responsável pela gestão da informação ambiental. Por meio do CAR, os proprietários registram seus imóveis rurais perante o órgão ambiental competente, permitindo o controle e fiscalização das normas ambientais.

A lei não impôs claramente prazo para que o CAR fosse implantado. Contudo [Dizem as advogadas citadas na abertura desta manifestação], determinou à União, aos Estados e ao Distrito Federal que, no prazo de um ano prorrogável somente uma vez, a contar da publicação da lei (25/05/2012) [Vence dia 14 de maio de 2014 a segunda prorrogação. É o que diz a lei.], implantassem Programas de Regularização Ambiental (PRAs). Entretanto, para que seja possível a adesão ao PRA, é condição 'sine qua non' o imóvel ter cadastro no CAR [Uma coisa está casada com a outra.]. Assim, subentende-se que o prazo foi indiretamente estabelecido, mas até agora não há implantação plena do CAR, nem prorrogação do prazo ou previsão para [isso].

Somente tem-se por certa a insegurança gerada pela morosidade do Poder Executivo em implantar o [Cadastro Ambiental Rural].

Fato é que a averbação da reserva legal onera o proprietário rural, que está disposto a preservar a respectiva fração, mas não está mais obrigado a envidar recursos e esforços para tanto, até porque os órgãos ambientais tardam em aprovar projetos de localização das áreas para que possam ser averbadas.

Repito, as autoras desse sucinto e preciso artigo sobre o tema que estamos discutindo são as Dr<sup>as</sup> Camilla Gessner, Anissa Vieira e Mariane Schappo. São advogadas de Direito Ambiental, de acordo com o texto que está no *Valor Econômico* de hoje.

Então é a questão que eu deixo para todos aí, junto com a manifestação do Senador Acir Gurgacz, lembrando a questão dos Municípios, porque sou uma Senadora municipalista.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O que me estranha, Srs. Senadores, é que o Moka é o cara mais competente nessa área rural. E ele diz, em todos os momentos em que se manifesta, que não é produtor rural. Imagine se fosse!

Com a palavra o Senador Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas quando eu digo que não sou produtor rural, é para que fique claro o quanto é importante, quer dizer, eu tenho dedicado o meu mandato a essa área, até porque a economia do Mato Grosso do Sul sempre dependeu e ainda depende basicamente da agricultura e da pecuária. Então seria incoerência da minha parte, embora médico e professor, não defender a economia do meu Estado.

Mas, Sr. Presidente, eu vou me dirigir a todos vocês, na pessoa do Paulo Guilherme Cabral, do Gilman, do Arquimedes, que dá uma grande contribuição, do João Cruz, da nossa agricultura, cumprimentando meu companheiro das cooperativas, o Marco Olivio, que fez uma exposição, acho, muito importante dentro desse contexto.

Mas Sr. Presidente, só para lembrar aqui, quando a gente discutiu o Código Florestal e esse artigo aí, a gente dizia um ano, mas a briga que deu isso... E aí vinham os caras que não estão aqui, aqueles carinhos que ficam achando, querendo penalizar o produtor rural, que acham que é o produtor que acaba com o meio ambiente. Eu não os vejo aqui. Agora, na hora de implantar, tudo aquilo que a gente falava acontece. Então está aqui, vai vencer o prazo, e nós sequer ainda temos a normatização. E o pior, não deram prazo para o Governo fazer a normatização, mas já dá o prazo para... Enquanto isso, o Ibama e o Ministério Público querem multar o produtor rural. Isso é que a gente não consegue entender. É isso que eu não consigo entender.

Quer dizer, é a principal mola propulsora da economia deste País. Será que não dá para a gente fazer assim: vamos agilizar isso? Vamos chamar o Ministério da Agricultura, vamos chamar o MDA, o Meio Ambiente? Vamos resolver isso? Vamos mandar essa normatização? Porque só está precisando disso. Nos Estados eles estão preparados. "Manda a normatização, e eu vou fazer aqui." Tomara que não aconteça! Mas, como tem Estado que já tem, já está fazendo, como é que vai ser isso? Quer dizer, vai valer para um Estado, diferente do outro? Essa é uma preocupação, Paulo, que eu tenho.

Teria de haver uma normatização valendo para todo mundo ou pelo menos tratando dos Estados que já estão fazendo o trabalho, porque o pessoal não vai perder esse trabalho. Não há como! Aí é um ponto de conflito. E aqueles que estão aguardando, estão aguardando porque não querem começar alguma coisa sem uma normatização oficial. É disso que estamos falando.

Agora, às vezes com a minha forma de falar, parece que eu posso estar irritado. Não é. A gente se angustia, porque você vê o dia a dia dos produtores. Eu quero aqui dizer o seguinte: A Izabella, a Ministra, desculpe-me, ela foi fundamental. Eu sempre que posso faço elogio. Ela tentou estabelecer isso, e havia conflito de toda ordem. Nós fizemos um esforço aqui, a Senadora Ana Amélia, o Acir Gurgacz foi Relator... Os senhores não têm idéia do quanto foi difícil chegar a um texto. Às vezes as pessoas dizem: "Mas esse texto aqui não ficou muito claro". Por que não fica claro? Porque se você não cede aqui, não cede ali, não passa aquilo. É essa só a razão. "Mas ficou impreciso!" Porque, se ficasse preciso tinha gente de algum segmento que ficaria contestando. E às vezes a pessoa faz propositadamente, exatamente para deixar aquela brecha para depois penalizar alguém. Então, legislação é isso. A Casa em discute até sair.

Mas, objetivamente falando, Presidente Benedito, Senadora Ana Amélia, Acir, Jayme, eu acho que nós tínhamos que, depois disto aqui... Vejam bem, embora as pessoas estejam aqui com a maior boa vontade, falta autonomia.

Qual é a preocupação? Alguém, talvez o Ministro Mercadante agora, pode nos ajudar; e até a nossa colega agora, a Senadora Gleisi, que até pouco tempo estava na Casa Civil. Nós tínhamos que ter um prazo Acir, você que é o autor, um prazo. Olha, meu Deus do céu, se isso vai vencer em maio, Ana Amélia, então nós temos que terminar isso daqui para o final de fevereiro.

Quer dizer, João, Ministro Toninho Andrade, Ministro Pepe Vargas, vamos sentar e vamos definir isso; vamos mandar essa normatização para os Estados, porque é isso que falta, porque sem isso não há como. E já vão começar a cobrar a adesão ao Programa de Regularização Ambiental. E como que se vai fazer a adesão se nós não temos ainda a normatização do cadastro rural?

Mas eu disse Acir, quando do requerimento, que a audiência é oportuna para isto: é uma cobrança, tem que sair a normatização!

O João foi preciso na sua fala. Ele representou, tenho certeza aqui, os produtores rurais, a angústia que está aqui. As cooperativas podem dar um grande auxílio treinando gente.

É claro que o técnico ambiental neste momento vai querer cobrar mesmo. Claro ele tem duzentos, trezentos pedidos, ele não dá conta de fazer, então ele cobra caro, porque ele tem uma demanda que está aque-

cida. Agora, se a gente treinar várias pessoas, essa demanda vai cair, e vai cair o preço. O fundamental é a gente cadastrar.

Gente, o trabalho que deu para fazer o Código Florestal... E esse cadastro e o programa são fundamentais, é a espinha dorsal do nosso Código Florestal.

Então eu paro. Eu não tenho pergunta. A minha sugestão é que o Presidente Benedito marque, na Casa Civil, para que a gente possa ir lá e dizer: "Olha, nós precisamos da definição. Chama, aí, a Agricultura, chama o Desenvolvimento Agrário, e vê o que é que precisa modificar, e vamos mandar essa normatização para os Estados".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu acolho a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Moka, e vou pedir ao gabinete para formalizar uma audiência com o Ministro Mercadante, para que a Comissão possa comparecer e discutir com ele exatamente o encaminhamento dos procedimentos regulares, para que a gente possa ter a normatização.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – O nobre Senador Blairo Maggi também gostaria de se manifestar a respeito do assunto.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Certamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos os convidados, os colegas. Desculpem o atraso de chegar à Comissão, mas eu tinha outros compromissos no Gabinete.

De certa forma, ouvi, pela TV, algumas considerações que foram feitas. Mas, como não acompanhei toda a audiência, não sei exatamente o que cada um falou, mas eu vou tentar, aqui, colocar uma situação que vem ocorrendo e gostaria da opinião daqueles que aqui colocaram seus pontos de vista, se, de fato, isso também ocorre em outros Estados ou só está acontecendo no Estado de Mato Grosso. Eu acho que será uma pergunta mais direcionada ao Paulo, que é do Ministério do Meio Ambiente.

Desde que nós começamos a discutir o Código Florestal, o novo Código, que, hoje, já é lei, ficou determinado que as situações que estavam consolidadas no campo deveriam valer até ali e nós não receberíamos, não seríamos fiscalizados ou seríamos multados por aquelas atividades até aquele momento em que o agricultor estava presente.

Essa foi a grande tônica, Senador Moka, Senador Acir, Senador Jayme, já que nós tentávamos proteger, naquele momento, o agricultor, a agricultura, de qualquer tamanho, grande, pequeno, médio e, principalmente, os pequenos que estavam sempre em situações que – se poderia dizer – eram mais irregulares do que os grandes produtores. E, principalmente, mais no Sul do País, no Sul, Sudeste, em que a ocupação foi bem anterior que no Centro-Oeste, onde já se ocupou terreno, e Rondônia também, dentro de novas regras e novas perspectivas.

Então, para mim, isso era uma cláusula definida, posso dizer uma cláusula pétrea. Bom, muito bem, nós temos um momento e vamos até aqui. Daqui, nós vamos dar um tempo para que os produtores se regularizem e aqueles que não chegarem à regularização no tempo previsto da lei, aí, sim, ele passará a ser multado, receberá as sanções da lei etc. e tal.

Acontece que a demora para termos os instrumentos para fazermos as fiscalizações, as regularizações, para mim, elas estão ocorrendo dentro do tempo previsto. Não do previsto que nós colocamos, porque já passou, mas, na discussão, eu comentei com vários colegas que aquele prazo que estava sendo colocado na lei ele era impossível de ser observado.

Eu fiz, no Mato Grosso, um programa chamado MT Legal, discutido com toda a sociedade – e diria que serviu muito de base para o que nós fizemos aqui no Código Florestal – e a discussão lá foi muito grande. E, depois da decisão de fazer, nós, também, colocamos dois anos e não conseguimos; foi mais um ano, mais dois anos, porque, no campo, as coisas são mais diferentes do que a gente escreve no papel. Elas não acontecem na mesma velocidade. Há n fatores que influenciam, e eu sabia que aquele prazo ali colocado ele não seria suficiente.

Mas era uma negociação. Tínhamos que aceitar aquilo, porque, se fôssemos esticar mais a corda naquele negócio, a gente ia acabar não conseguindo avançar. Então, aceitamos o prazo, embora sabendo que esse prazo não seria suficiente, como não está sendo.

Então, até aí, está tudo certo. Mas o que aconteceu? O Ibama, não sei se por vontade própria ou por determinação, criou uma força-tarefa e foi a campo. Foi a campo e bordada em todo mundo. E, olhem, os números dizem por si. É só você pegar o número de propriedades embargadas que tem até o dia da aprovação da lei e o número das propriedades embargadas depois da aprovação da lei, você vai ver que, efetivamente, houve um trabalho dentro do Ibama para se fazer isso. E nós temos, hoje, centenas e centenas ou milhares de

propriedades embargadas, com multas nos Estados de Mato Grosso. Acho que Rondônia tem também, assim como Mato Grosso do Sul. Enfim, é uma força-tarefa.

O Ibama e o Ministério do Meio Ambiente – obviamente são os dois juntos – criaram uma força-tarefa para ser uma arrecadadora. E mais: quanto às multas que os superintendentes da região tinham a obrigação e o poder de trabalhar, de aceitar, de negociar ou de levar adiante o processo, foi retirado deles esse poder, e centralizou-se tudo em Brasília. Então, hoje, lá, não se discute mais a multa em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Rondônia; vem-se discutir aqui. Então, nitidamente, claramente, montou-se um processo para achar – essa é a palavra – o produtor rural que não estava legal, que ficou esperando o Código Florestal para vir para a regularidade.

Eu não sei se não está acontecendo como começou a acontecer no MT Legal: no momento em que o produtor se apresentava para regularizar, o Ministério Público pegava aquele papel e falava: “Ah, você está dizendo que está ilegal, então, agora, pau em você”. Não sei se não está acontecendo isso também no nosso Código Florestal.

Enfim, eu queria fazer essa constatação, porque essa é a mais pura realidade que vem acontecendo na agricultura brasileira. Depois de 12, 15 anos de negociação do Código Florestal, depois do grande trabalho que foi feito aqui, ainda com a relatoria do Aldo, depois do Jorge Viana, do Senador Luiz Henrique, depois, na Câmara de novo, veto, vai e volta, é lamentável que órgão de Governo atue contra uma política que foi definida pelo Congresso e que foi apoiada pelo Governo. Não houve uma mudança nesse projeto aqui de que o Ministério do Meio Ambiente não tenha participado. Não houve uma alteração de que as ONGs não participaram. Brigamos em quase todas elas, mas dizer que foi feito escondido, que foi passada a perna em alguém, negativo. Inclusive, os mesmos que víamos na TV protestarem na frente do Palácio do Planalto eram os que estavam na reunião conosco. Muita coisa ridícula: o cara vinha aqui, negociava, apertava, negociava, apertava; em muitas, eles ganharam; em muitas, eles perderam; e, quando perdiam, iam protestar na rua. Que tipo de negociação é essa? Usar a imprensa, usar a má informação que o setor da sociedade urbana tem? E todo mundo quer proteger o meio ambiente. Eu também quero, mas produzir é necessário. Então, foi um jogo muito difícil. Nós todos trabalhamos muito, e eu lamento muito, mas muito, muito mesmo, o que vem acontecendo no Ibama, certamente com apoio do Ministério do Meio Ambiente.

Eu gostaria de ouvir essas considerações. Eu não sei se os colegas já passaram por esse tema ou se querem reforçar aquilo que eu estou dizendo aqui, se é o que, de fato, vem ocorrendo em todo o Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Só para contribuir.

De fato, é este o assunto que nós estávamos debatendo aqui, Senador Blairo Maggi: é essa a preocupação do Ibama.

Quem tem mais interesse em preservar é o agricultor. Ele sabe muito bem que precisa da água, de uma água de boa qualidade, do capão de mato para ter um socorro nas horas em que precisa com relação até a equipamentos manuais para sua propriedade. Então, ninguém mais interessado em preservar que o próprio agricultor. Ele está demonstrando isso na vontade de fazer o CAR. Está bem demonstrado isso. Falta, é claro, uma ação do Governo, que não depende mais do Congresso Nacional, que é essa a normatização.

Só para contribuir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira.

Em seu nome, saúdo e cumprimento os demais membros que compõem esta seleta Mesa de autoridades aqui presentes, demais colegas Senadores.

Eu acho muito proveitosa esta audiência, na medida em que os Srs. Senadores têm a oportunidade de se dirigirem aos senhores e, sobretudo, de externar as nossas opiniões, que têm muito a ver, naturalmente, com a política ambiental do nosso País.

Blairo foi muito feliz na sua observação, o Moka, o Acir e a própria valorosa companheira, Senadora Ana Amélia.

Todavia, as coisas, meu caro amigo Paulo, passam a ser mais complicadas do que você imagina. Para discutir um Código Florestal aqui, acho que levamos mais de um ano, se não me falha a memória. Foram debates e mais debates, audiências e mais audiências. Entretanto, aprovamos. Lamentavelmente, aquilo que foi escrito, aprovado, não está prevalecendo. As coisas estão ficando piores, pior a emenda que o soneto. O que o Blairo disse é a pura realidade e o disse o próprio Acir Gurgacz.

Todavia, quando você fala em CAR, eu queria indagar ao senhor, de forma bem clara, se é interesse do MMA. Queria saber se está sendo alocado recurso para as Secretarias de Meio Ambiente, na medida em que

imagino que tem de ser para regularizar. Ou seja, para dar uma situação de tranquilidade para o produtor rural, ele precisa estar com o CAR na mão. Mas a maioria das Secretarias de Meio Ambiente do nosso País não tem estrutura para atender à demanda, sobretudo em um Estado como Mato Grosso, em que há alguns milhares de produtores, pequenos, médios, grandes. A estrutura é insuficiente para atender toda demanda que está lá, os prazos estão exaurindo, e, com isso, os produtores rurais estão sendo penalizados.

Uma indagação de forma mais completa e direta. Eu pergunto: o MMA vai alocar recursos para os Estados ou pelo menos treinar, fazer uma parceria que possa melhorar o bom andamento dos trabalhos, que ele tem de proporcionar àqueles que naturalmente dependem dessa documentação, dessa regularização? Isso, pelo fato de que estou andando no meu Estado, sobretudo no interior, porque sou um homem mais interiorano, em que pese morar na grande Cuiabá – fui Prefeito por três mandatos de Várzea Grande, Governador do meu Estado, sou Senador da República –, e vejo as dificuldades.

Quando o Dr. Guilherme diz aqui... Hoje há uma máfia, sobretudo daqueles que prestam serviço de técnico dos órgãos, no caso, da Secretaria de Meio Ambiente. Não anda. A cada dia, se está onerando mais o pequeno produtor.

Esteve comigo, nesses dias, Blairo, uma comissão de Cotriguaçu. Um cidadão já se deslocou – um cidadão não, vários – 18 vezes, lá de Cotriguaçu. De Cotriguaçu a Cuiabá sabe quantos quilômetros dão, Paulo? Mil duzentos e sessenta quilômetros, batendo a carroceria. Quando se chega a Cuiabá, já chega só o chassi do carro. Nesta época das águas, principalmente, não temos estradas em determinados pontos do Estado. Isso é pesado, humilhante. Procuraram-me 18 produtores de lá, com advogado, que não sabem mais o que fazer, que não dão conta de pagar nem a viagem, para virem de lá até Cuiabá, distante como é.

Então, isso nos causa até indignação, na medida em que eles recorrem a nós, políticos, entendendo e achando que somos capazes de resolver os problemas que existem. Isso é ruim.

Então, há uma complexidade, Senador Benedito de Lira não só nas Secretarias de Meio Ambiente, das dificuldades criadas. Eles fazem o *check-list* lá, e dizem “Está faltando isto”. O cara chega com um papel e diz “É este?” “É este, mas tem mais este, mais este, mais este”, e não vira nada. Não vira nada.

A coisa fica mais complicada ainda, Senador Moka, porque o cidadão agora tem de fazer o georreferenciamento, para dar entrada nos cartórios, para registrar lá direitinho, para habilitar. Ou seja, para essa terra ficar regularizada de fato e direito, fica pior ainda. Ele vai ter de lidar com o Incra também; precisa do georreferenciamento para aprovar, e ainda há o CCIR.

Em Mato Grosso, Blairo, criaram mais um problema – V. Ex<sup>a</sup> deve ter conhecimento –, que é a Certidão de Localização e a Certidão de Legitimidade. Ora, ainda há o Intermap, que é o Instituto de Terras do Mato Grosso, outra coisa embolada, enrolada, complicada. E o cidadão está chegando ao ponto do desespero, não sabe mais a quem recorrer. A burocracia é tão grande, que tem sido pernicioso para o setor produtivo.

Lamentavelmente, tenho pena de pessoas que levaram multa lá. Essas, se venderem a terra, não pagam o valor da multa. Isso, sem nenhum critério. Agora, por conseguinte, retiraram, até disse ao senhor naquela audiência, lá na Comissão de Meio Ambiente... Hoje é em Brasília que se julga, tiraram o poder. Ou seja, o superintendente lá não julga coisa alguma, tinha um valor. Parece-me, inclusive, que retiraram de algumas superintendências alguns técnicos, que foram trazidos para Brasília para ajudar a julgar, para montar uma força-tarefa no julgamento de processos.

Então, temos que rever essa política do Brasil. Não aguentamos mais. Nós andamos em um Estado de dimensão continental, que tem quase 600 assentamentos, sendo que a maioria absoluta não tem ainda titularização da terra e aqueles que têm também têm o problema do CAR, do georreferenciamento, etc. Eu pergunto: onde vamos parar? Tem-se que dar um basta nisso. Fazer uma política de forma séria, responsável.

Lamentável, como disse o Blairo, instituíram forças-tarefa e saíram de forma disciplinada arrebatando, multando, penalizando o produtor rural. Nenhum produtor rural é bandido; são trabalhadores que estão ali produzindo, gerando emprego, gerando renda, dando sustento para suas famílias através do suor de seu rosto. Todavia, não são tratados de forma civilizada e, acima de tudo, de forma que permita termos um país com justiça social e, sobretudo, com segurança jurídica.

Falo isso aqui, porque, às vezes, me sinto impotente. Todos nós Parlamentares nos sentimos impotentes. Isso recai sobre nós. É aquela velha história em que o cidadão fala: “Ah, político não presta, não consegue resolver nada”. E assim por diante.

De maneira que é uma matéria, um assunto que temos de debater, até pelo fato, como bem disse a Senadora Ana Amélia aqui, de que tem uma matéria no jornal, o prazo está exaurindo, e a Secretaria. Paulo, não anda, está devagar, mas muito devagar. Lá no Mato Grosso, imagino que, até agora, não foram nem 25 mil e há mais de cem mil propriedades, entre pequena, média. E eu pergunto: aonde vamos chegar nisso aí?

Acho que o senhor que está lá, em parceira com os demais órgãos do setor, do Governo, tem que fazer uma reflexão, uma análise, na medida em que não podemos continuar. O Ministério Público está ávido para chegar arrebatando, usando a Força Nacional, a Polícia estadual, como tenho visto lá, penalizando as pessoas. Infelizmente, alguns até por falta de conhecimento; outros por falta de poder aquisitivo, porque não têm recursos para contratar o engenheiro florestal. Montou-se um esquema, que é difícil. Tenho visto lá cobrando do coitadinho R\$10 mil, R\$15 mil, R\$20 mil. De onde ele vai tirar? Já vendeu o gadinho dele. Se ele produziu a mandiocinha, fez a farinha, plantou o arrozinho dele... Não dá conta. E as distâncias são muito grandes da capital, onde fica o órgão maior para fazer a regularização fundiária.

De maneira que o Blairo deu um passo muito grande no governo, criando o MT legal. Todo produtor achava que estava resolvida definitivamente essa situação, todavia a impressão que tenho é que tem muita coisa para ser feita.

Mas espero que, com esse trabalho que está sendo realizado pelos órgãos envolvidos, possamos minimizar. A visão que tenho, até porque já fui prefeito por três mandatos, 14 anos, governador, é o bom senso. Todos nós queremos preservar. Sou Senador, mas, antes de mais nada, sou produtor rural, sou homem do campo, sou pecuarista. Em síntese, conheço a realidade. Não sou um desconhecido no assunto. Não, conheço bem a situação como governador e conheço também o outro lado do balcão como produtor.

De maneira que temos de achar um bom caminho e que, acima de tudo, possamos dar tranquilidade e certeza ao cidadão brasileiro de que será respeitado na sua plenitude, naturalmente aqueles que estão dentro da lei. Aqueles que estão na marginalidade têm que ser punidos de forma severa. Não compactuamos com cidadãos que estão à margem da lei. Entretanto, o bom senso, o equilíbrio, tem que prevalecer, pois buscamos, de fato, uma garantia e, acima de tudo, o respeito àquilo que é constitucional aos homens que produzem, que trabalham e que querem um Brasil com mais dignidade, mas, acima de tudo, com respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Agora, dou a palavra ao Dr. Paulo, porque a grande maioria das perguntas, das informações e das manifestações dos Senadores foi com relação ao Ibama. Então, o senhor tem a palavra para responder.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Srs. Senadores, eu ouvi com bastante atenção as questões levantadas. São muito apropriadas; todas, de fato, merecem muita atenção. Acredito que isso traz demonstra o êxito desta audiência pública.

E novamente parabeno o autor do requerimento, Senador Acir Gurgacz. Essa oportunidade é muito importante para esse diálogo. Isso tem demonstrado o quanto avançam, quando o Executivo vem discutir com o Legislativo, as questões de maior preocupação do País.

Isso já aconteceu, inclusive, na Comissão de Meio Ambiente, em que o Senador Blairo Maggi também promoveu no ano passado – o Senador Jayme Campos também lembrava – uma audiência para discutir exatamente esse tema.

Isso tem sido sempre muito proveitoso para levarmos ao conhecimento da Ministra, o que eu farei ainda hoje sobre as questões aqui levantadas. Sei que ela não é conivente com nenhuma possibilidade de achaque ao produtor, algum excesso na aplicação da lei. Certamente, se isso ocorrer, ela vai fazer com que isso seja alterado. Inclusive, a própria lei, como o Senador Blairo Maggi bem colocou, trouxe um mecanismo, um artigo que protege o produtor em relação aos desmatamentos antigos, aqueles anteriores a 2008. Enquanto o produtor não tiver regularizado no CAR, ele não pode ser penalizado por uma situação para a qual não lhe é dado o meio para fazer a sua regularização, que é a implantação do CAR. Já quanto ao desmatamento recente, o poder público tem que agir. A gente tem essa compreensão em relação a isso.

A Senadora Ana Amélia trouxe uma preocupação em relação aos municípios, que também é nossa. Nós já estivemos lá no Rio Grande do Sul, inclusive. Eu mesmo participei de uma atividade junto à Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, fazendo essa capacitação, explicando aos representantes dos Municípios a importância. É um Estado que tem cerca de 500 Municípios, são cerca de 500 mil imóveis rurais. Então, de fato é fundamental que haja uma parceria não só com o Estado, com o órgão estadual de meio ambiente, mas também lá na ponta, no Município, que tenhamos a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Meio Ambiente envolvidas em todo esse processo.

Nós também estamos dentro dessa estratégia. Só não quisemos pular diretamente ao Município, respeitando a autonomia do Estado. Primeiro, o Estado tem que se organizar, se estruturar para, junto conosco, chegar aos Municípios. Isso já está em curso, já está acontecendo em vários dos Estados em que, inclusive, participamos, fazendo o lançamento, a disponibilização do sistema. Como eu disse anteriormente, há 18 Estados que optaram em utilizar o sistema desenvolvido pelo Ministério e pelo Ibama. Nesse percurso, estamos indo aos Estados. Eu fui, inclusive, ao Estado de Alagoas fazer essa disponibilização. Não fomos ao Mato Grosso e

nem a Mato Grosso do Sul, porque eles têm sistemas próprios, mas fomos também ao Rio Grande do Sul e a vários outros Estados, fazendo essa articulação, para dar maior conhecimento e mobilização inclusive das entidades e dos produtores.

De fato, a participação do Município é fundamental, e nós também estamos de olho nisso. Quando formos disponibilizar a capacitação de cerca de 30 mil facilitadores para o produtor, muitos deles virão da Secretaria de Agricultura. E o Mapa (Ministério da Agricultura), é o nosso parceiro na mobilização do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura quanto também aos secretários municipais, para fazermos chegar essa informação lá no âmbito do Município, onde é mais fácil o produtor ser acessado.

Em relação aos prazos, o que vem primeiro, se é o PRA ou o CAR, de fato o primeiro a ser disponibilizado é o CAR. A partir disso, os produtores que optaram – o PRA não é obrigatório –, aqueles que tiverem passivo ambiental e que precisarem do apoio público para recuperar... Se o produtor prescindir do apoio, ele pode fazer por conta própria; ele indica como vai fazer essa regularização e já da início ao trabalho.

Agora, no nosso entendimento, o primeiro prazo que vem é exatamente é o do CAR. E aí nos irmanamos com os Srs. Senadores com essa preocupação de que o processo tem de andar. Nós, do Ministério do Meio Ambiente, lembrando agora o período de carnaval, somos como a comissão de frente, a gente dá a cara em todo o processo, mas há todos os parceiros juntos, das outras partes desse grupo, que precisam agilizar os seus processos. Como o Senador Moka já informou, nós já enviamos a regulamentação tanto do decreto, que dá o apoio, a condição para a implementação da instrução normativa – estão todas elaboradas, estão em consulta pela Casa Civil junto aos demais Ministérios envolvidos. De fato, estamos, como se diz no meio rural, na ponta dos cascos, para poder implementar o cadastro. Como já demonstrei, nós temos um sistema, Senador, que permita-me fazer uma comparação, inicialmente achávamos que seria um jericó e hoje vemos que ele é quase uma Ferrari mesmo. Temos um sistema que disponibiliza fazermos a partir de vários filtros, uma identificação perfeita da situação do campo.

O Estado de Rondônia também está inovando nisso na medida em que agrega informações da produção, porque o Código Florestal nos manda colocar informações ambientais, as características ambientais estabelecidas na nova lei. Rondônia está avançando nisso e vai identificar, inclusive, as áreas produtivas, o que produz. Isso, para a agricultura, é essencial, é fundamental. Assim, com maior precisão, sabemos o que é plantado, o que é cultivado em cada lugar. Isso ajuda no transporte, na armazenagem, na comercialização. De forma que o CAR vai servir para muito mais coisas. Hoje, a gente está virando a página, está mudando uma base tecnológica que vai servir para um conjunto de outras ações.

O Senador colocou a questão de como será feita essa temporalidade de quem desmatou, como vai ser verificado isso – se é manual ou se há algum sistema automatizado. Há sim, Senador; será automatizado. As imagens de satélite nos permitem fazer essa identificação de tipo de reflexão, da cor daquela vegetação, e sabemos, bioma a bioma, que vegetação é aquela.

A data de corte que está estabelecida na lei é 2008. A partir disso, nós temos condições, temos imagens, inclusive, de satélite de 2008 para fazer essa identificação. E o sistema vai nos dar mais segurança, mais precisão, mais agilidade, na medida em que automaticamente ele identifica o que é cobertura vegetal e o que não é.

Então, esse processo de análise é feito pelo Estado – são os Estados e os Municípios que preferencialmente implementam o cadastro. Nós fazemos o apoio, a disponibilização e, aí, nós estamos fazendo chegar dinheiro, sim, aos Estados, Senador. Estamos, sim, apoiando os Estados para esse processo, seja fornecendo as imagens de satélite, que é um insumo fundamental... E olha que isso é caro. Compramos já dois anos seguidos imagens de satélite. Custa cerca de R\$30 milhões a imagem de todo País. Inclusive, foi a primeira vez que se fez isso; foi a primeira vez que se fez uma compra de imagem de satélite de todo o País.

Nós já disponibilizamos aos Estados, já fizemos um trabalho, depois da aquisição, de juntar todas as cenas, que é o que se chama de mosaicagem dessas imagens, colocamos dentro do sistema, que já foi desenvolvido, estamos já também, como eu disse, a ponto de casco para poder fazer o cadastro junto com os Estados.

Todos os Estados já tem o sistema disponibilizado, tanto os 18 que vão usar o sistema desenvolvido pelo Ministério e pelo Ibama, como aqueles que optaram, legitimamente, por ter o seu próprio sistema. Quando a gente entra ali no [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br), todas as bandeirinhas dão acesso ao sistema, seja para aqueles que usam o nosso sistema, seja para os que têm sistema próprio. Então ele já está disponível. Só falta, de fato, a instrução normativa para dar esse início ao trabalho.

Bom, em relação às questões de multas, que têm aparecido – os Senadores aqui destacaram isso –, aquilo que houver de excesso, que estiver fora do que a lei, de fato, estabeleceu, nós vamos verificar junto ao Ibama e também junto aos órgãos estaduais – porque as multas podem ser de um ou de outro órgão, o direito ambiental é concorrente, há participação em todos os níveis – para que seja respeitado, de fato, o que está estabelecido na lei em relação à implantação do cadastro ambiental.

Há uma situação para os Estados que antecipadamente já tinham cadastro ambiental antes mesmo de todo o processo de cadastramento: alguns artigos trouxeram vantagens aos produtores. Hoje eles têm uma situação legal que lhes é mais favorável. Muito provavelmente, a legislação estadual tem que fazer uma correlação desses cadastros, uma atualização em relação à legislação atual. Nós queremos, sim, aproveitar tudo que já foi feito. Não queremos que o produtor tenha que fazer de novo, fazer um retrabalho. Agora, àquilo que for vantagem para ele, ele tem que ter acesso. Ele não pode ser penalizado, ficando com uma legislação que antes era mais rigorosa. Então, se há uma vantagem ao produtor, ele deve também ter acesso a ela. Então, o cadastro dele deveria ser atualizado para que ele possa ter vantagem em relação ao que foi estabelecido.

O prazo, então, para essa regulamentação decorre da instrução normativa. A IN, que é estabelecida pela Ministra do Meio Ambiente, ouvidos os demais ministérios, dá início ao cadastro. E para o cadastro, de fato, está estabelecido o prazo de dois anos. Ficou sendo um ano com a possibilidade de prorrogação para mais um ano.

Nós vamos suar a camisa para que, nesse primeiro ano, nós demonstremos que nós todos – União, Estados, Municípios, produtores – estamos nos empenhando para ter mérito para pedir uma prorrogação. Nós não vamos já de início pedir essa prorrogação.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe-me, Paulo, mas pelo que eu entendi vocês, então, não estão considerando a data da promulgação da lei?

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – A data estabelecida para o início do cadastro não está na lei; está na instrução normativa. A instrução normativa que vai dizer: “Agora começa a contar o prazo.” Agora, aquele período, aquele, sim: os dois anos da lei têm que ser cumpridos. A lei estabelece isso.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas a instrução normativa vai dizer?

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – É que dá o *start*.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, na verdade, até agora não correu prazo nenhum?

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Não, ninguém perdeu.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pelo menos uma notícia boa.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Isso é muito importante destacar: o produtor não perdeu o prazo em relação ao cadastramento. O que o Marco estava dizendo aqui é que esse período serviu para nós aperfeiçoarmos todo o nosso entendimento com os órgãos estaduais, desenvolvermos melhor os instrumentos, consultar os parceiros na hora da regulamentação. Quando for publicada a instrução normativa, aí, sim, o relógio começa a girar e a gente começa a contar os dois anos.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – É importante informar ao Ibama que o prazo não começou a correr ainda, porque senão se vencerem os dois anos, o Ibama vai com outra força tarefa em cima dos agricultores. É importante essa conexão com o Ibama, Dr. Paulo.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Sim, com certeza. A ação que o Ibama hoje desempenha em relação à cobrança de multas está relacionada aos desmatamentos recentes. Aquilo que foi anterior a 2008 tem que, de fato, aguardar o cadastro para que seja estabelecido.

Então, quanto à questão do prazo, nós entendemos que, de fato, ele é curto, o Senador Blairo Maggi tem razão em relação a isso, mas nós estamos envidando todos os esforços para cumpri-lo já no primeiro ano, para que tenhamos uma justificativa para pedir uma prorrogação. Não queremos fazer corpo mole para chegar lá e dizer que queremos mais um ano. Não! Nós queremos avançar o máximo possível.

E há uma situação que é muito favorável em relação a isso. Todos nós sabemos que as grandes áreas e os grandes imóveis detêm a maior parte do Território Nacional. No caso de Mato Grosso, por exemplo, Senador Jayme, grande parte do território de Mato Grosso já está coberto com o CAR; talvez nós não tenhamos o maior número, a totalidade do número de imóveis, porque, de fato, dos cinco milhões de imóveis rurais, cerca de quatro milhões são da agricultura familiar. Esses têm mais dificuldades, e o Poder Público tem que apoiar para fazer o cadastro. E o sistema que nós desenvolvemos permite fazer sem o georreferenciamento a campo. Nós vamos fazer o georreferenciamento na imagem de satélite, ela é de alta precisão e permite isso. Com isso, a gente ganha em agilidade, ganha em tempo, diminui o custo.

Eu já acompanhei – o Senador Moka deve saber disso –, estive em reunião na Famasul e me foi relatado isso, inclusive, de que alguns produtores estavam sendo procurados por técnicos dizendo: “Já está aprovada a lei, o senhor tem que fazer o cadastro e custa tantos mil para fazer.”

Portanto, essa preocupação é real, por isso nós temos essa parceria com a CNA, o Senar, que também será fundamental nesse processo de capacitar, orientar o produtor para que ele faça no tempo correto, para que ele não tenha que ser levado a fazer algo caro, porque, com as ferramentas que estão sendo feitas, a forma de chegar o apoio, o recurso aos Estados. Por exemplo, o Fundo Amazônia está apoiando todos os Estados da

Amazônia para implementar o CAR e ainda outros Estados fora do bioma Amazônia, dado o reconhecimento da importância do CAR.

Hoje está aberto, todos os Estados podem apresentar propostas de projetos, essa é uma das linhas, mas há outras linhas com as quais nós estamos trabalhando para o Cerrado, para os Estados que têm maiores dificuldades para que sejam apoiados de fato para implementar o cadastro. É importante também esclarecer isso, porque quem aprova o cadastro é o órgão estadual; o órgão estadual é que tem essa prerrogativa de apoiar o cadastro, por isso é que o sistema é todo interligado e, na hora em que o produtor clica naquela bandeirinha do Estado, diretamente a informação vai para o órgão estadual, ele é que analisa e, se tiver que corrigir algo, houver alguma modificação, o órgão estadual é que notifica o produtor, e notifica de uma vez só. Acabou aquela história de pede isso, pede aquilo, pede aquilo outro. É de uma vez só que ele tem que notificar para fazer essa correção no cadastro.

Assim, do modo que nós estamos trabalhando para agilizar os processos, e o produtor não precisa, inclusive, anexar nenhum documento. Basta informar, dizer o que garante que ele está em uma área, mesmo que ele seja posseiro; ele não precisa ter título da terra. Mesmo que ele seja posseiro, ele pode ter meios de fazer o seu cadastro e ficar tranquilo para buscar a sua regularização naquilo que a lei estabeleceu que é facultado fazer.

E nós já estamos pensando lá adiante também, Senador Moka, em como apoiar o produtor para ele recuperar essas áreas. Aquele que tiver que recuperar, porque não são todos, mas aquele que tiverem que recuperar, onde é que ele vai buscar semente, onde é que ele vai buscar muda, onde é que ele vai buscar assistência técnica? Nós estamos trabalhando com a Embrapa para isso, desenvolvendo um portal com informações de Município a Município para o produtor ver qual é a espécie nativa, se ele optar por plantar uma espécie nativa, ou qual é a exótica que ele deveria plantar para recuperar a reserva legal e a APP.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Porque, na verdade, Paulo, esse é o grande ganho ambiental, é exatamente a hora em que o produtor vai poder fazer essa recuperação. Se houver esse apoio, pode ter certeza de que será um avanço muito grande.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Só um aparte. Quer dizer que, se o cidadão, vamos imaginar, o assentado, ele não precisa ter a titulação, ou seja, o título na mão, ele pode acessar o CAR e ir fazendo essas mesmas condicionantes a que você se referiu aí? É isso?

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Senador, no caso do assentamento, é o Incra que tem que fazer o cadastro do produtor. É obrigação do Incra. Então, temos uma parceria também para isso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Quer dizer que é o Incra que, efetivamente, vai dar entrada?

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Exatamente. Aquele produtor, aquele posseiro que não tem título também pode fazer o cadastro, procurando o apoio, sem necessidade de ter alguma documentação que confirme a posse da terra. O importante é verificar quem está fazendo uso do recurso natural e como vamos fazer para recuperar essas áreas.

Durante a discussão do Código Floresta, os números variavam. Alguns falavam que eram 60 milhões de hectares; outros falavam em 20 milhões. Seja qual número for, vai ser um número muito grande, uma área muito grande. Isso, para nós, é uma oportunidade de o produtor melhorar sua eficiência produtiva e ganhar dinheiro. Queremos fazer um processo ganha-ganha, o ambiental e o produtivo, para que ele possa ganhar dinheiro, sim, e viabilizar a recuperação dessa área. Assim, sabemos que estamos protegendo o meio ambiente, protegendo a biodiversidade, protegendo os recursos hídricos, ou seja, todos ganhamos nesse processo. Estamos trabalhando junto com o MAPA, com o MDA para ter uma somatória de esforços e fazer chegar ao produtor a informação correta, no tempo adequado, com tranquilidade. Ninguém vai oprimir o produtor dizendo que ele tem prazo curto e que tem que sair correndo para fazer o cadastro. Ele tem, sim, um prazo estabelecido, que poderá prejudicar o acesso dele ao crédito. Nem estamos usando isso como uma espada para empurrar o produtor para fazer o cadastro. Ainda há tempo, porque a recessão ao crédito só vai acontecer a partir de 2017, para fazer o cadastro com tranquilidade. Mais ainda, queremos apoiar o produtor na hora em que tiver que regularizar sua área.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Concedo a palavra ao Sr. João Cruz Reis, que pretende prestar algumas informações.

**O SR. JOÃO CRUZ REIS FILHO** – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, queria aproveitar para dar um testemunho, pelo Ministério da Agricultura, do tão bom está ficando o sistema do CAR que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo. É realmente inteligível, fácil. Intuitivamente o produtor conseguirá fazer... Parabéns, Paulo, pelo trabalho que vocês têm feito, realmente a gente tem acompanhado e apreciado.

Trago um recado do Ministro Antônio Andrade, Senadores Jayme, Acir, Moka e Blairo e Deputado Colatto, e para o senhor também, Presidente, que o Ministério da Agricultura é a voz do produtor rural brasileiro dentro do Governo. Ele pediu para falar isso, ontem, às 21h. Era para falar isso, porque nos preocupa não só regulamentar o Código Florestal complementarmente, mas, sobretudo, regulamentar bem. Não podemos regulamentar mal. Temos que fazer com que os instrumentos que decorrem da regulamentação posterior à aprovação da lei sejam claros, transparentes e eficientes.

Realmente, nós, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, temos trabalhado muito, e de mãos dadas. Temos alguns pontos apenas, mínimos, que seriam importantes que ficassem claros no nosso entendimento. Em relação, por exemplo, ao decreto que regulariza o PRA, praticamente temos um ponto que gostaríamos que ficasse mais claro e que acho que não fechou ainda a publicação do decreto. Trata-se do art. 42, o programa de conversão de multas. A nossa proposta é que isso fique mais claro para dar segurança jurídica à conversão de multas. Isso já está na Casa Civil, já encaminhamos para lá. Então, estamos aguardando. Creio que é plenamente possível, no mês de fevereiro, esse decreto ser publicado.

O Senador Acir falou que foi informado que a instrução normativa estava no Ministério da Agricultura e aguardava ainda. Realmente, ela esteve conosco. Só gostaria de registrar a questão dos prazos, porque estamos falando de uma lei que foi aprovada em maio de 2012; recebemos a minuta de instrução normativa, isso é importante, no dia 17 de dezembro de 2013, o Ministério da Agricultura. Esse trâmite de Natal e tudo o mais, a nota técnica que o Ministério da Agricultura fez... Foi despachada para o técnico no dia 27 de dezembro, a nota técnica foi emitida no dia 2 de janeiro. Encaminhamos para nossa área jurídica. Tenho aqui a presença da equipe do Ministério da Agricultura, tanto da área técnica como da área jurídica.

Na área jurídica, já fizeram o parecer, Paulo, e já encaminharam para o gabinete, e o gabinete já deve ter encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente. Eles constataram que precisavam de alguns ajustes na instrução normativa do CAR, sobretudo na questão de não extrapolar o limite legal na questão do que é um imóvel rural.

Havia um artigo na instrução normativa que falava que, para matrículas contínuas, deveria ser feito um único CAR, mas, no nosso entendimento jurídico, porque nem a área técnica tinha se manifestado sobre isso, é que, para cada matrícula, em que há toda uma história de ocupação, de divisão, de trabalho, deveria ser feito um CAR. Se o produtor quiser agregar mais de uma matrícula e fazer um único CAR, ele até pode, mas não pode ser obrigatório, porque, às vezes, as áreas têm históricos diferentes.

Então, só vim trazer a mensagem do nosso Ministro de que estamos preocupados em regulamentar bem, e estamos fazendo isso da maneira mais célere. A nossa manifestação em relação ao decreto já está na Casa Civil, e também a nossa manifestação jurídica, porque, como disse, o processo chegou no dia 27 de dezembro na mão do técnico e o parecer é do dia 2 de janeiro, e tivemos o *réveillon* nesse meio. Foi período de final de ano. Nós fizemos.

O Ministério da Agricultura reforça que temos o maior interesse nessa área do Código Florestal, da sua regulamentação. A gente sabe da importância disso para o produtor rural brasileiro. Somos a voz do produtor rural dentro do Governo. Da nossa parte, estamos dispostos a colaborar com o Ministério do Meio Ambiente para dar celeridade e segurança jurídica para o produtor brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Queria cumprimentar o companheiro, nobre Deputado Valdir Colatto. Seja bem-vindo a esta audiência pública. V. Ex<sup>a</sup> tem muita intimidade com o que está sendo tratado aqui.

Mais alguém? (*Pausa.*)

Com a palavra o Sr. Arquimedes.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM - MT) – Pela ordem.

Estou dizendo para o Senador Acir que recebi 30 mensagens, depois que falei aqui, de pessoas de Mato Grosso cumprimentando pela audiência pública que está dirimindo dúvidas. A TV Senado está bombando hoje. Já foram 30 mensagens aqui.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Bem, Presidente, com relação às multas. No Estado de Rondônia, o Ibama e a Sedam trabalham juntos.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Consulto V. Ex<sup>a</sup> e também os colegas, e já houve esse procedimento em outras reuniões da nossa Casa, com a presença do Deputado Colatto, se ele pode usar da palavra nesta Comissão. Eles também na Câmara têm vários pontos a serem questionados. Já houve esse

precedente, eu mesmo já presidi reuniões onde permitimos que Deputados falassem em nossa Comissão. Ele conhece profundamente o assunto e tem muito a colaborar com esta audiência pública.

Consulto a V. Exª e aos colegas se podemos dar a palavra ao nosso colega Valdir Colatto.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não vejo nenhuma dificuldade para que isso possa ocorrer.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ao contrário, seria esquisito se ele não falasse, embora ele não entenda muito do assunto. Sr. Presidente, ele conhece pouco sobre o assunto. *(Risos.)*

É um grande especialista, um grande companheiro. Acho que o Colatto tem uma grande contribuição a dar. Particularmente, aprendi muito e aprendo todo dia com esse extraordinário homem público que é Valdir Colatto.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Valdir Colatto, antes de vir ao mundo real, já discutia com o pai exatamente as ações da agricultura brasileira. Então, tenho muito prazer em ouvir V. Exª.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Senador Benedito, Deputado, um minuto.

Queria sugerir também algo a V. Exª aqui. Quando Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, dávamos também a oportunidade para a população de maneira geral, via internet, fazer as suas indagações, algumas observações. Se possível, nas próximas, porque o Senado tem uma estrutura gigantesca nesse sentido, sugiro que possamos abrir até para o povo, para a população interagir com os membros da Comissão com perguntas. Selecciona e faz algumas perguntas são feitas. Acho que isso seria louvável e saudável até para nossa Comissão, sobretudo capitaneada e liderada por V. Exª. Aqui há estrutura para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Acho que é fundamental. Não tenho a menor dúvida disso. Vamos avisar ao pessoal da Comissão para, à véspera, montar toda essa estrutura capaz de receber as mensagens da população.

Terei prazer, Deputado Colatto. Seja bem-vindo à Comissão de Agricultura do Senado. V. Exª tem a palavra.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente Benedito de Lira, nobre Senador que está fazendo falta na Câmara, mas deixou o filho, que é realmente um grande Deputado. Cumprimento-o e cumprimento também aqui todos os Senadores. Obrigado pela proposição do Senador Blairo Maggi. Dizer também que a gente conviveu bastante com esse cara aqui que é o Waldemir Moka.

Às vezes, nós brigávamos, discutíamos, mas era briga de ideias, nada de importante. Aprendemos muito um com o outro. Eu aprendi política com ele, que talvez tenha aprendido um pouco de agronomia comigo como médico.

Queria cumprimentar a Mesa e também o nosso Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão de Agricultura, é isso? Já foi reconduzido? Vice-Presidente. O Senador Campos, enfim, todos os Senadores e os debatedores.

Agradeço a oportunidade.

O Dr. Paulo conhece o nosso trabalho, as nossas lutas lá no Ministério do Meio Ambiente.

Nós temos aqui... Queria fazer o registro do João Cruz, um engenheiro agrônomo que está lá no Ministério da Agricultura, com o nosso Ministro Antônio Andrade, que é um craque nessa área e está trazendo muita discussão importante para o processo da questão do meio ambiente.

Não quero me alongar muito. Quero aproveitar a oportunidade para dizer que a nossa Lei nº 12.651, foi aprovada no dia 25 de maio de 2012. E quando nós, Moka, fizemos essa lei, entendíamos que o Cadastro Ambiental Rural seria, tão logo feita a lei, implantado.

Os dispositivos legais necessários para se resolver isso são a lei, que foi feita, os decretos regulamentando o CAR e o PRA, que também foram feitos. E agora falta ainda esse decreto para as instruções normativas do CAR, que está demorando. Elas já deveriam estar sendo aplicadas. Embora o agricultor tenha o prazo de mais um ano para, depois de implantado esse cadastro, fazer o CAR, nós estamos tendo muitos problemas, Dr. Paulo.

Eu queria aproveitar a TV Senado para passar uma mensagem para o Brasil.

Nós colocamos, no art. 18 da Lei nº 12.651, que não há mais necessidade de averbação da reserva legal. E no § 4º se diz o seguinte: quem quiser fazer a averbação da reserva legal, Senador Moka, poderá fazê-lo voluntariamente e sem custos.

O que está acontecendo?

Como não saiu o Cadastro Ambiental Rural normatizado, os cartórios estão entendendo que precisa sair o CAR para não exigirem mais a averbação da reserva legal. Santa Catarina começou a fazer isso. Depois houve uma consulta ao Conselho Nacional de Justiça sobre se seria preciso ou não, e infelizmente o Conselho Nacional de Justiça disse que tem que fazer a averbação da reserva legal enquanto não sair o CAR. Criou-se uma confusão danada. Não é decisão jurídica, mas administrativa do Conselho Nacional de Justiça, que não sei por que se meteu nisso.

Então os cartórios, hoje, em Santa Catarina e no Brasil, não fazem mais escritura, não fazem mais qualquer ação de licença ambiental sem fazer averbação da reserva legal.

Ora, se nós dissemos na lei que até quatro módulos fiscais você não precisa ter reserva legal, a não ser aquela existente – manter a existente até quatro módulos fiscais –, e que acima de quatro módulos você tem 20 anos para repor um décimo por cada dois anos, para repor a reserva legal, como é que, se nós não exigimos a reserva legal, estamos exigindo a averbação da reserva legal, que nós revogamos na Lei nº 4.771? Não há mais lei que diga que tem que fazer averbação da reserva legal.

E o que está acontecendo, Dr. Paulo? Está acontecendo que, aplicada a lei antiga, você tem que fazer a reserva legal e isolar essa área: 20% no Sul, 35% no Centro-Oeste e 80% no Norte.

Imagine uma lavoura no Norte, Senador Blairo. A lei antiga dizia que você tinha que preservar 20%; a lei atual diz que tem que preservar 80%. Você vai quebrar todas as propriedades maiores no Norte e as pequenas no Sul, que estão tirando os pequenos pedaços de terra que têm na agricultura ou na pecuária.

Está acontecendo isso aí. Nós estamos tirando milhões de hectares do plantio, da produção, porque está se usando uma lei que não existe mais, que é a exigência da averbação da reserva legal aos moldes da lei antiga. Vejam o problema que nós criamos.

Então, há necessidade urgente de se implantar o Cadastro Ambiental Rural para o Brasil inteiro, porque não se consegue mais fazer uma escritura, uma licença ambiental se não fizer aquele isolamento dos 20%, 35% e 80%, o que é uma coisa absurda. Se nós já revogamos isso, se já mudamos a questão da reserva legal, como vamos exigir a averbação da reserva legal com uma lei que não existe mais, que é inventada pelos cartórios, pela Corregedoria de Santa Catarina e agora pelo Conselho Nacional de Justiça, que inventou que tem que fazer isso enquanto não tiver o CAR?

Enquanto não houver o CAR, nós temos esse impasse e pedimos que a agilização seja importante e rápida.

De dois pontos o João falou. De um exatamente nós temos que cuidar, que é a questão das multas. Eu hoje não me lembro do artigo aqui – eu tenho o código na cabeça, mas o artigo eu não lembro –, mas ele disse bem claramente que, a partir do momento em que esteja aprovada a lei do Código Florestal, as atividades continuarão normalmente sendo trabalhadas, sem qualquer ação de interdição ou alguma coisa parecida para não permitir que ele continue produzindo. E o que o Ibama está fazendo? Está interditando as propriedades no Mato Grosso e em Santa Catarina. Em pequenas propriedades, estão dizendo: 'Você tem desmatamento, então eu vou interditar a sua propriedade até que venha o Cadastro Ambiental Rural e o PRA. É tão absurdo isso!

Outro ponto que nós discutimos, muito sério e do qual nós não abrimos mão – pelo que a gente viu nas normas que estão saindo do Ministério do Meio Ambiente, não estão levando em conta, e nós já acertamos isso naquela reunião que houve lá com o senhor, do Deus dará –, é que é por propriedade, por imóvel, por escritura, e não por CPF. Se for feito por proprietário, será uma coisa, uma questão fiscal; mas se for por propriedade, como está na lei, será pela propriedade de cada um. Até porque nós temos a lei temporal que diz o seguinte: vale a lei da época, é a que têm que aplicar, e vão, através de satélite, buscar isso. Então, se vale a lei da época, se eu tenho uma propriedade, duas, três, cada uma tem uma história, cada uma foi aberta em uma época, cada uma tem um tipo de atividade, cada uma tem um tipo de solo, de topografia, etc., e caráter diferente, como vão pegar cinco pequenas propriedades e fazer um cadastro só? Não há como conciliar, porque questão ambiental é uma coisa, questão fundiária, outra. Então, disso nós não abrimos mão. Temos um pedido com a Ministra Iza-bella, na terça-feira, de uma audiência pública para tratar desse assunto. Nós falamos lá no Ministério do Meio Ambiente e concordaram conosco de que deve ser por imóvel, por matrícula, e não por propriedade, por CPF.

No geral, é isso que eu queria colocar. E dizer também que nós temos uma outra etapa, Senador Moka, que é a questão do PRA. O PRA seria uma situação depois do CAR. Se fez o CAR e entregou, pode pegar o protocolo e está resolvido o registro. Mas vão mandar para o Estado que vai fazer a análise do PRA (Programa de Regularização Ambiental) e dar um prazo para fazer as conversões ambientais na propriedade. Para isso, no nosso entendimento da lei, tem de ser feita uma lei estadual dizendo o que é o PRA, porque tem que levar em conta as características locais e regionais do Estado. Santa Catarina já fez isso. Graças a Deus, o Governador Colombo sancionou, nós já temos o PRA que regulamenta o que se vai fazer depois do CAR, Dr. Gilman. Esse é o processo todo para completar o ciclo da questão ambiental.

Agradeço o espaço. Com certeza, nós temos de ajustar essas instruções normativas do CAR. Para quê? A questão política nós já fizemos aqui. Agora, nós temos de tratar da questão técnica, Senador Lira, porque se, nós ficarmos trabalhando questão ideológica ou política não vamos conseguir chegar a lugar nenhum.

E a outra questão que nós temos, que eu acho que não podemos levar em conta e ficar teimando, é querer que se faça georreferenciamento de cada propriedade, Senador Campos. Se nós fizermos o georreferenciamento, exigirmos o georreferenciamento, as coordenadas geográficas de cada propriedade, vamos ficar 30 anos e não vamos conseguir implementar o CAR no Brasil. Se você o fizer via Google, via satélite, se o técnico

vier a fazer – com certeza, nós poderemos fazer isso facilmente dentro daquele espírito da simplicidade no preenchimento, e isso poderá ser feito com sindicatos, cooperativas, Ministério da Agricultura, Secretarias de Agricultura —, com certeza, vamos caminhar rapidamente.

Um apelo que eu faço ao Dr. Paulo: agilidade na implantação. Não pode passar do mês de fevereiro, sob pena de termos grandes problemas, a retirada da área de produção no Brasil, que é o que está acontecendo em todo o Brasil, inclusive para os pequenos produtores. Estão deixando, num pequeno pedacinho de terra, de plantar, porque o pessoal isola essa área como averbação de reserva legal, quando não é mais exigido isso, é ilegal e até acho que merece um ressarcimento indenizatório por parte de quem quiser exigir a averbação da reserva legal quando a lei diz que não é preciso.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Colatto, pelas suas colocações. Pergunto se o Senador Ruben Figueiró gostaria de fazer uso da palavra.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço sua presença conosco, Senador.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Guilherme para fazer os comentários sobre as colocações do Deputado Colatto.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – O Deputado Colatto é sempre presente neste tema. Ele não ia faltar, de fato, nesta audiência. A gente tem discutido com ele várias questões, várias preocupações que ele tem não só com Santa Catarina, que tem essas especificidades que ele colocou, mas também com a legislação no sentido mais amplo. E as contribuições dele, de fato, sempre são muito elucidativas, de forma que eu lhe agradeço, Deputado, por essa oportunidade de discutir algumas questões que o senhor levanta.

A questão do conceito do imóvel rural é um tema que a gente precisa, de fato, esclarecer. A lei estabelece que imóvel rural são aquelas áreas de uso contínuo. Sobre isso, nós precisamos ter um entendimento correto, para que aqueles que acreditam – que é a maioria que aqui está – querem aplicar a lei da forma como ela foi construída. Então, Senador Moka, como o senhor estava levantando essa questão do imóvel rural, pela lei o conceito de imóvel rural são áreas contínuas. Assim, para aqueles que querem, de fato, aplicar a lei – e acredito que a maioria aqui quer, porque a lei foi construída com muita discussão, com muita participação, tanto do Congresso quanto da sociedade – temos de mostrar agora à sociedade que vamos aplicá-la de forma correta, e o conceito correto de imóvel rural são áreas de uso contínuo.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, mas o que me parece que o João Cruz levanta é que isso não pode ser obrigatório. Se ele duas matrículas, ele tem direito de fazer dois cadastros. Agora, se ele quiser aproveitar e fazer como uma única propriedade... Mas não pode ser obrigatório isso. Parece-me que essa é a discussão. Corrija-me, João, se eu estiver errado.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – A lei foi muito sábia. Ela trouxe, como o Deputado Colatto também já mencionou, alguns artigos que fazem justiça ao campo. Então, o produtor familiar, que tem até quatro módulos fiscais, tem um regimento. Se a propriedade dele é menor, tem algumas condições favorecidas, especialmente em relação à reserva legal. O produtor que quiser se valer desse artifício de forma ilegal, vai fragmentar a sua propriedade em várias matrículas e fazer vários CARs. Essa é uma forma de burlar a legislação.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas não é isso, Paulo. Ele já tem essas matrículas.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – O ano é 2008.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O marco é 2008.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O marco temporal é 2008. Se eu tenho duas propriedades, duas matrículas – é sobre isso que estou dizendo, e gostaria que o João me corrigisse se eu estiver errado –, podem ser feitos dois cadastros ou, se não quiser, um único. Aí, é o conceito do Colatto que, salvo melhor juízo, eu interpretei assim: propriedade é uma coisa e proprietário é outra coisa.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Se forem áreas contínuas, é o mesmo imóvel, é um CAR único. Se forem separadas, são imóveis diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não é o nosso entendimento, e a lei não diz isso.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não é o nosso entendimento, e a lei que nós aqui fizemos não tinha esse objetivo. Isso eu posso lhe afirmar.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – A intenção nossa não foi essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não, e isso está bem claro na lei também.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – O nosso entendimento está bem claro. Exatamente! O conceito de imóvel rural é esse.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Dr. Paulo, cada imóvel tem uma história, uma atividade. Como é que se vai fazer a coisa? Um tem reserva legal já averbada, outro já não tem; como é que se vai misturar isso tudo? Não tem como, na prática, resolver isso tudo. Então, tem de ser cada cadastro um imóvel. Eu entendo assim.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Exato! Cada cadastro, um imóvel. Exatamente isso.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Um imóvel por registro de escritura e não um imóvel físico de dizer o que é.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Um imóvel pode ter mais de uma matrícula. Ele pode adquirir áreas e isso soma a uma mesma área.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Se o Incra juntar as áreas, aí sim; se fizer uma matrícula só. Agora, quando houver várias matrículas, cada um é uma história. É a lei da temporalidade. Como é que se vai aplicar a lei da temporalidade a uma escritura de cem anos, a outra de 50 e a outra de 20? Cada uma tem sua história, e a temporalidade é exatamente para isto, para dizer como é a história de cada propriedade, quando foi desmatada, quando não foi, qual era a lei da época.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Deputado, se o senhor me permite, se nós temos cinco milhões de imóveis rurais no País, fazer o cadastro em dois anos já será um trabalho hercúleo; imagine que, se formos fazer por matrícula, esse número se multiplica por várias vezes. Então, o trabalho seria muito mais dispendioso, inclusive para o produtor. Seriam milhares de cadastros.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Não é esse o problema. O problema é desclassificar para a pequena, média e grande propriedade. É isso que o Meio Ambiente está fazendo, é esse o objetivo; o nosso objetivo era exatamente quatro módulos, quatro módulos por imóvel, por matrícula, e não por imóvel somado, porque realmente, assim, se desclassifica todo o sistema que quisemos fazer. Essa foi a intenção do legislador. Pelo menos nós trabalhamos nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Dr. João, para fazer as suas colocações. Por favor, João.

**O SR. JOÃO CRUZ REIS FILHO** – Senador Moka, isso até havia passado despercebido pelo nosso parecer técnico. Foi nossa consultoria jurídica do Ministério da Agricultura que apontou essa divergência de entendimento. Então, no entendimento da consultoria jurídica do Ministério da Agricultura, cada matrícula, considerando a temporalidade 2008, tem seu histórico, por isso deveria ser ou poderia ser feita separadamente. Foi isso que remetemos para o Ministério do Meio Ambiente, que deve estar chegando lá.

**O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES** (*Fora do microfone.*) – Permite um aparte, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Por favor, Dr. Gilman.

**O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES** – Só para complementar, o Valdir começou a entrar no tema, mas não houve tempo para aprofundar. Se eu tenho uma propriedade que tem 100% de reserva legal visível, demonstrável, e tenho outra que não tem, que me proponho a recuperar, aí eu junto as duas e passo a ser deficitário, porque uma tem 2%, outra tem 20%, somadas, dá 11% do total. Então, vou me candidatar a ser irregular espontaneamente? Falta sensibilidade humana nisso.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas o texto é claro. É o que estou dizendo, não há essa possibilidade, a menos que queiram forçar nessa...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A lei é bem clara com relação a isso. Foi muito debatido, amplamente discutido aqui no Congresso, tanto no Senado como na Câmara.

**O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES** – Apelo para o Dr. Guilherme, por favor, para que não forneçamos mais armas para o Ministério Público nos penalizar, porque, na medida em que gera caminhos bifurcados, o Ministério Público prefere o pior, como está o problema da reserva legal. Não há que se discutir culpa, há que se procurar caminho para o futuro, um caminho de realização para nós e para o Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Por favor, Dr. Guilherme.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Só para dar o endereço do que estou falando. Estou falando da Lei nº 4.504, que é o Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964, ano em que nasci, inclusive. Trata-se do art. 4º, que define o que é imóvel rural. Mas isso nós podemos discutir com a Ministra, o senhor já confirmou uma audiência, para darmos continuidade também a essa discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E essa discussão deve ser travada também, e entendo que isso está sendo feito, entre os dois Ministérios, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, já que, colocado aqui pelo João, a pedido do Ministro, o Ministério da Agricultura é a voz do agricultor no Governo. Então, entendo que essa discussão, Deputado Colatto, deve ser feita dessa forma.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Com certeza. Acho que é o centro do processo. Inclusive, nos chegou a informação de que na minuta já emitida pelo Ministério do Meio Ambiente eles estão considerando, lá

no art. 32 – até sei o artigo – que é somado todos os imóveis. Nós não concordamos. Há vários artigos, Senador Acir, dentro do Código Florestal, falando sobre esse assunto. Temos, inclusive, posição de jurista, que passei ao Ministério do Meio Ambiente, do Dr. Luís Carlos Moraes, que é um especialista nesse assunto, colocando que não tem nada a ver uma coisa com a outra, é realmente por propriedade, por imóvel, por matrícula, e não por proprietário. É uma diferença muito grande. Senão nós teríamos colocado lá, então: “o proprietário deverá fazer”. Não, “a propriedade deverá fazer”, então, propriedade é aquilo que tem matrícula, e não aquilo que tem CPF.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Exatamente. No nosso entendimento está muito claro, a não ser que queiram realmente judicializar todo esse processo, e aí não vamos ter meio nem fim, só o início de uma grande discussão, de uma grande briga nos tribunais.

Mas estava com a palavra o Arquimedes, a quem a devolvo para fazer suas colocações com relação a essas fiscalizações que você começou a abordar.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Na realidade, tanto nós, órgão Sema, como o Ministério do Meio Ambiente, temos que tentar revisar o modo de abordagem...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** –... e o valor das multas, Paulo. Temos que sentar e rediscutir isso, porque hoje o problema da abordagem realmente é complicado.

Senador Acir, com relação a Rondônia, realmente tem sido emitido multas, mas todas elas atuais. E vou lhe dizer mais uma coisa: se algum produtor está lhe falando isso, está lhe enganando, porque muitos estão dentro de unidades de conservação, desmatando, e pior, virou mercadoria de negócio. Vou lhe dizer, porque cuido do CAR e diariamente – diariamente – chegam de cinco a seis proprietários para fazer... O indivíduo fez o CAR em nome do João, aí vendeu, dois dias depois ele vai lá, chega com o nome de Francisco e diz: “Já passei para o Francisco.” Quer dizer, está virando moeda de negociação. Então, tem que ter cuidado. Realmente, existem casos que aconteceram, mas a grande maioria é malandragem.

Com relação à preocupação do Senador Moka, de integração do sistema, o Ministério do Meio Ambiente e as SEMAs vêm conversando desde o início, já para ter os campos unificados, para fazer essa integração. Então, no caso de Rondônia, já temos todos os campos. É que nós temos mais informações do que eles. Então, vamos repassar ao Ministério do Meio Ambiente as informações de que eles precisam. Mas é perfeitamente possível a integração.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Mas é por matrícula?

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Isso aí está sendo discutido ainda. Estamos aguardando a instrução normativa. A Procuradoria do Estado de Rondônia também entende, pelo Estatuto da Terra, que o imóvel que tiver duas matrículas contínuas é um imóvel. Mas tem que se discutir. Tecnicamente, também, não temos como falar; é uma questão judicial. Não tem como.

Outro fato que temos valorizado no Ministério do Meio Ambiente foi essa aquisição das imagens. Era um costume de cada Estado fazer uma licitação e comprar, e isso acabava custando cinco ou seis vezes mais do que o Ministério do Meio Ambiente pagou para todo o Brasil.

Realmente, Paulo Guilherme, temos que pensar, juntos, Ministério e SEMAs, muitas coisas para se fazer em conjunto e para o Brasil todo. Isso baixa o custo e muito.

O Ministério Público realmente vai ser um problema. Nós temos de nos preparar. No Estado de Rondônia, ainda estamos tendo problemas só com os desmatamentos novos. Ele não tem ainda abordado os desmatamentos anteriores a 2008, mas os novos eles têm cobrado muito. Acredito que eles também vão questionar muita coisa. Temos de ficar prevenidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Os novos nós entendemos que...

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Não, nos velhos, eles não vão mexer. Temos a preocupação de que eles queiram mexer, dizendo... No caso de Rondônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Moka, com a palavra.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Deixe-me dizer uma coisa muito importante. Nós, aqui, ninguém aqui vai defender o cara que está fazendo o desmatamento pós-2008. Não é isso. E muito menos o cara que está fazendo negociação.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Sim.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não é isso. O que nós queremos é o sujeito que, por exemplo, anterior a 2008, seja protegido. A lei diz isso. Aí, o Ministério Público é o fiscal da lei. Ele não pode e não deve, e não é possível ele sobrepor-se. Então, fico muito tranquilo em relação a isso.

Agora, o produtor que está fazendo isso à revelia da lei, esse não tem o meu apoio. Em relação a propriedades diferentes, o texto é muito claro, e isso foi exaustivamente discutido. Mas como a Ministra vai, na terça-feira, à audiência pública, penso que é um bom momento para a gente esclarecer esse fato.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Na realidade, o texto deixou meio confuso, porque a Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, prevê isto, as matrículas contíguas. Então, vai ter de se fazer um ajuste entre imóvel e matrícula, o que acredito seja perfeitamente possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É a tal da normatização que estamos aguardando.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – É, fazer um acordo, sentar logo com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Justiça e fazer logo um acordo para... Senão, vai atrapalhar tudo. Vai parar tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É, vai judicializar todos os processos.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Vai judicializar tudo.

Senador, outro problema que temos em Rondônia é o seguinte: mesmo que seja anterior a 2008, existe aquele proprietário que, vamos supor, em 2004, averbou 50%. E, entre 2004 e 2008, nesses 50%, ele desmatou o que estava averbado.

Então, muitos casos que o Ibama está pegando também têm isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas ele tem de regularizar.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Aí, ele vai para o PRA.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – É, aí é uma discussão...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Depois do CAR, vem o PRA, exatamente para regularizar essas situações.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – ... se ele quiser e tiver intenção, ele vai...

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Mas, veja bem, ele descumpriu um acordo que tinha feito na matrícula, de que ia preservar aqueles 50%, e desmatou. Então, o Ministério Público está questionando muito isso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Sr. Arquimedes, só para entender aqui. Até 2004, estavam averbados 50% das escrituras...

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – É, em 2004, ele averbou 50, estava lá preservado. Em 2006...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Ele desmatou...

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Desmatou, vamos dizer, 25%...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Mas ele não tinha atingido os 50% dele, que eram garantidos através da...

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – Não, ele já tinha.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Aí, não. Está ao arrepio.

Agora, uma coisa só para dirimir, para esclarecer: você falou que o Ministério Público vai criar caso só, imagino, de agora para frente, de 2008 para cá. O que acontece? Para esclarecer aqueles que nos estão vendo pela televisão – imagino que devam ter alguns milhões de brasileiros assistindo –, evidentemente, o cidadão, por exemplo, em Mato Grosso, na área do Cerrado a legislação permite quanto? Sessenta e cinco, não é isso? Sessenta e cinco, porque 35% têm que ser preservados,

Vamos imaginar aqui 50%. Cinquenta, considerando os 65%, ele tem um saldo no estoque dele de 15%. Imagino que, claro, apresentando um projeto, dando certo, considerando o órgão que seria Sema, no caso, ele também teria esse direito adquirido por força até da aprovação do novo Código Florestal.

Muitas pessoas que estão assistindo podem dizer assim: “tenho o direito de desmatar 65% por força de lei, todavia desmatei apenas 50% e tenho um estoque de 15%, dependendo de fazer um projeto de manejo, encaminhar ao órgão competente, e poderei continuar até concluir os 65%”.

Temos que dirimir algumas dúvidas ainda, Paulo. É bom que se esclareça aqui: o que é o Cerrado muito bem claro e o que é área de transição. Há uma dúvida navegando ainda, e precisamos especificar naturalmente e deixar muito claro: o que é transição e o que não é transição. Isso depende dos biomas de alguma região, sobretudo no nosso Estado de Mato Grosso, na região norte do Estado. Lá, a lei manda e diz, aquela medida provisória de 1998, de Fernando Henrique Cardoso, que apenas 20% pode ser derrubado. Beleza? Beleza, em que pese alguns tenham averbado, em suas escrituras, 50% porque, até então, a legislação permitia, antes de 1998. Esses, então, ficaram impossibilitados. Trancou porque a medida provisória não deu a eles mais esse direito, mesmo tendo averbado sua escritura. É um questionamento jurídico, ninguém pode desconhecer que, imagino, devesse prevalecer o que estava dentro da escritura pública, que era a reserva nos termos de 50/50.

Nesse caso, um ponto muito importante, Paulo, é definirmos, com muita clareza, o que é área de transição e o que não o é. Confunde-se muito Cerrado com transição e Floresta. São biomas diferenciados na mesma área, às vezes, na mesma região. São assuntos importantes que temos que definir, por exemplo, deixar claro o que é transição, o que é Cerrado, o que é Amazônia, até porque temos lá uma legislação que fala que, acima do Paralelo 16, já passa a ser Bioma Amazônia brasileira. Todavia, não é verdade.

O que ocorreu no passado? Com a Sudam financiando alguns projetos, lá na década de 70, naquela Região Amazônica, para fazer a ocupação, houve naturalmente um desmatamento enorme, sobretudo com autorização, com financiamento do próprio Governo Federal. De lá para cá, essas pessoas que desmataram estavam sendo penalizadas. Feito isso, elas teriam que pagar o quê? Pagar um passivo ambiental. Como? Dando outras áreas, adquirindo outras áreas para pagar o quê? Esse passivo ambiental. Então, isso tem que deixar de existir até pelo fato de que, naquela oportunidade, quem financiava quem dava os recursos era o próprio Governo Federal, através de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Então, para nós particularmente, do Mato Grosso, hoje, isso tem que ser rasgado, ou seja, isso não interessa mais. Não interessa mais, porque havia essa política devido ao próprio incentivo do Governo Federal. Nesse caso agora, ele tem que deixar de existir, prevalecer aquilo que está escrito lá atrás, ou seja, o que está na medida provisória do governo do Fernando Henrique Cardoso. Essa medida provisória já sumiu, já acabou, mas ficou aquela dúvida no ar, aquele questionamento lá que sugere, com certeza, insegurança jurídica. Acima de tudo, o cidadão está sujeito a ser penalizado pelo fato de que alguns pontos, como bem disse aqui, têm que ser definidos: é assim, assim, aqui e acolá. Feito isso, todo mundo, como estou percebendo, vai trabalhar na legalidade. Todo mundo quer trabalhar na legalidade, até porque o produtor rural, seja ele pecuarista...Hoje, quase todos os frigoríficos – literalmente todos – querem saber a situação da sua propriedade. É *on-line*. Se o Paulo vai vender um frigorífico lá, vão dizer: “olha, você está fora, você não tem CAR, você não tem não sei o quê, você desmatou a mais, você está em situação que não dá para vender”. Se você for vender soja hoje, é a mesma coisa. Você vai nessas *trades*, seja Cargill, seja Bunge, etc., verá que eles também estão com a mesma situação, e sobretudo com jogo duro. Então, o cara não quer produzir porque não vai achar para quem vender. Ou vai procurar vizinho, dizendo: “olha, pelo amor de Deus, vende para mim, porque não sou capaz de vender minha produção.”

Então, nós temos que chegar a bom termo e esclarecer alguns pontos sobre os quais ainda há alguma dúvida navegando por aí, porque isso, infelizmente, nós dá intranquilidade e principalmente às pessoas que estão trabalhando de boa-fé, mas que se sentem inseguras e intranquilas. Estou fazendo essa observação porque temos alguns pontos lá no Mato Grosso que vivem essa situação de intranquilidade, sobretudo sem nenhuma garantia.

Essa era a observação que eu queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Deputado Colatto.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Desculpe, é só para eu poder colaborar com o Senador Campos. Nós temos, na lei... Como agrônomo, não me ligo nos números dos artigos, porque aprendi essa técnica com os advogados: artigo tal. Nós levantamos a questão, por exemplo, daqueles que poderiam desmatar dentro da legislação da época, vamos dizer, 50%, 80% e não o fizeram. Fizeram 20%, 30%, 40%, 50%. Nós tentamos resolver isso. Não conseguimos. Qual foi a saída? Que aquele excedente que você poderia desmatar, além da reserva legal permitida pela lei, na época, se transformasse em cota de reserva ambiental. Então, se eu podia desmatar 50% e desmatei 30%, os 20% podiam se transformados em cota de reserva ambiental para eu ter o serviço ambiental, receber por essa floresta que está em pé.

*O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – (Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Isso. Ou por cota. Faz cota, cota se vende.

A questão que ele estava falando aqui da área de transição da Amazônia com a floresta ou com o Cerrado ali, na verdade, foi uma coisa da Sudam lá que alguém quis trazer os limites mais para baixo, para o Tocantins ou Maranhão, para ser incluído na Sudam, para pegar os recursos que eram privilegiados à época. E acabaram trazendo a Amazônia mais para o centro do País. Então, agora estamos neste impasse: o que é Amazônia e o que Amazônia Legal? Se for Amazônia Legal, é uma legislação; se não for Amazônia, é outra legislação, porque a Amazônia é 80%. O Cerrado é 35%. Então, aí é um impasse que temos que fazer acontecer.

Mas eu queria dizer que esta questão da área de transição se resolve através do PRA. Só quero citar aqui um artigo que a lei de Santa Catarina estabeleceu para isso. Quando se tem a averbação da reserva legal, o que é que se faz com aquilo que já está averbado? Até agora, a averbação era assim: você ia lá e “eu quero 20%”.

“Bom, mas eu tenho tudo plantado.” “Não interessa. Tira 20% da sua produção, do seu plantio, da sua pastagem e você vai ter que deixar ali.” Tenha floresta ou não tenha floresta. Essa é uma área que você tem que regenerar e deixar lá. Era assim. Agora não. Pela nossa lei, você vai colocar a reserva legal e vai ser estudada onde é que ela é melhor para o meio ambiente, que é uma coisa mais lógica. É na beira do rio, na fonte, no morro, onde você tem as áreas de risco etc. Então, você somou APP com reserva legal. Hoje, está definido na lei que você pode somar APP com reserva legal. Antes, podia, não podia, mas normalmente não. Então, você tirava aquele pedaço de terra produzindo.

O que nós fizemos hoje? Em Santa Catarina isso está na lei estadual. E eu acho que o Dr. Paulo tem que olhar isso porque o PRA virá. Os Estados, é o caso de Rondônia também – e qual a característica de Rondônia? Conheço mais ou menos Rondônia –, dentro características dos Estados, você tem que adaptar o PRA a esse sistema. Não sei se já tem o PRA. Não tem? Mas nós fizemos o seguinte: “A Reserva Legal será instituída de modo a não inviabilizar atividades agrossilvipastoris já realizadas em áreas rurais consolidadas e, preferencialmente, será localizada em áreas não agricultáveis”.

Quer dizer, quem já tem a averbação da reserva legal quando fizer o cadastro vai pedir: “Eu quero um relocação da minha reserva legal porque ela está em lugar indevido na visão ambiental”. E quem fizer a análise do CAR que vai dar o veredito do PRA, o que, de acordo com a lei, é o Estado que vai fazer isso – não sei como o Estado vai fazer isto, analisar todos os CRA para depois dizer o que tem que fazer e dar o prazo –, vai dizer: “Não, você pode mudar a sua reserva legal para cá e para lá ou continuar plantando na área agricultável e jogar sua reserva legal para lá”. Acho que aí, por esse caminho, nós vamos ter a questão da zona de transição.

Então, Mato Grosso e Amazônia têm que se entender nesse processo, no PRA, em como vão administrar esta questão da zona de transição, que eu acho que é um baita de um problema para se resolver dentro desse processo. Não sei se o cadastro vai contemplar.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Colatto.

Nós tivemos vários momentos no País, Senador Jayme, em que podíamos, na Amazônia, desmatar 75%, depois 50%, depois 20%.

Uma emenda minha, na época, que foi acatada é que quem desmatou sob a lei da época está coberto, sem problemas. Quem não desmatou, que tinha sua propriedade, e também é uma emenda minha que foi acatada, que poderia ter desmatado e não desmatou, pode comercializar como reserva ambiental com quem desmatou acima do permitido. Então, são as duas emendas que consegui colocar no Código Florestal...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A emenda foi nossa e exatamente fruto de uma audiência pública que fizemos em Vilhena para discutir essa questão. As pessoas chegaram à conclusão de que tinham que fazer alguma coisa com aquele proprietário que poderia ter desmatado e não desmatou. Depois, a lei mudou, e ele ficou no prejuízo, Senador Ruben Figueiró. Então, para que ele também não desmate mais, porque não é essa a intenção, ele pode comercializar esse crédito com alguém que desmatou acima do permitido. O Código está muito claro com relação a essas questões, da mesma forma que está clara a questão da matrícula também.

Espero que, Guilherme, não venha o Ministério do Meio Ambiente, agora, depois de aprovado o Código Florestal, querer mudar o Código Florestal de novo, por normatização. Isso foi amplamente debatido e discutido. Não tem o que se discutir com relação a essa questão no Congresso Nacional. Não é na Comissão de Agricultura ou do Meio Ambiente, não! É no Congresso Nacional, porque foi amplamente discutido e votado no Senado, na Câmara, nas duas Casas. Esse assunto foi um dos temas mais debatidos e discutidos nas duas Casas. O Deputado Colatto lembra, o Senador Jayme e Figueiró também lembram dessas discussões.

O Dr. Guilherme gostaria de fazer um comentário sobre as colocações do Senador Jayme. Então, com a palavra o Dr. Paulo Guilherme.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – Obrigado, Senador.

Certamente o Ministério do Meio Ambiente não vai exorbitar nem ficar aquém do que a lei assim estabeleceu. Estamos cumprindo a lei. Estamos implementando à risca não só essa lei específica, mas as outras correlatas, como, no caso, o Estatuto da Terra.

Senador Jayme, o senhor trouxe uma questão que gostaria de explorar um pouco, porque, de fato, é de muita preocupação, muita tensão. O senhor está plenamente correto em observar que existem particularidades nos Estados. O nosso País é muito diferenciado. A regra é geral, a especificidade cabe aos Estados regular. A Lei nº 12.651 foi muito feliz nesse aspecto, porque ela exatamente atribui a Estados e Municípios a preferência para implementar o Cadastro Ambiental Rural. Nesse espaço, o Estado pode, sim, dirimir essas dúvidas, dizer o que é faixa de transição, aonde vai. O senhor tem essa situação, de fato, em Mato Grosso, assim como, em

Mato Grosso do Sul, temos o caso do Pantanal, que compartilhamos também com o Mato Grosso, em que é preciso ser mais bem definido o que é área de preservação permanente no Pantanal. Temos também situações já observadas no Rio Grande do Sul. Em várias regiões do País existem essas especificidades. Cabe aos legislativos estaduais ou ao Executivo dos Estados tomar essa iniciativa de regularizar essas especificidades, para que tenhamos mais precisão na hora de o produtor ser orientado de como faz o CAR e como o Estado vai de fato aprovar esse cadastro apresentado pelo produtor.

Então, é muito feliz a colocação e a lembrança que o senhor traz aqui, e aproveito para fazer esse destaque do fato de alguns Estados já estarem tomando a iniciativa de fazer suas regulamentações. Cabe ao Estado complementar, especificar o que tem que ser dirimido de dúvida.

**O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES** (*Fora do microfone.*) – O senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Por favor, Dr. Gilman.

**O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES** – Quero apelar para os juristas – o Deputado Valdir é agrônomo e eu sou pedreiro, sobre a questão da hierarquia das leis. Se a lei de 1964 tiver o mesmo nível hierárquico que tem a lei do Código Florestal, a lei recente sobrepõe a antiga. Elas são hierarquicamente diferentes? Por favor, a assessoria jurídica pode examinar isso. Não tem o que se discutir: se o nível hierárquico da lei é o mesmo, a recente se sobrepõe à anterior.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

Pergunto se algum convidado quer fazer uso da palavra novamente.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Poderia fazer mais alguma pergunta, desculpe-me. Está aqui comigo e o pessoal está me cobrando.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Deputado Colatto, com prazer.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB - SC) – Dr. Guilherme, como está tratada a questão das áreas consolidadas na proposta do CAR. Há uma dúvida sobre se são reconhecidas as áreas consolidadas. Não está bem claro isso. Poderia nos dar... Acho que o Brasil está querendo saber isso. Realmente é uma coisa que eu estou em dúvida, e muita gente está.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Dr. Paulo Guilherme, com a palavra.

**O SR. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL** – O sistema faz essa identificação. O produtor, na hora de desenhar, caracterizar o imóvel rural, ele faz isto: identifica todos os atributos estabelecidos na lei, o que tem de área remanescente, o que tem de área de preservação permanente. E alguns Estados, como é o caso aqui de Rondônia e o Estado da Bahia também, estão indo além, estão pedindo outras informações de uso da propriedade.

Então, essas informações podem ser registradas, sim, na hora de confeccionar o cadastro ambiental e nós temos à disposição de imagens de satélites da época para conferir a informação e subsidiar o produtor na hora de fazer o cadastro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Agradeço a todos...

Com a palavra o Marco, da OCB.

**O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA** – Senador, obrigado.

Na verdade, a OCB entende que a gente chega a um momento crucial, onde o bom senso tem que imperar. A gente precisa de mecanismos seguros para aumentar a confiança do produtor rural na hora do cadastramento ambiental rural. E com isso, contribuir para o desenvolvimento sustentável do nosso País.

É nisso que a OCB acredita e isso que a gente tem que trabalhar agora. Chegamos à reta final e eu acho que o bom senso é alinhar, é conversar de novo, acertar isso e o mais urgente possível colocar essa regulamentação na rua. Quero agradecer novamente a oportunidade e ressaltar que continuamos à disposição do Senado, de todos os senhores, com relação ao Código Florestal.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Marco, pela sua presença.

Passo a palavra, então, ao Dr. Paulo Guilherme para suas considerações finais.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Guilherme Francisco Cabral) – Só confirmar que esse também é o desenho e a vontade do Ministério do Meio Ambiente, de que a gente possa, de fato, colocar o CAR à disposição dos produtores o mais rápido possível. Essa é a grande expectativa de todos.

Estamos preparados para isso, tanto no âmbito do Governo Federal, quanto no âmbito dos governos estaduais. Problemas vão acontecer, até mesmo a Microsoft tem problemas quando lança seus sistemas. E não podemos ter medo disso. Precisamos colocar o sistema em operação, corrigir e detalhar o que tem que ser detalhado, como o Senador Jayme Campos já colocou a especificidade dele de Mato Grosso.

Essas questões todas que estamos trazendo aqui não são novidades, elas foram discutidas amplamente no âmbito dos Ministérios antes de enviar a instrução normativa à Casa Civil. Todas as polêmicas aqui, Senador, já foram tratadas previamente, antes de a gente enviar a Casa Civil.

Muito obrigado a todos os Senadores pelas colocações feitas aqui. Isso certamente elucida bastante, contribui muito, aperfeiçoa o nosso trabalho de correção na hora de implementar o Código Florestal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Paulo Guilherme, por sua explanação e pela sua presença conosco. Transmita o nosso abraço à Ministra, que sempre teve um trabalho muito importante e voltado ao meio ambiente, mas também com a preocupação muito grande com o produtor rural. Ela sempre foi uma pessoa muito equilibrada e teve uma influência muito grande na construção desse novo Código Florestal Brasileira. Ela nos ajudou muito com relação a isso.

Dr. João Cruz, a quem agradeço a presença, as suas considerações finais.

**O SR. PRESIDENTE** (João Cruz Reis Filho) – Muito obrigado, Senador Acir, pelo convite e pela oportunidade. Obrigado a todos os presentes. Acho que foi muito produtivo.

Queria fazer um agradecimento especial à equipe do Ministério da Agricultura que tem me ajudado nesse trabalho: o Paulo, o Roberto Lorena, o Dr. Márcio Mazzaro, advogado, que dão suporte para a gente tomar essas decisões.

Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Transmita ao Ministro os nossos cumprimentos e agradecimentos pela presença sempre do Ministério da Agricultura nas nossas audiências.

Dr. Gilman Viana, para suas considerações, agradecendo também a sua presença conosco nesta audiência pública.

**O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES** – Cumprimento a Comissão pela audiência muito oportuna e esperar, com muita segurança, que o Ministério do Meio Ambiente tenha sensibilidade de registrar e sedimentar o que foi colocado aqui para a construção de um Brasil melhor.

Trago também, Senador, os cumprimentos da Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA, que pediu que a representasse, mas não deixasse de cumprimentar todos os Senadores a quem ela tanto estima.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença.

Também para suas considerações, Dr. Arquimedes, agradecendo mais uma vez a sua presença. Transmita o nosso abraço ao Governador Confúcio Moura, que tem feito um trabalho excepcional no Estado de Rondônia com relação ao meio ambiente e também com a produção agrícola no nosso Estado.

**O SR. ARQUIMEDES ERNESTO LONGO** – O nós é que agradecemos, ficamos satisfeitos por poder apresentar o nosso trabalho. E estamos lá à disposição. Se algum Estado quiser ir lá nos visitar, se alguma outra pessoa tiver alguma dúvida, estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, então, ao Arquimedes...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Arquimedes.

Senador Ruben Figueiró, com a palavra, pela ordem.

**O SR. RUBEN FIGUEIRÓ** (Bloco Minoría/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Senador Campos, Sr. Deputado Colatto, senhores debatedores, eu cheguei aqui a destempo. Infelizmente, as nossas obrigações aqui nesta Casa exigem que a gente tenha, além da minha estatura ideal, uma estatura igual a sua, para atender a todos os compromissos que temos. Eu tinha para oferecer algumas indagações a V. S<sup>as</sup>, mas, consultando meu companheiro de bancada sul-mato-grossense, o Senador Moka, ele me disse que todas as perguntas que eu faria já haviam sido, por explanação ou por respostas, satisfeitas a todos nós.

Eu vou me reservar a ler as notas taquigráficas e, se porventura eu tiver alguma dúvida a respeito das respostas pronunciadas pelos senhores, sinto-me na liberdade de me dirigir posteriormente.

No mais, Sr. Presidente, eu gostaria, sinceramente, de cumprimentá-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> é o autor do requerimento para realização desta audiência. Pelo menos pelos instantes em que aqui estive me confortou profundamente, pois esclareceu assuntos que preocupam o produtor rural de todas as extensões do nosso País.

Então, eu cumprimento a todos os senhores. Saúdo o Deputado Colatto, que eu não tive oportunidade de conhecer pessoalmente, a não ser pela televisão, nos debates na Câmara, e dizer-lhe que há uma identificação muito grande entre nós, porque nós dois estamos na estatura ideal. Não quero dizer que os senhores são extravagantes.

Meus cumprimentos a todos.

Meus parabéns, Sr. Presidente, pela oportunidade desta audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró, grande Senador pelo Mato Grosso do Sul, que tem contribuído muito com esta Comissão e com a agricultura do nosso País.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores nesta audiência. Deputado Colatto também, sempre muito atuante, obrigado pela sua presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

*(Iniciada às 07 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)*

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,**

### **COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2014.**

Às nove horas e dezoito minutos do dia onze de março de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Lídice da Mata, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberebe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 63, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que “Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.” O Presidente da Comissão designa a Senadora Lídice da Mata Relatora “ad hoc”, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pela prejudicialidade do Projeto. Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Lobão Filho que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 343, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 10/12/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 01-CCT (Substitutivo) por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 274, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNIDADE FM - RADIOCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 284, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TRESOROENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Coroas, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 306, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Infor-

mática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CULTURA DE BLUMENAU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 327, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAPIRAPUÃ PAULISTA - ADICIPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapirapuã Paulista, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 334, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL CIDADE BAURU Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERAFINENSE DE COMUNICAÇÃO - ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 275, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CRESCER E FLORESCER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 263, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DAS MULHERES ORGANIZADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piri-piri, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 198, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SETOR CENTRAL DE PORTEIRÃO GOIÁS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porteirão, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 222, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS (AS) COSTUREIROS (AS) DO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA/SE - ASCOMITA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabaiânia, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 236, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO CANAÃ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 257, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 329, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Infor-

mática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE SANTA IZABEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 346, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 368, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 313, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PARANÁ FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 269, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 301, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DO LOTEAMENTO SAL TORRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 232, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO BAIRRO "ZÉ GOMES" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 280, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA SANTA HELENA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Helena, Estado de Mato Grosso." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria à Senadora Lídice da Mata, em razão do Senador Osvaldo Sobrinho não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 281, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à STAR FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria à Senadora Lídice da Mata, em razão do Senador Osvaldo Sobrinho não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 289, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE BELA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria à Senadora Lídice da Mata, em razão do Senador Osvaldo Sobrinho não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 26: Pro-

jecto de Decreto Legislativo n.º 333, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SANTOS DUMONT Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribuiu a matéria à Senadora Lídice da Mata, em razão do Senador Osvaldo Sobrinho não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 384, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E AÇÃO SOCIAL EL SHADAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipirá, Estado da Bahia." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribuiu a matéria à Senadora Lídice da Mata, em razão do Senador Osvaldo Sobrinho não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 389, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERROTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribuiu a matéria à Senadora Lídice da Mata, em razão do Senador Osvaldo Sobrinho não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 256, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo." A relator designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 364, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FORMOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Goiás." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 254, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andirá, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribuiu a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 259, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TIJUCAS DO SUL (ASMOTISUL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas do Sul, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribuiu a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 285, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARANÁ DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapongas, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribuiu a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 291, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAIOBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribuiu a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 294, de 2013, de carácter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambira, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 328, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL SANJOANENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 349, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 357, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE FLÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flórida, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 367, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à ROCCO JÚNIOR E ROCCO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 374, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMBUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 385, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SUL CURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 387, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matinhos, Estado do Paraná." O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Anibal Diniz, em razão do Senador Sérgio Souza não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 212, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TCHÊ COMUNIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 309, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TIRADENTES DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiradentes do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a lei-

tura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Nesse momento, o Senador Zeze Perrella passa a presidência ao Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Alfredo Nascimento para relatar o próximo item. Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 227, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA DE RUBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rubim, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 229, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLLENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 255, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ACBESJ - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BEM ESTAR SOCIAL DE JUVENÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juvenília, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e cinco minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de março de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que encerrou os trabalhos da 3ª Sessão Legislativa de 2013.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Chegou a esta Comissão o Aviso nº 196-Seses-TCU-Plenário, de 26 de fevereiro, pelo qual o Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC 013.747/2013-4. Este processo tem por objeto a avaliação dos instrumentos postos à disposição da política pública da Lei de Informática, em virtude de auditoria operacional realizada na Secretaria de Política de Informática (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação) e na Secretaria de Desenvolvimento da Produção (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

O documento encontra-se à disposição das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores na Secretaria da CCT.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, demais presentes, é com imensa satisfação que a Presidência da CCT dá início aos trabalhos desta Comissão no ano de 2014, que se mostra como um dos mais importantes da nossa história republicana.

Em 2014 realizaremos, em alguns meses, a Copa do Mundo da FIFA, que tanto já mexe com o nosso cotidiano, pela paixão do brasileiro pelo esporte, em acompanhar o futebol. Mas é um evento que também motiva críticas pelos mais diversos setores da sociedade, e isso deve ser olhado com atenção.

Ainda em outubro teremos nova eleição majoritária e presidencial, e há tempos esse assunto vem polarizando o cenário político nacional; ou seja, teremos um ano recheado e movimentado.

Mas também é nosso papel destacar a importância na atuação da CCT, que tanto contribui para deliberações e debates em importantes setores econômicos nacionais. E por isso mesmo ressaltamos a necessidade de um maior acompanhamento sobre o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 17, de 2009, que “Institui o novo Regimento Interno do Senado Federal”, que, certamente, trará significativas contribuições ao funcionamento da Casa.

Porém, esse mesmo projeto, a partir da proposta do seu Relator, o Senador Lobão Filho, sugere a reformulação no número de comissões permanentes, com a extinção da Comissão de Direitos Humanos, que seria fundida à Comissão de Assuntos Sociais, e também da CCT, com as suas atribuições sendo diluídas entre as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e também de Infraestrutura.

Em que pese termos a convicção de que o Senador Lobão Filho está imbuído dos melhores propósitos, há que se analisar melhor essa proposta, inclusive revertendo-a, já que a necessidade seria justamente fortalecer a CCT, e não extingui-la.

Não afastamos a necessidade de modernizarmos o papel das Comissões do Senado, mas é importante que isso se dê com parcimônia, sem trazer mais prejuízos aos trabalhos da Casa, e certamente essa proposta que extingue a CCT deverá ser revista, seja pelo seu próprio e ilustre Relator, seja a partir de emendas por nossos pares.

Apenas destacando alguns dados e informações relevantes: a CCT, criada no ano de 2007 a partir do Projeto de Resolução nº 2, contou com Presidentes ilustres, como os Senadores Wellington Salgado, Flexa Ribeiro e Eduardo Braga. Inclusive, o Senador Lobão Filho foi Vice-Presidente na gestão do nobre Senador Flexa Ribeiro, no biênio 2009-2010. Na época de sua criação, a Presidência da Casa estava também com o Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Renan Calheiros.

Até o presente momento, foram deliberadas pela CCT mais de 4 mil proposições e também mais de 300 reuniões já foram realizadas, entre elas aproximadamente 160 audiências públicas, onde recebemos convidados ilustres e vários Ministros de Estado.

Os assuntos aqui tratados são de extrema relevância e a sua distribuição a outras comissões, que também já possuem pauta muito volumosa, significará, de imediato, que temas como desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação, as comunicações e outros serão deixados obviamente em segundo plano. A comunidade científica já se pronunciou contrária à medida de extinção da CCT, divulgando inclusive um manifesto assinado por várias entidades neste ano que passou de 2013.

Caso a proposta prospere, será o Senado brasileiro talvez um dos únicos dos países mais desenvolvidos a não possuir uma comissão temática sobre ciência, tecnologia e inovação e também comunicações.

Entendemos que o assunto não está esgotado. Por isso mesmo, torna-se oportuno trazer-lhe à tona juntamente na reunião de abertura dos nossos trabalhos, pois é essencial que o Plenário o discuta da melhor forma. Vários Senadores inclusive já se manifestaram contrários à extinção da CDH, com que também concordamos.

Aproveitamos a oportunidade também para apresentar às Senhoras e aos Senhores nosso habitual relatório semestral, desta vez com acompanhamento das atividades da CCT no segundo semestre de 2013.

Senadora Lídice, V. Ex<sup>a</sup> poderia fazer a gentileza de ler o relatório do item 1 do PLS nº 63, de 2011, cujo Relator é o Senador Anibal Diniz? (*Pausa.*)

#### ITEM 1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011

- Não terminativo -

**Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.**

**Autoria:** Pauderney Avelino

**Relatoria:** Anibal Diniz

**Relatoria Ad Hoc:** Senadora Lídice da Mata

**Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto, nos termos do art. 334 do RISF.

**Observações:** 1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

3) Em 29/08/12, foi apresentada uma emenda, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Pois não, Presidente, leio, portanto, o relatório.

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 63, de 2011, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, propondo o restabelecimento da hora legal do Acre e de parte do Estado do Amazonas que vigia antes da aprovação da Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. Essa lei alterou, de duas horas para uma

hora, a diferença – em relação a Brasília – dos fusos horários do Acre e de parte do território mais ao oeste do Estado do Amazonas. Ademais, igualou à hora legal de Brasília à parte oeste do Pará onde vigia uma diferença de uma hora.

Depois de efetivada a mudança das horas legais, iniciaram-se acalorados debates em torno da sua conveniência no seio das sociedades afetadas, principalmente entre os acrianos. Como consequência direta desse processo de discussão, foi aprovado, no Congresso Nacional, o Decreto Legislativo nº 900, de 1º de dezembro de 2009, que dispunha sobre a realização de referendo para decidir acerca da alteração da hora legal do Estado do Acre.

Em 2010, concomitantemente à eleição presidencial, realizou-se o referendo, para que os 470.560 eleitores inscritos à época manifestassem sua opinião. O resultado mostrou que 39,2% dos eleitores votaram pelo retorno ao fuso horário antigo e 29,7%, pela manutenção do fuso horário vigente. Houve 28,6% de abstenções, 2,2% de votos nulos e 0,3% de votos em branco. Portanto, ao se apurarem os votos válidos, prevaleceu o retorno ao fuso horário antigo com 56,87% dos votos, ao passo que 43,13% dos acrianos optaram pela manutenção do horário.

Uma das iniciativas legislativas para formalizar o resultado do citado referendo foi o projeto de lei que ora analisamos. Na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para apreciação conclusiva da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e aprovada tal como proposto.

No Senado Federal, o PLC sob análise foi remetido inicialmente para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), cabendo à última a decisão terminativa. Após aprovação de requerimento de minha autoria – no caso do Senador Anibal Diniz – e antes da análise da CAE, a matéria foi remetida para esta Comissão e seguirá para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

No prazo regimental, foi oferecida uma emenda, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, propondo que a hora legal vigente na parte oeste do estado do Pará que especifica retorne àquela que vigia antes da Lei nº 11.662, de 2008.

Análise.

Em 27 de junho deste ano, chegou para a apreciação desta Casa o PLC nº 43, de 2013 (nº 3.078, de 2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidenta da República, que altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. Trata-se, portanto, de Projeto de mesmo teor que aquele de iniciativa do Deputado Pauderney Avelino, que ora se analisa nesta Comissão.

O Projeto de iniciativa presidencial já foi aprovado nesta Casa e convertido na Lei nº 12.876, de 30 de outubro de 2013. Portanto, Sr. Presidente, em face do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o PLC nº 63, de 2011, reúne os requisitos regimentais para que se declare sua prejudicialidade.

A emenda do Senador Flexa Ribeiro, conquanto o seu teor não tenha sido tratado nessa lei recentemente aprovada, também fica prejudicada em face do art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Do exposto, com base no art. 334 do Regimento Interno, voto pelo encaminhamento do PLC nº 63, de 2011, ao Presidente do Senado, para que seja declarada a sua prejudicialidade.

Sr. Presidente, esse é, portanto, o relatório, análise e voto do Senador Anibal Diniz, a que acompanho totalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senadora Lídice.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Anibal Diniz.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Eduardo Amorim, temos aqui os itens nºs 12, 13, 14 e 15, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>, mas pediria a gentileza de ler para a gente do 4 ao 15. Pode ser?

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Do 4 ao 15?

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Isso.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Tranquilo. Pois não, Presidente. Serei obediente. Já posso começar?

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Por gentileza.

**ITEM 4****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 274, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNIDADE FM - RADIOCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Alfredo Nascimento

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim

**Relatório:** Pela aprovação

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, como já foi distribuído previamente e é do conhecimento de todos, irei direto à análise, para ganharmos um pouco de tempo.

Da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2013 (nº 999, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade FM – Radiocom, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 274, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 274, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade FM – Radiocom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem. Vamos, então, ao item...

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Ao 5, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Ah, está no 5.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu li o 4. Agora, vou para o 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Sim. Desculpe, Senador.

Vai até o 15.

Item nº 5.

**ITEM 5****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TRESOROENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Coroas, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Alfredo Nascimento  
**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim  
**Relatório:** Pela aprovação

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2013 (nº 1.069, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Trescoroense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Coroas, Estado do Rio Grande do Sul.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 284, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Trescoroense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Coroas, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Item 6:

#### ITEM 6

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 306, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CULTURA DE BLUMENAU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senadora Angela Portela (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

#### ITEM 7

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 327, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAPIRAPUÃ PAULISTA - ADICIPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapirapuã Paulista, Estado de São Paulo.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatoria:** Senadora Angela Portela (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim

**Relatório:** Pela aprovação

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

#### ITEM 8

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 334, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL CIDADE BAURU Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatoria:** Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

**ITEM 9**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2013**

**- Terminativo -**

**Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERAFINENSE DE COMUNICAÇÃO - ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

**ITEM 10**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, de 2013**

**- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CRESCER E FLORESCEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatoria:** Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim

**Relatório:** Pela aprovação

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

**ITEM 11**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 263, de 2013**

**- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DAS MULHERES ORGANIZADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripiri, Estado do Piauí.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Ciro Nogueira (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

**ITEM 12**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2013**

**- Terminativo -**

**Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SETOR CENTRAL DE PORTEIRÃO GOIÁS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porteirão, Estado de Goiás.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

**ITEM 13****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 222, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS (AS) COSTUREIROS (AS) DO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA/SE - ASCOMITA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

**ITEM 14****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 236, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO CANAÃ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) –

**ITEM 15****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 257, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Eduardo Amorim

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

Fui até o item 15. Mais algum, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Tudo certo, Senador Eduardo Amorim. Muito obrigado.

Vamos aos itens 16 e 17, relatoria do Senador Flexa Ribeiro

**ITEM 16****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 329, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE SANTA IZABEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Flexa Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 17****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 346, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Flexa Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoría/PSDB - PA) – Item 16, Sr. Presidente, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2013 (nº 1.180, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Santa Izabel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará.

O voto, Sr. Presidente, do item 16, é pela aprovação.

Vamos ao item 17.

Lerei a ementa do item 17 e depois darei o voto.

O voto, para os dois projetos, tanto do item 16 quanto do 17, Sr. Presidente, é pela aprovação. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha os projetos não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação de ambos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vamos ao item 18, relatoria do Senador Ivo Cassol.

**ITEM 18****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Ivo Cassol

**Relatório:** Pela aprovação

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente; meu grande Líder e presidente do PL, assessor para os novos colegas Senadores, é uma alegria, Senador Alfredo Nascimento, tê-lo aqui ao meu lado.

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 368, de 2013 (nº 1.232, de 2013, na Câmara dos Deputados).

Vamos ao relatório, Sr. Presidente, e ao voto, tendo em vista que é do conhecimento de todos.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 368, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Deo Volente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, portanto, com parecer favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Ivo.

Então, vamos agora para o item 19.

Eu pediria à Senadora Lídice da Mata para ler para nós, do 19 ao 30, com a ressalva de que os itens do 23 ao 28 são redistribuições, já que o Senador Osvaldo Sobrinho não está mais conosco.

**ITEM 19****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 313, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PARANÃ FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** João Alberto Souza

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 20****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** José Agripino

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 21****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 301, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DO LOTEAMENTO SAL TORRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Lídice da Mata

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 22****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 232, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO BAIRRO "ZÉ GOMES" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Maria do Carmo Alves

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 23****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 280, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA SANTA HELENA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Helena, Estado de Mato Grosso.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Osvaldo Sobrinho

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 24****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à STAR FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Osvaldo Sobrinho

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 25****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE BELA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Osvaldo Sobrinho

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 26****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 333, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SANTOS DUMONT Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Osvaldo Sobrinho

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 27****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 384, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E AÇÃO SOCIAL EL SHADAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipirá, Estado da Bahia.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Osvaldo Sobrinho

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 28****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 389, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERROTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Osvaldo Sobrinho

**Relatório:** Pela aprovação

**ITEM 29****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 256, de 2013****- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga concessão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Ricardo Ferraço

**Relatório:** Pela aprovação

### ITEM 30

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 364, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FORMOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Goiás.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Sérgio Petecão

**Relatório:** Pela aprovação

Com a palavra, a Senador Lídice da Mata.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2013 (nº 1.106, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Paranã FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

Não havendo, Sr. Presidente, nenhum óbice à aprovação desta matéria.

O nosso voto.

Tendo em vista que a análise da documentação que acompanha o PDS nº 301, de 2013, não evidenciou violação de legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova essa permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Dessa mesma forma, Sr. Presidente, com esse mesmo voto, nós nos pronunciamos em relação ao projeto seguinte, de caráter terminativo, o Decreto Legislativo nº 269, de 2013 (nº 846, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Radio Comunitária Poço Cerrado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte. O nosso voto, idêntico ao anterior, é pela aprovação.

Também o item 21, relatado por mim mesma, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos do Loteamento Sal Torrado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia, que relato de maneira idêntica ao voto do item 19.

Item 22. Projeto de Decreto legislativo nº 232, de 2013 (nº 928, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Bairro “Zé Gomes” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão. Da mesma forma, nós repetimos o voto do item 19, aprovando essa matéria.

Em caráter terminativo, item 23, Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2013 (nº 1.042, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural Rádio Comunitária Nova Santa Helena para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Helena, Estado de Mato Grosso. Igualmente aprovamos com a mesma redação do nosso voto anterior.

Item 24, em caráter terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2013 (nº 1.051, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Star FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará. No exame de documentação que acompanha o PDS nº 281, de 2013, não se evidenciou violação de legislação pertinente. Não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga essa permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Portanto, repetimos o voto dado no projeto anterior, Sr. Presidente.

Item 25. Trata-se de Projeto de Decreto legislativo nº 289, de 2013 (nº 1.104, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Bela Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso. Nós repetimos o voto dado no item 24 para esta rádio também.

Item 26. Projeto de Decreto legislativo nº 333, de 2013 (nº 1.227, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santos Dumont Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo. De forma idêntica, nós repetimos o nosso voto dado no item anterior.

Item 27. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2013 (nº 1.130, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Ação Social El Shadai para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipirá, Estado da Bahia.

Também somos pela aprovação, repetindo o voto, identicamente, do item anterior.

Em caráter também terminativo, o PDL nº 389, de 2013 que aprova o ato que outorga permissão a Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará.

Somos pela aprovação e repetimos o voto anterior.

Quanto ao item 29, o Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2013 (nº 1.021, DE 2013, na Câmara dos Deputados), terminativo, que aprova o ato que outorga concessão à Portal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, também somos pela aprovação e repetimos, identicamente, o voto da matéria anterior.

Finalmente, Sr. Presidente, em caráter terminativo, quanto ao PDL nº 364, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Formoso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Goiás, também acompanhamos o voto do Relator, Senador Sérgio Petecão, que é pela aprovação dessa matéria, identicamente ao voto dado no item anterior.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senadora.

Vamos, então, para os itens 31 a 42.

Trata-se de uma redistribuição, de autoria do Senador Sérgio Souza, que não está mais na Casa.

Então, peço que V. Ex<sup>a</sup> leia para nós o relatório dos itens 31 ao 42.

#### **ITEM 31**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 254, de 2013**

**- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andirá, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

#### **ITEM 32**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 259, de 2013**

**- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TIJUCAS DO SUL (ASMOTISUL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas do Sul, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

#### **ITEM 33**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 285, de 2013**

**- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARANÁ DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

**ITEM 34****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada a RÁDIO CAIOBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

**ITEM 35****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 294, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambira, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

**ITEM 36****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 328, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL SANJOANENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

**ITEM 37****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 349, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

**ITEM 38****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 357, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE FLÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flórida, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

**ITEM 39****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 367, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à ROCCO JÚNIOR E ROCCO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

#### ITEM 40

##### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 374, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMBUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

#### ITEM 41

##### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 385, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SUL CURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** pela aprovação.

#### ITEM 42

##### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 387, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que outorga permissão a RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matinhos, Estado do Paraná.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

**Relatoria:** Sérgio Souza.

**Relatório:** Pela aprovação.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella. É uma honra poder substituir o Senador Sérgio Souza, que não se encontra nesta Casa.

Vamos aos projetos.

Tendo em vista que o exame da documentação de todos esses PDS não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos esses PDS. São todos eles do Estado do Paraná, que concedem serviços de radiodifusão a Municípios do Estado do Paraná.

Opino, então, Sr. Presidente, pela aprovação de todos eles, porque estão absolutamente de acordo com a legislação vigente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz. Vamos, então, para os itens 43 e 44, do Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Qual é o item, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Itens 43 e 44.

#### ITEM 43

##### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 212, de 2013

- Terminativo -

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TCHÊ COMUNIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**ITEM 44****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 309, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TIRADENTES DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiradentes do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

**Relatório:** Pela aprovação

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, como o relatório já é conhecido das Sras e dos Srs. Senadores, vou direto ao voto.

Item nº 43. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 212, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Tchê Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

Item nº 44. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 309, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tiradentes do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiradentes do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Eu passo a palavra ao Senador Zezé Perrella para relatar os Projetos de Decreto Legislativo constantes dos itens nºs 45, 46 e 47, todos do Estado de Minas Gerais.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

São os seguintes os itens:

**ITEM 45****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 227, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA DE RUBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rubim, Estado de Minas Gerais.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Zeze Perrella.

**ITEM 46****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 229, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Zeze Perrella.

**ITEM 47****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 255, de 2013  
- Terminativo -**

**Aprova o ato que outorga autorização à ACBESJ - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BEM ESTAR SOCIAL DE JUVENÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juvenília, Estado de Minas Gerais.**

**Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**Relatoria:** Zeze Perrella.

**O SR. ZEZE PERRELLA** (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 227, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Alternativa de Rubim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rubim, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

PDS nº 229, de 2013.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 229, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Deo Volente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Opinamos, pois, pela sua aprovação.

PDS nº 255, de 2013.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 255, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à ACBESJ – Associação Comunitária do Bem Estar Social de Juvenília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juvenília, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Opinamos, pois, pela aprovação.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Obrigado, Senador.

Convido V. Ex<sup>a</sup> a reassumir a Presidência desta Comissão, que é o seu lugar. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Gostaria de apenas lembrar aos senhores que o item nº 3 já foi lido, de modo que passaremos, agora, direto à votação.

Vamos votar todos os PDSs, em votação nominal.

Do item 4 ao item 47, como vota o Senador Anibal Diniz?

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu voto de acordo com os Srs. Relatores, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com os Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Alfredo Nascimento.

**O SR. ALFREDO NASCIMENTO** (Bloco União e Força/PR - AM) – Com os Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com os Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senadora Lídice da Mata.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Com os Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Maioria/PP - RO) – Com os Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – E Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoridade/PSDB - PB) – Com os Relatores.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoridade/PSDB - PA) – Presidente, o item 3 da pauta de hoje é um projeto de que sou relator. Apresentei substitutivo ao projeto de autoria do Senador Cássio Cunha Lima. Já foi lido o parecer e foi pedida vista. Então, eu pediria, aproveitando o quórum, que votássemos para que ele possa caminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Será votado.

**ITEM 3****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, de 2012  
- Terminativo -**

**Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.**

**Autoria:** Cássio Cunha Lima

**Relatoria:** Flexa Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Observações:** 1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer pela rejeição do Projeto.

2) Em 10/12/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.

3) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Se alguém quiser falar alguma coisa sobre o projeto, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Voto pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – O Senador Flexa Ribeiro, óbvio, é o Relator.

Senador Alfredo Nascimento. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senadora Lídice da Mata.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Maioria/PP - RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoridade/PSDB - PB) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Alfredo Nascimento.

**O SR. ALFREDO NASCIMENTO** (Bloco União e Força/PR - AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – A matéria foi aprovada e será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação do turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço aos meus colegas Senadores pelo quórum.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 5 minutos.)*

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,****COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2014.**

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezoito de março de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Alfredo Nascimento, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Zeze Perrella, João Capiberibe, Anibal Diniz, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. Havendo número regimental abrem-se os traba-

lhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Alfredo Nascimento, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei do Câmara n.º 59, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que “Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Lobão Filho que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 3: Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 343, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 11/03/2014, foi aprovado o Substitutivo Integral ao PLS nº 343, de 2012. A deliberação da Matéria é adiada. Item 4: Requerimento n.º 2, de 2014-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, que requerem “..., nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para prestar informações sobre as ações realizadas em 2013 e para a realização de debates em torno dos temas “AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2014”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.” Feita a leitura do Requerimento, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 5: Requerimento n.º 3, de 2014-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, que requer “nos... nos termos da Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2014, seja o Programa Nacional de Banda Larga.” Feita a leitura do Requerimento, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 314, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOMBRIO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 340, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BICO DO PAPAGAIO - AVDESBIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CHARRUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 337, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RESGATE CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.” A relatora designada é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 347, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SERRA ALTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E

COMUNITÁRIA REVOLUÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 330, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MATA GRANDE - ADICOMAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Grande, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTRAL MISSIONEIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 343, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RECC RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 305, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo do Piauí, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 247, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 262, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO GALEÃO FM (ACERG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 290, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Eduardo Lopes que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2010, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataiporã, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 352, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourilândia do Norte, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 355, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à ROTA COMUNICAÇÕES LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 335, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS MORADORES DO LAGO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal." O relator designado é o Senador Gim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 382, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e

Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombuca, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 399, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Gim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 371, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PARAGUAÇU PAULISTA FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 326, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PRAIA DE OUTEIRO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL - ACOPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador João Alberto Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 277, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA DE MONTANHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador José Agripino que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE LAJEDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedão, Estado da Bahia." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AREIA BRANCA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia Branca, Estado de Sergipe." A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 432, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à KRTV - COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 430, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 345, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 348, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE VIDAL RAMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 164, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 264, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE

COMUNICAÇÃO EDUCATIVA MAKTUB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 391, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fervedouro, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Alfredo Nascimento**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de março de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A Comissão de Ciência e Tecnologia recebeu da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) expediente que apresenta considerações, críticas e sugestões à discussão em torno da revisão do marco legal das telecomunicações e que ressalta a importância de que haja uma revisão dessa legislação, precedida, inclusive, por debates e audiências públicas.

A Proteste faz uma referência ao Projeto de Lei 67, de 08/09/2013, proposto pelo Deputado Edinho Bez e outros, como se ele estivesse em tramitação nesta Casa. Mas é importante destacarmos que ele ainda está na Câmara dos Deputados. Isso não impedirá, contudo, como é de praxe, que a CCT abra novos debates em torno do tema, pois no ano de 2013 já realizamos duas audiências públicas com o Ministro da Comunicações, Paulo Bernardo, e com o Presidente da Anatel, João Batista de Rezende, em torno do tema.

O documento está à disposição das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Ainda sobre o tema telecomunicações, a Presidência da CCT recebeu, do Senador Cristovam Buarque, expediente sugerindo que a Comissão avalie a política nacional de banda larga no que se refere à garantia de acesso universal de qualidade aos serviços de transmissão e recepção de dados pela Internet.

Louvável a iniciativa do Senador Cristovam Buarque, um atuante membro da CCT, que demonstra a sintonia em torno dos trabalhos deste Plenário, chamando a atenção para o item 5 da pauta da reunião de hoje.

Com base na Resolução nº 44, de 2013, que alterou o Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Zeze Perrella propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia promova debates e avalie a política nacional de banda larga, em atenção ao procedimento de avaliação de políticas públicas, no âmbito do Senado Federal, instaurado por aquela Resolução. Grata coincidência que, certamente, trará para esta Comissão e para o País os melhores frutos.

Item 1 da pauta.

O Senador Relator pede o adiamento.

Itens 2 e 3 também.

(São os seguintes os itens adiados:

#### **ITEM 1**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2003**

**- Não Terminativo -**

**Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.**

**Autoria:** Deputada Jandira Feghali

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**ITEM 2****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2011  
- Não Terminativo -**

**Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.**

**Autoria:** Senadora Marinor Brito

**Relatoria:** Senador Lobão Filho

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto

**ITEM 3**

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, de 2012  
- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.

**Autoria do Projeto:** Senador Cássio Cunha Lima

**Relatoria do Projeto:** Senador Flexa Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo)

Só há dois requerimentos.

**REQUERIMENTO Nº - CCT, de 2014**

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para prestar informações sobre as ações realizadas em 2013 e para a realização de debates em torno dos temas “Agenda, Prioridades e Ações do MCTI para 2014”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.

Sala da Comissão, – Senador **Zeze Perrela**; e eu também, Vice-Presidente.

**REQUERIMENTO Nº - CCT, de 2014**

Requeiro, nos termos da Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2014, seja o Programa Nacional de Banda Larga.

**Justificação.**

Política pública pode ser definida como um programa ou conjunto de programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

O Congresso tem a sensibilidade política, a capacidade técnica e a autonomia institucional para produzir diagnósticos e sugerir aprimoramentos no rumo das políticas públicas vigentes, de forma a aumentar o bem-estar da população.

É nesse sentido que entendemos pertinente avaliar o Programa Nacional de Banda larga, cujo objetivo é universalizar o acesso à Internet em banda larga no País, principalmente nas regiões mais carentes de tecnologia. Quanto mais aperfeiçoado estiver esse programa, certamente maior será o desenvolvimento econômico e social, a inclusão digital, a geração de emprego e renda, e menores serão as desigualdades sociais e regionais.

Sala da Comissão, – Senador **José Perrela**, Presidente, e **Alfredo Nascimento**, Vice-Presidente.

Deixo como lidos os requerimentos.

Não havendo a presença de Senadores, encerro esta reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)*



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

# Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,  
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:  
[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)

Edição de hoje: 604 páginas  
(O.S. 11375/2014)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

